



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1631

Segunda-feira - 08 de Dezembro de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	2	Jacinto Machado .....	524
Água Doce .....	3	Joaçaba .....	566
Alto Bela Vista .....	17	Lages .....	578
Antônio Carlos .....	17	Lebon Regis .....	578
Arroio Trinta .....	21	Leoberto Leal .....	580
Ascurra .....	26	Lindóia do Sul .....	581
Balneário Rincão .....	34	Luzerna .....	582
Barra Velha .....	37	Mafra .....	588
Biguaçu .....	38	Maravilha .....	588
Blumenau .....	147	Massaranduba .....	589
Bom Retiro .....	230	Meleiro .....	590
Braço do Trombudo .....	230	Modelo .....	591
Brusque .....	232	Monte Carlo .....	593
Caçador .....	239	Navegantes .....	594
Camboriú .....	251	Nova Trento .....	598
Campo Alegre .....	271	Novo Horizonte .....	599
Campos Novos .....	277	Ouro .....	599
Canelinha .....	285	Palhoça .....	600
Canoinhas .....	285	Papanduva .....	605
Capinzal .....	294	Passo de Torres .....	606
Catanduvas .....	302	Pinheiro Preto .....	607
Chapadão do Lageado .....	303	Pomerode .....	610
Cocal do Sul .....	343	Rio do Sul .....	651
Cordilheira Alta .....	343	Salto Veloso .....	654
Coronel Freitas .....	344	Santiago do Sul .....	657
Coronel Martins .....	344	São Bento do Sul .....	659
Corupá .....	346	São Carlos .....	661
Curitibanos .....	347	São Domingos .....	661
Dionísio Cerqueira .....	350	São Joaquim .....	662
Doutor Pedrinho .....	350	São José .....	678
Ermo .....	361	São Lourenço do Oeste .....	681
Erval Velho .....	362	São Miguel do Oeste .....	684
Faxinal dos Guedes .....	374	São Pedro de Alcântara .....	720
Forquilha .....	375	Schroeder .....	732
Fraiburgo .....	389	Serra Alta .....	735
Frei Rogério .....	477	Siderópolis .....	739
Garopaba .....	478	Sombrio .....	741
Garuva .....	479	Tigrinhos .....	741
Gaspar .....	487	Timbé do Sul .....	742
Governador Celso Ramos .....	492	Timbó .....	743
Guaramirim .....	493	Três Barras .....	779
Herval d'Oeste .....	501	Trombudo Central .....	780
Imarui .....	503	Turvo .....	781
Imbituba .....	506	Urussanga .....	787
Iomerê .....	514	Vargeão .....	808
Ipumirim .....	515	Vargem Bonita .....	809
Itá .....	519	Vidal Ramos .....	809
Itapiranga .....	519	Videira .....	835
Itapoá .....	521	Vitor Meireles .....	842

Xaxim .....	844
-------------	-----

### Associações

AMAUC .....	850
-------------	-----

### Consórcios

CIMCATARINA .....	856
CIMVI .....	856
CIS Nordeste .....	857
CIS/AMAUC .....	859
Consórcio Lambari .....	866

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

# Abdon Batista

## PREFEITURA

### LEI 821/2014 DE 03/12/2014

LEI 821/2014 DE 03/12/2014

(Origem do PL nº. 328/2014)

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar operação de crédito junto à caixa econômica federal no âmbito do programa pró-transporte/pavimentação e qualificação de vias urbanas - PAC2 - 3ª etapa e dá outras providências".

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA, Prefeito Municipal de Pedro ABDON BATISTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Abdon Batista SC, votou, aprovou e Eu sancionei a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal - CAIXA, na qualidade de Agente Financeiro, até o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), no âmbito do programa Pró-Transporte/Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas - PAC2 - 3ª Etapa, nos termos da Portaria MCidades nº 053, de 1º de fevereiro de 2013 e suas alterações, no artigo 9º W da resolução CMN nº 2.827, de 30 de março de 2001 e suas alterações posteriores, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a operação objeto da Lei, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos resultantes da Operação de Crédito autorizada neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do Programa PRÓ-TRANSPORTE, do MINISTÉRIO DAS CIDADES, destinados à Pavimentação de Vias Urbanas.

Art. 2º - Para garantia do principal, encargos e acessórios do financiamento pelo Município de ABDON BATISTA/SC, para a execução de obras, serviços e equipamentos, observada a finalidade indicada no artigo 1º e seu parágrafo único, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas e Quotas do Fundo de Participação dos Municípios-FPM a que se refere o artigo 159, inciso I da Constituição Federal.

§ 1º - O disposto no caput deste artigo obedece aos ditames contidos no inciso I do artigo 159 da Constituição Federal e, na hipótese da extinção dos impostos ali mencionados, os fundos ou impostos que venham a substituí-los, bem como, na sua insuficiência, parte dos depósitos serão conferidos à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL com poderes bastantes para que as garantias possam ser prontamente exequíveis no caso de inadimplemento.

§ 2º - Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o BANCO DO BRASIL autorizado a transferir os recursos cedidos ou vinculados à conta e ordem da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, e esta à conta do FGTS, nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos em caso de vinculação.

§ 3º - Os poderes previstos neste artigo e nos parágrafos 1º e 2º só poderão ser exercidos pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na hipótese de o Município de ABDON BATISTA/SC não ter efetuado no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos, financiamentos ou operações de crédito

celebrados com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Art. 3º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º - O Poder Executivo consignará nos orçamentos anuais e plurianuais do Município de ABDON BATISTA/SC, durante os prazos que vierem a ser estabelecidos para empréstimos, financiamentos ou operações de crédito por ele contraídos, dotações suficientes à amortização do principal, encargos e acessórios resultantes, inclusive os recursos necessários ao atendimento da contrapartida do Município de ABDON BATISTA/SC no Projeto financiado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme autorizado por esta Lei.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer frente aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º - O Poder Executivo, se necessário, baixará os atos próprios para a regulamentação da presente Lei.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Abdon Batista, SC 03 de dezembro de 2014.

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supramencionada.

JOSÉ ASSÍS CORREA  
Secretário de Administração e Finanças

# Água Doce

## PREFEITURA

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 70/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 70/2014

PREGÃO PRESENCIAL 54/2014

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 70/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 54/2014", do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE", destinado a locação de brinquedos para utilização na Noite Natalina 2014, o qual será processado e julgado no dia 18 de dezembro de 2014 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Integra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)

Água Doce, SC, 05 de dezembro de 2014  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****BALANCETE DO RAZÃO/2014**

**Santa Catarina**  
**CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**  
 Balancete do Razão

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Outubro

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até mês anterior	Do mês	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
ATIVO	46.825,06	2.772.405,60	219.603,80	2.992.009,40	1.711.650,04
	0,00	1.194.762,07	132.422,35	1.327.184,42	0,00
PASSIVO	0,00	1.641.346,11	184.550,81	1.825.896,92	0,00
	46.825,06	3.012.947,33	252.410,39	3.265.357,72	1.486.285,86
DESPESA	0,00	390.747,18	45.617,32	436.364,50	436.364,50
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCICIO	44.825,06	3.775,04	470,39	4.245,43	49.070,49
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	44.825,06	600.564,53	65.409,58	665.974,11	710.799,17
Totais	91.650,12	4.808.273,93	450.242,32	5.258.516,25	2.197.085,03
	91.650,12	4.808.273,93	450.242,32	5.258.516,25	2.197.085,03

AGUA DOCE, 31/10/2014

VILSON ANTONIO VERONA  
 PRESIDENTE CPF Nº 42567491953

NILZA APARECIDA MENDES  
 CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

**BALANCETE FINANCEIRO/2014****Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	45.617,32
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	45.298,89
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	35.788,54
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.510,35
		Despesas Intra-orçamentárias	318,43
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	318,43
Receita Extra - Orçamentária	114.855,19	Despesa Extra - Orçamentária	46.995,61
DEPOSITOS	3.828,29	DEPOSITOS	3.828,29
CONSIGNACOES	3.509,86	CONSIGNACOES	3.509,86
PREVIDENCIA SOCIAL	2.906,03	PREVIDENCIA SOCIAL	2.906,03
PENSAO ALIMENTICIA	186,36	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	417,47
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	417,47	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	318,43
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	318,43	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	43.167,32
PLANO UNIMED - SIMA PREFEIT.MUN.AGUA	318,43	OBRIGACOES A PAGAR	43.167,32
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	45.617,32	FORNECEDORES	7.060,35
OBRIGACOES A PAGAR	45.617,32	PESSOAL A PAGAR	29.395,11
FORNECEDORES	9.510,35	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	6.393,43
PESSOAL A PAGAR	29.395,11	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	318,43
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	6.393,43		
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	318,43		
INTERFERENCIAS ATIVAS	65.409,58		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	65.409,58		
REPASSE RECEBIDO	65.409,58		
Saldos anteriores	199.193,55	Saldos atuais	221.435,81
BANCO C/ MOVIMENTO	199.193,55	BANCO C/ MOVIMENTO	221.435,81
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	314.048,74	Total	314.048,74

AGUA DOCE, 31/10/2014

VILSON ANTONIO VERONA  
PRESIDENTE CPF Nº 42567491953

NILZA APARECIDA MENDES  
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

COMPARATIVO DA DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA/2014

Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Extra-Orçamentária - Mês de Outubro

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data : 31/10/2014

Conta	Especificação	Saldo Exerc. Anterior	Retenção Acum. Mês Anterior	Pagamento Acum. Mês Anterior	Saldo Mês Anterior	Retenção no Mês	Pagamento no Mês	Saldo Atual
72763	PENSAO ALIMENTICIA	0,00	1.490,88	1.490,88	0,00	186,36	186,36	0,00
72776	PLANO UNIMED - SIMA PREFEIT.MUN.AGUA DOCE :	0,00	420,60	420,60	0,00	318,43	318,43	0,00
73128	INSS	0,00	26.376,97	26.376,97	0,00	2.906,03	2.906,03	0,00
73136	I.R.R.F	0,00	4.145,15	4.145,15	0,00	417,47	417,47	0,00
73138	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	0,00	279,96	279,96	0,00	0,00	0,00	0,00
76852	CONSIGNACAO BANCO DO BRASIL SA	0,00	26.843,83	26.843,83	0,00	3.153,24	3.153,24	0,00
TOTAL :		0,00	59.557,39	59.557,39	0,00	6.981,53	6.981,53	0,00

AGUA DOCE, 31/10/2014

VILSON ANTONIO VERONA

PRESIDENTE CPF Nº 42567491953

NILZA APARECIDA MENDES

CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

**CONCILIAÇÃO BANCÁRIA/2014**

**Santa Catarina**  
**CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**  
Conciliação Bancária

Betha Sistemas  
Exercício de 2014  
Mês de Outubro

1.1.1.1.2.99.02.01.00.0001 (73869) - BANCO DO BRASIL SA 7.917-0

Banco: 1 - BANCO DO BRASIL

Agência: 207 - CENTRO

Conta N° : 79170

Saldo conforme extrato bancário em: 31/10/2014

R\$ 222.216,84

Data	Documento	Valor R\$	Motivo
Menos (-)			
(-)Cheques e bordereaux não considerados pelo banco			
31/10/2014		500,00	
31/10/2014		281,03	
	Total:	781,03	

Saldo conforme nosso registro em: 31/10/2014

R\$ 221.435,81

AGUA DOCE, 31/10/2014

VILSON ANTONIO VERONA  
PRESIDENTE CPF N° 42567491953

NILZA APARECIDA MENDES  
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

ODIN G.M.C.ROCHA  
TESOUREIRO CPF N° 01510130985

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE DO SALDO DE CAIXA - ANEXO TC 04****Santa Catarina**

Mês de Outubro de 2014

**CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Declaração de regularidade do saldo de caixa - Anexo TC 04

Declaramos que assistimos o levantamento do saldo do caixa do mês de Outubro do corrente exercício, bem como a conferência da espécie representativa do mesmo e que apuramos a situação abaixo assinalada:

☒ A - Ausência de qualquer irregularidade☐ B - Irregularidades apuradas☐ Falta de numerário☐ Cheques que deviam ter sido apresentados ao banco☐ Cheques já apresentados, devolvidos pelo banco☐ Outros

Em face às restrições apuradas foram tomadas as seguintes providências

☐ O Tesoureiro foi notificado a recolher o valor de ,00 no prazo de horas☐ Determinada a conversão dos cheques no dia imediato☐ Determinada a instauração de inquérito administrativo☐ Determinada a cobrança executiva

Declaramos mais que assistimos o levantamento do saldo de caixa do dia do mês de Outubro o qual importava em ,00  
( ) e que a espécie representativa do mesmo compunha-se:

Dinheiro.....	,00
Cheques emitidos no dia.....	,00
Cheques anteriores ao dia e não apresentados ao banco.....	,00
Cheques em insuficiência de fundos.....	,00
Vales.....	,00
Documentos fiscais quitados.....	,00
Falta.....	,00
TOTAL.....	

AGUA DOCE, 31/10/2014

\_\_\_\_\_  
VILSON ANTONIO VERONA  
PRESIDENTE CPF Nº 42567491953

\_\_\_\_\_  
NILZA APARECIDA MENDES  
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

\_\_\_\_\_  
ODIN G.M.C.ROCHA  
TESOUREIRO CPF Nº 01510130985

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS REPASSES RECEBIDOS/2014

Betha Sistemas  
Exercício de 2014  
Página: 1/1

Santa Catarina  
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE  
Demonstrativo Analítico dos Repasses Recebidos  
Período de 01/10/2014 a 31/10/2014

Data	Entidade Repassadora	Valor	Finalidade	Fundamento Legal
16/10/2014	TRANSFERENCIA DA PM PARA A CÂMARA DE VEREAL	65.409,58	VALOR REFERENTE REPASSE FINANCEIROS DA PMAD PARA A CMAD	

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL/2014**

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC - PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	446.813,54	0,00
Pessoal Ativo	446.813,54	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>446.813,54</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>446.813,54</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	<b>21.380.425,22</b>	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>	<b>2,09</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%</b>	<b>1.282.825,51</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%</b>	<b>1.218.684,24</b>	
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,4%</b>	<b>1.154.542,96</b>	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.



**DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - ANEXO 1****Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1  
Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		DESPESAS CORRENTES	463.622,46
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	395.443,33
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	68.179,13
		DESPESAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	739,03
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	739,03
DEFICIT	464.361,49		
TOTAL	464.361,49	TOTAL	464.361,49
		DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	464.361,49
		DESPESAS DE CAPITAL	10.623,80
		INVESTIMENTOS	10.623,80
DEFICIT	474.985,29		
TOTAL	474.985,29	TOTAL	474.985,29
<b>Resumo</b>			
SUPRIMENTOS	0,00	DESPESAS CORRENTES	464.361,49
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	10.623,80
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	719.505,38	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00
		SUPERAVIT	244.520,09
TOTAL	719.505,38	TOTAL	719.505,38

AGUA DOCE, 31/10/2014

VILSON ANTONIO VERONA  
PRESIDENTE CPF Nº 42567491953NILZA APARECIDA MENDES  
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

**DEMONSTRATIVO DAS CONTAS BANCO - ANEXO TC 02****Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Demonstrativo das Contas Banco - Anexo TC 02

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Outubro

Número	Banco	Agência	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo
Entidade: 1 - CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE							
BANCOS CONTA MOVIMENTO				199.193,55			221.435,81
1	1	207	79170 - BANCO DO BRASIL SA 7.917-0	199.193,55	65.409,58	43.167,32	221.435,81
BANCOS CONTA VINCULADA				0,00			0,00
2	1	207	7859-X - CONSIGNACAO BANCO DO BRASIL SA	0,00	3.153,24	3.153,24	0,00
Total da Entidade:				199.193,55	68.562,82	46.320,56	221.435,81
Totais:				199.193,55	68.562,82	46.320,56	221.435,81

**DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS RECEBIDOS A QUALQUER TÍTULO - ANEXO TC 06 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA****Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Outubro

Espécie		Recebido	
		No Mês	Até o Mês
<b>Receita Extra Orçamentária</b>	<b>Recurso</b>	<b>72.391,11</b>	<b>721.889,23</b>
72763 PENSÃO ALIMENTÍCIA	0000	186,36	1.677,24
72776 PLANO UNIMED - SIMA PREFEIT.MUN.AGUA DOCE SC		318,43	739,03
73128 INSS	0000	2.906,03	29.283,00
73136 I.R.R.F	0000	417,47	4.562,62
73138 CONTRIBUIÇÃO SINDICAL		0,00	279,96
73331 RESTOS A PAGAR		0,00	1.254,51
73933 TRANSFERENCIA DA PM PARA A CÂMARA DE VEREADORES	0000	65.409,58	654.095,80
76852 CONSIGNAÇÃO BANCO DO BRASIL SA	0000	3.153,24	29.997,07
<b>Total Geral :</b>		<b>72.391,11</b>	<b>721.889,23</b>

QUADRO DEMONSTRATIVO DO COMPORTAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO/2014

Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Quadro Demonstrativo do Comportamento Orcamentário e Financeiro

Betha Sistemas

Página: 1/1

Exercício de 2014

Mês: Outubro

Mes	COMPORTAMENTO ORÇAMENTARIO			COMPORTAMENTO FINANCEIRO ATÉ O MÊS		
	Receita	Despesa	Déficit / Superávit		Ativo Financeiro	Passivo Financeiro
			Valor	Acumulado		
Janairo		36.521,10	36.521,10 D	36.521,10 D	43.991,93	15.103,45
Fevereiro		38.142,22	38.142,22 D	74.663,32 D	57.410,35	0,00
Marco		38.266,64	38.266,64 D	112.929,96 D	91.166,94	6.613,65
Abril		38.223,28	38.223,28 D	151.153,24 D	118.454,07	6.714,48
Maiio		44.530,06	44.530,06 D	195.683,30 D	133.099,11	480,00
Junho		55.785,33	55.785,33 D	251.468,63 D	144.722,16	2.478,80
Julho		41.558,16	41.558,16 D	293.026,79 D	166.094,78	0,00
Agosto		40.436,19	40.436,19 D	333.462,98 D	199.593,84	3.425,67
Setembro		57.284,20	57.284,20 D	390.747,18 D	199.193,55	0,00
Outubro		45.617,32	45.617,32 D	436.364,50 D	221.435,81	2.450,00
Novembro						
Dezembro						
TOTAL	0,00	436.364,50	436.364,50 D	436.364,50 D	221.435,81	2.450,00

AGUA DOCE, 31/10/2014

VILSON ANTONIO VERONA

PRESIDENTE CPF Nº 42567491953

NILZA APARECIDA MENDES

CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

**QUADRO SIMPLIFICADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA/2014****Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Quadro Simplificado da Execução Orçamentaria

Mês/Ano : Outubro/2014

Administração Direta

Débito			Crédito		
Saldo Exercício Anterior:			Despesa Orçamentária:		
			No Mês		
			Até o Mês		
Receita Extra-Orçamentaria			Despesa Extra Orçamentária:		
No Mês:			No Mês		
Até o Mês:			Até o Mês		
Total do Mês			Total do Mês		
<b>Total:</b>					
Créditos Adicionais - No Exercício			Movimento de Banco ( Disponível )		
Título	Aprovado	Dispendido	Título	Débito	Crédito
Suplementares:	784.915,00	14.800,00	Saldo do Mês Anterior :	199.193,55	
Especiais:	-	0,00	Retirado no Mês :		50.148,85
Extraordinários:	-	0,00	Depósitos do Mês :	72.391,11	
Diferença ( a - d ) :		<b>770.115,00</b>	Saldo :		221.435,81
			<b>Total:</b>	<b>271.584,66</b>	<b>271.584,66</b>

AGUA DOCE, 31/10/2014

VILSON ANTONIO VERONA  
PRESIDENTE CPF Nº 42567491953

NILZA APARECIDA MENDES  
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

**Alto Bela Vista****PREFEITURA****PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 062/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 062/2014

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 046/2014

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a aquisição de um veículo de passeio novo, tipo sedan, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas no Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo as propostas de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até 13h50, do dia 22 de dezembro de 2014, em sessão pública, com início previsto para as 14h da mesma data. A íntegra do Edital e informações complementares, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações".

Alto Bela Vista (SC), em 05 de dezembro de 2014.

Catia Tessmann Reichert

Prefeita Municipal.

**Antônio Carlos****PREFEITURA****AVISO DE ERRATA AO EDITAL DE LICITAÇÃO 106/2014 PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇO 67/2014**

A Prefeitura de Antônio Carlos, SC, torna pública ERRATA ao ANEXO I (Especificação, Quantitativos e Preços) do edital de Processo Licitatório nº 106/2014, Pregão Presencial 067/2014, acrescentando mais dois itens ao referido processo, conforme descritivo a seguir:

ITEM	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
7	fórmula infantil semi-elementar hi-poalergênica, a base de proteína extensamente hidrolisada, para lactantes de 0 a 12 meses, que apresentam alergia a proteína do leite de vaca e/ou de soja. isenta de sacarose e lactose, frutose e glúten, enriquecida com vitaminas e minerais. Lata de 400gr	Lata	200	101,75	20.350,00
8	alimento em pó com 100% de proteína isolada de soja isenta de lactose rico em vitaminas a, b12 e d: fósforo e zinco. Lata de 300gr	Lata	100	18,99	1.899,00

Fica ainda prorrogada a data de recebimento e abertura dos envelopes para o dia 18 de dezembro de 2014, às 9:00.

**PORTARIA N 560/2014**

PORTARIA Nº 560/2014.

Concede Férias a servidores da Educação.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias a servidores efetivos do FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR, a partir de 02 de janeiro de 2015, conforme abaixo discriminado:

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO
ALTAMIRO A. KRETZER	SECRETARIO DE EDUCAÇÃO	07/01/2014 a 06/01/2015
ANGELICA S. PEPPLER	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	15/02/2014 a 14/02/2015
ANTONINA KUHN BESEN	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	03/05/2014 a 02/05/2015
CARMEM GUESSER KOCH	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	02/01/2014 a 01/01/2015

CARMEM L. P. RAS-VEILER	PROFESSOR COM POS GRAD.	09/02/2014 a 08/02/2015
CARMEM L. P. RAS-VEILER	PROFESSOR COM POS GRAD.	01/08/2014 a 31/07/2015
CLEONICE SCHMITZ	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	16/02/2014 a 15/02/2015
ESTELMA MANES DECKER	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	03/03/2014 a 02/03/2015
EUCLEDES H. BESEN	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	12/02/2014 a 11/02/2015
IDINEIA CARLA BIOEU	DIRETOR DE PROJETOS	11/01/2014 a 10/01/2015
IVANEI SCHMITZ RICHARTZ	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	12/02/2014 a 11/02/2015
JANE GELSLEICHTER	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	01/07/2014 a 30/06/2015
JUDITE KOCH SCHMITT	TECNICO EM EDUCAÇÃO	01/08/2013 a 31/07/2014
LENI L. LEITE PAULI	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	01/03/2013 a 28/02/2014
MARGARETE V. DOS SANTOS	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	02/01/2014 a 01/01/2015
MARIA CLEUZA J. CARDOSO	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	08/02/2014 a 07/02/2015
MARIA INES KREMER	COORDENADORA DA EDUC.	05/02/2013 a 04/02/2014
MARIA LUCIA K. PAULI	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	05/02/2014 a 04/02/2015
MARIA M. RICHARTZ RODEN	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	01/04/2013 a 31/03/2014
VALTRUDES JUNKES PRIM	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	03/05/2014 a 02/05/2015
VANDERLEIA M. J. BESEN	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	02/01/2014 a 01/01/2015

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 05 de dezembro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 08 de dezembro de 2014.

### PORTARIA N 561/2014

PORTARIA Nº 561/2014.

Concede Férias a servidores da Educação.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,  
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias a servidores efetivos do FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO PRE-ESCOLAR, a partir de 02 de janeiro de 2015, conforme abaixo discriminado:

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO
CLARISE C. COELHO BESEN	AUXILIAR ADMINISTRATIVO I	02/03/2013 a 01/03/2014
ENI KREMER	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	10/01/2014 a 09/01/2015

MARIA GORETE DA S. ROSA	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	03/05/2014 a 02/05/2015
MARLENE T. G. HOF-FMANN	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	14/06/2014 a 13/06/2015
MAURICIO WEBER	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	02/01/2014 a 01/01/2015
ROSANA A. DA CRUZ	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	10/01/2014 a 09/01/2015

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 05 de dezembro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 08 de dezembro de 2014.

### PORTARIA N 562/2014

PORTARIA Nº 562/2014.

Concede Férias a servidores da Educação.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,  
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias a servidores efetivos do MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR, a partir de 02 de janeiro de 2015, conforme abaixo discriminado:

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO
ALTAIDE DA SILVA	MOTORISTA	02/10/2013 a 01/10/2014
JOSE DORVALINO MARTINS	MOTORISTA	02/01/2014 a 01/01/2015
JUCELMO BESEN	MOTORISTA	02/03/2013 a 01/03/2014
SOELI JUNKES PRIM	MOTORISTA	02/01/2014 a 01/01/2015
VILSON A. GELSLEICHTER	MOTORISTA	02/01/2014 a 01/01/2015

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 05 de dezembro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 08 de dezembro de 2014.

**PORTARIA N 563/2014**

PORTARIA Nº 563/2014.

Concede Férias a servidores da Educação.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias a servidores efetivos do FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO PROFESSOR EFETIVO, a partir de 02 de janeiro de 2015, conforme abaixo discriminado:

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO
ELISANGELA DECKER	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/01/2014 a 01/01/2015
ELISANGELA DECKER	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	01/08/2014 a 31/07/2015
HELENA SCHERER	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	08/02/2014 a 07/02/2015
HILTON LUIZ SCHMITZ	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	09/02/2014 a 08/02/2015
IDELSO WILVERT	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	23/03/2014 a 22/03/2015
JOAO PROTASIO PAULI	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	01/02/2014 a 31/01/2015
MARIA DE FATIMA C. SILVA	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	01/03/2014 a 28/02/2015
MARIA SUELI K. CUN-RADI	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	28/03/2013 a 27/03/2014
NILZETE DECKER KOCH	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/01/2014 a 01/01/2015
PATRICIA WIESE BESEN	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/11/2013 a 01/11/2014
REGINA CORREA	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	29/06/2013 a 28/06/2014
SILVIA Z. PEREIRA GUESSER	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	08/02/2014 a 07/02/2015
TANIA R. REITZ PETRI	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	05/05/2014 a 04/05/2015
ZULEIDE BESEN	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/01/2014 a 01/01/2015
ZULEIDE BESEN	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	09/02/2014 a 08/02/2015

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 05 de dezembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 08 de dezembro de 2014.

**PORTARIA N 564/2014**

PORTARIA Nº 564/2014.

Concede Férias a servidores da Educação.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias a servidores efetivos

do FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO PROFESSOR PRE ESCOLAR EFETIVO, a partir de 02 de janeiro de 2015, conforme abaixo discriminado:

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO
AUREA H. KREMER MANNES	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	06/04/2014 a 05/04/2015
AUTANEI J. HIL-LESHEIN	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/01/2014 a 01/01/2015
APARECIDA L. DA S.GOEDERT	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	08/02/2014 a 07/02/2015
CRISTIANE D. DA S. CUNHA	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/01/2014 a 01/01/2015
ELIANE GOEDERT DE SOUZA	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	15/02/2014 a 14/02/2015
CLAUDIA WEBER DE MELO	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	01/04/2014 a 31/03/2015
INES KUHN GUESSER	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/01/2014 a 01/01/2015
IVANIR DIAS	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	09/02/2014 a 08/02/2015
IVANIR DIAS	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	05/02/2014 a 04/02/2015
GISELA PAULI CARDOSO	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/01/2014 a 01/01/2015
KATIA T. GOEDEERT	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/01/2014 a 01/01/2015
LUCELIA BESEN BECHTOLD	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/01/2014 a 01/01/2015
LUCIANA M. COELHO ELI	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	01/03/2014 a 28/02/2015
MANUELLE DECKER MANNES	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/04/2014 a 01/04/2015
MANUELLE DECKER MANNES	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/05/2014 a 01/05/2015
MARCIA KOCH MANNES	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	09/02/2014 a 08/02/2015
MARCELITA P. G. SILVEIRA	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	01/04/2014 a 31/03/2015
MARILENE Z. MARTEN-DAL	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/01/2014 a 01/01/2015
MONICA S. ZIMERMANN	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	01/03/2014 a 28/02/2015
NAIR Z. GELSLEICHTER	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	01/09/2014 a 31/08/2015
SIMONE DE SOUZA SCHMITZ	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/01/2014 a 01/01/2015

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 05 de dezembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 08 de dezembro de 2014.

**PORTARIA N 565/2014**

PORTARIA Nº 565/2014.

Concede Férias a servidores da Educação.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,  
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias a servidor efetivo do  
FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO PROFESSOR PRE ESCOLAR  
EFETIVO, MONIQUE DE OLIVEIRA SILVEIRA - PROFESSOR COM  
PÓS-GRADUAÇÃO a partir de 20 de janeiro de 2015, referente ao  
período aquisitivo de 11/02/2014 a 10/02/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publi-  
cação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 05 de dezembro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 08 de dezembro de 2014.

**PORTARIA N 566/2014**

PORTARIA Nº 566/2014.

Concede Adicional de Titulação.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,  
no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei Municipal  
nº 1250/2009,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL DE TITULAÇÃO, por GRADU-  
AÇÃO, a servidor efetivo VANESSA KOCH MANNES, ocupante do  
cargo de TECNICO EM CONTABILIDADE, a partir do mês de de-  
zembro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publi-  
cação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 05 de dezembro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 08 de dezembro de 2014.

**PORTARIA N 567/2014**

PORTARIA Nº 567/2014.

Concede Férias a servidores da Assistencia Social..

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,  
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias a servidores  
do FUNCIONAMENTO DO GRUPO DE IDOSOS, a partir de 02 de  
janeiro de 2015, conforme abaixo discriminado:

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO
ROBERTA C. LOUREN- ÇO	ANIMADOR TERCEIRA IDADE	11/03/2013 a 10/03/2014
ROSILMA H. JUNKES	ANIMADOR TERCEIRA IDADE	04/04/2012 a 03/04/2013
ROGERIA G KREMER BRUHL	ANIMADOR TERCEIRA IDADE - ACT	01/08/2013 a 31/07/2014

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publi-  
cação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 05 de dezembro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 08 de dezembro de 2014.

**PORTARIA N 568/2014**

PORTARIA Nº 568/2014.

Concede Férias a servidores da Educação.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,  
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias a servidores  
do APOIO A AÇÕES ARTISTICAS E CULTURAIS, a partir de 02 de  
janeiro de 2015, conforme abaixo discriminado:

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO
LEONITA PETRI KUHN (824)	BIBLIOTECARIA	17/10/2011 a 16/10/2012
LUCIANA S. DEÇA NEVES (1385)	COORDENADORA MUNICIPAL	13/01/2014 a 12/01/2015
MARIA DAS G. H. MUL- LER (838)	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	05/02/2014 a 04/02/2015
SILVERIO PETRI (129)	PROFESSOR DE ARTES	02/03/2013 a 01/03/2014

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 05 de dezembro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 08 de dezembro de 2014.

## PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 168/2014

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 168/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 096/2014 - Pregão 061/2014. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: Alice Terezinha dos Santos EPP; Objeto: Aditar quantitativamente e consequentemente o valor do presente contrato, que consiste na "aquisição de móveis e equipamentos de informática para instalação do balcão do cidadão no Paço Municipal, no Município de Antônio Carlos S/C, em conformidade com as especificações, quantitativos o e orçamento Anexo I"; Valor do Aditivo: R\$ 1.382,00 (um mil trezentos e oitenta e dois reais); Valor do Contrato Aditivado: R\$ 7.002,00 (sete mil e dois reais).

Antônio Carlos, 05 de dezembro de 2014.  
Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

## Arroio Trinta

### PREFEITURA

### CONTRATO Nº 0066/2014 - AGROPRATA COM. DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP

CONTRATO Nº0066/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0047/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº034/2014, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Contrato de compra e venda que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com se de a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do XV de Novembro, s/n Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e de outro lado à empresa AGROPRATA - COM. DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº.20.963.380/0001-77, com sede na Estrada Linha União da Serra, 50, Bairro Caravágio, 95320.000 no município de Nova Prata - Estado de Rio Grande do Sul, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Senhor ALTAIR FABRO, inscrito no CPF sob Nº 587.244.600-44 e Carteira de Identidade nº 1039589815, residente e domiciliado na Rua Linha União da Serra, 50, Bairro Caravágio, 95320.000 no município de Nova Prata - Estado de Rio Grande do Sul que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0047/2014, Pregão Presencial Nº034/2014, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei Complementar 123/06, Lei nº 10.520/02, Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente contrato o fornecimento pela contratada dos seguintes Equipamentos, referente recursos, PROCESSO Nº 2623.1019863-62/2014, PROPOSTA SI-CONV Nº 022578/2014, CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01 Trator cortador de Grama, 02 lâminas, 03 marchas, potência mínima de 12,5hp, partida elétrica, tanque combustível 5,6 litros, plataforma de corte mínima de 76 cm. Garantia de no mínimo 12 meses da emissão da nota fiscal.	R\$6.820,00	R\$6.820,00
Roçadeira Costal, acompanhada de um cinturão ergonômico e um cabecote com fio nylon, semi-automática, além da lâmina quatro pontas. Potência mínima de 1,5 kw/2,01hp. Garantia de no mínimo 12 meses da emissão da nota fiscal.	R\$1.480,00	R\$5.920,00

§ 1º - O prazo para a entrega deverá ser de 45 (quarenta e cinco) a 60 (sessenta) dias da Homologação desta licitação, assinada pelo Prefeito Municipal Sr. Alcidir Felchilcher;

§ 2º - A entrega somente deverá ser feita quando a Prefeitura enviar por e-mail ou fax a Autorização de Fornecimento, daí então a empresa vencedora deverá providenciar a entrega dos bens.

§ 3º - A entrega dos Equipamentos deverá ser feita no Prédio da Prefeitura com o Prefeito Municipal Sr. Alcidir Felchilcher e o Secretário Municipal de Agricultura Sr. Marciano Biava, sendo que os mesmos farão o recebimento e a conferência dos equipamentos.

§ 4º - Garantia de no mínimo 12 (doze) meses da emissão da nota fiscal.

§ 5º - Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora;

CLÁUSULA SEGUNDA - O Município pagará a empresa vencedora um valor total de R\$ 12.740,00(DOZE MIL SETECENTOS E QUARENTA REAIS), sendo que o valor não será reajustado.

§ 1º - A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

§ 2º - Só haverá reajuste de valores nas condições do § 2º, Cláusula Terceira e na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA TERCEIRA - O pagamento será feito por transferência bancária, em até 10 (dez) dias após a entrega dos equipamentos, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentada na tesouraria da Prefeitura e conforme liberação dos recursos pelo Governo Federal..

CLÁUSULA QUARTA - O prazo do presente contrato, terá seu início em 02 de dezembro de 2014 e terminará em 02 de fevereiro 2015, o presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2014, conforme segue:

32/2014  
00002.00010.00026.00782.00023.1.000013.3.4.4.9.0.00.00.00.0  
0.00  
Aplicações Diretas

147/2014  
00002.00010.00026.00782.00023.1.000013.3.4.4.9.0.00.00.00.0  
0.00  
Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, sem que

caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Contratada assume, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte dos equipamentos, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro da Comarca de Videira - SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 02 de dezembro de 2014.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA  
CNPJ 82.826.462/0001-27  
CONTRATANTE

AGROPRATA - COM. DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP  
CNPJ nº.20.963.380/0001-77  
CONTRATADA  
ALTAIR FABRO  
CPF sob Nº 587.244.600-44

TESTEMUNHAS:  
MICHEL JUNIOR SERIGHELLI RONIVAN BRANDALISE  
CPF - 000.077.349-21 CPF: 027.783.989-02

**CONTRATO Nº 0067/2014 - BUDNY IND. E COMÉRCIO LTDA**

CONTRATO Nº0067/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0047/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº034/2014, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRÍCOLA PARA O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Contrato de compra e venda que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com se de a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do XV de Novembro, s/n Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e de outro lado à empresa BUDNY - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 95.863.684/0001-61, com sede na Rua Geral sn, Linha Zilli, Município de Içara - Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Senhor JOEL JOSÉ RIBOLI, inscrito no CPF sob Nº 509.525.369-00 e Carteira de Identidade nº 1332917, residente e domiciliado na Rodovia SC 453, KM 54 s/, Bairro Morado do Sol, no município de Videira - Estado de Santa Catarina, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0047/2014, Pregão Presencial Nº034/2014, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei Complementar 123/06, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente contrato o fornecimento pela contratada do seguinte Equipamento, referente recursos, PROCESSO Nº 2623.1019863-62/2014, PROPOSTA SICONV Nº 022578/2014, CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01 Trator trator agrícola novo, potência mínima 50CV, traçado 4x4, rotação normal do motor 2250rpm, freios tipo discos em banho de óleo, acionamento mecânico 2500 cm³. Garantia de no mínimo 12 meses da emissão da nota fiscal.	R\$66.500,00	R\$66.500,00

§ 1º - O prazo para a entrega deverá ser de 45 (quarenta e cinco) a 60 (sessenta) dias da Homologação desta licitação, assinada pelo Prefeito Municipal Sr. Alcidir Felchilcher;

§ 2º - A entrega somente deverá ser feita quando a Prefeitura enviar por e-mail ou fax a Autorização de Fornecimento, daí então a empresa vencedora deverá providenciar a entrega dos bens.

§ 3º - A entrega dos Equipamentos deverá ser feita no Prédio da Prefeitura com o Prefeito Municipal Sr. Alcidir Felchilcher e o Secretário Municipal de Agricultura Sr. Marciano Biava, sendo que os mesmos farão o recebimento e a conferência dos equipamentos.

§ 4º - Garantia de no mínimo 12 (doze) meses da emissão da nota fiscal.

§ 5º - Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora;

CLÁUSULA SEGUNDA - O Município pagará a empresa vencedora um valor total de R\$ 66.500,00 (SESSENTA E SEIS MIL E QUINHENTOS REAIS), sendo que o valor não será reajustado.

§ 1º - A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

§ 2º - Só haverá reajuste de valores nas condições do § 2º, Cláusula Terceira e na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA TERCEIRA - O pagamento será feito por transferência bancária, em até 10 (dez) dias após a entrega dos equipamentos, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentada na tesouraria da Prefeitura e conforme liberação dos recursos pelo Governo Federal..

CLÁUSULA QUARTA - O prazo do presente contrato, terá seu início em 02 de dezembro de 2014 e terminará em 02 de fevereiro 2015, o presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2014, conforme segue:

32/2014

00002.00010.00026.00782.00023.1.000013.3.4.4.9.0.00.00.00.0

0.00

Aplicações Diretas

147/2014

00002.00010.00026.00782.00023.1.000013.3.4.4.9.0.00.00.00.0

0.00

Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Contratada assume, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte dos equipamentos, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Fica eleito o Foro da Comarca de Videira - SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 02 de dezembro de 2014.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA  
CNPJ 82.826.462/0001-27  
CONTRATANTE

BUDNY - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA  
CNPJ nº. 95.863.684/0001-61  
CONTRATADA  
JOEL JOSÉ RIBOLI  
CPF Nº 509.525.369-00

TESTEMUNHAS:  
MICHEL JUNIOR SERIGHELLI      RONIVAN BRANDALISE  
CPF - 000.077.349-21              CPF: 027.783.989-02

### **CONTRATO Nº 0068/2014 - COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI LTDA**

CONTRATO Nº0068/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0047/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº034/2014, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRÍCOLA PARA O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Contrato de compra e venda que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com se de a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo

Prefeito Municipal ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do XV de Novembro, s/n Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e de outro lado à empresa COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 05.797.417/0001-40, com sede na Rua xv de Novembro 1553, Bairro São Vicente, Município de ITAPIRA - Estado de São Paulo, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Senhor PLINIO CREMASCO JUNIOR, inscrito no CPF sob Nº 777.240.628-20 e Carteira de Identidade nº 4.437.966, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro 1553, Bairro São Vicente - Itapira - Estado de São Paulo, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0047/2014, Pregão Presencial Nº034/2014, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei Complementar 123/06, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - O objeto do presente contrato o fornecimento pela contratada do seguinte Equipamento, referente recursos, PROCESSO Nº 2623.1019863-62/2014, PROPOSTA SICONV Nº 022578/2014, CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Trator Agrícola Novo, potência mínima de 50cv, traçado 4x4, rotação normal do motor 2250rpm, freios tipo discos em banho de óleo, acionamento mecânico, cilindrada 2500cm3. Garantia de no mínimo 12 meses da emissão da nota fiscal.	R\$18.850,00	R\$18.850,00

§ 1º - O prazo para a entrega deverá ser de 45 (quarenta e cinco) a 60 (sessenta) dias da Homologação desta licitação, assinada pelo Prefeito Municipal Sr. Alcidir Felchilcher;

§ 2º - A entrega somente deverá ser feita quando a Prefeitura enviar por e-mail ou fax a Autorização de Fornecimento, daí então a empresa vencedora deverá providenciar a entrega dos bens.

§ 3º - A entrega dos Equipamentos deverá ser feita no Prédio da Prefeitura com o Prefeito Municipal Sr. Alcidir Felchilcher e o Secretário Municipal de Agricultura Sr. Marciano Biava, sendo que os mesmos farão o recebimento e a conferência dos equipamentos.

§ 4º - Garantia de no mínimo 12 (doze) meses da emissão da nota fiscal.

§ 5º - Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora;

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O Município pagará a empresa vencedora um valor total de R\$18.850,00(DEZOITO MIL OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS), sendo que o valor não será reajustado.

§ 1º - A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

§ 2º - Só haverá reajuste de valores nas condições do § 2º, Cláusula Terceira e na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA TERCEIRA - O pagamento será feito por transferência bancária, em até 10 (dez) dias após a entrega dos equipamentos, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentada na tesouraria da Prefeitura e conforme liberação dos recursos pelo Governo Federal..

CLÁUSULA QUARTA - O prazo do presente contrato, terá seu início em 02 de dezembro de 2014 e terminará em 02 de fevereiro 2015, o presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2014, conforme segue:

32/2014  
00002.00010.00026.00782.00023.1.000013.3.4.4.9.0.00.00.00.0  
0.00  
Aplicações Diretas

147/2014  
00002.00010.00026.00782.00023.1.000013.3.4.4.9.0.00.00.00.0  
0.00  
Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei nº 10.520/02, Lei n.º. 8.666/93, e alterações posteriores, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Contratada assume, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte dos equipamentos, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão,

exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro da Comarca de Videira - SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 02 de dezembro de 2014.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA  
CNPJ 82.826.462/0001-27  
CONTRATANTE

COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI LTDA  
CNPJ sob nº. 05.797.417/0001-40  
CONTRATADA  
PLINIO CREMASCO JUNIOR  
CPF Nº 777.240.628-20

TESTEMUNHAS:  
MICHEL JUNIOR SERIGHELLI      RONIVAN BRANDALISE  
CPF - 000.077.349-21      CPF: 027.783.989-02

# Ascurra

## PREFEITURA

### LEI Nº 1388, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 1388, de 01 de dezembro de 2014.

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E A POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ASCURRA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

#### CAPITULO I DAS DEFINIÇÕES E DISPOSIÇÕES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 1º - Conforme artigo primeiro da Lei Orgânica de Assistência social - LOAS, "A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas".

#### CAPITULO II DOS PRINCÍPIOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 2º - Os princípios da Política Municipal de Assistência Social em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e LOAS serão:

- I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

#### CAPITULO III DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 3º - As diretrizes da Política Municipal de Assistência Social baseada na Lei Orgânica de Assistência Social - Loas:

- I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;
- II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

#### CAPITULO IV DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 4º - Os objetivos municipais da política pública de assistência social de Ascurra, a ser trabalhada de forma integrada com as demais políticas públicas, considerando a realidade do município e de seus diferentes territórios (bairros), garantindo o acesso aos mínimos sociais, atendendo a população em vulnerabilidade social, tendo como objetivos:

- I - Organizar e prover serviços, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica, quando necessário, especial, a famílias e/ou indivíduos que deles necessitem;
- II - Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários, promovendo acesso aos bens e serviços sócios assistenciais básicos, independente da zona de residência, rural ou urbana;
- III - Desenvolver as ações no âmbito da assistência social tendo em vista a centralidade na família, visando à garantia a convivência família e comunitária.

#### CAPITULO V DOS USUÁRIOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 5º- O público usuário da política de assistência social é formado por famílias e/ou indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade e/ou riscos sociais. Entende-se como situações de atendimento e/ou acompanhamento: famílias e indivíduos com vínculos de pertencimento, sociabilidade ou afetivos fragilizados, atendendo diferentes ciclos de vida, estigmatizados por situações de preconceito, desvantagem pessoal resultante de deficiências, exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas, diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal ou informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco.

#### CAPITULO VI SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS.

Art. 6º - O município oferecerá os Serviços de Proteção Social Básica, através do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, entendendo estes serviços como:

- I - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- II - Serviço de convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- III - Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

Art. 7º- O município, que possui Gestão Básica da Política de Assistência social, oferecerá os Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, de acordo com a necessidade, por técnicos da Gestão da Política de Assistência Social, priorizando os seguintes serviços:

- I - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI);
- II - Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à comunidade (PSC);

Parágrafo Único - Caso ocorra demanda de Serviço de Acolhimento Institucional, pertencente à Proteção Social de Alta Complexidade, a equipe técnica da Gestão da Política realizará contato com entidade conveniada ou prestadora de serviço para atender a referida demanda.

Art. 8º - O Benefício de Prestação Continuada será divulgado pela Assistência social, encaminhando os cidadãos a quem dele necessitar e fazer jus, conforme critérios estabelecidos, para a agência do INSS responsável pelo atendimento do município.

Art. 9º - Para os benefícios eventuais, o município disponibilizará recursos financeiros para custeio referentes aos benefícios constantes na Lei nº 12.435/2011, auxílio natalidade e auxílio funeral, assim como cesta básica, estabelecendo os critérios de acesso em legislação própria.

Art. 10 - O município manterá o Programa de Atendimento da

Terceira Idade, priorizando o atendimento da população em vulnerabilidade social, inserindo esta população no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, conforme orientação da Resolução CNAS 109, 11/11/2009.

Art. 11 - O prefeito nomeará Gestor Municipal do Programa Bolsa Família, do Governo Federal, sendo que este será responsável pela Gestão Descentralizada do Programa no município.

Parágrafo Único: Os Serviços, Programas e Benefícios disponibilizados para a população, serão articulados com a rede de atendimento público, estabelecendo parcerias com as demais políticas públicas sempre que possível e necessário.

## CAPÍTULO VII

### GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 12 - O município é considerado município de pequeno porte I, pois possui a população abaixo de 20.000 habitantes, possui Gestão Básica, com a instalação de um Cras no município para a oferta dos Serviços da Proteção Social Básica e a Gestão da Política para os demais serviços necessários.

Art. 13 - Compete ao órgão da administração pública municipal responsável pela execução da Política Municipal de Assistência Social:

I - Coordenar e articular os Serviços, Programas, Projetos e Benefícios no campo da Assistência Social;

II - Efetuar o pagamento dos benefícios eventuais de auxílio natalidade e funeral, definidos na Lei Federal nº 12.435/2011, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social em resolução própria;

III - Atender, mesmo não possuindo Gestão Plena, as ações de caráter de emergência relacionadas a períodos de calamidades públicas;

IV - Contribuir para a articulação das políticas públicas municipais para facilitar o acesso à direitos dos munícipes e cidadãos ascurrenses.

V - Alimentar os sistemas de monitoramento, avaliação e informação de serviços, programas, projetos e benefícios.

Art. 14 - Para garantir a operacionalização do município na Gestão da Política de Assistência Social, ficam criados e regulamentados:

I - O Conselho Municipal de Assistência Social;

II - O Fundo Municipal de Assistência Social;

III - As Conferências Municipais da Assistência social.

## SEÇÃO I

### DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 15 - O controle social, enquanto instrumento de efetivação de participação popular no processo de gestão político-administrativo-financeira, torna-se uma das atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social, entendendo o mesmo como órgão deliberativo, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e sociedade civil, responsável pela deliberação da política municipal de Assistência social e controladora das ações na área da assistência social.

Art. 16 - O Conselho Municipal de Assistência Social é composto por 10 (dez) membros, sendo 5(cinco) representantes titulares e respectivos suplentes da entidade governamental e 5 (cinco) titulares e respectivos suplentes de entidades não governamentais.

Art. 17 - Os conselheiros representantes governamentais serão indicados e nomeados através de portaria, pelo prefeito municipal, pertencendo as seguintes áreas de atuação: serviço social, saúde, educação, finanças e outra área que atue em parceria com a Política de Assistência Social.

Art. 18 - Os conselheiros representantes não governamentais serão eleitos em Fórum de Entidades Não Governamentais, organizado bianualmente pelo Conselho Municipal de Assistência Social, com respaldo do Prefeito Municipal, sendo eleitos representantes das seguintes áreas: dos usuários da Política de Assistência Social, da Associação dos Servidores Públicos Municipais, do Programa de

Atendimento à Terceira Idade, do Conselho Tutelar e das APPs das Escolas Públicas Municipais ou Estaduais.

Art. 19 - O mandato dos conselheiros é de 2 (dois) anos, facultando uma recondução ou reeleição, sendo o seu exercício considerado de interesse público relevante, não remunerado.

Art. 20 - O representante governamental poderá ser substituído caso haja vacância do titular e do seu respectivo suplente, por nova indicação do poder executivo, respeitando a continuidade representativa dos setores mencionados no artigo 14º desta Lei.

Art. 21 - O representante não governamental poderá ser substituído caso haja vacância do titular e suplente, por nova indicação da entidade a qual representa, sem a prévia realização do Fórum de Entidades Não Governamentais, objetivando a permanência da paridade do Conselho.

Art. 22 - O Conselheiro que, no exercício de titularidade, faltar a 2 (duas) reuniões consecutivas ou 4 (quatro) alternadas, salvo justificativa aprovada por maioria simples de seus membros, perderá seu mandato, vedada sua recondução para o mesmo período.

Art. 23 - O Conselho Municipal de Assistência Social, em sua primeira reunião após empossado pelo prefeito municipal, se reunirá e elegerá internamente a diretoria administrativa, sendo constituída por: coordenador e vice coordenador, primeiro e segundo secretário.

Art. 24 - Como complementação das atribuições citadas no Art. 12º desta Lei, temos a incluir, conforme PNAS/2004: O conselho tem como principais atribuições a deliberação e a fiscalização da execução da Política e de seu financiamento, em consonância com as diretrizes propostas pela conferência; a aprovação do plano; a apreciação e a aprovação da proposta orçamentária para a área e do plano de aplicação do fundo, com a definição dos critérios de partilha dos recursos, exercidas em cada instância em que estão estabelecidos. Os conselhos ainda normalizam, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam os serviços de assistência social, prestados pela rede socioassistencial, definindo os padrões de qualidade de atendimento, e estabelecendo os critérios para repasse de recursos financeiros.

Parágrafo Único: Nas decisões do Conselho, consideram-se unicamente os membros titulares, salvo em sua ausência, na qual poderá se manifestar o respectivo suplente da entidade.

## SEÇÃO II

### FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 25 - Permanece o Fundo Municipal de Assistência social como mecanismo captador e aplicador de recursos a serem utilizados na Política Municipal de Assistência Social.

Art. 26 - Os controles contábeis do Fundo Municipal de Assistência Social serão realizados pelo setor de contabilidade da Prefeitura Municipal do Município, inclusive as prestações de contas na forma da Lei, respeitando a apreciação e deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social para todas as despesas, assim como da Gestão Municipal do Programa Bolsa Família, no que diz respeito ao Índice de Gestão Descentralizada Municipal - IGDM/PBF.

Art. 27 - Compete ao gestor da Política de Assistência social:

I - Registrar os recursos próprios do município ou a ele transferidos pelo estado e pela União ao Fundo Municipal de Assistência social;

II - Registrar os demais recursos captados para o fundo Municipal de Assistência Social, através de doações ou convênios;

III - Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito pelo município, nos termos das Resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social;

IV - Liberar recursos a serem aplicados em benefícios da Política de Assistência Social, em consonância com as resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social e da Lei Orgânica da Assistência Social, Lei 12.435.

Art. 28 - Composição dos Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social:

I - Recursos provenientes das transferências dos Fundos Nacional

e Estadual de Assistência Social;

II - Recursos de dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III - Doações, contribuições e subvenções transferidas de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não governamentais;

IV - Doações em espécie realizadas como pagamento de pena alternativa, designadas pelo Poder Judiciário;

V - Parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por forma da Lei e de convênios no setor;

VI - Outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

Art. 29 - O ordenador das despesas referente ao Fundo Municipal de Assistência Social será designado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e regulamentado através de decreto municipal.

### SEÇÃO III

#### DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 30 - As Conferências de Assistência Social são espaços de caráter deliberativo em que é debatida e avaliada a Política de Assistência Social. Também são propostas novas diretrizes, no sentido de consolidar e ampliar os direitos socioassistenciais dos seus usuários. Os debates são coletivos com participação social mais representativa, assegurando momentos para discussão e avaliação das ações governamentais e também para a eleição de prioridades políticas que representam os usuários, trabalhadores e as entidades de assistência social.

Art. 31 - O Conselho Municipal de Assistência Social é responsável pela realização da Conferência Municipal de Assistência Social, em parceria com o órgão Gestor da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 32 - A Conferência Municipal deverá ocorrer conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 33 - Após a votação das propostas municipais, serão votados delegados para participarem da Conferência Estadual de Assistência Social, com o objetivo de realizarem a defesa das propostas aprovadas.

Art. 34 - Fica o órgão gestor responsável e o Conselho Municipal de Assistência social responsável por acompanhar a efetivação das ações deliberadas nas conferências municipais.

### CAPÍTULO VIII

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35 - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 36 - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei 715, de 11 de dezembro de 1995 e a Lei 0761 de 26 de maio de 1997.

Município de Ascurra em, 01 de dezembro de 2014.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 01 de dezembro de 2014.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

### LEI Nº 1389, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 1389, de 01 de dezembro de 2014.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS PELA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ASCURRA.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS), alterada pela Lei nº. 12.435, de 06 de julho de 2011, art. 22.

Art. 2º - Os benefícios eventuais constituem provisões de proteção social de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

§ 1º Destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

§ 2º Os Benefícios Eventuais só devem atender situações de vulnerabilidade pertinentes a Política de Assistência social. Assim, não serão considerados benefícios eventuais de assistência social situações relacionadas a programas, projetos, serviços e benefícios na área de saúde, educação, habitação e demais políticas setoriais.

Art. 3º - Os Benefícios Eventuais que integram esta Lei caracterizam-se pelas modalidades:

I - Auxílio natalidade;

II - Auxílio funeral;

III - Auxílio a situações de vulnerabilidade temporária;

IV - Auxílio a situações de violações de direitos, com fragilização e/ou rompimento de vínculos familiares e situações de calamidade pública e de emergência.

§ 1º O benefício eventual deve ser ofertado de forma articulada à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas;

§ 2º O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual;

§ 3º É proibida à exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza;

§ 4º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e vítimas de calamidades públicas e situações de emergências.

### SEÇÃO I

#### DO AUXÍLIO NATALIDADE

Art. 4º - O auxílio natalidade se constituirá pelo repasse do valor equivalente ½ (meio) salário mínimo vigente em parcela única ao requerente que comprovar os critérios estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 5º desta lei.

Art. 5º - O auxílio natalidade atenderá, aos seguintes aspectos:

I - necessidades do recém-nascido;

II- apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido, auxílio funeral, conforme art. 8º;

III- apoio à família no caso de morte da mãe decorrente do parto.

§ 1º São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

I - O responsável deverá apresentar a certidão de nascimento do recém-nascido;

II - Comprovante de renda familiar.

III - Documentos pessoais;

IV - Comprovante atual de residência no município.

§ 2º O benefício pode ser solicitado até o 30º dia após o nascimento da criança;

Art. 6º - O critério de renda mensal per capita familiar para acesso ao benefício de auxílio natalidade será igual ou inferior a 1/4 (um quarto) salário mínimo, sendo concedido às famílias cadastradas no Cadastro Municipal.

§ 1º Para cálculo da renda per capita será contado o nascituro.

§ 2º Em caso de nascimento de gemelares será acrescido na concessão do auxílio natalidade o percentual de 100%.

Art. 7º - A família beneficiária do auxílio natalidade deverá ser encaminhada para avaliação de indicadores de acompanhamento de PAIF pela equipe do Centro de Referência de Assistência Social, ou caso identificada situação de violação de direitos para acompanhamento no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

## SEÇÃO II

### DO AUXÍLIO FUNERAL

Art. 8º - O auxílio funeral se constituirá no repasse do valor de 1/2 (meio) salário mínimo vigente.

Art. 9º - O auxílio funeral atenderá:

I - as despesas de urna e serviços funerários;

II - as necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros; e

III - o ressarcimento, no caso de ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário.

§ 1º São documentos essenciais para a concessão do auxílio funeral:

I - Atestado de óbito;

II - Comprovante ou declaração de renda familiar;

III - Comprovante atual de residência no município;

IV - Documentos pessoais.

§ 2º O auxílio funeral poderá ser solicitado até 30 dias após o óbito.

§ 3º O valor do auxílio funeral, quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social em situação de abandono, morador de rua, ou indivíduo sem vínculo familiar conhecido será o total dos custos das despesas decorrentes do funeral, sendo gerido pelo órgão gestor municipal de Assistência Social.

§ 4º Não poderá ser concedido o auxílio funeral em caso da família requerente possuir acesso a outros auxílios decorrentes do óbito e/ou plano particular de assistência funeral.

Art. 10 - O critério de renda mensal per capita familiar para acesso ao benefício de auxílio funeral será igual ou inferior a 1/4 (um quarto) salário mínimo.

§ 1º Nos casos em que as famílias não se enquadrem nos critérios do Art. 11, mas se encontram em situação peculiar de vulnerabilidade social que impeça ou dificulte o enfrentamento da situação ocorrida, o profissional assistente social, mediante estudo sócio econômico, poderá repassar o benefício.

§ 2º Os benefícios de transferência de renda, recebidos mensalmente, como por exemplo, benefício do Programa Bolsa Família, será contabilizado no cálculo da renda per capita para a concessão do auxílio funeral.

## SEÇÃO III

### DO AUXÍLIO À SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA

Art. 11 - O auxílio a situação de vulnerabilidade temporária se constituirá no repasse de benefícios prestados em caráter transitório em forma de pecúnia ou de bem material para a reposição de perdas com a finalidade de atender contingências, assegurar a sobrevivência e/ou reconstruir a autonomia individual e/ou familiar através da redução de vulnerabilidades e impactos decorrentes de riscos sociais.

Art. 12 - A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e

familiar, assim entendidos:

I- riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II- perdas: privação de bens e de segurança material; e

III- danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo Único: Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I- da falta de:

a) acesso a condições e meios para produzir segurança social e suprir as necessidades básicas do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;

b) documentação.

Art. 13 - São consideradas provisões compatíveis com os benefícios eventuais, desde que não ofertadas por outras políticas setoriais, as destinadas:

I - à alimentação;

II - ao custeio dos gastos para expedição de documentação pessoal, como fotografia e fotocópia, desde que não disponibilizados por sistemas oficiais facilitadores de documentação.

Art. 14 - O critério de renda mensal per capita familiar para acesso ao benefício de situação de vulnerabilidade temporária é igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo, e será concedido às famílias cadastradas no Cadastro Municipal.

§ 1º Os benefícios de transferência de renda, recebidos mensalmente, como por exemplo, benefício do Programa Bolsa Família, será contabilizado no cálculo da renda per capita para a concessão do benefício alimentação.

## SEÇÃO IV

### DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA DIRETA

Art. 15 - O Benefício eventual de Transferência de Renda Direta é destinado às famílias e indivíduos em situação de risco social, encaminhados pelos serviços de média e alta complexidade do SUAS- Sistema Único de Assistência Social, condicionado ao parecer social elaborado por profissional do Serviço Social da Gestão da Política de Assistência Social e cuja família beneficiária apresente uma ou mais das seguintes situações:

I - Acolhimento de crianças e/ou adolescentes, por família extensa ou indivíduo com laços de afinidade, que não possuem condições de manter as crianças sem auxílio da Política de Assistência Social, porém preservam o direito ao convívio familiar e/ou comunitário;

II - Acolhimento de Pessoa com deficiência e/ou idosa incapacitada para a vida independente, que tenha sofrido maus tratos e/ou abandono e tenha sido acolhida por família extensa ou pessoa com laços de afinidade, que não possuam condições de manter as necessidades básicas sem o auxílio da Política de Assistência Social, porém preservam o direito ao convívio familiar e/ou comunitário;

III - Pessoas em acompanhamento no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas em Situação de Rua, com vínculos rompidos e sem condições de manter as necessidades básicas;

IV - Em casos de famílias atingidas por calamidade pública, comprovado através de laudo da Defesa Civil, e que tenham prejuízos ou perda da residência de forma definitiva ou temporária, móveis e demais utensílios necessários para sobrevivência.

Art. 16 - O valor do benefício de transferência de renda direta será no valor de 1/2 salário mínimo nacional vigente.

Art. 17 - O pagamento do benefício financeiro poderá ser bloqueado, suspenso ou cancelado, mediante parecer social, quando:

I - a família e/ou indivíduo não aderir ao plano de acompanhamento familiar;

II - superar sua situação de vulnerabilidade, mediante parecer social;

III - que deixar de residir no Município de Ascurra.

Art. 18 - A Situação de Calamidade Pública caracteriza-se quando há reconhecimento pelo poder público de situações anormais como: baixas e altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, estiagem, desabamento, incêndios e epidemias, causando sérios danos à comunidade ou à vida de seus integrantes.

Art. 19 - Para atendimento de vítimas de situação de calamidade pública, o benefício eventual deverá ser gestionado de forma articulada com o serviço de proteção socioassistencial de alta complexidade caracterizado como: de proteção em situação de calamidade pública e de emergências definido pela resolução do CNAS nº. 109 de 11 de novembro de 2009.

Art. 20 - A forma de acesso ao Auxílio de Transferência Direta de Renda é mediante parecer social identificando uma ou mais situações descritas no artigo 15º da Seção IV desta Lei, dispensando avaliação socioeconômica ou comprovação de rendimentos.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21 - Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II - a realização de estudos da realidade e monitoramento da demanda para concessão dos benefícios eventuais; e

III - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 22 - Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - estabelecer critérios de acesso pela população, quando necessário;

II - fiscalizar a aplicação dos Benefícios Eventuais, se os critérios para seu acesso estão sendo respeitados;

III - regulamentar situação não especificada por esta lei.

Art. 23 - As despesas decorrentes desta Lei ocorrerão por conta de dotação orçamentária, prevista na Unidade Orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social em cada exercício financeiro.

Parágrafo Único: Em caso de ocorrência de calamidade pública os recursos financeiros deverão ser complementados e articulados com os recursos destinados a defesa civil.

Art. 24 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Lei 7.166/1997.

Município de Ascurra em, 01 de dezembro de 2014.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,  
Município de Ascurra em, 01 de dezembro de 2014.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

#### LEI Nº 1390, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 1390, de 01 de dezembro de 2014.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR POR TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1342, de 09 de dezembro de 2013.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2014, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 41.792,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: ( 41.792,00 )

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001.0015	URBANISMO
07.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
07.001.0015.0452.0030	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
07.001.0015.0452.0030.2018	MANUTENCAO CONVENIO CONSORCIOS
3317100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 7.826,00 )
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001.0015	URBANISMO
07.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
07.001.0015.0452.0030	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
07.001.0015.0452.0030.2018	MANUTENCAO CONVENIO CONSORCIOS
3337100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 31.596,00 )
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001.0015	URBANISMO
07.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
07.001.0015.0452.0030	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
07.001.0015.0452.0030.2018	MANUTENCAO CONVENIO CONSORCIOS
3447100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 2.370,00 )

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,  
Município de Ascurra em, 01 de dezembro de 2014.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

### LEI Nº 1391, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 1391, de 01 de dezembro de 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Celebrar Termo de Cessão de Uso com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Ascurra, Apiúna e Rodeio.

MOACIR POLIDORO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ASCURRA, NO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar com a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ASCURRA, APIÚNA E RODEIO, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF: 04.754.806/0001-26, com sede à Rodovia BR 470, Km 90,5, nº 2080, bairro Estação, na cidade de Ascurra/SC, termo de cessão de uso de 02 (dois) veículos, sendo:

I - 01 (um) veículo tipo PAS/AUTOMOVEI, modelo NISSAN/GRAND LIVINA 18S, ano de fabricação 2013 e Ano modelo 2014, cor Vermelha, Placas nº QHD1125, a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ASCURRA, APIÚNA E RODEIO, para manter as atividades de atendimento à comunidade, capacitação e serviços administrativos, nos termos do Anexo I desta lei.

II - 01 (um) veículo tipo ESP/CAMINHONETE, modelo NISSAN/FRONTIER, ano de fabricação 2013 e Ano modelo 2014, cor Vermelha, Placas nº MLY5826, a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ASCURRA, APIÚNA E RODEIO, para manter as atividades de atendimento à comunidade, capacitação e serviços administrativos, nos termos do Anexo I desta lei.

Art. 2º - A cessão de uso a que se refere o artigo 1º será pelo prazo de 05 (cinco) anos, prorrogável mediante manifestação das partes, com início na data de sua publicação.

Parágrafo único: A cessionária obrigasse a manter o veículo ora cedido em plenas condições de uso, durante todo o período da cessão.

Art. 3º - A cessionária arcará com os custos provenientes da manutenção do veículo descrito no art. 1º, sem qualquer direito de indenização acerca de reparos ou benfeitorias realizados no mesmo.

Parágrafo único: A associação beneficiada com a presente cessão fica responsável civil e criminalmente pelos atos praticados pelos condutores do veículo, objeto da presente.

Art. 4º - A cessão de que trata esta Lei poderá ser revogada a qualquer tempo, voltando o veículo a integrar o patrimônio público municipal, desde que, com a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ASCURRA, APIÚNA E RODEIO, dê destinação diversa aos usos referidos no artigo 1º desta lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 01 de dezembro de 2014.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,

Município de Ascurra em, 01 de dezembro de 2014.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

### ANEXO I

TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ASCURRA E A ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ASCURRA, APIÚNA E RODEIO, QUE TEM POR OBJETIVO A CESSÃO DE USO DE VEÍCULO TIPO PAS/MICRO ONIBUS.

O MUNICÍPIO DE ASCURRA, situado Rua Benjamin Constant, nº. 221, Centro, ASCURRA/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.772.0001-61, doravante denominado CEDENTE, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOACIR POLIDORO, brasileiro, casado, portador do RG nº 208.877-0, e do CPF nº 293.339.209/78, residente e domiciliado nesta cidade de Ascurra, e a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ASCURRA, APIÚNA E RODEIO, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF: 04.754.806/0001-26, com sede à Rodovia BR 470, Km 90,5, nº 2080, bairro Estação, na cidade de Ascurra/SC, doravante denominada CESSIONÁRIA, resolvem celebrar o presente Termo mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente TERMO DE CESSÃO DE USO tem por objetivo a cessão, pelo Município de Ascurra de 02 (dois) veículos, sendo:

I - 01 (um) veículo tipo PAS/AUTOMOVEI, modelo NISSAN/GRAND LIVINA 18S, ano de fabricação 2013 e Ano modelo 2014, cor Vermelha, Placas nº QHD1125, a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ASCURRA, APIÚNA E RODEIO, para manter as atividades de atendimento à comunidade, capacitação e serviços administrativos, nos termos do Anexo I desta lei.

II - 01 (um) veículo tipo ESP/CAMINHONETE, modelo NISSAN/FRONTIER, ano de fabricação 2013 e Ano modelo 2014, cor Vermelha, Placas nº MLY5826, a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ASCURRA, APIÚNA E RODEIO, para manter as atividades de atendimento à comunidade, capacitação e serviços administrativos, nos termos do Anexo I desta lei.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso entra em vigor na data de sua publicação, para vigor por 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado mediante satisfação das partes, através de Termo Aditivo. Deverá o Município CEDENTE notificar com antecedência de 30 (trinta) dias a necessidade de retomada do veículo, para que a CESSIONÁRIA possa promover a entrega deste.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

#### DA CEDENTE:

- a) Ceder a Cessionária o objeto descrito na cláusula Primeira deste termo de Cessão de Uso, ficando o bem a cargo de seu patrimônio;
- b) Responsabilizar-se pela notificação de que trata a cláusula segunda.

#### DO CESSIONÁRIO:

- a) Manter e conservar o bem descrito no objeto do presente Termo de Cessão de Uso;
- b) Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes ao bem, inclusive manutenção técnica;
- c) Não dar destinação diversa, da discriminada na cláusula primeira, ao bem objeto do presente termo.

**CLÁUSULA QUARTA - DO FORO**

Para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura decorram do presente ajuste, fica eleito, o Foro da Cidade de Ascurra, do Estado de Santa Catarina.

E, por estarem assim acordadas, as partes firmam o presente Termo de Cessão, em três vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Ascurra \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

SIMONE CATIA STOLF  
PRESIDENTE  
CESSIONÁRIA

MOACIR POLIDORO  
PREFEITO MUNICIPAL DE ASCURRA  
CEDENTE

Testemunhas:  
CPF N.º

CPF N.º

**LEI Nº 1392, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014**

LEI Nº 1392, de 01 de dezembro de 2014.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A DOAR BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS AO PATRIMÔNIO MUNICIPAL À ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ASCURRA, APÚNA E RODEIO E FIRMAR TERMO DE DOAÇÃO.

Art. 1º - Fica o Município autorizado a proceder à doação de bens móveis considerados inservíveis ao Patrimônio Municipal à ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ASCURRA, APÚNA E RODEIO e firmar termo de doação.

Parágrafo único. Os bens móveis considerados inservíveis de que trata o caput deste artigo, estão relacionados nos Anexos I desta Lei.

Art. 2º - Fica o Município autorizado a firmar Termo de Doação para execução desta Lei.

Art. 3º - É parte integrante desta Lei o Anexo I - Relação de Bens e o Anexo II - Termo de Doação.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 01 de dezembro de 2014.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,  
Município de Ascurra em, 01 de dezembro de 2014.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

**ANEXO I****RELAÇÃO DOS BENS**

Qtde	Produto	Valor R\$
10	Cone de sinalização pequeno	226,10
10	Cone de sinalização grande	820,00
06	Prancha longa	2.004,00

100	Manta cobertor térmica aluminizada	900,00
59	Luva de procedimento descartável	684,40
50	Mascarã cirúrgica semi-facial, descartável	254,74
6	Mochila vermelha	4.320,00
1	Desfilibrador externo automático	10.800,00
1	Colete equilibrador	1.997,00
1	Macacão para mergulho	898,00
3	Radio móvel	3.825,00
50	Cinto tirante aranha modelo adulto	1.825,00
30	Bala clava em meta aramida 1 camada	2.040,00
5	Bolsa de resgate	975,00
2	Oxigênio de pulso colorido	6.600,00
4	Mangueira	3.300,00
10	Capacete	980,00
1	Detector de gases	5.837,00
1	Moto abrasivo	4.858,00
2	Luva de corte de energia em borracha	3.050,00
17	Luva tipo moto serra	552,50
5	Bota de seguranças para bombeiros	1.475,00
T O T A L		58.221,74

**ANEXO II**

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS AO PATRIMÔNIO MUNICIPAL À ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ASCURRA, APÚNA E RODEIO.

DOADOR: Município de Ascurra, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Benjamin Constant, 221, Centro, CNPJ sob o nº 83.102.772/0001-61, aqui representado pelo Prefeito, Sr. Moacir Polidoro, CPF nº 293.339.209.78, residente e domiciliado na Rua Benjamin Constant, 174, Centro - Ascurra - SC.

DONATÁRIO: ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ASCURRA, APÚNA E RODEIO, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF: 04.754.806/0001-26, com sede à Rodovia BR 470, Km 90,5, nº 2080, bairro Estação, na cidade de Ascurra/SC, neste ato representado por sua presidente, Senhora SIMONE CATIA STOLF.

1 - Com fulcro nos ditames da Lei Municipal nº ..... , de ..... de ..... de 2014, constituem objeto do presente Termo de Doação os bens relacionados no Anexo I.

2 - Pelo presente Termo de Doação, o Município de Ascurra doa, gratuitamente, à entidade supra os bens descritos no item 1, que os aceita e recebe no estado e local em que se encontram.

3 - Os bens móveis encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus e reservas, podendo o Donatário usar, gozar e dispor como lhe aprouver.

4 - O Donatário é responsável pela retirada e transporte dos bens, independente de onde estejam alocados.

5 - O Donatário terá prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da Lei Municipal que autoriza a doação para a retirada dos referidos bens, sob pena de reversão ao Patrimônio Público.

6 - A retirada deverá ser comunicada com antecedência ao Setor de Patrimônio, que acompanhará os serviços.

7 - O representante legal do Donatário recebe os bens móveis acima especificados, pelos qual aceita e ratifica o presente Termo de Doação, ficando doravante responsável por sua remoção, manutenção e destinação.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente Termo de Doação em 3 (três) vias de igual conteúdo e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Ascurra, 11 de novembro de 2014.

MOACIR POLIDORO

SIMONE CATIA STOLF

Prefeito Municipal

Presidente

Testemunhas:

### LEI Nº 1393, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 1393, de 01 de dezembro de 2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1342, de 09 de dezembro de 2013.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2014, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 40.225,14, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ES- PORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0364	ENSINO SUPERIOR
04.001.0012.0364.0050	APOIO AO ENSINO SUPERIOR E PROFISSIONALIZANTE
04.001.0012.0364.0050.2012	APOIO A EDUCACAO SUPERIOR / BOLSAS DE ESTUDO
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 7.225,14 )
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ES- PORTE E CULTURA
04.002	ESPORTE E CULTURA
04.002.0013	CULTURA
04.002.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
04.002.0013.0392.0060	APOIO AO ESPORTE E CULTURA
04.002.0013.0392.0060.2022	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 23.100,00 )
10	SECRETARIA MUNICIPAL DESEN- VOLV. ECON. E TURISMO
10.001	SECRETARIA MUNICIPAL DESEN- VOLV. ECON. E TURISMO
10.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
10.001.0023.0691	PROMOCAO COMERCIAL

10.001.0023.0691.0025	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISTICO
10.001.0023.0691.0025.2017	MANUT. ATIVIDADES DESENV. ECONOMICO E TURISMO
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 9.900,00 )

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0004.0121.0100.2002	MAN. ATIV. ADMINISTR. FINAN- CEIRA E ORCAMENTARIA
3317100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 149,08 )
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0004.0121.0100.2002	MAN. ATIV. ADMINISTR. FINAN- CEIRA E ORCAMENTARIA
3337100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 174,45 )
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0004.0121.0100.2002	MAN. ATIV. ADMINISTR. FINAN- CEIRA E ORCAMENTARIA
3339300000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 29,95 )
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO

03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0004.0121.0100.2002	MAN. ATIV. ADMINISTR. FINANCEIRA E ORÇAMENTARIA
3447100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 69,25 )
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ES- PORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
04.001.0012.0365.0040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
04.001.0012.0365.0040.1005	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DO ENSINO INFANTI
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 27.802,41 )
09	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTEN- CIA SOCIAL
09.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTEN- CIA SOCIAL
09.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
09.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
09.001.0008.0244.0080	ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNI- CÍPIO
09.001.0008.0244.0080.2019	MANUTENCAO GERAL DA ASSIS- TENCIA SOCIAL
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 12.000,00 )

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 01 de dezembro de 2014.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,

Município de Ascurra em, 01 de dezembro de 2014.  
Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

## Balneário Rincão

### PREFEITURA

#### AVISO DE LICITAÇÃO PP 091/PMBR/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 091/PMBR/2014.

Tipo: MENOR PREÇO.

Data e horário da sessão de abertura: 18/12/2014 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para organização, locações, montagens, desmontagens de estruturas para eventos, sanitários portáteis, mão de obra de segurança desarmada, para o evento "Natal Rincão 2014", que se realizará no dia 20 de Dezembro de 2014 no Município de Balneário Rincão/SC.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 05 de Dezembro de 2014.

Pregoeira

Gisele Ferreira

#### DECRETO Nº. 193/2014

DECRETO Nº193 /2014 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DECENAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, previstas pelo artigo 84, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Balneário Rincão. CONSIDERANDO o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado ao qual adolescentes autores de ato infracional têm direito;

CONSIDERANDO que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades;

CONSIDERANDO que, com o advento da Lei nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória a elaboração e implementação, nos municípios, do Plano de Atendimento Socioeducativo (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes socioeducandos;

CONSIDERANDO que o objetivo do SINASE é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e "equipamentos" públicos;

CONSIDERANDO que o SINASE estabelece que a aplicação e

execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteadada, antes e acima de tudo, pelo "princípio da proteção integral à criança e ao adolescente", deve observar uma "lógica" completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis (sem prejuízo, logicamente, do "garantismo", que, tanto na forma da lei quanto da Constituição Federal, é assegurado indistintamente em qualquer dos casos), e que a verdadeira solução para o problema da violência infanto-juvenil, tanto no plano individual quanto coletivo, demanda o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública, que não mais podem se omitir em assumir suas responsabilidades para com essa importante demanda;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que, por força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando, inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersetorial;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes - Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que não é correto "delegar" exclusivamente ao CREAS a responsabilidade pela elaboração do "Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo" (assim como pela execução das medidas nele previstas), pois, embora a área da Assistência Social seja muito importante, tanto no processo de elaboração do "Plano", quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, o planejamento e a execução das ações respectivas deve também ficar a cargo de outros setores da administração (assim como de outros "atores" do "Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente"), que, dessa forma, precisam ser também chamados a participar, formando uma "comissão intersetorial" encarregada de elaborar um esboço de "Plano Municipal";

CONSIDERANDO que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva, e exige uma definição de uma "comissão intersetorial", que irá esboçá-lo e submetê-lo à aprovação em Audiência Pública;

#### DECRETA

Art. 1º. Nomear a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo conforme segue:

#### I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:

##### a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Jader Vasconcelos  
Letícia de Souza Vieira Machado  
Maria de Fátima Búrigo  
Priscila Schacht Cardozo  
Rafael Marcelino  
Rita de Cássia Guimarães dos Santos  
Sandra de Souza Jacques

##### b) SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO:

Cristiane A. Onghero  
Liene Silveira

##### c) DEPARTAMENTO DE CULTURA:

Elisângela Machieski  
Olga Machado

##### d) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Dipaula Minotto  
Fabiana Bertier

##### e) SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE:

Roger Guimarães  
Márcia Fernandes

#### II) REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA:

##### a) POLÍCIA MILITAR:

Elias Lindolfo Eufrásio Neto  
Romelano Onofre

##### b) POLÍCIA CIVIL:

Leandro Klug  
Rosane Mara Jacques Zanetti

#### III - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:

##### a) CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:

Luis Fernando Cardoso Sabino  
Rosangela Bitencourt

##### b) CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Osana de Oliveira Gonçalves  
Maria Zoraide Fernandes

##### c) CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Adão da Silva  
Maria Aparecida Luciano

##### d) CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Jean Teixeira Nascimento  
Simone Silva de Oliveira

##### e) CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:

Francisco Carlos Martins  
Gilberto Taraskevicius

##### f) CÂMARA DE VEREADORES:

Edmilson Braz Carlos  
Luiz Carlos Pinto

##### g) ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MULHERES DO MIRASSOL:

Ednara da Silva  
Maria Albertina Savino da Silva

##### h) COLÔNIA DE PESCADORES Z-33:

João Picollo  
Silonete Damázio

##### i) INSTITUTO MULTIPLICANDO TALENTOS:

Cássia Regina Mina  
Talita Soares

##### j) ASSOCIAÇÃO DA TERCEIRA IDADE MENSAGEIROS DA AMIZADE

Dameres dos Santos Taraskevicius  
Marlene Pescador

##### k) REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

Adilson Goulart  
Eziquiel Alves  
José Dagostim  
Sandra Regina Alano Bessa  
Sandra Regina dos Santos

##### l) ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA BARRA VELHA

Antônio dos Santos Sebastião  
Juceli Eufrázio

Art. 2º. A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e encaminhar para a aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 3º. O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo será elaborado e entregue ao CMDCA até o dia 17 de novembro de 2014.

PARÁGRAFO ÚNICO. A Comissão Intersetorial definirá, conjuntamente, entre seus membros, um coordenador(a), e o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Balneário Rincão, 17 de novembro de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES  
PREFEITO MUNICIPAL

## **SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO**

### **EXTRATO DE CONTRATO SAMAE/NOVEMBRO/2014** EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 037/SAMAE/2014; DISTRIMEL - MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP; OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de materiais para automação de uma motobomba, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 03/11/2014; VIGENCIA: 31/12/2014. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. João Iris Raupp Junior - Presidente e pela empresa o Sr. Felipe Fragnani d'agostin

CONTRATO Nº. 038/SAMAE/2014; ELETRONANDO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME; OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de uma bomba dosadora de diafragma, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 03/11/2014; VIGENCIA: 31/12/2014. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. João Iris Raupp Junior - Presidente e pela empresa O Sr. FERNANDO WEBER SCHLICKMANN

CONTRATO Nº. 039/SAMAE/2014; Oi S.A; OBJETO Contratação de empresa para prestação de Serviço de Telefonia Fixa Comutada - STFC na modalidade local, através de Serviço Digital 2M com 30 canais e 100 ramais, denominado serviço Digitronco com Ramais. ASSINATURA: 21/11/2014; VIGENCIA: 31/12/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. João Iris Raupp Junior - Presidente e pela empresa a Sra. SANDRA BISSOLOTI BRANGA

CONTRATO Nº. 040/SAMAE/2014; CARRETRUCK PEÇAS, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS LTDA ME; OBJETO: a contratação de empresas do ramo pertinente, para prestação de serviços de manutenção com fornecimento de peças da Frota Oficial, pertencente ao Samae de Balneário Rincão/SC, durante o ano de 2014. ASSINATURA: 28/11/2014; VIGENCIA: 31/12/2014. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. João Iris Raupp Junior - Presidente e pela empresa o Sr. Jose Adilor Pavei.

CONTRATO Nº. 041/SAMAE/2014; PAZZETO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA ME; OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente, para prestação de serviços de manutenção dos compactadores da frota pertencente ao SAMAE do Balneário Rincão, com fornecimento de peças, durante o ano de 2014. ASSINATURA: 28/11/2014; VIGENCIA: 31/12/2014. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. João Iris Raupp Junior - Presidente e pela empresa o Sr. Roberto Fabio Pazzeto.

# Barra Velha

## PREFEITURA

### INEX 010/2014 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 025/2014 - FUNTEC  
Inexigibilidade de Licitação nº 010/2014 - FUNTEC  
Contratada: ADANS FRANCISCO MORAES.

Objeto: Contratação de SHOW MUSICAL integrante da Programação de Verão "CURTA BARRA VELHA", com a BANDA SETOR 5, a ser realizado no dia 01/01/2015 na Praia Central Valor do Contrato: R\$ 5.000,00

Fund. Legal: Art. 25, Inciso III, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 01 de dezembro de 2014.

ADANS FRANCISCO MORAES - Contratado  
Claudemir Matias Francisco - Preito

### INEX 011/2014 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 026/2014 - FUNTEC  
Inexigibilidade de Licitação nº 011/2014 - FUNTEC  
Contratada: V.E. COSTA DE OLIVEIRA ME.

Objeto: Contratação de SHOW NACIONAL, integrante da Programação de Verão "CURTA BARRA VELHA", com a BANDA SEM ABUSO a ser realizado no dia 03/01/2015 na Praia Central Valor do Contrato: R\$ 5.600,00

Fund. Legal: Art. 25, Inciso III, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 01 de dezembro de 2014.

V.E. COSTA DE OLIVEIRA ME - Contratado  
Claudemir Matias Francisco - Preito

### INEX 012/2014 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 027/2014 - FUNTEC  
Inexigibilidade de Licitação nº 012/2014 - FUNTEC  
Contratada: SANDRO RONCATO ME.

Objeto: Contratação de SHOW NACIONAL, integrante da Programação de Verão "CURTA BARRA VELHA", com a banda NEGÓ JOE A ser realizado no dia 04/01/2015 na Praia Central Valor do Contrato: R\$ 9.000,00

Fund. Legal: Art. 25, Inciso III, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 01 de dezembro de 2014.

SANDRO RONCATO ME - Contratado  
Claudemir Matias Francisco - Preito

### INEX 013/2014 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 028/2014 - FUNTEC  
Inexigibilidade de Licitação nº 013/2014 - FUNTEC  
Contratada: CHIMARRUTS GRUPO MUSICAL LTDA

Objeto: Contratação de SHOW NACIONAL, integrante da Programação de Verão "CURTA BARRA VELHA", com o GRUPO CHIMARRUTS a ser realizado no dia 04/01/2015 na Praia Central

Valor do Contrato: R\$ 9.000,00

Fund. Legal: Art. 25, Inciso III, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 01 de dezembro de 2014.

CHIMARRUTS GRUPO MUSICAL LTDA - Contratado  
Claudemir Matias Francisco - Preito

### INEX 014/2014 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 029/2014 - FUNTEC  
Inexigibilidade de Licitação nº 014/2014 - FUNTEC

Contratada: ROSELI DOS SANTOS MELLIES Objeto: Contratação de SHOW MUSICAL, integrante da Programação de Verão "CURTA BARRA VELHA", com a BANDA DO BARRIL na praia central e BANDA TIPO EXPORTAÇÃO na praia do Grant a ser realizado no dia 31/12/2014

Valor do Contrato: R\$ 16.000,00

Fund. Legal: Art. 25, Inciso III, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 01 de dezembro de 2014.

ROSELI DOS SANTOS MELLIES - Contratado  
Claudemir Matias Francisco - Preito

### INEX 015/2014 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 030/2014 - FUNTEC  
Inexigibilidade de Licitação nº 015/2014 - FUNTEC

Contratada: NDN EMPREENDIMENTOS ARTÍSTICOS LTDA Objeto: Contratação de SHOW NACIONAL, integrante da Programação de Verão "CURTA BARRA VELHA", com o GRUPO NENHUM DE NÓS a ser realizado no dia 01/01/2015 na Praia Central

Valor do Contrato: R\$ 38.000,00

Fund. Legal: Art. 25, Inciso III, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 01 de dezembro de 2014.

NDN EMPREENDIMENTOS ARTÍSTICOS LTDA - Contratado  
Claudemir Matias Francisco - Preito

**INEX 016/2014 FUMTEC**

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 031/2014 - FUNTEC

Inexigibilidade de Licitação nº 016/2014 - FUNTEC

Contratada: ROSELI DOS SANTOS MELLIES

Objeto: Contratação de SHOW MUSICAL, integrante da Programação de aniversário de Barra Velha, com as BANDAS CIA DA VANEIRA E TERCEIRA DIMENSÃO a ser realizado no dia 06/12/2014 na Sociedade Recreativa de Barra Velha

Valor do Contrato: R\$ 5.000,00

Fund. Legal: Art. 25, Inciso III, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 01 de dezembro de 2014.

ROSELI DOS SANTOS MELLIES - Contratado

Claudemir Matias Francisco - Preito

**Biguaçu****PREFEITURA****CV 269/2014 PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE CONVITE 269/2014 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO, MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO DA RUA PAULO FREDERICO ALVES WILDNER.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 17 dezembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 17 dezembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 8 de dezembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 222/2014**

DECRETO Nº 222/2014 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3417/2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 129.405,37 (Cento e vinte e nove mil quatrocentos e cinco reais e trinta e sete centavos) por conta do excesso de arrecadação nas seguintes fontes de recursos: 0.1.11.000000. As dotações estão abaixo relacionadas:

**07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0701.12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil	72.795,37
3.3.90.00/0.1.11.000000	Outras Despesas Correntes	51.795,37
4.4.90.00/0.1.11.000000	Investimentos	21.000,00

**18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.302.0004.2043	Atendimento Psico Social	56.610,00
3.3.90.00/0.2.28.000187	Outras Despesas Correntes	56.610,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2014.

José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

## DECRETO Nº 223/2014

DECRETO Nº 223/2014 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

Retifica o art. 2º do Decreto nº 144/2014, que concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, à servidora IZABEL CRISTINA DE AZEVEDO, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º O art. 2º do Decreto nº 144/2014 fica retificado nos seguintes termos:

“Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 4.721,00 (quatro mil setecentos e vinte e um reais), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU”.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos para 01/10/2014, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2014.

José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

## ERRATA Nº. 01 DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 01 AO EDITAL Nº. 63/2014 - PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 63/2014

No Anexo II do edital de licitação nº. 63/2014 a quantidade dos lotes foram apontados equivocadamente, motivo pelo qual merecem reforma. Nesse sentido, nova data para ocorrência da sessão pública é designada. Nesse sentido, considera-se:

Onde se lê no Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº. 63/2014 - FMS  
(...)Recebimento das Propostas: das 16h00min do dia 26/11/2014,

às 15h59min do dia 09/12/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 16h00min do dia 09/12/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (09/12/2014), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (09/12/2014), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto. (...)

LEIA-SE Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº. 63/2014 - FMS  
(...)Recebimento das Propostas: das 11h00min do dia 08/12/2014, às 10h59min do dia 19/12/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 11h00min do dia 19/12/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (19/12/2014), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (19/12/2014), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.(...)

Onde se lê no Edital de Licitação - Pregão Presencial nº. 63/2014 - FMS

PREÂMBULO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 63/2014 - FMS

DATA DA REALIZAÇÃO: 09/12/2014

HORÁRIO: 16 HORAS

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 16:00h do dia 26/11/2014 às 15:59 do dia 09/12/2014.  
(...)

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço, Rua: Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº, anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu, na Diretoria de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Biguaçu - SC, iniciando-se no dia 09/12/2014, às 16h00min, e será conduzida pelo Pregoeiro(a) com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe. (...)

LEIA-SE no Edital de Licitação - Pregão Presencial nº. 63/2014 - FMS

PREÂMBULO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 63/2014 - FMS

DATA DA REALIZAÇÃO: 19/12/2014

HORÁRIO: 11 HORAS

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 11:00h do dia 08/12/2014 às 10:59 do dia 19/12/2014.  
(...)

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço,

Rua: Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº, anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu, na Diretoria de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Biguaçu - SC, iniciando-se no dia 19/12/2014, às 11h00min, e será conduzida pelo Pregoeiro(a) com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe. (...)

Onde se lê no Anexo II do Edital de Licitação - Pregão Presencial nº. 63/2014 - FMS

c				
Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	500,00	M3	22,78	AR MEDICINAL COMPRIMIDO - RECARGA DE CILINDROS DE 7M³
2	1.970,00	M3	18,33	OXIGÊNIO MEDICINAL - RECARGA DE CILINDROS DE 01M³
3	33,60	M3	61,66	OXIGÊNIO MEDICINAL - RECARGA DE CILINDROS DE 6,6 M³ A 10M³.
4	21,60	M3	22,33	OXIGÊNIO MEDICINAL - RECARGA DE CILINDROS DE 03M³

LEIA-SE no Anexo II do Edital de Licitação - Pregão Presencial nº. 63/2014 - FMS

Lote: 1				
Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	500,00	M3	22,78	AR MEDICINAL COMPRIMIDO - RECARGA DE CILINDROS DE 7M³
2	33,60	M3	61,66	OXIGÊNIO MEDICINAL - RECARGA DE CILINDROS DE 01M³
3	1.970,00	M3	18,33	OXIGÊNIO MEDICINAL - RECARGA DE CILINDROS DE 6,6 M³ A 10M³.
4	21,60	M3	22,33	OXIGÊNIO MEDICINAL - RECARGA DE CILINDROS DE 03M³

.As demais informações constantes no aviso e edital vinculativo permanecem inalteradas.

Biguaçu, 05 de dezembro de 2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário Municipal de Saúde

### **EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 10.195/2012 - PROCESSO: PP Nº 138/2012 – FMS**

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Oitavo Termo Aditivo do Contrato nº 10.195/2012

Processo: PP Nº 138/2012 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO ESTIMADA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE FISIOTERAPIA (COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS) PERTENCENTES À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: PRV MANUTENÇÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA - ME

Valor: R\$ 14.250,00 (QUATORZE MIL DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).

Vigência: de 28/11/2014 a 09/03/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

### **EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.214/2012 PP Nº 91/2012 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 10.214/2012 PP Nº 91/2012 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS OUT SOURCING DE IMPRESSÃO E FOTOCÓPIAS, COM ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS IMPRESSORAS P&B e COLORIDAS A LASER E MULTIFUNCIONAIS P&B A LASER, NOVOS DE PRIMEIRO USO, INCLUSIVE COM FORNECIMENTO TOTAL DE SUPRIMENTOS, EXCETO PAPEL, NA MODALIDADE DE ATENDIMENTO "ON SITE" E INSTALAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: Escimate Comercial e Serviços de Informática - EI-RELI.

Vigência: até 23/10/2015

Valor: 60.000,00 (sessenta mil reais), sendo R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário Municipal de Saúde.

### **LEI Nº 3526/2014**

LEI Nº 3526/2014 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014

cria o PROGRAMA MUNICIPAL DE COLETA DE MEDICAMENTOS VENCIDOS, ESTRAGADOS E SEM UTILIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica criado no âmbito do Município de Biguaçu, o "Programa de Coleta de Medicamentos Vencidos, Estragados e sem utilização".

Parágrafo único: O Programa de Coleta de Medicamentos vencidos, estragados e sem utilização deverá conscientizar a população de que o descarte dos medicamentos vencidos, estragados e sem utilização deverá ser feito na rede farmacêutica do município, e não em lixos domésticos ou em lixeiras comuns.

Art. 2º - O Programa Coleta de Medicamentos vencidos, estragados e sem utilização será coordenado pela Secretaria de Saúde do

município de Biguaçu, com a participação efetiva dos laboratórios fabricantes de medicamentosa e pelos seus distribuidores de medicamentos, com apoio de toda rede farmacêutica do município.

Art. 3º - Todos os estabelecimentos farmacêuticos do município, bem como todos os Postos de Saúde, CRAs, UPA 24 Horas e também o futuro Hospital Regional de Biguaçu, deverão manter em locais visíveis do grande público, recipientes para descarte dos medicamentos vencidos ou estragados.

Art. 4º - Ficam as distribuidoras de medicamentos farmacêuticos, responsáveis pelo recolhimento do conteúdo dos recipientes que deverão ser encaminhados para as respectivas indústrias farmacêuticas a fim de serem incinerados.

Art. 5º - O não cumprimento do disposto nesta lei acarretará em multa de 01 (um) a 10 (dez) salários mínimos vigentes, podendo ser dobrado o valor em caso de reincidência.

Art. 6º - Fica o poder Executivo autorizado a negociar com a Iniciativa Privada as eventuais despesas decorrentes da aplicação desta lei, tais como a confecção das lixeiras, recolhimento e incineração dos remédios vencidos ou estragados.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 05 de dezembro de 2014.  
José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

Lei nº 3526/2014, de 05/12/2014  
Promulgada em 05/12/2014  
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO DE NºS 1437 A 1508/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1437/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADP5189	54838401E	6769/1	19/07/2014	230 * XXII
ADP5189	54838402E	5010/0	19/07/2014	162 * I
AJR4041	54838746E	6920/0	10/06/2014	233
CHI1783	54838477E	6416/0	16/06/2014	221 § Único
CPP7083	54838741E	6920/0	06/06/2014	233
LBU6712	55008282E	5010/0	16/06/2014	162 * I
LXT6205	54838207E	5010/0	16/07/2014	162 * I
LYA6109	55903019D	5010/0	19/06/2014	162 * I
LZL1428	54838740E	6920/0	06/06/2014	233
MAF6945	54838726E	6920/0	26/05/2014	233
MAK1319	54838752E	6920/0	09/06/2014	233
MEK7015	54837705E	6700/0	21/07/2014	230 * XVI
MEN2154	54838293E	5010/0	14/07/2014	162 * I
MFW2594	54838104E	6556/1	25/06/2014	230 * I
MGU4781	55008296E	6580/0	01/07/2014	230 * IV
MIV9204	54838403E	5010/0	19/07/2014	162 * I
MIV9204	54838404E	6599/2	19/07/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1438/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AME2780	54837755E	5185/1	21/07/2014	167
LWW8773	54838202E	5452/1	26/06/2014	181 * VIII
LXM2640	55903031D	5185/1	21/07/2014	167
LYH2881	54838296E	5452/1	16/07/2014	181 * VIII
MEV0672	55008469E	5452/1	17/07/2014	181 * VIII
MGE5372	54854105E	5185/1	21/07/2014	167
MGG9993	54854006E	5550/0	14/07/2014	181 * XVIII
MHP6748	54854162E	5541/6	16/07/2014	181 * XVII
MIA2188	54854169E	5541/4	17/07/2014	181 * XVII
MIS6077	54838048E	5541/4	24/06/2014	181 * XVII
MJO1846	54838281E	5541/4	11/07/2014	181 * XVII
MJO1846	54854158E	5541/4	11/07/2014	181 * XVII
MKD4615	54838497E	5541/4	24/06/2014	181 * XVII
MKP7052	54838492E	5541/1	18/06/2014	181 * XVII
MKW2412	54838282E	5541/5	14/07/2014	181 * XVII
MLF7586	55903022D	5185/1	21/07/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1439/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZU8741	54838627E	6920/0	10/04/2014	R\$ 127,69	233
MJS8809	54838613E	6920/0	04/04/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1440/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ANR6252	55008403E	5568/0	09/05/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MKY0786	55008435E	5541/4	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1441/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IOA7436	54854303E	5010/0	21/07/2014	162 * I
IOA7436	54854304E	6599/2	21/07/2014	230 * V
KES5204	54838749E	6920/0	04/06/2014	233
KJA4136	54838417E	6912/0	22/07/2014	232
LXT1895	54838208E	6599/2	16/07/2014	230 * V
LYM8692	54838357E	5010/0	22/07/2014	162 * I
MES0422	54838286E	6599/2	14/07/2014	230 * V
MES0422	54838292E	6610/2	14/07/2014	230 * VII
MFA0752	54854302E	5010/0	21/07/2014	162 * I
MFE8190	54854352E	5010/0	23/07/2014	162 * I
MFE8190	54854353E	6599/2	23/07/2014	230 * V
MGR7619	54837752E	6700/0	21/07/2014	230 * XVI
MGR8232	55008027E	6580/0	04/07/2014	230 * IV
MJG1636	54854260E	6912/0	22/07/2014	232
MJX4867	54854111E	6637/2	22/07/2014	230 * IX
MKT8039	54838351E	5274/1	15/07/2014	175
MLA9541	54838421E	7340/0	22/07/2014	252 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1442/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DNP2495	54838283E	5541/5	14/07/2014	181 * XVII
EEH7948	54838426E	5185/1	23/07/2014	167
MAR3248	54854261E	5185/1	22/07/2014	167
MBK8923	55903042D	5185/1	21/07/2014	167
MBZ7665	54837602E	5185/1	21/07/2014	167
MCC1769	54854109E	5185/1	21/07/2014	167
MDG3446	55008285E	5738/0	19/06/2014	186 * II
MDG7433	54838425E	5185/1	23/07/2014	167
MDJ4012	54838360E	7030/2	22/07/2014	244 * I
MEQ8725	54837715E	5185/1	22/07/2014	167
MFH4207	54854106E	5185/1	21/07/2014	167
MGB3166	54838166E	5185/1	23/07/2014	167
MGB3166	54838167E	5185/2	23/07/2014	167
MHQ2116	54837760E	5541/4	22/07/2014	181 * XVII
MHR6316	54854453E	5185/1	22/07/2014	167
MIP4022	54838355E	7030/2	22/07/2014	244 * I
MIR8825	54837761E	5541/4	22/07/2014	181 * XVII
MKM7516	54854114E	5185/1	22/07/2014	167
MKR3940	54838152E	5207/0	21/07/2014	169
MLS1834	54838154E	5207/0	21/07/2014	169

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1443/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JPL3240	54838629E	6920/0	14/04/2014	R\$ 127,69	233
LXZ6783	54838628E	6920/0	08/04/2014	R\$ 127,69	233
MAC0849	55900667D	5010/0	04/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAC0849	55900668D	5061/0	04/06/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MAC0849	55900669D	6610/2	04/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MAT2763	54838707E	6920/0	26/05/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1444/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALY1328	55903307D	5835/0	26/05/2014	R\$ 127,69	195
MFY1363	55008322E	5452/1	09/05/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MGX3527	55008407E	5541/5	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKO8240	55008268E	5541/4	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1445/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AOD2983	54837753E	5010/0	21/07/2014	162 * I
AQH8082	54838430E	5010/0	24/07/2014	162 * I
AQH8082	54838431E	6599/2	24/07/2014	230 * V
ARQ1668	54838353E	6599/2	18/07/2014	230 * V
BTI3219	54854204E	5010/0	22/07/2014	162 * I
CEP6005	54837515E	5061/0	28/07/2014	163 c/c 162 * I
CEP6005	54854283E	6637/2	28/07/2014	230 * IX
IIT1938	55015512E	5010/0	30/07/2014	162 * I
LXG4358	54837722E	6556/4	25/07/2014	230 * I
LXG4358	54854128E	6726/1	25/07/2014	230 * XVIII
LXG4358	54854129E	5010/0	25/07/2014	162 * I
LYB8338	55015654E	5010/0	24/07/2014	162 * I
LZE0011	55015755E	6599/2	28/07/2014	230 * V
MAG1601	55015707E	5010/0	25/07/2014	162 * I
MBU1493	54837817E	6599/2	04/08/2014	230 * V
MBU1493	54837818E	6610/2	04/08/2014	230 * VII
MBU1493	54837819E	6610/2	04/08/2014	230 * VII
MBU1493	54837820E	6637/1	04/08/2014	230 * IX
MBY4310	54837553E	5045/0	22/07/2014	162 * V
MBY4310	54837554E	6599/2	22/07/2014	230 * V
MBY4310	54837555E	6637/1	22/07/2014	230 * IX
MCB5328	55015602E	6599/2	29/07/2014	230 * V
MCB5328	55015661E	5010/0	29/07/2014	162 * I
MCC7502	55015509E	6700/0	29/07/2014	230 * XVI
MCN1902	54854357E	5045/0	25/07/2014	162 * V
MCO3998	55015564E	5010/0	30/07/2014	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCP1023	54854315E	6700/0	25/07/2014	230 * XVI
MCZ5569	54838439E	6599/2	29/07/2014	230 * V
MDK9861	54854360E	6599/2	25/07/2014	230 * V
MDK9861	54854361E	5010/0	25/07/2014	162 * I
MDQ9145	54854135E	5010/0	25/07/2014	162 * I
MEP8612	54854318E	6637/1	26/07/2014	230 * IX
MGU5114	54854137E	6599/2	25/07/2014	230 * V
MIC4318	54854401E	5010/0	23/07/2014	162 * I
MJP3080	54837814E	5010/0	30/07/2014	162 * I
MJP3080	54837815E	6599/2	30/07/2014	230 * V
MKA9563	54837902E	5010/0	28/07/2014	162 * I
MKA9563	54837903E	6599/2	28/07/2014	230 * V
MKG5989	54854458E	7340/0	31/07/2014	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1446/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJY0707	55015659E	5185/1	28/07/2014	167
AUI6768	54838193E	5185/1	30/07/2014	167
CIH9999	55015701E	5185/1	24/07/2014	167
LXR4215	54854407E	5185/1	28/07/2014	167
LYI2652	54838410E	5185/1	21/07/2014	167
MBL6422	54837659E	5185/1	22/07/2014	167
MCC7502	55015508E	5460/0	29/07/2014	181 * IX
MCJ1251	55015553E	5185/1	23/07/2014	167
MDG7433	54854118E	5185/2	22/07/2014	167
MDI2960	54838432E	5185/1	28/07/2014	167
MDK2809	54854277E	5207/0	25/07/2014	169
MFD2792	54837802E	5185/1	22/07/2014	167
MFD2792	54854117E	5185/1	22/07/2014	167
MFL5233	54854404E	5185/1	28/07/2014	167
MFQ0549	55015514E	5185/1	30/07/2014	167
MGA0579	54837609E	5185/1	24/07/2014	167
MGB0009	54837955E	5185/1	22/07/2014	167
MGB1864	55015708E	5185/1	25/07/2014	167
MHX2613	54838185E	5185/1	29/07/2014	167
MID3194	54854320E	7366/2	28/07/2014	252 * VI
MJK3119	54838184E	5185/1	29/07/2014	167
MLL0597	54837771E	5185/1	23/07/2014	167
MMB0344	54854406E	5185/1	28/07/2014	167
MMI5391	55015502E	5185/1	24/07/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1447/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DPG5667	54838730E	6920/0	29/05/2014	R\$ 127,69	233
GRC7000	54838706E	6920/0	26/05/2014	R\$ 127,69	233
LVT8266	55008344E	6599/2	10/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LVT8266	55008345E	5010/0	10/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
LWS1073	54838676E	6920/0	13/05/2014	R\$ 127,69	233
LXD7666	54838729E	6920/0	28/05/2014	R\$ 127,69	233
LYM8692	54838710E	6920/0	28/05/2014	R\$ 127,69	233
MCA3831	54838698E	6920/0	15/05/2014	R\$ 127,69	233
MEP3957	54838680E	6920/0	12/05/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1448/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDV0754	55071720B	5568/0	12/05/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MII1625	55008412E	5452/1	12/05/2014	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1449/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMB1998	54837778E	6599/2	29/07/2014	230 * V
BTI3219	54854214E	5010/0	05/08/2014	162 * I
FRH7373	54838448E	6700/0	04/08/2014	230 * XVI
IJP2799	54854359E	6700/0	25/07/2014	230 * XVI
LYZ1335	54838703E	6920/0	28/05/2014	233
LZC2928	55008042E	5010/0	05/07/2014	162 * I
MAK4031	54837747E	6700/0	08/08/2014	230 * XVI
MAM0662	54854281E	5010/0	28/07/2014	162 * I
MAM0662	54854282E	6599/2	28/07/2014	230 * V
MAQ3127	54837732E	6599/2	05/08/2014	230 * V
MCD7872	55008029E	6599/2	05/07/2014	230 * V
MCY1550	55015563E	5010/0	30/07/2014	162 * I
MDM5280	55008043E	5169/1	10/07/2014	165
MDM8613	54854285E	5010/0	29/07/2014	162 * I
MFD4379	54838285E	5010/0	14/07/2014	162 * I
MGF1196	54838438E	6670/0	28/07/2014	230 * XIII
MHD2787	54837854E	6599/2	05/08/2014	230 * V
MIB3862	54837754E	6700/0	21/07/2014	230 * XVI
MIS3270	54837789E	5010/0	05/08/2014	162 * I
MKV7518	54837734E	5010/0	05/08/2014	162 * I
MKV7518	54837735E	6599/2	05/08/2014	230 * V
MNX2226	55015739E	5010/0	07/08/2014	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1450/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALL8493	55015575E	7366/2	06/08/2014	252 * VI
CEK9564	55015724E	5207/0	30/07/2014	169
CFL3328	54837958E	5185/1	01/08/2014	167
EAG4499	54838218E	5452/2	08/08/2014	181 * VIII
IJE5767	55071737B	5541/2	07/07/2014	181 * XVII
IKF7849	55008474E	5550/0	06/08/2014	181 * XVIII
IQW9956	54838271E	5541/2	03/07/2014	181 * XVII
LWX6490	54854015E	5550/0	01/08/2014	181 * XVIII
LYZ8223	54838254E	5452/1	26/06/2014	181 * VIII
MAH0756	55008468E	5193/0	16/07/2014	168
MAK7118	55071736B	5541/2	02/07/2014	181 * XVII
MBA0614	55071738B	5541/2	07/07/2014	181 * XVII
MBN2640	55007944E	5185/1	03/08/2014	167
MBN2640	55007945E	6858/0	03/08/2014	231 * VII
MCC7316	55015513E	5185/1	30/07/2014	167
MCE5343	55015718E	5207/0	29/07/2014	169
MCM2676	54854370E	5185/1	04/08/2014	167
MCR7296	54837823E	6076/0	05/08/2014	210
MED2184	54837800E	5185/1	07/08/2014	167
MEG1206	55015713E	5207/0	25/07/2014	169
MEV6971	54854290E	5207/0	04/08/2014	169
MEW3103	54838300E	5193/0	16/07/2014	168
MFB7861	55008288E	5541/2	25/06/2014	181 * XVII
MFJ2166	54837518E	5185/1	04/08/2014	167
MGN2247	54842103E	5738/0	01/08/2014	186 * II
MGU9148	55015817E	5185/1	07/08/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHB9190	54854463E	5185/1	06/08/2014	167
MHK9277	54837919E	5541/1	06/08/2014	181 * XVII
MIG0990	54837920E	5550/0	06/08/2014	181 * XVIII
MIP3463	55015762E	5185/1	30/07/2014	167
MIP7225	54854365E	5185/1	01/08/2014	167
MIZ2197	55015765E	7366/2	30/07/2014	252 * VI
MJK0537	54837851E	5185/1	01/08/2014	167
MJK0991	54837785E	5541/4	04/08/2014	181 * XVII
MJM7299	55008292E	5568/0	26/06/2014	181 * XIX
MJU9839	54838447E	5185/1	01/08/2014	167
MJV7648	54838260E	5550/0	26/06/2014	181 * XVIII
MJZ7225	54837926E	5185/1	06/08/2014	167
MKB1307	54837671E	5185/1	06/08/2014	167
MMB4032	54854371E	5185/1	04/08/2014	167
MMI4355	54837566E	5541/1	06/08/2014	181 * XVII
MRE0088	55903040D	5185/1	21/07/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1451/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALY1328	55903306D	6556/1	26/05/2014	R\$ 191,53	230 * I
MEN2154	55008451E	5010/0	21/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEN2154	55008452E	5061/0	21/06/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MLA8359	54838753E	6920/0	09/06/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1452/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKL9037	55008434E	5541/4	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
NMV4412	55008421E	5452/1	27/05/2014	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1453/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJJ3603	54842109E	6599/2	14/08/2014	230 * V
AJJ3603	54842110E	5010/0	14/08/2014	162 * I
AUF0055	54837812E	6912/0	25/07/2014	232
LNW5060	55015908E	6599/2	13/08/2014	230 * V
LNW5060	55015909E	5045/0	13/08/2014	162 * V
LXJ7917	54837661E	5045/0	23/07/2014	162 * V
LZQ7681	54837703E	6599/2	21/07/2014	230 * V
LZQ7681	54837704E	5010/0	21/07/2014	162 * I
MBF5869	54837976E	5010/0	12/08/2014	162 * I
MBF5869	54837977E	6599/2	12/08/2014	230 * V
MBN0586	55015532E	5010/0	08/08/2014	162 * I
MBO4364	55015664E	6599/2	11/08/2014	230 * V
MCP4412	54854405E	7358/0	28/07/2014	252 * V
MCY6971	54838287E	5010/0	14/07/2014	162 * I
MCY6971	54838288E	6599/2	14/07/2014	230 * V
MDA7142	54838290E	6599/2	14/07/2014	230 * V
MDM6608	54402435D	6610/2	16/08/2014	230 * VII
MEB9884	54854121E	5010/0	23/07/2014	162 * I
MEB9884	54854122E	6599/2	23/07/2014	230 * V
MEM7281	54838108E	6599/2	31/07/2014	230 * V
MEO3537	54838405E	5010/0	21/07/2014	162 * I
MEX1581	54838363E	5010/0	23/07/2014	162 * I
MEX1581	54838364E	6599/2	23/07/2014	230 * V
MFG7021	54837914E	7340/0	01/08/2014	252 * IV
MFN2692	55015902E	6700/0	12/08/2014	230 * XVI
MFN2692	55015905E	5010/0	12/08/2014	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFN2692	55015906E	6599/2	12/08/2014	230 * V
MFR5243	54854253E	6599/2	21/07/2014	230 * V
MGI4623	54838442E	5010/0	31/07/2014	162 * I
MGV1106	54837748E	6700/0	08/08/2014	230 * XVI
MHF9266	55015780E	5010/0	01/08/2014	162 * I
MHL1925	54838406E	6599/2	21/07/2014	230 * V
MHV7973	54838199E	7340/0	04/08/2014	252 * IV
MIC4318	54842108E	6700/0	10/08/2014	230 * XVI
MII3820	55015772E	6599/2	31/07/2014	230 * V
MIW0574	54837738E	6599/2	07/08/2014	230 * V
MIW0574	54837794E	5010/0	07/08/2014	162 * I
MJJ0658	55007941E	5169/1	02/08/2014	165
MKA9673	55008465E	6599/2	16/07/2014	230 * V
MLA0827	54837726E	5010/0	04/08/2014	162 * I
MLA0827	54854145E	5061/0	04/08/2014	163 c/c 162 * I
MLG1411	54838361E	6599/2	23/07/2014	230 * V
MLG1511	54838362E	5045/0	23/07/2014	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1454/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAY7963	55015830E	5185/1	13/08/2014	167
AEW9775	54837762E	5185/1	22/07/2014	167
AKY1008	54838239E	5452/1	11/08/2014	181 * VIII
AQS1046	54838180E	5185/1	24/07/2014	167
BRF2450	54837830E	5185/1	15/08/2014	167
DAU5139	54854123E	5185/1	23/07/2014	167
EQO6557	54854369E	5185/1	04/08/2014	167
ICK5311	54838280E	5541/4	11/07/2014	181 * XVII
IHF1192	54837561E	7366/2	23/07/2014	252 * VI
IRL5453	54837824E	5185/1	07/08/2014	167
LCV3259	54837938E	5185/1	14/08/2014	167
LYU1612	54837960E	5185/1	01/08/2014	167
LZG8231	54837675E	5185/1	06/08/2014	167
LZL3211	54854103E	5185/1	21/07/2014	167
LZS3012	54837511E	5207/0	24/07/2014	169
LZS3012	54838168E	5207/0	23/07/2014	169
MAR3075	54842173E	5185/1	14/08/2014	167
MBC5569	54838176E	5185/1	24/07/2014	167
MBZ0936	55015730E	7366/2	31/07/2014	252 * VI
MDD4965	55015781E	5207/0	01/08/2014	169
MDX3299	54854041E	5452/1	15/08/2014	181 * VIII
MEH1774	54837798E	5185/1	07/08/2014	167
MEW2352	55903030D	5185/1	21/07/2014	167
MFJ2495	54854013E	5380/0	01/08/2014	181 * I
MFL8687	55901986D	5185/1	21/07/2014	167
MFM8203	54837935E	5185/1	14/08/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGR2641	54838170E	5207/0	23/07/2014	169
MGT8490	54837765E	5541/1	22/07/2014	181 * XVII
MHB3387	54837759E	5185/1	21/07/2014	167
MHC6888	54838172E	5185/1	24/07/2014	167
MHO9761	54854171E	7366/2	23/07/2014	252 * VI
MHU8587	55015735E	5185/1	31/07/2014	167
MIA8984	54837714E	5185/1	22/07/2014	167
MII2921	55015721E	7366/2	29/07/2014	252 * VI
MII3493	54838158E	5207/0	21/07/2014	169
MIZ5503	54854372E	5185/1	04/08/2014	167
MJZ2791	55008476E	5819/1	07/08/2014	193
MKO6033	54837676E	5541/1	11/08/2014	181 * XVII
MLD2934	54838225E	5568/0	08/08/2014	181 * XIX
MLD9583	55015841E	5185/1	18/08/2014	167
MLS6088	54854364E	5185/1	01/08/2014	167
MMC3852	54854141E	7366/2	04/08/2014	252 * VI
MVH5348	55015501E	5185/1	23/07/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1455/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDG2409	54838735E	6920/0	03/06/2014	R\$ 127,69	233
MHK2539	54838709E	6920/0	28/05/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1456/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAW7017	54838495E	5541/2	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1457/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADG2202	54837777E	6599/2	28/07/2014	230 * V
AIH1634	54842178E	6599/2	18/08/2014	230 * V
AIH1634	54842179E	5010/0	18/08/2014	162 * I
CWF7720	55015627E	6637/2	15/08/2014	230 * IX
CWF7720	55015868E	6599/2	15/08/2014	230 * V
CWF7720	55015869E	6637/2	15/08/2014	230 * IX
CWM8888	55008077E	6599/2	18/08/2014	230 * V
DBK1071	54837623E	6700/0	21/08/2014	230 * XVI
DWP5167	55008071E	6912/0	18/08/2014	232
ERZ1818	55008083E	6599/2	20/08/2014	230 * V
GYW6113	54854309E	5010/0	23/07/2014	162 * I
IEJ4019	54837514E	6599/2	28/07/2014	230 * V
IJZ6529	55015670E	6637/1	11/08/2014	230 * IX
LWR8582	55015651E	6599/2	23/07/2014	230 * V
LWR8582	55015652E	5010/0	23/07/2014	162 * I
LWY1683	55015751E	6599/2	25/07/2014	230 * V
LXK3958	55015633E	5010/0	20/08/2014	162 * I
LXK3958	55015687E	7340/0	20/08/2014	252 * IV
LXW4855	54838429E	5010/0	24/07/2014	162 * I
LYD7626	54842005E	6599/2	21/08/2014	230 * V
LYD7626	54842006E	5045/0	21/08/2014	162 * V
LYZ1335	55015851E	6670/0	05/08/2014	230 * XIII
LYZ1335	55015852E	5010/0	05/08/2014	162 * I
LYZ1335	55015853E	6637/2	05/08/2014	230 * IX
MBG9782	55008075E	6700/0	18/08/2014	230 * XVI
MCY8730	55015655E	6599/2	27/07/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDH9253	54854209E	6599/2	28/07/2014	230 * V
MDH9253	54854210E	5010/0	28/07/2014	162 * I
MEM6017	54854459E	7340/0	01/08/2014	252 * IV
MEN2192	55015630E	6599/2	18/08/2014	230 * V
MEN2192	55015631E	5045/0	18/08/2014	162 * V
MEO4512	55008081E	5010/0	20/08/2014	162 * I
MEO4512	55008082E	6599/2	20/08/2014	230 * V
MES8229	54854217E	5010/0	20/08/2014	162 * I
MEU6390	55015656E	6599/2	28/07/2014	230 * V
MEU6390	55015657E	6610/2	28/07/2014	230 * VII
MEW3282	54837953E	6912/0	22/07/2014	232
MFF9605	54837905E	6912/0	28/07/2014	232
MFU8953	54854048E	5010/0	20/08/2014	162 * I
MGB8634	54842007E	5045/0	21/08/2014	162 * V
MGB8634	54842008E	7340/0	21/08/2014	252 * IV
MHI1611	54854317E	6700/0	25/07/2014	230 * XVI
MIW6159	55015541E	5010/0	15/08/2014	162 * I
MIZ7251	54837716E	6599/2	23/07/2014	230 * V
MJO0109	54854312E	5010/0	25/07/2014	162 * I
MJO0109	54854313E	6912/0	25/07/2014	232
MKA5472	54837685E	6599/2	14/08/2014	230 * V
MLL2012	54837662E	6599/2	28/07/2014	230 * V
NPM0077	54837739E	6700/0	07/08/2014	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1458/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFE8870	55008076E	5185/1	18/08/2014	167
AKD7770	55015740E	5185/1	15/08/2014	167
ANM2991	55015558E	5185/1	25/07/2014	167
ATB6330	54854323E	5185/1	28/07/2014	167
DGV3631	55015745E	5185/1	15/08/2014	167
DQM1032	54837712E	5185/1	22/07/2014	167
DQM1032	54838428E	5185/1	23/07/2014	167
DRO4546	54837721E	5185/1	25/07/2014	167
DVD7760	55015593E	5541/6	21/08/2014	181 * XVII
IHK4018	55015829E	5185/1	13/08/2014	167
INJ7568	54837727E	5541/6	04/08/2014	181 * XVII
LQK1086	54837729E	5185/1	04/08/2014	167
LXP7100	54854332E	5185/1	18/08/2014	167
LXQ2361	54854377E	5185/1	18/08/2014	167
LYA1801	54837613E	5185/1	25/07/2014	167
LZB9969	54854362E	5258/3	26/07/2014	174
LZK7241	54837959E	5185/1	01/08/2014	167
MAT9894	55015764E	5193/0	30/07/2014	168
MAW7136	54854257E	7030/2	22/07/2014	244 * I
MBO3888	55015837E	6122/0	15/08/2014	214 * I
MCF0308	55903036D	5185/1	21/07/2014	167
MCK4158	55015843E	5185/1	19/08/2014	167
MDM4314	54854333E	5185/1	18/08/2014	167
MDX3299	55015595E	5185/1	21/08/2014	167
MDY1235	54837508E	5207/0	24/07/2014	169
MEQ5270	55015562E	5185/1	30/07/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFC1453	54842175E	5185/2	14/08/2014	167
MGE1056	54842172E	5185/1	14/08/2014	167
MGQ8633	55015688E	5185/1	20/08/2014	167
MGY7277	54842001E	5185/1	20/08/2014	167
MHG4791	54837941E	5541/1	20/08/2014	181 * XVII
MHW6926	54837781E	5185/1	04/08/2014	167
MIF6393	54838436E	5185/1	28/07/2014	167
MIP5678	54854046E	5550/0	20/08/2014	181 * XVIII
MJB0282	54837942E	5185/1	20/08/2014	167
MJZ7225	54837691E	5185/2	19/08/2014	167
MKB9431	54854113E	7366/2	22/07/2014	252 * VI
MKK0354	54838213E	5738/0	29/07/2014	186 * II
MKW5507	54838182E	5185/1	24/07/2014	167
MLP1940	55015658E	5185/1	28/07/2014	167
MMH4775	55015584E	5185/1	13/08/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1459/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCO4924	54838457E	6599/2	09/06/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1460/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJL4190	54838201E	5720/0	26/06/2014	R\$ 127,69	186 * I
QHH3000	54838257E	5452/1	26/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1461/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AOB3141	54854211E	6700/0	29/07/2014	230 * XVI
CCT4461	54854408E	6769/1	29/07/2014	230 * XXII
KPN0615	54837533E	6912/0	26/08/2014	232
LXJ5789	55015605E	5010/0	30/07/2014	162 * I
LYE7973	54838379E	6599/2	21/07/2014	230 * V
LYE7973	54838380E	5010/0	31/07/2014	162 * I
MBN3039	54854110E	6637/2	22/07/2014	230 * IX
MCH2983	54838443E	6599/2	21/07/2014	230 * V
MCH2983	54838444E	5010/0	31/07/2014	162 * I
MEB9174	54837516E	5010/0	29/07/2014	162 * I
MEK9402	54837564E	5010/0	04/08/2014	162 * I
MFK3612	54838378E	6599/2	29/07/2014	230 * V
MFT7269	54838440E	5010/0	31/07/2014	162 * I
MFT7269	54838441E	6599/2	31/07/2014	230 * V
MGI6927	55015750E	5010/0	27/08/2014	162 * I
MIF4748	54837912E	7340/0	01/08/2014	252 * IV
MLF2576	54854221E	5010/0	25/08/2014	162 * I
MLI5835	54838197E	7340/0	01/08/2014	252 * IV
OBX3719	54837834E	6416/0	27/08/2014	221 § Único
OFS2299	54854289E	5045/0	31/07/2014	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1462/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AND1304	54837965E	5185/1	01/08/2014	167
CME6734	54854147E	5185/1	04/08/2014	167
DPN6967	54854411E	5185/1	01/08/2014	167
EFC5091	55015714E	5185/1	25/07/2014	167
JGJ1489	54837964E	5185/1	01/08/2014	167
LUX1179	55015720E	5185/1	29/07/2014	167
LXZ8248	54854457E	5185/1	29/07/2014	167
LYY1680	54854410E	5185/1	31/07/2014	167
LZR9272	54837967E	5185/1	01/08/2014	167
MBF9354	55015824E	5185/1	11/08/2014	167
MDW3953	54854279E	5207/0	25/07/2014	169
MDW3953	54854280E	7099/1	25/07/2014	244 * V II
MEF6867	54837782E	5541/4	04/08/2014	181 * XVII
MEN1880	55015773E	5185/1	31/07/2014	167
MFA4496	54838194E	5185/1	30/07/2014	167
MGA1202	55015806E	5185/1	06/08/2014	167
MGX3689	55015814E	5185/1	07/08/2014	167
MHU7321	55015518E	5185/1	31/07/2014	167
MJV2319	54837665E	5185/2	06/08/2014	167
MJY1004	54842104E	5185/1	01/08/2014	167
MKQ2236	55015525E	5185/1	01/08/2014	167
MKZ1311	55015524E	5185/1	01/08/2014	167
MLC3425	55015716E	7366/2	29/07/2014	252 * VI
MMD0511	54837966E	5185/1	01/08/2014	167
NXR2019	55015536E	5185/1	13/08/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1463/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEQ1639	54838748E	6920/0	10/06/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1464/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBW1115	55008457E	5568/0	25/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1465/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AOW4581	54842371E	6700/0	01/09/2014	230 * XVI
CXR0108	54842177E	6700/0	16/08/2014	230 * XVI
INS6299	54837640E	6912/0	28/08/2014	232
LXO4723	55015535E	6599/2	11/08/2014	230 * V
MAC6646	54842009E	5010/0	21/08/2014	162 * I
MAC6646	54842010E	6610/2	21/08/2014	230 * VII
MAG4720	55015790E	7340/0	04/08/2014	252 * IV
MBC0875	54837687E	6599/2	14/08/2014	230 * V
MBC0875	54837688E	5010/0	14/08/2014	162 * I
MBY3378	54854375E	7340/0	07/08/2014	252 * IV
MCF4809	55015619E	5010/0	11/08/2014	162 * I
MCF4809	55015620E	6599/2	11/08/2014	230 * V
MCP5693	55015738E	6599/2	07/08/2014	230 * V
MCY6583	55015581E	6599/2	12/08/2014	230 * V
MCY8598	55015617E	5010/0	11/08/2014	162 * I
MDC9652	55015930E	6912/0	29/08/2014	232
MDE2776	55015931E	6599/2	29/08/2014	230 * V
MDE2776	55015932E	5010/0	29/08/2014	162 * I
MDT7943	55015610E	6599/2	11/08/2014	230 * V
MDT7943	55015616E	5010/0	11/08/2014	162 * I
MFB6157	54842124E	6912/0	28/08/2014	232
MFN5091	54842459E	6599/2	03/09/2014	230 * V
MFU7864	54838449E	6700/0	04/08/2014	230 * XVI
MGY4731	54854176E	6599/2	08/08/2014	230 * V
MJZ5950	55008093E	5010/0	05/09/2014	162 * I
MLU5661	54837970E	7340/0	12/08/2014	252 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLU5661	54837973E	6637/2	12/08/2014	230 * IX
MLU5661	54837974E	6556/1	12/08/2014	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1466/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ARN5126	54842199E	5541/1	28/08/2014	181 * XVII
CZN1261	55015698E	5185/1	05/09/2014	167
EJE9090	54842465E	5185/1	05/09/2014	167
HHI4495	54837523E	5541/1	06/08/2014	181 * XVII
HJP2383	54842156E	5185/1	11/08/2014	167
HMJ5172	55008458E	5185/1	14/07/2014	167
IHC5566	54842171E	5185/2	14/08/2014	167
IKM8219	54837617E	5541/1	13/08/2014	181 * XVII
IRL5453	55015894E	5185/1	02/09/2014	167
JNP6987	55015943E	5541/1	01/09/2014	181 * XVII
KNH5081	54842412E	5185/1	29/08/2014	167
LPC6860	54837570E	6076/0	28/08/2014	210
LYV6546	55015866E	5185/1	14/08/2014	167
LZA5908	55015938E	5452/1	29/08/2014	181 * VIII
MBF8943	55015859E	6076/0	12/08/2014	210
MBF9354	54842461E	5185/1	05/09/2014	167
MCJ0061	54842165E	5185/1	12/08/2014	167
MDG0747	54842203E	5185/2	02/09/2014	167
MDQ1646	54837707E	5185/1	21/07/2014	167
MEP5580	54842153E	5541/1	11/08/2014	181 * XVII
MEQ8713	54838224E	5550/0	08/08/2014	181 * XVIII
MEQ8713	55008478E	5550/0	08/08/2014	181 * XVIII
MEV0672	54842214E	5185/1	04/09/2014	167
MFD8125	54837521E	5207/0	04/08/2014	169
MFP8135	55015826E	5185/1	11/08/2014	167
MFS4745	55015942E	5541/1	01/09/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGC3976	54854052E	5185/1	31/07/2014	167
MGG9214	54854026E	5541/4	11/08/2014	181 * XVII
MGQ5828	54842204E	5185/1	02/09/2014	167
MGY8789	54842256E	5541/6	27/08/2014	181 * XVII
MHF1992	55008475E	5452/1	07/08/2014	181 * VIII
MHF8239	54837939E	5185/1	14/08/2014	167
MHU9422	54837666E	5185/2	06/08/2014	167
MIL4306	54838220E	5380/0	08/08/2014	181 * I
MIX4312	55015846E	5541/1	27/08/2014	181 * XVII
MJF0752	54842210E	5185/1	04/09/2014	167
MJN2102	54837749E	5541/5	11/08/2014	181 * XVII
MJN8496	54837925E	5185/1	06/08/2014	167
MJZ9161	54837791E	5185/1	05/08/2014	167
MKO0019	54837846E	7366/2	02/09/2014	252 * VI
MKX7219	54854022E	5541/4	07/08/2014	181 * XVII
MKY8178	54842370E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
MLU5661	54837972E	7030/1	12/08/2014	244 * I
MLU8713	54839206E	5541/6	05/09/2014	181 * XVII
MLX1233	54837649E	5185/1	04/09/2014	167
QHC6314	54854016E	5452/2	04/08/2014	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1467/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CCL4986	54854206E	5010/0	24/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
DCQ4050	54838750E	6920/0	10/06/2014	R\$ 127,69	233
LCN2662	55008460E	5045/0	14/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MBM6211	54854311E	6670/0	23/07/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MLA0040	54837503E	6599/2	21/07/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1468/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCL2634	55903028D	5185/1	21/07/2014	R\$ 127,69	167
MLF3758	54838294E	7366/2	15/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1469/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DAI9368	55015885E	5010/0	27/08/2014	162 * I
DAI9368	55015886E	6599/2	27/08/2014	230 * V
DUL5258	54839259E	6700/0	09/09/2014	230 * XVI
IKB0402	54854178E	6912/0	11/08/2014	232
IKB0402	54854179E	5010/0	11/08/2014	162 * I
IKI7700	54854394E	5045/0	10/09/2014	162 * V
MCF4523	55015591E	5010/0	20/08/2014	162 * I
MCF4523	55015592E	6700/0	20/08/2014	230 * XVI
MDV3279	54837530E	6610/2	16/08/2014	230 * VII
MFD0554	55015632E	6599/2	18/08/2014	230 * V
MGT6860	54842468E	7340/0	08/09/2014	252 * IV
MGT6860	55015700E	6653/1	08/09/2014	230 * XI
MHI4388	54837660E	5045/0	23/07/2014	162 * V
MIF7222	55015642E	6599/2	21/08/2014	230 * V
MIF7222	55015643E	5010/0	21/08/2014	162 * I
MKR3940	54839156E	7340/0	11/09/2014	252 * IV
MLF4913	55015958E	6670/0	05/09/2014	230 * XIII
MYY5454	55015548E	6700/0	27/08/2014	230 * XVI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1470/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFX2888	54854047E	5541/4	20/08/2014	181 * XVII
BWC9585	54839219E	5568/0	11/09/2014	181 * XIX
CGX4621	55015912E	5541/1	14/08/2014	181 * XVII
CNQ2222	54837934E	5185/1	14/08/2014	167
DJC1255	55903033D	5185/1	21/07/2014	167
FIT2926	54837937E	5185/1	14/08/2014	167
GTZ6455	54837526E	5541/5	15/08/2014	181 * XVII
ICI5137	54842243E	5541/6	11/09/2014	181 * XVII
IQB4396	54839260E	5185/1	10/09/2014	167
LUX1179	54837969E	5185/1	11/08/2014	167
LUX1179	55015834E	5185/1	13/08/2014	167
MAU8662	54839215E	5452/1	10/09/2014	181 * VIII
MBE8267	55015833E	5185/1	13/08/2014	167
MCE6535	55015625E	5185/1	14/08/2014	167
MCN0147	54854040E	5541/4	15/08/2014	181 * XVII
MDF2204	54842207E	5185/1	03/09/2014	167
MDG4751	54842277E	5541/1	11/09/2014	181 * XVII
MDO4041	54854228E	7366/2	01/09/2014	252 * VI
MEQ8089	54837928E	5185/1	12/08/2014	167
MEV3495	54839202E	5541/1	05/09/2014	181 * XVII
MFY8473	54842240E	5568/0	11/09/2014	181 * XIX
MGT6860	54842469E	5258/3	08/09/2014	174
MGW8788	54842233E	5185/1	10/09/2014	167
MIV6608	54837750E	5185/1	11/08/2014	167
MIV8715	54837621E	5185/1	14/08/2014	167
MJC6163	55015590E	5185/1	18/08/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJL3915	54854328E	5185/1	18/08/2014	167
MKK6270	55015680E	5185/1	14/08/2014	167
MLQ2590	54842229E	5568/0	10/09/2014	181 * XIX
MLS6786	55015865E	5185/1	14/08/2014	167
MLV0448	54838240E	5550/0	13/08/2014	181 * XVIII
MMD0511	55015676E	5185/1	14/08/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1471/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJC8786	54838747E	6920/0	10/06/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1472/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AVO4681	54854402E	5185/1	28/07/2014	R\$ 127,69	167
EBJ1720	54837806E	5185/1	24/07/2014	R\$ 127,69	167
MCT8754	54838261E	5568/0	30/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MCT8754	54838268E	5568/0	02/07/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MGK9646	54854212E	5185/1	31/07/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1473/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKC6859	55015884E	5010/0	26/08/2014	162 * I
CTR0475	55015748E	6599/2	25/08/2014	230 * V
CTR0475	55015749E	5010/0	25/08/2014	162 * I
IDW0860	54854223E	5045/0	26/08/2014	162 * V
INT1497	55015797E	6599/2	09/08/2014	230 * V
INT1497	55015798E	5010/0	09/08/2014	162 * I
INT9207	54839451E	6599/2	03/09/2014	230 * V
LXA7268	55015684E	6599/2	19/08/2014	230 * V
LZB1611	54837979E	6599/2	20/08/2014	230 * V
LZB1611	54837980E	5010/0	20/08/2014	162 * I
LZV4764	54842352E	5010/0	26/08/2014	162 * I
LZV4764	54842353E	5061/0	26/08/2014	163 c/c 162 * I
LZV4764	54842354E	7340/0	26/08/2014	252 * IV
LZV4764	54842355E	6912/0	26/08/2014	232
MAD8618	55015922E	5010/0	27/08/2014	162 * I
MAD8618	55015923E	6599/2	27/08/2014	230 * V
MAQ9767	54837650E	6700/0	09/09/2014	230 * XVI
MBF5370	54854218E	6700/0	20/08/2014	230 * XVI
MBQ5509	54839178E	7340/0	22/09/2014	252 * IV
MCG5845	54854347E	5045/0	20/08/2014	162 * V
MCO3998	55900631D	6637/2	24/08/2014	230 * IX
MCO3998	55900632D	5061/0	24/08/2014	163 c/c 162 * I
MCO3998	55900633D	6912/0	24/08/2014	232
MCP5263	55015747E	5010/0	25/08/2014	162 * I
MCW0877	54839423E	7340/0	15/09/2014	252 * IV
MEI9230	54842015E	5010/0	29/08/2014	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFQ2537	54842460E	7340/0	04/09/2014	252 * IV
MGT6860	54842451E	6653/1	01/09/2014	230 * XI
MGT6860	54842453E	6637/1	01/09/2014	230 * IX
MGT6860	54842454E	7340/0	01/09/2014	252 * IV
MGT6860	54842467E	6637/1	08/09/2014	230 * IX
MGV8074	55015647E	6599/2	22/08/2014	230 * V
MHB0048	54854222E	5010/0	26/08/2014	162 * I
MHW7511	55015641E	6599/2	21/08/2014	230 * V
MIB9373	55015690E	6599/2	02/09/2014	230 * V
MIB9373	55015691E	5010/0	02/09/2014	162 * I
MIB9373	55015692E	6637/2	02/09/2014	230 * IX
MIB9373	55015693E	6653/1	02/09/2014	230 * XI
MJJ2436	54842488E	6637/1	15/09/2014	230 * IX
MJM1748	54837639E	6912/0	28/08/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1474/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AER7081	54854384E	5185/1	26/08/2014	167
ALC6375	54837645E	5185/1	29/08/2014	167
ASQ1790	54839203E	5541/1	05/09/2014	181 * XVII
BLS7231	54838389E	5452/1	16/09/2014	181 * VIII
BRF2450	55015951E	5185/1	27/08/2014	167
COM6620	54842414E	5185/1	03/09/2014	167
DLB2044	54837539E	5460/0	18/09/2014	181 * IX
DWM6424	55015744E	5185/2	18/08/2014	167
FRH7373	54854227E	5720/0	01/09/2014	186 * I
IEJ5743	54839439E	5185/1	16/09/2014	167
IEJ5743	54839440E	5185/2	16/09/2014	167
JFJ9016	54839432E	5185/1	16/09/2014	167
LYB4868	55015899E	5541/6	05/09/2014	181 * XVII
LYJ8339	54838869E	5185/1	18/09/2014	167
LZB2601	54839253E	5541/1	05/09/2014	181 * XVII
MAK5489	54842409E	5185/1	27/08/2014	167
MBF3762	54837981E	5541/1	21/08/2014	181 * XVII
MBQ5509	54839177E	5185/1	22/09/2014	167
MDD5953	54838386E	5541/1	15/09/2014	181 * XVII
MDK4408	55015759E	5185/1	30/07/2014	167
MDQ8869	54838864E	5541/4	18/09/2014	181 * XVII
MED1289	54839216E	5541/1	11/09/2014	181 * XVII
MEI6454	54838865E	5541/1	18/09/2014	181 * XVII
MEM6354	54842187E	5185/1	27/08/2014	167
MEM9831	54837990E	5185/1	16/09/2014	167
MEQ9204	54839428E	7315/0	15/09/2014	252 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MER6041	55008097E	5541/6	09/09/2014	181 * XVII
MFU5806	54839447E	5185/1	16/09/2014	167
MFY1710	55015895E	5541/6	02/09/2014	181 * XVII
MGP9392	54838808E	5541/1	15/09/2014	181 * XVII
MGR6367	54854381E	5185/1	26/08/2014	167
MGT6860	54842452E	5835/0	01/09/2014	195
MGT6860	54842466E	5835/0	08/09/2014	195
MGY7277	54839170E	5541/4	18/09/2014	181 * XVII
MIK3795	54839214E	5541/4	10/09/2014	181 * XVII
MIT0774	54839411E	5185/1	15/09/2014	167
MIT2132	54839300E	5185/1	18/09/2014	167
MIX4312	54842417E	5541/1	09/09/2014	181 * XVII
MJC7922	55015874E	5185/1	20/08/2014	167
MJD4211	54842188E	5185/1	27/08/2014	167
MJH1202	54839173E	5541/1	18/09/2014	181 * XVII
MJP4747	55015872E	5185/1	20/08/2014	167
MJU1845	54842183E	5185/1	27/08/2014	167
MKB8089	54839217E	5541/4	11/09/2014	181 * XVII
MKF8896	54837630E	5185/1	26/08/2014	167
MKJ8510	54854050E	5550/0	15/09/2014	181 * XVIII
MLJ6467	54842364E	5460/0	27/08/2014	181 * IX
MLN9543	55015875E	5541/6	26/08/2014	181 * XVII
MLV4202	54838810E	5185/1	16/09/2014	167
MLW5461	54842238E	5541/4	11/09/2014	181 * XVII
MMK3642	54839453E	5258/3	06/09/2014	174
MSU8369	54839261E	5541/1	10/09/2014	181 * XVII
MSY9303	54838806E	5541/1	15/09/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1475/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAB2550	55015571E	5010/0	02/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCM3911	55008034E	6599/2	05/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEG3229	54854373E	6637/2	06/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MEG3229	55015856E	6610/2	06/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MER2422	54854297E	6599/2	07/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MER2422	54854298E	5010/0	07/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHW2559	55901993D	6599/2	21/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIZ3328	55015795E	6912/0	06/08/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1476/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKS3495	55015570E	5185/1	01/08/2014	R\$ 127,69	167
DUE3146	54854452E	5185/1	22/07/2014	R\$ 127,69	167
DWR7015	54854451E	5185/1	22/07/2014	R\$ 127,69	167
ILT0676	55015523E	5541/1	01/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXH7006	54838255E	5452/1	26/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MCQ7039	55015731E	5185/1	31/07/2014	R\$ 127,69	167
MDN2195	54837853E	5185/1	01/08/2014	R\$ 127,69	167
MDQ8869	55015576E	5738/0	07/08/2014	R\$ 191,53	186 * II
MEG3229	55015854E	5266/3	06/08/2014	R\$ 957,69	174
MEG3229	55015855E	6076/0	06/08/2014	R\$ 191,53	210
MFZ2915	55015801E	5185/1	06/08/2014	R\$ 127,69	167
MHZ8342	54837910E	5185/1	29/07/2014	R\$ 127,69	167
MIC1283	54854144E	5541/1	04/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJP0314	55008472E	5550/0	06/08/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MLX4841	55008290E	5541/4	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1477/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DTA8289	54837633E	6700/0	27/08/2014	230 * XVI
LXR3255	54838953E	5010/0	26/09/2014	162 * I
LYH8952	54854319E	5010/0	26/07/2014	162 * I
LZM0981	54838299E	6599/2	16/07/2014	230 * V
LZT2403	54838880E	6599/2	22/09/2014	230 * V
MAB0836	54854374E	6670/0	09/08/2014	230 * XIII
MBJ5478	54838671E	6920/0	16/05/2014	233
MCC9915	54842456E	7340/0	02/09/2014	252 * IV
MCN2871	54842458E	5010/0	02/09/2014	162 * I
MCN2871	55015694E	6653/1	02/09/2014	230 * XI
MCN2871	55015695E	6637/2	02/09/2014	230 * IX
MCY0603	54842125E	6912/0	28/08/2014	232
MCY0603	54842126E	6610/2	28/08/2014	230 * VII
MDF0621	54837646E	6599/2	29/08/2014	230 * V
MDF0621	55015936E	5010/0	29/08/2014	162 * I
MDH3715	54854386E	6599/2	26/08/2014	230 * V
MDO2575	54837641E	6700/0	29/08/2014	230 * XVI
MEJ8292	54839232E	6912/0	19/09/2014	232
MEJ8292	54842423E	5010/0	29/09/2014	162 * I
MFD4379	54842259E	5010/0	28/08/2014	162 * I
MFQ2537	54842123E	5010/0	28/08/2014	162 * I
MHK6554	54839230E	6653/1	25/09/2014	230 * XI
MHK6554	54839231E	6599/2	25/09/2014	230 * V
MIH7406	54839225E	6599/2	23/09/2014	230 * V
MIH7406	54839226E	5010/0	23/09/2014	162 * I
MIH7406	54839227E	6653/1	23/09/2014	230 * XI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIH7406	54839228E	6637/1	23/09/2014	230 * IX
MIJ4826	55015954E	6599/2	27/08/2014	230 * V
MIN2921	54837832E	7340/0	27/08/2014	252 * IV
MIZ8761	55015924E	5010/0	27/08/2014	162 * I
MIZ8761	55015926E	6637/1	27/08/2014	230 * IX
MJU0473	54854232E	6912/0	01/10/2014	232
MJX4203	54838384E	6912/0	02/09/2014	232
MKM7516	55015964E	7358/0	22/09/2014	252 * V
MLB9420	54854216E	6700/0	08/08/2014	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1478/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJZ9891	55015881E	5185/1	26/08/2014	167
AMQ7920	54838888E	5460/0	24/09/2014	181 * IX
AMS5036	54838368E	7366/2	24/07/2014	252 * VI
ARM1168	54837643E	5541/1	29/08/2014	181 * XVII
CLA6195	54839255E	5541/1	05/09/2014	181 * XVII
CTA3778	54838872E	5541/5	19/09/2014	181 * XVII
DJC1255	55015551E	5185/1	23/07/2014	167
HBH8747	54840503E	5541/1	23/09/2014	181 * XVII
IHK0646	55015847E	5185/1	27/08/2014	167
ILD4926	54839462E	5185/1	22/09/2014	167
IQD2079	54842363E	5460/0	27/08/2014	181 * IX
IQX9856	54839425E	5185/1	15/09/2014	167
KNE9762	54837849E	6122/0	04/09/2014	214 * I
KPX0292	54839181E	5541/6	23/09/2014	181 * XVII
LZA1998	54842221E	5550/0	08/09/2014	181 * XVIII
MBO0305	55015650E	5185/1	01/09/2014	167
MBS4395	54842373E	5185/1	03/09/2014	167
MBU8796	54839205E	7366/2	05/09/2014	252 * VI
MBU8796	54839258E	5185/1	05/09/2014	167
MBV2591	54838887E	5541/6	24/09/2014	181 * XVII
MBW6773	54842305E	5550/0	25/09/2014	181 * XVIII
MCQ2338	54837648E	5541/1	04/09/2014	181 * XVII
MCW3721	55015520E	5185/1	31/07/2014	167
MCZ9337	54842464E	5460/0	05/09/2014	181 * IX
MDH3943	55015928E	5452/1	28/08/2014	181 * VIII
MDI9567	54842208E	5541/6	04/09/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEG6213	54839185E	5452/1	26/09/2014	181 * VIII
MEH2082	55015947E	5541/5	02/09/2014	181 * XVII
MEM5076	54839005E	5541/6	27/09/2014	181 * XVII
MEW2352	55015848E	5185/1	27/08/2014	167
MEY6347	54838372E	5541/1	25/07/2014	181 * XVII
MEY6347	55015637E	5185/1	20/08/2014	167
MEY6347	55015660E	5185/1	28/07/2014	167
MGF1924	54838395E	5541/6	24/09/2014	181 * XVII
MGT6832	54842181E	5185/1	27/08/2014	167
MGW6891	54837858E	5550/0	28/08/2014	181 * XVIII
MHF9547	55015945E	5541/6	02/09/2014	181 * XVII
MHI5914	54839220E	5541/6	11/09/2014	181 * XVII
MHS6791	54838383E	7366/2	01/09/2014	252 * VI
MXH8038	54842402E	5185/1	25/08/2014	167
MIO9874	54838774E	5550/0	25/09/2014	181 * XVIII
MIR1387	54842407E	5541/1	27/08/2014	181 * XVII
MIU6609	55015937E	5541/1	01/09/2014	181 * XVII
MJE4332	54837694E	5541/1	25/08/2014	181 * XVII
MJI2749	54842190E	5185/1	27/08/2014	167
MJP6920	54839282E	5541/5	12/09/2014	181 * XVII
MJR0333	54842162E	5541/1	11/08/2014	181 * XVII
MJR8372	54837945E	5541/1	25/08/2014	181 * XVII
MKD4993	54842266E	5541/1	01/09/2014	181 * XVII
MKE6883	54840506E	5541/5	25/09/2014	181 * XVII
MKL4046	54854396E	5185/1	27/09/2014	167
MKL4046	54854397E	5193/0	27/09/2014	168
MKT0029	54842213E	5185/1	04/09/2014	167
MLA8832	54842302E	5452/1	23/09/2014	181 * VIII
MLB5800	54842237E	5541/4	11/09/2014	181 * XVII
MLD8515	54837949E	5185/1	25/08/2014	167
MLF7575	54838398E	5541/6	24/09/2014	181 * XVII
MLL7186	54837829E	5541/1	15/08/2014	181 * XVII
MLQ9373	54842411E	5541/1	29/08/2014	181 * XVII
MLV0249	54842270E	5541/4	01/09/2014	181 * XVII
MMD0511	54842359E	5541/1	27/08/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1479/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BUJ8229	55015534E	5010/0	11/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
CEF1428	55901992D	6912/0	21/07/2014	R\$ 53,20	232
IBP5432	54854032E	6599/2	14/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
KJK7319	55015860E	5010/0	12/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
KJK7319	55015861E	6599/2	12/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
KZZ0850	54854119E	6726/1	23/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LBL7143	54837558E	6408/0	23/07/2014	R\$ 85,12	221
LBL7143	54837559E	6637/2	23/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LBL7143	54837560E	6599/2	23/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXI7408	54838381E	6700/0	14/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
LZK8790	54854301E	6700/0	21/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
LZM1952	55015667E	6599/2	11/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAH5212	54842168E	6599/2	13/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAH5212	55015911E	5010/0	13/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAY7937	54854202E	5045/0	21/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MAY7937	54854203E	6599/2	21/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCM8401	55900670D	6556/1	12/07/2014	R\$ 191,53	230 * I
MCV4543	55900493D	6610/2	20/12/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MEK1535	54842166E	5010/0	13/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MJK4641	54854201E	6670/0	21/07/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MKF1081	55015621E	6599/2	11/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKF1081	55015622E	5010/0	11/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MKF4460	55015611E	5010/0	11/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MKF4460	55015666E	6599/2	11/08/2014	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1480/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFJ4509	55015835E	5568/0	15/08/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
FNC8282	55903037D	5185/1	21/07/2014	R\$ 127,69	167
IHH7209	55015555E	5185/1	24/07/2014	R\$ 127,69	167
IJT5462	54837711E	5185/1	22/07/2014	R\$ 127,69	167
IJT5462	55901988D	5185/1	21/07/2014	R\$ 127,69	167
IMK8489	54854341E	5185/1	19/08/2014	R\$ 127,69	167
IQW9956	54838424E	5185/1	23/07/2014	R\$ 127,69	167
KIT9032	55903034D	5185/1	21/07/2014	R\$ 127,69	167
KKS0522	54838237E	5460/0	11/08/2014	R\$ 85,12	181 * IX
LBL7143	54837557E	5541/1	23/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LWX6490	54838229E	5550/0	11/08/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAB2550	55015839E	7366/2	18/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MBN4364	55903027D	5185/1	21/07/2014	R\$ 127,69	167
MBN5688	54854464E	5185/1	14/08/2014	R\$ 127,69	167
MBQ9657	54842154E	5541/5	11/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBW4075	54854028E	5541/4	12/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCZ7279	54854010E	5541/6	22/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDA9157	54854115E	5185/2	22/07/2014	R\$ 127,69	167
MEX5047	54854461E	5185/1	06/08/2014	R\$ 127,69	167
MFK9584	55015838E	5185/1	15/08/2014	R\$ 127,69	167
MGI5130	54837710E	5185/1	21/07/2014	R\$ 127,69	167
MGT1391	54838162E	5207/0	21/07/2014	R\$ 53,20	169
MHV6172	55008298E	5541/6	07/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHV9416	55015504E	5185/1	24/07/2014	R\$ 127,69	167
MIG2189	54842169E	5541/1	14/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIR7491	54837767E	5185/1	22/07/2014	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLX4322	54838264E	7366/2	02/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1481/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYI6149	54854198E	6769/1	08/09/2014	230 * XXII
LYK9020	54840652E	6556/1	04/10/2014	230 * I
MBS6714	54838954E	6653/1	05/10/2014	230 * XI
MCM9429	54854231E	6912/0	01/10/2014	232
MDP4087	55900674D	6637/2	04/10/2014	230 * IX
MEJ5104	54842378E	5010/0	09/09/2014	162 * I
MFF7649	54842477E	6653/1	12/09/2014	230 * XI
MFF7649	54842478E	7340/0	12/09/2014	252 * IV
MFF7649	54842479E	6637/1	12/09/2014	230 * IX
MFF7649	54842480E	6602/0	12/09/2014	230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1482/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DIT8707	54839152E	5452/1	09/09/2014	181 * VIII
JPO8516	54839153E	5452/1	09/09/2014	181 * VIII
KKD2674	54837580E	5541/6	02/10/2014	181 * XVII
LZL1251	54837536E	5541/1	10/09/2014	181 * XVII
LZM4680	54839289E	5541/4	15/09/2014	181 * XVII
MAH8040	54839189E	5452/1	29/09/2014	181 * VIII
MAL7872	54839401E	5185/1	09/09/2014	167
MBZ9963	54842226E	5541/6	09/09/2014	181 * XVII
MCU5424	54840512E	5541/6	03/10/2014	181 * XVII
MDP4087	55900675D	6858/0	04/10/2014	231 * VII
MEX9214	54842227E	5550/0	10/09/2014	181 * XVIII
MFF7649	54842485E	5258/3	12/09/2014	174
MGI7714	54839209E	5541/1	10/09/2014	181 * XVII
MGV1565	54842283E	5185/1	11/09/2014	167
MGW8845	54839155E	5541/4	11/09/2014	181 * XVII
MIG3806	54838825E	5541/6	03/10/2014	181 * XVII
MJE4332	54837850E	7366/2	04/09/2014	252 * VI
MKA9498	54403258D	5541/5	09/09/2014	181 * XVII
MKX7248	54839154E	5452/1	09/09/2014	181 * VIII
MLI0975	54839455E	5185/1	04/09/2014	167
MLT6826	54842249E	5738/0	12/09/2014	186 * II
MLV9475	54839267E	5541/1	10/09/2014	181 * XVII
OMF1302	54839281E	5541/1	11/09/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1483/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IOB5359	54837770E	6700/0	23/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MDC1158	55015545E	6599/2	20/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDC1158	55015546E	5045/0	20/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
MDZ9062	54854193E	5010/0	19/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDZ9062	54854194E	5118/0	19/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEF9954	54842253E	6599/2	21/08/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1484/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFK9584	54837626E	5185/1	26/08/2014	R\$ 127,69	167
MIP8635	55015517E	5541/5	31/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIW0232	54838211E	5550/0	28/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKF2931	54837803E	5207/0	22/07/2014	R\$ 53,20	169
MKY9764	54838157E	5207/0	21/07/2014	R\$ 53,20	169
MLE6933	55015845E	5185/1	20/08/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1485/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JFF7205	54840515E	6637/2	03/10/2014	230 * IX
MAN2112	55015978E	6610/2	09/10/2014	230 * VII
MAN2112	55015979E	6670/0	09/10/2014	230 * XIII
MAN2112	55015980E	5029/2	09/10/2014	162 * II
MBC1193	54842471E	7340/0	11/09/2014	252 * IV
MBC1193	54842491E	7340/0	16/09/2014	252 * IV
MEY4105	54837663E	5010/0	28/07/2014	162 * I
MEY4695	54840753E	6556/1	07/10/2014	230 * I
MFA9817	54838873E	6556/1	19/09/2014	230 * I
MFA9817	54838874E	5010/0	19/09/2014	162 * I
MFQ2537	54839051E	7340/0	17/09/2014	252 * IV
MXR0460	55015542E	6599/2	19/08/2014	230 * V
MXR0460	55015544E	5045/0	19/08/2014	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1486/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAW5455	54839465E	6122/0	08/10/2014	214 * I
ADM8435	54838957E	5452/3	14/10/2014	181 * VIII
AFO5331	54839403E	5185/1	15/09/2014	167
AKP4238	54842500E	5185/1	15/09/2014	167
GUE7585	54839272E	5185/1	11/09/2014	167
GZK3499	54840614E	5452/1	08/10/2014	181 * VIII
IHH2644	54839416E	5185/1	15/09/2014	167
INS8612	54838877E	5541/1	20/09/2014	181 * XVII
LCR5000	54842498E	5185/1	16/09/2014	167
LXB5355	54839266E	5185/1	10/09/2014	167
LXS1522	55015949E	5541/1	02/09/2014	181 * XVII
LYK6282	54839221E	5541/1	11/09/2014	181 * XVII
LZA4427	54839421E	5185/1	15/09/2014	167
LZD9877	54839288E	5541/5	13/09/2014	181 * XVII
MCH9551	54842236E	5541/6	11/09/2014	181 * XVII
MCI6355	54839164E	5541/6	16/09/2014	181 * XVII
MCL6107	54840609E	5541/6	07/10/2014	181 * XVII
MCM0651	54838885E	5541/6	23/09/2014	181 * XVII
MCO7843	54838809E	5541/1	15/09/2014	181 * XVII
MDC4129	54839157E	5452/2	12/09/2014	181 * VIII
MDD8413	54839445E	7366/2	16/09/2014	252 * VI
MFC1453	54838798E	5185/1	10/10/2014	167
MFC1453	54839353E	5541/1	07/10/2014	181 * XVII
MFP8876	54839019E	5541/5	11/10/2014	181 * XVII
MFV1106	54840520E	5541/1	07/10/2014	181 * XVII
MGT2630	54842290E	5541/1	15/09/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGT6819	54839162E	5452/1	16/09/2014	181 * VIII
MHA8868	54839299E	5185/1	18/09/2014	167
MHR7060	54838831E	5428/1	11/10/2014	181 * V
MHU8587	54838795E	5185/1	09/10/2014	167
MKF5254	54840616E	5460/0	08/10/2014	181 * IX
MKM7516	55015962E	5185/1	23/09/2014	167
MKN5953	54839168E	5541/6	17/09/2014	181 * XVII
MLA7999	54854199E	5185/1	10/09/2014	167
MLK6813	54840757E	5541/6	09/10/2014	181 * XVII
MLN6576	54838867E	5525/0	18/09/2014	181 * XV
MLS7234	54842295E	5541/1	17/09/2014	181 * XVII
MMD0511	54842241E	5525/0	11/09/2014	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1487/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BNO1063	54837793E	6700/0	07/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
KAL2007	54842372E	6700/0	01/09/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
LYU2823	54837835E	6599/2	28/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYU2823	54837836E	5010/0	28/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYU2823	54837837E	6610/2	28/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MFE2087	54854387E	6599/2	28/08/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1488/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHI8773	55015761E	5185/1	30/07/2014	R\$ 127,69	167
BNX8049	54854456E	5185/1	28/07/2014	R\$ 127,69	167
MCO4924	54838217E	5568/0	08/08/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MCV3388	54838186E	5185/1	29/07/2014	R\$ 127,69	167
MEW2352	54838187E	5185/1	29/07/2014	R\$ 127,69	167
MFN5847	54838375E	5541/1	25/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIB7092	54838374E	5541/1	25/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIT6713	54837924E	5185/1	06/08/2014	R\$ 127,69	167
MIT6713	54854462E	5185/1	06/08/2014	R\$ 127,69	167
MJJ7631	54838228E	5452/1	08/08/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MLW0814	54838433E	5185/1	28/07/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH  
AUTORIDADE DE TRÂNSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1489/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXA4864	54839052E	5010/0	20/09/2014	162 * I
LYN9861	54839110E	5010/0	20/10/2014	162 * I
LYW0220	54840758E	6637/2	18/10/2014	230 * IX
LZA4188	54842422E	6700/0	16/09/2014	230 * XVI
LZW2553	54840625E	6637/2	20/10/2014	230 * IX
LZW2553	54840626E	6599/2	20/10/2014	230 * V
MJZ4033	54839060E	6653/1	24/09/2014	230 * XI
MJZ4033	54839062E	7340/0	24/09/2014	252 * IV
MLD5873	54838835E	5010/0	17/10/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1490/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGY3841	54840603E	5541/1	05/10/2014	181 * XVII
DFY3107	55015914E	5185/2	14/08/2014	167
LCQ3814	54840523E	5541/1	20/10/2014	181 * XVII
LFD0830	54839176E	5541/6	19/09/2014	181 * XVII
LYW9120	54838782E	5541/4	27/09/2014	181 * XVII
MAU9156	54837538E	5541/1	18/09/2014	181 * XVII
MGR2641	54839070E	7048/1	15/10/2014	244 * II
MGS4037	54840803E	5541/1	21/10/2014	181 * XVII
MHH3776	54838834E	5541/6	14/10/2014	181 * XVII
MIT8797	54838396E	5541/6	24/09/2014	181 * XVII
MIV8618	54838770E	5541/6	24/09/2014	181 * XVII
MJO7607	54840521E	5541/1	15/10/2014	181 * XVII
MJZ4033	54839061E	5258/3	24/09/2014	174
MKO4167	54838895E	5541/6	26/09/2014	181 * XVII
MLI0193	54842387E	5541/6	19/09/2014	181 * XVII
MMJ5361	54838250E	5568/0	23/09/2014	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1491/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJZ9891	54854376E	6610/2	13/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LYB8338	54837746E	6610/2	07/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MAC9070	55015862E	6599/2	12/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAC9070	55015863E	5010/0	12/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBM6020	54837978E	6653/1	12/08/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MBM6020	55015582E	6912/0	12/08/2014	R\$ 53,20	232
MDE7368	54854287E	6637/2	29/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MHG5807	54837918E	7340/0	06/08/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MHS4156	54842018E	6599/2	04/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHS4156	55008089E	5010/0	04/09/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHV4875	54842011E	6599/2	27/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MID1852	55015580E	6637/2	12/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MKD9588	55015796E	7285/0	07/08/2014	R\$ 85,12	250 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1492/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAW5455	54837674E	5185/1	06/08/2014	R\$ 127,69	167
MDE6363	54854296E	5185/1	05/08/2014	R\$ 127,69	167
MDO6529	54837844E	5541/1	01/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFZ2789	54854018E	5550/0	06/08/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHK9241	55015821E	5185/1	11/08/2014	R\$ 127,69	167
MHW9067	55015733E	5185/1	31/07/2014	R\$ 127,69	167
MJW6616	55015831E	5185/1	13/08/2014	R\$ 127,69	167
MKL0114	54842275E	5541/5	05/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKP4491	55015726E	5541/5	01/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKQ9685	55015626E	5185/1	14/08/2014	R\$ 127,69	167
MLH6254	55015679E	5185/1	14/08/2014	R\$ 127,69	167
MLM5212	54854021E	5550/0	07/08/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1493/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HKG3347	55903049D	5169/1	18/10/2014	165
LXD6937	54838109E	6599/2	20/10/2014	230 * V
LXD6937	54838111E	5010/0	20/10/2014	162 * I
LZV8947	54838819E	6556/1	01/10/2014	230 * I
LZV8947	54838820E	6637/1	01/10/2014	230 * IX
LZV8947	54838822E	6912/0	01/10/2014	232
MCI7730	54840701E	6599/2	13/10/2014	230 * V
MEL9616	54854230E	6912/0	01/10/2014	232
MFH2032	54839063E	5010/0	25/09/2014	162 * I
MFH2032	54839064E	6653/1	25/09/2014	230 * XI
MFN1911	54799603C	5010/0	05/10/2014	162 * I
MFN1911	54799604C	6912/0	05/10/2014	232
MKL6748	54842380E	5010/0	10/09/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1494/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DET1774	55015965E	5185/1	22/09/2014	167
LZV8947	54838821E	7030/1	01/10/2014	244 * I
MBO9347	54839009E	5541/1	01/10/2014	181 * XVII
MBQ2546	54838393E	5541/1	24/09/2014	181 * XVII
MFM0368	54838400E	5541/1	29/09/2014	181 * XVII
MGC1552	54839195E	5541/5	01/10/2014	181 * XVII
MGK3256	54838394E	5541/6	24/09/2014	181 * XVII
MGX0638	54840761E	5185/1	20/10/2014	167
MHT6270	54402439D	5541/5	20/10/2014	181 * XVII
MJC6163	54840509E	5541/6	30/09/2014	181 * XVII
MJE4332	54842303E	7366/2	23/09/2014	252 * VI
MJG2201	54839200E	5541/6	03/10/2014	181 * XVII
MJP3025	54842391E	5185/1	05/10/2014	167
MJW7347	54839187E	5541/6	29/09/2014	181 * XVII
MKK6270	54838771E	5568/0	25/09/2014	181 * XIX
MKN4407	54838898E	5541/1	26/09/2014	181 * XVII
MKT0029	54838828E	5541/5	03/10/2014	181 * XVII
MMF0996	54838897E	5460/0	26/09/2014	181 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1495/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEN5102	55015577E	5010/0	12/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEN5102	55015578E	6599/2	12/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHG5807	55015623E	6637/2	13/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MHG5807	55015674E	6653/1	13/08/2014	R\$ 127,69	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1496/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWT0142	54838801E	5541/4	12/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXK1722	54854330E	5193/0	18/08/2014	R\$ 191,53	168
MCT4665	55015549E	5185/1	03/09/2014	R\$ 127,69	167
MEL9733	54854200E	5185/1	10/09/2014	R\$ 127,69	167
MEO3491	55015844E	5185/1	19/08/2014	R\$ 127,69	167
MIH8721	54854465E	5185/1	19/08/2014	R\$ 127,69	167
MJW4360	54837684E	5541/1	14/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJY3953	54854045E	5541/4	19/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKO3641	54854043E	5550/0	18/08/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1497/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAX1081	54839077E	6599/2	27/10/2014	230 * V
AAX1081	54839079E	6637/2	27/10/2014	230 * IX
AAX1081	54839080E	6602/0	27/10/2014	230 * VI
MBB7339	55007946E	6599/2	28/10/2014	230 * V
MBP9416	55900636D	6556/1	26/10/2014	230 * I
MEK8352	54840754E	6599/2	07/10/2014	230 * V
MEK8352	54840755E	6637/1	07/10/2014	230 * IX
MEK8352	54840756E	5045/0	07/10/2014	162 * V
MFU7774	54842474E	5010/0	11/09/2014	162 * I
MGA4551	55015967E	6637/2	03/10/2014	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1498/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAX1081	54839078E	5185/1	27/10/2014	167
BKA5857	54838826E	5541/1	03/10/2014	181 * XVII
BUX8820	54839355E	5185/1	13/10/2014	167
CBQ8379	54839119E	5185/1	29/10/2014	167
DSM0190	54840772E	5460/0	28/10/2014	181 * IX
HLB6911	54842398E	5185/1	21/10/2014	167
INV0785	54838789E	5541/4	08/10/2014	181 * XVII
KUW8225	54840525E	5541/1	30/10/2014	181 * XVII
LAD5233	54839027E	5541/1	22/10/2014	181 * XVII
LYO6979	54839197E	5541/6	03/10/2014	181 * XVII
LZA3930	54842399E	5185/1	22/10/2014	167
MBJ8178	54838913E	5541/4	03/11/2014	181 * XVII
MBN3039	54838188E	5185/1	29/07/2014	167
MCO1364	54838785E	5550/0	08/10/2014	181 * XVIII
MDA2697	54840613E	5452/1	08/10/2014	181 * VIII
MDD7539	54838904E	5550/0	29/09/2014	181 * XVIII
MEM7060	54841467E	5185/1	27/10/2014	167
MFE2489	54838915E	5550/0	03/11/2014	181 * XVIII
MGV1565	54839354E	5185/1	13/10/2014	167
MHB4511	54839006E	5541/6	27/09/2014	181 * XVII
MJF7827	54838912E	5541/4	31/10/2014	181 * XVII
MJQ1952	54840774E	5541/1	09/10/2014	181 * XVII
MJR6910	54841462E	5541/1	29/10/2014	181 * XVII
MJU1594	54838823E	5541/4	03/10/2014	181 * XVII
MMK2251	54838796E	5460/0	10/10/2014	181 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1499/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFB6206	55015648E	5010/0	27/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFE6602	55015883E	6610/2	26/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MFK8002	55008092E	6610/2	27/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1500/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHJ2554	54839461E	5185/1	15/09/2014	R\$ 127,69	167
LUX1179	55015596E	5185/1	21/08/2014	R\$ 127,69	167
LZI3791	54842413E	5185/1	29/08/2014	R\$ 127,69	167
MFH1152	54842255E	5185/1	21/08/2014	R\$ 127,69	167
MFO0408	54839264E	5185/1	10/09/2014	R\$ 127,69	167
MFO0408	54839275E	5185/1	11/09/2014	R\$ 127,69	167
MJH7916	54842246E	5452/1	12/09/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MKC9811	54842185E	5185/1	27/08/2014	R\$ 127,69	167
MKH7882	54837947E	5541/1	25/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLF5294	54837698E	6122/0	25/08/2014	R\$ 191,53	214 * I
MLX6562	54839165E	5541/6	16/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMC9280	54842191E	5541/5	27/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1501/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CFL9879	55015976E	6700/0	08/10/2014	230 * XVI
LYY1433	54840760E	5010/0	18/10/2014	162 * I
MCM8137	54840621E	6700/0	14/10/2014	230 * XVI
MF3082	54839233E	5010/0	17/10/2014	162 * I
MF3082	54839234E	6599/2	17/10/2014	230 * V
MHL9734	54841479E	5274/1	01/11/2014	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1502/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAT1285	54838929E	5541/4	07/11/2014	181 * XVII
MCM8137	54839022E	5541/1	14/10/2014	181 * XVII
MCO6421	54840618E	5541/6	08/10/2014	181 * XVII
MGC7873	54838923E	5541/4	06/11/2014	181 * XVII
MGK2749	54840623E	5541/4	17/10/2014	181 * XVII
MHH0212	54838924E	5541/4	06/11/2014	181 * XVII
MHL9734	54841476E	6076/0	01/11/2014	210
MHL9734	54841477E	5185/1	01/11/2014	167
MHL9734	54841478E	5835/0	01/11/2014	195
MHL9734	54841480E	5185/2	01/11/2014	167
MIM3955	54841482E	5185/1	05/11/2014	167
MIX5124	54839001E	5541/4	19/09/2014	181 * XVII
MKD8194	54840615E	5452/1	08/10/2014	181 * VIII
MKL4546	54838830E	5541/1	07/10/2014	181 * XVII
MMD4465	54838799E	5185/1	10/10/2014	167
OKH2364	54840655E	5541/6	07/10/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1503/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAD2684	54838643E	6920/0	10/04/2014	R\$ 127,69	233
AGW9876	55008122E	6599/2	31/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
AST0430	54839201E	6610/2	04/09/2014	R\$ 127,69	230 * VII
BRH7837	54838665E	6920/0	19/05/2014	R\$ 127,69	233
CLR7770	54838630E	6920/0	17/04/2014	R\$ 127,69	233
DFO7502	54838582E	6920/0	12/02/2014	R\$ 127,69	233
DPL8303	54838715E	6920/0	02/06/2014	R\$ 127,69	233
GLU5339	54838454E	6599/2	09/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
IMG3986	55008016E	5010/0	17/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
LWX1776	54402426D	6599/2	24/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
LWX9928	55900661D	6599/2	24/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYN9361	55007756E	6920/0	14/01/2014	R\$ 127,69	233
LYR3622	54838695E	6920/0	07/05/2014	R\$ 127,69	233
LZE3291	54403134D	6599/2	21/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZN1792	54838102E	6599/2	31/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZN1792	54838103E	5010/0	31/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZX3245	55008026E	6556/1	30/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
MAB7452	54403132D	5010/0	08/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAU4773	54838639E	6920/0	14/04/2014	R\$ 127,69	233
MCV2671	54838605E	6920/0	01/04/2014	R\$ 127,69	233
MDD4965	55903131D	5010/0	28/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDF8479	55008036E	5010/0	05/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEG3229	55008207E	6599/2	31/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEG3229	55008208E	5010/0	31/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFL9970	55903116D	5010/0	23/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFL9970	55903117D	5061/0	23/03/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFO9398	54838668E	6920/0	19/05/2014	R\$ 127,69	233
MFR6743	54838660E	6920/0	14/04/2014	R\$ 127,69	233
MFT5039	54402434D	6599/2	21/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGT8854	55902984D	5010/0	22/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGT8854	55902985D	6653/1	22/05/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MGT8854	55902986D	6602/0	22/05/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MHO1770	55007959E	5010/0	22/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHS4126	54838037E	5010/0	13/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHT1022	55903111D	6599/2	11/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHT1022	55903113D	5118/0	11/03/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHT1022	55903115D	5010/0	11/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIR5899	55007918E	6599/2	03/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIR5899	55007919E	5045/0	03/04/2014	R\$ 191,53	162 * V
MJR0209	54403141D	5169/1	09/06/2014	R\$ 1.915,38	165
MJR0209	54403142D	5045/0	08/06/2014	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1504/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAW5455	55008258E	5568/0	25/04/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
AFA0779	54840492E	5541/2	20/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AJK7642	54838050E	5380/0	24/06/2014	R\$ 85,12	181 * I
ALN5144	54840282E	5541/2	24/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CQG6450	55902950D	5460/0	12/05/2014	R\$ 85,12	181 * IX
DSM0190	54838263E	5460/0	02/07/2014	R\$ 85,12	181 * IX
DVI4508	54838496E	5738/0	24/06/2014	R\$ 191,53	186 * II
DVI4508	54838499E	5185/2	24/06/2014	R\$ 127,69	167
DVI4508	54838500E	5185/1	24/06/2014	R\$ 127,69	167
IMG3986	55008017E	7030/1	17/04/2014	R\$ 191,53	244 * I
LYW0462	55008143E	5541/4	08/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBF9685	55008405E	5460/0	09/05/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MBU0492	54838039E	5541/4	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDK9919	55008202E	5541/2	28/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDM8718	54838038E	5541/5	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDW0733	54854003E	5541/4	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDX6873	55007977E	5541/2	28/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEB7861	55008128E	5452/1	02/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MEM7281	55008270E	5541/1	07/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEV6113	54842206E	5541/4	02/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFE2882	55008402E	5452/1	05/05/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MFQ6370	54840495E	5541/1	27/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFR6756	54838064E	5452/1	09/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MFS4192	55008269E	5541/5	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGI2777	55008438E	5541/4	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGO8554	54838024E	5568/0	13/04/2014	R\$ 127,69	181 * XIX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGT5549	54840497E	5525/0	24/03/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MGT5549	55008326E	5622/1	13/05/2014	R\$ 53,20	182 * VI
MGT8178	55008108E	5452/1	26/03/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MGT8854	55902987D	5207/0	22/05/2014	R\$ 53,20	169
MHT4324	55008334E	5541/4	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHV6225	55008246E	5525/0	11/04/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MIA3531	54838076E	5452/1	11/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MID2006	54403133D	5738/0	08/04/2014	R\$ 191,53	186 * II
MIE3676	55008245E	5541/4	11/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIK9746	55008448E	5452/1	06/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MIQ5828	55008350E	5541/1	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIR5187	55008338E	5460/0	09/06/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MIV6138	54838059E	5738/0	08/04/2014	R\$ 191,53	186 * II
MJH3882	55008141E	5452/1	07/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MJH9951	54838070E	5452/1	10/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MJL5611	54838063E	5541/5	09/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJY8902	54838068E	5452/1	10/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MKC8308	55008201E	5541/4	28/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKI5855	55008142E	5541/4	08/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKO0019	55008109E	7366/2	26/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLA7869	55008205E	5452/3	31/03/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MLS6992	55008147E	5550/0	08/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MMI2229	54840296E	5568/0	27/03/2014	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1505/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
INP4712	55015973E	5010/0	08/10/2014	162 * I
MER2422	55015977E	5010/0	09/10/2014	162 * I
MGP1272	54840759E	6599/2	18/10/2014	230 * V
MIR3557	54839031E	6912/0	27/10/2014	232
MJK1498	54839068E	6610/2	18/10/2014	230 * VII
MLQ8498	54839418E	7340/0	15/09/2014	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1506/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFK6459	54838907E	5460/0	20/10/2014	181 * IX
DDK3784	54839103E	7366/2	22/10/2014	252 * VI
HOW5573	54838833E	5541/4	14/10/2014	181 * XVII
INP4712	55015974E	5193/0	08/10/2014	168
LWZ3501	54838920E	5541/4	06/11/2014	181 * XVII
LWZ3501	54840703E	5541/1	12/11/2014	181 * XVII
LZV4693	54838919E	5550/0	04/11/2014	181 * XVIII
MCG8547	54839304E	5185/1	11/11/2014	167
MCG8547	54839306E	5185/2	11/11/2014	167
MCO0670	54838956E	5380/0	13/10/2014	181 * I
MEE6337	54840624E	5541/5	20/10/2014	181 * XVII
MF8203	54838925E	5460/0	07/11/2014	181 * IX
MIQ8651	54840627E	5541/4	21/10/2014	181 * XVII
MJF3830	54402437D	5541/5	20/10/2014	181 * XVII
MJM0374	54838930E	5380/0	12/11/2014	181 * I
MJY5339	54402438D	5541/5	20/10/2014	181 * XVII
MKA9925	54840812E	5550/0	12/11/2014	181 * XVIII
OLE6856	54840811E	5541/6	11/11/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1507/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AST0430	54839252E	5045/0	04/09/2014	R\$ 191,53	162 * V
ATK6652	55903130D	5010/0	25/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
BNC7972	54854389E	5010/0	29/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
BRJ2442	54838675E	6920/0	14/05/2014	R\$ 127,69	233
BXF1203	54838669E	6920/0	16/05/2014	R\$ 127,69	233
CCK5676	55007922E	6637/1	08/04/2014	R\$ 127,69	230 * IX
CCK5676	55007923E	6556/1	08/04/2014	R\$ 191,53	230 * I
CCK5676	55007924E	6912/0	08/04/2014	R\$ 53,20	232
CCK5676	55007925E	6726/1	08/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
DDB2368	54838702E	6920/0	02/06/2014	R\$ 127,69	233
HOU4347	54838701E	6920/0	26/05/2014	R\$ 127,69	233
IBS3541	55007933E	5010/0	27/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXO9313	54838692E	6920/0	05/05/2014	R\$ 127,69	233
LXT2749	54402431D	6599/2	20/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXV8762	54797533C	5061/0	04/01/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LZA9425	54838757E	6920/0	09/06/2014	R\$ 127,69	233
MBK9733	54839454E	5045/0	05/09/2014	R\$ 191,53	162 * V
MBV6662	54842051E	6599/2	11/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBV6662	54842052E	5010/0	11/09/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBY3378	54838620E	6920/0	09/04/2014	R\$ 127,69	233
MCA9744	54838603E	6920/0	01/04/2014	R\$ 127,69	233
MCH8897	54838474E	6599/2	16/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDM1897	54838722E	6920/0	04/06/2014	R\$ 127,69	233
MDQ4164	55008155E	5010/0	29/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEJ8292	55008160E	5010/0	10/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEJ8292	55008161E	5274/1	10/06/2014	R\$ 191,53	175

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MER2422	54840299E	6637/1	26/03/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MEW7465	54838688E	6920/0	06/05/2014	R\$ 127,69	233
MGC0419	55008305E	5010/0	28/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGC0419	55008306E	5274/1	28/04/2014	R\$ 191,53	175
MGC0419	55008307E	6599/2	28/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGP7739	55007930E	6580/0	23/04/2014	R\$ 191,53	230 * IV
MIL8380	54838655E	6920/0	31/03/2014	R\$ 127,69	233
MJN6279	54838718E	6920/0	02/06/2014	R\$ 127,69	233
MJV1947	54838034E	5010/0	08/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MLO5385	55008112E	5010/0	26/03/2014	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1508/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJM7876	55008229E	5541/2	08/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AJQ4729	55007818E	5541/1	19/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AKY1008	54838483E	5452/1	17/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
EDC0749	55008294E	5541/2	03/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
EQT1118	54839459E	5185/1	04/09/2014	R\$ 127,69	167
LWR9524	54402433D	5452/1	20/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
LWS9832	54842244E	5550/0	12/09/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
LZR5519	55008325E	5452/1	13/05/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MAJ2807	54840494E	5568/0	21/03/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MCE3789	54403138D	5452/1	26/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MDE4499	55008274E	5541/5	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDG1509	54838026E	5541/4	28/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDR0755	54838469E	5568/0	16/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MEE2058	54838030E	5541/2	05/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEH6984	54840498E	5452/1	25/03/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MFV6374	54838807E	5541/6	15/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFX6634	54838003E	5452/2	11/03/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MGA7230	54838275E	5550/0	07/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGF2116	54840470E	5452/1	12/02/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MGM2370	54842215E	5185/1	04/09/2014	R\$ 127,69	167
MHB5041	54403131D	5738/0	08/04/2014	R\$ 191,53	186 * II
MHT1753	54837537E	5541/1	15/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHX2746	54854154E	5550/0	10/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIC9298	54839280E	5185/1	11/09/2014	R\$ 127,69	167
MIE6915	55008267E	5541/4	05/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIL1958	54842288E	5541/1	12/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIL4618	55015944E	5541/4	02/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIV8263	54838484E	5541/1	17/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJJ7631	54838488E	5479/0	17/06/2014	R\$ 85,12	181 * X
MJJ7631	54842285E	5185/1	11/09/2014	R\$ 127,69	167
MJS1329	54839183E	5452/1	25/09/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MKC9029	54838451E	7366/2	09/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO

# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 10.490/2014

DECRETO Nº 10.490, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 7.941, de 16 de dezembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

26 - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU  
2601 - Fundação Promotora de Exposições de Blumenau  
Atividade 26.01.23.695.0008.2138 - Manutenção das Ativ. da Proeb  
Modalidade 3.3.90 (6) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da dotação orçamentária abaixo discriminada:

26 - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU  
2601 - Fundação Promotora de Exposições de Blumenau  
Atividade 26.01.23.695.0008.2138 - Manutenção das Ativ. da Proeb  
Modalidade 4.4.90 (8) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 28 de novembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 10.493/2014

DECRETO Nº 10.493, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DELIMITA IMÓVEIS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, COMO ZONA DE URBANIZAÇÃO ESPECIAL PARA FINS DE APLICAÇÃO DO PROJETO "MORE LEGAL".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, usando das atribuições que lhe confere o art. 75, inciso I, alínea n, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 4º da Lei Complementar nº 295, de 08 de novembro de 2000,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam delimitados como Zona de Urbanização Especial, para fins de aplicação do Projeto "More Legal", Lei Complementar nº 295, de 08 de novembro de 2000, os seguintes imóveis:

#### I - DE ESPÓLIO DE HEINZ SCHUHARDT:

Um terreno situado nesta cidade, no Bairro Fortaleza, na Rua Francisco Vahldieck, contendo 9.233,73m², fazendo frente em 38,82m com o lado ímpar da Rua Francisco Vahldieck, fundos em duas linhas, sendo a primeira a partir do lado direito de 65,98m, sendo 16,00m com terras de Vitor César Correa da Silva Keller, 24,08m com terras de Airtton Machado e 25,90m com terras de Robin Marcio Goebel, a segunda linha de 67,43m com terras de Alfablu Empreendimentos Imobiliários Ltda; estremando pelo lado direito em 98,44m, sendo a partir da frente de 36,11m com terras de Atimar Otto Schhardt, 2,45m com o leito do ribeirão Fortaleza e 54,83m com terras de Roberson Moacir Baron, e pelo lado esquerdo em três linhas, sendo a partir da frente, a primeira de 56,54m, sendo 37,50m com terras de Espólio de Eriberto Divino Silvério, 3,00m com o antigo traçado do ribeirão Fortaleza, 2,44m com o leito do ribeirão Fortaleza e 3,84m com terras de Espólio de Matias Fuch, a segunda linha que alarga o terreno de 35,09m com terras de Espólio de Matias Fuch, e a terceira linha novamente em direção aos fundos de 48,53m com o lado ímpar da Rua Heinz Schhardt, edificado com a casa de alvenaria que recebeu o nº 2.907 da Rua Francisco Vahldieck, transcrito no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca no Livro 3-Y, fls. 171, sob nº 31.561;

#### II - DE KATIA HOLZ E OUTROS:

Um terreno situado nesta cidade, no Bairro Itoupava Central, na Rua Franz Volles, contendo 2.068,00m², fazendo frente em 9,10m com o lado par da Rua Franz Volles, fundos em 38,30m com terras de Trol S/A Industria e Comercio; estremando pelo lado direito em duas linhas, sendo a primeira a partir da frente de 36,30m e a segunda de 32,50m, ambas com terras de Laurita Kaestner, e pelo lado esquerdo em duas linhas, sendo a primeira a partir da frente de 8,05m e a segunda de 79,40m, ambas com terras de Romeu Volles, sem benfeitorias, matriculado no 3º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº 5.312;

#### III - DE GERVASIO KIENEN:

Um terreno situado nesta cidade, no Bairro Testo Salto, na Rua Vale do Selke, contendo 19.954,10m², fazendo frente em 50,00m com o lado par da Rua Vale do Selke, fundos em 38,00m com terras de Severino Seibt e outros; estremando pelo lado direito em 452,00m com terras de Genésio Antonio Kienen, e pelo lado esquerdo em 450,00m com terras de Dolores Kienen, sem benfeitorias, matriculado no 3º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº 3.259;

#### IV - DE FRANCISCO SCHWABE:

Um terreno situado nesta cidade, no Bairro Progresso, na Rua Ângelo Vanelli, contendo 1.416,78m², fazendo frente em 54,50m com o lado ímpar da Rua Ângelo Vanelli, fundos em 53,90m com terras de Karl Heinrich Witte; estremando pelo lado direito em 26,14m com terras de Vitório Alfarth, e pelo lado esquerdo em 26,14m com terras de Karl Heinrich Witte Representações, sem benfeitorias, matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº 7.056;

#### V - DE ESPÓLIO DE MARTIM OTTO:

Um terreno situado nesta cidade, no Bairro Itoupava Central, na Rua Paulo Zingel, contendo 29.379,63m², fazendo frente em linha sinuosa de 211,66m com o lado ímpar da Rua Paulo Zingel, fundos em duas linhas, sendo a primeira a partir do lado direito de 56,80m com terras de Alma Fischer e a segunda de 58,55m com terras de Elana Pagel; estremando pelo lado direito em 363,00m com terras de Rubia Jensen, Valdir Jensen e Célia Jensen, e pelo lado esquerdo em 198,55m com terras de Elana Pagel, sem benfeitorias,

transcrito no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, no Livro 3-U, fls. 64, sob nº 25.274;

#### VI - REINHALDO BERNES E LUCITA BERNES:

Um terreno situado nesta cidade, no Bairro Água Verde, na esquina das Ruas Gustavo Richard e Aleixo Schneider, contendo 745,92m², fazendo frente em 18,23m com o lado par da Rua Gustavo Richard, fundos em 19,68m com terras de Nelson Zibell; estremando pelo lado direito em 39,55m com terras de Dorival Hille e Elvira Reichert Hille, e pelo lado esquerdo em 50,56m com o lado ímpar da Rua Aleixo Schneider, edificado com a casa de alvenaria sob nº 22 da Rua Gustavo Richard, matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº 4.025;

#### VII - DE NERY ARCANJO INÁCIO E MARIA IVANETE INACIO:

Um terreno situado nesta cidade, no Bairro Salto do Norte, na Rua Johann Sachse, contendo 5.949,90m², fazendo frente em 8,85m com o lado ímpar da Rua Johann Sachse, fundos em 103,55m, sendo a partir do lado direito de 93,74m com terras de Arno Hermes e Irani Maria Hermes e em 9,81m com terras de Mara Ruth Mette; estremando pelo lado direito em cinco linhas, sendo a primeira, a partir da frente de 61,50m, a segunda que alarga o terreno de 25,75m, ambas com terras de Marcos Alberto Gastaldi, a terceira em direção aos fundos de 23,00m com terras de Francisco Hawerth, a quarta alarga o terreno de 50,25m, sendo em 12,25m com terras de Francisco Hawerth, em 12,25m com terras de Wilson Frainer, em 12,25m com terras de Arnaldo Trocatti, em 12,25m com terras de Gerson Grun e em 1,25m com terras de Celso Ern, e a quinta em direção aos fundos de 38,13m com terras de Oswaldo Bitencourt, e pelo lado esquerdo em cinco linhas, sendo a primeira a partir da frente de 50,00m, a segunda de 18,00m, ambas com terras deilson Dalcastagne, a terceira em direção aos fundos de 39,00m, sendo em 16,70m com terras de Osmar Arcanjo Inácio e em 22,30m com terras de José Nelson Wippel, a quarta alarga o terreno em 3,47m com terras de José Nelson Wippel, e a quinta em direção aos fundos de 38,11m, sendo em 18,91m com terras de Albonir Manoel de Deus e Hilda Nunes de Deus, e em 19,20m com terras de Renato Machado e Marta Rosangela Machado, sem benfeitorias, distando do lado esquerdo 35,30m da Rua Geraldo Ramthum, matriculado no 3º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº 35.169;

#### VIII - DE IVANIR REINERT E JEAN CARLOS REINERT:

Um terreno situado nesta cidade, no Bairro Velha, na Rua José Reuter, contendo 537,03m², fazendo frente em linha sinuosa de 36,66m com o lado ímpar da Rua José Reuter, fundos em 36,00m, sendo a partir do lado direito em 2,80m com terras de Cristiano Schmitt, em 15,00m com terras de Alfredo Kroenke, em 15,00m com terras de Alfredo Kroenke, e em 3,20m com terras de Alfredo Kroenke; estremando pelo lado direito em 15,00m com terras de Leonil Pereira, e pelo lado esquerdo em 16,00m com terras de Valdir Loes, sem benfeitorias, matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº 9.676;

#### IX - REMOALDO FIGUEREDO E VECILTE FIGUEREDO:

Um terreno situado nesta cidade, no Bairro Itoupava Central, na Rua Henrique Griebel, contendo 3.874,49m², fazendo frente em três linhas, sendo a primeira a partir do lado esquerdo de 4,02m com o lado ímpar da Rua Henrique Griebel, a segunda em direção aos fundos de 43,63m com terras de Olga Pinto, e a terceira que alarga o terreno de 96,00m, dos quais em 18,00m com terras de Olga Pinto, em 40,35m com terras de Elke Weber e em 37,65m com terras de Gerdt Schoenau, fundos em 100,00m, sendo a partir do lado esquerdo de 10,60m com terras de Reinaldo Oliveira dos Santos, em 12,40m com terras de Darci Tressi, em 13,00m

com terras de Marli Correa, em 13,00m com terras de Luiz Carlos de Oliveira, em 13,00m com terras de Marli Correa, em 13,00m com terras de Jorge Mandel, em 13,00m com terras de Luisinho Eriberto Dalri, e em 12,00m com terras de Marli Correa; estremando pelo lado direito em 37,00m com terras de Arnaldo Venske, e pelo lado esquerdo em 80,65m com terras de Antonio Arvelino Back, sem benfeitorias, matriculado no 3º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº 28.573.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 28 de novembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### DECRETO Nº 10.495/2014

DECRETO Nº 10.495, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.  
DELEGA COMPETÊNCIA AO DIRETOR DE CONTENCIOSO JUDICIAL DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, VII, combinado com o artigo 75, I, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica delegada competência ao Diretor de Contencioso Judicial da Procuradoria-Geral do Município - PROGEM, ROMUALDO PAULO MARCHINHACKI, para ordenar e autorizar despesas, bem como assinar atos administrativos daquela Procuradoria, no período de 12 a 25 de dezembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 03 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### LEI COMPLEMENTAR Nº 949/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 949, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.  
INCLUI DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 662, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2007,  
QUE "INSTITUI O ESTATUTO E O PLANO DE CARREIRA PARA OS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE BLUMENAU", ALTERA A REDAÇÃO DE OUTROS DISPOSITIVOS DO MESMO DIPLOMA LEGAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Seção Única do Capítulo IV da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, passa a denominar-se Seção I, acrescentando-se ao capítulo a Seção II com a seguinte denominação: "Da Hora de Planejamento e Estudo".

Art. 2º Fica incluído na Seção II do Capítulo IV da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, as arts. 39-G e 39-H com a seguinte redação:

"Art. 39-G. Fica assegurado aos coordenadores pedagógicos, no exercício efetivo das funções de coordenação pedagógica nas unidades educacionais vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, período de hora de planejamento e estudo correspondente a 20% (vinte por cento) da respectiva carga horária semanal de trabalho, para exercício de atividades voltadas à qualificação, aperfeiçoamento e melhoria do desempenho de suas atribuições.

Parágrafo único. A hora de planejamento e estudo será exercida preferencialmente na unidade educacional de atuação do coordenador pedagógico, em dias alternados da semana.

Art. 39-H. A hora de planejamento e estudo destina-se ao exercício de atribuições relacionadas a planejamento, estudo, avaliação, pesquisa, participação em formação continuada, reuniões, preparação da formação continuada na unidade educacional, atualização do acervo da legislação em vigor para sua implementação, levantamento e análise de dados da unidade educacional, atualização de informações estatísticas e de índices de desempenho da unidade educacional e proposição de medidas que contribuam para o aperfeiçoamento das atividades em sua área de atuação bem como das atividades institucionais, notadamente as previstas no Projeto Político Pedagógico da unidade educacional, em prol da melhoria da qualidade de ensino."

Art. 3º O art. 40 da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 40. Farão jus à fruição de um período de férias anual, sem prejuízo da remuneração:

I - de 45 (quarenta e cinco) dias, distribuídos nos períodos de recesso, observado o interesse escolar e o calendário da unidade educacional, os servidores dos quadros de pessoal do Magistério Público Municipal com atuação nas unidades educacionais vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, ocupantes do cargo efetivo de:

- a) Professor e Educador no exercício efetivo de regência de classe;
- b) Coordenador Pedagógico no exercício efetivo das funções de coordenação pedagógica;

II - de 30 (trinta) dias, os demais servidores ocupantes de cargo efetivo ou em comissão com atuação na Rede Municipal de Ensino e na Secretaria Municipal de Educação."

Art. 4º Aos ocupantes do cargo efetivo de Coordenador Pedagógico no exercício efetivo das funções de coordenação pedagógica nas unidades educacionais vinculadas à Secretaria Municipal de Educação são devidas:

I - no exercício de 2014, as férias de 45 (quarenta e cinco) dias;

II - a contar de 01 de maio de 2014, as horas de planejamento e estudo.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 01 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

## LEI COMPLEMENTAR Nº 950/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 950, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 740, DE 18 DE JANEIRO DE 2010, QUE "ESTABELECE REQUISITOS E CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DE SERVIDOR PARA FINS DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E DO PROCESSO DE EXONERAÇÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO E DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O §2º do art. 2º da Lei Complementar nº 740, de 18 de janeiro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação, incluindo-se ao artigo os §§5º e 6º:

"Art. 2º [...]

[...]

§2º Nas hipóteses de licença e afastamento do exercício do cargo não previstas no §1º, a avaliação especial de desempenho será suspensa e reiniciada ao término do motivo que a determinou, exceto quando se tratar de investidura em função gratificada de confiança ou cargo de provimento em comissão, desde que as atribuições destes sejam comprovada e manifestamente similares às do cargo efetivo, mediante declaração da autoridade responsável pela avaliação.

[...]

§5º Aplica-se o disposto no §2º quando se tratar de servidor do Poder Executivo nomeado para exercício de função gratificada de confiança ou cargo de provimento em comissão nas autarquias e fundações públicas do Município, ou destas para o Poder Executivo.

§6º Não será suspenso o estágio probatório do servidor do Poder Executivo cedido para exercício de suas atribuições de carreira em autarquia e fundação pública do Município, ou destas para o Poder Executivo."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 01 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

## LEI COMPLEMENTAR Nº 951/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 951, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 660, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2007, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS, NESTA INCLUI OUTROS DISPOSITIVOS QUE ESPECIFICA E DÁ NOVAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os dispositivos adiante indicados da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 176. [...]

[...]

II - ser assíduo e pontual ao serviço;

III - manter, nas relações de trabalho ou não, comportamento condizente com a sua qualidade de servidor público e de cidadão."

[...]

V - tratar com urbanidade os demais servidores e o público em geral;

[...]."

"Art. 187. A penalidade de advertência será aplicada por escrito nos casos de violação dos deveres funcionais previstos no art. 176."

"Art. 190. A penalidade de demissão será aplicada nos casos de reincidência de faltas puníveis com suspensão e de violação das proibições previstas no art. 177, incisos XIII, XIV, XVI, XVII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXIX, XXX, XXXI e XXXII."

"Art. 213. Como medida cautelar, a autoridade instauradora do processo administrativo disciplinar poderá ordenar o afastamento preventivo do servidor do cargo, mediante solicitação motivada da chefia.

[...]."

"Art. 221. [...]

Parágrafo único. Recusando-se o acusado a receber a citação, o fato deverá ser certificado no verso do instrumento citatório."

"Art. 228. A defesa do acusado será promovida pelo próprio servidor, por advogado por ele constituído ou por defensor dativo.

[...]."

"Art. 242. [...]

[...]

§2º Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um servidor público bacharel em Direito, como defensor dativo, que fará jus à gratificação prevista no art. 95-A."

Art. 2º Os incisos V, XII e XV do art. 177 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação, incluindo-se ao artigo os incisos XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXI e XXXII e o §4º:

"Art. 177. [...]

[...]

V - deixar de responsabilizar subordinado que saiba ter cometido infração disciplinar;

[...]

XII - exercer, durante o expediente ou fora dele, função estranha ao cargo ou atender pessoas na repartição para tratar de assuntos relacionados à atividade particular;

[...]

XV - patrocinar direta ou indiretamente interesse privado perante

a administração pública municipal valendo-se da qualidade de servidor;

[...]

XXI - apresentar-se em serviço em estado de embriaguez alcoólica ou de entorpecimento causado pelo uso de drogas ilícitas;

XXII - praticar improbidade administrativa nos termos da lei federal;

XXIII - falsificar ou usar documentos que saiba ser falsificados;

XXIV - abandonar o cargo;

XXV - ser habitualmente inassíduo;

XXVI - aplicar irregularmente verba pública;

XXVII - infligir maus tratos morais ou físicos, em serviço, a servidor ou a particular;

XXVIII - agredir fisicamente servidor ou particular, salvo em legítima defesa;

XXIX - modificar ou alterar sistema de informação ou programa de informática sem autorização da autoridade competente;

XXX - falsificar ou inutilizar no todo ou em parte ou subtrair da repartição documento público ou particular;

XXXI - praticar incontinência pública ou conduta escandalosa;

XXXII - assediar sexualmente outro servidor ou o administrado.

[...]

§4º Comprovado que o estado de embriaguez alcoólica ou de entorpecimento causado pelo uso de drogas ilícitas no serviço é habitual e associado a distúrbios psicológicos e mentais, o processo disciplinar será arquivado, sem julgamento de mérito, e o servidor encaminhado aos cuidados do SESOSP".

Art. 3º O art. 186 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação, transformando-se o atual parágrafo único em §1º e acrescentando-se ao artigo o §2º:

"Art. 186. Na aplicação das penalidades, serão considerados os antecedentes funcionais do servidor, a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, a repercussão do fato, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, assim como a reincidência.

§1º [...]

§2º É circunstância agravante da infração disciplinar o fato de ter sido praticada em concurso de dois ou mais servidores ou contra criança, adolescente, idoso ou incapaz física ou mentalmente, ou, quando se tratar de agressão física ou moral e dela resultar seqüela grave."

Art. 4º O art. 188 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação, incluindo-se ao artigo os incisos I, II e III:

"Art. 188. Será aplicada a penalidade de suspensão de:

I - até trinta dias, na reincidência das faltas punidas com

advertência e nos casos de violação das proibições previstas no art. 177, incisos I, III, IV, VI, IX e X;

II - trinta e um a sessenta dias, nos casos de violação das proibições previstas no art. 177, incisos II, V, VII e XVIII;

III - sessenta e um a noventa dias, nos casos de violação das proibições previstas no art. 177, incisos VIII, XI, XII, XV e XXVIII.

[...].”

Art. 5º O art. 196 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se ao artigo o parágrafo único:

“Art. 196. A demissão de servidor público municipal efetivo ou destituição do ocupante de cargo em comissão incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo ou função pública municipal pelo prazo de cinco anos.

Parágrafo único. A incompatibilidade de que trata o caput será pelo prazo de dez anos quando se tratar de demissão por infração ao art. 177, incisos XXII, XXVI, XXVII, XXIX, XXX e XXXII.”

Art. 6º O art. 220 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, passa a vigorar acrescido do parágrafo único com a seguinte redação:

“Art. 220. [...]

Parágrafo único. Quando o servidor residir fora do Município, a citação poderá ser feita pelo correio com aviso de recebimento.”

Art. 7º Fica incluído no art. 87 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, o inciso VI-A com a seguinte redação: “Art. 87. [...]

[...]

VI-A - gratificação pelo desempenho de atividade de defensor dativo;

[...].”

Art. 8º Fica incluída na Seção III do Capítulo II do Título III da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, a Subseção VI-A com a seguinte denominação: “Da Gratificação pelo Desempenho de Atividade de Defensor Dativo.”

Art. 9º Fica incluído na Subseção VI-A da Seção III do Capítulo II do Título III da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, o art. 95-A com a seguinte redação:

“Art. 95-A. Ao servidor designado para desempenhar atividade de defensor dativo será concedida gratificação, por processo administrativo disciplinar, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do padrão “A”, faixa de vencimento I, carga horária quarenta horas semanais, categoria “7”, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, que constitui o Anexo I da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007.”

Art. 10. Ficam revogados os incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 190, o art. 197 e o §2º do art. 213 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Art. 11. Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 01 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 7.964/2014**

LEI Nº 7.964, DE 24 DE ABRIL DE 2014.

INSTITUI A “SEMANA MULTICULTURAL”,  
NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituída e incluída no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, a Semana Multicultural, a ser realizada, anualmente, na semana que abrange o dia 5 de novembro, Dia Nacional da Cultura Brasileira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 24 de abril de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 7.965/2014**

LEI Nº 7.965, DE 28 DE ABRIL DE 2014.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO ÀS ENTIDADES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro à:

I - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Blumenau - APAE, inscrito no CNPJ sob o nº 82.656.554/0001-06, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 1.412 de 02/06/1967, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), destinados a custear parte das despesas com a manutenção das atividades da referida entidade;

II - Associação Assistencial da Igreja Assembléia de Deus - Lar Betânia, inscrito no CNPJ sob o nº 83.526.640/0001-67, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 2.463 de 08/06/1979, no valor de R\$ 723.170,88 (setecentos e vinte e três mil, cento e setenta reais e oitenta e oito centavos), destinados à Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 003/14 - Recursos Fundeb;

III - Associação Voluntários de São Roque, inscrito no CNPJ sob o nº 83.779.264/0001-12, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.647 de 01/12/1989, no valor de R\$ 677.990,16(seiscentos e setenta e sete mil, novecentos e noventa reais e dezesseis centavos), destinados a Cooperação Técnica/

Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, respeitando a data de ingresso no Ensino Fundamental de nove anos à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 004/14 - Recursos Fundeb;

IV - Centro de Educação Amiguinho Feliz, inscrito no CNPJ sob o nº 83.795.963/0001-56, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.594 de 05/07/1989, no valor de R\$ 363.970,56 (trezentos e sessenta e três mil, novecentos e setenta reais e cinquenta e seis centavos), destinados a Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, respeitando a data de ingresso no Ensino Fundamental de nove anos à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 001/14 - Recursos Fundeb;

V - Sociedade Beneficiária Arnaldo Hadlich, inscrito no CNPJ sob o nº 00.065.973/0001-09, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.378 de 14/09/1994, no valor de R\$ 362.567,40 (trezentos e sessenta e dois mil, quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos), destinados a Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, respeitando a data de ingresso no Ensino Fundamental de nove anos à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 002/14 - Recursos Fundeb;

VI - União Cristã - Associação Social e Educacional, inscrito no CNPJ sob o nº 73.794.810/0001-30, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.448 de 21/12/1994, no valor de R\$ 542.447,88 (quinhentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e oitenta e oito centavos), destinados a Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, respeitando a data de ingresso no Ensino Fundamental de nove anos à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 005/14 - Recursos Fundeb

VII - União Cristã - Associação Social e Educacional, inscrito no CNPJ sob o nº 73.794.810/0001-30, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.448 de 21/12/1994, no valor de R\$ 83.626,32 (oitenta e três mil, seiscentos e vinte e seis reais e trinta e dois centavos), destinados a Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, respeitando a data de ingresso no Ensino Fundamental de nove anos à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 005/14 - Recursos Próprios.

VIII - Associação Casa São Simeão, inscrito no CNPJ sob o nº 79.371.696/0001-12, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 2.133 de 17/12/1975, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), destinados a cooperação técnica/financeira entre o Município de Blumenau e a referida entidade visando a prestação do Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 006/14;

IX - Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, inscrito no CNPJ sob o nº 79.372.108/0001-65, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.754 de 20/08/1990, no valor de R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais), destinados ao custeio e manutenção em ações de Atendimento Psicossocial em Comunidade Terapêutica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 37.08.001/2013 e 1º Termo Aditivo ao Convênio;

X - Cruz Azul no Brasil, inscrito no CNPJ sob o nº 01.127.311/0001-89, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.879 de 22/09/1997, no valor de R\$ 34.157,25 (trinta e quatro mil, cento e cinquenta e sete reais e vinte e cinco centavos), destinados ao custeio e manutenção em ações de Capacitação/Intervenção ao Uso e Abuso de Substância Psicoativa, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 37.08.003/2013 e 1º Termo Aditivo ao Convênio;

XI - Centro Terapêutico Vida - CTV, inscrito no CNPJ sob o nº 72.424.187/0001-61, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.251 de 09/11/1993, no valor de R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais), destinados ao custeio e manutenção em ações de Habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 37.08.002/2013 e 1º Termo Aditivo ao Convênio;

XII - Pólo Tecnológico de Informação e Comunicação da Região de Blumenau - BLUSOFT, inscrito no CNPJ sob o nº 81.160.376/0001-65, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 5.981, de 04/09/2002, no valor de R\$ 415.000,00 (quatrocentos e quinze mil reais), destinados à fomentação ao desenvolvimento na área das Tecnologias da Informação (TI), auxiliando até 19 (dezenove) empresas para a execução dos objetos específicos contidos no Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 017/13;

XIII - Instituto Gene Blumenau, inscrito no CNPJ sob o nº 05.421.267/0001-76, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.550, de 03/09/2004, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), destinados a promoção da cooperação técnico-científico e financeiro para o desenvolvimento multisetorial por meio do estímulo e suporte à inovação e ao empreendedorismo, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 014/13;

XIV - Cooperprove Cooperativa Prove de Blumenau, inscrito no CNPJ sob o nº 03.535.274/0001-73, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 5.620, de 04/05/2001, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinados a atender termos de convênios que serão firmados entre o município de Blumenau e a referida entidade;

XV - Blumenau Convention & Visitors Bureau, inscrito no CNPJ sob o nº 79.376.323/0001-34, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 5.943, de 03/07/2002, no valor de R\$ 649.000,00 (seiscentos e quarenta e nove mil reais), destinados a atender termos de convênios que serão firmados entre o município de Blumenau e a referida entidade;

XVI - Associação dos Clubes de Caça e Tiro de Blumenau, inscrito no CNPJ sob o nº 79.375.291/0001-52, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 5.628, de 16/05/2001, no valor de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), destinados a atender termos de convênios que serão firmados entre o município de Blumenau e a referida entidade;

XVII - Sociedade de Amigos da Banda Municipal de Blumenau, inscrito no CNPJ sob o nº 05.543.193/0001-40, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.312, de 09/10/2003,

no valor de R\$ 293.000,00 (duzentos e noventa e três mil reais), destinados a cooperação técnica/financeira entre os convenientes para a operacionalização na difusão da cultura musical popular e clássica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 021/13;

XVIII - Blumenau Convention & Visitors Bureau, inscrito no CNPJ sob o nº 79.376.323/0001-34, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 5.943, de 03/07/2002, no valor de R\$ 647.000,00 (seiscentos e quarenta e sete mil reais), destinados a atender termos de convênios que serão firmados entre o município de Blumenau e a referida entidade;

XIX - Associação dos Clubes de Caça e Tiro de Blumenau, inscrito no CNPJ sob o nº 79.375.291/0001-52, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 5.628, de 16/05/2001, no valor de R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais), destinados a atender termos de convênios que serão firmados entre o município de Blumenau e a referida entidade;

XX - Fundação Hospitalar de Blumenau, inscrito no CNPJ sob o nº 82.654.088/0001-20, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 1.812 de 09/12/1971, no valor de R\$ 7.906.560,00 (sete milhões, novecentos e seis mil, quinhentos e sessenta reais), destinados a auxiliar no custeio e manutenção do hospital, bem como para prestação de Exames Laboratoriais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 007/14, e de acordo com a Instrução Normativa TC 14/2012 do TCE/SC;

XXI - Hospital Santa Isabel, inscrito no CNPJ sob o nº 83.883.306/0011-32, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 898 de 17/08/1959, no valor de R\$ 3.168.000,00 (três milhões, cento e sessenta e oito mil reais), destinados a auxiliar no custeio e manutenção do hospital, bem como para prestação de Exames Laboratoriais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 008/14, e de acordo com a Instrução Normativa TC 14/2012 do TCE/SC;

XXII - Associação Hospitalar Beneficente Misericórdia de Vila Itoupava, inscrito no CNPJ sob o nº 82.653.163/0001-38, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 896 de 04/07/1959, no valor de R\$ 667.000,00 (seiscentos e sessenta e sete mil reais), destinados a auxiliar no custeio e manutenção do hospital, bem como para prestação de Exames Laboratoriais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 009/14, e de acordo com a Instrução Normativa TC 14/2012 do TCE/SC;

XXIII - Associação Assistencial da Igreja Assembléia de Deus - Lar Betânia, inscrito no CNPJ sob o nº 83.526.640/0001-67, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 2.463 de 08/06/1979, no valor de R\$ 48.240,00 (quarenta e oito mil e duzentos e quarenta reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 à 15 anos, sob o nível de Proteção Social Básica, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 29.01.024/2013;

XXIV - Associação Beneficente Bom Samaritano da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, inscrito no CNPJ sob o nº 79.365.060/0001-68, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.505 de 20/10/1988, no valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Programa de Inclusão Produtiva, Qualificação e Reinserção Profissional, sob o nível de proteção Social Básica, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 29.01.035/2013;

XXV - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Blumenau - APAE, inscrito no CNPJ sob o nº 82.656.554/0001-06, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública

nº 1.412 de 02/06/1967, no valor de R\$ 101.426,22 (cento e um mil, quatrocentos e vinte e seis reais e vinte e dois centavos), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade à Pessoas com Deficiência e suas Famílias, sob o nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 29.01.044/2013;

XXVI - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Blumenau - APAE, inscrito no CNPJ sob o nº 82.656.554/0001-06, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 1.412 de 02/06/1967, no valor de R\$ 208.800,00 (duzentos e oito mil e oitocentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Programa de Habilitação e reabilitação de Pessoas com Deficiência, sob o nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 29.01.037/2013;

XXVII - Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos - ABADA, inscrito no CNPJ sob o nº 79.371.803/0001-02, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.706 de 05/04/1990, no valor de R\$ 104.400,00 (cento e quatro mil e quatrocentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Programa de Habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência, sob o nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 29.01.038/2013;

XXVIII - Associação de Cegos do Vale do Itajaí - ACEVALI, inscrito no CNPJ sob o nº 79.363.776/0001-26, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.407 de 06/11/1987, no valor de R\$ 36.540,00 (trinta e seis mil e quinhentos e quarenta reais), destinados ao custeio e manutenção do Programa de Habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência, sob o nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 29.01.039/2013;

XXIX - Associação Blumenauense de Deficientes Físicos - ABLUDEF, inscrito no CNPJ sob o nº 79.366.035/0001-07, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.072 de 24/09/1992, no valor de R\$ 40.600,00 (quarenta mil e seiscentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Programa de Habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência, sob o nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 29.01.040.2013;

XXX - Associação Blumenauense de Deficientes Físicos - ABLUDEF, inscrito no CNPJ sob o nº 79.366.035/0001-07, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.072 de 24/09/1992, no valor de R\$ 6.005,34 (seis mil, cinco reais e trinta e quatro centavos), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade a Pessoas com Deficiência e suas Famílias, sob o nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 29.01.045/2013;

XXXI - Associação Blumenauense de Amparo aos Menores Desvalidos - ABAM, inscrito no CNPJ sob o nº 83.093.039/0001-28, inscrito no CNPJ sob o nº 83.093.039/0001-28, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 831 de 29/05/1958, no valor de R\$ 400.766,40 (quatrocentos mil, setecentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, sob o nível de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 29.01.041/2013;

XXXII - Associação Blumenauense de Amparo aos Menores Desvalidos - ABAM, inscrito no CNPJ sob o nº 83.093.039/0001-28, inscrito no CNPJ sob o nº 83.093.039/0001-28, com foro

no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 831 de 29/05/1958, no valor de R\$ 89.100,00 (oitenta e nove mil e cem reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, sob o nível de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 29.01.042/2013;

XXXIII - Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, inscrito no CNPJ sob o nº 79.372.108/0001-65, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.754 de 20/08/1990, no valor de R\$ 34.740,00 (trinta e quatro mil, setecentos e quarenta reais), destinados ao custeio e manutenção do Programa de Reinserção Social com Moradia Coletiva, sob o nível de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 29.01.043/2013;

XXXIV - Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, inscrito no CNPJ sob o nº 07.098.848/0001-44, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.747 de 22/08/2005, no valor de R\$ 72.360,00 (setenta e dois mil, trezentos e sessenta reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos, sob o nível de Proteção Social Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 29.01.046/2013;

XXXV - Associação de Educação Complementar Puro Amor, inscrito no CNPJ sob o nº 08.677.364/0001-12, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 7.272 de 29/04/2008, no valor de R\$ 45.828,00 (quarenta e cinco mil e oitocentos e vinte e oito reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos, sob o nível de Proteção Social Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 29.01.047/2013;

XXXVI - Sociedade Casa da Esperança, inscrito no CNPJ sob o nº 83.526.640/0001-67, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.577 de 16/06/1989, no valor de R\$ 84.420,00 (oitenta e quatro mil, quatrocentos e vinte reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos, sob o nível de Proteção Social Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 29.01.050/2013;

XXXVII - Associação Blumenauense na Luta Contra o Câncer - ABLUCAN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.791.343/0001-23, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 7.172 de 23/10/2007, no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Programa Socioeducativo de Apoio e Orientação à Família, sob o nível de Proteção Social Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 29.01.051/2013;

XXXVIII - Cruz Azul no Brasil, inscrito no CNPJ sob o nº 01.127.311/0001-89, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.879 de 22/09/1997, no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Programa Socioeducativo de Apoio e Orientação à Família, sob o nível de Proteção Social Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 29.01.054/2013;

XXXIX - Centro Terapêutico Vida - CTV, inscrito no CNPJ sob o nº 72.424.187/0001-61, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.251 de 09/11/1993, no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Programa Socioeducativo de Apoio e Orientação à Família, sob o nível de Proteção Social Básica, cfe. Plano de Trabalho e

Termo de Convênio nº 29.01.055/2013;

XL - Associação Voluntários de São Roque, inscrito no CNPJ sob o nº 83.779.264/0001-12, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.647 de 01/12/1989, no valor de R\$ 124.218,00 (cento e vinte e quatro mil e duzentos e dezoito reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos, sob o nível de Proteção Social Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 29.01.048/2013;

XLI - Centro de Educação Amiguinho Feliz, inscrito no CNPJ sob o nº 83.795.963/0001-56, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.594 de 05/07/1989, no valor de R\$ 48.240,00 (quarenta e oito mil e duzentos e quarenta reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos, sob o nível de Proteção Social Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 29.01.049/2013;

XLII - Associação Casa de Apoio, inscrito no CNPJ sob o nº 06.789.418/0001-06, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.576 de 13/10/2004, no valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Programa Socioeducativo de Apoio e orientação à Família, sob o nível de Proteção Social Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 29.01.053/2013;

XLIII - Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, inscrito no CNPJ sob o nº 04.310.564/0008-58, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 5.523 de 28/08/2000, no valor de R\$ 17.820,00 (dezessete mil e oitocentos e vinte reais), destinados ao custeio e manutenção do Programa de Orientação e Preparação para o Mundo do Trabalho, sob o nível de Proteção Social Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 29.01.036/2013;

XLIV - Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos ABADA, inscrito no CNPJ sob o nº 79.371.803/0001-02, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.706 de 05/04/1990, no valor de R\$ 9.810,00 (nove mil, oitocentos e dez reais), destinados a custear despesas para o projeto "História Infantil em Libras";

XLV - Associação Blumenauense de Amparo aos Menores Desvalidos - ABAM, inscrito no CNPJ sob o nº 83.093.039/0001-28, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 831 de 29/05/1958, no valor de R\$ 22.235,00 (vinte e dois mil, duzentos e trinta e cinco reais), destinados a custear despesas para o projeto "Capoeira Arte que Educa";

XLVI - Associação Blumenauense de Amparo aos Menores Desvalidos - ABAM, inscrito no CNPJ sob o nº 83.093.039/0001-28, inscrito no CNPJ sob o nº 83.093.039/0001-28, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 831 de 29/05/1958, no valor de R\$ 11.340,00 (onze mil, trezentos e quarenta reais), destinados a custear despesas para o projeto "Qualificação e Formação aos Profissionais do Serviço de Acolhimento";

XLVII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Blumenau - APAE, inscrito no CNPJ sob o nº 82.656.554/0001-06, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 1.412 de 02/06/1967, no valor de R\$ 44.090,00 (quarenta e quatro mil e noventa reais), destinados a custear despesas para o projeto "Salas Ambiente";

XLVIII - Associação Beneficente Bom Samaritano da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, inscrito no CNPJ sob o

nº 79.365.060/0001-68, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.505 de 20/10/1988, no valor de R\$ 18.590,00 (dezoito mil, quinhentos e noventa reais), destinados a custear despesas para o projeto "Programa de Inclusão Musical";

XLIX - Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, inscrito no CNPJ sob o nº 79.372.108/0001-65, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.754 de 20/08/1990, no valor de R\$ 27.945,20 (vinte e sete mil novecentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos), destinados a custear despesas para o projeto "Fazendo Arte no Tratamento";

L - Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, inscrito no CNPJ sob o nº 79.372.108/0001-65, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.754 de 20/08/1990, no valor de R\$ 15.695,04 (quinze mil seiscentos e noventa e cinco reais e quatro centavos) destinados a custear despesas para o projeto "Tocando o Futuro";

LI - Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, inscrito no CNPJ sob o nº 79.372.108/0001-65, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.754 de 20/08/1990, no valor de R\$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais) destinados a custear despesas para o projeto "Encenando a Vida";

LII - Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, inscrito no CNPJ sob o nº 79.372.108/0001-65, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.754 de 20/08/1990, no valor de R\$ 10.558,00 (dez mil, quinhentos e cinquenta e oito reais) destinados a custear despesas para o projeto "Qualificando Profissionais";

LIII - Cruz Azul no Brasil, inscrito no CNPJ sob o nº 01.127.311/0001-89, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.879 de 22/09/1997, no valor de R\$ 102.873,08 (cento e dois mil e oitocentos e setenta e três reais e oito centavos) destinados a custear despesas para o projeto "Grupos de Apoio Kids Cruz Azul";

LIV - Cruz Azul no Brasil, inscrito no CNPJ sob o nº 01.127.311/0001-89, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.879 de 22/09/1997, no valor de R\$ 255.714,04 (duzentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e catorze reais e quatro centavos) destinados a custear despesas para o projeto "Palco da Vida";

LV - Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, inscrito no CNPJ sob o nº 07.098.848/0001-44, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.747 de 22/08/2005, no valor de R\$ 14.461,00 (catorze mil e quatrocentos e sessenta e um reais) destinados a custear despesas para o projeto "Informática Educativa";

LVI - Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, inscrito no CNPJ sob o nº 07.098.848/0001-44, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.747 de 22/08/2005, no valor de R\$ 26.160,00 (vinte e seis mil, cento e sessenta reais) destinados a custear despesas para o projeto "Orquestrando Convivências";

LVII - Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, inscrito no CNPJ sob o nº 07.098.848/0001-44, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.747 de 22/08/2005, no valor de R\$ 16.497,00 (dezesseis mil, quatrocentos e noventa e sete reais) destinados a custear despesas para o projeto "Caminho das Artes";

LVIII - Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, inscrito no CNPJ sob o nº 07.098.848/0001-44, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.747 de 22/08/2005, no valor de R\$ 10.530,00 (dez mil, quinhentos e trinta reais) destinados a custear despesas para o projeto "Caminho das Artes";

LIX - Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, inscrito no CNPJ sob o nº 07.098.848/0001-44, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.747 de 22/08/2005, no valor de R\$ 10.530,00 (dez mil, quinhentos e trinta reais) destinados a custear despesas para o projeto "Transformação";

LX - Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, inscrito no CNPJ sob o nº 07.098.848/0001-44, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.747 de 22/08/2005, no valor de R\$ 19.100,00 (dezenove mil e cem reais) destinados a custear despesas para o projeto "Compartilhando Saberes";

LXI - Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, inscrito no CNPJ sob o nº 07.098.848/0001-44, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.747 de 22/08/2005, no valor de R\$ 11.960,00 (onze mil, novecentos e sessenta reais) destinados a custear despesas para o projeto "Tecendo Relações";

LXII - Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, inscrito no CNPJ sob o nº 07.098.848/0001-44, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.747 de 22/08/2005, no valor de R\$ 37.141,00 (trinta e sete mil, cento e quarenta e um reais) destinados a custear despesas para o projeto "Todos os Sentidos para Aprender";

LXIII - Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, inscrito no CNPJ sob o nº 07.098.848/0001-44, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.747 de 22/08/2005, no valor de R\$ 27.222,00 (vinte e sete mil, duzentos e vinte e dois reais) destinados a custear despesas para o projeto "Alimentação Saudável";

LXIV - Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, inscrito no CNPJ sob o nº 07.098.848/0001-44, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.747 de 22/08/2005, no valor de R\$ 11.530,00 (onze mil, quinhentos e trinta reais) destinados a custear despesas para o projeto "Projeto Xadrez Pedagógico";

LXV - Fundação Hospitalar de Blumenau, inscrito no CNPJ sob o nº 82.654.088/0001-20, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 1.812 de 09/12/1971, no valor de R\$ 88.171,00 (oitenta e oito mil, cento e setenta e um reais) destinados a custear despesas para o projeto "Formação em Saúde para Garantia da Atenção Integral da Criança e do Adolescente";

LXVI - Associação Assistencial da Igreja Assembléia de Deus - Lar Betânia, inscrito no CNPJ sob o nº 83.526.640/0001-67, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 2.463 de 08/06/1979, no valor de R\$ 6.057,00 (seis mil e cinquenta e sete reais) destinados a custear despesas para o projeto "Minha Comunidade é Arte";

LXVII - Associação Assistencial da Igreja Assembléia de Deus - Lar Betânia, inscrito no CNPJ sob o nº 83.526.640/0001-67, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 2.463 de 08/06/1979, no valor de R\$ 5.628,40 (cinco mil, seiscentos e vinte e oito reais e quarenta centavos) destinados a custear despesas para o projeto "Reciclando a Vida";

LXVIII - Associação Assistencial da Igreja Assembléia de Deus - Lar Betânia, inscrito no CNPJ sob o nº 83.526.640/0001-67, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 2.463 de 08/06/1979, no valor de R\$ 6.480,00 (seis mil,

quatrocentos e oitenta reais) destinados a custear despesas para o projeto "Eca na Rede";

LXIX - Associação de Educação Complementar Puro Amor, inscrito no CNPJ sob o nº 08.677.364/0001-12, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 7.272 de 29/04/2008, no valor de R\$ 23.780,00 (vinte e três mil e setecentos e oitenta reais) destinados a custear despesas para o projeto "Universo do Saber";

LXX - Associação Voluntários de São Roque, inscrito no CNPJ sob o nº 83.779.264/0001-12, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.647 de 01/12/1989, no valor de R\$ 108.656,40 (cento e oito mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos) destinados a custear despesas para o projeto "Diversidade em Expansão";

LXXI - Associação Voluntários de São Roque, inscrito no CNPJ sob o nº 83.779.264/0001-12, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.647 de 01/12/1989, no valor de R\$ 20.225,20 (vinte mil duzentos e vinte e cinco reais e vinte centavos) destinados a custear despesas para o projeto "Formação Continuada para Educadores";

Art. 2º As despesas previstas nos incisos I a XVI, do artigo 1º desta Lei, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

#### 02 - GABINETE DO PREFEITO

0201 - Diretoria de Expediente e Comunicação

Atividade 02.01.04.122.0002.2004 - Apoio Financeiro a Entidades

Modalidade 3.3.50 (9) Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

#### 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 - Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.365.0004.2044 - Manut. Ativ. de Educ. Infantil

Modalidade 3.3.50 (171) Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 83.626,32

Fonte de Recurso 0101.00000

Atividade 09.03.12.365.0004.2046 - Man. Des. Ens. Educ. Básica-Fundeb/EI

Modalidade 3.3.50 (182) Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 2.670.146,88

Fonte de Recurso 0119.00000

#### 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1203 - Diretoria de Proteção Especial

Atividade 12.03.08.241.0010.2289 - Apoio Fin. Assoc. Casa São Simeão

Modalidade 3.3.50 (382) Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 1.500.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

1208 - Fundo de Recurso Municipal p/ Ações sobre Drogas

Atividade 12.08.08.244.0010.2267 - Man. Fundo Rec. Mun. p/ Ações sobre Drogas

Modalidade 3.3.50 (430) Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 109.757,25

Fonte de Recurso 0100.00000

#### 15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1502 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Atividade 15.02.11.334.0003.2083 - Apoio Financeiro a BLUSOFT

Modalidade 3.3.50 (524) Aplicações Diretas R\$ 415.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

Atividade 15.02.11.334.0003.2084 - Apoio Financeiro ao Instituto GENE

Modalidade 3.3.50 (525) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

1506 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Atividade 15.06.20.606.0003.2096 - Apoio Fin.Coop.Prove BNAU-COOPERPROVE

Modalidade 3.3.50 (574) Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

#### 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

1601 - Administrativo do Gabinete

Atividade 16.01.23.695.0008.2099 - Apoio Fin. Bnau Convent. & Visit. Bur.

Modalidade 3.3.50 (587) Aplicações Diretas R\$ 649.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

Atividade 16.01.23.695.0008.2100 - Apoio Fin. Assoc. Club. de Caça e Tiro

Modalidade 3.3.50 (588) Aplicações Diretas R\$ 52.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

Art. 3º As despesas previstas nos incisos XVII a XXII do artigo 1º desta Lei correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

#### 23 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

2301 - Fundação Cultural de Blumenau

Atividade 23.01.13.392.0007.2131 - Banda Municipal

Modalidade 3.3.50 (22) Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 293.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

#### 26 - FUNDAÇÃO PROMOT.EXP.DE BLUMENAU - PROEB

2601 - Fundação Promotora de Exp.de Blumenau - PROEB

Atividade 26.01.23.695.0008.2141 - Apoio Fin. Bnau Convent. & Visit. Bur.

Modalidade 3.3.50 (16) Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 647.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

Atividade 26.01.23.695.0008.2236 - Apoio Financeiro a Entidades

Modalidade 3.3.50 (17) Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 109.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

#### 31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.302.0009.2199 - Fundação Hospitalar de Blumenau

Modalidade 3.3.50 (76) Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 7.906.560,00

Fonte de Recurso 0102.00000

Atividade 31.01.10.302.0009.2200 - Hospital Santa Isabel

Modalidade 3.3.50 (78) Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 3.168.000,00

Fonte de Recurso 0102.00000

Atividade 31.01.10.302.0009.2201 - Assoc. Hosp. Mis. Vila Itoupava

Modalidade 3.3.50 (81) Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 667.000,00

Fonte de Recurso 0102.00000

Art. 4º As despesas previstas nos incisos XXIII a XLIII do artigo 1º desta Lei correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

#### 29 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2901 - Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.243.0004.2151 - Man. Imp. Ações Prot. Bas. Cças/Adol

Modalidade 3.3.50 (1) Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 455.526,00

Fonte de Recurso 0100.00000

Atividade 29.01.08.243.0004.2156 - Man. Imp. Serv. Prot. Med. Comp. Cças/Adol

Modalidade 3.3.50 (7) Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 390.340,00  
Fonte de Recurso 0100.00000  
Modalidade 3.3.50 (9) Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 107.431,56  
Fonte de Recurso 0149.00000  
Atividade 29.01.08.243.0004.2160 - Man. Imp. Serv. Prot. Esp. Alta Comp. Cças/Adol  
Modalidade 3.3.50 (16) Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 489.866,40  
Fonte de Recurso 0100.00000  
Atividade 29.01.08.244.0010.2152 - Man. Imp. Ações Prot. Básica  
Modalidade 3.3.50 (36) Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 58.500,00  
Fonte de Recurso 0100.00000  
Atividade 29.01.08.244.0010.2159 - Man. Imp. Serv. Prot. Esp. Alta Comp. c/ Fam.  
Modalidade 3.3.50 (52) Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 34.740,00  
Fonte de Recurso 0100.00000

Art. 5º As despesas previstas nos incisos XLIV a LXXI do artigo 1º desta Lei correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

30 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

3001 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
Atividade 30.01.08.243.0004.2164 - Man. Ações Defesa Dir. Cça/Adol.

Modalidade 3.3.50 (4) Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 978.379,36  
Fonte de Recurso 0100.00000

Art. 6º Ficam ainda convalidados os auxílios financeiros repassados às entidades mencionadas no artigo 1º desta Lei, entre o período de janeiro a abril de 2014, previstos nas dotações específicas no orçamento da administração direta e indireta do Município, referente aos Termos de Convênios firmados e de acordo com os Planos de Trabalhos apresentados e aprovados.

Art. 7º As entidades beneficiadas prestarão contas da aplicação dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do repasse.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos da Secretaria Municipal de Educação, referentes a termos dos convênios firmados para atendimento da educação infantil - primeiro nível da educação básica, poderão prestar contas dos valores recebidos no prazo de 60 (sessenta dias), contados da data do repasse, sob pena de ficarem impedidas de receberem novos recursos.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em de de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 8.050/2014

LEI Nº 8.050, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA SENTIMENTO E TRADIÇÃO".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. É declarada de utilidade pública a Associação Artística Sentimento e Tradição, CNPJ nº 11.271.999/0001-20, com sede e foro jurídico no município de

Blumenau.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
01 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 8.051/2014

LEI Nº 8.051, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.  
INSTITUI O "DIA MUNICIPAL DO LEONISMO BLUMENAUENSE".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Dia Municipal do Leonismo Blumenauense, a ser comemorado, anualmente, no dia 21 de julho.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
01 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 18.267/2014

PORTARIA Nº 18.267, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.  
CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DESIGNA SEUS MEMBROS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "c" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e conforme solicitação efetuada através do Memorando nº 2167/14, de 27/11/14, subscrito pela Diretora de Compras e Licitações, resolve:

Art. 1º Constituir Comissão Especial Encarregada de Analisar e Julgar Licitação, com as atribuições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, destinada à contratação de empresa especializada para elaboração do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT-IN INSS/PRES nº 45, de 06/08/2010 - DOU de 11/08/2010 e do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA - Norma Regulamentadora de nº 09 - Portaria TEM nº 3.214 de 08/06/1978, com a devida responsabilidade técnica de profissional habilitado, conforme especificações constantes no Projeto Básico e demais especificações constantes do Edital de Concorrência nº 03-037/2014, pelo período de 12 meses - SEDEAD.

Art. 2º A Comissão de que trata esta Portaria será composta pelos servidores públicos abaixo designados, tendo o primeiro como seu presidente:

RODRIGO MARAFIOTTI GONÇALVES, matrícula nº 21493-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico do Trabalho, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;  
JOÃO MARCELO AUGUSTO DE OLIVEIRA, matrícula nº 22029-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro de Segurança do Trabalho, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;  
MARCOS CARVALHO, matrícula nº 19840-4, ocupante do cargo

de provimento efetivo de Engenheiro de Segurança do Trabalho, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS; JANAINA DO AMARAL BATALHA BACCI, matrícula nº 22994-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;

JONAS JACINTO, matrícula nº 22182-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;

IEDA BERNARDINA VARGAS LADEWIG, matrícula nº 10191-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, atualmente à disposição do SINTRASEB;

MIRIAM SOARES VEIGA, matrícula nº 92022-4, ocupante do cargo em comissão de Gerente de Assistência ao Servidor, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 28 de novembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.268/2014**

PORTARIA Nº 18.268, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.  
NOMEIA MARCOS ROBERTO GOMES PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE DESPORTO ESCOLAR, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, resolve:

NOMEAR  
MARCOS ROBERTO GOMES, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Desporto Escolar, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, no dia 17 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 01 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.269/2014**

PORTARIA Nº 18.269, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.  
NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, "II", "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com suporte no art. 13 da Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR,  
sem ônus para o Município e com

as atribuições previstas na Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013, para comporem o Conselho Municipal do Idoso - CMI, juntamente com os demais:

ANDRÉ RENE NADER RODRIGUES, representante suplente do Serviço Social do Comércio - SESC, em substituição a JEFFERSON CRISTIANO GROSS, nomeado pela Portaria nº 17.954, de 14 de julho de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 01 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.270/2014**

PORTARIA Nº 18.270, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.  
NOMEIA REPRESENTANTES PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "c" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 4º da Lei Complementar nº 865, de 28 de setembro de 2012, resolve:

NOMEAR  
sem ônus para o Município, e com  
as atribuições previstas na Lei Complementar nº 865, de 28 de setembro de 2012, para comporem o Conselho Municipal de Educação - CME, conforme Memorando SEMED nº 383/2014:

ADRIANA STOLLMAYER e MARCO AURÉLIO GEORG, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, em substituição a MARCO AURÉLIO GEORG e CLEUSA ELIANE DE MENDONÇA PANDINI, nomeados pela Portaria nº 17.009, de 24 de maio de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 01 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.271/2014**

PORTARIA Nº 18.271, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CONCEDE EXONERAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LILIANE NILZETE SILVEIRA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO a servidora pública municipal LILIANE NILZETE SILVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 24 de novembro de 2014, conforme Processo Administrativo nº 8936/11/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 01 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.272/2014**

PORTARIA Nº 18.272, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

DESIGNA AS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS QUE INDICA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando nº 377, de 25/11/2014, da Secretaria Municipal de Educação, resolve:

DESIGNAR as servidoras públicas municipais que indica, para o exercício da função de Secretária Escolar, concedendo-lhes a gratificação de 30% (trinta por cento) de que trata o art. 1º, II, da Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, a contar de 08 de dezembro de 2014:

SANDRA PAULA SOARES DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função de Secretária Escolar da EBM "General Lúcio Esteves";

LARISSA MARCOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para o exercício da função de Secretária Escolar da EBM "PROFª. NORMA HUBER".

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 01 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.273/2014**

PORTARIA Nº 18.273, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

DESIGNA MYLENE ARAÚJO DE OLIVEIRA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - SEPLAN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DESIGNAR a servidora pública municipal MYLENE ARAÚJO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Estudo de Impacto de Vizinhança, FGC-70%, a contar de 03 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 01 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.274/2014**

PORTARIA Nº 18.274, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art.

75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR, com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 196/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo concurso público nº 001/2011, a contar de 03 de dezembro de 2014:

LETÍCIA BARBIERI PEREIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Administrador, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

GIOVANA MARIA ROSSI NESI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARIANI ALFLEN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARLI KUCHLER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ISABELA SCHEWINSKI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JOÃO JOSÉ CESTARI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Motorista (CNH - Categoria C), do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ANA PAULA SOUZA TEODORO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ROSANE DE FÁTIMA SIEG, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SILVANA CARMEN RUSSI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ANDRÉA HECK, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JULIANA SASSE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELDA FERREIRA DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 01 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.275/2014**

PORTARIA Nº 18.275, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE INSTRUÇÃO DE PROGRAMAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 93 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no Memorando nº 12/14GC, 01/12/14, da Diretoria de Pessoal - Gerencia de Capacitação - Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, resolve:

CONCEDER  
Gratificação de Instrução de Programas de Treinamento e Capacitação correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do respectivo padrão de vencimento, por hora aula ministrada, aos servidores públicos municipais abaixo,  
do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo:

Nome do(a) servidor(a)	Cargo	C/H	Faixa Venc	Padrão Venc	Horas aulas ministradas
Ana Priscila de Oliveira Benites	Psicólogo	20	I	A	84
Marcio Jose Weber	Administrador	30	I	B	58
Zuleica Maria Gadotti Melato	Psicólogo	40	II	L	50
Allan Cristian Buettgen	Psicólogo	40	I-2II	J	52
Joni Basso Cereja	Analista de Informática	30	H3-1	B	12

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 02 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.276/2014**

PORTARIA Nº 18.276, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.  
DESIGNA CIRO CESAR HOSTIM PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DESIGNAR  
o servidor público municipal CIRO CESAR HOSTIM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Informações da Vigilância Epidemiológica, FGC-50%, a contar de 14 de outubro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 03 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.277/2014**

PORTARIA Nº 18.277, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.  
DISPENSA MARILDA DOS SANTOS ROCHA BORGES DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - SEPLAN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme Memorando SEPLAN/GAD nº 125/2014, de 01/12/14, resolve:

DISPENSAR  
a servidora pública municipal MARILDA DOS SANTOS ROCHA BORGES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, da função gratificada de confiança de Assessor de Alvará de Habite-se - FGC 50%, concedida pela Portaria nº 17.264, de 18/09/2013, a contar de 19 de dezembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 03 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.281/2014**

PORTARIA Nº 18.281, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES OCORRIDAS NA DIRETORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, combinado com os artigos

209 e 210 da Lei Complementar n. 660, de 28/11/07, resolve:

**DETERMINAR**

a instauração de Sindicância Administrativa a ser conduzida pela Segunda Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias n. 13.865, de 08/06/2010, n. 15.326, de 18/01/2012 e n. 18.112, de 30/09/2014, para apurar supostas irregularidades ocorridas na Diretoria Administrativo-Financeira da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, de acordo com o pronunciamento do Vereador Jefferson Forest, na data de 02 de dezembro de 2014, na tribuna da Câmara Municipal de Blumenau, onde este denuncia que servidores daquela Diretoria valeram-se do cargo para favorecimento pessoal e/ou de terceiros, promovendo encontro em horário de trabalho, no Parque Beto Carrero World, viagem esta fornecida como cortesia, em razão de contratos firmados, por licitação com o Município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 04 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 28.576/2014 - SEDEAD**

PORTARIA SEDEAD Nº 28.576, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JERUSA ZIMMERMANN RINCO DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE PEDAGOGIA PELA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

**AUTORIZAR**

O afastamento da servidora pública municipal JERUSA ZIMMERMANN RINCO, ocupante do cargo efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, com remuneração, para realizar estágio obrigatório do Curso de Graduação de Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, com início em 20 de outubro de 2014 e término previsto para 31 de outubro de 2014, em jornada parcial de trabalho, totalizando 10 dias consecutivos, conforme Processo Administrativo nº 2014/09/006578.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 27 de outubro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 28.577/2014 - SEDEAD**

PORTARIA SEDEAD Nº 28.577, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

AUTORIZA O AFASTAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUIZ CARLOS ROSSI DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE PSICOLOGIA PELO INSTITUTO BLUMENAUENSE DE ENSINO SUPERIOR - IBES/SOCIESC.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

**AUTORIZAR**

O afastamento do servidor público municipal LUIZ CARLOS ROSSI,

ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, com remuneração, para realizar Estágio Obrigatório do Curso de Psicologia pelo Instituto Blumenauense de Ensino Superior - IBES/SOCIESC, com início em 21 de outubro de 2014 e término previsto para 18 de novembro de 2014, em jornada parcial de trabalho, totalizando 05 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2014/09/006487.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 27 de outubro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 28.578/2014 - SEDEAD**

PORTARIA SEDEAD Nº 28.578, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

AUTORIZA O AFASTAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ROGERIO DANILO SCHREIBER DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR CURSO DE TREINAMENTO DE COMPREHENSIVE DISASTER MANAGEMENT PELA JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY - JICA.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

**AUTORIZAR**

O afastamento do servidor público municipal ROGERIO DANILO SCHREIBER, ocupante do cargo efetivo de Arquiteto, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, com remuneração, para realizar Curso de Treinamento Compreensivo Disaster Management pela Japan International Cooperation Agency - JICA, com início em 09 de novembro de 2014 e término previsto para 13 de dezembro de 2015, totalizando 35 dias consecutivos, em jornada integral de trabalho, conforme Processo Administrativo nº 2014/10/007934.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 27 de outubro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 28.579/2014 - SEDEAD**

PORTARIA SEDEAD Nº 28.579, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

CEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PATRICIA ANDREIA AMARAL DE FREITAS BARTHEL AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA - 003ª ZONA ELEITORAL - BLUMENAU/SC.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

**CEDER**

com ônus para o Município, a servidora pública municipal PATRICIA ANDREIA AMARAL DE FREITAS BARTHEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - 003ª Zona Eleitoral - Blumenau/SC, a contar de 11 de novembro de 2014, de acordo com o Processo Administrativo nº 2014/10/007840.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 27 de outubro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 28.592/2014 - SEDEAD**

PORTARIA SEDEAD Nº 28.592, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.  
AUTORIZA O AFASTAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELIAS JOÃO DE MELO DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA PARTICIPAR DO CONGRESSO ISATT PELO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO A DOCÊNCIA DA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - PIBID/FURB.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

#### **AUTORIZAR**

O afastamento do servidor público municipal ELIAS JOÃO DE MELO, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, com remuneração, para participar do Congresso ISATT 2014, em Braga - Portugal, pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência da Universidade Regional de Blumenau - PIBID/FURB, com início em 07 de outubro de 2014 e término previsto para 14 de outubro de 2014, totalizando 08 dias consecutivos, em jornada integral de trabalho, conforme Processo Administrativo nº 2014/09/006208.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 03 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 28.593/2014 - SEDEAD**

PORTARIA SEDEAD Nº 28.593, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.  
AUTORIZA O AFASTAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RAFAEL LOTAR WRUCK DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR CURSO DE TREINAMENTO DE COMPREHENSIVE DISASTER MANAGEMENT PELA JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY - JICA.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

#### **AUTORIZAR**

O afastamento do servidor público municipal RAFAEL LOTAR WRUCK ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Defesa Civil - SEDECI, com remuneração, para realizar Curso de Treinamento Comprehensive Disaster Management pela Japan International Cooperation Agency - JICA, com início em 09 de novembro de 2014 e término previsto para 13 de dezembro de 2014, totalizando 35 dias consecutivos, em jornada integral de trabalho, conforme Processo Administrativo nº 2014/10/008130.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 03 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 28.603/2014 - SEDEAD**

PORTARIA SEDEAD Nº 28.603, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL ALBERTO STEIN.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Alceu Melchiorretto	Associação de Pais e Funcionários
Lucimar de Sousa Laurentino da Rosa	Coordenação Pedagógica
Adelaide Busanello Serpa	Professores / educadores
Claodenir Covatti	Professores / educadores
Anderson Roberto Buss	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Vanessa D'Giovannella Rocha	Pessoal do Serviço Operacional
João Vitor Lazzarotto	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.604, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL ALMIRANTE TAMANDARÉ.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Michele Rossato Muniz Cariolato	Conselho Escolar
Vilson Luiz Baldin	Associação de Pais e Funcionários
Marcia Terezinha Schneider Cardozo	Coordenação Pedagógica
Marisa Frotscher	Professores / educadores
Tatiana Roedel	Professores / educadores
Jucimara Modolon	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Luiz Otávio de Oliveira	Pessoal do Serviço Operacional

Gabrielle de Souza Tomacheuski	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)
--------------------------------	--

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.605, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL ANITA GARIBALDI.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Andréia Hebert Winter	Associação de Pais e Funcionários
Denise Henschel Hillesheim	Coordenação Pedagógica
Kátia Cirlene Valgas	Professores / educadores
Janayna Aparecida Campos	Professores / educadores
Aline Ema Albert	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Vani Neunfeld Weiduschadt	Pessoal do Serviço Operacional
Gabriela Oenning	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.606, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL ANEMARIE TECHENTIN.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Marisa Oechsler Kafeltz	Conselho Escolar
Cláudio Alois Dönschen	Associação de Pais e Funcionários
Lorete Margarida Bernardes	Coordenação Pedagógica
Vanda Cardoso Bobello	Professores / educadores
Ivan Álvaro dos Santos	Professores / educadores
Alessandra Lopes Ferreira	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Marlene Reiter Kramer	Pessoal do Serviço Operacional
Gabriel Assis Rosa Dutra	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.607, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL CONSELHEIRO MAFRA.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Osni Geraldino da Silva	Conselho Escolar
Sérgio Luiz Coldebella	Associação de Pais e Funcionários
Katia Regina Packer Strube	Coordenação Pedagógica
Leonardo Hafemann	Professores / educadores
Patrícia Feijó	Professores / educadores
Nelson Cristovão	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Maria Helena Machado Sabino	Pessoal do Serviço Operacional
Anderson Souza Moreira	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.608, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL DUQUE DE CAXIAS.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Ana Silmara Campigotto	Conselho Escolar
Verena Pellis Kirsten	Associação de Pais e Funcionários
Solange Volpi	Coordenação Pedagógica
Márcia Denise Biz	Professores / educadores
Sinara Andrea Isidoro	Professores / educadores
Madalena Rosa Vicentini	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Lucas Gustavo Pagelkopf	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.609, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL FELIPE SCHMIDT.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Kelly Cristina Nardelli Vieira	Associação de Pais e Funcionários
Isolde Depiné	Coordenação Pedagógica
Ítala Mara Eger	Professores / educadores
Tânia Melchert	Professores / educadores
Janaina Schreiber	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Diva Salete de Oliveira dos Santos	Pessoal do Serviço Operacional
Carolina Peretti	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o

relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.610, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL FRANCISCO LANSER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Maria Henkemaier	Conselho Escolar
José Erico Paulo	Associação de Pais e Funcionários
Maitê Daiana Bassani Waltrick	Coordenação Pedagógica
Elga Holstein Fonseca Doria	Professores / educadores
Anésia Clarice Gebien Schmitt	Professores / educadores
Eroni Maciel de Almeida	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Clair Salete Simom	Pessoal do Serviço Operacional
Júlia Paulo	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.611, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL GERAL LÚCIO ESTEVES.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Roselene Vick	Conselho Escolar
Ivania Justina Muller	Associação de Pais e Funcionários
Amália Maria Boelter	Professores / educadores
Solange Maria Pettine Breit	Professores / educadores
Sônia Regis	Pessoal do Serviço Operacional
Ana Paula de Freitas	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.612, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL GUSTAVO RICHARD.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Francisco Kleber Rodrigues	Conselho Escolar
Angeli Jacinto	Associação de Pais e Funcionários
Anabela Márcia Morsch Schlingmann	Coordenação Pedagógica
Lony Kleber Rodrigues	Professores / educadores
Valquíria Maria Luiz	Professores / educadores
Patrícia Barthel	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Edenise Ferreira	Pessoal do Serviço Operacional
Kauê Rodrigo da Silva	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.613, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL

HENRIQUE ALFARTH.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Tânia Regina Dias	Associação de Pais e Funcionários
Margot Felippi	Coordenação Pedagógica
Sueli Vieira	Professores / educadores
Rubia Kupas	Professores / educadores
Aguida Paulina Peixer	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Guilherme Warmling	Pessoal do Serviço Operacional
Jeniffer Amaral	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.614, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL LAURO MULLER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Débora Michele dos Santos Siebert	Conselho Escolar
Rose Mary Soares Voltolini	Associação de Pais e Funcionários
Marinéia da Rosa de Souza Voltolini	Coordenação Pedagógica
Maria do Carmo Almeida Czaplinsky	Professores / educadores
Luciana Patrícia Bozoti	Professores / educadores
Denise Vieira Pereira	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Mário Zimmermann	Pessoal do Serviço Operacional
Naomi Oliveira da Rocha	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão

Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.615, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL  
LEOBERTO LEAL.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Maria Aparecida Steilein	Conselho Escolar
Izabel de Abreu	Associação de Pais e Funcionários
Rubia Fabiana Trierweiler	Coordenação Pedagógica
Mara Lúcia Bezerra Allein	Professores / educadores
Margareth Marquetti	Professores / educadores
Fátima Aparecida de Melo	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Mário Manske	Pessoal do Serviço Operacional
Emilly Darugna	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.616, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL  
LORE SITA BOLLMANN.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Janete Maçaneiro Wulf	Associação de Pais e Funcionários
Simone Genske	Coordenação Pedagógica

Edna Nazário Vieira	Professores / educadores
Luciana Florêncio	Professores / educadores
Maria Lúcia Aragão Alves	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Eleni Regina Mangoni	Pessoal do Serviço Operacional
Danielle Litzenberger Berndt	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.617, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL  
MACHADO DE ASSIS.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Rosemeri Busarello Zipf	Conselho Escolar
Maria Roseli Bertoldi	Associação de Pais e Funcionários
Sandra Mogk da Silva	Coordenação Pedagógica
Cilene Rúbia Silvério Von Knoblauch	Professores / educadores
Dione Borchardt	Professores / educadores
Mariza Costa Espírito Santo Delgado	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Chirlei Rejane Vieira	Pessoal do Serviço Operacional
Eduarda Cristina Puff	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.618, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL  
OLGA RUTZEN.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração,

no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Amanda de Oliveira Gomes	Conselho Escolar
Dilson Roth	Associação de Pais e Funcionários
Adélia Rosana Deschamps Kowacz	Coordenação Pedagógica
Sandra Tais Amorim	Professores / educadores
Jandira Lucini Schmitt	Professores / educadores
Claudia Regina da Costa de Borba	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Vera Lúcia Rozar	Pessoal do Serviço Operacional
Letícia Maria Ferreira	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.619, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PASTOR FAULHABER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Cynara Rubia Meurer	Conselho Escolar
Graziela Almeida de Melo	Associação de Pais e Funcionários
Brandali Dal Moro	Coordenação Pedagógica
Alexandra Schoreder	Professores / educadores
Cátia da Cunha	Professores / educadores
Regiane Cristina Claudino	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Caroline Silva	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o

relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.620, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PATRÍCIA HELENA FINARDI PEGORIM.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Sonia Aparecida Cruz Krause	Conselho Escolar
Lucimara Rodrigues da Silva	Coordenação Pedagógica
Marlene Rocha	Professores / educadores
Lisani Kramer Uhlmann	Professores / educadores
Cristiane Ruon	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Neide Aparecida Dias	Pessoal do Serviço Operacional
Emanuelle Nowasky	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.621, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PAULINA WAGNER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Adriane Dittrich	Conselho Escolar
Maria Elis Nunc-Nfôonro	Associação de Pais e Funcionários
Petra Georgette Tinti	Coordenação Pedagógica
Lenice Lucia Zimmer	Professores / educadores
Vânia Lucy Heiden da Silva	Professores / educadores
Zuleide Aparecida Castilhos da Rosa Banfi	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Adriana Alves Ribeiro Rengel	Pessoal do Serviço Operacional
Rhuan da Silva Morlo	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.622, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PEDRO I.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Ivone Deschamps	Conselho Escolar
Inês Marcia Noris Capeloto	Associação de Pais e Funcionários
Zilda Rodrigues	Coordenação Pedagógica
Fabiane Leandro Gregol	Professores / educadores
Vanuzza Luckmann de Liz e Silva	Professores / educadores
Dirce Roders Chagas	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Ana Alice Vieira Serpa	Pessoal do Serviço Operacional
Mathias Luckmannnd e Liz e Silva	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.623, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PEDRO II.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Cleide Aparecida Lessa Pereira	Conselho Escolar
Josiane Schwabe Junkglaus	Associação de Pais e Funcionários
Lilian Bewiahn Schwabe	Coordenação Pedagógica
Adilson Renato Bortolini	Professores / educadores
Solange Regina Britzke	Professores / educadores
Alíria Kuhnén Voitená	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Verônica Batschauer	Pessoal do Serviço Operacional
Jeferson Lucas Melin	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.624, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PROFESSOR FERNANDO OSTERMANN.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Juliana Goulart Ferreira	Conselho Escolar
Karine de Paula Vieira	Associação de Pais e Funcionários
Silvia Jesus de Castro	Coordenação Pedagógica

Juliana Luebke	Professores / educadores
Ricardo Thomé da Silva	Professores / educadores
Saete Nuss	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Gilda de Arazão Farias	Pessoal do Serviço Operacional
Maria Eduarda Waldrich	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.625, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PROFESSOR FRIEDRICH KARL KEMMELMEIER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Fabiana Pagelkopf	Conselho Escolar
Ione Scussiato	Coordenação Pedagógica
Laís Bernardes Gaulke	Professores / educadores
Susana Schork Tonn	Pessoal do serviço técnico-administrativo
José Delmar Glanert	Pessoal do Serviço Operacional
Beatriz Deschamps de Almeida	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.626, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PROFESSOR JOÃO JOAQUIM FRONZA.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração,

no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Zeli Aparecida de Camargo	Conselho Escolar
Isabel Cristina Gonçalves	Associação de Pais e Funcionários
Marlise Vargas Weis	Coordenação Pedagógica
Patrícia Dickman Costa	Professores / educadores
Christiano Neves das Chagas Neto	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Marisete Siebert	Pessoal do Serviço Operacional
Glória Cristina Costa	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.627, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PROFESSOR OSCAR UNBEHAUN.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Valeria da Silva e Souza Soares	Conselho Escolar
Mônica Beatriz Lunkmoss	Associação de Pais e Funcionários
Maria Rejane Barros Dallamico	Coordenação Pedagógica
Jeane Gonçalves Mistura	Professores / educadores
Gilmar Barg	Professores / educadores
Elizabet Maria Bittelbrunn	Pessoal do Serviço Operacional
Daniele Pereira da Silva	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.628, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL  
PROFESSOR RODOLFO HOLLENWEGER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Marilse C. W. Locatteli	Conselho Escolar
Rafaela Hostin	Associação de Pais e Funcionários
Roseli Moraes	Professores / educadores
Patrícia Kath	Professores / educadores
Rute T. Bernardes	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Marlene Costa Manske	Pessoal do Serviço Operacional
Gabriele Passold	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.629, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL  
PROFESSORA ALICE THIELE.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Uyara Philipps Heredia Hoffmann	Conselho Escolar
Solange Paulo	Associação de Pais e Funcionários
Elizete Defreyn	Coordenação Pedagógica
Sandra Regina Rincaveschi	Professores / educadores
Sônia Maria Labes	Professores / educadores
Adriana Raimundo da Silva	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Neli Vieira Batista Schulze	Pessoal do Serviço Operacional
Eduardo Antonio Raimundo de Souza	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.630, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL  
PROFESSORA HELENA MARTHA NATÁLIA WINCKLER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Mariely Hoffmann	Conselho Escolar
Beatriz Deucher	Associação de Pais e Funcionários
Solange Elias	Coordenação Pedagógica
Jean Carlos Correa	Professores / educadores
Alvací de Medeiros Amorim	Professores / educadores

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.631, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL  
PROFESSORA HELLA ALTENBURG.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Marcia Nardes Keller	Associação de Pais e Funcionários
Sandra Beatriz Ramos da Silva	Coordenação Pedagógica
Marli Regina Welter Simon	Professores / educadores
Rosane Maria Bento de Souza	Professores / educadores
Leonel Teodoro	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Reny Tito Siebert	Pessoal do Serviço Operacional
Eduarda Tainara da Silva	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.632, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PROFESSORA JÚLIA STRZALKOWSKA.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Ilda Pereira Nicoletti	Conselho Escolar
Tatiana Regina da Luz	Associação de Pais e Funcionários
Lilian Barth	Professores / educadores
Eliane Laschewitz	Professores / educadores
Edson Luiz da Silva	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Evanilde de Liz Madruga da Silva	Pessoal do Serviço Operacional
Alisson Laureth	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o

relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.633, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PROFESSORA NEMÉSIA MARGARIDA.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Elenice Hermes	Conselho Escolar
Graziela Rosana da Costa Wruck	Associação de Pais e Funcionários
Jucilei Luzia Gonçalves	Coordenação Pedagógica
Salete Rosá Panini	Professores / educadores
Andréa Maria Tinti	Professores / educadores
Juliana Mara Bornhofen Kuehlewain	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Juceli Ana Visniescki	Pessoal do Serviço Operacional
Alysson Henrique Adriano	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.634, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PROFESSORA NORMA DIGNART HUBER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Edeltraud Marcos	Conselho Escolar
Andréia Wagner	Associação de Pais e Funcionários
Fabiana Maria Peixoto Perez	Coordenação Pedagógica
Clarice Regina da Costa Marcos	Professores / educadores
Mara Regina Neves	Professores / educadores
Iris Aparecida Tomasi	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Rosângela Adriani	Pessoal do Serviço Operacional
Leonardo de Andrade	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.635, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PROFESSORA ZULMA SOUZA DA SILVA.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Sinclair Emília Reinert	Conselho Escolar
Luciana A. Z. Philippi	Associação de Pais e Funcionários
Anísio Luiz Rocha	Coordenação Pedagógica
Cheila Richter	Professores / educadores
Lenira Haverrott	Professores / educadores
Ricardo Fernando Estofele	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Helena de F. dos Santos da Rosa Zen	Pessoal do Serviço Operacional
Maria Paula Campestrini Andrade	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.636, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL QUINTINO BOCAIUVA.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Mariza Luiza Rizzi Censi	Conselho Escolar
Rosana Luvizotto Lessa	Associação de Pais e Funcionários
Gabriela Christina Zickuhr Kohler	Coordenação Pedagógica
Lorenci Vieiro da Silva	Professores / educadores
Tânia Cristina S. Dallmann	Professores / educadores
Rosalia Isabel de Andrade	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Elzita Schreiber	Pessoal do Serviço Operacional
Nathan Henrique Schulze	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.637, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL TI-RADENTES.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Eleonora Veras	Conselho Escolar
Maria Helena dos Santos	Associação de Pais e Funcionários
Lenir Aparecida do Nascimento Souza	Coordenação Pedagógica
Kátia Holtrup Weiers	Professores / educadores

Saray Mariani	Professores / educadores
Rene Moritz	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Alzira Gomes Waldrich	Pessoal do Serviço Operacional
Leonardo Alves de Carvalho	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.638, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VIDAL RAMOS.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Silvane Mara Quintino	Conselho Escolar
Susane Luiza Schlindwein Habitzreuter	Associação de Pais e Funcionários
Jucelia da Silva	Coordenação Pedagógica
Marcos Anderson Lana	Professores / educadores
Vivien Amalie Melcher	Professores / educadores
Ivete Mueller	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Denise Brassanini Lemos	Pessoal do Serviço Operacional
Lucas Almeida de Lima	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.639, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VISCONDE DE TAUNAY.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Maria Aparecida Rech	Conselho Escolar
Tânia Regina dos Santos	Associação de Pais e Funcionários
Vanderléia Silva	Professores / educadores
Simone Jussara Moritz	Professores / educadores
Terezinha Maria Lazarotto Belli	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Josiane Wan-Zuit	Pessoal do Serviço Operacional
Larissa Tuana da Silva	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.640, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL WILHELM THEODOR SCHÜRMANN.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Shirlei Junckes	Associação de Pais e Funcionários
Cristiane Ines Antunes Silveira	Professores / educadores
Nair Carmen dos Santos	Professores / educadores
Neocélia Mangoni	Pessoal do Serviço Operacional
Matheus Leandro Danichewcz Ogleari	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.641, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL  
CAPITÃO EUCLIDES DE CASTRO.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Custódia de Freitas Borges	Conselho Escolar
Tarcisio Dutra	Associação de Pais e Funcionários
Rozimeri de Souza Vieira da Costa	Professores / educadores
Sônia Benilda Pacher	Professores / educadores
William Pinheiro	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.642, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL  
ALVES RAMOS.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Ana Tárzia Cardoso da Silva	Conselho Escolar
Arlindo Wudke	Associação de Pais e Funcionários
Andréa Jaqueline Wiedemann Sasse	Professores / educadores
Joseane Pitz Kock	Professores / educadores

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as

avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.643, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL  
DR. BLUMENAU.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Terezinha de Souza	Associação de Pais e Funcionários
Cláudia Cristine Jahn	Professores / educadores
José Carlos de Oliveira	Professores / educadores

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.644, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL  
MARGARIDA FREYGANG.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Helena Roseli Leite	Associação de Pais e Funcionários
Wanderléia Marquetti	Professores / educadores
Kátia Borba da Silva Regueira	Professores / educadores
Maria Salete Batschauer Rautenberg	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.645, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL ORESTES GUIMARÃES.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Rute Starosky Cardoso	Associação de Pais e Funcionários
Rosemeri Macedo	Professores / educadores
Kátia Borba da Silva Regueira	Professores / educadores

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.646, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL PROFESSORA ELLA S. EICHSTÄDT.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Kathy Ellen Vogel	Conselho Escolar
Nilma Espíndola	Associação de Pais e Funcionários
Bruno Batista Rodrigues	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.647, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL WILLY MÜLLER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Arlene Zuelow	Conselho Escolar
Fernando Roberto Manske	Associação de Pais e Funcionários
Elka Christina da Silva	Professores / educadores
Pedro de Toffol	Professores / educadores

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.648, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA MUNICIPAL ALWINO DOROW.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Henrique Harbs Catafesta	Conselho Escolar
Helbert Heidlich	Associação de Pais e Funcionários

Anderson Luiz Catafesta	Professores / educadores
Wilma Draeger	Pessoal do Serviço Operacional
Paulo Ricardo Ristow	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.649, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA MUNICIPAL CARLOS MANSKE.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Tadêus Kempczynski	Associação de Pais e Funcionários
Veleda Siewerdt Funke	Professores / educadores
Antonio Carlos Carvalho	Professores / educadores
Tereza Orzeckowicz Lopes	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.650, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA MUNICIPAL ERICH KLABUNDE.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de

avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Marilise Paraski	Associação de Pais e Funcionários
Maria de Lourdes Margarido dos Santos	Professores / educadores

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.651, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA MUNICIPAL FREDERICO SIEVERT.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Luciana Hedler Jansen	Associação de Pais e Funcionários
Edla Gaulke	Professores / educadores

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 07 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.652, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PROFESSORA ADELAIDE STARKE.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Gilberto Valdemiro Poncio	Associação de Pais e Funcionários
Tânia Benta Mateussi	Coordenação Pedagógica
Valdete Fuchter	Professores / educadores
Uyara Rubia Rycerz	Professores / educadores
Elisabeth Maria Branco	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Marilda Teresinha Gonçalves Pagoto	Pessoal do Serviço Operacional
Philippe Rafael Borges Assunção	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,

em 07 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

#### PORTARIA Nº 28.738/2014 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 28.738, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALBERTO STEIN.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Regiane Eskelsen	Associação de Pais e Funcionários
Luzia Uliano Rengel	Coordenação Pedagógica
Valdete Freiburger Rosa	Professores / educadores
Vânia Evaristo da Rocha Nogueira	Professores / educadores
Vera Lúcia Ferreira	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,

em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.739, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALWIN KNAESEL.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Ivone Hafemann Fernandes	Associação de Pais e Funcionários
Jacira dos Santos Farias	Coordenação Pedagógica
Júlia Fabiana Schwartz	Professores / educadores

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,

em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.740, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANILDA BATISTA SCHMITT.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Mielki Grazieli Walker Iseppi	Associação de Pais e Funcionários
Patrícia Woicikoski dos Santos	Coordenação Pedagógica
Silvia Maria de Oliveira Fogaça	Professores / educadores
Vera Lucia Debarba Hostert	Professores / educadores
Maria Rita Mafra	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,

em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.741, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFAN-  
TIL ANTON MAX ARTUR SPRANGER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administra-  
ção, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar  
nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Ins-  
titucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da  
Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de  
Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de  
avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Janaina Helena Regis	Associação de Pais e Funcionários
Sandra Denise Pagel	Coordenação Pedagógica
Daiana Cardoso	Professores / educadores
Carlen Aparecida Cadihac	Professores / educadores
Sandra Regina Zils Kuhn	Pessoal do serviço técnico-adminis- trativo

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as  
avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o  
relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Muni-  
cipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.742, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFAN-  
TIL ANTONIO JOSÉ CURTIPASSI.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administra-  
ção, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar  
nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Ins-  
titucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da  
Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de  
Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de  
avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Sandra Regina Paulo	Associação de Pais e Funcionários
Nícia Azevedo Marcos	Coordenação Pedagógica
Elessandra Biondes de Souza	Professores / educadores
Icelda Zilda Lueders	Professores / educadores
Carmen Lúcia Pereira	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as

avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o  
relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Muni-  
cipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.743, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFAN-  
TIL ARNO BERNARDES.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administra-  
ção, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar  
nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Ins-  
titucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da  
Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de  
Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de  
avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Solene Maria Zeitz	Associação de Pais e Funcionários
Roselene Pradela Peixer	Professores / educadores
Leonice Soares	Professores / educadores
Marli Nowasky Dickmann	Pessoal do serviço técnico-adminis- trativo

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as  
avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o  
relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Muni-  
cipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.744, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFAN-  
TIL AUGUSTO KOESTER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administra-  
ção, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar  
nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Ins-  
titucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da  
Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de  
Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de  
avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Leonir Sacheti	Conselho Escolar
Mirelle Cristina Neves	Coordenação Pedagógica
Scheilla Cristina dos Santos	Professores / educadores

Andréa Klemz	Professores / educadores
Lucia Luciano	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Rosemeri Zulow	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.745, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BERTHA MÜLLER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Arthur Rossano Boaventura	Associação de Pais e Funcionários
Joyce Christiane Hochheim	Coordenação Pedagógica
Denise Garrucho Rodrigues Leite	Professores / educadores
Janete Fernandes	Professores / educadores
Marilucia Becker	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.746, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BRANDINA BUEGER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Raquel Reis	Associação de Pais e Funcionários
Sandra Regina Pinheiro	Coordenação Pedagógica
Priscila Tomio	Professores / educadores
Katia Cinara Ondea Lizandro	Professores / educadores
Taise Fernanda Siegel	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Adelza Nunes Libório	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.747, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BRUNO SCHREIBER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Janaina Carolina Schultz	Conselho Escolar
Claudia Regina de Mattos	Coordenação Pedagógica
Deise Carolina Cavalcanti Loch Steuck	Professores / educadores
Talita Dalva dos Anjos	Professores / educadores
Marcia Aparecida Schmitt Pinheiro	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.748, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE

**AValiação INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CARLOS ROHWEDER.**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Tatiana Pagelkoplf	Associação de Pais e Funcionários
Silvana Salete Saccon Dall Igna	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.749, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CILLY JENSEN.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Ana Paula Lima	Associação de Pais e Funcionários
Elizandra Aparecida Felipin	Coordenação Pedagógica
Neila Regina Barcellos Spreß	Professores / educadores
Rosa Maria Deola	Professores / educadores
Kathrin Kraft	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Roseli Santos Lima	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.750, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DANIEL BRESSANINI.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Gisele Piske Pinheiro	Associação de Pais e Funcionários
Solange Schmitt Coelho	Professores / educadores
Andréa Maria Alves	Professores / educadores
Sueli Célia de Jesus da Silva	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Alair de Souza de Souza	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.751, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DÁRIO JOÃO VIEIRA.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Lediane Marielle dos Santos	Associação de Pais e Funcionários
Mara Rúbia Birkner Peters	Coordenação Pedagógica
Naiara Thomaz dos Santos	Professores / educadores
Aparecida de Cássia Pereira de Oliveira	Professores / educadores
Ieda Terezinha Mães	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Carla Bernardo	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.752, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DR. ARÃO REBELLO.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Angela Maria Freitas de Jesus Camargo	Associação de Pais e Funcionários
Carla Beatriz Schmitz da Rocha	Professores / educadores
Joyce Christiane Butci Scheibe	Professores / educadores
Vanilde Maria Tambani	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Tereza Cristina dos Santos	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.753, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DR. WILSON GOMES SANTIAGO.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Thiago Luciano Woerner	Associação de Pais e Funcionários
Júlia Patricia Noriler Marschalek	Coordenação Pedagógica
Marines Rosa Santos	Professores / educadores
Dulce da Silva	Professores / educadores
Maria de Lourdes Fontana	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.754, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDGAR SASSE.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Elissandra da Silva Viana	Conselho Escolar
Denise Wilrich Schmidt	Coordenação Pedagógica
Sandra dos Santos Sezário	Professores / educadores
Deonilda Oechsler	Professores / educadores
Viviane da Veiga Couto	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.755, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ELISA HORT.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação

Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Solange Regina Britzke	Associação de Pais e Funcionários
Soleide Batista Gomes	Coordenação Pedagógica
Patrícia Cristina Lindner	Professores / educadores
Márcia da Silva de Oliveira Junkes	Professores / educadores
Denise Hort	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Marise Hort Tomaz	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.756, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL EMÍLIA PISKE.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Cristiane Aparecida Esser	Conselho Escolar
Rosemari Formento Bonickoski	Coordenação Pedagógica
Marja Milene Belegante Costa	Professores / educadores
Daiane Stuepp	Professores / educadores

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.757, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL EMMA TRIBESS.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Jean Carlos Ribeiro Mello	Associação de Pais e Funcionários
Patrícia Martins Largura	Professores / educadores
Eliane Emi Nakashima Morsch	Professores / educadores
Jeane Angelita Dolores Calizario	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Sirlei Fátima Dias dos Santos	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.758, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ERICA BRAUN.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Roseli Serafim	Associação de Pais e Funcionários
Adriana Regina Araujo Rocha	Coordenação Pedagógica
Ivanilda Ramos da Silva	Professores / educadores
Rosângela Ribeiro Rodrigues Zeredo	Professores / educadores
Guiomar Teresinha Ribeiro Costa	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.759, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFAN-  
TIL ERWIN PASOLD.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administra-  
ção, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar  
nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Ins-  
titucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da  
Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de  
Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de  
avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Luciana Neidert	Coordenação Pedagógica
Jaqueline Reinert	Professores / educadores
Rosimari Aguiar Pacheco da Cunha	Pessoal do serviço técnico-adminis- trativo
Raquel da Cunha Theiss	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as  
avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o  
relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Muni-  
cipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.760, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFAN-  
TIL EVALINO ROTH.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administra-  
ção, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar  
nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Ins-  
titucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da  
Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de  
Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de  
avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Nerilda Terezinha Mafra Giacomelli	Associação de Pais e Funcionários
Apolyana Kling Borchardt	Coordenação Pedagógica
Elisia Casas	Professores / educadores
Neiva Zaffonato Borba	Professores / educadores
Erna Klann	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as

avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o  
relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Muni-  
cipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.761, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFAN-  
TIL FRANZ VOLLES.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administra-  
ção, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar  
nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Ins-  
titucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da  
Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de  
Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de  
avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Aline Manarim Rita	Associação de Pais e Funcionários
Alexandra Cidral dos Santos	Coordenação Pedagógica
Susana Monteiro Bering	Professores / educadores
Nadir Baumgaertner Ferreira	Professores / educadores
Alice Maria Sost Correa	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as  
avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o  
relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Muni-  
cipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.762, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFAN-  
TIL FREI ODORICO DURIEUX.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administra-  
ção, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar  
nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Ins-  
titucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da  
Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de  
Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de  
avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Cleusiane Mengarda	Associação de Pais e Funcionários
Josineide Maria da Silva Alves	Professores / educadores

Janaina Plautz Wendorf	Professores / educadores
------------------------	--------------------------

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.763, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL FREI SILVÉRIO WEBER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Gracieli Rodrigues de Brito	Associação de Pais e Funcionários
Rozana de Campos	Coordenação Pedagógica
Albino Cenzi	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.764, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL FRIEDA ZADROZNY.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Shana Machado Mafr	Associação de Pais e Funcionários
Vera Lúcia Klock Berkenbrok	Coordenação Pedagógica
Deise Regina Hasse dos Santos	Professores / educadores
Eliane Schneider	Professores / educadores
Dulce Martins	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.765, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL HEINRICH REIF.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Simone Silva dos Santos	Associação de Pais e Funcionários
Jessica Rautenberg	Coordenação Pedagógica
Márcia Bento Uller	Professores / educadores
Luzia Jacinta Fistarol Soares	Professores / educadores
Melânia Regina Bertelli	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Isilda Aparecida Kraus Gonçalves	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.766, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL HERCÍLIA KRUG.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração,

no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Cíntia Schmidt	Associação de Pais e Funcionários
Márcia Janice Blasius	Coordenação Pedagógica
Edna Teresinha Speck Mateus	Professores / educadores
Jacira Maria de Santana	Professores / educadores
Rosicler Rodrigues	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Claudete Souza Cagnetti	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.767, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL HERONDINA HELENA DA SILVA.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Daniela Batista	Associação de Pais e Funcionários
Isolde Krueger Coelho	Professores / educadores
Stelamaris Claumann da Silva	Professores / educadores
Shirley Delcastanher	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.768, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL HILCA PIAZERA SCHNAIDER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Joanna Cristina Tomio Herkenhoff de Azambuja	Associação de Pais e Funcionários
Diana Sueli Vassela Simão	Coordenação Pedagógica
Luana Cavilha	Professores / educadores
Tatiane Caroline da Silva de Sá	Professores / educadores
Patrícia Longo	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.769, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL INGO WOLFGANG HERING.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Luciano Mayer	Associação de Pais e Funcionários
Silvia Olenia Clemente dos Santos	Coordenação Pedagógica
Fátima de Lucca dos Santos	Professores / educadores
Teresa Correa	Professores / educadores
Carmelita de Cássia Muniz	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.770, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFAN-  
TIL IRMÃ MARIA CHRISTA PRÜLLAGE.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administra-  
ção, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar  
nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Ins-  
titucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da  
Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de  
Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de  
avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Taciane Pitz May	Associação de Pais e Funcionários
Maria Luisa Schneider	Coordenação Pedagógica
Shirley Aparecida Borges Perina	Professores / educadores
Jocieli Vargas de Freias Ridieri	Professores / educadores

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as  
avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o  
relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Muni-  
cipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.771, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFAN-  
TIL IRMGARD ZOSCHKE.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administra-  
ção, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar  
nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Ins-  
titucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da  
Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de  
Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de  
avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Marcos Vinicius de Freitas	Associação de Pais e Funcionários
Heloisa Machado Pereira Carneiro	Professores / educadores
	Professores / educadores
Rosana Gaitolini	Pessoal do serviço técnico-adminis- trativo

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as  
avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o  
relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Muni-  
cipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.772, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFAN-  
TIL JOHANNA CONRAD.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administra-  
ção, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar  
nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Ins-  
titucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da  
Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de  
Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de  
avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Fabíola Thais Kuipers Mikoseit	Associação de Pais e Funcionários
Daniela Volpi Grieshaber	Coordenação Pedagógica
Luciana Cristina Manske	Professores / educadores
Madaneli de Oliveira Rodrigues	Professores / educadores
Rosemeri Farias de Souza	Pessoal do serviço técnico-adminis- trativo

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as  
avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o  
relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Muni-  
cipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.773, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFAN-  
TIL JOSÉ DICKMANN.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administra-  
ção, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar  
nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Ins-  
titucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da  
Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de  
Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de  
avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Simone Perosso dos Santos	Associação de Pais e Funcionários
Adriana Anesi	Coordenação Pedagógica
Lucileine Horn da Silva	Professores / educadores
Laurita Prochnow da Silva	Professores / educadores
Graziela Valle Schultz	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Norma Kammer	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.774, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LEONARDO LAURINDO TERRES.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Rosemere dos Santos	Associação de Pais e Funcionários
Camila de Souza Oliveira	Coordenação Pedagógica
Magali Martins Blasius	Professores / educadores
Rosa Augusta Gamboa wosterhoff	Professores / educadores

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.775, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LUIZ VARGAS.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação

Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Fernanda da Silva Ricardo	Conselho Escolar
Patrícia Nascimento da Silva	Coordenação Pedagógica
Bernadete Apfelgrun	Professores / educadores
Rosemeri de Deus Picaski	Professores / educadores

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.776, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MAIKE ANDRESEN DEEKE.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Greici Erhardt Schneider	Associação de Pais e Funcionários
Carla Maria Suski	Coordenação Pedagógica
Elisângela Nasatto	Professores / educadores
Fabiana Martendal Oliveira Cordeiro	Professores / educadores
Janice Vigarani Cabral e Silva	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Sueli Cunha	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.777, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MANOEL DA LUZ RAMPELOTI.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Andréa Góes	Associação de Pais e Funcionários
Sirlei de Lourdes Guerra	Coordenação Pedagógica
Juliana Mueller Marculino	Professores / educadores
Gervânia Dalagnolo	Professores / educadores
Marinalda Dionízio Corrêa	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Celene Rodrigues Alberto	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.778, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MANOELA REINERT.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Daniele Afra Michels	Associação de Pais e Funcionários
Isabel Maria Cirico	Coordenação Pedagógica
Mara Flatau de Oliveira	Professores / educadores
Marilse Butzke Perosso	Professores / educadores
Gilce Teresinha Zeni	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.779, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA SALETE STRAUCH.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Christian Allan da Costa	Associação de Pais e Funcionários
Eliane Casas Sabel	Professores / educadores
Clara Teresinha da Cunha	Professores / educadores
Miryam Aparecida da Veiga Bueno	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Marli Inês Conzatti	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.780, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARITA DEEKE SASSE.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Leoni Pereira Ribeiro	Associação de Pais e Funcionários
Luzia Krueger	Professores / educadores
Mônica Seibel Cardozo Miranda	Professores / educadores

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.781, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MAX SCHEIDEMANTEL.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Marcia Leitzke	Associação de Pais e Funcionários
Mariangela Tribess	Professores / educadores
Eliete Vinotti Waldrich	Professores / educadores

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.782, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MONTEIRO LOBATO.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Janaina dos Santos	Associação de Pais e Funcionários
Maurília Maria Borges	Professores / educadores
Michele Trombelli	Professores / educadores

Silvana de Fátima Kammer Romo- aldo	Pessoal do serviço técnico-adminis- trativo
Maria de Lourdes Tomaz	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.783, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NAZARÉ.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Letícia Hensel	Associação de Pais e Funcionários
Adrisana Gauke	Professores / educadores
Patrícia Reisch	Professores / educadores

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.784, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL OLGA BREHMER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Suzani Dacoregio Muller Santos	Associação de Pais e Funcionários
Fabiane Madruga	Professores / educadores
Liomara Maria Martins Espindola	Professores / educadores
Roseméri Heinig	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Odair Couto	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.785, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL OSVALDO DESCHAMPS.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Andréia Bento da Silva de Souza	Associação de Pais e Funcionários
Ângela Antulino	Professores / educadores
Silvana Silva Bulegon	Professores / educadores
Isoldete Muller Santos	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Evanildes Fidelis	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.786, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL OSWALDO BURGER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar

nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Jeane Meri Uhlmann	Associação de Pais e Funcionários
Marli Alaide Schnaider	Professores / educadores
Izabel Cristina Vilela de Castro Barros	Professores / educadores
Lúcia Rinaldi	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Luciane Schappo	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.787, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PAULO TALLMANN.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Juliana Freiberg	Associação de Pais e Funcionários
Adenita Maria Nunes	Professores / educadores
Cecília Alexandre	Professores / educadores
Paulo Damião	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.788, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PAULO ZIMMERMANN.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Roni Roberto Balz	Associação de Pais e Funcionários
Ivone Durda	Coordenação Pedagógica
Haide Termann Balz	Professores / educadores
Rosemeri Camilo Paseto	Professores / educadores
Moacir dos Santos	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.789, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PEDRO KRAUS.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Morgana Regina Gonçalves	Associação de Pais e Funcionários
Rosiane Moser Monteiro	Professores / educadores
Ivoni Maria Lucas Conti	Professores / educadores
Edithe Tomio	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.790, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSOR ADÉLIO CARLINI.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Almerinda Figueiredo Dutra	Associação de Pais e Funcionários
Cleonise Patrício Borges	Professores / educadores
Edir da Silveira Stuhler	Professores / educadores

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.791, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSOR ANSELMO A. HILLESHEIM.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Fabiano Larsen	Associação de Pais e Funcionários
Teresa Cristina Becker	Professores / educadores
Vanessa Angelina Pereira Faria	Professores / educadores
Maria Marilete Naatz	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.792, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFAN-  
TIL PROFESSOR EMILIANO STOLF.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administra-  
ção, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar  
nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Ins-  
titucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da  
Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de  
Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de  
avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Ligia Cardoso	Associação de Pais e Funcionários
Maria de Fátima Souza	Professores / educadores
Eneli Hillesheim Schell	Professores / educadores

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as  
avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o  
relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Muni-  
cipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.793, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFAN-  
TIL PROFESSOR JOÃO BERTOLDO PETRY.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administra-  
ção, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar  
nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Ins-  
titucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da  
Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de  
Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de  
avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Cleunice Maria Pedrotti	Associação de Pais e Funcionários
Kátia Regina Striethorst Antunes	Coordenação Pedagógica
Janaina Maier	Professores / educadores
Letícia Cidral Silveira	Professores / educadores
Juliana Silva Velloza	Pessoal do serviço técnico-adminis- trativo

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as  
avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o  
relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Muni-  
cipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.794, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFAN-  
TIL PROFESSOR PAULO FREIRE.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administra-  
ção, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar  
nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Ins-  
titucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da  
Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de  
Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de  
avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Ana Maria Barcelos	Associação de Pais e Funcionários
Ana Paula Semann	Professores / educadores
Marlene Sbardelotto	Professores / educadores
Lusimar Sabino da Silva	Pessoal do serviço técnico-adminis- trativo
Marta D. Lavarda	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as  
avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o  
relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Muni-  
cipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.795, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFAN-  
TIL PROFESSORA ANDRÉA DA SILVA.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administra-  
ção, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar  
nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Ins-  
titucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da  
Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de  
Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de  
avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Wanderléa Leite Araujo Oliveira	Conselho Escolar
Carla Denise Santos	Coordenação Pedagógica
Aline Cristie Platz de Castro	Professores / educadores
Daiane Laurindo Rosa	Professores / educadores
Josiane Soares Cicz	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Lígia Schmitt de Moura	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.796, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA ELZIRA HORNBERG.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Carla Buss Bloemer	Associação de Pais e Funcionários
Gabriele Krause	Coordenação Pedagógica
Isolete de Souza Thom	Professores / educadores
Izabel Cristina dos Santos Ribeiro	Professores / educadores
Christiane Leitzke	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Leoni Laurentino da Rosa	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.797, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA ERNA ANNA TRAPP.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar

nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Elizete Reinhold Zech	Associação de Pais e Funcionários
Juliana Volpi Hertel	Coordenação Pedagógica
Doris Helena Moretti	Professores / educadores
Sandra Roters Trapp	Professores / educadores
Ivone Rückert	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.798, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA EVELINA ELISABETH EICHSTAEDT.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Nilson Soares	Associação de Pais e Funcionários
Ivete Tonetto	Professores / educadores
Catarina Inês Klock	Professores / educadores
Marlise Grignani	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.799, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA LENYR PEITER STARKE.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração,

no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Maitê Cardoso	Associação de Pais e Funcionários
Deborah Catharine do Nascimento	Coordenação Pedagógica
Maristela Chaves da Rosa	Professores / educadores
Manchini Rodrigues	Professores / educadores
Roseli de Medeiros da Silva	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Darli Scheidt Marian	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.800, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA LEONIDES WESTARB.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Daiane Crispim	Associação de Pais e Funcionários
Maria Regina Cordini Golle	Coordenação Pedagógica
Cyntia Regina de Souza	Professores / educadores
Ivone Bornhausen da Costa	Professores / educadores
Ana Claudia Seara da Costa	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Marli Nair Goldbeck Paris	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.801, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA MARIA ZIMMERMANN.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Silvia Grings Engelmamm	Associação de Pais e Funcionários
Claudia Cristina Belegante Augustin	Coordenação Pedagógica
Marinela Grahl Pasqual	Professores / educadores
Roseli Pereira	Professores / educadores
Giovana Regina da Silva	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Marli Hünchkel Schiochet	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.802, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA MARLISE STRITTHORST THEIS.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Vanderlei Barni	Associação de Pais e Funcionários
Sandra Maria Mueller	Coordenação Pedagógica
Nara Priscilla Schmit	Professores / educadores
Nelza Doraci de Souza	Professores / educadores
Alessandra Polidoro	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.803, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA MARTINHA RÉGIS MORETTO.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Gabriela Aparecida Leandro	Associação de Pais e Funcionários
Fernanda Vicenti Tomio	Coordenação Pedagógica
Maria Sueli Ewald	Professores / educadores
Fernanda Kistner Silva	Professores / educadores
Maria Christina de Souza Medeiros	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Elenice Fernandes	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.804, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA RAQUEL WISINTAINER SOARES.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Marilene Domingos	Associação de Pais e Funcionários
Fernanda C. Schwartz Schwertz	Professores / educadores
Sandra de F. Alves Xavier	Professores / educadores
Ana Paula Pereira Hadlich	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Silvia Teresa Wirth	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.805, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA TERESA RAQUEL SABEL DE ARAÚJO.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Clarissa Testoni	Associação de Pais e Funcionários
Ana Cíntia Mueller	Professores / educadores
Vaneide Fortunato	Professores / educadores

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.806, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA TEREZA AMÉLIA EHLKE AUGSBURGER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de

Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Angela Aparecida Vargas Neto	Conselho Escolar
Lurdes Miranda Kelichek	Coordenação Pedagógica
Andrea Luiza de Oliveira Carneiro	Professores / educadores
Luciana Aparecida Costa da Cruz	Professores / educadores
Eliane Correia	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Vildete Rech Bortoli	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.807, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RICARDO MANSKE.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Rosires Maria Constantino Ferreira	Associação de Pais e Funcionários
Jandira França dos Passos	Coordenação Pedagógica
Cleuni Geminiano Alves Ikert	Professores / educadores
Soraia de Oliveira da Silva	Professores / educadores

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.808, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ROBERT RUDOLPH BARTH.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração,

no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
André Cardoso de Oliveira	Conselho Escolar
Raquel Helena Krieger de Borba	Coordenação Pedagógica
Giovane Longhi	Professores / educadores
Cirlei Teresinha Daros	Professores / educadores

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.809, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL THIAGO ANZINI.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Mariza Aparecida Leite Stanke	Associação de Pais e Funcionários
Regina Cecília Bonetti Sutter	Professores / educadores
Gabrielle Sens Barni	Professores / educadores
	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Tânia Regina Stiehler	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.810, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VEREADOR EWALDO MORITZ.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Regina Mengarda	Associação de Pais e Funcionários
Andréia Roncaglio Geraldo	Coordenação Pedagógica
Marcela Berto Santos	Professores / educadores
Patrícia Leonor Hadlich Leuthauser	Professores / educadores
Maria Fátima dos Santos	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.811, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL WALLY SERENA BRANDES.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Alinor Day	Associação de Pais e Funcionários
Suzana Beatriz Guimarães Piccini	Coordenação Pedagógica
Márcia Cristina Peixer David	Professores / educadores
Sirlene Schwertz	Professores / educadores

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.812, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL WALTER ROSEMAN.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Mara Janete Schmitt Burigo	Associação de Pais e Funcionários
Rosa Cecilia Duarte dos Santos Bahr	Coordenação Pedagógica
Morgani Hellmann Georg	Professores / educadores
Sandra Marisa da Silva de Lima	Professores / educadores
Neide Maria Muniz da Costa	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Nadir Helena Henckel Steinback	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.813, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL WILHELM THEODOR SCHÜRMANN.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Débora Adriana Barthel	Associação de Pais e Funcionários
Terezinha Schmitz Hillesheim	Coordenação Pedagógica
Meri Regina de Souza Luchetta	Professores / educadores
Michelle Pereira da Silva Mendes	Professores / educadores

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 12 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 28.829/2014 - SEDEAD**

PORTARIA SEDEAD Nº 28.829, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.  
AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DANIELA MAYSA DE SOUZA DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR CURSO DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO E TRABALHO EM SAÚDE E ENFERMAGEM, PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

##### **AUTORIZAR**

O afastamento da servidora pública municipal DANIELA MAYSA DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, com remuneração, para realizar Curso de Doutorado em Educação e Trabalho em Saúde e Enfermagem, pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com início em 11 de setembro de 2014 e término previsto para 11 de dezembro de 2014, em jornada integral de trabalho, totalizando 31 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2014/09/006114.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 19 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 28.837/2014 - SEDEAD**

PORTARIA SEDEAD Nº 28.837, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL K.C.S.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.964, de 29/04/2013 e de conformidade com o art. 209 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07 e de acordo com a solicitação efetuada através do Memorando nº 361/2014 - Gabinete SEMED, de 06/11/2014, subscrito pela Secretária Municipal de Educação, resolve:

##### **DETERMINAR:**

a instauração de processo administrativo disciplinar a ser conduzido pela Primeira Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias 15.145, 31/10/2011, 15.579, de 02/04/2012 e 17.341, de 21/10/2013, para apurar a responsabilidade disciplinar da servidora pública municipal K.C.S., matrícula n.22188-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, exercendo sua função junto ao CEI Professora Elzira Hornburg, de acordo com os documentos acostados ao Memorando n 361/2014

- Gabinete SEMED, por infringir, em tese, os artigos 176, I e VI, da Lei Complementar n.660, de 28/11/2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 20 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 28.850/2014 - SEDEAD**

PORTARIA SEDEAD Nº 28.850, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.  
AUTORIZA O RETORNO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOVALDO DA SILVEIRA AO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

##### **AUTORIZAR**

o retorno do servidor público municipal JOVALDO DA SILVEIRA, ao exercício do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 17 de novembro de 2014, conforme Processo Administrativo nº 2014/11/008663.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 27 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 28.851/2014 - SEDEAD**

PORTARIA SEDEAD Nº 28.851, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.  
AUTORIZA O AFASTAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCLIDES ORIDES NARDES DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA PARTICIPAR DO CAMPEONATO BRASILEIRO DE KARATÊ COMO TÉCNICO DA DELEGAÇÃO CATARINENSE DE KARATÊ.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

##### **AUTORIZAR**

O afastamento do servidor público municipal OCLIDES ORIDES NARDES, ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, com remuneração, participar do Campeonato Brasileiro de Karatê, como Técnico da Delegação Catarinense de Karatê, com início em 14 de outubro de 2014 e término previsto para 21 de outubro de 2014, em jornada parcial de trabalho, totalizando 08 dias consecutivos, conforme Processo Administrativo nº 2014/10/008222.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 27 de novembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 109/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 109/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAA0323	54364696A	29/03/2000	55410	181 * XVII	53.20
AAG2655	54365816A	10/04/2000	54520	181 * VIII	127.69
AAZ6283	55533390	08/04/2000	73660	252 * VI	85.12
ACA6020	54364690A	29/03/2000	55410	181 * XVII	53.20
ADA6420	54364741A	30/03/2000	55410	181 * XVII	53.20
AEY6580	55547758	07/04/2000	50450	162 * V	191.53
AMJ0810	54365266A	07/04/2000	73660	252 * VI	85.12
BFE9653	54364860A	03/04/2000	55410	181 * XVII	53.20
BIP7980	54364862A	03/04/2000	55410	181 * XVII	53.20
BLG4691	54364802A	31/03/2000	55410	181 * XVII	53.20
BNA0530	55536715	07/04/2000	73660	252 * VI	85.12
BOU6673	54364746A	30/03/2000	55410	181 * XVII	53.20
BOY8020	55535499	08/04/2000	51850	167	127.69
BU467	55537541	03/04/2000	66370	230 * IX	127.69
BU467	55537541	03/04/2000	50100	162 * I	574.61
BU467	55537541	03/04/2000	65990	230 * V	191.53
BZV1945	54361863A	26/03/2000	65990	230 * V	191.53
DAW1373	54364845A	06/04/2000	55410	181 * XVII	53.20
DWB9900	54364655A	28/03/2000	55410	181 * XVII	53.20
GAS5100	54364751A	30/03/2000	55410	181 * XVII	53.20
IBY8833	55997488	04/04/2000	55410	181 * XVII	53.20
LAV9997	54364861A	03/04/2000	55410	181 * XVII	53.20
LWS4339	54365843A	14/04/2000	55500	181 * XVIII	85.12
LWT0271	54365457A	12/04/2000	60500	208	191.53
LWT0305	55547866	13/04/2000	54520	181 * VIII	127.69
LWU4368	54365810A	07/04/2000	55090	181 * XIII	85.12
LWV0285	55548455	07/04/2000	72340	250 * I * a	85.12
LWV3122	54365846A	14/04/2000	66020	230 * VI	191.53
LWV3780	54364686A	29/03/2000	55410	181 * XVII	53.20
LWV3780	54364654A	28/03/2000	55410	181 * XVII	53.20
LWW5538	54364801A	31/03/2000	55410	181 * XVII	53.20
LWX5603	54364651A	28/03/2000	55410	181 * XVII	53.20
LWX7158	54364577A	27/03/2000	55410	181 * XVII	53.20
LWX8277	54365817A	10/04/2000	55680	181 * XIX	127.69
LWY6049	55995343	03/04/2000	73660	252 * VI	85.12
LXB1438	54365838A	14/04/2000	73660	252 * VI	85.12
LXC1331	55535491	08/04/2000	51850	167	127.69
LXD3570	55881942	09/04/2000	73660	252 * VI	85.12
LXD7299	55880044	12/04/2000	54520	181 * VIII	127.69
LXE0170	54364772A	30/03/2000	55410	181 * XVII	53.20
LXF1036	54365452A	11/04/2000	58350	195	127.69
LXF1036	54365454A	11/04/2000	69800	239	191.53
LXF1036	54365451A	11/04/2000	73310	252 * III	85.12
LXF1036	54365455A	11/04/2000	66020	230 * VI	191.53

LXF1036	54365453A	11/04/2000	69710	238		191.53
LXF8610	55881941	09/04/2000	73660	252	* VI	85.12
LXG3606	55546180	06/04/2000	59910	206	* I	191.53
LXH7780	54364886A	10/04/2000	55410	181	* XVII	53.20
LXI9921	55997464	04/04/2000	55410	181	* XVII	53.20
LXJ1849	54365300A	12/04/2000	55680	181	* XIX	127.69
LXK6754	54364552A	27/03/2000	55410	181	* XVII	53.20
LXM6875	54364874A	03/04/2000	55410	181	* XVII	53.20
LXM6875	54364863A	03/04/2000	55410	181	* XVII	53.20
LXN3154	54364811A	31/03/2000	55410	181	* XVII	53.20
LXN3154	54364834A	31/03/2000	55410	181	* XVII	53.20
LXN3406	54363227A	02/03/2000	55410	181	* XVII	53.20
LXN4446	54364780A	30/03/2000	55410	181	* XVII	53.20
LXO3503	54361646A	13/04/2000	73660	252	* VI	85.12
LXR1489	55548456	07/04/2000	70300	244	* I	191.53
LXR2962	54363566A	16/04/2000	69120	232		53.20
LXR3586	54364783A	30/03/2000	55410	181	* XVII	53.20
LXR3977	54364614A	28/03/2000	55410	181	* XVII	53.20
LXR8028	55546319	12/04/2000	65990	230	* V	191.53
LXS0596	55997485	04/04/2000	55410	181	* XVII	53.20
LXS0596	54364878A	03/04/2000	55410	181	* XVII	53.20
LXS7469	54363380A	09/04/2000	51690	165		957.69
LXT3449	55997477	04/04/2000	55410	181	* XVII	53.20
LXU0607	55548263	06/04/2000	55250	181	* XV	85.12
LXU2066	54365808A	07/04/2000	57460	187	* I	85.12
LXV8327	54364715A	29/03/2000	55410	181	* XVII	53.20
LXW6899	54364408A	22/03/2000	55410	181	* XVII	53.20
LXX8655	54364748A	30/03/2000	55410	181	* XVII	53.20
LXY8727	55548124	22/03/2000	67690	230	* XXII	85.12
LXZ5263	54365354A	09/04/2000	50100	162	* I	574.61
LXZ5263	54365353A	09/04/2000	65990	230	* V	191.53
LYA6806	55544085	13/04/2000	65990	230	* V	191.53
LYB0638	54365832A	13/04/2000	57200	186	* I	127.69
LYB0638	54365834A	13/04/2000	59910	206	* I	191.53
LYB3498	54364719A	29/03/2000	55410	181	* XVII	53.20
LYB7128	55547265	12/04/2000	65990	230	* V	191.53
LYD6188	55544080	11/04/2000	73400	252	* IV	85.12
LYE4157	54361774A	15/04/2000	58350	195		127.69
LYF2931	54361976A	04/04/2000	55680	181	* XIX	127.69
LYG2774	54364830A	31/03/2000	55410	181	* XVII	53.20
LYH0351	54365833A	13/04/2000	65990	230	* V	191.53
LYH7634	54365852A	13/04/2000	50100	162	* I	574.61
LYH9648	54364368A	21/03/2000	55410	181	* XVII	53.20
LYI7048	55997473	04/04/2000	55410	181	* XVII	53.20
LYK2484	55997471	04/04/2000	55410	181	* XVII	53.20
LYK2824	54362051A	07/04/2000	55680	181	* XIX	127.69
LYL0797	55537287	12/04/2000	58000	192		127.69
LYL1232	55548306	12/04/2000	61300	214	* II	191.53
LYM6351	55548127	22/03/2000	66100	230	* VII	127.69
LYM8383	54364697A	29/03/2000	55410	181	* XVII	53.20
LYN0191	54364301A	20/03/2000	55410	181	* XVII	53.20
LYN1587	55535492	08/04/2000	51850	167		127.69
LYP0771	54364740A	30/03/2000	55410	181	* XVII	53.20
LYQ1199	54361092A	05/04/2000	73660	252	* VI	85.12
LYQ1988	54364753A	30/03/2000	55410	181	* XVII	53.20
LYQ6645	55995350	11/04/2000	61220	214	* I	191.53
LYR0047	54364734A	30/03/2000	55410	181	* XVII	53.20
LYR8480	55995347	10/04/2000	58350	195		127.69
LYR8959	54364889A	11/04/2000	55410	181	* XVII	53.20
LYS4113	54364785A	30/03/2000	55410	181	* XVII	53.20
LYT2058	54363562A	12/04/2000	52820	176	* I	957.69
LYT4271	54364768A	30/03/2000	55410	181	* XVII	53.20
LYU7535	54361221A	05/04/2000	55410	181	* XVII	53.20

LYU8060	54365840A	14/04/2000	55680	181	*	XIX	127.69
LYU9715	54364480A	23/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LYW4022	54364252A	17/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LYW5217	54364544A	24/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LYW7964	55546677	13/04/2000	65990	230	*	V	191.53
LYX9677	55998740	07/04/2000	73660	252	*	VI	85.12
LYY0377	54364689A	29/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LYY5195	54364767A	30/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LYZ4839	55535495	08/04/2000	51850	167			127.69
LZA7665	54363488A	26/03/2000	65990	230	*	V	191.53
LZD4705	54364624A	28/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZF9730	54364747A	30/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZG7080	55533398	13/04/2000	62700	220	*	II	127.69
LZG7080	55533397	13/04/2000	61220	214	*	I	191.53
LZH0699	54364541A	24/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZH4693	55998618	29/02/2000	54520	181	*	VIII	127.69
LZI5831	54364590A	27/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZL3943	54364701A	29/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZL6020	55528758	11/04/2000	65990	230	*	V	191.53
LZL6020	55528758	11/04/2000	69120	232			53.20
LZP0727	55880047	13/04/2000	68150	231	*	III	127.69
LZP1062	55997539	14/04/2000	51690	165			957.69
LZP5360	55999144	07/04/2000	54520	181	*	VIII	127.69
LZQ2263	54364567A	27/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZR6947	55547622	02/04/2000	52070	169			53.20
LZS5879	54364824A	31/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZT7795	55997492	04/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZU0304	54361640A	08/04/2000	61220	214	*	I	191.53
LZU2113	55885886	06/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZU9127	55547860	09/04/2000	66370	230	*	IX	127.69
LZU9127	55547860	09/04/2000	68580	231	*	VII	85.12
LZU9862	54364803A	31/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZV4032	54364556A	27/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZW3962	55547500	12/04/2000	54520	181	*	VIII	127.69
LZW5622	55548262	06/04/2000	72340	250	*	I * a	85.12
LZW8321	54365364A	12/04/2000	55680	181	*	XIX	127.69
LZX2617	54364837A	07/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZY5675	54364769A	30/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZZ8658	54364610A	28/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAA9103	54361942A	09/04/2000	65990	230	*	V	191.53
MAB9548	54364638A	28/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAJ8353	54364849A	03/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAK9932	55544079	11/04/2000	50370	162	*	III	574.61
MAL0297	54364851A	03/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAL0874	54364319A	20/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAN3160	54364726A	29/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAO2282	54364565A	27/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAO2430	54361970A	01/04/2000	54520	181	*	VIII	127.69
MAP3853	55886445	09/04/2000	50610	163	c/c 162	* I	574.61
MAP3853	55886444	09/04/2000	50100	162	*	I	574.61
MAP5421	55997472	04/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAQ8115	54365828A	11/04/2000	60500	208			191.53
MAT3169	54364676A	29/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAT6310	55543022	11/04/2000	65990	230	*	V	191.53
MAT6310	55543023	11/04/2000	69120	232			53.20
MAT6310	55543022	11/04/2000	65560	230	*	I	191.53
MAW2981	55535120	31/03/2000	73660	252	*	VI	85.12
MAX6242	54364891A	11/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAX6242	54364721A	29/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAX6242	54364711A	29/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAX6242	54364681A	29/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAY4268	55547623	05/04/2000	51690	165			957.69
MAY7187	55997462	04/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20

MAY7187	55997482	04/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAY8250	54364643A	28/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAZ1066	55546538	31/03/2000	73660	252	*	VI	85.12
MBE7152	54363473A	25/03/2000	69120	232			53.20
MBJ2058	54365262A	07/04/2000	73400	252	*	IV	85.12
MBJ5759	54364528A	24/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MBM8490	54362000A	06/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MBN8889	54364553A	27/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MBZ0170	54361634A	04/04/2000	73660	252	*	VI	85.12
MCC6550	54365802A	06/04/2000	59400	203	*	III	191.53
MCQ2700	54365818A	10/04/2000	55680	181	*	XIX	127.69
MCZ8750	54364617A	28/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MDH1112	54364477A	23/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MEF2660	54364718A	29/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MEI4530	54364307A	20/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MES8880	55880042	10/04/2000	55680	181	*	XIX	127.69
MUA4564	54364464A	23/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
 FABIO CAMPOS DA SILVA  
 DIRETOR DE TRANSITO SETERB

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 111/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 111/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AES5334	54366793A	18/04/2000	55410	181 * XVII	53.20
AGU6992	54365030A	07/04/2000	55410	181 * XVII	53.20
BER9797	54364964A	06/04/2000	55410	181 * XVII	53.20
BLH0066	54365165A	13/04/2000	55410	181 * XVII	53.20
GTD2146	54364941A	05/04/2000	55410	181 * XVII	53.20
HSA3400	54361996A	05/04/2000	55250	181 * XV	85.12
HZC2048	54364998A	14/04/2000	55410	181 * XVII	53.20
IIP5530	54364756A	30/03/2000	55410	181 * XVII	53.20
JLC5379	54364981A	06/04/2000	55410	181 * XVII	53.20

LAK9592	54365120A	11/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LBK7639	54366009A	26/04/2000	73660	252	*	VI	85.12
LWS4339	54361827A	25/04/2000	55500	181	*	XVIII	85.12
LWU2302	54366760A	14/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LWV6244	54365127A	11/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LWY6032	54364991A	06/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LWZ0169	55400498	12/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LWZ3583	54365093A	10/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LWZ5090	54363489A	02/04/2000	69120	232			53.20
LXA0416	54365219A	14/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXB4700	54363464A	18/03/2000	65990	230	*	V	191.53
LXB5030	54364944A	05/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXC8340	54365203A	13/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXF6469	54365060A	10/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXF6556	54365081A	10/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXG3510	55889298	21/04/2000	50100	162	*	I	574.61
LXG3510	55889300	21/04/2000	51690	165			957.69
LXG9940	54365114A	11/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXK3705	55998563	01/02/2000	65990	230	*	V	191.53
LXK3705	55998562	01/02/2000	50100	162	*	I	574.61
LXK8782	54364952A	13/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXN3154	54365206A	13/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXQ5770	54366767A	14/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXR3586	54364915A	05/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXU5705	55997538	14/04/2000	55680	181	*	XIX	127.69
LXU6235	54366005A	22/04/2000	73660	252	*	VI	85.12
LXW6899	54364929A	05/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXY4415	54365004A	06/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXZ6204	55997490	04/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LYA5374	54365611A	22/04/2000	65800	230	*	IV	191.53
LYA9213	54365222A	14/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LYB3498	54364994A	06/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LYC6901	55533394	12/04/2000	73660	252	*	VI	85.12
LYF9523	55535698	08/04/2000	51850	167			127.69
LYJ5510	54365086A	10/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LYL1292	54365401A	18/04/2000	55680	181	*	XIX	127.69
LYM9778	54365170A	13/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LYN3969	54365180A	13/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LYN6958	55425489	12/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LYO2722	54361777A	26/04/2000	55680	181	*	XIX	127.69
LYQ6959	54366252A	26/04/2000	73660	252	*	VI	85.12
LYT7349	54364705A	29/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LYU1750	55547326	26/04/2000	50450	162	*	V	191.53
LYU1750	55547326	26/04/2000	65990	230	*	V	191.53
LYU5356	54365113A	11/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LYW4420	54364968A	06/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LYW5217	54364897A	04/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LYX6499	54365095A	10/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZC9254	54364972A	06/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZC9332	55885479	25/04/2000	68150	231	*	III	127.69
LZE8105	54365054A	10/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZF9399	54365026A	07/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZF9730	54365183A	13/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZH9467	54365035A	18/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZI0200	54366753A	14/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZI0628	54365103A	11/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZN6823	54365104A	11/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZU5827	54364888A	11/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZW7053	54365089A	10/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZZ3087	54361530A	27/04/2000	55090	181	*	XIII	85.12
LZZ3508	54361310A	18/04/2000	55090	181	*	XIII	85.12
MAA3265	54366142A	25/04/2000	50370	162	*	III	574.61
MAD5589	54364679A	29/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20

MAF7809	54366137A	25/04/2000	55500	181	*	XVIII	85.12
MAJ0301	55425494	12/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAO4634	54366144A	26/04/2000	55090	181	*	XIII	85.12
MAV2498	54365201A	13/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAX4738	54365080A	10/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAX6242	54365077A	10/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAX6242	54365090A	10/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MBB3258	54365003A	14/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MBC1120	54364671A	29/03/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MBC4728	54365210A	13/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MBF2280	54364950A	12/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MBF2280	54365044A	18/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MBQ7080	55400500	12/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MBT2770	54365363A	12/04/2000	55680	181	*	XIX	127.69
MCB5320	54365020A	07/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MDP3050	54365057A	10/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MDU8040	54364997A	14/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MFM0029	55548653	20/04/2000	73660	252	*	VI	85.12
MIS4980	54365108A	11/04/2000	55410	181	*	XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
FABIO CAMPOS DA SILVA  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 118/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 118/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANI1993	55548662	29/05/2000	73660	252 * VI	85.12
ARS4500	54369733A	07/06/2000	55410	181 * XVII	53.20
BSH6575	54369495A	30/05/2000	55410	181 * XVII	53.20
BSI7486	54369637A	02/06/2000	55410	181 * XVII	53.20
BZW1807	55885897	19/06/2000	55410	181 * XVII	53.20
FTS7997	54369625A	02/06/2000	55410	181 * XVII	53.20
GTJ0823	54369699A	06/06/2000	55410	181 * XVII	53.20

IEL1276	54369836A	08/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
IFV1018	54369499A	30/05/2000	55410	181	*	XVII	53.20
JLC5379	54369675A	05/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LAZ0306	54366033A	21/06/2000	55250	181	*	XV	85.12
LEC7986	54368290A	19/06/2000	55680	181	*	XIX	127.69
LWR9204	54363672A	11/05/2000	54520	181	*	VIII	127.69
LWS5780	54369040A	26/06/2000	55090	181	*	XIII	85.12
LWT6262	55548967	20/06/2000	54520	181	*	VIII	127.69
LWU7910	54369709A	06/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LWV8568	54368898A	19/06/2000	55680	181	*	XIX	127.69
LWX6979	55534488	25/06/2000	50370	162	*	III	574.61
LWX6979	55534489	25/06/2000	65560	230	*	I	191.53
LWX6979	55534489	25/06/2000	69120	232			53.20
LWY3534	54369474A	30/05/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LWY4304	54369613A	02/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LWZ0169	54369673A	14/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXF6469	54369716A	06/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXG9249	54368232A	24/05/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXG9249	54368231A	24/05/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXI3546	54369684A	05/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXJ4542	54368771A	15/06/2000	73660	252	*	VI	85.12
LXJ9363	54369685A	05/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXK9862	54369460A	30/05/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXK9862	54369500A	30/05/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXM1093	54369489A	30/05/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXP9475	54369659A	12/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXQ5770	54369774A	07/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXQ6642	54369503A	31/05/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXT4808	54369586A	01/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXU0396	54369664A	13/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXU0396	54368576A	17/06/2000	55680	181	*	XIX	127.69
LXU9529	54369710A	06/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LXV6160	55548972	27/06/2000	73660	252	*	VI	85.12
LXV6823	54361688A	26/06/2000	53470	178			85.12
LXX3758	54365409A	14/06/2000	65990	230	*	V	191.53
LXY5288	55998669	15/06/2000	60500	208			191.53
LYB8833	54369691A	05/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LYC9198	54369711A	06/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LYG5038	55537624	01/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LYI5565	54369512A	31/05/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LYM7998	54369410A	29/05/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LYM7998	54369282A	25/05/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LYR0400	54368596A	26/06/2000	55680	181	*	XIX	127.69
LYS5467	54361245A	21/06/2000	65990	230	*	V	191.53
LYT0527	54361360A	20/06/2000	73660	252	*	VI	85.12
LYV2714	54368703A	22/06/2000	51690	165			957.69
LYV2714	54368702A	22/06/2000	50100	162	*	I	574.61
LYV6470	54368446A	16/06/2000	57200	186	*	I	127.69
LYX4594	54368512A	17/06/2000	50100	162	*	I	574.61
LYZ0565	54369016A	21/06/2000	55680	181	*	XIX	127.69
LZC4072	54368510A	16/06/2000	73660	252	*	VI	85.12
LZC9284	54365643A	11/06/2000	50100	162	*	I	574.61
LZE4286	54369640A	02/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZE8881	54368570A	16/06/2000	73660	252	*	VI	85.12
LZF2979	54368564A	14/06/2000	70300	244	*	I	191.53
LZF3808	54369619A	02/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZG2651	54369026A	21/06/2000	55500	181	*	XVIII	85.12
LZI3562	54368574A	17/06/2000	54520	181	*	VIII	127.69
LZI8591	54369708A	06/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZM9138	54369681A	05/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZR2876	54369886A	09/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZT0429	54369524A	31/05/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZT1982	54369572A	01/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20

LZU6956	54369788A	08/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZV8075	54368581A	20/06/2000	59670	203	*	V	191.53
LZW8720	54369632A	02/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZW9680	54369658A	12/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZY5916	54369544A	31/05/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZY6329	55885494	20/06/2000	73660	252	*	VI	85.12
LZY9494	54369490A	30/05/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAA2590	54369627A	02/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAB1180	54367498A	05/05/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAF3943	54369749A	07/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAF5746	54369809A	08/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAI1747	54368569A	15/06/2000	61220	214	*	I	191.53
MAJ1850	55415114	18/03/1998	54600	181	*	IX	85.12
MAK3202	54369590A	07/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAN8879	54368122A	22/05/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAO9527	54368450A	19/06/2000	61220	214	*	I	191.53
MAW2981	55548965	19/06/2000	73660	252	*	VI	85.12
MAX1030	54368444A	16/06/2000	60410	207			127.69
MAX2982	55881835	17/06/2000	73660	252	*	VI	85.12
MAX6242	54369843A	08/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAX6242	54369687A	05/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAY0481	54369753A	07/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MBA3427	54369462A	30/05/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MBC1120	54369289A	25/05/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MBF0682	54369759A	07/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MBL0013	54369458A	30/05/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MBM3530	55548443	25/05/2000	73660	252	*	VI	85.12
MCM0300	54369833A	08/06/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MDP3050	54369038A	26/06/2000	55680	181	*	XIX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
FABIO CAMPOS DA SILVA  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 135/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 135/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABR7339	55529599	09/11/2000	65990	230 * V	191.53
ABV1224	54409385A	18/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
ACV5367	54480644A	10/11/2000	65800	230 * IV	191.53
ADE4855	54409731A	27/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
ADL3056	55886200	05/11/2000	51690	165	957.69
ADL3056	54408768A	05/11/2000	69120	232	53.20
AEI7541	54409548A	23/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
AIF4482	54409521A	23/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
AIF4482	54408883A	13/11/2000	73660	252 * VI	85.12
BFB0537	54409646A	26/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
CEA5109	54409514A	23/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
IDP3665	55549550	24/10/2000	59670	203 * V	191.53
IGH2413	54409730A	27/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
LWR6318	54408633A	08/11/2000	69120	232	53.20
LWS3779	54481757A	21/10/2000	68660	231 * VIII	85.12
LWS6771	54408885A	13/11/2000	73660	252 * VI	85.12
LWY6119	54409569A	24/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
LWZ3905	54409395A	18/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
LWZ6853	54409429A	19/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
LXA4037	54361585A	09/11/2000	73660	252 * VI	85.12
LXB8566	54409371A	26/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
LXB8566	54409360A	25/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
LXB9183	54480645A	11/11/2000	52070	169	53.20
LXB9447	54409519A	23/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
LXD1777	55550644	11/11/2000	50100	162 * I	574.61
LXD1777	55550643	11/11/2000	65990	230 * V	191.53
LXD2366	54409608A	25/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
LXE2112	54480965A	10/11/2000	57460	187 * I	85.12
LXH4675	54409558A	24/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
LXI7744	54481813A	07/11/2000	58000	192	127.69
LXK0471	54365550A	11/11/2000	55680	181 * XIX	127.69
LXL7198	54480964A	10/11/2000	58350	195	127.69
LXM3513	54482015A	07/11/2000	55090	181 * XIII	85.12
LXP1762	54361584A	09/11/2000	73660	252 * VI	85.12
LXP7172	54409594A	25/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
LXS7450	54409501A	23/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
LXT4673	54404272A	10/11/2000	65990	230 * V	191.53
LXU7127	54360768A	09/11/2000	58350	195	127.69
LXV4234	54409640A	26/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
LXY5330	54409464A	20/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
LYB8818	54409439A	19/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
LYD2402	55546713	09/11/2000	65990	230 * V	191.53
LYD2402	55546713	09/11/2000	65800	230 * IV	191.53
LYD6188	55550805	11/11/2000	65990	230 * V	191.53
LYD6188	55547198	12/11/2000	65990	230 * V	191.53
LYD6188	55547198	12/11/2000	70300	244 * I	191.53
LYH8607	54404269A	06/11/2000	65990	230 * V	191.53
LYK4183	54409589A	24/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
LYK4183	54409588A	24/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
LYM4062	54409404A	18/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
LYP4353	54409457A	20/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
LYQ4378	54366292A	07/11/2000	58350	195	127.69
LYQ6262	54409512A	23/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
LYR8078	54409410A	19/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
LYR8078	54409382A	18/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
LYU2297	54481817A	10/11/2000	73660	252 * VI	85.12
LYU6230	54407805A	12/09/2000	55410	181 * XVII	53.20
LYV9607	54409523A	23/10/2000	55410	181 * XVII	53.20
LYW8880	55550551	20/10/2000	73660	252 * VI	85.12
LYY0241	54409462A	20/10/2000	55410	181 * XVII	53.20

LZA1092	54409515A	23/10/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZB2618	55548573	24/10/2000	62700	220	*	II	127.69
LZB4480	54366296A	09/11/2000	58350	195			127.69
LZB8441	54409596A	25/10/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZD5337	54365541A	08/11/2000	54600	181	*	IX	85.12
LZK8184	54480960A	07/11/2000	57460	187	*	I	85.12
LZN7411	54409506A	23/10/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZP5481	55540781	07/11/2000	67690	230	*	XXII	85.12
LZP5481	55540781	07/11/2000	59400	203	*	III	191.53
LZS5361	54409724A	27/10/2000	55410	181	*	XVII	53.20
LZU1536	54403915A	08/11/2000	69120	232			53.20
LZY3368	54480650A	11/11/2000	51690	165			957.69
LZZ2284	54409573A	24/10/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAA5452	54361587A	13/11/2000	73660	252	*	VI	85.12
MAA5677	54409424A	19/10/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAB3876	54409622A	25/10/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAC5455	54409379A	18/10/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAD2842	54409678A	26/10/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAH4434	54409579A	24/10/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAH6476	54409426A	19/10/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAJ0301	55549834	10/11/2000	73660	252	*	VI	85.12
MAJ9513	54409553A	23/10/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAL6641	55529600	09/11/2000	66370	230	*	IX	127.69
MAM0930	54482054A	03/11/2000	55680	181	*	XIX	127.69
MAM5390	54480958A	07/11/2000	57460	187	*	I	85.12
MAO0840	54409750A	31/10/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAO8645	54409236A	09/10/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAP7382	54409492A	20/10/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAS1400	54409433A	19/10/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAT4236	54408626A	11/10/2000	65990	230	*	V	191.53
MAX6242	54409482A	20/10/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAX6242	54409396A	18/10/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MAZ9820	54481810A	03/11/2000	65990	230	*	V	191.53
MAZ9820	54481811A	03/11/2000	57380	186	*	II	191.53
MBG6532	54409384A	18/10/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MBH3257	54409454A	20/10/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MBJ3352	54409604A	25/10/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MBL1767	54409326A	11/10/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MDO2540	54409566A	24/10/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MMH2222	54409687A	26/10/2000	55410	181	*	XVII	53.20
MMM0129	54365939A	28/10/2000	55410	181	*	XVII	53.20

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
 FABIO CAMPOS DA SILVA  
 DIRETOR DE TRANSITO SETERB

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 57/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 57/1999**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABN4648	55438063	22/01/1999	55410	181 * XVII	53.20
ADD8763	55436329	16/01/1999	55410	181 * XVII	53.20
AFA1969	55540306	04/02/1999	73660	252 * VI	85.12
AHS7000	55438056	21/01/1999	55410	181 * XVII	53.20
AJP2330	55438086	04/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
BGR0044	55438609	26/01/1999	62700	220 * II	127.69
BGR0044	55438612	26/01/1999	52070	169	53.20
BGR0044	55438610	26/01/1999	58350	195	127.69
BMM4044	55436205	11/01/1999	55410	181 * XVII	53.20
BNV1945	55439054	02/02/1999	55090	181 * XIII	85.12
JLX4486	55540386	03/02/1999	50100	162 * I	574.61
JXD3850	55535687	06/02/1999	70300	244 * I	191.53
JXD3850	55535687	06/02/1999	58350	195	127.69
JXD3850	55535687	06/02/1999	70480	244 * II	191.53
JXZ2789	55436246	25/01/1999	55410	181 * XVII	53.20
LWR9561	55436415	18/01/1999	55410	181 * XVII	53.20
LWS3993	55436421	19/01/1999	55410	181 * XVII	53.20
LWS3993	55436308	15/01/1999	55410	181 * XVII	53.20
LWS3993	55436424	19/01/1999	55410	181 * XVII	53.20
LWV2656	55436436	19/01/1999	55410	181 * XVII	53.20
LWX1169	55436334	28/01/1999	55410	181 * XVII	53.20
LWZ3824	55436325	15/01/1999	55410	181 * XVII	53.20
LWZ4633	55438028	20/01/1999	55410	181 * XVII	53.20
LWZ9038	55409248	30/01/1999	65990	230 * V	191.53
LWZ9038	55443680	30/01/1999	69120	232	53.20
LXA4214	55438079	22/01/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXD7080	55409247	22/01/1999	50100	162 * I	574.61
LXH3199	55403138	24/01/1999	55090	181 * XIII	85.12
LXJ5634	55438021	20/01/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXN1886	55435949	22/01/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXN3901	55438067	22/01/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXN9945	55438043	21/01/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXQ3346	55539797	05/02/1999	73660	252 * VI	85.12
LXT0573	55436066	11/01/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXU4887	55436331	16/01/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXV6812	55436254	12/01/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXW3417	55540108	26/01/1999	70300	244 * I	191.53
LXW7482	55438539	01/02/1999	54520	181 * VIII	127.69
LXW7482	55438538	01/02/1999	67260	230 * XVIII	127.69
LXW7482	55438540	01/02/1999	66370	230 * IX	127.69
LXX6974	55540316	08/02/1999	65990	230 * V	191.53
LXZ5386	55436410	18/01/1999	55410	181 * XVII	53.20
LYA8551	55438758	01/02/1999	73660	252 * VI	85.12
LYB9001	55536442	12/01/1999	66370	230 * IX	127.69

LYC7173	55443673	16/01/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYC8832	55436322	15/01/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYD3143	55539794	28/01/1999	54520	181	*	VIII	127.69
LYD4741	55443721	29/12/1998	73660	252	*	VI	85.12
LYD5606	55438047	21/01/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYG2724	55436795	27/01/1999	66700	230	*	XIII	127.69
LYH3418	55536837	05/02/1999	73580	252	*	V	85.12
LYH4659	55436284	14/01/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYI6156	55437996	04/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYI6156	55438006	20/01/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYJ3315	55438040	21/01/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYJ4734	55438856	22/01/1999	73660	252	*	VI	85.12
LYJ8249	55437962	01/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYL0014	55436196	26/01/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYO4654	55438068	22/01/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYO4985	55437991	03/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYS7462	55435819	18/01/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYW1640	55403137	24/01/1999	55090	181	*	XIII	85.12
LYW8912	55540308	08/02/1999	73660	252	*	VI	85.12
LYX7227	55436214	11/01/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYX7227	55436249	25/01/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYY3721	55436076	11/01/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYZ4845	55436319	15/01/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZA4027	55436236	11/01/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZA6166	55436228	11/01/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZA7272	55435820	18/01/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZB4751	55437964	01/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZC2110	55444665	01/02/1999	51690	165			957.69
LZD0335	55540114	06/02/1999	70480	244	*	II	191.53
LZE1145	55540090	08/02/1999	57380	186	*	II	191.53
LZE1991	55438608	25/01/1999	73660	252	*	VI	85.12
LZH5522	55437959	29/01/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZM0425	55436425	19/01/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZN4868	55432537	16/01/1999	54100	181	*	IV	85.12
LZO3200	55418798	26/01/1999	54100	181	*	IV	85.12
LZO8214	55438071	22/01/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZT6502	55432539	18/01/1999	55500	181	*	XVII	85.12
LZV0313	55438864	27/01/1999	55680	181	*	XIX	127.69
LZV1595	55418799	26/01/1999	54100	181	*	IV	85.12
LZW9161	55424588	29/01/1999	54520	181	*	VIII	127.69
LZZ6262	55539800	05/02/1999	73660	252	*	VI	85.12
MAA7930	55444193	18/01/1999	61570	214	*	IV	127.69
MAA8727	55443632	03/02/1999	73660	252	*	VI	85.12
MAA8895	55540110	25/01/1999	73660	252	*	VI	85.12
MAB9232	55424583	12/01/1999	73660	252	*	VI	85.12
MAD0781	55438705	28/01/1999	69120	232			53.20
MAD0781	55438706	28/01/1999	50100	162	*	I	574.61
MAD1050	55438585	29/01/1999	57200	186	*	I	127.69
MAE7201	55535686	05/02/1999	70300	244	*	I	191.53
MAE7473	55436240	22/01/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAG6051	55433197	18/01/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAI7530	55444009	21/01/1999	69120	232			53.20
MAJ9220	55436310	15/01/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAO3469	55437221	18/01/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBK2380	55438952	22/01/1999	55680	181	*	XIX	127.69
MBK4750	55445039	02/02/1999	73660	252	*	VI	85.12
MBK5750	55438057	20/01/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBV1490	55437951	29/01/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBV1490	55437978	02/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBZ2630	55539798	05/02/1999	73660	252	*	VI	85.12
MCK6300	55540089	08/02/1999	52070	169			53.20
MDE9400	55436321	15/01/1999	55410	181	*	XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
FABIO CAMPOS DA SILVA  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 60/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 60/1999**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAH8057	55441344	19/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
AAT7263	55537515	07/03/1999	52070	169	53.20
ACD9654	55443867	18/02/1999	58510	197	85.12
ACR7538	55438920	24/02/1999	58350	195	127.69
ACW5150	55440796	03/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
ACW5150	55440757	02/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
ACW5150	55440965	08/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
ADG3594	55438875	23/02/1999	55680	181 * XIX	127.69
BGG9669	55440897	04/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
BOG6278	55441360	20/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
IDI2392	55439081	01/03/1999	55680	181 * XIX	127.69
IDM7141	55540704	06/03/1999	50100	162 * I	574.61
IGB8783	55441190	11/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
LWS6946	55445326	19/02/1999	55090	181 * XIII	85.12
LWT0504	55540439	26/02/1999	67690	230 * XXII	85.12
LWT4482	55439080	01/03/1999	55250	181 * XV	85.12
LWT4899	55439410	25/02/1999	73660	252 * VI	85.12
LWU7910	55440799	03/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
LWV4490	55536636	06/03/1999	51930	168	191.53
LWV8408	55439308	19/02/1999	54010	181 * III	127.69
LWV8408	55439312	19/02/1999	65560	230 * I	191.53
LWV8408	55439309	19/02/1999	60500	208	191.53
LWV8408	55439313	19/02/1999	63190	220 * VI	127.69
LWV8408	55439310	19/02/1999	58430	196	127.69
LWV8408	55439311	19/02/1999	58350	195	127.69
LWX7807	55438880	05/03/1999	55680	181 * XIX	127.69
LXA4214	55441235	26/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXA4214	55441163	24/02/1999	55410	181 * XVII	53.20

LXA4214	55441006	22/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXA4214	55441279	01/03/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXA4214	55441131	25/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXB5948	55440943	05/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXC8805	55445049	11/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXE2080	55440915	04/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXG4065	55432547	04/03/1999	52070	169			53.20
LXH4725	55440755	02/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXH7860	55440954	06/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXH8172	55440764	02/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXL4970	55437704	04/03/1999	55500	181	*	XVIII	85.12
LXM1771	55440980	08/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXQ5770	55440761	02/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXQ6581	55440937	05/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXR3039	55539636	26/02/1999	55680	181	*	XIX	127.69
LXS5048	55440868	04/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXS7255	55439235	11/02/1999	65990	230	*	V	191.53
LXT1001	55439065	17/02/1999	58350	195			127.69
LXU4887	55439341	26/02/1999	54520	181	*	VIII	127.69
LXU5893	55445047	11/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXV0119	55537447	03/03/1999	60680	209			127.69
LXV0119	55537446	03/03/1999	58350	195			127.69
LXV1111	55441153	08/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXW3149	55440948	05/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXW8029	55439334	25/02/1999	55680	181	*	XIX	127.69
LXX3321	55441136	17/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXY3568	55539989	01/03/1999	65990	230	*	V	191.53
LXY7791	55425995	22/02/1999	55680	181	*	XIX	127.69
LXZ6002	55540444	26/02/1999	50100	162	*	I	574.61
LYA5212	55536631	05/03/1999	58350	195			127.69
LYB1351	55441003	22/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYC4382	55440900	04/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYC8511	55440783	02/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYD2597	55439155	10/02/1999	58270	194			127.69
LYD6444	55532728	25/11/1998	50100	162	*	I	574.61
LYD6444	55532728	25/11/1998	65990	230	*	V	191.53
LYD6444	55532728	25/11/1998	69120	232			53.20
LYE1742	55440756	02/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYE5837	55440759	02/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYG6377	55536638	06/03/1999	50450	162	*	V	191.53
LYG6874	55437225	22/02/1999	57460	187	*	I	85.12
LYG8285	55438719	01/03/1999	55500	181	*	XVIII	85.12
LYI8279	55536070	03/03/1999	52070	169			53.20
LYJ9497	55439305	19/02/1999	59590	203	*	IV	191.53
LYJ9497	55439306	19/02/1999	58350	195			127.69
LYL7051	55439301	18/02/1999	54600	181	*	IX	85.12
LYL7867	55440886	04/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYP0339	55440830	03/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYS7299	55425993	20/02/1999	73400	252	*	IV	85.12
LYS7299	55425992	20/02/1999	51850	167			127.69
LYT3152	55444025	22/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYV1588	55440946	05/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYW0315	55425694	17/02/1999	55500	181	*	XVIII	85.12
LYW6694	55537440	02/03/1999	66370	230	*	IX	127.69
LYW9976	55440887	04/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYY3893	55439179	02/03/1999	73660	252	*	VI	85.12
LYZ1162	55540314	03/03/1999	63940	220	*	XIV	191.53
LYZ4928	55440976	08/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYZ6391	55440787	02/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZB2017	55438873	23/02/1999	55090	181	*	XIII	85.12
LZB9709	55440747	10/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZD0098	55425988	10/02/1999	58350	195			127.69
LZE0918	55440643	11/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20

LZF2494	55441181	11/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZF3936	55439075	25/02/1999	58350	195			127.69
LZF3936	55439074	25/02/1999	70300	244	*	I	191.53
LZG5142	55439344	01/03/1999	54520	181	*	VIII	127.69
LZG6339	55440916	04/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZJ5916	55440875	04/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZJ7239	55438910	17/02/1999	55680	181	*	XIX	127.69
LZL1699	55438810	24/02/1999	58350	195			127.69
LZM2886	55438805	27/01/1999	73660	252	*	VI	85.12
LZM8451	55440775	02/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZN3111	55440840	03/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZO1523	55441386	22/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZT1830	55440884	04/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZT2871	55439413	26/02/1999	55680	181	*	XIX	127.69
LZT6580	55440940	05/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZU7778	55528822	03/03/1999	50100	162	*	I	574.61
LZU9302	55440902	04/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZV6557	55441303	19/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZW1732	55440815	03/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZW1732	55440800	03/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZW7147	55438764	15/02/1999	51690	165			957.69
LZY9925	55445041	04/02/1999	70300	244	*	I	191.53
MAA2294	55443647	17/02/1999	54600	181	*	IX	85.12
MAB9921	55441296	22/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAC3961	55440962	06/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAH5595	55539335	02/03/1999	55250	181	*	XV	85.12
MAJ7945	55440003	26/02/1999	54600	181	*	IX	85.12
MAN6806	55440947	05/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAU4227	55440002	25/02/1999	59670	203	*	V	191.53
MAZ4039	55540441	26/02/1999	73660	252	*	VI	85.12
MBO7440	55441012	10/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBP9350	55439084	01/03/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBU3150	55445045	11/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBV9530	55540709	06/03/1999	65990	230	*	V	191.53
MDD7777	55440988	08/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MDK3460	55441057	11/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MDM0110	55440001	24/02/1999	73660	252	*	VI	85.12
MDX0480	55540445	26/02/1999	50370	162	*	III	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI

DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 61/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

## DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 61/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTES DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAH3438	55441150	17/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
AAI8221	55441391	03/03/1999	55410	181 * XVII	53.20
ABQ5705	55440010	03/03/1999	55680	181 * XIX	127.69
ACM4467	55536759	06/03/1999	50450	162 * V	191.53
ACW5150	55441007	18/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
ACW5150	55441155	24/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
AGF4030	55441299	22/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
AGI1064	55441043	10/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
AGU9808	55526838	07/03/1999	70300	244 * I	191.53
AMC8500	55441105	12/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
AMC8500	55441266	18/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
AMC8500	55441172	11/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
AMC8500	55441342	19/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
AQQ0013	55441262	18/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
BGT7478	55441238	27/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
BIB6061	55441317	19/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
BIV7540	55440846	23/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
BJA1022	55441220	17/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
BOX9949	55441420	23/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
BPJ5572	55540712	11/03/1999	65480	229	85.12
BQK7263	55441036	10/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
BYC4063	55441320	19/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
CCO4540	55441070	12/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
DVC0013	55540455	15/02/1999	65300	228	127.69
GTS6918	55441054	11/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
JYB1540	55438854	16/01/1999	54520	181 * VIII	127.69
LWR3633	55441182	11/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
LWS0048	55441022	10/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
LWS1809	55439453	04/03/1999	73660	252 * VI	85.12
LWT2083	55444015	18/02/1999	73400	252 * IV	85.12
LWU3432	55441246	18/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
LWV8373	55444023	19/02/1999	73660	252 * VI	85.12
LWW1052	55441456	23/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
LWW9052	55443735	04/03/1999	73660	252 * VI	85.12
LWX0672	55441093	12/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
LWX7840	55441114	13/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXA4037	55441440	23/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXA5885	55440021	08/03/1999	60500	208	191.53
LXB2034	55444017	19/02/1999	55250	181 * XV	85.12
LXB3106	55441365	01/03/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXB8926	55441333	19/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXC7206	55440006	01/03/1999	73150	252 * I	85.12
LXD5361	55440959	06/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXD9706	55441275	01/03/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXE0314	55441277	01/03/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXE0656	55441188	11/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXE4272	55441540	05/03/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXF8518	55438489	18/02/1999	58350	195	127.69
LXG2974	55539342	09/03/1999	58350	195	127.69
LXG3331	55441460	24/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXJ1418	55440849	23/02/1999	55410	181 * XVII	53.20

LXJ1418	55441605	27/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXK6154	55441373	22/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXK7446	55441021	10/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXM5750	55439517	04/03/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXM6635	55439212	09/02/1999	55090	181	*	XIII	85.12
LXQ2295	55441461	24/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXQ8779	55441035	10/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXR2200	55441469	24/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXR9575	55439560	10/03/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXS3966	55441244	18/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXS7581	55441300	22/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXT2359	55444020	19/02/1999	55680	181	*	XIX	127.69
LXT3517	55441245	18/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXT4021	55441621	01/03/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXT7482	55536643	12/03/1999	66370	230	*	IX	127.69
LXU0668	55437569	02/03/1999	69120	232			53.20
LXU4072	55441414	23/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXV2622	55441134	12/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXV4620	55438955	05/03/1999	58350	195			127.69
LXV9513	55540456	21/02/1999	60500	208			191.53
LXW0034	55441484	24/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXW1284	55439536	05/03/1999	59670	203	*	V	191.53
LXW1284	55439509	03/03/1999	59670	203	*	V	191.53
LXW2658	55540717	12/03/1999	65990	230	*	V	191.53
LXW4697	55441221	17/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXX9663	55440584	11/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXZ3718	55439168	20/02/1999	73660	252	*	VI	85.12
LXZ6990	55440015	05/03/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXZ8794	55432549	05/03/1999	58000	192			127.69
LYA1049	55441301	19/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYA7466	55441549	06/03/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYB2390	55444048	28/02/1999	54520	181	*	VIII	127.69
LYC1408	55441308	19/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYC3390	55424595	08/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYD6004	55441580	26/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYD6004	55441633	01/03/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYD8460	55437597	05/03/1999	65640	230	*	II	191.53
LYD8460	55437598	05/03/1999	73400	252	*	IV	85.12
LYE0477	55438926	01/03/1999	58350	195			127.69
LYE8295	55441197	11/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYF2305	55437087	22/02/1999	54600	181	*	IX	85.12
LYF5958	55441512	25/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYG2002	55437655	19/02/1999	60500	208			191.53
LYG8551	55440745	10/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYH1629	55439176	25/02/1999	59670	203	*	V	191.53
LYH1808	55441369	22/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYH7653	55441011	18/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYH8441	55413082	08/03/1999	73660	252	*	VI	85.12
LYH8607	55441094	12/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYH9557	55441119	13/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYI6156	55441132	25/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYI6156	55440997	19/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYI6156	55441443	23/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYI6156	55441252	18/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYI6156	55441009	18/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYI6156	55441242	18/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYI6156	55441055	11/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYI6156	55440861	17/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYI6156	55441349	19/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYI6156	55441158	24/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYI7699	55443524	11/03/1999	69120	232			53.20
LYI7699	55443523	11/03/1999	69800	239			191.53
LYI7699	55443521	11/03/1999	65800	230	*	IV	191.53

LYI7699	55443522	11/03/1999	58350	195		127.69
LYJ1203	55441038	10/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LYK3394	55439314	20/02/1999	57200	186	* I	127.69
LYK3805	55440588	12/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LYK7823	55441592	26/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LYP4868	55539986	23/02/1999	73660	252	* VI	85.12
LYP9223	55444043	24/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LYQ5425	55441322	19/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LYR0528	55540602	08/03/1999	61140	213	* II	127.69
LYR5979	55441204	17/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LYR5979	55441076	12/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LYT3908	55540703	06/03/1999	50100	162	* I	574.61
LYT8946	55438914	19/02/1999	53800	181	* I	85.12
LYU1982	55425700	05/03/1999	66100	230	* VII	127.69
LYU1982	55425699	05/03/1999	65560	230	* I	191.53
LYU1982	55425698	05/03/1999	65990	230	* V	191.53
LYU4472	55441446	23/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LYV5138	55438592	22/02/1999	55090	181	* XIII	85.12
LYV7639	55437505	02/03/1999	55410	181	* XVII	53.20
LYV9237	55441212	17/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LYV9881	55420824	03/03/1999	54600	181	* IX	85.12
LYW1077	55441121	13/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LYW4341	55441399	04/03/1999	55410	181	* XVII	53.20
LYW5658	55439076	01/03/1999	55410	181	* XVII	53.20
LYX4995	55440644	11/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LYX6562	55440847	23/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LYX8195	55441516	25/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LYY0094	55441425	23/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LYY1208	55441376	22/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LYY3626	55533608	09/03/1999	73660	252	* VI	85.12
LYY7180	55441644	01/03/1999	55410	181	* XVII	53.20
LYY7180	55441491	25/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LYY7250	55441149	17/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LYZ6452	55441306	19/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LYZ7651	55441600	27/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LZA2632	55441156	24/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LZA5577	55440853	17/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LZA6471	55440858	17/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LZB3017	55540330	11/03/1999	73660	252	* VI	85.12
LZB4744	55529286	28/02/1999	66370	230	* IX	127.69
LZB4744	55529286	28/02/1999	58350	195		127.69
LZB4744	55529286	28/02/1999	52070	169		53.20
LZB7581	55526475	08/03/1999	73660	252	* VI	85.12
LZB8384	55441138	17/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LZC1280	55438311	13/01/1999	55410	181	* XVII	53.20
LZC7062	55440068	09/03/1999	55090	181	* XIII	85.12
LZD1216	55441124	13/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LZE0367	55426143	18/02/1999	55680	181	* XIX	127.69
LZE1145	55441133	12/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LZE2023	55441339	19/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LZE2958	55441362	02/03/1999	55410	181	* XVII	53.20
LZF0804	55439532	05/03/1999	54520	181	* VIII	127.69
LZG5518	55441398	03/03/1999	55410	181	* XVII	53.20
LZG6339	55441375	22/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LZH5835	55441577	26/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LZH9649	55440914	04/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LZI7180	55441476	24/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LZI9432	55441005	22/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LZJ4154	55441426	23/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LZJ5430	55441107	12/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LZJ5808	55444042	24/02/1999	55410	181	* XVII	53.20
LZK0493	55440175	11/03/1999	58350	195		127.69
LZK3134	55441122	13/02/1999	55410	181	* XVII	53.20

LZK3134	55441357	20/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZK3134	55441477	24/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZK3134	55441385	22/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZK3134	55440996	19/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZL6895	55441089	12/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZM1724	55540721	12/03/1999	50370	162	*	III	574.61
LZM6659	55440018	08/03/1999	55090	181	*	XIII	85.12
LZN2692	55440823	03/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZO2658	55441379	22/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZO7589	55439093	03/03/1999	55680	181	*	XIX	127.69
LZO7589	55441201	17/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZQ9369	55441569	26/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZS2637	55540333	12/03/1999	73660	252	*	VI	85.12
LZS3656	55441575	26/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZS7812	55441081	12/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZS9023	55425697	17/02/1999	55500	181	*	XVIII	85.12
LZU3279	55444047	25/02/1999	54520	181	*	VIII	127.69
LZV4807	55439534	05/03/1999	54520	181	*	VIII	127.69
LZV6834	55439169	22/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZW1387	55441487	24/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZW3099	55527359	09/03/1999	73150	252	*	I	85.12
LZY1289	55440004	26/02/1999	55090	181	*	XIII	85.12
LZZ0723	55441278	01/03/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZZ0723	55441607	27/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZZ4979	55441174	11/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZZ6795	55539045	10/03/1999	73660	252	*	VI	85.12
MAB9112	55441257	18/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAB9150	55441013	10/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAC1099	55439184	04/03/1999	59670	203	*	V	191.53
MAC2836	55438485	17/02/1999	59910	206	*	I	191.53
MAD1596	55441139	17/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAF0590	55439302	19/02/1999	61300	214	*	II	191.53
MAH2721	55441336	19/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAJ4635	55441077	12/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAK4510	55439209	09/02/1999	55090	181	*	XIII	85.12
MAP3208	55439079	01/03/1999	55680	181	*	XIX	127.69
MAS0587	55445043	10/02/1999	55500	181	*	XVIII	85.12
MAS3866	55441472	24/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAS5130	55540446	26/02/1999	70480	244	*	II	191.53
MAV8637	55441016	10/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAX4560	55441130	25/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAY4328	55441064	12/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAY5250	55441099	12/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBA2227	55440911	04/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBA4528	55540512	08/03/1999	58190	193			574.61
MBC2279	55441542	01/03/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBC8288	55540715	11/03/1999	50530	162	*	VI	191.53
MBC8288	55540714	11/03/1999	57380	186	*	II	191.53
MBC8288	55540714	11/03/1999	51690	165			957.69
MBD1820	55444050	26/02/1999	55250	181	*	XV	85.12
MBD6719	55441622	01/03/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBK1520	55437551	01/03/1999	65800	230	*	IV	191.53
MBK8139	55440585	11/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBL6590	55441046	10/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBQ5340	55441361	02/03/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBT2770	55441247	18/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MCS7630	55439077	01/03/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MDC3950	55441090	12/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MDC8320	55439529	05/03/1999	55680	181	*	XIX	127.69
MDH8070	55444074	20/02/1999	60500	208			191.53
MDI5830	55441127	25/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MDI5830	55440848	23/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MDI5830	55441234	26/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20

MDQ5430	55531726	08/03/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MDR1820	55437603	05/03/1999	58270	194			127.69
MDY1520	55529507	24/02/1999	61810	215	*	II	127.69
MEL1703	55441585	26/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MER0320	55426343	18/02/1999	58350	195			127.69
MHT9900	55440850	23/02/1999	55410	181	*	XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIO CAMPOS DA SILVA

DIRETOR DE TRANSITO SETERB

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 68/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 68/1999**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABH0651	55443085	05/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
BGT4612	55443160	22/04/1999	55090	181 * XIII	85.12
BP593	55536576	22/04/1999	70300	244 * I	191.53
BP593	55536575	22/04/1999	50100	162 * I	574.61
BP593	55536576	22/04/1999	69120	232	53.20
BP593	55536575	22/04/1999	67260	230 * XVIII	127.69
BP593	55536576	22/04/1999	70560	244 * III	191.53
BP593	55536575	22/04/1999	65800	230 * IV	191.53
CCS3712	55443308	12/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
IEK8005	55443334	12/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
LWS7340	55443126	06/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
LWS9699	55536596	28/04/1999	65990	230 * V	191.53
LWT7803	55442569	07/04/1999	66020	230 * VI	191.53
LWX8452	55443106	17/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
LWY5687	55442787	20/04/1999	51850	167	127.69
LWZ2484	55443061	31/03/1999	55410	181 * XVII	53.20
LWZ3824	55438639	20/04/1999	73660	252 * VI	85.12
LWZ9887	55443307	08/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXA4214	55443352	13/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXA4214	55443299	13/04/1999	55410	181 * XVII	53.20

LXA4214	55443331	12/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXA4214	55443128	06/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXA4214	55443129	06/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXA4214	55443134	07/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXA4214	55443256	07/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXA4214	55443385	15/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXB4417	55442806	19/04/1999	55680	181	*	XIX	127.69
LXB6271	55444685	19/04/1999	50100	162	*	I	574.61
LXB9267	55540926	26/04/1999	73660	252	*	VI	85.12
LXC8788	55537000	22/04/1999	61300	214	*	II	191.53
LXD3595	55539645	20/04/1999	73660	252	*	VI	85.12
LXF0787	55442641	16/04/1999	65800	230	*	IV	191.53
LXF7129	55443047	09/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXF8610	55410608	26/04/1999	58350	195			127.69
LXF9595	55527711	17/04/1999	65990	230	*	V	191.53
LXH0246	55442395	24/03/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXJ1433	55415381	16/04/1999	55680	181	*	XIX	127.69
LXJ8318	55537107	29/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXL3656	55536597	30/04/1999	70300	244	*	I	191.53
LXL3656	55536597	30/04/1999	65990	230	*	V	191.53
LXM3204	55540598	23/04/1999	65640	230	*	II	191.53
LXP1912	55443149	07/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXQ5770	55443040	09/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXR0954	55437700	19/04/1999	73660	252	*	VI	85.12
LXR2200	55443324	12/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXR2452	55442875	20/04/1999	55090	181	*	XIII	85.12
LXR8028	55541083	23/04/1999	51850	167			127.69
LXS1185	55443384	15/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXS7289	55442674	22/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXS8467	55541068	09/04/1999	65990	230	*	V	191.53
LXT0337	55535628	13/04/1999	52070	169			53.20
LXZ3718	55443325	12/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXZ5572	55443042	09/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYF0955	55443082	05/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYF6506	55443329	12/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYG5025	55444095	17/04/1999	53200	176	*	V	957.69
LYH6286	55543401	30/04/1999	69120	232			53.20
LYH6286	55543401	30/04/1999	65990	230	*	V	191.53
LYI1726	55443154	19/04/1999	55090	181	*	XIII	85.12
LYJ4826	55540121	17/04/1999	70300	244	*	I	191.53
LYK3234	55443330	12/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYL8287	55443001	08/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYL9551	55542953	27/04/1999	58350	195			127.69
LYL9551	55542953	27/04/1999	70480	244	*	II	191.53
LYP2152	55537475	15/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYR7075	55540118	25/03/1999	57200	186	*	I	127.69
LYT0527	55443170	23/04/1999	65800	230	*	IV	191.53
LYV8260	55439936	19/04/1999	73660	252	*	VI	85.12
LYZ2357	55543254	26/04/1999	58430	196			127.69
LYZ5632	55443030	09/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZB4620	55439293	22/04/1999	55500	181	*	XVIII	85.12
LZC1000	55442066	16/03/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZD2600	55437746	22/04/1999	73660	252	*	VI	85.12
LZD4944	55443184	26/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZE1014	55442627	14/04/1999	73400	252	*	IV	85.12
LZF4373	55437532	22/04/1999	54600	181	*	IX	85.12
LZG0183	55528420	30/04/1999	51690	165			957.69
LZG0183	55528420	30/04/1999	58350	195			127.69
LZG3242	55443011	08/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZL2998	55437747	23/04/1999	54520	181	*	VIII	127.69
LZM6772	55539641	10/04/1999	60500	208			191.53
LZO5080	55536595	27/04/1999	52070	169			53.20
LZO5080	55536595	27/04/1999	58350	195			127.69

LZT8563	55443548	14/04/1999	73070	251	*	II	85.12
LZU0494	55443048	19/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZU2283	55542825	15/04/1999	73660	252	*	VI	85.12
LZV0399	55542766	19/04/1999	73660	252	*	VI	85.12
LZX4272	55542833	30/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZZ3763	55537467	24/03/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAA0802	55535530	21/04/1999	73660	252	*	VI	85.12
MAA4015	55535533	23/04/1999	50450	162	*	V	191.53
MAA5754	55443027	09/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAD5589	55443014	08/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAH2103	55443004	08/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAH3170	55543202	29/04/1999	73660	252	*	VI	85.12
MAJ4635	55535536	26/04/1999	67000	230	*	XVI	127.69
MAK9602	55443171	23/04/1999	73580	252	*	V	85.12
MAM5800	55542724	28/04/1999	61300	214	*	II	191.53
MAM6920	55436658	09/04/1999	55090	181	*	XIII	85.12
MAO3318	55442588	14/04/1999	54520	181	*	VIII	127.69
MBA3700	55437698	19/04/1999	73660	252	*	VI	85.12
MBC2279	55443311	12/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBC3770	55443382	15/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBP7777	55437742	10/04/1999	51850	167			127.69
MCX9360	55443252	07/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MDB7410	55442809	15/04/1999	57460	187	*	I	85.12
MDE4150	55442756	15/04/1999	55680	181	*	XIX	127.69
MDJ2890	55438627	14/04/1999	59910	206	*	I	191.53
MDS2350	55442778	17/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MEL1703	55443255	07/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MEL6886	55530895	13/04/1999	61300	214	*	II	191.53
MHH7000	55442666	16/04/1999	73660	252	*	VI	85.12
MIS3535	55535548	29/04/1999	73660	252	*	VI	85.12
MJC2086	55443290	13/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIO CAMPOS DA SILVA

DIRETOR DE TRANSITO SETERB

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 70/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 70/1999**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

## INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAE9730	55544351	23/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
AAH1694	55544304	24/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
AEU2205	55439742	28/04/1999	61220	214 * I	191.53
AHO4541	55544205	05/05/1999	58350	195	127.69
BAE4151	55544552	26/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
BEB4050	55544428	28/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
BJL8681	55405728	06/05/1999	64400	224	53.20
BLU1941	55439121	06/05/1999	73660	252 * VI	85.12
BMB4287	55544341	26/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
ICJ1294	55543702	07/05/1999	72340	250 * I * a	85.12
LWR5117	55437234	19/04/1999	55680	181 * XIX	127.69
LWS1163	55544559	06/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
LWS2101	55544594	27/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
LWT6339	55544554	26/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
LWU9898	55540492	02/05/1999	60170	206 * III	191.53
LWW2826	55440264	07/05/1999	65990	230 * V	191.53
LWW2826	55440128	07/05/1999	69120	232	53.20
LWW2826	55440265	07/05/1999	50100	162 * I	574.61
LWW7956	55405715	04/05/1999	55680	181 * XIX	127.69
LWY8586	55443300	13/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
LWZ9887	55545072	22/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXA4214	55544319	05/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXB9840	55544303	24/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXC5568	55545046	19/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXC8776	55544337	26/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXC8776	55545075	22/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXF8250	55442959	29/03/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXI6012	54972618	09/05/1999	51690	165	957.69
LXI9736	55544400	24/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXL1039	55443410	07/05/1999	73660	252 * VI	85.12
LXM5426	55543477	17/05/1999	73660	252 * VI	85.12
LXQ1531	55442813	04/05/1999	55090	181 * XIII	85.12
LXS1266	55544316	05/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXU6424	55544582	27/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXW7418	55545088	22/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXX2518	55439878	29/03/1999	57540	LEI 9608/98	127.69
LXX4584	55544575	27/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXX8119	55443981	08/05/1999	53200	176 * V	957.69
LXY3108	55439131	14/05/1999	73660	252 * VI	85.12
LXZ3402	54980237	06/05/1999	73660	252 * VI	85.12
LYA5937	55544426	28/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
LYC1597	55543151	24/04/1999	73660	252 * VI	85.12
LYF5071	55544408	22/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
LYI6156	55544435	28/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
LYI6156	55544501	06/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
LYN4363	55410635	07/05/1999	73660	252 * VI	85.12
LYP8556	55544350	26/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
LYS1764	55543272	14/05/1999	63940	220 * XIV	191.53
LYV2028	55543559	13/05/1999	65990	230 * V	191.53
LYV2028	55543560	13/05/1999	70480	244 * II	191.53
LYW4807	55439586	23/03/1999	70480	244 * II	191.53
LYW4807	55412263	03/05/1999	73400	252 * IV	85.12
LYW4807	55439587	23/03/1999	58350	195	127.69
LYX9894	55544320	05/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
LYY6835	55442716	29/04/1999	73660	252 * VI	85.12
LYY7659	55443188	29/04/1999	52070	169	53.20
LZA3848	55544315	05/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
LZB5193	55439546	08/03/1999	55680	181 * XIX	127.69

LZB7938	55544328	26/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZD1589	55438655	28/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZD8117	55438788	06/05/1999	73660	252	*	VI	85.12
LZE3566	55540528	07/05/1999	62030	217			85.12
LZE5764	55439299	07/05/1999	70480	244	*	II	191.53
LZG2940	55442366	24/03/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZG9640	55405737	07/05/1999	54520	181	*	VIII	127.69
LZH9099	55544370	23/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZL1200	55544412	07/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZN0721	55529296	03/05/1999	70300	244	*	I	191.53
LZN3168	55442962	29/03/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZO2161	55544654	14/05/1999	65990	230	*	V	191.53
LZO9641	55545097	22/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZR1554	55443091	05/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZS4714	55545048	03/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZT0578	55439117	02/05/1999	57380	186	*	II	191.53
LZV2737	55440258	29/04/1999	51690	165			957.69
LZV5885	55443293	13/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZV9504	55545064	22/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZZ0723	55544313	05/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZZ2929	55443411	07/05/1999	73660	252	*	VI	85.12
MAA8846	55410629	06/05/1999	58350	195			127.69
MAA8846	55410630	06/05/1999	57540	LEI	9608/98		127.69
MAC6936	55544563	27/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAF8550	55442552	06/04/1999	70480	244	*	II	191.53
MAF9670	55544965	16/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAH0865	55543503	17/05/1999	61490	214	*	III	191.53
MAH3258	55544347	26/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAH6753	55544312	05/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAJ8288	55544557	26/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAO8518	55537081	10/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAX3159	55442285	23/03/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAX4560	55443060	31/03/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAX6569	55443408	06/05/1999	73660	252	*	VI	85.12
MBA3427	55544301	24/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBB1990	55544596	06/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBC6429	55544310	24/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBG3730	55438787	01/05/1999	70720	244	*	V	191.53
MBT1880	55443351	13/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBV2930	55531155	07/05/1999	55250	181	*	XV	85.12
MBY7580	55402720	03/05/1999	55090	181	*	XIII	85.12
MCW6570	55545053	04/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MCW9090	55439759	14/05/1999	73660	252	*	VI	85.12
MEL1703	55544431	28/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MEL8900	55544251	07/05/1999	61220	214	*	I	191.53
MFT0200	55439959	05/05/1999	55680	181	*	XIX	127.69
MJZ6000	55439758	14/05/1999	73660	252	*	VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI

DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 72/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 72/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGW9718	55544903	17/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
ALI0104	55415396	25/05/1999	73660	252 * VI	85.12
KCO8478	55544848	05/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
LWS5206	55544921	06/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
LWT5040	55544217	19/05/1999	58350	195	127.69
LWZ9377	55442628	14/04/1999	66020	230 * VI	191.53
LXD9706	55544865	07/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXG7559	55544871	07/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXI3932	55544843	05/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXK0237	55544685	19/05/1999	62380	218 * II * a	127.69
LXN4052	55415175	13/05/1999	58350	195	127.69
LXP8487	55544935	19/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXS5919	55539156	23/05/1999	51690	165	957.69
LXW4987	55544907	06/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXZ3718	55544881	07/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
LYH1625	55542975	21/05/1999	72340	250 * I * a	85.12
LYH7918	55439135	18/05/1999	57200	186 * I	127.69
LYI6156	55544699	20/05/1999	73580	252 * V	85.12
LYJ7929	55544937	19/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
LYL0014	55544904	17/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
LYL5169	55544390	23/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
LYR6915	55544731	03/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
LYR8889	55444383	17/05/1999	55500	181 * XVIII	85.12
LYW5217	55424729	22/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
LYW5217	55544399	24/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
LYW5217	55544570	27/04/1999	55410	181 * XVII	53.20
LYY8299	54980241	17/05/1999	55500	181 * XVIII	85.12
LYZ1472	55544946	10/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
LZA6722	55443982	15/05/1999	65990	230 * V	191.53
LZI3651	55442889	13/05/1999	73660	252 * VI	85.12
LZU2243	55542738	25/05/1999	54520	181 * VIII	127.69
LZV6312	55544797	04/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
MAB9150	55436750	24/05/1999	55500	181 * XVIII	85.12
MAE3322	55533488	20/05/1999	66370	230 * IX	127.69
MAE3322	55533487	20/05/1999	65990	230 * V	191.53
MAI1786	55440811	03/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
MAI8680	55534407	22/05/1999	58350	195	127.69
MAI8680	55534407	22/05/1999	70480	244 * II	191.53
MAM2272	55533500	27/05/1999	51850	167	127.69
MAP1522	55544674	18/05/1999	72340	250 * I * a	85.12
MBC2279	55544870	07/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
MBL5060	55545451	24/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
MBP2720	55544941	10/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
MEA4720	55425568	20/05/1999	55680	181 * XIX	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
 RODRIGO EMANUEL MARCHETTI  
 DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 73/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 73/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAQ7902	55543952	29/05/1999	57200	186 * I	127.69
ABN4648	55545684	13/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
ABN4648	55545654	12/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
ABR5861	55543498	26/05/1999	63940	220 * XIV	191.53
ABS6148	55543761	18/05/1999	59590	203 * IV	191.53
ACW5150	55544860	18/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
ADI4542	55543154	27/05/1999	54520	181 * VIII	127.69
AFZ4872	55536594	27/04/1999	58350	195	127.69
AFZ4872	55536594	27/04/1999	65990	230 * V	191.53
AFZ4872	55536594	27/04/1999	52070	169	53.20
AGI1064	55879925	21/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
AOG1902	55879851	14/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
ASY1010	55533946	10/06/1999	51850	167	127.69
AVW9191	55545403	10/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
BFN4357	55879823	18/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
BLC8037	55544906	06/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
BNO5140	55543902	20/05/1999	60500	208	191.53
CBM1137	55879870	19/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
GPD4771	55543601	24/05/1999	51850	167	127.69
IAV3983	55542742	24/05/1999	50100	162 * I	574.61
IAV3983	55543602	24/05/1999	65990	230 * V	191.53
IAV3983	55543603	24/05/1999	70050	241	53.20
IHN7458	55879954	07/06/1999	73660	252 * VI	85.12
KFI2239	55879839	18/05/1999	55410	181 * XVII	53.20
KTN5894	55438844	17/05/1999	58350	195	127.69
LWR1479	55541110	28/05/1999	72420	250 * I * b	85.12

LWR5508	55879838	18/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LWS0780	55879808	18/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LWS3930	55545689	13/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LWT0951	55543954	31/05/1999	73660	252	*	VI	85.12
LWT2069	55879866	31/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LWU1970	55425564	17/05/1999	55090	181	*	XIII	85.12
LWU5100	55879900	19/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LWV4189	55543508	21/05/1999	51850	167			127.69
LWV9268	55879800	17/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LWX0672	55545587	11/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LWY2796	55879895	19/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LWY3534	55545417	25/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LWY3534	55545418	25/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LWY3829	55544692	19/05/1999	58510	197			85.12
LWY6272	54972623	23/05/1999	50450	162	*	V	191.53
LWY6272	54972624	23/05/1999	65990	230	*	V	191.53
LWZ8814	55545508	24/05/1999	60250	206	*	IV	191.53
LXA4214	55879845	18/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXA4214	55545685	13/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXA4214	55879799	17/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXA4214	55545421	25/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXA4214	55879899	19/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXA4214	55879933	21/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXA4584	55544806	14/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXA4680	55543955	04/06/1999	59080	202	*	I	127.69
LXB4481	55425457	22/05/1999	60500	208			191.53
LXB4481	55438748	22/05/1999	69120	232			53.20
LXB4481	55438747	22/05/1999	50100	162	*	I	574.61
LXC2582	55879772	17/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXD2089	55531018	08/05/1999	66370	230	*	IX	127.69
LXD2089	55531018	08/05/1999	69120	232			53.20
LXD2089	55531018	08/05/1999	50100	162	*	I	574.61
LXE0947	55879853	14/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXE3285	55437437	31/05/1999	65990	230	*	V	191.53
LXE7528	55543770	31/05/1999	66370	230	*	IX	127.69
LXE7528	55543770	31/05/1999	50100	162	*	I	574.61
LXE8426	55879795	17/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXE9970	55545553	21/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXF0471	55426192	26/05/1999	50100	162	*	I	574.61
LXF0471	55426193	26/05/1999	65990	230	*	V	191.53
LXG5329	55544005	26/05/1999	72340	250	*	I * a	85.12
LXG9901	55545220	21/05/1999	73070	251	*	II	85.12
LXH2140	55545513	25/05/1999	50100	162	*	I	574.61
LXH2140	55545514	25/05/1999	65990	230	*	V	191.53
LXI2036	55440278	23/05/1999	51690	165			957.69
LXI2509	55543910	31/05/1999	73660	252	*	VI	85.12
LXJ1418	55544318	05/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXJ6300	55545552	21/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXJ7961	55543165	31/05/1999	73660	252	*	VI	85.12
LXL3500	55543803	15/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXL5091	55879929	21/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXL9820	55545105	21/05/1999	52070	169			53.20
LXM0888	55545673	13/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXN6233	55545435	14/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXO7185	55879897	19/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXP1484	55531748	05/06/1999	64080	221			85.12
LXP5687	55879762	27/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXP9316	55545386	12/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXQ6581	55545425	14/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXQ6581	55880477	20/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXQ8719	55545462	02/06/1999	65990	230	*	V	191.53
LXR2200	55545442	14/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXR2635	55879934	21/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20

LXS0529	55545400	12/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXS4243	55545675	13/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXT1495	55543609	28/05/1999	69120	232			53.20
LXT1495	55543609	28/05/1999	72690	250	*	I * d	85.12
LXV4591	55879859	24/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXW1232	55543772	08/06/1999	55680	181	*	XIX	127.69
LXW2261	55879819	18/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXW3909	55425463	24/05/1999	66370	230	*	IX	127.69
LXW3909	55425461	24/05/1999	50100	162	*	I	574.61
LXX2391	55879833	18/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXX7223	55537482	02/06/1999	55500	181	*	XVIII	85.12
LXX7724	55544953	16/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXX8897	55879886	19/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXY3030	55544406	22/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LXY5896	55442830	02/06/1999	55680	181	*	XIX	127.69
LYA0133	55879790	17/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYA1107	55879757	26/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYC3941	55545670	13/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYC4711	55879889	19/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYC8347	55425567	19/05/1999	55680	181	*	XIX	127.69
LYC8395	55425581	29/05/1999	65800	230	*	IV	191.53
LYC8921	55545463	02/06/1999	65990	230	*	V	191.53
LYD2451	55438848	18/05/1999	54520	181	*	VIII	127.69
LYD2598	55542836	06/06/1999	59240	203	*	I	191.53
LYD6891	55526746	25/05/1999	73660	252	*	VI	85.12
LYE1772	55544477	21/05/1999	59670	203	*	V	191.53
LYF3958	55545399	12/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYF3958	55545582	11/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYF3958	55879807	18/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYF5071	55545657	12/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYF8880	55545227	26/05/1999	73660	252	*	VI	85.12
LYG4240	55545520	26/05/1999	55680	181	*	XIX	127.69
LYG9111	55545218	21/05/1999	73070	251	*	II	85.12
LYG9127	55530573	28/04/1999	67690	230	*	XXII	85.12
LYG9927	55545598	11/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYG9927	55545653	12/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYG9927	55545409	13/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYH0064	55529856	04/06/1999	51690	165			957.69
LYH0064	55529858	04/06/1999	70300	244	*	I	191.53
LYH5023	55879801	17/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYH5023	55545439	14/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYI0135	55544919	06/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYI6156	55879921	21/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYI6156	55879902	19/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYI6793	55879761	27/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYI7971	55542743	02/06/1999	73580	252	*	V	85.12
LYI8669	55444689	28/05/1999	65800	230	*	IV	191.53
LYI8669	55444690	28/05/1999	50450	162	*	V	191.53
LYI9800	55544864	18/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYJ2185	55544489	28/05/1999	59670	203	*	V	191.53
LYK2164	55439044	26/05/1999	73580	252	*	V	85.12
LYK2783	55545366	12/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYK5752	55438849	18/05/1999	58350	195			127.69
LYK6866	55545362	11/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYK6866	55545590	11/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYK6866	55545573	11/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYK6990	55545510	24/05/1999	55500	181	*	XVIII	85.12
LYK7315	55545546	03/06/1999	59910	206	*	I	191.53
LYL0705	55410628	06/05/1999	58350	195			127.69
LYL8093	55544867	07/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYL8242	55412300	15/05/1999	65800	230	*	IV	191.53
LYM3324	55537481	02/06/1999	55500	181	*	XVIII	85.12
LYN3517	55544257	24/05/1999	61220	214	*	I	191.53

LYN5971	55545428	14/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYN8766	55415395	21/05/1999	55250	181	*	XV	85.12
LYP7156	55544781	04/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYQ9429	55420828	22/05/1999	55500	181	*	XVIII	85.12
LYR1277	55440138	22/05/1999	51690	165			957.69
LYR4929	55533496	26/05/1999	65990	230	*	V	191.53
LYR6915	55543767	26/05/1999	55250	181	*	XV	85.12
LYS3272	55879771	17/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYT1254	55880504	22/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYU0502	55544626	02/06/1999	57460	187	*	I	85.12
LYV4079	55544475	20/05/1999	59670	203	*	V	191.53
LYX0669	55545671	13/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYX0669	55879885	19/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYX8308	55544873	07/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYY6317	55545677	13/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYY7180	55544868	07/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYY7642	55879551	01/06/1999	50100	162	*	I	574.61
LYY7642	55879552	01/06/1999	65990	230	*	V	191.53
LYY8989	55879865	31/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LYY9787	55540892	27/05/1999	51850	167			127.69
LYZ2728	55545692	13/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZA1035	55438749	24/05/1999	69120	232			53.20
LZA2207	55545268	08/06/1999	73660	252	*	VI	85.12
LZA6166	55545365	12/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZB3307	55442389	24/03/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZC1826	55544879	07/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZC3826	55437694	11/04/1999	54790	181	*	X	85.12
LZD7200	55543604	28/05/1999	65990	230	*	V	191.53
LZH4381	55545415	25/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZH6572	55544101	31/05/1999	73660	252	*	VI	85.12
LZH9770	55544495	07/06/1999	59670	203	*	V	191.53
LZI6423	55545427	14/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZJ7310	55544454	17/05/1999	61220	214	*	I	191.53
LZK3082	55541113	04/06/1999	59910	206	*	I	191.53
LZM8451	55879458	02/06/1999	65990	230	*	V	191.53
LZN4353	55526744	20/05/1999	73660	252	*	VI	85.12
LZN8889	55443987	23/05/1999	50100	162	*	I	574.61
LZO7572	55545554	21/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZP0736	55879701	29/05/1999	50100	162	*	I	574.61
LZP3401	55439773	24/05/1999	73660	252	*	VI	85.12
LZQ4781	55545370	12/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZR3465	55879774	17/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZR3465	55879813	18/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZR8636	55439142	19/05/1999	57540	LEI 9608/98			127.69
LZU1733	55540290	30/05/1999	73660	252	*	VI	85.12
LZU4105	55543612	11/06/1999	55680	181	*	XIX	127.69
LZU6559	55880456	01/06/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZU6559	55879940	21/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZU9081	55545521	26/05/1999	55090	181	*	XIII	85.12
LZV0399	55545430	14/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZV2954	55545522	26/05/1999	55090	181	*	XIII	85.12
LZW5154	55879861	28/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LZW9358	55545255	24/05/1999	57460	187	*	I	85.12
LZX3580	55542834	01/06/1999	65990	230	*	V	191.53
LZY1521	55533349	08/05/1999	52070	169			53.20
LZY1521	55533349	08/05/1999	65990	230	*	V	191.53
LZY1521	55533350	08/05/1999	69120	232			53.20
LZY1737	55540894	27/05/1999	51850	167			127.69
LZZ0723	55880454	01/06/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAA0007	55543606	28/05/1999	55500	181	*	XVIII	85.12
MAA2543	55439144	20/05/1999	57200	186	*	I	127.69
MAB3629	55544854	05/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAB7706	55545437	14/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20

MAB8980	55545388	12/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAC1775	55443431	31/05/1999	61220	214	*	I	191.53
MAC4145	55438746	21/05/1999	55500	181	*	XVIII	85.12
MAC9905	55544915	06/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAD0551	55879878	19/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAE0979	55545394	12/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAE2008	55879881	19/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAF2523	55542749	14/06/1999	66020	230	*	VI	191.53
MAF3964	55544640	04/06/1999	57460	187	*	I	85.12
MAF5370	55544152	04/06/1999	73660	252	*	VI	85.12
MAG0529	55879860	27/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAG2238	55545524	27/05/1999	54520	181	*	VIII	127.69
MAG9833	55879850	11/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAG9833	55545391	12/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAH0304	55442505	09/04/1999	55500	181	*	XVIII	85.12
MAH4882	55544613	31/05/1999	50530	162	*	VI	191.53
MAH6753	55545558	22/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAJ4282	55545107	24/05/1999	61220	214	*	I	191.53
MAM1000	55529299	15/05/1999	54870	181	*	XI	127.69
MAN6690	55425571	21/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MAO3920	55425648	17/04/1999	52820	176	*	I	957.69
MAO3920	55425649	17/04/1999	53200	176	*	V	957.69
MAO3961	55545219	21/05/1999	73070	251	*	II	85.12
MAO8370	55545501	21/05/1999	55500	181	*	XVIII	85.12
MAP5060	55442727	27/05/1999	73660	252	*	VI	85.12
MAQ9320	54965794	31/05/1999	66370	230	*	IX	127.69
MAU8007	55541092	08/06/1999	73660	252	*	VI	85.12
MAV0380	55425465	28/05/1999	54600	181	*	IX	85.12
MAW7040	55544689	19/05/1999	64400	224			53.20
MAZ6790	55541091	08/06/1999	66020	230	*	VI	191.53
MBA3427	55442088	16/03/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBA3427	55879806	18/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBA3427	55545591	11/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBB3258	55543158	28/05/1999	51850	167			127.69
MBF2600	55545683	13/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBG0920	55879758	26/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBG0920	55545368	12/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBH1030	55439966	26/05/1999	73660	252	*	VI	85.12
MBI8300	55535631	22/05/1999	73580	252	*	V	85.12
MBI8499	55531747	05/06/1999	58350	195			127.69
MBI8499	55531747	05/06/1999	50100	162	*	I	574.61
MBK1610	55545652	12/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBL6410	55544258	24/05/1999	73660	252	*	VI	85.12
MBY2720	55545405	07/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MBZ7750	55542978	21/05/1999	72340	250	*	I * a	85.12
MCA2170	55545369	12/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MCC7260	55879784	17/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MCI0750	55879926	21/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MCI7310	55425563	17/05/1999	65990	230	*	V	191.53
MCO3130	55442726	27/05/1999	58430	196			127.69
MDM0150	55880498	22/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MDQ4100	55545230	28/05/1999	61220	214	*	I	191.53
MDW8870	55442894	17/05/1999	57460	187	*	I	85.12
MDZ0530	55879810	18/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MEL4900	55879775	17/05/1999	55410	181	*	XVII	53.20
MFT0200	55544678	18/05/1999	72340	250	*	I * a	85.12
MI911	55527715	01/06/1999	65800	230	*	IV	191.53
MJS0009	55541111	31/05/1999	73660	252	*	VI	85.12
MMM8877	55542735	20/05/1999	72340	250	*	I * a	85.12
VN8084	55541159	10/06/1999	50100	162	*	I	574.61

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
FABIO CAMPOS DA SILVA  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

---

### **CÂMARA MUNICIPAL**

---

#### **LEI COMPLEMENTAR Nº 952, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 952, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

ALTERA AS REDAÇÕES DE DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 793, DE 19 DE ABRIL DE 2011.

NAPOLÉÃO BERNARDES NETO, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei complementar:

Art. 1º Ao artigo 31, da Lei Complementar nº 793, de 19 de abril de 2011, que "Dispõe sobre a política de preservação de bens considerados como patrimônio cultural do município de Blumenau e dá outras providências", fica acrescentado o parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 31. ....

Parágrafo único. O bem tombado que receber parecer do órgão municipal competente, atestando risco iminente à segurança e bem estar públicos, em situação irreversível para efeito de restauração, deverá ser demolido imediatamente."

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA

Presidente da Câmara

**Bom Retiro****PREFEITURA****1001.12.14 - P. LIC. TRAT. SAUDE NEIVA R. D. MORETTI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1001/14 de 05.12.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde nos dias 04 e 05 de dezembro de 2014, a funcionária Neiva Regina Deinani Moretti, Ocupante do cargo de Contadora - Nível 09, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
05 de dezembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**Braço do Trombudo****PREFEITURA****LEI 0817/2014**

LEI Nº 0817/2014.

Dispõe sobre a regulamentação da concessão de Benefícios Eventuais em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, no âmbito da Política Municipal de Assistência Social.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, art. 22, parágrafos 1º e 2º, consolidados pela Lei Federal nº 12.435, de 2011.

Art. 2º Benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

I - o benefício eventual deve integrar à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social;

II - o Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual;

III - é proibida à exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza;

IV - terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

Parágrafo único. Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante estudo social e/ou parecer, elaborado por Assistente Social, que compõe as equipes de referência dos equipamentos sociais - CRAS e CREAS - e/ou Assistente Social de referência, vinculado ao órgão gestor de Assistência Social, responsável pela concessão dos benefícios eventuais.

Art. 3º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Art. 4º O critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo, e será concedido conforme parágrafo único do art. 2º desta lei.

§ 1º Nos casos em que as famílias não se enquadrarem nos critérios do Art. 4º o trabalhador do Sistema Único da Assistência Social - SUAS - responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais, vinculado ao órgão gestor, poderá conceder o benefício mediante justificativa.

§ 2º Os benefícios de transferência de renda não serão contabilizados para a concessão de benefício eventual.

Art. 5º São formas de benefícios eventuais:

I - auxílio natalidade;  
II - auxílio funeral;  
III - outros benefícios eventuais instituídos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, que visam atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária e situações de calamidade pública, os quais deverão estar de acordo com o art. 8º e 9º da presente Lei.

Art. 6º O auxílio natalidade atenderá, aos seguintes aspectos:

I - necessidades recém nascido;  
II- apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido e será através do auxílio funeral, conforme art. 7º.  
III- apoio à família no caso de morte da mãe.

§ 1º São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

I - se o benefício for solicitado antes do nascimento o responsável poderá apresentar declaração médica comprovando o tempo gestacional;  
II - se for após o nascimento o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;  
III - comprovante de residência;  
IV - comprovante de renda de todos os membros familiares;  
V - documentos pessoais (CPF e RG).

§ 2º O benefício pode ser solicitado a partir do 7º mês de gestação até o 30º dia após o nascimento.

Parágrafo único. O valor conferido ao auxílio natalidade será de um salário mínimo.

Art. 7º O auxílio funeral atenderá:

I - a despesas de urna funerária, velório e sepultamento;  
II - a necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros; e  
III - a ressarcimento, no caso de ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário.

§ 1º São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I - atestado de óbito;  
II - comprovante de residência;  
III - comprovante de renda de todos os membros familiares;  
IV - documentos pessoais (CPF e RG).

§ 2º O auxílio funeral será concedido até 30 (trinta) dias após o óbito.

§ 3º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de Alta Complexidade o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral.

§ 4º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua a Secretaria de Assistência Social será responsável pela concessão do benefício uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

§ 5º O valor conferido ao auxílio funeral será de um salário mínimo.

Art. 8º A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;  
II - perdas: privação de bens e de segurança material; e  
III - danos: agravos sociais e ofensa.

Art. 9º Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I- da falta de:

a) acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;

b) documentação; e

c) domicílio;

II - da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

III - da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV - de desastres e de calamidade pública; e

V - de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

§ 1º São documentos essenciais para o auxílio em situações de vulnerabilidade temporária:

I - comprovante de residência;  
II - comprovante de renda de todos os membros familiares;  
III - documentos pessoais (CPF e RG).

§ 2º O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária será concedido de forma imediata ou conforme determinado juntamente com a família, a partir do estudo social realizado.

Art. 10. O valor conferido ou bens materiais concedidos em situações de vulnerabilidade temporária será definido a partir da realização do estudo social.

Art. 11. Para atendimento de vítimas de calamidade pública, poderá ser criado benefício eventual de modo a assegurar-lhes a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia, nos termos do § 2º do art. 22 da Lei 8.742, de 1993.

§ 1º Entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

§ 2º São documentos essenciais para o auxílio em situações de calamidade pública:

I - comprovante de residência;  
II - comprovante de renda de todos os membros familiares;  
III - documentos pessoais (CPF e RG).

§ 3º O auxílio em situação de calamidades pública será concedido de forma imediata ou conforme determinado juntamente com a família, a partir do estudo social realizado.

§ 4º O valor conferido ou bens materiais concedidos em situações de calamidade pública será definido a partir da realização do estudo social.

Art. 12. Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II - a realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais; e

III - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 13 Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social estabelecer critérios e prazos para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social.

Art. 14. Afirmar que não são provisões da política de assistência social os itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso.

Art. 15. As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Art. 16. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Braço do Trombudo, 04 de dezembro de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

## Brusque

### PREFEITURA

#### **PORTARIA Nº 2019/2014, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 2019/2014, de 15 de setembro de 2014.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 14/2014 - referente ao Processo Administrativo de Exoneração nº 01/2014 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

#### RESOLVE

Considerando, os prazos concedido para ampla defesa e contraditório;

Considerando, a grande demanda de trabalho por parte presidente da Comissão Processante;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 ( sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor da servidora Ana Maria Beuting, ocupante do cargo em Agente Administrativa, nomeado pela portaria nº 8115/2012, para apurar os fatos constantes do Denuncia/memorando 010/2013, encaminhado pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em estágio Probatório e Despacho datado 03 de dezembro de 2013 - encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, sendo que em tese enquadra-se no dispositivo legal previsto no art. 13, alínea "b" do Decreto 6.287/2010, Decreto 6617/2011 e Decreto 7266/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de setembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

#### **PORTARIA Nº 2459/2014, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 2459/2014, de 14 de novembro de 2014.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 14/2014 - referente ao Processo Administrativo de Exoneração nº 01/2014 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

#### RESOLVE

Considerando, afastamento de um dos membros da Comissão Processante;

Considerando, a grande demanda de trabalho por parte presidente da Comissão Processante;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 ( sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor da servidora Ana Maria Beuting, ocupante do cargo em Agente Administrativa, nomeado pela portaria nº 8115/2012, para apurar os fatos constantes do Denuncia/memorando 010/2013, encaminhado pela

Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em estágio Probatório e Despacho datado 03 de dezembro de 2013 - encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, sendo que em tese enquadra-se no dispositivo legal previsto no art. 13, alínea "b" do Decreto 6.287/2010, Decreto 6617/2011 e Decreto 7266/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 14 de novembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

## **PORTARIA Nº 2524/14, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 2524/14, de 25 de novembro de 2014.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 356/2014 - referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 06/2014 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

### **RESOLVE**

Considerando, os prazos concedidos para relatório final do representante do sindicato;

Considerando, prazo para análise da Autoridade Superior;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 ( sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor LEANDRO JOÃO PEIXER, inscrito no CPF n. 743.596.499-91, RG 1.922.327-7, ocupante do cargo de motorista socorrista, matric. 74142.6, vinculado ao regime jurídico estatutário, para apurar os fatos constante da denúncia/despacho datado de 13 de março de 2014, pelo Departamento de Recursos Humanos, que teve início em razão do Despacho Inaugural de Inquérito Civil- número do procedimento: 06.2014.00000973-4, remetido pela 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brusque à Procuradoria- Geral do Município de Brusque, datado de 29 de janeiro de 2014, em que notificou ter tomado conhecimento que o servidor vinha exercendo cargo público de motorista em dois municípios ( Município de Brusque e Município de Porto Belo). Para tanto, fundamenta-se o caso em análise nos artigos 175, XX, 176, 177, da Lei Complementar nº 147/2009, e art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de novembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

## **PORTARIA Nº 2540/2014, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 2540/2014, de 26 de novembro de 2014.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 716/2014 - referente ao Processo Administrativo de Exoneração nº 03/2014 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

### **RESOLVE**

Considerando, o grande número de pessoas ouvidas e dificuldade na localização;

Considerando, a grande demanda de trabalho;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 ( sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor da servidora LENIR DAS GRAÇAS RIBEIRO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, portadora do CPF 932.045.409-44, RG 2.236.029, para apurar os fatos constantes da Denúncia/ memorando 04a/14, encaminhado pela Comissão de Avaliação - Estágio Probatório da Prefeitura Municipal de Brusque e pelo Departamento de Recursos Humanos, datado de 14 de março de 2014, em tese por infringir o art. infringir o art. 13, "b", do Decreto nº 6.287/10 c/c Decreto 6617/2011 e Decreto 7266/2013. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 26 de novembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

## **EDITAL Nº 046/2014 RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO**

RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 046/2014

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA O RESULTADO FINAL do Processo Seletivo para os cargos de PROFESSORES NÃO HABILITADOS, conforme segue:

Professores com atuação na educação de jovens e adultos- EJA

Anos iniciais/ Alfabetização

Geografia

Geografia / História / Arte / Filosofia / Cultura / História das religiões

Língua Portuguesa/ Inglês

Matemática/ Ciências

Professor com atuação na educação especial

Professor com atuação na educação especial- Intérprete

Professor com atuação na educação infantil

Professor com atuação no ensino fundamental para anos finais

Arte

Ciências

Ensino religioso/ Filosofia

Geografia

História

Língua estrangeira/ Inglês

Língua Portuguesa

Matemática

Professor com atuação no ensino fundamental para os anos iniciais

Professor com atuação no ensino médio

Arte

Biologia

Filosofia

Física

Geografia

Língua estrangeira- Espanhol

Língua Portuguesa- literatura Brasileira

Matemática

Química

Educação Física

( Para educação infantil, educação fundamental (anos iniciais e anos finais )e ensino médio)

Brusque, 04 de dezembro de 2014.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

**RETIFICAÇÃO Nº 01/2014 DO EDITAL Nº 050/2014**

RETIFICAÇÃO Nº 01/2014 DO EDITAL Nº 050/2014

O Secretário Municipal de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, considerando no rol dos cargos do edital 050/2014

Resolve:

Retificar o Edital nº 050/2014, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

4.2. As inscrições serão realizadas junto à Fundação Cultural de Brusque, localizada na Rua Prefeito Germano Scheafer, nº 110 - Praça da Cidadania, Centro de Brusque/SC, de Segunda a Sexta-feira à partir de 21 de Novembro até 05 de dezembro de 2014, nos seguintes horários: das 08h30min às 11h30min e das 14 horas às 17 horas.

LEIA-SE:

4.2. As inscrições serão realizadas junto à Fundação Cultural de Brusque, localizada na Rua Prefeito Germano Scheafer, nº 110 - Praça da Cidadania, Centro de Brusque/SC, de Segunda a Sexta-feira à partir de 21 de Novembro até 19 de dezembro de 2014, e devido as férias coletivas retomaremos as inscrições a partir de 12 de janeiro de 2015 até 20 de janeiro de 2015, nos seguintes horários: das 08h30min às 11h30min e das 14 horas às 17 horas.

ONDE SE LÊ:

8.1. A prova escrita objetiva será realizada para os candidatos aos cursos de Acordeon, Bateria, Teclado/Vocal e Violão/Guitarra, contrabaixo e sopro realizar-se-á no dia 07/12/2014, das 08:00 horas às 12:00 horas, seguida da prova prática teórica musical, em locais a serem informados na Fundação Cultural de Brusque,

sito na Rua Prefeito Germano Scheafer, nº 110, Centro, Brusque/SC (Praça da Cidadania), na data de 07/12/2014.

LEIA-SE:

8.1. A prova escrita objetiva será realizada para os candidatos aos cursos de Acordeon, Bateria, Teclado/Vocal e Violão/Guitarra, contrabaixo e sopro realizar-se-á no dia 23/01/2015, das 08:00 horas às 12:00 horas, seguida da prova prática teórica musical, em locais a serem informados na Fundação Cultural de Brusque, sito na Rua Prefeito Germano Scheafer, nº 110, Centro, Brusque/SC (Praça da Cidadania), na data de 23/01/2015.

ONDE SE LÊ:

13.1. As listagens dos aprovados na ordem decrescente de classificação serão divulgadas na data de 10 de dezembro de 2014, através do site da Prefeitura Municipal de Brusque, sito no endereço eletrônico: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br), bem como em listas afixadas no mural da Fundação Cultural e Prefeitura Municipal de Brusque.

LEIA-SE:

13.1. As listagens dos aprovados na ordem decrescente de classificação serão divulgadas na data de 28 de janeiro de 2015, através do site da Prefeitura Municipal de Brusque, sito no endereço eletrônico: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br), bem como em listas afixadas no mural da Fundação Cultural e Prefeitura Municipal de Brusque.

ONDE SE LÊ:

14.4. A divulgação do resultado final será realizado dia 12 de dezembro de 2014.

LEIA-SE

14.4. A divulgação do resultado final será realizado dia 30 de janeiro de 2014.

Brusque, 04 de dezembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

**DECRETO Nº. 7.544, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº. 7.544, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 427.200,00 (Cento e três mil, e duzentos reais), para atender a programação abaixo especificada:

09.00	Secretaria Municipal de Educação
09.001	Secretaria Municipal de Educação
0012.0365.0020.1005	Construção Ampliação e Reforma Escolas Ens. Infantil
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.58.00	Salário Educação
VALOR	R\$ 11.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.58.00	Salário Educação
VALOR	R\$ 54.200,00

10.00 Secretaria Municipal de Turismo  
 10.001 Secretaria Municipal de Turismo  
 0023.0695.0170.2310 Manutenção da Secretaria de Turismo  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas  
 Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 27.000,00  
 13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 0015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas  
 Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 15.000,00  
 0015.0451.0330.2249 Programa de Obras Comunitárias - OP  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas  
 Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 300.000,00  
 0015.0451.0310.1001 Obras de Infra Estrutura Urbana Projeto tapete Preto  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas  
 Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.58.00	Salário Educação
Valor Orçado	R\$ 3.600.000,00
Valor arrecadado até a data de 21/11/2014.	R\$ 3.988.713,90
Excesso de arrecadação até a data de 03/12/2014.	R\$ 388.713,90
Valor Utilizado Decreto nº 7542/2014	38.000,00
Saldo a Utilizar	R\$ 350.713,90

II - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

10.00 Secretaria Municipal de Turismo  
 10.001 Secretaria Municipal de Turismo  
 0023.0695.0170.2310 Manutenção da Secretaria de Turismo  
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas  
 Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 27.000,00  
 13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 0015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras  
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas  
 Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 15.000,00  
 0015.0451.0330.2249 Programa de Obras Comunitárias - OP  
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 300.000,00  
 0015.0451.0310.1001 Obras de Infra Estrutura Urbana

Projeto tapete Preto  
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 20.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 03/12/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de dezembro de 2014.  
 PAULO ROBERTO ECCEL ELTON ROGRIGO RIFFEL  
 Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA  
 Secretário de Orçamento e Gestão

CEDENIR ALBERTO SIMON  
 Chefe Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº. 7.549, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 7.549, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 140.366,65 (Cento e Quarenta Mil Trezentos e Sessenta e Seis Reais e Sessenta e Cinco Centavos), para atender a programação abaixo especificada:

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social  
 30.001 Fundo Municipal de Assistência Social  
 008.0244.0255.2327 Proteção Social Especial - Média Complexidade  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas  
 Correntes  
 0.1.52.23 Outras Transf. FEAS - MC  
 VALOR R\$ 11.673,83  
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos  
 0.1.52.23 Outras Transf. FEAS - MC  
 VALOR R\$ 5.013,60  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
 0.1.52.08 Outras Transf. FNAS - PSE/MC  
 VALOR R\$ 39.099,01  
 008.0244.0255.2329 Proteção Social Básica  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas  
 Correntes  
 0.1.52.09 Outras Transf. FNAS - PSB  
 VALOR R\$ 13.373,94  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
 0.1.52.24 Outras Transf. FEAS - PSB  
 VALOR R\$ 6.992,86  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
 0.1.52.20 Outras Transf. FEAS - B.E.  
 VALOR R\$ 325,93  
 008.0244.0255.2328 Proteção Social Especial - Alta Complexidade  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
 0.1.52.21 Outras Transf. FEAS - AC  
 VALOR R\$ 34.095,48  
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos

0.1.52.21 Outras Transf. FEAS - AC  
VALOR R\$ 29.792,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.52.23	Outras Transf. FEAS – MC
Valor Orçado	R\$ 64.000,00
Valor arrecadado até a data de 05/12/2014.	R\$ 80.687,43
Excesso de arrecadação até a data de 05/12/2014.	R\$ 16.687,43
Valor a Utilizar	R\$ 16.687,43

0.1.52.09	Outras Transf. FNAS – PSB
Valor Orçado	R\$ 127.200,00
Valor arrecadado até a data de 05/12/2014.	R\$ 182.573,94
Excesso de arrecadação até a data de 05/12/2014.	R\$ 55.373,94
Valor Utilizado pelos Decretos Nº 7.511 e Nº 7.527	R\$ 42.000,00
Valor a Utilizar	R\$ 13.373,94

0.1.52.24	Outras Transf. FEAS – PSB
Valor Orçado	R\$ 0,00
Valor arrecadado até a data de 05/12/2014.	R\$ 37.036,50
Excesso de arrecadação até a data de 05/12/2014.	R\$ 37.036,50
Valor Utilizado pelos Decretos Nº 7.482 e Nº 7.527	R\$ 30.043,64
Valor a Utilizar	R\$ 6.992,86

0.1.52.21	Outras Transf. FEAS – A.C.
Valor Orçado	R\$ 170.000,00
Valor arrecadado até a data de 05/12/2014.	R\$ 255.887,48
Excesso de arrecadação até a data de 05/12/2014.	R\$ 85.887,48
Valor Utilizado pelo Decreto Nº 7.527	R\$ 22.000,00
Valor a Utilizar	R\$ 63.887,48

0.1.52.20	Outras Transf. FEAS – A.C.
Valor Orçado	R\$ 11.000,00
Valor arrecadado até a data de 05/12/2014.	R\$ 35.325,93
Excesso de arrecadação até a data de 05/12/2014.	R\$ 24.325,93
Valor Utilizado pelo Decreto Nº 7.496	R\$ 24.000,00
Valor a Utilizar	R\$ 325,93

0.1.52.08	Outras Transf. FNAS – PSE/MC
Valor Orçado	R\$ 235.607,00
Valor arrecadado até a data de 05/12/2014.	R\$ 296.706,01
Excesso de arrecadação até a data de 05/12/2014.	R\$ 61.099,01

Valor Utilizado pelo Decreto Nº 7.527	R\$ 22.000,00
Valor a Utilizar	R\$ 39.099,01

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 05/12/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL ELTON ROGRIGO RIFFEL

Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA  
Secretário de Orçamento e Gestão

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe Gabinete do Prefeito

## EDITAL Nº 046/2014 RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO

RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 046/2014

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA O RESULTADO FINAL do Processo Seletivo para os cargos de PROFESSORES HABILITADOS, conforme segue:

Professores com atuação na educação de jovens e adultos- EJA

Anos iniciais/ Alfabetização

Geografia / História / Arte / Filosofia / Cultura / História das religiões

Língua Portuguesa/ Inglês

Matemática/ Ciências

Professor com atuação na educação especial

Professor com atuação na educação especial- Intérprete

Professor com atuação na educação infantil

Professor com atuação no ensino fundamental para anos finais

Arte

Ciências

Ensino religioso/ Filosofia

Geografia

História

Língua estrangeira/ Inglês

Língua Portuguesa

Matemática

Professor com atuação no ensino fundamental para os anos iniciais

Professor com atuação no ensino médio

Arte

Biologia

Filosofia

Física

Geografia

História

Língua estrangeira- Espanhol

Língua estrangeira- Inglês

Língua Portuguesa- Literatura Brasileira

Matemática

Química

Sociologia

Educação Física

( Para educação infantil, educação fundamental (anos iniciais e anos finais )e ensino médio)

Brusque, 04 de dezembro de 2014.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

### **EDITAL Nº 049/2014 RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO**

RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO 049/2014

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA O RESULTADO FINAL do Processo Seletivo para o cargo de COORDENADOR, conforme segue:

Brusque, 04 de dezembro de 2014.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

### **EDITAL Nº 46/2014 RETIFICAÇÃO Nº 03/2014**

RETIFICAÇÃO Nº 03/2014 DO EDITAL Nº 46/2014

O Secretário Municipal de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, considerando no rol dos documentos para a contratação do edital 046/2014 solicitação de cursos

Resolve:

Retificar o Edital nº 46/2014, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

4.2 - A convocação dos candidatos aprovados e o cronograma para a escolha de vagas serão divulgados em 05/12/2014.

LEIA-SE:

4.2 - A convocação dos candidatos aprovados e o cronograma

para a escolha de vagas serão divulgados em 19/12/2014.

Brusque, 04 de dezembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

### **EDITAL Nº 46/2014 RETIFICAÇÃO Nº 04/2014 DO RETIFICAÇÃO Nº 04/2014 DO EDITAL Nº 46/2014**

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando a publicação do resultado final na data 04/12/14 do edital 046/2014, em razão do provimento do recurso e a manutenção da classificação causando divergência entre classificação e pontuação na listagem

Resolve:

Retificar o Edital nº 46/2014, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

Professores habilitados- Professor com atuação na Educação de Jovens e Adultos - EJA

Geografia / História / Arte / Filosofia / Cultura / História das religiões

LEIA-SE:

Professores habilitados- Professor com atuação na Educação de Jovens e Adultos - EJA

Geografia / História / Arte / Filosofia / Cultura / História das religiões

ONDE SE LÊ:

Professores Habilitados-

Professor com atuação na educação infantil

LEIA-SE:

Professores Habilitados

Professor com atuação na educação infantil

ONDE SE LÊ:

Professores Habilitados

Professor com atuação no ensino fundamental para anos iniciais

LEIA-SE:

Professores Habilitados

Professor com atuação no ensino fundamental para anos iniciais

ONDE SE LÊ:

Professores não habilitados

Ensino Religioso / Filosofia

LEIA-SE

Professores não habilitados

Ensino Religioso / Filosofia

Brusque, 05 de dezembro de 2014.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

**EDITAL Nº 49/2014 RETIFICAÇÃO Nº 02/2014**  
RETIFICAÇÃO Nº 02/2014 DO EDITAL Nº 49/2014

O Secretário Municipal de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, considerando no rol dos documentos para a contratação do edital 049/2014 solicitação de cursos

Resolve:

Retificar o Edital nº 49/2014, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

4.2 - A convocação dos candidatos aprovados e o cronograma para a escolha de vagas serão divulgados em 05/12/2014.

LEIA-SE:

4.2 - A convocação dos candidatos aprovados e o cronograma para a escolha de vagas serão divulgados em 19/12/2014.

Brusque, 04 de dezembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 051/2014**  
**SAMAE**

PROCESSO LICITATÓRIO 051/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Face a alteração no edital do Processo Licitatório 051/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para aq. produtos químicos. Altera-se a abertura dos envelopes para o dia 18 de dezembro de 2014, às 14:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow

Diretor Presidente

SAMAE - Brusque

**PORTARIA Nº 9.436, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.436, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Ingrid Saporito da Silva para ocupar o cargo em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Secretaria de Fazenda, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

**RETIFICAÇÃO Nº 02/2014 DO EDITAL Nº 050/2014**  
RETIFICAÇÃO Nº 02/2014 DO EDITAL Nº 050/2014

O Secretário Municipal de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, considerando no rol dos cargos do edital 050/2014

Resolve:

Retificar o Edital nº 050/2014, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

14.4. A divulgação do resultado final será realizado dia 12 de dezembro de 2014.

LEIA-SE

14.4. A divulgação do resultado final será realizado dia 30 de janeiro de 2015.

Brusque, 05 de dezembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

# Caçador

## PREFEITURA

### 2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2013 – FMS

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2013 - FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2013, ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS, CONTRATADA: DR. NABIL ELIAS BITTAR, brasileiro, união estável, médico, inscrito no CPF sob nº 423.141.279-00, residente e domiciliado na cidade de Caçador, SC. Este aditivo contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato Administrativo nº 05/2013 datado em 06 de fevereiro de 2013, tendo por objeto a CONTRATAÇÃO DE EXAMES DE ELETROENCEFALOGRAMA, referente ao Processo Licitatório nº 03/2013, na modalidade de Pregão Presencial nº 02/2013. O objeto do presente Aditivo é o Acréscimo de quantitativos, no percentual de 25%, conforme solicitação e justificativa emitida pela Secretaria Municipal de Saúde e mediante parecer jurídico favorável nº 379/2014,. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade, Conforme segue abaixo o seguinte resumo da quantidade a ser aditada:

ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNID.
01	120	UNID.	ELETROENCEFALOGRAMA	136,00
			VALOR TOTAL	R\$ 16.320,00

### 2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 53/2013 – FMS

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 53/2013 - FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2013 - INEXIGIBILIDADE Nº 05/2013, ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM NEUROLOGIA, CONTRATADA: DR. NABIL ELIAS BITTAR, brasileiro, união estável, médico, inscrito no CPF sob nº 423.141.279-00, residente e domiciliado na cidade de Caçador, SC. Este aditivo contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato Administrativo nº 53/2013 datado em 19 de abril de 2013, O objeto do presente Aditivo é o Acréscimo de quantitativos, no percentual de 17,78%, conforme solicitação e justificativa emitida pela Secretaria Municipal de Saúde e mediante parecer jurídico favorável nº 379/2014, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade Conforme segue abaixo o seguinte resumo da quantidade a ser aditada:

ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNID.
01	128	Consultas	Consultas na especialidade de NEUROLOGIA a serem realizadas no Ambulatório Municipal, no mínimo a cada quinze dias, em horário comercial, sendo os materiais médicos e hospitalares, espaço físico, equipamentos, comunicação e pessoal técnico de apoio necessários para realização dos serviços serão disponibilizados pelo FMS, que ficará responsável também pela coordenação e agendamento das consultas. Na consulta deverá estar incluso retorno no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da consulta e nos termos da Resolução CFM nº 1.958/2010, sem custo adicional ao Fundo Municipal de Saúde.	75,00
			VALOR TOTAL	R\$ 9.600,00

### 2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 43/2014 - PREFEITURA

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 43/2014 - PREFEITURA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014, ACRÉSCIMO DE VEÍCULOS, CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 61.198.164/0001-60, com sede na cidade de SÃO PAULO/SP, O preço certo e ajustado para a totalidade dos acréscimos é de R\$ 1.721,25 (um mil, setecentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos), As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade, inclusive o valor, pois essa alteração não gera acréscimos financeiros

### 2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 88/2013 - PREFEITURA

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 88/2013 - PREFEITURA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2013, ALTERA TEXTO DA CLÁUSULA TERCEIRA E QUARTA DO 1º ADITIVO, TRANSPORTE ESCOLAR, CONTRATADA: ALAIANE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.484.188/0001-04, com sede na cidade de Macieira/SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 88/2013, datado em 23 de outubro de 2013, para SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA DESLOCAMENTO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, RESIDENTES NAS LOCALIDADES RURAIS, referente ao processo licitatório nº 67/2013, na modalidade de Pregão Presencial nº 48/2013. O presente Aditivo tem o prazo de validade para o período de 12 (doze) meses, contados a partir data de assinatura, ou seja, 23 de outubro de 2014 e findando dia 23 de outubro de 2015, podendo ser renovado ou prorrogado conforme o art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Aditivo será de R\$ 65.203,44 (sessenta e cinco mil, duzentos e três reais e

quarenta e quatro centavos), estando o mesmo de acordo com Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

### 7º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 131/2011 - PREFEITURA

7º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 131/2011 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2011 CONCORRÊNCIA Nº 02/2011, RENOVAÇÃO CONTRATUAL E CONCESSÃO DE REAJUSTE PELO IGP-M, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMAS DE INFORMÁTICA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMAS, CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA, estabelecida na Rua João Pessoa, 134, 1º andar, centro, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.456.865/0001-67, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 131/2011 e seus aditamentos, para locação de sistemas para todos os órgãos, fundos, fundações e autarquias do Município, O prazo de vigência do presente instrumento é pelo período de 12 meses, iniciando em 10 de novembro de 2014 e findando dia 10 de novembro de 2015, Fica concedido o reajuste nos preços praticados no percentual de 2,946%, IGP-M acumulado nos últimos 12 meses, passando a vigor os seguintes valores: As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

#### 1. Prefeitura Municipal e Secretarias:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1.1	12	Mês	Contabilidade Pública com até 15 usuários Simultâneos	2.447,05	29.364,60
1.2	12	Mês	Planejamento com até 02 usuários simultâneos	396,20	4.754,40
1.3	12	Mês	Tesouraria com até 06 usuários simultâneos	23,30	279,60
1.4	12	Mês	Compras e Licitações com até 09 usuários simultâneos	1.281,79	15.381,48
1.5	12	Mês	Patrimônio com até 03 usuários simultâneos	209,74	2.516,88
1.6	12	Mês	Folha de Pagamento com até 10 usuários simultâneos	2.505,31	30.063,72
1.7	12	Mês	Sistema de Recursos Humanos com até 03 usuários simultâneos	442,79	5.313,48
1.8	12	Mês	Sistema de Ponto Eletrônico com até 02 usuários simultâneos	174,78	2.097,36
1.9	12	Mês	Sistema de Tributação Municipal com até 30 usuários simultâneos	2.365,48	28.385,76
1.10	12	Mês	Sistema de Atendimento ao Cidadão via internet sem limitação de usuários Web cidadão	349,59	4.195,08
1.11	12	Mês	Sistema de Escrituração Fiscal via internet sem limitação de usuários	2.447,05	29.364,60
1.12	12	Mês	Sistema de Controle de Frotas com até 02 usuários simultâneos	163,14	1.957,68
1.13	12	Mês	Sistema de Controle de Estoque com até 02 usuários simultâneos	186,45	2.237,40
1.14	12	Mês	Sistema de Controle de Notas Fiscais Eletrônicas sem limitação de usuários (Fly –Notas)	6.641,99	79.703,88
1.15	12	Mês	Sistema de Protocolo com até 04 usuários simultâneos	233,05	2.796,60
1.16	12	Mês	Sistema de Controle de índices com até 10 usuários simultâneos (Fly indicadores)	116,52	1.398,24

1.17	12	Mês	Sistema de Ouvidoria com até 02 usuários simultâneos	23,30	279,60
1.18	12	Mês	Sistema de Controle de Legislação com até 02 usuários simultâneos	23,30	279,60
1.19	12	Mês	Sistema de Educação com até 36 usuários simultâneos Módulo Escola e Módulo Secretaria e Escola	3.204,41	38.452,92
1.20	12	Mês	Sistema de Biblioteca com até 04 usuários simultâneos	291,32	3.495,84
1.21	12	Mês	Sistema de Procuradoria com até 12 usuários simultâneos	349,59	4.195,08
1.22	12	Mês	Sistema Servidor Público	708,48	8.501,76
1.23	12	Mês	Sistema Fly Transparência	926,51	11.118,12
			Valor Total R\$	25.511,14	306.133,68

## 2. Locação dos sistemas para Fundação Municipal do Meio Ambiente:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
2.1	12	Mês	Contabilidade Pública com até 02 usuários simultâneos	163,14	1.957,68
2.2	12	Mês	Compras e Licitações com até 02 usuários simultâneos	104,87	1.258,44
2.3	12	Mês	Folha de Pagamento com 01 usuário	116,52	1.398,24
2.4	12	Mês	Tesouraria com até 02 usuários simultâneos	23,30	279,60
2.5	12	Mês	Sistema RH	136,57	1.638,84
2.6	12	Mês	Sistema Servidor Público	307,63	3.691,56
			Valor Total R\$	852,03	10.224,36

## 3. Locação dos sistemas para Fundação Municipal de Cultura:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
3.1	12	Mês	Contabilidade Pública com até 02 usuários simultâneos	163,14	1.957,68
3.2	12	Mês	Compras e Licitações com até 02 usuários simultâneos	104,87	1.258,44
3.3	12	Mês	Folha de Pagamento com 01 Usuário	116,52	1.398,24
3.4	12	Mês	Recursos Humanos com 01 usuário	23,30	279,60
3.5	12	Mês	Tesouraria com 01 usuário	23,30	279,60
3.6	12	Mês	Sistema Servidor Público	307,63	3.691,56
			Valor Total R\$	738,76	8.865,12

## 4. Locação dos sistemas para Fundação Municipal de Esportes:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
4.1	12	Mês	Contabilidade Pública com 01 usuário	163,14	1.957,68
4.2	12	Mês	Compras e Licitações com 02 Usuário	104,87	1.258,44
4.3	12	Mês	Folha de Pagamento com 01 Usuário	116,52	1.398,24
4.4	12	Mês	Tesouraria com 01 usuário	23,30	279,60
4.5	12	Mês	Sistema Servidor Público	307,63	3.691,56

			Valor Total R\$	715,46	8.585,52
5. Locação dos sistemas para Fundo Municipal de Assistência Médica:					
ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
5.1	12	Mês	Contabilidade Pública com até 01 usuários simultâneos	163,14	1.957,68
			Valor Total R\$	163,14	1.957,68
6. Locação dos sistemas para Fundo Municipal de Assistência Social:					
ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
6.1	12	Mês	Contabilidade Pública com até 04 usuários simultâneos	163,14	1.957,68
6.2	12	Mês	Compras e Licitações com até 02 usuários simultâneos	64,09	769,08
6.3	12	Mês	Tesouraria com até 02 usuários Simultâneos	23,30	279,60
			Valor Total R\$	250,53	3.006,36
7. Locação dos sistemas para Fundo Municipal de Habitação:					
ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
7.1	12	Mês	Contabilidade Pública com até 01 usuários simultâneos	163,14	1.957,68
7.2	12	Mês	Compras e Licitações com até 01 usuários simultâneos	64,09	769,08
7.3	12	Mês	Tesouraria com até 02 usuários Simultâneos	23,30	279,60
			Valor Total R\$	250,53	3.006,36
8 Locação dos sistemas para Fundo Municipal da infância e Adolescência:					
ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
8.1	12	Mês	Contabilidade Pública com até 02 usuários simultâneos	163,14	1.957,68
8.2	12	Mês	Compras e Licitações com até 01 usuários simultâneos	64,09	769,08
8.3	12	Mês	Tesouraria com até 01 usuários Simultâneos	23,30	279,60
			Valor Total R\$	250,53	3.006,36
9. Locação dos sistemas para Fundo Municipal de Saneamento Ambiental:					
ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
9.1	12	Mês	Contabilidade Pública com 01 Usuário	163,14	1.957,68
9.2	12	Mês	Compras e Licitações com 01 usuário	64,09	769,08
			Valor Total R\$	227,23	2.726,76
10. Locação dos sistemas para Instituto de Pesquisa e Planejamento de Caçador - IPPUC:					
ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
10.1	12	Mês	Contabilidade Pública com 01 Usuário	163,14	1.957,68
10.2	12	Mês	Compras e Licitações com 01 Usuário	104,87	1.258,44

10.3	12	Mês	Folha de Pagamento com 01 Usuário	128,18	1.538,16
10.4	12	Mês	Planejamento com 01 usuário	116,52	1.398,24
10.5	12	Mês	Tesouraria com 01 usuário	23,30	279,60
10.6	12	Mês	Sistema RH	147,59	1.771,08
10.7	12	Mês	Sistema servidor Público	307,63	3.691,56
			Valor Total R\$	991,23	11.894,76

## 11. Serviços Técnicos

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
11.2	300	Hora	Suporte Técnico após implantação dos sistemas	69,92	20.976,00
11.3	35	Diária	Limite de reembolso Diária das despesas de alimentação e estada no suporte técnico, quando exigida a presença do técnico	116,53	4.078,55
11.4	10.000	KM	Limite de reembolso Diária das despesas com deslocamento no suporte técnico, quando exigida a presença do técnico	0,70	7.000,00
			Valor Total R\$	187,15	32.054,55

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 33/2014 – FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 33/2014 - FMS, PROCESSO LICITATÓRIO 56/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 34/2014, AQUISIÇÃO DE VEÍCULO SEDAN, VEÍCULO AUTOMOTOR E VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO, empresa COLUSSI & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.070.506/0001-90, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	2	Unid	Veículo automotor, tipo sedan, original de fábrica novo (zero-quilômetro) do ano de 2014 modelos 2014 ou 2015, na cor branca, fabricação nacional, bicombustível (etanol e gasolina) motorização com potência mínima 1.6, capacidade para 05(cinco) lugares/ pessoas, 04(quatro) portas laterais, vidros elétricos, ar-condicionado, rádio AM/FM com entrada USB, 02(dois) alto-falantes e antena, direção hidráulica, com proteção de cárter/motor, com 05(cinco) marchas à frente e 01(um) a ré, porta-malas com capacidade de no mínimo 465 litros, air-bag duplo frontal, travas elétricas das portas e porta-malas, alarme, com garantia mínima de 01(um) ano sem limite de km, assistência técnica no município de Caçador ou até 50(cinquenta) km, o veículo deverá ter todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito). O veículo deverá ser entregue com Plotagem com logotipo da Prefeitura com até 05 m2 com até 10 cores.	FIAT G SIENA	38.200,00	76.400,00
2	1	Unid	Veículo automotor, original de fábrica novo (zero-quilômetro) do ano de 2014 ou 2015 modelos 2014 ou 2015, na cor branca, fabricação nacional, bicombustível (etanol e gasolina) motorização com potência mínima 1.8, capacidade para 07(sete) lugares/ pessoas, 04(quatro) portas laterais, vidros elétricos, ar-condicionado, rádio AM/FM com entrada USB, 02(dois) alto-falantes e antena, direção hidráulica, com proteção de cárter/motor, bagageiro no teto, sensor de estacionamento, tanque de combustível de no mínimo de 52 litros, porta-malas com capacidade de no mínimo 160 litros, air-bag, freios ABS, banco traseiro bipartido, travas elétricas das portas e porta-malas, alarme com destravamento das portas, com garantia mínima de 01(um) ano sem limite de km, assistência técnica no município de Caçador ou até 50(cinquenta) km, com frete incluso o veículo deverá ter todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN(Conselho Nacional de Trânsito). O veículo deverá ser entregue com Plotagem com logotipo da Prefeitura com até 05 m2 com até 10 cores.	FIAT DOBLO	61.100,00	61.100,00
TOTAL GERAL R\$						137.500,00

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 34/2014 – FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 34/2014 - FMS, PROCESSO LICITATÓRIO 56/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 34/2014, AQUISIÇÃO DE VEÍCULO SEDAN, VEÍCULO AUTOMOTOR E VEÍCULO TIPO, AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO, empresa DE MARCO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 84.584.556/0008-39, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
3	1	Unid	VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO veículo automotor (zero-quilômetro), adaptado em ambulância para simples remoção, ano 2014 modelo no mínimo 2014; na cor branca, rádio AM/FM com CD/USB com alto-falantes, ar-condicionado de fábrica na cabine e carroceria; vidros e travas elétricas, 4 (quatro) portas, porta lateral corredeira, porta posterior para abertura em 2(duas) folhas, todas contendo janelas corredeiras; Motor do Veículo com no mínimo 4 (quatro) cilindros; combustível diesel; no mínimo 125 CV de potência, turbinada e intercoolada, com 5 marchas a frente e 1 a ré; sistema de freios ABS; direção hidráulica; piso revestido em material antiderrapante resistente não absorvente e lavável; cinto de segurança dianteiros laterais de 3(três) pontos; retrovisor externo do lado esquerdo e direito; protetor cárter de câmbio; sinalizador acústico e visual, em formato de v ou asa com lente inteira dotada de base construída em abs. (reforçada com perfil de alumínio extrudado), ou alumínio na cor preta, cúpula injetada em policarbonato dna cor rubi, resistente a impactos e descoloração, com tratamento UV e sistema luminoso composto por conjunto de diodos emissores de luz LED próprios para iluminação (categoria alto-brilho) com no mínimo 01 watt, com no mínimo 56 leds na cor vermelhas distribuídas equitativamente por toda extensão da barra e conjunto sonofletor constituído por sirenes eletrônicas com potência de 10 w RMS e pressão sonora de 12db acionada com amplificador digital (com no mínimo 4 sons diferentes) iluminação interna com 4 luminárias alógenas embutidas no teto e 2 luminárias direcionais. Sistema de iluminação de emergência composto por 6 luminárias dispostas 3 em cada lateral sequenciais, sendo as centrais na cor cristal e 02 lanternas nas portas traseiras na cor rubi; 1 luz de embarque na traseira com foco dirigido; sistema elétrico com tomadas sendo 02 tomadas internas 12 vc com seus plugues, 02 tomadas internas 2p + t de correntes alternadas interligadas a externa, fornecendo a tensão que entrar e 02 tomadas internas 2p + t 1 0 vca ligada a um inversor; inversor de corrente de 100 watts de potência e bateria adicional, extensão de 20 metros; compartimento externo para baterias e ferramentas, janela espia de comunicação instalada na divisória original entre compartimento e cabine do motorista; maca retrátil confeccionada em alumínio, encosto reclinável com rodízios, colchonete revestido de corvim com cinto de segurança e trava nas rodas; 2 suportes para soro; plasma instalada no balaústre fixado no teto; pega mão semiembutido no teto, rede de oxigênio (conexão do cilindro até a régua tripla com mangueiras embutidas) 2 cilindros de oxigênio portátil no mínimo 20 litros com válvula reguladora de pressão e manômetro. Os cilindros de oxigênio deverão estar acondicionados em um compartimento fechado com trava em material lavável, local de fácil visualização e régua com dupla saída, oxigênio com régua tripla (alimentação do respirador, b – fluxo metro e umidificador de oxigênio, c-respirador tipo Venturi), banco baú na lateral interna, para no mínimo duas pessoas, com cintos de segurança, estofamento em corvim de alta resistência e local para lixeira descartável, armários e bancadas em compensado naval revestidos em fórmica com esquadrias em alumínio e portas de acrílico, 2 pranchas de imobilização longas em compensado naval, compartimento para guarda das pranchas de imobilização, banco com base giratória e cinto e cinto de segurança na cabeceira da maca, extintor de pó químico seco de 6 quilos, fitas e cones sinalizadores para isolamento de áreas, devendo contar ainda com compartimento isolado para sua guarda, garantindo um compartimento de carga de no mínimo 10 m³, dimensões internas mínimas de: altura 1.80mm, homologação do Denatran para ambulância, além de possuir os itens exigidos pelo Código Nacional de Trânsito. – CTB, com garantia mínima de 01(um) ano sem limite de km, assistência técnica no município de Caçador ou até 50(cinquenta) km, com frete incluso o veículo deverá ter todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito). O veículo deverá ser entregue com Plotagem com logotipo da Prefeitura com até 05 m2 com até 10 cores.	RENAULT M FURGÃO	117.900,00	117.900,00

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 35/2014 – FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 35/2014, PROCESSO LICITATÓRIO 54/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2014, REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITOR DE MARCENARIA E ARTESANATO PARA AULAS NO CAPS II, empresa ALCIDO GONGO-LEWSKI-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 85.403.582/0001-00, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

**LOTE 01**

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
01	12	Mes	Prestação de serviço de monitor de marcenaria por 10 horas/semanais para o CAPSII.	1.000,00	12.000,00
02	12	Mes	Locação de maquinários específicos de prática de marcenaria,	400,00	4.800,00

**LOTE 02**

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
03	12	Mes	Prestação de serviço de monitor de artesanato por 10 horas/semanais para o CAPS II.	1.000,00	12.000,00

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36-2014 - FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 36/2014, PROCESSO LICITATÓRIO 61/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2014, REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EXAMES RADIOGRÁFICOS, PERIAPICAIS ODONTOLÓGICOS DIGITAIS COM LAUDO, empresa SCARDUA & CIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.585.027/0001-32, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	R\$ UNT	R\$ TOTAL
01	1.500	UND	Exame radiográfico periapical odontológico digital com laudo	R\$15,00	R\$ 22.500,00

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37-2014 - FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 37/2014, PROCESSO LICITATÓRIO 60/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014, AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA UTILIZAÇÃO EM SALAS DE VACINAS, DAS UNIDADES DE SAÚDE, empresa DURALINE TECNOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.690.638/0001-15, com sede na cidade de Joinville, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	13	Unid	Microcomputador baseado em processador operando a 3.0 GHz (nominal) e cache de 6 MB; processador Intel i5 3ª geração; BIOS Plug & Play desenvolvida pelo fabricante do equipamento ou com direitos (copyright) sobre essa BIOS com identificação individualizada do equipamento, acesso via senha e controle de abertura do gabinete; DDR3 SDRAM 4 Gbytes, 1,6 GHz, DIMM, tecnologia duplo canal, expansível a 32 Gbytes; unidade de dvd-rw, SATA; unidade de disco rígido com capacidade de 500 Gbytes, SATA 6,0 Gbit/s, 7200 rpm; teclado 101 teclas auto-repetitivas, padrão ABNT2, conector nativo mini-din ou USB; mouse 400 dpi, dois botões, ótico, interface USB ou PS/2; monitor de vídeo retroiluminador por LES, wide, 17" SVGA; interface controladora gráfica de vídeo, endereçando 512 MB de memória, resolução 1900x1080 a 60 Hz em 16 milhões de cores, duas saídas sendo uma digital, cabo compatível com o item 9, suporte a dois monitores simultâneos; interface de áudio estéreo, saída frontal conector P2 e entrada frontal para microfone conector P2; 6 interfaces USB 2.0 e 2 interfaces USB 3.0, conector A, sendo 2 frontais; interface padrão IEEE 802.3, 10/100/1000BaseT/Tx/T, 32 bits, integrada a placa mãe; controladora de periféricos integrada a placa mãe; fonte de alimentação universal com correção de fator de potência ativo, eficiência de 90% (50% carga), operando de 100 a 240 VAC de entrada, fase/neutro/terra, 60Hz; sistema operacional Windows 8 Professional 64 bits em português (Brasil) OEM licenciado para fabricante do equipamento e respectivos drivers.	Positivo	3.190,00	41.470,00

**CONTRATO ADMINISTRATIVO 81-2014-PREFEITURA**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 81/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2014, AQUISIÇÃO DE UM ESPARGIDOR HIDROSTÁTICO PARA UTILIZAÇÃO NA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CONTRATADA: LDA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 46.253.225/0001-50, com sede na cidade de Sumaré, SP, O presente Contrato tem o prazo de validade pelo período de 12 (doze) meses, sendo:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	1	UNID	Espargidor Hidrostático novo, capacidade de 6.000 litros, chassi modelo a ser definido, estrutura do tanque construído com chapas de aço A-36, tanque de combustível para alimentação dos maçaricos, barra com no mínimo 35 bicos, registro em aços inox totalmente hidráulico, sistema de deslocamento transversal de no mínimo 2500 mm, sistema de baixar e subir a barra em comando hidráulico, válvula de fundo mínimo 3", tampa com válvula duplo vácuo/pressão, sistema de aquecimento com (02) dois maçaricos de alta pressão de 6lts horas, duas serpentinas construídas em tubos de 6" de diâmetro, filtro de óleo diesel para os maçaricos, revestimento externo em aço inox, plataforma dianteira, fixada sobre vigas (V), fixadas ao chassi do veículo e chapéu para proteção do mecanismo, sistema de bombeamento de engrenagem 3" acionada por motor hidráulico, sistema de controle de vazão tacômetro digital, sistema de abastecimento com engate rápido diâmetro de 2", termômetro para controle de temperatura, caneta com mínimo de 2 metros e mangueira com mínimo de 6 metros, 02 para-lamas sem soldas, para-choques homologados pelo Denatran através da norma (RT005005-09), iluminação externa espargidor conforme as normas do DENATRAN, faixas refletivas, pintura (PU) na cor do veículo, garantia mínima de 01 ano, a contar a partir da entrega do equipamento devidamente instalado em veículo a ser definido posteriormente,(entrega técnica) por técnico da empresa.	LDA 6000 D/A-H	111.000,00	111.000,00

**CONTRATO ADMINISTRATIVO 82-2014-PREFEITURA**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 82/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2014 - DISPENSA Nº 15/2014, LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, CONTRATADO/LOCADOR: ANGELINA MÂNICA BORGHETTI, brasileira, viúva, do lar, portadora do CPF nº 719.476.209-91, residente e domiciliada na Rua Aristiliano Ramos, nº 583, Apto. nº 52, nesta cidade de Caçador, SC, O objeto do presente instrumento é a locação de imóvel de propriedade de Angelina Borghetti, localizada na Rua José Reichmann, nº 85, Bairro DER, Caçador/SC, matrícula nº 24.599, no Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, para instalação da Secretaria Municipal de Agricultura, O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 25.361,40 (vinte e cinco mil, trezentos e sessenta e um reais e quarenta centavos) para a totalidade do presente contrato, O presente contrato tem prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste e findando dia 09 de outubro de 2015

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 48/2014 - FMS**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 48/2014 - FMS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2014 - DISPENSA Nº 08/2014, LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA USO DE UM MÉDICO CUBANO, CONTRATADO/LOCADOR: IMOVEIS ZARDO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 07.878.497/0001-94, com sede na cidade de Caçador, SC, O objeto do presente instrumento é a LOCAÇÃO DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO CONTRATADO/ LOCADOR, LOCALIZADA NA AVENIDA BARÃO RIO BRANCO, EDIFÍCIO GUILHERME JOAQUIM, Nº 510, APARTAMENTO 103, PARA MORADIA DE UM MÉDICO CUBANO QUE ESTÁ ATUANDO NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR PELO PROGRAMA MAIS MÉDICOS, O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais) para totalidade do presente contrato, O presente contrato tem prazo de 12 (doze) meses, com vigência a partir de 09 de outubro de 2014 e findando dia 09 de outubro de 2015

**DECRETO Nº 6.224/2014**

DECRETO Nº 6.224, de 27 de novembro de 2014.

Substitui membro nomeado pelo Decreto nº 6.204, de 14 de novembro de 2014, para compor a Comissão Especial de análise e julgamento do Processo Licitatório nº 134/2014 - Concorrência nº 04/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município

de Caçador,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica substituído o servidor ANTÔNIO CARLOS CASTILHO, designado pelo Decreto nº 6.204, de 14 de novembro de 2014, para compor a Comissão Especial de análise e julgamento do Processo Licitatório nº 134/2014 - Concorrência nº 04/2014, pela servidora JULIANA NURILLES GARBOZA, a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**DECRETO Nº 6.230/2014**

DECRETO nº 6.230, de 01 de dezembro de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais):

**05.01. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

08.244.0005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

3.1.90.00.0052 - Aplicações Diretas ..... R\$ 35.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais):

**05.01. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

08.244.0005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

3.3.90.00.0052 - Aplicações Diretas ..... R\$ 35.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 01 de dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

**DECRETO Nº 6.236/2014**

DECRETO nº 6.236, de 02 de dezembro de 2014.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 13.606,12m<sup>2</sup> (treze mil, seiscentos e seis metros e doze décimos quadrados), objeto da matrícula nº 31.954, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado nas Rua Henriqueta Tedesco e Avenida Comendador Selvino Caramori, nesta cidade, de propriedade de Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto, ficando após o desmembramento constituído de 11 áreas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Gleba "A" com 6.597,44m<sup>2</sup> (seis mil, quinhentos e noventa e sete metros e quarenta e quatro décimos quadrados), iniciando-se no marco denominado '1', dividindo-o com Kelin Samara Ferreira (Matrícula - 16.188); deste segue confrontando com Kelin Samara Ferreira (Matrícula - 16.188) com o azimuth de 44°51'24" e a distância de 28,22 m até o marco '2'; deste segue confrontando com Kelin Samara Ferreira (Matrícula - 16.188) com o azimuth de 35°34'41" e a distância de 17,26 m até o marco '3'; deste segue confrontando com Osvaldo Mariani (Matrícula - 1689) e Vilson Joel de Moraes (Matrícula - 3007) com o azimuth de 88°29'18" e a distância de 26,08 m até o marco '4'; deste segue confrontando com Salete Noreci dos Santos (Matrícula - 1476) com o azimuth de 86°29'23" e a distância de 15,12 m até o marco '5'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (área a ser doada para a Prefeitura - Gleba B) com o azimuth de 181°58'16" e a distância de 19,56 m até o marco '13'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (área a ser doada para a Prefeitura - Gleba B) com o azimuth de 95°34'06" e a distância de 58,33 m até o marco '12'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (área a ser doada para a Prefeitura - Gleba B) com o azimuth de 180°10'22" e a distância de 16,09 m até o marco '11'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (área a ser doada para a Prefeitura - Gleba B) com o azimuth de 95°27'26" e a distância de 24,50 m até o marco '9'; deste segue confrontando com a Rua Leonardo Granemann com o azimuth de 181°30'36" e a distância de 2,00 m até o marco '10'; deste segue confrontando com Diogo Drago Deniz e Daiane Drago Deniz (Matrícula - 19.023) com o azimuth de 181°08'46" e a distância de 36,01 m até o marco '14'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 9) com o azimuth de 274°25'03" e a distância de 25,03 m até o marco '15'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 8) com o azimuth de 274°25'03" e a distância de 35,00 m até o marco '16'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 7) com o azimuth de 274°25'03" e a distância de 15,00 m até o marco '17'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 7) com o azimuth de 281°20'00" e a distância de 3,18 m até o marco '18'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 7) com o azimuth de 287°27'38" e a distância de 3,78 m até o marco '19'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 7) com o azimuth de 295°14'36" e a distância de 3,02 m até o marco '20'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 6) com o azimuth de 300°44'27" e a distância de 3,46 m até o marco '21';

deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 6 ) com o azimute de 307°15'51" e a distância de 3,46 m até o marco '22'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 5) com o azimute de 322°09'42" e a distância de 11,00 m até o marco '23' ; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 4) com o azimute de 322°09'42" e a distância de 12,00 m até o marco '24'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 3) com o azimute de 322°09'42" e a distância de 12,00 m até o marco '25' ; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 2) com o azimute de 322°09'42" e a distância de 12,00 m até o marco '26' ; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 1) com o azimute de 322°09'42" e a distância de 7,28 m até o marco '27' ; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 1) com uma circunferência de Raio de 5,00 metros e a distância de 8,49 m até o marco '28'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 1) com o azimute de 224°51'24" e a distância de 23,42 m até o marco '29'; deste segue confrontando com a Rua Henriqueta Tedesco com o azimute de 324°07'25" e a distância de 8,00 m até o marco '1'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 6.597,44 m².

II - Gleba "B" com 2.040,92 m² (dois mil e quarenta metros e noventa e dois decímetros quadrados), iniciando-se no marco denominado '5', dividindo-o com Marcos Ademar de Moraes (Matrícula - 4459); deste segue confrontando com Marcos Ademar de Moraes (Matrícula - 4459) com o azimute de 94°22'04" e a distância de 14,54 m até o marco '6'; deste segue confrontando com Antônio Jagas (Matrícula - 25.168); Neri Correa de Limas, Nagibe de Jesus e Zaror Correa de Limas (Matrícula -25.167); Iraci dos Santos; João de Jesus Cordeiro (Matrícula 29.584); João Ribeiro dos Santos (Matrícula 29.580; Amilton de Souza Maiberg (Matrícula 22.729) com o azimute de 95°30'00" e a distância de 68,28 m até o marco '7'; deste segue confrontando com Selmo Francisco de Quadros (Matrícula - 21.809) com o azimute de 181°03'42" e a distância de 25,99 m até o marco '8'; deste segue confrontando com a Rua Leonardo Granemann com o azimute de 181°30'36" e a distância de 10,00 m até o marco '9'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Gleba A) com o azimute de 275°27'26" e a distância de 24,50 m até o marco '11'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Gleba A) com o azimute de 0°10'22" e a distância de 16,09 m até o marco '12'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Gleba A) com o azimute de 275°34'06" e a distância de 58,33 m até o marco '13'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Gleba A) com o azimute de 1°58'16" e a distância de 19,56 m até o marco '5'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 2.040,92 m².

III - Lote "1" com 362,13m² (trezentos e sessenta e dois metros e treze decímetros quadrados), iniciando-se no marco denominado '29', dividindo-o com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Gleba A); deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Gleba A) com o azimute de 44°51'24" e a distância de 23,42 m até o marco '28'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Gleba A) com uma circunferência de Raio de 5,00 metros e a distância de 8,49 m até o marco '27'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Gleba A) com o azimute de 142°09'42" e a distância de 7,28 m até o marco '26'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 2) com o azimute de 226°04'21" e a distância de 29,47 m até o marco '30';

deste segue confrontando com a Rua Henriqueta Tedesco com o azimute de 324°07'25" e a distância de 12,50 m até o marco '29'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 362,13 m².

IV - Lote "2" com 360,79m² (trezentos e sessenta metros e setenta e nove decímetros quadrados), iniciando-se no marco denominado '30', dividindo-o com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 1); deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 1) com o azimute de 46°04'21" e a distância de 29,47 m até o marco '26'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Gleba A) com o azimute de 142°09'42" e a distância de 12,00 m até o marco '25'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 3) com o azimute de 225°13'20" e a distância de 29,95 m até o marco '31'; deste segue confrontando com Rua Henriqueta Tedesco com o azimute de 324°07'25" e a distância de 12,50 m até o marco '30'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 360,79 m².

V - Lote "3" com 365,903m² (trezentos e sessenta e cinco metros e novecentos e três centímetros quadrados), iniciando-se no marco denominado '31', dividindo-o com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 2); deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 2) com o azimute de 45°13'20" e a distância de 29,95 m até o marco '25'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Gleba A) com o azimute de 142°09'42" e a distância de 12,00m até o marco '24'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 4 ) com o azimute de 224°24'05" e a distância de 30,44 m até o marco '32'; deste segue confrontando com Rua Henriqueta Tedesco com o azimute de 324°07'25" e a distância de 12,50 m até o marco '31'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 365,903 m².

VI - Lote "4" com 370,984m² (trezentos e setenta metros e novecentos e oitenta e quatro centímetros quadrados), iniciando-se no marco denominado '32', dividindo-o com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 3); deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 3) com o azimute de 44°24'05" e a distância de 30,44 m até o marco '24' ; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Gleba A) com o azimute de 142°09'42" e a distância de 12,00 m até o marco '23' ; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 5) com o azimute de 223°36'47" e a distância de 30,93 m até o marco '33' ; deste segue confrontando com Rua Henriqueta Tedesco com o azimute de 324°07'25" e a distância de 12,50 m até o marco '32' ; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 370,984 m².

VII - Lote "5" com 368,422 m² (trezentos e sessenta e oito metros e quatrocentos e vinte e dois centímetros quadrados); iniciando-se no marco denominado '33', dividindo-o com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 4); deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 4) com o azimute de 43°36'47" e a distância de 30,93 m até o marco '23' ; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Gleba A) com o azimute de 142°09'42" e a distância de 11,00 m até o marco '22' ; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 6) com o azimute de 220°10'04" e a distância de 31,73 m até o marco '34' ; deste segue confrontando com Rua Henriqueta Tedesco com o azimute de 324°07'25" e a distância de 13,00 m até o marco '33' ; início de descrição, fechando assim

o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 368,422 m<sup>2</sup>.

VIII - Lote "6" com 402,684 m<sup>2</sup> (quatrocentos e dois metros e seiscentos e oitenta e quatro centímetros quadrados); iniciando-se no marco denominado '34', dividindo-o com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 5); deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 5) com o azimute de 40°10'04" e a distância de 31,73 m até o marco '22'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Gleba A) com o azimute de 127°15'51" e a distância de 3,46 m até o marco '21'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Gleba A) com o azimute de 120°44'27" e a distância de 3,46 m até o marco '20'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 7) com o azimute de 202°05'04" e a distância de 33,11 m até o marco '39'; deste segue confrontando com Av. Comendador Selvino Caramori com o azimute de 284°05'49" e a distância de 3,03 m até o marco '38'; deste segue confrontando com Rua Henriqueta Tedesco com o azimute de 296°51'44" e a distância de 3,41 m até o marco '37'; deste segue confrontando com Rua Henriqueta Tedesco com o azimute de 310°21'04" e a distância de 6,27m até o marco '36'; deste segue confrontando com Rua Henriqueta Tedesco com o azimute de 322°52'19" e a distância de 4,38 m até o marco '35'; deste segue confrontando com Rua Henriqueta Tedesco com o azimute de 324°07'25" e a distância de 0,57m até o marco '34'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 402,684 m<sup>2</sup>.

IX - Lote "7" com 908,324 m<sup>2</sup> (novecentos e oito metros e trezentos e vinte e quatro centímetros quadrados), iniciando-se no marco denominado '39', dividindo-o com o Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 6); deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 6) com o azimute de 22°05'04" e a distância de 33,11 m até o marco '20'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Gleba A) com o azimute de 115°14'36" e a distância de 3,02 m até o marco '19'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Gleba A) com o azimute de 107°27'38" e a distância de 3,78 m até o marco '18'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Gleba A) com o azimute de 101°20'00" e a distância de 3,18 m até o marco '17'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Gleba A) com o azimute de 94°25'03" e a distância de 15,00 m até o marco '16'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 8) com o azimute de 184°54'48" e a distância de 29,99 m até o marco '43'; deste segue confrontando com Av. Comendador Selvino Caramori com o azimute de 274°22'59" e a distância de 13,24 m até o marco '42'; deste segue confrontando com Av. Comendador Selvino Caramori com o azimute de 274°31'06" e a distância de 10,21 m até o marco '41'; deste segue confrontando com Av. Comendador Selvino Caramori com o azimute de 275°04'37" e a distância de 7,16 m até o marco '40'; deste segue confrontando com Av. Comendador Selvino Caramori com o azimute de 284°05'49" e a distância de 3,91 m até o marco '39'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 908,324 m<sup>2</sup>.

X - Lote "8" com 1.079,111 m<sup>2</sup> (mil e setenta e nove metros e cento e onze centímetros quadrados), iniciando-se no marco denominado '43', dividindo-o com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 7); deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 7) com o azimute de 4°54'48" e a distância de 29,99 m até o marco '16'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Gleba A) com o azimute de 94°25'03"

e a distância de 35,00 m até o marco '15'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 9) com o azimute de 181°05'31" e a distância de 30,01 m até o marco '44'; deste segue confrontando com Av. Comendador Selvino Caramori com o azimute de 274°22'59" e a distância de 37,00 m até o marco '43'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 1.079,111 m<sup>2</sup>.

XI - Lote "9" com 749,412 m<sup>2</sup> (setecentos e quarenta e nove metros e quatrocentos e doze centímetros quadrados), iniciando-se no marco denominado '44', dividindo-o com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 8); deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Lote 8) com o azimute de 1°05'31" e a distância de 30,01 m até o marco '15'; deste segue confrontando com Mauro Luiz Ceccatto e Sirley de Fátima Tibes Ceccatto (Gleba A) com o azimute de 94°25'03" e a distância de 25,03m até o marco '14'; deste segue confrontando com Alexandre Leilach (Matrícula - 19.229) com o azimute de 181°08'46" e a distância de 30,00 m até o marco '45'; deste segue confrontando com Av. Comendador Selvino Caramori com o azimute de 274°22'59" e a distância de 25,00 m até o marco '44'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 749,412 m<sup>2</sup>. Art. 2º Fica doada para Prefeitura Municipal de Caçador a Gleba "B" descrita no inciso II do art. 1º deste decreto, com superfície de 2.040,92 m<sup>2</sup> (dois mil e quarenta metros e noventa e dois decímetros quadrados) em atendimento ao art. 47 da Lei Complementar nº 128, de 12/05/2008.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 4º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 02 de dezembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO Nº 6.237/2014

DECRETO Nº 6.237 de 05 de dezembro de 2014.  
Nomeia Comissão de Concurso Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 27 e ss. do Decreto nº 3.594, de 02 de outubro de 2006, que dispõe sobre a regulamentação de Concurso Público para Provimento de Cargos Efetivos no âmbito da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional do Município de Caçador,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Concurso Público, composta pelas seguintes pessoas, sob a presidência da primeira, conforme segue:

- I - Dila Marchi Gonçalves Bridi;
- II - Joice Luiza Flores De Matias Wagner;
- III - Iria Lezan Ribeiro;

IV - Marjuri Sgarbossa;  
V - Josiane Burger da Silva Criminácio;  
VI - Denise Chiarello Hartmann;  
VII - Ivonete Ruppel Mello.

Art. 2º A Comissão realizará seus trabalhos em estrita obediência ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Regulamento e Edital Específico do Concurso.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 05 de dezembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO.

### DECRETO Nº 6.238/2014

DECRETO Nº 6.238 de 05 de dezembro de 2014.  
Nomeia Comissão de estudos para acompanhamento e elaboração do diagnóstico do Plano Municipal de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de estudos para acompanhamento e elaboração do diagnóstico do Plano Municipal de Educação, composta pelas seguintes pessoas, sob a presidência da primeira, conforme segue:

I - Paulo Roberto Gonçalves;  
II - Eliane Cavalheiro Cachinski;  
III - Pierry Teza;  
IV - Danielle Regina Ullrich;  
V - Bernadete Ribeiro dos Santos;  
VI - Terezinha Anciutti;  
VII - Renato Vogel;  
VIII - Silmara de Lourdes de Moraes;  
IX - Fabiano Battist Archer.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 05 de dezembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### RESOLUÇÃO 27/2014 CMDCA

Resolução 27/2014 de 04 de dezembro de 2014  
Dispõe sobre a convocação de suplentes do Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.436, de 20 de abril de 2007.

CONSIDERANDO a deliberação em reunião Extraordinária do

CMDCA realizada no dia quatro de dezembro de dois mil e quatorze, Ata nº 307.

Resolve:

Art. 1º - Convocar e nomear os seguintes conselheiros suplentes: Marcelo dos Santos para que substitua a Conselheira Janete Aparecida Zaccaron Thomazi que encontra-se em Licença Maternidade até 04/03/2015, com um prazo de 72 horas para pronunciamento no RH da Prefeitura Municipal de Caçador e CMDCA e Simone Casagrande para que substitua a Conselheira Sirlei Heinemann que encontra-se em Licença Maternidade até 25/03/2015. Caso os mesmos não aceitem, será seguida a lista de chamamento das suplentes conforme Ata de eleição dos membros do Conselho Tutelar Gestão 2012-2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 04 de dezembro de 2014.

MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

### CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 062, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA nº 062, de 05 de dezembro de 2014.

Concede férias à servidora Dimaleicy Aparecida Pereira.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004 RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 01/08/2012 a 31/07/2013, a serem gozadas no período de 05 a 14/01/2015, à servidora DIMALEICY APARECIDA PEREIRA, ocupante do cargo de assistente administrativo, do quadro permanente da Câmara Municipal, com pagamento dos valores calculados em 20/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 05 de dezembro de 2014.

Wilson Luiz Binotto,  
PRESIDENTE

Carlos Evandro Luz,  
VICE-PRESIDENTE

Flavio Henrique dos Santos  
1º SECRETÁRIO

Cleony Lopes Barboza Figur  
2ª SECRETÁRIA.

**PORTARIA Nº 063, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA nº 063, de 05 de dezembro de 2014.

Autoriza a conversão de 1/3 de férias em pecúnia à servidora Nilse de Fatima do Nascimento.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004 RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referentes ao período aquisitivo de 02/01/2014 a 01/01/2015, à servidora NILSE DE FATIMA DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de Diretora geral, com pagamento juntamente com o valor mensal da competência 12/2014, ou seja, em 20/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 05 de dezembro de 2014.

Wilson Luiz Binotto,  
PRESIDENTE

Carlos Evandro Luz,  
VICE-PRESIDENTE

Flavio Henrique dos Santos  
1º SECRETÁRIO

Cleony Lopes Barboza Figur  
2ª SECRETÁRIA.

# Camboriú

## PREFEITURA

**LEI N.º 2.746/2014**

LEI N.º 2.746/2014

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Camboriú para o exercício de 2015.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I****DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Camboriú, abrangendo a administração direta, fundos e fundações para o exercício financeiro de 2015, em R\$ 145.940.000,00 (Cento e quarenta e cinco milhões e novecentos e quarenta mil reais), discriminados nos anexos integrantes desta lei e nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015.

**CAPÍTULO II****DA ESTIMATIVA DA RECEITA**

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, transferências de outras esferas do governo e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, das especificações constantes nos anexos desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	138.578.000,00
1.1	Receita Tributária	28.100.000,00
1.2	Receitas de Contribuições	4.240.500,00
1.3	Receita Patrimonial	1.246.500,00
1.6	Receita de Serviços	10.456.000,00
1.7	Transferências Correntes	88.475.908,00
1.9	Outras Receitas Correntes	6.059.092,00
2.	Receitas de Capital	4.107.500,00
2.1	Operações de Crédito	1.000,00
2.2	Alienação de Bens	1.000,00
2.4	Transferências de Capital	4.105.500,00
7.	Receitas de Contribuições Intra-Orçamentárias	3.254.500,00
7.2	Receita de Contribuições	2.999.500,00
7.6	Receita de Serviços Intra-orçamentárias	255.000,00
TOTAL		145.940.000,00

**CAPÍTULO III****DA FIXAÇÃO DA DESPESA**

Art. 3º A despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - classificação institucional:

01.00	Câmara de Vereadores	4.195.000,00
02.00	Prefeitura Municipal	31.093.800,00
03.00	Fundo Municipal de Saúde	23.488.100,00
04.00	Fundo Municipal Agropecuário	1.358.500,00

05.00	Fundo Municipal de Educação	54.502.000,00
06.00	Fundo Municipal de Assistência Social	4.126.600,00
07.00	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	1.725.000,00
08.00	Instituto de Prev. dos Serv. Públicos do Mun. de Camboriú	5.300.000,00
10.00	Fundo Municipal de Saneamento Básico	16.600.000,00
11.00	Fundo de Melhoria da Polícia Militar	378.500,00
12.00	Fundação Municipal de Esportes	1.593.500,00
13.00	Fundação Municipal de Cultura	949.500,00
14.00	Fundação Municipal de Meio Ambiente	629.500,00
	TOTAL	145.940.000,00

## II - classificação por função:

01	Legislativa	4.195.000,00
02	Judiciária	652.500,00
04	Administração	12.662.500,00
06	Segurança Pública	1.290.500,00
08	Assistência Social	5.851.600,00
09	Previdência Social	2.855.000,00
10	Saúde	25.288.100,00
12	Educação	52.702.000,00
13	Cultura	949.500,00
15	Urbanismo	11.968.500,00
16	Habitação	4.000,00
17	Saneamento	16.600.000,00
18	Gestão Ambiental	629.500,00
20	Agricultura	1.271.000,00
23	Comércio e Serviços	1.181.800,00
27	Desporto e Lazer	1.593.500,00
28	Encargos Especiais	3.700.000,00
99	Reserva de Contin- gência	2.545.000,00
	TOTAL	145.940.000,00

## III - classificação por sub-função:

31	Ação Legislativa	4.195.000,00
61	Ação Judiciária	231.000,00
62	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	421.500,00
122	Administração Geral	10.235.000,00
123	Administração Finan- ceira	1.699.000,00
125	Normatização e Fisca- lização	238.500,00
131	Comunicação Social	490.000,00
181	Policimento	656.500,00
182	Defesa Civil	634.000,00

243	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.725.000,00
244	Assistência Comunitária	4.126.600,00
272	Previdência do Regime Estatutário	2.855.000,00
301	Atenção Básica	20.246.100,00
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.432.000,00
305	Vigilância Epidemio- lógica	810.000,00
306	Alimentação e Nutrição	1.800.000,00
361	Ensino Fundamental	32.230.000,00
365	Educação Infantil	20.383.000,00
366	Educação de Jovens e Adultos	9.000,00
367	Educação Especial	80.000,00
392	Difusão Cultural	949.500,00
451	Infra-Estrutura Urbana	10.872.000,00
452	Serviços Urbanos	1.096.500,00
482	Habitação Urbana	4.000,00
512	Saneamento Básico Urbano	16.600.000,00
541	Preservação e Conser- vação Ambiental	629.500,00
606	Extensão Rural	1.271.000,00
695	Turismo	1.181.800,00
812	Desporto Comunitário	1.593.500,00
843	Serviço da Dívida Interna	2.200.000,00
846	Outros Encargos Especiais	1.500.000,00
999	Reserva de Contin- gência	2.545.000,00
	TOTAL	145.940.000,00

## IV - classificação por programa:

0000	Encargos Especiais e Dívida Pública	3.931.000,00
0001	Gestão do Processo Legislativo	4.195.000,00
0002	Gestão Financeira e Administrativa	13.596.000,00
0003	Gestão do Planejam- ento Urbano	701.000,00
0004	Gestão de Apoio a Cultura	949.500,00
0005	Gestão de Apoio ao Desenvolvimento Eco- nômico	1.181.800,00
0006	Gestão da Infra-Es- trutura e Mobilidade Urbana	11.180.000,00
0007	Gestão da Proteção Ambiental	629.500,00
0008	Gestão de Apoio a Agropecuária e Agri- cultura	1.358.500,00
0009	Gestão e Fortalecimen- to do Sistema de Saúde	23.488.100,00
0010	Gestão da Educação com Qualidade	54.502.000,00

0011	Gestão da Inclusão e Desenvolvimento Social	4.126.600,00
0012	Gestão e Apoio Incondicional a Infância e Adolescência	1.725.000,00
0013	Gestão da Segurança	378.500,00
0014	Gestão de Apoio aos Bombeiros	500.000,00
0015	Gestão da Água e Saneamento	16.600.000,00
0016	Gestão e Apoio a Habitação de Interesse Social	4.000,00
0017	Gestão de Incentivo aos Esportes	1.593.500,00
0018	Gestão e Coordenação da Previdência Municipal	5.300.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>145.940.000,00</b>

## V - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	128.642.020,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	77.457.700,00
3.2.00.00.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	400.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	50.784.320,00
Despesas de Capital	14.752.980,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	12.952.980,00
4.6.00.00.00.00.00.00 – Amortização da Dívida	1.800.000,00
Reserva de Contingência	2.545.000,00
7.9.00.00.00.00.00.00 – Reserva de Contingência – RPPS	2.445.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 – Reserva de Contingência	100.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>145.940.000,00</b>

## CAPÍTULO IV

## DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ENTIDADE

## Seção I

Do Orçamento da Prefeitura Municipal de Camboriú

Art. 4º O orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Camboriú para o exercício de 2015 estima a receita em R\$ 67.340.492,00 (sessenta e sete milhões trezentos e quarenta mil quatrocentos e noventa e dois reais), fixa as despesas em R\$ 31.093.800,00 (trinta e um milhões noventa e três mil e oitocentos reais) e transferências financeiras a fundos em R\$ 36.246.692,00 (trinta e seis milhões duzentos e quarenta e seis mil seiscentos e noventa e dois reais).

§ 1º A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, transferências de outras esferas do governo e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, das especificações constantes nos anexos desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	67.334.492,00
1.1	Receita Tributária	22.626.000,00
1.2	Receitas de Contribuições	2.280.000,00
1.3	Receita Patrimonial	639.000,00
1.6	Receita de Serviços	10.000,00

1.7	Transferências Correntes	35.771.400,00
1.9	Outras Receitas Correntes	6.008.092,00
2.	Receitas de Capital	6.000,00
2.1	Operações de Crédito	1.000,00
2.2	Alienação de Bens	1.000,00
2.4	Transferências de Capital	4.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>67.340.492,00</b>

§ 2º A despesa da entidade Prefeitura Municipal de Camboriú será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - classificação por função:

02	Judiciária	652.500,00
04	Administração	12.662.500,00
06	Segurança Pública	912.000,00
15	Urbanismo	11.881.000,00
16	Habitação	4.000,00
23	Comércio e Serviços	1.181.800,00
28	Encargos Especiais	3.700.000,00
99	Reserva de Contingência	100.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>31.093.800,00</b>

## II - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	26.697.500,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	10.671.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	400.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	15.626.500,00
Despesas de Capital	4.296.300,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	2.496.300,00
4.6.00.00.00.00.00.00 – Amortização da Dívida	1.800.000,00
Reserva de Contingência	100.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 – Reserva de Contingência	100.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>31.093.800,00</b>

Transferências Financeiras Concedidas	36.246.692,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>67.340.492,00</b>

## Seção II

Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Camboriú

Art. 5º O orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Camboriú para o exercício de 2015 estima a receita em R\$ 9.749.000,00 (nove milhões setecentos e quarenta e nove mil reais), as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 13.739.100,00 (treze milhões setecentos e trinta e nove mil e cem reais) e fixa as despesas em R\$ 23.488.100,00 (vinte e três milhões quatrocentos e oitenta e oito mil e cem reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, arrecadação de tributos, rendas, transferências

de outras esferas do governo e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	9.449.000,00
1.1	Receita Tributária	420.000,00
1.3	Receita Patrimonial	54.000,00
1.7	Transferências Correntes	8.973.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	2.000,00
2.	Receitas de Capital	300.000,00
2.4	Transferências de Capital	300.000,00
TOTAL		9.749.000,00

Transferências Financeiras Recebidas	13.739.100,00
TOTAL GERAL	23.488.100,00

§ 2º A despesa da entidade Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - classificação por função:

10	Saúde	23.488.100,00
	TOTAL	23.488.100,00

II - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	22.496.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	13.825.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	8.671.000,00
Despesas de Capital	992.100,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	992.100,00
TOTAL	23.488.100,00

### Seção III

Do Orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Camboriú

Art. 6º O orçamento da entidade Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Camboriú para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 1.352.000,00 (um milhão trezentos e cinquenta e dois mil reais) e fixa as despesas em R\$ 1.358.500,00 (um milhão trezentos e cinquenta e oito mil e quinhentos reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, outras receitas correntes e de capital na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	4.500,00
1.3	Receita Patrimonial	1.500,00
1.9	Outras Receitas Correntes	3.000,00
2.	Receitas de Capital	2.000,00
2.4	Transferências de Capital	2.000,00
TOTAL		6.500,00

Transferências Financeiras Recebidas	1.352.000,00
TOTAL GERAL	1.358.500,00

§ 2º A despesa da entidade Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - classificação por função:

15	Urbanismo	87.500,00
20	Agricultura	1.271.000,00
	TOTAL	1.358.500,00

II - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	1.296.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	960.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	336.000,00
Despesas de Capital	62.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	62.500,00
TOTAL	1.358.500,00

### Seção IV

Do Orçamento do Fundo Municipal de Educação de Camboriú

Art. 7º O orçamento da entidade Fundo Municipal de Educação de Camboriú para o exercício de 2015 estima a receita em R\$ 45.874.000,00 (quarenta e cinco milhões oitocentos e setenta e quatro mil reais), as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 8.628.000,00 (oito milhões seiscentos e vinte e oito mil reais) e fixa as despesas em R\$ 54.502.000,00 (cinquenta e quatro milhões quinhentos e dois mil reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	42.875.000,00
1.3	Receita Patrimonial	115.000,00
1.7	Transferências Correntes	42.760.000,00
2.	Receitas de Capital	2.999.000,00
2.4	Transferências de Capital	2.999.000,00
TOTAL		45.874.000,00

Transferências Financeiras Recebidas	8.628.000,00
TOTAL GERAL	54.502.000,00

§ 2º A despesa da entidade Fundo Municipal de Educação será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - classificação por função:

10	Saúde	1.800.000,00
12	Educação	52.702.000,00

	TOTAL	54.502.000,00
--	-------	---------------

## II - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	48.837.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	42.310.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	6.527.000,00
Despesas de Capital	5.665.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	5.665.000,00
TOTAL	54.502.000,00

## Seção V

## Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Camboriú

Art. 8º O orçamento da entidade Fundo Municipal de Assistência Social de Camboriú para o exercício de 2015 estima a receita em R\$ 978.508,00 (novecentos e setenta e oito mil quinhentos e oito reais), as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 3.148.092,00 (três milhões cento e quarenta e oito mil noventa e dois reais) e fixa as despesas em R\$ 4.126.600,00 (quatro milhões cento e vinte e seis mil e seiscentos reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	977.008,00
1.3	Receita Patrimonial	7.500,00
1.7	Transferências Correntes	967.508,00
1.9	Outras Receitas Correntes	2.000,00
2.	Receitas de Capital	1.500,00
2.4	Transferências de Capital	1.500,00
TOTAL		978.508,00

Transferências Financeiras Recebidas	3.148.092,00
TOTAL GERAL	4.126.600,00

§ 2º A despesa da entidade Fundo Municipal de Assistência Social será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - classificação por função:

08	Assistência Social	4.126.600,00
	TOTAL	4.126.600,00

## II - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	4.027.020,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	2.196.700,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	1.830.320,00
Despesas de Capital	99.580,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	99.580,00
TOTAL	4.126.600,00

## Seção VI

## Do Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Camboriú

Art. 9º O orçamento da entidade Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Camboriú para o exercício de 2015 estima a receita em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 1.723.000,00 (um milhão setecentos e vinte e três mil reais) e fixa as despesas em R\$ 1.725.000,00 (um milhão setecentos e vinte e cinco mil reais).  
§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, rendas e outras receitas correntes e de capital na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	2.000,00
1.3	Receita Patrimonial	1.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	1.000,00
TOTAL		2.000,00

Transferências Financeiras Recebidas	1.723.000,00
TOTAL GERAL	1.725.000,00

§ 2º A despesa da entidade Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - classificação por função:

08	Assistência Social	1.725.000,00
	TOTAL	1.725.000,00

## II - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	1.725.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	1.725.000,00
TOTAL	1.725.000,00

## Seção VI

## Do Orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Camboriú

Art. 10. O orçamento da entidade Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Camboriú para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 5.300.000,00 (cinco milhões e trezentos mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 5.300.000,00 (cinco milhões e trezentos mil reais).

§ 1º A receita será realizada mediante a arrecadação de contribuições dos encargos do Ente para o Regime Próprio de Previdência Social e a arrecadação de contribuições e de rendas, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	2.300.500,00
1.2	Receitas de Contribuições	1.960.500,00
1.3	Receita Patrimonial	320.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	20.000,00
7.	Receitas de Contribuições Intra-Orçamentárias	2.999.500,00
7.2	Receita de Contribuições	2.999.500,00
TOTAL		5.300.000,00

§ 2º A despesa da entidade Instituto de Previdência dos Servidores

Públicos do Município de Camboriú será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - classificação por função:

09	Previdência Social	2.855.000,00
99	Reserva de Contingência	2.445.000,00
	TOTAL	5.300.000,00

II - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	2.835.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	2.503.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	332.000,00
Despesas de Capital	20.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	20.000,00
Reserva de Contingência RPPS	2.445.000,00
7.9.00.00.00.00.00.00 – Reserva de Contingência	2.445.000,00
TOTAL	5.300.000,00

#### Seção VII

Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Camboriú

Art. 11. O orçamento da entidade Câmara Municipal de Vereadores de Camboriú para o exercício de 2015 fixa a despesa em R\$ 4.195.000,00 (quatro milhões cento e noventa e cinco mil reais) e as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 4.195.000,00 (quatro milhões cento e noventa e cinco mil reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

Transferências Financeiras Recebidas	4.195.000,00
TOTAL GERAL	4.195.000,00

§ 2º A despesa da entidade Câmara Municipal de Vereadores de Camboriú será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - classificação por função:

01	Legislativa	4.195.000,00
	TOTAL	4.195.000,00

II - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	3.545.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	2.823.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	722.000,00
Despesas de Capital	650.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	650.000,00
TOTAL	4.195.000,00

#### Seção VIII

Do Orçamento do Fundo Municipal de Saneamento Básico

Art. 12. O orçamento da entidade Fundo Municipal de

Saneamento Básico para o exercício de 2015 estima a receita em R\$ 16.600.000,00 (dezesesseis milhões e seiscentos mil reais) e fixa as despesas em R\$ 16.600.000,00 (dezesesseis milhões e seiscentos mil reais).

§ 1º A receita será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	15.551.000,00
1.1	Receita Tributária	5.000.000,00
1.3	Receita Patrimonial	95.000,00
1.6	Receita de Serviços	10.446.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	10.000,00
2.	Receitas de Capital	794.000,00
2.4	Transferências de Capital	794.000,00
7.	Receitas de Contribuições Intra-Orçamentárias	255.000,00
7.6	Receita de Serviços Intra-orçamentárias	255.000,00
TOTAL		16.600.000,00

§ 2º A despesa da entidade, Fundo Municipal de Saneamento Básico, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - classificação por função:

17	Saneamento	16.600.000,00
	TOTAL	16.600.000,00

II - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	13.795.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	1.166.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	12.629.000,00
Despesas de Capital	2.805.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	2.805.000,00
TOTAL	16.600.000,00

#### Seção IX

Do Orçamento do Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú

Art. 13. O orçamento da entidade Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú para o exercício de 2015 estima a receita em R\$ 58.500,00 (cinquenta e oito mil e quinhentos reais), as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais) e fixa a despesa em R\$ 378.500,00 (trezentos e setenta e oito mil e quinhentos reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, rendas e outras receitas correntes, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	58.500,00
1.1	Receita Tributária	54.000,00
1.3	Receita Patrimonial	3.500,00
1.9	Outras Receitas Correntes	1.000,00
TOTAL		58.500,00

Transferências Financeiras Recebidas	320.000,00
TOTAL GERAL	378.500,00

§ 2º A despesa da entidade Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:  
I - classificação por função:

06	Segurança Pública	378.500,00
	TOTAL	378.500,00

II - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	303.500,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	303.500,00
Despesas de Capital	75.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	75.000,00
TOTAL	378.500,00

#### Seção X

Do Orçamento da Fundação Municipal de Esportes

Art. 14. O orçamento da entidade Fundação Municipal de Esportes para o exercício de 2015 estima a receita em R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 1.576.500,00 (um milhão quinhentos e setenta e seis mil e quinhentos reais) e fixa a despesa em R\$ 1.593.500,00 (um milhão quinhentos e noventa e três mil e quinhentos reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	16.000,00
1.3	Receita Patrimonial	6.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	10.000,00
2.	Receitas de Capital	1.00,00
2.4	Transferências de Capital	1.000,00
TOTAL		17.000,00

Transferências Financeiras Recebidas	1.576.500,00
TOTAL GERAL	1.593.500,00

§ 2º A despesa da entidade Fundação Municipal de Esportes será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - classificação por função:

27	Desporto e Lazer	1.593.500,00
	TOTAL	1.593.500,00

II - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	1.571.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	341.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	1.230.000,00

Despesas de Capital	22.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	22.500,00
TOTAL	1.593.500,00

#### Seção XI

Do Orçamento da Fundação Municipal de Cultura

Art.15. O orçamento da entidade Fundação Municipal de Cultura para o exercício de 2015 estima a receita em R\$ 7.000,00 (sete mil reais), as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 942.500,00 (novecentos e quarenta e dois mil e quinhentos reais) e fixa a despesa em R\$ 949.500,00 (novecentos e quarenta e nove mil e quinhentos reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	5.000,00
1.3	Receita Patrimonial	2.000,00
1.7	Transferências Correntes	2.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	1.000,00
2.	Receitas de Capital	2.000,00
2.4	Transferências de Capital	2.000,00
TOTAL		7.000,00

Transferências Financeiras Recebidas	942.500,00
TOTAL GERAL	949.500,00

§ 2º A despesa da entidade Fundação Municipal de Cultura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - classificação por função:

13	Cultura	949.500,00
	TOTAL	949.500,00

II - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	917.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	341.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	576.000,00
Despesas de Capital	32.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	32.500,00
TOTAL	949.500,00

#### Seção XII

Do Orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente

Art. 16. O orçamento da entidade Fundação Municipal do Meio Ambiente para o exercício de 2015 estima a receita em R\$ 7.000,00 (sete mil reais), as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 622.500,00 (seiscentos e vinte e dois mil e quinhentos reais) e fixa a despesa em R\$ 629.500,00 (seiscentos e vinte e nove mil e quinhentos reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, rendas, transferências de outras esferas de

governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	5.000,00
1.3	Receita Patrimonial	2.000,00
1.7	Transferências Correntes	2.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	1.000,00
2.	Receitas de Capital	2.000,00
2.4	Transferências de Capital	2.000,00
TOTAL		7.000,00

Transferências Financeiras Recebidas	622.500,00
TOTAL GERAL	629.500,00

§ 2º A Despesa da entidade Fundação Municipal do Meio Ambiente será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - classificação por função:

18	Gestão Ambiental	629.500,00
	TOTAL	629.500,00

II - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	597.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	321.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	276.000,00
Despesas de Capital	32.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	32.500,00
TOTAL	629.500,00

## CAPÍTULO V

### DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recursos da reserva de contingência nas situações previstas no artigo 5º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal de acordo com o estabelecido no Demonstrativo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações dentro do mesmo projeto ou atividade até o limite de 40% (quarenta por cento) da receita estimada para o orçamento, com finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias em conformidade com o artigo 30 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e previsto nos incisos I, II e III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março 1964.

§ 1º Para efeito de observância do limite previsto neste artigo, na aferição do saldo para abertura de créditos adicionais, serão dedutíveis, do montante fixado, os créditos abertos por excesso de arrecadação e superávit financeiro, apurado em balanço exercício anterior, previsto nos incisos I e II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março 1964.

§ 2º Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 19. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar

dotações de pessoal e encargos sociais entre as administrações direta e indireta, sem lhes alterar o valor global, para assegurar a execução das despesas com Folha de Pagamento.

Art. 20. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de créditos, por antecipação da receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário financeiro do Município, observado o preceito legais aplicáveis à matéria, inclusive os mencionados nos artigos 32 e 38 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 21. Durante o exercício de 2015 o Poder Executivo Municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas prioritizados nesta Lei, desde que autorizado por Lei específica.

Art. 22. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o excesso dos previstos, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Poder Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 24. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou por meio de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 25. Fazem parte desta Lei os seguintes anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;

II - Receitas por Categorias Econômicas;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas;

IV - Funções e Sub-funções de Governo;

V - Programa de Trabalho de Governo;

VI - Programa de Trabalho de Governo (Consolidado);

VII - Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com os Recursos;

VIII - Demonstrativo das Despesas por Órgãos e Funções;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Art. 26. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015 a partir de 1º de janeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 02 de dezembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

## LEI N.º 2.747/2014

LEI N.º 2.747/2014

Autoriza o Poder Executivo Municipal a converter valores de Outorga Onerosa e de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN em prestação de serviços de infraestrutura urbana e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a converter em obra pública a quantia de 41.299,02 UFM (quarenta e um mil duzentos e noventa e nove vírgula zero duas Unidades Fiscais Municipais), relativa à outorga onerosa do direito de construir prevista na Lei Complementar Municipal n.º 29/2010, e 12.220,49 UFM (doze mil duzentos e vinte vírgula quarenta e nove Unidades Fiscais Municipais), referente ao Imposto Sobre

Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, incidente sobre a aprovação do projeto de construção do Edifício Residencial Alameda Provence, com área total de 65.245,54m², a ser edificado na Rua Santo Amaro, Bairro São Francisco de Assis, Camboriú/SC, pela empresa Carelli Propriedades Construtora e Incorporadora Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.008.758/0001-79, com sede na Rua 1.822, n.º 364, sala 01, Centro, Balneário Camboriú/SC.

Art. 2º Fica autorizada a execução da obra pública de que trata o artigo 1º desta Lei pela empresa Carelli Propriedades Construtora e Incorporadora Ltda., que consistirá na drenagem, pavimentação e sinalização viária de parte da Rua Monte Cruzeiro, localizada no Bairro Monte Alegre do Município de Camboriú/SC, conforme projetos e memorial descritivo aprovado pela Municipalidade, no limite do valor previsto no artigo acima.

Art. 3º A empresa deverá iniciar as obras e serviços citados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação por parte do Município, sob pena da imediata suspensão do alvará de construção do Edifício Residencial Alameda Provence.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 02 de dezembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

#### **LEI N.º 2.748/2014**

LEI N.º 2.748/2014

Denominação de Rua.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de: "RUA RIO JARAGUÁ", a rua situada no Bairro Rio Pequeno, registrada na Secretaria do Planejamento como "Rua Projetada "R", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 7418, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 03 de dezembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

#### **LEI N.º 2.749/2014**

LEI N.º 2.749/2014

Denominação de Rua.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de: "RUA RIO DO OURO", a rua situada no Bairro Rio Pequeno, registrada na Secretaria do Planejamento como "Rua Projetada "S", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 7419, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 03 de dezembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

#### **LEI N.º 2.750/2014**

LEI N.º 2.750/2014

Cria o Programa Escola de Portas Abertas no Município de Camboriú.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica através da presente Lei criado no Município de Camboriú o Programa "Escola de Portas Abertas", que funcionará nas quadras esportivas e nos ginásios das escolas da Rede Municipal de Ensino, nos finais de semana e nas férias escolares, em horários determinados.

Art. 2º O objetivo do Programa é oferecer quadras esportivas e ginásios das escolas para a comunidade como alternativa de lazer e esporte, incentivando o convívio entre as pessoas.

Art. 3º O planejamento, a organização e a realização do Programa ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º O Executivo Municipal regulamentará a presente Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias, naquilo que se fizer necessário.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com entidades da sociedade civil organizada e da iniciativa privada, além de entidades Federais, Estaduais e Municipais com a finalidade específica do fiel cumprimento desta Lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias da secretaria Municipal de Educação, suplementadas se necessário e consignadas anualmente na Lei Orçamentária do Município.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 03 de dezembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

**PR 101/2014 - PMC**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 101/2014-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA ASSENTAMENTO DE GALERIA COM REJUNTE INTERNO COM ARGAMASSA DE CONCRETO COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA AS VALAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 13 (Treze) de Janeiro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 05 de Dezembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

**PR 102/2014 - PMC**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 102/2014-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA REFORMA DAS DIVERSAS PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS MESMAS. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 15:00 horas do dia 13 (Treze) de Janeiro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 05 de Dezembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

**RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA CC 03/14 - PMC**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 03/2014-PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PROPAGANDA E DIVULGAÇÃO PARA A PREFEITURA DE CAMBORIÚ, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DESTES INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS.

TIPO DE JULGAMENTO: TÉCNICA E PREÇO

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO: organizada pelo nome dos licitantes, abrindo-se prazo para interposição de recurso, conforme disposto na alínea b do inciso I do art. 109 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993:

CLASSIFICAÇÃO EMPRESA PONTUAÇÃO

1º Tatticas Publicidade e Propaganda Ltda 141,45

2º Squeeze Comunicação Ltda EPP 125,98

3º Tempo Brasil Comunicação Ltda 125,20

4º Ômega Comunicação Ltda ME 125,01

5º Propaga Comunicação Ltda 124,36

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 04 de Dezembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 32/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 32/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAF0726	55154871	02/05/1998	70300	244 * I	191.53
ACJ2504	55154583	10/03/1998	70300	244 * I	191.53
ADA5880	55154096	26/01/1998	51850	167	127.69
CB653	55154584	16/03/1998	57380	186 * II	191.53
EB4313	55154345	31/01/1998	65990	230 * V	191.53
EB4313	55154345	31/01/1998	50100	162 * I	574.61
EB4313	55154345	31/01/1998	66100	230 * VII	127.69
EB4313	55154345	31/01/1998	65800	230 * IV	191.53
EK206	55154688	04/03/1998	70300	244 * I	191.53
EM588	55154687	02/03/1998	65990	230 * V	191.53
EM588	55154687	02/03/1998	50100	162 * I	574.61
EM829	55154714	12/03/1998	70300	244 * I	191.53
IAT6997	55154341	25/01/1998	57380	186 * II	191.53
ICP2167	55154496	10/02/1998	70300	244 * I	191.53
IJ992	55154803	18/04/1998	58350	195	127.69
IJ992	55154803	18/04/1998	70300	244 * I	191.53
JU5927	55154668	23/02/1998	50100	162 * I	574.61
JU5927	55154668	23/02/1998	65990	230 * V	191.53
LWT7389	55154723	15/03/1998	70300	244 * I	191.53
LWV0552	55154616	17/04/1998	65560	230 * I	191.53
LWV0552	55154616	17/04/1998	54010	181 * III	127.69
LWZ6322	55154877	06/05/1998	58350	195	127.69
LWZ6322	55154877	06/05/1998	57380	186 * II	191.53
LWZ7530	55154487	07/02/1998	70300	244 * I	191.53
LXA8058	55154821	20/04/1998	55500	181 * XVIII	85.12
LXA9619	55154858	20/04/1998	65560	230 * I	191.53
LXA9619	55154858	20/04/1998	50100	162 * I	574.61
LXC4966	55154735	06/04/1998	58350	195	127.69
LXC4966	55154735	06/04/1998	69120	232	53.20
LXC4966	55154735	06/04/1998	70300	244 * I	191.53
LXC4966	55154735	06/04/1998	50100	162 * I	574.61
LXF5861	55154098	27/01/1998	50100	162 * I	574.61
LXK7871	55154744	12/04/1998	50100	162 * I	574.61
LXK7871	55154744	12/04/1998	65990	230 * V	191.53
LXK7871	55154744	12/04/1998	69120	232	53.20
LXM9278	55154853	19/04/1998	55500	181 * XVIII	85.12
LXO1037	55154880	09/05/1998	70300	244 * I	191.53
LXO1037	55154880	09/05/1998	50100	162 * I	574.61
LXO1037	55154880	09/05/1998	65800	230 * IV	191.53
LXP1707	55154702	09/03/1998	65800	230 * IV	191.53
LXQ8071	55154861	21/04/1998	57380	186 * II	191.53
LXR1074	55154757	16/04/1998	55500	181 * XVIII	85.12
LXV6415	55154669	23/02/1998	70300	244 * I	191.53
LXV6415	55154493	08/02/1998	70300	244 * I	191.53

LXW1835	55154482	06/02/1998	57380	186	*	II	191.53
LYA5340	55154872	02/05/1998	70300	244	*	I	191.53
LYB3846	55154581	21/02/1998	65560	230	*	I	191.53
LYB3846	55154581	21/02/1998	50100	162	*	I	574.61
LYB3846	55154581	21/02/1998	70300	244	*	I	191.53
LYB3846	55154581	21/02/1998	65990	230	*	V	191.53
LYC8186	55154608	30/03/1998	70300	244	*	I	191.53
LYE0377	55154745	16/04/1998	69120	232			53.20
LYE0377	55154745	16/04/1998	50100	162	*	I	574.61
LYE1966	55154089	26/01/1998	70300	244	*	I	191.53
LYF0817	55154760	17/04/1998	55680	181	*	XIX	127.69
LYK0155	55154347	04/02/1998	70300	244	*	I	191.53
LYQ7537	55154346	03/02/1998	70300	244	*	I	191.53
LYT3678	55154806	19/04/1998	70300	244	*	I	191.53
LYV5786	55154585	16/03/1998	57380	186	*	II	191.53
LYV5786	55154079	23/01/1998	70300	244	*	I	191.53
LYV5786	55154551	27/01/1998	70300	244	*	I	191.53
LYV5786	55154551	27/01/1998	66370	230	*	IX	127.69
LYX9755	55154604	09/03/1998	54600	181	*	IX	85.12
LYY2969	55154337	24/01/1998	70300	244	*	I	191.53
LYY4913	55154752	15/04/1998	70480	244	*	II	191.53
LYZ6095	55154873	02/05/1998	50100	162	*	I	574.61
LZA5540	55154552	31/01/1998	65300	228			127.69
LZH0217	55154484	07/02/1998	70300	244	*	I	191.53
LZI5338	55154574	18/02/1998	51850	167			127.69
LZO2771	55154761	18/04/1998	58350	195			127.69
LZO2771	55154761	18/04/1998	70480	244	*	II	191.53
LZR7809	55154805	18/04/1998	70480	244	*	II	191.53
LZW2889	55154690	04/03/1998	70300	244	*	I	191.53
MAA3802	55154825	11/05/1998	50100	162	*	I	574.61
MBC3460	55154746	18/04/1998	70300	244	*	I	191.53
MBC3460	55154746	18/04/1998	50100	162	*	I	574.61
MBI7850	55154577	18/02/1998	51850	167			127.69
UK570	55154716	12/03/1998	70300	244	*	I	191.53
UK570	55154499	12/02/1998	70300	244	*	I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 33/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 33/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXJ3816	55154632	20/05/1998	70300	244 * I	191.53
LYV3749	55154708	11/03/1998	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 34/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 34/1998**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AC4290	55154828	26/05/1998	50100	162 * I	574.61
AC4290	55154828	26/05/1998	65990	230 * V	191.53
CB461	55154651	12/02/1998	58350	195	127.69
CB461	55154651	12/02/1998	70300	244 * I	191.53
LWV2411	55154637	24/05/1998	70300	244 * I	191.53
LYL9205	55154833	10/06/1998	70300	244 * I	191.53
LYM1892	55154647	14/06/1998	70480	244 * II	191.53
LYM1892	55154647	14/06/1998	70300	244 * I	191.53
LYR8216	55154765	03/06/1998	60500	208	191.53
LYR8216	55154765	03/06/1998	69710	238	191.53
LYY1510	55154900	11/06/1998	51690	165	957.69
LZE8314	55154643	08/06/1998	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 35/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 35/1998**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXV4531	55154471	01/02/1998	70300	244 * I	191.53
LXY7080	55154587	17/03/1998	70480	244 * II	191.53
LYA8258	55154683	01/02/1998	70300	244 * I	191.53
LYO1132	55154869	30/04/1998	70300	244 * I	191.53
LYO1132	55154869	30/04/1998	70480	244 * II	191.53
LYX0299	55154870	29/04/1998	50100	162 * I	574.61
LYX0299	55154870	29/04/1998	70480	244 * II	191.53
LZA0817	55154624	14/05/1998	70300	244 * I	191.53
LZC5011	55154879	08/05/1998	70300	244 * I	191.53
LZE2098	55154826	11/05/1998	50100	162 * I	574.61
MBN1840	55154621	12/05/1998	57380	186 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 39/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 39/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
EB7362	55790868	27/07/1998	69120	232	53.20
EB7362	55790868	27/07/1998	66370	230 * IX	127.69
LXH7486	55790934	14/08/1998	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 40/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 40/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADA9942	55790860	27/07/1998	69120	232	53.20
LXV8623	55790872	28/07/1998	67260	230 * XVIII	127.69
LXV8623	55790872	28/07/1998	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 44/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 44/1999**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AL608	55790963	20/11/1998	69120	232	53.20
AL608	55790963	20/11/1998	65800	230 * IV	191.53
AL608	55790963	20/11/1998	70300	244 * I	191.53
AL608	55790963	20/11/1998	50610	163 c/c 162 * I	574.61
BWE0332	55790981	02/12/1998	51850	167	127.69
IK2849	55790960	19/11/1998	52070	169	53.20
IK2849	55790960	19/11/1998	65990	230 * V	191.53
IK2849	55790960	19/11/1998	51850	167	127.69
IK2849	55790960	19/11/1998	69120	232	53.20
LWV2411	55790959	19/11/1998	70300	244 * I	191.53
LXA8348	55790970	23/11/1998	70300	244 * I	191.53
LXN9705	55791163	06/12/1998	70300	244 * I	191.53
LXO7345	55791168	06/12/1998	70300	244 * I	191.53
LYC1539	55790996	02/12/1998	65990	230 * V	191.53
LYC2371	55790958	19/11/1998	70300	244 * I	191.53
LYL5923	55790985	02/12/1998	69120	232	53.20
LYQ7365	55791158	05/12/1998	50100	162 * I	574.61
LYQ7365	55791158	05/12/1998	69120	232	53.20
LYQ7365	55791158	05/12/1998	65990	230 * V	191.53
LYQ7365	55791158	05/12/1998	70300	244 * I	191.53
LYR0876	55790995	02/12/1998	69120	232	53.20
LYV4202	55790993	02/12/1998	69120	232	53.20
MAC5470	55790997	02/12/1998	65560	230 * I	191.53
MAD5442	55790968	23/11/1998	50100	162 * I	574.61
MAD5442	55790968	23/11/1998	52820	176 * I	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 52/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 52/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZK3192	55791908	28/08/1999	66530	230 * XI	127.69
LZK3192	55791908	28/08/1999	70300	244 * I	191.53
LZP7792	55791518	28/07/1999	65800	230 * IV	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 54/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 54/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXE9595	55791913	03/09/1999	50100	162 * I	574.61
LXE9595	55791913	03/09/1999	65990	230 * V	191.53
LXE9595	55791913	03/09/1999	66450	230 * X	127.69
LXH4122	55791720	22/10/1999	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 64/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 64/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXL7718	55791761	25/11/1999	65990	230 * V	191.53
LXL7718	55791761	25/11/1999	50370	162 * III	574.61
LXL7718	55791689	25/11/1999	70300	244 * I	191.53
LYE2328	55792012	09/01/2000	51690	165	957.69
LYE2328	55792012	09/01/2000	69120	232	53.20
LZA0817	55792308	17/01/2000	50100	162 * I	574.61
LZA0817	55792308	17/01/2000	73400	252 * IV	85.12
LZA0817	55792308	17/01/2000	69120	232	53.20
LZA0817	55792308	17/01/2000	65990	230 * V	191.53
LZP8661	55792303	17/01/2000	55250	181 * XV	85.12
MBE4878	55792069	16/01/2000	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 65/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 65/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BMF2393	55792305	17/01/2000	50530	162 * VI	191.53
BMF2393	55792305	17/01/2000	73400	252 * IV	85.12
LWZ2029	55791960	07/12/1999	55680	181 * XIX	127.69
LXF4212	55791971	19/12/1999	58350	195	127.69
LXF4212	55791971	19/12/1999	70300	244 * I	191.53
LXF4212	55791971	19/12/1999	57380	186 * II	191.53
LXF4212	55791971	19/12/1999	66370	230 * IX	127.69
LXP5833	55792013	15/01/2000	70480	244 * II	191.53
LYN2819	55792072	17/01/2000	70720	244 * V	191.53
LYN2819	55792072	17/01/2000	50100	162 * I	574.61
LYV7697	55791994	31/12/1999	70300	244 * I	191.53
LYV7697	55791994	31/12/1999	70480	244 * II	191.53
LZM1824	55792053	06/01/2000	54520	181 * VIII	127.69
LZT3357	55791998	03/01/2000	55680	181 * XIX	127.69
MAL7630	55791620	18/01/2000	69120	232	53.20
MAU3808	55792302	17/01/2000	58350	195	127.69
MAU3808	55792301	17/01/2000	50530	162 * VI	191.53
MAU3808	55792301	17/01/2000	73400	252 * IV	85.12
MAU3808	55792301	17/01/2000	65560	230 * I	191.53
MCE9840	55792054	06/01/2000	69120	232	53.20
MCE9840	55792054	06/01/2000	64080	221	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 75/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 75/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACE1013	55792235	05/05/2000	55250	181 * XV	85.12
LYE8472	55792238	07/05/2000	70480	244 * II	191.53
LYE8472	55792238	07/05/2000	71100	244 * 1\$ * a	85.12
LYE8472	55792238	07/05/2000	50100	162 * I	574.61
LZL4938	55792205	20/04/2000	50100	162 * I	574.61
LZZ4334	55792218	01/05/2000	69120	232	53.20
LZZ4334	55792218	01/05/2000	70300	244 * I	191.53
MAY9617	55792226	02/05/2000	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO LEI Nº 06/1945 DE 11 DE AGOSTO DE 1945

DECRETO LEI Nº 06-1945

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SALDO DISPONÍVEL TRANSFERIDO PARA O CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 11 de Agosto de 1945.

JORGE DO AMARAL FARIA

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 11 de Agosto de 1945.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

### DECRETO LEI Nº 7/1945 DE 10 DE SETEMBRO DE 1945

DECRETO LEI Nº 07-1945

FICA ABERTO POR CONTA DO SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, O CRÉDITO ESPECIAL, AFIM DE AUXILIAR A CONCLUSÃO DO EDIFÍCIO ONDE SE ACHA INSTALADA A ESCOLA MUNICIPAL "19 DE ABRIL DE RODEIO GRANDE".

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de Setembro de 1945.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 10 de Setembro de 1945.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

### DECRETO Nº 8.701 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.701 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014  
HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE.

O Prefeito em exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resoluções do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de nº 07; 08 e 09 anexas, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
05 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 05/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008

Rua Jorge Lacerda, nº 86 - Centro - Campo Alegre - Santa Catarina - 89294-000.

Fone: 47 3632-1568/9177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

DESIGNA COMISSÃO ELEITORAL E NOMEIA SEUS RESPECTIVOS MEMBROS PARA O BIÊNIO 2015/2016, DO CMDCA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 13 Inciso II da Lei Municipal nº 3.425; Resolve:

Art.1º. Designa Comissão Eleitoral composta por quatro membros e nomeia-os, para organizar e realizar o Processo Eleitoral, o qual se dará exclusivamente através de assembléia específica.

Parágrafo único: Ficam nomeados os seguintes membros para comprem a Comissão Eleitoral de que trata o caput deste artigo:

I - TÚLIO CÉSAR JANSEN - Representante da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil;

II - ROZELI MARIA FUCKNER - Representante da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais;

III - IVO KESTERING - Representante da FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre;

IV - GABRIEL ENGLER - Representante da BAMUCA - Banda Musical de Campo Alegre.

Art.2º Os casos omissos serão resolvidos pelos Membros deste Conselho.

Art.3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de outubro de 2014.

Art.4º. Revogadas as demais disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 17 de Novembro de 2014.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dezessete dias do mês de Novembro de 2014.

TÚLIO CESAR JANSEN

Secretário do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008

Rua Jorge Lacerda, nº 86 - Centro - Campo Alegre - Santa Catarina - 89294-000.

Fone: 47 3632-1568 Celular 9177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DE RETENÇÃO DE RECURSOS CAPTADOS AO FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008 que Dispõe sobre as Políticas Públicas dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Decreto nº 7.804 de 10 de Junho de 2013 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO: Que o Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/90;

CONSIDERANDO: Que a Lei Municipal nº 3.425/08, Dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;

CONSIDERANDO: Que o Decreto Municipal nº 7.804/13, Dispõe sobre a Nomeação dos Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

#### RESOLVE:

Art.1º Aprovar o percentual de retenção dos recursos captados, em cada chancela, em 20% (vinte por cento), destinado ao Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente - FIA, à luz da Resolução nº 137 do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em seu Art. nº 13, Parágrafo 3º, "Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente deverão fixar percentual de retenção dos recursos captados, em cada chancela, de no mínimo 20% ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente".

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 28 de novembro de 2014.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e oito dias do mês de Novembro de 2014.

TÚLIO CESAR JANSEN

Secretário do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008

Rua Jorge Lacerda, nº 86 - Centro - Campo Alegre - Santa Catarina - 89294-000.

Fone: 47 3632-1568 Celular 9177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br

#### RESOLUÇÃO Nº 09 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014

APROVA PROJETOS SOCIAIS PARA O ANO DE 2015, COM RECURSOS DO FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas em especial ao Edital nº 001/2014/CMDCA; Resolve:

Art.1º Ficam aprovados os Projetos Sociais para o exercício de 2015, os quais foram devidamente analisados e avaliados pela Comissão de Análise de Projetos, constituída pelo CMDCA e emitido parecer da Plenária, deferindo os Projetos que estão aptos a receber financiamento dos recursos FIA - Fundo da Infância e Adolescência.

Art.2º Os Projetos Sociais aprovados a seguir:

- I - Projeto "INCENTIVO A DANÇA JUVENIL";
- II - Projeto "VIOLINO NA ESCOLA";
- III - Projeto "DANÇA NA ESCOLA MJ DANCE".

Parágrafo único: Os Projetos Sociais de que tratam o caput deste artigo, referem-se as seguintes Entidades: FECAMPO - Fundação

Educacional de Campo Alegre; APP - Associação de Pais e Professores da EMEB - Escola Municipal de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes, respectivamente.

Art.3º. Os Projetos Sociais para o exercício de 2015, serão custeados com os recursos do FIA - Fundo da Infância e Adolescência, captados através do Edital nº 001/2014.

Art.4º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 05 de Dezembro de 2014.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos cinco dias do mês de dezembro de 2014.

TÚLIO CESAR JANSEN

Secretário do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

#### DECRETO Nº 25/1945 DE 11 DE JUNHO DE 1945

DECRETO Nº 25-1945

ENTREGA A ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, A AGÊNCIA MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 11 de Junho de 1945.

JORGE DO AMARAL FARIA

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 11 de Junho de 1945.

ODORICO CUBAS

Secretário Substituto

#### DECRETO Nº 26/1945 DE 12 DE JUNHO DE 1945

DECRETO Nº 26-1945

DESIGNAR ODORICO CUBAS TERSOUREIRO DESTA PREFEITURA PADRÃO J, PARA SEM PREJUÍZO DAS SUAS FUNÇÕES, RESPONDER PELO EXPEDIENTE DA SECRETARIA ENQUANTO NÃO FOR PREENCHIDO O CARGO DE SECRETÁRIO QUE SE ACHA VAGO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de Junho de 1945.

JORGE DO AMARAL FARIA

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 12 de Junho de 1945.

ODORICO CUBAS

Secretário Substituto

**DECRETO Nº 27/1945 DE 13 DE JULHO DE 1945**

DECRETO Nº 27-1945

NOMEAR DE ACORDO COM O ART. 15, ITEM 11 DO DECRETO LEI Nº 700, DE 28 DE OUTUBRO DE 1942, HERCÍLIO BUENO FRANCO PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIO DESTA PREFEITURA, PADRÃO K DO QUADRO ÚNICO DO MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de Julho de 1945.

JORGE DO AMARAL FARIA

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 13 de Julho de 1945.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 28/1945 DE 15 DE SETEMBRO DE 1945**

DECRETO Nº 28-1945

EXONERAR ODORICO CUBAS DAS FUNÇÕES DE TESOUREIRO PADRÃO J DO QUADRO ÚNICO DO MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de Setembro de 1945.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 15 de Setembro de 1945.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 29/1945 DE 15 DE SETEMBRO DE 1945**

DECRETO Nº 29-1945

EXONERAR ALDAIR EBERT DO CARGO DE ESCRITURÁRIO PADRÃO F DO QUADRO ÚNICO DO MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de Setembro de 1945.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 15 de Setembro de 1945.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 30/1945 DE 15 DE SETEMBRO DE 1945**

DECRETO Nº 30-1945

NOMEAR ALDAIR EBERT NO CARGO DE TESOUREIRO PADRÃO J DO QUADRO ÚNICO DO MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de Setembro de 1945.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 15 de Setembro de 1945.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 31/1945 DE 01 DE DEZEMBRO DE 1945**

DECRETO Nº 31-1945

EXONERAR FRANCISCO MANOEL AGOSTINHO FILHO DO CARGO DE CARCEREIRO PADRÃO "A" DO QUADRO ÚNICO DO MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de Dezembro de 1945.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 31 de Dezembro de 1945.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**PORTARIA Nº 11.338 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.338 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 067 de 24 de julho de 2009; Resolve:

Art.1º) O Servidor Público Municipal Sr. PATRICK ONGHERO, Matrícula Funcional nº 000609, Registro no Sistema sob nº 954897, ocupante do cargo público de Agente Administrativo II, nomeado pelo Decreto Municipal nº 1.184 de 13 de março de 2000, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 06 de Outubro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de Outubro de 2014.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
28 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 28/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.339 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.339 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 067 de 24 de julho de 2009; Resolve:

Art.1º) A Servidora Pública Municipal Srª. NEUSA DO CARMO CALLISTRO, Matrícula Funcional nº 000762, Registro no Sistema sob nº 955368, ocupante do cargo público de Agente Administrativo II, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.270 de 19 de Março de 2014, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, a partir de 06 de Outubro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de Outubro de 2014.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
28 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 28/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.340 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.323 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo II, MARLI AUGUSTIN, Matrícula funcional nº 000379, Registro no Sistema sob nº 832910, referente aos períodos aquisitivos: 13 de Março de 2012 a 12 de Março de 2013 = 10 (dez) dias; 13 de Março de 2013 a 12 de Março de 2014 = 10 (dez) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo de 12 de Março de 2013 à 13 de Março de 2014.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 04 de Dezembro de 2014 à 23 de Dezembro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
03 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 03/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.341 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.341 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DA CHEFE DO SERVIÇO DE SUPRIMENTOS DO MUNICÍPIO E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial aos Artigos 71 e 72, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Designar o Servidor Público Municipal ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo III - IRI-NEU WOITSKOVSKI JÚNIOR, Matrícula Funcional nº 000707, Registro no Sistema Sob nº 955153, para substituir a Chefe do Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre/SC, a partir de 04 de Dezembro de 2014 até 23 de Dezembro de 2014, por motivo da titular Servidora Pública Municipal MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 335, Registro no Sistema Sob nº 124240, encontrar-se em gozo de férias.

Art.2º) O servidor designado será remunerado com 50% (cincoenta por cento) do valor da Gratificação da Função Gratificada atribuída ao cargo de Chefe do Serviço de Suprimentos.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de Dezembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
03 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 03/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.342 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.342 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Odontólogo II, CRISTIANO CARDOSO DE CARVALHO, Matrícula

funcional nº 000573, Registro no Sistema sob nº 954745, referente aos períodos aquisitivos: 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013 = 10 (dez) dias; 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 = 30 (trinta) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 08 de Dezembro de 2014 à 16 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
05 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 05/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 6/1945 DE 08 DE JUNHO DE 1945**

PORTARIA Nº 6-1945  
DISPENSAR O AGENTE MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA - AMÉRICO GOMES DA AMARAL DAS FUNÇÕES QUE VINHA EXERCENDO COMO SECRETÁRIO DESTA PREFEITURA PADRÃO K DO QUADRO ÚNICO DO MUNICÍPIO.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 08 de Junho de 1945.  
JORGE DO AMARAL FARIA  
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 08 de Junho de 1945.

AMERICO GOMES DO AMARAL  
Secretário

#### **PORTARIA Nº 7/1945 DE 11 DE AGOSTO DE 1945**

PORTARIA Nº 07-1945  
ADMITIR SEBASTIÃO LEECK NO CARGO DE ZELADOR COVEIRO DO CEMITÉRIO DESTA CIDADE.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 11 de Agosto de 1945.  
JORGE DO AMARAL FARIA  
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 11 de Agosto de 1945.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

#### **PREGÃO 06/2014 FMAS**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE -SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2014 FMAS

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de gasolina comum para o Fundo Municipal de Assistência Social de Campo Alegre - SC, conforme relação abaixo:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO FIXADO (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO FIXADO (R\$)
01	6.000	LITRO	Gasolina comum	3,06	18.360,00
VALOR TOTAL					R\$ 18.360,00

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 18/12/2014, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até 9 horas e 45 minutos, do dia 18/12/2014, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

As despesas oriundas da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias, dos órgãos/unidades participantes do processo licitatório:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	92.00	Fundo Municipal de Assistência Social de Campo Alegre
Unidade	92.01	Manutenção das Atividades Sociais
Função	08	Assistência Social
Subfunção	244	Assistência Comunitária
Programa	61	Manut. das Atividades Administrativas da Assistência Social
Projeto	2.121	Manut. e Coordenação das Atividades de Assistência Social
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 06/2014 FMAS".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 08 de dezembro de 2014.

Carolina da Costa Telma

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

### **RESOLUÇÃO Nº 07 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014**

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008

Rua Jorge Lacerda, nº 86 - Centro - Campo Alegre - Santa Catarina - 89294-000.

Fone: 47 3632-1568/9177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

DESIGNA COMISSÃO ELEITORAL E NOMEIA SEUS RESPECTIVOS MEMBROS PARA O BIÊNIO 2015/2016, DO CMDCA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 13 Inciso II da Lei Municipal nº 3.425; Resolve:

Art.1º. Designa Comissão Eleitoral composta por quatro membros e nomeia-os, para organizar e realizar o Processo Eleitoral, o qual se dará exclusivamente através de assembléia específica.

Parágrafo único: Ficam nomeados os seguintes membros para comprem a Comissão Eleitoral de que trata o caput deste artigo:

I - TÚLIO CÉSAR JANSEN - Representante da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil;

II - ROZELI MARIA FICKNER - Representante da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais;

III - IVO KESTERING - Representante da FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre;

IV - GABRIEL ENGLER - Representante da BAMUCA - Banda Musical de Campo Alegre.

Art.2º Os casos omissos serão resolvidos pelos Membros deste Conselho.

Art.3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de outubro de 2014.

Art.4º. Revogadas as demais disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 17 de Novembro de 2014.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dezessete dias do mês de Novembro de 2014.

TÚLIO CESAR JANSEN

Secretário do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

### **RESOLUÇÃO Nº 08 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008

Rua Jorge Lacerda, nº 86 - Centro - Campo Alegre - Santa Catarina - 89294-000.

Fone: 47 3632-1568 Celular 9177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DE RETENÇÃO DE RECURSOS CAPTADOS AO FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008 que Dispõe sobre as Políticas Públicas dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Decreto nº 7.804 de 10 de Junho de 2013 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO: Que o Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/90;

CONSIDERANDO: Que a Lei Municipal nº 3.425/08, Dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;

CONSIDERANDO: Que o Decreto Municipal nº 7.804/13, Dispõe sobre a Nomeação dos Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o percentual de retenção dos recursos captados, em cada chancela, em 20% (vinte por cento), destinado ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, à luz da Resolução nº 137 do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em seu Art. nº 13, Parágrafo 3º, "Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente deverão fixar percentual de retenção dos recursos captados, em cada chancela, de no mínimo 20% ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente".

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 28 de novembro de 2014.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e oito dias do mês de Novembro de 2014.

TÚLIO CESAR JANSEN

Secretário do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

**RESOLUÇÃO Nº 09 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014**

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008

Rua Jorge Lacerda, nº 86 - Centro - Campo Alegre - Santa Catarina - 89294-000.

Fone: 47 3632-1568 Celular 9177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014

APROVA PROJETOS SOCIAIS PARA O ANO DE 2015, COM RECURSOS DO FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas em especial ao Edital nº 001/2014/CMDCA; Resolve:

Art.1º Ficam aprovados os Projetos Sociais para o exercício de 2015, os quais foram devidamente analisados e avaliados pela Comissão de Análise de Projetos, constituída pelo CMDCA e emitido parecer da Plenária, deferindo os Projetos que estão aptos a receber financiamento dos recursos FIA - Fundo da Infância e Adolescência.

Art.2º Os Projetos Sociais aprovados a seguir:

- I - Projeto "INCENTIVO A DANÇA JUVENIL";
- II - Projeto "VIOLINO NA ESCOLA";
- III - Projeto "DANÇA NA ESCOLA MJ DANCE".

Parágrafo único: Os Projetos Sociais de que tratam o caput deste artigo, referem-se as seguintes Entidades: FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre; APP - Associação de Pais e Professores da EMEB - Escola Municipal de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes, respectivamente.

Art.3º. Os Projetos Sociais para o exercício de 2015, serão custeados com os recursos do FIA - Fundo da Infância e Adolescência, captados através do Edital nº 001/2014.

Art.4º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 05 de Dezembro de 2014.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos cinco dias do mês de dezembro de 2014.

TÚLIO CESAR JANSEN

Secretário do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

## Campos Novos

### PREFEITURA

**AVISO DE RETIFICAÇÃO PP 83/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

AVISO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2014

O Município de Campos Novos torna pública a retificação do objeto do Pregão Presencial 83/2014:

Onde se lê: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA O ANO DE 2015, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

Leia-se: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA O ANO DE 2015, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30 às 18h30, diariamente.

Campos Novos, 08 de dezembro de 2014.

Prefeito Municipal

Nelson Cruz

**DECRETO Nº. 7.201/14 DE 04/12/2014 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 7.201/2014 DE 04/12/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/2013 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentaria Anual)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) nos seguintes projetos/atividades:

17.512.0036.2.058 - Manutenção dos Serviços Administrativos do SAMAE.

3.3.90.00.00.00.00.00.0600 - Aplicações Diretas - R\$ 11.000,00.

17.512.0036.2.060 - Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Esgoto.

3.3.90.00.00.00.00.00.0600 - Aplicações Diretas - R\$ 9.000,00.

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no art. 1º, serão utilizados os recursos originários do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, no montante de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
04 de dezembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2014 CESTAS BASICAS PARA DOAÇÃO****ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 1/7

**Processo Nº.: 37/2014****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2014****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 5/2014**

No dia 4 do mês de Dezembro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.850.671/0001-04, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Sr(a). Nelson Cruz, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 24/2014, Processo Licitatório nº. 37/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE 1.200 CESTAS BÁSICAS PARA DOAÇÃO A FAMÍLIAS VULNERÁVEIS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6462	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
6638	P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	
6002	SUPERMERCADO CASTANHEL LTDA.	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	GILMAR GURALSKI	071.777.699-94
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	19.167.682/0001-50	ENIO DELAZERI	453.533.100-63
SUPERMERCADO CASTANHEL LTDA.	82.699.067/0001-20	REGINALDO DEL CASANHEL	870.826.759-68

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE 1.200 CESTAS BÁSICAS PARA DOAÇÃO A FAMÍLIAS VULNERÁVEIS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6462 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ARROZ PARBOLIZADO: CLASSE: LONGO FINO-TIPO 1.O PRODUTO NÃO DEVE APRESENTAR GRÃOS DISFORMES. EMBALAGEM INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE ATÉ 5KG. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	PCT		1.200,000	9,2859	11.143,08
2	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL: ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO NAS PROPORÇÕES DETERMINADAS PELA ANVISA. NÃO DEVERÁ APRESENTAR RESÍDUOS, BOLOR OU CHEIRO NÃO CARACTERÍSTICO. A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 5KG. DEVE APRESENTAR ROTULAGEM COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	PCT		1.200,000	8,3073	9.968,76

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/7

Processo Nº.: 37/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2014

Fornecedor: 6462 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	AÇUCAR REFINADO, EMBALAGEM 5 KG, ROTULAGEM CONTENDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (fabricante/marca), INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NUMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE E PESO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UN		1.200,000	8,7966	10.555,92
4	FEIJÃO PRETO: TIPO 1, GRÃOS LIMPOS, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS, EMBALAGEM 1KG, PACOTES PLÁSTICOS TRANSPARENTES. DEVERÁ CONSTAR NO RÓTULO REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UN		2.400,000	3,4149	8.195,76
5	FUBÁ FINO: EMBALAGEM 1KG: ENRIQUECIDO COM ÁCIDO FÓLICO E FERRO NAS PROPORÇÕES DETERMINADAS CONFORME LEGISLAÇÃO FEDERAL ESPECÍFICA VIGENTE. NÃO DEVERÁ APRESENTAR RESÍDUOS E IMPUREZAS, BOLOR, OU CHEIRO NÃO CARACTERÍSTICO. A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, O PRODUTO ACONDICIONADO EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE BEM VEDADO, EMBALAGEM DE 1KG. VALIDADE MÍNIMA 3 MESES.	UN		2.400,000	1,4579	3.498,96
6	MACARRAO COM OVOS TIPO ESPAGETE EMB. DE 1 KG, SEM SEMOLA	KG		1.200,000	2,9257	3.510,84
7	OLEO DE SOJA EMB 900 ML	UN		2.400,000	2,8278	6.786,72
8	LEITE EM PÓ INTEGRAL EMB. 400 GR	UN		2.400,000	8,3073	19.937,52
9	SAL REFINADO 1 KG	UN		1.200,000	0,9687	1.162,44

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observadas as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 3/7  
Processo Nº.: 37/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2014

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 4/7

Processo Nº.: 37/2014

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2014****5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

**6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:**

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 37/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2014

### **CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susposto para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 37/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2014

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/7  
Processo Nº.: 37/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2014

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 4 de Dezembro de 2014.

\_\_\_\_\_  
Nelson Cruz  
Prefeito Municipal

**Empresas Participantes:**

AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 05.919.156/0001-94

P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME

CNPJ: 19.167.682/0001-50

SUPERMERCADO CASTANHEL LTDA.

CNPJ: 82.699.067/0001-20

## Canelinha

### CÂMARA MUNICIPAL

#### RESUMO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CANELINHA

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Rua Manoel Francisco Correa nº. 417 - Caixa Postal 02

88230-000 - Canelinha - SC - CNPJ: 00.525.967/0001-97

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR

A Câmara Municipal de Vereadores de Canelinha, através da Comissão de Justiça e Redação, com a finalidade de atendimento ao princípio comunitário e da participação popular, que se fundamenta nos direitos do cidadão e da comunidade, nos termos do inciso I, do § 4º, do artigo 40, do Estatuto da Cidade (Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2.001), e do artigo 29, inciso XII, da Constituição Federal, visando à atualização e o aperfeiçoamento da legislação municipal convoca AUDIÊNCIA PÚBLICA nos seguintes termos:

1. **MATÉRIA:** Discutir, debater, esclarecer e receber sugestões na apreciação da proposta de alteração da Lei Complementar nº 4, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Canelinha e dá outras providências, mediante proposta de iniciativa do Poder Legislativo, com auxílio dos técnicos da área de Planejamento Urbano e Jurídica do Município e da Câmara de Vereadores, representada pelo Projeto de Lei Complementar nº 01/2014;

2. **DO LOCAL, DATA E HORA:** A Audiência Pública será realizada no dia 10 de dezembro de 2014, com sua instalação marcada para as 18 horas no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Canelinha, sito à Rua Manoel Francisco Corrêa, nº 417, Bairro Areão, no Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina;

3. **PARTICIPANTES:** Audiências públicas são eventos públicos que permitem a participação de qualquer pessoa ou entidade interessada no assunto objeto da discussão, devendo o interessado na apresentação de sugestões ou de comentários realizar sua inscrição até as 13:00 horas do dia 09 de dezembro de 2014, junto ao Protocolo Geral da Câmara Municipal de Canelinha;

4. **DISPONIBILIDADE DO EDITAL NA INTEGRA E DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2011:** O edital e o projeto de lei estarão disponíveis a partir desta data, no horário das 08:00 às 13:00 horas, no mesmo endereço supracitado. Outros esclarecimentos pelo telefone (48) 3264-0033.

Canelinha, 25 de novembro de 2014.

ANTÔNIO CARLOS FLORES

Presidente da Comissão de Justiça e Redação

## Canoinhas

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 304/2014

DECRETO Nº. 304/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2013, inscritos em Restos a Pagar - Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação constante no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivara e/ou não se efetivará em sua integralidade, ou ainda, será objeto de reempenho no corrente exercício, visando o respeito à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 03/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### ANEXO ÚNICO - DECRETO Nº304/2014

ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 142 – RECURSOS FUNDEB 40			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0004430/13	27/12/2013	ENGEMO CONSTRUÇÕES LTDA	74.296,28
0002042/13	07/06/2013	DJ SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA	403,50

**PORTARIA Nº 18/FMEL/2014**

PORTARIA Nº 18/Fmel/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o disposto na Lei nº 4.138 de 21/03/2007, resolve:

**AUTORIZAR**

Art. 1º. Fica autorizado o servidor DIMAS ANTONIO CHAGAS, contratado no cargo de Integrador de Futebol do Interior, à disposição da Fundação Municipal de Esportes, a perceber adiantamento conforme o disposto na Lei nº. 5.397 de 09/10/2014, visando atender a realização de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Art. 2º. Ao servidor citado no caput do artigo anterior, cabe a responsabilidade da conferência das solicitações de ajudas de custo, a emissão de cheque nominal com o valor pecuniário a ser despendido e a exigência da comprovação, pelo favorecido, da realização da despesa.

Art. 3º. Ao Controle Interno cabe, no mês subsequente, à verificação da legalidade do processo e a emissão de parecer conclusivo.

Art. 4º. A autorização objeto deste instrumento far-se-á vigente pelo período compreendido entre 17/10/2014 à 22/10/2014.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 10 de Outubro de 2014.

RICARDO PEREIRA MARTIN

Presidente

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes em 10/10/2014.

**PORTARIA Nº 20/FMEL/2014**

PORTARIA Nº 20/Fmel/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o disposto na Lei nº 4.138 de 21/03/2007, resolve:

**AUTORIZAR**

Art. 1º. Fica autorizado o servidor DIMAS ANTONIO CHAGAS, contratado no cargo de Integrador de Futebol do Interior, à disposição da Fundação Municipal de Esportes, a perceber adiantamento conforme o disposto na Lei nº. 5.422 de 13/11/2014, visando atender a realização de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Art. 2º. Ao servidor citado no caput do artigo anterior, cabe a responsabilidade da conferência das solicitações de ajudas de custo, a emissão de cheque nominal com o valor pecuniário a ser despendido e a exigência da comprovação, pelo favorecido, da realização da despesa.

Art. 3º. Ao Controle Interno cabe, no mês subsequente, à verificação da legalidade do processo e a emissão de parecer conclusivo.

Art. 4º. A autorização objeto deste instrumento far-se-á vigente pelo período compreendido entre 14/10/2014 à 17/10/2014.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 14 de Novembro de 2014.

RICARDO PEREIRA MARTIN

Presidente

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes em 14/11/2014.

**PORTARIA Nº 871/2014**

PORTARIA Nº. 871/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.307/1990; resolve:

**NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeado para exercer o cargo de Assistente Técnico em Segurança do Trabalho, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, o profissional ANGELO VINICIUS BONETE, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrito sob nº. 1468, e convocado conforme Edital nº 066 de 18 de novembro de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 08/12/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 874/2014**

PORTARIA Nº. 874/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**NOMEAR MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO**

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial do Concurso Público nº001/2014, integrada pelos seguintes membros:

I - Diogo Carlos Seidel - Presidente;  
II - Ângela Cristina Damaso da Silveira - Vice-Presidente;  
III - Flávia Lúcia Haensch - Membro;  
IV - Elfi Irene Noernberg Pangratz - Membro;  
V - Francieli Bialeski;  
VI - Marilei Kurceszki Kumineck.

Art. 2º - Os membros da comissão deverão supervisionar a execução do concurso público destinado ao preenchimento de vagas das categorias funcionais do quadro de pessoal da Administração Municipal.

Art. 3º - O Chefe do Poder Executivo contratará empresa especializada na área para elaboração, execução e julgamento do Concurso Público, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas, 05 de dezembro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 019/FMEL/2014**

PORTARIA Nº. 019/Fmel/2014

RICARDO PEREIRA MARTIN, Presidente da Fundação Municipal de Esportes, nomeado através da Portaria nº 481/2008, no uso de suas atribuições legais, Resolve:  
RETIFICAR A PORTARIA Nº.017/2014

Art. 1º - Fica retificado o Preâmbulo da Portaria nº 017/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

“RICARDO PEREIRA MARTIN, Presidente da Fundação Municipal de Esportes, nomeado através da Portaria nº 481/2008, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 3.138/2000, Resolve:”

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 05 de Novembro de 2014.  
RICARDO PEREIRA MARTIN  
Presidente Honorífico

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes em 05/11/2014.

#### **PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 135/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 200/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 135/2014  
ALTERAÇÃO DE EDITAL

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público, que alterou o edital de Pregão acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 19/12/2014, ficando estipulado os seguintes horários: às 11h00min (entrega) e 11h05min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link governo/licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 129/2014**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 192/14  
HOMOLOGAÇÃO: 05/12/14  
CONTRATADO: COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 TV COM 60”, 01 PLACA DE VÍDEO HDMI PCI EXPRESS 2.0, 01 CABO HDMI COM 10 METROS E 01 SUPORTE DE PAREDE PARA TV DE 60”, PARA SER USADO COMO MONITOR NAS REUNIÕES DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES E PARA MURAL DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.180,00 (três mil cento e oitenta reais)  
DATA: 05/12/14  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito.

#### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 134/2014**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 197/14  
HOMOLOGAÇÃO: 05/12/14  
CONTRATADO: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE OXIGÊNIO E AR MEDICINAL, PELO PERÍODO DE 12 MESES, A SER UTILIZADO PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA, AMBULÂNCIAS MUNICIPAIS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E OUTROS PROGRAMAS, CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO E DEMAIS FUNDOS E SECRETARIAS MUNICIPAIS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 79.915,00 (setenta e nove mil novecentos e quinze reais)

DATA: 05/12/14  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito.

--	--

--	--

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 129/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/2

Total dos Itens Vencedores: 3.180,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 192/2014

Licitação.....: 129/2014 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 01 TV COM 60". 01 PLACA DE VÍDEO HDMI PCI EXPRESS 2.0, 01 CABO HDMI COM 10 METROS E 01 SUPORTE DE PAREDE PARA TV DE 60", PARA SER USADO COMO MONITOR NAS REUNIÕES DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES E PARA MURAL DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	6250	-	TELEVISOR 60" CFE ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL.	-	Unidade: UN		
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	2.800,0000	2.800,00	Venceu	1 *****
Item.....: 2	-	22592	-	PLACA DE VÍDEO HDMI PCI EXPRESS 2.0	-	Unidade: UN		
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	220,0000	220,00	Venceu	1 *****
Item.....: 3	-	11040394	-	CABO HDMI 10 M	-	Unidade: UN		
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	110,0000	110,00	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 192/2014

Licitação.....: 129/2014 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 01 TV COM 60" 01 PLACA DE VÍDEO HDMI PCI EXPRESS 2.0, 01 CABO HDMI COM 10 METROS E 01 SUPORTE DE PAREDE PARA TV DE 60", PARA SER USADO COMO MONITOR NAS REUNIÕES DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES E PARA MURAL DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.

Processo Administrativo: 3.180,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 4	-	46191	- SUPORTE PARA TV - Unidade: UN					
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	50,0000	50,00	Venceu	1 ****

Canoinhas,	Em	...../...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	.....	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	.....	SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -	.....	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	.....	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	.....	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	.....	28.754/SC
VANESSA LANGER -	.....	CRC/SC 028524/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL N° PMC 134/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/2

Processo / Ano: 197/2014		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:		79.915,00		
Licitação.....: 134/2014 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE OXIGÊNIO E AR MEDICINAL, PELO PERÍODO DE 12 MESES, A SER UTILIZADO PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA, AMBULÂNCIAS MUNICIPAIS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E OUTROS PROGRAMAS, CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO E DEMAIS FUNDOS E SECRETARIAS MUNICIPAIS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	6719	- CARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL COM 7 M3 - Unidade: UN					
13155	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA		600,000	0,0000	75,0000	45.000,00	Venceu	1 *****
Item.....: 2	-	6720	- CARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL GÁS TIPO G1 M3 - Unidade: UN					
13155	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA		100,000	0,0000	37,0000	3.700,00	Venceu	1 *****
Item.....: 3	-	6726	- GARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL PP 2,5 M3 - Unidade: UN					
13155	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA		50,000	0,0000	90,0000	4.500,00	Venceu	1 *****
Item.....: 4	-	6721	- CARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL PP 1,5 M3 - Unidade: UN					
13155	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA		50,000	0,0000	55,5000	2.775,00	Venceu	1 *****
Item.....: 5	-	6722	- CARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL 3,5 M3 - Unidade: UN					
13155	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA		300,000	0,0000	45,0000	13.500,00	Venceu	1 *****
Item.....: 6	-	6723	- CARGA DE AR MEDICINAL GÁS PP 2,0M3 - Unidade: UN					
13155	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA		60,000	0,0000	54,0000	3.240,00	Venceu	1 *****
Item.....: 7	-	6724	- CARGA DE GÁS PP 1M3 - Unidade: UN					
13155	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA		100,000	0,0000	37,0000	3.700,00	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/2

Processo / Ano: 197/2014		Processo Administrativo:		79.915,00				
Licitação.....:	134/2014 - PR							
Modalidade....:	PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE OXIGÊNIO E AR MEDICINAL, PELO PERÍODO DE 12 MESES, A SER UTILIZADO PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA, AMBULÂNCIAS MUNICIPAIS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E OUTROS PROGRAMAS, CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO E DEMAIS FUNDOS E SECRETARIAS MUNICIPAIS.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 8	-	6725	-	GARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL GÁS 6 M3	-	Unidade: UN		
13155	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA		50,000	0,0000	70,0000	3.500,00	Venceu	1 ****

Canoinhas,	Em	...../...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	.....	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	.....	SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -	.....	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	.....	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	.....	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	.....	28.754/SC
VANESSA LANGER -	.....	CRC/SC 028524/O-0

# Capinzal

## PREFEITURA

### Decreto 184/2014

DECRETO Nº 184, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2014.

Revoga o Processo Licitatório nº 133/2014, na modalidade Concorrência nº 02/2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, poder - dever da Administração de anular ou revogar seus próprios atos, inclusive ex officio.

CONSIDERANDO a vinculação ao princípio da legalidade e à defesa do interesse público;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 343/2014, anexo;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 133/2014, na modalidade Concorrência nº 02/2014 118/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 074/2014, com objeto de pavimentação em C.A.U.Q de vias urbanas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 4 de dezembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

### FMAS TERMO ADITIVO CONTRATO 0002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Aditivo Nº.....: TA 0004/2014 - Contrato Nº: 0002/2014 M	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
Contratada...: IRMAOS DAMBROS LTDA	
Valor.....: 12.516,00 (doze mil quinhentos e dezesseis reais)	
Vigência.....: Início: 21/11/2014 Término: 31/12/2014	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0001 / 2014	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: O objeto do presente termo aditivo é a revisão de valores do contrato original, visando o reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, frente ao aumento de preços existentes e, comprovados, na ordem de 1,87% (um vírgula oitenta e sete pontos percentuais), passando o valor unitário do litro de gasolina de R\$ 2,93 (dois reais e noventa e três centavos) para R\$ R\$ 2,98 (dois reais e noventa e oito centavos).	
Capinzal, 5 de Dezembro de 2014	

### FMS TERMO ADITIVO CONTRATO 0002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Aditivo Nº.....: TA 0004/2014 - Contrato Nº: 0002/2014 M	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada...: IRMAOS DAMBROS LTDA	
Valor.....: 78.672,00 (setenta e oito mil seiscentos e setenta e dois reais)	
Vigência.....: Início: 21/11/2014 Término: 31/12/2014	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0001 / 2014	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal	
O objeto do presente termo aditivo é a revisão de valores do contrato original, visando o reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, frente ao aumento de preços existentes e, comprovados, na ordem de 1,87% (um vírgula oitenta e sete pontos percentuais), passando o valor unitário do litro de gasolina de R\$ 2,93 (dois reais e noventa e três centavos) para R\$ R\$ 2,98 (dois reais e oito centavos).	
Capinzal, 5 de Dezembro de 2014	

### PMC CONTRATO 0248/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Contrato Nº...: 0248/2014	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: GPR SONORIZAÇÃO LTDA	
Valor.....: 6.950,00 (seis mil novecentos e cinquenta reais)	
Vigência.....: Início: 04/12/2014 Término: 31/12/2014	
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 34/2014 Processo_Licitatório.....: 000163 / 2014	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de sonorização para o Evento „Natal das Estrelas 2014“, do qual irá acontecer de 05 de dezembro de 2014 à 23 de dezembro de 2014, na Praça Pedro Lélis da Rocha. Com Recursos Próprios.	
Capinzal, 5 de Dezembro de 2014	

### PMC PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0163/2014 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0034/2014

Processo Licitatório Nº 0163/2014

Dispensa de Licitação Nº 0034/2014

ANDEVIR ISGANZELLA, Prefeito, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório de 163/2014, conforme segue:

#### OBJETO

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de sonorização para o Evento "Natal das Estrelas 2014", do qual irá acontecer de 05 de dezembro de 2014 à 23 de dezembro de 2014, na Praça Pedro Lélis da Rocha.

FORNECEDOR

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	Sonorização composta por sistema PA - monitores de retorno palco, 2 microfones sem fio; iluminação composta por refletores par LED, para parte frontal 2 mini bruti 1300wts cada. Instalada nas seguintes datas: 05, 06, 10, 12, 17, 18 e 21 de dezembro de 2014, para Natal das Estrelas na Praça Pedro Lélis da Rocha.	MÁ-QUINA DO SOM	6.950,00	6.950,00
Total						6.950,00

## VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
GPR SONORIZAÇÃO LTDA	001
6.950,00 (seis mil novecentos e cinquenta reais)	

## PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

## RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

## JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

## DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 234 - Eventos anuais da Cultura

Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 2 - DIRETORIA DE CULTURA

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Programa: 95 - RAIZES CULTURAIS

Projeto/Atividade: 2.143 - Eventos anuais da Cultura

Elemento: 33903999000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica

Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 4 de dezembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

PREFEITO MUNICIPAL

## PORTARIAS NOVEMBRO/2014

PORTARIA Nº 745, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

Concede licença a servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme o disposto na letra "b", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991 e com a Certidão de Óbito Matrícula nº 107797 01 55 2014 4 00034 085 0010120 74, resolve:

Art. 1º Fica concedida licença por motivo de óbito do cônjuge, pelo período de 12 a 20 de outubro de 2014, à servidora Juçara Maria Crippa Belotto, matrícula nº 312568/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 9, referência C, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 12 de outubro de 2014.

Capinzal - SC, em 21 de outubro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 748, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, pelo período de 23 de outubro a 12 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Luciane Aparecida da Silva, matrícula nº 330990/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1 classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais, pelo período de 23 de outubro a 12 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 23 de outubro de 2014.

Capinzal - SC, em 23 de outubro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 749, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3673/2014, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de capacitação ao servidor Leimar Bernardi, matrícula nº 313173/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Agrícola, nível 290, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 153, referência G, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 24 de outubro de 2014.

Capinzal - SC, em 24 de outubro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 750, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3678/2014, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de capacitação ao servidor Eduardo João Hanel, matrícula nº 308790/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Escritório, nível 67, referência I, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 67, referência J, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 24 de outubro de 2014.

Capinzal - SC, em 24 de outubro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 751, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3674/2014, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de capacitação ao servidor Leandro Jaco Paza, matrícula nº 313076/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Saneamento, nível 159, referência H, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 159, referência I, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 24 de outubro de 2014.

Capinzal - SC, em 24 de outubro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 752, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3674/2014, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de capacitação ao servidor Alessandro Braga Ramos, matrícula nº 305340/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 153, referência F, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 153, referência G, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 27 de outubro de 2014.

Capinzal - SC, em 27 de outubro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 754, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede férias regulamentares a servidores na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 68 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

MATRÍCULA	NOME	AQUIS IN	AQUIS FINAL	GOZO IN	GOZO FIN	ABONO
30415801	ANTONIO MOACIR BE- CHER	02/01/2013	01/01/2014	01/11/2014	30/11/2014	0
32198201	CELIO SANTOS DA SILVA	04/05/2013	03/05/2014	01/11/2014	30/11/2014	0
30900101	ELIANA LUIZA DURLI	02/01/2013	01/01/2014	01/11/2014	30/11/2014	0
32287301	GILBERTO DOS SANTOS	20/03/2013	19/03/2014	01/11/2014	30/11/2014	0
32978901	JENNIFER MARQUES	02/01/2013	01/01/2014	01/11/2014	30/11/2014	0
13856801	NAIARA MARIA FACCIN	03/01/2013	02/01/2014	01/11/2014	30/11/2014	0
32482501	ODILSON DA SILVA	03/10/2013	02/10/2014	01/11/2014	30/11/2014	0

Art. 1º Ficam determinadas férias regulamentares, no mês de novembro de 2014, aos seguintes servidores:

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2014.

Capinzal - SC, em 01 de novembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 756, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, a contar de 01 de novembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Rejane Mirian Bortoli Giongo, matrícula nº 317721/01, ocupante do cargo de Psicólogo, nível 246, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais, a contar de 01 de novembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de novembro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de novembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 757, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3676/2014, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de capacitação ao servidor Jorge Luiz Soldi, matrícula nº 312312/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal Tributário, nível 162, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 162, referência E, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de novembro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de novembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 758, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014  
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3699/2014, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de capacitação à servidora Maria Dagmar Wolff Surdi, matrícula nº 110370/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriurário, nível 153, referência H, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 153, referência I, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de novembro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de novembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 759, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o disposto na portaria 265/2014, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica alterado o art. 2º da portaria nº 717/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 2º A servidora Karimone Paula Galio Ferrari, matrícula nº 330310/01, exercerá o cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, grupo 6, conforme os anexos VIII, IX e X da Lei n.º 2.962, de 18 de maio de 2011, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e lotação no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando Meu Espaço.

(...)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de novembro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de novembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 760, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Fica nomeada Ana Paula Enderle, matrícula nº 410032/01, no cargo de provimento efetivo de Escriurário, nível 153, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação na Secretaria da Administração e Finanças.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de novembro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de novembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Ana Paula Enderle

Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srª Ana Paula Enderle, matrícula nº 410032/01, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Escriurário, nomeada pela Portaria nº 760, de 03 de novembro de 2014.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 03 de novembro de 2014

Empossado  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 761, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Fica nomeada Thays Inara Bonissoni Almeida, matrícula nº 325430/03, no cargo de provimento efetivo de Escriurário, nível 153, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação na Secretaria da Administração e Finanças.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de novembro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de novembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

#### TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Ana Paula Enderle

Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Sr<sup>a</sup> Thays Inara Bonissoni Almeida, matrícula nº 325430/01, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Escriturário, nomeada pela Portaria nº 761, de 03 de novembro de 2014.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 03 de novembro de 2014

Empossado

Prefeito Municipal

#### PORTARIA Nº 762, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3699/2014, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de capacitação ao servidor Luiz Conte, matrícula nº 313890/03.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Informática, nível 296, referência I, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 296, referência J, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de novembro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de novembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

#### PORTARIA Nº 763, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3699/2014, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de capacitação ao servidor Marcos Roberto Antunes da Costa, matrícula nº 314684/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, nível 392, referência F, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 392, referência G, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de novembro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de novembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

#### PORTARIA Nº 764, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerado, conforme requerimento protocolado sob o nº 3757/2014, Ivo Pedrinho Paggi Jr., matrícula nº 397598/01, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor do Procon, Nível CC - 3, conforme o anexo III - A, da Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de novembro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de novembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

#### PORTARIA Nº 765, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, conforme requerimento protocolado sob o nº 3799/2014, Odiles Cassiano da Silva, matrícula nº 316911/01, ocupante do cargo de provimento em comissão de Agente de Serviços Gerais, Nível CC - 3, conforme o anexo III - A, da Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de novembro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de novembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 766, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerado, conforme requerimento protocolado sob o nº 3772/2014, Nilson Dias de Vargas, matrícula nº 316636/01, ocupante do cargo de Escriturário, nível 153, referência J, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de novembro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de novembro de 2014  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 768, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada Licença Maternidade Especial, pelo período de 11 de novembro de 2014 a 09 de janeiro de 2015, conforme requerimento protocolado sob o nº 3368/2014, da servidora Silvana Maristela Moreira Vetorazi, matrícula nº 325236/06, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 11 de novembro de 2014

Capinzal - SC, em 11 de novembro de 2014.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 769, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade, pelo período de 06 de novembro de 2014 a 05 de março de 2015, conforme atestado médico, à servidora Edineia Maria Crivelatti Coelli, matrícula nº 308650/02, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 11 de novembro de 2014

Capinzal, SC, em 11 de novembro de 2014  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 770, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 3827/2014, ao servidor Deoclides Coelli, matrícula nº 308145/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, nível 200, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 08 de janeiro de 2005 a 07 de janeiro de 2010, pelo período de 13 de novembro de 2014 a 12 de fevereiro de 2015

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 13 de novembro de 2014.

Capinzal - SC, em 13 de novembro de 2014  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 771, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada Licença Maternidade Especial, pelo período de 17 de novembro de 2014 a 15 de janeiro de 2015, conforme requerimento protocolado sob o nº 2932/2014, da servidora Lilian Aparecida Dorini Stiirmer, matrícula nº 313343/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 8, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 17 de novembro de 2014

Capinzal - SC, em 17 de novembro de 2014.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 774, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº

146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3699/2014, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de capacitação à servidora Kayçara Samarony Morosini, matrícula nº 312886/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 153, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 153, referência F, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 20 de novembro de 2014.

Capinzal - SC, em 20 de novembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 779, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o disposto nas portarias de contrato, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Ficam alteradas as datas de encerramento dos contratos dos servidores abaixo:

Portaria	Servidor	Matrícula	Data
348	Alexsandro Giacometi	407468/01	12/12/2014
203	Ana Maria Isganzella Surdi	326437/03	12/12/2014
381	Celso Luiz Alberti	407488/01	01/12/2014
349	Cleton Alexsandro Tides	407469/01	12/12/2014
326	Cleverson Leandro Tides	327433/02	12/12/2014
419	Darlíane Carla Nora	407496/01	19/12/2014
416	Elizandra Lovatel	328227/06	18/12/2014
413	Francisco Victor Belotto	310093/02	19/12/2014
558	Genildo Enio Ferrari	410016/01	12/12/2014
331	Jose Andrade	329983/04	19/12/2014
259	Juliana Soares da Silva	407466/01	12/12/2014
496	Marília Martinazzo	407513/01	17/12/2014
537	Robson Bevilaqua	410013/01	01/12/2014
648	Roselaine da Rosa	404659/02	01/12/2014
372	Vivian Aparecida Ribeiro Schuster	407483/01	01/12/2014

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 26 de novembro de 2014.

Capinzal - SC, em 26 de novembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 776, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

Remove servidor na forma que especifica

# Catanduvas

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0090/2014 - PREGÃO Nº 0063/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0090/2014

PREGÃO Nº 0063/2014

Objeto: Aquisição de combustíveis, lubrificantes e filtros para o ano de 2015, visando o desenvolvimento das secretarias de: Educação, Cultura e Desporto; Infraestrutura, Saúde e Desenvolvimento Social e Assistência Social e Administração (Conselho Tutelar).

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 18 de dezembro de 2014.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 05 de dezembro de 2014, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas - SC, 05 de dezembro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

### **EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0063/2014**

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0063/2014

DISPENSA POR LIMITE Nº 0004/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0088/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA - ME

OBJETO: Contratação de empresa para Execução de Projeto de Praça, conforme planilha orçamentária em anexo, visando o desenvolvimento da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

VALOR: R\$ 110.799,28 (cento e dez mil setecentos e noventa e nove reais e vinte e oito centavos). ...

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA: 04 de dezembro de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Catanduvas - SC

Elizete Cardoso da Silva

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17, 18 E 19/2014 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 05/11/2014		Válido até: 05/11/2015			
Objeto da Compra:		A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de 01 (um) veículo automotor do tipo caminhão novo, 0 (zero) km, ano/modelo no mínimo 2014 e 1 (uma) carroceria basculante, de conformidade Contrato/Convênio SICONV nº 29040/2013, para uso do Município de Chapadão d					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Veículo automotor tipo caminhão novo (o KM) de fabricação nacional, com as seguintes especificações mínimas: tração 4x2, ano/modelo 2014/2014, equipado com motor a diesel euro V de 4 cilindros e potência de 185cv, caixa de câmbio de 06 (seis) marchas à frente e 01 (uma) à ré, direção hidráulica, PBT 16 toneladas, rodas de aço com medidas de 7.5x22.5 em polegadas, pneus radiais 275 x 80R22.5, distância entre eixos de 4800mm, freio a ar com tambor nas rodas dianteiras e traseiras. O veículo deve estar de acordo com as normas e exigências do código de trânsito brasileiro; (413105)	Un	CARBONI DIST. VEICULOS LTDA (4242)		0	157.000,0000	1
			W. BREITKOPF COM. E IND. LTDA (1283)		0	157.900,0000	2
			COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS RIO DO SUL S/A (2155)		0	161.500,0000	3
2	Carroceria basculante com as seguintes especificações mínimas: Comprimento de 4000mm, Largura de 2400mm, Altura de 560mm, capacidade de carga de 6M³, ângulo de basculamento de 45 graus, assoalho e laterais em chapa de 4,75mm reforçadas com vigas em "U", tampa traseira com abertura normal e lateral, protetor da cabine, 01 (uma) tomada de força, 01 (uma) bomba hidráulica, mangueiras e conexões, reservatório de óleo, escada lateral, suporte para tomilha de madeira, suporte para pá, para choque e protetores ciclísticos, apara barro traseiros, pintura em fundo anticorrosivo, corote da água, faixas refletivas, caixa de ferramentas e para choque traseiro (413106)	Un	FREEWIL IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA (4515)		0	18.650,0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 05/11/2014		Válido até: 05/11/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de 01 (um) veículo automotor do tipo caminhão novo, 0 (zero) km, ano/modelo no mínimo 2014 e 1 (uma) carroceria basculante, de conformidade Contrato/Convênio SICONV nº 29040/2013, para uso do Município de Chapadão d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2014

PROCESSO Nº 86/2014

- (1283) - W. BREITKOPF COM. E IND. LTDA
- (2155) - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS RIO DO SUL S/A
- (4242) - CARBONI DIST. VEICULOS LTDA
- (4515) - FREEWIL IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA
- (4516) - ZM S.A

Chapadão do Lageado, 5 de Novembro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2014

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 18/2014      Data do Registro: 05/11/2014      Válido até: 05/11/2015						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a contratação de serviços de recapagem, recauchutagem, dublagem e conserto de pneus dos veículos e máquinas do Município, de acordo com as especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	RECAPAGEM DE PNEU 1400X24 COM NO MÍNIMO 34CM DE LARGURA DE BANDA, 2.6 CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 9CM DE LARGURA DE GARRA, 24 LONAS (413144)	Un	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (2663)	Levorin	0	1.100.0000
2	DUPLAGEM DE PNEU 1400X24 (413145)	Un	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (2663)	Rubbernew	0	850.0000
3	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1400X24 (413146)	Un	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (2663)	Rubbernew	0	345.0000
4	RECAPAGEM DE PNEU 1000R20 BORRACHUDO FRIO COM 21MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO (413147)	Un	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (2663)	Rubbernew	0	470.0000
5	RECAPAGEM DE PNEU 1000X20 BORRACHUDO FRIO COM 15MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO (413148)	Un	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (2663)	Rubbernew	0	430.0000
6	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1000X20 (413149)	Un	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (2663)	Rubbernew	0	180.0000
7	RECAPAGEM DE PNEU 275/80R22.5 BORRACHUDO A FRIO COM 21 MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO (413150)	Un	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (2663)	Rubbernew	0	470.0000
8	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 275/80R22.5 (413151)	Un	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (2663)	Rubbernew	0	180.0000
9	RECAPAGEM DE PNEU 215/75R17.5 BORRACHUDO FRIO COM 15MM DE 13.5MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO (413152)	Un	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (2663)	Rubbernew	0	300.0000
10	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 215/75R17.5 (413153)	Un	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (2663)	Rubbernew	0	120.0000
11	RECAPAGEM DE PNEU 12.5/80-18 COM NO MÍNIMO 28.5CM DE LARGURA DE BANDA 2.4CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 7CM DE LARGURA DE GARRA (413154)	Un	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (2663)	Levorin	0	730.0000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2014

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 18/2014		Data do Registro: 05/11/2014		Válido até: 05/11/2015			
<b>Objeto da Compra:</b> A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a contratação de serviços de recapagem, recauchutagem, dublagem e conserto de pneus dos veículos e máquinas do Município, de acordo com as especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12.5/80-18 (413155)	Un	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (2663)	Rubbemew	0	260,0000	1
13	RECAPAGEM DE PNEU 19.5X24 LONAS COM NO MINIMO 34CM DE LARGURA DE BANDA 2,2CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 8CM DE LARGURA DE GARRA (413156)	Un	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (2663)	Levorin	0	1.350,0000	1
14	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS 19.5X24 (413157)	Un	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (2663)	Rubbemew	0	410,0000	1
15	RECAPAGEM DE PNEU 14/17,5 BORRACHUDO QUENTE (413158)	Un	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (2663)	Levorin	0	750,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2014

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 18/2014		Data do Registro: 05/11/2014		Válido até: 05/11/2015			
<b>Objeto da Compra:</b> A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a contratação de serviços de recapagem, recauchutagem, dublagem e conserto de pneus dos veículos e máquinas do Município, de acordo com as especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 14/17.5 (413159)	Un	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (2663)	Rubbenew	0	380.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2014

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 18/2014		Data do Registro: 05/11/2014		Válido até: 05/11/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a contratação de serviços de recapagem, recauchutagem, dublagem e conserto de pneus dos veículos e máquinas do Município, de acordo com as especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2014  
PROCESSO Nº 87/2014

(2663) - RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP

Chapadão do Lageado, 5 de Novembro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2014

Página: 1/10

Número do Registro de Preços: 19/2014		Data do Registro: 11/11/2014		Válido até: 11/11/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para contratação de execução de serviços de agrimensura e topografia, a serem realizados no perímetro urbano e rural do Município de Chapadão do Lageado, que deverão ser executados dentro das Normas da ABNT - Associação Brasileira							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ALINHAMENTO DE LOTE URBANO (1)- Lotes Isolados (413109);	Un	ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	174,3010	1
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	151,3470	2
			TREVISIO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	155,2370	3
2	Dois ou mais lotes contíguos na mesma ordem de serviço - ALINHAMENTO DE LOTE URBANO (1)- (413110)	Un	ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	158,3740	1
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	141,8526	2
			TREVISIO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	147,3971	3
3	Levantamento Planimétrico do Perímetro de Área até 15Ha - LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO DE TERRENOS RURAIS (3) (413111)	Un	ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	118,7805	1
			TREVISIO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	98,2560	2
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	100,1708	3
4	Levantamento Planialtimétrico p/ampliação perímetro urbano -LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO DE TERRENOS RURAIS (3) (413112)	Un	ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	39,5935	1
			TREVISIO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	31,0300	2
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	32,9421	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2014

Página: 2/10

Número do Registro de Preços: 19/2014			Data do Registro: 11/11/2014		Válido até: 11/11/2015		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para contratação de serviços de agrimensura e topografia, a serem realizados no perímetro urbano e rural do Município de Chapadão do Lageado, que deverão ser executados dentro das Normas da ABNT - Associação Brasileira							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Levantamento Topográfico planialtimétrico de Lote Urbano até 2000 m² - LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO DE LOTES URBANOS (3) (413113)	Un	ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	1.029,4312	1
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	1.007,7583	2
			TREVISIO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	1.023,9914	3
6	Levantamento Topográfico planialtimétrico de Lote Urbano acima de 2000 m² - LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO DE LOTES URBANOS (3) (413114)	m²	ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	0,5147	1
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	0,5378	2
			TREVISIO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	0,5419	3
7	Levantamento Topográfico para retificação de Lote Urbano até 2000 m² (4) - LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO DE LOTES URBANOS (3) (413115)	Un	ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	1.187,8052	1
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	1.074,9870	2
			TREVISIO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	1.168,7924	3
8	Levantamento Topográfico para retificação de Lote Urbano acima de 2000 m² (4) - LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO DE LOTES URBANOS (3) (413116)	m²	ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	0,9107	1
			TREVISIO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	0,8828	2
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	0,9210	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2014

Página: 3/10

Número do Registro de Preços: 19/2014      Data do Registro: 11/11/2014      Válido até: 11/11/2015									
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para contratação de serviços de agimensura e topografia, a serem realizados no perímetro urbano e rural do Município de Chapadão do Lageado, que deverão ser executados dentro das Normas da ABNT - Associação Brasileira									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
9	Levantamento Topográfico Cadastral de Terrenos Urbanos até 2000 m² - LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO DE LOTES URBANOS (3) (413117)	Un	ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	593,9026	1		
			TREVISO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	532,6766	2		
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	554,6368	3		
10	Levantamento Topográfico Cadastral de Terrenos Urbanos acima de 2000 m² - LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO DE LOTES URBANOS (3) (413118)	m²	ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	0,4751	1		
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	0,4168	2		
			TREVISO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	0,4458	3		
11	Levantamento Topográfico para Desmembramento de Lotes Urbanos (02 lotes) - LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO DE LOTES URBANOS (3) (413119)	Un	ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	673,0896	1		
			TREVISO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	585,4276	2		
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	588,2512	3		
12	Levantamento Topográfico para Desmembramento de Lotes Urbanos (acima de 02 lotes) - LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO DE LOTES URBANOS (3) (413120)	m²	ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	0,7523	1		
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	0,6857	2		
			TREVISO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	0,6993	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2014

Página: 4/10

Número do Registro de Preços: 19/2014      Data do Registro: 11/11/2014      Válido até: 11/11/2015									
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para contratação de serviços de aginmensura e topografia, a serem realizados no perímetro urbano e rural do Município de Chapadão do Lageado, que deverão ser executados dentro das Normas da ABNT - Associação Brasileira									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
13	Levantamento Planialtimétrico e Cadastral (Pavimentação) - LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO DE LOTES URBANOS (3) (413121)	m²	ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	3,1675	1		
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	6,7161	2		
			TREVISO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	6,8266	3		
14	ESTAQUEAMENTO PARA ALINHAMENTO DE POSTES - Unidade (413122)	Un	ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	71,2683	1		
			TREVISO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	78,6163	2		
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	79,3299	3		
15	ESTAQUEAMENTO PARA ALINHAMENTO DE RUAS E MEIO FIO Até 100 Mt (413123)	Mt	ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	1,5837	1		
			TREVISO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	2,1765	2		
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	2,2185	3		
16	ESTAQUEAMENTO PARA ALINHAMENTO DE RUAS E MEIO FIO Acima de 100 Mt (413124)	Mt	ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	1,0532	1		
			TREVISO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	0,8216	2		
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	0,8538	3		
17	DEMARCAÇÃO DE PROJETOS DE TERRAPLANAGEM Até 2000 m² (413125)	Un	ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	871,0571	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2014

Página: 5/10

Número do Registro de Preços: 19/2014		Data do Registro: 11/11/2014		Válido até: 11/11/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para contratação de execução de serviços de agnimensura e topografia, a serem realizados no perímetro urbano e rural do Município de Chapadão do Lageado, que deverão ser executados dentro das Normas da ABNT - Associação Brasileira							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	DEMARCAÇÃO DE PROJETOS DE TERRAPLANAGEM Acima de 2000m² (413126)	m²	TREVISIO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	1.075,7023	2
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	1.134,8205	3
			ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	0,3167	1
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	0,4168	2
19	DEMARCAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS Até 1000 mt (413127)	Mt	TREVISIO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	0,4196	3
			ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	0,5543	1
			TREVISIO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	0,8653	2
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	0,8673	3
20	DEMARCAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS Acima de 1000m (413128)	Mt	ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	0,5543	1
			TREVISIO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	0,6031	2
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	0,6185	3
			ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	0,8711	1
21	DEMARCAÇÃO DE VALAS SEM NIVELAMENTO Até 250 m (413129)	Mt	TREVISIO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	0,8653	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2014

Página: 6/10

Número do Registro de Preços: 19/2014      Data do Registro: 11/11/2014      Válido até: 11/11/2015									
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para contratação de serviços de agnimensura e topografia, a serem realizados no perímetro urbano e rural do Município de Chapadão do Lageado, que deverão ser executados dentro das Normas da ABNT - Associação Brasileira									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
22	DEMARCAÇÃO DE VALAS SEM NIVELAMENTO Acima de 250 m (413130)	Mt	FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	0,9076	3		
			ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	0,8711	1		
			TREVIS0 E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	0,7605	2		
23	DEMARCAÇÃO DE VALAS COM NIVELAMENTO Até 200 m (413131)	Mt	FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	0,7731	3		
			ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	2,2172	1		
			TREVIS0 E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	2,0279	2		
24	DEMARCAÇÃO DE VALAS COM NIVELAMENTO Acima de 200 m (413132)	Mt	FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	2,1379	3		
			ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	1,9797	1		
			TREVIS0 E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	1,6957	2		
25	LEVANTAMENTO ALTIMETRICO DE EIXO PARA PROJETOS DE DRENAGEM Até 150 mt (413133)	Mt	FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	1,7816	3		
			ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	2,2964	1		
			TREVIS0 E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	2,2377	2		
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	2,3463	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2014

Página: 7/10

Número do Registro de Preços: 19/2014		Data do Registro: 11/11/2014		Válido até: 11/11/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para contratação de serviços de agnimensura e topografia, a serem realizados no perímetro urbano e rural do Município de Chapadão do Lageado, que deverão ser executados dentro das Normas da ABNT - Associação Brasileira							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	LEVANTAMENTO ALTIMETRICO DE EIXO PARA PROJETOS DE DRENAGEM Acima de 150 mt (413134)	Mt	ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	2,2172	1
			TREVIS0 E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	1,9667	2
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	2,0706	3
27	ACOMPANHAMENTO DE ABERTURAS DE VALAS Até 100 Mt (413135)	Mt	ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	0,9502	1
			TREVIS0 E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	0,8042	2
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	0,8404	3
28	ACOMPANHAMENTO DE ABERTURAS DE VALAS Acima de 100 Mt (413136)	Mt	ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	0,8711	1
			TREVIS0 E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	0,7255	2
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	0,7395	3
29	NIVELAMENTO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL (5) (413137)	Dia	ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	633,4961	1
			TREVIS0 E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	589,1338	2
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	623,2101	3
30	DEMARCAÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS (5) (413138)	Mt	ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	0,3167	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2014

Página: 8/10

Número do Registro de Preços: 19/2014		Data do Registro: 11/11/2014		Válido até: 11/11/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para contratação de serviços de agrimensura e topografia, a serem realizados no perímetro urbano e rural do Município de Chapadão do Lageado, que deverão ser executados dentro das Normas da ABNT - Associação Brasileira							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	ASSESSORIA TÉCNICA E AGRIMENSURA (413139)	Hr	TREVISIO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	0.5594	2
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	0.5849	3
			ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	39.5935	1
			TREVISIO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	54.8139	2
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	57.4805	3
			ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	1.7421	1
32	NIVELAMENTO GEOMÉTRICO (413140)	Mt	TREVISIO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	2.0628	2
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	2.1984	3
			ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	0.9502	1
33	ABERTURA DE PICADAS (LARGURA SUFICIENTE PARA LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO (413141)	Mt	TREVISIO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	0.7430	2
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	0.7530	3
			ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0	7.1268	1
34	DEMARCAÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL (5) (413142)	Pl	TREVISIO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC (4518)		0	7.0276	2
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0		
			ANTONIO DUARTE DA SILVA (452)		0		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2014

Página: 9/10

Número do Registro de Preços: 19/2014		Data do Registro: 11/11/2014		Válido até: 11/11/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para contratação de execução de serviços de agrimensura e topografia, a serem realizados no perímetro urbano e rural do Município de Chapadão do Lageado, que deverão ser executados dentro das Normas da ABNT - Associação Brasileira							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FERNANDO MONTIBELLER (1806)		0	7.5968	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2014

Página: 10/10

Número do Registro de Preços: 19/2014		Data do Registro: 11/11/2014		Válido até: 11/11/2015	
<b>Objeto da Compra:</b> A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para contratação de execução de serviços de agrimensura e topografia, a serem realizados no perímetro urbano e rural do Município de Chapadão do Lageado, que deverão ser executados dentro das Normas da ABNT - Associação Brasileira					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
				Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2014

PROCESSO Nº 90/2014

(452) - ANTONIO DUARTE DA SILVA

(1806) - FERNANDO MONTIBELLER

(4518) - TREVISIO E PENTEADO - ASS. EM GESTÃO PUB E PROJ TEC

Chapadão do Lageado, 11 de Novembro de 2014.

RELAÇÃO DAS COMPRAS DE OUTUBRO PM E FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 1/20

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:   Outubro/2014  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.686/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAIXA TÉRMICA	3649	2,000	169,8000	339,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MARGARINA COM 80% DE LIPÍDEOS	3582	8,000	3,4000	27,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	POLVILHO DOCE	3582	4,000	3,2900	13,16
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Presunto Magro Fatiado, interfolhados embalagens 150 GRAMAS	3582	2,000	3,7000	7,40
AFUBRA -Agro Comercial Afubra Ltda	APERLHO DE TELEFONE SEM FIO	3685	1,000	99,9000	99,90
AFUBRA -Agro Comercial Afubra Ltda	CHALEIRA ELÉTRICA INOX 1,7 LITROS	3581	1,000	164,0000	164,00
AFUBRA -Agro Comercial Afubra Ltda	GARRAFA TÉRMICA 1,8 LTS	3685	1,000	61,0000	61,00
AFUBRA -Agro Comercial Afubra Ltda	LIQUIDIFICADOR 500 WATTS	3772	1,000	159,9000	159,90
ARIOLDO AUTOMOVEIS	BUCHA PART. DIANTEIRA	3689	1,000	73,5000	73,50
ARIOLDO AUTOMOVEIS	BUCHA PART. TRASEIRA	3689	1,000	73,5000	73,50
ARIOLDO AUTOMOVEIS	CAMBAGEM	3690	2,000	30,0000	60,00
ARIOLDO AUTOMOVEIS	GEOMETRIA	3690	1,000	30,0000	30,00
ARIOLDO AUTOMOVEIS	MÃO DE OBRA	3690	1,000	50,0000	50,00
AUTO ELETRICA BELA VISTA LTDA - ME	BATERIA 100AP	3584	1,000	320,0000	320,00
AUTO ELETRICA BELA VISTA LTDA - ME	CABO 70MM	3584	1,500	54,6700	82,00
AUTO ELETRICA BELA VISTA LTDA - ME	CAIXA DE DISCO TACÓGRAFO 001	3751	2,000	35,0000	70,00
AUTO ELETRICA BELA VISTA LTDA - ME	FAIXA REFLETIVA	3751	20,000	5,0000	100,00
AUTO ELETRICA BELA VISTA LTDA - ME	FAIXA REFLETIVA	3955	20,000	5,0000	100,00
AUTO ELETRICA BELA VISTA LTDA - ME	LAMPADA H7	3751	1,000	25,0000	25,00
AUTO ELETRICA BELA VISTA LTDA - ME	LANTERNA	3955	2,000	18,0000	36,00
AUTO ELETRICA BELA VISTA LTDA - ME	PONTEIRAS	3584	2,000	8,0000	16,00
AUTO ELETRICA BELA VISTA LTDA - ME	SILICONE DE CONTATO	3751	1,000	10,0000	10,00
AUTO ELETRICA BELA VISTA LTDA - ME	TERMINAIS	3584	2,000	8,0000	16,00
BERLANDA	LIQUIDIFICADOR 600 WATS 4 VELOCIDADES	3652	1,000	99,5000	99,50
BLUMETERRA COM. E SRV. LTDA	CARGA DE ESTERCO	3822	5,000	35,0000	175,00
CARBONI DIST. VEICULOS LTDA	ABRACADEIRA	3784	10,000	0,3100	3,10
CARBONI DIST. VEICULOS LTDA	CHICOTE INJEÇÃO ELETRONICA	3784	2,000	16,0000	32,00
CARBONI DIST. VEICULOS LTDA	MÃO DE OBRA	3785	1,000	140,0000	140,00
CARBONI DIST. VEICULOS LTDA	SENSOR DE FREIO	3784	3,000	16,2400	48,72
CASA DAS CHAVES	CÓPIA DE CHAVE	3593	8,000	5,0000	40,00
CASTORINO SCHMIDT - ME	FITA BEBE	3787	80,000	0,1500	12,00
CASTORINO SCHMIDT - ME	TULE	3787	100,000	1,9000	190,00
CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	Brinquedo: Barraca infantil personagens diversos, capacidade para duas crianças, com abertura frontal, confeccionada em tecido lavavel (contém tecido, tubos de pvc para armação e conectores); dimensões aproximadas: 120x92x92cm (AxLxP); Peso aproximado: 1,1KG	3542	5,000	120,5000	602,50
CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	Brinquedo: Bola infantil de E.V.A, cores variadas, medindo de 66/68 cm de circunferência, pesando de 130/150 gramas	3542	10,000	9,9000	99,00
CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	Brinquedo: Boneca Tikinha Fashion Nova Toys; Dimensões aproximadas da embalagem: 20x30x17cm (AxCxL)	3542	10,000	9,8000	98,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	Brinquedo: Caminhão caçamba entulho infantil, colorido; confeccionado em material plástico resistente e atóxico; contém uma pazinha e um rastelo; dimensões aproximadas: 38cm de comprimento.	3542	10,000	35,5000	355,00
CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	Brinquedo: carrinho de mão infantil colorido, com braços articulados, pá e rastelo; confeccionado em material plástico polipropileno; Dimensões aproximadas: (L x A x P): 32 x 28 x 73 cm	3542	10,000	67,5000	675,00
CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	Brinquedo: Casinha plástica didática e colorida para crianças partir de 18 meses, contém blocquinhos coloridos de diferentes formas e tamanhos; A portinha abre e fecha com chave para que a criança possa pegar os blocquinhos de volta; contém bolinhas que colocadas no chaminé desce pelo tobogã que percorre em volta da casinha. O brinquedo ainda vem com um martelinho que impulsiona a bolinha e afina a coordenação motora da criança, Dimensões aproximadas: 30 x 22 x 35 cm. Peso aproximado: 800gr	3542	6,000	48,0000	288,00
CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	Brinquedo: Dominó animais com 28 peças de madeira; Dimensões aproximadas da embalagem: 47x15,5x20,4cm (AXLxP);	3542	7,000	22,0000	154,00
CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	Brinquedo: Kit Alfabeto móvel em E.V.A colorido 6mm com 48 peças; contém 1 jogo alfabeto completo Matulsculo, 2 jogos de vogais e números de 0 a 9;	3542	5,000	37,0000	185,00
CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	Brinquedo: Kit Box na Areia, contém carro caixa com rodas, tampa e puxador; o kit contém -1 Pazinha Grande; -1 Ancinho Grande; -1 Pazinha Pequena; -1 Pazinha Furada Pequena; -1 Balinho; -1 Peneirinha; -4 Forminha diferentes; confeccionado em plástico resistente e colorido. dimensões aproximadas: 0,50m de comprimento, 0,33m de largura, 0,36m de altura;	3542	10,000	97,0000	970,00
CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	Brinquedo: Kit Números móvel em E.V.A colorido 6mm com 40 peças; contém 4 jogo de números de 0 a 9;	3542	5,000	37,0000	185,00
CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	Brinquedo: Kit tabuleiro de encaixe de formas geométricas; confeccionado em madeira, contém 01 tabuleiro medindo aproximadamente 340mmx260mmx9mm, com 09 peças geométricas coloridas que se encaixam perfeitamente sobre o tabuleiro.	3542	9,000	51,5000	463,50
CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	BRINQUEDO: Lego com peças grandes, colorido, confeccionado em material plástico ABS, contendo 40 peças de 12,00 cm de altura, 19,00 cm de largura, 35 cm de profundidade aproximadamente	3542	6,000	83,5000	501,00
CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	Brinquedo: Maquiagem infantil, contendo 1 estojo com formato de coração duplo com tampa, contendo baton, rouge e pincel aplicador; Dimensões aproximadas da embalagem: 2 x 20 x 18cm (AXLxP);	3542	6,000	23,0000	138,00
CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	Brinquedo: Máquina Carregadeira Amarela grande possui alavancas de comando para operar sua máquina, com a alavanca direita, faz o braço de elevação levantar e com a alavanca esquerda faz a caçamba bascular. Confeccionado em material polietileno e polipropileno; Medidas aproximadas Altura 26 cm, Largura: 49 cm, Comprimento: 16 cm	3542	10,000	28,5000	285,00
CHARLES LONGEN - ME	COREIA B62	3752	2,000	16,0000	32,00
CLERISON BESCHINOCK ME	BANER	3779	1,000	65,0000	65,00
COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A	BALANCEAMENTO	3666	4,000	15,0000	60,00
COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A	BALANCEAMENTO	3798	2,000	16,0000	32,00
COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A	GEOMETRIA	3666	1,000	80,0000	80,00
COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A	MONTAGEM	3798	2,000	10,0000	20,00
DEMETRIO - WR DEMETRIO COMERCIO DE DOC	EXPRESS COM BORDADO 49x49	3478	60,000	0,8900	53,40
DEMETRIO - WR DEMETRIO COMERCIO DE DOC	LAÇOS PRONTOS	3478	6,000	1,5000	9,00
DIGITAL' COMUNICAÇÃO VISUAL	ADESIVO	3646	4,000	13,0000	52,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DILMA MARIA PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME	BOLO COM COBERTURA	3648	1,000	4,5000	4,50
DILMA MARIA PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME	CUCA	3953	2,000	5,0000	10,00
DILMA MARIA PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME	ENROLADO	3648	2,000	6,5000	13,00
DILMA MARIA PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME	MINI SANDUÍCHES	3748	100,000	1,2500	125,00
DILMA MARIA PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME	NATA 400 GR	3648	1,000	3,5000	3,50
DILMA MARIA PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME	PÃO DE MILHO	3648	1,000	5,0000	5,00
DILMA MARIA PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME	PÃO DE QUEIJO	3654	30,000	0,5000	15,00
DILMA MARIA PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME	POTE DE MELADO	3648	1,000	4,8000	4,80
DILMA MARIA PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME	ROSCA	3648	1,000	5,0000	5,00
DILMA MARIA PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME	SALGADINHOS	3648	60,000	0,6000	36,00
DILMA MARIA PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME	SALGADINHOS	3654	30,000	0,6000	18,00
DILMA MARIA PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME	SALGADINHOS	3790	50,000	0,6000	30,00
DILMA MARIA PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME	SALGADINHOS	3953	50,000	0,6000	30,00
DILMA MARIA PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME	SALGADINHOS	3954	150,000	0,6000	90,00
ECOTRAT TRATAMENTO DE MADEIRA LTDA.	LIXEIRAS	3583	4,000	200,0000	800,00
GRAVINOX FOTOGRAVACOES LTDA	DESPEÇA PARA AQUISIÇÃO DE 01 PLACA EM AÇO INOX ESCOVADO 0,8M DE ESPESSURA, GRAVADO EM BAIXO RELEVO, COM PINTURA BRASÃO EM CORES E TEXTO EM PRETO, FORMATO DA PLACA 30x40 COM 4 Furos e BUCHAS.	3945	1,000	382,0000	382,00
IMEXSUL IMPORTACAO & EXPORTACAO LTDA	BRINQUEDOS DIVERSOS	3647	425,000	1,9900	845,75
JOAO PEDRO MACHADO	MANGUEIRA 3/4 x2,0	3641	1,000	81,0000	81,00
JOAO PEDRO MACHADO	TRIPLO SIMPLES	3641	1,000	42,0000	42,00
JOAO PEDRO MACHADO	UNIÃO 3/4	3641	4,000	1,0000	4,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ABRAÇADEIRA	3661	6,000	1,0000	6,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ABRAÇADEIRA 1/2	3661	5,000	1,5000	7,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ABRAÇADEIRA 3/4		10,000	0,8900	8,90
JOAO PEDRO MACHADO= ME	AÇO 5/16	3645	2,000	17,5000	35,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	AÇO 5/16	3661	2,000	16,8000	33,60
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ALVENARIT	3797	4,000	9,9000	39,60
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ALVENARIT	4057	5,000	9,9000	49,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ALVENARIT	4058	5,000	9,9000	49,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ALVENARIT		3,000	9,9000	29,70
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ALVENARIT		5,000	9,9000	49,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ARAME RECOZIDO	3797	13,000	6,3500	82,55
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ARAME RECOZIDO		10,000	6,3500	63,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ARAME RECOZIDO		6,000	6,3500	38,10
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ARAME RECOZIDO		1,000	6,3500	6,35
JOAO PEDRO MACHADO= ME	AREIA FINA .	4057	3,000	90,0000	270,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	AREIA FINA .		10,000	90,0000	900,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	AREIA FINA .		5,000	90,0000	450,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JOAO PEDRO MACHADO= ME	AREA FINA .		5,000	90,0000	450,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	Areia grossa.		10,000	74,9000	749,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	Areia grossa.		5,000	74,9000	374,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	Areia grossa.		5,000	74,9000	374,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	AREA MEDIA .	3661	5,000	79,0000	395,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	AREA MÉDIA .	3797	25,000	70,0000	1,750,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ARRUELA 3/8	3645	16,000	0,1500	2,40
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ARRUELA 3/8		66,000	0,1000	6,60
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BARRA DE AÇO 3/8		7,000	26,3000	184,10
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BARRA DE AÇO 4,2	3797	50,000	5,4500	272,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BARRA DE AÇO 4,2		35,000	5,4500	190,75
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BARRA DE AÇO 4,2		26,000	5,4500	141,70
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BARRA DE AÇO 4,2		30,000	5,4500	163,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BARRA DE AÇO 5/16	3797	45,000	17,0000	765,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BARRA DE AÇO 5/16		40,000	17,0000	680,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BARRA ROSCADA 3/8	3645	3,000	5,4000	16,20
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BARRA ROSCADA 3/8		8,000	4,9000	39,20
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BARRA ROSCADA 3/8		20,000	4,9000	98,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BOTA PAMPEADA	3645	1,000	39,5000	39,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BOTAS DE BORRACHA	4057	1,000	28,0000	28,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BOTAS DE BORRACHA		2,000	28,0000	56,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BOTAS DE BORRACHA		2,000	28,0000	56,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BRITA .	3661	3,000	75,0000	225,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BRITA .	3797	11,000	67,0000	737,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BRITA .	4057	1,500	67,0000	100,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BRITA .		10,000	67,0000	670,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BRITA .		3,000	67,0000	201,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BROCA DE AÇO 2MM	3645	1,000	4,0000	4,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BROCA DE AÇO 3 MM	3645	1,000	4,5000	4,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BROCA DE AÇO 3,5MM	3645	1,000	5,0000	5,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BUCHA 08	3642	8,000	0,1000	0,80
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BUCHA 6Mf	3592	4,000	0,0500	0,20
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CABO DE ENCHADA	4057	5,000	5,2000	26,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CABO DE PA	3645	1,000	5,0000	5,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CABO P/ ENXADA	3661	1,000	6,0000	6,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CADEADO 25MM	3645	1,000	10,0000	10,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CADEADO 35 MM	4058	1,000	12,4500	12,45
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CAIXA DE DESCARGA	3592	1,000	15,0000	15,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CANALETA DE COLA		4,000	4,9000	19,60

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:    Outubro/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 5/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CANO PVC 100MM	4058	4,000	29,0000	116,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CAP ESGOTO 100MM	3592	1,000	0,5000	0,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CAP ESGOTO 50MM	3592	2,000	2,5000	5,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CARRO DE MÃO EM AÇO	3797	2,000	72,0000	144,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CHAVE COMBINADA	3661	1,000	9,0000	9,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CHUVEIRO	3642	1,000	24,9000	24,90
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CHUVEIRO ELÉTRICO	3661	1,000	24,9000	24,90
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CIMENTO	3661	17,000	25,5000	433,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CIMENTO	3797	180,000	25,2000	4.536,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CIMENTO	4057	5,000	25,2000	126,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CIMENTO		110,000	25,2000	2.772,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CIMENTO		90,000	25,2000	2.288,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CIMENTO		50,000	25,2000	1.260,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	COLA ADESIVA	3642	1,000	1,7500	1,75
JOAO PEDRO MACHADO= ME	COLA INSTANTÂNEA, TEMPO DE COLAGEM 20 SEGUNDOS, SUPER ADESIVA, TIPO COLA TUDO, 1ª QUALIDADE.	3645	1,000	6,0000	6,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	COLHER (PEDRIRO) 10"		1,000	9,4000	9,40
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CONEXÃO PARA TORNEIRA	3645	1,000	2,5000	2,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CORDA	3592	30,000	0,2000	6,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CORREIA DO MOTOR	3661	30,000	1,6000	48,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CORRENTE PARA CADEADO	3645	2,000	4,5000	9,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	DISCO CORTE FERRO4. 1/2 X 1/4 X 7/8	4057	5,000	3,9000	19,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	DISCO DE CORTE	3645	19,000	3,9000	74,10
JOAO PEDRO MACHADO= ME	DUREPOXI	3661	1,000	3,0000	3,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	EMENDA PARA MANGUEIRA 1/2	3797	11,000	0,5000	5,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	EMENDA PARA MANGUEIRA 1/2		5,000	0,5000	2,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ENGATE RAPIDO	3642	2,000	3,0000	6,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	FIO FLEXÍVEL 2 X 2,5MM		100,000	1,7000	170,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	FIO FLEXÍVEL 2x1,5		150,000	1,1000	165,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	FIO RAMI		2,000	16,7000	33,40
JOAO PEDRO MACHADO= ME	FIO SOLIDO 10 MM	3661	13,000	3,7500	48,75
JOAO PEDRO MACHADO= ME	FIO SOLIDO 4MM	3661	50,000	1,3900	69,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	FIO SOLIDO 6 MM	3642	9,000	2,0900	18,81
JOAO PEDRO MACHADO= ME	FITA ISOLANTE 20MT	3642	1,000	5,0000	5,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	FITA ISOLANTE 20MT	3645	2,000	5,0000	10,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	FITA ISOLANTE 20MT	3797	2,000	4,4000	8,80
JOAO PEDRO MACHADO= ME	FITA ISOLANTE 20MT		2,000	4,4000	8,80
JOAO PEDRO MACHADO= ME	FITA ISOLANTE 5 MT	4058	2,000	1,3900	2,78
JOAO PEDRO MACHADO= ME	FUGA CINZA	3592	1,000	0,4000	0,40

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 6/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JOAO PEDRO MACHADO= ME	GATILHO DE PULVERIZADOR	3661	1,000	3,5000	3,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	INTERRUPTOR DE EMBUTIR	3642	2,000	6,9000	13,80
JOAO PEDRO MACHADO= ME	JOELHO 45º ESGOTO 100MM	3660	24,000	3,0000	72,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	JOELHO SOLDÁVEL 25 X 1/2"	3661	1,000	1,2000	1,20
JOAO PEDRO MACHADO= ME	JOELHO SOLDÁVEL 50 MM	3661	1,000	3,0000	3,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	JUNÇÃO 100x100	3660	12,000	9,5000	114,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	KANODRENO	3660	144,000	4,5000	648,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LAMPADA FLORESCENTE 20W	4058	5,000	4,5000	22,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LIMA DE ENXADA	3645	1,000	12,0000	12,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LIMA DE ENXADA	3661	2,000	15,0000	30,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LIXA AMARELA	3661	1,000	3,0000	3,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LONA PRETA	3661	12,000	1,0000	12,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LONA PRETA.	3645	88,000	1,0000	88,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LONA PRETA.	3797	30,000	0,9000	27,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LONA PRETA.	4058	10,000	0,9000	9,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LONA DE MALHA EMBORRACHADA		2,000	4,9000	9,80
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LUA DE MALHA EMBORRACHADA		6,000	4,9000	29,40
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LUA DE MÃO TRICOTADA	3797	2,000	4,0000	8,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LUA DE MÃO TRICOTADA	4057	7,000	4,0000	28,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LUA NITRILIÇA	3661	4,000	6,5000	26,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LUA SOLDÁVEL	3661	1,000	2,0000	2,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LUA SOLDÁVEL 25 MM	3642	1,000	1,0000	1,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LUA SOLDÁVEL 50MM	3661	2,000	2,5000	5,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LUA TRICOTADA	3661	3,000	5,0000	15,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LUZ ECONOMICA 30W	3642	1,000	13,9000	13,90
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LUZ ECONOMICA 55W	3642	1,000	49,9000	49,90
JOAO PEDRO MACHADO= ME	MADEIRA DE PINUS LINHAS DE 6 X 10	3661	1,000	470,0000	470,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	MAGUEIRA 3/4 ROLO COM 100MT	4057	1,000	69,0000	69,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	MAGUEIRA 3/4 ROLO COM 100MT		3,000	69,0000	207,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	MANGUEIRA 1/2	3642	40,000	1,7000	68,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	MANGUEIRA 1/2	3661	20,000	1,7000	34,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	MANGUEIRA 1/2	3797	100,000	0,5900	59,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	MANGUEIRA ANTI CHAMA	3642	50,000	1,2000	60,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	MANGUEIRA CRISTAL 3/4	3661	4,000	1,9000	7,60
JOAO PEDRO MACHADO= ME	MANGUEIRA CRISTAL 5/16	3645	2,500	0,9000	2,25
JOAO PEDRO MACHADO= ME	MANTA BIDIM	3660	144,000	4,5000	648,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PÁ CORTADEIRA	3645	1,000	13,5000	13,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PARAFUSO	3592	26,000	0,1000	2,60
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PARAFUSO 4,0x30	3642	3,000	0,1000	0,30

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 7/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PARAFUSO 6,0x70	3642	8,000	0,2000	1,60
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PARAFUSO TELHEIRO		15,000	0,4000	6,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PARAFUSO TELHEIRO		30,000	0,4000	12,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PEDRA DE FUNDAMENTO 7,5CM	3797	500,000	1,3500	675,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINCEL 1.1/2	4058	5,000	2,2000	11,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINCEL 1.1/2		1,000	2,2000	2,20
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINCEL 1.1/2		2,000	2,2000	4,40
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINO ADAPTADOR	3642	1,000	5,0000	5,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINO ADAPTADOR	3661	2,000	6,0000	12,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINO FEMEA 2P	3661	3,000	3,5000	10,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINO FEMEA 2P	4058	5,000	2,9000	14,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINO FEMEA 2P		4,000	2,9000	11,60
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINO FEMEA 2P		5,000	2,9000	14,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINO FEMEA 2P+T 20A	3661	2,000	4,0000	8,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINO MACHO 2P	3661	4,000	3,5000	14,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINO MACHO 2P	4058	5,000	2,5000	12,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINO MACHO 2P		2,000	2,5000	5,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINO MACHO 2P		4,000	2,5000	10,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINO MACHO 2P		6,000	2,5000	15,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PÓ DE BRITA .		10,000	75,0000	750,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PORCA 3/8		50,000	0,2500	12,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PORCA SEXTAVADA 3/8	3645	16,000	0,2500	4,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PREGO	3661	14,000	8,2000	114,80
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PREGO 16x24		4,000	7,0000	28,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	Prego 17 x 27	3797	15,000	6,8500	102,75
JOAO PEDRO MACHADO= ME	Prego 17 x 27	4058	10,000	6,8500	68,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	Prego 17 x 27		10,000	6,8500	68,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PREGO 17x27		3,000	6,8500	20,55
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PREGO 20 X 48	3645	2,000	7,0000	14,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PREGO 20 X 48		2,000	6,8500	13,70
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PREGO 20 X 48		16,000	6,8500	109,60
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PREGO 20 X 48		15,000	6,8500	102,75
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PREGO 25x72	3645	40,000	8,2000	328,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PREGO DE AÇO 12X12	3592	1,000	6,0000	6,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PREGO TELHEIRO	3645	0,400	11,0000	4,40
JOAO PEDRO MACHADO= ME	REFLETOR ALUM RET E-27	3642	1,000	25,0000	25,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	REGISTRO ESFERA 50 MM	3661	1,000	13,5000	13,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ROLO DE ESPUMA 09 CM		1,000	2,9000	2,90
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ROLO DE ESPUMA 09 CM		2,000	2,9000	5,80

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 8/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ROLO DE ESPUMA 09 CM		3,000	2,9000	8,70
JOAO PEDRO MACHADO= ME	SABRE 40CM	3661	1,000	169,5000	169,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	SERRA COPO 2"		1,000	19,9000	19,90
JOAO PEDRO MACHADO= ME	SERRINHA DE CORTAR FERRO	4058	5,000	3,2000	16,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	SERRINHA DE CORTAR FERRO		3,000	3,2000	9,60
JOAO PEDRO MACHADO= ME	SERRINHA DE CORTAR FERRO		2,000	3,2000	6,40
JOAO PEDRO MACHADO= ME	SERRINHA DE CORTAR FERRO		3,000	3,2000	9,60
JOAO PEDRO MACHADO= ME	SERRINHA NICHOLSON	3645	2,000	3,5000	7,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	SILICONE	3645	3,000	16,8000	50,40
JOAO PEDRO MACHADO= ME	SILICONE 50GR	3642	3,000	3,8000	11,40
JOAO PEDRO MACHADO= ME	SILICONE 50GR	3797	3,000	3,2000	9,60
JOAO PEDRO MACHADO= ME	SILICONE 50GR	4057	5,000	3,2000	16,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	SILICONE 50GR		3,000	3,2000	9,60
JOAO PEDRO MACHADO= ME	SILICONE 50GR		5,000	3,2000	16,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	SILICONE 50GR		3,000	3,2000	9,60
JOAO PEDRO MACHADO= ME	SILICONE ALTA TEMPERATURA 50 GR	4057	5,000	5,0000	25,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	SILICONE GRANDE	3661	1,000	9,5000	9,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	SPUDE	3592	1,000	3,9000	3,90
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TABUA 20CM /3MT	3797	94,000	7,5000	705,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TABUA 20CM /3MT		4,000	7,5000	30,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TABUA 20CM /3MT		36,000	7,5000	270,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TABUA 25CM /3MT		60,000	8,9000	534,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TARJETA 2.5	3592	2,000	5,0000	10,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TEE DE 50	3661	1,000	4,0000	4,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TEE TRIPLO 1/2		5,000	1,0000	5,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TELHA 1x1/2"	3642	1,000	10,0000	10,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TELHA 2,44 x 5 MM	3642	2,000	32,5000	65,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TELHA 2,44 x 5 MM	3645	10,000	32,5000	325,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TELHA FIBRE CIMENTO 1,10X2,44X5MM		30,000	32,4000	972,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TELHA FIBRE CIMENTO 1,10X2,44X5MM		30,000	32,4000	972,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TELHA FIBRE CIMENTO 1,10X2,44X5MM		32,000	32,4000	1,036,80
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TINTA ACRILICA BRANCO SEMI BRILHO GL 18		1,000	222,0000	222,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TINTA SELADOR ACRILICO 3,6 L		1,000	18,5000	18,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TINTA SELADOR ACRILICO 3,6 L		6,000	18,5000	111,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TOMADA SOBREPOR	3642	3,000	5,0000	15,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TORNEIRA DE JARDIM	3645	1,000	4,9000	4,90
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TORQUÊS 10"		1,000	14,9000	14,90
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TORQUÊS 10"		1,000	14,9000	14,90
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TORQUÊS 8"		1,000	14,0000	14,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 9/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TRENA DE 5 METROS	3661	1,000	8,0000	8,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TRENA DE 5 METROS		2,000	8,5000	17,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TUBO ESGOTO 100 MM	3645	4,000	34,0000	136,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TUBO GALVANIZADO 3/4	3642	6,000	11,5000	69,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TUBO GALVANIZADO 3/4 DE 6MT	3797	20,000	69,0000	1,380,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TUBO GALVANIZADO 3/4 DE 6MT	4057	3,000	69,0000	207,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TUBO GALVANIZADO 3/4 DE 6MT		10,000	69,0000	690,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TUBO GALVANIZADO 3/4 DE 6MT		15,000	69,0000	1,035,00
JONAS PICKLER COMERCIO DE MOVEIS E ELETI	ESPREMEDOR DE FRUTAS	3651	1,000	105,0000	105,00
K&K PNEUS	PROTETOR DE ARO 24	3747	2,000	100,0000	200,00
K&K PNEUS	VULGANISO DE PNEUS ARO 1400x24	3747	4,000	250,0000	1,000,00
K&K PNEUS	VULGANISO DE PNEUS ARO 1400x24	3749	2,000	250,0000	500,00
LUIS ALBERTO HASKEL & CIA ITDA-ME	LAVADOURA DE PRESSÃO WAP MODELO BRAVO (SEMI-PROFISSIONAL) MOTOR DE INDUÇÃO, 2550 LIBRAS PSI DE PICO 1900 LIBRAS PIS DE PRESSÃO DE TRABALHO; POTENCIA ELETRICA DO MOTOR 1500 WATS, APLICADOR DE DETERGENTE ENGATE E BICO REGULAVEL, BICO TURBO.	3725	1,000	679,0000	679,00
MACHADO & ROSSI LTDA - CHEGA MAIS	CAÇAROLA NIGRO VILTALIA POLIDA Nº 18, CAPACIDADE 2,0 LITROS	3807	1,000	34,9900	34,99
MACHADO & ROSSI LTDA - CHEGA MAIS	CAÇAROLA NIGRO VILTALIA POLIDA Nº 22, CAPACIDADE DE 3,4 LITROS	3807	1,000	39,9900	39,99
MACHADO & ROSSI LTDA - CHEGA MAIS	CAÇAROLA NIGRO VITALIA POLIDA Nº 20, CAPADICADADE DE 2,6 LIT	3807	1,000	36,9900	36,99
MACHADO & ROSSI LTDA - CHEGA MAIS	FORMA MAX C/T RED. P	3756	6,000	14,9900	89,94
MACHADO & ROSSI LTDA - CHEGA MAIS	PANELA NIGRO VILTALIA Nº 13 CAPACIDADE DE 2,00 LITROS	3807	1,000	29,9900	29,99
MACHADO & ROSSI LTDA - CHEGA MAIS	TIGELA MAX. FÁCILIL. 1 LT VAP ALTA	3756	7,000	14,9900	104,93
MACHADO & ROSSI LTDA - CHEGA MAIS	TIGELA MX FACILI 300ML	3807	1,000	7,9900	7,99
MARCIA HINTEWANN KUSTER - COML KUSTER	ABRAÇADEIRA	3591	1,000	1,0000	1,00
MARCIA HINTEWANN KUSTER - COML KUSTER	CANTONEIRA 10x12	3591	2,000	3,0000	6,00
MARCIA HINTEWANN KUSTER - COML KUSTER	EXTENSÃO	3591	1,000	9,5000	9,50
MARCIA HINTEWANN KUSTER - COML KUSTER	FECHADURA PARA PORTA DE FERRO	3591	2,000	48,5000	97,00
MARCIA HINTEWANN KUSTER - COML KUSTER	INTERRUPTOR 1 TECLA+TOMADA	3591	1,000	6,8000	6,80
MARCIA HINTEWANN KUSTER - COML KUSTER	LUMINÁRIA 1x40	3591	1,000	37,5000	37,50
MARCIA HINTEWANN KUSTER - COML KUSTER	LUMINÁRIA 2 X 40 W	3591	2,000	49,5000	99,00
MARCIA HINTEWANN KUSTER - COML KUSTER	PARAFUSO CHIP	3591	15,000	0,0800	1,20
MARCIA HINTEWANN KUSTER - COML KUSTER	PARAFUSO COM BUCHA	3591	15,000	0,2000	3,00
MARCIA HINTEWANN KUSTER - COML KUSTER	REBITADO MANUAL	3591	1,000	19,0000	19,00
MARCIA HINTEWANN KUSTER - COML KUSTER	REBITE ALUMÍNIO 3,2x10,0	3591	1,000	4,0000	4,00
MARCIA HINTEWANN KUSTER - COML KUSTER	REBITE ALUMÍNIO 4,8x16,0	3591	1,000	5,0000	5,00
MARCIA HINTEWANN KUSTER - COML KUSTER	SEMENTE PEPINO CONSERVA	3753	20,000	3,0000	60,00
MARCIA HINTEWANN KUSTER - COML KUSTER	START	3591	1,000	1,0000	1,00
MARCIA HINTEWANN KUSTER - COML KUSTER	SUBSTRATO	3753	10,000	12,5000	125,00
MARCIA HINTEWANN KUSTER - COML KUSTER	TINTA SPRAY	3653	5,000	14,0000	70,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:   Outubro/2014  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 10/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARCIA HINTEWANN KUSTER - COML KUSTER	TOMADA	3591	1,000	4,2000	4,20
MECANICA ITU LTDA EPP	AMORTECEDORES	3650	2,000	202,3000	404,60
MECANICA ITU LTDA EPP	ANEL SINCROIZADOR 1	3650	1,000	302,6500	302,65
MECANICA ITU LTDA EPP	ANEL SINCROIZADOR 2	3650	1,000	151,9500	151,95
MECANICA ITU LTDA EPP	ANEL SINCROIZADOR 3	3650	1,000	132,6500	132,65
MECANICA ITU LTDA EPP	ANEL SINCROIZADOR 4	3650	1,000	619,8000	619,80
MECANICA ITU LTDA EPP	ANEL SINCROIZADOR 5	3650	1,000	131,8000	131,80
MECANICA ITU LTDA EPP	ARANHA DO CUBO	3650	2,000	7,9000	15,80
MECANICA ITU LTDA EPP	ARREBITES	3650	44,000	0,2500	11,00
MECANICA ITU LTDA EPP	BORRACHA AMORTECEDOR	3783	1,000	15,0000	15,00
MECANICA ITU LTDA EPP	BUCHA AMORTECEDOR R953	3650	2,000	20,4500	40,90
MECANICA ITU LTDA EPP	BUCHA AMORTECEDOR R962	3650	2,000	18,4500	36,90
MECANICA ITU LTDA EPP	BUCHA AMORTECEDOR R966	3650	2,000	17,8000	35,60
MECANICA ITU LTDA EPP	BUCHA DO TIRANTE	3783	2,000	134,0000	268,00
MECANICA ITU LTDA EPP	BUCHA ELASTICA	3650	6,000	149,1500	894,90
MECANICA ITU LTDA EPP	BUCHA ELÁSTICA SILENCIOSA	3650	2,000	225,1500	450,30
MECANICA ITU LTDA EPP	BUCHA ESTABILIZADOR	3650	4,000	20,0000	80,00
MECANICA ITU LTDA EPP	BUCHA ESTABILIZADOR	3650	4,000	16,9500	67,80
MECANICA ITU LTDA EPP	BUCHA ESTABILIZADOR 2	3650	4,000	26,4500	105,80
MECANICA ITU LTDA EPP	CILINDRO DE RODA DIREITO	3650	1,000	150,0000	150,00
MECANICA ITU LTDA EPP	CILINDRO DE RODA ESQUERDO	3650	1,000	149,0000	149,00
MECANICA ITU LTDA EPP	CILINDRO DUPL0	3650	1,000	251,6500	251,65
MECANICA ITU LTDA EPP	CONJUNTO SINCROIZADOR 2 E 3	3650	1,000	1.128,3000	1.128,30
MECANICA ITU LTDA EPP	CRUZETA CARDAN	3956	1,000	88,0000	88,00
MECANICA ITU LTDA EPP	CUJA FREIO	3655	2,000	298,0000	596,00
MECANICA ITU LTDA EPP	DIAFRAGMA DA CUICA	3655	1,000	25,0000	25,00
MECANICA ITU LTDA EPP	ELETRODO	3650	3,000	2,5000	7,50
MECANICA ITU LTDA EPP	EMENDA DE CANO	3650	2,000	14,9500	29,90
MECANICA ITU LTDA EPP	ENGRENAGEM DA 3ª	3650	1,000	1.160,0000	1.160,00
MECANICA ITU LTDA EPP	FECHADURA DA CABINE	3783	1,000	120,0000	120,00
MECANICA ITU LTDA EPP	FILTRO DE AR LX-243	3656	1,000	128,0000	128,00
MECANICA ITU LTDA EPP	JOGO DE LONA TRASEIRO	3650	1,000	105,0000	105,00
MECANICA ITU LTDA EPP	JOGO DE PASTILHAS	3650	1,000	105,0000	105,00
MECANICA ITU LTDA EPP	LAVAÇÃO DE PEÇAS	3650	1,000	37,0000	37,00
MECANICA ITU LTDA EPP	LAVAÇÃO E GRAXA 2 CUBOS	3650	1,000	27,0000	27,00
MECANICA ITU LTDA EPP	LUVA DO CARDAN	3956	1,000	426,0000	426,00
MECANICA ITU LTDA EPP	MÃO DE OBRA (PESADA)	3650	16,000	54,0000	864,00
MECANICA ITU LTDA EPP	MÃO DE OBRA (PESADA)	3650	9,000	55,0900	495,81
MECANICA ITU LTDA EPP	MOLA DE PASTILHA	3650	2,000	7,0000	14,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:   Outubro/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 11/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA ITU LTDA EPP	OLEO DE CAIXA	3650	4,000	21,6000	86,40
MECANICA ITU LTDA EPP	OLEO DE FREIO.	3650	4,000	14,6500	58,60
MECANICA ITU LTDA EPP	PARAFUSO 12 X40	3650	3,000	2,5000	7,50
MECANICA ITU LTDA EPP	PARAFUSO AMORTECEDOR	3650	1,000	16,4500	16,45
MECANICA ITU LTDA EPP	PARAFUSO AMORTECEDOR	3783	1,000	12,0000	12,00
MECANICA ITU LTDA EPP	PARAFUSO ESTABILIZADOR	3650	2,000	20,9500	41,90
MECANICA ITU LTDA EPP	PASTILHA DE FREIO TRAZEIRO	3655	1,000	170,0000	170,00
MECANICA ITU LTDA EPP	PIVO DE SUSPENÇÃO	3650	4,000	145,0000	580,00
MECANICA ITU LTDA EPP	PORCA DA CARCAÇA	3650	4,000	30,0000	120,00
MECANICA ITU LTDA EPP	PORCA DE RODA	3650	1,000	6,0000	6,00
MECANICA ITU LTDA EPP	REGULAGEM DE FREIO	3650	2,000	20,0000	40,00
MECANICA ITU LTDA EPP	REPARO EMENDA	3650	1,000	83,8000	83,80
MECANICA ITU LTDA EPP	RETENTOR DE CAIXA	3650	1,000	51,8000	51,80
MECANICA ITU LTDA EPP	RETENTOR DE CAIXA 2	3650	1,000	56,9500	56,95
MECANICA ITU LTDA EPP	RETENTOR DO CUBO	3650	2,000	40,0000	80,00
MECANICA ITU LTDA EPP	SUPORTE TRAZEIRO DO FORD CARGO REI 278/A	3783	2,000	74,0000	148,00
MECANICA ITU LTDA EPP	TAMPA DE FREIO	3650	2,000	520,0000	1.040,00
MECANICA ITU LTDA EPP	TIRANTE TERMINAL	3650	4,000	312,2500	1.249,00
MECANICA ITU LTDA EPP	TUBO DE SILICONE	3650	1,000	25,0000	25,00
MECANICA ITU LTDA EPP	CORREIA	3819	3,000	165,0000	495,00
MECANICA SALTO GRANDE	KIT REPARO	3587	1,000	147,0000	147,00
METALURGICA TORSOL LTDA	MANGUEIRA	3782	1,000	79,0000	79,00
METALURGICA TORSOL LTDA	MAO DE OBRA PARA CORTE DA CONCHA COM MAÇARICO	3726	1,000	80,0000	80,00
METALURGICA TORSOL LTDA	MOLA DO PRATO	3959	3,000	21,0000	63,00
METALURGICA TORSOL LTDA	SOLDA EM H AJUSTE DO CUBO DIANTEIRO LE LD	3957	1,000	540,0000	540,00
METALURGICA TORSOL LTDA	TUBO CILINDRO DO GIRO	3587	1,000	950,0000	950,00
NITROGEN EQUIPAMENTOS AGROPECUARIOS L	BAINHAS	3788	2,000	25,0000	50,00
NITROGEN EQUIPAMENTOS AGROPECUARIOS L	BOTIJÃO DE SEMEN MODELO MVE	3788	1,000	1.800,0000	1.800,00
NITROGEN EQUIPAMENTOS AGROPECUARIOS L	LUVAS PROCEDIMENTOS TAM. GRANDE	3788	4,000	10,0000	40,00
NITROGEN EQUIPAMENTOS AGROPECUARIOS L	NITROGENIO LIQUIDO	3788	26,000	4,5000	117,00
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Alinhavos bota - 2 bota alinhavos coloridas e 02 cadarços de poliéster confeccionado em MDF	3543	1,000	147,0000	147,00
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Alinhavos formas geométrica - 12 formas coloridas e 12 cadarços; confeccionado em MDF;	3543	1,000	123,0000	123,00
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Arvore para dinamica em maleta de MDF de 85x80x15cm: Especificação: 07 peças estrutura da árvore; 16 peças copa; 35 frutas; 45 flores; 10 cavilhas; 20 cadarços;	3543	1,000	600,0000	600,00
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Dominó Gigante em bagum com 28 peças; confeccionado em Bagum e Espuma; de aproximadamente 15x8x4cm;	3543	1,000	200,0000	200,00
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	F antoches da Família ( Família Negra) com 07 personagens; de aproximadamente 25cm	3543	1,000	128,0000	128,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 12/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Fantoches da família (Família Branca) com 07 personagens; de aproximadamente 25cm	3543	1,000	128,0000	128,00
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Fantoches de Animais domésticos com 07 personagens; com aproximadamente 25cm;	3543	1,000	128,0000	128,00
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Jogo da memória com 24 peças em mochila plástica;	3543	3,000	17,0000	51,00
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Jogo da velha com 08 peças; confeccionado em madeira; com aproximadamente 26x26x4cm;	3543	1,000	26,0000	26,00
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Jogo quatro em um: Dama, Trilha, Ludo e Dominó; confeccionado em madeira; de aproximadamente 26x26x4cm;	3543	1,000	35,0000	35,00
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Jogo Um dia Cuidando do Meio Ambiente; Tabuleiro composto por 04 peças, medida do tabuleiro montado: 40x40cm, confeccionado em MDF;	3543	1,000	90,0000	90,00
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	kit educação física composto por 20 itens: Batalha de Fortaleza; jogo do ônibus; dominó de 0 a 09 anos; Jogo argola Cruz, 02 Pula corda 02 metros; Pega vareta gigante; Restia um; Raquete de frescobol; Raquete de tênis de mesa; Jogo de damas e trilha 30x30cm; Jogo de xadrez 20x20cm; Tapete amarelinha grande; jogo para onde vai o nosso lixo; jogo um dia cuidando do Meio Ambiente; Dama chinesa/resta um na base 24x24cm; Jogo da velha/ludo na base 24x24cm e jogo da força; Embalagem de madeira e MDF, com duas rodinhas e alça de sinal medindo 92x39x23cm;	3543	1,000	1.325,0000	1.325,00
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	kit quebra cabeça - casal composto por dez jogos; confeccionado em MDF	3543	1,000	172,0000	172,00
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Linha do Movimento nº 02 com 64 peças;	3543	1,000	305,0000	305,00
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Linha Movimento nº 01 com 62 peças;	3543	1,000	375,0000	375,00
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: A casa sonolenta: Livro com 32 páginas de aproximadamente 23x 25,5cm; Autor(a) Audrey e Don Wood; Editora Atica;	3543	1,000	32,4000	32,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: A escolinha da Serafina; Livro com 64 páginas de aproximadamente 20,2x 27,5cm; Autor(a) Cristina Porto; Editora Atica;	3543	1,000	34,4000	34,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: A Gansa Bobinha; Livro com 32 páginas de aproximadamente 26x 23cm; Autor Marni Mc Gee - Alison Edgson; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: A hora da decisão; Livro com 104 páginas de aproximadamente 17x 24cm; Autor(a) Raul Drewnick; Editora Atica;	3543	1,000	33,4000	33,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: A palavra feia do alfabeto; Livro com 32 páginas de aproximadamente 21,4x 23,9cm; Autor(a) Audrey e Don Wood; Editora Atica;	3543	1,000	32,4000	32,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: A panela da paz - Uma história de amizade baseada em fatos reais; Livro com 64 páginas de aproximadamente 18,5x 23cm; Autor(a) Heloisa Prieto; Editora Atica;	3543	1,000	35,4000	35,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Amor inteiro para meio; Livro com 112 páginas de aproximadamente 14x 20,7cm; Autor(a) Carlos Drummond de Andrade - Fernando Sabino - Paulo Mendes Campos - Rubem Braga; Editora Atica;	3543	1,000	29,4000	29,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Belinha, a bailarina; Livro com 32 páginas de aproximadamente 19x 25,4cm; Autor(a) Amy Young; Editora Atica;	3543	1,000	32,4000	32,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Bibi brinca com os Meninos - Coleção Primeiras Decisões; Livro com 32 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor Alejandro Rosas; Editora Scipione;	3543	1,000	30,8000	30,80

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 13/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Bibi come de Tudo - Coleção Primeiras Decisões; Livro com 32 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor Alejandro Rosas; Editora Scipione;	3543	1,000	30,8000	30,80
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Bibi compartilha suas coisas - Coleção Primeiras Decisões; Livro com 32 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor Alejandro Rosas; Editora Scipione;	3543	1,000	30,8000	30,80
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Bibi corta Cabelo - Coleção Primeiras Decisões; Livro com 32 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor Alejandro Rosas; Editora Scipione;	3543	1,000	30,8000	30,80
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Bibi fala em público - Coleção Primeiras Decisões; Livro com 32 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor Alejandro Rosas; Editora Scipione;	3543	1,000	30,8000	30,80
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Bibi não chupa mais o dedo - Coleção Primeiras Decisões; Livro com 32 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor Alejandro Rosas; Editora Scipione;	3543	1,000	30,8000	30,80
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Bibi toma banho - Coleção Primeiras Decisões; Livro com 32 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor Alejandro Rosas; Editora Scipione;	3543	1,000	30,8000	30,80
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Bibi vai para a escola - Coleção Primeiras Decisões; Livro com 32 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor Alejandro Rosas; Editora Scipione;	3543	1,000	30,8000	30,80
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Bibi vai para a sua cama - Coleção Primeiras Decisões; Livro com 32 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor Alejandro Rosas; Editora Scipione;	3543	1,000	30,8000	30,80
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Cabra das Rocas; Livro com 96 páginas de aproximadamente 13,5x 20,5cm; Autor(a) Homero Homem; Editora Vaga-Lume;	3543	1,000	34,4000	34,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Cadinhos Dourados e os três Ursinhos de Pelúcia; Livro de aproximadamente 25x 23cm; Autor Gemma Cary - Kelly Caswell; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Camila a Fada dos Doços; Livro com 16 páginas de aproximadamente 26x 26cm; Autor Tim Bugbird - Lara Ede; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Cbeça de garota; Livro com 160 páginas de aproximadamente 13,5x 20,5cm; Autor(a) Maria José Silveira; Editora Alica;	3543	1,000	33,4000	33,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Clarice Bean, não olhe agora!; Livro com 256 páginas de aproximadamente 13,7x 18,5cm; Autor(a) Lauren Childe; Editora Alica;	3543	1,000	36,8000	36,80
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Convivendo com a ecologia; Livro com 56 páginas de aproximadamente 15,5x 19cm; Autor(a) Laura Jaffé e Laure Saint-Marc; Editora Alica;	3543	1,000	27,4000	27,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Convivendo com a escola; Livro com 56 páginas de aproximadamente 15,5x 19cm; Autor(a) Laura Jaffé e Laure Saint-Marc; Editora Alica;	3543	1,000	27,4000	27,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Convivendo com a família; Livro com 56 páginas de aproximadamente 15,5x 19cm; Autor(a) Laura Jaffé e Laure Saint-Marc; Editora Alica;	3543	1,000	27,4000	27,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Convivendo com a violência; Livro com 56 páginas de aproximadamente 15,5x 19cm; Autor(a) Laura Jaffé e Laure Saint-Marc; Editora Alica;	3543	1,000	27,4000	27,40

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2014**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 14/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Convivendo com as diferenças; Livro com 56 páginas de aproximadamente 15,5x 19cm; Autor(a) Laura Jaffé e Laure Saint-Marc; Editora Atica;	3543	1,000	27,4000	27,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Convivendo com meninas e meninos; Livro com 56 páginas de aproximadamente 15,5 x 19cm; Autor(a) Laura Jaffé e Laure Saint-Marc; Editora Atica;	3543	1,000	27,4000	27,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Convivendo com o dinheiro; Livro com 56 páginas de aproximadamente 15,5x 19cm; Autor(a) Laura Jaffé e Laure Saint-Marc; Editora Atica;	3543	1,000	27,4000	27,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Corra, Ratinho! Livro com 32 páginas de aproximadamente 26x 26cm; Autor Shirley Isherwood - Simon Mendez; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Cronica 5 Volume 5; Livro com 112 páginas de aproximadamente 14x 20,7cm; Autor(a) Carlos Drummond de Andrade - Fernando Sabino - Paulo Mendes Campos - Rubem Braga; Editora Atica;	3543	1,000	34,4000	34,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Dia de Sol; Livro com 16 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor(a) Mary Fraça; Editora Atica;	3543	1,000	13,5000	13,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Duma bem, Gatinho; Livro com 32 páginas; Autor Adele Geras - Catherine Walters; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Esconde-Esconde no aniversário do Leopardo; Livro com 32 páginas de aproximadamente 27,5x 25cm; Autor Linda Jennings - Joanne Partis; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Este amor veio pra ficar; Livro com 184 páginas de aproximadamente 13,5x 20,5cm; Autor(a) Alvaro Cardoso Gomes; Editora Atica;	3543	1,000	33,4000	33,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Eu absolutamente preciso muito usar óculos; Livro com 24 páginas de aproximadamente 20,3x 20,3cm; Autor(a) Lauren Child; Editora Atica;	3543	1,000	25,8000	25,80
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Eu sou extremamente, absolutamente fervendo; Livro com 24 páginas de aproximadamente 20,3x 20,3cm; Autor(a) Lauren Child; Editora Atica;	3543	1,000	25,8000	25,80
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Eu sou um Artista; Livro com 32 páginas de aproximadamente 27,6x 22,3cm; Autor Marta Altés; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: George e Silva - Uma História de amor verdadeiro; Livro com 32 páginas de aproximadamente 26x 23cm; Autor Michael Coleman - Ti Wames; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Hora de Dormir, Fredi; Livro de aproximadamente 26x 21cm; Autor Catherine Walters; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Lola, a Coruja que perdeu PLOI; Livro com 32 páginas de aproximadamente 26x 26,5cm; Autor Tim Bugbird - Claire Fennell; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Me deixe em paz!; Livro com 184 páginas de aproximadamente 14,5x 21cm; Autor(a) Jaqueline Wilson; Editora Atica;	3543	1,000	31,8000	31,80
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Meu amigo, o Monstro do Tempo; Livro com 24 páginas de aproximadamente 25x 27,5cm; Autor Steve Smallman e Bruno Merz; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Meu Papai! Livro com 32 páginas de aproximadamente 26x 28cm; Autor Steve Smallman - Dean Julian; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 15/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Molecagens de vovô; Livro com 24 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor(a) Marcio Trigo; Editora Atica;	3543	1,000	27,4000	27,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Mito Pequeno para Minha Grande Cama; Autor Amber Stewart; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Não tenha medo do Escuro, Pequeno Urso!; Livro com 24 páginas de aproximadamente 26x 24cm; Autor Norbert Landa - Kirsteen harris - Jones; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Newton; Livro com 32 paginas de aproximadamente 24x 24cm; Autor Rory Tyger; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: O artista; Livro com 16 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor(a) Mary França; Editora Atica;	3543	1,000	13,5000	13,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: O cachorro que sabia dar risada - e outras histórias de crianças e cachorros; Livro com 64 páginas de aproximadamente 18,5x 23cm; Autor(a) Heloisa Prieto; Editora Atica;	3543	1,000	35,4000	35,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: O corajoso Pinguim; Livro com 32 paginas de aproximadamente 26x 24cm; Autor Tracey Corderoy - Gavin Scott; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: O frio pode ser quente?; Livro com 32 páginas de aproximadamente 19 x22cm; Autor(a) Jandira Mansur; Editora Atica;	3543	1,000	27,4000	27,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: O grande Lobo Mau; Livro com 128 paginas ; Autor Nick Ward; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: O jogo do contrário; Livro com 40 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor(a) Jandira Mansur; Editora Atica;	3543	1,000	27,4000	27,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: O ladrão de sorrisos; Livro com 104 páginas de aproximadamente 17x 24cm; Autor(a) Marcelo Duarte; Editora Atica;	3543	1,000	33,4000	33,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: O livro das emergências - o que toda criança esperta precisa saber sobre segurança; Livro com 32 páginas de aproximadamente 23,5x 23cm; Autor(a) Alinde Angeli; Editora Atica;	3543	1,000	31,4000	31,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: O livro do Adolescente - Discutindo idéias e atitudes com o jovem de hoje; Livro com 144 páginas de aproximadamente 17x 24cm; Autor(a) Liliana e Michele Lacocca; Editora Atica;	3543	1,000	33,4000	33,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: O louco do meu bairro; Livro com 32 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor(a) Ana Flora; Editora Atica;	3543	1,000	27,4000	27,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: O pintinho e o Segredo do Sono; Livro com 24 páginas de aproximadamente 27,5x 25cm; Autor Malachy Dyle e Gill McLean; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: o rei bigodeira e sua banheira; Livro com 32 páginas de aproximadamente 22,5x 26,5cm; Autor(a) Audrey e Don Wood; Editora Atica;	3543	1,000	32,4000	32,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: O rei maluco e rainha mais ainda; Livro com 128 páginas de aproximadamente 20,2x 27,5cm; Autor(a) Fernanda Lopes de Almeida; Editora Atica;	3543	1,000	39,4000	39,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: O Risco e o Fio; Livro com 32 páginas de aproximadamente 25x 25cm; Autor(a) Margaret Darezzo; Editora Atica;	3543	1,000	29,4000	29,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Os grandes Ursos Consegui; Livro com 32 páginas de aproximadamente 26,5x 23cm; Autor David Bedford - Gaby Hansen; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Porquês; Livro com 24 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor(a) Jandira Mansur; Editora Atica;	3543	1,000	27,4000	27,40

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:   Outubro/2014  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 16/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Preste atenção, cãozinho!; Livro com 24 páginas de aproximadamente 27,5x 25cm; Autor Steve Smaliman e Gill McLean; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Pretinha Eu?; Livro com 72 páginas de aproximadamente 15,5x 22cm; Autor(a) Julio Emilio Braz; Editora Scipione;	3543	1,000	31,4000	31,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Que bicho será?; Livro com 16 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor(a) Mary França; Editora Atica;	3543	1,000	13,5000	13,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Quem está aí?; Livro com 26 páginas de aproximadamente 26x 26cm; Autor Ssobel Gamble - Tim Warnes; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Reciclagem - A aventura de uma garrafa; Livro com 32 páginas de aproximadamente 28,2x 20,5cm; Autor(a) Mick Manning; Editora Atica;	3543	1,000	27,4000	27,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Rosa, Não seja Tão Curiosa!; Livro com 32 páginas de aproximadamente 26x 23cm; Autor Nicola Grant; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Sai, sujeiral! Cuidados com o corpo; Livro com 32 páginas de aproximadamente 28,2x 20,5cm; Autor(a) Mick Manning; Editora Atica;	3543	1,000	27,4000	27,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Serafina e o casamento do seu Nonô; Livro com 40 páginas de aproximadamente 20,2x 27,5cm; Autor(a) Cristina Porto; Editora Atica;	3543	1,000	34,4000	34,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Sexo: A Hora é agora? O que você precisa saber para tomar essa decisão; Livro com 120 páginas de aproximadamente 15x 22cm; Autor(a) Fernanda Wendel; Editora Atica;	3543	1,000	33,4000	33,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Sissi e o Pássaro; Livro com 24 paginas de aproximadamente 27,5x 22,5cm; Autor Catherine Rayner; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Sob a Luz da Lua; Livro com 32 paginas de aproximadamente 27,5x 22,5cm; Autor Sheridan Cain; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Socorro! Eu estou falando sério!; Livro com 24 páginas de aproximadamente 20,3x 20,3cm; Autor(a) Lauren Child; Editora Atica;	3543	1,000	24,8000	24,80
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Soprinho - o segredo do bosque encantado; Livro com 128 páginas de aproximadamente 21,5x31cm; Autor(a) Fernanda Lopes de Almeida; Editora Atica;	3543	1,000	39,4000	39,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Super sid- O bobo cão-salsicha; Livro com 32 paginas de aproximadamente 21x 14cm; autor Sam Lloyd; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Tonico; Livro com 96 páginas de aproximadamente 13,5x 20,5cm; Autor(a) José Rezende Filho; Editora Vaga-Lume;	3543	1,000	34,4000	34,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Um Dia Especial; Autor M Cristina Burtler - Macnaughton; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Um inimigo em cada Esquina, Livro com 96 páginas de aproximadamente 13,5x 20,5cm; Autor(a) Raul Drewnick; Editora Vaga-Lume;	3543	1,000	34,4000	34,40

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 17/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Um país Chamado infância Volume 18; Livro com 96 páginas de aproximadamente 13,5x 20,5cm; Autor(a) Moacir Scliar; Editora Atica;	3543	1,000	34,4000	34,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Uma família parecida com a gente; Livro com 24 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor(a) Rosa Amanda Strausz; Editora Atica;	3543	1,000	27,4000	27,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Uma Noite de Inverno; Livro com 32 paginas de aproximadamente 24x 24cm; Autor Claire Freedman - Simon Mendez; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Uma tromba Atrapalhada; Livro com 24 paginas de aproximadamente 24x 25cm; Autor Felicity Carter; Editora Ciranda Cultural	3543	1,000	16,5000	16,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Vira-lata, sim senhor; Livro com 80 páginas de aproximadamente 15,5x 22cm; Autor(a) V.J.Palao; Editora Diálogo;	3543	1,000	31,4000	31,40
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Você pode ser meu amigo; Livro com 24 páginas de aproximadamente 20,3x 20,3cm; Autor(a) Lauren Child; Editora Atica;	3543	1,000	25,9000	25,90
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro: Domando sua Ferinha 2; Livro para orientação Familiar; Livro com 120 páginas de aproximadamente 230 x 158mm; Autor(a) Christopher Green; Editora Fundamento;	3543	1,000	29,2000	29,20
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro: Domando sua Ferinha Meninas; Livro para orientação Familiar; Livro com 120 páginas de aproximadamente 230 x 158mm; Autor(a) Christopher Green; Editora Fundamento;	3543	1,000	29,2000	29,20
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro: Domando sua Ferinha Meninos; Livro para orientação Familiar; Livro com 120 páginas de aproximadamente 230 x 158mm; Autor(a) Christopher Green; Editora Fundamento;	3543	1,000	29,2000	29,20
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro: O que fazer quando seus filhos tomam decisões Erradas ou Arriscadas; Livro para orientação Familiar; Livro com 168 páginas de aproximadamente 23 x 15,5cm; Autor(a) Brenda Garrison; Editora Thomas Nelson;	3543	1,000	21,5000	21,50
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro: Quem Ama Educa - Adolescentes; Livro para orientação Familiar; Livro com 272 páginas de aproximadamente 23 x 16cm; Autor(a) Içami Tiba; Editora Integrale;	3543	1,000	24,6000	24,60
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro: Quem Ama Educa; Livro para orientação Familiar; Livro com 320 páginas de aproximadamente 23 x 16cm; Autor(a) Içami Tiba; Editora Integrale;	3543	1,000	39,6000	39,60
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro: Seja Feliz, Meu Filho; Livro para orientação Familiar; Livro com 200 páginas de aproximadamente 21 x 14cm; Autor(a) Içami Tiba; Editora Integrale;	3543	1,000	39,6000	39,60
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Livro: Uma criança gentil; Livro para orientação Familiar; Livro com 32 páginas de aproximadamente 205mm x 205mm; Autor(a) Michaelene Mundy; Editora Paulus;	3543	1,000	19,8000	19,80
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Macakids - Jogo da Memória: Jogo com 40 peças de 5x5cm, embalada em caixa de madeira de MDF	3543	1,000	22,0000	22,00
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Macakids - Macacrocket; Jogo 29 peças em MDF e Madeira	3543	1,000	375,0000	375,00
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Pega varetas Gigante com 31 varetas em Madeira; Caixa de aproximadamente 60x11x06cm	3543	2,000	115,0000	230,00
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Pernas de Pau, de aproximadamente 160cm; altura do suporte de 30cm	3543	3,000	40,0000	120,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 18/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Polimínos com 90 peças e um dado; confeccionado em madeira; de aproximadamente 24x 16cm;	3543	1,000	99,0000	99,00
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Sequencia Lógica: Inclusão Social ilustra situações com cadeirante, mendigo, cego e etnias diversas; caixa com aproximadamente 17x09x4,5cm	3543	1,000	30,0000	30,00
NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA	Xadrez em estojo com fecho contendo 32 figuras de até 5cm de altura; aproximadamente 26x26cm	3543	1,000	36,0000	36,00
OLGA MARIA BROERING	JANTAS	3633	45,000	16,0000	720,00
OLGA MARIA BROERING	JANTAS	3789	22,000	16,0000	352,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA KM	PÃO DE QUEIJO	3588	30,000	0,5000	15,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA KM	REFRIGERENTE EMBALAGEM DE 2 LT	3588	2,000	4,5000	9,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA KM	SALGADINHOS	3588	30,000	0,6000	18,00
PHILIPPI & JASPER LTDA - ME	FITA P/ BORDADO	3745	360,000	0,1500	54,00
PHILIPPI & JASPER LTDA - ME	JOGO DE TOALHA / BANHO E ROSTO	3745	12,000	26,7000	320,40
PR/CASA CIVIL/IMPrensa NACIONAL	PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (IMPrensa NACIONAL)	3578	1,000	182,2200	182,22
PR/CASA CIVIL/IMPrensa NACIONAL	PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (IMPrensa NACIONAL)	3663	1,000	151,8500	151,85
PR/CASA CIVIL/IMPrensa NACIONAL	PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (IMPrensa NACIONAL)	3906	1,000	151,8500	151,85
PR/CASA CIVIL/IMPrensa NACIONAL	PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (IMPrensa NACIONAL)	3907	1,000	121,4800	121,48
QUARK ENGENHARIA LTDA. ME	BASE PARA RELÉ FÓRRELÉTRICO 10A, TIPO BAQUELITE OU MATERIAL EQUIVALENTE; DEVENDO OPERAR A TEMPERATURA DE -5°C A +70°C; CONTATOS DE ENCAIXE EM LATÃO OU MATERIAL EQUIVALENTE; QUE SUPORTE NO MÍNIMO A CORRENTE DE 0A	3658	1,000	5,8500	5,85
QUARK ENGENHARIA LTDA. ME	BRAÇO PARA LUMINAÇÃO PÚBLICA - 1 METRO RETO GALVANIZADO POR IMERSÃO A QUENTE COM CAMADA DE 10 MICRAS DE MÉDIA E 86 NO PONTO MÍNIMO COM SAPATA ESTAMPADA DIÂMETRO TUBO 25,4MM ESPESSURA DA CHAPA #,90MM	3658	1,000	19,1900	19,19
QUARK ENGENHARIA LTDA. ME	CABO DE COBRE FLEXÍVEL, TÊMPERA MOLE, ENCORDERAMENTO CLASSE 5, BITOLA (1,50MM²), COBERTURA PVC, ISOLAMENTO 750V.	3658	5,000	0,9800	4,90
QUARK ENGENHARIA LTDA. ME	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 250W, BULBO TUBULAR, CLARA, BASE E-40, FLUXO LUMINOSO 33000 LUMENS OU MAIOR, IRC MÍNIMO > 20, POSIÇÃO DE FUNCIONAMENTO UNIVERSAL, VIDA MÉDIA 32000 H OU MAIOR, TEMPERATURA DE COR 2000K EFICIÊNCIA LUMINOSA (132LM/W) OU MAIOR.	3658	2,000	19,4400	38,88
QUARK ENGENHARIA LTDA. ME	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 70W, BULBO OVOIDE, DIFUSA, BASE E-27, FLUXO LUMINOSO 5700 LUMENS OU MAIOR, IRC MÍNIMO > 20, POSIÇÃO DE FUNCIONAMENTO UNIVERSAL, VIDA MÉDIA 28000 H OU MAIOR, TEMPERATURA DE COR 2000K EFICIÊNCIA LUMINOSA (86LM/W) OU MAIOR.	3658	3,000	12,0200	36,06
QUARK ENGENHARIA LTDA. ME	LUMINÁRIA PÚBLICA EM ALUMÍNIO ANODIZADO INTERIOR E EXTERIOR, PARA USO EXTERNO POTÊNCIA 70/150W FECHADA COM POLICARBONATO, COM SOQUETE E-27, FECHO EM AÇO INOXIDÁVEL QUE PERMITE O FECHAMENTO DA PARTE SUPERIOR E INFERIOR COM ALTA PRESSÃO PARA BRAÇO 1000MMx25,4MM	3658	1,000	66,5900	66,59
QUARK ENGENHARIA LTDA. ME	REATOR VAPOR DE SÓDIO 070W-220V 0 BAIXA PERDA, USO EXTERNO GALVANIZADO, COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADO, FATOR DE POTÊNCIA MAIOR OU IGUAL A 0,93, GARANTIA MÍNIMA EXIGIDA DE 5 ANOS, GRAVADA DE FORMA LEGÍVEL E INDELEZEL NO CORPO DO REATOR, CABOS CONFORME E-313. 0047 DE 02/05/2011.	3658	3,000	41,7700	125,31

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 19/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
QUARK ENGENHARIA LTDA. ME	RELÊ FOTO ELETÔNICO NF BIVOLT - (TENSÃO DE OPERAÇÃO 105V 305V) - COM CAPACIDADE DE CUMUTAÇÃO DE CARGA RESISTIVA DE 1000W, E 1800 VA. IP64. ACIONAMENTO NA PASSAGEM POR ZERO. A DURABILIDADE DO CONTATO DO ELÉ DEVE SER MAIOR QUE 15000 CICLOS.	3658	7,000	15,1200	105,84
QUARK ENGENHARIA LTDA. ME	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE LÂMPADA OU RELÊ FOROELÉTRICO EM POSTES ATÉ 9M	3659	12,000	18,0000	216,00
QUARK ENGENHARIA LTDA. ME	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIA OU BRAÇO EM POSTES ATÉ 9M	3659	2,000	60,0000	120,00
QUARK ENGENHARIA LTDA. ME	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE REATOR OU BASE RELÊ OU CHEV DE IP EM POSTES ATÉ 9 M	3659	4,000	48,8000	195,20
RBS-ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A	PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO ESTADUAL	3585	1,000	556,3900	556,39
RBS-ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A	PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO ESTADUAL	3662	1,000	556,3900	556,39
RBS-ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A	PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO ESTADUAL	3686	1,000	556,3900	556,39
RENOVADORA DE PNEUS ZANELLA LTDA	MÃO DE OBRA	3539	1,000	1,0000	1,00
RENOVADORA E DIST. DE PNEUS ITUPORANGA I	BALANCEAMENTO	3479	2,000	35,0000	70,00
RETRO TRATORES	ANEL	3786	1,000	13,0000	13,00
RETRO TRATORES	ARRUELA Q6F17	3595	1,000	1,0000	1,00
RETRO TRATORES	BOMBA HIDRAULICA	3692	1,000	2,900,0000	2,900,00
RETRO TRATORES	FILTRO HIDRAULICO	3746	1,000	136,0000	136,00
RETRO TRATORES	FILTRO TRANSMISSÃO	3746	1,000	83,0000	83,00
RETRO TRATORES	JOGO REPARO	3746	3,000	152,6700	458,00
RETRO TRATORES	MANGOTE	3746	1,000	95,0000	95,00
RETRO TRATORES	MANGUEIRA Q61F46	3595	1,000	39,0000	39,00
RETRO TRATORES	PARAFUSO Q61F56	3595	1,000	17,3100	17,31
RETRO TRATORES	PINO Q6F15	3595	1,000	5,0000	5,00
RETRO TRATORES	RETENTOR	3786	3,000	76,6700	230,00
RETRO TRATORES	TERMINAL Q61F44	3595	1,000	16,0000	16,00
RETRO TRATORES	TERMINAL Q6F16	3595	1,000	16,0000	16,00
RETRO TRATORES	TIRANTE Q6F43	3595	1,000	13,9000	13,90
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO (DOE)	3577	1,000	211,0500	211,05
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO (DOE)	3684	1,000	186,7000	186,70
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO (DOE)	3687	1,000	170,4600	170,46
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO (DOE)	3843	1,000	340,9200	340,92
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO (DOE)	3846	1,000	267,8700	267,87
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO (DOE)	3849	1,000	227,2800	227,28
SERVICOS DE TORNO METZLER LTDA	CONSORTE DE AROS DA PATROLA	3623	4,000	1,0000	4,00
SERVICOS DE TORNO METZLER LTDA	MAO DE OBRA E ADAPATAÇÃO DE RODA (PATROLA)	3750	4,000	550,0000	2,200,00
SILVANA KRAUS ALTHOFF	CAMISETA	3657	1,000	35,0000	35,00
W. BREITKOPF COM. E IND. LTDA	SERVIÇOS DE SCANNER NO MOTOR	3799	1,000	1,0000	1,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 20/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
WALMOR WULFF - ME	CANETAS	3773	15,000	18,0000	270,00

**Total Geral do Mês ---->**

**90.146,13**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/3

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtdde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA	SERVIÇOS TECNICOS				
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	Agente de união para materiais resinosos. Gera adesão química entre materiais resinosos Indicado também como glazeador. Referência: Alpha Bond	962	1,000	1,520,000	1,520,00
			1,000	15,7100	15,71
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	FIO DENTAL (ROLO COM 500 M)	962	2,000	6,9600	13,92
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	QUÍMICO PARA DESINFECÇÃO DE ARTIGOS SEMI-CRÍTICOS(QUARTENÁRIO DE AMÔNIA)	962	10,000	6,1000	61,00
DR. NILO RAFAEL BATISTA DA SILVA	PALESTRA	994	1,000	2,000,000	2,000,00
EJC VEICULOS LTDA.	FILTRO OLEO E-TORQ	971	1,000	31,8000	31,80
EJC VEICULOS LTDA.	JG PASTILHA FREIO DIAN 1.6 E-TORQ	971	1,000	425,3000	425,30
EJC VEICULOS LTDA.	LIMPADOR P/BRISA	971	1,000	630,9600	630,96
EJC VEICULOS LTDA.	MÃO DE OBRA	972	1,000	220,0000	220,00
EJC VEICULOS LTDA.	OLEO SEL K SINTÉTICO 5w30	971	4,000	25,7200	102,88
EJC VEICULOS LTDA.	OLEO SELENIA K 5W30 SINTETICO 500 ML	971	1,000	19,5700	19,57
EJC VEICULOS LTDA.	TIRANTE ESTABILIZADOR TRAS	971	2,000	123,6200	247,24
FABIANO LENZ ME	FRALDA DE PANO	873	6,000	9,9500	59,70
FABIANO LENZ ME	FRALDA GERIÁTRICA TAM. M	873	18,000	9,9500	179,10
FABIANO LENZ ME	FRALDA GERIÁTRICA TAM. M	967	18,000	9,9500	179,10
FABIANO LENZ ME	FRALDA GERIÁTRICA TAM.G	873	30,000	9,9500	298,50
FABIANO LENZ ME	FRALDA GERIÁTRICA TAM.G	967	30,000	9,9500	298,50
FABIANO LENZ ME	FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO P	873	12,000	9,9500	119,40
FABIANO LENZ ME	FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO P	967	6,000	9,9500	59,70
GLOBALPED MATERIAIS DIDÁTICOS E PEDAGÓG	CAMISETAS EM ALGODÃO NA COR AZUL, PERSONALIZADA	874	50,000	18,3000	915,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME		892	1,000	3,5000	3,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CADEADO 40MM	892	1,000	14,2000	14,20
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CIMENTO	892	1,000	25,5000	25,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CORDA CARRETEL 3MM	892	20,000	0,3000	6,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CORDA TRANÇADA 4MM	892	20,000	0,5000	10,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	FECHADURA PORTA CORRER	892	1,000	25,9000	25,90
JOAO PEDRO MACHADO= ME	FIO SOLIDO 10 MM	892	10,000	3,7500	37,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	HASTE TERRA 5/8 2,40 MTS	892	1,000	47,8000	47,80
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LAMPADA FOSCENTE 40W	892	1,000	4,9000	4,90
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LIXA	892	4,000	1,0000	4,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	MANGUEIRA MÁQUINA (LAVAR)	892	1,000	3,2000	3,20
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINO ADAPTADOR	892	1,000	6,0000	6,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINO FEMEA 2P+T 20A	892	1,000	4,0000	4,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PRESILHA DE HASTE 5/8	892	1,000	9,5000	9,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TUBO SOLDABEL 25 MM	892	1,000	10,0000	10,00
LUCY CHOCOLATES	TRUFAS	862	400,000	2,0000	800,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/3

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MM COM. E REPRESENTACOES LTDA	TECNAR	988	9,000	75,0000	675,00
MM COM. E REPRESENTACOES LTDA	TECNAR	969	18,000	75,0000	1.350,00
MM COM. E REPRESENTACOES LTDA	TECNAR	970	13,000	75,0000	975,00
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	Complemento alimentar para adultos e idosos, isento de glúten. Deve conter lactose. Sabores baunilha, chocolate, banana e morango. Lata de 400g. FORTINI - sem sabor e sabor baunilha, 400g. Ingredientes: maltodextrina, óleos vegetais (palma, girassol e colza), caseinato, sacarose, fosfato dipotássico, citrato de potássio, cloreto de sódio, citrato de sódio, carbonato de cálcio, fosfato de magnésio, colina, vitamina C, taumina, sulfato ferroso, sulfato de zinco, carnitina, niacina, biotina, sulfato de manganês, ácido pantotênico, sulfato de cobre, ácido fólico, vitaminas B1, B2, B6 fluoreto de sódio, vitaminas B12, A, E e D, cloreto de cromo, molibdato de sódio, iodeto de potássio, selênio de sódio, vitamina K e emulsificante lecitina de soja.		5,000	23,2800	116,40
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	BOLO SECO		15,000	34,0000	510,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA KM	BOLO SECO	863	40,000	4,0000	160,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA KM	CUCA	995	20,000	4,0000	80,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA KM	CUCA	863	40,000	4,8000	192,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA KM	CUCA	995	20,000	4,8000	96,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA KM	MINI SANDUÍCHES	863	800,000	0,9500	760,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA KM	MINI SANDUÍCHES	995	400,000	0,9500	380,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA KM	PÃO DE QUEIJO	863	800,000	0,4500	360,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA KM	PÃO DE QUEIJO	995	400,000	0,4500	180,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA KM	REFRIGERENTE EMBALAGEM DE 2 LT	863	80,000	4,5000	360,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA KM	REFRIGERENTE EMBALAGEM DE 2 LT	995	40,000	4,5000	180,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA KM	SALGADINHOS	863	800,000	0,6000	480,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA KM	SALGADINHOS	995	400,000	0,6000	240,00
PAPELARIA ARCO IRIS	BALÕES	891	30,000	6,9000	207,00
PAPELARIA ARCO IRIS	COPO AZUL	961	10,000	3,2000	32,00
PAPELARIA ARCO IRIS	COPOS DESCARTÁVEIS DE COR ROSA	891	10,000	3,2000	32,00
PAPELARIA ARCO IRIS	GUARDANAPO AZUL	961	10,000	3,5000	35,00
PAPELARIA ARCO IRIS	GUARDANAPO DE COR ROSA	891	10,000	3,5000	35,00
PAPELARIA ARCO IRIS	PACOTE DE BALAO	961	20,000	6,9000	138,00
PAPELARIA ARCO IRIS	SUPORTE DE BALÃO	891	3,000	3,5000	10,50
PR/CASA CIVIL/IMPrensa NACIONAL	PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (IMPrensa NACIONAL)	875	1,000	151,8500	151,85
PR/CASA CIVIL/IMPrensa NACIONAL	PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (IMPrensa NACIONAL)	929	1,000	151,8500	151,85
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONT	Lima flexofile para endodontia nº15 com 21mm (cx com 6unid) Lima Manual de alta flexibilidade em aço inoxidável. Referência: Mayleffer	964	2,000	25,0000	50,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:   Outubro/2014  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/3

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONT	LUVAS PARA PROCEDIMENTOS, TAMANHO PEQUENO, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL FLEXÍVEL, COM BAINHA, AMBIDESTRA, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO AO FORMATO ANATÔMICO DA MÃO E AJUSTE AO ANTEBRAÇO. MATERIAL RESISTENTE, SEM FUROS, QUE PERMITA SENSIBILIDADE TÁTIL, LEVEMENTE LUBRIFICADAS COM PO BÍO ABSORVÍVEL ATÓXICO. EMBALADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES COM ABERTURA QUE PERMITA A RETIRADA DAS LUVAS UMA A UMA, COM IDENTIFICAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA DA MARCA, FABRICANTE, LOTE E PRAZO DE VALIDADE. Resina A2 bodyresina cuja carga contém 100% de monopartículas de Zircônia E Sílica agrupadas em nanoaglomerados.). Referência: Filtek Z350 XT	964	30,000	20,0000	600,00
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONT	SOLUÇÃO ANTI SÉPTICA BUCAL DE CLORIDRATO DE CLOREXIDINE A 0,12%	964	2,000	102,0000	204,00
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONT	PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO ESTADUAL	964	2,000	23,0000	46,00
RBS-ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A	PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO (DOE)	878	1,000	556,3900	556,39
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO (DOE)	876	1,000	178,5800	178,58
SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓ	ADESIVO BICOMPONENTE 3M	928	1,000	235,4000	235,40
SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓ	Água deionizada para autoclave	963	2,000	92,4700	184,94
SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓ	Aguilha Gingival 30G Curta	963	150,000	1,1400	171,60
SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓ	Álcool hospitalar 70%	963	4,000	27,7900	111,16
SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓ	Amalgama Capsula 1 Porção.	963	20,000	3,9000	78,00
SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓ	Amalgama Capsula 2 Porção.	973	400,000	0,3500	140,00
SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓ	ANESTÉSICO LIDOCAÍNA SEM VASO CONSTRITOR (COM 50 UND)	973	500,000	0,3200	160,00
SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓ	ANESTÉSICO TÓPICO BENZOCAÍNA	963	10,000	58,8200	588,20
SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓ	CONDICIONAMENTO ÁCIDO	963	2,000	6,3400	12,68
SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓ	ESPELHO BUCAL PLANO Nº5	963	10,000	1,4000	14,00
SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓ	FIO DE SUTURA DE NYLON 4-0 MT 1/2 CIRC. 2.0 - 45 CM	963	60,000	3,6600	219,60
SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓ	POLIMENTO DE RESINA DA KG	963	5,000	21,1200	105,60
SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓ	PRIMER BICOMPONENTE 3M	963	3,000	30,1300	90,39
SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓ	SELANTE PARA FÓSSULAS E FISSURAS FOTOPOLIMERIZÁVEL(BRANCO OPACO)	963	2,000	57,2000	114,40
SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓ	Spray para Teste De Vitalidade a 40 Cº	963	1,000	31,2600	31,26
SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓ		963	1,000	23,9300	23,93
Total Geral do Mês ---->				20.213,11	

**Cocal do Sul****PREFEITURA****AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/PMCS/2014 (REGISTRO DE PREÇOS)**

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/PMCS/2014 (REGISTRO DE PREÇOS) - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 121/PMCS/2014 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Pregão presencial nº. 60/PMCS/2014 (registro de preços), que objetiva o registro de preços para prestação de serviços de colocação de lajotas, meio-fio, paver, pisos de concreto e construção de bocas de lobo (bueiros), no atendimento ao Município de Cocal do Sul. A abertura do Pregão será às 09h00min do dia 19 de dezembro de 2014. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 às 16:30 horas.

Cocal do Sul, 05 de dezembro de 2014.

Ademir Magagnin  
Prefeito Municipal

**Cordilheira Alta****PREFEITURA****EXTRATO EDITAL AVISO LICITAÇÃO PP 67/2014**

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta  
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 100/2014.

Pregão Presencial para Registro de Preços n. 67/2014.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de material escolar para manutenção das atividades da Secretaria de Educação para o exercício de 2015.

Entrega dos Envelopes: até às 07:30 horas do dia 18/12/2014

Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 18/12/2014

O Edital poderá ser obtido no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br) ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 05 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

**Coronel Freitas****PREFEITURA****PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 90 E 91/2014**

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 90/2014

Contratado: DANIEL ALVES DOS SANTOS

Objeto: É objeto do presente contrato a prestação do serviço de: Locação de Som, Iluminação, discotecagem, show sertanejo no dia 07 de Dezembro de 2014, além dos serviços de montagem, monitoramento e discotecagem durante todo o evento, que acontecerá na praça central de Coronel Freitas SC. O início previsto é 18:30 hrs até 23:00 hrs.

Valor: R\$3.600,00 (Três mil e seiscentos reais)

Vigência: 31/12/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 91/2014

Contratado: BM INDÚSTRIA DE ESQUADRIAS METALICAS LTDA - ME

Objeto: Aquisição de portas e janelas de vidro sob medida

Valor: R\$ 4.821,94 (Quatro mil, oitocentos e vinte e um reais e noventa e quatro centavos)

Vigência: 31/12/2014

**Coronel Martins****PREFEITURA****DECRETO Nº. 278 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº. 278 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e Lei Orçamentária Anual nº. 614 de 03/12/2013;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) na seguinte Programação de despesa:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.368.0031.2.026 – Manutenção da Educação Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	20	01.0058	2.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) da seguinte Programação de despesas:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.368.0031.2.026 – Manutenção da Educação Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	23	01.0058	2.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 01 de dezembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 279 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº. 279 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e Lei Orçamentária Anual nº. 614 de 03/12/2013;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 13.801,01 (treze mil oitocentos e um reais e um centavo) na seguinte Programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades da Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	4	01.0002	13.801,01

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 13.801,01 (treze mil oitocentos e um reais e um centavo) das seguintes Programações de despesas:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades da Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.71.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	1	01.0002	7.454,53

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades da Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	2	01.0002	6.346,48

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 01 de dezembro de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO  
Chefe de Gabinete

# **ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS PROCESSO LICITATORIO Nº. 010/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº.007/2014 AVISO DE LICITAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 010/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº.007/2014  
AVISO DE LICITAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital de Pregão Presencial FUNSAU n. 007/2014, até às 8:15 horas do dia 28 de Novembro de 2014 e fará abertura das mesmas às 08:45 hs do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação é prestar serviços na área da Medicina, que disponibilize Médico Clínico Geral, atendimento 40 horas semanais e Médico plantonista para trabalharem na unidade de saúde do município, tipo menor preço por item, de acordo com as regras do Edital, conforme dispõe as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e no que couber a legislação aplicável. A íntegra o Edital e de mais documentos poderão ser obtidos junto à sede do Município de Coronel Martins - SC com a Comissão de Licitação, sito à Rua Porto Alegre n. 47, Telefone (49) 3459-0011.

Coronel Martins - SC, 17 de novembro de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

# **ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2014 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2014  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2014

O Município de Coronel Martins - SC, TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no dia 18 de Dezembro de 2014, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, para Aquisição de uma bomba injetora para a escavadeira hidráulica, conforme detalhamentos do edital. Os envelopes deverão ser entregues até às 08:00 horas do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3459-0011,

Coronel Martins (SC), 08 de Dezembro de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

# **ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2014 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2014 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2014  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2014  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

O Município de Coronel Martins - SC, TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no dia 18 de Dezembro de 2014, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, para aquisição de combustíveis para manutenção da frota do município durante o exercício de 2015, conforme quantitativos e detalhamentos do edital. Os envelopes deverão ser entregues até às 09:30 horas do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3459-0011, ou através do e-mail compras@coronelmartins.sc.gov.br.

Coronel Martins (SC), 08 de Dezembro de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

# **PORTARIA Nº 208, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 208, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CONCEDE LICENÇA GESTANTE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 104 da Lei Complementar nº 040/2014 de 29/04/2014 e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;

CONCEDE:

Art. 1º Licença Gestante a Servidora Pública Municipal, Senhora India Nara Turmina, ocupante do Cargo de Professor Educação Geral, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir do dia 01 de dezembro de 2014 a 29 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 01 de dezembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO  
Chefe de Gabinete

## Corupá

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 819/14

DECRETO Nº 819/14

AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS, PAIS, AMIGOS, BENFEITORES DA JAZZ BAND ELITE A FAZER USO DO ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o uso do espaço público da Praça Artur Müller, no dia 07 de dezembro de 2014, das 14 às 22 horas, para a realização de evento natalino, tendo como responsável a Associação de Funcionários, Pais, Amigos, Benfeitores da Jazz Band Elite - AFPABENJABE.

Art. 2º - Toda a limpeza (principalmente dos banheiros), segurança, zelo pela decoração natalina e integridade do patrimônio público, relativamente ao local da realização do evento, fica sob inteira responsabilidade da Associação de Funcionários, Pais, Amigos, Benfeitores da Jazz Band Elite - AFPABENJABE.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos e vedação ao embarço a fluidez regular do trânsito.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
19 de novembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PREGÃO PRESENCIAL 080/14**

Pregão Presencial 080/14 - Registro de Preço

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 080/14

OBJETO: Registro de Preços para eventual fornecimento de GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, para uso das Secretarias Municipais do Município de Corupá, conforme especificações e quantidades anexas., conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 08/12/2014 às 09:00 horas do dia 18/12/2014.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 18/12/2014.

TIPO: Menor Preço por item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao SITE [WWW.CORUPA.SC.GOV.BR](http://WWW.CORUPA.SC.GOV.BR), no link licitações.

Corupá, 08 de Dezembro de 2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

**Curitibanos****PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 279/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 279/2014

Aos cinco dias do mês de Dezembro de 2014, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Antônio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 279/2014, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto da presente Ata é Aquisição de AQUISIÇÃO DE BATERIAS DE DIVERSOS AMPERES, PARA USO EM VEICULOS DO GABINETE, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA AMBIENTAL, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, POLICIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, PARA O ANO DE 2015. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS**

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR**

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e

Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.
- VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.
- VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

- I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:
    - a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.
    - b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.
  - II. Por iniciativa do fornecedor:
    - a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.
- § 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
- § 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.
- § 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitiba, 05 de Dezembro de 2014.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Representante Empresa detentora dos preços registrados

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 73/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 73/2014

Aos cinco dias do mês de Dezembro de 2014, no FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. Kleberson Luciano Lima, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 73/2014, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é a AQUISIÇÃO DE KITS CONTENDO MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado no máximo, por igual período, contados a partir da data de sua assinatura.

**CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.
- VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.
- VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO**

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

**I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:**

- a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.
- b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

**II. Por iniciativa do fornecedor:**

- a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitiba, 05 de Dezembro de 2014.

Kleber Luciano Lima  
Presidente do Fundo

Representante Empresa detentora dos preços registrados

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
NÚMERO DA ATA: 30/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 70/2014 - PR

Processo Administrativo:	70/2014
Processo de Licitação:	70/2014
Data do Processo:	06/11/2014

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Número da ATA: 30/2014 (Sequência: 2)

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, PARA USO DOS ALUNOS DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME ANEXO I E II DESTA EDITAL.

CONFORME LAUDO DE AMOSTRA EXPEDIDO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONSIDERANDO A AMOSTRA DA EMPRESA HEBROM APROVADOS, FICA A EMPRESA CONSIDERADA VENCEDORA DO CERTAME.

Curitiba, 5 de Dezembro de 2014

**COMISSÃO:**

DIEGO SEBEM WORDELL - .....-

Pregoeiro(a)

## Dionísio Cerqueira

### PREFEITURA

#### CONTRATOS 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 012/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira

Contratado: Neylor Francisco Santin - ME.

Objeto: Contratação de laboratório protético para confecção de próteses dentárias totais (superior e inferior) e próteses dentária parcial removível (superior e inferior), destinada aos pacientes do município de Dionísio Cerqueira. Origem: Processo 017/2014 Modalidade: Pregão 017/2014 FMS Valor Aditivado R\$ 6.000,00. Vigência: 31/12/2014. Dionísio Cerqueira 05/12/2014

João Stahl

Gestor do FMS

#### RESOLUÇÃO 05

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

DIONÍSIO CERQUEIRA /SC

RESOLUÇÃO Nº 05/2014 - CMDCA

Dispõe sobre a regulamentação quanto a utilização do veículo adquirido para o 'Programa Amigo de Valor'.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Dionísio Cerqueira, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - ECA e Lei Municipal 4.245/2013 de Dionísio Cerqueira, resolve: Art. 1º Regular a utilização do veículo adquirido pelo Programa Amigo de valor,

Art. 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Dionísio Cerqueira - SC define que o veículo será utilizado somente para fins de desenvolvimento do projeto, pela equipe técnica responsável pelo Programa Amigo de Valor, vedando o empréstimo para outros fins.

Art. 3º A gestão dos assuntos inerentes ao veículo serão deliberadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Dionísio Cerqueira.

Art.4º Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Dionísio Cerqueira, 03 de dezembro de 2014

Juliano Izidoro Velho

Presidente do CMDCA

Dionísio Cerqueira - SC

## Doutor Pedrinho

### PREFEITURA

#### LEI COMPLEMENTAR Nº 126/2014

LEI COMPLEMENTAR nº 126, de 05 de dezembro de 2014.

Estabelece o Perímetro Urbano do Município de Doutor Pedrinho, e dá outras providências.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O Perímetro Urbano do Município de Doutor Pedrinho compreenderá os bairros Centro e Ribeirão Piave e os núcleos urbanos das localidades de Salto Donner e Nova Rodeio.

§ 1º - O bairro Centro terá as seguintes delimitações:

I - Em direção a localidade de Rio Forção: a direita da Rua Brasília até o terreno de Werner Bowens (matrícula 3.089 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive, e a esquerda da Rua Brasília até o primeiro terreno de Dulcídio Buzzi, inclusive;

II - Em direção ao Núcleo Urbano Nova Rodeio (Capivari): pela Rua Aderbal Ramos da Silva até o terreno de Benvindo Angelo Buzzi (matrícula nº 477 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive;

III - Em direção ao bairro Ribeirão Piave: a direita da Rua Santa Catarina até o terreno de Mario Nones (matrícula nº 329 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive, e a esquerda da Rua Santa Catarina até o terreno de Mario Nones (matrícula nº 5.971 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive;

IV - Em direção a localidade de Benedito Alto: a direita da Rua Marechal Castelo Branco até o terreno de Mario Pedro Langa (matrícula nº 3.368 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive, e a esquerda da Rua Marechal Castelo Branco até o terreno de Vilson Schikorski e outro (matrícula nº 3.370 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive;

V - Em direção a localidade de Rio Lima: partindo da ponte sobre o Rio Forção e compreendendo todo o terreno ao lado esquerdo da Rua Capelão Beill de propriedade de Onorita Buzzi (matrícula nº 2.276 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), e a direita da Rua Capelão Beill até terras de Lauro Xavier de Castilho (matrícula nº 1.004 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive;

VI - Em direção a Vila Nova: com início na ponte da Rua Capelão Beill a direita da Rua Vila Nova até o terreno de Onorita Buzzi (matrícula nº 2.274 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive, e a esquerda da Rua Vila Nova até 22 (vinte e dois) metros lineares de frente e 32 (trinta e dois) metros de fundos do terreno pertencente a herdeiros de Celestino Buzzi (matrícula nº 2.170 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó);

VII - pela Rua Sabino Uber até o terreno de Osvaldo Uber (matrícula nº 40 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive; e

VIII - pela Rua da Torre até o terreno de Claudiney Vicente (matrícula nº 5421 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive.

§ 2º - O bairro Ribeirão Piave compreende a seguinte delimitação:

I - a esquerda da Rua Santa Catarina, no sentido centro/bairro, partindo do terreno de Kelly Terezinha Pereira (matrícula nº 5.436 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive, até o terreno de Paulo Rode Filho e outro (matrícula nº 4.717 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive, e a direita da Rua Santa Catarina, no sentido centro/bairro, partindo do terreno de Sergio Augusto Mantoano Buzzi (matrícula nº 623 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive, até o terreno de Ardelino Herculano Buzzi e outro (matrícula nº 809 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive;

II - a direita da Rua Blumenau até o lote 03 do desmembramento do terreno de Marisia Judite Rozza e outros (matrícula nº 5.783 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive; e a esquerda da Rua Blumenau até o lote 08 do desmembramento de Marisia Judite Rozza e outros (matrícula nº 5.784 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive;

III - pela Rua Indaial até o terreno de José Marcos Claudino dos Santos (matrícula nº 6.999 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive; e

IV - pela Rua da Glória (DPE 463), seguindo em direção ao Núcleo Urbano Salto Donner, no terreno de Aristides Buzzi (matrícula nº 6.783 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive, e de outro lado, pela Rua da Glória (DPE 463), seguindo em direção ao Núcleo Urbano Salto Donner, em terreno de Ardelino Herculano Buzzi (matrícula nº 76 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó) inclusive.

§ 3º - O núcleo urbano da localidade de Salto Donner compreende a seguinte delimitação:

I - a esquerda da Rua Aparecida partindo do terreno de Reginaldo Knecht (matrícula nº 2.565 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive, em direção ao município de Benedito Novo até o terreno da Cooperativa Geradora de Energia Elétrica e Desenvolvimento Santa Maria (matrícula nº 2.291 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive, e a direita da Rua Aparecida partindo do terreno de James Delmar Persuhn (matrícula nº 5762 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive, até o terreno de Beatriz Maria Baruffi Bonatti (matrícula nº 253 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive;

II - a esquerda da Rua da Glória em direção ao bairro Ribeirão Piave até terras de ReinvaldGumz (matrícula nº 2.645 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive; e a direita da Rua da Glória em direção ao bairro Ribeirão Piave até o terreno de ReinvaldGumz (matrícula nº 3.464 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive;

III - a direita da Rua Lurdes em direção a Santa Maria em Benedito Novo até o terreno de Walmor Koglin (matrícula nº 3.553 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive, e a esquerda da Rua Lurdes até o terreno de Leonardo Koglin (matrícula nº 3.552 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive; e

IV - a direita da Rua Fritz Donner até o lote 03 do desmembramento de HartwigPersuhn (matrícula nº 6.126 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive, e a esquerda da

Rua Fritz Donner até o terreno de HartwigPersuhn (matrícula nº 1.480 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive.

§ 4º - O núcleo urbano da localidade de Nova Rodeio compreende a seguinte delimitação:

I -Da margem direita do rio Capivari seguindo a esquerda da Rua Aparecida em direção ao Núcleo Urbano Salto Donner até o terreno de Valdemar Uller (matrícula nº 660 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive, e a direita da Rua Aparecida em direção ao Núcleo Urbano Salto Donner até o terreno de Irma Maria Marcarini (matrícula nº 5.187 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive; e

II -a direita da Rua Navegantes, em direção ao Alto Capivari até terras de CleudirMarcarini (matrícula nº 6.288 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive; e a esquerda da Rua Navegantes em direção ao Alto Capivari até o lote 03 do desmembramento do terreno de CleudirMarcarini (matrícula nº 6.289 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), inclusive.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar nº 43, de 15/12/2005, e alterações.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 05 de Dezembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei Complementar foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 05 dias do mês de dezembro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
Técnica em Contabilidade.

## LEI Nº 842/2014

LEI nº 842, de 31 de outubro de 2014.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

### DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição, e na Lei Complementar no 101, de 04/05/2000, as diretrizes orçamentárias do Município de Doutor Pedrinho para 2015, compreendendo:

I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, extraídas do Plano Plurianual 2014/2017;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII - as disposições gerais.

## CAPÍTULO I DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas nos Anexos desta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2015 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as prioridades e metas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

## CAPÍTULO II DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º - O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, com seus Fundos Especiais, e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Administração.

Art. 4º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa.

III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

IV - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

V - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VI - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

VIII - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

IX - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

Parágrafo Único - A categoria de programação de trata o artigo 167, VI, da Constituição Federal, será identificada por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 5º - A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará (1) a Receita de cada uma das Unidades Gestoras em níveis gerencialmente importantes, especificando no Orçamento de Receita da Unidade Gestora Central aquelas vinculadas a fundos, com identificação de cada rubrica com o Código de Destinação de Recurso; e (2) a Despesa de cada Unidade Gestora, por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, sendo também identificado o código de destinação de recurso, na forma dos seguintes anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias

Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa;

IV - Programa de Trabalho;

V - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Despesa, classificada até a modalidade de aplicação, segundo cada unidade orçamentária;

IX - Sumário da Receita por Fontes e da Despesa por Funções;

X - Demonstrativo da estimativa de renúncia de receita de natureza tributária, com premissas e metodologia de cálculo e comprovação de que ela foi considerada no orçamento da receita para 2015;

XI - Demonstrativo da compatibilização da programação dos orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentária;

XII - Demonstrativo das medidas de compensação para aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, se for o caso;

XIII - Demonstrativo do volume de recursos destinados ao orçamento fiscal e da seguridade social.

Parágrafo Único - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Administração Direta, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 6º - A mensagem de encaminhamento do projeto de lei orçamentária conterá:

I - Quadro demonstrativo geral da evolução da Receita dos exercícios de 2011, 2012 e 2013 acrescidos da previsão para 2014, além de justificativa da estimativa para 2015 e 2016, acompanhados de metodologia e memória de cálculo;

II - Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por fontes, dos três últimos exercícios e da estimada para o exercício corrente.

## CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 7º - O Orçamento para o exercício de 2015 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, com seus Fundos Especiais.

Art. 8º - As Destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 9º - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento de Receita da Unidade Gestora Central e vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas nos Anexos e Adendos da Unidade Gestora Central.

§ 1º - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal, serem delegados a servidores municipais.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverá ser demonstrada também em balancetes apartado da Unidade Gestora Central, quando a gestão for delegada para servidor municipal.

Art. 10 - As previsões de receita para o exercício de 2015 observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, a variação do índice de preços, o crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante, e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da

projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º - A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º - A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com o disposto no artigo 2º, IV, da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 11 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o equilíbrio orçamentário e financeiro, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão mecanismos de limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

- I - redução dos investimentos programados, desde que não comprometidos;
- II - redução de despesas com manutenção;
- III - eliminação de despesas com horas extras; e
- IV - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores.

Art. 12 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederá, no exercício de 2015, a 25% da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2014.

Art. 13 - O orçamento da Unidade Gestora Central para o exercício de 2015 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a até 1% das Receitas Correntes Líquidas previstas, destinados a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme Anexo II desta lei.

§ 1º - Para efeito desta lei, entendem-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas, diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, e, neste caso, mesmo que investimentos.

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a intempéries e passivos contingentes, conforme disposto no Anexo II desta lei, caso não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2015, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para atender eventos fiscais imprevistos, desde que constante idêntica previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Proposta Orçamentária para o exercício de 2016.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual, conforme Art. 5º, § 5º, da LRF.

Art. 15 - O Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, bem como o Desdobramento das Metas Bimestrais de Arrecadação.

Art. 16 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado.

§ 1º - Os recursos de Operações de Crédito, não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, a partir de seu ingresso.

§ 2º - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais

suplementares e especiais, a partir de seu ingresso.

Art. 17 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural ou esportivo, sem fins lucrativos, e aquelas de cooperação técnica, de saúde ou voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal.

Art. 18 - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda o valor para dispensa de licitação, fixado na Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 19 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 20 - Fica autorizado o custeio de despesas ou serviços de competência de outros Entes da Federação pela Administração Municipal quando houver convênios, acordos ou ajustes e a respectiva autorização e os recursos na lei orçamentária.

Art. 21 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 22 - A lei orçamentária para 2015 poderá autorizar o Executivo Municipal a remanejar por Decreto, dentro de cada categoria de programação, projeto, atividade ou operações especiais, o saldo das dotações dos grupos de natureza ou modalidade que o compõem.

Art. 23 - As destinações de recursos, aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender as necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 24 - No Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, da execução orçamentária de 2015, poder-se-á fazer a inclusão de elementos de despesa ou a alteração de seus valores, sempre limitados aos valores fixados pela lei orçamentária anual para cada modalidade de aplicação, dentro do projeto, atividade ou operações especiais, por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo.

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015, constantes no Anexo II desta lei e alterações posteriores.

#### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 26 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2015.

Art. 27 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e ser autorizadas por lei específica.

Art. 28 - A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº 101/00 e de conformidade com a Resolução do Senado Federal.

Parágrafo Único - O montante da dívida pública no exercício de

2015 não excederá o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da Receita Corrente Líquida apurada ao final de cada semestre.

#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 29 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2015.

Art. 30 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 31 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal, caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 32 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente à substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º, da LRF, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Doutor Pedrinho ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 33 - A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita no final de cada semestre.

#### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 35 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 36 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

#### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37 - O Executivo Municipal enviará até o dia 15/11/2014, a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2014.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados, em decorrência do disposto no parágrafo anterior, serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fonte de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2014, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais imprevistos.

Art. 38 - Ficam autorizadas as despesas com juros e atualização monetária, por eventual atraso no pagamento de compromissos, decorrente de insuficiência financeira.

Art. 39 - A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas e exercer o seu controle, de forma a demonstrar o custo de cada ação ou serviço, definindo os centros de custos e a forma de apropriação destes, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 40 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 41 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e/ou Estadual, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para captação de recursos e/ou realização de obras ou serviços de interesse do Município.

Art. 42 - O Município utilizará a faculdade contida no artigo 63 da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 43 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 31 de outubro de 2014; 26º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 31 dias do mês de outubro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

- Anexos disponíveis em <http://leismunicipa.is/jebdu>

**LEI Nº 843/2014**

LEI 843 de 20 de novembro de 2014.

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2014, da Administração Direta e Indireta, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 189.258,00 (cento e oitenta e nove mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013).

03.001.04.122.0015.2003	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
3000000	DESPESAS CORRENTES	
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINARIOS	21.000,00
TOTAL		21.000,00
03.001.14.422.0015.2021	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.14.422.0015.2021	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.14.422.0015.2021	MANUTENÇÃO CASA DA CIDADANIA	
3000000	DESPESAS CORRENTES	
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINARIOS	6.000,00
TOTAL		6.000,00
03.001.28.843.0015.0001	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.28.843.0015.0001	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.28.843.0015.0001	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA FUNDADA E ENCARGOS	
3000000	DESPESAS CORRENTES	
3200000	JUROS ENCARGOS DA DÍVIDA	
3290000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00
4690000	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00
TOTAL		35.000,00
04.001.15.452.0020.2007	SECRETARIA MUN DE OBRAS, ESTRADAS E SERV. URBANOS	

04.001.15.452.0020.2007	SECRETARIA MUN DE OBRAS, ESTRADAS E SERV. URBANOS	
04.001.15.452.0020.2007	MANUTENÇÃO SERVIÇOS REDE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
3000000	DESPESAS CORRENTES	
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINARIOS	20.000,00
4490000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINARIOS	10.000,00
TOTAL		30.000,00
04.001.17.512.0020.1011	SECRETARIA MUN DE OBRAS, ESTRADAS E SERV. URBANOS	
04.001.17.512.0020.1011	SECRETARIA MUN DE OBRAS, ESTRADAS E SERV. URBANOS	
04.001.17.512.0020.1011	IMPLANTAÇÃO DE SANEAM BÁSICO MELHORIAS SIST. ÁGUA	
3000000	DESPESAS CORRENTES	
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINARIOS	35.000,00
4000000	DESPESAS DE CAPITAL	
4400000	INVESTIMENTOS	
4490000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINARIOS	50.000,00
TOTAL		85.000,00
04.001.26.782.0020.1009	SECRETARIA MUN DE OBRAS, ESTRADAS E SERV. URBANOS	
04.001.26.782.0020.1009	SECRETARIA MUN DE OBRAS, ESTRADAS E SERV. URBANOS	
04.001.26.782.0020.1009	CONSTRUÇÃO REFORMAS DE PONTES, PONTILHÕES, GALERIAS	
4000000	DESPESAS DE CAPITAL	
4400000	INVESTIMENTOS	
4490000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINARIOS	5.628,00
TOTAL		5.628,00
07.001.23.695.0110.1033	SECRETARIA MUN. DE AGRIC, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
07.001.23.695.0110.1033	SECRETARIA MUN. DE AGRIC, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
07.001.23.695.0110.1033	CONSTRUÇÃO PRAÇAS, MIRANTES E ACESSO PONTOS TURÍST.	
4000000	DESPESAS DE CAPITAL	
4400000	INVESTIMENTOS	
4490000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINARIOS	2.350,00
TOTAL		2.350,00

08.001.13.392.0050.2004	SECRETARIA MUN. DE DES- PORTO E CULTURA	
08.001.13.392.0050.2004	SECRETARIA MUN. DE DES- PORTO E CULTURA	
08.001.13.392.0050.2004	MANUTENÇÃO DOS SERVI- ÇOS CULTURAIS	
3000000	DESPESAS CORRENTES	
3300000	OUTRAS DESPESAS COR- RENTES	
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINARIOS	3.000,00
TOTAL		3.000,00
08.002.27.812.0050.1006	SECRETARIA MUN. DE DES- PORTO E CULTURA	
08.002.27.812.0050.1006	SECRETARIA MUN. DE DES- PORTO E CULTURA	
08.002.27.812.0050.1006	REFORMA ILUMINAÇÃO DO CENTRO ESPORTIVO	
4000000	DESPESAS DE CAPITAL	
4400000	INVESTIMENTOS	
4490000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINARIOS	1.280,00
TOTAL		1.280,00
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		189.258,00

Art. 2º - O Prefeito Municipal fica autorizado à suplementação no valor de até R\$ 189.258,00 (cento e oitenta e nove mil duzentos e cinquenta e oito reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

04.001.15.451.0020.1016	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERV. URBANOS	
04.001.15.451.0020.1016	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERV. URBANOS	
04.001.15.451.0020.1016	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS	
4000000	DESPESAS DE CAPITAL	
4400000	INVESTIMENTOS	
4490000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINARIOS	189.258,00
TOTAL		189.258,00
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		189.258,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 20 de novembro de 2014; 26º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 20 dias do mês de novembro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
Técnica em Contabilidade.

## LEI Nº 844/2014

LEI 844 de 20 de novembro de 2014.

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2014, da Administração Direta e Indireta, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013).

01.001.01.031.0001.1002	CAMARA DE VEREADORES	
01.001.01.031.0001.1002	CAMARA DE VEREADORES	
01.001.01.031.0001.1002	AQUISIÇÃO DE TERRENO E CONSTRUÇÃO DA SEDE PRÓ- PRIA	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINARIOS	15.000,00
TOTAL		15.000,00
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		15.000,00

Art. 2º - O Prefeito Municipal fica autorizado à suplementação no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

01.001.01.031.0001.2001	CAMARA DE VEREADORES	
01.001.01.031.0001.2001	CAMARA DE VEREADORES	
01.001.01.031.0001.2001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINARIOS	15.000,00
TOTAL		15.000,00
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		15.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 20 de novembro de 2014; 26º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 20 dias do mês de novembro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
Técnica em Contabilidade.

**LEI Nº 845/2014**

LEI 845 de 03 de dezembro de 2014.

Autoriza a celebração de convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, visando à cooperação para realização de policiamento ostensivo motorizado, no município de Doutor Pedrinho, por intermédio de guarnições de Radiopatrulha da Polícia Militar.

Parágrafo Único - Os termos do convênio de que trata o "caput" deste artigo correspondem ao previsto do anexo único desta lei.

Art. 2º - Os encargos decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação própria consignada no orçamento programa anual do Município.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 03 de Dezembro de 2014; 26º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 03 dias do mês de dezembro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
Técnica em Contabilidade.

CONVÊNIO Nº \_\_\_\_\_

Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Doutor Pedrinho, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, visando a realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de Radiopatrulha da Polícia Militar.

Aos dias do mês de de 2014, o Município de Doutor Pedrinho doravante denominado - Município, situado à Rua Brasília, nº 02, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, neste ato representado pelo Exmo Sr. Hartwig Persuhn, Prefeito Municipal, portador do CPF nº 382.825.699-68 e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, doravante denominada - PMSC, situada à Rua Visconde de Ouro Preto nº 549, inscrita no CNPJ sob nº 83.931.550/0001-51, representada pelo seu Comandante Geral, Coronel PM Nazareno Marcineiro, amparados na Lei Municipal nº de de no inciso IV, do Art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, no Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, no Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008 e na Portaria nº 2400/GERE/DIGA/GAB/SSP, de 17 de dezembro de 2010, respectivamente, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente convênio tem por objetivo a manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado, executando rondas periódicas e atendimento de ocorrências no Município, através de guarnições

de radiopatrulha da Polícia Militar.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

Para a consecução das obrigações deste convênio compete:

a) - À PMSC:

I. Dispor de Organização Policial Militar no Município;

II. Destacar policiais militares necessários para o planejamento, execução e fiscalização do policiamento ostensivo através de radiopatrulha;

III. Fornecer as viaturas necessárias para tal serviço, devendo estas ser cadastrada no setor competente do Município e na Diretoria de Apoio Logístico e Finanças da Polícia Militar, cuja quantidade será definida de acordo com as necessidades e disponibilidades;

IV. Equipar as viaturas com estações transceptoras móveis, para comunicação entre essas e uma central de atendimentos;

V. Manter uma central de atendimentos equipada com uma estação transceptora fixa ou equipamento alternativo, no porte suficiente para atendimento à demanda do serviço;

VI. Publicação do Extrato do Convênio no Diário Oficial do Estado.

b) - Ao Município:

I. Disponibilizar, mensalmente, a importância em reais, equivalente a 370 litros de gasolina, para cobrir as despesas com manutenção (combustível, lubrificante, peças, acessórios e serviços), das viaturas colocadas a serviço (conveniada), visando proporcionar condições de execução do policiamento de radiopatrulha no Município, e para cobrir as despesas com material de expediente, limpeza, fardamento, manutenção do aquartelamento, equipamentos e alimentação do pessoal de serviço.

II. Depositar a importância prevista no inciso "I" na primeira quinzena de cada mês, em conta vinculada, na Agência do Banco do Brasil, do Município, sob a denominação de PMSC/Convênio de Radiopatrulha e, receber valores depositados à título de doação por pessoas físicas ou jurídicas que queiram contribuir com o serviço de rádio patrulhamento, objeto deste Convênio, colocando a conta vinculada ao convênio à disposição dos possíveis doadores;

III. Realizar, a conta de suas dotações orçamentárias, as despesas necessárias ao atendimento do objeto do presente convênio, por requisição do Comandante da Organização Policial Militar do Município, observadas as Diretrizes de Ação Administrativas do Comando Geral da PMSC;

IV. Prestação de Contas dos Recursos repassados, nos termos da legislação vigente.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO**

São executores do presente convênio, o Prefeito Municipal ou quem por ele designado e o Comandante da Organização Policial Militar do Município.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do presente convênio correrão por conta da dotação orçamentária específica da Prefeitura Municipal no seguinte elemento de despesa:

33903000 - Material de Consumo;

33903900- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.  
33903600 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

#### CLÁUSULA QUINTA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente convênio terá validade por 5 (cinco) anos, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser denunciado, a qualquer época, por mútuo acordo ou pelo não cumprimento das obrigações nele estabelecidas, independente de interpelação judicial.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes do presente convênio.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 4 (quatro) vias de igual teor, junto com duas testemunhas. A minuta do presente convênio foi analisada pela Assessoria Jurídica nos termos da Lei.

Doutor Pedrinho - SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito Municipal

NAZARENO MARCINEIRO  
Cel PM Comandante Geral da PMSC

#### Testemunhas:

Nome: Edir Ana Frainer Mazzi  
Função: Técnica em Contabilidade  
CPF: 472.463.759-53

Nome: Ilon Joni de Souza  
Função: Sgt PM Cmte -7ªRPM  
CPF: 417.696.789-72

#### LEI Nº 846/2014

LEI 846 de 05 de dezembro de 2014.  
Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Doutor Pedrinho, para o exercício financeiro de 2015.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento Consolidado do Município de Doutor Pedrinho, compreendendo os Poderes Legislativo e Executivo, incluindo os Fundos Municipais, para o exercício de 2015, discriminado nos anexos integrantes desta lei, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 18.544.410,00 (dezoito milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e dez reais).

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, transferências e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	11.944.410,00
Receitas Tributárias	1.042.000,00
Receitas de Contribuições	110.000,00
Receitas Patrimoniais	36.600,00
Receitas de Serviços	211.010,00

Transferências Correntes	12.360.800,00
Outras Receitas Correntes	234.000,00
Dedução da Receita Corrente	- 2.050.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	6.600.000,00
Transferências de Capital	6.580.000,00
Alienação de bens	20.000,00
TOTAL	18.544.410,00

Parágrafo Único - As Receitas do Município de Doutor Pedrinho serão realizadas, na forma da lei, conforme o desdobramento previsto nos Anexos, integrando a consolidação geral das Contas Públicas Municipais.

Art. 3º - A despesa fixada consolidada será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à seguinte classificação institucional:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	
01.01 – Câmara de Vereadores	564.000,00
02.01 – Gabinete do Prefeito	230.000,00
03.01 – Secretaria Mun. de Administração e Finanças	1.958.550,00
04.01 – Secretaria Mun. Obras, Estradas e Serviços Urbanos	6.570.100,00
05.01 – Secretaria Mun. de Educação e Promoção Social	3.020.780,00
06.01 – Secretaria Mun. de Saúde e Assistência Social (Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – FMS)	2.963.180,00
06.02 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	457.800,00
06.03 – Manutenção do Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente - FIA	30.000,00
07.01 – Secretaria Mun. de Agricultura e Meio-Ambiente	890.000,00
08.01 – Secretaria Mun. de Desporto, Cultura e Turismo - Cultura	805.000,00
08.02 – Secretaria Mun. de Desporto, Cultura e Turismo - Desporto	405.000,00
08.03 – Secretaria Mun. de Desporto, Cultura e Turismo - Turismo	635.000,00
90.99 – Reserva de Contingência	15.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	18.544.410,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência consolidada são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo.

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo, observado o limite para cada evento de riscos fiscais, conforme regulamento.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes ou intempéries, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para atender "Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no parágrafo anterior, desde que o Orçamento para 2016 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 5º - O orçamento para 2015 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, e seus Fundos.

Parágrafo Único - As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, por decreto do Poder Executivo, para atender às necessidades de execução do orçamento.

Art. 6º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de uma Modalidade de Aplicação para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, como também, criar destinações de recursos e desvincular as receitas e despesas para melhor aproveitamento dos recursos do município na captação de Convênios.

§ 1º - O Prefeito Municipal poderá, por Decreto, remanejar dentro da mesma modalidade de despesa, saldos orçamentários de recursos vinculados para ordinários e vice-versa, desde que para isso, haja os respectivos recursos financeiros disponíveis.

§ 2º - Aplica-se, ainda, o disposto no "caput" deste artigo, relativamente às dotações do Orçamento Consolidado do Executivo e Legislativo.

Art. 7º - O Poder Executivo fica autorizado a tomar as medidas necessárias para ajustar o fluxo dos dispêndios ao efetivo comportamento da arrecadação, ao longo do exercício financeiro. Os Fundos Municipais, de forma consolidada, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e essas, por sua vez, vinculadas a Despesas.

§ 1º - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal e Secretários Municipais, em que estiverem vinculados, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a outro servidor municipal, respeitando Lei específica de cada Fundo.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas, também, em balançetes apartados da Unidade Gestora Central.

§ 3º - A transferência de recursos monetários da Unidade Gestora Central aos Fundos Municipais deverão ser efetivadas por Transferência Financeira e a adequação da suplementação orçamentária efetuada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a:

I - designar órgãos centrais para movimentar dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias e promover os ajustamentos orçamentários, financeiros e contábeis, decorrentes de reorganização administrativa;

II - complementar, por conta do excesso de arrecadação, as Modalidades de Aplicação de despesa e as Transferências Financeiras destinadas a atender dispêndios de Convênios, apurados pela diferença entre o valor previsto e o valor recebido;

III - abrir créditos suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da despesa fixada em lei, à conta dos recursos de que trata o § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964;

IV - apresentar déficit de execução orçamentária resultante da utilização do superávit financeiro do exercício anterior;

V - realizar operações de crédito, ainda que por antecipação da

receita, limitado o valor das primeiras ao disposto no art. 167, III, da Constituição Federal.

Parágrafo Único - No Orçamento-Programa dos Fundos Municipais, o Poder Executivo fica autorizado a abrir créditos suplementares, à conta do excesso de arrecadação, sem prejuízo do disposto nos incisos II, III e IV do "caput" deste artigo, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da despesa fixada em lei.

Art. 9º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros órgãos da Federação, sem prejuízo de suas próprias atividades, mediante convênio, acordo, ajuste ou congênere.

Art. 10 - Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo estabelecerá, por ato próprio, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, bem como destacará o órgão ou unidade responsável pelo controle e fiscalização do cumprimento das metas estabelecidas.

Parágrafo Único - Fica vedada a ocorrência de déficit de execução orçamentária, excetuando-se quando o déficit for resultante da utilização do superávit financeiro do exercício anterior, não implicando no comprometimento da execução orçamentária do exercício subsequente.

Art. 11 - Nas hipóteses previstas no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000, o Presidente da Câmara Municipal e o Prefeito Municipal, no âmbito dos respectivos poderes, promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, com centralização do ordenamento de despesas e autorização de pagamentos, observando-se o seguinte:

I - a limitação de empenho deverá atingir, inicialmente, pela ordem:

- a) as dotações destinadas à aquisição de imóveis, obras e instalações, e aquisição de equipamentos e materiais;
- b) projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias não recebidas;
- c) dotação para combustível destinado a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- d) dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

II - durante o prazo de limitação de empenho, fica vedado o pagamento de sessões extraordinárias, abono de férias, licença-prêmio e adicional de hora extra;

III - a limitação de empenho não poderá inviabilizar a manutenção dos serviços considerados essenciais (saúde, educação, coleta de lixo e manutenção de ruas) ou o atendimento de situações de emergência ou de calamidades;

IV - o ato expedido deverá indicar expressamente o órgão, entidade ou unidade administrativa que centralizará o ordenamento de novas despesas, bem como seu responsável, e estabelecerá o cronograma de pagamento das despesas empenhadas até aquela data.

§ 1º - Na aplicação do disposto no § 3º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Chefe do Poder Executivo baixará Decreto, observando o disposto no "caput" deste artigo, e seus respectivos incisos, incluindo a proibição de repasse de recursos, sem a retenção do montante relativo à proporcionalidade objeto de limitação.

§ 2º - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação

de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 12 - O Poder Executivo e Legislativo emitirão quadrimestralmente os relatórios de gestão fiscal e os demonstrativos que acompanham os relatórios resumidos da execução orçamentária, em conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor no dia 1º de Janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 05 de Dezembro de 2014; 26º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 05 dias do mês de dezembro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
Técnica em Contabilidade.

- Anexos disponíveis em <http://leismunicipa.is/dbuej>

#### **LEI Nº 847/2014**

LEI 847 de 05 de dezembro de 2014.

Autoriza a concessão de subvenção social à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó, no exercício financeiro de 2015, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo do Município fica autorizado a liberar recursos financeiros para APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó, no valor de até R\$ 107.220,00 (cento e sete mil duzentos e vinte reais), consignados no orçamento-programa anual do exercício de 2015.

Parágrafo único - O repasse financeiro de que trata esta Lei poderá ser dividida em parcelas mensais, respeitadas as prioridades financeiras do Município.

Art. 2º - A APAE deverá atender a educação especial da rede municipal de ensino, bem como prestar contas dos recursos recebidos, na forma da lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 05 de dezembro de 2014; 26º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 05 dias do mês de dezembro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
Técnica em Contabilidade.

#### **LEI Nº 848/2014**

LEI 848 de 05 de dezembro de 2014.

Autoriza a concessão de auxílio financeiro mensal ao PEAL-BN - "Projeto Espaço Alternativo de Benedito Novo", no exercício financeiro de 2015, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo do Município fica autorizado a conceder auxílio financeiro no valor de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais) mensais, consignados no orçamento-programa anual, para entidade PEAL - Projeto Espaço Alternativo de Benedito Novo, inscrita no CNPJ sob nº 08.325.042/0001-04, no período de janeiro a dezembro de 2015, para manutenção de atividades de interesse público na cidade de Doutor Pedrinho/SC.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no orçamento vigente, ficando o Executivo Municipal autorizado a suplementar havendo necessidade.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 05 de dezembro de 2014; 26º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 05 dias do mês de dezembro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
Técnica em Contabilidade.

#### **LEI Nº 849/2014**

LEI 849 de 05 de dezembro de 2014.

Declara de utilidade pública a Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais - PEAL.

Hartwig Persuhn, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei de iniciativa do Legislativo:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS E ASSISTENCIAIS - PEAL, pessoa jurídica de direito privado, inserida no CNPJ sob número 08.889.308/0004-94, estabelecida à Rua Navegantes, 93, Bairro Nova Rodeio, Doutor Pedrinho/ SC.

Art. 2º - ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS E ASSISTENCIAIS - PEAL, referendada no art. 1º, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 05 de dezembro de 2014; 26º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 05 dias do mês de dezembro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
Técnica em Contabilidade.

**Ermo****PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2014**

EXTRATO DO CONTRATO nº 40/2014

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo CONTRATADO: Colix Soluções para Resíduos Sólidos Ltda EPP.

OBJETO: Serviços de coleta, transporte e destino final (incineração) dos resíduos de serviço de saúde (lixo hospitalar).

VIGÊNCIA: 02/01/2015 a 31/12/2015.

VALOR ESTIMADO: 4.991,64 (quatro mil, novecentos e noventa e um reais e sessenta e quatro centavos).

Data da assinatura: 03/12/2014.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2014 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2014**

EXTRATO DO CONTRATO nº 41/2014

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2014

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo CONTRATADO: AUTO POSTO DAMINELLI LTDA

OBJETO: Fornecimento de combustíveis para o consumo dos veículos e máquinas , de forma parcelada durante o exercício de 2014.

VALOR ESTIMADO: O valor total previsto na cláusula quinta do contrato de origem fica aditado em R\$ 17.987,50 (dezessete mil, novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), passando para R\$ 89.937,50 (oitenta e nove mil, novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Data da assinatura: 04/12/2014.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2014**

EXTRATO DO CONTRATO nº 45/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

OBJETO: Disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Ermo ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa do CIGA nº 05/2010.

VIGÊNCIA: 02/01/2015 a 31/12/2015.

VALOR ESTIMADO: R\$ 3.540,00 (três mil, quinhentos e quarenta reais).

Data da assinatura: 01/12/2014.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/2014 (6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2009)**

EXTRATO DO CONTRATO nº 46/2014 (6º Termo aditivo ao contrato nº 10/2009)

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Jairo Borges de Souza

OBJETO: Locação de um Terreno com Poço Artesiano e Reservatório para captação de água para abastecimento da comunidade do Morro do Soares.

VIGÊNCIA: 02/01/2015 a 31/12/2015.

VALOR ESTIMADO: R\$ 4.356,00 (quatro mil, trezentos e cinquenta e seis reais).

Data da assinatura: 04/12/2014.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2014 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2014**

EXTRATO DO CONTRATO nº 47/2014

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: AUTO POSTO DAMINELLI LTDA

OBJETO: Fornecimento de combustíveis para o consumo dos veículos e máquinas , de forma parcelada durante o exercício de 2014.

VALOR ESTIMADO: O valor total previsto na cláusula quinta do contrato de origem, fica aditado em 93.675,00 (noventa e três mil, seiscentos e setenta e cinco reais), passando para R\$ 468.375,00 ( quatrocentos e sessenta e oito mil, trezentos e setenta e cinco reais).

Data da assinatura: 04/12/2014.

**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2014**

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 41/2014

Do Objeto: Contratação de serviço visando o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de programas de estágio de estudantes, matriculados no ensino médio, supletivo e superior, permitindo treinamento prático para o futuro profissional. Do Contratado: Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina-CIEE/SC.

Do Valor e do Pagamento: A Prefeitura pagará ao contratado o valor de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais), mensais por Bolsa Auxílio concedida, totalizando a presente contratação no valor estimado de R\$ 6.480,00 (seis mil, quatrocentos e oitenta reais), que serão pagos em 12 parcelas mensais, sem reajuste.

Da Justificativa: A Dispensa de Licitação se faz necessário por se tratar de instituição brasileira, cujo objeto contratado está relacionado com o ensino, conforme parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/346/01, no Processo de Consulta nº CON-01/01586000, que resultou no Pré Julgado nº 1283.

Do Fundamento Legal: Art. 24, inciso XIII da Lei nº 8.666/93.

Ermo, 05 de dezembro de 2014.

LEILE DENISE LEONARDO

Presidente da C.J.L

**RATIFICAÇÃO**

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

Ermo, 05 de dezembro de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2014**

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 42/2014

Do Objeto: Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural , conforme Plano Anual de Trabalho ( PAT ) a ser executado de janeiro à dezembro de 2015.

Do Contratado: Empresa de pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A – EPAGRI.

Do Valor e do Pagamento: A presente contratação importa em R\$ 19.919,88 ( dezenove mil, novecentos e dezenove reais e oitenta e oito centavos), que serão pagos em 12 parcelas mensais, sem reajuste.

Da Justificativa: A dispensa de licitação para contratação dos serviços, objeto do presente termo, justifica-se pela notória especialização, experiência e trabalho de pesquisa no desenvolvimento agropecuário, além de tratar-se de empresa pública que integra a administração estadual criada para este fim específico e o preço estar em conformidade com o valor de mercado.

Do Fundamento Legal: Art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993 e alterações posteriores.

Ermo, SC, 05 de dezembro de 2014.

LEILE DENISE LEONARDO

Presidente da C.J.L

#### RATIFICAÇÃO

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

Ermo, SC, 05 de dezembro de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

## Erval Velho

### PREFEITURA

#### DECRETO 1910/2014

DECRETO 1910, de 20 de novembro de 2014.

Homologa o Resultado Final de Avaliação de Desempenho de Servidor Público Municipal em Estágio Probatório e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o Artigo 18 e seguintes da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001; combinado com as disposições do Decreto Municipal n. 869, de 10 de novembro de 2003, e alterações pelo Decreto Municipal n. 1231, de 28 de julho de 2008, combinado com o artigo 41 da Constituição Federal de 1988;

#### DECRETA:

Art.1º. Fica homologado o resultado final de avaliação de desempenho da servidora que encontrava-se em estágio probatório, ficando a mesma aprovada e considerada estável no serviço público municipal a partir da data em que completou três anos de efetivo exercício:

Nome	Função	Admissão	Média Final	Data da Estabilização
Juliana Ferrari	Técnico em Enfermagem	16/11/2011	330,75	16/11/2014

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 20 de novembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 20 de novembro de 2014.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

#### DECRETO 1911/2014

DECRETO 1911, de 20 de novembro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO. E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho - Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, e autorizada conforme Lei nº 1352 de 18 de dezembro de 2013.

#### DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Erval Velho Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a SUPLEMENTAÇÃO da dotação abaixo;

ÓRGÃO - 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE - 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV. - 2037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

24 - 3.1.90.00.00.00.0064 ..... R\$ 20.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de

arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0064 - 13 - Atenção Básica - NASF, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - Estado de Santa Catarina, em 20 de novembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## DECRETO 1912/2014

DECRETO 1912, de 25 de novembro de 2014

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com a Lei Municipal n. 1376, de 25 de novembro de 2014, e, tendo presentes razões de interesse público,

### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 676.300,00 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE - 03 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

PROJ/ATIV. 2.012 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..... R\$ 150.000,00

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE - 01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

PROJ/ATIV. 2.026 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..... R\$ 80.000,00

UNIDADE - 02 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

PROJ/ATIV. 1.016 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..... R\$ 391.300,00

PROJ/ATIV. 2.027 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..... R\$ 20.000,00

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

UNIDADE - 01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

PROJ/ATIV. 1.019 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - SEC AGRICULTURA

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..... R\$ 35.000,00

TOTAL SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$ 676.300,00

Art. 2º- Os recursos orçamentários para fazer face à presente abertura de crédito suplementar, correrão à conta de anulações das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 02 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE - 02 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PROJ/ATIV. 1.002 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..... R\$ 50.000,00

PROJ/ATIV. 2.004 - PROGRAMA DE INCENTIVO À INDÚSTRIA

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..... R\$ 1.000,00

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..... R\$ 2.000,00

PROJ/ATIV. 2.005 - CONTRIBUIÇÕES A FEIRAS E EXPOSIÇÕES

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..... R\$ 5.000,00

PROJ/ATIV. 2.007 - PROGRAMA DE INCENTIVO AO TURISMO

Modalidade 3.3.50.00.00.00.00.00 0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos ..... R\$ 1.000,00

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..... R\$ 1.000,00

ÓRGÃO 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE - 01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ/ATIV. 0.001 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP E OUTROS ENCARGOS

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..... R\$ 10.000,00

PROJ/ATIV. 1.003 - REFORMA DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..... R\$ 5.000,00

PROJ/ATIV. 2.008 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..... R\$ 39.000,00

PROJ/ATIV. 2.009 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..... R\$ 85.000,00

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

UNIDADE - 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV. 1.004 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS EDUCACIONAIS - ENS.FUNDAMENTAL

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..... R\$ 1.000,00

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..... R\$ 170.000,00

PROJ/ATIV. 1.005 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE - ENS. FUNDAMENTAL

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..... R\$ 20.000,00

PROJ/ATIV. 1.007 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS EDUCACIONAIS - ENS. INFANTIL

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..... R\$ 1.000,00

PROJ/ATIV. 1.008 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE - EDUC. INFANTIL

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..... R\$ 10.000,00

PROJ/ATIV. 2.016 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..... R\$ 10.000,00

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRA E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE - 01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

PROJ/ATIV. 1.012 - AQUISIÇÃO DE VEICULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - SEC. TRANSPORTES  
 Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..  
 ..... R\$ 20.300,00

ÓRGÃO 07 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 UNIDADE - 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 PROJ/ATIV. 1.024 - AQUISIÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS - FMAS  
 Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..  
 ..... R\$ 5.000,00  
 PROJ/ATIV. 1.032 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESPAÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS  
 Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..  
 ..... R\$ 50.000,00  
 PROJ/ATIV. 2.033 - MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE  
 Modalidade 3.3.50.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..  
 ..... R\$ 20.000,00

ÓRGÃO 08 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO  
 UNIDADE - 01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO  
 PROJ/ATIV. 1.026 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA PROGRAMA HABITACIONAL  
 Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..  
 ..... R\$ 170.000,00

TOTAL ANULAÇÕES ..... R\$ 676.300,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 25 de novembro de 2014.  
 Walter Kleber Kucher Junior  
 Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
 Secretário Municipal de Administração e Finanças

## DECRETO 1913/2014

DECRETO 1913, de 25 de novembro de 2014.  
 Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com a Lei Municipal n. 1352, de 25 de novembro de 2014, e, tendo presentes razões de interesse público,

### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 19.000,00 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:  
 ÓRGÃO 02 - GABINETE DO PREFEITO  
 UNIDADE - 01 - GABINETE DO PREFEITO  
 PROJ/ATIV. 2.002 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE  
 Modalidade 5 - 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..  
 ..... R\$ 4.000,00

ÓRGÃO 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
 UNIDADE - 02 - DEPARTAMENTO DE FAZENDA  
 PROJ/ATIV. 2.011 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FAZENDA

Modalidade 35 - 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..  
 ..... R\$ 10.000,00  
 PROJ/ATIV. 2.008 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
 Modalidade 22 - 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..  
 ..... R\$ 5.000,00

Art. 2º- Os recursos orçamentários para fazer face à presente abertura de crédito suplementar, correrão à conta de anulações das seguintes dotações orçamentárias:  
 ÓRGÃO 02 - GABINETE DO PREFEITO  
 UNIDADE - 01 - GABINETE DO PREFEITO  
 PROJ/ATIV. 2.002 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE  
 Modalidade 4 - 3.1.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..  
 ..... R\$ 4.000,00  
 ÓRGÃO 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
 UNIDADE - 02 - DEPARTAMENTO DE FAZENDA  
 PROJ/ATIV. 2.011 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FAZENDA  
 Modalidade 36 - 4.4.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..  
 ..... R\$ 10.000,00  
 PROJ/ATIV. 2.008 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
 Modalidade 21 - 3.3.71.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas ..  
 ..... R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 25 de novembro de 2014.  
 Walter Kleber Kucher Junior  
 Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
 Secretário Municipal de Administração e Finanças

## DECRETO 1914/2014

DECRETO 1914, de 25 de novembro de 2014.  
 Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1352, de 18 de dezembro de 2013 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 16.500,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:  
 ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 UNIDADE 02 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS  
 PROJ/ATIV - 2.028 - MANUTENÇÃO E MELHORIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA  
 3.3.90.00.00.00.00.03.0300 - Aplicações Diretas .... R\$ 16.500,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2013 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 25 de novembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1914/2014, de 25 de novembro de 2014

#### DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Exercício de 2013

Fonte de Recurso 0000 - Recursos Ordinário

Ativo Financeiro	1.917.555,44
(-) Passivo Financeiro	(437.669,53)
Superávit Financeiro	1.479.885,91
Deduções	
Decreto n.º 1837/2014	100.000,00
Decreto n.º 1846//2014	45.000,00
Decreto n.º 1847/2014	50.000,00
Decreto n.º 1851/2014	120.000,00
Decreto n.º 1853/2014	12.000,00
Decreto n.º 1856/2014	20.000,00
Decreto n.º 1862/2014	200.000,00
Decreto n.º 1868/2014	25.000,00
Decreto n.º 1872/2014	17.500,00
Decreto n.º 1875/2014	265.000,00
Decreto n.º 1877/2014	204.000,00
Decreto n.º 1879/2014	50.000,00
Decreto n.º 1880/2014	45.000,00
Decreto n.º 1893/2014	5.700,00
Decreto n.º 1896/2014	22.200,00
Decreto n.º 1902/2014	148.100,00
Decreto n.º 1914/2014	16.500,00
Total Decretos	1.346.000,00
Saldo	133.885,91

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2013- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE  
Técnico Contábil

#### DECRETO 1915/2014

DECRETO 1915, de 25 de novembro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO. E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho - Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, e autoriza da conforme Lei nº 1352 de 18 de dezembro de 2014.

#### DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Erval velho Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.160,00 para a SUPLEMENTAÇÃO da dotação abaixo;

ÓRGÃO - 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE - 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV. - 2.016 - Manutenção do Transporte Escolar

59 - 3.3.90.00.00.00.0019 ..... R\$ 23.300,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0019 Transferências do FUNDEB - Outras Despesas, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - Estado de Santa Catarina, em 25 de novembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### DECRETO 1916/2014

DECRETO 1916, de 27 de novembro de 2014.

Homologação Final das Inscrições Deferidas Relativas ao Concurso Público n. 001/2014.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal em especial no Edital n. 001/2014, de 23 de outubro de 2014, homologa as inscrições para o respectivo Concurso Público,

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições para o Concurso Público n. 001/2014, originado pelo Edital n. 001, de 23 de outubro de 2014, conforme abaixo:

#### AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS I

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
172773	ALFRINDO TELLES	522.868.199-04
172594	ALMIR SILVA DE ANDRADE	733.092.579-91
169979	ALUISIO PEREIRA	068.377.989-36
172372	GESSÉ NUNES	051.724.009-23
170837	GELSO CAMASSOLA	664.513.379-00
169987	MANOEL HENRIQUE DA SILVA	058.757.029-66
171772	WILMAR BAZZI	004.970.739-60

## AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS II

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
170020	ANA CAROLINA SCHILLER	098.390.649-16
170523	ANTONINHO AMALCABURIO	552.158.829-91
169536	CRISTIANE DE FÁTIMA GIARETTA	081.934.259-95
170870	DIONILCE ANTUNES DE OLIVEIRA	047.157.459-76
170027	LARA APARECIDA PEREIRA	085.444.229-42
169985	LILIANE TONIAL BOFF	030.639.109-02
170757	MARCIA PADILHA DA LUZ	054.879.459-69
170299	NAIANA PIOVESAN DOARTE SOARES	009.985.059-19
169441	ROSANGELA FERREIRA MENDES	938.494.519-68
172770	ROSE MARIA CANSSANIGA	054.152.859-97
172132	SANDRA DE FATIMA PEREIRA MOZZER	021.972.679-57
171944	SOLANGE DA LUZ	047.329.689-61
170933	SOLIDE CONTINI	040.052.939-48
171835	TEREZINHA APARECIDA BORIN VARELA	017.848.269-28

## MECÂNICO

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
171083	OZAIK MARCON	031.259.939-03

## MOTORISTA

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
169387	ALAN CARLOS MARCON	070.182.209-04
170468	ANDRE LUIZ VESOLSKI	069.509.199-99
169981	CARLOS ANDRE BURNIER	021.598.269-01
172669	EDSON NUNES DE AGUIAR	006.970.399-00
172595	ELIEZER NUNES	054.879.449-97
172188	FERNANDO LUIZ CONTE	046.173.569-59
171076	IVO JANDIR ALBERTI	495.202.539-04
170572	LEONARDO REINALDO	065.289.769-02
172799	MATEUS LOURENÇO DE ALMEIDA	031.766.889-70
172724	NEODIR FAGUNDES	050.668.019-36
171127	RAUL GIRARDI	079.165.689-69
170843	SAMUEL IZOMAR DE ALMEIDA	008.411.929-28
169438	VANILSON ALESSI	020.914.279-00

## OPERADOR DE MÁQUINAS

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
172193	FABIO GEMELLI	039.807.269-83
169734	JUAREZ GARCIA DOS ANJOS	668.014.609-78

## TÉCNICO EM TRIBUTOS

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
172198	ADEMILSON JUNIOR TELLES	052.029.619-28
172712	ANDRÉ LUCAS MARQUES	064.192.109-84
171596	BRUNO CESAR FRACARO	059.079.289-05
172242	CAMILA VEQUIATO ZILIO	075.767.689-83
172529	CLAUDETE DA SILVA	824.990.559-87
170524	DIANA ANDOLFATTO	098.287.119-82

170185	ELIANE PICCOLI FERREIRA LOPES	800.093.879-00
172249	FABIANA DE OLIVEIRA	007.197.269-21
169135	GELSON CAMILO DALMEDICO	029.490.489-19
172224	GUSTAVO FERREIRA LOPES	090.990.089-29
172777	JOSÉ THIAGO DE SOUZA	049.352.919-58
172187	JOSIANI TESSARI	066.748.689-57
171922	JULIA DE DEUS E SILVA	040.960.469-06
172603	JUSSARA MARTINI	037.581.789-16
172237	KAROLYNE SAVARIZ DA SILVA	069.421.949-56
170760	MAILYN STEPHANEE BITTELBRUN BORDIGNON	068.882.749-77
169556	MÁRCIO LUÍS RODRIGUES KEMER	004.724.829-71
169143	RONALDO DALLA COSTA	016.634.259-90
169915	ROSEMARI AMARAL	081.108.019-60
172790	SANDRA MARIA DA SILVA ANDRA-DE	654.086.839-15
171126	SILVANO RODRIGO PRATTO	004.570.619-01

## AGENTE ADMINISTRATIVO

172587	ANA CLAUDIA NOGUEIRA DA SILVA	076.356.979-86
172206	ANA JÚLIA KERSCHBAUMER JUN-QUEIRA DE CARVALHO	009.663.079-50
170941	CARLA BROCARDO	090.056.199-88
171793	CAROLINE BORGES DA SILVA	100.648.439-63
169964	DANIELA FATTORI	091.137.139-73
170547	DURCILEI CARDOZO DE AGUIAR	077.043.499-10
169755	EDUARDO MOISÉS PIOVESAN	005.939.219-33
169494	FRANCIELI APARECIDA TRIQUEZ	085.443.899-88
169898	ISABELLY RODRIGUES GALAN	106.259.729-02
172796	IVANETE BRUNETTO CAMARGO	753.252.179-68
172744	JULIO CESAR DE PELEGRIN	081.823.009-67
172282	JUSSARA CHRISTOFOLLI	041.262.129-06
171023	KARINA PRATTO	048.257.359-75
172257	MARIA ALBERTINA FONGARO ATUZZO COSTA	003.602.939-48
172785	MARIA LUIZA BULLA	096.306.319-70
172788	MARILETE ZACARIA	102.219.499-25
172755	NOEMI VETTORI DE OLIVEIRA	062.972.639-65
172128	ODAIR JOSE DE MORAIS	081.327.199-13
172722	PÂMELA FAGUNDES SERENA	103.635.599-30
169449	REJANE RIBEIRO RODRIGUES	307.613.558-98
171537	THIAGO PELLICOLI DEITOS	064.289.909-62
170121	VALESCA ZABLOSKI	092.651.279-02
172824	VANESSA JULIA BARATIERI	099.734.339-71

## FISCAL DE TRIBUTOS

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
172004	ALTEMIR PIOVESAN	533.181.889-72
172741	ANA LUCIA BORDIN TELESKA	572.794.979-34
172344	DANIEL AMPESSAN	037.379.139-94
172725	DOUGLAS RAYZER	051.900.569-45
172719	ELIANDRA LISOT	083.147.009-75
172231	ESTEVAN FERREIRA LOPES	078.277.829-14
172526	GILBERTO DE OLIVEIRA	005.128.229-13

172525	JERRI ADRIANE VARGAS JUNIOR	086.107.349-51
172748	JOSE RENATO PONTES	051.988.599-66
169850	JOSIAS HENRIQUE NUNES DA SILVA	101.911.649-84
172752	JULIANO DE OLIVEIRA	007.587.709-01
172695	LEANDRO FRACARO	005.756.609-70
171617	LUCAS WANDERLEI PRATTO	067.318.299-19
169756	RAFAEL LUIZ MARTINI	072.897.259-05
170278	SCHEILA LUNARDELLI	078.173.779-60
171401	SÉRGIO ALÍPIO DE MORAIS	049.172.399-74
169560	TAYNARA CAMILE TELLES	099.147.749-97
172776	THAISE SANTOS	064.710.099-17

## FISCAL SANITÁRIO

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
172110	ALINE SALES	069.733.669-70
169473	ANA ALICE SALES	082.692.729-73
172457	ANGELO HENRIQUE KUNERT DOTTI	043.523.079-47
169509	ELIAS ANTONIO DE LIMA	090.249.789-80
171089	FABIANE SANTI	076.441.459-31
171894	FABIANO MORAIS	076.401.789-67
170462	FABIO JUNIOR RECALCATTI	034.270.859-70
172017	GESSICA MASSOCO	085.414.049-27
172769	ITAMARA FERREIRA	009.205.879-50
172130	JOACIR FAGUNDES GONÇALVES	051.394.619-51
170558	JONATHAN RECH	107.292.649-04
172781	JUCEMAR CAMILO TESSER	605.721.839-68
172131	JULIO CESAR FERRARI	062.968.769-20
170340	JUSSARA DELURDES STURMER	031.689.769-89
172767	KEZI DE OLIVEIRA	082.745.289-64
171123	LAURA REINALDO	093.510.059-84
172795	LEANDRO ANTUNES	058.754.529-19
172200	LEANDRO NOVELLO	059.139.759-52
172370	LINDA INEZ BROCARDIO	068.038.479-00
172789	LUCIANO DE OLIVEIRA	006.970.059-17
172798	MARCOS ANTONIO LOURENÇO DE ALMEIDA	021.328.549-55
171092	MURILO FERREIRA PIOVESAN	091.912.509-35
171916	NORBERTO CONTE	007.759.829-62
172064	RONALDO PIOVESAN	664.505.519-68
172179	SABRINA NEVES DA SILVA	085.443.929-38
172287	SOLANGE APARECIDA CHAVES BACAROLO	020.472.329-96
171762	SOLANGE DE FÁTIMA REINALDO	029.500.389-80
172211	TATIANE AMALCABURIO TONIAL	051.274.449-17
169754	THAÍS MILENA ZANCANARO	056.564.219-70
170494	UELINSON SAMUEL BERNART	060.059.749-04

## ASSISTENTE SOCIAL

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
171419	ANDREIA LEITE DE GODOY VITTI	897.961.109-97
172267	BRUNA SUMNY POZZOBON	077.365.859-97
172592	CÁTIA GEMELLI GANZER	041.796.759-43
172762	CLARICE MOREIRA ELIAS	294.821.789-04

169958	DAIANA BERTOTTI	052.627.689-46
170080	DAIANI CRISTINA SAMORA HOFF	022.807.539-44
171888	DANIELA SILVESTREIN	054.741.969-46
172779	ELIANE WEBER	041.817.909-32
170306	FERNANDA SPIRONELO	068.021.479-80
170033	FLAVIA HELENA RECALCATTI	030.264.829-19
172467	GLÁUCIA MARIA FERREIRA CARPEGGIANI	048.069.839-26
171424	GRACIELA WEIMER	046.964.469-99
171431	KATIANE RODRIGUES DOS SANTOS	065.226.339-90
172797	LUCILENE DE FÁTIMA DOS SANTOS	933.954.349-15
171538	MILENA MAXIMINIANO	078.876.469-10
171445	ROSANI APARECIDA ISSLER	048.783.799-10
172210	ROSENI MARIA DE SOUZA	003.890.849-21
172182	SUSANA MARIA PEREIRA	060.226.139-22
170031	TATIANE DA COSTA	060.098.039-18

## ENFERMEIRO

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
170881	ADRIANA BOFF	047.379.539-62
169486	ADRIANA GALHOTTO DOS SANTOS	018.991.959-04
172253	ANDREIZA HILDA KARCH PEREIRA	056.815.359-67
169555	BRUNA PRIMO	082.649.169-37
172108	EMANUELE SANDRIN	060.145.609-20
171464	FERNANDA DRESCH SPIER	028.977.299-02
172583	GABRIELA DE MATTIA FREITAS	059.008.129-28
169477	JESSICA APARECIDA BOFF	081.132.719-10
172749	JÉSSICA REGINATO GARBO	018.602.290-50

## FARMACÊUTICO

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
169495	ANA CARLA EINSWEILLER	059.619.839-60
170129	ANGELA SGARBI	056.944.649-07
170647	BÁRBARA LUANA GOMES ROVEDA	087.086.429-74
172588	CAMILA BORILLE	039.489.649-12
172342	DÁRIO DUÍLIO PANTE	489.454.129-72
170844	GILBERTO JOSÉ DOBROWOLSKI	016.726.509-17
172116	JOANA FERRETTI MENDES	058.970.779-59
169551	LAÍS ZANCANARO	059.099.129-92
170894	MICHÉLY ZANDONÁ DOBROWOLSKI	034.251.369-92

## NUTRICIONISTA

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
169420	ANA PAULA ZANELLA	081.153.459-62
171601	ANGELA CARLA FORESTI	086.749.179-50
172585	ANGÉLICA CRISTINA TRAMONTIN	074.270.539-07
172254	BRUNA GLEMBOSKI SPADER	072.370.269-17
172704	CHAIANA BORSOI	077.731.319-70

172269	DAYANE FISCHER	081.237.789-37
171184	KARINE SILVESTREIN	077.192.149-78
172139	MICHELE ROSSI	095.973.819-31
170604	SABRINA CELITA OSMARINI	067.845.489-22
170752	TAINÁ TESSARI	071.190.559-25

**PSICÓLOGO**

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
171756	ADÍLMIA MALACARNE	942.269.200-82
171633	ANA CRISTINA FINGER CAMPOS	047.314.399-22
170215	ANA PAULA MACHADO	000.156.020-44
172693	ANDREIA DE CASSIA HIBNER	063.260.989-39
169568	ANDRIELI PEREIRA DA SILVA	066.514.869-00
170341	CAMILA DE OLIVEIRA	050.292.429-29
172717	CLARISSE SIMON	040.904.719-82
172007	CÍNTIA APARECIDA FERREI	016.588.389-80
171851	DAIANE RAISEL DE MEIRA	053.063.789-86
171376	GERUSA LUCIAN	045.427.229-45
172068	GISELE APARECIDA CERVELIM	075.528.209-42
172083	GISLAINE DA SILVA	082.071.689-86
171047	JACIARA TEREZINHA RODRIGUES DA SILVA	053.823.159-90
169759	JÉSSICA CESCO	080.812.589-30
172336	KELLY FERREIRA	048.290.419-43
172133	LAIS MASSON	082.580.879-08
169571	LISANDRA DE AZAMBUJA NUNES	008.038.570-20
170518	LUCIANA GOMES DE CAMPOS	815.079.769-68
170841	MARIA ROSIMERE DA CONCEIÇÃO SILVA	055.597.344-11
171078	MARIANGELA CASANOVA	034.272.289-16
171641	MARIZA KOFFERMANN	077.603.719-69
170066	MIRIAN MEDEIROS	915.196.759-68
170750	PAULA ANDRESSA LOPES MIRI	066.728.029-40
169970	PAULA ROBERTA CIARNOSCHI	068.108.639-40
172055	TAIS MATTE	024.549.600-95
172019	TATIANA REGINA BROETTO	085.671.509-30

**PROFESSOR DE INFORMÁTICA**

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
169974	ELISIANE DE LIMA	038.667.469-89
170637	ROSELENE NARDI NEIZ	023.393.679-30

**PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS****NÃO HOUVE INSCRITOS**

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 27 de novembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 27 de novembro de 2014.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças.

**DECRETO 1916/2014**

DECRETO 1916, de 27 de novembro de 2014.

Homologação Final das Inscrições Deferidas Relativas ao Concurso Público n. 001/2014.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal em especial no Edital n. 001/2014, de 23 de outubro de 2014, homologa as inscrições para o respectivo Concurso Público,

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições para o Concurso Público n. 001/2014, originado pelo Edital n. 001, de 23 de outubro de 2014, conforme abaixo:

**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS I**

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
172773	ALFRINDO TELLES	522.868.199-04
172594	ALMIR SILVA DE ANDRADE	733.092.579-91
169979	ALUISIO PEREIRA	068.377.989-36
172372	GESSÉ NUNES	051.724.009-23
170837	GELSO CAMASSOLA	664.513.379-00
169987	MANOEL HENRIQUE DA SILVA	058.757.029-66
171772	WILMAR BAZZI	004.970.739-60

**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS II**

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
170020	ANA CAROLINA SCHILLER	098.390.649-16
170523	ANTONINHO AMALCABURIO	552.158.829-91
169536	CRISTIANE DE FÁTIMA GIARETTA	081.934.259-95
170870	DIONILCE ANTUNES DE OLIVEIRA	047.157.459-76
170027	LARA APARECIDA PEREIRA	085.444.229-42
169985	LILIANE TONIAL BOFF	030.639.109-02
170757	MARCIA PADILHA DA LUZ	054.879.459-69
170299	NAIANA PIOVESAN DOARTE SOARES	009.985.059-19
169441	ROSANGELA FERREIRA MENDES	938.494.519-68
172770	ROSE MARIA CANSSANIGA	054.152.859-97
172132	SANDRA DE FATIMA PEREIRA MOZZER	021.972.679-57
171944	SOLANGE DA LUZ	047.329.689-61
170933	SOLIDE CONTINI	040.052.939-48
171835	TEREZINHA APARECIDA BORIN VARELA	017.848.269-28

**MECÂNICO**

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
171083	OZAIR MARCON	031.259.939-03

**MOTORISTA**

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
169387	ALAN CARLOS MARCON	070.182.209-04
170468	ANDRE LUIZ VESOLSKI	069.509.199-99
169981	CARLOS ANDRE BURNIER	021.598.269-01
172669	EDSON NUNES DE AGUIAR	006.970.399-00
172595	ELIEZER NUNES	054.879.449-97

172188	FERNANDO LUIZ CONTE	046.173.569-59
171076	IVO JANDIR ALBERTI	495.202.539-04
170572	LEONARDO REINALDO	065.289.769-02
172799	MATEUS LOURENÇO DE ALMEIDA	031.766.889-70
172724	NEODIR FAGUNDES	050.668.019-36
171127	RAUL GIRARDI	079.165.689-69
170843	SAMUEL IZOMAR DE ALMEIDA	008.411.929-28
169438	VANILSON ALESSI	020.914.279-00

## OPERADOR DE MÁQUINAS

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
172193	FABIO GEMELLI	039.807.269-83
169734	JUAREZ GARCIA DOS ANJOS	668.014.609-78

## TÉCNICO EM TRIBUTOS

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
172198	ADEMILSON JUNIOR TELLES	052.029.619-28
172712	ANDRÉ LUCAS MARQUES	064.192.109-84
171596	BRUNO CESAR FRACARO	059.079.289-05
172242	CAMILA VEQUIATO ZILIO	075.767.689-83
172529	CLAUDETE DA SILVA	824.990.559-87
170524	DIANA ANDOLFATTO	098.287.119-82
170185	ELIANE PICCOLI FERREIRA LOPES	800.093.879-00
172249	FABIANA DE OLIVEIRA	007.197.269-21
169135	GELSON CAMILO DALMEDICO	029.490.489-19
172224	GUSTAVO FERREIRA LOPES	090.990.089-29
172777	JOSÉ THIAGO DE SOUZA	049.352.919-58
172187	JOSIANI TESSARI	066.748.689-57
171922	JULIA DE DEUS E SILVA	040.960.469-06
172603	JUSSARA MARTINI	037.581.789-16
172237	KAROLYNE SAVARIZ DA SILVA	069.421.949-56
170760	MAILYN STEPHANEE BITTELBRUN BORDIGNON	068.882.749-77
169556	MÁRCIO LUÍS RODRIGUES KEMER	004.724.829-71
169143	RONALDO DALLA COSTA	016.634.259-90
169915	ROSEMARI AMARAL	081.108.019-60
172790	SANDRA MARIA DA SILVA ANDRADE	654.086.839-15
171126	SILVANO RODRIGO PRATTO	004.570.619-01

## AGENTE ADMINISTRATIVO

172587	ANA CLAUDIA NOGUEIRA DA SILVA	076.356.979-86
172206	ANA JÚLIA KERSCHBAUMER JUNQUEIRA DE CARVALHO	009.663.079-50
170941	CARLA BROCARDO	090.056.199-88
171793	CAROLINE BORGES DA SILVA	100.648.439-63
169964	DANIELA FATTORI	091.137.139-73
170547	DURCILEI CARDOZO DE AGUIAR	077.043.499-10
169755	EDUARDO MOISÉS PIOVESAN	005.939.219-33
169494	FRANCIELI APARECIDA TRIQUEZ	085.443.899-88
169898	ISABELLY RODRIGUES GALAN	106.259.729-02
172796	IVANETE BRUNETTO CAMARGO	753.252.179-68
172744	JULIO CESAR DE PELEGRIN	081.823.009-67

172282	JUSSARA CHRISTOFOLLI	041.262.129-06
171023	KARINA PRATTO	048.257.359-75
172257	MARIA ALBERTINA FONGARO ATUZZO COSTA	003.602.939-48
172785	MARIA LUIZA BULLA	096.306.319-70
172788	MARILETE ZACARIA	102.219.499-25
172755	NOEMI VETTORI DE OLIVEIRA	062.972.639-65
172128	ODAIR JOSE DE MORAIS	081.327.199-13
172722	PÂMELA FAGUNDES SERENA	103.635.599-30
169449	REJANE RIBEIRO RODRIGUES	307.613.558-98
171537	THIAGO PELLICOLI DEITOS	064.289.909-62
170121	VALESCA ZABLOSKI	092.651.279-02
172824	VANESSA JULIA BARATIERI	099.734.339-71

## FISCAL DE TRIBUTOS

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
172004	ALTEMIR PIOVESAN	533.181.889-72
172741	ANA LUCIA BORDIN TELESCA	572.794.979-34
172344	DANIEL AMPESSAN	037.379.139-94
172725	DOUGLAS RAYZER	051.900.569-45
172719	ELIANDRA LISOT	083.147.009-75
172231	ESTEVAN FERREIRA LOPES	078.277.829-14
172526	GILBERTO DE OLIVEIRA	005.128.229-13
172525	JERRI ADRIANE VARGAS JUNIOR	086.107.349-51
172748	JOSE RENATO PONTES	051.988.599-66
169850	JOSIAS HENRIQUE NUNES DA SILVA	101.911.649-84
172752	JULIANO DE OLIVEIRA	007.587.709-01
172695	LEANDRO FRACARO	005.756.609-70
171617	LUCAS WANDERLEI PRATTO	067.318.299-19
169756	RAFAEL LUIZ MARTINI	072.897.259-05
170278	SCHEILA LUNARDELLI	078.173.779-60
171401	SÉRGIO ALÍPIO DE MORAIS	049.172.399-74
169560	TAYNARA CAMILE TELLES	099.147.749-97
172776	THAISE SANTOS	064.710.099-17

## FISCAL SANITÁRIO

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
172110	ALINE SALES	069.733.669-70
169473	ANA ALICE SALES	082.692.729-73
172457	ANGELO HENRIQUE KUNERT DOTTI	043.523.079-47
169509	ELIAS ANTONIO DE LIMA	090.249.789-80
171089	FABIANE SANTI	076.441.459-31
171894	FABIANO MORAIS	076.401.789-67
170462	FABIO JUNIOR RECALCATTI	034.270.859-70
172017	GESSICA MASSOCO	085.414.049-27
172769	ITAMARA FERREIRA	009.205.879-50
172130	JOACIR FAGUNDES GONÇALVES	051.394.619-51
170558	JONATHAN RECH	107.292.649-04
172781	JUCEMAR CAMILO TESSER	605.721.839-68
172131	JULIO CESAR FERRARI	062.968.769-20
170340	JUSSARA DELURDES STURMER	031.689.769-89
172767	KEZI DE OLIVEIRA	082.745.289-64

171123	LAURA REINALDO	093.510.059-84
172795	LEANDRO ANTUNES	058.754.529-19
172200	LEANDRO NOVELLO	059.139.759-52
172370	LINDA INEZ BROCARDI	068.038.479-00
172789	LUCIANO DE OLIVEIRA	006.970.059-17
172798	MARCOS ANTONIO LOURENÇO DE ALMEIDA	021.328.549-55
171092	MURILO FERREIRA PIOVESAN	091.912.509-35
171916	NORBERTO CONTE	007.759.829-62
172064	RONALDO PIOVESAN	664.505.519-68
172179	SABRINA NEVES DA SILVA	085.443.929-38
172287	SOLANGE APARECIDA CHAVES BACAROLO	020.472.329-96
171762	SOLANGE DE FÁTIMA REINALDO	029.500.389-80
172211	TATIANE AMALCABURIO TONIAL	051.274.449-17
169754	THAÍS MILENA ZANCANARO	056.564.219-70
170494	UELINSON SAMUEL BERNART	060.059.749-04

## ASSISTENTE SOCIAL

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
171419	ANDREIA LEITE DE GODOY VITTI	897.961.109-97
172267	BRUNA SUMNY POZZOBON	077.365.859-97
172592	CÁTIA GEMELLI GANZER	041.796.759-43
172762	CLARICE MOREIRA ELIAS	294.821.789-04
169958	DAIANA BERTOTTI	052.627.689-46
170080	DAIANI CRISTINA SAMORA HOFF	022.807.539-44
171888	DANIELA SILVESTRI	054.741.969-46
172779	ELIANE WEBER	041.817.909-32
170306	FERNANDA SPIRONELO	068.021.479-80
170033	FLAVIA HELENA RECALCATTI	030.264.829-19
172467	GLÁUCIA MARIA FERREIRA CAR-PEGIANI	048.069.839-26
171424	GRACIELA WEIMER	046.964.469-99
171431	KATIANE RODRIGUES DOS SANTOS	065.226.339-90
172797	LUCILENE DE FÁTIMA DOS SANTOS	933.954.349-15
171538	MILENA MAXIMINIANO	078.876.469-10
171445	ROSANI APARECIDA ISSLER	048.783.799-10
172210	ROSENI MARIA DE SOUZA	003.890.849-21
172182	SUSANA MARIA PEREIRA	060.226.139-22
170031	TATIANE DA COSTA	060.098.039-18

## ENFERMEIRO

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
170881	ADRIANA BOFF	047.379.539-62
169486	ADRIANA GALHOTTO DOS SANTOS	018.991.959-04
172253	ANDREIZA HILDA KARCH PEREIRA	056.815.359-67
169555	BRUNA PRIMO	082.649.169-37
172108	EMANUELE SANDRIN	060.145.609-20
171464	FERNANDA DRESCH SPIER	028.977.299-02
172583	GABRIELA DE MATTIA FREITAS	059.008.129-28
169477	JESSICA APARECIDA BOFF	081.132.719-10
172749	JÉSSICA REGINATO GARBO	018.602.290-50

## FARMACÊUTICO

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
169495	ANA CARLA EINSWEILLER	059.619.839-60
170129	ANGELA SGARBI	056.944.649-07
170647	BÁRBARA LUANA GOMES ROVEDA	087.086.429-74
172588	CAMILA BORILLE	039.489.649-12
172342	DÁRIO DUÍLIO PANTE	489.454.129-72
170844	GILBERTO JOSÉ DOBROWOLSKI	016.726.509-17
172116	JOANA FERRETTI MENDES	058.970.779-59
169551	LAÍS ZANCANARO	059.099.129-92
170894	MICHÉLY ZANDONÁ DOBROWOLSKI	034.251.369-92

## NUTRICIONISTA

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
169420	ANA PAULA ZANELLA	081.153.459-62
171601	ANGELA CARLA FORESTI	086.749.179-50
172585	ANGÉLICA CRISTINA TRAMONTIN	074.270.539-07
172254	BRUNA GLEMBOSKI SPADER	072.370.269-17
172704	CHAIANA BORSOI	077.731.319-70
172269	DAYANE FISCHER	081.237.789-37
171184	KARINE SILVESTRI	077.192.149-78
172139	MICHELE ROSSI	095.973.819-31
170604	SABRINA CELITA OSMARINI	067.845.489-22
170752	TAINÁ TESSARI	071.190.559-25

## PSICÓLOGO

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
171756	ADÍLMIA MALACARNE	942.269.200-82
171633	ANA CRISTINA FINGER CAMPOS	047.314.399-22
170215	ANA PAULA MACHADO	000.156.020-44
172693	ANDREIA DE CASSIA HIBNER	063.260.989-39
169568	ANDRIELI PEREIRA DA SILVA	066.514.869-00
170341	CAMILA DE OLIVEIRA	050.292.429-29
172717	CLARISSE SIMON	040.904.719-82
172007	CÍNTIA APARECIDA FERRI	016.588.389-80
171851	DAIANE RAIZEL DE MEIRA	053.063.789-86
171376	GERUSA LUCIAN	045.427.229-45
172068	GISELE APARECIDA CERVILIM	075.528.209-42
172083	GISLAINE DA SILVA	082.071.689-86
171047	JACIARA TEREZINHA RODRIGUES DA SILVA	053.823.159-90
169759	JÉSSICA CESCO	080.812.589-30
172336	KELLY FERREIRA	048.290.419-43
172133	LAIS MASSON	082.580.879-08
169571	LISANDRA DE AZAMBUJA NUNES	008.038.570-20
170518	LUCIANA GOMES DE CAMPOS	815.079.769-68
170841	MARIA ROSIMERE DA CONCEIÇÃO SILVA	055.597.344-11
171078	MARIANGELA CASANOVA	034.272.289-16
171641	MARIZA KOFFERMANN	077.603.719-69
170066	MIRIAN MEDEIROS	915.196.759-68
170750	PAULA ANDRESSA LOPES MIRI	066.728.029-40
169970	PAULA ROBERTA CIARNOSCHI	068.108.639-40

172055	TAIS MATTE	024.549.600-95
172019	TATIANA REGINA BROETTO	085.671.509-30

**PROFESSOR DE INFORMÁTICA**

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
169974	ELISIANE DE LIMA	038.667.469-89
170637	ROSELENE NARDI NEIZ	023.393.679-30

**PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS****NÃO HOUVE INSCRITOS**

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 27 de novembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 27 de novembro de 2014.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças.

**EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA 001/2014 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório nº 012/2014  
Edital de Dispensa de Licitação nº 001/2014  
Objeto: Recuperação do Motor da Doblo MHI 5016  
Contratado: Leonir Fattori ME  
Valor do Contrato: R\$ 5.500,00 ( Cinco mil e quinhentos reais)  
Substrato Jurídico: artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

Silvano Rodrigo Pratto  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

**EXTRATO DE EDITAL DE INEXIGIBILIDADE 003/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 053/2014  
Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 003/2014  
Objeto: Contratação de Apresentações Artísticas para as comemorações Natalinas do Município de Erval Velho.  
Contratado: GERVASIO BACKES ME  
Valor do Contrato: R\$ 8.000,00 ( Oito mil reais)  
Substrato Jurídico: artigo 25, III da Lei Federal nº 8.666/93.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO 003/2014 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

Processo Licitatório nº 013/2014  
Edital de Tomada de Preço nº 003/2014  
Objeto: Construção e Instalação de Equipamentos de Academia da Saúde.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 23 /12/2014.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Silvano Rodrigo Pratto  
Gestor do Fundo Municipal de Erval Velho.

**LEI 1377/2014**

Lei n. 1377, de 02 de dezembro de 2014.  
Autoriza Fimar Contrato de Permissão Especial de Utilização da Faixa de Domínio da Rodovia Federal BR 282 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Erval Velho autorizado a firmar com o DNIT - Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transportes através da Superintendência Regional no Estado de Santa Catarina Contrato de Permissão Especial de Utilização da Faixa de Domínio da BR 282 conforme extrato de instrumento de contrato anexo único parte integrante da presente lei.

Art.2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado efetuar a pavimentação asfáltica da via lateral numa extensão de 464 m, trecho esse denominada como Rua Adélia Primo Tessari, conforme Lei nº 1364/2014.

Parágrafo único - As despesas com a implantação e pavimentação da via correrão todas por conta do Município, não acarretando nenhum custo aos imóveis lindeiros por estes estarem inseridos no Distrito Industrial José Francisco Bordin, sendo esta área destinada à implantação de atividades econômicas com incentivos pelo Município.

Art.3º - As despesas decorrentes com a aplicação da presente lei correrão por conta de dotações próprias no orçamento vigente do Município.

Art.4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 02 de dezembro de 2014.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 02 de

dezembro de 2014.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO DA LEI N. 1377, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO Nº UT-16-023/2014-00  
CONTRATANTES

PERMISSOR - Departamento Nacional de Infraestrutura de Trans-  
portes - DNIT.  
PERMISSIONÁRIO - Município de Erval Velho.

#### OBJETO

PERMISSÃO ESPECIAL DE USO DA FAIXA DE DOMÍNIO DA BR 282/  
SC, KM 370+196m ao km 370+660m: PNV 282BSC0250 ENTR.  
BR 283(B)-SC-455 (CAMPOS NOVOS) - ENTR. SC-135 (JOAÇABA),  
com a exclusiva finalidade da sua utilização, pela PERMISSIO-  
NÁRIA, para construção de via lateral, Município de Erval Velho/SC,  
de acordo com o projeto específico aprovado pelo PERMISSOR.

#### VALOR

A ocupação que se refere ao objeto acima será sem ônus para o  
PERMISSIONÁRIO.

#### O PRAZO

O prazo de duração é de 05 (cinco) anos consecutivos e poderá  
ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que haja  
interesse das partes.

#### DA VIGÊNCIA

Será considerada como data inicial da vigência do presente con-  
trato, a data da sua publicação, em extrato no DOU - Diário Oficial  
da União.

#### DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao PERMISSIONÁRIO o recolhimento junto a Tesouraria do  
PERMISSOR, do valor correspondente a publicação deste contrato,  
em extrato, no DOU.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa  
Catarina, em 02 de dezembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA 3007/2014

PORTARIA 3007, de 20 de novembro de 2014.  
Concede Progressão Funcional a servidor que menciona.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho,  
SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, espe-  
cialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei  
Orgânica Municipal, e de acordo com os artigos 15 e 16 da Lei  
Complementar n. 020/2009, de 08 de abril de 2009,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Concede Progressão Funcional no percentual de 4%(qua-  
tro por cento) sobre o salário base a servidora Juliana Ferrari,  
ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, passando  
do nível 05-A para 05-B.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
com efeitos a partir de 01 de novembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,  
em 20 de novembro de 2014.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

#### PORTARIA 3008/2014

PORTARIA 3008, de 01 de dezembro de 2014.  
Concede férias a servidores que especifica e dá outras providên-  
cias.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especial-  
mente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007,  
de 28 de dezembro de 2001.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados pelo  
período de 30 (trinta) dias, a contar de 01 à 30 de dezembro de  
2014, conforme respectivos períodos aquisitivos:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Diego Tortelli	Motorista	12/02/2013	A	11/02/2014
Dulci Salete Filipiacki	Auxiliar Admi- nistrativo	01/06/2013	A	31/05/2014
Edeunilse Fio- rese Pratto	Téc. em Tesouraria	08/08/2013	A	07/08/2014
Jose Ademir Antunes	Agente de Serv. Gerais I	05/08/2012	A	04/08/2013
Lurdes Maria Rissotto	Agente Admi- nistrativo	04/11/2013	A	03/11/2014
Valdir Cardo- so de Aguiar	Motorista	11/01/2012	A	10/01/2013

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,  
em 01 de dezembro de 2014.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

#### PORTARIA 3009/2014

PORTARIA 3009, de 01 de dezembro de 2014.  
Concede licença maternidade à servidora que menciona e dá ou-  
tras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especial-  
mente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica  
Municipal,

#### RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Maternidade à Senhora PATRICIA DE SORDI, ocupante do cargo efetivo de Professor, pelo período de 120 (cento e vinte) dias a contar de 01 de dezembro de 2014, com término previsto para 30 de março de 2015, sem prejuízos no seu vencimento.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,  
em 01 de dezembro de 2014.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA 3010/2014**

PORTARIA 3010, de 01 de dezembro de 2014.  
Concede Nova Habilitação e Alteração de Nível Salarial por Conclusão de Curso Regular e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Nova Habilitação e Alteração de Nível Salarial a servidora KEZI DE OLIVEIRA, admitida em caráter temporário no cargo de Professor, Não Habilitada passando para o Nível 02, Classe A, no âmbito do Magistério Público Municipal, por conclusão de curso regular conforme estabelece os parágrafos 6º e 7º do art. 4º da Lei nº 1236 de 10 de junho de 2010, que alterou a Lei 0937/2001 de 27 de abril de 2001.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,  
em 01 de dezembro de 2014.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA 3011/2014**

PORTARIA 3011, de 01 de dezembro de 2014.  
Exonera Servidores Contratados em Caráter Temporário e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar os servidores contratados em caráter temporário do Quadro do Magistério Público Municipal abaixo relacionados:

Nome	Cargo	Portaria de contratação
Fernando Poggere	Professor ACT	Portaria n. 2906, de 20/02/2014
Francieli Carabolante	Professor ACT	Portaria n. 2889, de 06/02/2014
Jaqueline Storti Cassaniga	Professor ACT	Portaria n. 2903, de 19/02/2014
Josiane Regina Habech	Professor ACT	Portaria n. 2905, de 20/02/2014
Kezi de Oliveira	Professor ACT	Portaria n. 2945, de 12/05/2014
Marcia Antonia Dadalt Fedrigo	Professor ACT	Portaria n. 2965, de 01/07/2014
Paulo Roberto de Mattos	Professor ACT	Portaria n. 2871, de 16/01/2014
Sandra Andreia Recalcatti	Professor ACT	Portaria n. 2910, de 24/02/2014

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,  
em 01 de dezembro de 2014.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças.

### **PORTARIA 3012/2014**

PORTARIA 3012, de 01 de dezembro de 2014.  
Exonera Servidor Contratado em Caráter Temporário e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar a servidora SANDRA REGINA MARCON FATTORI, contratada no cargo temporário de Professor, conforme Portaria de contratação n. 2920, de 06 de março de 2014.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,  
em 01 de dezembro de 2014.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças.

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### EXTRATO ADT 1º FURINI - MEDICAMENTOS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes  
CONTRATADA: Furini Comércio atacadista e varejista de produtos farmacêuticos Ltda.  
Objeto: Aquisição de forma parcelada de medicamentos a serem destinados ao fundo municipal de saúde.  
Número do Contrato: 0004/2014  
Primeiro Termo Aditivo: Aditivo de vigência  
Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0051/2013 na Modalidade Pregão Presencial N.º 0023/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 04 de dezembro de 2014.  
ANGELA CRISTINA TRINDADE  
SECRETARIA MUNICIAPL DE SAUDE PUBLICA

### EXTRATO ADT 1º LA DALLA PORTA - MEDICAMENTOS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes  
CONTRATADA: La Dalla Porta Junior Epp.  
Objeto: Aquisição de forma parcelada de medicamentos a serem destinados ao fundo municipal de saúde.  
Número do Contrato: 0005/2014  
Primeiro Termo Aditivo: Aditivo de vigência  
Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0051/2013 na Modalidade Pregão Presencial N.º 0023/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 04 de dezembro de 2014.  
ANGELA CRISTINA TRINDADE  
SECRETARIA MUNICIAPL DE SAUDE PUBLICA

### EXTRATO ADT 1º S E R DISTRIBUIDORA - MEDICAMENTOS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes  
CONTRATADA: S & R distribuidora Ltda Me.  
Objeto: Aquisição de forma parcelada de medicamentos a serem destinados ao fundo municipal de saúde.  
Número do Contrato: 0006/2014  
Primeiro Termo Aditivo: Aditivo de vigência  
Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0051/2013 na Modalidade Pregão Presencial N.º 0023/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 04 de dezembro de 2014.  
ANGELA CRISTINA TRINDADE  
SECRETARIA MUNICIAPL DE SAUDE PUBLICA

### EXTRATO ADT 4º REUNIDAS - PASSAGENS ADITIVO DE VIGÊNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes  
CONTRATADA: Reunidas Turismo S.A.  
Objeto: Aquisição de passagens para transporte coletivo regular intermunicipal e interestadual de passageiros, através de linhas regulares e autorizadas pelo poder concedente competente, para atender a necessidade de pacientes que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do município de Faxinal dos Guedes.  
Número do Contrato: 0008/2014  
Quarto Termo Aditivo: Aditivo de prazo de vigência.  
Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0003/2014 na Modalidade Inexigibilidade de Licitação N.º 0001/2014 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 04 de dezembro de 2014.  
ANGELA CRISTINA TRINDADE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

# Forquilha

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 236/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 236/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - KTOP CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objetivo a Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para subsidiar a fiscalização das obras da Rodovia SC-445, numa extensão de 2,5 Km, objeto do contrato nº. 131/PMF/2014.

VALOR - R\$ 14.934,18 (quatorze mil novecentos e trinta e quatro reais e dezoito centavos).

VIGÊNCIA - O período de vigência do presente contrato será a partir da data de sua assinatura até 22/07/2015.

DOTAÇÃO - 0702.2017.4490 (119).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 214/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 19 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMPS Nº 01/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMPS Nº 01/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMPS Nº 03/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - BETHA SISTEMAS LTDA.

DO OBJETO - Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública, integrados, com acesso simultâneo de usuários, durante o exercício de 2014, para o Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Forquilha/SC, conforme características descritas no ANEXO I do edital de chamamento.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato FMPS 01/2014 de 31/12/2014 para 31/12/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 10 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 14/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 14/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 01/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADA - CRICIGÁS LTDA ME

DO OBJETO - Aquisição oxigênio medicinal para uso domiciliar e nas unidades de saúde, com empréstimo de acessórios, durante o exercício de 2014, no Município de Forquilha/SC, de acordo com a proposta da contratada e com as condições e especificações constantes do edital e seus anexos.

DO PRAZO - O contrato FMS nº 01/2014 terá seu vencimento prorrogado de 31/12/2014 para 31/12/2015 com base no artigo 57 da lei 8.666/93.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 18 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 20/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 20/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 39/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ASSOCIAÇÃO ANTI ALCOOL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA DE APOIO AS FAMÍLIAS DO EXTREMO SUL CATARINENSE

DO OBJETO - Credenciamento para contratação de clínica especializada no tratamento de pessoas com dependência química, em regime de internação, de caráter voluntário, involuntário e compulsório, para adultos e adolescentes de ambos os sexos, para o exercício de 2014. Tal assistência deverá atender a população do município de Forquilha.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 39/FMS/2014 de 31/12/2014 para 31/12/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 01 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 100/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 100/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 46/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - BETHA SISTEMAS LTDA

DO OBJETO - Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública, integrados, com acesso simultâneo de usuários, durante o exercício de 2014, para o município de Forquilha/SC, conforme características descritas no ANEXO I do edital de chamamento;

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato PMF 46/2014 de 31/12/2014 para 31/12/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 10 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 81/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 81/2014

DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 184/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. ME

DO OBJETO - Execução de obras de infraestrutura, construção de 01 (um) centro comunitário no Bairro Cidade Alta, Município de Forquilha, no âmbito do programa FNHIS - Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários, conforme Termo de Compromisso nº. 0352565-61/2011, firmado junto ao Ministério das Cidades.

DO VALOR - Fica acrescido o valor de R\$ 3.612,98 (Três mil seiscentos e doze reais e noventa e oito centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, devido a serviços adicionais por necessidade da obra, conforme solicitação

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 184/PMF/2011, sendo que o prazo estipulado para execução anteriormente em 28/09/2014 passará para 27/12/2014, prorrogando automaticamente a vigência do contrato para 27/03/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 24 de setembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 94/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 94/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 41/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

DO OBJETO - Contratação de empresa especializada para reconstrução de uma quadra poliesportiva para prática de educação física, com 655,20 m², na E.E.B. José Aléssio, Rua Santa Bárbara, Bairro Cidade Alta, por meio do Convênio nº. 2013TR004247 celebrado entre o Município de Forquilha/SC e o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado e Desenvol. Regional de Criciúma.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato nº. 41/PMF/2014 de 02/11/2014 para 01/01/2015 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 01/04/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 30 de outubro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 95/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 95/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 117/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA

DO OBJETO - Prestação de serviços na execução de instalações de prevenção contra incêndio no Aeroporto Diomício Freitas, localizado na Avenida Vante Rovaris, 1.085, Município de Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato nº. 117/PMF/2014 de 08/11/2014 para 06/02/2015 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 07/05/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 07 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.033, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI Nº 2.033, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA PRÓ TRANSPORTE - PAC 2 pavimentação e qualificação de vias urbanas - 3ª etapa.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Pró Transporte - PAC 2 - pavimentação e qualificação de vias urbanas, terceira etapa.

Art. 2º A adesão ao Programa Pró Transporte - PAC 2 - pavimentação e qualificação de vias urbanas, terceira etapa, propiciará o aporte de recursos ao município para financiamento da pavimentação de vias urbanas do município de Forquilha.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, até o limite de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para as propostas do Programa Pró Transporte - PAC 2 - pavimentação e qualificação de vias urbanas, terceira etapa, protocolo nº 002187.02.86/2013-78, no Ministério das Cidades.

Art. 4º Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimentos e liquidação da dívida a ser contratada, obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais e notadamente o que dispõe o normativo do Senado Federal, bem como as normas específicas da Caixa Econômica Federal.

Art. 5º O prazo e a forma definitiva de pagamento do principal reajustável, acrescidos dos juros e demais encargos incidentes sobre as operações financeiras, obedecidos os limites desta Lei, serão estabelecidos pelo Chefe do Poder Executivo com a entidade financiadora.

Art. 6º Fica o Poder Executivo obrigado a promover o empenho das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuar as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

Art. 7º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Parágrafo único. Em garantia os empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 8º Para dar continuidade ao Programa Pró Transporte - PAC 2 - pavimentação e qualificação de vias urbanas, terceira etapa, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 05 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 05 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

## LEI Nº 2.034, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 2.034, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E ALTERAR DISPOSITIVOS DAS LEIS Nº 1902/13, Nº 2013/14 E Nº 2025/14, QUE DISPÕEM SOBRE O PPA 2014/2017, LDO DE 2015, LOA DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Forquilha, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para os seguintes programas:

Órgão: Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano

1.017 - Abertura de Avenidas, Pavimentação, Manutenção e Drenagem de Ruas e Estradas Municipais.

4.4.90.00.01.83 - Aplicações Diretas ..... R\$ 1.500.000,00

TOTAL .....R\$ 1.500.000,00

Art. 2º De acordo com a Lei n 4.320/64, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito adicional especial de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de Crédito autorizadas e lançadas na rubrica 2119.00.00.00 - Outras Operações de Crédito.

Parágrafo único. Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito.

Art. 3º Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do PPA 2014/2017 - Lei Municipal nº. 1902/2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias/2015 - Lei Municipal nº. 2.013/2014 e Lei Orçamentária Anual para 2015 - Lei Municipal nº. 2.025/2014, que se fizerem necessários em função da suplementação de dotações constantes da presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 05 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 05 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

## NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 23/PMF/2014

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 23/PMF/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 212/PMF/2014

OBJETO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

MOTIVO: Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze o Pregoeiro, Sr. Valdecir Tiscoski e a comissão correspondente reuniram-se para revisão do processo de licitação Pregão nº. 212/PMF/2014. Considerando diversos equívocos na listagem de marcas qualificadas e especificações dos itens, conforme anexo VI do edital de chamamento, a comissão decide por revogar o processo em questão para, posteriormente, lançar um novo processo adequando-o às necessidades na administração.

Forquilha/SC, 05 de dezembro de 2014.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2014 - PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 21/2014

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 114/2014 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 21/2014 - PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE LUBRIFICANTES, GRAXAS E AFINS PARA USO NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS VEÍCULOS da frota do Município de Forquilha/SC, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 05/07/2015.

3ª Publicação.

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 13/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 13/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IFK3018	55761981	11/12/1998	70480	244 * II	191.53
IFK3018	55761981	11/12/1998	69120	232	53.20
LYB9492	55762056	25/12/1998	50100	162 * I	574.61
LZO1325	55761971	17/11/1998	69120	232	53.20
LZO1325	55761971	17/11/1998	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 14/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 14/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABN9311	55762259	16/11/1998	60500	208	191.53
KB644	55762035	12/10/1998	65990	230 * V	191.53

LWY7105	55762128	22/01/1999	69120	232		53.20
LXX2065	55761986	08/01/1999	69120	232		53.20
LZB3117	55762039	20/10/1998	60500	208		191.53
LZG1670	55761922	13/12/1998	70300	244	* I	191.53
LZR5171	55762048	12/12/1998	68580	231	* VII	85.12
LZR5171	55762048	12/12/1998	70300	244	* I	191.53
MAG9814	55762117	01/12/1998	65990	230	* V	191.53
MAH1173	55762119	24/12/1998	65990	230	* V	191.53
MBB9010	55762045	05/12/1998	70300	244	* I	191.53
MBK5690	55761974	25/11/1998	70300	244	* I	191.53
MCT3110	55762046	05/12/1998	70300	244	* I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 17/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 17/1999**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEF5112	55761863	25/02/1998	51850	167	127.69
LXZ8928	55762118	10/01/1999	53800	181 * I	85.12
LYR6324	55762252	04/10/1998	70300	244 * I	191.53
LZT8935	55761967	04/10/1998	70300	244 * I	191.53
LZT8935	55761967	04/10/1998	70480	244 * II	191.53
MAC9641	55761907	08/09/1998	70300	244 * I	191.53
MAJ2010	55762016	20/06/1998	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 18/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 18/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACH9631	55761996	17/02/1999	53980	181 * II	53.20
GQM8013	55761988	09/02/1999	53980	181 * II	53.20
LWS1914	55761966	30/09/1998	69120	232	53.20
LXD0810	55762111	01/10/1998	70480	244 * II	191.53
LXD0810	55762111	01/10/1998	70300	244 * I	191.53
LXM6867	55762064	22/02/1999	66370	230 * IX	127.69
LYC1061	55762273	20/02/1999	70300	244 * I	191.53
LYC4767	55762032	27/08/1998	70480	244 * II	191.53
LYD1040	55762065	26/02/1999	69120	232	53.20
LYJ3913	55762151	17/09/1998	50100	162 * I	574.61
LYJ3913	55762151	17/09/1998	66370	230 * IX	127.69
LYQ9691	55762024	26/07/1998	53800	181 * I	85.12
LYR4481	55762266	31/01/1999	51420	164 c/c 162 * V	191.53
LYS4157	55761895	01/09/1998	69120	232	53.20
LYZ6401	55762060	25/01/1999	70480	244 * II	191.53
LZJ7914	55762034	20/09/1998	60500	208	191.53
LZL0520	55761991	09/02/1999	53980	181 * II	53.20
LZL0520	55761992	13/02/1999	69120	232	53.20
MAC6069	55762061	02/02/1999	52310	172	85.12
MAC7782	55762104	22/08/1998	69120	232	53.20
MAD2252	55761994	17/02/1999	54100	181 * IV	85.12
MAD2941	55761893	28/08/1998	70300	244 * I	191.53
MAD2961	55761894	28/08/1998	69120	232	53.20
MAF0132	55762253	10/10/1998	65990	230 * V	191.53
MAW6437	55762038	12/10/1998	65990	230 * V	191.53
MDY6570	55762274	26/02/1999	69120	232	53.20
RV532	55762030	23/08/1998	50100	162 * I	574.61
RV532	55762030	23/08/1998	70480	244 * II	191.53
RV532	55762030	23/08/1998	65990	230 * V	191.53
RV532	55762030	23/08/1998	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 29/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 29/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYG5183	55762206	21/06/1999	60500	208	191.53
MAV7422	55762289	17/05/1999	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 30/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 30/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BMC2196	55762202	16/05/1999	69120	232	53.20
BMC2196	55762202	16/05/1999	51850	167	127.69
ICD8451	55761930	24/04/1999	70720	244 * V	191.53
LXL7948	55761933	30/05/1999	70480	244 * II	191.53
LXX2986	55762071	28/05/1999	66100	230 * VII	127.69
LXX4887	55762288	14/05/1999	69120	232	53.20
LZH6748	55762145	11/06/1999	53800	181 * I	85.12
LZS8794	55762205	21/06/1999	60500	208	191.53
MAJ8074	55762292	10/06/1999	69120	232	53.20
MAK8215	55762290	28/05/1999	70990	244 * VII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 35/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 35/1999**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CEF4550	55762208	18/08/1999	59400	203 * III	191.53
CEL9018	55762431	25/08/1999	60500	208	191.53
LWR5573	55762293	19/06/1999	65990	230 * V	191.53
LXD0810	55762394	31/08/1999	65990	230 * V	191.53
LYH8078	55762314	17/08/1999	70480	244 * II	191.53
LYL3932	55762436	29/08/1999	70300	244 * I	191.53
LYO6287	55762435	29/08/1999	65560	230 * I	191.53
LYR6324	55762149	28/08/1999	65990	230 * V	191.53

LYR6324	55762149	28/08/1999	69120	232		53.20
LYT0778	55762209	21/08/1999	70300	244	* I	191.53
LYX8915	55762434	29/08/1999	70300	244	* I	191.53
LYZ7657	55762428	25/08/1999	69120	232		53.20
LZH7962	55762445	02/09/1999	70300	244	* I	191.53
MAE8284	55762351	30/08/1999	70480	244	* II	191.53
MAM3853	55762430	25/08/1999	70480	244	* II	191.53
MDO7970	55762432	29/08/1999	70300	244	* I	191.53
MDO7970	55762433	29/08/1999	60500	208		191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 45/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 45/1999**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICN4344	55762491	15/10/1999	70990	244 * VII	85.12
LXJ3374	55762610	28/11/1999	70480	244 * II	191.53
LXY1102	55762507	18/10/1999	67850	231 * II * a	191.53
MAH9140	55762608	24/11/1999	70480	244 * II	191.53
MAH9140	55762608	24/11/1999	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 46/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 46/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICT8246	55762630	17/11/1999	65990	230 * V	191.53
LXM0049	55762515	08/11/1999	70480	244 * II	191.53
LZR2466	55762215	01/12/1999	50100	162 * I	574.61
LZR2466	55762215	01/12/1999	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 50/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 50/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CFE7284	55762224	03/02/2000	59910	206 * I	191.53
LZC6364	55762709	17/02/2000	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

JORGE LUIZ KOCH

DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 51/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 51/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXS7110	55762732	05/03/2000	70300	244 * I	191.53
LXS7110	55762733	05/03/2000	69120	232	53.20
MAX6469	55762710	17/03/2000	69120	232	53.20
MAX6469	55762710	17/03/2000	52740	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

JORGE LUIZ KOCH

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 54/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 54/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CGC0414	55762776	31/05/2000	65990	230 * V	191.53
LWR5398	55762724	28/05/2000	55500	181 * XVIII	85.12
LWU2700	55762745	28/05/2000	50100	162 * I	574.61
LYP2694	55762591	19/05/2000	70480	244 * II	191.53
LYU8889	55762750	08/06/2000	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 57/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 57/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYI9406	55762792	17/06/2000	50370	162 * III	574.61
LYO0159	55762321	26/06/2000	60500	208	191.53

LZI1825	55762793	20/06/2000	70300	244 * I	191.53
LZI1825	55762794	20/06/2000	58350	195	127.69
MBZ2110	55762795	20/06/2000	60500	208	191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 61/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 61/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BNO3799	55762865	27/07/2000	65990	230 * V	191.53
LYQ1861	55762881	27/07/2000	51690	165	957.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 63/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.288 63/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CGF9664	55762870	13/08/2000	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LYU6104	55762874	17/08/2000	65560	230 * I	191.53
LYU6104	55762874	17/08/2000	69120	232	53.20
MBD2470	55762884	03/08/2000	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLICIA

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### ADITIVO TERMO DE COOPERAÇÃO DR. JOAQUIM 01-2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO N. 01/2014

PARTES	MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE E JOAQUIM MIRANDA DA SILVEIRA
CONTRATO:	Termo de Cooperação n. 01/2014
OBJETO:	Cooperação Técnica Voluntária tratamento neurológico e psiquiátrico.
DATA:	16 de abril de 2014
VIGÊNCIA:	Até 31.12.2014

Art. 1º - As partes do contrato epigrafado, de comum acordo e em conformidade com o previsto na Cláusula Quinta, ajustam e contratam a prorrogação do prazo de vigência do Termo de Cooperação n. 01/2014, passando a vigorar até 31/12/2015.

Art. 2º - Ficam mantidas todas as demais Cláusulas e condições do termo de cooperação que não colidirem com as modificadas no presente instrumento.

Assim por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, juntamente com duas testemunhas.

Fraiburgo(SC), 05 de dezembro de 2014.

Município de Fraiburgo	Joaquim Miranda da Silveira
Secretaria de Educação Claudete Gheller Mathias	Médico Neurologista e Psiquiatra CRM/SC 6749
Município de Fraiburgo Secretaria de Saúde Nilce Pinz	

Testemunhas:

1ª – _____	2ª – _____
------------	------------

### ADITIVO.635.2014

TERMO ADITIVO Nº 635, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014  
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 701/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/12/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 01 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ARCELINO SANTIAGO  
Contratado

### ADITIVO.676.2014

TERMO ADITIVO Nº 676, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 643/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 09/10/2014 a 08/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/03/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 01 de dezembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

NELSON CORDEIRO  
Contratado

### ADITIVO.677.2014

TERMO ADITIVO Nº 677, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 306/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/02/2014 a 19/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 18/12/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 01 de dezembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

JORGE COSTA ANDRADE  
Contratado

### ADITIVO.678.2014

TERMO ADITIVO Nº 678, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 462/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/04/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/03/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 01 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

SERGIO DOMINGUES  
Contratado

#### **ADITIVO.679.2014**

TERMO ADITIVO Nº 679, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 606/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 25/08/2014 a 19/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/03/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 01 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

MARCIA SOARES DOS SANTOS PEREIRA  
Contratado

#### **ADITIVO.680.2014**

TERMO ADITIVO Nº 680, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014  
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR  
PRAZO DETERMINADO Nº 483/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/04/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 03 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

JUCIANE DE FATIMA FERNANDES  
Contratado

#### **ADITIVO.681.2014**

TERMO ADITIVO Nº 681, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 463/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/04/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 03 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

LORENI TEREZINHA POSSERA COLOMBELLI  
Contratado

#### **ADITIVO.682.2014**

TERMO ADITIVO Nº 682, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 464/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/04/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 03 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

JACIRA MENDES DOS SANTOS  
Contratado

#### **ADITIVO.683.2014**

TERMO ADITIVO Nº 683, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014  
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 484/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/04/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 03 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

CLEUDE BIANCHI  
Contratado

**ADITIVO.684.2014**

TERMO ADITIVO Nº 684, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 488/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 05/04/2014 a 30/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 03 de dezembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

TERESINHA RAIMUNDA BALDISSERA  
Contratado

**ADITIVO.685.2014**

TERMO ADITIVO Nº 685, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014  
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 493/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/04/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 03 de dezembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

CLECI TEREZINHA RODRIGUES DOS SANTOS RUSCHEL  
Contratado

**ADITIVO.686.2014**

TERMO ADITIVO Nº 686, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 645/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/10/2014 a 09/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 03 de dezembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

NEREZIN ALVES DA ROSA SOUZA  
Contratado

**ADITIVO.687.2014**

TERMO ADITIVO Nº 687, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 646/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/10/2014 a 09/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 03 de dezembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

LEONECI HAASE  
Contratado

**ADITIVO.688.2014**

TERMO ADITIVO Nº 688, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 686/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/11/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 03 de dezembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

VERA LUCIA DE OLIVEIRA  
Contratado

**AT14PMF129**

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT14PMF129  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: AGROPECUÁRIA AMR EIRELI - ME  
Valor ..... : 23.550,00 (vinte e três mil quinhentos e cinquenta reais)  
Vigência ..... : Início: 25/11/2014 Término: 30/04/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 143/2014  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE SÊMENS BOVINOS PARA USO VETERINÁRIO, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL, QUE FAZ PARTE DO PISA - PROGRAMA DE PRODUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS AGROPECUÁRIOS EM MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0036\_2014**

Aviso da Inexigibilidade de Licitação Nº 0036/2014 - PMF  
Processo Administrativo Licitatório Nº 0232/2014  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: Serviços de revisão (com fornecimento de peças, óleos lubrificantes e mão-de-obra) das 3500 h/t da escavadeira hidráulica "Komatsu PC200-8" patrimônio nº 263, diretamente da concessionária autorizada para o Estado de Santa Catarina, MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, conforme Declaração emitida da empresa "KOMATSU BRASIL INTERNACIONAL LTDA" Contratada: MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 79.879.318/0001-44. Valor e pagamento: R\$ 2.533,19 (dois mil quinhentos e trinta e três reais e dezenove centavos) que será pago até o dia 19/12/2014 após a prestação dos serviços e emissão da nota fiscal. Fundamento Legal: Art. 25, inc. I da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo(SC), 05 de dezembro de 2014.  
Ivo Biazolo  
Prefeito Municipal

**AVISO DE REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0151 - PMF**

Aviso de Republicação do Pregão Presencial nº 0151A/2014 - PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

O Prefeito Municipal, torna público a REPUBLICAÇÃO do certame em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para o fornecimento de artigos destinados a realização de show pirotécnico nas imediações do Lago das Araucárias no dia 31.12.2014, durante as festividades de final de ano do Município de Fraiburgo. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 19.12.2014. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Recursos: 1.200 - Ordinários - Departamento de Cultura. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 05 de dezembro de 2014.  
Ivo Biazolo  
Prefeito Municipal

**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0155\_2014-PMF RP 0079**

Aviso do Pregão Presencial nº 0155/2014 - PMF  
Registro de Preços Nº 0079/2014  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de gêneros alimentícios para merenda escolar dos alunos que freqüentam a rede municipal de ensino de Fraiburgo, durante os meses de janeiro a maio de 2015. Validade da Ata de Registro de Preços: janeiro a dezembro de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 22.12.2014. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 05 de dezembro de 2014.  
Ivo Biazolo  
Prefeito Municipal

**CT14PMF167****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT14PMF167  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: FORÇA TÁTICA UNIFORMES MILITARES LTDA  
Valor ..... : 10.519,52 (dez mil quinhentos e dezenove reais e cinquenta e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 24/11/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 141/2014  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO PARA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DE FRAIBURGO.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**CT14PMF168****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT14PMF168  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: BI SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA ME  
Valor ..... : 6.000,00 (seis mil reais)  
Vigência ..... : Início: 27/11/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 33/2014  
Objeto ..... : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM FULCRO NO ART. 25, INC. III, DA LEI Nº 8.666/93 VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O GRUPO "CHARLA DE GALPÃO" DIRETAMENTE DA EMPRESA BI SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA, EMPRESA DE REPRESENTAÇÃO EXCLUSIVA, QUE SE APRESENTARÁ NA DATA DE 31/12 DO CORRENTE ANO NA PRAÇA MARIA FREY, DURANTE AS FESTIVIDADES DE FIM DE ANO.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**CT14PMF169****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT14PMF169  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: HELTON JAX CORDEIRO DOS SANTOS-ME  
Valor ..... : 18.000,00 (dezoito mil reais)  
Vigência ..... : Início: 27/11/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 34/2014  
Objeto ..... : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM FULCRO NO ART. 25, INC. III, DA LEI Nº 8.666/93 VISANDO A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA HELTON JAX CORDEIRO DOS SANTOS ME, EMPRESA DE REPRESENTAÇÃO EXCLUSIVA DA BANDA FERNANDA LIZ, A QUAL SE APRESENTARÁ NO DIA 31/12/2014 DURANTE AS FESTIVIDADES DE FIM DE ANO.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 2272/2014**

LEI Nº 2272, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014

DENOMINA RUA JOECE SALETE SAVIAN BENETTI A RUA "G" DO BAIRRO PORTAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. A via pública situada no Bairro Portal, nesta cidade, adiante relacionada, passam a ter a seguinte denominação:

Rua "G" passa a ser denominada JOECE SALETE SAVIAN BENETTI.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO - SC., 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**LEI Nº 2273/2014**

LEI Nº 2273, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014

DENOMINA RUA JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS A RUA "A" DO BAIRRO PORTAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. A via pública situada no Bairro Portal, nesta cidade, adiante relacionada, passam a ter a seguinte denominação:

Rua "A" passa a ser denominada JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO - SC., 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**LEI Nº 2274/2014**

LEI Nº 2274, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO A REALIZAR A PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a executar

projeto de pavimentação nas vias públicas que integram o sistema viário municipal:

- a) Av. Edson Luiz Chelli;
- b) Rua Alemanha;
- c) Rua Trajano Gomes Rocha;
- d) Av. Carl Fischer;
- e) Rua Hilário Marcondes Weber;
- f) Rua Nilda Dias Gomes;
- g) Av. Irmãos Schenatto;
- h) Rua Suíça;
- i) Rua Dioni Sandro Rezzadori;
- j) Av. Presidente Afonso Pena;
- k) Av. Sibila Weirich;
- l) Av. Irmãos De Carli

Parágrafo único. Fica autorizada a pavimentação de entroncamentos e adjacências das Ruas e Avenidas relacionadas neste artigo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO - SC., 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**LEI Nº 2275/2014**

LEI Nº 2275, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014

ALTERA A LEI MUNICIPAL N. 2106, DE 29 DE JUNHO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica alterada a Lei Municipal n. 2106, de 29 de junho de 2011, para incluir o parágrafo quinto ao artigo 1º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. [...]

Art. 1º-A. Ficam os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo autorizados a concederem aos agentes públicos municipais dos respectivos Poderes, inclusive conselheiros tutelares, uma vez e anualmente, até o dia 20 do mês de Dezembro, complementação do valor do vale-alimentação, correspondente a R\$ 70,00(setenta reais), iniciando no ano de 2014, por agente público que possuir vínculo com a Administração Pública direta ou indireta em data de 10 de dezembro de cada ano, cujo valor será reajustado anualmente nos termos do artigo 3º desta Lei.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução financeira da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias previstas e consignadas nos orçamentos vigentes e futuros.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO - SC., 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4015/2014**

PORTARIA N.º 4.015, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0190/2014 da Secretaria de Ação Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de DANIELE DA SILVA XAVIER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 051.266.009-31, contratado em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 30 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4016/2014**

PORTARIA N.º 4.016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 064/2014 da Fundação Municipal de Esportes e Lazer;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de THAÍS MAIRA DE MORAES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 075.588.089-79, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 13 de dezembro de 2014 até 04 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4017/2014**

PORTARIA N.º 4.017, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0195/2014 da Secretaria de Ação Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de VIVIANE VAZ COSTA ALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 092.157.619-69, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 30 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4018/2014**

PORTARIA N.º 4.018, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0196/2014, da Secretaria de Ação Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ARICLER DOMINGUES PEPES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 026.077.559-21, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, pelo período de 13 de dezembro de 2014 até 30 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4019/2014**

PORTARIA N.º 4.019, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0196/2014, da Secretaria de Ação Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora LÚCIA AMÉLIA SARTORI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 848.002.679-00, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, no período de 01 de janeiro de 2015 até 30 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4020/2014**

PORTARIA N.º 4.020, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 064/2014 da Fundação Municipal de Esportes e Lazer;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSELI DOS ANJOS RODRIGUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 649.398.809-82, contratado em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de dezembro de 2014 até 04 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4021/2014**

PORTARIA N.º 4.021, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 064/2014 da Fundação Municipal de Esportes e Lazer;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLI CARDOSO PADILHA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 946.597.109-04, contratado em caráter temporário na função de AGENTE DE

SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de dezembro de 2014 até 04 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4022/2014**

PORTARIA N.º 4.022, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01390/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LAURA BOTTCHER PORTELA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 684.401.709-04, contratado em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 20 de dezembro de 2014 até 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4023/2014**

PORTARIA N.º 4.023, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01391/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSEANE DE LARA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 043.087.819-22, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 20 de dezembro de 2014 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 4024/2014**

PORTARIA N.º 4.024, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 5597 de 02 de dezembro de 2014;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 20 (trinta) horas semanais, a carga horária da servidora VANIA MARIA FRANCESCHI VIEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 541.967.109-30, no cargo de provimento efetivo de GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL, a partir de 03 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 4025/2014**

PORTARIA Nº 4.025, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Prorroga Licença Sem Remuneração a Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 5498, de 21 de novembro de 2014;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares da servidora ANGELA GIACOMIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 060.767.159-95, nomeada no cargo de provimento efetivo de ODONTÓLOGO, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de dezembro de 2014 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **TA 0132014**

TERMO ADITIVO Nº 013, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 001/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 05/02/2013 a 31/12/2014, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 18 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

CIRLENE TEREZINHA DE JESUS  
Contratado

#### **TESTEMUNHAS:**

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

#### **TA 0142014**

TERMO ADITIVO Nº 014, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 014/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 24/06/2013 a 31/12/2014, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 24/06/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 18 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

TACIANE MITTANCK FANTIN  
Contratado

#### **TESTEMUNHAS:**

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

**TA 0152014**

TERMO ADITIVO Nº 015, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.  
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR  
PRAZO DETERMINADO Nº 006/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 15/02/2013 a 31/12/2014, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 10/02/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 18 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

WOLMIR DA SILVA  
Contratado

TESTEMUNHAS:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

**TA 0162014**

TERMO ADITIVO Nº 016, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 008/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/03/2013 a 31/12/2014, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 28/02/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 25 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

REGINALDO JOSE DE MELLO  
Contratado

TESTEMUNHAS:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

**TA 0172014**

TERMO ADITIVO Nº 017, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 010/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/04/2013 a 31/12/2014, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/03/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 25 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

HENRIQUE DIAS DE ANDRADE  
Contratado

TESTEMUNHAS:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

**TA 0182014**

TERMO ADITIVO Nº 018, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 005/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 21/05/2014 a 31/12/2014, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/03/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 25 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

EZEQUIEL DA SILVA SANTOS  
Contratado

TESTEMUNHAS:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

**TA 0192014**

TERMO ADITIVO Nº 019, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.  
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR  
PRAZO DETERMINADO Nº 004/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/02/2013 a 31/12/2014, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 25 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ADELINO DE ASSIS MOTA RODRIGUES  
Contratado

## TESTEMUNHAS:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

**TA 0202014**

TERMO ADITIVO Nº 020, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.  
QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR  
PRAZO DETERMINADO Nº 016/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/08/2013 a 31/12/2014, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/03/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 25 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ALZEMIRO DA SILVA  
Contratado

## TESTEMUNHAS:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

**TA 0212014**

TERMO ADITIVO Nº 021, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 002/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/02/2013 a 31/12/2014, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 25 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

IVAN PADILHA DE GOES  
Contratado

## TESTEMUNHAS:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

**TA14PMF121**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA14PMF121 - Contrato Nº: CT14PMF69  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA - EPP  
Vigência ..... : Início: 24/11/2014 Término: 25/12/2014  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
Nº.: 8/2014

Objeto ..... : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DA ENGENHEIRA FISCAL DA OBRA, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO REFERIDO CONTRATO PARA ATÉ O DIA 25 DE DEZEMBRO DE 2014.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**TA;AT14PMF124**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14PMF124 - Contrato Nº: AT14PMF104  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: POSTO MAÇÃ LTDA  
Vigência ..... : Início: 25/11/2014 Término: 31/03/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 115/2014  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, INC. II, "B" DA LEI Nº 8.666/93 A PEDIDO DA FORNECEDORA, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA (NOTAS FISCAIS ANTERIORES E POSTERIORES AO AUMENTO), RESOLVEM PROCEDER A REVISÃO DO ÓLEO DIESEL BIODIESEL S500 COMUM REGISTRADO.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**TA;AT14PMF125**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14PMF125 - Contrato Nº: AT14PMF74  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: POSTO MAÇÃ LTDA  
Vigência ..... : Início: 25/11/2014 Término: 28/02/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2014  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, INC. II, "B" DA LEI Nº 8.666/93 A PEDIDO DA FORNECEDORA, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA (NOTAS FISCAIS ANTERIORES E POSTERIORES AO AUMENTO), RESOLVEM PROCEDER A REVISÃO DOS COMBUSTÍVEIS REGISTRADOS.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**TA;AT14PMF126**  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14PMF126 - Contrato Nº: AT14PMF72  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP  
Vigência ..... : Início: 25/11/2014 Término: 31/03/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 76/2014  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE MARÇO DE 2015.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**TA;AT14PMF127**  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14PMF127 - Contrato Nº: AT14PMF87  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
Vigência ..... : Início: 25/11/2014 Término: 31/03/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 84/2014  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE MARÇO DE 2015.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**TA;AT14PMF128**  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14PMF128 - Contrato Nº: AT14PMF77  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP  
Vigência ..... : Início: 25/11/2014 Término: 31/03/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 82/2014  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE MARÇO DE 2015.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**TA;AT14PMF129**  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14PMF129 - Contrato Nº: AT14PMF99  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP  
Vigência ..... : Início: 25/11/2014 Término: 30/11/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 91/2014  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº

0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NAS QUANTIDADES DOS ITENS 1 AO 07 DO LOTE 1.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**TA;AT14PMF130**  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14PMF130 - Contrato Nº: AT14PMF56  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: ELIMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA  
Vigência ..... : Início: 26/11/2014 Término: 30/04/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 55/2014  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 30 DE ABRIL DE 2015.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**TA;AT14PMF131**  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14PMF131 - Contrato Nº: AT14PMF57  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: DELCIR BOESING ME  
Vigência ..... : Início: 26/11/2014 Término: 30/04/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 55/2014  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 30 DE ABRIL DE 2015.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**TA;AT14PMF132**  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14PMF132 - Contrato Nº: AT14PMF15  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: PIOVEZAN COM. EQUIP. E GASES INDUSTRIAS LTDA  
Vigência ..... : Início: 28/11/2014 Término: 30/01/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2014  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 30 DE JANEIRO DE 2015.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 2276/2014****Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**Página: 1/1  
Data: 5/12/2014

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	79.668.400,00	DESPESAS CORRENTES	67.165.500,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.157.200,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.885.022,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	900.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	800.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	602.600,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.480.478,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.509.700,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	62.209.000,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.289.900,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-6.460.400,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-6.460.400,00		
		Superavit	6.042.500,00
Total	73.208.000,00	Total	73.208.000,00
Superavit do orçamento corrente	6.042.500,00		
RECEITAS DE CAPITAL	7.075.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	12.917.500,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.850.000,00	INVESTIMENTOS	10.317.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS	220.000,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	2.600.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.000,00		
Deficit	5.842.500,00		
Total	12.917.500,00	Total	12.917.500,00
Resumo			
RECEITAS CORRENTES	79.668.400,00	99,23 %	DESPESAS CORRENTES 67.165.500,00 83,66 %
RECEITAS DE CAPITAL	7.075.000,00	8,81 %	DESPESAS DE CAPITAL 12.917.500,00 16,09 %
DEDUÇÕES DA RECEITA	-6.460.400,00	-8,05 %	RESERVA DE CONTINGENCIA 200.000,00 0,25 %
Total	80.283.000,00	100,00 %	Total 80.283.000,00 100,00 %

Fraiburgo, 19 de novembro de 2014

---

 ELVITO COLDEBELLA  
Secretario de Finanças

---

 MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador

---

 MOISES AMADEU PATRICIO  
Controlador Interno

---

 IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/3

Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		29.710.722,00	44.448.032,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		66.000,00	
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		29.644.722,00	
3.2.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		800.000,00	
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		800.000,00	
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		13.937.310,00	
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		651.500,00	
3.3.72.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos		31.000,00	
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		410.000,00	
3.3.93.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		12.819.810,00	
			25.000,00	
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			11.994.700,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		9.394.700,00	
4.4.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		11.000,00	
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		9.383.700,00	
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		2.600.000,00	
4.6.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.600.000,00	
9.0.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			200.000,00
9.9.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		200.000,00	
9.9.99.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		200.000,00	
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO</b>			<b>Total das despesas:</b>	<b>56.642.732,00</b>
			<b>Total da entidade:</b>	<b>56.642.732,00</b>
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		8.523.200,00	14.535.068,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		15.000,00	
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		8.508.200,00	
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		6.011.868,00	
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		1.392.438,00	
3.3.72.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos		5.000,00	
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		220.000,00	
			4.394.430,00	
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			239.200,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		239.200,00	
4.4.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		1.000,00	

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/3

Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		238.200,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>14.774.268,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>14.774.268,00</b>
<b>Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			967.500,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		600.000,00	
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		600.000,00	
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		367.500,00	
3.3.72.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos		20.000,00	
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		347.500,00	
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			80.000,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		80.000,00	
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		80.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>1.047.500,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>1.047.500,00</b>
<b>Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		1.458.100,00	4.844.900,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		8.100,00	
3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		1.450.000,00	
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.386.800,00	
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		6.800,00	
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		10.000,00	
3.3.72.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos		3.370.000,00	
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			453.600,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		453.600,00	
4.4.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		3.600,00	
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		450.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>5.298.500,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>5.298.500,00</b>
<b>Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.370.000,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.593.000,00	

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/3

Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.593.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		777.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		777.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			150.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		150.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		150.000,00	
Total das despesas:			2.520.000,00	
Total da entidade:			2.520.000,00	
Total geral:			80.283.000,00	

Fraiburgo, 28 de outubro de 2014

ELVITO COLDEBELLA  
Secretario de Finanças

MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador

MOISES AMADEU PATRICIO  
Controlador Interno

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/12

Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS			
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS CORRENTES			
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA TRIBUTÁRIA			
4.1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0	IMPOSTOS			
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	3.500.000,00		
4.1.1.1.2.02.0.0.0.0.0.0	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.800.000,00		
4.1.1.1.2.02.01.0.0.0.0.0	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana - Urbana	792.000,00		
4.1.1.1.2.02.02.0.0.0.0.0	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana - Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana -	504.000,00		
4.1.1.1.2.02.03.0.0.0.0.0	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.000.000,00		
4.1.1.1.2.04.0.0.0.0.0.0	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	950.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.0.0.0.0.0	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Educação	418.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.02.0.0.0	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Saúde	266.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.03.0.0.0	IRRF s/ Outros Rendimentos	266.000,00		
4.1.1.1.2.04.34.0.0.0.0.0	IRRF s/ Outros Rendimentos	50.000,00		
4.1.1.1.2.04.34.01.0.0.0	IRRF s/ Outros Rendimentos - Educação	22.000,00		
4.1.1.1.2.04.34.02.0.0.0	IRRF s/ Outros Rendimentos - Saúde	14.000,00		
4.1.1.1.2.04.34.03.0.0.0	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir	14.000,00		
4.1.1.1.2.08.0.0.0.0.0.0	Imposto Trans.de Bens Imóveis	700.000,00		
4.1.1.1.2.08.01.0.0.0.0.0	Imposto Trans.de Bens Imóveis - Educação	308.000,00		
4.1.1.1.2.08.02.0.0.0.0.0	Imposto Trans.de Bens Imóveis - Saúde	196.000,00		
4.1.1.1.2.08.03.0.0.0.0.0	Impostos sobre a Produção e a Circulação	196.000,00		
4.1.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3.200.000,00		
4.1.1.1.3.05.0.0.0.0.0.0	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	3.200.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.0.0.0.0.0	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	1.408.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.01.0.0.0	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	896.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.03.0.0.0	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	896.000,00		
4.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0	TAXAS		1.341.200,00	
4.1.1.2.1.0.0.0.0.0.0.0	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.156.200,00		
4.1.1.2.1.17.0.0.0.0.0.0	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	160.000,00		
4.1.1.2.1.22.0.0.0.0.0.0	Taxa de Serviços Administrativos	10.000,00		
4.1.1.2.1.25.0.0.0.0.0.0	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P Serviços	750.000,00		
4.1.1.2.1.27.0.0.0.0.0.0	Taxa de Apreensão e Depósito	200,00		
4.1.1.2.1.28.0.0.0.0.0.0	Taxa de Funcionamento de Estab em Horário Especial	1.000,00		
4.1.1.2.1.29.0.0.0.0.0.0	Taxa de Licença para Execução de Obras	85.000,00		
4.1.1.2.1.32.0.0.0.0.0.0	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	30.000,00		
4.1.1.2.1.99.0.0.0.0.0.0	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	120.000,00		
4.1.1.2.2.0.0.0.0.0.0.0	Taxas pela Prestação de Serviços	185.000,00		
4.1.1.2.2.28.0.0.0.0.0.0	Taxa de Cemitérios	60.000,00		
4.1.1.2.2.99.0.0.0.0.0.0	Outras Taxas de Prestação de Serviços	125.000,00		

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/12

Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.1.2.2.99.01.00.00.00	Taxa de Expediente	90.000,00		
4.1.1.2.2.99.02.00.00.00	Taxa de Embarque	10.000,00		
4.1.1.2.2.99.03.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	25.000,00		
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		800.000,00	
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares			
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		900.000,00	
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		900.000,00	
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		488.200,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS			
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	488.200,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	234.000,00		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB	150.000,00		
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB 60%	105.000,00		
4.1.3.2.5.01.02.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB 40%	45.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	36.300,00		
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - S. Educação	30.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNAE Fundamental	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNAE Fundamental	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PEJA	200,00		
4.1.3.2.5.01.05.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNAP	200,00		
4.1.3.2.5.01.05.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - Creche	200,00		
4.1.3.2.5.01.05.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - AEE	200,00		
4.1.3.2.5.01.05.08.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Infantil	200,00		
4.1.3.2.5.01.05.09.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Médio	200,00		
4.1.3.2.5.01.05.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - Transp Esc Est Fun	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.20.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. MDE - Apoio a Creches	100,00		
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec. Vinc. - CIDE	100,00		
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS	13.100,00		
4.1.3.2.5.01.10.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FNAS - PBT	500,00		
4.1.3.2.5.01.10.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FNAS - PTMC	500,00		
4.1.3.2.5.01.10.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FNAS - IGD-PBF	500,00		
4.1.3.2.5.01.10.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FNAS - PBFI	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.10.11.00.00	Rec.Remun.Dep.Banc.Transf.Estado FEAS - Investim.	100,00		
4.1.3.2.5.01.10.12.00.00	Rec. Remun Dep Banc FNAS - FEAS Benf. Event.	100,00		
4.1.3.2.5.01.10.13.00.00	Rec. Remun Dep Banc - FNAS - IGD SUAS	200,00		
4.1.3.2.5.01.10.14.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc - FNAS - FEAS Custeio	100,00		
4.1.3.2.5.01.10.15.00.00	Rec. de Remun Dep Banc FNAS - PRONATEC	10.000,00		
4.1.3.2.5.01.10.16.00.00	Rec. Remun. Recursos FNAS - SSCFV	100,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	34.500,00		
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - CO	5.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. ORTFRAI	3.000,00		

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/12  
Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Polícia Civil	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.13.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Polícia Militar	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.17.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FUNREBOM	20.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.76.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. FMDCA	500,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	254.200,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	254.200,00		
4.1.3.2.5.02.99.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. PMF	250.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. Jovens e Adult	200,00		
4.1.3.2.5.02.99.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. Creche Empresa	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.11.00.00	Rec. Concessão Transporte Coletivo	2.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Alienação de Bens	1.000,00		
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		605.700,00	
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	200.000,00		
4.1.6.0.0.03.01.00.00.00	Serviços de Transporte Rodoviário	200.000,00		
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	371.000,00		
4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Editais	2.000,00		
4.1.6.0.0.13.03.00.00.00	Serviços Especiais PM/Bombeiro	350.000,00		
4.1.6.0.0.13.07.00.00.00	Serviços de Fotocópias ou Cópias Heliográficas	4.000,00		
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serv. Administrativos	15.000,00		
4.1.6.0.0.13.99.01.00.00	Outros Serv. Administrativos - PMF	15.000,00		
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	34.700,00		
4.1.6.0.0.99.02.00.00.00	Outros Serviços - PMF Cargas de Terra	8.000,00		
4.1.6.0.0.99.04.00.00.00	Outros Serviços PMF - Recolhimento de Entulhos	1.200,00		
4.1.6.0.0.99.05.00.00.00	Outros Serviços PMF - Inseminação Artificial	500,00		
4.1.6.0.0.99.06.00.00.00	Outros Serviços PMF - Horas Máquinas	25.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		56.696.500,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		56.527.500,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União			
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	18.657.500,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	15.412.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do F.P.M.	15.400.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.01.01.00	Cota-Parte do F.P.M. - Educação	14.800.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.01.02.00	Cota-Parte do F.P.M. - Saúde	9.472.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.01.03.00	Cota-Parte do F.P.M. 1%	1.184.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do F.P.M. 1%	4.144.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.02.01.00	Cota-Parte do F.P.M. 1%	600.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.02.02.00	Cota-Parte do F.P.M. - 1% - Educação	420.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.02.02.00	Cota-Parte do Imp. s/a Propr. Territorial Rural	180.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do I.T.R.	12.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do I.T.R. - Educação	7.680,00		
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do I.T.R. - Saúde	960,00		
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00		3.360,00		

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/12  
Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	208.000,00		
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	8.000,00		
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	200.000,00		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS	281.400,00		
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PTMC	21.000,00		
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGD-PBF	45.000,00		
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBF	100.000,00		
4.1.7.2.1.34.10.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PFMC-II	78.000,00		
4.1.7.2.1.34.11.00.00.00	Transf. de Recursos FNAS - IGD-SUAS	7.500,00		
4.1.7.2.1.34.12.00.00.00	Transf. de Recursos FNAS - ACESSUAS	25.000,00		
4.1.7.2.1.34.13.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - SSCFV	4.900,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	2.636.100,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	1.955.600,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	453.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAE Fundamental	210.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAP	85.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAC	140.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.06.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNAEJA	8.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.07.00.00	Transf. Diretas do FNDE - AEE	10.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	127.500,00		
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Fundamental	96.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.02.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Infantil	4.500,00		
4.1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Médio	27.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transf Diretas do FNDE	100.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.03.00.00	Transferências Recursos FNDE - Apoio a Creches	100.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	60.000,00		
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	38.400,00		
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	4.800,00		
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	18.800,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Demais Transf. da União	60.000,00		
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Demais Transf. da União - FEX	55.000,00		
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	5.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	17.870.000,00		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	17.440.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	14.800.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS	9.472.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - Educação	1.184.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde	4.144.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	2.400.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA	1.536.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - Educação	192.000,00		

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/12

Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - Saúde	672.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	230.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	147.200,00		
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Educação	18.400,00		
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Saúde	64.400,00		
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	10.000,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	430.000,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. do Estado - Transp. Escolar	400.000,00		
4.1.7.2.2.99.03.00.00.00	Transf. de Recursos FEAS - Benefícios Eventuais	15.000,00		
4.1.7.2.2.99.05.00.00.00	Transf. de Recursos do FEAS - Custeio	15.000,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	20.000.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	20.000.000,00		
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	14.000.000,00		
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	6.000.000,00	144.000,00	
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas			
4.1.7.3.0.02.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas - (FMDCA)	1.000,00		
4.1.7.3.0.03.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas (Jovens e Adultos	3.000,00		
4.1.7.3.0.04.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas - Creches	140.000,00		
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas		25.000,00	
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.232.400,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		627.900,00	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	87.500,00		
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	1.000,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	2.500,00		
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	1.100,00		
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Educação	700,00		
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Saúde	700,00		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	24.000,00		
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	10.560,00		
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Educação	6.720,00		
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Saúde	6.720,00		
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib. de Melhoria	35.000,00		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	25.000,00		
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	25.000,00		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	165.000,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	55.000,00		
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	24.200,00		
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Educação	15.400,00		
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Saúde	15.400,00		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	25.000,00		
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	11.000,00		

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/12  
Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.91.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Educação	7.000,00		
4.1.91.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Saúde	7.000,00		
4.1.91.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib. Melhoria	70.000,00		
4.1.91.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	15.000,00		
4.1.91.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	10.400,00		
4.1.91.8.05.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Alienação Outr Bens Imóveis	10.200,00		
4.1.91.8.05.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Alienação de Bens	10.200,00		
4.1.91.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	200,00		
4.1.91.8.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora Div. Ativa - FUNREBOM	200,00		
4.1.91.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	365.000,00		
4.1.91.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	335.000,00		
4.1.91.9.15.00.01.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	320.000,00		
4.1.91.9.15.00.02.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	15.000,00		
4.1.91.9.26.00.00.00.00	Multas Previstas na Legis. Defesa Direitos Difusos	30.000,00		
4.1.91.9.26.02.00.00.00	M Previstas Legislação Defesa Dir Difusos Outros	30.000,00		
4.1.91.9.26.02.01.00.00	Multas Relativas ao Meio Ambiente	5.000,00		
4.1.91.9.26.02.02.00.00	Multas Relativas ao Patrimônio Cultural e Histórico	5.000,00		
4.1.91.9.26.02.03.00.00	Multas Relativo a Defesa de Portadores de Deficiên	5.000,00		
4.1.91.9.26.02.04.00.00	Multas Relativas Interesse de Habitação e Urbanism	5.000,00		
4.1.91.9.26.02.05.00.00	Multas Relativas ao Interesse do Consumidor	5.000,00		
4.1.91.9.26.02.06.00.00	Multas Relativo a Outros Interesses Difusos	5.000,00		
4.1.92.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	101.000,00		
4.1.92.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES			
4.1.92.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	101.000,00		
4.1.92.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições - PMF	101.000,00		
4.1.92.2.99.06.00.00.00	Outras Restituições - FUNREBOM	100.000,00		
4.1.93.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.000,00		
4.1.93.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	491.000,00		
4.1.93.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	480.000,00		
4.1.93.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	150.000,00		
4.1.93.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Educação	66.000,00		
4.1.93.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saúde	42.000,00		
4.1.93.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	42.000,00		
4.1.93.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	80.000,00		
4.1.93.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Educação	35.200,00		
4.1.93.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Saúde	22.400,00		
4.1.93.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	22.400,00		
4.1.93.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	150.000,00		
4.1.93.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	100.000,00		
4.1.93.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	100.000,00		
4.1.93.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	11.000,00		

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/12

Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.93.2.99.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária	11.000,00		
4.1.93.2.99.01.01.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária FUNREBOM	500,00		
4.1.93.2.99.01.02.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária Alienação de Bens	10.000,00		
4.1.93.2.99.01.03.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	500,00		
4.1.99.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		12.500,00	
4.1.99.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	12.500,00		
4.1.99.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas - PMF	1.000,00		
4.1.99.0.99.02.00.00.00	Outras Receitas - FMDCA	500,00		
4.1.99.0.99.06.00.00.00	Outras Receitas - Vendas de Sucatas	1.000,00		
4.1.99.0.99.08.00.00.00	Outras Receitas - FMAS - FORUM	10.000,00		
4.2.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			7.065.000,00
4.2.1.0.0.0.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		6.850.000,00	
4.2.1.1.0.0.0.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		6.850.000,00	
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	6.850.000,00		
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais			
4.2.2.0.0.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		210.000,00	
4.2.2.1.0.0.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		155.000,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	155.000,00		
4.2.2.1.9.01.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	5.000,00		
4.2.2.1.9.03.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis - Educação			
4.2.2.2.0.0.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		55.000,00	
4.2.2.2.5.00.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos	55.000,00		
4.2.2.2.5.01.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos	40.000,00		
4.2.2.2.5.02.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos - FMHIS	15.000,00		
4.2.4.0.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		5.000,00	
4.2.4.2.0.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		5.000,00	
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	5.000,00		
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	5.000,00		
4.2.4.2.2.99.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FEAS - Investimentos			
9.0.0.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-6.460.400,00
9.1.0.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			
9.1.7.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-6.460.400,00	
9.1.7.2.0.0.0.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências			
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-2.974.400,00		
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-2.962.400,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-2.960.000,00		
9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	-2.960.000,00		
9.1.7.2.1.01.02.01.01.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	-1.894.400,00		
9.1.7.2.1.01.02.01.02.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM Educaç	-236.800,00		
9.1.7.2.1.01.02.01.03.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM Saúde	-828.800,00		

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 8/12  
Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - I.T.R.	-2.400,00		
9.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - I.T.R.	-1.536,00		
9.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - I.T.R.	-192,00		
9.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - I.T.R.	-672,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96	-12.000,00		
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96	-7.680,00		
9.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96 -	-960,00		
9.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96	-3.360,00		
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-3.486.000,00		
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-3.486.000,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	-2.960.000,00		
9.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	-1.894.400,00		
9.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS - E	-236.800,00		
9.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS Saúde	-828.800,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-480.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-307.200,00		
9.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-38.400,00		
9.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-134.400,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp.	-46.000,00		
9.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp.	-29.440,00		
9.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp.	-3.680,00		
9.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Expo	-12.880,00		
<b>Total das receitas:</b>		<b>69.368.600,00</b>		
<b>Total por entidade:</b>		<b>69.368.600,00</b>		
			35.400,00	
			35.400,00	
		35.400,00		
		35.400,00		
		35.400,00		
		8.000,00		
		1.000,00		
		1.000,00		
		1.000,00		
		3.000,00		
		200,00		
		200,00		

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL
4.1.3.2.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude
4.1.3.2.5.01.03.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PAB
4.1.3.2.5.01.03.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Farm. B. União
4.1.3.2.5.01.03.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PSF
4.1.3.2.5.01.03.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PACS
4.1.3.2.5.01.03.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Epidemiologia
4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Vig. San. União
4.1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - S. Bucal

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 9/12  
Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.5.01.03.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Farm. B. Estado	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.13.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - AB Estado	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.15.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - MAC	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.22.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - CAPS	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.26.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - SAMU	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.37.00.00	Rec. de Remun. Recursos SUS - PMAQ	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.40.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Vinc. FMS	5.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.41.00.00	Rec. Remun. Rec. Estado CIES	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.42.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. SUS - UBS S.José	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.43.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. SUS - UBS Nações	5.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.48.00.00	Transf. Recursos do SUS - DST/AIDS HEPATITE VIRAIS	1.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		5.512.500,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		5.512.500,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União			
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	5.065.500,00		
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PAB	5.065.500,00		
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Farmacia Basica	905.000,00		
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PSF	186.000,00		
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PACS	796.000,00		
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Vig. Epidemiologica	725.000,00		
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Vig. Sanitaria	56.000,00		
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Saude Bucal	30.000,00		
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - MAC União	80.000,00		
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - CAPS	1.220.000,00		
4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - SAMU	340.000,00		
4.1.7.2.1.33.18.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PMAQ	263.000,00		
4.1.7.2.1.33.21.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Rede Cegonha	421.000,00		
4.1.7.2.1.33.22.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - DST/AIDS HEPATITE VIRAIS	13.500,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	30.000,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	447.000,00		
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Farmacia Basica	447.000,00		
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado Atenção Básica	156.000,00		
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Diabetes	149.000,00		
4.1.7.2.2.33.09.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - MAC	17.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	125.000,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		15.500,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES		15.000,00	
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituiçoes			
4.1.9.2.2.99.03.00.00.00	Outras Restituiçoes - FMS			
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		500,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas			

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 10/12

Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.9.0.99.07.00.00.00	Outras Receitas - FMS	500,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			5.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		5.000,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		5.000,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	5.000,00		
4.2.2.1.9.02.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis - Saúde	5.000,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>5.568.400,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>5.568.400,00</b>
<b>Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			47.500,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		16.000,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		16.000,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	16.000,00		
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00	Taxa de Serviços Administrativos	16.000,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		31.000,00	
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS		30.000,00	
4.1.3.1.5.00.00.00.00.00	Taxa de Ocupação de Imóveis	30.000,00		
4.1.3.1.5.30.00.00.00.00	Taxa de Ocupação de Outros Imóveis	30.000,00		
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		1.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários			
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários			
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários			
4.1.3.2.5.02.99.07.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Não Vinculado - FME			
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		500,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES			
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES			
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	500,00		
4.1.9.2.2.99.04.00.00.00	Outras Restituições - FME	500,00		
4.1.9.2.2.99.04.00.00.00	Outras Restituições - FME	500,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>47.500,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>47.500,00</b>

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			5.293.500,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		1.300.000,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		1.300.000,00	
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	1.300.000,00		
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	1.300.000,00		

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 11/12  
Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.1.2.2.90.01.00.00.00	Taxa de Coleta de Lixo			
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	1.300.000,00	48.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		40.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	40.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	40.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	40.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.08.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Não vinc. SF			
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	8.000,00	8.000,00	
4.1.3.3.9.00.00.00.00.00	Outras Receitas de Concessões e Permissões			
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		3.904.000,00	
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	10.000,00		
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos	10.000,00		
4.1.6.0.0.13.99.02.00.00	Outros Serviços Administrativos - SF	10.000,00		
4.1.6.0.0.26.00.00.00.00	Serviços de Fomento de Água	3.800.000,00		
4.1.6.0.0.42.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destín Final do Esgoto	35.000,00		
4.1.6.0.0.43.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Trans/Trat/Dest Final Resid Sólido	1.000,00		
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00	Serviços de Religamento de Água	8.000,00		
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	50.000,00		
4.1.6.0.0.99.07.00.00.00	Outros Serviços - SF	50.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		41.500,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		38.000,00	
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens			
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas			
4.1.9.1.9.99.02.00.00.00	Outras Multas - SF			
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		3.000,00	
4.1.9.2.2.0.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	3.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	3.000,00		
4.1.9.2.2.99.02.00.00.00	Outras Restituições - SF	3.000,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS			
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	500,00	500,00	
4.1.9.9.0.99.10.00.00.00	Outras Receitas - SF	500,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		5.000,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		5.000,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	5.000,00		

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 12/12

Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.2.2.1.9.04.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis SF	5.000,00		
Total das receitas:				5.298.500,00
Total por entidade:				5.298.500,00
Total geral:				80.283.000,00

Fraiburgo, 28 de outubro de 2014

ELVITO COLDEBELLA  
Secretário de Finanças

MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador

MOISES AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1  
Data: 5/12/2014

Funções	Subfunções
4 Administração	31 Ação Legislativa 122 Administração Geral 123 Administração Financeira 124 Controle Interno
6 Segurança Pública	181 Policiamento 182 Defesa Civil
8 Assistência Social	243 Assistência à Criança e ao Adolescente 244 Assistência Comunitária
10 Saúde	301 Atenção Básica 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial 303 Suporte Profilático e Terapêutico 304 Vigilância Sanitária 305 Vigilância Epidemiológica
12 Educação	306 Alimentação e Nutrição 361 Ensino Fundamental 362 Ensino Médio 364 Ensino Superior 365 Educação Infantil 366 Educação de Jovens e Adultos
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana 452 Serviços Urbanos 453 Transportes Coletivos Urbanos
16 Habitação	481 Habitação Rural 482 Habitação Urbana
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
18 Gestão Ambiental	541 Preservação e Conservação Ambiental
20 Agricultura	606 Extensão Rural
22 Indústria	661 Promoção Industrial
23 Comércio e Serviços	695 Turismo
26 Transporte	782 Transporte Rodoviário
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	843 Serviço da Dívida Interna 846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

Fraiburgo, 19 de novembro de 2014

\_\_\_\_\_  
ELVITO COLDEBELLA  
Secretário de Finanças\_\_\_\_\_  
MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador\_\_\_\_\_  
MOISES AMADEU PATRICIO  
Controlador Interno\_\_\_\_\_  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/8  
Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO</b>		<b>8184000</b>	<b>43.713.732,00</b>	<b>4.545.000,00</b>	<b>56.642.732,00</b>
<b>Unidade: 02.01 Gabinete do Prefeito</b>		<b>0,00</b>	<b>2.212.284,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.212.284,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>1.282.284,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.282.284,00</b>
04	Administração		1.282.284,00		1.282.284,00
04.122	Administração Geral		1.282.284,00		1.282.284,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL		1.282.284,00		1.282.284,00
04.122.0002.2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		1.282.284,00		1.282.284,00
<b>Unidade: 02.02 Fundo Municipal dos Direitos Difusos - FMDD</b>					
		<b>0,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30.000,00</b>
04	Administração		30.000,00		30.000,00
04.122	Administração Geral		30.000,00		30.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL		30.000,00		30.000,00
04.122.0002.2.003	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FMDD		30.000,00		30.000,00
<b>Unidade: 02.03 Cultura</b>					
		<b>0,00</b>	<b>900.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>900.000,00</b>
13	Cultura		900.000,00		900.000,00
13.392	Difusão Cultural		900.000,00		900.000,00
13.392.0008	DESENVOLVIMENTO CULTURAL		900.000,00		900.000,00
13.392.0008.2.004	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS		640.000,00		640.000,00
13.392.0008.2.005	MANUTENÇÃO DAS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO		260.000,00		260.000,00
<b>Órgão: 03.00 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO</b>					
<b>Unidade: 03.01 Procuradoria Geral do Município</b>		<b>0,00</b>	<b>675.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>675.000,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>675.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>675.000,00</b>
04	Administração		675.000,00		675.000,00
04.122	Administração Geral		675.000,00		675.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL		675.000,00		675.000,00
04.122.0002.2.006	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL		675.000,00		675.000,00
<b>Órgão: 04.00 CONTROLADORIA INTERNA</b>					
<b>Unidade: 04.01 Controladoria Interna</b>		<b>0,00</b>	<b>130.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>130.000,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>130.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>130.000,00</b>
04	Administração		130.000,00		130.000,00
04.124	Controle Interno		130.000,00		130.000,00
04.124.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL		130.000,00		130.000,00
04.124.0002.2.007	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL		130.000,00		130.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/8

Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 05.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO</b>					
<b>Unidade: 05.01 Secretaria de Administração e Planejamento</b>					
04	Administração	8184000	43.713.732,00	4.545.000,00	56.642.732,00
04.122	Administração Geral	57.000,00	2.832.000,00	0,00	2.889.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL	40.000,00	2.806.000,00	0,00	2.846.000,00
04.122.0002.1.005	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				
04.122.0002.2.008	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	40.000,00	2.806.000,00		2.806.000,00
<b>Unidade: 05.02 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social</b>					
16	Habitação	17.000,00	26.000,00	0,00	43.000,00
16.481	Habitação Rural	1.000,00			1.000,00
16.481.0003	HABITAÇÃO POPULAR	1.000,00			1.000,00
16.481.0003.1.006	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS RURAL	16.000,00	26.000,00		42.000,00
16.482	Habitação Urbana	16.000,00	26.000,00		42.000,00
16.482.0003	HABITAÇÃO POPULAR	16.000,00			16.000,00
16.482.0003.1.007	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS URBANA		6.000,00		6.000,00
16.482.0003.2.009	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE HABITAÇÃO	20.000,00			20.000,00
16.482.0003.2.010	REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS E LOTEAMENTOS				
<b>Órgão: 06.00 SECRETARIA DE FINANÇAS</b>					
<b>Unidade: 06.01 Secretarias de Finanças</b>					
04	Administração	0,00	1.765.000,00	4.545.000,00	6.310.000,00
04.123	Administração Financeira	0,00	1.765.000,00	0,00	1.765.000,00
04.123.0004	GESTÃO FINANCEIRA		1.765.000,00		1.765.000,00
04.123.0004.2.011	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS		1.765.000,00		1.765.000,00
<b>Unidade: 06.02 Encargos Gerais</b>					
28	Encargos Especiais	0,00	0,00	4.545.000,00	4.545.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			4.545.000,00	4.545.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			3.400.000,00	3.400.000,00
28.843.0000.0.100	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA			3.400.000,00	3.400.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			1.145.000,00	1.145.000,00
28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			1.145.000,00	1.145.000,00
28.846.0000.0.200	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS			1.145.000,00	1.145.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/8  
Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 07.00</b>	<b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</b>	<b>8184000</b>	<b>43.713.732,00</b>	<b>4.545.000,00</b>	<b>56.642.732,00</b>
<b>Unidade: 07.01</b>	<b>Educação Geral</b>	<b>865.000,00</b>	<b>28.336.148,00</b>	<b>0,00</b>	<b>29.201.148,00</b>
		<b>865.000,00</b>	<b>28.336.148,00</b>	<b>0,00</b>	<b>29.201.148,00</b>
12	Educação				
12.306	Alimentação e Nutrição	865.000,00	28.336.148,00		29.201.148,00
12.306.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		1.411.000,00		1.411.000,00
12.306.0005.2.014	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL		1.411.000,00		1.411.000,00
12.306.0005.2.016	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL		666.400,00		666.400,00
12.306.0005.2.019	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS		723.200,00		723.200,00
12.361	Ensino Fundamental		21.400,00		21.400,00
12.361.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	685.000,00	16.050.138,00		16.735.138,00
12.361.0005.1.011	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL	685.000,00	16.050.138,00		16.735.138,00
12.361.0005.1.012	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DOS CENTROS EDUCACIONAIS	20.000,00			20.000,00
12.361.0005.1.013	CONSTRUÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DAS QUADRAS E/OU GINÁSIOS ESPORTIVOS	550.000,00			550.000,00
12.361.0005.2.015	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	115.000,00			115.000,00
12.361.0005.2.017	TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA		14.147.438,00		14.147.438,00
12.362	Ensino Médio		1.902.700,00		1.902.700,00
12.362.0006	ENSINO MÉDIO		377.200,00		377.200,00
12.362.0006.2.020	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO		377.200,00		377.200,00
12.364	Ensino Superior		450.000,00		450.000,00
12.364.0007	ENSINO SUPERIOR		450.000,00		450.000,00
12.364.0007.2.021	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO SUPERIOR		450.000,00		450.000,00
12.365	Educação Infantil		450.000,00		450.000,00
12.365.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	180.000,00	10.040.700,00		10.220.700,00
12.365.0005.1.009	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTOS DOS CEIS	180.000,00	10.040.700,00		10.220.700,00
12.365.0005.2.013	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	180.000,00	10.040.700,00		10.220.700,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		7.110,00		7.110,00
12.366.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		7.110,00		7.110,00
12.366.0005.2.018	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		7.110,00		7.110,00
<b>Órgão: 09.00</b>	<b>SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE</b>	<b>20.000,00</b>	<b>1.279.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.299.000,00</b>
<b>Unidade: 09.01</b>	<b>Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente</b>	<b>20.000,00</b>	<b>1.279.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.299.000,00</b>
18	Gestão Ambiental		42.000,00		42.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		42.000,00		42.000,00
18.541.0016	GESTÃO AMBIENTAL		42.000,00		42.000,00
18.541.0016.2.037	PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E PROGRAMAS AMBIENTAIS		42.000,00		42.000,00
20	Agricultura	20.000,00	1.237.000,00		1.257.000,00
20.606	Extensão Rural	20.000,00	1.237.000,00		1.257.000,00
20.606.0015	EXTENSÃO RURAL	20.000,00	1.237.000,00		1.257.000,00
20.606.0015.1.018	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	20.000,00			20.000,00

Página: 4/8  
Data: 5/12/2014

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/8  
Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 10.00 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA</b>					
<b>Unidade: 10.02 Segurança Pública</b>					
06	Segurança Pública				862.700,00
06.181	Policimento	10.000,00	852.700,00		862.700,00
06.181.0019	SEGURANÇA PÚBLICA	10.000,00	471.000,00		471.000,00
06.181.0019.2.045	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA		20.000,00		20.000,00
06.182	Defesa Civil		381.700,00		381.700,00
06.182.0019	SEGURANÇA PÚBLICA		381.700,00		381.700,00
06.182.0019.2.044	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM		371.700,00		371.700,00
06.182.0019.2.057	COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPEDEC		10.000,00		10.000,00
<b>Órgão: 11.00 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL</b>					
<b>Unidade: 11.01 Fundo Municipal de Assistencia Social</b>					
08	Assistência Social	0,00	1.976.500,00	0,00	1.976.500,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	1.929.500,00		1.929.500,00
08.244.0020	ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.929.500,00		1.929.500,00
08.244.0020.2.046	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.083.500,00		1.083.500,00
08.244.0021	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS		1.083.500,00		1.083.500,00
08.244.0021.2.047	MANUTENÇÃO DO CRAS		281.000,00		281.000,00
08.244.0022	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS		281.000,00		281.000,00
08.244.0022.2.048	MANUTENÇÃO DO CREAS		565.000,00		565.000,00
<b>Unidade: 11.02 Fundo Mun dos Direitos da Criança e do Adolescente</b>					
08	Assistência Social	0,00	47.000,00	0,00	47.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		47.000,00		47.000,00
08.243.0023	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		47.000,00		47.000,00
08.243.0023.2.049	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		47.000,00		47.000,00
<b>Órgão: 12.00 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>					
<b>Unidade: 12.01 Secretaria de Desenvolvimento Econômico</b>					
04	Administração	10.000,00	315.000,00	0,00	325.000,00
04.122	Administração Geral	10.000,00	315.000,00		325.000,00
04.122.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		175.000,00		175.000,00
04.122.0024.2.050	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		175.000,00		175.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/8

Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 12.00 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>					
<b>Unidade: 12.01 Secretaria de Desenvolvimento Econômico</b>					
22	Indústria				80.000,00
22.661	Promoção Industrial				80.000,00
22.661.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				80.000,00
22.661.0024.2.051	PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				60.000,00
22.661.0024.2.058	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE FRAIBURGO - FMDESENFRAI				20.000,00
23	Comércio e Serviços	10.000,00			70.000,00
23.695	Turismo	10.000,00			70.000,00
23.695.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	10.000,00			10.000,00
23.695.0024.1.029	OBRAS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO E TURISMO	10.000,00			10.000,00
23.695.0025	INCENTIVOS AO TURISMO		60.000,00		60.000,00
23.695.0025.2.052	DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO		30.000,00		30.000,00
23.695.0025.2.053	INCENTIVO A EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES TURÍSTICAS		30.000,00		30.000,00
<b>Órgão: 99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>					
<b>Unidade: 99.99 Reserva de Contingência</b>					
99	Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	200.000,00
99.999	Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	200.000,00
99.999.0028	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00
99.999.0028.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 08.00 SECRETARIA DE SAÚDE</b>					
<b>Unidade: 08.01 Fundo Municipal de Saúde</b>					
10	Saúde	61.000	14.713.268,00	0,00	14.774.268,00
10.301	Atenção Básica	61.000,00	14.713.268,00	0,00	14.774.268,00
10.301.0012	GESTÃO DO SUS				3.000,00
10.301.0012.2.031	GESTÃO DO SUS		3.000,00		3.000,00
10.301.0014	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	61.000,00			61.000,00
10.301.0014.1.015	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE	41.000,00			41.000,00
10.301.0014.1.016	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE	20.000,00			20.000,00
10.301.0009	ATENÇÃO BÁSICA				10.408.568,00
10.301.0009.2.022	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				4.937.368,00
10.301.0009.2.023	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA		3.745.000,00		3.745.000,00
10.301.0009.2.024	ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF		848.000,00		848.000,00
10.301.0009.2.025	ESTRATÉGIA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - EACS		777.000,00		777.000,00
10.301.0009.2.026	ESTRATÉGIA DE SAÚDE BUCAL - ESB		101.200,00		101.200,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/8  
Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 08.00</b>	<b>SECRETARIA DE SAÚDE</b>	<b>61000</b>	<b>14.713.268,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.774.268,00</b>
<b>Unidade: 08.01</b>	<b>Fundo Municipal de Saúde</b>	<b>61.000,00</b>	<b>14.713.268,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.774.268,00</b>
10	Saúde	61.000,00	14.713.268,00		14.774.268,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		3.158.500,00		3.158.500,00
10.302.0010	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		3.158.500,00		3.158.500,00
10.302.0010.2.027	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL		2.341.500,00		2.341.500,00
10.302.0010.2.028	MANUTENÇÃO DO SAMU		420.000,00		420.000,00
10.302.0010.2.029	MANUTENÇÃO DO CAPS		397.000,00		397.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		611.000,00		611.000,00
10.303.0011	ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA		611.000,00		611.000,00
10.303.0011.2.030	ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA		611.000,00		611.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		136.200,00		136.200,00
10.304.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		136.200,00		136.200,00
10.304.0013.2.032	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		136.200,00		136.200,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		396.000,00		396.000,00
10.305.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		396.000,00		396.000,00
10.305.0013.2.033	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		396.000,00		396.000,00
<b>Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME</b>					
<b>Órgão: 13.00</b>	<b>Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME</b>	<b>50000</b>	<b>997.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.047.500,00</b>
<b>Unidade: 13.01</b>	<b>Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME</b>	<b>50.000,00</b>	<b>997.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.047.500,00</b>
27	Desporto e Lazer	50.000,00	997.500,00		1.047.500,00
27.812	Desporto Comunitário	50.000,00	997.500,00		1.047.500,00
27.812.0026	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	50.000,00	997.500,00		1.047.500,00
27.812.0026.1.030	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE OBRAS PARA PRÁTICAS DESPORTIVAS E L	30.000,00	30.000,00		30.000,00
27.812.0026.1.031	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	20.000,00	20.000,00		20.000,00
27.812.0026.2.054	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME		997.500,00		997.500,00
<b>Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI</b>					
<b>Órgão: 14.00</b>	<b>AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO</b>	<b>400000</b>	<b>4.898.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.298.500,00</b>
<b>Unidade: 14.01</b>	<b>SANEFRAI</b>	<b>400.000,00</b>	<b>4.898.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.298.500,00</b>
17	Saneamento	400.000,00	4.898.500,00		5.298.500,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	400.000,00	4.898.500,00		5.298.500,00
17.512.0027	SANEAMENTO BÁSICO	400.000,00	4.898.500,00		5.298.500,00
17.512.0027.1.032	OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO	200.000,00	200.000,00		200.000,00
17.512.0027.1.033	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE SANEAMENTO	200.000,00	200.000,00		200.000,00
17.512.0027.2.055	MANUTENÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO		2.898.500,00		2.898.500,00
17.512.0027.2.056	COLETA E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS		2.000.000,00		2.000.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 8/8  
Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 10 - CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES</b>					
<b>Unidade: 01.01 Câmara Municipal de Vereadores</b>					
01	Legislativa	120.000,00	2.400.000,00	0,00	2.520.000,00
01.031	Ação Legislativa	120.000,00	2.400.000,00	0,00	2.520.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	120.000,00	2.400.000,00	0,00	2.520.000,00
01.031.0001.1.001	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O LEGISLATIVO	80.000,00			80.000,00
01.031.0001.1.002	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA LEGISLATIVO	40.000,00			40.000,00
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		2.400.000,00		2.400.000,00
<b>Total geral:</b>					<b>80.283.000,00</b>

ELVITO COLDEBELLA  
Secretário de Finanças

MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador

MOISES AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/4

Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa	120.000,00	2.400.000,00		2.520.000,00
01.031	Ação Legislativa	120.000,00	2.400.000,00		2.520.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	120.000,00	2.400.000,00		2.520.000,00
04	Administração	40.000,00	6.863.284,00		6.903.284,00
04.122	Administração Geral	40.000,00	4.968.284,00		5.008.284,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL	40.000,00	4.793.284,00		4.833.284,00
04.122.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		175.000,00		175.000,00
04.123	Administração Financeira		1.765.000,00		1.765.000,00
04.123.0004	GESTÃO FINANCEIRA		1.765.000,00		1.765.000,00
04.124	Controle Interno		130.000,00		130.000,00
04.124.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL		130.000,00		130.000,00
06	Segurança Pública	10.000,00	862.700,00		862.700,00
06.181	Policimento	10.000,00	471.000,00		481.000,00
06.181.0017	SERVIÇOS URBANOS	10.000,00			10.000,00
06.181.0019	SEGURANÇA PÚBLICA		471.000,00		471.000,00
06.182	Defesa Civil		381.700,00		381.700,00
06.182.0019	SEGURANÇA PÚBLICA		381.700,00		381.700,00
08	Assistência Social		1.976.500,00		1.976.500,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		47.000,00		47.000,00
08.243.0023	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		47.000,00		47.000,00
08.244	Assistência Comunitária		1.929.500,00		1.929.500,00
08.244.0020	ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.083.500,00		1.083.500,00
08.244.0021	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS		281.000,00		281.000,00
08.244.0022	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS		565.000,00		565.000,00
10	Saúde	61.000,00	14.713.268,00		14.774.268,00
10.301	Atenção Básica	61.000,00	10.411.568,00		10.472.568,00
10.301.0012	GESTÃO DO SUS		3.000,00		3.000,00
10.301.0014	INVESTIMENTOS EM SAÚDE				61.000,00
10.301.0009	ATENÇÃO BÁSICA	61.000,00	10.408.568,00		10.408.568,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		3.158.500,00		3.158.500,00
10.302.0010	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		3.158.500,00		3.158.500,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		611.000,00		611.000,00
10.303.0011	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		611.000,00		611.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		136.200,00		136.200,00
10.304.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		136.200,00		136.200,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		396.000,00		396.000,00
10.305.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		396.000,00		396.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/4

Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
10	Saúde	61.000,00	14.713.268,00		14.774.268,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		396.000,00		396.000,00
10.305.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		396.000,00		396.000,00
12	Educação	865.000,00	28.336.148,00		29.201.148,00
12.306	Alimentação e Nutrição		1.411.000,00		1.411.000,00
12.306.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		1.411.000,00		1.411.000,00
12.361	Ensino Fundamental	685.000,00	16.050.138,00		16.735.138,00
12.361.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	685.000,00	16.050.138,00		16.735.138,00
12.362	Ensino Médio		377.200,00		377.200,00
12.362.0006	ENSINO MÉDIO		377.200,00		377.200,00
12.364	Ensino Superior		450.000,00		450.000,00
12.364.0007	ENSINO SUPERIOR		450.000,00		450.000,00
12.365	Educação Infantil	180.000,00	10.040.700,00		10.220.700,00
12.365.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	180.000,00	10.040.700,00		10.220.700,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		7.110,00		7.110,00
12.366.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		7.110,00		7.110,00
13	Cultura		900.000,00		900.000,00
13.392	Difusão Cultural		900.000,00		900.000,00
13.392.0008	DESENVOLVIMENTO CULTURAL		900.000,00		900.000,00
15	Urbanismo	7.222.000,00	3.110.000,00		10.332.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	7.165.000,00	2.145.000,00		9.310.000,00
15.451.0017	SERVIÇOS URBANOS	7.165.000,00	2.145.000,00		9.310.000,00
15.452	Serviços Urbanos	50.000,00	985.000,00		1.015.000,00
15.452.0017	SERVIÇOS URBANOS	50.000,00	985.000,00		1.015.000,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	7.000,00			7.000,00
15.453.0017	SERVIÇOS URBANOS	7.000,00			7.000,00
16	Habitação	17.000,00	26.000,00		43.000,00
16.481	Habitação Rural	1.000,00			1.000,00
16.481.0003	HABITAÇÃO POPULAR	1.000,00			1.000,00
16.482	Habitação Urbana	16.000,00	26.000,00		42.000,00
16.482.0003	HABITAÇÃO POPULAR	16.000,00	26.000,00		42.000,00
17	Saneamento	400.000,00	4.898.500,00		5.298.500,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	400.000,00	4.898.500,00		5.298.500,00
17.512.0027	SANEAMENTO BÁSICO	400.000,00	4.898.500,00		5.298.500,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/4  
Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
18	Gestão Ambiental		42.000,00		42.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		42.000,00		42.000,00
18.541.0016	GESTÃO AMBIENTAL		42.000,00		42.000,00
20	Agricultura	20.000,00	1.237.000,00		1.257.000,00
20.606	Extensão Rural	20.000,00	1.237.000,00		1.257.000,00
20.606.0015	EXTENSÃO RURAL	20.000,00	1.237.000,00		1.257.000,00
22	Indústria		80.000,00		80.000,00
22.661	Promoção Industrial		80.000,00		80.000,00
22.661.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		80.000,00		80.000,00
23	Comércio e Serviços	10.000,00	60.000,00		70.000,00
23.695	Turismo	10.000,00	60.000,00		70.000,00
23.695.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	10.000,00	60.000,00		10.000,00
23.695.0025	INCENTIVOS AO TURISMO		60.000,00		60.000,00
26	Transporte		230.100,00		230.100,00
26.782	Transporte Rodoviário		230.100,00		230.100,00
26.782.0018	ESTRADAS VICINAIS		230.100,00		230.100,00
27	Desporto e Lazer	50.000,00	997.500,00		1.047.500,00
27.812	Desporto Comunitário	50.000,00	997.500,00		1.047.500,00
27.812.0026	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	50.000,00	997.500,00		1.047.500,00
28	Encargos Especiais			4.545.000,00	4.545.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			3.400.000,00	3.400.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			3.400.000,00	3.400.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			1.145.000,00	1.145.000,00
28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			1.145.000,00	1.145.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/4  
Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
99	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999.0028	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00
Total:		8.815.000,00	66.723.000,00	4.545.000,00	80.283.000,00
Total geral:		8.815.000,00	66.723.000,00	4.545.000,00	80.283.000,00

Fraiburgo, 28 de outubro de 2014

\_\_\_\_\_  
ELVITO COLDEBELLA  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador

\_\_\_\_\_  
MOISES AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/3

Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	2.520.000,00		2.520.000,00
01.031	Ação Legislativa	2.520.000,00		2.520.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	2.520.000,00		2.520.000,00
04	Administração	6.693.284,00	210.000,00	6.903.284,00
04.122	Administração Geral	4.798.284,00	210.000,00	5.008.284,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.623.284,00	210.000,00	4.833.284,00
04.122.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	175.000,00		175.000,00
04.123	Administração Financeira	1.765.000,00		1.765.000,00
04.123.0004	GESTÃO FINANCEIRA	1.765.000,00		1.765.000,00
04.124	Controle Interno	130.000,00		130.000,00
04.124.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL	130.000,00		130.000,00
06	Segurança Pública	147.000,00	715.700,00	862.700,00
06.181	Policimento	137.000,00	344.000,00	481.000,00
06.181.0017	SERVIÇOS URBANOS	10.000,00		10.000,00
06.181.0019	SEGURANÇA PÚBLICA	127.000,00	344.000,00	471.000,00
06.182	Defesa Civil	10.000,00	371.700,00	381.700,00
06.182.0019	SEGURANÇA PÚBLICA	10.000,00	371.700,00	381.700,00
08	Assistência Social	1.610.000,00	366.500,00	1.976.500,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	20.000,00	27.000,00	47.000,00
08.243.0023	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	20.000,00	27.000,00	47.000,00
08.244	Assistência Comunitária	1.590.000,00	339.500,00	1.929.500,00
08.244.0020	ASSISTÊNCIA SOCIAL	960.000,00	123.500,00	1.083.500,00
08.244.0021	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	175.000,00	106.000,00	281.000,00
08.244.0022	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	455.000,00	110.000,00	565.000,00
10	Saúde		14.774.268,00	14.774.268,00
10.301	Atenção Básica		10.472.568,00	10.472.568,00
10.301.0012	GESTÃO DO SUS		3.000,00	3.000,00
10.301.0014	INVESTIMENTOS EM SAÚDE		61.000,00	61.000,00
10.301.0009	ATENÇÃO BÁSICA		10.408.568,00	10.408.568,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		3.158.500,00	3.158.500,00
10.302.0010	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		3.158.500,00	3.158.500,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		611.000,00	611.000,00
10.303.0011	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		611.000,00	611.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		136.200,00	136.200,00
10.304.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		136.200,00	136.200,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		396.000,00	396.000,00
10.305.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		396.000,00	396.000,00
12	Educação	1.756.200,00	27.444.948,00	29.201.148,00
12.306	Alimentação e Nutrição	954.200,00	456.800,00	1.411.000,00
12.306.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	954.200,00	456.800,00	1.411.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/3

Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação	1.756.200,00	27.444.948,00	29.201.148,00
12.361	Ensino Fundamental		16.735.138,00	16.735.138,00
12.361.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		16.735.138,00	16.735.138,00
12.362	Ensino Médio			
12.362.0006	ENSINO MÉDIO	350.000,00	27.200,00	377.200,00
12.364	Ensino Superior	350.000,00	27.200,00	377.200,00
12.364.0007	ENSINO SUPERIOR	450.000,00		450.000,00
12.365	Educação Infantil	450.000,00		450.000,00
12.365.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		10.220.700,00	10.220.700,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos	2.000,00	10.220.700,00	10.220.700,00
12.366.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	2.000,00	5.110,00	7.110,00
			5.110,00	7.110,00
13	Cultura			
13.392	Difusão Cultural	900.000,00		900.000,00
13.392.0008	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	900.000,00		900.000,00
15	Urbanismo			
15.451	Infra-Estrutura Urbana	2.567.000,00	7.765.000,00	10.332.000,00
15.451.0017	SERVIÇOS URBANOS	2.450.000,00	6.860.000,00	9.310.000,00
15.452	Serviços Urbanos	2.450.000,00	6.860.000,00	9.310.000,00
15.452.0017	SERVIÇOS URBANOS	110.000,00	905.000,00	1.015.000,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	110.000,00	905.000,00	1.015.000,00
15.453.0017	SERVIÇOS URBANOS	7.000,00		7.000,00
		7.000,00		7.000,00
16	Habitação			
16.481	Habitação Rural	28.000,00	15.000,00	43.000,00
16.481.0003	HABITAÇÃO POPULAR	1.000,00		1.000,00
16.482	Habitação Urbana	1.000,00		1.000,00
16.482.0003	HABITAÇÃO POPULAR	27.000,00	15.000,00	42.000,00
		27.000,00	15.000,00	42.000,00
17	Saneamento			
17.512	Saneamento Básico Urbano	5.293.500,00	5.000,00	5.298.500,00
17.512.0027	SANEAMENTO BÁSICO	5.293.500,00	5.000,00	5.298.500,00
18	Gestão Ambiental			
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	42.000,00		42.000,00
18.541.0016	GESTÃO AMBIENTAL	42.000,00		42.000,00
20	Agricultura			
20.606	Extensão Rural	1.257.000,00		1.257.000,00
20.606.0015	EXTENSÃO RURAL	1.257.000,00		1.257.000,00
22	Indústria			
22.661	Promoção Industrial	80.000,00		80.000,00
22.661.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	80.000,00		80.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/3

Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
22	Indústria	80.000,00		80.000,00
22.661	Promoção Industrial	80.000,00		80.000,00
22.661.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	80.000,00		80.000,00
23	Comércio e Serviços	70.000,00		70.000,00
23.695	Turismo	70.000,00		70.000,00
23.695.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	10.000,00		10.000,00
23.695.0025	INCENTIVOS AO TURISMO	60.000,00		60.000,00
26	Transporte		10.100,00	230.100,00
26.782	Transporte Rodoviário		10.100,00	230.100,00
26.782.0018	ESTRADAS VICINAIS		10.100,00	230.100,00
27	Desporto e Lazer	1.047.500,00		1.047.500,00
27.812	Desporto Comunitário	1.047.500,00		1.047.500,00
27.812.0026	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	1.047.500,00		1.047.500,00
28	Encargos Especiais	4.545.000,00		4.545.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	3.400.000,00		3.400.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS	3.400.000,00		3.400.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais	1.145.000,00		1.145.000,00
28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS	1.145.000,00		1.145.000,00
99	Reserva de Contingência			200.000,00
99.999	Reserva de Contingência			200.000,00
99.999.0028	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			200.000,00
Total:		28.976.484,00	51.306.516,00	80.283.000,00
Total geral:		28.976.484,00	51.306.516,00	80.283.000,00

Fraiburgo, 28 de outubro de 2014

ELVITO COLDEBELLA  
Secretário de Finanças

MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador

MOISES AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	1.312.284,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	675.000,00	0,00	0,00
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	2.846.000,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	1.765.000,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	862.700,00
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	175.000,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	6.903.284,00	0,00	862.700,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 2/30  
Data: 5/12/2014

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.201.148,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		0,00	1.976.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	1.976.500,00	0,00	0,00	0,00	29.201.148,00

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/30  
Data: 5/12/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	43.000,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.000,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	10.332.000,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		900.000,00	0,00	10.332.000,00	43.000,00	0,00	42.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		0,00	1.257.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	80.000,00	70.000,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	1.257.000,00	0,00	80.000,00	70.000,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/30  
Data: 5/12/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Criança e Adolescente	Reserva de Contingência
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	4.545.000,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		0,00	230.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Total:		0,00	230.100,00	0,00	4.545.000,00	0,00	200.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/30

Data: 5/12/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO					
Órgão	Funções	TOTAL			
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		2.212.284,00			
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		675.000,00			
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		130.000,00			
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		2.889.000,00			
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		6.310.000,00			
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		29.201.148,00			
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		1.299.000,00			
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		11.424.800,00			
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		1.976.500,00			
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		325.000,00			
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		200.000,00			
Total:		56.642.732,00			

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/30

Data: 5/12/2014

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 8/30

Data: 5/12/2014

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	14.774.268,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	14.774.268,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 9/30  
Data: 5/12/2014

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 10/30

Data: 5/12/2014

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 11/30

Data: 5/12/2014

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Crianca e Adolescente	Reserva de Contingência
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	TOTAL					
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		14.774.268,00					
Total:		14.774.268,00					

Página: 12/30  
Data: 5/12/2014

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 15/30

Data: 5/12/2014

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 16/30  
Data: 5/12/2014

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 17/30  
Data: 5/12/2014

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Crianca e Adolescente	Reserva de Contingência
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		0,00	0,00	1.047.500,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	1.047.500,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 18/30

Data: 5/12/2014

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME						
Órgão	Funções	TOTAL				
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		1.047.500,00				
Total:		1.047.500,00				

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 20/30  
Data: 5/12/2014

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 21/30  
Data: 5/12/2014

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	5.298.500,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	5.298.500,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 22/30  
Data: 5/12/2014

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 23/30  
Data: 5/12/2014

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Crianca e Adolescente	Reserva de Contingência
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 24/30

Data: 5/12/2014

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI						
Órgão	Funções				TOTAL	
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO					5.298.500,00	
Total:					5.298.500,00	

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		2.520.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		2.520.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 28/30

Data: 5/12/2014

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 29/30

Data: 5/12/2014

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Crianca e Adolescente	Reserva de Contingência
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	TOTAL				
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		2.520.000,00				
Total:		2.520.000,00				
Total geral:		80.283.000,00				

Fraiburgo, 29 de outubro de 2014

\_\_\_\_\_  
ELVITO COLDEBELLA  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
MARCIO LUIS MACHADO  
Contador

\_\_\_\_\_  
MOISES AMADEU PATRICIO  
Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

Página: 30/30  
Data: 5/12/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/2  
Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Realizado				Fixado		LOA	
		2011	2012	2013	2014	2015			
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO									
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	35.765.659,36	40.660.231,11	43.815.530,54	41.921.990,00		44.448.032,00		
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.837.728,25	23.684.308,52	27.240.290,67	26.509.690,00		29.710.722,00		
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	122.960,09	305.595,15	576.977,86	600.000,00		800.000,00		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.804.971,02	16.670.327,44	15.998.262,01	14.812.300,00		13.937.310,00		
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	14.141.113,95	17.146.710,23	8.672.542,85	10.718.770,00		11.994.700,00		
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	13.168.905,67	16.313.047,45	6.265.071,56	8.318.770,00		9.394.700,00		
4.5.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	972.208,28	833.662,78	2.407.471,29	2.400.000,00		2.600.000,00		
7.0.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
7.7.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
9.0.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	200.000,00		200.000,00		
9.9.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	200.000,00		200.000,00		
Total por entidade:		49.906.773,31	57.806.941,34	52.488.073,39	52.840.760,00		56.642.732,00		
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO									
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	9.716.188,71	11.224.972,10	14.759.743,69	10.836.940,00		14.535.068,00		
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.692.122,56	6.504.579,59	6.468.044,07	6.665.000,00		8.523.200,00		
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.024.066,15	4.720.392,51	8.291.699,62	4.171.940,00		6.011.868,00		
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	556.171,23	843.429,52	539.304,62	1.289.300,00		239.200,00		
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	556.171,23	843.429,52	539.304,62	1.289.300,00		239.200,00		
4.5.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
7.0.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
7.7.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
9.0.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
9.9.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
Total por entidade:		10.272.359,94	12.068.401,62	15.299.048,31	12.126.240,00		14.774.268,00		
Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME									
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	757.521,66	824.869,31	831.521,53	900.000,00		967.500,00		
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	403.747,79	431.819,99	393.605,75	500.000,00		600.000,00		
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	353.773,87	393.049,32	437.915,78	400.000,00		367.500,00		
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	3.525,94	57.830,46	150.000,00		80.000,00		
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	3.525,94	57.830,46	150.000,00		80.000,00		
4.5.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
7.0.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
7.7.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
9.0.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
9.9.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Página: 2/2  
Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2011	2012	2013	2014	2015
Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME						
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		757.521,66	828.395,25	889.351,99	1.050.000,00	1.047.500,00
Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	4.350.840,34	4.836.128,62	4.199.713,62	4.575.000,00	4.844.900,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	935.927,11	982.746,22	1.110.113,59	1.420.000,00	1.458.100,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.414.913,23	3.853.382,40	3.089.600,03	3.155.000,00	3.386.800,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	423.669,44	393.147,44	384.289,06	738.000,00	453.600,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	423.669,44	393.147,44	384.289,06	738.000,00	453.600,00
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7.7.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		4.774.509,78	5.229.276,06	4.584.002,68	5.313.000,00	5.298.500,00
Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.248.412,96	1.413.326,98	1.842.013,48	2.130.000,00	2.370.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.014.381,96	1.115.804,40	1.387.193,52	1.461.610,00	1.593.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	234.031,00	297.522,58	454.819,96	668.390,00	777.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	569.211,42	754.404,62	266.436,26	170.000,00	150.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	569.211,42	754.404,62	266.436,26	170.000,00	150.000,00
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7.7.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		1.817.624,38	2.167.731,60	2.108.449,74	2.300.000,00	2.520.000,00
Total geral:		67.528.789,07	78.100.745,87	75.368.926,11	73.630.000,00	80.283.000,00

ELVITO COLDEBELLA  
Secretário de Finanças

MARCIO LUIS MACHADO  
Contador

MOISES AMADEU PATRICIO  
Controlador Interno

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal





**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Selecção: Informar valores manualmente

Página: 3/4

Data: 5/12/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2011	2012	2013	2014	2015
<b>Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME</b>						
4.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.5.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total por entidade:</b>		<b>16.168,49</b>	<b>16.113,07</b>	<b>25.983,18</b>	<b>15.800,00</b>	<b>79.000,00</b>
<b>Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI</b>						
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	RECEITAS	4.657.897,69	4.913.836,36	5.242.841,75	5.313.000,00	5.298.500,00
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	RECEITAS CORRENTES	4.657.897,69	4.913.836,36	5.242.841,75	5.313.000,00	5.293.500,00
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.226.866,43	1.211.548,74	1.304.359,91	1.300.000,00	1.300.000,00
4.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	RECEITA PATRIMONIAL	73.326,22	47.019,77	26.521,14	35.000,00	48.000,00
4.1.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.5.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	RECEITA DE SERVIÇOS	3.306.103,11	3.603.881,77	3.848.302,70	3.922.000,00	3.904.000,00
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	51.601,93	51.386,08	63.658,00	56.000,00	41.500,00
4.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
4.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
4.2.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.5.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.5.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total por entidade:</b>		<b>4.657.897,69</b>	<b>4.913.836,36</b>	<b>5.242.841,75</b>	<b>5.313.000,00</b>	<b>5.298.500,00</b>



**LEI Nº 2276, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014****ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2015.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

**Art. 1º.** O Orçamento Geral do Município de Fraiburgo para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 80.283.000,00 (oitenta milhões, duzentos e oitenta e três mil reais).

**§ 1º.** O Orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo:

Receita	R\$	69.368.600,00
Transferência Financeira Concedida	R\$	(12.725.868,00)
<b>Soma</b>	<b>R\$</b>	<b>56.642.732,00</b>
Despesa	R\$	56.442.732,00
Reserva de Contingência	R\$	200.000,00
<b>Soma</b>	<b>R\$</b>	<b>56.642.732,00</b>

**§ 2º.** O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde- FMS:

Receita	R\$	5.568.400,00
Transferência Financeira Recebida	R\$	9.205.868,00
<b>Soma</b>	<b>R\$</b>	<b>14.774.268,00</b>
Despesa	R\$	14.774.268,00
<b>Soma</b>	<b>R\$</b>	<b>14.774.268,00</b>

**§ 3º.** O Orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME:

Receita	R\$	47.500,00
Transferência Financeira Recebida	R\$	1.000.000,00
<b>Soma</b>	<b>R\$</b>	<b>1.047.500,00</b>
Despesa	R\$	1.047.500,00
<b>Soma</b>	<b>R\$</b>	<b>1.047.500,00</b>

**§ 4º.** O Orçamento da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI:

Receita	R\$	5.298.500,00
<b>Soma</b>	<b>R\$</b>	<b>5.298.500,00</b>
Despesa	R\$	5.298.500,00
<b>Soma</b>	<b>R\$</b>	<b>5.298.500,00</b>

**§ 5º.** O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores:

Receita	R\$	0,00
Transferência Financeira Recebida	R\$	2.520.000,00
<b>Soma</b>	<b>R\$</b>	<b>2.520.000,00</b>
Despesa	R\$	2.520.000,00
<b>Soma</b>	<b>R\$</b>	<b>2.520.000,00</b>

**Art. 2º.** O Orçamento da Prefeitura Municipal tem a Receita Estimada no valor de R\$ **69.368.600,00** (sessenta e nove milhões, trezentos e sessenta e oito mil e seiscentos reais), que deduzindo o valor de R\$ **12.725.868,00**

(doze milhões, setecentos e vinte e cinco mil e oitocentos e sessenta e oito reais) de Transferência Financeira a ser repassada ao Fundo Municipal de Saúde, a Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME e à Câmara Municipal de Vereadores, teremos o valor total de **R\$ 56.642.732,00** (cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e dois mil e setecentos e trinta e dois reais) e a Despesa Fixada em R\$ **56.442.732,00** (cinquenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil e setecentos e trinta e dois reais), que somado o valor de R\$ **200.000,00** (duzentos mil reais), relativo a Reserva de Contingência, teremos o valor total de R\$ **56.642.732,00** (cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e dois mil e setecentos e trinta e dois reais).

**Art. 3º.** O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde – FMS tem a Receita Estimada no valor de R\$ **5.568.400,00** (cinco milhões, quinhentos e sessenta e oito mil e quatrocentos reais), que adicionado o valor de R\$ **9.205.868,00** (nove milhões, duzentos e cinco mil e oitocentos e sessenta e oito reais) de Transferência Financeira a ser recebida da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, teremos um total de R\$ **14.774.268,00** (quatorze milhões, setecentos e setenta e quatro mil, duzentos e sessenta e oito reais) e uma Despesa Fixada em R\$ **14.774.268,00** (quatorze milhões, setecentos e setenta e quatro mil, duzentos e sessenta e oito reais).

**Art. 4º.** O Orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME tem a Receita Estimada no valor de R\$ **47.500,00** (quarenta e sete mil e quinhentos reais), que adicionado o valor de R\$ **1.000.000,00** (um milhão de reais) de Transferência Financeira a ser recebida da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, teremos um total de R\$ **1.047.500,00** (um milhão, quarenta e sete mil e quinhentos reais) e uma Despesa Fixada em R\$ **1.047.500,00** (um milhão, quarenta e sete mil e quinhentos reais).

**Art. 5º.** O Orçamento da Autarquia Municipal de Saneamento Fraiburgo - SANEFRAI tem a Receita Estimada no valor de R\$ **5.298.500,00** (cinco milhões, duzentos e noventa e oito mil e quinhentos reais) e uma Despesa Fixada em R\$ **5.298.500,00** (cinco milhões, duzentos e noventa e oito mil e quinhentos reais).

**Art. 6º.** O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores tem um valor previsto de R\$ **2.520.000,00** (dois milhões e quinhentos e vinte mil reais) de Transferência Financeira a ser recebida da Prefeitura Municipal e uma Despesa Fixada no valor de R\$ **2.520.000,00** (dois milhões e quinhentos e vinte mil reais).

**Art. 7º.** A Receita foi estimada com base na memória de cálculo, tendo como referência as arrecadações dos três últimos exercícios, 2011, 2012 e 2013.

**Parágrafo único.** A Receita está classificada de conformidade com a Portaria nº 163, de 04 de maio de 2001, e suas alterações, expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Orçamento Federal.

**Art. 8º.** A despesa foi fixada de acordo com as ações contidas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentária.

**Parágrafo único.** A Despesa será realizada de conformidade com a Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, classificando-a por Função, Subfunção e Programa, e pela Portaria nº 163 de 04 de maio de 2001 e suas alterações.

**Art. 9º.** A Receita geral do Município de Fraiburgo fica estimada em R\$ 80.283.000,00 (oitenta milhões e duzentos e oitenta e três mil reais), será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR R\$
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>73.208.000,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.157.200,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	900.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	602.600,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.509.700,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	55.748.600,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.289.900,00
- DEDUÇÃO DA RECEITA	(6.460.400,00)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>7.075.000,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.850.000,00
ALIENACÃO DE BENS	220.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.000,00
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>80.283.000,00</b>

**Art. 10.** A Despesa geral do Município de Fraiburgo fica fixada em R\$ **80.283.000,00** (oitenta milhões e duzentos e oitenta e tres mil reais), será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação segundo a natureza, distribuída da seguinte maneira.

CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	VALOR R\$
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>67.165.500,00</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.885.022,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	800.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.480.478,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>12.917.500,00</b>
INVESTIMENTOS	10.317.500,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.600.000,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>200.000,00</b>
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>80.283.000,00</b>

**Art. 11.** Os Recursos da Reserva de Contingência no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), estão fixados de conformidade com o estabelecido nas Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias e são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Parágrafo único.** A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando os limites especificados neste artigo.

**Art. 12.** Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, reconhecido pela Câmara Municipal de Vereadores e devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no artigo 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Parágrafo único.** O executivo adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I – eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V – exoneração de servidores não estáveis;
- VI – disponibilidade de servidores estáveis.

**Art. 13.** Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações orçamentárias de uma Categoria Econômica/Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outra, dentro de cada Unidade Orçamentária, Projeto, Atividade ou Operações Especiais, através de Decreto.

**Art. 14.** O Executivo Municipal está autorizado, nos termos do artigo 7º da Lei Federal 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 100% (cem por cento) da Receita Estimada para o orçamento, utilizando como fontes de recursos:

- I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II – A anulação de saldo de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III – O superavit financeiro do exercício anterior;

**Parágrafo único.** Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

**Art. 15.** Para atender dotações insuficientes na educação e na saúde, o Poder Executivo poderá efetuar o remanejamento de valores da fonte de recursos "00" (ordinário) para dotações com as fontes "01" (educação) e "02" (saúde).

**Art. 16.** Fica o Executivo Municipal autorizado a utilizar o Excesso de Arrecadação do exercício para suplementação de dotações orçamentárias insuficientes, através de Decreto.

**Art. 17.** Fica o Executivo Municipal autorizado a utilizar o Superavit Financeiro do exercício anterior para suplementação de dotações orçamentárias insuficientes, através de Decreto.

**Art. 18.** Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, através de Decreto.

**Art. 19.** As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso.

**Art. 20.** Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, de acordo com os limites estabelecidos na capacidade de endividamento da Prefeitura.

**Art. 21.** Fica estabelecido o limite de até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício antecedente para pagamento de precatórios e de requisições de pequeno valor.

**Art. 22.** Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

**Art. 23.** Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

**Art. 24.** A presente Lei vigorará a partir de 1º de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO - SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

**IVO BIAZZOLO**  
Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Página: 1/5

Data: 5/12/2014

**Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
GABINETE DO PREFEITO	2.172.284,00	40.000,00	2.212.284,00
Gabinete do Prefeito	1.262.284,00	20.000,00	1.282.284,00
Fundo Municipal dos Direitos Difusos - FMDD	30.000,00	0,00	30.000,00
Cultura	880.000,00	20.000,00	900.000,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	670.000,00	5.000,00	675.000,00
Procuradoria Geral do Município	670.000,00	5.000,00	675.000,00
CONTROLADORIA INTERNA	125.000,00	5.000,00	130.000,00
Controladoria Interna	125.000,00	5.000,00	130.000,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2.621.000,00	268.000,00	2.889.000,00
Secretaria de Administração e Planejamento	2.596.000,00	250.000,00	2.846.000,00
Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	25.000,00	18.000,00	43.000,00
SECRETARIA DE FINANÇAS	3.680.000,00	2.630.000,00	6.310.000,00
Secretaria de Finanças	1.735.000,00	30.000,00	1.765.000,00
Encargos Gerais	1.945.000,00	2.600.000,00	4.545.000,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	28.065.548,00	1.135.600,00	29.201.148,00
Educação Geral	28.065.548,00	1.135.600,00	29.201.148,00
SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	1.238.000,00	61.000,00	1.299.000,00
Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	1.238.000,00	61.000,00	1.299.000,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	3.696.800,00	7.728.000,00	11.424.800,00
Secretaria de Infraestrutura	3.235.100,00	7.327.000,00	10.562.100,00
Segurança Pública	461.700,00	401.000,00	862.700,00
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	1.914.400,00	62.100,00	1.976.500,00
Fundo Municipal de Assistência Social	1.879.400,00	50.100,00	1.929.500,00
Fundo Mun dos Direitos da Criança e do Adolescente	35.000,00	12.000,00	47.000,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	265.000,00	60.000,00	325.000,00
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	265.000,00	60.000,00	325.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			200.000,00
Reserva de Contingência			200.000,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>44.448.032,00</b>	<b>11.994.700,00</b>	<b>56.642.732,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Página: 2/5

Data: 5/12/2014

**Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
SECRETARIA DE SAÚDE	14.535.068,00	239.200,00	14.774.268,00
Fundo Municipal de Saúde	14.535.068,00	239.200,00	14.774.268,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>14.535.068,00</b>	<b>239.200,00</b>	<b>14.774.268,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Página: 3/5

Data: 5/12/2014

**Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME	967.500,00	80.000,00	1.047.500,00
Fundção Municipal de Esportes e Lazer - FME	967.500,00	80.000,00	1.047.500,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>967.500,00</b>	<b>80.000,00</b>	<b>1.047.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Página: 4/5

Data: 5/12/2014

**Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	4.844.900,00	453.600,00	5.298.500,00
SANEFRAI	4.844.900,00	453.600,00	5.298.500,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>4.844.900,00</b>	<b>453.600,00</b>	<b>5.298.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Página: 5/5

Data: 5/12/2014

**Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.370.000,00	150.000,00	2.520.000,00
Câmara Municipal de Vereadores	2.370.000,00	150.000,00	2.520.000,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>2.370.000,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>2.520.000,00</b>
<b>Total Geral:</b>	<b>67.165.500,00</b>	<b>12.917.500,00</b>	<b>80.283.000,00</b>

---

ELVITO COLDEBELLA  
Secretario de Finanças

---

MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador

---

MOISES AMADEU PATRICIO  
Controlador Interno

---

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 677-2014 EXCESSO

DECRETO Nº. 677/2014, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO, (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da Lei Orgânica do município de Frei Rogério, art. 13, § 2º da lei nº 772/2013 de 09/12/2013.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 1.480,00 (um mil quatrocentos e oitenta reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
ORGÃO	02	CHEFIA DO EXECUTIVO	
UND	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
PROJ./ATIV.	2.042	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
ELEMENTO	3.3.90.00.00.00.00.00.0189	APLICAÇÕES DIRETAS	
	120	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 1.480,00
	TOTAL		R\$ 1.480,00

Art. 2º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior ficam utilizados recursos do excesso de arrecadação da fonte a fonte 1.2.2.0.29.00.00.00.00.00 Contribuição para custeio do serviço da iluminação pública no valor R\$ 1.480,00 (um mil quatrocentos e oitenta reais), para as dotações do orçamento corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Frei Rogério, 02 de dezembro de 2014.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 678 - 2014

DECRETO Nº. 678/2014, 03 DE DEZEMBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da lei orgânica do município de Frei Rogério, art. 12, inciso II, da lei nº 772/2013 de 09/12/2013.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	02	CHEFIA DO EXECUTIVO	
Unidade:	01	GABINETE DO PREFEITO	
Proj./Ativ.	2.004	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
2	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
	TOTAL		R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, parágrafo 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 10.000,00 (dez mil reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Órgão:	02	CHEFIA DO EXECUTIVO	
Unidade:	01	GABINETE DO PREFEITO	
Proj./Ativ.	2.004	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
1	3.1.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
	TOTAL		R\$ 10.000,00

Registre-se e publique-se

Frei Rogério, 03 de dezembro de 2014.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 679 - 2014 EXCESSO

DECRETO Nº. 679/2014, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FREI ROGÉRIO, (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da lei orgânica do município de Frei Rogério, art. 13, § 2º da lei nº 772/2013 de 09/12/2013.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
ORGÃO	02	CHEFIA DO EXECUTIVO	
UND	02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
PROJ./ATIV.	2.005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	

ELEMENTO	3.3.90.00.00.00.00.00.0215	APLICAÇÕES DIRETAS	
	14	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 10.000,00
ORGÃO	03	FUNDOS MUNICIPAIS	
UND	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
PROJ./ATIV.	2.076	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
ELEMENTO	3.3.90.00.00.00.00.00.0153	APLICAÇÕES DIRETAS	
	2	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 14.000,00
	TOTAL		R\$ 24.000,00

Art. 2º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior ficam utilizados recursos do excesso de arrecadação da fonte 1.3.2.5.02.99.00.00.00 Remuneração de outros depósitos de receita não vinculados no valor R\$ 14.000,00(quatorze mil reais), da fonte 1.7.2.1.22.70.00.00.00 Cota Parte Fundo Especial Petróleo no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) para as dotações do orçamento corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Frei Rogério, 03 de dezembro de 2014.  
OSNY BATISTA ALBERTON  
Prefeito Municipal

## Garopaba

### PREFEITURA

#### AVISO DE LICITAÇÃO PE094/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 094/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de placas de sinalização de trânsito para Prefeitura Municipal de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 14h00min do dia 18/12/2014. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 18/12/2014, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 05 de dezembro de 2014.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

#### RESOLUÇÃO Nº 014/2014 - CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 560 DE 13/11/1995

GAROPABA / SC

Telefone - 325481-61/ 325481-59

Email: [cmas@garopaba.sc.gov.br](mailto:cmas@garopaba.sc.gov.br)

Resolução nº14

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Serviços/Programas do Governo Federal Sistema Único de Assistência Social-SUAS, referente ao ano de 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Garopaba/SC, órgão colegiado, do sistema descentralizado e participativo, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 560/95, em reunião ordinária do dia 04 de Dezembro de 2014, no uso de suas atribuições:

Aprova o Demonstrativo Serviços/Programas do Governo Federal Sistema Único de Assistência Social -SUAS, referente ao ano de 2013.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 04 de Dezembro de 2014.

Aliene Barzotti Kohlrausch

Presidente do CMAS

# Garuva

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 80/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ESTABELECE O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; A POLÍTICA DE INCENTIVOS FISCAIS E ECONÔMICOS DESTINADA AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR COMERCIAL, INDUSTRIAL E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO; REGULA O TRATAMENTO JURÍDICO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ASSEGURADO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legal do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS ÀS EMPRESAS, MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Art. 1º - Esta Lei estabelece o programa municipal de incentivos destinado ao desenvolvimento do setor comercial, industrial e de prestação de serviço do município de Garuva e regula o tratamento jurídico diferenciado e favorecido assegurado às microempresas, empresas de pequeno porte e ao micro empreendedor individual, na forma da Lei Complementar nº 55 de 09 de setembro de 2011.

§ 1º - Implanta-se o Regime de Expansão do Desenvolvimento Econômico, na forma das ações e do programa de incentivos previstos nesta Lei.

§ 2º - O Regime de Expansão do Desenvolvimento Econômico compreenderá também a adoção de medidas permanentes voltadas à implantação de distritos industriais, áreas de geração de empregos, centrais logísticas e parques tecnológicos no município de Garuva.

Art. 2º - Nos limites dos recursos orçamentários e de suas prioridades administrativas, o município de Garuva promoverá ações permanentes voltadas ao desenvolvimento econômico e incentivará a implantação de programas dedicados à atração de novos empreendimentos e formação de mão-de-obra.

#### SEÇÃO I DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 3º - Fica instituído o Conselho de Desenvolvimento Econômico do município de Garuva, órgão consultivo e de assessoramento, que opinará sobre a concessão do programa de incentivos previsto nesta Lei.

§ 1º - Compete ao Conselho de Desenvolvimento Econômico de Garuva:

- I - opinar, por resoluções, sobre a concessão dos incentivos previstos nesta Lei;
- II - criar e nomear, se necessário, comissões técnicas que atenderão às demandas decorrentes desta Lei;
- III - estabelecer o seu regimento interno, que será submetido à aprovação da Administração Municipal;
- IV - propor à Administração Municipal alterações da Lei;
- V - solicitar, caso queira, relatórios periódicos de avaliação do desempenho das empresas beneficiadas com os incentivos previstos nesta Lei;

VI - propor ações para o desenvolvimento econômico do município de Garuva;

VII - pugnar pelo cumprimento das disposições desta Lei.

Art. 4º - Compete exclusivamente a Administração Municipal a deliberação sobre o indeferimento e a concessão, total ou parcial, dos incentivos previstos nesta Lei.

Art. 5º - O Conselho Desenvolvimento Econômico será constituído por 9 (nove) membros, com direito ao voto, representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - dos representantes da Administração Municipal:

- a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Estratégias Rurais;
- d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras.

II - dos representantes da comunidade:

- a) 1 (um) representante da Associação Comercial, Industrial de Garuva (ACIG);
  - b) 1 (um) representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no estado de Santa Catarina (SEBRAE/SC);
  - c) 1 (um) representante do Conselho Regional de Contabilidade (CRC);
  - d) 1 (um) representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Garuva;
  - e) 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.
- § 1º O Conselho de Desenvolvimento Econômico será presidido pelo secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, na forma do Art. 5º, inciso I, a.

§ 2º - O Conselho de Desenvolvimento Econômico poderá implantar a sua Secretaria Executiva, que organizará as ações de cunho operacionais e o fornecimento das informações necessárias às suas avaliações.

§ 3º - A nomeação para a Secretaria Executiva, que será exercida pelo servidor do município de Garuva, compete à Administração Municipal.

Art. 6º - Os membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico serão indicados pelos órgãos ou entidades a que pertençam, na forma prevista no Art. 5º.

§ 1º - Os representantes serão nomeados através de Portaria da Administração Municipal.

§ 2º - Cada representante terá o suplente e um mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução, ressalvada a previsão do § 3º deste artigo.

§ 3º - Os secretários municipais terão os mandatos vinculados ao período em que estiverem no exercício do cargo público.

§ 4º - O mandato dos conselheiros não será remunerado, a qualquer título, sendo os seus serviços considerados relevantes para município de Garuva.

Art. 7º - As resoluções do Conselho de Desenvolvimento Econômico, de caráter opinativo e de assessoramento, serão tomadas pela maioria absoluta dos membros.

Parágrafo Único - O indeferimento da solicitação de incentivo, pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, deverá ser motivado na resolução.

Art. 8º - A ata de reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico indicará expressamente a quantidade de votos favoráveis ou contrários à solicitação do incentivo.

#### SEÇÃO II DO ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO PROVISÓRIO

Art. 9º - Fica instituído o alvará de funcionamento provisório às empresas no município de Garuva, independentemente do porte, permitindo-se o início das atividades operacionais após o ato de registro, exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto, na forma da Lei.

§ 1º - Consideram-se como atividades de alto risco aquelas

definidas pela legislação federal, estadual e municipal.

§ 2º - São também consideradas de alto risco as atividades assim definidas pela legislação ambiental.

§ 3º - O alvará de funcionamento provisório será cancelado se, após a notificação da fiscalização orientadora de que trata o Capítulo I, Seção III desta Lei, não forem cumpridas as exigências e os prazos estabelecidos pelo município.

§ 4º - O alvará de funcionamento provisório observará a forma e os prazos estabelecidos em regulamento do chefe do Poder executivo, não podendo entretanto haver distinção entre os requerentes de mesma atividade.

Art. 10 - Para a expedição do alvará de funcionamento provisório serão exigidos, no mínimo, os seguintes documentos:

I - declaração de viabilidade e adequação ao Plano Diretor do município junto ao órgão municipal competente, relativo ao zoneamento das atividades que serão desenvolvidas;

II - registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial;

III - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

IV - termo de compromisso subscrito pelo representante legal da empresa, conforme o ANEXO I desta Lei.

Art. 11 - O interessado deverá, no prazo de 30 (trinta) dias antes do vencimento do alvará de funcionamento provisório, comparecer ao órgão municipal competente para comprovar o cumprimento das exigências contidas no termo de compromisso constantes no ANEXO I, para obter o alvará definitivo.

Parágrafo Primeiro - O não cumprimento das exigências previstas no termo de compromisso, no prazo indicado no caput deste artigo, motivará a revogação imediata do alvará de funcionamento provisório.

Parágrafo Segundo - O alvará provisório poderá ser renovado nessa condição, por uma única vez e por igual período, devendo entretanto ser fundamentado de forma detalhada pelo requerente o motivo do não cumprimento das exigências a tempo.

Parágrafo terceiro - A autoridade competente, quando do requerimento da concessão da renovação do alvará provisório, deverá emitir despacho fundamentado do aceite ou negação do pedido.

### SEÇÃO III

#### DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

Art. 12 - A fiscalização municipal orientará as empresas estabelecidas no município, independentemente de seu porte, quanto aos aspectos de postura, uso do solo, sanitário, ambiental e de segurança, quando a atividade ou situação apresentar o grau de risco compatível com este procedimento.

Art. 13 - Será observado o critério de dupla visita para a lavratura do auto de infração, exceto na ocorrência de risco iminente à saúde pública, reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

§ 1º - São os efeitos da dupla visita:

I - a ação preliminar, com a finalidade de verificar a regularidade da empresa, observado o Art. 14 desta Lei;

II - a ação definitiva, de caráter sancionatório, quando verificada a ausência de regularização no prazo determinado, observado o Art. 15 desta Lei.

§ 2º Considera-se reincidência a prática do mesmo ato no período de até 12 (doze) meses, a partir da última notificação.

Art. 14 - Será lavrado o termo de verificação e orientação quando constatada a irregularidade, para que o responsável efetue a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, sem a aplicação de penalidade.

Parágrafo Único - Quando o prazo referido no caput deste artigo não for suficiente para a regularização necessária, o interessado formalizará com o órgão competente o termo de ajustamento de conduta (TAC), no qual, justificadamente, assumirá o compromisso de efetuar a regularização dentro do cronograma que for fixado

no termo.

Art. 15 - Decorridos os prazos fixados no Art. 14 ou no termo de ajustamento de conduta (TAC), sem a regularização necessária, será lavrado o auto de infração com a aplicação da penalidade prevista.

### SEÇÃO IV

#### DA POLÍTICA MUNICIPAL DE INCENTIVOS FISCAIS E ECONÔMICOS

Art. 16 - O município de Garuva poderá conceder às empresas interessadas que iniciem atividades ou investimentos em seu território e às empresas já estabelecidas que ampliem, modernizem ou diversifiquem as suas atividades ou instalações, incentivos fiscais e econômicos.

Art. 17 - Para o cumprimento dos objetivos desta Lei, considerar-se-á a cada projeto:

I - prioridade socioeconômica: o conjunto de benefícios diretos e indiretos que serão gerados pelo projeto à população, economia e ao desenvolvimento do município de Garuva;

II - incentivo fiscal: a isenção de impostos e taxas, como instrumento de apoio à implantação, ampliação, modernização ou diversificação do empreendimento;

III - incentivo econômico: a participação do município de Garuva no regime de ações previsto nos Arts. 22 a 26, como instrumento de apoio à implantação, ampliação, modernização ou diversificação do empreendimento.

Art. 18 - A prioridade socioeconômica será analisada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico com base no incentivo solicitado, levando também em consideração, em conjunto ou isoladamente:

I - o número de empregos diretos existentes ou projetados no empreendimento;

II - o faturamento realizado ou projetado no empreendimento;

III - a localização do empreendimento, fora ou dentro das zonas consideradas prioritárias para o tipo de atividade proposta;

IV - o valor total de investimento no município de Garuva;

V - o ramo de atividade ou a diversificação do empreendimento no município de Garuva;

VI - as perspectivas de retorno do investimento público e a viabilidade econômica do empreendimento para o município de Garuva;

VII - o apoio ao desenvolvimento das microempresas, empresas de pequeno porte e ao micro empreendedor individual;

IX - a disponibilidade de recursos orçamentários do município de Garuva na concessão do incentivo solicitado, observado o Capítulo III desta Lei.

Art. 19 - O município de Garuva fica autorizado a elaborar cartilha para a ampla divulgação dos incentivos e ações instituídos por esta Lei e de outros programas de desenvolvimento econômico.

### SUBSEÇÃO I

#### DOS INCENTIVOS FISCAIS

Art. 20 - São os incentivos de tributos e taxas de competência municipal:

I - isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);

II - isenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza incidente sobre a construção civil (ISSQN);

III - isenção do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos (ITBI);

IV - isenção, junto à secretaria competente, das taxas de aprovação e licenciamento de projeto; alinhamento; demarcação e carta de habite-se;

V - isenção das taxas de alvará de funcionamento e de alvará sanitário.

§ 1º - A isenção do IPTU limitar-se-á ao prazo máximo de 5 (cinco) anos, prorrogáveis por, no máximo, igual período, se apresentado o projeto de ampliação ou modernização do empreendimento.

§ 2º - As isenções de IPTU, ISSQN e ITBI poderão ser totais ou

parciais, de acordo com a relevância social ou econômica do projeto apresentado.

§ 3º - A isenção do ISSQN incidente sobre a construção civil poderá recair sobre a pessoa física que, comprovadamente, realize investimentos que visem à geração de emprego ou que contribua com incremento tributário do município de Garuva.

§ 4º - A isenção do ITBI recairá sobre a operação voltada à implantação de empreendimentos imobiliários, de produção de lotes ou à implantação de empreendimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços.

Art. 21 - Poderá a lei autorizar incentivos fiscais para empreendimentos específicos que promovam o desenvolvimento econômico do município, independente da forma prevista nesta Lei, com prazos e condições especiais ao projeto apresentado.

## SUBSEÇÃO II

### DOS INCENTIVOS ECONÔMICOS

Art. 22 - São os incentivos econômicos:

I - execução ou contratação, total ou parcial, dos serviços de aterramento, terraplanagem, drenagem, pavimentação e outros serviços de infraestrutura não especificados anteriormente, necessários à implantação, ampliação, modernização ou diversificação do empreendimento;

II - execução ou contratação, total ou parcial, de projetos ou serviços técnicos necessários à implantação, ampliação, modernização ou diversificação do empreendimento;

III - custeio do valor da locação de bem particular, total ou parcial, com a finalidade específica de implantação ou ampliação de empreendimentos comerciais, industriais e de prestação de serviço, por prazo determinado, até o limite de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma desta Lei;

IV - permissão ou concessão de uso de bem público municipal diretamente ao empreendedor, com a finalidade específica de implantação ou ampliação de empreendimentos comerciais, industriais e de prestação de serviço, remunerado ou gratuito, com prazo determinado e prévia autorização legislativa, na forma prevista na Lei Orgânica Municipal;

V - programa municipal de apoio financeiro - EMPREENDER, na forma e prazos previstos no Capítulo II, Seção V desta Lei;

VI - apoio, total ou parcial, à realização de feiras de produtores, artesãos, pecuária, comércio, serviços e tecnologia, observado o Art. 35 desta Lei;

VII - contratação de empresas ou profissionais especializados na qualificação, capacitação ou treinamento de pessoas ou execução própria das atividades, observado o Art. 36 desta Lei;

VIII - execução de serviços simples de infraestrutura com a oferta exclusiva de hora/máquina e saíramento, limitado a 500 m², para melhorias no local do empreendimento, dispensado a formalização de contrato administrativo com o empreendedor beneficiado para a avaliação e acompanhamento de metas;

IX - doação com encargo de bem público ao empreendedor, que dependerá de prévia autorização legislativa e a escritura respectiva deverá conter cláusula de reversão no caso de descumprimento das condições ajustadas, obedecida a forma prevista na Lei Orgânica do município;

X - subsídio do investimento realizado e comprovado pelo empreendedor ou subsídio das atividades exercidas, de acordo com o projeto apresentado, a título de incentivo econômico, na forma prevista no Art. 25 e Art. 26 desta Lei.

XI - fornecimento de parcelas dos materiais necessários à implantação, ampliação, modernização ou diversificação do empreendimento.

§ 1º - Considerando o volume de faturamento, o quadro de funcionários existentes e o reflexo socioeconômico do empreendimento para o município de Garuva, o custeio do valor da locação poderá ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.

§ 2º - A unidade comercial, industrial e de prestação de serviços que, pelo exercício de suas atividades, comprovadamente promova o retorno do repasse de ICMS, relativo à sua cota-parte, ou

recolha o ISSQN ao município de Garuva de valor igual ou superior ao incentivo anual do custeio da locação, poderá ter o incentivo prorrogado até o limite de 120 (cento e vinte) meses.

§ 3º - As prorrogações de prazo previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo serão autorizadas com base no volume de faturamento da empresa, o quadro de funcionários existentes e o reflexo socioeconômico do empreendimento no município de Garuva, por meio de aditivo contratual, se demonstrado o regular exercício das atividades, na forma das obrigações assumidas.

§ 4º - Poderá a lei autorizar e regular a permissão ou concessão de uso de bens públicos para projetos específicos, a título de desenvolvimento econômico, independente da forma prevista nesta Lei.

§ 5º - Extinguir-se-á o contrato de permissão ou concessão de uso se não iniciadas as atividades ou não utilizadas para as finalidades ajustadas no projeto apresentado, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do instrumento, independente de medida judicial, com a reversão imediata do imóvel ao município de Garuva.

§ 6º - O prazo de que trata o § 5º deste artigo poderá ser renovado por até igual período, ao critério da Administração Municipal, mediante a justificativa técnica do concessionário.

§ 7º - O indeferimento da justificativa apresentada motivará a rescisão do contrato de permissão ou concessão de uso ajustado.

§ 8º - Após a rescisão do instrumento contratual, se a empresa não desocupar o imóvel permitido ou concedido no prazo ajustado, fica o município de Garuva autorizado a estipular multa diária, na forma do contrato.

§ 9º - O incentivo previsto no inciso VIII deste artigo ficará condicionado à disponibilidade do município de Garuva na concessão da hora/máquina.

§ 10 - Do instrumento de doação com encargo previsto no inciso IX deste artigo constarão, obrigatoriamente os encargos, o prazo de seu cumprimento e cláusula de reversão ao município.

Art. 23 - Fica autorizado o município de Garuva a conceder os incentivos previstos nesta Seção para fomentar o desenvolvimento de atividades industriais, comerciais e de prestação de serviço em zonas consideradas prioritárias, de interesse social, carentes e de baixo desenvolvimento econômico, que serão referenciadas por Decreto.

Parágrafo Único - O regular exercício das atividades nas zonas consideradas prioritárias, de interesse social, carentes e de baixo desenvolvimento econômico será tomado por contrapartida à concessão dos incentivos requeridos, na forma prevista pelo Art. 17, inciso I e Art. 18.

Art. 24 - Poderá a lei prever incentivos econômicos para empreendimentos específicos que promovam o desenvolvimento econômico do município, independente da forma prevista nesta Lei, com prazos e condições especiais ao projeto apresentado.

Parágrafo Único - O incentivo econômico assinalado no Art. 22, inciso V, obedecerá exclusivamente à forma prevista nesta Lei.

Art. 25 - Fica o município de Garuva autorizado a conceder incentivos econômicos para subsidiar investimentos em empreendimentos industriais e comerciais que visem o desenvolvimento socioeconômico do município, objetivando o acréscimo no Índice de Retorno do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), com base no seu Valor Adicionado Fiscal.

§ 1º - Os recursos concedidos na forma do caput deste artigo serão utilizados para subsidiar a instalação, ampliação, modernização, realocação ou reativação de plantas industriais e comerciais.

§ 2º - Os benefícios previstos neste artigo compreenderão a restituição dos investimentos realizados e comprovados pelos empreendedores, sendo passíveis de enquadramento, para fins de ressarcimento, os seguintes itens:

I - aquisição de área de terras;

II - obras de terraplanagem e de infraestrutura;

III - obras civis e instalações industriais ou comerciais;

IV - aquisição de máquinas, bens e equipamentos nacionais ou importados.

§ 3º - Os recursos concedidos ao projeto beneficiado serão relativos à cota-parte do município de Garuva no retorno de ICMS recebido, e, especificamente ao incremento deste imposto gerado pela empresa, referente ao investimento realizado no município, apurado individualmente no Índice de Retorno do ICMS do município, com base no seu Valor Adicionado Fiscal.

§ 4º - Os benefícios concedidos nos termos do § 3º deste artigo estarão sempre limitados ao que segue:

I - até o limite do valor total do investimento, na forma do projeto de investimento, considerando os itens passíveis de enquadramento previstos no § 2º deste artigo;

II - até 60% (sessenta por cento) do incremento do ICMS, relativos à cota-parte do município gerado pela empresa, apurado nos termos da Legislação específica;

III - até o prazo máximo de 15 (quinze) anos, contados a partir do efetivo início das atividades produtivas vinculadas ao investimento.

§ 5º - Para a definição do percentual do incentivo econômico que será concedido serão consideradas as características de cada projeto, especialmente a sua repercussão no desenvolvimento socioeconômico do município, compreendendo as seguintes diretrizes:

I - incremento na geração de empregos diretos: 1% (um por cento) a cada 2 (dois) empregos gerados, limitado a 100% (cem por cento);

II - incremento no valor adicionado fiscal do município: 1% (um por cento) a cada R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) de valor gerado no exercício, limitado a 100% (cem por cento).

§ 6º - O percentual máximo de benefício somando-se os incisos I e II do § 5º não poderá ser superior a 100% (cem por cento), e será aplicado sobre o valor do benefício apurado na forma do § 4º, inciso II deste artigo.

§ 7º - Os itens previstos no § 2º deste artigo deverão compor os compromissos assumidos pela empresa beneficiária e deverão constar no projeto de investimento.

§ 8º - Tratando-se de empresa já estabelecida no município de Garuva, o cálculo do benefício será realizado sobre o incremento na geração de empregos e valor adicionado fiscal, considerando-se como base de apuração a média dos últimos 12 (doze) meses anteriores ao protocolo do requerimento.

§ 9º - Na hipótese de a empresa ser beneficiária de algum outro incentivo concedido nos termos desta Lei, o valor do benefício será verificado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e abatido do valor do incentivo que será concedido, nos termos deste artigo.

§ 10 - Todos os valores relativos a investimentos, recursos recebidos ou a receber, serão atualizados anualmente com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM).

§ 11 - Será atualizada anualmente pelo IGPM a base média do valor adicionado fiscal, em se tratando de empresa já estabelecida no município de Garuva que vier a solicitar o benefício nos termos do § 8º deste artigo.

§ 12 - Os critérios para solicitação, concessão e demais diretrizes de operacionalização do incentivo de que trata este artigo serão regulamentados por Decreto.

§ 13 - Fica o município de Garuva autorizado a contratar assessoria especializada na gestão do retorno de ICMS aos municípios para desenvolver a aferição dos cálculos do benefício de que trata o caput deste artigo.

Art. 26 - As empresas instaladas como Centro de Distribuição e/ou Logística poderão requerer, em relação aos limites do incentivo previsto no Art. 25, alternativamente:

I - até 30% (trinta por cento) do incremento do ICMS, relativos à cota-parte do município gerado pela empresa, apurado nos termos da legislação pertinente;

II - até o prazo máximo de 10 (dez) anos, contados a partir do efetivo início das atividades vinculadas ao empreendimento.

§ 1º - A restituição do incremento do ICMS, relativos à cota-parte do município gerado pela empresa, exclusivamente para as

empresas enquadradas no caput deste artigo, não condicionará o incentivo à exigência de investimento previsto no Art. 25, § 2º.

§ 2º - Observar-se-ão as demais condições previstas no Art. 25 para a concessão deste incentivo.

### SUBSEÇÃO III

#### DAS CONDIÇÕES PARA A SOLICITAÇÃO DE INCENTIVOS

Art. 27 - Para o alcance dos incentivos fiscais e econômicos previstos nesta Lei a empresa deverá formalizar o pedido através de requerimento próprio, fornecido pela secretaria municipal responsável pelo desenvolvimento econômico, acompanhado do PROJETO DE INVESTIMENTO.

Art. 28 - Para o alcance dos benefícios serão apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

I - prova de inscrição no cadastro de pessoas jurídicas (CNPJ);

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do beneficiário (ALVARÁ);

III - prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

IV - prova de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

V - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT);

VI - prova de regularidade fiscal com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal (CND);

VII - certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

VIII - registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IX - licença ambiental, conforme legislação de regência;

X - declaração de viabilidade e adequação ao Plano Diretor do município, emitida pelo órgão municipal competente, relativo ao zoneamento das atividades desenvolvidas;

XI - comprovação do número de empregos existentes (GFIP/SEFIP ou RAIS - relação anual de informações sociais);

XII - declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica do último exercício social (IRPJ);

XIII - estar associado à entidade empresarial ou de classe que tenha atuação efetiva no município de Garuva e seja reconhecida por lei municipal, estadual ou federal (ex. ACIG, OAB/SC, CREA/SC, etc.).

§ 1º - A empresa que esteja se estabelecendo no município de Garuva e que não possua algum dos documentos previstos no caput deste artigo deverá realizar a justificativa no requerimento.

§ 2º - A empresa beneficiada por esta Lei não poderá transferir os benefícios concedidos a outras unidades sem a prévia autorização do município de Garuva, ainda que assegurada a continuidade de propósitos.

§ 3º - No caso de descumprimento do disposto no § 2º deste artigo, a empresa deverá restituir os benefícios a ela concedidos, acrescidos de correção pelo índice oficial do município.

Art. 29 - O PROJETO DE INVESTIMENTO previsto no Art. 27 apresentará, conforme o caso, sem prejuízo de complementação por Decreto:

I - missão da empresa; setores de atividade; descrição dos principais produtos ou serviços;

II - dados dos empreendedores e atribuições; dados do empreendimento;

III - fonte de recursos; estimativa dos investimentos fixos; estimativa do investimento total no empreendimento;

IV - indicadores de viabilidade: declaração de faturamento dos últimos 12 (doze) meses e projeção de faturamento para, no mínimo, 5 (cinco) exercícios; demonstrativo do valor adicionado do último exercício social e previsão de valor adicionado para, no

mínimo, 5 (cinco) exercícios; indicação do número de empregos existentes e previsão de geração de empregos diretos para, no mínimo, 5 (cinco) exercícios.

§ 1º - Considerando as características do empreendimento, o volume de investimento do projeto e o incentivo solicitado, poderá o município de Garuva dispensar, com motivação, parte das informações previstas neste artigo.

§ 2º - As informações assinaladas no projeto de investimento previsto neste artigo serão adaptadas, reduzidas ou complementadas, conforme as características do empreendimento ou incentivo solicitado.

§ 3º - O PROJETO DE INVESTIMENTO para a concessão do incentivo de isenção do ISSQN incidente sobre a construção civil, relativo à pessoa jurídica, observará o Art. 31, inciso IV.

Art. 30 - O PROJETO DE INVESTIMENTO para a solicitação do apoio financeiro previsto no Art. 22, inciso V, além dos documentos exigidos no Art. 28, limitar-se-á:

I - missão da empresa; setores de atividade; descrição dos principais produtos ou serviços;

II - declaração de faturamento dos últimos 12 (doze) meses;

III - demonstrativo de aplicação integral do valor do incentivo solicitado;

IV - fundamentação da relevância do incentivo de apoio financeiro para o desenvolvimento da empresa.

Art. 31 - Para a concessão da isenção do ISSQN à pessoa física incidente sobre a construção civil, previsto no Art. 20, § 3º, serão apresentados os seguintes documentos:

I - prova regularidade fiscal com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal (CND);

II - licença ambiental, conforme legislação de regência;

III - declaração de viabilidade e adequação ao Plano Diretor do município junto ao órgão municipal competente, relativo ao zoneamento do projeto que será desenvolvido ou alvará de aprovação do projeto, pela engenharia do município de Garuva;

IV - PROJETO DE INVESTIMENTO que, neste caso, descreverá o empreendimento imobiliário, o investimento total no município de Garuva e o número estimado de empregos que serão gerados durante ou após a execução da obra, acompanhado da planta ou projeto do imóvel.

## SEÇÃO V

### DO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO

Art. 32 - Fica criada a função de agente de desenvolvimento, que poderá ser cumulada ao servidor público do município de Garuva.

§ 1º - São as atribuições do agente de desenvolvimento:

I - articular ações para a promoção ordenada do desenvolvimento econômico municipal, sob a supervisão direta da Administração Municipal;

II - analisar o cumprimento das ações e incentivos previstos nesta Lei, sob a supervisão direta da Administração Municipal;

III - propor alterações e adequações da Lei.

§ 2º - O agente de desenvolvimento preencherá os seguintes requisitos:

I - residir no município de Garuva;

II - ter concluído ou estar cursando o ensino superior compatível nas áreas de administração de empresas, ciências contábeis, jurídicas, econômicas ou administrativas.

§ 3º - Compete à Administração Municipal, através de Decreto a nomeação do agente de desenvolvimento.

§ 4º - A nomeação do agente de desenvolvimento poderá ser realizada através de convênio do município de Garuva com o estabelecimento de ensino compatível nas áreas de formação.

§ 5º - A função do agente de desenvolvimento não será remunerada, a qualquer título, sendo os seus serviços considerados relevantes para município de Garuva.

§ 6º - Poderão ser nomeados um ou mais agentes de desenvolvimento, de acordo com a necessidade do município de Garuva, não ultrapassando entretanto o limite de um para cada dois mil eleitores no município.

## SEÇÃO VI

### DO APOIO À INTEGRAÇÃO E INOVAÇÃO DE ATIVIDADES

Art. 33 - O município de Garuva instituirá programas de desenvolvimento econômico comercial, industrial e de prestação de serviço, com a finalidade de incentivar a implantação de novos empreendimentos de diversos setores de atividade e inovação tecnológica. Parágrafo Único - O regular exercício das atividades será tomado por contrapartida à concessão dos incentivos previstos nesta Lei, nos termos do Art. 17, inciso I e Art. 18.

Art. 34 - O município de Garuva incentivará e coordenará iniciativas de criação e implantação de parques tecnológicos, em parceria com entidades públicas ou privadas, buscando promover a cooperação entre os agentes envolvidos e as empresas cujas atividades estejam fundamentadas em conhecimento e inovação tecnológica.

Art. 35 - O município de Garuva poderá incentivar e apoiar a realização de feiras de produtores, artesãos, pecuária, comércio, serviços e tecnologia, com a oferta de estrutura e divulgação do evento, assim como para a exposição e venda de produtos locais em outros municípios.

Parágrafo Único - Fica o município autorizado a realizar o transporte da estrutura, pessoal e dos bens ou produtos necessários à exposição na feira dos produtores, artesãos, pecuária, comércios, serviços e tecnologia, inclusive para outros municípios.

## SEÇÃO VII

### DO APOIO AO TREINAMENTO, QUALIFICAÇÃO DE PESSOAS E FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Art. 36 - Fica o município de Garuva autorizado a contratar empresas ou profissionais especializados na qualificação, capacitação ou treinamento de pessoas, com recursos próprios ou em parceria com o setor privado, para realizar cursos, palestras profissionalizantes ou treinamentos, destinados à comunidade e aos trabalhadores do comércio, indústria e prestação de serviço do município.

§ 1º - A contratação de empresas ou profissionais especializados na qualificação, capacitação ou treinamento de pessoas prevista no caput deste artigo compreende ainda a realização ou custeio de fóruns, feiras ou convenções pedagógicas, destinadas ao desenvolvimento do município, à qualificação de pessoas e à formação de mão-de-obra.

§ 2º - O ajuste previsto no caput deste artigo poderá ocorrer mediante convênio com a instituição compatível com o objeto proposto.

## SEÇÃO VIII

### DO SELO DE QUALIDADE DO MUNICÍPIO DE GARUVA

Art. 37 - Fica o município de Garuva autorizado a instituir o selo de qualidade comercial, industrial e de prestação de serviço, que será concedido às empresas que alcançarem requisitos próprios de alto padrão de qualidade na produção ou comercialização de bens ou serviços.

§ 1º - Os critérios para a concessão do selo de qualidade previsto no caput deste artigo serão definidos por Decreto.

§ 2º - A forma de concessão e avaliação poderá ser conduzida em parceria com a Associação Comercial, Industrial de Garuva (ACIG).

## CAPÍTULO II

### PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO DE INCENTIVO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Art. 38 - Ficam assegurados às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual do município de Garuva, em harmonia com a legislação municipal, os benefícios e as prerrogativas previstas na Lei Complementar nº 55 de 09 de setembro de 2011.

Art. 39 - O tratamento diferenciado e favorecido de incentivo às

microempresas, às empresas de pequeno porte e ao microempreendedor individual, no âmbito de competência do município, observará também:

I - as ações e os incentivos fiscais e econômicos previstos nesta Lei;

II - o apoio ao desenvolvimento das microempresas, empresas de pequeno porte e ao microempreendedor individual;

III - a inovação tecnológica e a educação empreendedora;

IV - o incentivo à formalização de empreendimentos;

V - a unicidade e a simplificação do processo de registro e de legalização de empreendedores, na forma da Lei;

VI - a preferência nas aquisições de bens e serviços pelos órgãos públicos municipais.

§ 1º - O município de Garuva promoverá debates com os órgãos envolvidos em etapas do processo de abertura e fechamento de empresas que escapem à sua competência, como forma de incentivar a formalização ou regularização de empreendimentos.

§ 2º - Os requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os fins de registro e legalização de empreendedores, deverão ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, no âmbito de suas competências.

## SEÇÃO I

### DAS COMPRAS GOVERNAMENTAIS - INCENTIVAR

Art. 40 - Nas contratações públicas poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal, na forma da Lei Complementar nº 55 de 09 de setembro de 2011.

§ 1º - Para o cumprimento do disposto no art. 40 desta Lei, a administração pública poderá realizar processo licitatório:

I - destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II - em que seja exigida dos licitantes a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% (trinta por cento) do total licitado;

III - em que se estabeleça cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em certames para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível.

§ 2º - O valor licitado por meio do disposto neste artigo não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado em cada ano civil.

§ 3º - Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 4º - Não se aplica o disposto no Art. 40 desta Lei quando:

I - os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, na forma da Lei Federal nº 8.666/93.

## SEÇÃO II

### DA INSCRIÇÃO E DA BAIXA

Art. 41 - Os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas observarão integralmente os dispositivos constantes da Lei Complementar nº 55 de 09 de setembro de 2011, Lei Federal nº 11.598, de 03 de dezembro de 2007.

## SEÇÃO III

### DO REGIME TRIBUTÁRIO

Art. 42 Os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de tributação, em harmonia com a legislação municipal, observarão integralmente os dispositivos do regime tributário especial dispensado às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, na forma da Lei Complementar nº 55 de 09 de setembro de 2011 e do Código Tributário Municipal.

## SEÇÃO IV

### DO ESTÍMULO AO CRÉDITO E À CAPITALIZAÇÃO

Art. 43 - O município de Garuva, para estimular o crédito e a capitalização empresarial, poderá prever em seu orçamento as ações que serão utilizadas para apoiar programas de crédito e financiamentos, isolados ou suplementares aos programas instituídos pelo Estado ou União, na forma da Lei.

Art. 44 - O município de Garuva poderá apoiar a instalação e manutenção de cooperativas de crédito e outras instituições financeiras, público ou privadas, através de convênio ou contrato, que tenham como principal finalidade a realização de operações de crédito com microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas preferencialmente no município de Garuva.

§ 1º - Aplica-se a estas instituições o programa de incentivos previsto nesta Lei.

§ 2º - O regular exercício das atividades pelas instituições descritas no caput deste artigo será tomado por contrapartida à concessão dos incentivos requeridos, na forma prevista pelo Art. 17, inciso I e Art. 18 desta Lei.

§ 3º - A prorrogação do instrumento contratual ficará condicionada à comprovação da efetividade de operações de crédito com as microempresas e empresas de pequeno porte.

## SEÇÃO V

### PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO - EMPREENDER

Art. 45 - Fica instituído o Programa Municipal de Apoio Financeiro às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual no município de Garuva, na forma de incentivo econômico, com o objetivo de financiar e apoiar o desenvolvimento, modernização ou expansão de atividades comerciais, industriais e de prestação de serviço.

Art. 46 - A secretaria municipal responsável pelo desenvolvimento econômico encaminhará as solicitações de financiamento ao Conselho de Desenvolvimento Econômico para a avaliação dos projetos apresentados, observado o Capítulo IV desta Lei.

Art. 47 - A empresa beneficiada obriga-se a apresentar ao Conselho de Desenvolvimento Econômico, no prazo máximo de 12 (doze) meses, um relatório comprovando a proposta de investimento apresentada na solicitação do incentivo, sob pena de revogação do benefício.

Parágrafo Único - O prazo previsto no caput deste artigo poderá ser prorrogado, justificadamente, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 48 - Para acesso a um novo financiamento será necessária a quitação total do financiamento existente e apresentação de novos projetos de modernização ou expansão do empreendimento, mediante a reavaliação do Conselho de Desenvolvimento Econômico, observado o Capítulo IV desta Lei.

Art. 49 - O apoio financeiro é destinado, em conjunto ou isoladamente:

I - à expansão ou modernização das instalações ou atividades comerciais industriais e de prestação de serviço existentes;

II - à aquisição de equipamentos ou máquinas;

III - à execução, ampliação ou reforma de infraestrutura;

IV - ao apoio a projetos voltados à geração de emprego e renda.

Art. 50 - É necessário que, para acesso ao apoio financeiro, a empresa requerente esteja em atividade e comprove estar instalada a mais de 12 (doze) meses no município de Garuva.

Art. 51 - A venda do ponto comercial, a extinção da empresa ou a sua inatividade ensejarão a rescisão do instrumento contratual.

Art. 52 - Para obter o financiamento previsto nesta Seção, as empresas deverão formalizar o pedido através de requerimento próprio, fornecido pela secretaria municipal responsável pelo desenvolvimento econômico, devidamente acompanhado do projeto de investimento.

Art. 53 - O requerente apresentará, no mínimo, para a concessão do apoio financeiro, além do projeto previsto no Art. 30, o rol de documentos descritos no Art. 28 desta Lei.

#### SUBSEÇÃO I

##### DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Art. 54 - Para acesso ao apoio financeiro as empresas deverão apresentar o projeto de investimento previsto no Art. 30, com valores de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 1º - O financiamento deverá ser quitado, no máximo, em até 36 (trinta e seis) meses, com a possibilidade de carência de até 12 (doze) meses para o pagamento da primeira parcela.

§ 2º - À solicitação de incentivo com valores entre R\$ 5.001,00 (cinco mil e um reais) e R\$ 10.000,00 (dez mil reais) poderá ser concedido o prazo para quitação de, no máximo, 48 (quarenta e oito) meses, com a possibilidade de carência de até 12 (doze) meses para o pagamento da primeira parcela.

§ 3º - O prazo para o pagamento da primeira parcela contar-se-á a partir do recebimento do crédito.

§ 4º - Sobre o valor total concedido no apoio financeiro incidirão juros de 6% (seis por cento) ao ano, a partir do recebimento do crédito.

§ 5º - O sistema de amortização é variável, com prestações crescentes; a prestação é calculada dividindo o valor principal pelo o número de parcelas e atribuído os juros do período a cada parcela, do recebimento do crédito até o vencimento do contrato.

§ 6º - Sobre o valor da parcela em atraso será acrescido à correção monetária pelo IGPM; juros moratórios de 2% (dois por cento) ao mês e multa de 1,25% (um vírgula vinte cinco por cento) ao mês, até o limite de 5% sobre o valor total do débito.

#### SUBSEÇÃO II

##### DA OFICINA DO PLANO DE NEGÓCIOS

Art. 55 - Sobre o valor financiado será destinado 1% (um por cento) para o custeio da elaboração e acompanhamento do Plano de Negócios do Investimento, para que a administração da empresa beneficiada participe do programa de gestão empresarial, realizado mediante convênio ou contrato entre o município de Garuva e a empresa habilitada.

#### SUBSEÇÃO III

##### DA FIANÇA CONTRATUAL

Art. 56 - Para acessar o financiamento o beneficiário deverá apresentar o fiador com renda compatível ao valor da parcela.

§ 1º - A parcela mensal prevista no financiamento não representará custo superior a 40% (quarenta por cento) da renda mensal bruta do fiador, mediante a avaliação econômica do fiador pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico.

§ 2º - Na forma da legislação civil, nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta

de bens, prestar a fiança contratual.

#### CAPÍTULO III

##### DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 57 - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações previstas no orçamento do município de Garuva.

Art. 58 - O município concederá, dentro de suas disponibilidades orçamentárias e considerando as suas prioridades administrativas, os incentivos fiscais e econômicos previstos nesta Lei.

Art. 59 - As resoluções sobre a concessão dos incentivos fiscais ou econômicos tomadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico possuem caráter opinativo e estarão sujeitas à avaliação da Administração Municipal.

#### CAPÍTULO IV

##### DA AVALIAÇÃO PRELIMINAR DA SOLICITAÇÃO DE INCENTIVO

Art. 60 - A solicitação de incentivo será previamente avaliada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda do município de Garuva.

§ 1º - O núcleo de avaliação de incentivos poderá, justificadamente, opinar pelo indeferimento da solicitação.

§ 2º - O indeferimento da solicitação ensejará o não encaminhamento do projeto ao Conselho de Desenvolvimento Econômico.

§ 3º - A Administração Municipal encaminhará ao Conselho de Desenvolvimento Econômico a motivação do indeferimento, no prazo de 30 (trinta) dias.

#### CAPÍTULO V

##### DO DIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 61 - Fica instituído o Dia Municipal do Desenvolvimento Econômico, que será celebrado no dia 29 (vinte e nove) de agosto de cada ano.

§ 1º - Poderá ser realizada uma audiência pública ou fórum na Câmara Municipal de Vereadores ou outro espaço definido pela Administração Municipal, amplamente divulgada, em que serão ouvidas as lideranças empresariais e debatidas novas propostas de fomento à indústria, comércio e prestação de serviço.

§ 2º - O Conselho de Desenvolvimento Econômico poderá promover uma conferência anual ou fórum de desenvolvimento econômico, realizada preferencialmente no mês de agosto, onde serão ouvidas as entidades envolvidas no processo de geração de emprego, renda, formação profissional e inovação tecnológica.

§ 3º - Fica o município de Garuva autorizado a promover a divulgação dos eventos previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo e a executar a infraestrutura e contratações necessárias à sua adequada realização.

#### CAPÍTULO VI

##### DO ACOMPANHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 62 - Pelo o não cumprimento das obrigações ou ações assumidas pelo empreendedor no projeto de investimento, poderá a Administração Municipal aplicar a penalidade correspondente, considerando, em conjunto ou isoladamente:

I - o caráter de desenvolvimento social do programa de incentivos previsto nesta Lei;

II - a situação de nível macroeconômico, devidamente justificada, que inviabilize o alcance das obrigações ou ações ajustadas;

III - a relevância social de geração de empregos, direta e indireta, originadas pelo empreendimento;

IV - a relevância econômica de geração de renda, direta e indireta, originadas pelo empreendimento.

Art. 63 - Das penalidades:

I - advertência formal;

II - determinação expressa de prazo e condições improrrogáveis

para o cumprimento ou adequação das obrigações assumidas no projeto;

III - restituição, total ou parcial, conforme a dimensão do descumprimento, dos valores concedidos pelo município de Garuva a título de incentivo;

IV - suspensão do direito de participar do programa de incentivos até a resolução das obrigações ou ações ajustadas.

Art. 64 - As penalidades previstas no Art. 63 poderão ser cumuladas.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 65 - Toda a concessão de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá atender ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 66 - Ficam ratificadas em sua integralidade, mediante a presente Lei, todas as doações de imóveis realizadas pelo Município de Garuva que tem como base a Lei nº 554/89, inclusive aquelas efetuadas através de Decretos do Poder Executivo Municipal.

I - A presente ratificação não altera a necessidade do cumprimento das condicionantes elencadas nos respectivos decretos e termos de incentivos.

II - Fica o Município de Garuva autorizado a ingressar com ação administrativa e/ou judicial para promover a reversão para o patrimônio municipal daqueles citados no caput, que até a data de publicação da presente lei, não tenham seus administradores cumpridos com as condicionantes elencadas nos respectivos decretos e doações.

Art. 67 - A Lei Municipal nº 554/89, de 07 de dezembro de 1989 produzirá todos os seus efeitos até a data de publicação desta lei.

Art. 68 - Revoga-se a Lei Municipal nº 554/89, de 07 de dezembro de 1989.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### ANEXO I

#### TERMO DE COMPROMISSO Alvará de Funcionamento Provisório

Garuva/SC \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Razão Social: \_\_\_\_\_

Endereço/Rua: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Município de Garuva, Santa Catarina - CEP 89248000

Fone: \_\_\_\_\_  
CNPJ n.º \_\_\_\_\_

Representante legal/Sócio administrador: \_\_\_\_\_

Endereço/Rua: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Fone: \_\_\_\_\_

O requerente compromete-se a apresentar até o prazo de 30 (trinta) dias antes do vencimento do alvará de funcionamento provisório, na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, os

documentos abaixo arrolados, para a concessão do alvará definitivo, sob pena de revogação imediata do instrumento provisório.

( ) LICENÇA SANITÁRIA;  
( ) CARTA DE HABITE-SE;  
( ) OUTRA(S) EXIGÊNCIAS DA LEI \_\_\_\_\_

1 - \_\_\_\_\_

Assinatura do sócio ou representante/data.  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

### PORTARIA Nº 451/2014

PORTARIA Nº 451 de 05 de dezembro de 2014.

"Dispõe sobre o processo de escolha de turma para o ano letivo de 2015, pelos professores efetivos, pertencentes aos quadros da rede municipal de ensino".

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas Atribuições Legais, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, em obediência ao art. 11, § 2, II da Lei Complementar 44/09 e considerando a necessidade de normatização e regulamentação de critérios de escolha de turma pelos professores da rede municipal de ensino.

#### RESOLVE:

Art. 1º - O processo de escolha de turma para 2015, nas escolas e instituições da rede municipal de ensino, será realizado em conformidade com as normas estabelecidas na presente portaria.

Art. 2º - A Escolha de turma para 2015 deverá ocorrer nos dias 10 e 11/12/2014, em reunião geral em cada instituição escolar designada especificamente para tal finalidade, assegurada a convocação de todos os professores efetivos lotados na unidade de ensino, mesmo que cumprindo sua função em outra unidade de ensino ou em outro órgão da administração municipal.

§ 1º - Da reunião a que se refere o caput deste artigo será lavrada ata em formulário em anexo contendo especificação da escolha realizada pelo professor, contendo nome, turma, série e turno.

§ 2º - Os documentos que registrarem a escolha deverão ser encaminhados à Secretária Municipal de Educação, impreterivelmente até as 08 horas do dia 12/12/2014, aos cuidados da Sra. Marli Grun Parisotto, Secretária Administrativa da Secretaria de Educação.

§ 3º - As Instituições Escolares que não tiverem Diretor, a responsabilidade de coordenar o processo de escolha de turma caberá a Sra. Marli Grun Parisotto, Secretária Administrativa da Secretaria de Educação.

Art. 3º - A escolha de turma para 2015 levará em consideração o desenvolvimento educacional do professor, obedecidos os seguintes critérios:

I - Tempo de serviço na escola, sucessivos ou não;

II - Tempo de serviço efetivo na rede municipal de ensino;

III - Maior idade.

§ 1º - Fica preservado o direito de escolha aos professores que atuam na função de diretor em qualquer unidade escolar da rede municipal de ensino.

§ 2º - A verificação dos incisos I e II será realizada através das Portarias do Professor.

Art. 4º - O gestor da instituição escolar em conformidade com o supervisor escolar poderá intervir na escolha de turma, sugerindo outra turma, mediante relatório escrito justificado, caso entendam que o professor não possui perfil para atuar na turma pleiteada.

Art. 5º - A escolha deverá ser iniciada, por prevalência com seus pares, pelo Professor que participou com êxito no Programa nacional de Alfabetização na Idade Certa - PNAIC para atuar no Ciclo de Alfabetização: 1º, 2º e 3º ano, mediante declaração expedida pela Coordenadora do Programa no município;

Art. 6º - O professor readaptado, mediante apresentação de

documento comprobatório, expedido pelo órgão competente, não participará da escolha de turma;

Art. 7º - Não será permitida a alteração na escolha de turma, exceto nos casos autorizados pela Secretaria Municipal de Educação;

Art. 8º - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

José Chaves  
Prefeito de Garuva

Adriane Beatriz Moecke Galando  
Secretária de Educação

## Gaspar

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 6.144, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 6.144, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRECTA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II, V e VI, da Lei Municipal nº 3.545, de 20 de novembro de 2013.

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade: 07 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL		
Função: 12 EDUCAÇÃO		
SubFunção: 361 ENSINO FUNDAMENTAL		
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental		
Atividade: 2.200042 (2042) Manutenção da Educação Fundamental		
Despesa: 604 3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações diretas	R\$92.527,96
Despesa: 95 3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações diretas	R\$148.856,22
Despesa: 98 3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações diretas	R\$18.716,28
Despesa: 93 3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações diretas	R\$90.092,76
Unidade: 06 EDUCAÇÃO INFANTIL		
Função: 12 EDUCAÇÃO		
SubFunção: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL		
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil		
Atividade: 2.200038 (2038) Manutenção da Educação Infantil		
Despesa: 45 3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações diretas	R\$73.119,13
Despesa: 46 3.3.90.00.00.00.00.00	0 Aplicações diretas	R\$1.000,00

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade: 07 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL		
Função: 12 EDUCAÇÃO		
SubFunção: 361 ENSINO FUNDAMENTAL		
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental		
Atividade: 2.200042 (2042) Manutenção da Educação Fundamental		
Despesa: 97 3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações diretas	R\$92.527,96
Despesa: 94 3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações diretas	R\$238.948,98
Despesa: 97 3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações diretas	R\$ 18.716,28
Unidade: 06 EDUCAÇÃO INFANTIL		
Função: 12 EDUCAÇÃO		
SubFunção: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL		
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil		
Atividade: 2.200038 (2038) Manutenção da Educação Infantil		

Despesa: 43 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações diretas	R\$ 74.119,13
--	---------------

Art. 3º Fica suplementado, por Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 07 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL
Função: 12 EDUCAÇÃO
SubFunção: 361 ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental
Atividade: 2.200042 (2042) Manutenção da Educação Fundamental
Despesa: 94 3.1.90.00.00.00.00.00 R\$ 65.742,49
Unidade: 06 EDUCAÇÃO INFANTIL
Função: 12 EDUCAÇÃO
SubFunção: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil
Atividade: 2.200038 (2038) Manutenção da Educação Infantil
Despesa: 43 3.1.90.00.00.00.00.00 R\$800.000,00

Art. 4º Fica suplementado, por Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES:

Órgão: 12 FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade: 25 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
Função: 27 DESPORTO E LAZER
SubFunção: 812 DESPORTO COMUNITÁRIO
Programa: 0028 Gestão da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar
Atividade: 2.200162 (2162) Manutenção da Fundação Municipal de Esportes, Ginásios, Programas e Eventos
Despesa: 16 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 4.598,30

Art. 5º Fica suplementado, por Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
SubFunção: 243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Programa: 0029 Gestão na área de Desenvolvimento Social
Atividade: 2.200196 (2196) Manter Proteção Social Especial - Alta Complexidade
Despesa: 139 3.3.50.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 10.564,09

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de novembro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

## DECRETO Nº 6.145, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 6.145, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II, V e VI, da Lei Municipal nº 3.545, de 20 de novembro de 2013,

### DECRETA:

Art. 1º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS:

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS
Unidade: 14 DITRAN - DIRETORIA DE TRÂNSITO
Função: 26 TRANSPORTE
SubFunção: 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO
Programa: 0015 Gestao do Ditrان
Atividade: 2.200078 Manutenção da Ditrان
Despesa: 622 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS:

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS
Unidade: 14 DITRAN - DIRETORIA DE TRÂNSITO
Função: 26 TRANSPORTE
SubFunção: 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO
Programa: 0015 Gestao do Ditrان
Atividade: 2.200078 Manutenção da Ditrان
Despesa: 623 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 3º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR:

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 SAÚDE
SubFunção: 305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
Atividade: 2.200128 Ampliar, Manter e Equipar os Programas da Vigilância em Saúde
Despesa: 248 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 4º Fica suplementado, por Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no SAMAE - Serviço Autônomo Mun. de Água e Esgoto:

Órgão: 13 SERVICO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE
Unidade: 26 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE
Função: 17 SANEAMENTO
SubFunção: 512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa: 0025 GESTÃO DO SAMAE

Atividade: 2.200110 Manutenção da Estrutura Administrativa da Autarquia	
---	--

Despesa: 01 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações diretas	R\$ 600.000,00
--	----------------

Art. 5º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--

Unidade: 07 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL
----------------------------------

Função: 12 EDUCAÇÃO
---------------------

SubFunção: 361 ENSINO FUNDAMENTAL
-----------------------------------

Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental
---

Atividade: 2.200042 Manutenção da Educação Fundamental	
--	--

Despesa: 634 3.3.50.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 2.497,00
---	--------------

Unidade: 06 EDUCAÇÃO INFANTIL
-------------------------------

Função: 12 EDUCAÇÃO
---------------------

SubFunção: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL
----------------------------------

Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil
--

Atividade: 2.200038 Manutenção da Educação Infantil	
---	--

Despesa: 635 3.3.50.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 14.000,00
---	---------------

Art. 6º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:

Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
--

Unidade: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
--

Função: 04 ADMINISTRAÇÃO
--------------------------

SubFunção: 123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
---

Programa: 0006 Gestão da Secretaria de Administração e Finanças
---

Atividade: 2.200022 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
--	--

Despesa: 401 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
---	---------------

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

*MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral*  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2014**

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Reais

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas	
			Até o bimestre (b)	% ((b/a) x 100)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	24.501.594,65	24.501.594,65	19.359.825,28	79,01%
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	5.788.700,00	5.788.700,00	5.423.993,35	93,70%
Imposto Sobre a Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.680.000,00	2.680.000,00	2.083.117,24	77,73%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	11.214.000,00	11.214.000,00	8.381.582,52	74,74%
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.838.300,00	1.838.300,00	1.296.150,13	70,51%
Imposto Territorial Urbano - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	56.710,00	56.710,00	62.504,07	110,22%
Dívida Ativa dos Impostos	2.190.934,65	2.190.934,65	1.331.852,57	60,79%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa dos Impostos	732.950,00	732.950,00	780.625,40	106,50%
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	67.859.400,00	67.859.400,00	55.051.793,49	81,13%
Cota-Parte FPM	23.326.000,00	23.326.000,00	18.487.489,66	79,26%
Cota-Parte ITR	64.200,00	64.200,00	40.736,51	63,45%
Cota-Parte IPVA	6.420.000,00	6.420.000,00	5.306.731,99	82,66%
Cota-Parte ICMS	37.129.000,00	37.129.000,00	30.624.847,19	82,48%
Cota-Parte IPI-Exportação	716.900,00	716.900,00	471.995,01	65,84%
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00%
Desoneração ICMS (LC 87/96)	203.300,00	203.300,00	119.993,13	59,02%
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = (I+II)</b>	<b>92.360.994,65</b>	<b>92.360.994,65</b>	<b>74.411.618,77</b>	<b>80,57%</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	Previsão inicial	Previsão atualizada (c)	Receitas realizadas	
			Até o bimestre (d)	% ((d/c) x 100)
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	7.974.060,00	7.974.060,00	7.239.014,75	90,78%
Provenientes da União	7.234.797,00	7.234.797,00	6.717.805,53	92,85%
Provenientes dos Estados	625.029,80	625.029,80	389.802,18	62,37%
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras Receitas do SUS	114.233,20	114.233,20	131.407,04	115,03%
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00%
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	253.590,00	253.590,00	181.830,13	71,70%
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>8.227.650,00</b>	<b>8.227.650,00</b>	<b>7.420.844,88</b>	<b>90,19%</b>

DESPESAS COM SAÚDE	Dotação inicial	Dotação atualizada (e)	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas	
			Até o bimestre (f)	% ((f/e) x 100)	Até o bimestre (g)	% ((g/e) x 100)
DESPESAS CORRENTES	22.757.000,00	25.294.940,00	21.545.690,16	324,76%	18.728.480,95	258,89%
Pessoal e Encargos Sociais	13.702.310,00	13.942.910,00	10.926.519,81	355,83%	10.926.519,81	355,83%
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	9.054.690,00	11.352.030,00	10.619.170,35	310,92%	7.801.961,14	215,83%
DESPESAS DE CAPITAL	689.000,00	2.234.341,19	1.136.563,27	194,85%	976.804,47	168,90%
Investimentos	689.000,00	2.234.341,19	1.136.563,27	194,85%	976.804,47	168,90%
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>23.446.000,00</b>	<b>27.529.281,19</b>	<b>22.682.253,43</b>	<b>294,81%</b>	<b>19.705.285,42</b>	<b>236,47%</b>

Continua (1/2)



**MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2014**

Continuação (2/2)

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Reais

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas	
			Até o bimestre (h)	% ((h/IVf) x 100)	Até o bimestre (i)	% ((i/IVg) x 100)
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	52.661,39	0,23%	52.661,39	0,27%
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO D	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	7.963.360,00	10.927.501,19	8.437.314,26	37,20%	6.659.641,70	33,80%
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	7.813.360,00	10.248.660,00	8.304.975,29	36,61%	6.591.302,73	33,45%
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros Recursos	150.000,00	678.841,19	132.338,97	0,58%	68.338,97	0,35%
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO E	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PE	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>7.963.360,00</b>	<b>10.927.501,19</b>	<b>8.489.975,65</b>	<b>37,43%</b>	<b>6.712.303,09</b>	<b>34,06%</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)</b>	<b>15.482.640,00</b>	<b>16.601.780,00</b>	<b>14.192.277,78</b>	<b>85,49%</b>	<b>12.992.982,33</b>	<b>78,26%</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEG</b>						<b>17,46%</b>
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - ((15 x IIIb)/100)]</b>						<b>1.831.239,51</b>

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	Inscritos	Cancelados/ prescritos	Pagos	A pagar	Parcela considerada no limite
Inscritos em 2013	895.298,09	2.836,57	864.279,44	28.182,08	
Inscritos em 2012	22.936,60	0,00	0,00	22.936,60	
<b>Total</b>	<b>918.234,69</b>	<b>2.836,57</b>	<b>864.279,44</b>	<b>51.118,68</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE - ARTIGO 24, § 1º e 2º	DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo final (não aplicado)
<b>Total (VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 e 26	RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo final (não aplicado)
<b>Total (IX)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas	
			Até o bimestre (l)	% ((l/total l) x 100)	Até o bimestre (m)	% ((m/total m) x 100)
Atenção Básica	18.014.497,00	19.248.763,97	15.287.801,61	79,42%	14.289.849,21	74,24%
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.883.984,00	7.465.998,22	6.850.788,95	91,76%	5.011.275,07	67,12%
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Vigilância Sanitária	408.419,00	600.419,00	433.593,53	72,22%	311.666,94	51,91%
Vigilância Epidemiológica	139.100,00	214.100,00	110.069,34	51,41%	92.494,20	43,20%
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>23.446.000,00</b>	<b>27.529.281,19</b>	<b>22.682.253,43</b>	<b>82,39%</b>	<b>19.705.285,42</b>	<b>71,58%</b>

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Gaspar, Data da emissão 5 de Dezembro de 2014 e hora da emissão 10h e 46m

Pedro Celso Zuchi  
 Prefeito Municipal

Michael Zimmermann  
 Secretário Administração e Finanças

Kate Cristina Müller  
 Contadora CRC RS 082476/O-8 T-SC

**SAMAE - GASPAR****EXTRATO DO CONTRATO Nº 61/2014 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE  
- EXTRATO CONTRATOS / 2014

Número do contrato: 61/2014

Data vigência: 05/12/2014

Data vencimento: 31/01/2015

Licitação: 66/2014 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO SÃO JOSÉ LTDA.

Objeto: elaboração de projeto elétrico, telefonia e informática para a nova sede do SAMAE

Valor: R\$ 14.740,00 (quatorze mil setecentos e quarenta reais).

=====

Gaspar (SC), em 05 de dezembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**Governador Celso Ramos****SAMAE - Gov. CELSO RAMOS****ADITIVO AO CONTRATO 15/2014**

EXTRATO DO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2014

CONTRATANTE - SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO - JOÃO CARLOS CARDOSO JUNIOR TRANSPORTES

- ME

DO OBJETO - Contratação de uma empresa especializada em desentupidora de rede de esgoto sanitário, lavação de elevatórias e pv's, para prestar serviço junto ao Samae de Governador Celso Ramos.

Clausula Primeira

Fica acrescido em 25% (vinte e cinco) por cento do valor adjudicado, conforme Lei nº 8.666/93, o valor corresponde a R\$ 12.250,00 (doze mil duzentos e cinquenta reais)

Clausula segunda

As demais cláusulas do contrato nº 15/2014 ficam inalteradas.

DOTAÇÃO - (8) 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00) Melhoria e ampliação e manutenção do serv. De água

FUDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Carta Convite Nº 004/2014.

ALCIDES PEREIRA

DIRETOR GERAL DO SAMAE GOV. CELSO RAMOS

# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL Nº 126.2014 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 126/2014
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA, COMPACTA, REMOVÍVEL, NÃO PRESSURIZADA, PRÉ-FABRICADA, CONSTITUÍDA TOTALMENTE EM PRFV(FIBRA DE VIDRO), TIPO CONVENCIONAL, COMPLETA, COM VAZÃO NOMINAL DE 50 LITRO/SEGUNDO
Entrega dos Envelopes: 23/12/2014 às 09:00h
Abertura dos Envelopes: 23/12/2014 às 09:00h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a> ou pelo fone (47) 3373-0247
GUARAMIRIM (SC), 05/12/2014.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO LICITACAO 128 2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 128/2014
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA DO C.E.I SANTINAS-CHORCK, ATINGIDO PELA ENCHENTE DE JUNHO DE 2014.
Entrega dos Envelopes: 18/12/2014 às 09:00h
Abertura dos Envelopes: 18/12/2014 às 09:15h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a> ou pelo fone (47) 3373-0247
GUARAMIRIM (SC), 05/12/2014.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO LICITACAO 133 2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão – Registro de Preço 133/2014
Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA UNIDADES ESCOLARES.

Entrega dos Envelopes: 18/12/2014 às 13:00h

Abertura dos Envelopes: 18/12/2014 às 13:15h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 05/12/2014.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO Nº139/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO 72/2014 - PMG

Processo de Licitação: 139/2014 - PMG

Modalidade: Dispensa

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO 46 AW BD 20 LITROS PARA REPOSIÇÃO EM MANUTENÇÕES DAS RETROESCAVADEIRAS RANDON.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratada: COPAR PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 76.347.863/0001-00, com sede na Rua Santa Catarina, nº 852, bairro Floresta, no Município de Joinville, SC.

Valor: R\$ 989,40 (novecentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos)

Data da Assinatura: 05/12/2014 Vigência: 05/12/2014 até 31/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 05/12/2014.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO Nº25/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
CNPJ: 83.102.475/0001-16  
Rua 28 de Agosto, nº 2.042  
Fone/fax: (0 xx 47) 3373-0247  
89270-000 - GUARAMIRIM - SC  
CONTRATO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 40/2014 - FMS  
CONTRATO Nº 25/2014 - FMS

Termo de contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), e a empresa COINTER MAT. MED. HOSP. LTDA tendo por objeto AQUISIÇÃO DE INDICADOR (TESTE) BIOLÓGICO.

A Prefeitura MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, com endereço na Rua 28 de Agosto, nº 2042, GUARAMIRIM, SC, inscrita no CNPJ sob N.º 83.102.475/0001-16, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, Senhor LAURO FRÖHLICH, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa COINTER MAT. MED. HOSP. LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.800.317/0001-09, com sede na Rua Tupy, nº 1723, em Joinville, SC, resolvem firmar o presente contrato que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE INDICADOR (TESTE) BIOLÓGICO, observado o

disposto no Art. 24, inciso V, Dispensa de Licitação - Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto:

1.1. O objeto do presente contrato consiste no fornecimento, parcelado, pela CONTRATADA e, mediante necessidade da CONTRATANTE, de AQUISIÇÃO DE INDICADOR (TESTE) BIOLÓGICO para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

#### Cláusula Segunda - Do Prazo de Entrega e do Local:

2.1. A CONTRATADA compromete-se, com relação ao disposto nesta cláusula primeira, a entregar o material licitado, conforme necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, rigorosamente dentro do prazo de no máximo de 03 (três) dias após solicitação através de ordem de compra.

#### Cláusula Terceira - Da Dotação Orçamentária:

3.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento Fiscal Vigente, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

Dotação	Descrição
000097	REDUZIDO
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
0010	SAUDE
0301	ATENCAO BASICA
0006	Saúde Priorizada
2131	Cofinanciamento da atencao basica - ESF
33903036000000	MATERIAL HOSPITALAR
00032355	Transf. de Convênios do Estado Saude

#### Cláusula Quarta - Do Valor Do Contrato:

4.1. O preço do contrato tem como certo e ajustado o valor Total da proposta de R\$ 7.550,00 (sete mil quinhentos e cinquenta reais), correspondente ao objeto total descrito e caracterizado na cláusula primeira do presente instrumento, sendo o valor unitário R\$1.887,00 (um mil oitocentos e oitenta e sete reais).

#### Cláusula Quarta - Do Pagamento:

5.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria de Administração e Finanças, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, após a apresentação de documentação fiscal, e fatura devidamente atestada por servidor competente.

5.1.1. O pagamento será creditado em favor da contratada, por meio de ordem bancária contra qualquer entidade bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5.1.2. O pagamento à contratada somente será efetuado após a comprovação que mantém as condições de habilitação.

5.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

5.3. O preço contratado será, a qualquer título, a única e completa remuneração devida à CONTRATADA, achando-se compreendidos e diluídos no valor proposto, os materiais, os equipamentos, as ferramentas, os tributos, despesas decorrentes de transporte, entrega, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, e tudo o que for necessário ao perfeito e adequado fornecimento do objeto deste contrato.

5.4. FICA CONDICIONADO À APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA EM SUBSTITUIÇÃO À NOTA FISCAL, MODELO 1 OU 1-A, CONFORME ESTABELECIDO NO PROTOCOLO ICMS 42, DE

03/07/2009, COM SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SALVO OUTRA HIPÓTESE CONTEMPLADA NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

#### Cláusula Sexta- Do Reajuste:

6.1. O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Assim, o preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 1 (um) ano.

6.1.1. A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

6.1.2. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

6.1.3. Caso a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM já tenha emitido a nota de empenho respectiva, para que a empresa realize a entrega dos objetos, e a empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre pedido já formalizado e empenhado.

6.2. A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos.

6.2.1. Durante esse período a empresa deverá efetuar a entrega do pedido pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pela a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

6.2.2. A empresa obrigar-se-á a realizar as entregas pelo preço registrado, caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

6.3. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM negociará com o Fornecedor sua redução.

#### Cláusula Sétima - Das Penalidades:

7.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração e será suspenso do cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Guaramirim pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

7.2. No caso de atraso injustificado por parte do contratado na execução do contrato, a partir do primeiro dia, o mesmo sujeitar-se-á à multa de mora de 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, sobre o valor inadimplente, que não excederá a 20% (vinte por cento) do montante, que será descontado dos valores eventualmente devidos pela Prefeitura Municipal de Guaramirim, ou ainda, quando for o caso, cobrados administrativamente ou judicialmente.

7.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, além do disposto no subitem 8.1 e 8.2, estará o contratado sujeito às seguintes sanções:

- advertência;
- multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- suspensão temporária de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Guaramirim pelo período de até 05 (dois) anos consecutivos;
- declaração de inidoneidade.

#### Cláusula Oitava - Das Infrações:

8.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520/2002; do Decreto nº 3.555/2000; e do Decreto nº 5.450/2005; a Licitante/Adjudicatária que:

8.1.1. Apresentar documentação falsa;

8.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;  
8.1.3. Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;  
8.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;  
8.1.5. Cometer fraude fiscal;  
8.1.6. Fizer declaração falsa;  
8.1.7. Ensejar o retardamento da execução do Certame;  
8.2. A Licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:  
8.2.1. Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;  
8.2.2. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores de Guaramirim, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;  
8.2.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.  
8.2.4. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Edital, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:  
I - Advertência, notificada por meio de ofício, mediante contra-recebimento do representante legal da Empresa, estabelecendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração.  
II - Multa de mora no percentual correspondente a 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, incidente sobre o valor dos serviços/fornecimentos não realizados, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 30 (trinta) dias.  
III - A multa moratória será aplicada a partir do 2º (segundo) dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação.  
IV - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos serviços / fornecimentos não realizados, no caso de inexecução total ou parcial do objeto deste Edital, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Administração pela não execução parcial ou total das obrigações.  
V - Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;  
VI - Decorridos 30 (trinta) dias sem que a Empresa tenha iniciado a prestação da obrigação assumida, estará caracterizada a inexecução da Licitação com a Empresa.  
VII - A aplicação de multa por inexecução da Licitação com a Empresa independe da multa moratória eventualmente aplicada ou em fase de aplicação, sendo aplicada cumulativamente.  
VIII - As sanções previstas no inciso I, V e VII deste item podem ser aplicadas juntamente com as dos incisos II e IV, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação.  
8.3. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à Contratada o contraditório e a ampla defesa

#### Cláusula Oitava - Da Vigência:

9.1. O objeto da licitação terá vigência até dia 31 de dezembro de 2014, a contar da assinatura do termo contratual, iniciando após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até o limite estabelecido pela Lei Federal n. 8.666/93, a critério das partes e da necessidade da Administração.

#### Cláusula Décima - Da Rescisão:

10.1. A rescisão contratual poderá ser:  
10.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;  
10.1.2. A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas nos item 19 do Edital;  
10.1.3. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização

escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

10.1.4. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### Cláusula Décima Primeira - Das Obrigações Da Empresa Vencedora:

11.1. A empresa vencedora obriga-se a:

11.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.1.2. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que causar à Prefeitura Municipal de Guaramirim e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

11.1.3. Entregar os materiais licitados, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 03 (três) dias após solicitação através de ordem de compra;

11.1.4. Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

#### Cláusula Décima Segunda - Dos Direitos E Obrigações Do Município:

12.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

12.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado na cláusula quinta deste instrumento.

12.3. Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

#### Cláusula Décima Terceira - Da Alteração Do Contrato:

13.1. O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a este Pregão;

13.2. No interesse da Administração da Prefeitura Municipal de Guaramirim, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93;

13.2.1. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária;

13.2.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, as supressões resultantes de acordo celebradas entre as partes;

13.2.3. A Prefeitura Municipal de Guaramirim poderá alterar unilateralmente o Contrato nos seguintes casos:

a) quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites previstos no artigo 65 da Lei de Licitações.

13.3. Em caso de supressão da obra, se a licitante vencedora já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Prefeitura Municipal de Guaramirim pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

#### Cláusula Décima Quarta - Da Força Maior:

14.1. No caso de impossibilidade de cumprimento por parte da CONTRATADA do previsto neste contrato, devido à força maior, conforme definido legalmente, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato ao CONTRATANTE e ratificar por escrito em até 5 (cinco) dias essa comunicação, descrevendo as ocorrências.

14.1.1. As obrigações contratuais da CONTRATADA, serão suspensas enquanto perdurar a situação;  
 14.1.2. O CONTRATANTE e a CONTRATADA, reciprocamente não serão responsáveis, por atrasos de qualquer natureza, causados por motivos de força maior.

#### Cláusula Décima Quinta- Das Disposições Finais:

15.1. Este contrato e a Justificativa do Processo de Dispensa de Licitação nº 96/2014 - PMG e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado em um e omitido no outro será considerado especificado e válido.

#### Cláusula Décima Sexta - Do Foro:

16.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Guaramirim/SC, 02 de DEZEMBRO de 2014.  
 CONTRATADA:

COINTER MAT. MED. HOSP. LTDA  
 CNPJ nº 03.800.317/0001-09  
 CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
 LAURO FROHLICH

#### T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_  
 Nome: Mª Rosangela dos S. Kuskowski

2ª \_\_\_\_\_  
 Nome: Denilson Weiss

### LEI COMPLEMENTAR Nº. 66/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº. 66/2014

Altera dispositivos das Leis Complementares nº. 007/2001 e 16/2007.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam alterados os números de vagas dos cargos abaixo relacionados, conforme Anexo III - Quadro Permanente, da Lei Complementar nº. 007/2001, de 23 de novembro de 2001:

Código	Nome do Cargo	Vagas
40010	Agente de Serviços Gerais	91
40280	Operador de Escavadeira Hidráulica	3
40150	Auxiliar de Setor	55
40120	Recepcionista	6
10180	Fonoaudiólogo	4
30392	Professor de Artes	7
10110	Psiquiatra	2

10120	Psicólogo	15
10196	Nutricionista	5

Art. 2º. Altera o número de vagas do cargo de Agente Comunitário de Saúde, presente no artigo 8º da Lei Complementar 16/2007, de 30 de outubro de 2007, conforme relacionado abaixo:

Código	Nome do Cargo	Vagas
20111	Agente Comunitário de Saúde	59

Art. 3º. Altera o número de vagas dos cargos abaixo relacionados, presentes no artigo 9º da Lei Complementar 16/2007, de 30 de outubro de 2007:

Código	Nome do Cargo	Vagas
10195	Cirurgião Dentista - PSF	7
20141	Técnico de Enfermagem - PSF	26
20142	Atendente de Consultório Dentário - PSF	8

Art. 4º. As demais disposições das Leis Complementares nº 007/2001 e 16/2007, permanecem inalteradas.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de dezembro de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretario de Administração e Finanças

### LEI COMPLEMENTAR Nº. 67/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº. 67/2014

Cria cargo de Fiscal do PROCON junto a Lei Complementar nº. 007/2001, de 23/11/2001.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Cria o cargo de Fiscal do PROCON conforme especificações abaixo relacionadas, que passam a integrar o Anexo III - Quadro Permanente, Grupo ANS - Atividades de Nível Superior:

Código	Nome do Cargo	Vagas	Horas semanais	Nível de Vencimentos
20057	Fiscal do PROCON	01	40	63-1A a 76

Parágrafo único. Acrescenta-se ao Anexo VI da Lei Complementar nº. 007/2001, a definição do cargo conforme o anexo da presente lei.

Art. 2º. As demais disposições da Lei Complementar nº. 007/2001 permanecem inalteradas.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de dezembro de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretario de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2001  
ANEXOVI - DEFINIÇÃO DOS CARGOS

GRUPO I - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS  
TÍTULO DO CARGO: FISCAL DO PROCON

Descrição do Cargo:

Contribuir com o cumprimento da legislação de proteção e defesa do consumidor, a fim de evitar conflitos e equilibrar as relações de consumo envolvidas entre as partes, apurando e comprovando práticas infrativas, lavrando autos de infração, bem como, educando fornecedores e consumidores.

Responsabilidade:

Pelo serviço executado;  
Pelo material de consumo, equipamentos e material permanente à sua disposição.

Requisitos:

Ensino Superior Completo em Administração, Ciências Contábeis e/ou Direito;  
Carteira Nacional de Habilitação categoria B.

Promoção ou Acesso:

Conforme estabelecido neste Plano.

Atividades Típicas:

Executar serviços de auditoria no mercado de consumo, efetuando diligências e vistorias, visando ao fiel cumprimento das legislações de proteção e defesa do consumidor, bem como subsidiar com informações verídicas os processos de denúncias ou reclamações de consumidores: Fiscalizando os estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços (públicos e privados), bem como as condições de seus produtos; Apurando as infrações contra o consumidor; Examinando documentos fiscais, livros comerciais e de estoque, bem como demais documentos correlatos; Apurar consultas e denúncias apresentadas por entidades representativas ou pessoas jurídicas, de direito público ou privado, bem como consumidores individuais; Efetuar ações de fiscalização em atendimento das reclamações, notadamente aquelas que necessitam de verificação in loco para a comprovação da possível prática infrativa; Interditar estabelecimentos, de acordo com a legislação vigente, por decisão da autoridade administrativa do órgão de defesa do consumidor; Notificar infratores, de acordo com a legislação vigente, solicitando a apresentação de documentos e/ou informações necessárias para a apuração de práticas infrativas contra a classe consumerista; Lavrar Autos de Infração, de Apreensão e de Constatação, bem como notificações às empresas por infringências às normas previstas na legislação consumerista, ou ainda, conceder prazos para a resolução de irregularidades, por infringências às normas previstas na Legislação consumerista, ou para apuração de práticas infrativas contra os consumidores nos casos de constatação e notificação; Subsidiar decisão da instância superior, quando couber, elaborando relatórios de fiscalização, autuação, visitas e/ou outros; Orientar consumidores, produtores e prestadores de serviços sobre os fundamentos da relação de consumo, segundo os preceitos legais, visando subsidiá-los com informações pertinentes; Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 68/2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº. 68/2014

Cria funções de confiança junto a Lei Complementar nº. 001/2009.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Acrescenta inciso IV, no artigo 20, transforma parágrafo único em § 1º e acrescenta §§ 2º ao 6º, na Lei Complementar nº. 001/2009, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20. A estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e habitação é composta por:

[...]

IV - Funções de Confiança:

- a) Coordenadoria do PRONATEC;
- b) Coordenadoria do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS;
- c) Coordenadoria de Centro de Referência Especializada da Assistência Social - CREAS;

§ 1º [...]

§ 2º As funções de confiança elencados no inciso IV deste artigo serão exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e será devida uma gratificação referente ao cargo de Assistente, conforme Anexo II desta lei.

§ 3º O servidor que desempenhar a função de Coordenador do PRONATEC deverá ter formação superior comprovada na área de serviço social, psicologia, pedagogia, antropologia, administração, economia doméstica, sociologia ou terapia ocupacional e respectivo registro no órgão fiscalizador da profissão e, realizará as seguintes atribuições:

I - Coordenar as ações do Programa ACESSUAS/TRABALHO no âmbito da gestão municipal;

II - Coordenar o planejamento das atividades que serão desenvolvidas pela Equipe de Referência;

III - Acompanhar os resultados das metas pactuadas pelo Município;

IV - Alimentar com informações pertinentes o Sistema de Monitoramento do Programa ACESSUAS/TRABALHO;

V - Prestar contas dos recursos utilizados.

§ 3º O pagamento da gratificação do servidor efetivo designado Coordenador do PRONATEC será realizado com Recurso Federal recebido pelo Município de Guaramirim, específico para o Programa.

§ 4º A existência do cargo de Coordenador do PRONATEC fica vinculada a vigência do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) instituído pela União através da Lei Federal nº. 12.513/2011.

§ 5º O servidor que desempenhar a função de Coordenador do CRAS deverá ter formação superior comprovada na área de serviço social ou psicologia e, realizará as seguintes atribuições:

I - Articular, acompanhar e avaliar o processo de implantação do CRAS e a implementação dos programas, serviços, projetos da

proteção social básica operacionalizadas nessa unidade;

II - Coordenar a execução, o monitoramento, o registro e a avaliação das ações;

III - Acompanhar e avaliar os procedimentos para a garantia da referência e contra-referência do CRAS;

IV - Coordenar a execução das ações de forma a manter o diálogo e a participação dos profissionais e das famílias inseridas nos serviços ofertados pelo CRAS e pela rede prestadora de serviços no território;

V - Definir com a equipe de profissionais critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias;

VI - Definir com a equipe de profissionais o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias;

VII - Definir com a equipe técnica os meios e os ferramentais teórico-metodológicos de trabalho social com famílias e os serviços socioeducativos de convívio;

VIII - Avaliar sistematicamente, com a equipe de referência dos CRAS, a eficácia, eficiência e os impactos dos programas, serviços e projetos na qualidade de vida dos usuários;

IX - Efetuar ações de mapeamento, articulação e potencialização da rede socioassistencial e das demais políticas públicas no território de abrangência do CRAS;

§ 6º O servidor que desempenhar a função de Coordenador do CREAS deverá ter formação superior comprovada na área de serviço social ou psicologia e, realizará as seguintes atribuições:

I - Articular, acompanhar e avaliar o processo de implantação do CREAS e seu (s) serviço (s), quando for o caso;

II - Coordenar as rotinas administrativas, os processos de trabalho e os recursos humanos da Unidade;

III - Participar da elaboração, acompanhamento, implementação e avaliação dos fluxos e procedimentos adotados, visando garantir a efetivação das articulações necessárias;

IV - Subsidiar e participar da elaboração dos mapeamentos da área de vigilância socioassistencial do órgão gestor de Assistência Social;

V - Coordenar a relação cotidiana entre CREAS e as unidades referenciadas ao CREAS no seu território de abrangência;

VI - Coordenar o processo de articulação cotidiana com as demais unidades e serviços socioassistenciais, especialmente os CRAS e Serviços de Acolhimento, na sua área de abrangência;

VII - Coordenar o processo de articulação cotidiana com as demais políticas públicas e os órgãos de defesa de direitos, recorrendo ao apoio do órgão gestor de Assistência Social, sempre que necessário;

VIII - Definir com a equipe a dinâmica e os processos de trabalho a serem desenvolvidos na Unidade;

IX - Discutir com a equipe técnica a adoção de estratégias e ferramentas teórico-metodológicas que possam qualificar o trabalho;

X - Definir com a equipe os critérios de inclusão, acompanhamento

e desligamento das famílias e indivíduos nos serviços ofertados no CREAS;

XI - Coordenar o processo, com a equipe, unidades referenciadas e rede de articulação, quando for o caso, do fluxo de entrada, acolhida, acompanhamento, encaminhamento e desligamento das famílias e indivíduos no CREAS;

XII - Coordenar a execução das ações, assegurando diálogo e possibilidades de participação dos profissionais e dos usuários;

XIII - Coordenar a oferta e o acompanhamento do (s) serviço (s), incluindo o monitoramento dos registros de informações e a avaliação das ações desenvolvidas;

XIV - Coordenar a alimentação dos registros de informação e monitorar o envio regular de informações sobre o CREAS e as unidades referenciadas, encaminhando-os ao órgão gestor;

XV - Contribuir para a avaliação, por parte do órgão gestor, dos resultados obtidos pelo CREAS;

XVI - Participar das reuniões de planejamento promovidas pelo órgão gestor de Assistência Social e representar a Unidade em outros espaços, quando solicitado;

XVII - Identificar as necessidades de ampliação do RH da Unidade e/ou capacitação da equipe e informar o órgão gestor de Assistência Social;

XVIII - Coordenar os encaminhamentos à rede e seu acompanhamento."

Art. 2º. Acrescenta quadro específico no Anexo I da Lei Complementar nº. 001/2009, às funções de confiança criadas por esta lei, vinculadas a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, conforme segue:

#### FUNÇÕES DE CONFIANÇA

#### SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO:

DESCRIÇÃO	GRATIFICAÇÃO	QUANT.
Coordenador do PRO-NATEC	Conforme § 2º, Art. 20 da presente lei.	01
Coordenador do CRAS	Conforme § 2º, Art. 20 da presente lei.	01
Coordenador do CREAS	Conforme § 2º, Art. 20 da presente lei.	01

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de dezembro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretario de Administração e Finanças

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 69/2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº. 69/2014

Altera dispositivos da Lei Complementar nº. 007/2001 de 23 de novembro de 2001.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o número de vaga do cargo abaixo relacionado, conforme Anexo III - Quadro Permanente, da Lei Complementar nº. 007/2001, de 23 de novembro de 2001:

Código	Nome do Cargo	Vagas
10150	Assistente Social	18

Art. 2º. As demais disposições da Lei Complementar nº. 007/2001 permanecem inalteradas.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de dezembro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretario de Administração e Finanças

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 70/2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº. 70/2014

Estabelece condições para a regularização de edificações e benfeitorias no Município de Guaramirim.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. As edificações e benfeitorias erigidas no território do Município de Guaramirim, finalizadas há mais de 05 (cinco) anos, e que estejam em desacordo com as normas estabelecidas para a sua construção, quer sejam normas atuais ou pretéritas, são passíveis de regularização através da presente Lei Complementar, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua publicação.

§ 1º A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, responsável pela análise e aprovação dos projetos de edificações, verificando tratar-se de obra que seja passível de regularização, deverá proceder ao enquadramento da mesma nos termos desta Lei, com a emissão de parecer técnico;

§ 2º A competência para a aprovação do projeto de regularização de benfeitoria, bem como para emissão da Certidão de Regularização, é da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, a qual solicitará a comprovação da data do término da obra através dos documentos de que trata o artigo 3º desta Lei;

§ 3º O Setor de Vigilância Sanitária procederá, quando a natureza do imóvel exigir, a inspeção da edificação.

Art. 2º. A aprovação do projeto, para fins de enquadramento nesta Lei, fica condicionada a:

I - Consulta à Diretoria Municipal de Defesa Civil - DMDEC DE GUARAMIRIM - SC, a fim de atestar que a construção ou benfeitoria não se encontra edificada em áreas consideradas de risco;

II - Consulta à Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim, a fim de atestar que a construção ou benfeitoria foi realizada em acordo com a legislação ambiental vigente;

III - Apresentação do comprovante de recolhimento de tarifa de análise de projeto, com valor a ser fixado através de Decreto Regulamentador.

Art. 3º. Para fins de regularização de edificações e benfeitorias, somente serão aceitas as construções erigidas há mais de 05 (cinco) anos da data da solicitação, cabendo ao requerente a prova da existência da mesma e da data de sua conclusão, no ato da solicitação, o que deverá ser feito através da apresentação de pelo menos um dos documentos relacionados abaixo:

I - certidão, emitida pelo Município de Guaramirim, atestando a existência e tempo de conclusão da construção, devidamente lançada no cadastro imobiliário;

II - cópia do carnê de IPTU, onde conste o lançamento da existência da benfeitoria há mais de 05 (cinco) anos;

III - ART de projeto/regularização, atestando a data de conclusão da obra e as condições atuais de habitabilidade e segurança;

IV - ainda os seguintes documentos:

- a) notas fiscais de aquisição de materiais de construção;
- b) comprovante de ligação de água, luz ou telefone há mais de 05 (cinco) anos;
- c) fotografias ou recortes de jornais que de alguma forma revelem a existência e/ou tempo de conclusão da construção;
- d) contrato de locação do imóvel revelando a existência e/ou tempo da conclusão da construção, com firma reconhecida ou devidamente registrado há época do fato;

Parágrafo único. Comprovada qualquer inserção de dados ou informações falsas no processo administrativo, este será de plano encerrado, perdendo o interessado o direito de se utilizar das disposições desta lei, para qualquer construção, independentemente de responder criminalmente por seus atos.

Art. 4º. Não serão objeto de regularização as construções que:

I - não respeitem os recuos laterais mínimos para efeito de colocação de janelas e aberturas;

II - foram edificadas nas divisas com materiais combustíveis;

III - enquadrem-se como potencialmente causadoras de prejuízos a terceiros;

IV - enquadrem-se como ofensivas às normas urbanísticas da cidade;

V - desrespeitem o recuo frontal, excetuando-se aquelas que não causem prejuízo ao passeio ou vias públicas;

VI - desrespeitem o alinhamento mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

VII - não preencham os requisitos desta Lei Complementar;

VIII - ofendam texto de lei hierarquicamente superior;

IX - tenham sido edificadas em áreas consideradas de risco;

X - estejam em desacordo com a legislação ambiental vigente.

Art. 5º. Caso sejam constatadas irregularidades, pela Secretaria

de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e/ou pela Vigilância Sanitária, que impeçam a aprovação do projeto, mas que sejam passíveis de regularização, o requerente será cientificado e será concedido o prazo de até 120 (cento e vinte) dias para execução das correções.

Parágrafo único. Decorrido o prazo especificado nesse artigo sem a comprovação, pelo requerente, da correção das irregularidades apontadas, o processo de aprovação do projeto de edificação será indeferido e arquivado.

Art. 6º. Com a aprovação do projeto de edificação, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano emitirá Certidão de Regularização.

§ 1º Após a emissão da Certidão de Regularização, poderá o requerente solicitar Alvará de Habite-se, condicionado a apresentação, pelo requerente, de:

I - Aprovação da edificação pelo Corpo de Bombeiros Militar ou Voluntário;

II - Aprovação da edificação pelo DEINFRA e/ou DNIT, quando for o caso de imóveis situados às margens de rodovias estaduais ou federais;

III - Ainda, poderá o Departamento de Fiscalização de Obras solicitar o comprovante de aprovação da edificação ou benfeitoria por outros órgãos aqui não especificados, quando a natureza do imóvel requerer;

IV - Comprovante de recolhimento de tarifa de regularização, com valor a ser fixado através de Decreto Regulamentador.

§ 2º Quando tratar-se de residência unifamiliar, para a emissão do Alvará de Habite-se, dispensa-se o requisito do inciso I desse artigo.

Art. 7º. A solicitação da Certidão de Regularização e do Alvará de Habite-se fica condicionada a regularidade fiscal do imóvel objeto do pedido com a Fazenda Municipal.

Art. 8º. O Chefe do Poder Executivo expedirá, quando necessário, Decreto regulamentador da presente Lei Complementar.

Art. 9º. Fica integralmente revogada a Lei Ordinária nº. 3.930, de 23 de dezembro de 2011.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de dezembro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretario de Administração e Finanças

## **LEI Nº. 4173/2014**

LEI Nº. 4173/2014

Declara de Utilidade Pública o Moto Clube Blindados.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica Declarado de Utilidade Pública o Moto Clube Blindados, inscrito no CNPJ Sob Nº 15.108.163/0001-60, fundado em 07 de Setembro de 2009, com sede e foro na Rua Cláudio Tomaselli S/Nº, Bairro Recanto Feliz, Município de Guaramirim - SC.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Guaramirim/SC, 04 de dezembro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.371/2014.

DECRETO NR. 3371 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

“REGULAMENTA A LEI NR. 3075/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014 QUE INSTITUI O PROGRAMA ‘ADOpte UMA PRAÇA’ DO MUNICÍPIO DE HERVAL D’OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d’Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta as disposições da Lei Municipal nr. 3075/2014 de 01 de dezembro de 2014, que institui o programa “Adote uma Praça” no Município de Herval D’Oeste, cuja demanda será verificada pela Secretaria de Planejamento e Coordenação.

#### CAPÍTULO I - DA ADOÇÃO DA PRAÇA

Art. 2º Os interessados em participar do programa “Adote uma Praça” deverão apresentar requerimento à Secretaria de Planejamento e Coordenação, acompanhado de croqui indicando a área pública de seu interesse.

Art. 3º Do requerimento deverão constar:

- I - nome da entidade adotante;
- II - razão social, se houver;
- III - nome do responsável pela entidade interessada, acompanhada do Contrato Social ou Estatuto e da Ata que elegeu a última diretoria;
- IV - número do RG e do CPF do responsável, conforme cópia simples do documento apresentado;
- V - endereço da entidade ou do responsável, conforme cópia simples de comprovante de endereço;
- VI - nome da praça, se houver;
- VII - localização e endereço da praça;
- VIII - projeto ou croqui dos serviços a serem realizados;
- IX - certidões negativas federal, estadual e municipal.

Art. 4º A conveniada deverá manter em perfeitas condições de conservação e limpeza, as calçadas e os passeios envoltórios à praça, as calçadas e os passeios internos à praça, os espécimes vegetais, os equipamentos e o mobiliário da praça e da calçada envoltória.

Art. 5º A Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos será a responsável pela fiscalização das condições de limpeza e manutenção da praça adotada.

Art. 6º A conveniada fica autorizada a adotar todas as medidas urgentes na defesa do patrimônio público.

Art. 7º Ficam excluídas da participação do programa “Adote uma Praça” pessoas jurídicas relacionadas a cigarros e bebidas alcoólicas, bem como outras que possam ser consideradas impróprias aos objetivos propostos na Lei e neste Decreto.

#### CAPÍTULO II - DAS OBRAS E REFORMAS

Art. 8º As reformas que se fizerem necessárias deverão ter projeto e memorial descritivo com responsável técnico, submetido à análise da Secretaria de Planejamento e Coordenação.

Art. 9º A apresentação do projeto deverá obedecer ao padrão Prefeitura, e poderá ser simultânea ao requerimento de adoção da praça e se dará no mesmo processo administrativo.

§ 1º Na hipótese do caput deste artigo, o cronograma de execução das obras é parte integrante do projeto.

§ 2º O adotante deverá utilizar-se de técnicas e práticas recomendadas pelos técnicos da Secretaria de Planejamento e Coordenação para execução dos trabalhos.

#### CAPÍTULO III - DO TERMO DE CONVÊNIO

Art. 10. Deferido o requerimento de adoção da praça e aprovados o projeto, o memorial descritivo e o cronograma de execução das obras, o adotante firmará Termo de Convênio com a Prefeitura do Município de Herval D’Oeste.

§ 1º Do Termo de Convênio deverá constar, além de outras, as seguintes cláusulas:

- I - a qualificação do Conveniente, do conveniado e de seus respectivos representantes;
- II - a fundamentação legal do convênio;
- III - o objeto do convênio e a identificação, através do endereço da praça a ser adotada;
- IV - as obrigações de cada parte;
- V - o prazo de duração do convênio;
- VI - cláusula de defesa do patrimônio público;
- VII - cláusula de prazo para execução das obras;
- VIII - cláusula rescisória ou resolutória;
- IX - cláusulas finais.

Art. 11. O Termo de Convênio obedecerá ao modelo constante do Anexo I deste Decreto.

Art. 12. O Termo de Convênio será assinado pelo Prefeito Municipal, pelo Secretário de Planejamento e Coordenação, pelo representante legal da conveniada e por 02 (duas) testemunhas.

#### CAPÍTULO IV - DA IDENTIFICAÇÃO

Art. 13. A Praça adotada será identificada através de placa informativa.

Art. 14. Da placa informativa constará o nome da praça, o brasão do Município, o logotipo da gestão, o texto: “Programa Adote uma Praça”, o nome e o logotipo do adotante e o número da lei autorizadora.

#### CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. As placas informativas não poderão:

- I - ocupar ou estar projetadas sobre o leito carroçável das vias;
- II - obstruir a circulação de pedestres ou configurar perigo ou impedimento à locomoção de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- III - obstruir o acesso a faixas de travessia de pedestres, escadas rolantes ou entradas e saídas de público, sobretudo as de emergência ou para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- IV - deixar faixa de circulação inferior a 1,20m (um metro e vinte centímetros);
- V - divulgar quaisquer textos publicitários em especial os que estimulem o consumo de bebidas alcoólicas, de cigarros ou da violência em todas as suas formas.

Art. 16. As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta de dotações específicas consignadas no orçamento municipal.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de dezembro de 2014.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito

ANEXO I AO DECRETO Nº 3371 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

#### MODELO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio nº \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_.

O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 82.939.430/0001-38, com sede na Rua Nereu Ramos, 389, Centro, neste ato representada pelo Sr Prefeito Municipal, (Qualificação) pela(o) Secretária(o) de Planejamento e Coordenação doravante denominada CONCEDENTE, e de outro lado, o(a) (Qualificação da Empresa Conveniente) representado por (Qualificação do(s) Representante(s) do Conveniente), doravante denominado Conveniente, objetivando a união de esforços e mútua colaboração, firmam o presente TERMO DE CONVÊNIO para recuperação, manutenção e preservação de praça municipal, nos termos do programa "Adote uma Praça", autorizado pela Lei Municipal nº 3075/2014, de 01 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto 3371/2014, na forma e nos termos das cláusulas seguintes:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

O presente Convênio tem por objeto a adesão do Conveniente na recuperação, manutenção e preservação da praça (Denominação da Praça) localizada (Endereço da Praça), nesta cidade de Herval D'Oeste - SC.

Faz parte integralmente deste Termo os serviços descritos na proposta apresentada, aprovada pela Secretaria de Planejamento às fls \_\_\_\_

#### Cláusula Segunda - Das Obrigações

O Conveniente deve manter em perfeitas condições de conservação e limpeza, as calçadas e os passeios envoltórios à praça, as calçadas e os passeios internos à praça, os espécimes vegetais, os equipamentos e o mobiliário da praça e da calçada envoltória.

O Conveniente compromete-se a executar os serviços descritos na proposta apresentada e aprovada pela Secretaria de Planejamento e Coordenação, sob sua total e inteira responsabilidade e as suas exclusivas expensas, sem qualquer ônus para o município, ficando responsável por qualquer dano causado à Administração Pública e a terceiros na praça (Denominação da Praça) nesta cidade de Herval D'Oeste atendido o artigo 4º da Lei 3075/2014 e os artigos 8º e 9º do Decreto 3371/2014.

§ 1º O Conveniente deverá utilizar-se de técnica e práticas recomendadas pelos técnicos da Secretaria de Planejamento e Coordenação para execução dos trabalhos.

§ 2º O projeto de reforma e o projeto paisagístico deverão ser previamente submetidos à análise dos técnicos da Secretaria de Planejamento e Coordenação.

O Município/Concedente deverá propiciar aos técnicos credenciados pelo Conveniente, todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, à supervisão, ao controle e à fiscalização da execução do Convênio e

a) Fiscalizar as execuções dos serviços propostos;

b) Promover quando necessário, os entendimentos junto aos demais órgãos públicos envolvidos;  
c) Fornecer instruções à perfeita execução deste termo;  
d) Dirimir quaisquer dúvidas eventuais;  
e) Aprovar as placas (adesivos) indicativos do convênio;  
f) Alterar a localização das placas (adesivos), conforme o interesse da Administração Pública no local.

#### Cláusula Terceira - Do prazo

O prazo deste convênio é de 24 (vinte e quatro) meses e terá termo inicial em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e termo final em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

#### Cláusula Quarta - Da identificação da praça e do programa

O Conveniente manterá, pelo tempo que durar esse convênio, placa(s) com a logomarca da empresa, desde que cada placa não exceda 0,25m² devendo ainda obrigatoriamente nela constar:

1. Nome da praça;
2. Nome da empresa e seu logotipo;
3. O texto: PROGRAMA ADOTE UMA PRAÇA;
4. O número da Lei;
5. O brasão do Município;
6. O logotipo da atual gestão.

#### Cláusula Quinta - Da defesa do patrimônio público

O Conveniente fica autorizado a adotar todas as medidas urgentes na defesa do patrimônio público.

No caso de descumprimento do presente termo, o Conveniente será notificado para no prazo de \_\_\_\_ ( ) dias úteis, comprovar a regularização dos serviços, sob pena de imediata rescisão, sem prejuízo da adoção das medidas judiciais cabíveis.

#### Cláusula Sexta - Da Rescisão

O Convênio poderá ser rescindido:

- I - pelo interesse das partes;
- II - no interesse da administração municipal;
- III - no descumprimento pela empresa ou entidade, das condições do convênio, fixadas na lei, no decreto regulamentador ou no termo de convênio.

§ 1º Em caso de rescisão, O Conveniente não poderá exigir a restituição ou indenização pelas despesas realizadas com a recuperação, manutenção ou preservação da área descrita nas cláusulas primeira e segunda deste Termo de Convênio.

§ 2º As empresas ou entidades, ou pessoas físicas que aderirem ao Programa Adote uma Praça deverão estar em dia com os tributos municipais e, a adesão ao programa não gera direitos à compensação de débitos eventualmente existentes para com a Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste.

§ 3º O Conveniente não poderá em qualquer hipótese, sob pena de imediata rescisão do Termo de Convênio, promover o fechamento da área objeto do Convênio ou, por qualquer modo, restringir seu uso público, bem como não poderá utilizá-la para fins diversos daqueles estabelecidos no Termo.

#### Cláusula Sétima - Do Foro

O Conveniente na execução desse Termo de Convênio deverá dirigir-se a Secretaria de Planejamento e Coordenação para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências durante a vigência deste Convênio.

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Convênio, não solucionadas na esfera administrativa, fica eleito o Foro da Comarca de Herval D'Oeste - SC, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### Cláusula Oitava - Dos Documentos

Faz parte integrante do presente Termo, independentemente de transcrição todo o conteúdo do Processo Administrativo nº \_\_\_\_\_ principalmente o Plano de gestão/trabalho.

#### Cláusula Nona - Das disposições finais

Todas as melhorias decorrentes do presente termo passarão a integrar o patrimônio público municipal, sem qualquer direito a retenção ou indenização, devendo o Conveniente retirar as mensagens indicativas no prazo de \_\_\_\_\_(-- ) dias.

E por estarem ambas as partes justas e conveniadas, firmam o presente Termo de Convênio em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo identificadas e assinadas.

Local e data.

Prefeito Municipal de Herval D'Oeste

Secretaria de Planejamento e Coordenação

Conveniente

Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF:

Endereço:

Nome:

RG:

CPF:

Endereço:

### PORTARIA Nº 1310/2014

PORTARIA Nº 1310/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 03 de dezembro de 2014, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora SANDRA CAVALHEIRO DO AMARAL (Matr. 2835), ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde - ACS, readaptada, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, conforme determina a Legislação Específica do Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

## Imarui

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº. 128, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 128, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2014, EM FAVOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

MANOEL VIANA DE SOUSA, MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Imaruí, e em atenção as disposições da Lei municipal nº1.761, de 23 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar abaixo descrito, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$15.000,00 (quinze mil reais):

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação-Elemento	Cód.resu- mido	Recur- so	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	19	1000	Vencimentos e Vantagens Fixas -Pessoal Civil	15.000,00
Total Suplementação				15.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o item anterior (a) serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação-Elemento	Cód. resu- mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.05.00.00.00.00	24	1000	Outros Benefícios Previdenciários	5.000,00
3.3.90.35.00.00.00.00	27	1000	Serviços de Consultoria	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	32	1000	Equipamentos e Material Permanente	5.000,00
Total Suplementação				15.000,00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2013-2016 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 05 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural da Prefeitura Municipal de Imaruí, em 05/12/2014.

**DECRETO Nº. 129, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº. 129, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2014, EM FAVOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

MANOEL VIANA DE SOUSA, MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Imaruí, e em atenção as disposições da Lei municipal nº1.761, de 23 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar abaixo descrito, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$15.000,00 (quinze mil reais):

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação-Elemento	Cód.resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00.00.00	26	1000	Material de Consumo	15.000,00
Total Suplementação			15.000,00	

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o item anterior (a) serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação-Elemento	Cód.resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.35.00.00.00.00	27	1000	Serviços de Consultoria	15.000,00
Total Suplementação			15.000,00	

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2013-2016 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 05 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural da Prefeitura Municipal de Imaruí, em 05/12/2014.

**DECRETO Nº. 130, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº. 130, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, EXERCÍCIO 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Imaruí, e em atenção as disposições da Lei municipal nº1.761, de 23 de dezembro de 2013,

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente, exercício 2014, no importe de R\$15.000,00 (quinze mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação-Elemento	Cód.resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.94.00.00.00.00	383	1000	Indenizações Restituições Trabalhistas	15.000,00
Total Suplementação			15.000,00	

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o item anterior (a) serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação-Elemento	Cód.resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00	142	1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	15.000,00
Total Suplementação			15.000,00	

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 05 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 131, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº. 131, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, EXERCÍCIO 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Imaruí, e em atenção as disposições da Lei municipal nº1.761, de 23 de dezembro de 2013,

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente, exercício 2014, no importe de R\$1.000,00 (Um mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 02	GABINETE PREFEITO MUNICIPAL			
UNIDADE – 02.01	GABINETE PREFEITO MUNICIPAL			
PROJ/ATIV. – 2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE PREFEITO MUNICIPAL			

Dotação-Elemento	Cód.resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.36.00.00.00.00	97	1000	Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física	1.000,00
Total Suplementação			1.000,00	

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o item anterior (a) serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

ÓRGÃO – 02	GABINETE PREFEITO MUNICIPAL			
UNIDADE – 02.01	GABINETE PREFEITO MUNICIPAL			
PROJ/ATIV. – 2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE PREFEITO MUNICIPAL			
Dotação-Elemento	Cód.resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.14.00.00.00.00	95	1000	Diárias Civil	1.000,00
Total Suplementação			1.000,00	

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 05 de dezembro de 2014.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 132, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 132, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, EXERCÍCIO 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Imaruí, e em atenção as disposições da Lei municipal nº1.761, de 23 de dezembro de 2013,

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente, exercício 2014, no importe de R\$5.000,00 (cinco mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.022	MANUTENÇÃO DO FUNDEB			
Dotação-Elemento	Cód. resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.94.00.00.00.00	386	1018	Indenizações e Restituições Trabalhistas	5.000,00
Total Suplementação			5.000,00	

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o item anterior (a) serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.022	MANUTENÇÃO DO FUNDEB			
Dotação-Elemento	Cód. resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.05.00.00.00.00	235	1018	Outros Benefícios Previdenciários	5.000,00
Total Suplementação			5.000,00	

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 05 de dezembro de 2014.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 133, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 133, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, EXERCÍCIO 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Imaruí, e em atenção as disposições da Lei municipal nº1.761, de 23 de dezembro de 2013,

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente, exercício 2014, no importe de R\$5.000,00 (cinco mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.022	MANUTENÇÃO DO FUNDEB			
Dotação-Elemento	Cód. resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.94.00.00.00.00	387	1019	Indenizações e Restituições Trabalhistas	5.000,00
Total Suplementação			5.000,00	

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o item anterior (a) serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.022	MANUTENÇÃO DO FUNDEB			
Dotação-Elemento	Cód. resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.05.00.00.00.00	236	1019	Outros Benefícios Previdenciários	5.000,00
Total Suplementação			5.000,00	

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a retificar os anexos do

Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 05 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 134, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 134, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, EXERCÍCIO 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Imaruí, e em atenção as disposições da Lei municipal nº1.761, de 23 de dezembro de 2013,

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente, exercício 2014, no importe de R\$76.000,00 (setenta e seis mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
UNIDADE – 11.02	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.060	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
Dotação-Elemento	Cód.re-sumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	331	1000	Vencimentos e Vantagens Fixas -Pessoal Civil	76.000,00
Total Suplementação			76.000,00	

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o item anterior (a) serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
UNIDADE – 11.02	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.060	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
Dotação-Elemento	Cód.resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00.00.00	337	1000	Material de Consumo	51.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	340	1000	Serviços de Terceiros Pessoa Juridica	25.000,00
Total Suplementação			76.000,00	

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 05 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

## Imbituba

### PREFEITURA

#### DECRETO PMI Nº 301.2014

DECRETO PMI Nº 301, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente - CMDCA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe no Art. 6º da Lei nº 4.110, de 11 de setembro de 2012, e

Considerando os termos no Processo Administrativo nº 21869/2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, para um período de 02 (dois) anos, a contar da posse, os seguintes membros:

I - Representantes da área governamental:

a) Representantes da Secretaria de Assistência Social e Habitação - SEASH:

- Titular: Marivone Mendonça Damázio  
- Suplente: Célia David da Silva

b) Representantes da Secretaria Municipal da Educação - SEDUC:

- Titular: Ronaldo Augusto Pires  
- Suplente: Valdirene Dias Gonçalves

c) Representantes da Secretaria Municipal da Saúde - SEMUSA:

- Titular: Adriana da Silva Militão  
- Suplente: Zilda Barbara Darcy Andrade

d) Representante da Procuradoria Geral - PGM:

- Titular: Clara Regina Martins  
- Suplente: Euclides de Oliveira Porto

e) Representante da Secretaria Municipal de Turismo - SETUR:

- Titular: Romeu Pires Filho  
- Suplente: Pérsia Gonçalves Zanetta

f) Representante da Secretaria Municipal da Fazenda; - SEFAZ

- Titular: Simone Hipólito Martins  
- Suplente: Marilúcia Pacheco Luiz Ávila

g) Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável - SEDURB:

- Titular: Luciene Martins  
- Suplente: Josimara Martins Krausen

II - Representantes da área não governamental:

a) Associação Imbitubense Amigos do Xadrez - AIMAX:

- Titular: Felipe Tavares Guimarães  
- Suplente: Maristela da Rosa Guimarães

b) Pastoral da Criança:

- Titular: Sônia de Ávila  
- Suplente: Nieves Carvalho Fernandes

c) Imbituba Atlético Clube- IAC:

- Titular: Michel Nunes

- Suplente: José dos Passos Nunes

d) Rotary Clube de Imbituba:

- Titular: Luciana Niehues de Souza

- Suplente: Isaac de Almeida

e) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imbituba - APAE:

- Titular: Renata Domingos Nunes Francisco

- Suplente: Jandir Silva de Aguiar

f) Associação Beneficente Cristã Alimentando Esperanças

- Titular: Adilson Pedro Teixeira

- Suplente: Carlos Henrique Pacheco Custódio

g) Grupo Espírita Porta da Esperança - GEPE

- Titular: José Carvalho Barreto

- Suplente: Adilsander Bulso Sampaio

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 3 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

### DECRETO PMI Nº 302.2014

DECRETO PMI Nº 302, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA			
Manutenção do Programa Bolsa Família			
08.244.0013-2.075			
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0304 (0024)	Aplicações Diretas		25.000,00
Total			25.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA			
Manutenção do Programa Bolsa Família			
08.244.0013-2.075			
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0304 (0025)	Aplicações Diretas		25.000,00
Total			25.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 4 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

### DECRETO PMI Nº 303.2014

DECRETO PMI Nº 303, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais), para reforço das dotações orçamentárias, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Assistência Social		
08.244.0013-2.078		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0706 (0028)	Aplicações Diretas	7.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0780 (0033)	Aplicações Diretas	8.000,00
Total		15.500,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de Recursos de Convênios apurados no exercício de 2014, distribuídos da seguinte forma:

3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0706 (0028)	Benefícios Eventuais – NOB/SUAS	7.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0780 (0033)	Piso Básico Estadual/ SST-FEAS-FMAS	8.000,00
Total		15.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 4 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

**DECRETO PMI Nº 304.2014**

DECRETO PMI Nº 304, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO – SETUR		
Calendário Anual de Eventos		
23.695.0008-2.024		
3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 (0108)	Transferências a Instituições Privadas	30.000,00
Total		30.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 4 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo**DECRETO PMI Nº 305.2014**

DECRETO PMI Nº 305, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 88.985,00 (oitenta e oito mil e novecentos e oitenta e cinco reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS		
Manutenção da Atenção Básica		
10.301.0014-2.121		
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0229 (0039)	Aplicações Diretas	88.985,00
Total		88.985,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação decorrentes do Programa de Melhoria e Qualificação na Atenção Básica (PMAQ) do Fundo Nacional de Saúde-FNS.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 4 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo**DECRETO PMI Nº 306.2014**

DECRETO PMI Nº 306, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Assistência Social		
08.244.0013-2.078		
3.3.50.00.00.00.00.00.01.000 (0016)	Transf. a Instit. Priv. s/ Fins Lucr.	15.000,00
Total		15.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA			
Manutenção do Fundo de Assistência Social			
08.244.0013-2.078			
4.4.90.00.00.00.00.00.01.000 (0011)		Aplicações Diretas	15.000,00
Total			15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 4 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo

**DECRETO PMI Nº 307.2014**

DECRETO PMI Nº 307, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA – SEAGP			
Apoio Administrativo da SEAGP			
04.122.0003-2.003			
4.4.90.00.00.00.00.0.10000 (0011)		Aplicações Diretas	25.000,00
Total			25.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA – SEAGP			
Apoio Administrativo da SEAGP			
04.122.0003-2.003			
3.3.90.00.00.00.00.0.10000 (0009)		Aplicações Diretas	25.000,00
Total			25.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 4 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo**EDITAL SEAGP Nº 138/2014**

EDITAL SEAGP Nº 138/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2012.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, divulgado através do Edital nº 004/2012, de 14 de novembro de 2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2012, de 08 de fevereiro de 2013, que homologou os resultados do referido processo.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração

e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 05 de Dezembro a 05 de Janeiro de 2015, no horário das 14h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 05 de dezembro de 2014.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 138/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira

Flaviana Pires da Rosa

**PORTARIA PMI/DGP Nº 524/2014**

PORTARIA PMI/DGP Nº 524, de 03 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre a exoneração do cargo de Assessora III, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, do cargo/função de Assessora III, a Sra. DÉBORA COSTA RIBEIRO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 085.715.849-07, nomeada através da PORTARIA PMI/DGP Nº 190, de 05 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 05 de dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 03 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **PORTARIA PMI/DGP Nº 525/2014**

PORTARIA PMI/DGP Nº 525, de 03 de dezembro de 2014.  
Dispõe sobre a exoneração de Diretor de Intervenção Urbana, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar JARLEX TEIXEIRA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 043.058.289-79, do cargo de Diretor de Intervenção Urbana junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável, nomeado através da PORTARIA PMI/DGP Nº 379, de 18 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 05 de dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 03 de dezembro de 2014.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **PORTARIA PMI/DGP Nº 526/2014**

PORTARIA PMI/DGP Nº 526, de 05 de dezembro de 2014.  
Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento de Projetos Edifícios e Urbanos Sustentáveis, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JARLEX TEIXEIRA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 043.058.289-79, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Projetos Edifícios e Urbanos Sustentáveis junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 09 de dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de dezembro de 2014.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **PORTARIA PMI/DGP Nº 527/2014**

PORTARIA PMI/DGP Nº 527, de 05 de dezembro de 2014.  
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora ROSIMARI FERREIRA MOTTA, Servente Merendeira, inscrita no CPF sob o n.º 888.393.209-97, admitida em 22 de junho de 2009, contrato nº 5063, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	02.01.2015 a 01.04.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de dezembro de 2014.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **PORTARIA PMI/DGP Nº 528/2014**

PORTARIA PMI/DGP Nº 528, de 05 de dezembro de 2014.  
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor MARCOS SIDNEI BRANDENBURG, Médico, inscrito no CPF sob o n.º 378.388.900-63, admitido em 01 de agosto de 1994, contrato nº 304, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	02.01.2015 a 31.01.2015
	02.01.2016 a 31.01.2016
	02.01.2017 a 31.01.2017

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de dezembro de 2014.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014 (SEASH)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SEASH  
PROCESSO Nº 19/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014

A Pregoeira Oficial do Município de Imbituba, torna público o fim da suspensão do processo licitatório nº 19/2014 cujo objeto é o AQUISIÇÃO DE LEITES ESPECIAIS PARA AS CRIANÇAS ABRIGADAS PELAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS, PARA O ANO DE 2014.

A sessão pública para recebimento de envelopes do objeto já citado, se realizará em 19 de dezembro de 2014, às 17:00 horas na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 08 de dezembro de 2014.  
Michelle Francine Pereira de Oliveira de Souza  
Pregoeira Oficial

### **PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL 100/2014(PMI)**

PREFEITURA DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 169/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2014

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 19 de dezembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para possível aquisição de servidores, Storage, nobreak e licenciamento com garantia e assistência técnica.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 08 de dezembro de 2014.  
Zeli Pires  
Secretário de Administração

### **PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2014 (SEASH)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SEASH  
PROCESSO Nº 17/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2014

A Pregoeira Oficial do Município de Imbituba, torna público o fim da suspensão do processo licitatório nº 17/2014 cujo objeto é o AQUISIÇÃO DE FRALDAS PARA AS CRIANÇAS ABRIGADAS PELAS

FAMÍLIAS ACOLHEDORAS PARA O ANO DE 2014.

A sessão pública para recebimento de envelopes do objeto já citado, se realizará em 19 de dezembro de 2014, às 16:00 horas na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 08 de dezembro de 2014.  
Michelle Francine Pereira de Oliveira de Souza  
Pregoeira Oficial

### **PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO 72/2014** PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica revogado o Processo Licitatório nº 122/2014, na modalidade de Pregão Presencial nº 72/2014, por motivo de interesse público.

Imbituba, 08 de dezembro de 2014.  
Michelle F. Pereira de Oliveira  
Pregoeira Oficial

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 056/14**

Ato da Presidência nº 056/14

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em especial àquelas conferidas pelos Incisos II e XI, do Art. 35, do Regimento Interno, RESOLVE:

I - transferir a data da 44ª Sessão Ordinária, referente à 2ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, anteriormente agendada para o dia 10 de dezembro, para o dia 29 de dezembro de 2014 (segunda-feira); e

II - informar que a 44ª Sessão Ordinária será realizada das dependências da Câmara de Vereadores, às 19h30min, oportunidade em que também será reinaugurado o Plenário Epitácio Bittencourt.

Gabinete da Presidência, em 05 de dezembro de 2014.  
Luís Antônio Dutra  
Presidente da Câmara de Vereadores de Imbituba

Registre-se e Publique-se  
Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 05/12/2014 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

### **ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 057/14**

Ato da Presidência nº 057/14

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 43ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 09 de dezembro de 2014 (terça-feira), às 19h30min, nas dependências da OAB - 30ª Subseção de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
155	PL nº 4.636/2014	24/11/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Instituir a Comissão Permanente de Avaliação Imobiliária e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
153	PL nº 4.638/2014	26/11/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Institui a Bolsa Universitária, Bolsa Técnica e Bolsa Estudantil e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
164	PLC nº 325/2014	02/12/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Institui o Conselho da Cidade de Imbituba – CONCIDADE/IMBITUBA e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
168	PLC nº 330/2014	05/12/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre a Evolução Funcional na Carreira dos Servidores Públicos Municipais de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
173	PLC nº 331/2014	05/12/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar empregos públicos objetivando operacionalizar a execução de programas descentralizados na área da educação e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
169	PL nº 4.645/2014	05/12/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre o repasse de auxílio financeiro para a Associação Carnavalesca Bloco de Sujos do Sete - ACABLOSETE, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
170	PL nº 4.646/2014	05/12/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre o repasse de auxílio financeiro para o Grêmio Recreativo Cultural e Social Escola de Samba Divinéia, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
172	PL nº 4.647/2014	05/12/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre o repasse de auxílio financeiro para o Lar Assistencial e Associação de Amigos do Vai Quem Pode, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
171	PL nº 4.648/2014	05/12/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre o repasse de auxílio financeiro para o Grêmio Recreativo Escola de Samba Vila Nova, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.644/2014	05/12/14	Legislativo Municipal	Renato Carlos de Figueiredo	Dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação dos veículos automotores oficiais, locados e cedidos no município de Imbituba e da outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 05 de dezembro de 2014.

Luís Antônio Dutra Presidente	Renato Carlos de Figueiredo Vice-Presidente
Rosália Maria de Souza Sgrott Primeira-Secretária	

**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 058/14**

Ato da Presidência nº 058/14

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 3ª Sessão Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 10 de dezembro de 2014 (quarta-feira), às 19h30min, nas dependências da OAB - 30ª Subseção de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
	PELOM nº 002/2014	05/12/14	Legislativo Municipal	Dorlin Nunes Júnior, Jair Figueiredo Alves, Jesiel Oliveira Antulino, Guilherme Santos Souza, Luís Antônio Dutra, Luiz Cláudio Carvalho de Souza, Rosália Maria de Souza Sgrott, Rui Geraldo Rodrigues e Walfredo Amorim	Dá nova redação ao Art. 59. Da Lei Orgânica Municipal.	Urgência Especial	1ª	1ª
	PLC nº 329/2014	05/12/14	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Institui o auxílio-alimentação aos servidores públicos, ocupantes de cargos de provimento efetivo da Câmara Municipal de Imbituba, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.643/2014	02/12/14	Legislativo Municipal	Guilherme Santos Souza	Cria o Programa Municipal de Mutirão Permanente – PRÓ-MUTIRÃO, que especifica e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 05 de dezembro de 2014.

Luís Antônio Dutra Presidente	Renato Carlos de Figueiredo Vice-Presidente
Rosália Maria de Souza Sgrott Primeira-Secretária	

**EDITAL CMI Nº 03/2014**

EDITAL CMI Nº 03/2014

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pela alínea a do inciso XIX do art. 35 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba, CONVOCA, na forma do Art. 53, §§ 3º e 4º, da Lei Orgânica Municipal, os Senhores Vereadores em atividade para 01 (uma) Sessão Extraordinária, a ser levada a efeito no dia 10 de dezembro de 2014, quarta-feira, no recinto da sala de reuniões da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Santa Catarina - 30ª Subseção de Imbituba, com início às 19:30 horas, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 002/2014 - Dá nova redação ao Art. 59. Da Lei Orgânica Municipal.
2. Projeto de Lei Complementar nº 329/2014 - Institui o auxílio-alimentação aos servidores públicos, ocupantes de cargos de provimento efetivo da Câmara Municipal de Imbituba, e dá outras providências.
3. Projeto de Lei nº 4.643/2014 - Cria o Programa Municipal de Mutirão Permanente - PRO-MUTIRÃO, que especifica e dá outras providências.

E, para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente Edital, nesta data, o qual foi dado ciência a todos os interessados.

Imbituba, 05 de dezembro de 2014.

Luís Antônio Dutra
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

# Iomerê

## PREFEITURA

### DECRETO 1580/2014

DECRETO Nº 1580 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014  
Decreta ponto facultativo e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais, facultado pela Lei Orgânica do Município de Iomerê

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo para a secretaria de Educação Cultura e Esporte nos dias 19 de dezembro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º - Em casos especiais poderá ocorrer, convocação, troca ou compensação de horários para atender os serviços essenciais a população, inexistindo em tal caso qualquer forma de pagamentos extraordinários.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 04 de dezembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretario de Administração e Finanças

### DECRETO 1581/2014

DECRETO Nº 1581 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014  
Dispõe sobre o expediente da Prefeitura Municipal de Iomerê.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - A partir de 15 de dezembro de 2014 até 04 de janeiro de 2015, o expediente da Prefeitura Municipal de Iomerê será das 07h às 13h, de segunda a sexta feira, para os órgãos da Administração Pública Municipal, com exceção da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º - Em casos especiais poderá ocorrer convocação, troca, compensação ou troca de horários para atender os serviços essenciais a população, inexistindo em tal caso qualquer forma de pagamentos extraordinários.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretario de Administração e Finanças

### DECRETO 1582/2014

DECRETO Nº 1582 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014  
Decreta ponto facultativo e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais, facultado pela Lei Orgânica do Município de Iomerê

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Iomerê, durante as festividades de Natal e Ano Novo, conforme segue:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, AGRICULTURA E OBRAS.

Dia 24/12/2014 - expediente até as 13hs

Dia 26/12/2014 - ponto facultativo

Dia 31/12/2014 - expediente até as 12hs

Dia 02/01/2015 - ponto facultativo

SECRETARIA DE SAÚDE

Dia 24/12/2014 - expediente até as 12hs

Dia 26/12/2014 - ponto facultativo

Dia 31/12/2014 - expediente até as 12hs

Dia 02/01/2015 - ponto facultativo

Art. 2º - Em casos especiais poderá ocorrer, convocação, troca ou compensação de horários para atender os serviços essenciais a população, inexistindo em tal caso qualquer forma de pagamentos extraordinários.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretario de Administração e Finanças

# Ipumirim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.120 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2.014 RECEBE BENS MÓVEIS EM DOAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso VI do artigo 87, artigo 128 da Lei Orgânica Municipal e considerando o Prejudicado 1566 do Tribunal de Contas de Santa Catarina,

#### DECRETA

Art. 1º Fica autorizado a receber os bens em doação, destinados pelo governo federal, os seguintes equipamentos e veículos:

I - Retroescavadeira Caterpillar 416, Chassi CAT0416ELMFG08174, adquirido pelo valor R\$ 144.559,00;

II - Motoniveladora CASE 845, Chassi HBZN0843KEAFC4011, adquirido pelo valor R\$ 457.750,00;

III - Caminhão basculante 6x4 Mercedes Benz, Chassi 9BM693388EB948966, adquirido pelo valor R\$ 247.992,57;

Art. 2º. Fica o setor competente autorizado a proceder aos lançamentos contábeis, visando à incorporação ao Patrimônio Público Municipal dos bens móveis previstos neste Decreto.

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 02 de dezembro de 2.014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 02 de dezembro de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

### DECRETO N. 2.118 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2.014 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 36.211,12

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e inciso II do § 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA,

#### DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I - Código reduzido 142, Projeto 2.038 - Gestão do Transporte Escolar do Ensino Fundamental, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.3.0013, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 13.580,16.

II - Código reduzido 143, Projeto 2.048 - Apoio as Ações do Ensino Médio, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.3.0078, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 2.088,89.

III - Código reduzido 144, Projeto 2.042 - Gestão do Transporte

Escolar do Ensino Infantil, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.3.0079, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 10.542,07.

IV - Código reduzido 40, Projeto 2.025 - Gestão das Ações da Saúde da Família - PSF, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.3.0005, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 10.000,00.

TOTAL GERAL .....R\$ 36.211,12

Art. 2º Os créditos suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta da seguinte fonte de recursos:

I - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0013, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 13.580,16

II - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0078, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 2.088,89

III - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0079, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 10.542,07

IV - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0005, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 10.000,00.

TOTAL GERAL .....  
R\$ 36.211,12

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 02 de dezembro de 2.014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 02 de dezembro de 2.014

Valdir zanella

Prefeito de Ipumirim

### DECRETO N. 2.119 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2.014 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO VALOR DE R\$ 68.447,15.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA,

#### DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I - Código reduzido 51, Projeto 2.048 - Apoio as Ações do Ensino Médio, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0076, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 13.633,00.

II - Código reduzido 52, Projeto 2.048 - Apoio as Ações do Ensino Médio, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0078, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 3.395,62.

III - Código reduzido 122, Projeto 2.098 - Assistência Social Básica - FMAS, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0089, Órgão 10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Unidade 1 - Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 21.418,53.

IV - Código reduzido 5, Projeto 2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 10.000,00.

V - Código reduzido 7, Projeto 2.025 - Gestão das Ações da Saúde da Família - PSF, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 10.000,00.

VI - Código reduzido 105, Projeto 2.063 - Gestão das Políticas e Ações de Desenvolvimento Urbano, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 10.000,00.

TOTAL GERAL .....R\$ 68.447,15

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

I - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0076, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 13.633,00.

II - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0078, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 3.395,62.

III - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0089, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 21.418,53.

IV - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0000, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 10.000,00.

V - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0002, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 20.000,00.

TOTAL GERAL .....  
R\$ 68.447,15

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 02 de dezembro de 2.014.

Ipumirim-SC, 02 de dezembro de 2.014  
Valdir Zanella  
Prefeito de Ipumirim

## **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 77/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2014/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 77/2014

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: Fornecimento de Sistema, para implantação do Programa de Gestão Tributária, para utilização no Setor de arrecadação do Município, disponibilizado pelo Consórcio Público, para o exercício de 2015. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 05/12/2014

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

## **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 78/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2014/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 78/2014

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso XXVI, cujo objeto é: celebração de contrato de programa com o consórcio público CIGA, ligado à Federação Catarinense de Municípios - FECAM e às Associações de Municípios, nos termos do art. 24, XXVI visando a utilização dos sistemas disponibilizados por aquele consórcio nos termos de contrato de rateio, para o exercício de 2015. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 05/12/2014

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 77, DL 17-2014/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 17/2014 - DL</b>
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 77/2014 Data do Processo: 05/12/2014
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 77/2014  
b ) Licitação Nr.: 17/2014-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 05/12/2014  
e ) Objeto da Licitação Fornecimento de Sistema, para implantação do Programa de Gestão Tributária, para utilização no Setor de arrecadação do Município, disponibilizado pelo Consórcio Público, para o exercício de 2015.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**CIGA-Consórcio de Inform na Gestão Pública Munic. (9421)**

1 Implantação do programa de gestão tributária	mês	12,00	0,0000	820,00	9.840,00
				<b>Total do Fornecedor:</b>	<b>9.840,00</b>
				<b>Total Geral:</b>	<b>9.840,00</b>

Ipumirim, 5 de Dezembro de 2014.

-----  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 78, DL 18-2014/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 18/2014 - DL</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 78/2014 Data do Processo: 05/12/2014
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 78/2014  
b ) Licitação Nr.: 18/2014-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 05/12/2014  
e ) Objeto da Licitação: celebração de contrato de programa com o consórcio público CIGA, ligado à Federação Catarinense de Municípios - FECAM e às Associações de Municípios, nos termos do art. 24, XXVI visando a utilização dos sistemas disponibilizados por aquele consórcio nos termos de contrato de rateio, para o exercício de 2015.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**CIGA-Consórcio de Inform na Gestão Pública Munic. (9421)**

1	celebração de contrato de programa com o consórcio público CIGA, ligado à Federação Catarinense de Municípios - FECAM e às Associações de Municípios, nos termos do art. 24, XXVI visando a adesão do DOM/SC disponibilizado por aquele consórcio nos termos de contrato de rateio.	mês	12,00	0,0000	295,00	3.540,00
---	---	-----	-------	--------	--------	----------

**Total do Fornecedor: 3.540,00**

**Total Geral: 3.540,00**

Ipumirim, 5 de Dezembro de 2014.

-----  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

**Itá****PREFEITURA****AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2014,  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2014

REGISTRO DE PREÇO

A Prefeita Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, sistema Registro de Preço, no dia 19 de dezembro de 2014, para possível aquisição de combustíveis, para uso nos equipamentos, máquinas e veículos de propriedade do Município de Itá, inclusive do Fundo Municipal de Saúde e convênios. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 19 de dezembro de 2014 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá - SC, 08 de dezembro de 2014.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

**Itapiranga****PREFEITURA****PREGÃO Nº 168/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 168/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 168/2014, cujo objeto é a contratação de serviços de arbitragem para os jogos da 18ª edição dos JAITS -Jogos Abertos de Itapiranga, conforme autoriza a Lei Municipal nº 2.497/2008. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 18 de dezembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC. 05 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

**PREGÃO Nº 169/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 169/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 169/2014, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução dos serviços para manutenção da iluminação pública no Município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 10:00 horas do dia 18 de dezembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC. 05 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

**PREGÃO Nº 35/2014 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014

O Município de Itapiranga - SC., através do Fundo Municipal da Saúde, torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 35/2014, cujo objeto é a contratação de serviços na área da saúde para o atendimento à população do Município de Itapiranga, para o ano de 2015. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 18 de dezembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou

por email: [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br)

Itapiranga - SC., 05 de dezembro de 2014.  
Luis Carlos Steffenon  
Adm. Fundo Municipal Saúde

#### **PREGÃO Nº 36/2014 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PREGÃO PRESENCIAL  
Nº 36/2014

O Município de Itapiranga - SC., através do Fundo Municipal da Saúde, torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 36/2014, cujo objeto é a contratação de serviços de radiagnóstico para pacientes do Município de Itapiranga, para o ano de 2015. Entrega da documentação e proposta até às 13:00 horas do dia 18 de dezembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou no site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC, 05 de dezembro de 2014.  
Luis Carlos Steffenon  
Adm. Fundo Municipal Saúde

#### **PREGÃO Nº 37/2014 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PREGÃO PRESENCIAL  
Nº 37/2014

O Município de Itapiranga - SC., através do Fundo Municipal da Saúde, torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 37/2014, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na capacitação, treinamento e formação continuada em gestão do Sistema Único de Saúde/ SUS, agentes comunitários de saúde, núcleo de apoio saúde da família/ NASF, estratégia de saúde da família e conselho municipal de saúde. Entrega da documentação e proposta até às 16:00 horas do dia 18 de dezembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou no site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC, 05 de dezembro de 2014.  
Luis Carlos Steffenon  
Adm. Fundo Municipal Saúde

#### **PREGÃO Nº 38/2014 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PREGÃO PRESENCIAL  
Nº 38/2014

O Município de Itapiranga - SC., através do Fundo Municipal da Saúde, torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 38/2014, cujo objeto é a contratação de empresa para realização de transporte de pacientes para realização de tratamento e consultas especializadas em outras cidades. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 19 de dezembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou no site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC, 05 de dezembro de 2014.  
Luis Carlos Steffenon  
Adm. Fundo Municipal Saúde

# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA DE SESSÃO PÚBLICA - TOMADA DE PREÇO Nº 14/2014

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	05/12/2014	Horário: 11:00h
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 014/2014 Nº 141/2014

#### OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de Cobertura em estrutura metálica galvanizada, com 772,40m<sup>2</sup>, na quadra poliesportiva da Escola Municipal Euclides Emídio da Silva, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2191/2014. Exatamente as 11h:00m, afim de julgar e analisar a proposta de preço da empresa habilitada no certame em epígrafe: SOLO ENGENHARIA LTDA, CNPJ/MF: 08.743.714/0001-00. Seguindo todos os procedimentos e aberto o envelope de proposta e analisada foi achada conforme, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Empresa	Valor Total
SOLO ENGENHARIA LTDA	R\$ 494.417,00

Portanto a empresa SOLO ENGENHARIA LTDA foi vencedora com o valor total de R\$ 494.417,00 (quatrocentos e noventa e quatro mil quatrocentos e dezessete reais). Observando que o valor estimado para esta licitação foi de R\$ 553.573,78 (quinhentos e cinquenta e três mil quinhentos e setenta e três reais e setenta e oito centavos). Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICK DUTRA POHL PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	FERNANDA CRISTINA ROSA VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
JULIANA CRISTINA SOARES SPECK MEMBRO	

### ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao quinto dia do mês de dezembro de 2014, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA, ISABELA RAICK DUTRA POHL, nomeados pelo(a)

Decreto nº 2191/2014, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 85/2014, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT, PARA USO NAS UNIDADES DE SAUDES E PA 24 HORAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
TIAGO ALEXANDRE BOEGERSHAUSEN	CELSON LUIZ ROSAS DA SILVA
LS CLIMATIZAÇÕES LTDA	ADEMIR DE MARCHI

Analisados os documentos, houve dúvida quanto à atividade social de TIAGO ALEXANDRE BOEGERSHAUSEN se compatível com o objeto, foi baixado diligência e consultado os sites das seguintes lojas: Salfer, Magazine Luiza, Colombo e visto que aquisição de ar condicionado se enquadra na ala de eletrodomésticos. Os demais foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foi visto que a empresa TIAGO ALEXANDRE BOEGERSHAUSEN não apresentou o item 1.1.2. (catálogo do produto) do edital, portanto foi DESCLASSIFICADA para a fase de lances. A empresa LS CLIMATIZAÇÕES LTDA foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo ao classificado para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de documentação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital. A empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo HABILITADA para este certame. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

Empresas Ganhadoras	Itens/Lotes	Valor Total
LS CLIMATIZAÇÕES LTDA	1, 2, 3 e 4	56.700,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa

por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 5 de dezembro de 2014.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro	ISABELA RAICIK DUTRA POHL Membro
TIAGO ALEXANDRE BOEGERSHAUSEN CELSON LUIZ ROSAS DA SILVA	LS CLIMATIZAÇÕES LTDA ADEMIR DE MARCHI

### EXTRATO DO CONTRATO Nº115/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº115/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: LS CLIMATIZAÇÕES LTDA, com sede 104 Norte Rua NE 9, s/n, Centro - Palmas/TO, CEP: 77.006-028, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.197.752/0003-00, e Inscrição Estadual nº 29.433.901-9, representada neste ato pelo Procurador, o Sr. ADEMIR DE MARCHI, portador do CNPJ/MF nº 025.951.039-46, e do CI.RG nº 6.715.758-3 SSP/PR.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº84/2014 - PROCESSO Nº155/2014

Objeto: Aquisição de equipamentos de ar-condicionado tipo Split, que serão destinados às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes no Anexo V do edital. VALOR R\$: R\$ 87.730,00 (oitenta e sete mil setecentos e trinta reais).

DATA DA ASSINATURA: 05/12/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu término está condicionado a entrega do objeto e prestação dos serviços, ou até 31/12/2014.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 05 de dezembro de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DO EDITAL CONCORRENCIA Nº05/14

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (Art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que realizará no dia 12/01/2015 às 09h:30min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 09h:00min receberá envelopes dos possíveis interessados em participar do certame que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º201, Licitação na modalidade CONCORRÊNCIA Nº 05/2014 - PROCESSO Nº 162/2014, para a Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de estudantes universitários, em ônibus rodoviários no trajeto Itapoá-SC/Joinville-SC/Itapoá-SC e Itapoá-SC/Guaratuba-PR/Itapoá-SC, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. O Edital contendo especificações em partes poderá ser retirado no site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), para retirada da

complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Licitações e Contratos, será cobrada uma taxa de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais). O horário disponível para retirada é das 08h:00min às 14h:00min.

Itapoá, 04 de dezembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DO EDITAL PREGÃO Nº84/14

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2014

PROCESSO Nº 164/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 10:30h estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 11:00h do dia 18 de dezembro de 2014, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Contratação de empresa especializada em locação e montagem de equipamentos para eventos e contratação de grupo de dança a fim de atender o Projeto verão 2014/2015, conforme especificações constantes no Anexo V do edital. O Edital poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h às 14h.

Itapoá, 05 de dezembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Município de Itapoá/SC

Prefeito Municipal

### TERMO ADITIVO Nº 76/14 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº81/2014 (1ºADITIVO)

TERMO ADITIVO Nº76/2014 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 81/2014. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 960, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Administração e Finanças, a Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, portadora do CI.RG nº 2/R0372022 e do CNPJ/MF nº 248.711.419-34, e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPJ/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, de outro lado a Empresa ETTL ENGENHARIA DE TRANSPORTE, TRÁFEGO E LOGÍSTICA LTDA, com sede à Rua Diogo de Faria, nº 1298, Ap. 51, sala 01, Bairro: Vila Clementino, na cidade de São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.459.820/0001-09 e Inscrição Estadual n.º Isenta, representada neste ato pelo sócio o Sr. GABRIEL FERIANCIC, portador do CNPJ/MF sob o nº 277.796.728-83, e do CI.RG nº 30.481.970-0 SSP/SP, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a

Contratação de empresa de para prestação de serviços do Plano de Transporte Público Coletivo da Cidade de Itapoá e elaboração dos estudos pertinentes a confecção de minuta de edital de licitação para os serviços de transporte público de passageiros no modo rodoviário urbano, do Município de Itapoá SC, conforme Termo de referência parte integrante deste edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade CONVITE Nº 23/2014 - PROCESSO Nº 109/2014, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 81/2014, em 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do dia 06/12/2014, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 81/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 81/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscreita.

Itapoá/SC, 02 de dezembro de 2014.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA ETTL ENGENHARIA DE TRANSPORTE, TRÁFEGO E LOGÍSTICA LTDA GABRIEL FERIANCIC
CONTRATANTE MARIA IZABEL BLANSKI SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Testemunhas: NOME : CPF/MF:	NOME: CPF/MF:

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO Nº. 83/2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 83/2014

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DO PREFEITO RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2013.

Osni Ocker, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Prefeito Municipal de Itapoá, relativas ao exercício de 2013.

Art. 2º Integra este Decreto Legislativo o Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, com a aprovação das contas do Prefeito Municipal referente ao ano de 2013.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 02 de dezembro de 2014.

OSNI OCKER

Presidente

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### **DIVULGA DECISÃO DOS REQUERIMENTOS SOLICITANDO VAGA PARA DEFICIENTE E CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAR A PROVA DO EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO**

Ato 003/PMJM/ED001/14

DIVULGA DECISÃO DOS REQUERIMENTOS SOLICITANDO VAGA PARA DEFICIENTE E CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAR A PROVA DO EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, torna público, conforme segue:

1. As decisões dos requerimentos enviados em conformidade com o item 5 e sub item 5.6 do edital seguem abaixo:

Inscrição/Candidato	Cargo	Solicitação	Decisão
29880 – Patricia Pereira de Oliveira Casagrande	Assistente Social	Amamentação.	DEFERIDO nos termos do edital.
26422 – Susana Schmidt Ranakoski	Auxiliar de Ensino	Vaga para deficiente.	DEFERIDO nos termos do edital.

2. Os recursos contra o indeferimento poderão ser interpostos nos dias 08 e 09 de dezembro de 2014, nos termos do edital.

Jacinto Machado, 05 de Dezembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito Municipal

### **DIVULGA INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS DO EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO**

Ato 004/PMJM/ED001/14

DIVULGA INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS DO EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, torna público, conforme segue:

1. Ficam DEFERIDAS as inscrições constantes do anexo I deste edital, sendo indeferidas àquelas conforme situação apontada.

2. Ficam INDEFERIDAS as inscrições constantes do anexo II deste edital, não processadas por falta de pagamento da taxa de inscrição.

3. Os recursos contra o indeferimento da inscrição poderão ser interpostos nos dias 08 e 09 de Dezembro de 2014, nos termos do edital.

Jacinto Machado, 05 de Dezembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito Municipal

### ANEXO I - Ato 004/PMJM/ED001/14

#### INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Agente de Defesa Civil - Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34712	Aires Medeiros Godinho	29/12/1968	Deferido
2	24133	Aline Zattera Biasuz Deboni	26/12/1988	Deferido
3	24105	Angelo Jose Abatti	07/09/1957	Deferido
4	31910	Angerson Zanatta De Souza	14/02/1987	Deferido
5	34726	Ariel Iuri De Freitas	09/03/1989	Deferido
6	30215	Bráz Pereira Moro	03/02/1979	Deferido
7	25797	Cássio Costa Barboza	06/01/1989	Deferido
8	30043	Cirleza De Quadra Da Silva	21/03/1974	Deferido
9	24737	Elton Pereira	20/06/1989	Deferido
10	27902	Everson Cardoso Tommasi	02/03/1993	Deferido
11	30551	Felipe Neves Leite	16/08/1984	Deferido
12	29948	Francis ângelo Mezzari	10/11/1977	Deferido
13	34516	Gean Albano	11/08/1990	Deferido
14	34519	Heraldo Correia De Brito	19/04/1978	Deferido
15	24479	Jailta Silva Monteiro Guimarães Marcos	27/12/1973	Deferido
16	34594	Jaqueline Vefago Giassi	31/01/1998	Deferido
17	32628	Júlio César Dos Santos	14/09/1978	Deferido
18	30261	Jeferson Luiz Da Rosa França	06/05/1986	Deferido
19	34510	Juliana Claudino Mateus	13/09/1995	Deferido
20	34819	Luan Cristiano Albano	22/10/1990	Deferido
21	27986	Luciana Lessa Bitencourt	14/02/1984	Deferido
22	34455	Luiz Pedro Floriano Garcia	09/04/1994	Deferido
23	34640	Mariane Gerhardt De Souza	25/08/1991	Deferido
24	27775	Marina Ingrid De Oliveira Barbosa	07/06/1992	Deferido
25	26623	Micael Allan Dias Brunelli	04/06/1991	Deferido
26	26358	Ricardo Cechinel Da Rosa	17/02/1993	Deferido
27	34436	Sandro Alves	26/02/1969	Deferido
28	26490	Tiago Dos Passos Oliveira	07/08/1986	Deferido
29	28081	Tiago Mathias	03/08/1986	Deferido
30	24577	Viviane De Menezes	18/04/1982	Deferido

#### Assistente Social - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34358	Ana Beatriz Souza Teixeira Roldao	04/09/1966	Deferido
2	24265	Ana Maria Back Machado	04/11/1962	Deferido
3	30571	Cléia Borges Dal Pont	07/12/1982	Deferido
4	34824	Enedir Sartor	01/01/1970	Deferido
5	29945	Graziela Albano Coêlho	16/06/1980	Deferido
6	27351	Maria Das Graças Fernandes Isoppo	09/08/1982	Deferido
7	34381	Moara Monteiro Sant Helena	25/04/1990	Deferido
8	29880	Patricia Pereira De Oliveira Casagrande (lactante)	29/01/1982	Deferido
9	34453	Robson Rodrigo Coelho	22/03/1980	Deferido

10	24847	Sirlane Homem Dos Santos	20/04/1978	Deferido
11	23105	Susana Casagrande	03/06/1979	Deferido
12	34708	Thayse Brovedan Piazza Manenti	22/07/1986	Deferido

## Auditor Fiscal - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34585	Angelica Dos Santos Antoneli	22/08/1993	Deferido
2	34699	Bianca Matos De Almeida	16/07/1989	Deferido
3	24352	Carlos Alberto Machado	18/02/1960	Deferido
4	29890	Denize Gonçalves Cararo	13/01/1980	Deferido
5	30461	Gabriel Da Rosa De Almeida	20/02/1993	Deferido
6	29234	Gessica Mezzari Silveira	24/05/1991	Deferido
7	29887	Gislene Recco De Araujo Onorio	03/02/1981	Deferido
8	27068	Jaine Elias Alexandrino	24/01/1993	Deferido
9	26359	Joao Batista Alves	16/07/1964	Deferido
10	28000	Jonas Da Silva	03/03/1994	Deferido
11	34536	Katieli Coelho Claudino	19/11/1993	Deferido
12	24131	Magda Magnus Teixeira	01/06/1993	Deferido
13	34796	Maurício Darabas Ronçani	29/01/1993	Deferido
14	27245	Melânia Colares Paulo Martins	19/06/1988	Deferido
15	34807	Milca Barcelos Machado	28/03/1992	Deferido
16	28719	Milton Horn Junior	28/06/1990	Deferido
17	34598	Monise Pereira Borges	08/07/1994	Deferido
18	34440	Rafael Colares Antunes	21/12/1984	Deferido
19	28446	Rafaela De Jesús Colares	25/08/1991	Deferido
20	34697	Sergio Boteon	19/04/1965	Deferido
21	23821	Talita Smielewski Casa-grande	27/01/1990	Deferido

## Auditor Sanitário - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	33385	Everton Bardini Giusti	13/06/1992	Deferido
2	30181	Gregory Peterle Panatta	09/01/1992	Deferido
3	28755	Luciana Bozello Beteli	28/02/1988	Deferido
4	34284	Mariéli Cechinel Piva	13/06/1985	Deferido
5	34616	Samuel Duminelli Pereira	11/12/1990	Deferido
6	32476	Sergio Hennemann Alonso	03/09/1977	Deferido
7	34724	Tamara Bellettini Munari	01/03/1991	Deferido
8	23507	Vivia Borges Da Rosa	20/08/1982	Deferido

## Auxiliar Administrativo - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	29006	Alini Talau Sartor	21/10/1980	Deferido
2	34502	Laura Kochhann Trikeis	22/09/1996	Deferido
3	34327	Lilian Bristot Luckmann	14/06/1988	Deferido
4	30593	Lisiane Bratti Rosso	08/08/1995	Deferido
5	23588	Mariani Rocha	05/10/1992	Deferido
6	34474	Marlei Domingos Felix	25/02/1978	Deferido

7	34700	Richard Cunha Cardoso	17/05/1996	Deferido
8	25433	Samuel Selau Da Cunha	18/08/1989	Deferido
9	27747	Tiago Dos Santos Fernandes	29/12/1985	Deferido
10	29901	Vanessa De Oliveira Fagundes	06/02/1987	Deferido

## Auxiliar de Biblioteca - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34425	Angela Beatriz Morgerot Aguiar	29/12/1978	Deferido
2	25519	Barbara Savi Mondo	17/10/1992	Deferido
3	34413	Bruna Teresa Silva Pereira	24/03/1987	Deferido
4	23212	Diane Ferreira Fontani Gelati	30/10/1985	Deferido
5	34757	Fernanda Rodrigues Trevisol	22/07/1991	Deferido
6	30586	Gissele Burin Candiotto	13/05/1991	Deferido
7	24132	Kristyan Pescador Recco	21/08/1986	Deferido
8	34586	Leocir Bristot	24/06/1965	Deferido
9	28435	Maria Pícolo Borges	09/03/1995	Deferido
10	33962	Renata Tramontin Tonetto	17/04/1984	Deferido

## Auxiliar de Ensino - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34545	Adicirleia Paganini Cardoso	09/08/1985	Deferido
2	23410	Adriana Marcolino Euzebio Dos Santos	20/01/1990	Deferido
3	30021	Adriana Semprebom Dos Santos	11/12/1982	Deferido
4	24545	Aline Frassetto Borges	30/11/1993	Deferido
5	33018	Aline Gomes Da Rosa	06/06/1996	Deferido
6	32369	Aline Martins Benedet	17/02/1989	Deferido
7	34761	Aline Matias Bernardo	09/06/1981	Deferido
8	29960	Angélica De Bitencourt Candeo Apolinario	22/06/1983	Deferido
9	26341	Angélica Semprebom Gomes	22/09/1993	Deferido
10	25855	Angelita Bada Ronconi	14/03/1982	Deferido
11	28141	Arcangela Ciquinel Lazzarin Paganini	10/09/1979	Deferido
12	31154	édna Carla De Oliveira Padilha	04/01/1980	Deferido
13	33523	Bruna Aparecida De Britto Guetner	15/08/1993	Deferido
14	24591	Bruna Guetner De Souza	13/02/1989	Deferido
15	25738	Bruna Tomaz Da Rocha	10/10/1990	Deferido
16	27235	Carmen Lucia Manjourani Pereira De Farias	09/09/1968	Deferido
17	26319	Cinara Ranakoski Guetner Zeferino	04/04/1991	Deferido
18	28723	Cintia Regina Gabriel	24/08/1981	Deferido
19	34298	Claudete Mazzucco Figueredo	17/06/1983	Deferido
20	30298	Cristiani Da Rosa Patricio	10/08/1985	Deferido
21	34360	Daiane De Mattos Ferreira	20/08/1983	Deferido

22	34310	Dalcione Inacio Monteiro	19/08/1994	Deferido
23	26639	Daniela Sartor Paulino	29/06/1986	Deferido
24	34749	Deise Casagrande	06/07/1987	Deferido
25	26465	Deise Paulino Ferreira	13/02/1993	Deferido
26	29913	Deli De Noni Ferreira	24/01/1972	Deferido
27	31027	Denise Dos Santos Possamai	19/02/1994	Deferido
28	25443	Dervane Rodrigues dos Santos	08/05/1980	Deferido
29	28834	Diana Vitorino	26/05/1987	Deferido
30	23853	Dilseia Da Silva Santos De Borba	24/08/1979	Deferido
31	30401	Edileuza Rosso Piva Da Rosa	04/09/1969	Deferido
32	24383	Edlaine De Melo Recco	27/04/1995	Deferido
33	31185	Edna Hendz Martins	02/01/1978	Deferido
34	23907	Egraziele Da Silva Damiani	09/05/1985	Deferido
35	28711	Elaine M <sup>a</sup> Semprebon Giusti Ghizzo	19/05/1986	Deferido
36	28077	Elaine Mota Ferreira	27/02/1992	Deferido
37	25733	Elenita Valdemar Borges	29/03/1970	Deferido
38	27728	Eleticia De Noni Vefago Montovani	02/08/1990	Deferido
39	29917	Elisabete Antônio Rodrigues	09/12/1984	Deferido
40	27382	Fabiana Manenti Tommasi	19/10/1975	Deferido
41	32333	Fabiane Borges Martins Gabriel	05/07/1985	Deferido
42	30505	Fernanda De Souza Possamai Della	30/09/1982	Deferido
43	30830	Francieli Nazario Generoso	25/06/1991	Deferido
44	28958	Gabriela De Carvalho Piva	26/10/1989	Deferido
45	34277	Géssica Carolina Fröhlich Schilling	06/10/1979	Deferido
46	26068	Géssica Eufrazio Possamai Dela	19/10/1992	Deferido
47	34562	Gecica Cardoso Bellettini	31/12/1990	Deferido
48	33091	Gerusa Zanatta De Oliveira	17/03/1986	Deferido
49	34493	Gislaine Fátima Vieira	02/10/1977	Deferido
50	26016	Graziela Rocha Camargo Ranakoski	27/12/1983	Deferido
51	29404	Idaina Irene De Sousa Sperb	21/07/1983	Deferido
52	31023	Jadina Piva Da Silva Nicoletti	10/04/1991	Deferido
53	25782	Janaina Montovani Manarin	17/12/1992	Deferido
54	29821	Janete Pelissari Prestes Goulart	09/09/1976	Deferido
55	32998	Janete Tommasi De Melo	03/09/1975	Deferido
56	34459	Jádna Possamai	28/11/1982	Deferido
57	34821	Jessica Pereira Americo	15/02/1995	Deferido
58	29546	Jhonata Tramontin Gregorini	29/10/1996	Deferido
59	29655	Joelma Aparecida Pereira Matheus	02/01/1988	Deferido
60	25623	Joelma Pereira Paulino	02/11/1985	Deferido

61	34612	Joseli Elisabete Krutli	10/07/1980	Deferido
62	30200	Jucilani Vicente Da Rocha	16/10/1980	Deferido
63	25282	Juliana Arminda Borges Tuon	02/11/1983	Deferido
64	24684	Karina Pereira Boteon	18/10/1991	Deferido
65	34309	Kelen Evangelista Nart	13/06/1996	Deferido
66	24559	Laleska Guimarães Marcos	28/12/1995	Deferido
67	33564	Lane Carla Dos Santos	02/09/1987	Deferido
68	32326	Larissa Rosso Ronsani	10/06/1996	Deferido
69	23700	Letiane Goulart Crestani	07/10/1991	Deferido
70	30358	Liezer Piva Pereira	22/08/1985	Deferido
71	28083	Lorete Damiani Cardoso	27/10/1975	Deferido
72	32082	Lorizete Antonio	29/10/1982	Deferido
73	24856	Lourdes Possamai	16/11/1964	Deferido
74	30909	Luciana Brogni Albuquerque	07/10/1978	Deferido
75	26420	Luciana Inacio Gomes Dos Santos	05/09/1979	Deferido
76	26310	Luciani De Souza Possamai Dela De Oliveira	26/11/1978	Deferido
77	31105	Lucila Brogni Albuquerque	26/01/1988	Deferido
78	23404	Lucimar Ferreira Dos Santos	19/06/1987	Deferido
79	33509	Marcia Maria De Farias Zanatta	04/07/1979	Deferido
80	34511	Marcia Simone Cardoso Claudino Mateus	29/08/1972	Deferido
81	29810	Margareth Almeida Da Silva	25/10/1982	Deferido
82	25463	Maria Conceição Matias Bada	21/10/1969	Deferido
83	30922	Maria Cristina Cararo	13/05/1984	Deferido
84	34082	Maria Das Graças Fontana	26/03/1971	Deferido
85	28521	Maria De Fatima Fernandes	10/06/1968	Deferido
86	27075	Maria Helena Gomes Antoneli	16/02/1962	Deferido
87	27069	Maria Roselani Baesso	25/03/1962	Deferido
88	29126	Maria Terezinha Zanatta	01/10/1979	Deferido
89	24596	Mariana Montovani Manarin Monteiro	03/12/1984	Deferido
90	23829	Marieli Tuon Peruchi	17/04/1985	Deferido
91	32956	Mariléia De Matos Novelli Herônimo	27/01/1977	Deferido
92	34595	Marilia Tramontin Borges	18/06/1990	Deferido
93	30524	Marisa Nart	29/03/1975	Deferido
94	25401	Mariza Possamai Canteli	18/03/1976	Deferido
95	24120	Marli Aparecida Silveira Borges	01/07/1980	Deferido
96	26373	Mônica Ronçani Rodrigues	13/10/1988	Deferido
97	30512	Michele Mezzari Lucietti	28/08/1989	Deferido
98	23868	Michelle Do Rocio Costa De Oliveira	10/08/1980	Deferido
99	34543	Mirdes Bohn	11/05/1982	Deferido
100	34535	Natalia Pedro Borges	11/03/1991	Deferido
101	24152	Neusa Rocha	21/12/1974	Deferido

102	31007	Odete Piva	30/11/1966	Deferido
103	25268	Onésia Silva Paulino	24/05/1968	Deferido
104	34500	Patricia Mezzari Savi	14/06/1985	Deferido
105	29544	Patricia Tramontin Gregorini	24/01/1993	Deferido
106	24885	Patrini Dos Santos	23/02/1996	Deferido
107	24770	Pricila De Fáveri Candiotto De Melo	11/04/1985	Deferido
108	27026	Raquel Almeida Gomes	29/12/1989	Deferido
109	25162	Ronaldo Fernandes	11/09/1972	Deferido
110	27969	Rosane De Borba	17/02/1979	Deferido
111	29093	Rosangela Buzello	24/01/1976	Deferido
112	24634	Rosangela Elisa Da Silva Fagundes	03/06/1995	Deferido
113	26481	Roseli Cambruzzi De Borba	20/06/1996	Deferido
114	34678	Samara Rosso Possamai Dela	19/02/1987	Deferido
115	26874	Sandra Aparecida Bigheti Lopes	28/03/1973	Deferido
116	34295	Seloir Gomes Machado	28/03/1974	Deferido
117	24892	Silvani Dos Santos Candiotto	29/06/1974	Deferido
118	26922	Simone Mateus Réus Vieira	19/07/1989	Deferido
119	30973	Simoni Lopes De Souza	14/09/1984	Deferido
120	27173	Sirlene Giusti Ronçani Dos Santos	28/12/1982	Deferido
121	25829	Suelen Titoni Elias	03/08/1990	Deferido
122	26422	Susana Schmidt Rana-koski (DF)	10/06/1984	Deferido
123	31507	Suzana Felipe Bonfante Manfioletti	18/04/1987	Deferido
124	26377	Talita Ronçani Rôddrigues	21/11/1993	Deferido
125	34480	Tamara Gomes Silveira	09/02/1996	Deferido
126	26251	Tamires Da Silva Da Rosa	07/03/1988	Deferido
127	30499	Tamires Magenis Elias	05/02/1996	Deferido
128	25576	Thais Floriano De Souza	27/01/1995	Deferido
129	24335	Vanderleia Marcolino Euzebio	16/08/1968	Deferido
130	28264	Vanessa Belletini Giassi	30/05/1985	Deferido
131	29175	Vanice Da Rocha Da Costa	10/03/1988	Deferido
132	30528	Vilma Antoneli Furlaneto	23/11/1968	Deferido
133	25145	Virginia De Noni Campos	04/08/1982	Deferido
134	30207	Zirlei Borges Cardoso	22/12/1963	Deferido
135	24514	Zulmira Ferreira Ronzani	13/07/1957	Deferido

#### Auxiliar de Mecânico - Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	28191	Bruno Albino Damiani Dardoso	08/11/1997	Deferido
2	34696	Claudinei Fagundes Monteiro	30/06/1991	Deferido
3	28767	Mateus Nascimento Borges	08/03/1995	Deferido

4	34613	Valdir Rodrigues Dos Santos	04/09/1964	Deferido
---	-------	-----------------------------	------------	----------

#### Auxiliar de Serviços Gerais - Alfabetizado e Ensino Fundamental Incompleto

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	28431	Carlos Roberto Peterle	29/01/1966	Deferido
2	32909	Edilane Mezzari Gomes	06/01/1986	Deferido
3	25941	Géssica Maciel Santos	22/02/1991	Deferido
4	23307	Gerusa Dos Santos Monteiro	25/08/1996	Deferido
5	23472	Ionir Terezinha Bratti Sartor	24/08/1962	Deferido
6	30532	Joao Batista Ferreira De Macedo	21/09/1964	Deferido
7	31941	Luiz Antonio Viera Dos Santos	11/06/1988	Deferido
8	31241	Luiz Vanio Vieira Dos Santos	11/09/1989	Deferido
9	34334	Sabrina Luciano Elias	27/07/1995	Deferido
10	23666	Teresinha De Oliveira Monteiro	20/04/1962	Deferido
11	30521	Valdecir Darabas Policarpo	06/08/1960	Deferido
12	34354	Vanessa Cardoso Dos Santos	03/12/1986	Deferido
13	28426	Vorlei Darabas Policarpo	01/10/1966	Deferido

#### Borracheiro - Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

#### Carpinteiro - Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	30832	João Batista Dos Santos Paulo	10/03/1990	Deferido

#### Contador - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34012	Alan Piva	13/10/1986	Deferido
2	23943	Alexsander Dos Santos	15/10/1975	Deferido
3	30258	Aline Martins Rodrigues	20/10/1989	Deferido
4	28650	Camila Pizzetti Dal Toé	08/05/1990	Deferido
5	34785	Daiane Abatti Patricio	26/08/1991	Deferido
6	32451	Felipe Nunes Cardoso	14/04/1987	Deferido
7	28923	Joel Giusti Paschoali	22/01/1986	Deferido
8	34565	Juarez Clezar Da Silva Junior	08/03/1991	Deferido
9	30224	Katiane Da Cunha Ma-fioletti	10/10/1987	Deferido
10	24538	Larissa Merlo Morales	01/11/1993	Deferido
11	26352	Maiane De Santana Rocha	02/08/1991	Deferido
12	34492	Samuel Farias Oliveira	21/06/1987	Deferido
13	32244	Silvio Silva Pedroso	29/08/1980	Deferido
14	33413	Thiago Walter Boteon	13/09/1989	Deferido
15	24900	Vagner Bittencourt Alves	19/12/1981	Deferido

## Enfermeiro - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	23203	Ana Carolina Saretto Da Silva	25/10/1994	Deferido
2	34657	Claudia Coelho De Biten-court	17/02/1989	Deferido
3	23959	Cristiane Ré	13/11/1984	Deferido
4	29261	Danielle Just Goulart	09/12/1988	Deferido
5	34625	Gabriella Baldessar Polla	12/01/1985	Deferido
6	27716	Ivam Melo Da Silva	15/12/1988	Deferido
7	29430	Mariele Felipe Dassoler	17/05/1987	Deferido
8	31166	Renato Bellettini Bristot	30/10/1980	Deferido
9	34588	Sandra Terezinha Da Rosa	28/02/1977	Deferido
10	23760	Tania Maria Da Silva Giassi	17/03/1987	Deferido
11	29030	Tatiana Casteller Emidio Recco	19/05/1982	Deferido

## Engenheiro Agrimensor - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	26831	Anderson Fernando Rocha	13/06/1986	Deferido
2	29999	Ezequiel Gallio	15/03/1988	Deferido
3	33997	Ruth Tramontin Tonetto	26/09/1989	Deferido
4	34491	Tays Felisberto Bilésimo	21/05/1990	Deferido
5	23664	Zenilton Jose Correa	02/04/1962	Deferido

## Engenheiro Civil - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	28417	Cíntia Velho Marcon	15/12/1987	Deferido
2	24843	Evandro Boff De Mello	21/04/1965	Deferido
3	26102	Franciele Pereira Magnus	28/08/1991	Deferido
4	23927	Jan Marcel Gomes Martins	15/02/1989	Deferido
5	33400	Roberto Pereira	09/07/1981	Deferido

## Fiscal de Desenvolvimento Municipal - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34754	Alan De Noni Dos Santos	29/08/1995	Deferido
2	32802	Ariel Silveira Dal Pont	29/05/1995	Deferido
3	24759	Bruno Tramontin Rosso	25/04/1990	Deferido
4	26482	Christiano Tramontin Lopes	23/06/1974	Deferido
5	34446	Claudemir Freitas Pereira	16/07/1983	Deferido
6	24688	Regis De Lavechia Tavares	08/09/1993	Deferido
7	28078	Rnaldo Pascoali	09/09/1969	Deferido

## Fiscal Sanitário - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34280	João Carlos Mezzari Dagostin	26/12/1989	Deferido

## Fisioterapeuta - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	29449	Cinara Caetano Pereira	17/10/1990	Deferido
2	34365	Daniela Luiz Tomasi	08/10/1986	Deferido
3	23802	Diego De Boni	06/09/1982	Deferido
4	34524	Jonas Américo Walther	16/03/1982	Deferido
5	31811	Karen Cristina Darabas Zanatta	05/03/1984	Deferido
6	29373	Katerine Possamai Della	02/05/1987	Deferido
7	24166	Luana Gracieli Bettiol	21/03/1988	Deferido
8	34330	Silvana Trombim Chetetto	01/02/1988	Deferido

## Fonoaudiólogo - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	29893	Gabriela Sala Bianchini	04/08/1988	Deferido

## Médico Veterinário - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	27874	Evertton Borba Teixeira	14/11/1985	Deferido
2	32593	Joana Ferreira Da Silva	05/12/1986	Deferido
3	23251	Luciano Zacca Schmidt	16/04/1980	Deferido
4	31403	Moacir Vieira Semprebom Júnior	25/07/1990	Deferido

## Mecânico - Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31153	Hilario Anelli	13/01/1959	Deferido
2	34591	Ramon Mezzari Elias	09/03/1997	Deferido

## Motorista - Alfabetizado e Ensino Fundamental Incompleto

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	30465	Adriano Bereznicki	10/03/1998	Deferido
2	33650	Anderson Yuri Machado	29/10/1986	Deferido
3	27999	Antonio Jose De Bitencourt	16/09/1960	Deferido
4	27543	Celio Fornaza Silvestre	19/03/1981	Deferido
5	23880	Dirceu Candido De Borba	13/12/1973	Deferido
6	27102	Eder Mota Ferreira	11/10/1983	Deferido
7	27219	Edson Candido De Borba	07/06/1981	Deferido
8	32690	Eliseu Lorenzo Land De Borba	27/01/1976	Deferido
9	29458	Flávio Nunes Ferreira	08/05/1993	Deferido
10	34441	Getulio Ferreira	29/09/1968	Deferido

11	32786	Gilso Roque Velho De Castilhos	30/08/1962	Deferido
12	28419	Hildo Giusti	18/06/1962	Deferido
13	32605	Humberto Machado Amorin	15/03/1992	Deferido
14	24425	Jailson Dos Santos Pokomaier	06/10/1986	Deferido
15	24023	Jairo Teixeira	18/08/1977	Deferido
16	23872	Joao Paulo Burin Bristot	27/09/1990	Deferido
17	28581	João Paulo Teixeira De Souza	13/06/1989	Deferido
18	29831	Jonas Matos Cardoso	28/02/1989	Deferido
19	23878	Jose Antonio Da Silva	22/09/1956	Deferido
20	24002	Jose Francisco De Aguiar	04/09/1957	Deferido
21	33446	Jucinei Medeiros Dos Santos	02/03/1976	Deferido
22	29147	Julio Cesar Mario Da Silva	03/04/1977	Deferido
23	33183	Leonardo Evandro De Castilhos	28/10/1984	Deferido
24	24886	Luciana Lessa Bitencourt	14/02/1984	Indeferido item 4.13.8
25	34089	Luciano Da Luz	24/08/1982	Deferido
26	26309	Luiz Pereira	04/01/1964	Deferido
27	26304	Marcos Pereira Francisco	11/01/1986	Deferido
28	30009	Rafael De Quadros Moretto	18/02/1980	Deferido
29	24420	Sander Fontana Tomasi	17/12/1971	Deferido
30	25717	Valdomiro Dos Santos	23/12/1975	Deferido
31	24167	Valmir Veronêz	13/07/1959	Deferido
32	23417	Valter Da Silveira Machado	11/08/1985	Deferido

## Nutricionista (20h) - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	25606	Ana Paula Magagnin	09/07/1991	Deferido
2	24746	Daniela Regina Dos Santos Isoppo	08/06/1989	Deferido
3	25632	Flávia Da Rosa Silveira	10/12/1992	Deferido
4	28400	Luana Machado Serafim	06/08/1991	Deferido

5	30814	Natana Angelino Casagrande	18/04/1990	Deferido
---	-------	----------------------------	------------	----------

## Nutricionista (40h) - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34397	Andrea De Queiroz Marculino	28/11/1968	Deferido
2	27655	Carulina Goulart	25/08/1990	Deferido
3	26331	Chellen Teixeira Nagel	26/03/1986	Deferido
4	34418	Fernanda Machado Alexandre	31/12/1989	Deferido
5	23586	Graziela Cardoso Machado	07/09/1987	Deferido
6	33285	Roni Henrique De Souza	04/10/1989	Deferido
7	34815	Rubia Furlanetto De Souza	04/01/1985	Deferido

## Odontólogo - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34816	Adriana Paula Marques Muller	22/02/1975	Deferido
2	31598	Andreia Collodel	05/08/1982	Deferido
3	23656	Angelica Cardoso Costa	30/10/1989	Deferido
4	32212	Bruna Casagrande Cechella	01/12/1988	Deferido
5	30675	Débora Musatto Guzmán	27/03/1971	Deferido
6	33761	Douglas De Oliveira Lúcio	05/10/1990	Deferido
7	34552	Gustavo Rinaldi	21/01/1991	Deferido

## Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas - Alfabetizado e Ensino Fundamental Incompleto

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34694	Claudio Fagundes Monteiro	04/03/1984	Deferido
2	29009	Donizeti Da Cruz	03/11/0196	Deferido
3	32820	Evani Alves	04/04/1981	Deferido
4	29807	Normelio Tramontin	28/09/1964	Deferido
5	25987	Valerio Fernandes Cadorin	28/05/1980	Deferido

## Operador de Máquinas Pesadas - Alfabetizado e Ensino Fundamental Incompleto

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	23969	Ademir Pos-samai	05/09/1966	Deferido
2	32948	Carlo Dolizete Paulino	02/05/1973	Deferido
3	31783	Claudionor Nicoleti	01/12/1966	Deferido
4	25739	Everaldo Alexandrino	08/12/1975	Deferido
5	31871	João Antonio Dos Santos	24/03/1991	Deferido
6	24551	Joelson Morgerot Policarpo	23/04/1974	Deferido
7	28855	Jonas Da Cruz	21/08/1976	Deferido
8	30800	Leandro De Borba Borges	15/05/1995	Deferido
9	27220	Liberalino Gonçalves	31/12/1950	Deferido
10	25438	Lourivaldo De Medeiros Elias	03/04/1958	Deferido
11	26849	Tiago Candi-do Darabas	18/12/1990	Deferido

## Pedreiro - Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	28004	Alaceto Borges	04/03/1970	Deferido
2	30744	Alexandre Mauro Dos Santos Da Silva	12/06/1969	Deferido
3	27205	Amarildo Saviato Tra-montin	19/05/1967	Deferido

## Professor de Artes (10h) - Ensino Superior Completo

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Professor de Artes (20h) - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	30888	Cinthia Boeira Michels	16/08/1990	Deferido
2	25607	Fabricia Gias-si Furlanetto	23/03/1991	Deferido
3	26344	Jordana Sartor Gabriel	12/04/1984	Deferido
4	24989	Sheila Borges Hilzendeger Teixeira	26/07/1982	Deferido
5	25564	Susana Pos-samai Nart	13/03/1982	Deferido
6	32662	Tanya Ribeiro Schaukoski	06/01/1994	Deferido

## Professor de Educação Infantil - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31263	Adriana Burin	08/05/1971	Deferido
2	30988	Aldenirra De Castilhos Borges	20/05/1973	Deferido
3	30974	Andreia De Castilhos Borges	20/01/1986	Deferido
4	26471	Barbara Go-mes Borges Cararo	30/12/1989	Deferido
5	25780	Cláudia Dos Santos José	07/12/1988	Deferido
6	28837	Cristiane Tei-xeira Cechinel	10/01/1978	Deferido
7	26457	Daiane Velho Paulino	21/07/1987	Deferido
8	23870	Denise Francisco Da Silva	21/09/1971	Deferido
9	30961	Diandra Pereira Rosso Ronzani	25/11/1989	Deferido
10	30473	Dione Pacheco Prudêncio	21/06/1962	Deferido
11	25770	Doralice Fabiana Pokomaier De Betio	24/10/1977	Deferido
12	29631	Elaine Gon-çalves De Souza	09/10/1975	Deferido
13	34297	Eligiane Matias	07/02/1975	Deferido
14	27960	Grasiela De Carvalho Dagostin	02/02/1979	Deferido
15	24061	Helena Mar-tins Silveira	12/03/1981	Deferido
16	28464	Janice Speck Da Silva Ramos	29/04/1968	Deferido
17	26367	Jucimar Go-mes Tomaz	25/07/1980	Deferido
18	34470	Liane Hahn Fernandes	04/03/1980	Deferido
19	25216	Liliane De Souza Piva Coelho	19/02/1989	Deferido
20	31335	Lucinei Gu-berth Teixeira Custódio	16/11/1967	Deferido
21	25303	Lucir Borges Hilzendeger	10/05/1961	Deferido
22	34532	Maria Izabel Magnus Dos Santos	24/09/1986	Deferido
23	34487	Nair Bada Tuon	26/01/1965	Deferido
24	26349	Rosilene Da Silva Isoppo	24/05/1970	Deferido
25	26378	Sandra Anto-neli Possamai Della	08/09/1973	Deferido

26	34351	Simone Recco Ronsani	13/02/1979	Deferido
27	32897	Susana Warmeling Matias Da Silva	15/11/1975	Deferido
28	26152	Tatiana Mattos De Freitas Dos Santos	21/08/1978	Deferido

## Professor de Espanhol - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	24369	Giseli Terezinha De Souza Verones	12/12/1980	Deferido
2	29270	Marksa Berterli Da Silva Molgato	17/01/1984	Deferido
3	25061	Maurício Réus	23/07/1975	Deferido
4	34375	Rozane Rodrigues	03/10/1974	Deferido

## Psicólogo - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	33425	Adriane Da Silva Florentino	23/08/1989	Deferido
2	34681	Felipe Manfioleti Denoni	30/07/1985	Deferido
3	25370	Giovana Aparecida Mezzari	01/09/1983	Deferido
4	34503	Ieda Maria Gomes Machado	09/09/1983	Deferido
5	23325	Josimar Silveira Teixeira	24/02/1990	Deferido
6	25063	Junior César Goulart	08/12/1977	Deferido
7	32347	Naja Eli Velho	14/01/1984	Deferido
8	25395	Nayume Magaldi Da Silva	08/03/1985	Deferido
9	34641	Schirlei Scheffer Pereira	29/05/1986	Deferido
10	23823	Tiago Matias Vitali	06/02/1986	Deferido

## Servente - Alfabetizado e Ensino Fundamental Incompleto

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	24878	Adriana De Souza Da Rosa	27/06/1973	Deferido
2	31874	Adriane Dos Santos Borrmann	01/03/1976	Deferido
3	25281	Aline Pereira Rocha	08/09/1988	Deferido
4	29972	Anita Cristina Neotti Maia	07/06/1975	Deferido

5	25451	Bernadina Jesus Da Rosa	06/07/1974	Deferido
6	23899	Cleonice Gomes Clarinda	21/11/1976	Deferido
7	24188	Cleusa Tommasi Casas	07/12/1996	Deferido
8	24778	Cristiane Vieira	10/12/1994	Deferido
9	29992	Danúbia Bárbara De Assunção Laurindo	22/06/1987	Deferido
10	25266	Diandra Vieira Mezzari	18/09/1990	Deferido
11	24676	Dilva De Fatima Vitto Pokomaier	28/06/1957	Deferido
12	33746	Diva Marisa Da Rosa	19/01/1965	Deferido
13	24782	Elenice Paraol Possamai	30/06/1968	Deferido
14	28160	Elenita Da Silva Vicente Giusti	10/07/1967	Deferido
15	34822	Eliane Da Silva Teixeira De Souza	09/01/1959	Deferido
16	25825	Elisandra de Carvalho Monteiro Bettiol	26/02/1976	Deferido
17	30216	Elisangela Da Silva Consoni De Araujo	07/06/1981	Deferido
18	23293	GIANE DOS SANTOS MONTEIRO	11/01/1982	Deferido
19	25570	Jadna De Betio De Freitas	29/06/1980	Deferido
20	24421	Jane Beatriz De Souza Elias	02/11/1978	Deferido
21	31781	Joice Teresinha Silveira	12/01/1985	Deferido
22	27188	Jucimara Cardoso Votri Bellettini	03/07/1983	Deferido
23	24089	Luciléia Mateus Da Silva De Aguiar	26/12/1974	Deferido
24	26357	Lucimar Lentz De Carvalho	03/02/1984	Deferido
25	24381	Lucineia Laurindo De Melo Recco	19/03/1995	Deferido
26	25000	Madalena José Monsani	21/08/1960	Deferido
27	25800	Maria Aparecida Silveira Paulino	07/05/1966	Deferido
28	29315	Maria De Fatima Prestes	08/11/1965	Deferido
29	24184	Marilda Da Rocha Pereira Titoni	22/05/1964	Deferido

30	24435	Marina Do Amaral Ferreira	12/10/1968	Deferido
31	30616	Marli Da Silva Nazário	03/04/1987	Deferido
32	31455	Renata Vicente Agostinho	25/03/1989	Deferido
33	24269	Rosane Mezzari	01/01/1900	Deferido
34	33518	Sezete Aparecida Giusti	08/09/1966	Deferido
35	24929	Tomazia Nazaré De Bittencourt	22/09/1983	Deferido
36	23754	Valdete Tonetto Salvaro	14/08/1970	Deferido
37	28466	Valentina Cambuzzi De Borba	21/12/1982	Deferido

## Técnico de Enfermagem - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34623	Aline Pereira Chechetto	28/07/1980	Deferido
2	29481	Claudia Borges Mota	01/10/1984	Deferido
3	23679	Claudia Fernanda De Oliveira Dal Pont	26/08/1981	Deferido
4	24681	Dihessica Dos Santos Bozello	17/05/1991	Deferido
5	24163	Edi Rodrigues Padilha	10/03/1973	Deferido
6	29266	Elisabete Ferreira	18/09/1967	Deferido
7	32596	Elizandra Guimarães Machado	25/05/1977	Deferido
8	23850	Grasiela Dalponte Emerich	20/11/1980	Deferido
9	24408	Ivone Barbosa Monteiro	17/10/1966	Deferido
10	24419	Janice Terezi-nha Cararo	02/12/1959	Deferido
11	30462	Jerusa Tomazi Borges Moro	06/05/1983	Deferido
12	34740	Juliana Monteiro Bet Valnier	11/09/1992	Deferido
13	24171	Kelen Coelho Claudino	30/05/1982	Deferido
14	33111	Leila Gonçalves Vieira Da Silva	07/03/1986	Deferido
15	24017	Liliana Maria Etges	03/06/1987	Deferido
16	28920	Mônica Dordete De Freitas	27/08/1985	Deferido

17	25794	Patricia Dos Santos Coelho	15/09/1983	Deferido
18	32814	Patricia Mota De Quadros	29/04/1978	Deferido
19	24914	Raquel Paulino	24/12/1970	Deferido
20	30162	Remilda Rocha Fagundes	04/06/1985	Deferido
21	24794	Rodrigo Cardoso Santos Nunes	08/01/1989	Deferido
22	29154	Sandra Borges De Brittos	12/08/1979	Deferido
23	28245	Simoni Pereira Martins Paganini	17/08/1983	Deferido
24	33021	Tais Joaquim Barbara	31/07/1996	Deferido
25	32556	Tereza Evangelista Pedro	27/10/1967	Deferido
26	34404	Viviane Da Rosa Raupp Albino	28/12/1981	Deferido
27	34478	Zelia Possamai Della	04/02/1965	Deferido

## Vigia - Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	32826	Adão Erni Velho De Castilhos	01/03/1955	Deferido
2	34431	Antonio Borges Mota	21/05/1983	Deferido
3	34442	Frank Neves Motta	04/02/1992	Deferido
4	29037	Luiz Vanio Vieira Dos Santos	11/09/1989	Indeferido item 4.13.8
5	30655	Magno Oliveira Homem	25/04/1995	Deferido
6	28839	Osmar Dorvalino Machado	14/07/1955	Deferido
7	29651	Osvaldo Oni Roque	08/10/1962	Deferido
8	23312	Rafael Henrique Maria	13/01/1989	Deferido
9	32120	Rodrigo Antonio A Silva Borges	02/10/1988	Deferido
10	27875	Valdemar De Betio	28/08/1969	Deferido

ANEXO II - Ato 004/PMJM/ED001/14  
INSCRIÇÕES INDEFERIDAS POR AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DA  
TAXA DE INSCRIÇÃO

23076
23078
23088
23177
23240

23248
23264
23323
23339
23403
23455
23456
23457
23546
23568
23592
23602
23652
23658
23660
23661
23676
23699
23704
23705
23708
23710
23713
23778
23790
23815
23851
23877
23910
24011
24021
24101
24113
24115
24130
24137
24229
24234
24257
24266
24295
24326
24344
24372
24437
24448
24478
24537
24542
24594
24658
24720
24733

24846
24915
25091
25142
25231
25283
25373
25449
25471
25555
25568
25583
25608
25752
25772
25830
25880
26095
26142
26211
26213
26303
26315
26316
26337
26353
26366
26386
26444
26466
26492
26520
26587
26667
27183
27517
27519
27532
27562
27571
27572
27580
27591
27681
27685
27870
27889
28007
28071
28114
28350
28401
28501

28633
28904
28916
28955
28995
29021
29027
29192
29247
29349
29445
29574
29587
29591
29787
29891
29915
29946
30019
30026
30168
30210
30399
30801
30937
31008
31032
31038
31159
31351
31454
31595
31604
31828
31846
32219
32255
32418
32574
32578
32696
32698
32699
33062
33222
33455
33475
33490
33621
34312
34444
34460
34476

34488
34494
34515
34518
34534
34571
34577
34579
34584
34651
34687
34717
34748
34770
34771
34773
34774
34789
34791
34797
34803
34825
34826

**EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO**

EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO

(Incluindo Retificação 01 e 02)

Abre inscrições e define normas para o concurso público destinado ao provimento de vagas de cargos efetivos do Quadro Único de Pessoal da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, Santa Catarina e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Concurso Público para provimento de vagas do quadro único de pessoal da administração direta do município de Jacinto Machado, contratados sob o regime estatutário conforme Lei Complementar Municipal 245/2000 e suas alterações e que se regerá pelas normas estabelecidas neste edital e demais legislação vigente.

**1.DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 O Concurso Público será realizado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, município de Taió, Estado de Santa Catarina, tel./ fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), e-mail [concursos@iobv.com.br](mailto:concursos@iobv.com.br), sob a supervisão da Comissão Municipal de Concurso Público, nomeada pela Portaria Número 430/2014.

1.2 A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Data Provável
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	03/11/14 a 02/12/14
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	03/12/14
Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por sedex/AR do requerimento.	02/12/14
Prova de títulos, prazo final para protocolo ou envio por sedex de certificado de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) para pontuação de títulos dos cargos de professores.)	02/12/14
Listagem dos inscritos: divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os candidatos.	05/12/2014
Recursos contra indeferimento das inscrições	08 e 09/12/14
Locais das Provas divulgação dos locais de provas	10/12/14
Homologação das inscrições	10/12/14
PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS	14/12/14
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde ( <a href="http://www.iobv.org.br">www.iobv.org.br</a> ).	15/12/14
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita.	16 e 17/12/14
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde ( <a href="http://www.iobv.org.br">www.iobv.org.br</a> ).	09/01/15
Classificação Preliminar.	13/01/15
Recursos contra a classificação preliminar	14 e 15/01/15
Classificação Final	20/01/15
Homologação do resultado final	Após 20/01/15

1.3. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.4. Os candidatos que enviarem a documentação via postal, por SEDEX AR, devem providenciar sua expedição com a devida antecedência para que o IOBV receba dentro do prazo estipulado no cronograma. Passada essa data a documentação não mais será processada. Devendo ser enviadas para o seguinte endereço:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Ref.: Concurso Público Jacinto Machado Edital 01/2014

Avenida Luiz Bertoli, 233 - Centro

CEP 89.190-000 - Taió - SC

1.5. O Edital do Concurso Público, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Concurso Público, serão publicados no sítio do Concurso Público na Internet: [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

1.6. O Edital do concurso público também será publicado no site da Prefeitura de Jacinto Machado na Internet: <http://www.jacintomachado.sc.gov.br/> e no órgão oficial de imprensa ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal; sede da Câmara de Vereadores e sede dos entes da Administração Municipal Indireta; e ainda, publicado, na forma de extrato, em jornal de circulação local e estadual.

1.7. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos da RE/598.099//STF, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

1.8. O prazo de validade do concurso é de 2 (dois) anos, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do concurso, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal de Jacinto Machado - SC.

## 2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente concurso:

- A nacionalidade brasileira;
- O gozo dos direitos políticos;
- A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- O nível de escolaridade exigido;
- A idade mínima de dezoito anos;
- Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com prévia inspeção médica oficial realizada na forma do art. 269 da Lei Complementar nº 020/08;
- Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- Ter sido aprovado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital;
- Comprovar a formação exigida para o cargo e o registro profissional quando exigido.
- Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

## 3. DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

3.1 A relação dos cargos com as exigências mínimas de formação, vencimento, carga horária, número de vagas, atribuições dos cargos e outras informações constam nos anexos I e II deste edital.

3.2. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados quando da convocação do candidato para admissão.

## 4. DA INSCRIÇÃO

4.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

4.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente concurso público.

4.3. A participação no presente Concurso Público iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

4.4. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), no período estabelecido no cronograma de atividades capítulo I deste edital.

4.5. Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- Acessar o endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), em "concursos abertos" selecionar o município de JACINTO MACHADO Edital 01/2014 ADM;
- Baixar e Ler atentamente o edital completo, verificando se atende a todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital;
- Preencher o Requerimento de Inscrição;
- Conferir atentamente os dados informados e enviá-lo pela Internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
- Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição preferencialmente nas agências da Banco do Brasil, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.
- Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

4.6. O valor da taxa de inscrição é de:

- a) Para cargos com exigência de curso superior: R\$ 100,00 (cem reais);
- b) Para cargos com exigência de curso de ensino médio completo: R\$ 75,00 (setenta e cinco reais);
- c) Para cargos com exigência de ensino fundamental e alfabetizado: R\$ 35,00 (trinta e cinco reais);

4.7. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser realizado mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

4.7.1 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.8. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

4.9. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.10. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.11 A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

4.12 Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do concurso, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

4.13 Demais disposições referente às inscrições

4.13.1 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, via e-mail, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

4.13.2 As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

4.13.3 A Comissão Municipal de Concurso Público e o IOBV, a qualquer tempo, poderão anular a inscrição, as provas e admissão do candidato, se verificada falsidade em qualquer declaração ou documento exigido neste edital.

4.13.4 As mudanças de endereço e/ou dados cadastrais deverão ser alteradas, na área restrita do candidato, até a data de realização da prova.

4.13.5. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição via Internet não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação e outros fatores de ordem técnica que impossibilitar a transferência dos dados ou a impressão dos documentos relacionados.

4.13.6. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é do Banco do Brasil, cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 00190.

4.13.7. Para evitar transtornos ao candidato aconselha-se que faça sua inscrição antecipadamente.

4.13.8 O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição, verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.

4.13.9 O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Concurso Público.

4.13.10 A inscrição implica no conhecimento e aceitação das regras e condições estabelecidas neste edital, seus termos aditivos,

convocações bem como avisos publicados no endereço eletrônico do concurso, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos, a acerca dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, sendo sua responsabilidade manter-se informado, acompanhando as divulgações no site oficial [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

4.13.11 Será cancelada a inscrição do candidato que:

a) Efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem a provisão de fundos, agendamentos não compensados ou com qualquer outra irregularidade;

b) Prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer as condições estabelecidas neste Edital.

4.13.12. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

4.13.13 Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente concurso público.

4.13.14 As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) e <http://www.jacintomachado.sc.gov.br>.

4.14. Das condições especiais para realizar a prova

4.14.1 Os candidatos, inscritos que necessitem de atendimento especial para realização da prova (local de fácil acessibilidade, uso de aparelhos de audição ledor, prova com fonte ampliada e etc.), deverão assinalar esta opção no Requerimento de Inscrição e indicar o atendimento especial que desejar, devendo enviar tal solicitação através do anexo IV deste edital, via sedex AR para o endereço do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233 - Centro - 89.190-000 - Taió - SC.

4.14.2 A candidata que necessitar amamentar deverá, além de requerer atendimento especial para realizar a prova, nos termos do item 4.15.1, deverá comparecer ao local do exame com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior de 18 anos que ficará responsável pela guarda da criança.

4.14.3. O menor e o responsável ficarão em sala especial e nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza ao local, sendo que o tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

4.14.3 O IOBV publicará, no endereço do concurso [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), conforme cronograma, despacho das solicitações de atendimento especial deferidas e indeferidas.

4.15. Da isenção da taxa de inscrição

4.15.1. Por falta de previsão legal municipal não haverá nenhuma forma de isenção de taxa de inscrição.

## 5. DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

5.1 Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem neste concurso público, desde que sua deficiência seja compatível com as atribuições a que pretende concorrer, sendo-lhes reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas, os quais integrarão lista de chamada especial.

5.2 Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal n.º 3.298/99 e as alterações constantes do artigo 7 do Decreto Federal 5.296/04.

5.3. O resultado final do Concurso será publicado em duas listas: lista geral e lista especial. A primeira trará a relação de todos os candidatos aprovados e classificados, inclusive das pessoas com deficiência.

5.3.1 Os cargos contemplados com vagas para deficientes, consta divulgado no anexo I deste edital;

5.3.1.1 Para os demais cargos não contemplados com vaga para

deficientes, em função do número de vagas, não há previsão de imediato oferecimento de vaga às pessoas com deficiência. Nesses cargos, o primeiro candidato classificado no Concurso na lista especial dos candidatos inscritos para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga aberta. O segundo classificado no Concurso na listagem especial ocupará a 40ª (quadragésima) vaga aberta e assim sucessivamente, obedecida a ordem de classificação na listagem especial e o prazo de validade do concurso.

5.4. O candidato com deficiência concorrerá a todas as vagas oferecidas no cargo escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

5.5 O candidato que se declarar pessoa com deficiência, participará do presente concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos quanto ao conteúdo das provas; à avaliação e aos critérios de aprovação; ao horário e ao local de aplicação das provas; e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

5.6 Para concorrer às vagas reservadas o candidato deve realizar sua inscrição pela Internet e nela declarar-se portador de deficiência em seguida providenciar e enviar a seguinte documentação:

a) Encaminhar laudo médico original, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), bem como à provável causa da deficiência.

b) Encaminhar requerimento conforme anexo IV deste edital, devidamente preenchido e assinado, no qual poderá ser informada a condição especial que necessita para a realização da prova.

c) Cópia do comprovante de inscrição.

5.6.1 A documentação de que tratam as alíneas, deverá ser encaminhada via correios sedex/AR, ou protocolada pessoalmente na sede do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233, Centro - 89190-00 - Taió - SC.

5.6.2 O fornecimento do laudo médico é de responsabilidade exclusiva do candidato e os documentos entregues não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias.

5.6.3 O atendimento às condições especiais solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

5.7 Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de deficiência que deixarem de atender, no prazo e condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de deficiência invalidada e passarão a ser considerados como não portadores de deficiência.

5.8. Tendo sido aprovado no Concurso Público, os portadores de deficiência serão submetidos à Equipe Multiprofissional, designada com o objetivo de avaliar a compatibilidade entre as atribuições essenciais do cargo com a necessidade especial de que o candidato é portador, emitindo relatório que servirá de base para o laudo expedido pela Perícia Médica Oficial do município.

5.9 Tendo sido aprovados no Concurso Público os portadores de deficiência serão submetidos a Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

5.10 Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de deficiência, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.

5.11. O candidato que requerer vaga especial não está isento do pagamento da taxa de inscrição.

5.12. O candidato com deficiência participará deste concurso em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

## 6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão divulgadas preliminarmente no site deste concurso [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), conforme cronograma deste edital.

6.2. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexistência relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

6.2.1 Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

6.3. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

## 7. DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

7.1 O concurso público a que se refere o presente edital, se desenvolverá, em uma, duas ou três etapas de caráter eliminatório e/ou classificatório, conforme o cargo e conforme descrito no "tipo de prova" do anexo I deste edital, a saber:

a) Prova escrita para todos os cargos, que constará do exame de habilidades e de conhecimentos aferidos através de questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, com duração de até três horas.

b) Prova de títulos, de caráter classificatório para os cargos de professores nível superior.

7.2 As provas serão realizadas no município de Jacinto Machado-SC, não sendo permitida a realização das provas em outro local, a não ser o determinado no Edital de Convocação.

## 7.3. DOS HORÁRIOS E LOCAIS DAS PROVAS

7.3.1 Os locais de realização das provas serão divulgados no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) e no site [www.jacintomachado.sc.gov.br](http://www.jacintomachado.sc.gov.br) na data prevista no cronograma, em edital próprio de convocação.

7.3.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos:

Tipo de Cargo	Evento	Horário
Todos os cargos (Matutino)	Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova.	8h15
	Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50
	Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequência início das provas OBS.: O tempo gasto para abertura e distribuição das provas será acrescido ao tempo final da prova caso seja necessário.	9 h
	Tempo mínimo de permanência em sala de prova	10 h
	Final Devolução obrigatória do caderno de questões e cartão-resposta	12h

7.3.3 A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), considerando que os portões dos locais fecharão 10 (dez) minutos antes do horário marcado para início da prova.

7.3.4 O IOBV e o Município de Jacinto Machado eximem-se das despesas com viagens e estadia dos candidatos para prestar as provas do concurso público em qualquer uma das etapas.

**8. DA PROVA ESCRITA**

8.1 A prova escrita será constituída de questões objetivas, cada uma delas com até 4 (quatro) alternativas das quais uma única será correta e com duração de até 3 (três) horas.

8.2. As áreas de conhecimento para cada cargo, abrangidas pela prova, o número e valor das questões de cada uma delas, seguem descritas por escolaridade:

**8.2.1. Escolaridade: Nível Alfabetizado e Fundamental Incompleto**

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
Todos	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,40	4,00
		Matemática	5		
	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	10	0,60	6,00
		Total	20		10,00

**8.2.2. Escolaridade: Fundamental Completo e Ensino Médio Incompleto**

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
Todos	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,25	2,50
		Matemática	5		
	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	15	0,50	7,50
		Total	25		10,00

**8.2.3. Escolaridade: Ensino Médio Completo**

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
TODOS	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,20	4,00
		Matemática	5		
		Conhecimentos Gerais	5		
		Informática Básica	5		
	Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,30	6,00
		Conhecimentos técnicos profissionais	15		
		Total	40		10,00

**8.2.4. Escolaridade: Ensino Superior Completo**

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
TODOS	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,20	3,00
		Conhecimentos Gerais	5		
		Informática Básica	5		
	Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,28	7,00
		Conhecimentos técnicos profissionais	20		
		Total	40		10,00

8.3. Os programas das provas (conteúdos programáticos) constam do anexo III deste edital.

8.4. A nota da prova escrita (NPE) se dará numa escala de 0,00 a 10,00, e será calculada pela seguinte fórmula, de acordo com a escolaridade exigida para o cargo:

a) Cargos com exigência de nível alfabetizado e fundamental incompleto:

$$NPE = (NACG \times 0,40) + (NACE \times 0,60)$$

b) Cargos com exigência de nível fundamental completo e ensino médio incompleto:  $NPE = (NACG \times 0,25) + (NACE \times 0,50)$

c) Cargos com exigência de nível médio completo:  $NPE = (NACG \times 0,20) + (NACE \times 0,30)$

d) Cargos com exigência de nível superior:  $NPE = (NACG \times 0,20) + (NACE \times 0,28)$

Sendo:

NPE = Nota da Prova Escrita

NACG = Número de acertos das questões de conhecimentos gerais;

NACE = Número de acertos das questões de conhecimentos específicos.

8.5. À Prova escrita será atribuído o seguinte resultado para os cargos de Nível Alfabetizado, Fundamental Incompleto, Fundamental Completo e Ensino Médio Incompleto:

a) APROVADO: o candidato que alcançou nota final da prova escrita igual ou maior a 4,00 (quatro); sendo convocado para a próxima fase, se assim o cargo exigir;

b) REPROVADO: o candidato que obteve nota menor que 4,00 (quatro) sendo eliminado do certame;

c) AUSENTE: o candidato que não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação.

d) ELIMINADO: o candidato ausente e que deixar de cumprir as normas editalícias especialmente às de regras de aplicação da prova e seu correto preenchimento.

8.5.1 À Prova escrita será atribuído o seguinte resultado para os cargos de Nível Médio Completo e Superior:

e) APROVADO: o candidato que alcançou nota final da prova escrita igual ou maior a 5,00 (cinco); sendo convocado para a próxima fase, se assim o cargo exigir;

f) REPROVADO: o candidato que obteve nota menor que 5,00 (cinco) sendo eliminado do certame;

g) AUSENTE: o candidato que não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação.

h) ELIMINADO: o candidato ausente e que deixar de cumprir as normas editalícias especialmente às de regras de aplicação da prova e seu correto preenchimento.

**8.6 NORMAS PARA A APLICAÇÃO DA PROVA ESCRITA COM QUESTÕES OBJETIVAS**

8.6.1 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões, munido de documento de identidade original, não sendo permitido o acesso ao local da prova do candidato que chegar atrasado.

8.6.1.1 Os portões de acesso ao local da prova escrita objetiva fecham 10 (dez) minutos antes do horário definido para início da prova.

8.6.1.2. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o fechamento do portão seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que chegar com atraso a qualquer uma das provas, eliminado do concurso público. (não haverá nenhuma tolerância de tempo).

8.6.2. Não será permitido o acesso ao local de prova do candidato que:

- a) Chegar após o horário determinado para o fechamento dos portões de entrada;
- b) Não apresentar documento de identificação oficial válido, original e com foto;
- c) Não dispor de caneta esferográfica de material transparente com tinta nas cores azul ou preta.

8.6.3. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

8.6.4. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

8.6.5. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

8.6.6. A identificação especial ou coleta de digitais poderá ser exigida, cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

8.6.7. Recomenda-se, para a rápida solução de qualquer pendência, que o candidato tenha consigo o comprovante de pagamento da taxa e comprovante de inscrição.

8.6.8. A não apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova e, em consequência, a sua eliminação do certame.

8.6.9. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Concurso Público poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), fotografia ou gravação de imagem e a revista pessoal e de seus pertences inclusive por meio eletrônico. A recusa de tal procedimento acarretará a sua eliminação do Concurso.

8.6.10. Em vista de eventual varredura eletrônica a que possa ser submetido, o candidato que faça uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverá comunicar esta particularidade até o último dia de inscrições e entregar, até esta mesma data, ao IOBV, laudo médico que comprove as informações prestadas.

8.6.11 O candidato receberá para realizar a prova escrita, um caderno de questões e um cartão resposta, comprometendo-se a ler e conferir todos os dados, informações e instruções neles constantes, bem como conferir se o cartão resposta corresponde ao seu nome, número de inscrição e o cargo, e se o caderno de questões corresponde ao seu cargo e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e a resolução da prova.

8.6.12 Na hipótese de serem verificadas falhas de impressão no

caderno de questões, o coordenador do local de prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

- a) substituir os Cadernos de questões defeituosos;
- b) proceder, em não havendo número suficiente de cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um caderno de questões completo.
- c) estabelecer prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

8.6.13 As respostas das questões da prova escrita deverão ser transcritas para o cartão resposta, de acordo com as instruções nele contidas, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

8.6.14. Ao terminar a prova o candidato entregará ao fiscal, juntamente com o cartão-resposta assinado, o Caderno de questões.

8.6.15 Não serão consideradas quaisquer anotações no caderno de questões, sendo o cartão resposta o único documento válido para a correção.

8.6.16 O cartão resposta não será substituído por erro ou rasura do candidato.

8.6.17 Será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova escrita:

- a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
- c) Contenha mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Não estiver assinalada no cartão resposta;
- e) Seja preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta ou nas instruções da prova.
- f) Cujo cartão resposta não esteja assinado pelo candidato.

8.6.18. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

8.6.18.1 Além da assinatura do candidato, a escolha da alternativa de cada questão, deve ser preenchido o quadrinho correspondente na sua totalidade, não sendo admitidos "x", bolinhas, ou outra marcação que não seja igual ao exemplo:

8.6.19 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do concurso público poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do concurso.

8.6.20 O candidato só poderá ter em seu poder no local de prova escrita objetiva o seguinte material: caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, documento de identidade original e, se assim desejar, comprovante de pagamento da taxa de inscrição, copo ou garrafa de água fabricada de material transparente, sem rótulos ou etiquetas, alimentos (barra de cereal, chocolate, fruta, desde que desembalados e acondicionados em saco plástico transparente.)

8.6.21 Para responder as questões da prova o candidato somente poderá utilizar caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, que não será distribuída aos candidatos, cabendo a eles sua aquisição.

8.6.22 Não é permitido durante a prova escrita objetiva:

- a) O uso de relógio, calculadoras, telefones celulares ou qualquer outro equipamento eletro-eletrônico, bem como bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura.
- b) A comunicação entre os candidatos, bem como consulta a qualquer obra, anotação, instrumento ou equipamento.
- c) Ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.
- d) A entrada de candidato armado, sob qualquer alegação.
- e) Comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.23 Os candidatos que trouxerem para o local de prova quaisquer materiais, objetos e ou equipamentos não permitidos, deverão entregá-los antes do início da prova, ao fiscal de sala. A simples posse, mesmo que desligado ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do concurso público.

8.6.24 Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 60 (sessenta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do concurso público.

8.6.25 Os três (3) últimos candidatos que permaneceram na sala só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo e assinarão a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

8.6.26 O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) no dia seguinte ao da realização da prova, juntamente com as provas que estarão disponíveis na área restrita do candidato.

8.6.27 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para nenhuma das provas, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

8.6.28 Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do concurso público.

8.6.29 O IOBV e o Município de Jacinto Machado não assumem responsabilidade por acidentes pessoais, perda, extravio, roubo, furto ou avaria de equipamentos e veículos trazidos pelo candidato ao local de prova.

8.6.30 Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

8.6.31 Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

8.6.31.1 Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

8.6.32 Motivará a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outra relativas ao concurso, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.33 No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

8.6.33.1 A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

8.6.33.2. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

8.6.34. Será excluído do Concurso Público o candidato que:

- a) se apresentar após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
- b) não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;
- c) não apresentar documento que bem o identifique, ou não submeter-se à coleta de impressão digital;
- d) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal;
- e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no

comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pelo IOBV no dia da prova;

f) se ausentar da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;

g) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;

h) se utilizar de meios ilícitos para a execução das provas;

i) não devolver integralmente o material recebido;

j) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos.

k) estiver portando ou fazendo uso, após o início da prova, em qualquer local do edifício onde a prova estiver sendo realizada, de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, mp3 players, fones de ouvido, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como relógios digitais ou analógicos;

l) tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

## 10. DA PROVA DE TÍTULOS PARA OS CARGOS DE PROFESSORES

10.1. A prova de títulos, de caráter classificatório, constará da avaliação dos documentos apresentados pelos candidatos aos cargos de professores que forem aprovados na prova escrita objetiva e comprovem a sua titulação.

10.2. A prova de títulos consistirá na avaliação dos DIPLOMAS e CERTIFICADOS de Pós-Graduação em nível de Especialização, Mestrado e de Doutorado, relacionados à área do cargo escolhido, desde que devidamente comprovado, concluído até o último dia definido para a inscrição e devidamente registrado.

10.2.1. O candidato deverá comprovar a conclusão do curso de pós-graduação através de fotocópia autenticada, da frente e do verso do certificado ou diploma expedido por instituição credenciada pelo MEC ou Conselho Estadual de Educação - CEE, aos quais serão atribuídas as seguintes pontuações:

a) 1,5 (um e meio) pontos ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Doutorado relacionado à área da função pretendida;

b) 1,00 (um) pontos ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Mestrado relacionado à área da função pretendida;

c) 0,50 (meio) ponto ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Especialização, com no mínimo 320h/a, relacionado à área da função pretendida.

10.3. A pontuação da Prova de Títulos não é cumulativa, sendo computado os pontos referente ao título de maior grau dentre os títulos relacionados nas alíneas "a", "b" e "c" do item 10.2.1.

10.4. Nos casos de inobservância do item anterior, onde o candidato apresentar mais de um documento para comprovação de título, a comissão avaliadora escolherá ALEATORIAMENTE apenas 1 (um) único documento para a avaliação.

10.4.1 A graduação (certificado de nível superior) não será computado em hipótese alguma, pois já é requisito obrigatório para provimento do cargo.

10.5. Não serão aceitos como comprovação de títulos documentos tais como: certidões, atestados, declarações, histórico escolar, comprovante de matrícula, entre outros, a não ser o certificado de conclusão devidamente autenticado em cartório, em que conste o rol de disciplinas com a respectiva carga horária, a fim de verificar a relação do título com o cargo escolhido.

10.5.1 Caso o certificado de conclusão não conste as disciplinas e carga horária, poderá ser acompanhado de histórico escolar emitido pela instituição de ensino, assinado e autenticado em cartório.

10.6. Os certificados em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução com declaração expressa assinada pelo tradutor responsável.

10.7. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório

da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

10.8. Serão avaliados somente os títulos dos candidatos que forem aprovados na prova escrita objetiva.

10.9. Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

10.10. Não haverá em hipótese alguma, outra data e horário para a entrega de títulos.

10.11. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

10.12. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Concurso.

10.13. Da entrega dos títulos

10.13.1 Os certificados podem ser protocolados pessoalmente ou por procuração simples na sede do IOBV ou ainda, enviados através das agências dos correios obrigatoriamente por meio de SEDEX/AR, devendo o protocolo seja pessoalmente ou no correio até a data prevista no cronograma.

10.13.2 Os certificados devem ser protocolados ou enviados em envelope lacrado e ser preenchido obrigatoriamente da seguinte forma, sob pena de não serem avaliados:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Ref.: Prova de Títulos Concurso Público Jacinto Machado Edital 01/2014

Candidato:

Cargo:

Número de Inscrição:

Avenida Luis Bertoli, 233 - Centro

CEP 89.190-000 -TAIÓ - SC

10.13.3. Entregue o envelope com os títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

10.13.4 A pontuação de títulos será somada à nota da prova escrita (NF = NPE + NPT)

## 11. DOS RECURSOS

11.1 Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, preterição de formalidade essencial prevista no presente edital, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Concurso Público.

11.1.1 Os recursos poderão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da publicação do ato que gerou a reclamação, somente através da área restrita do candidato no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

11.2 Para interposição dos recursos os candidatos deverão apresentar seu pedido de revisão obedecendo os seguintes passos:

a) Acessar a área do candidato no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), e realizar login identificando-se.

b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o concurso Edital 01/2014 de Jacinto Machado;

c) Na coluna "opções" (à direita) deslize o mouse sobre os ícones (botão) e clique naquele que exibir "Solicitar Recurso".

d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.

e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica.

f) Para cada questão deverá ser enviado um recurso.

g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.

h) Clicar em "enviar"

11.4 Não serão aceitos recursos ou anexos de recursos não enviados pela área do candidato ou enviados para outro endereço

de e-mail.

11.5. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que o Instituto O Barriga Verde confirmará o seu recebimento através de mensagem automática do sistema, sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

11.5.1. O Instituto O Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

11.6 Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

11.7. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

11.8. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

11.9. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

11.10. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

11.11. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

11.11.1. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

11.12. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

11.13. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

## 12. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO

12.1 A nota final dos candidatos (NF) será calculada com o emprego das fórmulas abaixo:

a) Nota Final dos cargos de professores com prova escrita e prova de títulos:  $NF = NPE + NPT$

b) Nota final para todos os demais cargos:  $NF = NPE$

Sendo:

NPE= Nota da prova escrita.

NPT= Nota da prova de títulos.

NF = Nota Final

12.2 Será considerado aprovado os cargos de nível alfabetizado, fundamental incompleto e completo e ensino médio incompleto o candidato que obtiver nota final igual ou superior a 4,00 (quatro).

12.2.1 Será considerado aprovado os cargos de nível médio completo e superior o candidato que obtiver nota final igual ou superior a 5,00 (cinco).

12.3 A classificação será determinada pela nota final que será expressa em duas casas decimais sem arredondamento.

12.4 Ocorrendo empate na nota final, aplicar-se-á, para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 12.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

12.5 Para o efeito do item 12.4 será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrições para o presente concurso.

12.6 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

- a) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos específicos;
- b) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos gerais;
- c) Maior titulação no caso dos cargos de professor.
- d) Maior Idade.
- e) Sorteio público.

### 13 DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

13.1 A homologação do resultado final deste concurso, se dará através de decreto do executivo devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do concurso e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

13.2 Os atos e resultados serão divulgados no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

### 14. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

14.1. A aprovação e classificação neste Concurso Público não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de Jacinto Machado, sendo a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do concurso ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital, atendendo os dispositivos da RE/598.099/STF.

14.2. A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Jacinto Machado.

14.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de Jacinto Machado.

14.3.1. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

14.4. Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), após homologação deverá informar o município junto ao Setor de Recursos Humanos.

14.5 O candidato após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

14.6. O candidato aprovado no concurso, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

14.7. O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Jacinto Machado, até a data, estabelecida conforme item 14.5, será excluído deste Concurso Público.

14.8. É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do concurso, estas deverão ser comunicadas diretamente ao Departamento de Gestão de Pessoas de JACINTO MACHADO.

14.8.1. A inobservância do subitem 13.5, implicará na desclassificação do Concurso Público.

14.9 Por ocasião da posse serão exigidos, dos candidatos aprovados e nomeados, os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação e descritos no edital de convocação.

14.10 O não cumprimento dos quesitos necessários impede a posse do candidato.

### 15 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

15.1 Delega-se competência ao IOBV - Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste concurso, para:

- a) Receber os requerimentos de inscrições;
- b) Emitir os documentos de homologação das inscrições;
- c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;
- d) Analisar e pontuar os títulos;
- e) Apreçar os recursos previstos neste edital;
- f) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- g) Prestar informações sobre o concurso dentro de sua competência;
- h) Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
- i) Responder, em conjunto com o município de JACINTO MACHADO eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

15.2 A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Concurso Público, devidamente nomeada através da Portaria Número 2897/2014.

15.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de JACINTO MACHADO.

### 16 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.

16.2. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas a número de inscritos por cargo e ao resultado do Concurso Público.

16.3. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Jacinto Machado, até que expire a validade do Concurso, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

16.4. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Concurso, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

16.5. Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

16.6. O Município de JACINTO MACHADO e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

16.7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

16.8 As despesas relativas à participação do candidato no Concurso e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

16.9 No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Concurso, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento - AR (correios), será considerada a data de postagem.

16.10 É vedada a inscrição neste Concurso Público de quaisquer membros da Comissão de Concurso Público, tanto da Prefeitura do Município de JACINTO MACHADO como do IOBV, bem como de seus parentes até 2º grau.

16.11 Na ocorrência de inscrição de parente, o membro da comissão deverá afastar-se e ser substituído por outro a ser designado

através de portaria.

16.12 Os cadernos de provas escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

16.13 A Comissão do Concurso Público da Prefeitura do Município de JACINTO MACHADO e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

16.14 Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecorrível, pela Comissão do Concurso Público da Prefeitura do município de JACINTO MACHADO e do IOBV.

16.15 Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público previsto neste Edital o Foro da Comarca de Jacinto Machado/SC.

16.16 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

Anexo I - Cargos e Vagas; Anexo II - Atribuições dos Cargos; Anexo III - Conteúdo Programático; Anexo IV- Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo V - Requerimento de Isenção de Inscrição - Anexo VI - Formulário de Recurso.

JACINTO MACHADO, 03 de novembro de 2014

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

#### CARGOS DE NÍVEL ALFABETIZADO e FUNDAMENTAL INCOMPLETO

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Valor inscrição
1. Auxiliar de Serviços Gerais	13	40 horas	R\$ 738,37	Escolaridade dispensada. Qualificação com habilitação para o exercício da função.	Escrita objetiva	35,00
2. Motorista	11	40 horas	R\$ 918,07	Ensino Fundamental incompleto e habilitação mínima categoria "D" de motorista profissional	Escrita objetiva	35,00

3. Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas	02	40 horas	R\$ 993,75	Ensino Fundamental incompleto. Qualificação para o exercício da função de operador de máquinas.	Escrita objetiva	35,00
4. Operador de Máquinas Pesadas	10	40 horas	R\$ 1.013,62	Ensino Fundamental incompleto. Qualificação para o exercício da função de operador de máquinas.	Escrita objetiva	35,00
5. Servente	19	40 horas	R\$ 738,37	Escolaridade dispensada. Qualificação para o exercício da função.	Escrita Objetiva	35,00

#### CARGOS DE ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO e ENSINO MÉDIO INCOMPLETO

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Valor inscrição
6. Agente de Defesa Civil	01	40 horas	R\$ 1.311,23	Ensino Médio incompleto.	Escrita objetiva	35,00
7. Auxiliar de Mecânico	02	40 horas	R\$ 738,37	Ensino Médio incompleto. Qualificação para o exercício da função.	Escrita objetiva	35,00
8. Borracheiro	02	40 horas	R\$ 865,12	Ensino Médio incompleto. Qualificação para a função.	Escrita objetiva	35,00

9. Carpinteiro	01	40 horas	R\$ 799,23	Ensino Médio incompleto. Qualificação para a função.	Escrita objetiva	35,00
10. Mecânico	02	40 horas	R\$ 1.013,62	Ensino Médio incompleto. Qualificação para a função.	Escrita objetiva	35,00
11. Pedreiro	02	40 horas	R\$ 799,23	Ensino Médio incompleto. Qualificação para a função.	Escrita objetiva	35,00
12. Vigia	04	40 horas ou regime de 12 horas trabalhada por 36 horas de descanso	R\$ 738,37	Ensino Fundamental séries iniciais. Qualificação para o exercício da função.	Escrita Objetiva	35,00

## CARGOS DE NÍVEL MÉDIO COMPLETO

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Valor inscrição
13. Auditor Fiscal	02	40 horas	R\$ 1.506,19	Portador de Diploma de Nível Médio. Qualificação com habilitação para o exercício da função de Auditor Fiscal.	Escrita objetiva	75,00

14. Auditor Sanitário	01	40 horas	R\$ 1.506,19	Portador de Diploma de Nível Médio. Qualificação com habilitação para o exercício das atividades e funções que o cargo exige.	Escrita objetiva	75,00
15. Auxiliar Administrativo	09	40 horas	R\$ 753,14	Ensino Médio Completo. Qualificação com habilitação para o exercício da função Administrativa e noções de informática.	Escrita objetiva	75,00
16. Auxiliar de Biblioteca	01	40 horas	R\$ 904,65	Habilitação de nível médio.	Escrita objetiva	75,00
17. Auxiliar de Ensino	27	40 horas	R\$ 904,65	Habilitação de nível médio e/ou Magistério.	Escrita objetiva	75,00
18. Fiscal de Desenvolvimento Municipal	01	40 horas	R\$ 1.506,19	Portador de Diploma de Nível Médio. Qualificação com habilitação para o exercício das atividades e funções que o cargo exige.	Escrita objetiva	75,00
19. Fiscal Sanitário	01	40 horas	R\$ 753,14	Ensino Médio Completo.	Escrita objetiva	75,00

20. Técnico de Enfermagem	07	40 horas 36 horas	R\$ 1.119,12	Ensino Médio Completo na Área de Enfermagem Especialização, qualificação com habilitação para o exercício da função de técnico de enfermagem.	Escrita objetiva	75,00
---------------------------	----	----------------------	-----------------	---	------------------	-------

## CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Valor inscrição
21. Assistente Social	02	30 horas	R\$ 1.800,03	Portador de Diploma Nível Superior, em Serviço Social, com registro no órgão competente. Especialização, qualificação com habilitação para o exercício da função de Assistente Social.	Escrita objetiva	100,00

22. Contador	01	40 horas	R\$ 3.325,72	Portador de Diploma Nível Superior, com registro no órgão competente. Especialização, qualificação com habilitação para o exercício da função de Executor Contábil.	Escrita objetiva	100,00
23. Enfermeiro	01	40 horas 36 horas	R\$ 1.872,76	Portador de Diploma Nível Superior, com habilitação em Enfermagem e registro no órgão competente. Especialização, qualificação com habilitação para o exercício da função de Enfermeiro.	Escrita objetiva	100,00

24. Engenheiro Agrimensor	01	20 horas	R\$ 2.238,12 R\$ 1.119,06	Portador de Diploma Nível Superior, em Engenharia de Agrimensura, com registro no órgão competente. Especialização, qualificação com habilitação para o exercício da função de Engenheiro Agrimensor.	Escrita objetiva	100,00
25. Engenheiro Civil	01	20 horas	R\$ 2.238,12 R\$ 1.119,06	Portador de Diploma Nível Superior, em Engenharia, com registro no órgão competente. Especialização, qualificação com habilitação para o exercício da função de Engenheiro.	Escrita objetiva	100,00

26. Fisioterapeuta	02	40 horas	R\$ 2.109,03	Portador de Diploma Nível Superior, com registro no órgão competente. Especialização, qualificação com habilitação para o exercício da função de Fisioterapeuta.	Escrita objetiva	100,00
27. Fonoaudiólogo	01	20 horas	R\$ 2.471,06 R\$ 1.235,53	Portador de Diploma Nível Superior, com habilitação em Fonoaudiologia e registro no órgão competente. Especialização, qualificação com habilitação para o exercício da função de fonoaudiólogo.	Escrita objetiva	100,00

28. Médico Veterinário	01	20 horas	R\$ 2.471,06 R\$ 1.235,53	Portador de Diploma Nível Superior, com habilitação em Medicina, com registro no órgão competente. Especialização, qualificação com habilitação para o exercício da função de médico.	Escrita objetiva	100,00
29. Nutricionista	01	40 horas	R\$ 2.067,67	Portador de Diploma Nível Superior, com habilitação em Nutrição e registro no órgão competente. Especialização, qualificação com habilitação para o exercício da função de nutricionista.	Escrita objetiva	100,00

30. Nutricionista	01	20 horas	R\$ 1.033,84	Portador de Diploma Nível Superior, com habilitação em Nutrição e registro no órgão competente. Especialização, qualificação com habilitação para o exercício da função de nutricionista.	Escrita objetiva	100,00
31. Odontólogo	02	40 horas	R\$ 2.520,48	Portador de Diploma Nível Superior, em Odontologia, com registro no órgão competente. Especialização, qualificação com habilitação para o exercício da função de dentista.	Escrita objetiva	100,00
32. Professor de Artes	01	20 horas	R\$ 848,68	Habilitação em nível superior de Licenciatura Plena na área específica.	Escrita e títulos	100,00
33. Professor de Artes	01	10 horas	R\$ 424,34	Habilitação em nível superior de Licenciatura Plena na área específica.	Escrita e títulos	100,00

34. Professor de Espanhol	01	10 horas	R\$ 424,34	Habilitação em nível superior de Licenciatura Plena na área específica.	Escrita e títulos	100,00
35. Professor Educação Infantil	03	20 horas	R\$ 848,68	Habilitação em nível superior de Licenciatura Plena na área específica.	Escrita e títulos	100,00
36. Psicólogo	02	40 horas	R\$ 1.910,21	Portador de Diploma Nível Superior, com habilitação em Psicologia e registro no órgão competente. Especialização, qualificação com habilitação para o exercício da função de psicólogo.	Escrita objetiva	100,00

## ANEXO II ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

### ALFABETIZADO

#### Auxiliar de Serviços Gerais

Executar serviços de manutenção e limpeza em repartições públicas e áreas públicas pertencentes ao Município.  
Executar trabalhos de limpeza das repartições e áreas públicas, praças, ruas, ou local para onde for designado, bem como dos demais bens públicos como veículos, monumentos etc.;  
Executar trabalhos de manutenção de repartições e áreas públicas, praças, ruas, pontes, drenagens etc.  
Manter vigilância e guarda dos materiais produtos de limpeza que estiver em sua posse;  
Zelar pelo patrimônio público municipal;  
Comunicar a autoridade competente qualquer ocorrência ou dano observado no patrimônio público municipal;  
Executar toda e qualquer tarefa compatível com o seu cargo, bem como aqueles que lhe forem atribuídos pela Secretaria Municipal a qual estiver lotado.

#### Servente

Executar trabalhos de manutenção e limpeza das repartições, praças, ruas, ou local para onde for designado;  
Manter vigilância e guarda dos materiais produtos de limpeza que

estiver em sua responsabilidade;  
Atendimento a crianças, limpeza de escolas, bibliotecas, museus;  
Preparação de merenda e demais atividades correlatas;  
Zelar pelo patrimônio público municipal;  
Comunicar a autoridade competente qualquer ocorrência ou dano observado no patrimônio público municipal;  
Executar toda e qualquer tarefa compatível com o seu cargo, bem como aqueles que lhe forem atribuídos pela Secretaria Municipal a qual estiver lotado.

### ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

#### Motorista

Dirigir veículos oficiais, ônibus e caminhão, transportando materiais e passageiros;  
Zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade;  
Efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade;  
Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidade ou avarias com sua viatura;  
Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral;  
Proceder ao mapeamento de viagens, identificando usuários, seu destino, quilometragem, horários de saída e entradas; Tratar os passageiros com respeito;  
Manter atualizada sua carteira nacional de habilitação e documentação do veículo;  
Atender as necessidades de deslocamento a serviço, seguindo determinações dos usuários.  
Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas

Operar máquinas e implementos agrícolas;  
Verificar os itens de manutenção periódica e de desgaste das máquinas e equipamentos, comunicando a necessidade de substituição ao setor responsável.  
Acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após a execução, efetuar testes necessários;  
Por em prática as medidas de segurança, recomendadas para a operação e estacionamento das máquinas e equipamentos;  
Anotar dados e informações sobre consumo de combustível e conservação;  
Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Operador de Máquinas Pesadas

Executar serviços de escavação, terraplanagem e nivelamento de solos;  
Executar serviços de construção, pavimentação e conservação de vias;  
Efetuar carregamento e descarregamento de materiais;  
Verificar os itens de manutenção periódica e de desgaste das máquinas e equipamentos, comunicando a necessidade de substituição ao setor responsável.  
Acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após a execução, efetuar testes necessários;  
Por em prática as medidas de segurança, recomendadas para a operação e estacionamento da máquina;  
Anotar dados e informações sobre consumo de combustível e conservação;  
Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

### ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

#### Agente de Defesa Civil

Atender ao público no seu local de trabalho e nas atividades operacionais em campo;  
Registrar ocorrências verificadas, inclusive em regime de plantão, preenchendo formulário interno de acordo com o sinistro ocorrido;  
Operar rádios portáteis e/ou estações fixas e móveis, recebendo e

transmitindo mensagens de interesse da Defesa Civil;  
Participar de vistorias em imóveis, encostas, árvores, bem como outros locais que poderão colocar em risco a segurança da comunidade redigindo formulário interno de acordo com cada sinistro;  
Identificar e cadastrar locais públicos ou privados para utilização de abrigo em caso de situação emergencial;  
Atuar em caso de emergência ou incidentes de pequeno, médio e grandes proporções, calamidade pública, incêndio, acidentes em instalações industriais, desabamentos, enchentes, deslizamentos, vendavais, acidentes químicos, nuclear e radiológico, acidentes em via pública, entre outros, apresentando-se prontamente, mesmo não havendo comunicação formal;  
Recepcionar e cadastrar famílias em abrigos organizando o espaço físico de acordo com o sexo e faixa etária, solicitando alimentação, atendimento médico, social e outras necessidades afins;  
Ministrar palestras para a comunidade em geral, a fim de informar à sociedade as ações da Defesa Civil e medidas de proteção civil;  
Zelar pela manutenção de máquinas, equipamentos e seus implementos, limpando-os lubrificando-os de acordo com as instruções de manutenção do fabricante, comunicando ao chefe qualquer irregularidade ou avaria.  
Registrar solicitações e notificações;  
Executar outras atividades compatíveis com a função.

#### Auxiliar de Mecânico

Revisar e consertar sistemas mecânicos de veículos e máquinas pesadas sob a orientação de um mecânico;  
Auxiliar a montar e desmontar motores;  
Substituir peças avariadas;  
Auxiliar a regular motores, freios e demais componentes mecânicos;  
Auxiliar na manutenção preventiva de veículos e máquinas pesadas;  
Manter e conservar as ferramentas e equipamentos utilizados diariamente para a execução de trabalhos;  
Manter e conservar limpo e organizado seu local de trabalho;  
Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Borracheiro

Trocar e consertar pneus leves, médios e pesados de toda a frota municipal;  
Exercer suas atividades no local onde for solicitado, prestando socorro aos veículos, máquinas e equipamentos em campo.  
Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.  
Manter e conservar os pneus, ferramentas e equipamentos utilizados diariamente para a execução de trabalhos;  
Manter e conservar limpo e organizado seu local de trabalho;  
Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Carpinteiro

Selecionar e preparar madeira a ser empregada nos trabalhos;  
Riscar, retalhar e montar peças e estruturas de madeira;  
Confeccionar, reparar e conservar esquadrias, portas, janelas, móveis dos escritórios e de escolas, assoalhos, etc.  
Instalar portas e janelas e outras em madeira;  
Manter em condições para trabalho toadas as suas ferramentas para a execução de trabalhos;  
Manter limpo e organizado o local de trabalho;  
Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Mecânico

Revisar e consertar sistemas mecânicos de veículos e máquinas pesadas;  
Montar e desmontar motores;  
Substituir peças avariadas;  
Regular motores, freios e demais componentes mecânicos;

Executar e orientar a manutenção preventiva de veículos pesados;  
Manter e conservar as ferramentas e equipamentos utilizados diariamente para a execução de trabalhos;  
Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Pedreiro

Executar serviços de pequenas reformas internas e externas;  
Executar serviços de revestimentos das paredes, pisos e tetos;  
Orientar no preparo de argamassa e concreto;  
Executar assentamento de tijolos, pedras, telhas, etc.;  
Participar de trabalhos de massa à base de cal, cimento e outros;  
Manter em condições para trabalho toadas as suas ferramentas para a execução de trabalhos;  
Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Vigia

Controlar a entrada e saída de veículos ou pessoas em instalações do Município;  
Faz rondas nos prédios e repartições públicas;  
Relatar ao seu substituto as ocorrências de seu período de trabalho, bem como informar ao chefe imediato qualquer irregularidade;  
Atender ao público, prestando as devidas informações;  
Executar outras atividades correlatas.

### ENSINO MÉDIO

#### Auditor Fiscal

Realizar as ações de tribulações, arrecadação, constituição e cobranças administrativas das espécies tributárias de competência do Município;  
Realizar as atividades de lançamentos, fiscalização e cobrança de tributos por outros, na forma de Lei ou Convênio.  
Constituir o crédito tributário, mediante lançamento, inclusive por emissão eletrônica, proceder à revisão das declarações efetuadas pelo sujeito passivo;  
Controlar, executar e aperfeiçoar procedimentos de auditoria, diligência, perícia e fiscalização, objetivando verificar o cumprimento das obrigações tributárias do sujeito passivo, praticando todos os atos definidos em legislação específicas, inclusive os relativos à busca e à apreensão de livros, documentos e assemelhados, bem como o de lacrar bens móveis e imóveis, no exercício de suas funções;  
Supervisionar o compartilhamento de cadastros e informações fiscais com as demais administrações tributárias da União, dos Estados e outros Municípios, mediante lei ou convênio;  
Avaliar e especificar os parâmetros de tratamento de informação. Com vistas às atividades de lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos e contribuições;  
Planejar, coordenar, supervisionar e exercer, observada a competência específica de outros órgãos, as atividades de repressão à sonegação fiscal, ocultação de bens, direitos e valores;  
Desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária;  
Analisar, elaborar e proferir decisões em processos administrativo-fiscais, nas respectivas esferas de competência, inclusive os relativos ao reconhecimento de direito creditório, a solicitação de retificação de declaração, à imunidade, a quaisquer formas de suspensão, exclusão e extinção de créditos tributários previstos na Lei Federal nº 5.172. De 25 de outubro de 1966, à restituição ao ressarcimento é a redução de tributos e contribuição, bem como participar de órgãos de julgamento singulares ou colegiados relacionados à Administração Tributária;  
Estudar, pesquisar e emitir pareceres de caráter tributário, inclusive em processos de consulta;  
Elaborar minutas de atos normativos e manifestar-se sobre projetos de lei referente à matéria tributária quando solicitado;  
Supervisionar as atividades de disseminação de informações ao

sujeito passivo, visando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias e à formalização de processos;  
Elaborar minuta de cálculo de exigência tributária alterada por decisão administrativa ou judicial  
Prestar assistência extrajudicial, salvo em ação que figure como parte, aos órgãos encarregados de representação judicial do Município;  
Informar os débitos vencidos e não pagos para a inscrição na Dívida Ativa, em processos analisados do termo prescricional;  
Planejar, coordenar supervisionar, controlar e executar as atividades de fiscalização, arrecadação e de cobrança dos impostos, taxas e contribuições;  
Realizar pesquisa e investigação relativa a inteligência fiscal;  
Examinar documentos livros e registros de instituições financeiras, referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras de titularidade de sujeito passivo para o qual haja processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso.  
Verificar livros e documentos fiscais que serviam de base para apuração dos repasses constitucionais;  
Emitir parecer conclusivo sobre regularidades ou irregularidades fiscais de contribuintes. Pessoa Física e Jurídica de Direito Público e Privado, sujeitos à imposição tributária.

#### Auditor Sanitário

Registrar solicitações e notificações;  
Executar atividades de vigilância sanitária;  
Coordenar e executar atividades que busquem a orientação sobre saneamento básico junto à comunidade;  
Auxiliar e executar atividades de vigilância epidemiológica;  
Verificar e atender reclamações;  
Executar a apreensão de produtos, alimentos e demais bens fora das condições legais de consumo, produção e armazenamento;  
Inspecionar e vistoriar as condições higiênicas e de saúde para a expedição de documentos hábeis para a construção de estabelecimentos comercial, indústrias e agropecuárias;  
Elaborar relatórios pertinentes e lavrar os atos cabíveis: notificação, intimação, autos de infração e apreensão;  
Constituir o crédito, mediante lançamento, dos tributos e multas vinculados à competência de fiscalização no âmbito da Vigilância Sanitária;  
Executar outras atividades compatíveis com a função.

#### Auxiliar Administrativo

Executar registros, controle, arquivo de todo e qualquer serviço de caráter administrativo, financeiro, pessoal ou material;  
Preparar índices de fichários, mantendo-os atualizados;  
Preencher formulários, fichas, cartões transcrever atos oficiais;  
Codificar dados e documentos;  
Providenciar material de expediente;  
Receber e orientar o público, informando sobre localização de pessoas em dependências do órgão;  
Encaminhar o público para o local correto conforme a solicitação;  
Manter local de trabalho limpo arejado para melhor comodidade do público;  
Receber ligações telefônicas;  
Fazer ligações telefônicas procedendo o competente controle;  
Atender a todos com dedicação, respeito e educação;  
Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Auxiliar de Biblioteca

Executar trabalhos de auxílio aos docentes;  
Auxiliar nas tarefas da biblioteca;  
Recepcionar as crianças na entrada e saída durante o horário escolar;  
Organizar o local;  
Zelar pela higiene e conservação da sala, objetos e materiais pertencentes às crianças;  
Executar toda e qualquer tarefa compatível com o seu cargo, bem como aquelas que lhe forem atribuídas pela Secretaria Municipal

de Educação.

Auxiliar o professor com os alunos de inclusão social e demais alunos que demandem atenção especial;

#### Auxiliar de Ensino

Executar trabalhos de auxílio aos docentes do Ensino de Educação Infantil e Fundamental no tocante a:  
Auxiliar nas tarefas de sala de aula e dentro da Unidade Escolar;  
Recepcionar as crianças na entrada e saída durante o horário escolar;  
Realizar tarefas de banho e higiene das crianças;  
Fornecer alimentação das crianças nos horários determinados;  
Manter vigilância permanente das crianças no tocante a saúde e alimentação;  
Zelar pela higiene e conservação da sala, objetos e materiais pertencentes às crianças;  
Auxiliar na recreação e atividades de coordenação psicomotora das crianças;  
Executar toda e qualquer tarefa compatível com o seu cargo, bem como aquelas que lhe forem atribuídas pela Secretaria Municipal de Educação.  
Auxiliar o professor com os alunos de inclusão social e demais alunos que demandem atenção especial para sua permanência e aprendizado na sala de aula.

#### Fiscal de Desenvolvimento Municipal

Realizar levantamentos fiscais junto aos contribuintes, elaborar relatórios pertinentes e lavrar os atos cabíveis: notificação, intimação e autos de infração e apreensão;  
Realizar levantamentos e campo por coleta das características físicas das unidades imobiliárias, que englobem dimensões do terreno e da edificação e os componentes dos materiais empregados na construção;  
Desenhar croqui das unidades imobiliárias e da quadra onde se localizam;  
Efetuar cálculos de áreas, do valor venal dos imóveis, dos tributos imobiliários e demais cálculos que se façam necessários;  
Orientar contribuintes quanto às suas obrigações;  
Informar pessoas físicas;  
Examinar pedidos de inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Serviços e da Taxa de Localização e Funcionamento de Estabelecimentos.  
Manter atualizado e completo o cadastro dos contribuintes do Imposto sobre Serviços e da Taxa de Licença para localização e Funcionamento;  
Examinar pedidos de impressão e utilização de documentos fiscais de uso obrigatório;  
Efetuar levantamento de campo vistorias fiscais;  
Analisar documentos fiscais apresentados pelos contribuintes, com vistas à homologação dos lançamentos;  
Fiscalizar as obras particulares de maior porte, dentro dos moldes recomendados nas especificações;  
Inspecionar a execução de construção em prédios próprios municipais;  
Redigir memorandos, ofícios, pequenos relatórios e demais documentos relativos a serviços de fiscalização efetuados;  
Colaborar na elaboração e atualização do Cadastro Urbanístico do Município;  
Instaurar processos de infração verificada pessoalmente ou por seus auxiliares e lavrar os atos cabíveis: notificação, intimação e autos de infração e apreensão;  
Praticar todos os atos necessários à instrução de processos ou apuração de denúncias e reclamações;  
Coordenar sindicâncias especiais para instrução de processos ou apuração de denúncias e reclamações;  
Organizar plantões fiscais e emitir relatórios sobre os resultados das fiscalizações efetuadas;  
Organizar distribuir e inspecionar o trabalho da área sob jurisdição;  
Oferecer críticas e sugestão para melhor andamento dos trabalhos;

Executar outras atividades compatíveis ao cargo.

#### Fiscal Sanitário

Registrar solicitações e notificações;  
Auxiliar e executar atividades de vigilância sanitária sob supervisão técnica;  
Auxiliar e executar atividades de vigilância epidemiológica sob supervisão técnica;  
Auxiliar na orientação e execução de operações e orientações sobre saneamento básico junto à comunidade;  
Verificar e atender reclamações;  
Auxiliar na apreensão de alimentos fora das condições, sob supervisão da chefia imediata;  
Auxiliar nas inspeções e vistorias das condições higiênicas e de saúde para todos os fins, inclusive para expedição de documentos hábeis para a construção/funcionamento de estabelecimentos comerciais, indústrias e agropecuárias;  
Elaborar os relatórios pertinentes e lavrar os atos cabíveis: notificação, intimação, autos de infração e apreensão;  
Executar outras atividades compatíveis com a função.

#### Técnico de Enfermagem

Atender aos internados e pacientes em geral;  
Executar ações de controle e avaliação das condições vitais do indivíduo;  
Orientar e coordenar os serviços de condicionamento e esterilização de material, seguindo técnicas adequadas;  
Fazer atendimento de enfermagem;  
Administrar medicamentos sob prescrição médica;  
Desenvolver atividade de orientação aos pacientes, bem como a coleta de materiais para exame mediante solicitação;  
Fazer registros e anotações das condições dos pacientes;  
Executar outras atividades compatíveis com a função.

#### ENSINO SUPERIOR

##### Assistente Social

Planejar, coordenar, orientar, supervisionar, executar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social, aplicados a indivíduos, grupos e comunidades;  
Prestar assessoria e consultoria técnica em assunto de natureza social;  
Elaborar assuntos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização;  
Participar, dentro de sua especialidade, de equipes multiprofissionais na elaboração, análise e implantação de programas e projetos;  
Elaborar e/ou participar de projetos de pesquisas, visando à implantação e ampliação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário;  
Mobilizar recursos comunitários para que sejam devidamente utilizados em benefício da população;  
Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; e  
Executar outras atividades compatíveis o cargo.

##### Contador

Acompanhar, orientar e executar a contabilidade de atos e fatos de natureza orçamentária, patrimonial e financeira;  
Elaborar mapas, relatórios, demonstrativos e outros documentos de controle e exposição de atos e fatos contábeis;  
Participar da elaboração orçamentária e acompanhar sua execução;  
Inspeccionar e orientar assentamentos feitos em livros e documentos fiscais;  
Verificar procedimentos e elaborar documentação para atendimento de exigências legais e administrativas;  
Orientar autoridades e servidores de outras unidades sobre aplicação e cumprimento de normas legais e administrativas de caráter contábil;

Assinar documentos de controle de registro contábil;  
Orientar os servidores que auxiliam na execução de atribuições típicas da classe;  
Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

##### Enfermeiro

Desenvolver tarefas de competência de enfermagem na execução de programas de saúde e no atendimento das necessidades dos pacientes doentes;  
Executar tarefas complementares ao tratamento médico especializado;  
Controlar sinais de pacientes;  
Receber, preparar, registrar e encaminhar pacientes para atendimento médico e odontológico;  
Preparar e esterilizar os materiais e instrumento médico odontológicos;  
Coletar material para exame laboratorial;  
Prestar primeiros socorros aos servidores no local de trabalho em caso de acidente ou doença, fazendo curativos ou imobilizações especiais, administrando medicamentos e providenciando o posterior atendimento médico;  
Participar das atividades de educação em saúde e treinamento do pessoal em enfermagem;  
Orientar os servidores que auxiliem na execução de atribuições de classe;  
Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

##### Engenheiro Agrimensor

Executar atividades relativas ao planejamento e estruturação de atividades relacionadas com as demandas dos usuários dos serviços públicos municipais, que dizem respeito aos objetivos da unidade organizacional e/ou à área a qual encontra-se habilitado  
Executar estudos e levantamentos de obras topográficas em geral;  
Executar planilhamento planimétrico e planialtimétrico, terraplanagem e demarcação de área;  
Elaborar estudos e projetos de estradas, barragens e afins;  
Demarcação de áreas de reservas legais para fins de averbação em registro imobiliário;  
Regularização fundiária de áreas;  
Fornecer apoio na atualização de cadastro técnico de imóveis urbanos e rurais; projetos de loteamentos, desmembramentos e remembramentos;  
Participação de planos diretores municipais;  
Implantação de base cartográfica e cartografia digital;  
Elaboração de orçamentos ligados à área de engenharia agrimensora;  
Zelar pela padronização, mensuração e controle de qualidade nos serviços prestados;  
Execução das demais atividades compreendidas na regulamentação profissional do cargo, aplicável aos objetivos da administração pública municipal.

##### Engenheiro Civil

Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente;  
Executar estudo, planejamento, projeto e especificação;  
Executar estudos de viabilidade técnico-econômica;  
Prestar assistência, assessoria e consultoria;  
Dirigir obras e serviços técnicos;  
Executar vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;  
Realizar ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica e extensão;  
Elaborar orçamento;  
Efetuar a padronização, mensuração e controle de qualidade;  
Executar obras e serviço técnico;  
Fiscalizar obras e serviço técnico;  
Efetuar produção técnica e especializada;  
Conduzir trabalho técnico;  
Conduzir equipe de instalação, montagem, operação, reparo e

manutenção;  
Executar instalação, montagem e reparo;  
Operar e realizar manutenção de equipamentos e instalação;  
Executar desenho técnico;  
Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades;  
Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; e  
Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Fisioterapeuta

Planejar, organizar e executar serviços gerais e específicos;  
Avaliar elegibilidade do lesionado para ser submetido ao tratamento proposto;  
Fazer testes musculares, goniometria, perimetria, pesquisa de reflexos normais e patológicos, provas de esforço e sobrecarga para identificar a incapacidade do paciente;  
Elaborar plano de tratamento, orientando a família e o paciente no acompanhamento Domiciliar;  
Orientar, treinar o manuseio de aparelho e supervisionar na execução de plano de tratamento;  
Reavaliar o paciente para conotar recuperação, fazendo integração médico/paciente através de sugestão, alterações na conduta de tratamento e encaminhamento para alta definitiva;  
Fazer estudos junto à equipe técnica para definir melhor atuação para integração do indivíduo na sociedade;  
Promover cursos internos de atualização para técnicos e atendentes;  
Assessorar autoridades superiores em assuntos de fisioterapia, preparando informes, documentos, laudos e pareceres;  
Fornecer laudos estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades; e  
Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Fonoaudiólogo

Tratar pacientes: Eleger procedimentos terapêuticos; habilitar sistema auditivo; reabilitar o sistema vestibular; desenvolver percepção auditiva; tratar distúrbios vocais; tratar alterações da fala, de linguagem oral, leitura e escrita; tratar alterações de deglutição; tratar alterações de fluência; tratar alterações das funções orofaciais; desenvolver cognição; adequar funções percepto-cognitivas; avaliar resultados do tratamento.  
Aplicar procedimentos fonoaudiológicos: Prescrever atividades; preparar material terapêutico; indicar e adaptar tecnologia assistiva; introduzir formas alternativas de comunicação; prescrever e adaptar órteses e próteses; aplicar procedimentos de adaptação pré e pós-cirúrgico; aplicar procedimentos específicos de reabilitação em UTI; aperfeiçoar padrões faciais, habilidades comunicativas e de voz; estimular adesão e continuidade do tratamento; reorientar condutas terapêuticas.  
Orientar pacientes e familiares: Explicar procedimentos e rotinas; demonstrar procedimentos e técnicas; orientar técnicas ergonômicas; verificar a compreensão da orientação; esclarecer dúvidas. Desenvolver programas de prevenção, promoção de saúde e qualidade de vida.  
Promover campanhas educativas.  
Produzir manuais e folhetos explicativos.  
Elaborar relatórios e laudos de sua atividade.  
Utilizar recursos de informática.  
Participar de comissões e grupos de trabalho técnico-científicos;  
Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;  
Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Médico Veterinário

Realizar atendimento aos animais na esfera municipal;  
Examinar os animais para determinar o diagnóstico e se necessário requisitar exames complementares;  
Analisar e interpretar exames e resultados de Raios-X;

Prescrever medicamentos;  
Orientar os criadores e promover as vacinações dos animais periodicamente;  
Proferir palestras educativas e fornecer dados estatísticos;  
Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde animal;  
Implementar programas de erradicação animais;  
Outras ações inerentes ao cargo.

#### Nutricionista

Estabelecer normas e diretrizes administrativas dentro de serviço de nutrição;  
Planejar, acompanhar e executar programas de nutrição na área de saúde pública;  
Proceder ao planejamento e elaboração de cardápios para dietas normais e especiais desde a política de compras, abastecimentos, preparo e distribuição;  
Proceder a cálculos de dietas especiais;  
Elaborar mapa dietético de acordo com a prescrição médica, patologia, dados pessoais e laboratoriais do paciente;  
Orientar pacientes e familiares sobre a necessidade da observância da dieta;  
Fazer avaliação nutricional;  
Participar de comissões e grupos de trabalho técnico-científicos;  
Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades;  
Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;  
Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Odontólogo

Elabora, juntamente com a equipe de saúde, normas técnicas e administrativas de organização e funcionamento dos serviços odonto-sanitários;  
Aplicar as normas técnicas que reagem as atividades de odontologia sanitária a fim de que sejam integralmente cumpridas da maneira prevista ou na forma de adaptação que mais convenha aos interesses e necessidades do serviço;  
Encarar o paciente e sua saúde como um todo, tentando evidenciar as causas de suas necessidades odontológicas;  
Examinar as condições buco-dentária do paciente, esclarecendo sob diagnóstico, prognóstico, e tratamento indicado;  
Fazer encaminhamentos a serviços ou entidades dos casos que exijam tratamento especializado;  
Aplicar medidas tendentes à melhoria do nível de saúde oral da população, avaliando os resultados;  
Promover a participação do programa de educação de doenças de boca, esclarecendo à população métodos eficazes para evitá-las;  
Prestar assistência odontológica curativa, priorizando o grupo materno-infantil;  
Prestar assistência odontológica ao escolar dentro da filosofia do sistema incremental;  
Diagnosticar e tratar afecções de boca, dentes e região maxilofacial, utilizando processos clínicos ou cirúrgicos;  
Fazer perícia odontolegal, examinando a cavidade bucal e os dentes, a fim de fornecer atestados para demissão, concessão de licença, abonos de falta e outros;  
Fazer perícia odontolegal, examinando a cavidade legal bucal dos dentes para fornecer laudos, responder a requisitos e dar outras informações;  
Treinar pessoal auxiliar deixando-o apto a realizar serviços de acordo com as necessidades do atendimento;  
Realizar estudos sobre a frequência e características de afecções orais, analisando suas causas e consequências;  
Divulgar pesquisas, experiência e informações técnicas que interpretam à categoria e à população em geral;  
Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades;  
Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; e

Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

Professor de Artes

Professor de Educação Infantil

Professor de Espanhol

Orientar a aprendizagem do aluno, participar no processo de planejamento das atividades da escola, organizar as operações inerentes ao processo de ensino aprendizagem, contribuir para aprimoramento da qualidade do ensino, e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.

Psicólogo

Avaliar comportamento individual, grupal e institucional;

Aprofundar o conhecimento das características individuais, situações e problemas;

Analisar a influência dos fatores hereditários, ambientais e psicossociais sobre o indivíduo, na sua dinâmica inter e intra-psíquica e suas relações sociais, para orientar-se no diagnóstico e atendimento psicológico.

Definir protocolos e instrumentos de avaliação, aplicar e mensurar os resultados;

Elaborar e executar estudos e projetos ou rotinas na área de gestão de pessoas;

Acompanhar paciente durante o processo de tratamento ou cura, tanto psíquica como física em atendimento individual ou grupal; Proporcionar suporte emocional para paciente internado em hospital e seus familiares, auxiliando-os na elaboração de experiência de doença orgânica, crises e perdas;

Realizar acompanhamento terapêutico no pré, peri e pós-cirúrgico; Observar e propor mudanças em situações e fatos que envolvam a possibilidade de humanização do contexto hospitalar;

Participar de equipes interdisciplinares e multiprofissionais, realizando atividades em conjunto, tais como: visitas médicas; discussão de casos; reuniões administrativas; visitas domiciliares etc;

Realizar e coordenar atividades educativas e grupos de adesão com pacientes e familiares, especialmente em casos de doenças crônicas;

Proporcionar suporte emocional para a equipe de saúde em situações extremas;

Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão;

Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade;

Participar de programa de treinamento, quando convocado;

Trabalhar segundo normas padrão de biossegurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental;

Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática;

Desenvolver programas de prevenção, promoção de saúde e qualidade de vida;

Elaborar relatórios e laudos de sua atividade;

Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;

Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

### ANEXO III

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

**CARGOS NÍVEL ALFBETIZADO e FUNDAMENTAL INCOMPLETO**  
**PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - COMUM A TODOS OS CARGOS**

#### LÍNGUA PORTUGUESA.

Leitura e Interpretação de Textos; Vogais e Consoantes; Maiúsculas e Minúsculas; Separação de sílabas; Ditongos, tritongos, Aumentativo e Diminutivo; Masculino e Feminino (artigos); numerais; Sinônimo e Antônimo; Plural e Singular; encontros vocálicos; encontros consonantais; sílabas; tonicidade das sílabas. Substantivos, Noções de tempos verbais: presente, passado e futuro.

#### MATEMÁTICA

Noções de cálculos, situações-problema para uso das operações básicas. Unidades de Medidas. Cálculo de área. Figuras Geométricas. operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; grandezas e medidas; conjuntos. Medidas de tempo, porcentagem, juros simples.

#### CONHECIMENTOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

Auxiliar de Serviços Gerais

Materiais de limpeza e sua utilização. Destinação do lixo e reciclagem. Limpeza dos diferentes espaços. Conhecimentos teóricos e práticos relacionados a faxina, manipulação de alimentos, copa. Noções de alimentação, nutrição e grupos de alimentos; Recepção e armazenamento de materiais de limpeza. Controle de estoque e técnicas de armazenamento de alimentos. Manuseio e conservação de equipamentos e utensílios; Produtos de limpeza, produtos químicos de limpeza, símbolos e cuidados. Prevenção de Acidentes. Segurança no trabalho. Tipos de limpeza, varredura seca, úmida e molhada. Tipos de materiais (panos de limpeza, esponjas, Mops, rodos etc) e suas adequadas utilizações. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e coletiva. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Bibliografia Sugerida: a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### Motorista

Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito. Veículos: Classificação. Características. Segurança. Equipamentos obrigatórios. Proibições. Transporte de cargas. Identificação. Registro de veículos. Licenciamento. Habilitação: Processo de habilitação. Carteira Nacional de Habilitação. Normas. Autorização e permissão para dirigir. Categorias. Exames. Aprendizagem. Expedição. Infrações. Penalidades: Advertências. Multa. Suspensão do direito de dirigir. Apreensão do veículo. Cassação da Carteira Nacional de Habilitação. Medidas administrativas. Processo administrativo. Cursos de reciclagem. Crimes de trânsito: Disposições gerais. Tipificação. Penalidades. Direção defensiva: Definição. Cuidados gerais ao dirigir. Riscos, perigos e acidentes. Manutenção periódica e preventiva do veículo. Cinto de segurança. Condutor. Ambiente e condições adversas para dirigir. Uso de álcool, drogas e medicamentos. Mecânica básica: Noções básicas de mecânica de automóveis. Comandos principais. Carroceria, motor e transmissão. Rodas, direção, freios, suspensão e sistema elétrico. Manual de instruções do veículo. Primeiros socorros: Noções básicas de primeiros socorros. Manutenção dos sinais vitais. Procedimentos emergenciais. Movimentação e transporte de emergência. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil

da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

#### Bibliografia Sugerida

Publicações do site oficial do Ministério da Educação (apostilas e cartilhas), [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)

Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

Legislação pode ser encontrada em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados

#### Operador de Máquinas Agrícolas

##### Operador de Máquinas Pesadas

Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997, atualização e Legislação Complementar. Resoluções do CONTRAN. Noções de Manutenção, Conservação e Limpeza das Máquinas e Equipamentos de Trabalho. Utilização dos equipamentos apropriados para cada serviço específico. Cuidados necessários na utilização do equipamento com segurança. Utilização de Equipamentos de Proteção Individual necessários para o desempenho da função. Princípios de manutenção de veículos e máquinas. Tipos de óleos lubrificantes. Sistema elétrico. Sistema de arrefecimento. Conhecimentos básicos de primeiros socorros. Noções básicas de mecânica. Noções básicas de direção defensiva.

Bibliografia Sugerida: a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### Servente

Noções básicas de conservação e manutenção. Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares com o patrimônio. Utilização de materiais e equipamentos de limpeza. Guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Habilidades manuais no desempenho das tarefas: sequência correta das operações; uso correto de ferramentas, utensílios e equipamentos; manutenção e conservação de ferramentas, utensílios e equipamentos; dosagem dos produtos para limpeza; Noções básicas de segurança e higiene do trabalho. Relacionamento humano no trabalho. Importância da disciplina no trabalho. Simbologia dos produtos químicos e de perigo; Noções de operação de máquinas simples para limpeza e conservação do ambiente; Reciclagem de lixo; limpeza e higienização de prédios públicos, superfícies brancas e revestimentos cerâmicos; Noções de higiene e higiene no ambiente de trabalho; limpeza e higienização de banheiros e áreas comuns; armazenamento, cuidados de manuseio e destino do lixo. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo.

Bibliografia Sugerida: a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO e ENSINO MÉDIO INCOMPLETO

#### PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - COMUM A TODOS OS CARGOS

##### LÍNGUA PORTUGUESA.

Leitura e Interpretação de Textos; Semântica; Verbos. Morfologia. Processos de formação de palavras. Mecanismos de flexão dos nomes e verbos. Classes de Palavras. Substantivos, adjetivos, conjunções, pronomes, preposições, verbos. Ortografia. Pontuação. Acentuação Gráfica.

Bibliografia Sugerida:

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010.

FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995.

Livros didáticos da Língua Portuguesa de 1ª a 4ª série do ensino fundamental.

Outras Gramáticas Normativas.

#### MATEMÁTICA

##### Bibliografia Sugerida:

Livros didáticos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental.

GIOVANNI, José Ruy; CASTRUCCI, Benedito; GIOVANNI JR., José Ruy. A conquista da Matemática: 5ª a 8ª série. SP, Ed. FTD, 2008.

CAVALCANTE, Luiz G; SOSSO, Juliana; VIEIRA, Fabio; POLI, Edneia. Para Saber Matemática: 5ª. A 8ª. Série. SP Ed. Saraiva, 2008

SOARES, Eduardo Sarquis. Matemática com o Sarquis. 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Ed. Saraiva.

SANCHES, Lucília Bechara, LIBERMAN, Marlúcia, WEY, Regina Lúcia Motta. Fazendo e compreendendo a Matemática. 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Ed. Saraiva.

SANTOS, Ieda Medeiros C.E, DARIN Áurea Joana S. Matemática. 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Ed. IBEP.

SOUZA, Maria Helena Soares de. Matemática - série Brasil. 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Ed. Ática.

#### CONHECIMENTOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

##### Agente de Defesa Civil

Sistema Nacional de Defesa Civil; Departamento da Defesa Civil e suas responsabilidades, planos de contingência; Segurança e Saúde ocupacional; Noções de geologia, meteorologia e hidrologia (micro bacias, acidentes geográficos, escorregamentos, influência das chuvas, enchentes); Atitudes de Liderança; Desastres e riscos ambientais; Interpretação de plantas e acidentes geográficos, topografia, croquis, mapas; Tipos de solos e peculiaridade dos solos; Comunicação persuasiva; Introdução Informática, mapas/GPS para saber buscar no sistema; Esferas do poder, relacionamento intersectorial; Interpretação de leis, conhecimentos de legislação pública; Legislação ambiental; Gestão de conflitos; Recursos e Projetos dos Ministérios das Cidades, políticas públicas; Questões sociais, psicológicas (comportamental); Estruturas de contenção (gabião, muro, utilização dos recursos); Cidadania; Noções de planejamento das ações de defesa civil: prevenção, preparação, respostas aos desastres e reconstrução, conceitos, tipos e classificações de desastres; Educação ambiental; Prevenção de acidentes domésticos; Montagem e coordenação de abrigos; Noções de primeiros socorros, atendimento pré-hospitalar; busca terrestre, resgate veicular; salvamento em altura e aquático; prevenção e combate a incêndios; operações com produtos perigosos; Legislação de Trânsito. Atendimento ao público interno e externo, pessoalmente ou através do telefone; recebimento, orientação e encaminhamento das pessoas ao setor específico. Noções de Arquivo: organização de arquivos e protocolos; Recepção e despacho de documentos; Uso de equipamentos de escritório, outros conteúdos inerentes ao cargo. Noções de ética e cidadania. Constituição Federal, e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

##### Bibliografia Sugerida:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 11. Da nacionalidade - Art. 12 e 13. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 75). BRASIL, Constituição Federal de 1988 - Título VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, da Saúde.

BRASIL, Legislação Federal, Leis Federais nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90.

BRASIL, Ministério da Saúde. Carta dos direitos dos usuários da saúde. 2º edição. 2007.

- Manuais, livros e apostilas relacionados aos temas descritos no

conteúdo.

- Outras fontes inerentes ao assunto e às atribuições do cargo, a critério da banca elaboradora.

#### Auxiliar de Mecânico

Conhecimentos e utilização adequada das ferramentas; Conhecimentos da norma de segurança; Explosão; Óleos e lubrificantes; Motor; Transmissão; Suspensão; Ignição; Peças de reposição; Sistemas de medidas utilizadas para as peças, roscas e parafusos; Conhecimentos básicos da função. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Noções de Primeiros Socorros, ética e cidadania e outras conteúdos inerentes as atribuições do cargo e a execução das atividades que o mesmo exige. Bibliografia Sugerida: a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### Borracheiro

Conhecimento das técnicas de montagem e desmontagem de pneus; Calibragens; Medidas de segurança; Medidas de pneus e rodas. Noções sobre os diferentes tipos de pneus e câmaras de ar utilizados nos veículos. Conhecimento dos consertos e encapamento das partes avariadas dos pneus. Conhecimento sobre materiais e equipamentos e ferramentas utilizados na atividade. Normas de segurança: acidentes de trabalho: conceito, causas, prevenção. Normas básicas de higiene: vida saudável; CIPA. EPIs - Equipamento de Proteção Individual, Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Noções de Primeiros Socorros, ética e cidadania e outras conteúdos inerentes as atribuições do cargo e a execução das atividades que o mesmo exige. Bibliografia Sugerida: a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### Carpinteiro

Leitura e interpretação de desenhos. Ferramentas e equipamentos utilizados em carpintaria e suas utilizações. Nomenclatura de equipamentos e peças que são utilizadas pelo carpinteiro. Conhecimento básico sobre projeto e condições para construção de móveis. Conhecimento em tipos de madeiras. Encaixes. Acabamentos: Produtos para dar acabamentos, Finalidades, seqüências usadas, Diluentes. Máquinas: Tipos, Funções e Utilizações. Projetos: Interpretação, Cortes, Ambientação, Perspectiva do ambiente. Formas de material para concreto: conhecimento e confecção; portas, janelas e caixilos: conhecimento, confecção e colocação; telhado: conhecimento e confecção; materiais e equipamentos utilizados na carpintaria/marcenaria: conhecimento, finalidade. Normas de segurança do trabalho. Bibliografia Sugerida: a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### Mecânico

Identificação e uso de ferramentas para mecânica de máquinas pesadas, caminhões e automóveis. Motores a gasolina: Componentes. Funcionamento. Manutenção e reparos. Motores diesel: Componentes. Funcionamento. Manutenção e reparos. Sistemas elétricos de máquinas pesadas: Componentes. Funcionamento. Manutenção e reparos. Instrumentos de medição, tipos de peças e ferramentas. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Noções de segurança individual, coletiva e de instalações. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno

e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Bibliografia Sugerida: a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### Pedreiro

Estabilidade de muros e arrimo. Permeabilidade. Materiais de construção: aglomerantes; cimento e agregados; preparos, utilização e controle do concreto. Alvenaria e revestimentos de paredes e pisos. Ferramentas e equipamentos utilizados. Medições utilizadas em uso adequado de ferramentas e materiais.. Acabamentos (pintura - vernizes). Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo;; Organização do local de trabalho; Higiene pessoal e com todo o material mantido sobre a sua responsabilidade; Noções de segurança no trabalho; Noções de primeiros socorros; Noções básicas de segurança; Noções básicas de construção civil. . Noções de ética e cidadania. Atendimento e qualidade. Bibliografia Sugerida: a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### Vigia

Noções de segurança no trabalho: EPIS - Equipamentos de Proteção Individual e coletiva; Regras de Segurança; Relações interpessoais; Ética profissional; Noções acerca das funções inerentes ao cargo, tais como: Técnicas e Métodos de Segurança e Vigilância; Prevenção de acidentes; Primeiros socorros; Atitudes diante de incêndios (uso de extintores); Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, especificamente sobre serviços de vigia e de vigilância (desarmada) de bens públicos móveis e imóveis, sejam patrimoniais ou de domínio público; conhecimentos acerca das formas de comunicação dos atos de depredação do patrimônio público, inclusive do patrimônio, histórico e cultural e das formas de comunicação das tentativas de arrombamento de portas, janelas, guaritas, outros e outros acessos aos prédios públicos municipais; conhecimentos sobre equipamentos necessários ao exercício das atribuições do cargo, bem como sua manutenção e conservação; conhecimentos sobre o controle de entrada e saída de pessoas e veículos nos locais de vigilância e da forma e meios para a comunicação de anormalidades e ocorrências diversas, no local e horário de trabalho. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Bibliografia Sugerida: a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

### CARGOS DE ENSINO MÉDIO COMPLETO

#### PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - COMUM A TODOS OS CARGOS

##### LÍNGUA PORTUGUESA.

Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, Sintaxe, figuras de sintaxe, concordância, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos.

Bibliografia Sugerida

ANDRÉ, Hildebrando A de. Gramática ilustrada. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1990.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 26. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1985.

FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995.  
 ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 26. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.  
 Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino médio e Outras Gramáticas Normativas.  
 A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### MATEMÁTICA

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, regras de três simples e composta, sistema de numeração decimal e romana; Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, juros simples e compostos, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa. Álgebra, trigonometria, geometria, geometria analítica, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística, Sequência, Progressão Aritmética e Progressão Geométrica.

Bibliografia Sugerida

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto, GIOVANNI JR., J. Matemática Fundamental: 2º, Grau - volume único.. SP, Ed. FTD, 2008.

Outros Livros de Matemática do ensino médio

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

Bibliografia Sugerida

Almanaque Abril 2013.

Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abranjam o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### INFORMÁTICA BÁSICA

Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.

Bibliografia Sugerida

Ajuda eletrônica integrada aos Programas básicos de informática.

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

##### COMUNS A TODOS OS CARGOS:

Temas gerais de Direito Administrativo: Regime jurídico administrativo. A Administração Pública. Poderes e deveres do administrador público. Uso e abuso do poder. Organização administrativa brasileira. Poderes Administrativos: poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar e poder de polícia. Atos Administrativos. Serviços Públicos: conceitos :classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. Correspondência Oficial. Relações públicas e interpessoais, Noções de ética e cidadania e outros conceitos

inerentes as atribuições do cargo.

#### AUDITOR FISCAL

Lei tributária. Fato gerador. Base de cálculo. Alíquota. Lançamentos - modalidades: por declaração, de ofício e por homologação, revisão, atualização de valores imobiliários, recursos contra lançamentos. Crédito tributário - exigibilidade, extinção, pagamento, decadência, prescrição, exclusão, anistia, cobrança judicial. Imunidade e isenção - isenções: unilaterais, bilaterais, subjetivas e objetivas. Incidência e não incidência. Bitributação e "BIS IN IDEM". Parafiscalidade e extrafiscalidade. Normas gerais de direito financeiro e tributário. Tributos e outras receitas municipais. Impostos privativos - imposto predial urbano (IPTU): zona urbana - incidência, alíquotas, base de cálculo e contribuintes, imposto sobre transmissão "inter vivos" de imóveis e de direitos reais (ITBI), imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISS) - incidência, base de cálculo e contribuinte. Impostos partilhados - imposto de renda, imposto territorial rural (ITR), imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), imposto sobre produtos industrializados (IPI), fundo de participação dos municípios (FPM) e outros fundos. Tributos comuns - taxas diversas e contribuição de melhoria. Outras receitas - preços, empréstimos, financiamentos, auxílios e subvenções. Tributos municipais: critérios estruturais; princípios constitucionais; da progressividade; isenções tributárias; do processo administrativo. Autonomia e competência tributária do município. Extinção do crédito tributário; Contribuição de melhoria; Lei 8.666; Código Tributário Nacional; Tributos na Constituição Federal; Legislação Tributária Municipal. Qualidade no atendimento: Atendimento ao público interno e externo, pessoalmente ou através do telefone; recebimento, orientação e encaminhamento das pessoas ao setor específico. Noções de Arquivo: organização de arquivos e protocolos; Recepção e despacho de documentos; Uso de equipamentos de escritório. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Licitações. Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Servidores Públicos. Responsabilidade Civil da Administração. Controle Da Administração. Correspondência Oficial. Redação Oficial. Formas De Tratamento. Expressões e Vocábulos Latinos de uso frequente nas Comunicações Administrativas Oficiais. Modelos e/ou Documentos utilizados. Cuidados com o ambiente de trabalho: Noções de segurança e higiene do trabalho. Legislação: Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Licitações, Gestão pública: técnicas, princípios e legislação pertinente. Noções de Hierarquia e relações humanas no trabalho e noções de segurança e equipamentos de segurança no trabalho; Noções de Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas. Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos. Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.; Constituição Federal, Código Tributário Municipal, Estatuto do Servidor, Lei Orgânica Municipal e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo. A legislação municipal pode ser acessada através do seguinte link <http://www.jacintomachado.sc.leg.br/leis/legislacao-municipal/>.

Bibliografia sugerida:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 11. Da nacionalidade - Art. 12 e 13. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 75).

#### AUDITOR SANITÁRIO

Vigilância Sanitária: conceitos. ANVISA. Noções de meio-ambiente: saneamento básico; poluição atmosférica e sonora. Coleta, transporte e destinação de lixo. Vigilância nutricional e de

alimentos. Produção, armazenagem, distribuição e qualidade de alimentos. Condições nutricionais da população em geral. Enfermidades transmitidas por alimentos. Condições higiênicas-sanitárias de estabelecimentos de saúde e de uso coletivo. Condições de medicamentos e desinfetantes. Saúde do trabalhador. Equipamentos de segurança, situações de risco. Saúde pública. Notificação compulsória, imunização ativa e passiva, realização de visitas domiciliares, formação de inquéritos epidemiológicos, busca ativa, controle de zoonoses. Atividades educativas referentes à prevenção e bloqueio da disseminação de doenças transmissíveis. Epidemiologia. Principais Leis Federais, Estaduais e Municipais sobre vigilância sanitária. Noções de instalações hidrossanitárias e de coleta e tratamento e emissão de detritos sólidos em edificações para fins habitacionais, comerciais, industriais e de prestação de serviços; Noções de tratamento de lixo orgânico, tóxico, poluente, danoso ao meio ambiente; Normas de higiene e de segurança para a saúde pública na produção, manuseio, armazenagem e comercialização de alimentos; Normas de comercialização de produtos como remédios e agrotóxicos; Normas de segurança para abate, distribuição e comercialização de carnes; Histórico do combate às doenças transmissíveis no Brasil, A Cadeia Epidemiológica das doenças transmissíveis, Agentes infecciosos e suas propriedades, Conceitos Básicos usados em Epidemiologia, Noções Básicas de Epidemiologia Descritiva., Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo. Lei Nº 037/92, de 14 de Dezembro de 1992, que Dispõe Sobre as Normas de Saúde e Vigilância Sanitária e Estabelece Penalidades e dá Outras Providências E suas alterações. Lei 607/2010 - Lei - 29/12/2010- Dispõe sobre o Código de Posturas e Meio Ambiente do Município de Jacinto Machado, Regulamentando o Poder de Polícia do Município e dá Outras Providências. Lei 75/1994 - Lei - 24/11/1994 - Institui o Código de Posturas do Município de Jacinto Machado E dá Outras Providências (leis citadas e suas alterações). A legislação municipal pode ser acessada através do seguinte link <http://www.jacintomachado.sc.leg.br/leis/legislacao-municipal/>

#### AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração. Controle Da Administração. Correspondência Oficial, Noções de Protocolo, técnicas de arquivo. Comportamento organizacional (motivação, liderança, comunicação, trabalho em equipe, relacionamento interpessoal, relações humanas). Ética Profissional; Qualidade no atendimento: Atendimento ao público interno e externo, pessoalmente ou através do telefone; recebimento, orientação e encaminhamento das pessoas ao setor específico. Comunicação; Elementos da comunicação, emissor e receptor; Fraseologia adequada para o recepção. Redação e Documentos oficiais: formas de tratamento, elaboração, organização e expedição de documentos oficiais como relatório, ofício, memorando, aviso, ata, atestado, declaração, despacho, portaria, requerimento, circular e etc.; Recepção e despacho de documentos; Uso e funcionamento de equipamentos de escritório. Informática básica. Correio eletrônico e uso da internet. Técnicas e serviços bancários.

Referências bibliográficas básicas:

- Brasil. Manual de Redação da Presidência da República disponível em <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. 23ª, Editora Atlas, 2010.
- Manuais, livros e apostilas relacionados aos temas descritos no conteúdo.
- MEDEIROS, João Bosco. Correspondência - Técnicas de Comunicação Criativa. 16ª ed. Atlas, 2003.
- VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos. Campus.
- CARVALHO, João Antônio . Noções de Informática para Concursos - Teoria e exercícios. Campus.
- Microsoft Corporation. Ajuda do Internet Explorer (Ajuda

eletrônica integrada ao Programa Internet Explorer).

- Microsoft Corporation. Ajuda do Microsoft Excel (Ajuda eletrônica integrada ao Programa MS Excel).
- Microsoft Corporation. Ajuda do Microsoft Windows (Ajuda eletrônica integrada ao MS Windows).
- Microsoft Corporation. Ajuda do Microsoft Word (Ajuda eletrônica integrada ao Programa MS Word).

#### AUXILIAR DE BIBLIOTECA

Unidades de informação: tipos de Biblioteca, Centros de Documentação e Informação; atuação do Auxiliar de Biblioteca. Processamento técnico do acervo. Técnicas e processos de aquisição. Tombamento. Representação descritiva: códigos nacionais e internacionais. Representação temática: sistemas e tabelas internacionais e nacionais de classificação. Localização das obras no acervo, conservação de materiais. Inserção de dados em bases impressas ou eletrônicas. Preparação de materiais para circulação. Organização, preparo do espaço físico: disposição de mobiliário. Comunicação visual: sinalização.

#### AUXILIAR DE ENSINO

Legislação: LDB, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Educação

Conhecimentos Técnico Profissionais:

Educar e cuidar; Higiene, saúde e nutrição infantil. A organização do tempo e do espaço na educação; Princípios que fundamentam a prática na educação: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância; relação unidade de educação e família; As instituições de educação como espaço de produção das culturas infantis; Referencial Curricular Nacional Educação Infantil - RCNEI. O, Lúdico e a educação, recreação, A inclusão escolar, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Métodos e processos no ensino da leitura. Definições dos tipos de deficiência; Programa Educação Inclusiva; Direito a Diversidade; Convenção da Guatemala Decreto nº 3.956/2001; Celestin Freinet e a aula passeio. Código de Trânsito Brasileiro no que diz respeito à sinalização e cuidados com o pedestre.

Bibliografia Sugerida

Publicações do site oficial do Ministério da Educação (apostilas e cartilhas), [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

Legislação pode ser encontrada em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### FISCAL DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração. Controle Da Administração. Correspondência Oficial, Noções de Protocolo, técnicas de arquivo. Redação e Documentos oficiais: formas de tratamento, elaboração, organização e expedição de documentos oficiais como relatório, ofício, memorando, aviso, ata, atestado, declaração, despacho, portaria, requerimento, circular e etc. Noções de elaboração de relatórios e lavratura de atos cabíveis: notificação, intimação e autos de infração e apreensão; Noções de desenho Geométrico/Desenho de Paisagismo. Noções de. Cálculo de área e volume; Curva de Nível; Noções de Desenho topográfico e cartográfico; Noções de Tributação Municipal; cadastro de contribuintes do Imposto sobre Serviços e da Taxa de Localização e Funcionamento de Estabelecimentos; princípios fundamentais, do exercício e titularidade, da prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico, do planejamento, da regulação, dos aspectos econômicos e sociais, dos aspectos técnicos, da participação de órgãos colegiados no controle social, da política federal de saneamento básico. Plano Diretor Municipal (Lei 601/2010), Leis Municipais: 602/2010, 603/2010; 604/2010; 605/2010; 606/2010; 607/2010; 691/2013; 712/2013; Lei Nº 35,

de 30 de Dezembro De 1991, a qual Institui o Código Tributário Municipal e dá outras Providências e suas alterações. Lei 607/2010 - Lei - 29/12/2010- Dispõe sobre o Código de Posturas e Meio Ambiente do Município de Jacinto Machado, Regulamentando o Poder de Polícia do Município e dá Outras Providências. Lei 75/1994 - Lei - 24/11/1994 - Institui o Código de Posturas do Município de Jacinto Machado E dá Outras Providências. (leis citadas e suas alterações). A legislação municipal pode ser acessada através do seguinte link <http://www.jacintomachado.sc.leg.br/leis/legislacao-municipal/>

#### FISCAL SANITÁRIO

Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração. Controle Da Administração. Correspondência Oficial, Noções de Protocolo, técnicas de arquivo. Redação e Documentos oficiais: formas de tratamento, elaboração, organização e expedição de documentos oficiais como relatório, ofício, memorando, aviso, ata, atestado, declaração, despacho, portaria, requerimento, circular e etc. Noções de elaboração de relatórios e lavratura de atos cabíveis. Noções de saúde pública, epidemiologia, controle de poluição do ar. Sistemas de abastecimento de água, captação, tratamento e distribuição. Qualidade da água. Sistemas de esgoto sanitário, tratamento e disposição final. Controle de poluição da água, sistemas de drenagem urbana. Resíduos sólidos e limpeza pública. Controle de poluição do ar. Impactos ambientais/poluição e conservação dos recursos naturais. Manipulação, comercialização, Armazenamento e transporte de produtos de origem vegetal e animal. Plano Diretor Municipal (Lei 601/2010), Leis Municipais: 602/2010, 603/2010; 604/2010; 605/2010; 606/2010; 607/2010; 691/2013; 712/2013, Lei Nº 037/92, de 14 de Dezembro de 1992, que Dispõe Sobre as Normas de Saúde e Vigilância Sanitária e Estabelece Penalidades e dá Outras Providências E suas alterações. Lei 607/2010 - Lei - 29/12/2010- Dispõe sobre o Código de Posturas e Meio Ambiente do Município de Jacinto Machado, Regulamentando o Poder de Polícia do Município e dá Outras Providências. Lei 75/1994 - Lei - 24/11/1994 - Institui o Código de Posturas do Município de Jacinto Machado E dá Outras Providências (leis citadas e suas alterações). A legislação municipal pode ser acessada através do seguinte link <http://www.jacintomachado.sc.leg.br/leis/legislacao-municipal/>.

#### TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso  
Conhecimentos Técnico Profissionais:

Noções sobre Políticas de Saúde no Brasil. Trabalho em equipe. Educação em Saúde: conceitos básicos. Manter a assepsia dos equipamentos e materiais assim como do local de trabalho; conhecer Ética e legislação em enfermagem; Regulamentação do exercício profissional; Código de ética dos profissionais de enfermagem; Técnicas básicas de enfermagem; Noções de rotinas administrativas ambulatoriais; Biossegurança; Administração de medicamentos (noções de farmacologia, cálculo para dosagem de drogas e soluções, vias de administração); Enfermagem médico-cirúrgica: Limpeza, desinfecção e esterilização de material; Assistência de urgência e emergência ambulatorial; Enfermagem materno-infantil, enfermagem em Saúde Pública, vigilância epidemiológica; e Sanitária; enfermagem do adolescente, do adulto, e do idoso; Noções de administração aplicada ao Técnico de enfermagem; Imunizações; Conhecimentos básicos inerentes as atividades do cargo; Noções de saúde pública, Política de Atenção Básica

Bibliografia Sugerida

Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

Legislação pode ser encontrada em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - COMUM A TODOS OS CARGOS

#### LÍNGUA PORTUGUESA.

Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, Sintaxe, figuras de sintaxe, concordância, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos.

Bibliografia Sugerida

ANDRÉ, Hildebrando A de. Gramática ilustrada. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1990.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 26. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1985.

FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 26. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino médio e Outras Gramáticas Normativas.

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

Bibliografia Sugerida

Almanaque Abril 2013.

Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abrangem o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### INFORMÁTICA BÁSICA

Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.

Bibliografia Sugerida

Ajuda eletrônica integrada aos Programas básicos de informática.

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

##### LEGISLAÇÃO CARGOS DE:

Contador; Engenheiro Agrimensor; Engenheiro Civil; Médico Veterinário;

Legislação: Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, Estatuto do Servidor do Município de Jacinto Machado.

Bibliografia Sugerida

A legislação municipal pode ser acessada através do seguinte

link: <http://www.jacintomachado.sc.leg.br/leis/legislacao-municipal/>

Legislação federal pode ser encontrada em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)  
Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### COMUNS A TODOS OS CARGOS:

Temas gerais de Direito Administrativo: Regime jurídico administrativo. A Administração Pública. Poderes e deveres do administrador público. Uso e abuso do poder. Organização administrativa brasileira. Poderes Administrativos: poder vinculado, poder disciplinar, poder regulamentar e poder de polícia. Atos Administrativos. Serviços Públicos: conceitos :classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. Correspondência Oficial. Relações públicas e interpessoais, Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

#### CONTADOR

Conhecimentos de acordo com as atribuições exigidas para o cargo conforme Anexo I deste edital. Conceitos básicos de contabilidade pública e privada; Princípios fundamentais de Contabilidade. Elementos fundamentais para análise financeira; Complemento das Demonstrações Contábeis: Emitir notas explicativas, pareceres e relatórios contábeis. Lançamentos contábeis, formalidades e escrituração; Contabilização de inventários periódico e permanente; Elaboração e apresentação de balanço e critérios de contabilização. Ativo circulante, ativo realizável, ativo permanente; Receitas e despesas financeiras; Despesas operacionais e não operacionais. Demonstração de origens e aplicação de recursos; Inclusões e exclusões a serem feitas no lucro ou prejuízo do exercício. Técnica de elaboração; forma de apresentação; notas explicativas; notas previstas em lei e outros aspectos que justifiquem sua apresentação. Demonstrações contábeis consolidadas. Conceitos e objetivos da consolidação. Código de Ética do Profissional Contabilista. Apuração do resultado financeiro e econômico; Inventário; objetos e classificação; balancetes mensais de receita e despesa; Créditos adicionais; dívidas fluante e fundada; exercícios financeiros; conteúdo e forma da proposta orçamentária. Balanços.; Normas de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Definição e conteúdo do direito tributário, conceito de tributos, taxas, contribuição de melhorias. Sistema Constitucional Brasileiro, Princípios Constitucionais tributários, discriminação das receitas tributárias, limitações ao poder de tributar. Tributos Municipais. Lei de Responsabilidade Fiscal n.º 101/2000; Lei de licitações n.º 8.666/93 e suas alterações; Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964; Código Tributário Nacional; Normativas do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Noções de Hierarquia e relações humanas no trabalho e noções de segurança e equipamentos de segurança no trabalho;; Noções de ética e cidadania. E outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 11. Da nacionalidade - Art. 12 e 13. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 75). BRASIL, Constituição Federal de 1988 - Título VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, da Saúde.

- Manuais, livros e apostilas relacionados aos temas descritos no conteúdo.

- Outras fontes inerentes ao assunto e às atribuições do cargo, a critério da banca elaboradora.

#### ENGENHEIRO AGRIMENSOR

NOÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO: Abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e resíduos sólidos. Decretos e leis regulatória; diretrizes nacionais para o saneamento básico; 1 Geodésia geométrica. 1.1 Conceitos introdutórios. 1.2 Geometria do

elipsoide. 1.3 Cálculo direto e inverso. 1.4 Sistemas de referência em uso e usados no Brasil. 1.5 Sistemas geocêntricos de referência. 1.6 Transformação coordenadas entre sistemas de referência. 1.7 Tipos de coordenadas e conversões. 1.8 Geodésia tridimensional. 1.9 Altitudes. 2 Geodésia física. 2.1 Introdução a teoria do potencial. 2.2 Campo da gravidade normal. 2.3 Campo da gravidade terrestre. 2.4 Reduções gravimétricas. 2.5 Determinação da gravidade. 2.6 Determinação gravimétrica das ondulações geodais. 2.7 Outros métodos para determinação do geóide. 3 Ajustamento de observações. 3.1 Classificação dos erros. 3.2 Sistema de equações lineares e o M.M.Q. 3.3 Ajustamento de observações diretas. 3.4 Método dos parâmetros. 3.5 Variação de coordenadas. 3.6 Elipse dos erros. 3.7 Fotometria. 3.8 Atualização cartográfica por sensoriamento remoto. 3.9 Cartografia automatizada. 3.10 Cartas temáticas. 3.11 Levantamentos e atualização cartográfica (sede + UR). 4 Conceitos básicos. 4.1 Geodésia e cartografia. 4.2 Sistemas de projeção cartográfica. 4.3 Cartografia digital. 4.4 Sensoriamento remoto e fotogrametria. 4.5 Modelagem digital do terreno.. 4.7 Processamento digital de imagens. 4.8 Interpretação visual e automática de imagens óticas e de radar. 4.9 Posicionamento geodésico e reambulatório. 4.10 Banco de dados. 5 Conceitos específicos. 5.1 Foto interpretação. 5.2 Levantamento aerofotogramétrico. 5.3 Fotogrametria analógica. 5.4 Fotogrametria analítica. 5.5 Aerotriangulação. 5.6 Posicionamento geodésico e reambulatório. 5.7 Processamento digital de imagens. 5.8 Interpretação visual e automática de imagens óticas e de radar. 5.9 Estrutura e modelagem de dados e de metadados para produção cartográfica digital e de sistemas de informação geográfica - SIG. 5.10 Processos de produção cartográfica digital (levantamentos/aquisição de dados, compilação cartográfica, editoração cartográfica e geração de originais por reprodução eletrônica). 6 Sistemas de geoinformações. 7 Geoprocessamento. 8 Cadastramento georeferenciado. Plano Diretor e Código de Posturas, Código de Obras de Jacinto Machado. A legislação municipal pode ser acessada através do seguinte link <http://www.jacintomachado.sc.leg.br/leis/legislacao-municipal/>.

#### ENGENHEIRO CIVIL

Fiscalização de obras; Medição, aplicação de recursos, controle de materiais e estoques, análise de contratos para execução de obras. Projetos civis; Arquitetônico; Estruturais (em madeira, aço e concreto). Projetos de fundações: Tipos de fundações suas aplicações e execução das mesmas. Projetos e execução de instalações elétricas e Hidráulicas em canteiros de obras e edificações (inclusive noções de segurança). Planejamento Urbano e Regional; Planejamento de Engenharia de Infra-Estrutura, Projetos Dimensionamentos e execução de obras de Saneamento Básico; Alvenaria; Revestimento; Pinturas e pisos (tipos, aplicações e execução). Especificação de materiais e serviços. Orçamentos: Composição de custos e quantitativos de materiais. Elaboração de cronogramas físico-financeiros. Canteiros de obras; construção e organização. Execução de estruturas em concreto, madeira e aço (inclusive noções de impermeabilização de calhas e telhados). Execução de instalações de água, esgoto, eletricidade e telefone. Noções de tratamento de esgotos, construção de fossas sépticas, sumidouros e valas de infiltração (segundo normas da CPRH). Noções de projetos e execução de pavimentos graníticos (paralelepípedos). Vistorias e elaboração de laudos. Planejamento e elaboração de orçamentos públicos. Conhecimentos de AutoCAD, Código de ética do profissional e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo. Código de ética. Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas. Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos. Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança, Plano Diretor e Código de Posturas, Código de Obras de Jacinto

Machado. A legislação municipal pode ser acessada através do seguinte link <http://www.jacintomachado.sc.leg.br/leis/legislacao-municipal/>.

#### Bibliografia sugerida:

ALONSO, Urbano Rodrigues. Exercícios de Fundações. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda,

ASSED; José Alexandre. Construção Civil Viabilidade, Planejamento e Controle. Rio de Janeiro:

BORGES, Ruth Silveira; BORGES, Wellington Luiz. Manual de Instalações Hidráulicas Brasileira. São Paulo: Editora PINI Ltda.

BRASILIA Constituição Federal, Título I e II Capítulo I e II.

BRASILIA, Lei nº 9437/97 - Sistema Nacional de Recursos Hídricos, BRASILIA, Lei nº 6766/79 (Parcelamento do solo urbano).

GOLDMAN, Pedrinho. Introdução ao Planejamento e Controle de Custos na Construção Civil

JANSON, H. W. - História da Arte.

JUNGLES & AVILA. Gerenciamento na Construção Civil - Jungles&Avila/ Editora Universitária.

JUNIOR, Mário Massaro. Manual de Concreto Armado. São Paulo: Livraria Nobel S.A.

Livros Técnicos e Científicos Editora S. A.

MOLITERNO, Antônio. Caderno de Muros de Arrimo. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda, 2003.

MONTENEGRO, Gildo A. Desenho Arquitetônico. Editora Edgard Blücher, 3ª edição revista e ampliada.

NETTO, José M. de Azevedo. Manual de Hidráulica. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda, 2003.

PETRUCCI, Eládio. G. R. Materiais de Construção. Porto Alegre: Globo Editora.

PETRUCCI, Eládio. G. R. Concreto de Cimento Portland. Porto Alegre: Globo Editora.

PRINZ, Dieter - Urbanismo I - Projecto Urbano. Editorial Presença ROGÉRIO; Paulo Ricardo Gomes. Problemas Resolvidos de Concreto Estrutural.

ZEVI, Bruno - Saber ver Arquitetura, Editora Martins Fontes

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 11. Da nacionalidade - Art. 12 e 13. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 75). BRASIL, Constituição Federal de 1988 - Título VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, da Saúde.

- Manuais, livros e apostilas relacionados aos temas descritos no conteúdo.

- Outras fontes inerentes ao assunto e às atribuições do cargo, a critério da banca elaboradora.

#### MÉDICO VETERINÁRIO

Disciplinas básicas de graduação em medicina veterinária (curricular básica); Clínica médico-cirúrgica veterinária; Epidemiologia e saúde pública veterinária; Farmacologia e terapêutica médico veterinária; Inspeção e tecnologia de produtos de origem animal; Legislações sanitárias (federal e estadual/SC); Microbiologia e imunologia; Nutrição animal; Parasitologia médico-veterinária; Patologia médico-veterinária; Reprodução e fisiologia da reprodução animal; Toxicologia; Zoonoses; Zootecnia; Específico: Ações de vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária e ambiental), Agravos à saúde provocados por alimentos (intoxicações e infecções); Higiene e higienização de estabelecimentos e de alimentos; Medidas de controle urbano de animais de fauna sinantrópica; Bioestatística; Legislação do SUS. Epidemiologia geral e aplicada. Conceitos de bioestatística; Principais doenças de importância em saúde pública animal: controle, prevenção e diagnóstico; Doenças de notificação obrigatória (OIE); Programas da Área Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Diagnósticos laboratoriais: principais técnicas oficiais, seus princípios e colheitas de material para diagnóstico; Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (legislação vigente). BPF, PPOH e APPCC; Intoxicações e toxi-infecções alimentares; •Legislação ambiental aplicada à piscicultura, •Água e limnologia, •Produção

intensiva e super-intensiva de peixes, •Espécies exóticas e nativas de importância para a piscicultura brasileira, •Nutrição e alimentação dos peixes, •Reprodução artificial em peixes, •Tecnologia de pós-colheita em peixes, •Piscicultura ornamental Legislação sobre exercício da profissão. Biosegurança •Controle de doenças e maximização do bem-estar •Gestão e manejo •Monitorização e registo de dados, códigos de boas práticas e sistemas de autocontrole; doenças nos reprodutores e juvenis; forma de impedir a introdução de agentes patogênicos por parte de trabalhadores, visitantes, veículos e equipamento. Sanidade animal na exploração, elaboração de planos sanitários e terapêuticos para doenças específicas. Controle de doenças específicas; avaliação correta dos riscos para cada doença e estabelecer os regimes de tratamento adequados; prescrição de medicamentos como os antibióticos; formação e aconselhamento do produtor sobre os procedimentos de manejo e gestão mais adequados ao seu tipo de produção; qualidade da água; Princípios Básicos da Administração Pública. Noções de ética e cidadania.

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 11. Da nacionalidade - Art. 12 e 13. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 75). BRASIL, Constituição Federal de 1988 - Título VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, da Saúde.

- Manuais, livros e apostilas relacionados aos temas descritos no conteúdo.

- Outras fontes inerentes ao assunto e às atribuições do cargo, a critério da banca elaboradora.

CARGO	LEGILAÇÃO COMUM
Assistente Social	Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso.
Enfermeiro	Bibliografia Sugerida
Enfermeiro ESF	Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), <a href="http://www.saude.gov.br">www.saude.gov.br</a>
Fisioterapeuta	Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, <a href="http://www.mds.gov.br">www.mds.gov.br</a>
Fonoaudiólogo	Legislação federal pode ser encontrada em <a href="http://www.planalto.gov.br">www.planalto.gov.br</a>
Nutricionista	Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.
Psicólogo	
Odontólogo	

#### ASSISTENTE SOCIAL

Código de ética profissional do assistente social. Atuação dos conselhos municipais cuja instituição e atribuições sejam voltadas a atividades sociais; noções inerentes aos programas de assistência social pública, junto aos idosos, às crianças; conhecimentos das estruturas públicas de assistência social; atividades possíveis de execução junto às comunidades, objetivando melhorias de qualidade de vida dos indivíduos. Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do cargo, do serviço público e de servidores públicos municipais. Medidas sócio-educativas, reinserção social, liberdade assistida e prestação de serviços. Direitos Humanos éticos e cidadania: Lei nº. 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Lei de Regulamentação da profissão do Assistente Social; Política Nacional do Idoso; Estatuto das Pessoas com Deficiência. Programas, serviços e metodologia do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Programas, serviços e metodologia do centro de referência especializado de Assistência Social - CREAS.; Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania. Ética Profissional e outros conteúdos inerentes ao cargo.

#### ENFERMEIRO

Regulamentação da profissão e Código de Ética; Diretrizes operacionais do pacto pela Saúde; Atenção Básica; Estratégia Saúde

da Família; Programa Nacional de Imunização: Tipos de vacinas, Composição, conservação, rede de frio, indicação e contraindicação, prazo de validade após abertura do frasco, doses e vias de administração), Planejamento, Organização e operacionalização de Campanhas, bloqueios e intensificações de vacinas.- Administração e Gerência de Serviços de Saúde e de Enfermagem em Saúde Coletiva: Administração de medicação; esterilização de material; Consulta de enfermagem; procedimentos de enfermagem;- Assistência Integral à Saúde da Criança: avaliação do crescimento e desenvolvimento, aleitamento materno, alimentação básica infantil, desnutrição, Controle de Doenças Diarreicas, infecções respiratórias agudas;- Assistência integral à Saúde do Adolescente;- Assistência Integral à Saúde da Mulher: Programa Nacional de Prevenção do Câncer de Mama Cérvico-Uterino;- Assistência Integral à Saúde do Adulto e do Idoso: Assistência aos portadores de doenças Crônicas Degenerativas Programa Nacional de atenção ao Diabético e ao Hipertenso;- Assistência Integral à Saúde do Trabalhador: Legislação, Patologias;- Assistência Integral à Saúde do Portador de Sofrimento Mental;- Noções básicas de psicopatologia e psicofarmacologia;- Assistência Integral à Saúde do Portador de Doenças Transmissíveis: Programa de prevenção e Assistência em Doenças Sexualmente Transmissíveis □ DST; AIDS;- Epidemiologia: Indicadores de saúde; Legislação; patologias; Programa Nacional de Controle da Tuberculose e Programa Nacional de Controle da Hanseníase.- Medidas de proteção ambiental, coletiva e individual: Limpeza, desinfecção, descontaminação;- Educação em Saúde.- Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

#### FISIOTERAPEUTA

Política Nacional de Humanização; Fundamentos e Técnicas de Atendimento na Fisioterapia; Conceito de Reabilitação; O Trabalho em Equipe na Reabilitação; O Papel de cada Profissional na Equipe de Reabilitação; Reabilitação; Paralisia Cerebral e Facial; Acidente Vascular Cerebral; Parkinsonismo; Síndrome de Down; Hanseníase; Afecções de Músculos e Tendões; Escolioses; Doenças Reumáticas; Cardiopatias; Amputações; Pneumopatias; Conceito e Aplicação: Exercícios Ativos, Exercícios Ativos Assistidos, Exercícios Passivos, Exercícios Isométricos; Conceito e Aplicação: Mecanoterapia; Conceito e Aplicação: Hidroterapia; Conceito e Aplicação: Termo terapia; Conceito e Aplicação: Crioterapia; Conceito e Aplicação: Massoterapia; Conceito e Aplicação: Eletroterapia; Fisioterapia aplicada à geriatria; Demências; Fisioterapia nas Doenças da 3ª idade; Ética e Legislação Profissional. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

#### FONOAUDIÓLOGO

Audição: -Anatomia e fisiologia da audição; -Desenvolvimento normal da audição e da linguagem; -Avaliação auditiva no adulto e na criança; -Inspeção do meato acústico externo, audiometria, imitação acústica (fundamentos, técnicas, interpretação de resultados, patologias, conduta e discussão de casos); -Triagem auditiva em escolares; -Avaliação eletro fisiológica-EOA, BERA; -Processamento auditivo central; -Aparelhos auditivos: Princípios gerais na indicação, seleção e adaptação de aparelhos auditivos. Voz: -Anatomia e fisiologia dos órgãos envolvidos na fonação; -Desenvolvimento da fonação; -Avaliação perceptual e acústica da voz; -Atuação fonoaudiológica nas disfonias funcionais; -Atuação fonoaudiológica nas disfonias presentes na infância e terceira idade; -Atuação fonoaudiológica nas disfonias neurológicas; -Atuação fonoaudiológica nas seqüelas de cirurgia de cabeça e pescoço. Linguagem: -Desenvolvimento da linguagem oral na criança; -Desenvolvimento da linguagem escrita; Percepção auditiva e de fala. Fundamentos da lingüística; - Atuação fonoaudiológica nos distúrbios de linguagem escrita; Atuação fonoaudiológica nos distúrbios

de fala e linguagem relacionados ao crescimento e desenvolvimento; -Atuação fonoaudiológica nos distúrbios de fala e linguagem relacionados às lesões cerebrais. Motricidade Oral: - Crescimento maxilofacial; -Amadurecimento das funções orofaciais; -Sistema estomatognático; -Aleitamento materno no desenvolvimento da motricidade oral; -Acompanhamento fonoaudiológico em pacientes portadores de fissura lábio palatal; -Disfagia avaliação e tratamento. -Constituição Federal no que diz respeito à saúde. Noções de Informática. - Humanização do atendimento -Lei Federal 8.080/90 Teorias da educação; Psicologia do desenvolvimento; Patologias dos Órgãos da Fala e Audição; Alterações da linguagem; Alteração da Motricidade Oral e Fonação; Alterações da linguagem escrita e leitura; avaliação do processo Auditivo; Ética; Neurofisiopatologia; Patologias dos órgãos da fala e audição. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

#### NUTRICIONISTA

Alimentos: conceito; características e qualidade dos alimentos; perigos químicos, físicos e biológicos. Planejamento dietético para indivíduos saudáveis. Técnicas adequadas para aquisição, seleção, conservação, preparação e armazenamento dos Alimentos. Planejamento, organização e execução de cardápios. Instalações físicas, equipamentos e utensílios em Unidades de Alimentação e Nutrição. Controle de Qualidade em Unidades de Alimentação e Nutrição (BPF, POP's, APPCC). Controle de Custos em Unidades de Alimentação e Nutrição. Avaliação Nutricional (métodos antropométricos clínicos, bioquímicos e dietéticos na Avaliação Nutricional). Doenças carenciais (etiologia, epidemiologia, diagnósticos, prevenção e conduta nutricional). Propriedades funcionais em alimentos vegetais. Programa Nacional de Alimentação Escolar Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

#### PSICÓLOGO

Psicologia Educacional. Desenvolvimento psicológico da criança; psicologia da aprendizagem. História da Psicologia. Bases fisiológicas do Comportamento. Escolas de Psicologia. Psicologia Contemporânea. Métodos de Psicologia. Campos da Psicologia. Princípios da Psicologia. Limites e alcances da Psicologia da Saúde □ O trabalho da Psicologia na Saúde Pública; Saúde mental na atualidade; Código de Ética; Constituição Federal no que diz respeito à saúde. Teorias da educação; Psicologia do desenvolvimento; Histórico da Psicologia; Métodos da Psicologia; O Arco reflexo; A Inteligência; A Motivação e a Aprendizagem; O processo de aprendizagem segundo Piaget; A Personalidade; A sensação e a percepção; A Psicanálise; O Gestalt - Terapia; O Behaviorismo; Os testes psicológicos; Etiologia das Deficiências Mentais; Desordens da Personalidade; Deficiências Mentais; Orientação de Pais; Conhecimentos em Psicomotricidade; Psicoterapia de grupo; Desenvolvimento; Psicoterapia Breve; Orientação Familiar; História da Psicologia Brasileira - Da época colonial até 1934; Sobre o Behaviorismo; Psicomotricidade - Educação e Reeducação num Enfoque Psicopedagógico; Psicoterapia Breve - Abordagem Sistematizada de situações de crise; 32 tipos de Inteligência - Os caminhos da Árvore da Vida pelo inconsciente coletivo; Novas abordagens do Diagnóstico Psicológico da Deficiência Mental; Psicoterapia de Grupo; Gestalt - Terapia Explicada. Regulamentação da profissão e Código de Ética; e Legislação e normativas aplicadas à área. Legislação e Programas como "Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), sua criação, objetivos, portarias de regulamentação, modalidades. Administração pública. Poderes Administrativos. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

**ODONTÓLOGO**

Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higienização das mãos. Traumatismo em dentes permanentes jovens. Dentística restauradora diagnóstico e tratamento. Ortodontia preventiva. Níveis de prevenção. Erupção dental. Oclusão. Semiologia exame do paciente. Técnicas radiográficas. Prevenção das doenças periodontais. Prevenção da cárie dental. Diagnóstico das lesões agudas da cavidade bucal. Anatomia em cirurgia oral. Avaliação pré-operatória. Técnicas Anestésicas. Alterações periodontais agudas. Diagnóstico e tratamento dos problemas de origem endodôntica. Placa bacteriana. Controle de placa - meios físicos e químicos. Epidemiologia da cárie e doença periodontal. Exodontia: técnicas e acidentes. Esterilização e desinfecção em odontologia. Perícia odontológica: no foro criminal, trabalhista e civil. Responsabilidade profissional. Doenças Ocupacionais, Normas Técnicas de Avaliação de incapacidade laborativa; Fundamentos de Normas Técnicas Periciais.. Processo saúde - doença. . Noções de saneamento básico. Política Nacional de Humanização.. Sistemas de Informação em Saúde. Administração pública. Poderes Administrativos. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

CARGOS	LEGISLAÇÃO E CONTEÚDO COMUM A TODOS OS CARGOS
PROFESSORES	<p>Legislação: LDB, ECA, Plano Municipal de Educação, Estatuto Municipal do Magistério, Lei Complementar Nº 179 de 30 de Abril De 2013, Dispõe Sobre o Sistema Municipal De Ensino De Jacinto Machado, Constituição Federal no que diz respeito à Educação</p> <p>Conhecimentos Comuns a todos os cargos:</p> <p><b>DIDÁTICA E TEORIAS DA APRENDIZAGEM:</b> Concepções inatistas, ambientalistas e interacionistas. Abordagens comportamentais, gestálticas, humanistas, cognitivas e sistêmicas.</p> <p>Teorias clássicas de desenvolvimento cognitivo - Métodos, teorias e/ou sistemas educacionais: Freinet, Montessori, Waldorf, Freire, Decroly, Piaget, Wallon, Vygotsky, Morin, Perrenoud e etc. Teoria da Aprendizagem Social de Albert Bandura, Teoria de Ensino de Jerome Bruner, Teoria da Aprendizagem Significante de Carl Rogers, Teoria de Aprendizagem Significativa de David Ausubel, Teoria da Atividade (Vygotsky, Leontiev, Davydov), Possibilidades de ensino e aprendizagem através de mídias eletrônicas, Pressupostos e Características da Didática, A relação pedagógica como decorrência do estar no mundo, A prática pedagógica sistemática socialmente promovida, A relação discurso-fundamentação, contexto da Prática Pedagógica, Propostas curriculares para o ensino fundamental, Especificidades da escola pública, Dinâmica da Sala de Aula, Interesses e objetivos: o consensual e o conflitante, A Construção de uma Proposta de Ensino-Aprendizagem, - Conhecimento da realidade e alternativas de ensino, Planejamento da ação: metas e objetivos, o significado dos conteúdos, a propriedade dos procedimentos didáticos, o sentido da avaliação. Planejamento, avaliação e currículo. Interdisciplinaridade, plano de aula, mediação professor/aluno.</p> <p>Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.</p> <p>Bibliografia Sugerida</p> <p>Publicações do site oficial do Ministério da Educação (apostilas e cartilhas), <a href="http://www.mec.gov.br">www.mec.gov.br</a></p> <p>Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, <a href="http://www.mds.gov.br">www.mds.gov.br</a></p> <p>Legislação federal pode ser encontrada em <a href="http://www.planalto.gov.br">www.planalto.gov.br</a></p> <p>Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.</p>

**EDUCAÇÃO INFANTIL**

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceitualização apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos- RECNEI. Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/ Atividades Pedagógicas, RECNEI. Educação Infantil na perspectiva histórica; O papel social e a função da educação infantil; A organização do tempo e do espaço na educação infantil; O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação infantil;

A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar e cuidar, dimensões humanas, direitos da criança e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Desenvolvimento Infantil.

#### ARTES (10 E 20H)

A trajetória do ensino de Arte no Brasil. A produção artística da humanidade. O currículo de Arte na Educação Infantil e Séries Iniciais. Didática do ensino de arte. Conteúdos e Princípios metodológicos para o ensino de arte. Elementos metodológicos para a análise e intervenção nas práticas educativas. O ensino de arte nos anos iniciais. A expressão da criança e a construção do objeto artístico. A arte como manifestação artística da criança, do adolescente, do jovem e do adulto. O desenho como forma de representação. O processo de representação cognitiva e o papel mediador da Arte. As linguagens artísticas como formas de representação e expressão. As estruturas cognitivas da apreensão dos códigos da Arte. A formação da percepção artística. Elementos metodológicos para a análise e intervenção nas práticas educativas. O ensino de arte nos anos iniciais. Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Arte. Pintores famosos e suas obras. Aspectos artísticos e estéticos dos elementos da linguagem visual (linha, forma, cor, textura, volume); Práticas metodológicas da linguagem bi e tridimensional na educação básica. Consciência corporal; noções de movimento; expressão vocal e corporal; jogos teatrais relacionados ao ensino. Exercícios vocal e corporal especialmente para o desenvolvimento das linguagens contemporâneas em artes visuais; As propriedades do som: altura, intensidade duração e timbre. A inserção da arte na historicidade da educação do homem; Pressupostos filosóficos e sociológicos da arte na educação. Aspectos conceituais da Arte na Educação; Tendências educacionais da arte na educação. Princípios teóricos da arte na educação (Lowelfeld, Dewey, Eisner, Read). Tendências do Ensino da Arte no Brasil (Barbosa, Pillar, Bueno, entre outras). A história do ensino da Arte no Brasil; Estudo e análise dos pressupostos conceituais e metodológicos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (RCNI - Referencial curricular para Educação Infantil. Arte - 1ª à 4ª série e 5ª à 8ª ensino fundamental e Ensino Médio) e Proposta Curricular de SC

#### ESPAANHOL

1. Compreensão e interpretação textual do espanhol: compreender/interpretar ideias/informações em textos de vários gêneros, com temática variada; inferir o sentido de palavras/expressões com base no contexto lingüístico e no conhecimento prévio sobre o tema de um texto; apreender o sentido global de um texto; identificar o tema principal de um texto; localizar informações pontuais e explícitas em textos; identificar recursos lingüísticos que promovem a coesão e a coerência das idéias em um texto: elementos de co-referência (palavras que se referem a uma mesma realidade lingüística, garantindo a manutenção e a progressão das idéias em um texto: sinônimos, pronomes, expressões definidas); 2. Aspectos da morfossintaxe: formação de palavras (sufixação e prefixação); o sintagma nominal (classes de substantivos, adjetivos, locuções adjetivas, pronomes, determinativos); o sintagma verbal (classes de verbos, sistemas de tempo, aspecto e modo, concordância verbal, aspecto perfectivo e modalidade, voz ativa e voz passiva); o sintagma adverbial (advérbios e adjuntos adverbiais); o sintagma preposicional (preposições simples e complexas, verbos frasais e preposicionais); coordenação e subordinação (conjunções e conectivos); estratégias de coerência e coesão textuais. 3. Metodologia do ensino da língua espanhol: Diferentes metodologias para o ensino de espanhol: metodologias pré-comunicativas; metodologias humanísticas; metodologias comunicativas (competência comunicativa).

#### ANEXO IV

##### REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_ residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrito no Concurso Público 001/2014 da Prefeitura Municipal de JACINTO MACHADO, inscrição número \_\_\_\_\_, para o cargo de \_\_\_\_\_ requer a Vossa Senhoria:

1 - ( ) Vaga para portadores de Deficiência

Deficiência: \_\_\_\_\_

CID nº: \_\_\_\_\_

Nome do Médico: \_\_\_\_\_

2) Condição Especial para realização da prova:

a) ( ) Prova com ampliação do tamanho da fonte  
Fonte nº \_\_\_\_\_ / Letra \_\_\_\_\_

b) ( ) Sala Especial  
Especificar: \_\_\_\_\_

c) ( ) Leitura de Prova

d) ( ) Amamentação.  
Nome do Acompanhante: \_\_\_\_\_  
Horários de amamentação: \_\_\_\_\_

f) ( ) Outra Necessidade:  
Especificar: \_\_\_\_\_

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do Requerente

#### ANEXO V

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO  
CONCURSO PÚBLICO 001/2014- PM JACINTO MACHADO

Tipo de Recurso:

- [ ] 1 – Contra indeferimento de inscrição  
[ ] 2 - Contra questão da prova ou gabarito provisório  
[ ] 3 – Contra a classificação  
[ ] 4 – Outro: \_\_\_\_\_

Nome do Candidato:

N.º de Inscrição:	Cargo:
N.º da Questão:	Data:
Fundamentação e Referência Bibliográfica:	

Local e data \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do Candidato

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 158/2014/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 158/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: ELETRONANDO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME  
Valor Global: R\$ 26.633,00 (vinte e seis mil seiscentos e trinta e três reais).  
Vigência: Início: 07/11/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 061/2014/PMJM  
Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.033.3390.00 - 116 - 79/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.033.4490.00 - 80 - 82/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI  
Objeto: AQUISIÇÃO DE BOMBA PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA, PEÇAS PARA MANUTENÇÃO E SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DA BOMBA PARA SEREM ENTREGUES NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 7 de Novembro de 2014.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 159/2014/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 159/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 021/2014/PMJM  
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS E OUTRAS AVENÇAS COM O MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO. Objetivando:  
a) Centralização e processamento de créditos provenientes de 100% (cem por cento) da folha de pagamento gerada pelo município, que hoje representam em média 400 servidores, lançados em contas correntes individuais do funcionalismo público da contratada, abrangendo servidores ativos e inativos, pensionistas e estagiários, ou seja, qualquer pessoa que mantenha ou venha manter vínculo de remuneração com o município, seja recebendo efeito deste instrumento, creditados, em contrapartida da efetivação de débito na conta do município.  
b) Centralização e processamento da receita municipal e da movimentação financeira de todas as contas correntes, inclusive da conta única do município (sistema de caixa único) se houver; excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para manutenção dos recursos de correntes de contratos de convênios em outras instituições financeiras;  
c) Centralização e movimentação financeira do município, relativa aos recursos provenientes de transferências legais e constitucionais, bem como de convênios a serem assinados com quaisquer órgãos do governo federal e estadual, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para manutenção e movimentação dos recursos em outras instituições financeiras;  
d) Centralização e processamento de todas as movimentações financeiras de pagamento a credores, incluindo fornecedores, bem como quaisquer pagamentos ou outras transferência de recursos financeiros feitos pelo município a entes públicos ou privados, a qualquer título, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para manutenção e movimentação dos recursos em outras instituições financeiras;  
e) Centralização e processamento de todas as movimentações financeiras dos Fundos do Poder Executivo municipal, a qualquer título, exceto os

recursos oriundos de convênios e / ou contratos com obrigatoriedade de movimentação em outra instituição, por força de lei ou exigência do órgão repassador;  
f) Aplicação das disponibilidades financeiras de caixa do município de Jacinto Machado, bem como dos recursos dos fundos a que alude alínea "e";  
g) Centralização na contratada dos depósitos judiciais de processos judiciais de quaisquer naturezas, nos casos em que o município possua autonomia na definição do banco depositário;  
h) Centralização na arrecadação de todos os tributos cobrados pelo município de Jacinto Machado mediante a utilização de guias de recebimento ou cobrança integrada da contratada;  
i) Concessão de crédito aos servidores ativos e inativos, pensionistas e estagiários da prefeitura municipal de Jacinto Machado/SC e órgãos da administração direta e indireta, mediante consignação em folha de pagamento, atendida os requisitos e pressupostos regulamentares de ordem interna da contratada.

Jacinto Machado – SC, 21 de Novembro de 2014.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 160/2014/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 160/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratado (a): CELITO CARLESSI & CIA LTDA ME  
Valor Global: R\$ 23.276,00 (vinte e três mil duzentos e setenta e seis reais).  
Vigência: Início: 27/11/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 062/2014/PMJM  
Dotação: 1.017.4490.00 - 95 - 59/2014 - CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E LAZER 1.017.4490.00 - 80 - 57/2014 - CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E LAZER  
Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE 02 (DUAS) ACADEMIAS AO AR LIVRE NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC, COM A FINALIDADE DE COMBATER O SEDENTARISMO, PROMOVENDO O NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA E O CONHECIMENTO DOS BENEFÍCIOS DE UM ESTILO DE VIDA PARA A POPULAÇÃO.

Jacinto Machado – SC, 27 de Novembro de 2014.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 163/2014/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 163/2014/PMJM**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratado (a): GALATAS MÍDIAS E EVENTOS LTDA - ME  
Valor Global: R\$ 38.480,00 (trinta e oito mil quatrocentos e oitenta reais).  
Vigência: Início: 27/11/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 063/2014/PMJM  
Dotação: 2.059.3390.00 - 80 - 54/2014 - MANUTENÇÃO DOS EVENTOS MUNICIPAIS  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL, PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO, FORNECIMENTO DE APOIO LOGÍSTICO E LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA, PARA FINS DE REALIZAÇÃO DO EVENTO "JÁ SINTO NATAL 2014", ENTRE OS DIAS 07 E 23 DE DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DO PRESENTE EDITAL.

Jacinto Machado – SC, 27 de Novembro de 2014.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 164/2014/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 164/2014/PMJM**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratado (a): SAMA MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA  
Valor Global: R\$ 86.924,00 (oitenta e seis mil novecentos e vinte e quatro reais).  
Vigência: Início: 01/12/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2014/PMJM  
Dotação: 1.049.4490.00 - 94 - 85/2014 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP., PARA FROTA MECANIZ 1.049.4490.00 - 80 - 83/2014 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP., PARA FROTA MECANIZ  
Objeto: AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA E COLHEDORA DE FORRAGENS PARA SEREM UTILIZADOS PELA SEC. DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 1 de Dezembro de 2014.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 165/2014/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 165/2014/PMJM**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratado (a): COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI LTDA  
Valor Global: R\$ 18.900,00 (dezoito mil novecentos reais).  
Vigência: Início: 01/12/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2014/PMJM  
Dotação: 1.049.4490.00 - 94 - 85/2014 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP., PARA FROTA MECANIZ 1.049.4490.00 - 80 - 83/2014 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP., PARA FROTA MECANIZ  
Objeto: AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA E COLHEDORA DE FORRAGENS PARA SEREM UTILIZADOS PELA SEC. DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 1 de Dezembro de 2014.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito

**SEGUNDA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO**

Ato 002/PMJM/ED001/14

**SEGUNDA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, torna público a primeira retificação do Edital n.º 001/2014, conforme segue:

1. Do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM  
a) Fica alterada a carga horário do Anexo II do edital de 40hrs para 36hrs.
2. Do cargo de ENFERMEIRO  
a) Fica alterada a carga horário do Anexo II do edital de 40hrs para 36hrs
3. As demais normas do edital permanecem inalteradas.

Jacinto Machado, 04 de Dezembro de 2014.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 002/2012/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

**TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 002/2012/PMJM**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: PRESERVALE SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA ME  
Valor Aditado: R\$ 21.435,30 (vinte e um mil quatrocentos e trinta e cinco reais e trinta centavos).  
Vigência: Início: 07/11/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2011 - PR  
Objeto: FICAM ADITADOS OS QUANTITATIVOS CONTRATADOS; EM DECORRÊNCIA DO REAJUSTE PACTUADO, FICA ALTERADO O VALOR GLOBAL DO PRESENTE CONTRATO DE R\$ 85.741,20 (OITENTA E CINCO MIL SETECENTOS E QUARENTA E UM REAIS E VINTE CENTAVOS) PARA R\$ 107.176,50 (CENTO E SETE MIL CENTO E SETENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

Jacinto Machado – SC, 7 de Novembro de 2014.  
Antonio João de Fáveri  
Prefeito Municipal

**Joaçaba****PREFEITURA****EXTRATO PL 89/2014/PMJ - PP 62/2014/PMJ**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2014/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2014/PMJ

Objeto: Aquisição de 02 (dois) televisores, destinados ao acesso da 11ª CIRETRAN ao sistema de vídeo monitoramento das vias públicas do Município de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 17h do dia 18/12/2014. Processamento do Pregão: às 17h do dia 18/12/2014, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 03 de dezembro 2014.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
Francisco Moreira Lopes  
Prefeito em exercício

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO ADITIVO CONTRATO 001/2014 - RADIO CATARINENSE**

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO 011/2014  
ADITIVO AO CONTRATO N. 001/2014  
CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA  
CONTRATADA: RÁDIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA - EPP  
OBJETO: "a prestação de serviços radiofônicos com frequência modulada (FM) e abrangência comprovada no município de Joaçaba, visando à transmissão integral das sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara de Vereadores de Joaçaba; a veiculação semanal, às sextas-feiras, de um programa de 10 (dez) minutos produzido pela Jornalista da Casa, com 3 (três) chamadas durante o dia na programação normal da emissora e; ainda, 200 (duzentas) inserções produzidas pela emissora e veiculadas nos dias de realização de sessão na Câmara de Vereadores de Joaçaba" com fundamento no art. 57 da Lei n. 8.666/93 e conforme cláusulas a seguir:  
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA: O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015.  
CLÁUSULA SEGUNDA: As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.  
DATA DE ASSINATURA: 25/11/2014

FRANCISCO MOREIRA LOPES  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

**EXTRATO ADITIVO CONTRATO 005/2013 - FAEF**

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 07/2014

ADITIVO AO CONTRATO N. 005/2013

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

CONTRATADA: FAEF SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

OBJETO: a "o fornecimento de licença de uso de Sistema de Controle Interno para a Câmara de Vereadores de Joaçaba" com fundamento no art. 57 da Lei n. 8.666/93 e conforme cláusulas a seguir: CLÁUSULA PRIMEIRA: ADITAMENTO DA CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, RENOVAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO: O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, totalizando 31 (trinta e um) meses de vigência. CLÁUSULA SEGUNDA 2.1 As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

DATA DE ASSINATURA: 25/11/2014

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

**EXTRATO ADITIVO CONTRATO 010/2013 - INVIO SAT**

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 08/2014

ADITIVO AO CONTRATO N. 0010/2013

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

CONTRATADA: INVIO SAT SEGURANÇA LTDA

OBJETO: "a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de segurança patrimonial preventiva privada, através de monitoramento eletrônico e atendimento com veículo automotor tático móvel, central de operações e utilização de agentes de segurança e, ainda, o comodato e monitoramento de quatro câmeras de segurança com sistema de acionamento infra vermelho para a nova sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba, situada na Av. Tiradentes, Bairro Vila Pedrini, Joaçaba/SC" com fundamento no art. 57 da Lei n. 8.666/93 e conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: ADITAMENTO DA CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, RENOVAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO: O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, totalizando 27 (vinte e sete) meses de vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA: Os valores contratados ficam reajustados pelo índice IGPM-FGV acumulado em 2,946% correspondente ao período de novembro de 2013 a novembro de 2014 sendo que:

I - o reajuste incidirá sobre o valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) do comodato dos equipamentos (item 2) e R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) do monitoramento eletrônico de sistema de alarme e câmeras, e atendimento de ocorrências (item 3) mensais;

II - Considerando o item I acima, o valor mensal pago a CONTRATADA passa a ser de R\$ 257,36 (duzentos e cinquenta e sete reais e trinta e seis centavos) do comodato dos equipamentos (item 2) e R\$ 257,36 (duzentos e cinquenta e sete reais e trinta e seis centavos) do monitoramento eletrônico de sistema de alarme e câmeras, e atendimento de ocorrências (item 3) mensais;

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

DATA DE ASSINATURA: 25/11/2014

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

**EXTRATO ADITIVO CONTRATO 011/2014 - OI S.A**

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 012/2014

ADITIVO AO CONTRATO N. 0011/2014

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

CONTRATADA: OI S.A.

OBJETO: "prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, em conformidade com as especificações técnicas constantes nesse contrato e no edital de Processo de Licitação nº 14/2014 e Edital de Pregão Presencial nº 11/2014" com fundamento no art. 57 da Lei n. 8.666/93 e conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA: O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

DATA DE ASSINATURA: 25/11/2014

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

**EXTRATO ADITIVO CONTRATO 012/2014 - ACESSOLINE**

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 013/2014

ADITIVO AO CONTRATO N. 0012/2014

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

CONTRATADA: ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. EPP

OBJETO: "prestação de serviços contínuos mensal de acesso a internet, meio fibra ótica ou par metálico: link ip dedicado de no mínimo de 02 Mbps, incluindo instalação, locação e configuração de modems/routers e outros equipamentos necessários, em conformidade com as especificações técnicas constantes nesse contrato e no edital de Processo de Licitação nº 15/2014 e Edital de Pregão Presencial nº 12/2014" com fundamento no art. 57 da Lei n. 8.666/93 e conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA: O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

DATA DE ASSINATURA: 25/11/2014

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

**EXTRATO ADITIVO CONTRATO 013/2014 - ONSERV**

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 014/2014

ADITIVO AO CONTRATO N. 0013/2014

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

CONTRATADA: ONSERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

OBJETO: "Contratação de serviços de limpeza, conservação, higienização e jardinagem nas dependências da nova sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba, situada na Av. Tiradentes, n. 872, Centro, Joaçaba/SC. A prestação dos serviços compreende a disponibilização de pessoal, materiais, produtos de limpeza e equipamentos conforme detalhado no termo de referência que integra o Edital de Pregão Presencial n. 10/2014" com fundamento no art. 57 da Lei n. 8.666/93 e conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA: O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais Cláusulas do contrato original

permanecem inalteradas.  
DATA DE ASSINATURA: 25/11/2014

FRANCISCO MOREIRA LOPES  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

#### **EXTRATO ADITIVO CONTRATO 04/2011 - REALMAC**

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO 010/2014  
ADITIVO AO CONTRATO N. 004/2011  
CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA  
CONTRATADA: REALMAC MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ES-  
CRITÓRIO LTDA

OBJETO: "Locação de duas máquinas fotocopiadoras com as fun-  
ções de fax, scanner e copiadora, com franquia total de 8.545  
(oito mil quinhentas e quarenta e cinco) cópias/mês e cartuchos  
de tonner inclusos" com fundamento no art. 57 da Lei n. 8.666/93  
e conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA: O prazo do contrato original  
fica prorrogado até 28 de fevereiro de 2015, a contar de 01 de  
janeiro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais Cláusulas do contrato original  
permanecem inalteradas.

DATA DE ASSINATURA: 25/11/2014

FRANCISCO MOREIRA LOPES  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

#### **EXTRATO ADITIVO CONTRATO 05/2012 - MAC**

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO 09/2014  
ADITIVO AO CONTRATO N. 005/2012  
CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA  
CONTRATADA: M.A.C COMPUTAÇÃO GRÁFICA LTDA. ME  
OBJETO: "Hospedagem de web site da Câmara de Vereadores de  
Joaçaba; prestação de serviço de manutenção do web site para  
gerenciamento de seu conteúdo; disponibilização de link e serviço  
de transmissão on line e ao vivo das sessões da Câmara de Vere-  
adores de Joaçaba" com fundamento no art. 57 da Lei n. 8.666/93  
e conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: ADITAMENTO DA CLÁUSULA SEGUNDA -  
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo do contrato original fica pror-  
rogado até 31 de dezembro de 2015, totalizando 44 (quarenta e  
quatro) meses de vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE: Os valores contratados  
ficam reajustados pelo índice IGPM-FGV acumulado em 2,946%  
correspondente ao período de novembro de 2013 a outubro de  
2014, passando a ser de R\$ 377,09 (trezentos e setenta e sete  
reais e nove centavos) mensais, totalizando R\$ 4.525,08 (quatro  
mil, quinhentos e vinte e cinco reais e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais Cláusulas do contrato original  
permanecem inalteradas.

DATA DE ASSINATURA: 25/11/2014

FRANCISCO MOREIRA LOPES  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

#### **RESOLUÇÃO 030/2014 - FÉRIAS COLETIVAS**

RESOLUÇÃO Nº 030/2014 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014  
"CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS, QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC),  
no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 57, § 2º do  
Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve:

Art. 1º - Ficam instituídas no período de 02 de Janeiro de 2015 a  
31 de Janeiro de 2015 Férias Coletivas aos Servidores da Câmara  
de Vereadores de Joaçaba, em razão do recesso parlamentar, com  
fulcro no art. 4, I do Regimento Interno c/c o art. 75 da Lei Com-  
plementar nº 73/2003.

Parágrafo Único - Os servidores admitidos no serviço público há  
menos de doze meses, que possuam período aquisitivo de férias  
incompleto gozarão as férias coletivas de forma proporcional, ini-  
ciando-se em 02 de janeiro de 2015, novo período aquisitivo.

Art.2º - Durante o período indicado no artigo anterior não haverá  
expediente externo na Câmara de Vereadores de Joaçaba.

Art.3º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publica-  
ção.

Joaçaba, 08 de dezembro de 2014.  
FRANCISCO MOREIRA LOPES  
Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Setor de Pessoal

**EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PP 20/2014 - SOFTWARE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA</b>  CNPJ: 78.491.230/0001-98 Rua Tiradentes, 872 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 17/2014 - PR</b>  Processo Administrativo: 20/2014 Processo de Licitação: 20/2014 Data do Processo: 20/11/2014
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Presidente Da Camara, FRANCISCO MOREIRA LOPES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 20/2014  
b ) Licitação Nr.: 17/2014-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 08/12/2014  
e ) Objeto da Licitação Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública integrados, com acesso simultâneo de usuários.

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

**BETHA SISTEMAS LTDA (294)**

1	Contabilidade Pública - Marca: BETHA SISTEMAS	MES	12,00	0,0000	357,00	4.284,00
2	Compras e Licitações - Marca: BETHA SISTEMAS	MES	12,00	0,0000	182,00	2.184,00
3	Patrimônio - Marca: BETHA SISTEMAS	MES	12,00	0,0000	182,00	2.184,00
4	Folha de Pagamento - Marca: BETHA SISTEMAS	MES	12,00	0,0000	250,00	3.000,00
5	Ponto Eletrônico - Marca: BETHA SISTEMAS	MES	12,00	0,0000	270,00	3.240,00
6	Recursos Humanos - Marca: BETHA SISTEMAS	MES	12,00	0,0000	187,00	2.244,00
7	Portal da Transparência - Marca: BETHA SISTEMAS	MES	12,00	0,0000	139,00	1.668,00
8	Serviços de Implantação dos sistemas, conversão dos dados, e treinamento para os usuários. - Marca: BETHA SISTEMAS	SERV	1,00	0,0000	2.491,00	2.491,00
9	Assistência Técnica, após implantação dos sistemas, quando solicitado. - Marca: BETHA SISTEMAS	HR	100,00	0,0000	65,00	6.500,00
10	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco - Marca: BETHA SISTEMAS	KM	5.000,00	0,0000	0,65	3.250,00
11	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco - Marca: BETHA SISTEMAS	DR	15,00	0,0000	125,00	1.875,00

**Total do Fornecedor: 32.920,00**


**Total Geral: 32.920,00**

Joaçaba, 8 de Dezembro de 2014.

FRANCISCO MOREIRA LOPES  
PRESIDENTE DA CAMARA

## IMPRES

## POLITICA DE INVESTIMENTO IMPRES 2014-2015

	
<b>DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS</b>	
<b>1. ENTE</b>	
<b>Nome:</b> Prefeitura Municipal de Joaçaba / SC	<b>CNPJ:</b> 82.939.380/0001-99
<b>Endereço:</b> Av XV de Novembro, 378	<b>Complemento:</b>
<b>Bairro:</b> Centro	<b>CEP:</b> 89600-000
<b>Telefone:</b> (049) 3551-8200	<b>E-mail:</b> compras@simae.sc.gov.br
<b>Fax:</b> (049) 3551-8265	
<b>2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE</b>	
<b>Nome:</b> RAFAEL LASKE	<b>CPF:</b> 001.150.729-26
<b>Cargo:</b> Prefeito	<b>Complemento do Cargo:</b>
<b>E-mail:</b> compras@simae.sc.gov.br	<b>Data Início de Gestão:</b> 01/01/2013
<b>3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF</b>	
<b>Nome:</b> IMPRES- INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE	<b>CNPJ:</b> 05.298.824/0001-03
<b>Endereço:</b> AV XV DE NOVEMBRO, 378	<b>Complemento:</b>
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>CEP:</b> 89600-000
<b>Telefone:</b> (049) 3551-8217	<b>E-mail:</b> compras@simae.sc.gov.br
<b>Fax:</b> (049) 3551-8265	
<b>4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA</b>	
<b>Nome:</b> ELISABET MARIA ZANELA SARTORI	<b>CPF:</b> 386.948.169-20
<b>Cargo:</b> Diretor	<b>Complemento do Cargo:</b> PRESIDENTE
<b>Telefone:</b> (049) 3551-8211	<b>E-mail:</b> presidencia@simae.sc.gov.br
<b>Fax:</b> (049) 3551-8213	<b>Data Início de Gestão:</b> 01/01/2002
<b>5. GESTOR DE RECURSOS</b>	
<b>Nome:</b> ELIANE APARECIDA CERON VIER	<b>CPF:</b> 596.843.999-87
<b>Cargo:</b> Diretor	<b>Complemento do Cargo:</b> ADMINISTRATIVO E FINANCEIRA
<b>Telefone:</b> (049) 3551-8217	<b>E-mail:</b> compras@simae.sc.gov.br
<b>Entidade Certificadora:</b> ANBIMA	<b>Validade Certificação:</b> 28/08/2017
<b>6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO</b>	
<b>Nome:</b> ELIANE APARECIDA CERON VIER	<b>CPF:</b> 596.843.999-87
<b>Telefone:</b> (049) 3551-8217	<b>E-mail:</b> compras@simae.sc.gov.br
<b>Data de envio:</b> 04/12/2014	

7. DEMONSTRATIVO		
Exercício: 2015		
Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos: ELIANE APARECIDA CERON VIER		
Data da Elaboração: 17/10/2014 Data da ata de aprovação: 05/11/2014		
Órgão superior competente: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Meta de Rentabilidade dos Investimentos		
Indexador: INPC	Taxa de Juros: 6,00 %	
Divulgação/Publicação:	( X ) Meio Eletrônico	( ) Impresso
RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		
Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
Renda Fixa - Art. 7º		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"		
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	30,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	100,00	100,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III	15,00	0,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	80,00	50,00
Poupança - Art. 7º, V	30,00	30,00
FI em Direitos Creditórios – Aberto - Art. 7º, VI	20,00	0,00
FI em Direitos Creditórios – Fechado - Art. 7º, VII, "a"	15,00	5,00
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	5,00	5,00
Renda Variável - Art. 8º		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	10,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	7,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	9,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	5,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	5,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	5,00
Total		266,00
Declaro que o valor excedido do limite do somatório dos Segmentos "Renda Fixa" e "Renda Variável", está compatível com a Política de Investimentos aprovada pelas instâncias competentes e consolidada neste Demonstrativo, conforme documentos arquivados		

<b>Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos</b> Para o ano de 2015, a perspectiva macroeconômica varia bastante entre as principais economias do mundo. Para os Estados Unidos, vemos uma elevação gradual na taxa de juros para 1% até o final de 2015 com intuito de subir para 4% no decorrer dos próximos anos, dada essa perspectiva, a elevação dos juros acabará por manter o crescimento econômico próximo a 2,5%. Na Zona do Euro se espera que os juros mantenham-se em 0,05% e que o crescimento na região fique em torno de 1%. Quanto à China, percebe-se um menor crescimento, o que leva a acreditar que sua meta de crescimento deverá ser reduzida para algo entre 6,5% e 7% em face da desaceleração notável. No Brasil, observa-se um cenário de modificações (embora a oposição não tenha vencido as eleições) onde a taxa Selic está em processo de elevação, o que em conjunto com o fim do swap cambial e uma política fiscal mais austera, colaboraria para evitar a deterioração da credibilidade brasileira, melhoraria o nível de confiança dos agentes econômicos e aditaria o risco de rebatamento do rating soberano. Assim, para a gestão de investimentos, prevemos que se os ajustes forem implantados e a taxa Selic atingir 12,5%, o superávit primário do governo alcançará 1,2% do PIB em 2015 e o programa de swap cambial deixará de existir, haverá uma recuperação importante da economia brasileira, entretanto, a inflação ficará entre 6% e 6,5%, podendo convergir para a meta a partir de 2016. Para a gestão de investimentos, entendemos que em 2015 as taxas de juros estarão elevadas, portanto, acreditamos que a participação de fundos atrelados ao CDI deverá contribuir muito positivamente para a carteira do RPPS com pouco risco. Além disso, os IMAs poderão se beneficiar caso os indicadores do país melhorem. Para fundos de ações esperamos resultados próximos à meta atuarial, com alto risco.	
<b>Objetivos da gestão</b>	Para o exercício de 2015, o objetivo é que a rentabilidade dos recursos disponíveis seja superior à sua meta atuarial.
<b>Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos</b>	Os recursos serão alocados de acordo com os limites máximos estabelecidos nesta política, buscando alcançar a meta proposta, através de estratégias de curto, médio e longo prazo, observando as definições descritas no documento principal acerca do nível de risco admitido para os ativos e fundos que formarão o portfólio.
<b>Críticos de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável</b>	O modelo de gestão adotado é o da gestão própria, portanto, não haverá necessidade de contratação de administrador externo. Entretanto, os gestores dos fundos selecionados, obrigatoriamente, deverão credenciar-se através de formulário específico, bem como cumprir com o que estabelece a política de transparência do Instituto.
<b>Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos</b>	Testes comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos: As análises quantitativas e qualitativas acerca do desempenho da carteira e dos fundos de investimentos serão efetuadas mensalmente, elaborando relatório que evidencie a evolução dos fundos em carteira, bem como de fundos que não estejam no portfólio para fins de comparação e tomada de decisão. De toda forma, foram definidos limites mínimos de rentabilidade em relação ao benchmark que o produto de investimento deverá alcançar para que não ocorra o desinvestimento dos recursos. Da mesma maneira, os produtos de investimentos deverão ter em seu histórico, rentabilidade mínima em relação ao seu benchmark, para que ocorra o aporte. Estes limites mínimos de rentabilidade para o investimento e desinvestimento dos recursos foram estabelecidos na Política de Investimento.
<b>Observações</b>	Sobre a aba, "Demonstrativo - Etapa 2", Segmento Renda Fixa – Art. 7º Incisos VI, VII A e B: Os limites inseridos nestes campos estão diferentes dos limites aprovados na PI deste RPPS. O CADPREV não suporta a distribuição 15%, 5% e 5% referente ao Art. 7º Incisos VI e VII, A e B aprovados pelo órgão superior competente deste RPPS
<b>Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes</b>	
<b>Representante Legal do Ente:</b>	001.150.729-26 - RAFAEL LASKE Data: __/__/____ Assinatura:
<b>Representante Legal da Unidade Gestora:</b>	386.948.169-20 - ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Data: __/__/____ Assinatura:
<b>Gestor de Recurso RPPS:</b>	596.843.999-87 - ELIANE APARECIDA CERON VIER Data: __/__/____ Assinatura:
<b>Responsável:</b>	596.843.999-87 - ELIANE APARECIDA CERON VIER Data: __/__/____ Assinatura:

**SIMAE - JOAÇABA****ALTERÇÃO EDITAL PP 0052/2014-ANALISES LABORATORIAIS**

COMUNICADO AOS PROPONENTES INTERESSADOS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0052/2014  
Processo Licitatório Nº 0072/2014  
Protocolo Nº 3236/2014

**OBJETO:**

REGISTRO DE PREÇOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISE LABORATORIAIS EM AMOSTRAS DE ÁGUA TRATADA, ÁGUA EM NATURA, ESGOTO SANITÁRIO BRUTO E TRATADO, PARA ATENDER LEGISLAÇÃO VIGENTE E ÓRGÃOS FISCALIZADORES.

**ASSUNTO:**

Alteração de exigências do edital.

**ONDE LÊ-SE, NO EDITAL :**

Item 1.4 alínea f):

"A licitante deverá apresentar certificado de proficiência para os ensaios Cianobactérias, Cistos de *Giardia* ssp. e Oocistos de *Cryptosporidium* ssp."

Item 4.1 alínea c), subitem iii:

"Certificado de proficiência para os ensaios Cianobactérias, Cistos de *Giardia* ssp. e Oocistos de *Cryptosporidium* ssp."

**Item 5.1.3.3**

"Comprovação, para fins de demonstração de capacitação técnico-profissional, de possuir profissional de nível superior da área de biologia, mediante a apresentação de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) expedida pelo CRBio."

**Anexo V, item 7.5:**

"A licitante deverá apresentar certificado de proficiência para os ensaios Cianobactérias, Cistos de *Giardia* ssp. e Oocistos de *Cryptosporidium* ssp."

**LEIA-SE :****Item 1.4 alínea f):**

"A licitante deverá apresentar certificado de proficiência para os ensaios biológicos de coliformes totais e *Escherichia coli*."

Item 4.1 alínea c), subitem iii:

"Certificado de proficiência para os ensaios biológicos de coliformes totais e *Escherichia coli*."

**Item 5.1.3.3**

"Comprovação, para fins de demonstração de capacitação técnico-profissional, de possuir profissional de nível superior da área de biologia ou bioquímica, mediante a apresentação de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) expedida pelo respectivo conselho de classe (CRBio ou CRF)."

**Anexo V, item 7.5**

"A licitante deverá apresentar certificado de proficiência para os ensaios biológicos de coliformes totais e *Escherichia coli*."

**2. ALTERAÇÃO DO PRAZO PARA ABERTURA DO PREGÃO PERMANECE A MESMA DATA PARA ABERTURA 18/12/2014 AS 14h00**

**JUSTIFICATIVA:**

Solicitação de fornecedores acatada pelo SIMAE.

Joaçaba - SC, 05 de dezembro de 2014.

Atenciosamente

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora do SIMAE

**ATA REGISTRO DE PREÇOS 0002/2014 - PRODUTOS BIOLÓGICOS SIMAE**

MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0002/2014

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e catorze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, o Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0008/2014, na Ata de julgamento de preços, homologada em 18/03/2014, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Produtos Biológicos e Larvicidas para utilização na elevação da eficiência da estação de tratamento de esgoto, neutralizando os odores provocados pelo tratamento de efluente doméstico e para prevenção de proliferação de mosquitos no entorno das ETEs, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0008/2014.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - PRODUTO BIOLÓGICO LÍQUIDO PARA TRATAMENTO DE EFLUENTES DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO A BASE DE MICROORGANISMOS PARA AUMENTO DA DEGRADAÇÃO DE MATÉRIA ORGÂNICA PROMOVENDO A REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE DBO, DQO, ÓLEOS E GRAXAS E SÓLIDO TOTAIS ELEVANDO ASSIM A EFICIÊNCIA DO SISTEMA DE TRATAMENTO. Quantidade - 2.300 litros

1º. Colocado - Empresa Agrosix Distribuidora de Produtos Agropecuários, no valor unitário de R\$ 27,50 (Vinte e sete reais e cinquenta centavos).

2º. Colocado - Empresa Projetando Soluções P.D. Indústria e Comércio Ltda, no valor unitário de R\$ 29,00 (vinte e nove reais).

Item 02 - PRODUTO LÍQUIDO, 100% SOLÚVEL EM ÁGUA, PARA NEUTRALIZAÇÃO DE ODORES EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO PROVOCADOS POR MERCAPTANAS E H<sup>2</sup>S, CONTENDO EM SUA FORMULAÇÃO COMPOSTOS CAPAZES DE REDUZIR A TENSÃO SUPERFICIAL DE ÁGUA DEVENDO SER APLICADO DIRETAMENTE NO EFLUENTE DE ENTRADA.

Quantidade - 1.500 litros

1º. Colocado - Empresa Projetando Soluções P.D. Indústria e Comércio Ltda, no valor unitário de R\$ 33,00 (trinta e três reais).

Item 03 - LARVICIDA/INSETICIDA BIOLÓGICO PARA COMBATE DE LARVAS DE MOSQUITOS E BORRACHUDOS A BASE DE CRISTAIS PROTEICOS PRODUZIDOS A PARTIR DE BTI (BACILLUS THURINGIENSIS ISRAESENSIS) CONTENDO UMA CONCENTRAÇÃO MÍNIMA DE 1,2% DE BTI.

Quantidade - 20 litros

1º. Colocado - MM Comércio e Representações Ltda, no valor unitário de R\$ 79,00 (setenta e nove reais).

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de Produtos Biológicos e Larvicidas, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

## 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0008/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s);
- c) Planilha de lances do pregão.

## 3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 Os Produtos Biológicos e Larvicidas deverão ser entregues conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de Nota de Empenho - NE.

4.2 Após o recebimento da NE - Nota de Empenho, por parte do fornecedor, o produto deverá ser entregue, de acordo com as especificações do Anexo I do Edital, em um prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de recebimento da solicitação devidamente autorizada pelo Setor de Materiais Transporte e Patrimônio - SMTP do SIMAE, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais;

4.3 Os produtos deverão ser entregues nas dependências da Estação de Tratamento de Água, localizado na AV Caetano Natal Branco, 1845, Frei Bruno, Joaçaba, SC, em dias de expediente, das 7h30min às 11h30min ou das 13h30min às 17h30min.

4.4 Os produtos fornecidos deverão possuir registro na ANVISA ou IBAMA, conforme detalhado no Anexo I, bem como, ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens, sendo que a data de fabricação deverá ser no máximo de 06(seis) meses anterior a data de entrega.

4.5 A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

4.6 Por ocasião do recebimento dos materiais, o SIMAE, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas

do objeto licitado, obrigando-se a empresa contratada a promover a devida substituição, observando-se os prazos contratuais.

4.7 A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

4.8 O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

4.9 Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

4.10 A proponente vencedora fica obrigada aos acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

4.11 No ato da entrega do Material a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica-NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.12 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil subsequente da entrega.

4.13 O Material que for recusado (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.14 Se a substituição do Material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

## 5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será:

5.1.1. Efetivado de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br).

5.1.2 - realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia subsequente ao do material entregue, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos produtos correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2.062

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.

ELEMENTO: 3.3.90.30.11

## 6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

## 7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) Efetuar a entrega dos Produtos Biológicos e Larvicidas após solicitação em até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Solicitação de Entrega, em horário comercial;

b) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

c) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

e) Fornecer junto com os produtos comprovação de registro na ANMVISA ou IBAMA, conforme o produto;

f) Responsabilizar-se pelo frete e envio dos produtos.

## 8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) Designar servidor ou constituir comissão especial visando à fiscalização da execução do contrato;

b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o pactuado neste instrumento;

c) Providenciar a publicação da ata de Registro de Preços conforme legislação;

d) Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

e) Efetuar o pagamento em até 05 dias após a entrega a contento.

## 9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

9.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e

justificado pela Administração.

9.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

## 10 PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 01 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

10.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apelo.

## 11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), 18 de março de 2014.

Eliane Aparecida Ceron Vier  
Pregoeiro

Equipe de Apoio

Graciela Pratto Bordin da Rosa      Monica Saraiva Romani

Leori Hermann

AGROSIX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA

Fernando Luiz Carvalho

PROJETANDO SOLUÇÕES - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Crusvaldino Bellorini Mesalira

MM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA

**HOMOLOGAÇÃO PR50/2014 SIMAE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 50/2014 - PR</b>  Processo Administrativo: 70/2014 Processo de Licitação: 70/2014 Data do Processo: 07/11/2014
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 70/2014  
b ) Licitação Nr.: 50/2014-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 05/12/2014  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE SEGURANÇA PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2014.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**LA INFORMATICA E SUPRIMENTO PARA ESCRITORIO LTDA (8216)**

8 CARTUCHO AMARELO HP PRO 8100 PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET PRO 8100, COM SELO ORIGINAL DO FABRICANTE, 8ML, CONDICIONADO EM EMBALAGEM A VÁCUO ORIGINAL DO FABRICANTE, CAIXA EXTERNA CONTENDO TODAS AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, VALIDADE MÍNIMA DE 01 (HUM) ANO. - Marca: HP	UN	5,00	0,0000	72,40	362,00
9 CARTUCHO CIANO HP PRO 8100 PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET PRO 8100, COM SELO ORIGINAL DO FABRICANTE, 8ML, CONDICIONADO EM EMBALAGEM A VÁCUO ORIGINAL DO FABRICANTE, CAIXA EXTERNA CONTENDO TODAS AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, VALIDADE MÍNIMA DE 01 (HUM) ANO. - Marca: HP	UN	5,00	0,0000	72,40	362,00
10 CARTUCHO MAGENTA HP PRO 8100 PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET PRO 8100, COM SELO ORIGINAL DO FABRICANTE, 8ML, CONDICIONADO EM EMBALAGEM A VÁCUO ORIGINAL DO FABRICANTE, CAIXA EXTERNA CONTENDO TODAS AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, VALIDADE MÍNIMA DE 01 (HUM) ANO. - Marca: HP	UN	5,00	0,0000	72,40	362,00

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  <b>CNPJ:</b> 84.591.890/0001-43 <b>Rua Tiradentes, 123</b> <b>C.E.P.:</b> 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 50/2014 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> 70/2014 <b>Processo de Licitação:</b> 70/2014 <b>Data do Processo:</b> 07/11/2014
	Folha: 2/2

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **LA INFORMATICA E SUPRIMENTO PARA ESCRITORIO LTDA (8216)**

12 PERFURADOR DE PAPEL METALICO, COM CAPACIDADE PARA PERFURAR ATÉ 30 FOLHAS DE 75G/M2, DIÂMETRO DO FURO DE ATÉ 5,5MM, DISTÂNCIA DOS FUROS: 80 MM, COM BASE PLÁSTICA PROTETORA PARA ESVAZIAR O CONFETE. - Marca: MASTER PRINT	PÇ	2,00	0,0000	37,00	74,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>1.160,00</b>

#### **ROBERTO TESSARO & CIA LTDA. (6384)**

6 CARTUCHO PRETO HP PRO 8100 PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET PRO 8100, COM SELO ORIGINAL DO FABRICANTE, 8ML, CONDICIONADO EM EMBALAGEM A VÁCUO ORIGINAL DO FABRICANTE, CAIXA EXTERNA CONTENDO TODAS AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, VALIDADE MÍNIMA DE 01 (HUM) ANO. - Marca: HP	UN	10,00	0,0000	95,50	955,00
7 CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET PRO K5400, PRETO, C9385AL 88, COM SELO ORIGINAL DO FABRICANTE, CONTENDO 20,5 ML NO MÍNIMO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM A VÁCUO DO FABRICANTE, CAIXA EXTERNA CONTENDO TODAS AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, VALIDADE MÍNIMA 01 ANO - Marca: HP	UN	10,00	0,0000	72,50	725,00
11 GRAMPEADOR GRANDE DE MESA EM ESTRUTURA METÁLICA, TAM 20 CM X 4,5 CM X 8,5 CM, COM ACEITAÇÃO DE GRAMPOS 26/6 E 24/6, CAPACIDADE 30 FOLHAS - Marca: TRIS	UN	6,00	0,0000	25,00	150,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>1.830,00</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>2.990,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.3.3.90.00.00.00.00.00 (3), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (18)

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

**Lages****PREFEITURA****PP 88-2014 PML - RERRATIFICADO**

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 88/2014 PML

Objeto: Aquisição de Microcomputadores para o Pólo UAB - Universidade Aberta do Brasil

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 18/12/2014 às 16:00

Valor Estimado: R\$29.524,95

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 05 de dezembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

**Lebon Regis****PREFEITURA****DECRETO Nº 100/2014**

DECRETO Nº. 100/2014, de 19 de Novembro de 2014

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR , NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso II do art. 10, da Lei Municipal nº 1459/2013 de 20 de Dezembro de 2013;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Dotação: 44

Orgão: 2 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 60 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO

Função: 12 - EDUCAÇÃO

SubFunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL

Programa: 11 - Educação Basica

Ação: 2.016

Natureza de Despesa: 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Suplementação Valor: R\$ 31.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos da anulação da seguinte dotação orçamentaria.

Dotação: 61

Orgão: 2 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 60 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO

Função: 12 - EDUCAÇÃO

SubFunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL

Programa: 11 - Educação Basica

Ação: 2.057

Natureza de Despesa: 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Redução Valor: R\$ 31.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de Novembro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 19 de Novembro de 2014, no Dia Oficial dos Municípios - DOM

CLEUSA M. R. TOMACHEUSKI

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 102/2014**

DECRETO Nº 102/2014, de 20 de Novembro de 2014

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso I do art. 11, da Lei Municipal nº 1459/2013 de 20 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 1.570,00 (hum mil quinhentos e setenta reais ), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	85	4	4	121	25	2006	3390	1.570,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação apurado até esta data, conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

IDUso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
0	1	24	1.570,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis, 20 de novembro de 2014.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 107/2014**

DECRETO Nº. 107/2014, 02 de Dezembro de 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR , NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso II do art. 10, da Lei Municipal nº 1459/2013 de 20 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais ), na seguinte dotação orçamentária:

Dotação: 00099

Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 00065 - SECRET. JUVENTUDE LAZER E ESPORTES

Função: 00027 - DESPORTO E LAZER

SubFunção: 00813 - LAZER

Programa: 00009 - Lazer Coletivo

Ação: 2.000014

Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas - R\$. 20.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos da anulação da seguinte dotação orçamentaria.

Dotação: 00098

Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 00065 - SECRET. JUVENTUDE LAZER E ESPORTES

Função: 00027 - DESPORTO E LAZER

SubFunção: 00813 - LAZER

Programa: 00009 - Lazer Coletivo

Ação: 2.000014

Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas - R\$. 20.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de Dezembro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 02 de Dezembro de 2014, no Dia Oficial dos Municípios - DOM

CLEUSA M. R. TOMACHEUSKI

Secretário de Administração e Finanças

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2014 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2014**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2014. O Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na Modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item. Objeto: aquisição de material e equipamentos (permanentes e de consumo) hospitalar e odontológico, eletroeletrônicos e móveis com fornecimento e instalação, visando atender as necessidades da nova Unidade Básica de Saúde do Núcleo Rio Doce, conforme especificações técnicas contidas no edital. Recebimento da documentação e das propostas até 08h30hs do dia 17 de Dezembro de 2014. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 08h40min do dia 17/12/2014. Obtenção do Edital: pelo site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br). Maiores informações: (49) 3247-0188. Gilmar Francisco Peretti - Pregoeiro.

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 125/2014

DECRETO Nº 125, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PRORROGA A JORNADA DE TRABALHO NAS REPARTIÇÕES E ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL”.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, usando da competência privativa que lhe conferem os incisos VII, XV e XXIII do art. 66 da Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º Conforme previsto no art. 1º do Decreto Municipal n.º 094, de 06 de outubro de 2014, fica prorrogada a jornada diária reduzida de trabalho das 13h00min (treze horas) às 19h00min (dezenove horas), nas repartições e órgão da Administração Municipal, até o término do Horário de Verão.

Art. 2º Permanecem as disposições contidas nos art. 2º e 3º do Decreto Municipal n.º 094, de 06 de outubro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Leoberto Leal, 04 de dezembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

### DECRETO N.º 126/2014

DECRETO Nº 126, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso I da Lei nº 1.005 de 26 de novembro de 2013.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social, na dotação com a seguinte estrutura e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	33.600,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	33.600,00
Função	10	Saúde	33.600,00
Sub-função	301	Atenção Básica	33.600,00
Programa	06	Saúde com Excelência	33.600,00
Atividade	2.016	Atenção Básica – Componente Piso de Atenção Básica Variável – PABV	33.600,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	33.600,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	33.600,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	33.600,00

Fonte de Recurso/Detalhamento	0.1.0064.15	Atenção Básica/ Programa de Requalificação de UBS - Reformas	33.600,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			33.600,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação na seguinte fonte:

Fonte	Código Fonte	Valor
Atenção Básica/Programa de Requalificação de UBS – Reformas	0.1.0064.15	33.600,00
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO UTILIZADO		33.600,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 05 de dezembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 2.642/2014, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO N.º 2.642/2014, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014  
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.190/2013 de 16 de Dezembro de 2013:

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.013 - Aplicação dos Recursos do FUNDEB

3.1.90.00.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 70.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por por conta do provável excesso de arrecadação do FUNDEB/2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,  
Em, 02 de Dezembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

### DECRETO N.º 2.643/2014, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO N.º 2.643/2014, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014  
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.190/2013 de 16 de Dezembro de 2013:

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL  
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul  
Projeto/Atividade 2.028 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública  
3.1.90.00.00.00.00.00.0364 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 26.889,83

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por por conta do provável excesso de arrecadação do Programa SUS PMAQ..

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,  
Em, 02 de Dezembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

# Luzerna

## PREFEITURA

### 1º TA – CA PML Nº 0018.2014 - PL PML Nº 0009.2014 - IN PML Nº 0001.2014 – PASSAGENS ESTUDANTES - UNIVERSIDADE - EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA – ADITIVO QUANTITATIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO [1º TA]

CONTRATO ADMINISTRATIVO- PML Nº 0018.2014

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0009.2014.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - PML Nº 0001.2014.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo PML nº 0018.2014, oriundo do Processo Licitatório PML nº 0009.2014, Inexigibilidade de Licitação PML nº 0001.2014, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC - PML e a EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, com o fito de aditar em 10% (dez por cento) o objeto licitado.

Presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e de outro EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.411.843/0001-08, com sede na Rua Dário Fontana, nº 216, em Luzerna/SC, neste ato representada por seu sócio administrador, o Sr. EITOR HOPPEN, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Frei João, nº 223, em Luzerna/SC, portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 11/R 229.375, e inscrito no CPF sob nº 250.844.459-68, doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato em epígrafe, nos termos que segue:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DO ACRÉSCIMO DO QUANTITATIVO DO OBJETO DO LICITADO:

1.1. O presente instrumento tem por escopo aditar em 10% (dez por cento) o quantitativo do objeto licitado, abaixo especificado:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Passagem estudante - universidade	UN	63.360	R\$ 1,10	R\$ 69.696,00

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato original e constantes do Edital do aludido Processo Licitatório, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste

aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 28 de novembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

CONTRATANTE \_\_\_\_\_

EITOR HOPPEN

EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF: \_\_\_\_\_

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

### DECRETO 1944 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

DECRETO Nº 1944 de 03 de dezembro de 2014.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM FAVOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA"

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art. 22 da Lei nº 1.171 de 12 de novembro de 2013,

#### DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em favor do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA, à conta do provável EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, verificada a tendência no exercício, na Fonte 02 Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída à seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte 02 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos-Saúde ..... R\$ 10.000,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 03 de dezembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

**DECRETO 1946**

DECRETO Nº 1946 de 04 de dezembro de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2014".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22, da Lei nº 1.171, de 12 de novembro de 2013,

**DECRETA:**

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2013, apurado na Fonte 24 - Transferência de Convênios Outros - Estado, oriundo do Contrato nº 2013TR004162, Processo SDR07 3794/2013, objetivando a perfuração de um poço artesiano no Município de Luzerna, criando a Fonte de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2014, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 0602.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento de Fazenda

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte de Recursos - 0.3.24 - Transferência de Convênios Outros Estado....R\$ 50.000,00

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2013.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 04 de dezembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

**DECRETO 1947**

DECRETO Nº 1947 de 04 de dezembro de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.171 de 12 de novembro de 2013,

**DECRETA:**

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 23.800,00 (vinte e três mil e oitocentos reais), em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECAÇÃO apurado até 04 de dezembro de 2014, na Fonte abaixo relacionada, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída à seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 58 - Salário Educação ..... R\$ 23.800,00

TOTAL SUPLEMENTADO .....

... R\$ 23.800,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 04 de dezembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

**DISTRATO - CA FMS Nº 0034.2014 - PL FMS Nº 0096.2014 - IN FMS Nº 009.2014 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO FMS Nº 002.2014 – CONSULTAS E PROCEDIMENTOS GINECOLÓGICOS - JONATAS DEON**

RESCISÃO CONTRATUAL CONSENSUAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO FMS Nº 0034.2014.

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 0096.2014.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO FMS Nº 009/2014

EDITAL DE CREDENCIAMENTO FMS Nº 002/2014

RESCISÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO FMS Nº 0034.2014, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 0096.2014, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO FMS Nº 009/2014, EDITAL DE CREDENCIAMENTO FMS Nº 002/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LUZERNA E JONATAS DEON.

Presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC (89609-00), através de seu FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, representado neste ato por seu Gestor, o Sr. WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, doravante denominada simplesmente CREDENCIANTE; e de outro JONATAS DEON, pessoa física, brasileiro, solteiro, maior, médico, portador do documento de identidade profissional do CREMESC de nº 18528, na área de medicina e na especialidade/serviços de Ginecologia e Obstetrícia, inscrito no CPF sob nº 053.138.319-92, e portador do documento de identidade do tipo RG, de nº 3427979, expedido pela SSP/SC, com endereço residencial na Rua Getúlio Vargas, nº 436, apto nº 501, Bairro Centro, em Joaçaba/SC, doravante denominado(a) CREDENCIADO(A); RESOLVEM, com supedâneo no art. 79, II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente distrato ao Contrato em epígrafe, nos termos que segue:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DA RESCISÃO:**

O presente Termo tem por objeto a rescisão consensual do contrato referido no preâmbulo.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORO**

2.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente distrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja. E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 04 de dezembro de 2014.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

CREDENCIANTE \_\_\_\_\_

JONATAS DEON  
CREENCIADO(A)

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF: \_\_\_\_\_

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

**PL 139/2014 - PP 085/2014 - UNIFORME ESCOLAR  
COM AMOSTRA- PML**

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 139/2014 - PML

Pregão Presencial nº 085/2014 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para o fornecimento de uniformes escolares para alunos da rede municipal de ensino, com amostra, conforme especificações contidas no ANEXO I, que é parte integrante deste edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 17 de dezembro de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 17 de dezembro de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

**RECEITAS FEDERAIS DO DIA 03/12/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 03/12/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>14.877,28</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	12.168,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	12.168,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00	Atenção Básica	12.168,00
4.1.7.2.1.33.11.30.00	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	12.168,00
4.1.7.2.1.33.11.30.02	Agentes Comunitários de Saúde	12.168,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.709,28
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.709,28
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.625,57
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.083,71

Luzerna, 05/12/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

**RECEITAS FEDERAIS DO DIA 03/12/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 03/12/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>14.877,28</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	12.168,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	12.168,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00	Atenção Básica	12.168,00
4.1.7.2.1.33.11.30.00	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	12.168,00
4.1.7.2.1.33.11.30.02	Agentes Comunitários de Saúde	12.168,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.709,28
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.709,28
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.625,57
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.083,71

Luzerna, 05/12/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

**RECEITAS FEDERAIS DO DIA 04/12/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 04/12/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		1.555,86
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.555,86
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.555,86
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	933,52
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	622,34

Luzerna, 05/12/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

**Mafra****PREFEITURA****EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 0310797-85**

EXTRATO DE TERMO DE CONVENIO Nº 0310797-85

Contrato nº: 0310797-85

Conveniando: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Conveniente: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CNPJ: 00.360.305/0001-04

Finalidade do Termo Aditivo: O presente termo Aditivo tem por objeto alterar a cláusula Segunda - do Prazo do Convênio firmado para execução do Projeto de Trabalho Social no empreendimento denominado Residencial Andaluzia, cadastro no SIAPF sob o nº 310.797-85, realizando conforme as diretrizes do Programa Minha Casa Minha Vida;

Data de assinatura do Termo aditivo: 01/11/2014.

Prazo: 12 meses a partir da data de assinatura. Foro: Comarca de Mafra

**Maravilha****PREFEITURA****DECRETO Nº 160/2014**

DECRETO Nº 160, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2014.

Aprova Loteamento denominado "SCAPINI" e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Aprova o Loteamento denominado "SCAPINI", de propriedade de FSI/LOTISA Empreendimentos Imobiliários Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.671.368/0001-20, com sede na Rua Camboriú, nº 1.060, Bairro Fazenda, no Município de Itajaí/SC.

Art. 2º O imóvel onde está implantado o Loteamento "SCAPINI" é o seguinte: Parte dos Lotes Coloniais Rurais nºs (12 e 13), da Gleba "A", da Seção Maravilha, localizado no Município e Comarca de Maravilha/SC, com área total de "dezoito mil, seiscentos e trinta e sete metros e dez centímetros quadrados" (18.637,10 m²), sem edificação, com as confrontações constantes da Matrícula nº 17.828, da Serventia Registral Imobiliária desta Comarca.

Art. 3º Com a implantação do Loteamento "SCAPINI", o imóvel objeto da Matrícula nº 17.828, da Serventia Registral Imobiliária desta Comarca, com a área de 18.637,10 m², será fracionado e transformado em quadras, lotes urbanos e vias públicas, da seguinte forma:

A área de (18.637,10 m²) que constitui o Loteamento denominado "SCAPINI", será composta de 3 (três) quadras, estas divididas em 19 (dezenove) Lotes Urbanos, assim constituídos:

	Quadras	Quantidade de Lotes	Área em m²	Total em m²
	1	3	8.373,15	
	2	9	3.390,00	
	3	7	3.114,99	
Total	3	19	14.878,14	14.878,14
	Área das vias de circulação 3.758,96			
	Total da área loteada (área de matrícula 17.828) 18.637,10			

Art. 4º As vias públicas do Loteamento "SCAPINI", terão as seguintes denominações, larguras e direcionamento:

Prolongadas: Avenida Marginal, com 20,00 metros de largura.  
Avenida Ângelo Pizzatto, com 12,00 metros de largura.

Direcionamento das Vias de Circulação:

- Norte - Sul: Avenida Marginal.
- Leste - Oeste: Avenida Ângelo Pizzatto.

Art. 5º Caberá ao Poder Público Municipal uma área de "onze mil, seiscentos e setenta e cinco metros e setenta e cinco centímetros quadrados" (11.675,75 m²), correspondente a 62,647890% da área loteada, que passarão ao domínio do Município, por ocasião do registro do Loteamento, sendo:

## Área destinada ao Poder Público:

ÁREAS	TOTAIS / m²	TOTAIS %
Área das vias de circulação	3.758,96	20,169232%
Área Verde / APP	7.131,54	38,265288%
-Parte do Lote Urbano nº 2, Quadra nº 1 (APP) - 6.370,02 m² -Parte do Lote Urbano nº 2, Quadra nº 1 - 761,52 m²		
Área Institucional	785,25	4,213370
-Lote Urbano nº 3, Quadra nº 1		
Totais	11.675,75	62,647890%
Percentual Total da Área Loteada = 62,647890%		

Art. 6º A área loteada destina-se a uma Zona Predominantemente Residencial, devendo ser, nas edificações, observada a legislação municipal que disciplina o assunto.

Art. 7º Este Decreto foi elaborado nos termos dos memoriais descritivos e plantas, devidamente assinadas por profissionais especializados e aprovadas pelos órgãos competentes.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 5 de dezembro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

## Massaranduba

## PREFEITURA

**CONTRATO DE LOCAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 45/2014**

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 45/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA E A PESSOA FÍSICA "Sr. ROBERTO LUCIO REIS MERIDA".

Por este instrumento particular, de Locação de Prestação de Serviço, que celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC), pessoa jurídica de direito público, com CNPJ nº. 11.231.203/0001-05, com sede a Rua 11 de Novembro nº. 3025, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, CPF nº. 399.964.099-53, Cédula de Identidade nº. 488.606-2, expedido pelo órgão SSP/SC, e pela Gestora dos Fundos Municipais, Sra. SUZANE E. F. REINKE, CPF nº. 468.882.339.87 e Cédula de Identidade nº. 1131963-1, brasileiros, casados, residentes e domiciliados neste Município, doravante denominados CONTRATANTES, e de outro lado, o Sr. ROBERTO LUCIO REIS MERIDA, Pessoa Física, com CPF nº. 01240689101, Identidade nº. 4333121, expedida pelo Órgão SSP/SC, CRM/SC nº. 20.943, residente e domiciliado na Rua MAX HERING, 475, Bairro Victor Konder, Apto 303, edifício Plaza Siena, telefone de contato (47) 9650-9516, e-mail: beto.merida@hotmail.com, doravante denominada CONTRATADA, as partes de comum acordo tem justo e contratado CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 01/2014 o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO**

O objetivo do presente contrato consiste na Prestação de Serviço de Atendimento Médico de Urgência, através de plantão médico, no Pronto Atendimento do Hospital Municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES****- DA CONTRATADA**

a) Responsabiliza-se por quaisquer danos pessoais que ocorrerem no decorrer da execução dos serviços, inclusive para com e perante terceiros;

b) Pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e leis sociais, encargos sociais, transporte e alimentação, manutenção em geral;

c) Obriga-se a exercer seus serviços com zelo e dedicação, atendendo bem e com presteza a clientela que lhe procurar, devendo levar ao conhecimento do responsável da Secretaria Municipal de Saúde, eventuais falhas, sugestões ou irregularidades verificadas no local do serviço;

d) O atendimento de urgência médica se dará no Pronto Atendimento de Massaranduba, nos dias de semana sempre das 19:00 às 7:00 horas ( Período Noturno ) ; sábados e domingos ( Finais de Semana ) e feriados 24 horas.

**- DA CONTRATANTE**

Pela locação dos serviços prestados, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA mediante apresentação de nota avulsa de serviço, até o décimo dia útil do mês subsequente ao da locação da prestação dos serviços, de acordo com cláusula terceira.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**  
Pela locação dos serviços prestados a CONTRATANTE, pagará a importância de R\$ 85,36 (Oitenta e cinco reais e trinta e seis centavos) por hora plantão, de acordo com o total de horas registradas nas planilhas de controle de horas/plantão.

**CLÁUSULA- QUARTA - DO REAJUSTE**

O valor da hora/plantão será reajustado na mesma data da revisão geral dos Servidores da Prefeitura Municipal de Massaranduba, de acordo com o Art. 1º. da Lei Municipal nº. 1581/2014.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO**

O presente Contrato terá validade a partir de 04/12/2014, expirando-se em 31/12/2014, podendo ser renovado mediante concordância das partes, de acordo com o previsto no artigo 57, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

**CLÁUSULA SEXTA - DA CLASSIFICAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação:

06.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.02 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

2103 - Manutenção do Hospital Municipal

31903400 - Outras Despesas de Pessoal Dec. Contratos Terceirização

10200 - Receita de Impostos e Transf. Imp. Saúde

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO**

O Presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes nos seguintes casos:

a) Pelo inadimplemento de quaisquer das partes.

b) Transferir o contrato a terceiros ou sub-empregar sem concordância escrita da CONTRATANTE.

c) Interromper o fornecimento da locação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE.

d) Por aviso escrito e assinado, com prazo mínimo de trinta dias, ou de comum acordo, reduzindo o prazo acima, sem que isso venha a trazer prejuízo ao objeto do presente contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir eventuais dúvidas da execução do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Massaranduba, 04 de dezembro de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

SUZANE E. F. REINKE

CONTRATANTE

ROBERTO LUCIO REIS MERIDA

CPF nº. 012.406.891-01

CONTRATADA

Testemunhas:

1) Elaine Cristina Gums Vick

CPF: 019.781.789-05

2) Adima O. Ranghetti

CPF: 946.674.979.04

## Meleiro

### PREFEITURA

#### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 086/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 086/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 19/12/2014, às 08:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 086/2014, objetivando a AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone (048) 3537-8400. O edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal ou solicitação via e-mail.

Meleiro/SC, 05 de dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

#### **DECRETO Nº. 092/2014**

DECRETO nº. 092/2014

CONSIDERANDO OS TERMOS DO PROCESSO Nº REP-14/00280564 E DETERMINAÇÕES DA LEI 8.666/93, RESOLVE ANULAR O PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2014 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, resolve:

#### **DECRETAR**

Art. 1º. Ficam anulados todos os atos do processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº. 046/2014, com base no artigo 49 da Lei nº 8.666/93, nos termos do Processo nº REP - 14/00280564, que tramitou no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 05 de dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

**PORTARIA N.º 471/2014**

PORTARIA n.º 471/2014

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

**RETORNAR**

Art. 1.º Da licença saúde, o servidor JEFERSON MENEGARO, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 05/12/2014.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 451/2014.

Meleiro, 05 de Dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**Modelo****PREFEITURA****AVISO DE REVOGAÇÃO**

AVISO DE REVOGAÇÃO

PROCESSO LICITATORIO Nº 1404/2014

TOMADA DE PREÇOS N.º 013/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO SC, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 49 da Lei Federal nº 8666/93 c/c com ao art. 109 e demais disposições legais, resolve REVOGAR o Processo Licitatório Nº 1404/2014, modalidade Tomada de Preços Nº 013/2014, cujo objeto é a EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA PEQUENOLAR, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, CONFORME ART. Nº 5268967-9, editado em 25/11/2014, com previsão para entrega dos envelopes de habilitação e proposta em 17/12/2014, tornando sem efeito todos os atos a ele direta ou indiretamente relacionados, por ser de interesse público, conveniente e oportuno para a Administração Municipal.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,  
aos 05 de Dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 301/2014**

DECRETO Nº 0301/2014 DE 01.12.2014

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE CONTRATO ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.468/2001 e alterações subsequentes e demais normas relativas ao Programa de Saúde da Família - PSF/ACT - Admissão em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público e igualmente as Leis Municipais 971/90; 1.513/2002; 1.960/2010 e 2.132/2014, em especial Processo Seletivo nº 001/2014, Considerando o Decreto nº 091/2014 de 12.03.2014,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica prorrogado o contrato do Servidor GILSON HISTER, portador do CPF nº 075.125.099-60, RG nº 4.843.034-0, no cargo de MOTORISTA, Admitido em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público conforme Decreto nº 091/2014, lotado no Departamento Municipal de Saúde.

Art. 2º - A vigência desta prorrogação é de 20.12.2014 a 28.02.2015, podendo ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20.12.2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
ao 01 de dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
CHEFE DE SETOR

**DECRETO Nº 307/2014**

DECRETO Nº 307/2014 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014  
DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº1404/2014 TOMADA DE PREÇOS Nº013/2014 CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Federal 8.666/93, com alterações subsequentes,

CONSIDERANDO o poder de autotutela da Administração Pública, que pode revogar os atos, tudo em consonância com o disposto na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO que de acordo com o art. 49 da Lei nº. 8.666/93 c/c com o Art. 109, a autoridade competente para aprovação do procedimento poderá revogar a licitação por razões de interesse público,

CONSIDERANDO as disposições do item 13.2 do Edital do Processo Licitatório nº 1404/2014 Modalidade Tomada de Preços nº 013/2014, prevendo que, no interesse da Administração, a presente licitação poderá ser revogada ou anulada pelo Prefeito Municipal, sem que por este motivo tenham os licitantes direito a qualquer reclamação ou indenização.

**DECRETA:**

Art. 1º- Fica REVOGADO o Processo licitatório nº 1404/2014, Tomada de Preços Nº 013/2014, com fundamento no caput, do artigo 49, da Lei nº. 8.666/93 e do Decreto Municipal nº307/2014 e demais disposições legais, no atendimento do interesse público, por ser conveniente e oportuno para a administração municipal.  
Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo  
aos 04 de Dezembro de 2014.  
RICARDO LUIZ MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

ADILSON CESAR BRAUN  
DEPTO. COMPRAS E LICITAÇÕES

**PORTARIA Nº 168/2014**

PORTARIA Nº 0168/2014 de 27.11.2014.  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PRÊMIO ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JANICE MARTINI MULLER, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 1.513/2002, Seção III, Art. 93 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

**RESOLVE:**

Art.1º - Fica concedido o Prêmio Assiduidade à Servidora JANICE MARTINI MULLER, ocupante do cargo efetivo de Contadora, conforme Portaria de nomeação nº 005/1977 de 02.02.1977, correspondendo a um mês de vencimento a ser convertido em dinheiro, com pagamento na folha do mês de dezembro de 2014, conforme requerido e a que faz jus, relativo ao período aquisitivo de 02/2007 a 02/2012 e de conformidade com o disposto no artigo 93 da Lei Municipal 1.513/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 27 de novembro de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini  
Chefe de Setor

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 09/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

OBJETO: Contratação de fornecimento de COMBUSTÍVEIS - DIESEL, GASOLINA, ETANOL E ARLA, conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 12:00 horas do dia 09/dezembro/2014 até as 18:00 horas do dia 22/dezembro/2014.

ABERTURA: às 13:00 horas do dia 23/dezembro/2014.

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 12:00 horas às 18:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br) e-mail: [diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo - SC, 28 de novembro de 2014

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 20/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2015

OBJETO: Contratação de serviços de FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

RECEBIMENTO DAS "PROPOSTA DE PREÇOS": das 08:00 horas do dia 09/dezembro/2014 até às 08:00 horas do dia 22/dezembro/2014.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:01 horas do dia 22/dezembro/2014

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 22/dezembro/2014.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 12:00 horas às 18:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br) e-mail: [diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo - SC, 05 dezembro de 2014

DEL CIR BARZOTTO

Diretor de Departamento Compras

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 21/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2015

OBJETO: Contratação de: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETROELETRÔNICOS conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

RECEBIMENTO DAS "PROPOSTA DE PREÇOS": das 08:00 horas do dia 09/dezembro/2014 até às 16:00 horas do dia 22/dezembro/2014.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 16:01 horas do dia 22/dezembro/2014

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 17:00 horas do dia 22/dezembro/2014

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

INFORMAÇÕES: [diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br) ou 049/3546.0194

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 12:00 horas às 18:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br) e-mail: [diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo - SC, 05 de dezembro de 2014

DEL CIR BARZOTTO

Diretor de Departamento Compras

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2015

OBJETO: Contratação de: SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO EM EVENTOS conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

RECEBIMENTO DAS "PROPOSTA DE PREÇOS": das 08:00 horas do dia 10/dezembro/2014 até às 08:00 horas do dia 23/dezembro/2014

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 08:01 horas do dia 23/dezembro/2014

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 23/dezembro/2014.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 12:00 horas às 18:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br) e-mail: [diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo - SC, 05 de Dezembro 2014

DEL CIR BARZOTTO

Diretor de Departamento Compras

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA REGISTRO DE PREÇOS FMAS 013/2014 / 014/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 013/2014 FMAS.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 013/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 013/2014 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

FORNECEDOR: L. MOHR LTDA.

VALOR: R\$ 15.777,00 (quinze mil setecentos e setenta e sete reais)

FORNECEDOR: JOSÉ PAULO BITENCOURT ME

VALOR: R\$ 3.930,00 (três mil novecentos e trinta reais)

FORNECEDOR: COMERCIAL ROPAGI LTDA ME

VALOR: R\$ 10.159,35 (dez mil cento e cinquenta e nove reais e trinta e cinco centavos)

FORNECEDOR: FOOT COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ARTIGOS ESPORTIVOS

VALOR R\$ 1.820,00 (um mil oitocentos e vinte reais)

FORNECEDOR: G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP

VALOR R\$ 8.360,00 (oito mil trezentos e sessenta reais)

Vigência: 24/11/2015.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2014 FMAS.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 014/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 014/2014 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Fornecedor: JEAN CARLOS PEREIRA NUNES - ME

Valor: R\$ R\$ 11.000,00 (onze mil reais)

Vigência: 10/11/2015.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

### ATA REGISTRO DE PREÇOS FMV 020/2014 / 021/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 020/2014 FMV.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 020/2014 FMV, relativa ao Pregão Presencial nº 020/2014 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Fornecedor: WILSON ANTONIO PEREIRA CALCADOS - EPP

Valor: : R\$ 55.945,00 (cinquenta e cinco mil novecentos e quarenta e cinco reais).

Fornecedor: UNIFORMES GERAIS LTDA - EPP

Valor: : R\$ 44.222,00 (quarenta e quatro mil duzentos e vinte e dois reais)

Vigência: 03/11/2015.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 021/2014 FMV.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 020/2014 FMV, relativa ao Pregão Presencial nº 020/2014 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Fornecedor: DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP

Valor: : R\$ 14.018,90 (quatorze mil e dezoito reais e noventa centavos)

Fornecedor: LINEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP

Valor: : R\$ 13.556,30 (treze mil quinhentos e cinquenta e seis

reais e trinta centavos)

Fornecedor: ELMO PAPELARIA LTDA - ME

Valor: : R\$ 16.303,45 (dezesesseis mil trezentos e três

Vigência: 24/11/2015.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 08/2014 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2014 FME

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, ASSOCIAÇÃO OU ENTIDADE ESPECIALIZADA EM ARBITROS, ARBITROS ASSISTENTES E MESÁRIOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA EVENTOS ESPORTIVOS ORGANIZADOS OU APOIADOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE NAVEGANTES/SC, QUE ACONTECERÃO NO DECORRER DO ANO DE 2015, EXCETO OS EVENTOS CONTEMPLADOS NO PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2014 E 06/2014 FME. Data da entrega dos envelopes: 18/12/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 18/12/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 05 de dezembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 21/2014 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2014 FMAS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS DEVIDAMENTE MONTADOS E INSTALADOS DESTINADOS A INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO MUNICIPAL ANILDO DE SOUZA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 18/12/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 18/12/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 05 de dezembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito.

### DECISÃO RECURSO E CONTRARRAZÕES CONCORRÊNCIA 194/2014 PMN

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO E CONTRARRAZÃO REFERENTE A

Concorrência Nº 194/2014 PMN

Aos 08 dias de dezembro de 2014, às 08:00 horas, reuniu-se o Presidente e a Comissão de Permanente de Licitação, designados pela Portaria número 176 de 31/01/2014, com intuito de analisar e julgar o recurso ao Edital de concorrência 194/2014, cujo OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DE CONCRETO

SEXTAVADAS, DRENAGEM PLUVIAL, CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE 27 (VINTE E SETE) RUAS LOCALIZADAS NO BAIRRO SÃO PAULO NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. CONFORME CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0400742-37/14 NO ÂMBITO DO PROGRAMA PRÓ-TRANSPORTE DO MINISTERIO DAS CIDADES.

#### PRELIMINARMENTE

O Presidente e a comissão de licitação receberam os recurso e contrarrazão devidamente protocolados.

---RECURSO Protocolado em 28/11/2014 pela empresa BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA - CNPJ: 00145589/0001-16.

Do Recurso contra sua inabilitação:

Em síntese, manifesta-se a empresa arguindo sua habilitação, pois havia sido inabilitada por descumprir o item 5.4.3 sendo que seus atestados continham serviços de paver intertravado e não lajota:

1 - Menciona que o edital exigia atestado de capacidade técnica no quantitativo : execução com fornecimento lajotas pré-moldadas 26.300,00m<sup>2</sup> + execução com fornecimento blocos de concreto intertravado tipo "pedra holandesa" ou "paver" 14.250,00m<sup>2</sup>, e que a recorrente apresentou atestado de execução com fornecimento de blocos intertravado tipo paver em quantidade correspondente a 70.812,08 m<sup>2</sup> deixando de apresentar atestado demonstrando execução de lajotas, haja vista que o paver consiste em material de maior complexidade. Ainda menciona que o "paver" em nada difere para sua colocação da lajota, sendo utilizada a mesma técnica para instalação de ambos os pisos, cita legislação, julgado e que o interesse público conclama pela participação do maior número possível de concorrentes.

2 - Cita que a documentação da concorrente BELGA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA referente seus atestados de capacidade técnica era pertinente apenas a execução dos serviços e não de fornecimento de materiais.

3 - requer conhecimento e provimento do recurso habilitando a recorrente ou inabilitação da licitante BELGA, encaminhamento a instância superior.

---DA CONTRARRAZÃO AO RECURSO Protocolado em 03/12/2014 pela empresa BELGA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA - CNPJ 81537672/0001-32

Da Contrarrazão ao Recurso:

Em síntese a empresa BELGA menciona que foi correta a inabilitação da recorrente.

1 - cita que em nenhum item do edital é admitido a apresentação de atestados cumulativos, ou seja, atestados que atendam apenas um item com o volume total exigido para os dois itens, menciona que os serviços são distintos, o que se comprova com diferença de preços entre execução com fornecimento de lajotas sextavada e execução com fornecimento de paver, se fossem idênticos não teriam preços diferentes, cita legislação, julgados, e doutrinas ;

2 - Cita que a documentação dela, BELGA, atende as exigências do edital citando dentre os vários atestados apresentados o fornecido pela Prefeitura de Navegantes registrado no CREA por meio da CAT 011.602 onde consta o item:

"(A597) fabricação e execução de pavimentação em material não relacionado (bloco intertravado de concreto tipo paver): 8564,79 m<sup>2</sup>"

Menciona que além de execução de obras a mesma possui parque fabril próprio, com capacidade de fabricação de artefatos de cimento entre eles lajotas sextavadas e blocos intertravados "paver".

3 - pede aceitação da impugnação ao recurso interposto pela Baltt, que a Comissão mantenha inalterada sua decisão quanto a inabilitação da Baltt, que seja declarada habilitada a empresa Belga, que suba a autoridade superior.

DA CONTRARRAZÃO AO RECURSO Protocolado em 05/12/2014 pela empresa CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA- CNPJ 01650178/0001-40

1 - CITA QUE A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, cita que caso seja tolerada a recorrente na próxima fase que deveria ser reaberta a fase de habilitação , e caso seja reformada a decisão que o mesmo direito teria a CR Artefatos, visto que preencheu parcialmente o referido requisito.

- requer que seu recurso seja recebido, no sentido de habilitar ela a concorrer ao objeto da licitação - caso seja inabilitada que seja mantido a inabilitação da licitante BALTT.

#### - DECISÃO:

Diante do exposto, o Presidente e a Comissão decidem pelo: Conhecimento Parcial do Recurso sendo que:

1 - Em relação a licitante Baltt, conforme comunicado técnico encaminhado pelo sr Vinicius de Castro Oliveira da Secretaria de Governo, existe compatibilidade entre LAJOTA e "PAVER" e consequentemente quem fornece e presta serviço com "PAVER" também presta os serviços de LAJOTA, após este parecer técnico a Comissão e o Presidente consideraram os atestados apresentados pela BALTT em atendimento ao edital, e subsequentemente decide HABILITAR a licitante BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA - CNPJ: 00145589/0001-16.

Lei 8666/93, Art 30: § 3o Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Desta forma a Comissão e o Presidente entende que a Recorrente demonstrou sua capacidade técnica para execução do objeto licitado, sendo que a mesma passará para a próxima etapa " abertura dos envelopes de propostas" conforme data já publicada anteriormente.

2 - Quanto a licitante BELGA não há o que se falar em inabilitação, pois a mesma atendeu o solicitado no edital, devidamente comprovado através dos atestados apresentados, que inclusive foi fotocopiado e entregue à recorrente. Decide-se pela Manutenção da Belga no processo licitatório sendo que a mesma passará para a próxima etapa.

3 - a licitante CR Artefatos apresentou Recurso em 05/12/14 no qual pedia que a Baltt fosse inabilitada e que ela CR Artefatos fosse habilitada caso a Comissão muda-se seu entendimento, acontece que seu prazo recursal expirou 05 (cinco) dias anteriores a sua apresentação oficializada, ou seja, apresentou recurso quando deveria apresentar contrarrazões, mesmo que seu prazo fosse respeitado a CR Artefatos não foi inabilitada apenas por não apresentar atestado incompatível em quantidade, mas também não apresentar CAT de sub-base, desta forma mantem-se a CR Artefatos INABILITADA.

Publique-se

É a decisão. Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

DOUGLAS LEMOS  
Presidente

Comissão:

MARIA BENEDITA CORRÊA

CARLA CLAUDINO

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

ADRIANA CORREA

Ratificando:

BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

**EXTRATOS: INEXIGIBILIDADE Nº 222/2014 / 224/2014 / 226/2014 / 227/2014 / 228/2014 / 229/2014 / 232/2014 / 233/2014 / DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 230/2014.**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PMN Nº 222/2014.

Processo: Inexigibilidade nº222/2014.

Data: 05 de dezembro de 2014.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Empresa/Contratado: DANY & RAFA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA.

CNPJ: 14.969.859/0001-18.

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM A DUPLA MUSICAL "DANY E RAFA" A SER REALIZADO NO DIA 01 DE JANEIRO DE 2015, EM PRAÇA PÚBLICA NAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO PROJETO VERÃO 2015, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Valor: R\$ 24.000,00.

Fundamento: Art.25, III, lei nº 8.666/93.

Navegantes, 05 de dezembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza.

Prefeito do Município.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PMN Nº 224/2014.

Processo: Inexigibilidade nº 224/2014.

Data: 05 de dezembro de 2014.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Empresa/Contratado: RAFAEL MACHADO.

CPF: 065.637.109-99.

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL COM O CANTOR RAFAEL MACHADO, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 01 DE JANEIRO DE 2015, EM PRAÇA PÚBLICA, NAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO PROJETO VERÃO 2015 NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES S/C.

Valor: R\$ 7.000,00.

Fundamento: Art.25, III, lei nº 8.666/93.

Navegantes, 05 de dezembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza.

Prefeito do Município.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PMN Nº 226/2014.

Processo: Inexigibilidade nº226/2014

Data: 05 de dezembro de 2014.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Empresa/Contratado: M.L PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.

CNPJ: 10.540.303/0001-50.

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DA BANDA MUSICAL TORRE DE BABEL, PARA A REALIZAÇÃO DE SHOW NO DIA 01 DE JANEIRO DE 2015, EM PRAÇA PÚBLICA, NAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO PROJETO VERÃO 2015 NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES S/C.

Valor: R\$ 7.000,00.

Fundamento: Art.25, III, lei nº 8.666/93.

Navegantes, 05 de dezembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza.

Prefeito do Município.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PMN Nº 227/2014

Processo: Inexigibilidade nº 227/2014.

Data: 05 de dezembro de 2014.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Empresa/Contratado: WM SHOWS LTDA.

CNPJ: 08.829.480/0001-00.

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO PARA APRESENTAÇÃO DO ARTISTA MUSICAL "KLEBER OLIVEIRA", A SER REALIZADO NO DIA 30 DE JANEIRO DE 2015, EM PRAÇA PÚBLICA, NAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO "PROJETO VERÃO", ATRAVÉS DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Valor: R\$ 41.151,00.

Fundamento: Art.25, III, lei nº 8.666/93.

Navegantes, 05 de dezembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza.

Prefeito do Município.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PMN Nº 228/2014.

Processo: Inexigibilidade nº228/2014

Data: 05 de dezembro de 2014.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Empresa/Contratado: PAM PRODUÇÕES LTDA.

CNPJ: 03.787.353/0001-71.

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DO GRUPO MUSICAL "GAROTOS DE OURO", PARA REALIZAÇÃO DE SHOW NO DIA 31 DE JANEIRO DE 2015, EM PRAÇA PÚBLICA, NAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO PROJETO VERÃO 2015, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES S/C.

Valor: R\$ 20.000,00.

Fundamento: Art.25, III, lei nº 8.666/93.

Navegantes, 05 de dezembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza.

Prefeito do Município.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PMN Nº 229/2014.

Processo: Inexigibilidade nº 229/2014.

Data: 05 de dezembro de 2014.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Empresa/Contratado: BANDA DAZARANHA LTDA.

CNPJ: 03.220.197/0001-62..

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DA BANDA MUSICAL "DAZARANHA" PARA REALIZAÇÃO DE SHOW NO DIA 02 DE JANEIRO DE 2015, EM PRAÇA PÚBLICA, NAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO "PROJETO VERÃO 2015", ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Valor: R\$ 17.000,00.

Fundamento: Art.25, III, lei nº 8.666/93.

Navegantes, 05 de dezembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza.

Prefeito do Município.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PMN Nº 232/2014.

Data: 05 de dezembro de 2014.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Empresa/Contratado: FABIO CREMER 00387289909.

CNPJ:17.013.190/0001-84.

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE ARTISTICO MUSICAL RODRIGO VALENTIM, PARA REALIZAÇÃO DE SHOW NO DIA 03 (TRÊS) DE JANEIRO DE 2015, EM PRAÇA PÚBLICA, NAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO PROJETO VERÃO 2015, NO MUNICIPIO DE NAVEGANTES S/C.

Valor: R\$ 10.000,00.

Fundamento: Art.25, III, lei nº 8.666/93.

Navegantes, 05 de dezembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza.

Prefeito do Município.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PMN Nº 233/2014.

Processo: Inexigibilidade nº233/2014.

Data: 05 de dezembro de 2014.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Empresa/Contratado: GMK LTDA.

CNPJ: 01.388.173/0001-91.

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A

CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO MUSICAL COM O GRUPO "KARAMETADE", A SER REALIZADO NO DIA 01 DE FEVEREIRO DO ANO DE 2015, EM PRAÇA PÚBLICA, NAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO PROJETO VERÃO 2015, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES S/C.

Valor: R\$ 30.000,00.

Fundamento: Art.25, III, lei nº 8.666/93.

Navegantes, 05 de dezembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza.

Prefeito do Município.

DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN Nº 230/2014.

Data: 05 de dezembro de 2014.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Empresa/Contratado: Grupo Musical Destak do Samba.

Representante Legal: Muller Benigno de Oliveira.

CPF: 106738927-00.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL COM O GRUPO "DESTAK DO SAMBA", A SER REALIZADO NO DIA 04 DE JANEIRO DE 2015, EM PRAÇA PÚBLICA, NAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO "PROJETO VERÃO 2015" NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC

Valor: R\$ 3.000,00.

Fundamento: Art.24, II, lei nº 8.666/93.

Navegantes, 05 de dezembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza.

Prefeito do Município.

## PORTARIA 3180 PROCESSO ADMINISTRATIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 3180 DE 5 DE DEZEMBRO DE 2014  
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana Rúbia da Costa Succo - Analista Consultora Administrativa - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar possível abandono de cargo pela servidora Olin da Hertzer Bristotti.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 5 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## PORTARIA 3181 REVOGA PORTARIA 67

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 3181 DE 5 DE DEZEMBRO DE 2014  
REVOGA PORTARIA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III,

RESOLVE:

I REVOGAR, na íntegra, a Portaria n º 67 de 17 de janeiro de 2014, que institui Comissão de Processo Administrativo por possível abandono de cargo pela servidora Sandra Maria Pires, vez que a referida servidora encontra-se em licença para tratamento de saúde, não caracterizando o abandono de cargo.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 5 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

# Nova Trento

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 246/2014

DECRETO nº 246 de 01 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre o encerramento das atividades da Escola de Ensino Fundamental Pitanga, no Município de Nova Trento E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gian Francesco voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e em conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 94, VIII e XI, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, notadamente o Princípio da Eficiência, previsto no art. 37 da Constituição Federal, o qual, em síntese, importa no atingimento dos objetivos com menor dispêndio de tempo e de recursos financeiros, bem como com maior nível de satisfação e de utilidade possíveis;

CONSIDERANDO as recomendações do Conselho Municipal de Educação, contidas no Ofício nº 02/2013, bem como as recomendações do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, constantes do Ofício nº 02/2013, as quais são uníssonas no sentido de que a alternativa mais adequada seria o encerramento das atividades do educandário;

CONSIDERANDO a queda acentuada do número de matrículas verificado nos últimos anos, passando de 40 (quarenta) em 2009 para 09 (nove) em 2014, sendo este o número previsto para o ano de 2015, infinitamente abaixo do número de aproximadamente 100 (cem) crianças que poderiam ser recebidas pela instituição de ensino se consideradas as instalações existentes, bem como inferior ao número mínimo de alunos por turma estabelecidos pelo art. 3º, da Portaria SMEE nº 01/2009, de 03 de novembro de 2009;

CONSIDERANDO que os números apresentados pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes demonstram que não há previsão de aumento do número de crianças na comunidade ou adjacências;

CONSIDERANDO a viabilidade de absorção do número de alunos atualmente matriculados na Escola de Ensino Fundamental Pitanga pelos educandários do Distrito de Aguti e do bairro Salto, para onde são oferecidas todas as condições de transporte e instalações adequadas, as quais contribuirão sobremaneira para um melhor aproveitamento pedagógico e aprendizagem dos discentes;

CONSIDERANDO que, segundo informações da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, as necessidades financeiras da instituição de ensino, com o atual número de alunos, resultam em um custo anual por aluno de R\$ 12.477,23, dos quais o repasse obrigatório do Governo Federal alcança apenas R\$ 3.120,48, obrigando o Município de Nova Trento a arcar com a contrapartida de R\$ 9.467,76 por aluno/ano;

CONSIDERANDO que as instalações físicas onde atualmente funciona o educandário deverão abrigar a Unidade de Saúde da localidade de Lajeado, gerando economia aos cofres públicos que deixará de arcar com despesas locatícias deste último, bem como darão uma destinação adequada à estrutura existente;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam encerradas as atividades da Escola de Ensino Fundamental Pitanga a partir do ano letivo 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, em 01 de dezembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário M. Administração e Finanças

### RESUMO ADITIVO - CONTRATO Nº 128/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 128/2013

Origem: Processo Licitatório nº 107/2013 - Tomada de Preço nº 009/2013; Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 95.886.735/0001-70, localizada na Rua Joaquim Zucco nº 200 Bairro Nova Brasília, na cidade de Brusque. Objeto do Contrato: Alterar valor da tonelada para R\$ 136,40 (cento e trinta e seis reais e quarenta centavos). Pela aplicação do IGP-M conforme previsto em contrato original em sua Cláusula Sexta. Índice acumulado de 2,9460%.

Nova Trento, 04 de novembro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

### RESUMO ADITIVO - CONTRATO Nº 132/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 132/2013

Origem: Processo Licitatório nº 114/2013 - Tomada de Preço nº 011/2013; Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 95.886.735/0001-70, com sede na Avenida Cônsul Carlos Renaux, nº 12, Bairro Centro, cidade de Brusque/SC. Objeto do Contrato: Alterar prazo e valor do contrato original, prorrogando execução até 12/11/2015 e aplicação do IGP-M conforme previsto em sua Cláusula Sexta. Índice acumulado de 2,9460%.

Nova Trento, 04 de novembro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

**Novo Horizonte****PREFEITURA****EXTRATO DO PL Nº 073/2014-PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014 SRP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

Processo Licitatório Nº 073/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual: Contratação de pessoa jurídica para Prestação de Horas de Serviço com Trator de Pneu, acoplado ao Carretão Agrícola e Ensiladeira com operador especializado para atender ao Programa de Silagem do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente, aos agricultores do município de Novo Horizonte/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, no dia 18/12/2014, na sala de Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro - Novo Horizonte - SC, a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br).

Fundamentação legal: Lei 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 08 de Dezembro de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

**Ouro****PREFEITURA****AVISO LICITAÇÃO Nº 0036/2014**

Processo Licitatório n 0068/2014

Pregão Presencial n.0035/2014

CONTRATO Nº 113/2014

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: IVAN MACHADO - ME

Objeto: prestação de serviços na reforma de calçamento.

Vigência: de 27/11/2014 até 31/12/2014.

Valor total: R\$ 11.020,80 (onze mil vinte reais e oitenta centavos).

Data de assinatura: 27.11.2014.

MUNICÍPIO DE OURO - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0036/2014

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 18.12.2014, às 09hs, o Processo Licitatório n.0069/2014, na Modalidade de Pregão Presencial nº 0036/2014, tipo menor preço por item, sob regime de entrega parcelada.

Objeto: aquisição de materiais de expediente, para uso interno das Unidades Básicas de Saúde. Obtenção do edital: [www.ouro.sc.gov.br](http://www.ouro.sc.gov.br) . Informações: (49) 3555-1300.

Município de Ouro, SC, 03/12/14.

Vitor João Faccin,

Prefeito Municipal.

# Palhoça

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 2909/2014.

PORTARIA Nº. 2909/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 2678 de 10 de julho de 2006, que Suspendeu o servidor JOÃO FLARES BARBOSA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, retroagindo seus efeitos a contar de 17/10/2008.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

### ATO Nº. 617/2014.

ATO Nº. 617/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### RESOLVE:

NOMEAR MÁRCIA CRISTINA CARDOSO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 02/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA INÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

### ATO Nº. 628/2014.

ATO Nº. 628/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### RESOLVE:

NOMEAR LUCIONEI BELARMINO DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 11/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

### ATO Nº. 630/2014.

ATO Nº. 630/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### RESOLVE:

NOMEAR JEAN EVALDO DE SOUZA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos - SESP da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.699, de 01 de setembro de 2014, com efeitos a contar de 11/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**ATO Nº. 645/2014.**

ATO Nº. 645/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

RETIFICAR o Ato 583 de 05 de agosto de 2014, que Nomeou o servidor ELTON JOSE RODRIGUES, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao cargo que deveria ser Assessor Especial II, Nível DAS III, e não como consta no referido ato.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

**ATO Nº. 647/2014.**

ATO Nº. 647/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

EXONERAR VICTOR HUGO LOPES PFLEGER, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, com efeitos a contar de 07/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

SINEIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

**ATO Nº. 649/2014.**

ATO Nº. 649/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

DESIGNAR RENI ANTONIO SCHWEITZER, para responder pelo cargo de Provimento em Comissão de Secretário Regional do Sul, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, a contar de 06/09/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SINEIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2712/2014.**

PORTARIA Nº. 2712/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 1218 de 19 de março de 2014, que Concedeu Estabilidade ao servidor ORLANDO MAZZOTTA NETO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente à lotação que deveria ser Procuradoria Geral do Município, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 11 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2906/2014.**

PORTARIA Nº. 2906/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO JOICE PORTO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Português, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Laurita Wagner da Silveira da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/10/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2913/2014.**

PORTARIA Nº. 2913/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO JULIANA SANDIN, para ocupar o cargo da categoria funcional de Médico Dermatologista, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Policlínica Central da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2011, homologado em 10/05/2011, conforme a Lei nº. 080, de 14 de dezembro de 2009, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3135/2014.**

PORTARIA Nº. 3135/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR CESSÃO da servidora CLAIR DE FÁTIMA TOEBE CAETANO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/01/2015 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3211/2014.**

PORTARIA Nº. 3211/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA APARECIDA LEMOS, matrícula nº. 400043-1, titular do cargo de Agente de Saúde Pública, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/09/1991 a 01/09/1996, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 06/10/2014 à 06/11/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3230/2014.**

PORTARIA Nº. 3230/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SIMONE IVONE SUMAR, matrícula nº. 100010-2, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 30/12/2006 a 30/12/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/11/2014 à 03/12/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PREGÃO PRESENCIAL 227/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 227/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 18 de dezembro de 2014, às 08:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de livros, no Sistema Registro de Preços, mediante entrega parcelada, Faculdade Municipal de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 05 de dezembro de 2014.

PREGOEIRA.

**AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 942**

NOTIFICAÇÃO			
Processo Administrativo Nº:	8373/2013	Data:	28/10/2014
Advertência Nº:	942		

Qualificação do Autuado					
Nome:	Osmarina R. N. Sedrez	CPF:	826.994.539-00	RG:	1.503.074-1
Endereço:	Rua 1200, 36 - Ponta do Papagaio - Palhoça/SC.			CEP:	88139-993

Localização e Data dos Autos					
Local da Ocorrência:	Avenida do Papagaio, s/n - Ponta do Papagaio/SC.				
Data da Lavratura:	28/10/2014	Hora da Lavratura:	16:45	CEP:	88130-000

Descrição Sumária da Infração	
Edificação em Área de Preservação Permanente.	
O requerente fica notificado da Advertência e deverá comparecer nesta Fundação para regularizar o imóvel, no prazo de 03 (três) dias.	

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA****PREGÃO PRESENCIAL 47/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2014.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 47/2014, objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transportes de pacientes, sendo estes usuários do Sistema Único de Saúde (Secretaria Municipal de Saúde), a ser realizado com veículos tipo van, com o mínimo 15 (quinze) lugares + motorista, no dia 08 de dezembro de 2014, às 13:30h, recebimento dos envelopes e abertura das propostas e efetuação de lances e abertura dos envelopes de habilitação, na Sala de Reuniões da Diretoria de Licitações da Sec. de Saúde, no Centro Administrativo Municipal, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Res. Pagani - Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: [www.saudepalhoca.sc.gov.br](http://www.saudepalhoca.sc.gov.br). Maiores informações fones: (48) 3279-1879 e 3279-1822, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 09 de dezembro de 2014.  
Rosiméri Hilda Coelho  
Pregoeira Oficial Sec. de Saúde.

**PREGÃO PRESENCIAL 48/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2014.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 48/2014, objeto: contratação de empresa para fornecimento de oxigênio medicinal, as Unidades Básicas de Saúde, CENTRI e SAMU, no dia 08 de dezembro de 2014, às 15:00h,, recebimento dos envelopes e abertura das propostas e efetuação de lances e abertura dos envelopes de habilitação, na Sala de Reuniões da Diretoria de Licitações da Sec. de Saúde, no Centro Administrativo Municipal, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Res. Pagani - Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: [www.saudepalhoca.sc.gov.br](http://www.saudepalhoca.sc.gov.br). Maiores informações fones: (48) 3279-1879 e 3279-1822, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 09 de dezembro de 2014.  
Rosiméri Hilda Coelho  
Pregoeira Oficial Sec. de Saúde.

**Papanduva****PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2014 LEILÃO PÚBLICO Nº 130/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2014  
LEILÃO PÚBLICO Nº 130/2014

O município de PAPANDUVA, SC, com sede na Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro, CEP 89.370/000, cidade de Papanduva, inscrito no CNPJ SOB nº 83.102.533/0001-01, Telefone (47) 3653 2166, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 09:00 horas do dia 23 de DEZEMBRO de 2014, tendo como local o AUDITÓRIO da CÂMARA DE VEREADORES, localizada na localizada na Rua Sérgio Glevinski, nº 78, Centro, Papanduva, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial Sr. Júlio Ramos Luz, matrícula AARC 162 JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis: LOTE 01: 01 GM/S10 2.8 s 4x4, ano/modelo 2000, Placas JPC 0380, cor branca, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 600,00. LOTE 02: 01 FIAT/PALIO FIRE, ano 2005, modelo 2006, Placas MCV 9763, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 1.500,00. LOTE 03: 01 FIAT/PALIO FIRE, ano 2005, modelo 2006, Placas MCV 0173, cor preta, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 2.100,00. LOTE 04: 01 FIAT/DOBLO ELX 1.8 FLEX, ano 2007, modelo 2008, Placas MEW 9588, cor branca, Álcool/Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 12.500,00. LOTE 05: 01 FIAT/DOBLO CARGO AMBULÂNCIA, ano/modelo 2003, Placas MHA 3140, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 7.500,00. LOTE 05: 01 FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX, ano/modelo 2006, Placas MGH 2592, cor branca, Álcool/Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 800,00. LOTE 06: 01 FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX, ano/modelo 2006, Placas MGH 2132, cor branca, Álcool/Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 2.500,00. LOTE 07: 01 VW/POLO 1.6, ano 2007, modelo 2008, Placas MET 6728, cor preta, Álcool/Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 10.500,00. LOTE 08: 01 IMP/VW/GOL SPECIAL, ano 1998, modelo 1999, Placas MEG 0606, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 300,00. LOTE 09: 01 CAMIONETA VW/KOMBI, ano 1998, modelo 1999, Placas MEG 0505, cor branca, Gasolina, 09 Lugares. LANCE INICIAL R\$ 1.000,00. LOTE 10: 01 ÔNIBUS MERCEDES BENZ, ano/modelo 1978, Placas LZT 5275, cor azul, Diesel, 45 Lugares. LANCE INICIAL R\$ 1.000,00. LOTE 11: 01 ÔNIBUS VOLVO B58, ano/modelo 1986, Placas ABO 9280, cor amarela, Diesel, 46 Lugares. LANCE INICIAL R\$ 10.000,00. LOTE 12: 01 MICROÔNIBUS VOLARE A6 ON, ano 2004, modelo 2005, Placas MCY 3146, cor branca, Diesel, 23 Lugares. LANCE INICIAL R\$ 12.500,00. LOTE 13: SUCATAS DE CADEIRAS E CARTEIRAS ESCOLARES. LANCE INICIAL R\$ 100,00. LOTE 14: LOTE DE ESQUADRIAS E JANELAS DE FERRO. LANCE INICIAL R\$ 200,00. LOTE 15: LOTE DE PNEUS. LANCE INICIAL R\$ 50,00. LOTE 16: LOTE DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO. LANCE INICIAL R\$ 50,00. LOTE 17: LOTE DE FOGÕES A GÁS E FREEZER. LANCE INICIAL R\$ 80,00. LOTE 18: SUCATAS DE INFORMÁTICA. LANCE INICIAL R\$ 100,00. LOTE 19: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO. LANCE INICIAL R\$ 100,00. LOTE 20: 01 ARADO COM DISCO. LANCE INICIAL R\$ 50,00. LOTE 21: 01 BRITADOR. R\$ 2.000,00. LOTE 22: 01 RETROESCAVADEIRA MF 86. LANCE INICIAL R\$ 3.000,00. LOTE 23: 01 PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN, desmontada. LANCE INICIAL R\$ 3.000,00. LOTE 24: 01 MOTONIVELADORA CARTEPILLAR 120B, desmontada. LANCE INICIAL R\$ 1.000,00. LOTE 25: 01 CAÇAMBA BASCULANTE, cor azul. LANCE INICIAL R\$ 1.500,00. LOTE 26: SUCATAS DE FERRO VELHO. LANCE INICIAL R\$ 100,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites [WWW.JULIORAMOS.COM.BR](http://WWW.JULIORAMOS.COM.BR) ou [WWW.PAPANDUVA.SC.GOV.BR](http://WWW.PAPANDUVA.SC.GOV.BR), ou ainda pelos telefones Fone (47) 3653 2166, na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o

Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

PAPANDUVA (SC), 05 de dezembro de 2014  
DARIO SCHICOVSKI  
PREFEITO MUNICIPAL DE PAPANDUVA

### **RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

#### **RETIFICAÇÃO**

Pelo presente retifica-se a publicação do extrato referente ao segundo termo aditivo ao contrato nº 006/2014 de 15/01/2014, publicado no DOM do dia 25/11/2014, edição 1622, pag 719; Onde Lê-se: O referido acréscimo corresponde ao montante de R\$ 825,075 a mais do item original. O valor do presente Termo Aditivo é de R\$ 10.375,07 que representa 3,2968% do total contrato original. Leia-se: O referido acréscimo corresponde ao montante de R\$ 3.135,28 a mais do item original. O valor do presente Termo Aditivo é de R\$ 12.685,28 que representa 4,5878% do total contrato original.

Papanduva, 05 de dezembro de 2014  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

## **Passo de Torres**

### **PREFEITURA**

#### **EXTRATO EDITAL TP 96/2014 PMPT**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 96/2014

1.1. A Prefeitura Municipal de Passo de Torres, com sede na Avenida Beira Rio nº. 20 - Centro - Passo de Torres - SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 95.782.793/0001-54, inscrição estadual isenta, comunica aos interessados que fará realizar TOMADA DE PREÇOS, do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL" através da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, objetivando Contratação de empresa para execução de obra na Construção de 3 (três) salas de aulas e banheiro coletivo feminino e masculino nas dependência da Escola Municipal de Ensino Fundamental Vila Nova na Praia Rosa do Mar de Propriedade da Prefeitura Municipal de Passo de Torres/SC, com área total a ser construída (A=272,30 m²).

Abertura: 22/12/2014 às 14h30min horas

Valor: R\$ 416.286,58

O Edital com seus Anexos e Projetos, deverão ser obtidos na Secretaria de Administração, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Beira Rio nº. 20 - Centro - Passo de Torres - SC, no horário das 13h00min às 19h00min de segunda a sexta-feira.

Passo de Torres/SC, 05 de Dezembro de 2014.  
Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Jean Luiz Wagner da Silva  
PCJ de Licitações

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### AVISO DE CONTRATAÇÃO EDITAL N.º 005/2014

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EDITAL N.º 005/2014

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos, que se encontra em aberto as inscrições para prova seletiva referente à contratação de servidor em caráter temporário, para as seguintes funções:

Nomenclatura	C/H	Vagas	Requisitos Especiais
Farmacêutica	40h	01	Nível Superior Completo com registro no órgão de classe
Professor de Educação Física	20h	01	Nível superior completo com registro no órgão de classe.

Data período da inscrição: Presencialmente de 08/12 à 15/12/2014, no Setor de Recursos Humanos do Município, sito na Rua Arthur Costa e Silva, 111, no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30hs às 17:30hs.

Centro Administrativo, em 05 de dezembro de 2014.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 050/2014

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 050/2014  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 09 de janeiro de 2015, licitação modalidade Pregão Presencial n. 050/2014, visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 09/01/2014, até às 14:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br)

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 04 DE DEZEMBRO DE 2014  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 371, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 371, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014

HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2014

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no item 9.1 do edital do Processo Seletivo nº 004/2014,

#### RESOLVE

Art. 1º. Homologar resultado do processo seletivo referente contratação para a função de professor, em caráter temporário, sob regime especial, edital de Processo Seletivo n.º 004/2014, na forma do quadro abaixo:

ÁREA I - PROFESSOR REGENTE PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO)						
CLAS-SIFI-CA-ÇÃO	NOME	ACER-TOS	NOTA	MÉ-DIA	TÍTULOS	NOTA FINAL
1º	IVANIA BEAL BRESSAN	15	7,50	3,00	6,000	9,000
2º	IVONETE CERON PICCOLI	13	6,50	2,60	6,000	8,600
3º	ROSANA MISTURINI BOGONI	13	6,50	2,60	5,934	8,534
4º	ROSANA DOS SANTOS	13	6,50	2,60	5,851	8,451
5º	MARINEZ BEAL PARTYKA	12	6,00	2,40	6,000	8,400
6º	SOLANGE APARECIDA BATISTA MANICA	13	6,50	2,60	5,783	8,383
7º	VANDERLEIA ANA CARLETO DE SIQUEIRA	15	7,50	3,00	5,265	8,265
8º	FABIANA KOOP BENQUE	13	6,50	2,60	5,310	7,910
9º	ANGELA MARIA MAZURECK RABUSKE	10	5,00	2,00	5,864	7,864
10º	VERONICE FRITZEN	9	4,50	1,80	6,000	7,800
11º	IDIMARA SAMISTRARO	13	6,50	2,60	4,965	7,565
12º	VERONI DE FATIMA BORSOI	12	6,00	2,40	5,006	7,406
13º	TALITA PELLICOLI	13	6,50	2,60	4,795	7,395
14º	FLAVIA ZARDO	11	5,50	2,20	4,824	7,024
15º	CARMEN REGINA DE OLIVEIRA DALMOLIN	9	4,50	1,80	5,194	6,994
16º	VANUSA APARECIDA MELO DE GODOI	11	5,50	2,20	4,720	6,920
17º	JULIANA PASOLD GUZZI	10	5,00	2,00	4,882	6,882
18º	ANA LUCIA ANDRES CAZARIN	9	4,50	1,80	4,917	6,717
19º	LUCIANA FATIMA DOS SANTOS	10	5,00	2,00	4,546	6,546
20º	ADRIANA APARECIDA VARGAS GOGO CERONI	14	7,00	2,80	3,594	6,394

21º	MARLEI MARIA PANCERI	7	3,50	1,40	4,980	6,380
22º	ANA CLAUDIA MENEGÃO	7	3,50	1,40	4,969	6,369
23º	DAIANE CRISTINA R. COELHO DA SILVA BOGO	7	3,50	1,40	4,908	6,308
24º	MARIZETE MARIA CERON PIANA	7	3,50	1,40	4,890	6,290
25º	SIRLEI APARECIDA DENARDI	12	6,00	2,40	3,700	6,100
26º	JOSEANE FURCKEL	12	6,00	2,40	3,652	6,052
27º	MARLI FÁTIMA MECHLUZZI DA SILVA MATOS	11	5,50	2,20	3,750	5,950
28º	SOLOY APARECIDA K. MANICA	11	5,50	2,20	3,727	5,927
29º	MARCIA APARECIDA GERHARDT	7	3,50	1,40	4,500	5,900
30º	ELISÂNGELA APARECIDA F. DOS ANJOS	11	5,50	2,20	3,656	5,856
31º	TATIANA APARECIDA SLONGO B. GUINDANI	10	5,00	2,00	3,839	5,839
32º	JOSIANNE DALLABRIDA GASPAR	7	3,50	1,40	4,056	5,456
33º	JULIANA ROSSATTO DE OLIVEIRA	7	3,50	1,40	3,954	5,354
34º	JUSSARA BOESING	11	5,50	2,20	3,068	5,268
35º	CLEBER FONTANA GONÇALVES	10	5,00	2,00	3,065	5,065
36º	KELI GRANEMANN DE OLIVEIRA	5	2,50	1,00	3,679	4,679
37º	GEANINI MARTINELLI PINHEIRO	12	6,00	2,40	2,235	4,635
38º	MARCIA REGINE SUMMY ZORTÉA	9	4,50	1,80	2,608	4,408
39º	SOLANGE DALABRIDA SOTEL	9	4,50	1,80	2,105	3,905
40º	DANIELA FORMAILO DE OLIVEIRA	12	6,00	2,40	1,035	3,435
41º	OLIVETE VESCOVI DALL'BOSCO	7	3,50	1,40	2,027	3,427
42º	SIMONE ZUCCO DAVILA SLONGO	9	4,50	1,80	1,513	3,313

ÁREA II - PROFISSIONAL DE APOIO: EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO)

CLAS- SIFI- CA- ÇÃO	NOME	ACER- TOS	NOTA	MÉ- DIA	TÍTULOS	NOTA FINAL
1º	SOLANGE APARECIDA BATISTA MANICA	13	6,50	2,60	5,783	8,383
2º	ROSANA DOS SANTOS	12	6,00	2,40	5,851	8,251
3º	MARINEZ BEAL PARTIKA	11	5,50	2,20	6,000	8,200
4º	ROSANA MISTURINI BOGONI	11	5,50	2,20	5,934	8,134

5º	ANGELA MARIA MAZURECK RABUSKE	11	5,50	2,20	5,864	8,064
6º	IDIMARA SAMISTRARO	11	5,50	2,20	4,965	7,165
7º	ANA LUCIA ANDRES CAZARIN	11	5,50	2,20	4,917	7,117
8º	MARIZETE MARIA CERON PIANA	11	5,50	2,20	4,890	7,090
9º	MARLEI MARIA PANCERI	10	5,00	2,00	4,980	6,980
10º	CARMEN REGINA DE OLIVEIRA DALMOLIN	8	4,00	1,60	5,194	6,794
11º	ANA CLAUDIA MENEGÃO	9	4,50	1,80	4,969	6,769
12º	LUCIANA FATIMA DOS SANTOS	11	5,50	2,20	4,546	6,746
13º	SIRLEI APARECIDA DENARDI	15	7,50	3,00	3,700	6,700
14º	SOLOY APARECIDA K. MANICA	13	6,50	2,60	3,727	6,327
15º	TATIANA APARECIDA SLONGO B. GUINDANI	12	6,00	2,40	3,839	6,239
16º	ADRIANA APARECIDA VARGAS BOGO CERONI	13	6,50	2,60	3,594	6,194
17º	MARLEI FATIMA M. DA SILVA MATOS	12	6,00	2,40	3,750	6,150
18º	ELISÂNGELA APARECIDA F. DOS ANJOS	11	5,50	2,20	3,656	5,856
19º	JUSSARA BOESING	12	6,00	2,40	3,068	5,468
20º	MARCIA REGINE SUMMY ZORTÉA	12	6,00	2,40	2,608	5,008
21º	JUCIMARA ZITTE-RELL SIMIONATO	11	5,50	2,20	2,315	4,515
22º	SOLANGE DALABRIDA SOTEL	11	5,50	2,20	2,105	4,305
23º	SALETE LURDES GRIS BENDER	9	4,50	1,80	2,216	4,016
24º	DANIELLI POS-SERA	11	5,50	2,20	1,802	4,002
25º	DANIELA FORMAILO DE OLIVEIRA	14	7,00	2,80	1,036	3,836
26º	HELOISE SABRINA ANDRES CAZARIN	14	7,00	2,80	0,825	3,625
27º	OLIVETE VESCOVI DALL'BOSCO	7	3,50	1,40	2,027	3,427
28º	SIMONE MORAIS CORDEIRO	8	4,00	1,60	1,657	3,257
29º	PAULA FRITZEN	10	5,00	2,00	0,000	2,000

ÁREA III - PROFESSOR DA DISCIPLINA DE ARTES

CLAS- SIFI- CA- ÇÃO	NOME	ACER- TOS	NOTA	MÉ- DIA	TÍTULOS	NOTA FINAL
1º	KARINA CHIARANI FACCIN	14	7,00	2,80	5,794	8,594
2º	FABIANA KOPP BENQUE	15	7,50	3,00	4,310	7,310

3º	LARISSA O. DE-NARDI	12	6,00	2,40	3,538	5,938
4º	NELCI DALMOLIN	14	7,00	2,80	2,853	5,653

## ÁREA IV - PROFESSOR DISCIPLINA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS

CLAS-SIFI-CA-ÇÃO	NOME	ACER-TOS	NOTA	MÉ-DIA	TÍTULOS	NOTA FINAL
1º	JULIANA PASOLD GUZZI	9	4,5	1,8	4,882	6,682

## ÁREA V - PROFESSOR PARA SALA AEE - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

CLAS-SIFI-CA-ÇÃO	NOME	ACER-TOS	NOTA	MÉ-DIA	TÍTULOS	NOTA FINAL
1º	VANDERLÉIA ANA CARLETO DE SIQUEIRA	16	8	3,2	5,265	8,465
2º	TALITA PELLICOLI	13	6,50	2,60	4,795	7,395
3º	VANUSA APARECIDA DE MELO DE GODOI	10	5	2	4,720	6,720
4º	DAIANE CRISTINA RIBEIRO COELHO BOGO	8	4	1,6	4,908	6,508

## ÁREA VI - ATENDENTE DE CRECHE

CLAS-SIFI-CA-ÇÃO	NOME	ACER-TOS	NOTA	MÉ-DIA	TÍTULOS	NOTA FINAL
1º	JOSIANNE DALLA-BRIDA GASPAR	9	4,50	1,80	4,056	5,856
2º	KELI GRANEMANN DE OLIVEIRA	10	5,00	2,00	3,679	5,679
3º	JUCIMARA ZITTE-RELL SIMIONATO	9	4,50	1,80	2,315	4,115
4º	DANIELLI POS-SERA	9	4,50	1,80	2,302	4,102
5º	GEANINI MARTI-NELI PINHEIRO	9	4,50	1,80	2,235	4,035
6º	SALETE LURDES GRIS BENDER	8	4,00	1,60	2,216	3,816
7º	SIMONE MORAIS CORDEIRO	7	3,50	1,40	2,157	3,557
8º	ADRIANA RITA ALBERTI	10	5,00	2,00	1,375	3,375
9º	JOSANA MIOTELLI FRIZZO	10	5,00	2,00	0,750	2,750
10º	NATANIELA PANQ RODRIGUES	7	3,50	1,40	0,750	2,150
11º	HELEN CRISTINA MANICA	10	5,00	2,00	0,000	2,000
12º	PAULA FRITZEN DA SILVA	8	4,00	1,60	0,000	1,600
13º	LUCIANA APARECIDA ALVES	7	3,50	1,40	0,000	1,400

14º	JULIANA CRISTINA R.DEL PIZZOL VIEIRA	4	2,00	0,80	0,023	0,823

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

# Pomerode

## PREFEITURA

### EDITAL DE LICITAÇÃO CREDENCIAMENTO N.º 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
ASSOCIAÇÃO DOS CLUBES DE CAÇA E TIRO  
32ª FESTA POMERANA

EDITAL DE LICITAÇÃO  
CREDENCIAMENTO N.º 001/2014

Processo Administrativo n.º 001/2014.

Objeto: OUTORGA DA PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE ESPAÇOS E ÁREAS DO "PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS", SITUADO NA AVENIDA 21 DE JANEIRO, N.º 2700, CENTRO - POMERODE/SC, A TÍTULO PRECÁRIO, VISANDO A EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE PONTOS DE ALIMENTAÇÃO, DURANTE A 32ª FESTA POMERANA, NO PERÍODO DE 16 A 25 DE JANEIRO DE 2015, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.

Entrega dos envelopes: Até as 13:00 horas do dia 16/12/2014.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 13:00 horas do dia 16/12/2014.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode/SC, 05 de Dezembro de 2014.

CIRILO WEISS

Presidente da Associação dos Clubes de Caça e Tiro de Pomerode

### EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 058/2014 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 058/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 121/2014.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS DE TERRAPLENAGEM, MÁQUINAS DE LIMPEZA E CAMINHÕES, POR HORA TRABALHADA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 19/12/2014.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 19/12/2014.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da

Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode/SC, 05 de Dezembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

### LEI COMPLEMENTAR Nº 269, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 269, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

#### TÍTULO I

#### DO REGIME JURÍDICO ÚNICO

#### CAPÍTULO ÚNICO

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta lei complementar, denominada Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, estabelece o regime jurídico dos servidores públicos do município de Pomerode, no âmbito de sua administração direta, autárquica e fundacional e do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º. Para efeitos desta lei, servidor público é a pessoa legalmente investida em cargo público de provimento efetivo e àqueles de provimento efetivo nomeados para cargos em comissão.

§ 1º Cargo público é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ao servidor público, criado por lei, com denominação própria, número certo e vencimento pago pelos cofres públicos.

§ 2º Ocorrendo a existência de vagas e inexistência de candidatos aprovados em concursos anteriores, será obrigatoriamente realizado concurso público para o preenchimento das mesmas.

Art. 3º Os cargos públicos são acessíveis aos brasileiros que preenchem os requisitos estabelecidos em lei e aos estrangeiros, na forma da lei.

Parágrafo Único. O plano de carreira disciplinará a evolução funcional do servidor efetivo.

Art. 4º É proibida a prestação de serviços gratuitos na administração pública, salvo casos previstos em lei.

Parágrafo Único. É vedado designar o servidor público investido em cargo público de provimento efetivo a prestar atribuições além das inerentes ao seu cargo, salvo mediante pagamento de gratificações previstas em lei.

#### TÍTULO II

DO PROVIMENTO, DA VACÂNCIA, DA EXONERAÇÃO E DA DEMISSÃO, DA REMOÇÃO, DA REDISTRIBUIÇÃO, DA SUBSTITUIÇÃO E DA CESSÃO

**CAPÍTULO I****DO PROVIMENTO****SEÇÃO I****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 5º São requisitos básicos para a investidura em cargo público de provimento efetivo:

I - a nacionalidade brasileira ou equiparada;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V - a idade mínima de dezoito anos;

VI - habilitar-se previamente em concurso público nos termos desta lei complementar; e

VII - a aptidão física e mental.

§ 1º As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei e edital.

§ 2º Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de cargo efetivo cujas atribuições sejam compatíveis com as suas deficiências, para as quais serão reservados 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso, ou das que vierem a surgir no prazo de sua validade.

Art. 6º O provimento dos cargos públicos no âmbito do Município se fará por ato do chefe do respectivo poder ou por preposto definido em lei.

Parágrafo Único. O provimento dos cargos públicos no âmbito das autarquias e fundações públicas instituídas e mantidas pelo Município se fará por ato dos dirigentes superiores das respectivas instituições, na forma da lei.

Art. 7º A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 8º São formas de provimento de cargo público:

I - nomeação;

II - readaptação;

III - reversão;

IV - reintegração;

V - recondução; e

VI - aproveitamento.

**SEÇÃO II****DO CONCURSO PÚBLICO**

Art. 9º Concurso público é o exame de provas ou de provas e títulos, regulamentado em edital próprio, aberto a todos os interessados e que tem por objetivo selecionar e aprovar candidatos para o provimento de cargos públicos.

Parágrafo Único. O concurso público poderá incluir programa de treinamento como etapa integrante do processo seletivo.

Art. 10. O concurso público terá validade de até dois anos, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

Parágrafo Único. Não se abrirá novo concurso para os cargos em que houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

Art. 11. Para coordenar todas as etapas do concurso público, inclusive julgar quaisquer recursos, a autoridade competente instituirá comissão de acompanhamento de concurso público, composta de três servidores públicos efetivos que, dentre eles, escolherão o respectivo presidente.

Art. 12. O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado em jornal de grande circulação local, com antecedência mínima de quinze dias à abertura das inscrições.

**SEÇÃO III****DO EXAME DE APTIDÃO FÍSICA E MENTAL**

Art. 13. O exame de aptidão física e mental é determinante para o provimento dos candidatos aprovados no concurso público e será realizado pela Perícia Médica Oficial.

§ 1º Para o exame de aptidão mental, o candidato será submetido à avaliação psicológica e exame psicotécnico e, se o caso, a outros procedimentos a serem determinados pela Perícia Médica Oficial.

§ 2º Decreto municipal determinará rol de exames exigidos para cada cargo.

§3º A não apresentação ou a apresentação parcial dos exames solicitados acarretará na desclassificação do candidato.

§ 4º As eventuais despesas para a realização dos exames ocorrerão exclusivamente por conta do candidato, isentando o município de quaisquer ônus decorrente destes.

Art. 14. O candidato será submetido a novo exame de aptidão física e mental, quando forem constatados indícios de informações inverídicas ou omissões por ele prestadas.

Parágrafo Único. Comprovada a má-fé do candidato, será nulo o ato de provimento nos termos da lei.

Art. 15. Caso considerado inapto o candidato será desclassificado do certame.

**SEÇÃO IV****DA NOMEAÇÃO**

Art. 16. A nomeação se fará:

I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo de carreira; e

II - em comissão, para cargos de confiança, de livre nomeação e exoneração.

§ 1º A nomeação do servidor público efetivo para cargo de provimento em comissão acarreta automaticamente o seu afastamento do cargo efetivo em que for titular, salvo nos casos de acumulação previstos no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal.

Art. 17. A nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia aprovação em concurso público e do resultado final do exame de aptidão física e mental que o declare totalmente apto para o exercício do cargo.

## SEÇÃO V

### DA POSSE, DO EXERCÍCIO E DA JORNADA DE TRABALHO

#### SUBSEÇÃO I

##### DA POSSE

Art. 18. Posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, como compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo de posse pela autoridade competente e pelo candidato nomeado.

§ 1º A posse ocorrerá no prazo de, no máximo, 20 (vinte) dias contados da publicação do ato de nomeação no órgão oficial de divulgação do Município.

§ 2º A posse poderá ocorrer mediante procuração com poderes específicos e firma reconhecida em cartório.

§ 3º Será tornado sem efeito o ato de nomeação, na hipótese da posse não ocorrer no prazo fixado.

§ 4º São competentes para dar posse:

I - o chefe do poder executivo ou preposto por ele indicado;

II - o dirigente superior ou preposto por ele indicado, aos servidores das autarquias e fundações públicas instituídas e mantidas pelo Município; e

III - o presidente da câmara ou preposto por ele indicado, aos servidores do Poder Legislativo.

Art. 19. No ato da posse, o servidor apresentará os seguintes documentos:

I - declaração de bens e rendas que constituem seu patrimônio;

II - declaração de inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, emprego ou função pública nas esferas federal, estadual ou municipal;

III - declaração se participa de gerência ou administração de empresa privada ou se exerce comércio;

IV - declaração se percebe provento de aposentadoria decorrente do exercício de cargo, emprego ou função pública;

V - certidão negativa de antecedentes criminais para fins empregatícios; e

VI - documentos comprobatórios dos requisitos do cargo.  
Parágrafo Único. Será tornado sem efeito o ato de nomeação na hipótese do servidor não apresentar os documentos relacionados neste artigo no ato da posse.

#### SUBSEÇÃO II

##### DO EXERCÍCIO

Art. 20. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

§ 1º É de, no máximo, 10 (dez) dias, contados da data da posse,

o prazo para o servidor entrar em exercício.

§ 2º Será nulo o ato da posse ao servidor que não entrar em exercício no prazo fixado.

§ 3º Cabe à autoridade competente do órgão ou entidade para onde for designado o servidor lhe dar o exercício.

§ 4º A nomeação somente produzirá efeitos financeiros a partir da data do início do efetivo exercício.

Art. 21. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

Art. 22. O servidor não poderá se ausentar do serviço para estudo ou missão de qualquer natureza, com ou sem vencimento, sem prévia autorização do Secretário da Pasta de lotação do servidor, ou dos dirigentes das autarquias e fundações públicas ou do Chefe do Poder Legislativo.

Art. 23. O afastamento do exercício do cargo será permitido para:  
I - exercer cargo de provimento em comissão na administração federal, estadual ou municipal, sem ônus à origem;

II - candidatar-se a mandato eletivo, na forma da lei;

III - exercício de mandato eletivo, na forma da lei;

IV - atender convocação do serviço militar;

V - realizar estágios especiais, cursos de atualização, aperfeiçoamento, pós-graduação e missões de estudo, afins ao cargo que ocupa, com ou sem vencimento, quando de interesse público e autorizado pelo chefe do poder executivo, dos dirigentes de autarquias ou de fundações públicas instituídas e mantidas pelo Município;

VI - atender imperativo de convênio firmado;

VII - permanecer à disposição de outra entidade estatal, fundacional, autárquica e paraestatal, desde que haja a anuência do servidor, com ou sem ônus para a origem; e

VIII - participar de competições esportivas oficiais;

§ 1º Se, no decorrer do afastamento mencionado no inciso V deste artigo ou até dois anos após o seu término, quando remunerado, o servidor vir a pedir sua exoneração, for demitido ou abandonar o serviço público, o Município deverá ser ressarcido das despesas decorrentes deste afastamento, inclusive a remuneração auferida no período.

§ 2º O afastamento do servidor para servir em organismo internacional com o qual o Brasil coopere ou dele participe será tratado na forma de licença não remunerada.

Art. 24. O servidor será afastado do exercício do cargo quando preso preventivamente ou em flagrante, pronunciado por crime comum ou funcional, ou condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia.

Art. 25. Respeitado os casos previstos nesta lei, o servidor que interromper o exercício do cargo sem justificativa, num período de doze meses, por mais de trinta dias consecutivos ou quarenta e cinco dias intercalados estará sujeito à demissão, respectivamente, por abandono de cargo ou por inassiduidade habitual, apurados em processo administrativo disciplinar.

Art. 26. É dever do servidor comunicar ao chefe imediato os

motivos que o levam a faltar ao serviço.

Parágrafo Único. Constatadas as primeiras faltas, deverá o chefe imediato, sob pena de se tornar co-responsável, comunicar o fato ao órgão de pessoal que promoverá as diligências necessárias à apuração da ocorrência.

Art. 27. Para aferição do número de faltas, as horas serão convertidas em dias, quando o servidor estiver sujeito a regime de plantão.

Art. 28. Na apuração da infração por abandono de cargo ou inassiduidade habitual, será adotado procedimento sumário regulamentado em decreto, observando-se que:

I - caracteriza abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por período superior a trinta dias; e

II - caracteriza inassiduidade habitual a falta ao serviço sem causa justificada por período igual ou superior a trinta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

### SUBSEÇÃO III

#### DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 29. O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo se sujeitará no máximo a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, não podendo ultrapassar a 08 (oito) horas diárias, fixadas de acordo com a necessidade do serviço, salvo quando houver disposição legal estabelecendo duração diversa.

§ 1º Além do cumprimento do estabelecido neste artigo, o servidor ocupante de cargo público efetivo em exercício de cargo em comissão ou função gratificada poderá ser convocado sempre que houver interesse da administração, comprovada a necessidade.

§ 2º O expediente de trabalho nas repartições públicas municipais será fixado por ato do Chefe do Poder Executivo, dos dirigentes superiores das autarquias e fundações públicas ou do Chefe do Poder Legislativo, cada qual em sua esfera de competência.

§ 3º Ocorrendo situação de emergência ou de calamidade pública, ou na iminência de sua ocorrência, os servidores requisitados e colocados à disposição da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC não farão jus a retribuição ou gratificação especial, salvo o recebimento de diárias e transporte, em caso de deslocamento.

§ 4º Nos dias úteis, as repartições públicas poderão deixar de funcionar somente por ato da autoridade máxima de cada órgão.

§ 5º Compete ao chefe da repartição ou do serviço antecipar ou prorrogar o período de trabalho quando necessário.

Art. 30. Quando para conveniência dos serviços públicos for necessário, poderá a administração instituir jornada compensatória de:

I - doze horas de trabalho, por trinta e seis horas de descanso; e

II - vinte e quatro horas de trabalho, por setenta e duas horas de descanso;

Art. 31. Os vigias, sem prejuízo do disposto no artigo 29, parágrafos 3º e 4º, e no artigo 30 desta lei, possuem jornada de trabalho diferenciada fixadas por ato da autoridade máxima de cada órgão.

### SUBSEÇÃO IV

#### DA AMPLIAÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Art. 32. Os titulares de cargo de carreira com carga horária inferior a quarenta horas semanais poderão requerer ampliação de carga horária para até quarenta horas semanais, que poderá ser concedida conforme conveniência da Administração Pública, nos termos definidos nesta Lei Complementar e mediante o atendimento dos seguintes requisitos:

§ 1º A concessão de ampliação de carga horária está condicionada a disponibilidade de vagas em cargo idêntico ao ocupado pelo titular de cargo de carreira, até o limite máximo de quarenta horas semanais e é de caráter irreversível e definitivo.

§ 2º Fica expressamente vedado o fracionamento de vagas ou de suas respectivas cargas horárias para quaisquer fins.

§ 3º São requisitos para concorrer à ampliação de carga horária:

I - existência de vagas disponíveis para o cargo ocupado pelo titular de cargo de carreira;

II - Estar em efetivo exercício do cargo;

III - não ter sofrido o titular de cargo de carreira a pena de suspensão;

IV - não ter faltado injustificadamente nos 12 (doze) meses, contados da publicação do edital;

V - realização de Concurso de Ampliação de Carga Horária; e

§ 4º O Concurso de Ampliação de Carga Horária deverá ser regulamentado em edital próprio e será aberto a todos os titulares de cargos de carreira interessados em ampliar a carga horária.

Art. 33. O Concurso de ampliação de carga horária constará de:

I - prova de títulos, vinculados à área de atuação, excluídos aqueles exigidos como pré-requisitos para a posse no cargo ocupado, devendo os títulos e pesos ser fixados no edital;

II - avaliação de saúde ocupacional e, se necessário, exames clínicos e complementares, de caráter eliminatório, que serão realizadas pela Perícia Médica Oficial do Município. .

Parágrafo Único: Demais procedimentos legais e critérios serão estabelecidos no edital do Concurso de ampliação da carga horária.

### SEÇÃO VI

#### DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

##### SUBSEÇÃO I

#### DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 34. Como condição para a aquisição da estabilidade, o servidor cumprirá estágio probatório de três anos e o seu desempenho no cargo será submetido, mediante os seguintes fatores de avaliação:

I - idoneidade moral e Urbanidade no trato humano;

II - assiduidade e pontualidade;

III - disciplina;

IV - aptidão; e

**V - responsabilidade e Eficiência;**

§ 1º O período de estágio probatório iniciará na data do exercício e a avaliação será efetuada de seis em seis meses de efetivo exercício.

§ 2º A última avaliação do servidor deverá ser efetuada em até sessenta dias antes do término do estágio probatório.

§ 3º O servidor que for considerado "insuficiente" em duas avaliações consecutivas ou intercaladas, durante o estágio probatório, será exonerado mediante processo administrativo que lhe garanta ampla defesa e contraditório ou, se estável, será reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.

§ 4º Para os efeitos de estágio probatório, não serão considerados como de efetivo exercício os dias em que o servidor estiver afastado do exercício do cargo, independente das razões que motivaram o afastamento, salvo se em virtude de férias regulamentares, participação em programa de treinamento regularmente instituído e para a participação em júri popular ou outros serviços obrigatórios por lei e as concessões previstas nesta lei complementar.

§ 5º Na hipótese de acumulação legal de cargos públicos, o servidor cumprirá estágio probatório em cada cargo por ele ocupado.

§ 6º O servidor que durante o estágio probatório for nomeado para exercer cargo em comissão ou função gratificada terá seu período de estágio probatório suspenso, voltando a ser avaliado quando da exoneração do cargo comissionado ou função gratificada, salvo se com atribuições afins ao cargo efetivo.

§ 7º Decreto Municipal instituirá os demais procedimentos de avaliação, a pontuação mínima para ser declarado "suficiente" e o instrumento de avaliação com as questões agrupadas entre os fatores de avaliação, observados, desde já, as peculiaridades de cada cargo.

Art. 35. A avaliação será realizada pelo superior hierárquico do servidor em estágio probatório avaliado ou pelo Secretário Municipal da Pasta, e será encaminhado para análise da Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho e de Estágio Probatório.

Parágrafo Único. As avaliações realizadas pelas chefias imediatas serão homologadas pela Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho e Estágio Probatório.

**SUBSEÇÃO II****DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**

Art. 36. O desempenho no cargo será submetido, mediante os seguintes fatores de avaliação:

I - idoneidade moral e Urbanidade no trato humano;

II - assiduidade e pontualidade;

III - disciplina;

IV - aptidão; e

V - responsabilidade e Eficiência;

§ 1º A avaliação será efetuada anualmente.

§ 2º O servidor que for considerado "insuficiente" em duas avaliações consecutivas ou intercaladas, num período de cinco anos, será exonerado mediante processo administrativo que lhe garanta

ampla defesa e contraditório.

§ 3º Decreto Municipal instituirá os demais procedimentos de avaliação, a pontuação mínima para ser declarado "suficiente" e o instrumento de avaliação com as questões agrupadas entre os fatores de avaliação, observados, desde já, as peculiaridades de cada cargo.

Art. 37. A avaliação será realizada pelo superior hierárquico do servidor ou pelo Secretário Municipal da Pasta, e será encaminhado para análise da Comissão Permanente de Avaliação de Estágio Probatório e de Desempenho.

**SUBSEÇÃO III****DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E ESTÁGIO PROBATÓRIO**

Art. 38. O Chefe do Poder Executivo nomeará Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho e de Estágio Probatório, composta por, no mínimo, 10 servidores, a qual compete homologar as avaliações de desempenho de servidor em estágio probatório e as avaliações de desempenho de servidor efetivo nos termos deste artigo e seus parágrafos e que terá a seguinte composição:

I - representantes dos servidores efetivos indicados pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais do Município de Pomerode;

II - representantes dos servidores efetivos do Poder Executivo Municipal;

III - representantes dos servidores efetivos do Poder Legislativo Municipal; e

IV - representantes dos servidores efetivos das fundações públicas e autarquias.

§ 1º Os membros cumprirão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

§ 2º A Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho e de Estágio Probatório somente homologará a Avaliação após analisar se todos os procedimentos avaliativos foram cumpridos. Caso algum procedimento não tenha sido cumprido, deverá requerer à autoridade competente o fiel cumprimento deste para, então, submetê-lo à análise e, se for o caso, homologar a avaliação.

§ 3º Demais procedimentos serão regulamentados em decreto específico de Avaliação de Desempenho e de Avaliação de Estágio Probatório.

Art. 39. Obtido o resultado final da avaliação, o Secretário Municipal ou respectivo chefe imediato entregará uma cópia da avaliação ao servidor e na mesma ocasião apontará as qualidades do trabalho apresentadas pelo avaliado, bem como indicativos sobre os procedimentos necessários para aperfeiçoar ou reduzir as dificuldades apontadas no seu desempenho funcional, devendo o servidor avaliado ser acompanhado e as dificuldades apontadas revistas na próxima avaliação.

**SEÇÃO VII****DA ESTABILIDADE**

Art. 40. O servidor público aprovado na avaliação de estágio probatório adquirirá estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único. O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado; e

II - mediante demissão por processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa e o contraditório.

## SEÇÃO VIII

### DA PROGRESSÃO NA CARREIRA

Art. 41. Progressão na Carreira é o crescimento funcional do Servidor Público no decorrer do exercício do cargo público que estiver ocupando e se dará conforme disposto em Plano de Carreira definido em lei específica.

Parágrafo Único. Constituirão incentivos para a progressão na Carreira:

I - bom desempenho no trabalho, mediante avaliação de desempenho funcional, a ser definido em decreto específico; e

II - qualificação profissional em instituições credenciadas;

## SEÇÃO IX

### DA READAPTAÇÃO

Art. 42. Readaptação é a investidura de servidor efetivo em cargo ou função de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação superveniente que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em avaliação da Perícia Médica Oficial.

§ 1º A readaptação será efetivada em cargo ou função de atribuições afins, não podendo ocorrer em cargo ou função que exija habilitação, nível de escolaridade e vencimento superiores ao cargo efetivo.

§ 2º O servidor readaptado deverá ser submetido à reavaliação médica periódica semestral com o intuito de averiguar a possibilidade de alta, prorrogação da readaptação ou aposentadoria por invalidez.

§ 3º O servidor readaptado não poderá participar de Concurso de Promoção nem de Concurso de Mudança de nível.

§ 4º Decreto Municipal regulamentará demais procedimentos de readaptação, como também o programa de reabilitação e capacitação profissional.

## SEÇÃO X

### DA REVERSÃO

Art. 43. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado, quando declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria ou a pedido do interessado, o que será analisado conforme a conveniência da Administração Pública.

§ 1º A reversão se fará no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo, o servidor ficará em disponibilidade até a ocorrência de vaga.

## SEÇÃO XI

### DA REINTEGRAÇÃO

Art. 44. Reintegração é o provimento do indivíduo no cargo que ocupava ou naquele em que foi transformado, em virtude de

invalidação do ato de sua demissão, na via administrativa ou judicial.

Parágrafo Único. Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade remunerada.

## SEÇÃO XII

### DA RECONDUÇÃO

Art. 45. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.

§ 1º A recondução decorrerá de:

I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo; e

II - reintegração do anterior ocupante.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro cargo de atribuições e vencimento compatíveis com o anteriormente ocupado, acrescido das vantagens atribuídas em caráter permanente.

## SEÇÃO XIII

### DA DISPONIBILIDADE E DO APROVEITAMENTO

Art. 46. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Parágrafo Único. A declaração de desnecessidade do cargo será feita por ato da autoridade máxima ao qual o servidor estiver vinculado mediante justificativa formal do superior habilitado.

Art. 47. O retorno à atividade do servidor em disponibilidade se fará mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimento compatíveis com o anteriormente ocupado, acrescido das vantagens atribuídas em caráter permanente.

§ 1º O servidor em disponibilidade será obrigatoriamente aproveitado na primeira vaga que ocorrer.

§ 2º O aproveitamento do servidor que se encontre em disponibilidade há mais de seis meses dependerá de exame de aptidão física e mental.

§ 3º O aproveitamento será tornado sem efeito e cassada à disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal de 15 (quinze) dias.

## CAPÍTULO II

### DA VACÂNCIA

Art. 48. A vacância de cargo público, declarada por ato da autoridade competente, decorrerá de:

I - exoneração;

II - demissão;

III - aposentadoria;

IV - posse em outro cargo inacumulável;

V - falecimento; e

VI - Readaptação.

### CAPÍTULO III

#### DA EXONERAÇÃO E DA DEMISSÃO

Art. 49. A exoneração de cargo efetivo se dará a pedido do servidor ou de ofício.

§ 1º A exoneração de ofício será aplicada:

I - quando não satisfeitas às condições do estágio probatório; e

II - quando o servidor não entrar no exercício do cargo no prazo estabelecido.

§ 2º A exoneração de cargo em comissão se dará:

I - a juízo da autoridade competente; e

II - a pedido do próprio servidor.

Art. 50. A demissão consiste na perda do cargo pelo servidor estável em razão de:

I - sentença judicial transitada em julgado; e

II - penalidade de caráter disciplinar, aplicável mediante processo administrativo em que lhe seja assegurado ampla defesa e contraditório.

### CAPÍTULO IV

#### DA REMOÇÃO, DA REDISTRIBUIÇÃO, DA SUBSTITUIÇÃO E DA CESSÃO

##### SEÇÃO I

##### DA REMOÇÃO

Art. 51. Remoção é o deslocamento do servidor para outro local de trabalho.

Art. 52. A remoção de servidor se faz a pedido, por concurso e por permuta.

§ 1º Dar-se-á a remoção a pedido por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente, condicionada a comprovação por avaliação médica da Perícia Médica Oficial, existência de vaga e observada à conveniência administrativa.

§ 2º A remoção por concurso será promovida na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelos órgãos ou entidades em que aqueles estejam lotados.

§ 3º O concurso de remoção que trata o § 2º deste artigo prece-derá o concurso de ingresso.

§ 4º A remoção por permuta se processa por consenso de ambos os interessados, observada a conveniência administrativa.

§ 5º Os interessados na permuta devem ter o mesmo cargo público, a mesma carga horária e o mesmo regime de trabalho.

§ 7º O ato de remoção de que trata o § 6º deste artigo será motivado, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.

Art. 53. O servidor removido deverá assumir o exercício no local para onde foi designado, no prazo de até cinco dias, a contar do ato, salvo determinação em contrário.

##### SEÇÃO II

##### DA REDISTRIBUIÇÃO

Art. 54. Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro permanente de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo poder, observados os seguintes preceitos:

I - interesse da administração;

II - equivalência de vencimentos;

III - manutenção da essência das atribuições do cargo;

IV - vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades;

V - mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; e

VI - compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.

Art. 55. A redistribuição ocorrerá de ofício para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade.

Art. 56. A redistribuição de cargos efetivos vagos se dará mediante ato conjunto entre os órgãos e entidades da administração pública municipal.

Art. 57. Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento na forma dos artigos 46 e 47.

##### SEÇÃO III

##### DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 58. Poderá haver substituição no caso de impedimento legal e temporário de ocupante de cargo em comissão.

§ 1º A substituição recairá sempre em servidor público municipal efetivo e estável.

§ 2º A substituição dependerá de ato da autoridade competente.

§ 3º O substituto fará jus à remuneração do cargo em comissão, pago na proporção dos dias de efetiva substituição, ressalvado o caso de opção, proibida a acumulação de remuneração.

Art. 59. Em caso excepcional, atendida a conveniência do serviço, o titular de cargo de direção ou chefia poderá ser nomeado ou designado, cumulativamente, para outro cargo de mesma natureza, até que se verifique a nomeação, designação ou reassunção do titular, e, nesse caso, só perceberá a remuneração correspondente a um dos cargos, cabendo ao servidor a opção.

Art. 60. A reassunção ou vacância do cargo faz cessar, de pronto, os efeitos da substituição.

##### SEÇÃO IV

**DA CESSÃO**

Art. 61. A Administração poderá autorizar a cessão de servidor efetivo, com ou sem ônus para a origem, para o exercício de cargo nas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista do Município, do Estado de Santa Catarina ou em órgão da Administração Federal ou Estadual.

§1º Constitui condição para a cessão:

I - obrigatoriedade de contribuir para o RPPS/FAP sobre a remuneração contributiva disposta em legislação específica, cujo ônus será do cedente ou do cessionário;

II - quando houver requisição de outro órgão e a cedência for de interesse do servidor e do órgão cedente;

III - em casos de leis específicas; e

IV - existência de convênio firmado entre cedente e cessionário.

§ 2º Os servidores cedidos observarão a escala de trabalho vigente junto ao órgão ou entidade cessionária ou o horário proposto por esta.

§ 3º Em caso de cessão, sem ônus para a origem, o servidor receberá indenizado, proporcionalmente, o período de férias, de prêmio assiduidade e de gratificação natalina.

§ 4º A contagem do adicional de tempo de serviço e da licença prêmio não são suspensas durante o período em que o servidor estiver cedido.

**TÍTULO III****DOS DIREITOS E VANTAGENS****CAPÍTULO I****DOS DIREITOS****SEÇÃO I****DO VENCIMENTO**

Art. 62. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

§ 1º Nenhum servidor perceberá, a título de vencimento, importância inferior ao salário mínimo, para jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - os requisitos para a investidura; e

III - as peculiaridades dos cargos.

**SEÇÃO II****DA REMUNERAÇÃO**

Art. 63. Remuneração é o vencimento acrescido das vantagens pecuniárias estabelecidas em lei.

Parágrafo Único. A remuneração do cargo efetivo é irredutível.

Art. 64. A remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica, assegurada revisão anual, sempre no mês de março e sem distinção de índices.

Art. 65. O servidor perderá:

I - a remuneração do dia, se não comparecer ao serviço, salvo motivo devidamente justificado; e

II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos e saídas antecipadas, salvo na hipótese de compensação de horário.

§ 1º As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como de exercício.

§ 2º Não serão descontadas da remuneração do servidor as faltas ao serviço permitidas por lei.

§ 3º No caso de faltas injustificadas serão computados, para efeito de desconto, o repouso remunerado e os feriados intercalados.

Art. 66. As reposições ao erário serão previamente comunicadas ao servidor e descontadas em parcelas mensais em valores atualizados, desde que não exceda a 30% da sua remuneração.

Art. 67. O servidor em débito com o erário que for demitido, exonerado, estiver afastado do exercício sem remuneração ou que tiver sua aposentadoria cassada terá o prazo de sessenta dias para adimplir o débito.

Parágrafo Único. A não quitação do débito no prazo previsto implicará sua inscrição em dívida ativa.

Art. 68. Os valores percebidos pelo servidor em razão de decisão liminar, de qualquer medida de caráter antecipatório ou de sentença, posteriormente reformada, deverão ser repostos no prazo de trinta dias, contado da data do recebimento da notificação para fazê-lo, sob pena de inscrição em dívida ativa.

Art. 69. As consignações em folha de pagamento dos servidores públicos serão lançadas até o limite de 30% (trinta por cento) do total de sua remuneração.

**CAPÍTULO II****DAS VANTAGENS**

Art. 70. Juntamente com o vencimento, quando devidas, serão pagas ao servidor as seguintes vantagens:

I - indenizações;

II - auxílios pecuniários;

III - gratificações e adicionais; e

IV - Salário-família.

§1º As indenizações, os auxílios pecuniários, as gratificações e o salário-família não se incorporam à remuneração ou provento para qualquer efeito.

§2º Os adicionais se incorporam à remuneração ou provento, nos casos e condições indicados em lei.

**SEÇÃO I**

**DAS INDENIZAÇÕES**

Art. 71. Constituem indenizações ao servidor:

I - ajuda de custo;

II - diárias; e

III - transporte.

Parágrafo Único: A ajuda de custo e diárias são inacumuláveis.

Art. 72. Os valores das indenizações, assim como as condições para a sua concessão, serão regulamentados em decreto municipal.

**SUBSEÇÃO I****DA AJUDA DE CUSTO**

Art. 73. Poderá ser concedida ajuda de custo ao servidor incumbido de missão fora do Município.

§ 1º A ajuda de custo se destina a compensação de despesas de transporte, alimentação e hospedagem, devidamente comprovadas, regulamentada em decreto.

§ 2º Não se concederá ajuda de custo ao servidor posto à disposição de qualquer entidade.

Art. 74. O servidor restituirá a ajuda de custo quando, antes de terminada a incumbência, regressar por sua iniciativa própria, pedir exoneração ou abandonar o serviço.

Parágrafo Único. A restituição é de exclusiva responsabilidade pessoal e os gastos não comprovados deverão ser restituídos ao município.

**SUBSEÇÃO II****DAS DIÁRIAS**

Art. 75. O servidor que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município, a serviço ou para cursos e eventos de interesse do município, fará jus à diária para custear as despesas de hospedagem, alimentação e locomoção no local de destino.

Parágrafo Único. A concessão de diárias e seus valores serão regulamentados em decreto municipal.

**SUBSEÇÃO III****DO TRANSPORTE**

Art. 76. Conceder-se-á indenização das despesas de transporte ao servidor que necessitar utilizar meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, cursos e eventos, de interesse do município.

Parágrafo Único. Os procedimentos gerais para a concessão a que se refere o caput deste artigo, assim como a tomada de quilometragem inicial e final do hodômetro do meio de locomoção particular e os valores de indenização serão regulamentados em decreto municipal.

**SEÇÃO II****DOS AUXÍLIOS PECUNIÁRIOS**

Art. 77. Serão concedidos ao servidor público os seguintes auxílios pecuniários:

I - auxílio-alimentação; e

II - auxílio-transporte;

Parágrafo Único. Os auxílios que trata este artigo não se incorporam à remuneração ou provento para qualquer efeito e não poderão ser utilizados para fins de base de cálculo para percepção de outras vantagens.

**SUBSEÇÃO I****DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO**

Art. 78. O auxílio-alimentação será concedido ao servidor ativo e será fixado anualmente mediante negociação entre a entidade sindical representativa da classe e o Chefe do Poder Executivo sempre na data base em que ocorrer o reajuste salarial que trata o Art. 64.

§ 1º Em caso de ocorrência de faltas injustificadas, o servidor receberá auxílio-alimentação proporcional aos dias laborados no decorrer do mês.

§ 2º O auxílio-alimentação não se vincula aos reajustes salariais concedidos aos servidores.

**SUBSEÇÃO II****DO AUXÍLIO-TRANSPORTE**

Art. 79. O auxílio-transporte será concedido ao servidor ativo e será fixado anualmente mediante negociação entre a entidade sindical representativa da classe e o Chefe do Poder Executivo sempre na data base em que ocorrer o reajuste salarial que trata o Art. 64.

§ 1º Em caso de ocorrência de faltas injustificadas, o servidor receberá auxílio-transporte proporcional aos dias laborados no decorrer do mês.

§ 2º O auxílio-transporte não se vincula aos reajustes salariais concedidos aos servidores.

**SEÇÃO III****DAS GRATIFICAÇÕES E DOS ADICIONAIS**

Art. 80. Aos servidores serão concedidas as seguintes gratificações e adicionais:

I - gratificação natalina;

II - gratificação aos membros de comissão de acompanhamento de concurso público e processo seletivo;

III - gratificação aos membros de comissão permanente de sindicância e de processo administrativo disciplinar;

IV - gratificação aos membros de comissão permanente de avaliação de desempenho e de estágio probatório;

V - gratificação de função adicional;

VI - gratificação pelo exercício de função gratificada;

VII - gratificações específicas para os membros do magistério, conforme disposto no art. 202 e seguintes;

VIII- adicional de insalubridade e periculosidade;

IX - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

X - adicional de férias;

XI - adicional pelo trabalho noturno; e

XII - adicional por tempo de serviço.

§ 1º As vantagens de que trata este artigo, exceto o inciso XII:

I - não servirão de base para o cálculo de outras vantagens; e

II - não se incorporam na remuneração do servidor.

§ 2º As vantagens de que tratam os incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, XI e XII deste artigo, servirão de base para o cálculo da gratificação natalina, do adicional de férias e da hora extraordinária.

#### SUBSEÇÃO I

##### GRATIFICAÇÃO NATALINA

Art. 81. O servidor fará jus a uma gratificação natalina que corresponderá à média anual da sua remuneração.

§ 1º A gratificação poderá ser paga em parcela única até o dia 10 (dez) do mês de dezembro de cada ano, ou poderá ser paga em duas parcelas, sendo a primeira até o dia 30 (trinta) do mês de novembro e a segunda parcela até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro.

§ 2º No caso de pagamento parcelado, da segunda parcela será subtraído o valor pago na primeira parcela.

Art. 82. O servidor exonerado ou demitido perceberá sua gratificação natalina proporcionalmente aos meses de exercício ou fração igual ou superior a quinze dias.

Art. 83. A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Art. 84. A gratificação natalina será estendida aos servidores inativos e pensionistas a ser paga pela previdência oficial do município.

#### SUBSEÇÃO II

##### GRATIFICAÇÃO AOS MEMBROS DE COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO

Art. 85. Ao servidor efetivo designado para integrar comissão de concurso público será concedida gratificação equivalente a (30%) trinta por cento do valor do menor padrão de vencimentos pagos pelo município e pagos uma única vez na folha de pagamento do mês da realização das provas do concurso público e/ou processo seletivo.

#### SUBSEÇÃO III

##### GRATIFICAÇÃO AOS MEMBROS DE COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 86. Ao servidor efetivo designado para integrar Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar será concedida gratificação mensal equivalente a (30%) trinta por cento do menor padrão de vencimentos pago pelo Município, enquanto perdurar suas atividades na Comissão.

#### SUBSEÇÃO IV

##### GRATIFICAÇÃO AOS MEMBROS DE COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 87. Ao servidor efetivo designado para compor Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho e de Estágio Probatório será concedida uma gratificação mensal equivalente a (10%) dez por cento do menor padrão de vencimentos pago pelo Município, enquanto perdurarem suas atividades na Comissão.

#### SUBSEÇÃO V

##### GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO ADICIONAL

Art. 88. Será concedida gratificação de função adicional, em até cem por cento do valor da referência 51, ao servidor público que for designado para o exercício de funções, ou outros encargos de especial responsabilidade e maior complexidade técnica ou administrativa, além de seu cargo, que não justifiquem a criação de cargos, a ser concedida e livremente destituível por ato do Prefeito Municipal.

§ 1º As gratificações de função adicional somente serão concedidas enquanto perdurarem as atividades.

§ 2º É vedado conceder gratificação de função adicional pelo exercício de atividade inerente ao cargo de carreira do servidor.

#### SUBSEÇÃO VI

##### GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Art. 89. As funções gratificadas, inerentes às atividades de execução e controle, são regidas pelo critério de confiança e serão exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos.

Parágrafo Único. A gratificação pelo exercício de função gratificada será paga nos níveis estabelecidos em Lei, ao servidor efetivo que exercer função de confiança.

#### SUBSEÇÃO VII

##### GRATIFICAÇÃO ESPECÍFICAS PARA OS MEMBROS DO MAGISTÉRIO

Art. 90. As gratificações de que trata este artigo estão regulamentadas 202 e seguintes desta lei.

#### SUBSEÇÃO VIII

##### ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE

Art. 91. Os servidores que trabalham com habitualidade em locais insalubres fazem jus ao adicional de insalubridade, que poderá ser de 10%, 20% ou 40%, o qual incidirá sobre o menor padrão de vencimentos pago pelo Município.

§ 1º O servidor que trabalha em contato permanente com substâncias perigosas ou com risco de morte faz jus ao adicional de periculosidade que será de 30%, o qual incidirá sobre o valor do padrão de seu vencimento.

§ 2º A concessão dos adicionais de insalubridade e de periculosidade se fará em observância às situações especificadas na legislação federal própria.

§ 3º Os adicionais previstos neste artigo serão concedidos mediante laudo técnico das condições de ambiente de trabalho.

§ 4º O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa à sua concessão.

Art. 92. Os locais de trabalho e os servidores que operam com Raios-X ou substâncias radioativas devem ser mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizantes não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.

Parágrafo Único. Os servidores a que se refere o caput devem ser submetidos a exames médicos periódicos, pagos pelo Município.

#### SUBSEÇÃO IX

##### ADICIONAL PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

Art. 93. O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de (50%) cinquenta por cento tendo como base a remuneração do servidor, limitado em sessenta horas mensais.

Parágrafo Único. No caso de trabalho no domingo e em feriado, o adicional será de (100%) cem por cento.

Art. 94. O servidor efetivo ocupante de cargo em comissão ou no exercício de função gratificada não fará jus ao pagamento de horas trabalhadas em regime de serviço extraordinário.

Art. 95. O valor da hora de trabalho realizada no regime de que trata o art. 93 e parágrafo único poderá ser compensado, a critério do servidor, através de termo próprio assinado para este fim, por meio de crédito em banco de horas, desde que não prejudique a realização dos serviços de competência do servidor.

§ 1º O cálculo dos créditos em banco de horas será efetuado conforme o disposto no Art. 93 e parágrafo único.

§ 2º Os créditos em banco de horas não poderão ser convertidos em pecúnia, exceto em casos de rescisão ou conveniência do serviço público.

§ 3º O banco de horas fica limitado a 60 (sessenta) horas.

#### SUBSEÇÃO X

##### ADICIONAL DE FÉRIAS

Art. 96. Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional de (1/3) um terço da remuneração, correspondente ao período de férias.

#### SUBSEÇÃO XI

##### ADICIONAL PELO TRABALHO NOTURNO

Art. 97. O trabalho noturno terá um acréscimo de vinte e cinco por cento sobre o vencimento da hora normal do trabalho diurno.

§ 1º Considera-se noturno, para os efeitos desta lei, o trabalho executado entre vinte e duas horas de um dia e cinco horas do dia seguinte.

§ 2º A hora considerada noturna terá duração de 52 minutos e 30 segundos.

§ 3º o adicional de que trata este artigo, se for o caso, será cumulável com aquele previsto no art. 93 e parágrafo único desta lei.

#### SUBSEÇÃO XII

##### ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 98. Será concedido ao servidor efetivo ativo titular de cargo de carreira adicional de 1% (um por cento) em cada ano ímpar e 2% (dois por cento) em cada ano par, por efetivo exercício no serviço público municipal, calculado sobre o vencimento de seu cargo, acumulável até o limite de 45% (quarenta e cinco por cento) do total dos adicionais de tempo de serviço.

§ 1º O servidor efetivo nomeado em cargo em comissão perceberá o adicional calculado sobre o vencimento do cargo efetivo.

§ 2º O servidor fará jus ao adicional a partir do mês em que completar um ano de serviço efetivo, independente de requerimento.

§ 3º O servidor público municipal que for investido em outro cargo efetivo poderá averbar todo o tempo de serviço público prestado ao Município, independente do regime jurídico, para fins de concessão do adicional.

§ 4º O servidor que for investido em outro cargo efetivo, fará jus ao adicional de tempo de serviço acumulado do cargo anterior, calculado sobre o vencimento do cargo atual.

#### CAPÍTULO III

##### DAS FÉRIAS

Art. 99. Todo servidor terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º Após cada período de doze meses de exercício efetivo, o servidor terá direito a férias, na seguinte proporção:

I - trinta dias corridos, quando o servidor não houver faltado ao serviço mais de cinco vezes injustificadamente;

II - vinte e quatro dias corridos, quando o servidor tiver de seis a quatorze faltas injustificadas;

III - dezoito dias corridos, quando o servidor tiver de quinze a vinte e três faltas injustificadas; e

IV - doze dias corridos, quando o servidor tiver de vinte e quatro a trinta faltas injustificadas.

§ 2º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos doze meses de efetivo serviço.

§ 3º É vedado descontar do período de férias, as faltas do servidor ao serviço, bem como a administração descontar os dias decretados como facultativos.

§ 4º As férias serão concedidas por ato do chefe do Poder Executivo, em se tratando de órgão da administração direta do Poder Executivo ou pelo dirigente máximo, em se tratando de autarquia ou fundação, em no máximo dois períodos, não inferiores a dez dias corridos, salvo por imperiosa necessidade do serviço público, nos onze meses subsequentes ao período aquisitivo.

§ 5º Por conveniência do serviço público poderão ser concedidas férias coletivas aos servidores municipais, ou de determinados órgãos ou unidades administrativas.

§ 6º É vedado o acúmulo de férias, salvo por imperiosa necessidade do serviço público, devidamente justificada, e, no máximo, por mais (01) um ano.

§ 7º A concessão de férias fora do prazo estabelecido no parágrafo 6º deste artigo assegura ao servidor o recebimento, em dobro, da respectiva remuneração.

§ 8º A integração no cálculo das férias se dará pela média dos últimos 12 (doze) meses anteriores ao período aquisitivo.

Art. 100. Na exoneração do servidor será devida:

I - a remuneração simples ou em dobro, conforme o correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido; e

II - a remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de um doze avos por mês de prestação de serviço ou fração igual ou superior a quinze dias.

Art. 101. Suspendem o período aquisitivo de férias:

I - os afastamentos do exercício do cargo previstos nos incisos I, III e IV do art. 23, e

II - as licenças previstas nos incisos II, III, IV, VI e X do art. 107.

Art. 102. Perderá o direito ao gozo de férias o servidor que, no curso do período aquisitivo:

I - faltar ao serviço injustificadamente por mais de trinta dias;

II - Usufruir por mais de cento e oitenta dias as licenças previstas nos incisos I, II, III, IV, VI, XII e XIII do art. 107.

Parágrafo Único. Iniciar-se-á o decurso de novo período aquisitivo quando o servidor, após o implemento de qualquer das condições previstas neste artigo, retornar ao serviço.

Art. 103. É facultado ao servidor converter (1/3) um terço das férias em abono pecuniário.

Art. 104. O servidor que opera direta, exclusiva e permanentemente com Raios-X e substâncias radioativas, gozará, obrigatoriamente, vinte dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida, em qualquer hipótese, a acumulação.

Parágrafo Único. O servidor referido neste artigo não fará jus ao abono pecuniário de que trata o art. 103.

Art. 105. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna ou por motivo de superior interesse público, devidamente justificado.

#### CAPÍTULO IV

##### DO PRÊMIO ASSIDUIDADE

Art. 106. O Servidor Público efetivo que, no exercício anterior, não tiver nenhuma falta ao serviço, justificada ou não, receberá como Prêmio Assiduidade o valor do vencimento, do mês do seu efetivo pagamento, acrescido dos adicionais por tempo de serviço.

§ 1º O Servidor Público efetivo que tiver qualquer falta ao serviço ou tiver mais de dois atrasos ou saídas antecipadas superiores a quinze minutos, não compensadas com banco de horas, perderá um doze avos do prêmio instituído no caput deste artigo referente ao mês em que ocorrerem as faltas ou os atrasos.

§ 2º O período aquisitivo computar-se-á de primeiro de janeiro a trinta e um de dezembro de cada ano e o prêmio será pago juntamente com a remuneração do mês de abril do exercício subsequente.

§ 3º Não será considerado como ausência ao serviço o gozo de férias, gozo de Licença Prêmio e as concessões previstas nos incisos I, III, IV e V e VI do artigo 135 desta Lei Complementar.

§ 4º No ano em que o servidor público municipal for investido no cargo perceberá o prêmio assiduidade proporcionalmente aos meses integralmente laborados e meses em que tiver laborado em fração igual ou superior a 15 dias.

#### CAPÍTULO V

##### DAS LICENÇAS

##### SEÇÃO I

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 107. Conceder-se-á licença ao servidor:

I - por motivo de doença em pessoa da família;

II - para serviço militar obrigatório;

III - para tratar de interesses particulares;

IV - para acompanhar o cônjuge ou companheiro;

V - como prêmio;

VI - para atividade política;

VII - para participação em cursos;

VIII - para congressos e competições esportivas;

IX - para desempenho de mandato classista;

X - para exercer mandato eletivo;

XI - para licença maternidade, paternidade e adotante;

XII - para tratamento de saúde; e

XIII - por acidente em serviço ou moléstia profissional.

Art. 108. O servidor não poderá permanecer em licença da mesma espécie por prazo superior a vinte e quatro meses, salvo nas hipóteses previstas nos incisos II, IV, IX, X, XII e XIII do art. 107.

Art. 109. Terminada a licença o servidor reassumirá imediatamente o exercício do cargo, salvo nos casos de prorrogação de ofício ou a pedido, retornando a sua lotação de origem.

Art. 110. A competência para a concessão de licença será da autoridade máxima do órgão público ao qual o servidor estiver vinculado.

Art. 111. O servidor em gozo de licença comunicará ao seu chefe imediato o local onde poderá ser encontrado.

##### SUBSEÇÃO I

##### DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 112. O servidor poderá obter licença, sem remuneração, por motivo de doença em cônjuge ou companheiro, filhos de qualquer natureza, inclusive enteados, pais e sogros, desde que prove ser indispensável a sua assistência pessoal, e esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado por meio de avaliação a ser realizado pela Perícia Médica Oficial do Município.

§ 1º A licença apenas poderá ser deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício de seu cargo ou mediante compensação de horário, o que deverá ser apurado pela Perícia Médica Oficial do Município.

§ 2º A licença será concedida sem remuneração do cargo por até 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogada por igual período, mediante parecer da Perícia Médica Oficial do Município.

§ 3º Será concedida licença ao servidor, com remuneração, pelo período de 15 (quinze) dias, consecutivos ou não, respeitado o interstício de 12 (doze) meses a contar do afastamento da primeira licença, por motivo de doença de filhos de qualquer natureza ou enteados, menores de 14 (catorze) anos, mediante comprovação para a Perícia Médica Oficial do Município.

## SUBSEÇÃO II

### DA LICENÇA PARA SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

Art. 113. Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação federal específica.

Parágrafo Único. Concluído o serviço militar, o servidor terá até trinta dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

## SUBSEÇÃO III

### DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Art. 114. A critério da administração poderá ser concedida ao servidor efetivo e estável licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até dois anos consecutivos, sem remuneração, desde que seu afastamento não necessite de substituto.

§ 1º A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou por necessidade do serviço, devendo, neste caso, o mesmo reassumir no prazo de quinze dias do recebimento da convocação.

§ 2º Em caso de interrupção da licença por necessidade do serviço, a licença poderá ser renovada até a complementação do prazo anteriormente concedido.

Art. 115. Não se concederá nova licença antes de decorridos dois anos do término da anterior.

Art. 116. Não se concederá a licença a servidor nomeado para outro cargo efetivo ou removido antes de completar 3 (três) anos no exercício, ou que esteja respondendo a processo disciplinar.

Art. 117. O servidor aguardará em exercício a decisão sobre o pedido de licença, que lhe será comunicada no prazo de até trinta dias.

Art. 118. Ao servidor ocupante de cargo em comissão ou em exercício de função gratificada não se concederá, nessa qualidade, licença para tratar de interesses particulares.

## SUBSEÇÃO IV

### DA LICENÇA PARA ACOMPANHAR O CÔNJUGE OU COMPANHEIRO

Art. 119. O servidor estável, cujo cônjuge ou companheiro for servidor federal, estadual ou municipal, que se deslocar para servir em outro ponto do território nacional além dos limites do Médio Vale do Itajaí, ou no estrangeiro, terá direito à licença sem remuneração, por prazo de até 04 ( quatro) anos improrrogável.

Parágrafo Único. Cessando o motivo ou a justificativa que fundamentou o pedido, o servidor deverá reassumir as funções do cargo no prazo de trinta dias, sob pena de exoneração.

## SUBSEÇÃO V

### DA LICENÇA-PRÊMIO

Art. 120. Após cada triênio de efetivo exercício no Município, ao servidor efetivo, será concedido licença-prêmio de trinta dias consecutivos ou em dois períodos de 15 (quinze) dias com direito a remuneração integral do seu cargo.

Parágrafo Único. A licença-prêmio será gozada pelo servidor, mediante requerimento com antecedência mínima de 30 dias e será concedida de acordo com os interesses do serviço público.

Art. 121. Prorrogam a contagem do período aquisitivo para efeito de concessão da licença-prêmio:

I - os afastamentos do exercício do cargo previstos no art. 23;

II - as licenças previstas no art. 107, exceto os incisos V e IX;

III - as licenças previstas nos incisos I, II, II e IV do artigo 180.

Parágrafo Único. Na ocorrência das situações previstas neste artigo a contagem do período aquisitivo para efeito da licença prorrogará, por quantas vezes for necessário, até completar 03 (três) anos de serviço, quando inicia novo período aquisitivo.

Art. 122. As faltas injustificadas ao serviço prorrogarão a contagem do período aquisitivo da licença prêmio na proporção de um mês para cada falta.

Art. 123. Perde o direito à licença-prêmio o servidor que durante o período aquisitivo tiver sofrido pena de advertência ou suspensão, ocasião na qual se inicia nova contagem de período aquisitivo.

Art. 124. A licença prêmio não pode ser convertida em pecúnia, exceto em casos de exoneração.

Parágrafo Único. Em caso de exoneração o servidor estável fará jus ao pagamento proporcional da licença prêmio.

## SUBSEÇÃO VI

### DA LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA

Art. 125. Nos termos da legislação federal específica, o servidor que pleitear candidatura a cargo eletivo fará jus a licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 126. Ao servidor que eleito for para mandato eletivo, aplicar-se-ão as disposições do artigo 131 desta lei complementar.

## SUBSEÇÃO VII

### DA LICENÇA PARA PARTICIPAÇÃO EM CURSOS, CONGRESSOS E COMPETIÇÕES ESPORTIVAS

Art. 127. O servidor terá direito à licença com remuneração integral quando for convocado ou designado para participar de cursos, congressos, seminários ou competições esportivas oficiais, mediante expressa autorização da autoridade a que estiver vinculado.

#### SUBSEÇÃO VIII

##### DA LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA

Art. 128. É assegurado ao servidor ocupante do cargo de presidente no sindicato dos servidores públicos municipais o direito à licença para desempenho de mandato classista.

Parágrafo Único. Poderá ser licenciados mais de um servidor, entretanto, sem remuneração.

Art. 129. O servidor licenciado para o desempenho de mandato no sindicato será pago pelo Poder Executivo, com direito ao vencimento e vantagens permanentes do cargo efetivo.

Art. 130. A licença terá duração igual ao do mandato, podendo ser prorrogada, em caso de reeleição, conforme Estatuto das Entidades.

#### SUBSEÇÃO IX

##### DA LICENÇA PARA EXERCER MANDATO ELETIVO

Art. 131. Ao servidor investido em cargo eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato federal ou estadual, ficará afastado do cargo, sem remuneração;

II - investido no mandato de prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de vereador, vice-prefeito ou conselheiro tutelar:

a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;

b) não havendo compatibilidade de horário, no caso de vereador e vice-prefeito, será afastado do cargo efetivo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

c) no caso de conselheiro tutelar, deverá se afastar do cargo efetivo e receberá a remuneração do cargo eletivo.

Parágrafo Único. No caso de afastamento do cargo, o servidor contribuirá para o Regime Próprio de Previdência, como se em exercício estivesse, devendo fazer a devida comprovação ao órgão da previdência própria, sob pena de perda da qualidade de segurado.

#### SUBSEÇÃO X

##### DA LICENÇA PATERNIDADE, MATERNIDADE E ADOTANTE

Art. 132. As licenças de que trata este artigo estão regulamentadas no artigo 183 e seguintes desta lei complementar.

#### SUBSEÇÃO XI

##### DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 133. As licenças de que trata este artigo estão regulamentadas no artigo 181 e seguinte desta lei complementar.

#### SUBSEÇÃO XII

##### DA LICENÇA POR ACIDENTE EM SERVIÇO OU MOLÉSTIA PROFISSIONAL

Art. 134. As licenças de que trata este artigo estão regulamentadas no artigo 187 e seguintes desta lei complementar.

#### CAPÍTULO VI

##### DAS CONCESSÕES

Art. 135. Sem qualquer prejuízo da remuneração, o servidor poderá se ausentar do serviço:

I - por um dia, para cada doação de sangue e/ou cadastro de medula óssea;

II - por cinco dias úteis, em razão de casamento;

III - por sete dias, a contar da data do ocorrido, em razão de falecimento do cônjuge ou companheiro(a) do servidor, pais e filhos;

IV - por três dias, a contar da data do ocorrido, em razão de falecimento de irmãos do servidor e de seu cônjuge ou companheiro(a), pessoas que vivam sob sua guarda ou tutela, legalmente concedida, netos, avós e sogro(a);

V - por um dia, em razão do falecimento de tios, sobrinhos e primos do servidor e de seu cônjuge ou companheiro(a); e

VI - pelo tempo que se fizer necessário, em virtude de júri e outros convocações legais, mediante comprovação;

#### CAPÍTULO VII

##### DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Art. 136. A apuração do tempo de contribuição será feita em dias, que serão convertidos em anos, meses e dias.

Art. 137. Será considerado como tempo de contribuição o afastamento em razão de:

I - férias;

II - licença por acidente em serviço ou moléstia profissional;

III - para tratamento da própria saúde;

IV - licença maternidade, paternidade e adotante;

V - convocação para o serviço militar;

VI - em razão da convocação para participar em cursos, congressos, seminários e competições esportivas;

VII - por motivo de saúde de pessoa da família do servidor, até 15 dias;

VIII - licença-prêmio gozada;

IX - licença para atividade política;

X - para desempenho de mandato classista;

XI - para desempenho de mandato de Conselheiro Tutelar, desde que contribua para o regime próprio de previdência;

XII - exercício de cargo de provimento em comissão;

XIII - desempenho de mandato eletivo Federal, Estadual ou Municipal, desde que contribua para o regime próprio de previdência;

XIV - cessão de servidor, sem ônus para a origem, desde que contribua para o regime próprio de previdência; e

XV - as concessões elencadas no Art. 135.

Art. 138. A contagem do tempo de contribuição para efeito de aposentadoria será efetuada nas condições estabelecidas em legislação específica.

Art. 139. Todo o tempo de contribuição público prestado ao Município será considerado na forma e condições estabelecidas nesta lei.

## CAPÍTULO VIII

### DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 140. É assegurado ao servidor o direito de requerer, pedir reconsideração e recorrer, aos poderes públicos, em defesa de direito ou de interesse legítimo.

§ 1º O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo.

§ 2º O pedido de reconsideração deverá ser apresentado, no prazo de cinco dias da ciência ou da publicação da decisão, à autoridade que decidiu o requerimento e será julgado no prazo de 30 dias.

§ 3º Caberá recurso à autoridade máxima de cada órgão, na forma que a lei dispuser:

I - do indeferimento do pedido de reconsideração; e

II - da decisão da autoridade competente para analisar o pedido.

Art. 141. O prazo para interposição de recurso é de quinze dias, a contar da ciência ou da publicação da decisão e será julgado no prazo de 30 dias.

Art. 142. O recurso poderá ser recebido, com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente.

Parágrafo único. Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 143. O direito de requerer prescreve em cinco anos.

Parágrafo único. O prazo de prescrição será contado a partir da data da ciência ou da publicação do ato impugnado.

Art. 144. A apresentação do requerimento interrompe a contagem do prazo de prescrição.

Parágrafo único. Cessa a interrupção da contagem do prazo de prescrição a decisão final definitiva da autoridade competente, a decisão definitiva do pedido de reconsideração ou do recurso.

Art. 145. A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.

Art. 146. Para o exercício do direito de petição é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou a procurador por ele constituído.

Art. 147. A Administração deverá rever seus atos, a qualquer

tempo, quando eivados de ilegalidade.

Art. 148. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

## TÍTULO IV

### DO REGIME DISCIPLINAR

#### CAPÍTULO I

##### DOS DEVERES

Art. 149. São deveres do servidor:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo ou função;

II - ser leal às instituições a que servir;

III - ser assíduo e pontual ao serviço;

IV - manter conduta compatível com a moralidade e probidade administrativa;

V - tratar com urbanidade as pessoas;

VI - observar as normas legais e regulamentares;

VII - cumprir as ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais;

VIII - levar ao conhecimento da autoridade máxima do órgão as irregularidades de que tiver ciência no âmbito da administração pública;

IX - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

X - fazer pronta comunicação à chefia imediata do motivo de seu não comparecimento ao serviço;

XI - atender com presteza:

a) ao público em geral e aos demais servidores, prestando as informações requeridas, ressalvadas às protegidas por sigilo;

b) a expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal, na forma da lei;

c) as requisições para a defesa da Fazenda Pública, no prazo determinado pela autoridade competente;

XII - colaborar com o aperfeiçoamento do serviço, sugerindo à chefia imediata as medidas que julgar necessária bem como acatar as que forem sugeridas;

XIII - guardar sigilo sobre assuntos relacionados ao trabalho;

XIV - apresentar-se imediatamente em casos de convocação; e

XV - manter válidos os requisitos exigidos para o desempenho do cargo.

#### CAPÍTULO II

##### DAS PROIBIÇÕES

Art. 150. Ao servidor público é proibido:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do superior imediato;

II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III - recusar fé a documento público;

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento, processo ou execução de serviço;

V - atribuir à pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de subordinado;

VI - praticar atos ou atitudes, no recinto da repartição, que obriquem outro servidor à filiação político partidária, sindical ou associativa profissional;

VII - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;

VIII - opor resistência injustificada, negar ou deixar de comparecer, quando convocado, à realização de perícia médica ou deixar de atender as solicitações da perícia médica oficial do Município;

IX - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos superiores hierárquicos, aos demais servidores, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público;

X - atribuir a outro servidor funções estranhas às do cargo que este ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares;

XII - exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho;

XIII- participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, ou exercer comércio, e, nessa qualidade, transacionar com o poder público;

XIV- atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas municipais, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes, em linha reta ou colateral, até o segundo grau civil, cônjuge ou companheiro;

XV- receber propina, presente, comissão ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XVI- praticar usura sob qualquer de suas formas;

XVII- proceder de forma desidiosa;

XVIII - injuriar, caluniar, difamar ou assediar moralmente, de forma direta, por meio de terceiros, ou por qualquer outro meio, valendo-se, para isto, de sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerente ao exercício de seu cargo, outro servidor público ou qualquer pessoa, quando em horário de expediente;

XIX - constranger sexualmente, de forma direta, por meio de terceiros, ou por qualquer outro meio, outro servidor público ou qualquer pessoa quando em horário de expediente;

XX - agredir física ou verbalmente outro servidor público ou

qualquer pessoa, salvo em caso de defesa própria ou de outrem, quando em horário de expediente;

XXI- valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

XXII- acumular remuneração de cargo, emprego ou função pública, exceto nas hipóteses previstas no art. 151;

XXIII - exercer atividade laboral remunerada ou não durante o gozo de Licença de Tratamento de Saúde;

XXIV - transgredir os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto do idoso; e

XXV - apresentar-se ao serviço sob o efeito de drogas ou utilizar-se delas durante o serviço.

### CAPÍTULO III

#### DA ACUMULAÇÃO LEGAL DE CARGOS PÚBLICOS

Art. 151. É vedada acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

I - a de dois cargos de professor;

II - a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; e

III - a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

§ 1º A proibição de acumular se estende a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

§ 2º É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do regime próprio de Previdência com a remuneração de cargo, empregos ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma deste artigo, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

### CAPÍTULO IV

#### DAS RESPONSABILIDADES

Art. 152. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

§ 1º A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro, praticado pelo servidor no desempenho de seu cargo, emprego ou função.

§ 2º Tratando-se de dano causado a terceiro, responderá o servidor perante a fazenda pública, em ação própria, se infrutífera a composição.

§ 3º A indenização de prejuízo culposa ou dolosamente causado ao erário, na falta de outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial, poderá ser liquidada, parceladamente, através do desconto de até 10% (dez por cento) das remunerações ou proventos do causador do dano, salvo na hipótese de demissão do servidor, cassação de aposentadoria ou destituição de cargo em comissão, quando o desconto será feito sem observância de limite máximo, sobre as verbas rescisórias a que o servidor fizer jus.

§ 4º Apurada a responsabilidade pelo ressarcimento do prejuízo e não satisfeito o débito, será o respectivo valor inscrito em dívida ativa e promovida sua execução judicial, nos termos das Leis Federais nº 4.320/64 e nº 6.830/80.

§ 5º A obrigação de reparar o dano se estende aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 153. Caracteriza-se responsabilidade administrativa, entre outros:

I - a sonegação de valores e objetos confiados a sua guarda ou responsabilidade;

II - a não prestação de contas na forma e no prazo estabelecido nas leis e regulamentos administrativos;

III - as faltas, danos, avarias e qualquer outro prejuízo que sofrerem os bens e materiais sob sua guarda ou sujeitos a seu exame ou fiscalização;

IV - qualquer erro de cálculo, informação incorreta, omissão de informação, manipulação ou adulteração de informações ou dados, que impliquem em arrecadação de receita em valor inferior, ou em pagamento de despesa em valor superior, àquele efetivamente devido; e

V - a aquisição de bens, materiais e serviços em desacordo com as especificações técnicas, ou em volume e/ou com prazo de validade insuscetível de permitir sua eficaz utilização.

Parágrafo Único. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Art. 154. As sanções civis, penais e administrativas poderão se cumular, sendo independentes entre si.

Art. 155. A responsabilidade civil e penal será apurada no Poder Judiciário, nos termos da legislação específica.

Parágrafo Único. Sempre que o ato omissivo ou comissivo configurar em tese hipótese de crime ou contravenção, deverá a autoridade administrativa providenciar a remessa ao Ministério Público, de cópia dos documentos, papéis, informações e/ou processo administrativo disciplinar, para fins de apuração do ilícito penal.

## CAPÍTULO V

### DAS PENALIDADES

#### SEÇÃO I

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 156. São penalidades disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão;

III - demissão;

IV - cassação de aposentadoria ou de disponibilidade;

V - destituição de função gratificada;

VI - destituição de cargo em comissão; e

VII - multa alternativa à penalidade de suspensão.

Art. 157. Na aplicação das penalidades, serão consideradas: a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais do servidor.

§ 1º São circunstâncias agravantes da pena:

I - a premeditação;

II - a reincidência;

III - o conluio;

IV - a continuação; e

V - o cometimento de ilícito:

a) mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte o processo disciplinar;

b) com abuso de autoridade;

c) durante o cumprimento da pena; e

d) em público.

§2º São circunstâncias atenuantes da pena:

I - haver sido mínima a cooperação do funcionário no cometimento da infração; e

II - ter o agente:

a) procurado espontaneamente e com eficiência, logo após o cometimento da infração, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências ou ter, antes do julgamento, reparado o dano civil;

b) cometido a infração sob coação de superior hierárquico a que não podia resistir, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto de terceiros; e

c) confessado espontaneamente a autoria da infração ignorada ou imputada a outrem.

Art. 158. Fica permitida a atenuação ou a substituição da pena quando da ausência de prejuízos à Administração ou, ainda, em caso de serem irrisórios, observados os princípios da insignificância ou da bagatela, da razoabilidade e da proporcionalidade.

Art. 159. As penas de advertência e de suspensão prescrevem após o decurso de três anos da data do seu registro nos assentamentos funcionais, não podendo mais ser consideradas como agravante para aplicação de outra pena administrativa ou impeditiva para a concessão de direitos que, durante sua validade, estariam vedados ao servidor penalizado.

Parágrafo Único. A prescrição das penas referidas no caput não surte efeitos retroativos.

#### SEÇÃO II

##### DA ADVERTÊNCIA

Art. 160. A advertência será aplicada por escrito, em casos de violação de proibição constante do Art. 150, incisos I ao VII, e da inobservância de dever funcional previsto no Art. 149 deste Estatuto, em regulamentos e demais normas internas, que não

justifiquem imposição de penalidade mais grave.

### SEÇÃO III

#### DA SUSPENSÃO

Art. 161. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência, das proibições referentes incisos VIII ao XVII, do Art. 150, e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder a noventa dias.

Parágrafo Único. Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, a critério da administração, na base de cinquenta por cento por dia da remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

### SEÇÃO IV

#### DA DEMISSÃO

Art. 162. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I - crime praticado por funcionário público contra a administração em geral, na forma dos artigos 312 a 327 do Código Penal;

II - abandono de cargo;

III - inassiduidade habitual;

IV - improbidade administrativa;

V - incontinência pública e conduta escandalosa;

VI - insubordinação grave em serviço;

VII - corrupção;

VIII - transgressão dos incisos XVIII ao XXV, do Art. 150; e

IX - quando o servidor, no decurso de dois anos, reincidir duas ou mais vezes em suspensão, independente dos motivos ou causas que ensejaram a reincidência;

Art. 163. A demissão incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal, pelo prazo de cinco anos.

### SEÇÃO V

#### DA ACUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGOS PÚBLICOS

Art. 164. Detectada a acumulação ilegal de cargo, emprego ou função pública, a autoridade notificará o servidor para apresentar opção por um dos cargos, empregos ou funções, no prazo improrrogável de quinze dias, a partir da ciência do servidor.

§ 1º Na hipótese de o servidor não se manifestar no prazo fixado, a autoridade adotará procedimento sumário para regularização imediata da acumulação ilícita, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação de portaria indicando a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração, e a comissão responsável pela condução dos trabalhos, constituída por servidores estáveis;

II - instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e

III - julgamento.

§ 2º A indicação da autoria de que trata o inciso I do § 1º deste artigo se dará pelo nome e matrícula do servidor, e a materialidade pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§ 3º A Comissão responsável pela condução do processo lavrará, em até cinco dias úteis após o recebimento da portaria de instauração, termo de indicição em que serão transcritas as informações de que trata o § 2º deste artigo, bem como promoverá a citação pessoal do servidor indiciado, para, no prazo de dez dias, apresentar defesa escrita, assegurando-lhe vista do processo na repartição.

Art. 165. Apresentada a defesa, a Comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a litude da acumulação em exame, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo à autoridade instauradora, para julgamento.

Parágrafo Único. No prazo de quinze dias, contado do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

Art. 166. Caracterizada a acumulação ilegal se aplicará pena de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação serão comunicados.

Art. 167. O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá sessenta dias, contado da data de publicação da portaria de instauração.

Art. 168. O procedimento sumário se rege pelas regras contidas nos artigos 164, 165, 166 e 167, observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente, as demais disposições desta lei.

### SEÇÃO VI

#### DA CASSAÇÃO DA APOSENTADORIA

Art. 169. Será cassada a aposentadoria do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.

Parágrafo Único. Uma vez retornado à ativa, será aplicada a pena de demissão ao servidor cuja aposentadoria fora cassada.

### SEÇÃO VII

#### DA CASSAÇÃO DA DISPONIBILIDADE

Art. 170. Será cassada a disponibilidade do servidor:

I - que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão, desde que não prescrita a ação disciplinar;

II - no caso do §3º. do Art. 47; e

III - que houver aceitado ilegalmente cargo, emprego ou função pública.

Parágrafo Único. Uma vez retornado à ativa, será aplicada a pena de demissão ao servidor cuja disponibilidade fora cassada.

## SEÇÃO VIII

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 171. As penalidades disciplinares serão aplicadas pelo chefe do Poder Legislativo, pelo chefe do Poder Executivo ou dirigente de autarquia ou fundação pública instituída e mantida pelo Município, nos casos de demissão, cassação de aposentadoria e de disponibilidade, destituição de cargo em comissão e de suspensão por prazo superior a trinta dias;

Art. 172. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 173. O direito de a administração municipal promover ação disciplinar decairá:

I - em cinco anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação da disponibilidade ou aposentadoria e destituição de cargo em comissão;

II - em dois anos, quanto à suspensão; e

III - em seis meses, quanto à advertência.

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr na data em que a irregularidade se tornou conhecida.

§ 2º Os prazos de prescrição previstos na lei penal se aplicam às infrações disciplinares capituladas como crime.

§ 3º A instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão proferida pela autoridade competente.

§ 4º Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a fluir novamente a partir do término do prazo legal estabelecido para a conclusão do processo disciplinar.

## TÍTULO V

## DA SINDICÂNCIA E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 174. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover ou propor a sua apuração através de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar.

§ 1º A apuração dos fatos pode limitar-se à Sindicância, à instauração imediata de Processo Administrativo Disciplinar ou à realização de Sindicância seguida de Processo Administrativo Disciplinar.

§ 2º São competentes para instaurar Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar o Chefe do Poder Legislativo, o Chefe do Poder Executivo ou dirigentes de autarquias ou fundações públicas instituídas e mantidas pelo Município.

Art. 175. As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

Parágrafo Único - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada.

Art. 176. O servidor que responder a sindicância ou processo disciplinar administrativo só poderá ser aposentado ou exonerado a pedido após a conclusão do processo e, se o caso, o cumprimento da pena.

Art. 177. A Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar serão regulamentados por Decreto.

## TÍTULO VI

## DO PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL E DOS BENEFÍCIOS

## CAPÍTULO I

## DO PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL

Art. 178. O plano de seguridade social tem por objetivo assegurar a seus segurados e a seus dependentes prestações de natureza previdenciária, em caso de contingências que interrompam, depreciem ou façam cessar seus meios de subsistência, conforme legislação vigente.

Art. 179. O Poder Executivo e o Poder Legislativo, por seus órgãos ou mediante contratos ou convênios com outras instituições, poderão prestar serviços de assistência médica, odontológica, laboratorial, hospitalar e farmacêutica.

## CAPÍTULO II

## DOS BENEFÍCIOS

Art. 180. Conceder-se-á ao servidor público, que serão custeados pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo, os seguintes benefícios:

I - licença para tratamento de saúde;

II - licença-paternidade;

III - licença maternidade e à lactante;

IV - licença por acidente em serviço ou moléstia ocupacional;

V - auxílio funeral; e

VI - auxílio reclusão.

## SEÇÃO I

## DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 181. Será concedida licença para tratamento de saúde ao servidor que ficar temporariamente incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual.

§ 1º Até quinze dias consecutivos ou não de afastamento da atividade, com remuneração integral, mediante apresentação de atestado médico.

§ 2º A partir do décimo sexto dia, a concessão da licença para tratamento de saúde dependerá da concessão do benefício de auxílio-doença, a cargo do Fundo de Aposentadoria e Pensões, isentando o Município da remuneração do servidor enquanto perdurar a concessão do referido benefício.

§ 3º Se, num período de sessenta dias, o servidor apresentar vários atestados decorrentes da mesma moléstia, cujos períodos de afastamento somem mais de quinze dias, este servidor será encaminhado à perícia médica do órgão previdenciário.

Art. 182. A licença para tratamento de saúde cessa com a recuperação da capacidade para o trabalho ou em caso de falecimento.

Parágrafo Único. Em caso de restar comprovado que o servidor

laborou durante o gozo da Licença para Tratamento de Saúde, ficará sujeito a penalidade de demissão nos termos do inciso XXIII do Art. 150.

## SEÇÃO II

### DA LICENÇA PATERNIDADE

Art. 183. A licença paternidade remunerada será de:

I - oito dias, a contar da data do ocorrido, em caso de nascimento de próprio filho, adoção ou guarda judicial de filho menor de quatorze anos de idade;

## SEÇÃO III

### DA LICENÇA MATERNIDADE E À LACTANTE

Art. 184. A concessão da licença maternidade ficará vinculada a concessão do salário-maternidade, a cargo do Fundo de Aposentadoria e Pensões, cujo prazo é de cento e vinte dias, e poderá, a critério do (a) servidor (a), ser estendido por mais sessenta dias, concedidos e remunerados pela entidade a qual o (a) servidor (a) é vinculado (a).

§ 1º A licença poderá ser concedida a partir de vinte e oito dias anteriores à data do parto, mediante realização de perícia médica, podendo ocorrer, no caso de parto antecipado, a partir da vigésima terceira semana de gestação.

§ 2º Não será aceito atestado médico nos 28 dias anteriores a data provável do parto.

§ 3º No caso de natimorto ou aborto, será devida licença para tratar de saúde mediante realização de perícia médica.

§ 4º É assegurado à gestante o direito a readaptação em função compatível com seu estado físico, a critério da perícia médica oficial, sem prejuízo da licença maternidade.

§ 5º A licença maternidade à servidora pós-parto será suspensa quando da ocorrência do falecimento da criança nos sessenta dias anteriores ao seu término.

§ 6º Estando a gestante usufruindo férias ou licença-prêmio quando da ocorrência do parto, a mesma será interrompida, e o período restante deverá ter o usufruto iniciado após o término da licença maternidade.

§ 7º Ocorrendo o parto sem que a gestante tenha usufruído as férias do exercício, as mesmas deverão iniciar no dia subsequente ao término da licença.

8º Nos sessenta dias anteriores ao término do usufruto da licença maternidade, a servidora pós-parto não poderá exercer atividade, sob pena de perda do direito de usufruto do período restante e restituição da remuneração do período de ocorrência dos fatos aos cofres públicos, após devidamente comprovado em processo administrativo disciplinar.

§ 9º A servidora pós-parto poderá renunciar ao usufruto dos sessenta dias anteriores ao término da licença maternidade, devendo apresentar em até trinta dias anteriores de seu início, renúncia parcial de trinta ou 60 (sessenta) dias, não se aplicando o disposto no § 8º deste artigo.

Art. 185. À lactante é assegurado, sem qualquer prejuízo, o direito de ausentar-se do serviço por até duas horas diárias para uma jornada de trabalho de quarenta horas semanais, até o filho

completar seis meses de idade.

§ 1º Para carga horária inferior ao disposto no caput deste artigo aplicar-se-á a proporcionalidade.

§ 2º A concessão do benefício está condicionada à solicitação pela lactante acompanhada da certidão de nascimento da criança.

§ 3º O horário de lactação ficará a critério da requerente, devendo ser desdobrado em frações quando a lactante estiver sujeita a dois turnos ou períodos de trabalho.

Art. 186. É assegurado ao servidor(a) efetivo(a) que adotar ou obtiver a guarda ou a tutela judicial definitiva de criança licença de cento e vinte dias, podendo ser estendida, a critério do servidor(a) por mais sessenta dias concedidos e remunerados pela entidade a qual o servidor(a) esteja vinculado(a), nos termos do art. 184;

§ 1º O servidor(a) deverá requerer a licença de que trata o caput deste artigo à autoridade competente, no prazo máximo de dez dias a contar da expedição, conforme o caso, do termo de adoção ou do termo de guarda para fins de adoção.

§ 2º O requerimento de que trata o § 1º deste artigo deverá estar instruído com as provas necessárias à verificação dos requisitos para a concessão da licença.

§ 3º A não observância do disposto nos § 1º e § 2º deste artigo implicará em indeferimento do pedido da licença.

## SEÇÃO IV

### DA LICENÇA POR ACIDENTE EM SERVIÇO OU MOLÉSTIA OCUPACIONAL

Art. 187. Será licenciado com remuneração integral o servidor acidentado em serviço ou portador de moléstia ocupacional, devidamente atestada por perícia médica.

Art. 188. Será pago pelo Poder Legislativo, Poder Executivo, suas autarquias e fundações Públicas:

I - a remuneração integral do servidor nos primeiros quinze dias de afastamento; e

II - a complementação da remuneração do servidor a partir do décimo sexto dia de afastamento.

Parágrafo Único. Compete ao Município promover a apresentação do servidor à perícia médica do órgão previdenciário, a partir do décimo sexto dia de afastamento, por motivo de acidente em serviço, na forma de lei específica.

Art. 189. Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor e que se relacione mediata ou imediatamente com as atribuições do cargo, emprego ou função exercida.

Parágrafo Único. Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

I - decorrente de trauma físico sofrido e não provocado pelo servidor no exercício de seu cargo, emprego ou função;

II - sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa;

III - sofrido no percurso para o local de refeição ou de volta dele, no intervalo do trabalho; e

IV - decorrente de acidente sofrido, ainda que fora do local e horário de serviço:

a) na execução de ordem ou na realização de serviços autorizados pelo Chefe do órgão ao qual o servidor estiver vinculado; e

b) em viagem a serviço do Município, inclusive para estudo, quando financiada por este, dentro de seus planos para melhor capacitação de mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive, com veículo de propriedade do servidor.

Art. 190. O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado poderá ser tratado em instituição privada, a conta de recursos públicos.

Parágrafo Único. O tratamento recomendado por avaliação médica da perícia médica oficial do Município constitui medida imperativa, somente sendo admissível tratamento em instituição privada quando inexisterem meios e recursos adequados em instituição pública.

Art. 191. A prova do acidente em serviço deverá ser feita através da emissão do CAT, que é o documento próprio.

## SEÇÃO V

### DO AUXÍLIO-FUNERAL

Art. 192. O auxílio funeral é devido à família do servidor falecido ativo ou inativo, correspondente a cinco vezes o menor padrão de vencimento pago pelo Município e, em caso de acidente em serviço, será correspondente a dez vezes o menor padrão de vencimento pago pelo Município.

§ 1º No caso de acumulação legal de cargos, o auxílio será pago somente em razão de um deles.

§ 2º O auxílio será pago em parcela única no prazo de dez dias a partir da data de protocolo do requerimento, por procedimento sumaríssimo, ao cônjuge/companheiro(a) ou sucessor legal do servidor falecido, mediante comprovação.

Art. 193. Em caso de falecimento de servidor em serviço fora do local de trabalho, inclusive no exterior, as despesas do traslado do corpo correrão à conta dos recursos oficiais.

## SEÇÃO VI

### DO AUXÍLIO RECLUSÃO

Art. 194. O auxílio reclusão será pago à família do servidor, ativo ou inativo, conforme legislação vigente do órgão previdenciário.

Art. 195. O pagamento do auxílio reclusão cessará a partir do dia mediato àquele em que o servidor for posto em liberdade, ainda que condicional.

Art. 196. O benefício estabelecido nesta seção não será devido quando a prisão decorrer de cometimento de crime funcional.

## TÍTULO VII

### DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO

#### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

#### SEÇÃO I

#### DOS INTEGRANTES DO MAGISTÉRIO

Art. 197. Integram a carreira do magistério público municipal os profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades, incluídas as de direção, administração e orientação educacional.

## SEÇÃO II

### DO INGRESSO NO MAGISTÉRIO E DA QUALIFICAÇÃO MÍNIMA

Art. 198. O ingresso na carreira do magistério se dará por concurso público de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo único. O exercício de docência na carreira de magistério exige, como qualificação mínima, a graduação na área de atuação, sendo:

I - curso de licenciatura em Pedagogia para a Educação Infantil e Anos Iniciais, ou Curso de Normal Superior para os Anos Iniciais;

II - curso de licenciatura na área específica nas disciplinas do Ensino Fundamental;

III - curso superior de Pedagogia com habilitação em Educação Especial ou licenciatura na área da educação com pós-graduação em Educação Especial para Atendimento Educacional Especializado;

IV - curso de Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional ou Curso Superior de licenciatura, com pós-graduação em Gestão Escolar (habilitação em Orientação Escolar), para os cargos de Pedagogo - Orientador Educacional.

## SEÇÃO III

### DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 199. A jornada de trabalho do titular de cargo de carreira do magistério poderá ser de no máximo quarenta horas semanais e poderá ser definida juntamente com o cargo aberto no concurso;

§ 1º O titular de cargo de carreira do magistério será efetivado na carga horária da vaga escolhida.

§ 2º O professor deverá, obrigatoriamente, ministrar aulas em quantidade equivalente a dois terços da respectiva jornada de trabalho, destinando as demais às horas-atividade.

§ 3º A jornada de trabalho do professor deverá ser obrigatoriamente cumprida e completada onde for necessário, inclusive em mais de um estabelecimento de ensino, quando for o caso.

§ 4º A jornada de trabalho do professor em função docente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil inclui parte de horas de aula e parte de horas de atividades e deverão ser cumpridas no estabelecimento de ensino.

Art. 200. O titular de cargo de Carreira em jornada parcial, que não esteja em acumulação de cargo, emprego ou função pública, poderá prestar serviço, em regime suplementar, até o máximo de mais trinta horas semanais, para substituição temporária de professores em função docente, nos seus impedimentos legais.

Parágrafo Único. Na prestação do serviço de que trata o caput deste artigo, deverá ser resguardada a proporção de horas-atividade, quando para o exercício da docência.

## SEÇÃO IV

### DA REMUNERAÇÃO E DAS VANTAGENS

Art. 201. A remuneração dos docentes será estabelecida no plano de carreira e remuneração do magistério, obedecendo aos seguintes princípios:

I - não serão incorporadas à remuneração, vencimentos ou proventos de aposentadoria, quaisquer gratificações por funções dentro ou fora do sistema de ensino;

II - a cedência para outras funções fora do sistema de ensino só será admitida sem ônus para o sistema de origem do integrante da carreira de magistério; e

III - Nos termos desta lei complementar, quando por necessidade temporária e excepcional o servidor realizar jornada de trabalho superior àquela em que foi efetivado no serviço público, o excesso será pago de forma fracionada tendo por base a fração excedente correspondente.

## SEÇÃO V

### DAS GRATIFICAÇÕES ESPECÍFICAS

Art. 202. Aos membros do magistério poderão ser pagas as seguintes gratificações:

I - gratificação pelo exercício de direção de unidades escolares e Centros de Educação Infantil;

II - gratificação de professor regente em escola multisseriada e Centros de Educação Infantil;

III - gratificação de professor responsável por Extensão de Centros de Educação Infantil;

IV - gratificação para o professor que atua no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Projeto de Atendimento aos Diferentes Ritmos de Aprendizagem (PADRA), no valor de 15% (quinze por cento) do respectivo vencimento;

V - gratificação de estímulo ao professor alfabetizador.

§ 1º O professor alfabetizador, que ministra aulas para o 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental, perceberá o equivalente a 15% (quinze por cento) sobre seu respectivo vencimento, devido nos meses de julho e dezembro de cada ano.

§ 2º Fará jus a esta gratificação o professor que tiver ministrado no mínimo, 60 (sessenta) dias de aula proporcionalmente ao tempo trabalhado.

§ 3º Para o Professor Alfabetizador receber esta gratificação a turma de atuação será avaliada dentro dos critérios do PROFA e PNAIC, pela equipe pedagógica da Secretaria de Educação, tendo como parâmetro a alfabetização de 90% dos seus alunos.

Art. 203. A gratificação pelo exercício de direção de unidades escolares e Centros de Educação Infantil, regência e professor responsável por Extensão será atribuída ao professor efetivo que estiver no exercício da função.

Parágrafo Único. O valor das gratificações de que trata este artigo será fixado em Decreto Municipal, tendo, como base, o vencimento inicial da carreira.

Art. 204. As gratificações de que trata esta seção:

I - não servirão de base para o cálculo de outras vantagens;

II - não se incorporam à remuneração do servidor e somente poderão ser pagas enquanto subsistirem as condições necessárias à

sua concessão.

## SEÇÃO VII

### DAS FÉRIAS DO MAGISTÉRIO

Art. 205. Os integrantes do Magistério farão jus a férias anuais:

I - de 45 (quarenta e cinco) dias para os cargos de professor, Orientador Educacional, Administrador Escolar e diretor ou professor regente, em exercício nas unidades escolares e Centros de Educação Infantil;

II - de 30 (trinta) dias para o titular de cargo de professor, Orientador Educacional e Administrador Escolar, no exercício de outras funções, fora das unidades escolares.

§ 1º O adicional constitucional de 1/3 incidirá somente sobre o período de 30 dias.

§ 2º Nas unidades escolares as férias serão gozadas nos períodos de recesso escolar.

§ 3º Na concessão das férias estipuladas no caput deste artigo deverão ser preservados incondicionalmente os interesses dos pais dos alunos, de modo que as atividades regulares das respectivas unidades não sejam paralisadas em prejuízo de sua atividade profissional.

## SEÇÃO VII

### DAS DISTINÇÕES E LOUVORES

Art. 206. Ao membro do magistério público que se destacar por relevante serviço prestado à educação será concedido o título de "Educador Emérito".

Parágrafo Único. É instituída, para fins do artigo anterior, a medalha de "Educador Emérito".

Art. 207. Será distinguido por ato público de louvor, o membro do magistério que se destacar, no exercício do cargo, em trabalho de natureza profissional, humano e social.

Art. 208. É dedicado o dia quinze de outubro como "dia do Professor".

Parágrafo Único. Chefe do Poder Executivo poderá determinar, através de Decreto Municipal, ponto facultativo, relativo ao que se refere o caput deste artigo.

Art. 209. Na criação de estabelecimento de ensino público, ao mesmo será concedido nome de membro do magistério falecido que tenha se destacado no setor educacional como Patrono.

## TÍTULO VIII

### DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 210. Considera-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem de seu assentamento funcional.

Parágrafo Único. Equipara-se ao cônjuge, a companheira ou companheiro designado que comprove união estável como entidade familiar.

Art. 211. O servidor que esteja sujeito à fiscalização de órgão profissional e for suspenso do exercício da profissão, enquanto

durar a medida, não poderá desempenhar atividade que envolva responsabilidade técnica profissional.

Art. 212. Os prazos previstos nesta lei serão contados em dias corridos, iniciando-se no primeiro dia útil seguinte, incluindo-se o dia do vencimento, ficando prorrogado para o primeiro dia útil seguinte o prazo vencido em dia em que não haja expediente.

Art. 213. Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer de seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem se eximir do cumprimento de seus deveres.

Art. 214. É dedicado o dia vinte e oito de outubro como o "dia do Servidor Público".

Parágrafo Único. Chefe do Poder Executivo poderá determinar, através de Decreto Municipal, ponto facultativo, relativo ao que se refere o caput deste artigo.

Art. 215. Poderá ser instituída, no âmbito do Poder Executivo e do Poder Legislativo, a concessão de medalhas, diplomas de honra ao mérito, condecorações e elogios por ato normativo dos respectivos poderes.

Art. 216. É facultada a delegação de competência quanto a atos previstos nesta lei.

Art. 217. Esta lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

Art. 218. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente e de créditos suplementares que se fizerem necessários.

Art. 219. Para os casos de licença prêmio aplicam-se as seguintes disposições:

I - o servidor que estiver no decurso da contagem de período aquisitivo e já tiver perdido o direito à licença prêmio na vigência da Lei Complementar nº 74, de 05 de dezembro de 2001, iniciará novo período aquisitivo a partir da vigência desta lei;

II - aos afastamentos inferiores a 30 dias, anteriores a data de vigência desta lei, não se aplicará o disposto no parágrafo único do artigo 121 e artigo 122 da presente lei.

Art. 220. Os servidores em gozo da licença para acompanhamento de cônjuge prevista no artigo 132 da Lei Complementar nº 74, de 05 de dezembro de 2001, deverão comprovar os requisitos previstos no artigo 119 desta lei, no prazo de 30 dias da intimação, sob pena de revogação da licença.

Art. 221. O servidor que já tenha atingido o limite de adicional por tempo de serviço previsto na Lei Complementar nº 74, de 05 de dezembro de 2001, continuará a contagem, até o limite de 45%, iniciando período aquisitivo a partir da vigência desta lei.

Art. 222. O servidor público em estágio probatório fará jus ao adicional previsto nos parágrafos 3º e 4º do artigo 98 desta lei no mês de janeiro de 2015 e posteriormente no mês em que completar mais um ano de serviço no cargo ocupado.

Art. 223. A apuração do direito ao prêmio assiduidade do período aquisitivo do ano de 2014 terá como base a Lei Complementar nº 74, de 05 de dezembro de 2001.

Art. 224. Esta lei complementar entrará em vigor em 1º de janeiro de 2015, revogando-se todas as disposições em contrário,

especialmente a Lei Complementar nº 74, de 05 de dezembro de 2001 e suas alterações, e as Leis Complementares nº 135 e nº 136, de 20 de julho de 2007, e suas alterações.

Município de Pomerode, 05 de dezembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

## **LEI ORDINÁRIA Nº 2.683, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.683, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO GRUPO DE DANÇAS SÊNIOR CLUBE ALEGRE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social no exercício financeiro de 2014, ao Grupo de Danças Sênior Clube Alegre, inscrito no CNPJ sob nº 05.781.168/0001-03, com sede à Rua dos Atiradores, 247, Pomerode/SC, no valor de até R\$ 3.360,00 (Três Mil e Trezentos e Sessenta Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades da entidade, objetivando, a prestação de serviços culturais à comunidade pomerodense.

Art. 2º O Grupo de Danças Sênior Clube Alegre, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 05 de dezembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

## **LEI ORDINÁRIA Nº 2.684, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.684, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO GRUPO FOLCLÓRICO EDELWEISS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social no exercício financeiro de 2014, ao Grupo Folclórico Edelweiss, inscrito no CNPJ sob nº 79.375.879/0001-06, com sede à Rua Arthur Schulze, 117, Pomerode/SC, no valor de até R\$ 3.360,00 (Três Mil e Trezentos e Sessenta Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades da entidade, objetivando, a prestação de serviços culturais à comunidade pomerodense.

Art. 2º O Grupo Folclórico Edelweiss, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 05 de dezembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

## **LEI ORDINÁRIA Nº 2.685, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.685, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DE IVONE BAHR RAMTHUN E ADEMAR RAMTHUN, LOCALIZADOS À RUA RICARDO BAHR, PARA INSTALAÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CEI, BAIRRO CENTRO, DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA EFEITOS DE DESAPROPRIAÇÃO, PELO DECRETO Nº 2.888, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir, os imóveis descritos, mediante compra ou desapropriação, para atender o interesse público municipal com a finalidade de implantação de Centro de Educação Infantil - CEI -, nos seguintes termos:

I - Um terreno situado nesta cidade, à RUA RICARDO BAHR, bairro Centro, contendo a área de um mil, quinhentos e vinte e seis metros e quinze decímetros quadrados (1.526,15m²), de forma irregular, fazendo FRENTE (ao sul) em cinco metros (5,00m) com o lado par da Rua Ricardo Bahr; limitando-se nos FUNDOS (ao norte) em cinquenta e sete metros e sessenta e cinco centímetros (57,65m) com terras de Gabriel Erdmann e Gutierrez Erdmann (R.4-3546); extremado pelo lado DIREITO em três (3) linhas, sendo, a partir da frente, a primeira (a oeste) de vinte e dois metros (22,00m) com terras de Hannelore Lemke (R.16-988), a segunda (ao sul) de cinquenta e um metros (51,00m), dos quais quarenta e dois metros (42,00m) confrontam terras de Hannelore Lemke (R.16-988) e nove metros (9,00m) confrontam terras de Têxtil Artur Ltda. (R.7-3466), e a terceira (a oeste) de trinta e um metros (31,00m) com terras de Maria Christina Cesar Schmidt de Mirson (R.2-3518); e pelo lado ESQUERDO (a leste) em quarenta e um metros e noventa centímetros (41,90m) com terras de Ivone Bahr Ramthun e seu marido, Ademar Ramthun (M-13040); distando, do vértice formado pelas linhas da frente e do lado esquerdo, oitenta e cinco metros e noventa e sete centímetros (85,97m) da esquina formada pelas ruas Ricardo Bahr e Hermann Weege. SEM EDIFICAÇÕES. Imóvel de Matrícula 13039. Com valor de R\$ 230.000,00 (Duzentos e trinta mil Reais) com avaliações anexo.

II - Um terreno situado nesta cidade, à RUA RICARDO BAHR, bairro Centro, contendo a área de um mil e um metros e trinta e cinco decímetros quadrados (1.001,35m²), de forma irregular, fazendo FRENTE (ao sul) em vinte cinco metros e trinta e cinco centímetros (25,35m) com o lado par da Rua Ricardo Bahr; limitando-se nos FUNDOS (ao norte) em vinte e cinco metros e oitenta e cinco centímetros (25,85m) com terras de Gabriel Erdmann e Gutierrez Erdmann (R.4-3546); extremado pelo lado DIREITO (a oeste) em quarenta e um metros e noventa centímetros (41,90) com terras de Ivone Bahr Ramthun e seu marido, Ademar Ramthun (M-13039); e pelo lado ESQUERDO (a leste) em trinta e sete metros e trinta centímetros (37,30m) com terras de Ivone Bahr Ramthun e

seu marido, Ademar Ramthun (M-13041); distando, do vértice formado pelas linhas da frente e do lado esquerdo, sessenta metros e sessenta e dois centímetros (60,62m) da esquina formada pelas ruas Ricardo Bahr e Hermann Weege. SEM EDIFICAÇÕES. Imóvel de Matrícula 13040. Com valor de R\$600.000,00 (Seiscentos mil Reais) com avaliações anexo.

III - Um terreno situado nesta cidade, à RUA RICARDO BAHR, bairro Centro, contendo a área de seiscentos e quatro metros e sessenta e cinco decímetros quadrados (604,65m²), de forma irregular, fazendo FRENTE (ao sul) em dezessete metros e trinta e seis centímetros (17,36m) com o lado par da Rua Ricardo Bahr; limitando-se nos FUNDOS (ao norte) em dezessete metros e noventa e cinco centímetros (17,95m) com terras de Gabriel Erdmann e Gutierrez Erdmann (R.4-3546); extremado pelo lado DIREITO (a oeste) em trinta e sete metros e trinta centímetros (37,30) com terras de Ivone Bahr Ramthun e seu marido, Ademar Ramthun (M-13040); e pelo lado ESQUERDO (a leste) em trinta e três metros e noventa e cinco centímetros (33,950m) com terras de Ivone Bahr Ramthun e seu marido, Ademar Ramthun (M-13042); distando, do vértice formado pelas linhas da frente e do lado esquerdo, quarenta e três metros e vinte e seis centímetros (43,26m) da esquina formada pelas ruas Ricardo Bahr e Hermann Weege. SEM EDIFICAÇÕES. Imóvel de Matrícula 13041. Com valor de R\$230.000,00 (Duzentos e trinta mil Reais) com avaliações anexo.

Art. 2º Será de responsabilidade dos proprietários dos imóveis a regularização da averbação da área construída sobre o imóvel de Matrícula 13040 junto ao Registro de Imóveis da Comarca de Pomerode.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover os atos necessários ao cumprimento da presente Lei, as despesas correrão por conta do orçamento em vigor.

Art. 4º Está lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 05 de dezembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

## **LEI ORDINÁRIA Nº 2.686, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.686, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS ANIMAIS NA CIDADE DE POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a "Semana de Conscientização e Proteção dos Direitos dos Animais" no Município de Pomerode a ser comemorada anualmente na semana que inclui o dia 4 de outubro - O Dia Internacional do Animal.

Art. 2º A comemoração instituída passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos da Cidade de Pomerode.

Art. 3º Durante a referida semana, a Administração Municipal através das Secretarias municipais de Meio Ambiente e Educação promoverão eventos, palestras, campanhas e aulas, com o objetivo de gerar reflexão, comemoração e conscientização acerca dos direitos dos animais.

Parágrafo Único. A Administração Municipal poderá firmar parcerias com empresas e entidades privadas para criar e implementar eventos relativos às comemorações previstas no caput deste artigo.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data desta publicação.

Município de Pomerode, 05 de dezembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

**LEI ORDINÁRIA Nº 2.687, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.687, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DOS POSTOS DE GASOLINA DE EXIBIR EM SEUS ESTABELECIMENTOS PLACAS INFORMATIVAS QUANTO AO TIPO DA GASOLINA COMERCIALIZADA.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Os postos de gasolina em atividade no Município de Pomerode ficam obrigados a exibir em seus estabelecimentos placa em destaque, informando se o tipo de gasolina comercializada é FORMULADA OU REFINADA, bem como o preço de cada uma delas.

Art. 2º A fiscalização quanto a obrigação ora imposta será exercida pelo PROCON de Pomerode, que em caso de descumprimento, deverá aplicar as punições previstas na legislação protetora dos consumidores.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor no prazo de sessenta (60) dias da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 05 de dezembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 118/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 118/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWS3914	54486623A	01/03/2002	69200	233	127.69
LYA2498	54486624A	02/03/2002	57380	186 * II	191.53
LZL6085	54486686A	08/03/2002	66370	230 * IX	127.69
MAO8370	54486940A	02/03/2002	55500	181 * XVIII	85.12
MAX5074	54486939A	01/03/2002	73660	252 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 120/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 120/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

BUQ3739	54486380A	20/03/2002	60500	208		191.53
CAR3926	54487194A	10/03/2002	65480	229		85.12
LWU4193	54486830A	08/03/2002	60500	208		191.53
LXE4154	54486697A	17/03/2002	55500	181	* XVIII	85.12
LYH0858	54486949A	17/03/2002	51850	167		127.69
LYH0858	54486949A	17/03/2002	73400	252	* IV	85.12
LYI9611	54486897A	13/03/2002	70300	244	* I	191.53
LYO7035	54486947A	17/03/2002	69120	232		53.20
LYO7035	54486947A	17/03/2002	50100	162	* I	574.61
MBD2233	54486694A	17/03/2002	70640	244	* IV	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1568/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1568/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DEX9431	54883214E	04/07/2014	51770	166	191.53
DEX9431	54883213E	04/07/2014	51691	165	1915.38
LNO7383	54882933E	05/07/2014	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LNO7383	54882932E	05/07/2014	50100	162 * I	574.61
LYL0649	54882386E	13/07/2014	51691	165	1915.38
LYL0649	54882387E	13/07/2014	51770	166	191.53
MAS0081	54883136E	11/07/2014	69120	232	53.20
MAS0081	54883137E	11/07/2014	64080	221	85.12
MDV0489	54882936E	12/07/2014	51691	165	1915.38
MEP9938	54882940E	13/07/2014	65992	230 * V	191.53
MFR6079	54450199E	03/07/2014	66372	230 * IX	127.69
MKL7418	54883258E	24/06/2014	50100	162 * I	574.61

MMH6090	54883156E	04/07/2014	51691	165	1915.38
MMH6090	54883157E	04/07/2014	51770	166	191.53
NJY0818	54883354E	11/07/2014	73400	252 * IV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 166/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 166/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAE3514	54488158A	21/02/2003	69200	233	127.69
LWZ3432	54488245A	23/02/2003	50450	162 * V	191.53
LXR5679	54488265A	25/02/2003	57380	186 * II	191.53
LXR5679	54488266A	25/02/2003	58350	195	127.69
LXR5679	54488265A	25/02/2003	73400	252 * IV	85.12
LXX0885	54488159A	25/02/2003	57380	186 * II	191.53
LYW0345	54488108A	26/02/2003	50450	162 * V	191.53
LYW0345	54488108A	26/02/2003	69120	232	53.20
LYW0345	54488109A	26/02/2003	50100	162 * I	574.61
LZR7562	54488157A	17/02/2003	69200	233	127.69
MAE3196	54488247A	26/02/2003	73660	252 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 182/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 182/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AER9744	54487268A	08/07/2003	65990	230 * V	191.53
AGY8816	54487587A	23/06/2003	65990	230 * V	191.53
CIB8111	54487630A	22/06/2003	55250	181 * XV	85.12
LXM5876	54487309A	09/06/2003	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LXM5876	54487308A	09/06/2003	50100	162 * I	574.61
MAA3620	54487361A	11/06/2003	65990	230 * V	191.53
MAI6107	54487319A	29/06/2003	51850	167	127.69
MIG0066	54488387A	04/07/2003	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 198/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 198/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BZM6805	54488392A	26/10/2003	60500	208	191.53
LYA3071	54487278A	05/11/2003	62110	218 * I * a	127.69
MCL0391	54487433A	20/10/2003	50450	162 * V	191.53
MCP8807	54487280A	05/11/2003	62110	218 * I * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 230/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 230/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

MAG9267	55599855A	02/07/2004	72340	250	*	I	*	a	85.12
MCI1313	55600239A	02/07/2004	51850	167					127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 30/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 30/1998**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADF6010	55559337	03/07/1998	55410	181 * XVII	53.20
ARW0100	55560005	17/07/1998	51850	167	127.69
BW878	55559122	12/05/1998	65560	230 * I	191.53
BW878	55559123	12/05/1998	65990	230 * V	191.53
BW878	55559124	12/05/1998	50100	162 * I	574.61
BWL6257	55560069	21/07/1998	51850	167	127.69
LXC6341	55559509	04/06/1998	65560	230 * I	191.53
LXC6341	55559509	04/06/1998	50100	162 * I	574.61
LXE3535	55559707	07/07/1998	51850	167	127.69
LXE7038	55559706	12/07/1998	51850	167	127.69
LXG8418	55559863	21/07/1998	51850	167	127.69
LXM0559	55560074	23/07/1998	51850	167	127.69
LXO1363	55559932	22/07/1998	62380	218 * II * a	127.69
LXP8596	55559033	12/07/1998	70300	244 * I	191.53
LXP8596	55559031	12/07/1998	65800	230 * IV	191.53
LXP8596	55559034	12/07/1998	65990	230 * V	191.53
LXP8596	55559032	12/07/1998	66370	230 * IX	127.69
LXT5907	55560066	20/07/1998	51850	167	127.69
LXT9210	55559806	13/06/1998	55250	181 * XV	85.12
LYC4093	55559808	20/07/1998	51850	167	127.69
LYI7986	55559804	05/06/1998	58350	195	127.69

LYQ0706	55559614	14/07/1998	69120	232		53.20
LYR1805	55560106	17/07/1998	51850	167		127.69
LYR1860	55559928	22/07/1998	51850	167		127.69
LYY5522	55559712	12/07/1998	69120	232		53.20
LYY5522	55559713	12/07/1998	72340	250	* I * a	85.12
LZB1664	55560076	23/07/1998	51850	167		127.69
LZB6163	55559512	04/06/1998	51850	167		127.69
LZB7539	55559611	14/07/1998	50100	162	* I	574.61
LZC7825	55559866	22/07/1998	62380	218	* II * a	127.69
LZG8746	55559610	14/07/1998	69120	232		53.20
LZJ5001	55559935	22/07/1998	62380	218	* II * a	127.69
LZL1916	55559708	07/07/1998	51850	167		127.69
LZM9359	55559711	12/07/1998	54520	181	* VIII	127.69
LZQ0272	55560105	17/07/1998	73580	252	* V	85.12
LZQ8466	55559924	21/07/1998	51850	167		127.69
LZU8203	55560008	21/07/1998	51850	167		127.69
MAU0640	55559942	22/07/1998	62200	218	* I * b	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 308/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 308/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXD5046	55600829A	22/10/2005	65560	230 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 377/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 377/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IEI3422	55600197A	30/09/2006	55410	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 462/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 462/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYL6355	55190628B	28/04/2007	51690	165	957.69
LZQ0999	55600711A	09/07/2005	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 49/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 49/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYD2535	55541807	08/10/1999	69550	236	85.12
LYI0574	55559752	17/10/1999	51690	165	957.69

LZF5141 55561313 24/10/1999 65990 230 \* V 191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 52/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 52/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWT7127	55542317	20/11/1999	52740	175	191.53
LXA0234	55541780	02/12/1999	65990	230 * V	191.53
LXK3597	55560691	01/12/1999	65990	230 * V	191.53
LYO9328	55542309	01/11/1999	54520	181 * VIII	127.69
LZJ0757	55560689	19/11/1999	50100	162 * I	574.61
MAY9680	55559463	01/11/1999	54520	181 * VIII	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 538/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 538/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXR9264	55255772B	14/12/2007	69200	233	127.69
LYF5081	55192127B	23/12/2007	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 89/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 89/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJS1965	55559481	17/05/2001	62700	220 * II	127.69
LWR3988	54486053A	24/02/2001	72340	250 * I * a	85.12

LXV7589	55559718	09/08/2000	50100	162 * I	574.61
LXV7589	55559718	09/08/2000	57380	186 * II	191.53
LYO8730	55559742	12/01/2001	52740	175	191.53
LYY9501	55541544	28/06/2001	57970	191	191.53
LZR7418	55541679	02/04/2000	58350	195	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 275/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 275/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

LYA3478 55601215A 19/04/2005 50100 162 \* I  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 306/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 306/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAM0098	55600531A	25/02/2006	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 315/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 315/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LXB4150	55600896A	30/03/2006	62110	218 * I * a
LXF5281	55600982A	01/04/2006	61300	214 * II
LYM6009	55601658A	01/05/2006	60680	209
LZE6225	55601334A	01/04/2006	51690	165
LZJ8725	55601504A	07/04/2006	51690	165
LZX2060	55600496A	08/04/2006	51690	165
LZX5538	55601288A	04/04/2006	54520	181 * VIII
MAR0975	55601276A	23/02/2006	73660	252 * VI
MBR8866	55601292A	04/05/2006	60500	208
MFI6141	55600884A	17/03/2006	62110	218 * I * a

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 322/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 322/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MCS6520 55601066A 07/06/2006 69200 233

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 389/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 389/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZV0351	55190066B	06/12/2006	54520	181 * VIII
MBB6967	55599847A	09/12/2006	55680	181 * XIX

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 477/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 477/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

AEW7417	55191775B	17/06/2007	55680	181 * XIX
AJE9369	55191965B	05/07/2007	59670	203 * V
CPA3138	55191958B	30/06/2007	55250	181 * XV
LZD0721	55191243B	17/05/2007	55500	181 * XVIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### 3º E 4º TERMO ADITIVO - TANIA REGINA FERREIRA

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 171/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TANIA REGINA FERREIRA, portador(a) do CPF nº 963.979.699-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 171/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 171/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 19/12/2014."

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

\_\_\_\_\_  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

TANIA REGINA FERREIRA  
Contratado(a)

#### Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 171/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 27/06/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. CARLOS ALBERTO LUITHARDT, na qualidade de Secretário de Administração Interino, com delegação de competência previsto na Portaria nº 0731/2014, de 24 de junho de 2014, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TANIA REGINA FERREIRA, portador(a) do CPF nº 963.979.699-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 171/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 171/2014, iniciando-se a prorrogação em 28/06/2014 e encerrando-se em 08/08/2014."

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27/06/2014.

\_\_\_\_\_  
CARLOS ALBERTO LUITHARDT  
Secretário de Administração Interino

TANIA REGINA FERREIRA  
Contratado(a)

#### Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

**9º TERMO ADITIVO - VERA APARECIDA WARGAS**

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 296/2013, firmado em , com término previsto para 07/11/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VERA APARECIDA WARGAS, portador(a) do CPF nº 020.241.279-24, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 296/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 296/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/11/2014 e encerrando-se em 05/12/2014."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/11/2014.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

VERA APARECIDA WARGAS  
Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**LEI 5.533**

LEI Nº 5.533, de 01 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A SEMANA MUNICIPAL DE DOAÇÃO DE LIVROS".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

**Art. 1º-**

Fica instituída a Semana Municipal de Doação de Livros no âmbito do município de Rio do Sul, a ser comemorado anualmente na segunda semana do mês de fevereiro.

**Art. 2º-**

Institui-se também o dia 14 de fevereiro como o Dia Municipal de Doação de Livros, a constar no calendário oficial de eventos do Município.

**Art. 3º-**

Será realizada, anualmente, uma grande divulgação desse dia, que contará com pontos de coleta pela cidade de Rio do Sul, bem como uma estrutura de recepção de livros na praça Ermembergo Pellizzetti e demais locais.

**Art. 4º-**

Os livros recebidos serão avaliados e triados pela Fundação Cultural de Rio do Sul e, de acordo com seu conteúdo, destinados ao Ponto de Leitura Beatriz Pellizzetti Lolla ou para a própria Biblioteca Municipal, bem como para as escolas públicas municipais e as Estações Culturais do município.

**Art. 5º-**

A divulgação do evento na mídia local e a cessão de automóvel para transportar possíveis quantidades maiores de livros junto ao doador serão de total responsabilidade da Fundação Cultural de Rio do Sul.

**Art. 6º-**

A Prefeitura Municipal, através do órgão competente, encaminhará à imprensa local e à Câmara Municipal os nomes dos doadores, classificando-os como pessoas físicas ou jurídicas nomeadas como "Amigo da Leitura".

§ 1º- Será emitido o certificado "Amigo da Leitura" pela Fundação Cultural de Rio do Sul para pessoas que doarem quantidades de livros superiores a 50 exemplares.

§ 2º- Ao doador que maior número de exemplares doar, será entregue, além do certificado, uma placa de reconhecimento pelos livros doados, a ser confeccionada por artista plástico da cidade de Rio do Sul.

**Art. 7º-**

As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da prefeitura municipal.

**Art. 8º-**

A Prefeitura Municipal terá o prazo de 90 dias para regulamentar a presente Lei.

**Art. 9º-**

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO**

01 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

**LEI 5.534**

LEI Nº 5.534, de 01 de dezembro de 2014.

"INSTITUI A COMENDA MULHER EMPREENDEDORA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

**Art. 1º-**

Fica instituída a Comenda Mulher Empreendedora do Ano, atribuída anualmente pela Câmara Municipal a mulheres que se destacarem como empreendedorismo no âmbito do município de Rio do Sul.

§ 1º- Na segunda-feira que antecede o dia 8 de março, será entregue, em Sessão Ordinária com caráter solene, a Comenda Mulher Empreendedora do Ano, escolhida pelas seguintes entidades, grupos e núcleos de empreendedores abaixo relacionados:

I - Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul - ACIRS;

II - Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio do Sul - CDL;

III - Câmara Junior de Rio do Sul - JCI;  
IV - Rotary Club de Rio do Sul;  
V - Lions Club de Rio do Sul;  
VI - Associação das Micro e Pequenas Empresas do Alto Vale - AMPE.  
§ 2º- Os critérios de escolha são definidos pelas entidades envolvidas, baseando a escolha nas mulheres que mostraram no último ano características empreendedoras, promoveram desenvolvimento comunitário e desempenharam com destaque em suas atividades laborais ou empresariais.  
§ 3º- As entidades mencionadas no § 1º deste artigo deverão reunir-se e, em consenso, enviar através de ofício à Câmara Municipal o nome da mulher escolhida, acompanhado do histórico empreendedor, bem como da ata de reunião da escolha, até o dia 1º de fevereiro de cada ano.  
§ 4º- A Câmara Municipal, ao receber o ofício, deverá homologar através de Decreto Legislativo o nome da mulher escolhida.

Art. 2º-  
A divulgação oficial do empreendedorismo tem por objetivo:  
I - Mostrar a importância da livre iniciativa e das profissões autônomas, assim como o nascimento das microempresas e a possibilidade de conseguir planejar seu próprio negócio.  
II - A capacitação para a descoberta vocacional pelo espírito empreendedor.  
III - Mostrar como as leis do mercado podem oferecer oportunidades de gerar empregos e renda para quem souber aproveitá-las.  
IV - Criar o discernimento, para a sociedade, de que a mulher tem condições de gerar emprego, renda e desenvolvimento, enaltecendo quem é empreendedora ou empresária pelo seu arrojo, inovação e destaque no mercado de trabalho, incentivando outras mulheres a seguirem o mesmo caminho.

Art. 3º-  
Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
01 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

#### **PORTARIA N. 1225/RH** PORTARIA N. 1225/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando AMA/RH n. 219/2014, emitido pelo Departamento de Recursos Humanos e documentos em anexo,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Instaurar a Sindicância Administrativa n. 024/2014, para apurar os fatos relatados no memorando citado acima, onde a bolsista do Programa Emergencial de Auxílio Desemprego APARECIDA ROSA DO NASCIMENTO, iniciou suas atividades laborais no dia 16/10/2014 no Centro de Educação Infantil Cobras e trabalhou somente dois dias, não comparecendo posteriormente ao trabalho.  
Art. 2º. Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0079/RH, de 30 de janeiro de 2014, alterada pela Portaria 0725/RH, de 23 de junho de 2014, para apurar tais fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades.

Art. 3º. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de dezembro de 2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

#### **PORTARIA N. 1227/RH** PORTARIA N. 1227/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando Depto. de Patrimônio n. 182/2013, e Memorando da Procuradoria Jurídica n. 270/2013,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 025/2014, a fim de apurar o desaparecimento do notebook de patrimônio n. 10750, conforme relatado pela Procuradoria Geral do Município em 03 de outubro de 2013.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0725/RH, de 23 de junho de 2014, publicada em 26 de junho de 2014 para apurar a suposta irregularidade.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de dezembro de 2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

#### **PORTARIA N. 1228/RH** PORTARIA N. 1228/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando o Ofício n. 075/CPSA/2014 de 29/08/2014,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 001/2014, instaurada para apuração do furto do notebook de patrimônio n. 10750, ocorrido em 03 de outubro de 2013.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 04 de dezembro de 2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

**PORTARIA Nº 1231/2014**

PORTARIA Nº. 1231/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,,

**RESOLVE:**

Art..1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora MARILEIA RENZI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, conforme certidão de nascimento n.º 0044209 58 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de ANA CLARA BARTH.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de dezembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

**PORTARIA Nº 1239/2014**

PORTARIA Nº 1239/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder auxílio-funeral, a RICARDO HACK, (Protocolo 150941/2014), em virtude do falecimento ocorrido no dia 19/11/2014, do servidor público municipal, VALDECI HACK, conforme Certidão de óbito Nº 0016525 35, de acordo com o Art. 262, da Lei Complementar nº. 207/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de dezembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

**Salto Veloso****PREFEITURA****DECRETO MUNICIPAL Nº 088/2014**

DECRETO Nº 088 - DE 01 DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.470/2012 de 13/12/2012;

**Decreta:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.305,00 (Sete Mil Trezentos e Cinco Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4051 - MANUTENÇÃO DO PROG. DE MERENDA ESCOLAR

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 7.305,00

Fonte: 01.60

RED: 26

Art. 2º - A suplementação de que se trata o artigo anterior, será utilizado o Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 01 de Dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO MUNICIPAL Nº 089/2014**

DECRETO Nº 089/2014 DE 03 de DEZEMBRO de 2014.

Aprova parcelamento de solo urbano.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 23, alínea h, da Lei Orgânica de Salto Veloso;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aprovado o parcelamento de imóvel de propriedade de Rudinei Muller portador do CPF nº 022.688.609-30, pessoas Física, conforme Termo de Verificação nº. 04/2014 e Autorização de Desmembramento nº.04/2014, constantes do Processo Administrativo nº. 212/2014

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso, em 03 de Dezembro de 2014.

Claudemir Cesca

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

José Carlos Oneda  
Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO MUNICIPAL Nº 090/2014**

DECRETO Nº 090 - DE 03 DEZEMBRO DE 2014.  
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 37.000,00 (Trinta e Sete Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 4025 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 - INVESTIMENTOS  
Valor: R\$ 37.000,00  
Fonte: 01.58  
RED: 42

Art. 2º - A suplementação de que se trata o artigo anterior, será utilizado o Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Salto Veloso - SC, 03 de Dezembro de 2014.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS ONEDA  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 299/2014**

PORTARIA Nº. 299/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada a pedido, a partir desta data, o Sr. ERNANI SCHUMACHER, matrícula funcional nº 1016, do cargo de Operário Braçal, da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 03 de Dezembro de 2014.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 300/2014**

PORTARIA Nº. 300/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 03 de dezembro de 2014 a 01 de janeiro de 2014, totalizando 30 dias de férias a Servidora MARCIMONE ADRIANA DEVALIERI VENTURIN, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/08/2012 a 31/07/2013, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 03 de Dezembro de 2014.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 301/2014**

PORTARIA Nº. 301/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 08 de dezembro de 2014 a 06 de janeiro de 2014, totalizando 30 dias de férias a Servidora JOVILDE LAZZARI CONTE, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/02/2013 a 31/01/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 08 de dezembro de 2014.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO N. 004/2014**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2014.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO VALE ALIMENTAÇÃO DE NATAL AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR SARTOREL, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SALTO VELOSO - ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 39, IV, do Regimento Interno e em conformidade com os preceitos da Lei Orgânica, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgado o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica a Câmara de Vereadores de Salto Veloso, autorizada a conceder, no mês de dezembro de 2014, aos seus servidores, o valor de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais), a título de vale alimentação natalino.

Art. 2º O percentual mencionado no artigo anterior será creditado no cartão alimentação, até o dia 10 do mês de dezembro.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 02 de dezembro de 2014.

Este Decreto legislativo foi registrado e publicado na data supra.

CLAUDEMIR SARTOREL

Presidente

Santiago do Sul

PREFEITURA

DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO - 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

R\$ 1,00

DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO PARA 2015 (LRF ART. 13)

Especif. da Receita	1.º Bimestre			2.º Bimestre			3.º Bimestre			4.º Bimestre			5.º Bimestre			6.º Bimestre			TOTAL
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.							
REC. CORRENTES	667.225,00	668.225,00	717.225,00	773.875,00	721.575,00	735.123,60	730.725,00	811.927,50	886.515,00	929.675,00	976.725,00	1.374.283,90	9.993.100,00						
Receita Tributária	22.000,00	22.000,00	25.000,00	28.000,00	28.000,00	25.000,00	25.000,00	25.900,00	32.000,00	33.000,00	33.000,00	35.000,00	333.900,00						
Rec. de Contribuições	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.100,00	2.400,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	26.500,00						
Receita Patrimonial	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.500,00	7.000,00	6.500,00	6.500,00	7.802,50	8.500,00	10.500,00	10.500,00	11.500,00	97.302,50						
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	200,00	200,00	0,00	800,00						
Receita de Serviços	18.000,00	19.000,00	20.000,00	22.000,00	21.000,00	19.000,00	19.000,00	21.000,00	25.000,00	25.000,00	29.000,00	29.395,90	267.395,90						
Transfer. Correntes	747.000,00	747.000,00	797.000,00	848.000,00	797.000,00	811.398,60	807.000,00	894.000,00	997.000,00	1.047.000,00	1.100.000,00	1.550.000,00	11.142.398,60						
(-) Ded. da Receita Ren.	-150,00	-150,00	-150,00	-200,00	-200,00	-150,00	-150,00	-150,00	-160,00	-200,00	-250,00	-290,00	-2.200,00						
(-) Ded. da Receita out.	-125,00	-125,00	-125,00	-125,00	-125,00	-125,00	-125,00	-125,00	-125,00	-125,00	-125,00	-125,00	-1.500,00						
(-) Dedução p/ Fundeb	-130.000,00	-130.000,00	-135.000,00	-135.000,00	-135.000,00	-130.000,00	-130.000,00	-140.000,00	-180.000,00	-190.000,00	-200.000,00	-255.700,00	-1.890.700,00						
Outras Rec. Correntes	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.400,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.600,00	1.800,00	1.900,00	2.003,00	19.203,00						
RECEITAS DE CAPITAL	2.600,00	2.600,00	2.600,00	2.600,00	2.600,00	2.600,00	2.600,00	2.600,00	2.700,00	402.700,00	2.900,00	2.900,00	456.900,00						
Operações de Crédito										400.000,00			400.000,00						
Amortiz. de Empréstimos	2.600,00	2.600,00	2.600,00	2.600,00	2.600,00	2.600,00	2.600,00	2.600,00	2.700,00	2.700,00	2.900,00	2.900,00	32.000,00						
Transfer. de Capital													0,00						
Alienação de Bens			24.900,00										24.900,00						
TOTAL	669.825,00	670.825,00	744.725,00	776.475,00	724.175,00	737.723,60	733.325,00	814.527,50	889.215,00	1.332.375,00	979.625,00	1.377.183,90	10.450.000,00						

Santiago do Sul - SC, 05 de Dezembro de 2015

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

ADRIANA DIAS  
Assessor de Planejamento

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO - 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

R\$ 1,00

DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO PARA 2015 (LRF ART. 8.º)															
Especificação da Despesa	1.º Bimestre		2.º Bimestre		3.º Bimestre		4.º Bimestre		5.º Bimestre		6.º Bimestre			TOTAL	
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.			
DESPESAS CORRENTES	607.100,00	620.000,00	680.000,00	720.000,00	670.000,00	675.000,00	678.000,00	780.000,00	810.000,00	850.000,00	885.000,00	1.244.248,00	9.219.348,00		
Pessoal e Encar. Sociais	317.100,00	325.000,00	380.000,00	385.000,00	380.000,00	385.000,00	380.000,00	385.000,00	380.000,00	380.000,00	385.000,00	760.000,00	4.842.100,00		
Juros e Encar. da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Desp. Correntes	290.000,00	295.000,00	300.000,00	335.000,00	290.000,00	290.000,00	298.000,00	395.000,00	430.000,00	470.000,00	500.000,00	484.248,00	4.377.248,00		
DESPESAS DE CAPITAL	59.946,00	49.946,00	59.946,00	59.946,00	54.946,00	59.946,00	54.946,00	34.946,00	66.246,00	489.946,00	89.946,00	149.946,00	1.155.652,00		
Investimentos	40.000,00	30.000,00	40.000,00	40.000,00	35.000,00	40.000,00	35.000,00	15.000,00	46.300,00	470.000,00	70.000,00	55.000,00	916.300,00		
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização da Dívida	19.946,00	19.946,00	19.946,00	19.946,00	19.946,00	19.946,00	19.946,00	19.946,00	19.946,00	19.946,00	19.946,00	19.946,00	239.352,00		
Reserva de Contingência												75.000,00	75.000,00		
TOTAL	667.046,00	669.946,00	739.946,00	779.946,00	724.946,00	734.946,00	732.946,00	814.946,00	876.246,00	1.339.946,00	974.946,00	1.394.194,00	10.450.000,00		

Santiago do Sul-SC, 05 de Dezembro de 2014

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

ADRIANA DIAS  
Assessor de Planejamento

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 348/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 348/2014

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 10:00 horas do dia 19 de dezembro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E ZELADORIA PARA UNIDADES EDUCACIONAIS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O ANO LETIVO DE 2015, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 05 de dezembro de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário de Administração

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS  
Pregoeiro

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 353/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 353/2014  
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 19 de dezembro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS DIVERSOS (PARQUE INFANTIL, CASINHA DE BONECA, GANGORRA, ESCORREGADOR, BONECA, CARRINHO ENTRE OUTROS) PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário de Administração - Autoridade Competente

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA  
Pregoeira

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 320/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 320/2014

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de nº 187/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa HR SUPERMERCADO LTDA, em 02 de JUNHO de 2014, conforme Edital de Pregão Presencial nº 146/2014.

Considerando o objeto de Contrato nº 187/2014, que consiste na aquisição de gêneros alimentícios para reuniões e encontros com famílias acolhedoras, gêneros alimentícios para abrigadas na Casa Abrigo, lanches para oferecer nas Oficinas Socioeducativas dos CRAS, lanches para oferecer nas Oficinas Socioeducativas do CRE-AS e gêneros alimentícios para uso na SEMAS.;

Considerando que a quantidade estimada de alguns itens tornou-se insuficiente devido ao aumento de usuários participantes das oficinas do CRAS e abrigamento de uma mulher vítima de violência doméstica e seus filhos, faz-se necessário aditar o referido contrato com base na Cláusula Nona - das alterações e Art. 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93 nos seguintes termos:

Fica incluso o valor total de R\$ 809,86 (oitocentos e nove reais e oitenta e seis centavos).

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 24 de outubro de 2014.

Ass: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

HR SUPERMERCADO LTDA, como Contratada.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 337/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 337/2014

DA ESPÉCIE: Décimo Nono Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 044/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CCF CONSULTORES LTDA, em 06 de outubro de 2011, conforme Convite nº 302/2011.

Considerando o objeto do Contrato nº 301/2011, que consiste na prestação de serviços de licenciamento ambiental de regularização para o Cemitério Vertical, sito à Rua Germano Brand, Schramm, contemplando: Preenchimento das informações pertinentes ao Licenciamento Ambiental; ECA; Planta Planialtimétrica do Local; Locação e Perfuração de 03 (três) Poços de Monitoramento com: Perfuração a Trado dos Três Poços; Laudo Hidrogeológico; juntada de documentação e protocolo junto a FATMA;

Considerando que o processo encontra-se em análise pelo órgão licenciador, na qual a continuidade dos serviços depende de aprovação pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA, que até o presente momento tal aprovação não foi expedida, ocasionando atraso na prestação dos serviços, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II e V, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços do Contrato por 60 (sessenta) dias, a contar de 22 de novembro de 2014 e com término em 20 de janeiro de 2015.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 60 (sessenta) dias, a contar de 23 de dezembro de 2014 e com término em 20 de fevereiro de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 17 de novembro de 2014.

Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal.

CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

CCF CONSULTORES LTDA, como Contratada.

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 341/2014

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 341/2014

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de nº 187/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa HR SUPERMERCADO LTDA, em 02 de JUNHO de 2014, conforme Edital de Pregão Presencial nº 146/2014.

Considerando o objeto de Contrato nº 187/2014, que consiste na aquisição de gêneros alimentícios para reuniões e encontros com famílias acolhedoras, gêneros alimentícios para abrigadas na Casa Abrigo, lanches para oferecer nas Oficinas Socioeducativas dos CRAS, lanches para oferecer nas Oficinas Socioeducativas do CRE-AS e gêneros alimentícios para uso na SEMAS.;

Considerando que o consumo de trigo para o ano superou o previsto devido ao aumento das oficinas ministradas pelos CRAS, o que acarretou em uma maior demanda de lanches produzidos pelo SEMAS, e também a realização da Colônia de

Férias, não prevista quando da elaboração do Edital, faz-se necessário aditar o referido contrato com base na Cláusula Nona - das alterações e Art. 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93 nos seguintes termos:

Fica incluso o valor total de R\$ 147,60 (cento e quarenta e sete reais e sessenta centavos).

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 20 de novembro de 2014.

Ass: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

HR SUPERMERCADO LTDA, como Contratada.

## RETIFICAÇÃO EDITAL Nº 008/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RETIFICAÇÃO Nº 01

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 08/2014

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração, e a Omni Concursos, referente ao Processo Seletivo Simplificado 08/2014 para a contratação de pessoal, atendendo a Administração Direta e Indireta, admitidos em caráter temporário, conforme dispõe o art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, art. 61 Inciso VII e Lei Complementar nº 2.397 de 09 de Setembro de 2009, para o ano letivo de 2015, torna público a retificação do edital conforme segue:

1. No anexo I inclua-se o seguinte cargo e requisitos:

Professor – Oficina Aprendizagem e Projetos (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação na área de atuação
Professor – Oficina Aprendizagem e Projetos (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena Pedagogia

Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho

Municipal de Educação.

2. Os demais itens do edital permanecem inalterados.

3. A retificação será publicada na íntegra no site [www.omniconcursos.com.br](http://www.omniconcursos.com.br).

São Bento do Sul (SC), 05 de dezembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

## SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 88/2014

Pregão Eletrônico nº 88/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 88/2014

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que se encontra aberto o Processo Licitatório 88/2014, e o envio das propostas será das 17:00hrs do dia 08/12/2014 até as 17:00hrs do dia 18/12/2014 pelo site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). Início da sessão pública virtual será às 09:00hrs do dia 19/12/2014 (Horário de Brasília).

DO OBJETO: Aquisição de materiais para reposição de estoque e utilizados nas obras do Setor de Abastecimento de Água e no Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, cuja especificação e quantitativo encontram-se descritos no ANEXO I.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e também no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, na Rua Marechal Floriano, nº 214, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 05 de dezembro de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

**São Carlos****PREFEITURA****EXTRATO TERMO COMP N.88/2014**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
T Compo Nº.: 088/2014  
Contratante.: MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
Contratada...: JOSE DAVI SOBRINHO EPP  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA APRESENTAÇÃO E EXECUÇÃO DE SHOW PIROTÉCNICO - REVEILLON LUZ 2015  
Valor ..... : R\$22.300,00(vinte e dois mil e trezentos reais)  
PROCESSO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 95/2014  
Vigência ..... : Orçamento vigente

SAO CARLOS,05 de dezembro de 2014  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO TERMO DE COMP 089/2014**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
T Compo Nº.: 089/2014  
Contratante.: MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
Contratada...: IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA DECORAÇÃO NATALINA  
Valor ..... : R\$19.760,00(dezenove mil setecentos e sessenta reais)  
PROCESSO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 96/2014  
Vigência ..... : Orçamento vigente

SAO CARLOS,05 de dezembro de 2014  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

**São Domingos****PREFEITURA****CONT. PREFE N. 080 PRAÇA DIOGO RIBEIRO - VISOLI**

DADOS E TEXTO DE CONTRATO  
MÊS/ANO: DEZEMBRO/2014  
NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 080 DE 02/12/2014  
VALOR: R\$ 283.000,00  
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/12/2014  
DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA MUNICIPAL DIOGO RIBEIRO, OBJETO DO TERMO DE COMPROMISSO N. 1013893-38/2013/MTUR/CAIXA.  
RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076  
CONTRATANTE: Município de São Domingos - SC  
CNPJ: 83.009.894.001-08  
CONTRATADA: VISOLI CONSTRUTORA LTDA  
CNPJ: 02.131.315/0001-01  
DATA FINAL VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 MESES APÓS EXPEDIÇÃO DA ORDEM DE SERVIÇO  
PRAZO PARA EXECUÇÃO DA OBRA: 04 MESES APÓS EXPEDIÇÃO DA ORDEM DE SERVIÇO.

# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 301/2014

DECRET O Nº 301/2014  
"QUE AUTORIZA DESMEMBRAMENTO URBANO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o nº 533, datado de 30/10/2014; Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO URBANO DE TERRAS nos termos em que foi requerido por EMILIO BRIGHENTI, de um imóvel urbano de terras medindo 26.882,70m², situado na Fazenda Palmas, neste Município, conforme especificações que segue:

#### Memorial Descritivo Área 1

Propriedade: FAZENDA PALMAS  
Proprietário: EMÍLIO BRIGHENTI  
Imóvel: GLEBA DE TERRAS

Área: 7.441,35 m²  
Perímetro: 496,04 m

#### Confrontações

A poligonal tem início no marco P1, situado na taipa com cerca que faz divisa com terrenos de SEBASTIÃO RIBEIRO DE MENDONÇA, segue com o rumo de SE e percorre 56,49 m por taipa com cerca que faz divisa com terrenos de SEBASTIÃO RIBEIRO DE MENDONÇA, até o marco P2, segue com o rumo de SO e percorre 193,03 m por cerca que faz divisa com terrenos de EMÍLIO BRIGHENTI, até o marco P3, segue com o rumo de NO e percorre 32,55 m por cerca que faz divisa com a SC 114, até o marco P4, segue com o rumo de NE e percorre 214,01 m por cerca que faz divisa com terrenos de MARCOS DANILO FONTANELA, até o marco P1, onde teve início esta descrição.

#### Memorial Descritivo Área 2

Propriedade: FAZENDA PALMAS  
Proprietário: EMILIO BRIGHENTI  
Imóvel: GLEBA DE TERRAS

Área: 7.441,35 m²  
Perímetro: 470,00 m

#### Confrontações

A poligonal tem início no marco P1, situado na taipa com cerca que faz divisa com terrenos de SEBASTIÃO RIBEIRO DE MENDONÇA, segue com o rumo de SE e percorre 20,88 m por taipa com cerca que faz divisa com terrenos de SEBASTIÃO RIBEIRO DE MENDONÇA, até o marco P2, segue com o rumo de SE e percorre 44,18 m por taipa com cerca que faz divisa com terrenos de CELSO RIBEIRO DE MENDONÇA, até o marco P3, segue com o rumo de SO e percorre 178,66 m por cerca que faz divisa com terrenos de EMILIO BRIGHENTI, até o marco P4, segue com o rumo de NO e percorre 15,11 m por cerca que faz divisa com a SC-114, até o marco P5, segue com o rumo de NO e percorre 18,14 m por cerca que faz divisa com a SC-114, até o marco P6, segue com o rumo de NE e percorre 193,03 m por cerca que faz divisa com

terrenos de EMILIO BRIGHENTI, até o marco P1, onde teve início esta descrição.

#### Memorial Descritivo Área 3

Propriedade: FAZENDA PALMAS  
Proprietário: EMILIO BRIGHENTI  
Imóvel: GLEA DE TERRAS

Área: 6.000,00 m²  
Perímetro: 431,50 m  
Confrontações

A poligonal tem início no marco P1, situado na taipa com cerca que faz divisa com terrenos de CELSO RIBEIRO DE MENDONÇA, segue com o rumo de SE e percorre 45,47 m por taipa com cerca que faz divisa com terrenos de CELSO RIBEIRO DE MENDONÇA, até o marco P2, segue com o rumo de SO e percorre 175,09 m por cerca que faz divisa com terrenos de EMILIO BRIGHENTI, até o marco P3, segue com o rumo de NO e percorre 19,16 m por cerca que faz divisa com a SC 114, até o marco P4, segue com o rumo de NO e percorre 13,12 m por cerca que faz divisa com a SC 114, até o marco P5, segue com o rumo de NE e percorre 178,66 m por cerca que faz divisa com terrenos de EMILIO BRIGHENTI, até o marco P1, onde teve início esta descrição.

#### Memorial Descritivo Área 4

Propriedade: FAZENDA PALMAS  
Proprietário: EMILIO BRIGHENTI  
Imóvel: GLEBA DE TERRAS

Área: 6.000,00 m²  
Perímetro: 427,59 m

#### Confrontações

A poligonal tem início no marco P1, situado na taipa com cerca que faz divisa com terrenos de CELSO RIBEIRO DE MENDONÇA, segue com o rumo de SE e percorre 44,58 m por taipa com cerca que faz divisa com terrenos de CELSO RIBEIRO DE MENDONÇA, até o marco P2, segue com o rumo de SO e percorre 175,92 m por cerca que faz divisa com terrenos de HELBA TEREZINHA FONTANELLA, até o marco P3, segue com o rumo de NO e percorre 32,00 m por cerca que faz divisa com a SC-114, até o marco P4, segue com o rumo de NE e percorre 175,09 m por cerca que faz divisa com terrenos de EMILIO BRIGHENTI, até o marco P1, onde teve início esta descrição.

Art. 2º - Expeça-se cópia dos documentos apresentados especialmente do Memorial Descritivo, quanto às confrontações para as providências que se fizerem necessárias junto ao Cartório do Registro Geral de Imóveis desta Comarca.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 28 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 302/2014**

DECRET O Nº 302/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELA ADESAO AO  
INCENTIVO ESTADUAL - MAC"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO

03.13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(69)3.3.71.00.00.00.00.2.026-0670 - Transf. a Consórcios Públicos 54.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....  
..... 54.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação total do repasse do incentivo:

54.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO .....  
..... 54.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 28 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 303/2014**

DECRET O Nº 303/2014

"ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 4.284/2014, de 03/12/2014; Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

01 - PODER LEGISLATIVO

01.01- CÂMARA DE VEREADORES

(3)3.3.90.00.00.00.00.2.001-0160 - Aplicações Diretas 7.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 7.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

01 - PODER LEGISLATIVO

01.01 - CÂMARA DE VEREADORES

(4)3.1.90.00.00.00.00.1.026-0160 - Aplicações Diretas 7.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 7.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 03 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 304/2014**

DECRET O Nº 304/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 4.285/2014, de 03/12/2014; Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO

03.06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

(29)4.4.90.00.00.00.00.2.010-0160 - Aplicações Diretas 15.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....  
..... 15.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação levantado até esta data.

15.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO .....  
..... 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 03 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 305/2014**

DECRET O Nº 305/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 4.286/2014, de 03/12/2014; Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO

03.05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

(13)3.3.71.00.00.00.00.2.008-0160 - Transf. a Consórcios Públicos 4.885,78

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....  
..... 4.885,78

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária.

03 - PODER EXECUTIVO  
 03.05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
 (14)3.3.90.00.00.00.00.2.008-0160 - Aplicações Diretas  
 4.885,78  
 TOTAL DA ANULAÇÃO .....  
 ..... 4.885,78

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
 São Joaquim, 03 de Dezembro de 2014.  
 HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
 Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 306/2014

DECRET O Nº 306/2014  
 "ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 4.287/2014, de 03/12/2014; Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

03 - PODER EXECUTIVO  
 03.12 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 (36)3.1.90.00.00.00.00.2.006-0015 - Aplicações Diretas  
 150.000,00  
 (73)3.3.90.00.00.00.00.2.039-0601 - Aplicações Diretas  
 90.000,00  
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....  
 ..... 240.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

03 - PODER EXECUTIVO  
 03.04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
 (9)4.4.90.00.00.00.00.1.022-0024 - Aplicações Diretas  
 7.000,00  
 (6)3.1.90.00.00.00.00.2.044-0024 - Aplicações Diretas  
 60.000,00  
 (21)3.3.90.00.00.00.00.2.043-0024 - Aplicações Diretas  
 50.000,00  
 (5)3.3.90.00.00.00.00.2.049-0015 - Aplicações Diretas  
 5.715,00  
 (13)4.4.90.00.00.00.00.1.003-0024 - Aplicações Diretas  
 12.285,00  
 03.12 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 (34)4.4.90.00.00.00.00.1.017-0015 - Aplicações Diretas  
 15.000,00  
 (69)4.4.90.00.00.00.00.2.056-0601 - Aplicações Diretas  
 90.000,00  
 TOTAL DA ANULAÇÃO .....  
 ..... 240.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
 São Joaquim, 03 de Dezembro de 2014.  
 HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
 Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 307/2014

DECRET O Nº 307/2014  
 "ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 4.288/2014, de 03/12/2014; Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

01 - PODER LEGISLATIVO  
 01.01 - CÂMARA DE VEREADORES  
 (3)4.4.90.00.00.00.00.1.026-0160 - Aplicações Diretas  
 7.500,00  
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....  
 ..... 7.500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação levantado até esta data.

7.500,00  
 TOTAL DA ANULAÇÃO .....  
 ..... 7.500,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
 São Joaquim, 03 de Dezembro de 2014.  
 HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
 Prefeito Municipal.

### LEI Nº 4.279/2014

LEI Nº 4.279/2014  
 "DISPÕE SOBRE ADEQUAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC., faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o Plano Plurianual do Fundo Municipal de Educação, integrante do Plano Plurianual do Município de São Joaquim para o Quadriênio 2014/2017, constantes da Lei Nº 4.193/2014, de 14 de janeiro de 2014, com adequação aos investimentos propostos.

Art. 2º - As alterações introduzidas no Plano Plurianual 2014/2017, contemplam a construção, ampliação e reforma das Escolas Municipais.

Art. 3º - As prioridades da Administração em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que disciplina a elaboração da Lei Orçamentária Anual, onde serão mensurados definitivamente, os valores para execução Orçamentária Anual.

Art. 4º - Fazem parte desta Lei os anexos:

- 1 - Programas de Governo;
- 2 - Relação de Despesas Planejadas;
- 3 - Comparativo do Planejamento no PPA 2014/2017.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 25 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

## LEI Nº 4.280/2014

LEI Nº 4.280/2014

"QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM PARA O EXERCÍCIO DE 2015"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", com emenda aditiva e eu sanciono e promulgo a presente Lei, que passara a ter a seguinte redação:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de São Joaquim/SC para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 52.084.835,78 (Cinquenta e dois milhões oitenta e quatro mil, oitocentos e trinta e cinco reais e setenta e oito centavos).

Art. 2º - O orçamento estimado e a fixação de despesa serão executadas através das entidades abaixo relacionadas e respectivos valores:

Entidade	Valor Orçado
PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM	20.196.953,53
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.828.962,65
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.400.869,60
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.264.050,00
CÂMARA DE VEREADORES	1.394.000,00
TOTAL	52.084.835,78

§ 1º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, transferências rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

Especificação	Valor
1. RECEITAS CORRENTES	45.952.829,96
1.1. RECEITA TRIBUTÁRIA	4.885.000,00
1.2. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	317.048,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	388.800,00
1.4. RECEITA AGROPECUÁRIA	15.600,00
1.6. RECEITA DE SERVIÇOS	97.000,00
1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	39.424.381,96
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	825.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	11.493.900,00
2.1 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.500.000,00
2.2 - ALIENAÇÃO DE BENS	99.000,00
2.4 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.894.900,00
9. DEDUÇÕES DA RECEITA	(5.361.894,18)
9.1 - DEDUÇÕES DA RECEITA	(5.361.894,18)
Total	52.084.835,78

§ 2º - A despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, assim distribuídas:

### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

03.01 - PODER EXECUTIVO - Prefeitura Municipal de São Joaquim	20.196.953,53
03.03 - PODER EXECUTIVO - Fundo Mun. Assist. Social São Joaquim	2.400.869,60
03.05 - PODER EXECUTIVO - Fundo Mun. de Educação São Joaquim	17.264.050,00
03.06 - PODER EXECUTIVO - Fundo Mun. de Saúde São Joaquim	10.828.962,65
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.394.000,00
Total	52.084.835,78

Especificação	Valor
Administração	5.459.300,00
Segurança Publica	271.000,00
Assistência Social	2.066.959,00
Saúde	10.828.962,65
Educação	15.706.050,00
Urbanismo	4.979.458,60
Habitação	333.910,60
Gestão Ambiental	1.119.273,47
Agricultura	3.721.850,00
Comércio e Serviços	1.229.000,00
Transporte	3.192.850,00
Desporto e Lazer	1.146.000,00
Reserva de Contingência	224.221,50
Cultura	412.000,00
Legislativa	1.394.000,00
Total	52.084.835,82

### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

### III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

Especificação	Valor
1 - PROCESSO LEGISLATIVO	1.394.000,00
2 - EDUCAÇÃO EM AÇÃO	15.706.050,00
4 - CULTURA VIVA	412.000,00
5- DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL	2.536.850,00
6 - SÃO JOAQUIM MELHOR COM AÇÃO DE TODOS	1.119.273,43
7 - SÃO JOAQUIM EM OBRAS	6.608.308,60
8 - MELHORIAS URBANAS E OBRAS	237.000,00
9- TURISMO EM FOCO	2.869.000,00
10 - SÃO JOAQUIM COM MAIS SAÚDE	10.828.962,65
11 - MORAR MELHOR	333.910,60
12 - DIREITO DO CIDADAO E DEVER DO MUNICIPIO	2.066.959,00
13 - SÃO JOAQUIM MELHOR	5.417.300,00
14 - ESPORTE E QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS	1.146.000,00

15 - ORGANIZAR PARA CRESCER DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL	1.185.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	224.221,50
Total:	52.084.835,78

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	36.594.571,24
3.1.00.00.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.282.365,67
3.2.00.00.00.00.00.00 – JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	52.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.260.205,57
DESPESAS DE CAPITAL	15.266.043,04
4.4.00.00.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS	15.002.043,04
4.6.00.00.00.00.00.00 – AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	264.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	224.221,50
9.9.00.00.00.00.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	224.221,50
Total:	52.084.835,78

Art. 3º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário.

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta Lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos" as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2016 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 4º - O Executivo municipal por ato próprio, poderá remanejar dotações de um elemento para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 5º - O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) da Receita Estimada para o orçamento, utilizando como fonte de recurso.

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

§ 1º - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

§ 2º - Os créditos a que se referem esse artigo, poderão ser abertos por ato próprio do chefe do poder executivo e dentro da

mesma categoria de programação no caso de anulação.

Art. 6º - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 7º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 9º - Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 10 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 11 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 12 - Esta Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de Janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 25 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**LEI Nº 4.281/2014**

LEI Nº 4.281/2014

"QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", com emendas modificativa e aditivas e eu sanciono e promulgo a presente Lei, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 1º - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social de São Joaquim, para o exercício de 2015, será elaborado e executado de acordo com o que dispõe o § 2º do artigo 165, da Constituição Federal, e a Lei Complementar Nº 101, de 04/05/2000 e conterá:

I - as prioridades e metas da administração municipal;

II - a estrutura dos orçamentos fiscais;

III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;

IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;

V - disposições sobre despesas com pessoal;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributárias;

VII - as emendas aos projetos de Lei Orçamentária e

VIII - as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015, são aquelas definidas nos Anexos constantes desta Lei.

§ 1º - Integram esta Lei de Diretrizes Orçamentárias os anexos a seguir:

I- Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas;

II- Demonstrativos da Lei 4.320/64:

a. Anexo I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas;

b. Anexo VI - Demonstrativo de Trabalho de Governo;

c. Anexo VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas;

d. Anexo IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

III- Demonstrativos da Lei 101/2000:

a. Demonstrativo I - Metas Anuais;

b. Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

c. Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

d. Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

e. Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

i. Anexo Ia - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;

f. Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas;

i. Anexo II a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;

g. Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

h. Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

i. Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

j. Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

k. Anexo VII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências

IV- Demonstrativos Complementares:

a. Demonstrativo das Receitas e Prioridades das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE;

b. Demonstrativo das Receitas de Impostos e das Prioridades das Despesas Próprias com Saúde;

c. Demonstrativo das Prioridades das Despesas com Pessoal;

d. Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações;

§ 2º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para o exercício de 2015, serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas na Lei, não se constituindo, em limites à programação de despesas.

§ 3º - Na elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2015, o Poder Executivo poderá alterar as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

## II - DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 3º - O Orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, e Fundos, o mesmo será elaborado levando-se em conta a estrutura organizacional do Município.

Art. 4º - A Lei orçamentária do Município evidenciará às Receitas por rubricas, discriminará as despesas por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando a esfera orçamentária, a fonte de recursos e o desdobramento das despesas por categoria econômica, grupo de natureza de despesas e modalidade de aplicação. O Projeto de Lei Orçamentária encaminhado ao Legislativo conterá, além do texto da lei os quadros orçamentários consolidados a seguir:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Programa de Trabalho de Governo;

III - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Sub-funções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais;

IV - Demonstrativo da Despesa por Funções e Sub-funções e Programas, conforme o vínculo com os Recursos;

V - Demonstrativo da Despesa por Órgão e Funções.

§ Único - O Orçamento Fiscal, Seguridade Social e Fundos, serão integrantes do orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

## III - DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - O Orçamento para o exercício de 2015 obedecerá aos Princípios da Transparência e do Equilíbrio das contas públicas abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e Fundos, levando-se em conta a estrutura organizacional da Administração Pública Municipal.

Art. 6º - Os estudos para definição da previsão da receita para o exercício de 2015, deverão observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico e vegetativo, sua evolução nos exercícios anteriores e a arrecadação até o mês de julho de 2014.

Art. 7º - Se a receita estimada para o exercício de 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação ao orçamento.

Art. 8º - Na execução do orçamento, se verificado que o comportamento da receita poderá afetar as metas estabelecidas, os Poderes Legislativo, Executivo e Fundos deverão de forma proporcional as suas dotações, adotar o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas e na ordem abaixo:

I - gastos com pessoal comissionados;

II - eliminação de possíveis vantagens concedidas à servidores;

III - eliminação de despesas com horas extras;

IV - racionalização com gastos com diárias;

V - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos;

VI - contingenciamento das dotações apropriadas para custeio; e,

VII - redução dos investimentos programados (aquisição de equipamentos e máquinas em geral).

Art. 9º - A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, não excederão, no exercício de 2015, a 10% (dez por cento) da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2014.

Art. 10 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do município, as despesas;

I - decorrentes de decisões judiciais;

II - aumento da despesa provocado por fato da administração, como por exemplo, redução na arrecadação de tributos;

III - Indenização por rescisões contratuais e passivos trabalhistas ou de outra natureza, inclusive indenização por responsabilidade civil;

IV - despesas em caso de emergência ou calamidade pública;

V - redução de receitas em face de crises econômicas;

VI - desapropriação;

VII - com manutenção orçada a menor ou não orçada.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de Contingência, ou de créditos abertos por excesso de arrecadação exceto os itens de recursos vinculados, convênios e do Superávit Financeiro do exercício de 2014.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou comprometidos.

Art. 11 - O orçamento para o exercício de 2015 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinados a atender os passivos contingentes, os riscos e eventos fiscais, e outros imprevistos, calamidade pública, as desapropriações de imóveis.

§ Único - Para efeito desta Lei, entende-se como eventos e riscos fiscais imprevistos, entre outros, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Pública Municipal, não orçadas ou orçadas a menor e as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais, imprescindíveis às necessidades do poder público.

Art. 12 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 13 - O Executivo Municipal deverá elaborar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o cronograma anual de desembolso mensal para a Prefeitura e Câmara, e Fundos.

Art. 14 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, somente serão executados se ocorrer o ingresso no fluxo de caixa do respectivo órgão ou termo assinado no qual se comprove o compromisso firmado.

Art. 15 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, dependerão de Lei autorizativa específica e beneficiará somente aquelas de caráter assistencial, educacional e de cooperação técnica.

Art. 16 - Para efeito do disposto no § 3º artigo 16, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor para dispensa de licitação fixado no item I do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizadas.

Art. 17 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído e/ou iniciado, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 18 - Despesas de competência de outros entes da Federação, só serão assumidas pela Administração Municipal, quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstas na Lei Orçamentária.

Art. 19 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o exercício de 2015, a preços correntes, acrescidos do índice inflacionário previsto e expectativa de crescimento vegetativo.

Art. 20 - A Lei Orçamentária para o exercício de 2015 poderá contemplar autorização ao Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais dos saldos não utilizáveis das dotações, através de ato próprio do executivo.

Art. 21 - Os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais especiais ou suplementares prevista na Lei Orçamentária 2015, por ato do Executivo Municipal.

Art. 22 - Para apuração do excesso de arrecadação, considera-se todas as receitas previstas no orçamento.

Art. 23 - Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício.

Art. 24 - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a

entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2015; por autoridades locais e comprovantes de regularidade de sua diretoria, certidões negativas da Receita Federal do Brasil - RFB, FGTS e Municipal.

Art. 25 - As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 26 - A celebração de convênios para a concessão de subvenção social e auxílio, para despesa de capital, é restrita a entidades sem fins lucrativos, que desenvolvam atividades nas áreas social, educacional e saúde ressaltando-se os convênios e contratos firmados com cooperativas ou associações comunitárias ou de produção, para repasse de recursos federais ou municipais, observadas as exigências da legislação em vigor, e está condicionada a:

I - comprovação das prestações de contas referentes aos recursos de que trata este artigo, recebidos em 2014;

II - aprovação pelo tribunal de Contas do Estado da prestação de contas dos recursos de que trata este artigo, recebidos em 2013;

III - atendam ao disposto no artigo 204 e artigo 61, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Art. 27 - O orçamento para o exercício de 2015, durante o processo de elaboração atenderá ao artigo 48 da Lei Federal nº 101 de 04/05/2000 e a Lei Municipal nº 2.412/01.

Art. 28 - O Balanço Fiscal do exercício financeiro de 2015 que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo deverá ser confeccionado de acordo com a legislação pertinente a matéria e atender o artigo 4º da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO.

Art. 29 - Os recursos relativos a programas sociais, será conferida prioridade às áreas de menor índice de desenvolvimento sócio-econômico.

Art. 30 - O Poder Executivo poderá celebrar convênios com entidades privadas sem fins lucrativos para desenvolver programas educacionais.

#### IV - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 - Obedecidos os limites estabelecidos em legislações vigentes, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2015, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 32 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art. 33 - A verificação dos limites da dívida pública poderá ser feita ao final de cada semestre.

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

Art. 34 - O Executivo Municipal, mediante lei autorizativa, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000.

§ Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou acrescidos por créditos adicionais.

Art. 35 - A despesa total com pessoal dos Poderes, Executivo e Legislativo, não excederão em percentual da receita Corrente Líquida, os limites de 54% (cinquenta e quatro por cento) e 6% (seis por cento), respectivamente.

§ Único - O Poder Legislativo não excederá também os gastos com folha de pagamento, conforme disposto no Art. 29A da Constituição Federal.

Art. 36 - Nos Casos de necessidades temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no artigo 20, III da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000.

Art. 37 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem a substituição de servidores ou empregados públicos, serão apropriados como "outras despesas com pessoal".

§ Único - Para efeito no disposto deste artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades e funções, constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal e que não envolvam a utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 38 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal no exercício;

- I - redução em pelo menos 20% (vinte por cento) das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;
- II - exoneração dos servidores não estáveis;
- III - eliminação de despesas com horas extras;
- IV - demissão de servidores não estáveis;
- V - eliminação de vantagens concedidas à servidores; e,
- VII - demissão de servidores estáveis.

Art. 39 - A verificação dos limites das despesas com pessoal poderão ser feitas no final de cada semestre.

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 - O Executivo Municipal, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita.

Art. 41 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14, § 3º, Inciso II da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Art. 42 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não aprovar a Proposta Orçamentária, conforme já previsto no Art. 14 § 2º da Lei Orgânica Municipal.

§ 1º - Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for devolvido ao Executivo até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executá-lo na forma original, até a devida sanção da respectiva lei.

§ 2º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior, serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício de 2014, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 44 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 45 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 46 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Poder Executivo.

Art. 47 - O Executivo Municipal poderá assinar convênio com o Governo Federal e Estadual, através de seus órgãos da Administração direta ou indireta para a realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 48 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 25 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### LEI Nº 4.282/2014

LEI Nº 4.282/2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ENCAMINHAR PARA COBRANÇA E PROTESTO OS CRÉDITOS, DE NATUREZA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA, DA FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO, QUE SE ENCONTRAM INSCRITO EM DÍVIDA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, nos termos da Lei Federal Nº 9.492, de 10 de Setembro de 1997, autorizado a estabelecer procedimentos administrativos de cobrança e protesto de crédito de natureza tributária e não tributária, da Fazenda Pública Municipal, vencidos e inscritos em Dívida Ativa, em nome dos contribuintes devedores.

§1º - Os efeitos do protesto dos créditos que trata o caput deste artigo alcançarão os responsáveis tributários nos termos dos arts. 134 e 135 da Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

§2º - A Certidão de Dívida Ativa do Município - CDA, constitui título executivo sujeito a protesto, de acordo com a Lei Federal Nº 9.492, de 10 de Setembro de 1997, alterada pela Lei Federal Nº

12.767, de 27 de Dezembro de 2012.

§3º - O procedimento de protesto das Certidões de Dívida Ativa junto aos Cartórios dar-se-á sem ônus para o Município.

Art. 2º - O não pagamento de cobrança dos créditos tributários e não tributários, inclusive o representativo dos parcelamentos formalizados, implicará o protesto do crédito do respectivo título executivo em sua totalidade.

Art. 3º - O Poder Executivo Municipal poderá firmar convênio com os titulares dos Cartórios de Protestos de Títulos para definição dos procedimentos operacionais de encaminhamento das Certidões de Dívida Ativa de que trata esta Lei.

Parágrafo Único - O procedimento de protesto das Certidões de Dívida Ativa do Município dar-se-á de forma centralizada, por meio de arquivo eletrônico, assegurado o sigilo das informações pelo Cartório Protestante, nos termos do Art. 29, da Lei Federal Nº 9.492/1997.

Art. 4º - O Poder Executivo expedirá os atos necessários a regulamentação desta Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias, após sua publicação.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 03 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **LEI Nº 4.283/2014**

LEI Nº 4.283/2014

"QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO E REPASSAR CONTRIBUIÇÃO A PROTUR - ASSOCIAÇÃO PRÓ TURISMO DE SÃO JOAQUIM"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim (SC), faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio e repassar contribuição a PROTUR - Associação Pró Turismo de São Joaquim, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a fim de custear despesas com a locação de parte da decoração natalina para a cidade de São Joaquim no corrente ano.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei dar-se-ão por conta da dotação orçamentária (48) 3.3.50.00.00.00.00.0160.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 03 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### **LEI Nº 4.284/2014**

LEI Nº 4.284/2014

"ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

01 - PODER LEGISLATIVO

01.01- CÂMARA DE VEREADORES

(3)3.3.90.00.00.00.00.2.001-0160 - Aplicações Diretas  
7.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....  
..... 7.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

01 - PODER LEGISLATIVO

01.01 - CÂMARA DE VEREADORES

(4)3.1.90.00.00.00.00.00.1.026-0160 - Aplicações Diretas  
7.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO .....  
..... 7.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 03 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **LEI Nº 4.285/2014**

LEI Nº 4.285/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO

03.06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

(29)4.4.90.00.00.00.00.00.2.010-0160 - Aplicações Diretas  
15.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....  
..... 15.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação levantado até esta data.

15.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO .....  
..... 15.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 03 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **LEI Nº 4.286/2014**

LEI Nº 4.286/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO  
03.05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
(13)3.3.71.00.00.00.00.00.2.008-0160 - Transf. a Consórcios Públicos 4.885,78  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 4.885,78

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária.

03 - PODER EXECUTIVO  
03.05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
(14)3.3.90.00.00.00.00.00.2.008-0160 - Aplicações Diretas 4.885,78  
TOTAL DA ANULAÇÃO ..... 4.885,78

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 03 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **LEI Nº 4.287/2014**

LEI Nº 4.287/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

03 - PODER EXECUTIVO  
03.12 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
(36)3.1.90.00.00.00.00.00.2.006-0015 - Aplicações Diretas 150.000,00  
(73)3.3.90.00.00.00.00.00.2.039-0601 - Aplicações Diretas 90.000,00  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 240.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

03 - PODER EXECUTIVO  
03.04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
(9)4.4.90.00.00.00.00.00.1.022-0024 - Aplicações Diretas 7.000,00  
(6)3.1.90.00.00.00.00.00.2.044-0024 - Aplicações Diretas 60.000,00  
(21)3.3.90.00.00.00.00.00.2.043-0024 - Aplicações Diretas 50.000,00  
(5)3.3.90.00.00.00.00.00.2.049-0015 - Aplicações Diretas 5.715,00  
(13)4.4.90.00.00.00.00.00.1.003-0024 - Aplicações Diretas 12.285,00  
03.12 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
(34)4.4.90.00.00.00.00.00.1.017-0015 - Aplicações Diretas 15.000,00  
(69)4.4.90.00.00.00.00.00.2.056-0601 - Aplicações Diretas 90.000,00  
TOTAL DA ANULAÇÃO ..... 240.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 03 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **LEI Nº 4.288/2014**

LEI Nº 4.288/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

01 - PODER LEGISLATIVO  
01.01 - CÂMARA DE VEREADORES  
(3)4.4.90.00.00.00.00.00.1.026-0160 - Aplicações Diretas 7.500,00  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 7.500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação levantado até esta data.

7.500,00  
TOTAL DA ANULAÇÃO ..... 7.500,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 03 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 502/2014**

PORTARIANº 502/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contrato os seguintes Professores: - ADRIANA FARIAS DE ALMEIDA, ocupante da função de Professora Substituta, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 235/2014, de 19/05/2014. - ADRIELI COSTA MARTINS, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 232/2014, de 19/05/2014. - ALDEMIR COSTA PEREIRA, ocupante da função de Professor Substituto, no C.E.I. Joaquim Pereira, Localidade de Boava, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 464/2014, de 23/10/2014. - ALESSANDRA SILVA DOS SANTOS CAMPOS, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octavio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 272/2014, de 03/06/2014. - ALINE DA SILVA RODRIGUES, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 241/2014, de 20/05/2014. - ALINE RODRIGUES, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, Localidade de Boava, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 232/2014, de 19/05/2014. - AMELIA MACHADO VIEIRA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 233/2014, de 19/05/2014. - AMELIA MACHADO VIEIRA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 398/2014, de 02/09/2014. - ANA MARIA MATOS DO AMARAL, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Atília Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 241/2014, de 20/05/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 12 de Dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 503/2014**

PORTARIANº 503/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contrato os seguintes Professores: - ANA PAULA DOS SANTOS, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, Localidade de Boava, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 227/2014, de 19/05/2014. - ANDRÉIA RAMOS FLORES, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 241/2014, de 20/05/2014. - ANDRESA PATRICIO BARBOSA, ocupante da função

de Professora Substituta, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 421/2014, de 17/09/2014. - ANDREY DA ROSA, ocupante da função de Professor Substituto, no Ginásio de Esportes - Projeto Tigrinho, Bairro Centro, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 238/2014, de 20/05/2014. - ANGELINA COSTA LINHARES, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 261/2014, de 28/05/2014. - BEATRIZ CRISTINA GODOI G. YAMAGUCHI, ocupante da função de Professora Substituta, no CAIC-Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 240/2014, de 20/05/2014. - CAMILA BAESSO, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 240/2014, de 20/05/2014. - CASSIANO SUHRE DA ROSA, ocupante da função de Professor Substituto, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 231/2014, de 19/05/2014. - CELIA TEREZINHA PEREIRA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 241/2014, de 20/05/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 12 de Dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 504/2014**

PORTARIANº 504/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contrato os seguintes Professores: - CLAUDIA REGINA FLORES, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Rodrigues Vieira, Localidade Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 482/2014, de 04/11/2014. - CLEIDE ELISE SOUZA WALTRIQUE VIEIRA, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Boa Vista, Bairro Boa Vista, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 232/2014, de 19/05/2014. - CLEUZA APARECIDA BORGES, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Paulino Gonçalves de Liz, Localidade de São Sebastião da Várzea, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 235/2014, de 19/05/2014. - CRISTIANE DE FATIMA RODRIGUES, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 238/2014, de 20/05/2014. - DAIANE PORTO DA ROSA ROTA, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Pericó, Localidade de Pericó, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 240/2014, de 20/05/2014. - DALCILENE RAFAEL DA ROSA BORGES, ocupante da função de Professora Substituta, no CAIC-Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 278/2014, de 05/06/2014. - DEIZIANE PADILHA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 229/2014, de 19/05/2014. - DENISE NUNES PEREIRA, ocupante

da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 321/2014, de 08/07/2014. - EDIMARA BORGES DE OLIVEIRA, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Joaquim Pereira, Localidade de Boava, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 250/2014, de 21/05/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 12 de Dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 505/2014**

PORTARIANº 505/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contrato os seguintes Professores: - EDINARA DOS SANTOS MOURA, ocupante da função de Professora Substituta, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 377/2014, de 20/08/2014. - EDINARA DOS SANTOS MOURA, ocupante da função de Professora Substituta, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 435/2014, de 01/10/2014. - EDISON LUIZ DE SOUZA HUGEN, ocupante da função de Professor Substituto, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 238/2014, de 20/05/2014. - EDNA CASTELO BRANCO CAMPOS, ocupante da função de Professora Substituta, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 238/2014, de 20/05/2014. - EDNA SOLI DA ROSA ASI, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 227/2014, de 19/05/2014. - ELAINE CRISTINA SILVÉRIO VELHO, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B. Jarbas Amarante Ferreira, Localidade de Boava, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 375/2014, de 19/08/2014. - ELAINE RODRIGUES DO AMARAL, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 229/2014, de 19/05/2014. - ELAINE RODRIGUES DO AMARAL, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 378/2014, de 20/08/2014. - ELIZIA VIEIRA RIZZI CASSÃO, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 272/2014, de 03/06/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 12 de Dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 506/2014**

PORTARIANº 506/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contrato os seguintes Professores: - ELIZIA VIEIRA RIZZI CASSÃO, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 272/2014, de 03/06/2014. - ERICA DE SOUZA AMARAL, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 241/2014, de 20/05/2014. - ERICA DE SOUZA AMARAL, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 241/2014, de 20/05/2014. - EVANIR CEQUINEL DO AMARAL, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Attilia Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 332/2014, de 15/07/2014. - ELIZANDRA DA SILVA PEREIRA, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Anibal Nezi, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 227/2014, de 19/05/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 12 de Dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 507/2014**

PORTARIANº 507/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contrato os seguintes Professores: - FABIANA MOREIRA HENRIQUE, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 439/2014, de 02/10/2014. - FABIANA MOREIRA HENRIQUE, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, Localidade de Boava, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 445/2014, de 08/10/2014. - FABRICIO MARAGIGO FIGUEIREDO, ocupante da função de Professor Substituto, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 487/2014, de 11/11/2014. - FRANCIELE MACHADO DE SOUZA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 241/2014,

de 20/05/2014. - GENECI RIBEIRO LIMA, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Paulino Gonçalves de Liz, Localidade de São Sebastião da Várzea, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 242/2014, de 20/05/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 12 de Dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 508/2014**

PORTARIANº 508/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contrato os seguintes Professores: - GILBERTO MARTINS, ocupante da função de Professor Substituto, no Ginásio de Esportes - Projeto Tigrinhos, Bairro Centro, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 242/2014, de 20/05/2014. - GISELA MENDONÇA GOULART, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 239/2014, de 20/05/2014. - GISLANE DE FATIMA ANDRADE PEREIRA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 242/2014, de 20/05/2014. - GIZELI RIBEIRO MATTOS, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 227/2014, de 19/05/2014. - GLAUCIA APª. B. RODRIGUES ALMEIDA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 227/2014, de 19/05/2014. - GLECI TEREZINHA DOS SANTOS, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 250/2014, de 21/05/2014. - GUILHERME SOUZA SANTOS, ocupante da função de Professor Substituto, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 236/2014, de 19/05/2014. - GUILHERME SOUZA SANTOS, ocupante da função de Professor Substituto, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 286/2014, de 10/06/2014. - IARA DE FATIMA DA SILVA, ocupante da função de Professora Substituta, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 239/2014, de 20/05/2014. - IVONETE APARECIDA DE SOUZA GOULART, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugen Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 398/2014, de 02/09/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 12 de Dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 509/2014**

PORTARIANº 509/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contrato os seguintes Professores: - JACIARA DA SILVA KIYZANOSK, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Marcio Fabre de Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 228/2014, de 19/05/2014. - JANAINA BORGES HABTZREUTER, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 229/2014, de 19/05/2014. - JANAINA APARECIDA RIBEIRO ROSA, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Madre Paulina, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 445/2014, de 08/10/2014. - LADIA MARIA DE LIMA M. OLIVEIRA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 239/2014, de 20/05/2014. - LEONOR SERAFIM DE SOUZA NUNES, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugen Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 240/2014, de 20/05/2014. - LISSARDA TERESINHA MARTINS MATOS, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugen Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 278/2014, de 05/06/2014. - LUCILENE TEREZINHA DE SOUZA, ocupante da função de Professora Substituta, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 259/2014, de 27/05/2014. - MAIARA FIGUEIREDO, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 278/2014, de 05/06/2014. - JANETE BARBOSA DE SOUZA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugen Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 235/2014, de 19/05/2014. - MAIANE VIEL, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 232/2014, de 19/05/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 12 de Dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 510/2014**

PORTARIANº 510/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contrato os seguintes Professores: - MAIANE VIEL, ocupante da função de Professora Substituta, na E.I.M. Encruzilhada do Cruzeiro, Localidade de Cruzeiro, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 251/2014, de 22/05/2014. - MARCIA RIBEIRO, ocupante da função de Professora Substituta, na E.I.M. Encruzilhada do Cruzeiro, Localidade de Cruzeiro, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 233/2014, de 19/05/2014. - MARIA BENTA MACHADO VIEIRA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 278/2014, de 05/06/2014. - MARIA ELIZABETE CARVALHO DE OLIVEIRA, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Anibal Nezi, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 228/2014, de 19/05/2014. - MARIA EMILIA SOUZA PESSOA SANTOS, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 242/2014, de 20/05/2014. - MARIA GORETE GARCIA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 279/2014, de 05/06/2014. - MARIA HELENA NUNES RIBEIRO, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Boa Vista, Bairro Boa Vista, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 236/2014, de 19/05/2014. - MARIA IOLANDA MACEDO DE SOUZA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 352/2014, de 06/08/2014. - MARIA IZABEL BORGES, ocupante da função de Professora Substituta, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 271/2014, de 03/06/2014. - MARILÉIA APARECIDA OLIVEIRA, ocupante da função de Professora Substituta, nas Escolas Municipais, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 239/2014, de 20/05/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 12 de Dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 511/2014**

PORTARIANº 511/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contrato os seguintes Professores: - MARIA JULIA RUPNIEVSKI, ocupante da função de Professora Substituta, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 113/2014, de 18/03/2014. - MARIA TERESA MENDES,

ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, Localidade de Boava, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 243/2014, de 20/05/2014. - MARICRIS TEREZINHA VELHO DE ANDRADE MATOS, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 229/2014, de 19/05/2014. - MARINÊS IUNG FIGUEIREDO, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 272/2014, de 03/06/2014. - MARISTELA SCHMIDT LIMA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 233/2014, de 19/05/2014. - MARLI DA ROSA QUIRINO, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 228/2014, de 19/05/2014. - MATHEUS GOULART MENDONÇA, ocupante da função de Professor Substituto, no Ginásio de Esportes, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 307/2014, de 23/06/2014. - NAIR DAS GRAÇAS BORGES HABTZREUTER, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugen Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 239/2014, de 20/05/2014. - NEURA MARA DOS SANTOS, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 230/2014, de 19/05/2014. - PATRICIA NUNES DE BRIDA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugen Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 272/2014, de 03/06/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 12 de Dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 512/2014**

PORTARIANº 512/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contrato os seguintes Professores: - PRECILA BIRLCK MARTINS, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugen Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 420/2014, de 17/09/2014. - RAFAEL RIBEIRO SOUZA, ocupante da função de Professor Substituto, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 228/2014, de 19/05/2014. - RENATA STEFFEN DE BETIO, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 249/2014, de 21/05/2014. - ROSEMARY DA SILVA MELO, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugen Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 243/2014, de 20/05/2014. - RICARDO COSTA CANDIDO DA SILVA, ocupante da função de Professor Substituto, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, para a qual havia

sido Designado através da Portaria Nº 271/2014, de 03/06/2014. - ROSILENI FIGUEIREDO, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Jardim Minuano, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 421/2014, de 17/09/2014. - ROSIMERI DA CRUZ PEREIRA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 243/2014, de 20/05/2014. - ROSIMERI DA CRUZ PEREIRA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 243/2014, de 20/05/2014. - SABRIANA ARCARO MATOS, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Attilia Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 230/2014, de 19/05/2014. - SERGIO MATIAS DA CUNHA, ocupante da função de Professor Substituto, no Centro de Música, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 462/2014, de 22/10/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 12 de Dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 513/2014**

PORTARIANº 513/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contrato os seguintes Professores: - SILVANA MUNIZ DE ANDRADE, ocupante da função de Professora Substituta, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 232/2014, de 19/05/2014. - SILVANA PEREIRA SCHLISCHTING, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 234/2014, de 19/05/2014. - SILVANA PEREIRA SCHLISCHTING, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Antonio Aguiar Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 378/2014, de 20/08/2014. - SILVIA RIBEIRO DE LIZ DA SILVA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 379/2014, de 20/08/2014. - SONIA LARA BORGES, ocupante da função de Professor Substituto, no C.E.I. Madre Paulina, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 228/2014, de 19/05/2014. - SUELEN LUCIANO DA SILVEIRA, ocupante da função de Professora Substituta, no Ginásio de Esportes - Projetos Educacionais, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 240/2014, de 20/05/2014. - SUELEN SOUZA CAVALHEIRO, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 389/2014, de 27/08/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 12 de Dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 514/2014**

PORTARIANº 514/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contrato os seguintes Professores: - THAYSE GREICI DA SILVA, ocupante da função de Professora Substituta, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 230/2014, de 19/05/2014. - TUIZA PADILHA DE LIMA RISSI, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 230/2014, de 19/05/2014. - VIVIANE PEREIRA DA SILVA, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 490/2014, de 12/11/2014. - ZILMA PEREIRA NUNES NESI, ocupante da função de Professora Substituta, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 313/2014, de 01/07/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 12 de Dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 515/2014**

PORTARIANº 515/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contrato os seguintes Agentes de Serviços Gerais: - ANA PAULA VIEIRA DE SOUZA, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais (servente/faxineira), na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 433/2014, de 01/10/2014. - FRANCIANE IUNG ANDRE, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais (servente/faxineira), no C.E.I. Anibal Nezi, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 350/2014, de 05/08/2014. - MARIA COSTA LIMA, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais (servente/faxineira), no C.E.I. José Diomar Rodrigues Padilha, Bairro Nossa Senhora Aparecida, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 426/2014, de 25/09/2014. - ORALICE SANTOS DE OLIVEIRA GODINHO, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais, no C.E.I. Boqueirão, Localidade de São Francisco Xavier, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 347/2014, de 04/08/2014. - ROSANA NUNES DE JESUS, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais (servente/

faxineira), no Caiquinho, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 400/2014, de 03/09/2014.  
- VANUZA DA ROSA, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais, no C.E.I. Paulino Gonçalves de Liz, Localidade de São Sebastião da Várzea, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 399/2014, de 02/09/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 12 de Dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 516/2014**

PORTARIA Nº 516/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - CRISTIANE STCHE, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 18/11/2014. - AUGUSTA APARECIDA DE ANDRADE, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 19/11/2014. - MAYRA FIGUEREDO DA SILVA, ocupante da Função de Professora, por 02 (dois) dias, a contar do dia 20/11/2014. - CLAUDIO MATOS GOULART, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 24/11/2014, para tratamento de saúde de sua esposa. - CLAUDIA DA SILVA FLORES, ocupante do Cargo de Professora, por 09 (nove) dias, a contar do dia 24/11/2014. - GUILHERME SOUZA SANTOS, ocupante da Função de Professor, por 03 (três) dias, a contar do dia 24/11/2014. - JOSÉ VILMAR MARIOT ANTUNES, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Fazenda, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 24/11/2014. - SUZANA NAZARÉ ATAIDE DE LIMA, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 24/11/2014. - TEREZINHA MARCILENE DIAS DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 25/11/2014. - ANTONIO CARLOS LIMA, ocupante do Cargo de Merendeiro, por 01 (um) dia, no dia 25/11/2014. - JONATAS POIER GUALBERTO, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 25/11/2014. - JOAQUIM TADEU DO AMARAL, ocupante da Função de Vigia, a contar do dia 26/11/2014 e o retorno de acordo com o INSS. - GISELA MENDONÇA GOULART, ocupante da Função de Professora, por 02 (dois) dias, a contar do dia 26/11/2014. - GRAZIELA MAURICIO, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 26/11/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 517/2014**

PORTARIA Nº 517/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - MARA APª. BORGES COSTA, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 27/11/2014. - FERNANDO LAURENTINO COSTA, ocupante do Cargo de Motorista, por 02 (dois) dias, a contar do dia 27/11/2014. - ELISANE ZANETTE VARELA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 27/11/2014. MARA APª. BORGES COSTA, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 02 (dois) dias, a contar do dia 27/11/2014. - DAIANA ALVES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 28/11/2014. - LÉA MARAFIGO DE JESUS, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem, por 01 (um) dia, no dia 29/11/2014. - IVONETE PEREIRA BORGES, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 01/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 518/2014**

PORTARIA Nº 518/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - CELITA PEREIRA ALVES NUNES, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem (PSF), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 01/12/2014 à 30/12/2014. - DANIELA MATOS SANTOS BECKHAUSER, ocupante da Função de Enfermeira (PSF), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 01/12/2014 à 30/12/2014. - ISTEIA MARI AMARAL MARTINS, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 01/12/2014 à 30/12/2014. - LISANDRO LUIZ VIEIRA, ocupante da Função de Médico (PSF), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 01/12/2014 à 30/12/2014. - MARLUZE PROENÇA DOS SANTOS, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 01/12/2014 à 30/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 519/2014**

PORTARIANº 519/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários:  
- LUIZ AFONSO PEREIRA VELHO, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 01/12/2014 à 30/12/2014. - MANOEL NASCIMENTO PEREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Mun. de Controle Interno, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 01/12/2014 à 30/12/2014. - TATIANA DA SILVA SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora de Administração Financeira, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 01/12/2014 à 30/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 520/2014**

PORTARIANº 520/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica EXONERADA por término de contrato à senhora: - JANIRA SEBASTIANA VELHO LOPES, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 446/2014, de 08/10/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**São José****PREFEITURA****PORTARIA - SA Nº 2621/2014**

PORTARIA- SA - Nº 2621/2014

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 - Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando despachos exarados no Processo Administrativo nº 18641/14 de 03.09.2014.

**RESOLVE:**

I - Conceder licença sem vencimentos, ao (a) servidor (a) Sr. (a) DORACI APARECIDA BECKER, matrícula nº 1006-5, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a), para tratar de assuntos particulares.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de Setembro de 2014.

III - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de Dezembro de 2014.  
WALDEMAR BORNHAUSEN NETO  
Secretário de Administração

**PORTARIA - SA Nº 2622/2014**

PORTARIA- SA - Nº 2622/2014

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 - Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando despachos exarados no Processo Administrativo nº 17682/14 de 21.08.2014.

**RESOLVE:**

I - Conceder licença sem vencimentos, ao (a) servidor (a) Sr. (a) CRIS REGINA GAMBETA JUNCES, matrícula nº 13148-2, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Orientador (a) Educacional, para tratar de assuntos particulares.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Setembro de 2014.

III - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de Dezembro de 2014.  
WALDEMAR BORNHAUSEN NETO  
Secretário de Administração

**PORTARIA - SA Nº 2623/2014**

PORTARIA- SA - Nº 2623/2014

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando despachos exarados no Processo Administrativo nº 13490/14 de 30.06.2014.

RESOLVE:

I - Conceder licença sem vencimentos, por 01 (um) ano, ao (a) servidor (a) Sr.(a) MARCIA REGINA FERRARI, matrícula nº 1.911, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnica em Enfermagem, para tratar de assuntos particulares, a partir de 01.08.2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2014.

III - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de Dezembro de 2014.  
WALDEMAR BORNHAUSEN NETO  
Secretário de Administração

### **PORTARIA - SA Nº 2624/2014**

PORTARIA- SA - Nº 2624/2014

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando despachos exarados no Processo Administrativo nº 19557/14 de 16.09.2014.

RESOLVE:

I - Conceder licença sem vencimentos, por 01 (um) ano, ao (a) servidor (a) Sr.(a) RODRIGO SANDIN, matrícula nº 19.046, lotado na Secretaria de Segurança, no cargo de Guarda Municipal, para tratar de assuntos particulares, a partir de 15.10.2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de Outubro de 2014.

III - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de Dezembro de 2014.  
WALDEMAR BORNHAUSEN NETO  
Secretário de Administração

### **PREGÃO PRESENCIAL 069/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 069/2014 - Processo nº 215/2014: Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de instrumentos musicais para serem utilizados no projeto bandas e fanfarras do ensino fundamental da Secretaria de Educação do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 18/12/2014 às 13h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 18/12/2014 às 13h15min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

### **PREGÃO PRESENCIAL 096/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 096/2014 - Processo nº 256/2014: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de instrumentos musicais e materiais de consumo para serem utilizados na Escola de Música da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 22/12/2014 às 13h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 22/12/2014 às 13h15min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

### **PREGÃO PRESENCIAL 112/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 112/2014 - Processo nº 286/2014: Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, tipo café, para atender as diversas Secretarias e Fundações pertencentes à Prefeitura do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 19/12/2014 às 15h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 19/12/2014 às 15h15min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

### **PREGÃO PRESENCIAL 122/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 122/2014 - Processo nº 320/2014: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa(s) para eventual fornecimento de medicamentos, insumos, fraldas geriátricas e fórmulas infantis especiais para atender as demandas judiciais e ao Programa São José Criança vinculados a Secretaria Municipal de Saúde de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 23/12/2014 às 09h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 23/12/2014 às 10h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

**PREGÃO PRESENCIAL 127/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 127/2014 - Processo nº 327/2014: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para o eventual fornecimento de gêneros alimentícios destinados a Casa de Acolhimento Social ao Morador de Rua Bom Samaritano da Secretaria de Assistência Social do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 18/12/2014 às 14h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 18/12/2014 às 14h15min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

**PREGÃO PRESENCIAL 132/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 132/2014 - Processo nº 344/2014: Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços de limpeza e lavagem de abrigos de passageiros de transporte coletivo no Município de São José/SC, com fornecimento de materiais. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 19/12/2014 às 17h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 19/12/2014 às 17h15min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

**PREGÃO PRESENCIAL 145/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 145/2014 - Processo nº 361/2014: Objeto: Contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais de consumo, higiene e limpeza e gêneros alimentícios, destinados ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 18/12/2014 às 15h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 18/12/2014 às 15h15min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

**PREGÃO PRESENCIAL 146/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 146/2014 - Processo nº 368/2014: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de suprimentos de informática para atender as unidades de ensino fundamental e a Secretaria de Educação do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 19/12/2014 às 14h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 19/12/2014 às 14h15min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

**PREGÃO PRESENCIAL 147/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 147/2014 - Processo nº 369/2014: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual aquisição de biscoitos, destinados as formações, cursos e capacitações dos servidores da rede municipal de ensino de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 19/12/2014 às 16h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 19/12/2014 às 16h15min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

**PREGÃO PRESENCIAL 148/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 148/2014 - Processo nº 370/2014: Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de 03 (três) ônibus tipo urbano com motorista e monitor, para realizar o transporte escolar de alunos da rede estadual e municipal de ensino de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 19/12/2014 às 13h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 19/12/2014 às 13h15min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.998, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.998, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

Determina Ponto Facultativo no Município nos dias 24 e 31 de dezembro de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica determinado Ponto Facultativo em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, nos dias 24 e 31 de dezembro de 2014.

Parágrafo único. Excetua-se do previsto no caput deste artigo, o Serviço Público Municipal de Saúde 24 (vinte e quatro) horas e o Conselho Tutelar, considerados essenciais para a comunidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de dezembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.999, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.999, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário, o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF.	
06-01	SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF.	
06.01.122.4503.2.008		
3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	23	Aplicação Direta R\$ 15.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

06.00	SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF.	
06-01	SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF.	
06.01.122.4503.2.008		
4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	27	Aplicação Direta R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de dezembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 5.000, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 5.000, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU	
09.01	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU	
15.451.4511.2.034.3.3.90.0.00.00.00.00.0.1.0000	102	Aplicação Direta R\$ 40.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

09.00	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU	
09.01	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU	
15.451.4511.2.034.4.4.90.0.00.00.00.00.0.1.0000	103	Aplicação Direta R\$ 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de dezembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 008.1/2014.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 008.1/2014.

Torna pública a homologação das inscrições, bem como a classificação dos candidatos inscritos no Processo Seletivo - Edital nº 008/2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, IX da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 008/2014, de 21 de novembro de 2014, TORNA PÚBLICA a HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, bem como a CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS no Processo Seletivo nº 008/2014, conforme consta dos quadros seguintes:

## 1. DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS:

## CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
001	Iracema de Moura	DEFERIDO
002	Andressa Munzlinger da Mota	DEFERIDO
003	Miriam Trindade	DEFERIDO
004	Ivone Gonçalves	DEFERIDO
005	Claudia Comin	DEFERIDO
006	Maria Janete Gonçalves do Prado Dal Pont	DEFERIDO
007	Ivanete de Lazari	DEFERIDO
008	Jairson Lazarotto	DEFERIDO
009	Maria Madalena Trentin	DEFERIDO
010	Joice Turazzi Weber	DEFERIDO
011	Edimar Muller	DEFERIDO
012	Marizeli Lazarotto	DEFERIDO
013	Izolete Bratti Ecco	DEFERIDO
014	Carla Fernanda Trevisol	DEFERIDO
015	Eleani Aparecida Soratto	DEFERIDO
016	Katia Cilene Gonçalves da Silva	DEFERIDO
017	Kassiani Negri Gonçalves	DEFERIDO
018	Marizete Gonçalves do Prado Lando	DEFERIDO
019	Nair Moschen Bado	DEFERIDO
021	Claudete Fátima Piccini Klein	DEFERIDO
022	Adrieli de Lazari	DEFERIDO
023	Maicon Lautério	DEFERIDO
024	Wanessa Vicente	DEFERIDO
025	Silvana Razini	DEFERIDO

## 2. DAS INSCRIÇÕES INDEFERIDAS:

## CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
020	Rita de Lourdes Caçol Zucchi	INDEFERIDA - Não anexou os documentos dos itens 2.1 e 4.1 do edital.

## 3. DA CLASSIFICAÇÃO:

## CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CLASS.	Nº INSCR.	CANDIDATO	PONTOS CURSO ESPECIALIZ.	PONTOS CURSO ESP. MESTRADO	PONTOS APERF. ÁREA	TOTAL DE PONTOS
001	004	Ivone Gonçalves	-	-	32	32
002	021	Claudete Fátima Piccini Klein	-	-	28	28

003	006	Maria Janete Gonçalves do Prado Dal Pont	-	-	19	19
004	024	Wanessa Vicente	-	-	15	15
005	016	Katia Aline Gonçalves da Silva	-	-	13	13
006	011	Edimar Muller	-	-	12	12
007	019	Nair Mochén Bado	-	-	08	08
008	018	Marizete Gonçalves do Prado Lando	-	-	07	07
009	008	Jairson Lazarotto	-	-	03	03
010	007	Ivanete de Lazari	-	-	03	03
011	001	Iracema de Moura	-	-	02	02
012	009	Maria Madalena Trentin	-	-	02	02
013	015	Eleani Aparecida Soratto	-	-	02	02
014	012	Marizeli Lazzarotto Mendes	-	-	02	02
015	010	Joice Turazzi Weber	-	-	01	01
016	023	Maicon Adriano Lautério	-	-	01	01
017	013	Izolete Bratti Ecco	-	-	0,8	0,8
018	025	Silvana Rozini	-	-	-	00
019	003	Miriam Trindade	-	-	-	00
020	017	Kassiani Negri Gonçalves	-	-	-	00
021	022	Adrieli de Lazari	-	-	-	00
022	014	Carla Fernanda Trevisol	-	-	-	00
023	002	Andressa Munzlinger da Mota	-	-	-	00
024	005	Claudia Comin	-	-	-	00
025	020	Rita de Lourdes Caçol Zucchi	-	-	-	Desclassificada

## 4. DO PRAZO PARA RECONSIDERAÇÃO EM FACE DA CLASSIFICAÇÃO:

4.1 O candidato terá o dia 09 de dezembro de 2014, para entrar com pedido de reconsideração, exclusivamente para sua classificação, junto à Comissão do Processo Seletivo, por meio de requerimento, cuja resposta será fornecida a partir do dia 10 de dezembro de 2014, via comunicação pessoal, ficando alterado o item "7.1" do Edital do Processo Seletivo nº 008/2014, de 21/11/2014, nestes moldes.

4.2 Após analisados eventuais pedidos de reconsideração, o resultado final será divulgado, a partir do dia 10 de dezembro de 2014, por meio de Edital, a ser publicado no mural e no Diário Oficial dos Municípios - DOM (site: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), e no site

oficial do Município: [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de dezembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### **RESOLUÇÃO CMAS Nº. 012 DE 29 DE OUTUBRO DE 2013.**

Resolução CMAS nº. 012 de 29 de outubro de 2013.

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-financeira do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - Exercício 2012 dos Serviços/Programas, IGD/PBF e IGD/SUAS do município de São Lourenço do Oeste - SC e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Lourenço do Oeste - CMAS, consoante com os termos da Lei Federal nº. 8.742/93, alterada pela Lei nº 12.435 de 2011, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social e prevê o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais; no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal Lei Nº 2.010, de 23 de Maio de 2012, que dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS e do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de São Lourenço do Oeste - SC, instituídos pelas Leis Municipais nº 1.040, de 21 de outubro de 1996 e nº 1.039, de 21 de outubro de 1996, respectivamente, e considerando o desenvolvimento da Política Municipal de Assistência Social e ao preconizado no Sistema Único de Assistência Social - SUAS em conformidade a NOB/SUAS, assim como Reunião Ordinária realizada no dia 29 de outubro de 2013 e;

Considerando:

As diretrizes dispostas através da Lei 12.435/2011 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social, que complementa a Lei Orgânica de Assistência Social - 8.742/1993;

As normativas que dispõe sobre a aplicação de recursos do IGD/PBF, IGD/SUAS, Serviços /Programas;

As prioridades do município para aprimoramento dos serviços vinculados ao Cadastro Único;

A disposição orçamentária e financeira do exercício de 2012;

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - Exercício 2012 do Índice de Gestão Descentralizada - IGD/PBF, IGD/SUAS e PROGRAMAS/SERVIÇOS do município de São Lourenço do Oeste em reunião ordinária realizada no dia 29 de outubro de 2013, registrada a aprovação na ata de nº. 012/2013 deste Conselho, tendo em vista o mesmo estar de acordo com o preconizado na legislação, dando parecer favorável conforme disposto nos itens a seguir:

- Foram observados, na execução das atividades com os recursos do IGD, todos os princípios exigidos pela legislação aplicados a administração pública;

- Todas as atividades executadas foram feitas nos termos das Portarias que regulamentaram os referidos recursos;

- Os recursos alocados na gestão do Programa Bolsa Família foram utilizados nas finalidades para os quais foram disponibilizados;

- O município realiza uma adequada gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família, realizada de forma intersetorial, compreendendo as atividades necessárias para o registro da informação da frequência escolar, da agenda da saúde, e a sistematização e análise dessas informações;

- A gestão local desenvolve ações adequadas para identificação, cadastramento de novas famílias e atualização e revisão dos dados contidos no Cadastro Único referente aos cidadãos residentes no município.

Art. 2º Aprovar a prestação de contas para o exercício de 2012 do Índice de Gestão Descentralizada - IGD/PBF, IGD/SUAS e dos SERVIÇOS E PROGRAMAS tendo como parecer favorável com de liberação pela aprovação total dos recursos.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 29 de outubro de 2013.

Itamar Fernandes

Presidente CMAS/SLO

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 004/2014 - ALTERA O ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 020 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 004/2014

ALTERA O ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 020 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo I da Lei Complementar nº 020 de 21 de fevereiro de 2013, passando a vigorar os vencimentos dos Servidores do Poder Legislativo Municipal em moeda corrente nacional (Reais), conforme dispõe o artigo 51 da Lei Complementar nº 025, de 10 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 12 de maio de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ  
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada  
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR  
Técnico Administrativo

#### ANEXO I

QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE (SC)

CARGOS	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTOS EM REAIS (R\$)
SECRETÁRIO EXECUTIVO	01	40	De acordo com o subsídio do Secretário Municipal - Art. 29, V, da CF. (Parâmetro)
DIRETOR JURÍDICO	01	20	7.760,00
CHEFE DE GABINETE	01	40	4.656,00
ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	01	40	3.880,00
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS	01	40	2.793,60
ASSESSOR DE INFORMÁTICA	01	40	3.492,00
ASSESSORIA PARLAMENTAR E RELAÇÕES COMUNITÁRIAS	09	20	2.522,00
ASSESSORIA ADMINISTRATIVA	02	20	1.358,00

TOTAL DE CARGOS	17		
-----------------	----	--	--

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 12 de maio de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ  
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada  
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR  
Técnico Administrativo

### LEI COMPLEMENTAR Nº 006/2014 - DÁ NOVA REDAÇÃO AO ANEXO XVI, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 006/2014

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ANEXO XVI, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo XVI, da Lei Complementar nº 019 de 20 de fevereiro de 2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

"CARGA HORÁRIA: 20 HORAS"  
"HABILITAÇÃO: ENSINO MÉDIO"

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 14 de maio de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ  
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada  
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR  
Técnico Administrativo

**LEI COMPLEMENTAR Nº 005/2014 - ALTERA OS ANEXOS, I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X E XI, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 019 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 005/2014

ALTERA OS ANEXOS, I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X E XI, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 019 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam alterados os Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI, da Lei Complementar nº 019 de 20 de fevereiro de 2013, passando a vigorar os vencimentos dos Servidores do Poder Legislativo Municipal em moeda corrente nacional (Reais), conforme dispõe o artigo 51 da Lei Complementar nº 025, de 10 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 12 de maio de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ  
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada  
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

**A N E X O I**

**GRUPO DE APOIO LEGISLATIVO**

Serviços Auxiliares

Cargo — Telefonista

CÓDIGO: GAL

NÍVEL PROGRESSÃO	VENCIMENTO EM REAIS (R\$)	TELEFONISTA	CARGA HORÁRIA
01	1.222,20	A	30 HORAS
02	1.283,31	B	30 HORAS
03	1.347,47	C	30 HORAS
04	1.414,84	D	30 HORAS
05	1.485,59	E	30 HORAS
06	1.559,86	F	30 HORAS
07	1.637,86	G	30 HORAS
08	1.719,75	H	30 HORAS
09	1.805,74	I	30 HORAS
10	1.896,03	J	30 HORAS

**A N E X O II**

**GRUPO DE APOIO LEGISLATIVO**

Serviços Auxiliares

Cargo — Motorista de Carro Leve

CÓDIGO: GAL

NÍVEL PROGRESSÃO	VENCIMENTO EM REAIS (R\$)	MOTORISTA DE CARRO LEVE	CARGA HORÁRIA
01	1.358,00	A	40 HORAS
02	1.425,90	B	40 HORAS
03	1.497,19	C	40 HORAS
04	1.572,05	D	40 HORAS
05	1.650,65	E	40 HORAS
06	1.733,19	F	40 HORAS
07	1.819,84	G	40 HORAS
08	1.910,84	H	40 HORAS
09	2.006,38	I	40 HORAS
10	2.106,70	J	40 HORAS

**A N E X O III**

**GRUPO DE APOIO LEGISLATIVO**

Serviços Auxiliares

Cargo — Auxiliar de Serviços Gerais — COPEIRA

CÓDIGO: GAL

NÍVEL PROGRESSÃO	VENCIMENTO EM REAIS (R\$)	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS — COPEIRA	CARGA HORÁRIA
01	1.222,20	A	40 HORAS
02	1.283,31	B	40 HORAS
03	1.347,47	C	40 HORAS
04	1.414,84	D	40 HORAS
05	1.485,59	E	40 HORAS
06	1.559,86	F	40 HORAS
07	1.637,86	G	40 HORAS
08	1.719,75	H	40 HORAS
09	1.805,74	I	40 HORAS
10	1.896,03	J	40 HORAS

**A N E X O IV**

**GRUPO DE APOIO LEGISLATIVO**

Serviços Administrativos

Cargo — Oficial Legislativo de Expediente

CÓDIGO: GAL

NÍVEL PROGRESSÃO	VENCIMENTO EM REAIS (R\$)	OFICIAL LEGISLATIVO DE EXPEDIENTE	CARGA HORÁRIA
01	1.358,00	A	20 HORAS
02	1.425,90	B	20 HORAS
03	1.497,19	C	20 HORAS
04	1.572,05	D	20 HORAS
05	1.650,65	E	20 HORAS
06	1.733,19	F	20 HORAS
07	1.819,84	G	20 HORAS
08	1.910,84	H	20 HORAS
09	2.006,38	I	20 HORAS
10	2.106,70	J	20 HORAS

**A N E X O V**

GRUPO DE NÍVEL TÉCNICO  
Atividades Técnicas de Nível Médio  
Cargo — Técnica em Contabilidade  
GRUPO I  
CÓDIGO: GNT

NÍVEL PROGRESSÃO	VENCIMENTO EM REAIS (R\$)	TÉCNICA EM CONTABILIDADE	CARGA HORÁRIA
01	4.656,00	A	40 HORAS
02	4.888,80	B	40 HORAS
03	5.133,24	C	40 HORAS
04	5.389,90	D	40 HORAS
05	5.659,39	E	40 HORAS
06	5.942,36	F	40 HORAS
07	6.239,48	G	40 HORAS
08	6.551,45	H	40 HORAS
09	6.879,03	I	40 HORAS
10	7.222,98	J	40 HORAS

**A N E X O VI**

GRUPO DE NÍVEL TÉCNICO  
Atividades Técnicas de Nível Médio  
Cargo — Técnica Legislativa  
GRUPO I  
CÓDIGO: GNT

NÍVEL PROGRESSÃO	VENCIMENTO EM REAIS (R\$)	TÉCNICA LEGISLATIVA	CARGA HORÁRIA
01	4.656,00	A	40 HORAS
02	4.888,80	B	40 HORAS
03	5.133,24	C	40 HORAS
04	5.389,90	D	40 HORAS
05	5.659,39	E	40 HORAS
06	5.942,36	F	40 HORAS
07	6.239,48	G	40 HORAS
08	6.551,45	H	40 HORAS
09	6.879,03	I	40 HORAS
10	7.222,98	J	40 HORAS

**A N E X O VII**

GRUPO DE NÍVEL TÉCNICO  
Atividades Técnicas de Nível Médio  
Cargo — Controlador Interno  
GRUPO I  
CÓDIGO: GNT

NÍVEL PROGRESSÃO	VENCIMENTO EM REAIS (R\$)	CONTROLADOR INTERNO	CARGA HORÁRIA
01	4.656,00	A	40 HORAS
02	4.888,80	B	40 HORAS
03	5.133,24	C	40 HORAS
04	5.389,90	D	40 HORAS
05	5.659,39	E	40 HORAS
06	5.942,36	F	40 HORAS
07	6.239,48	G	40 HORAS
08	6.551,45	H	40 HORAS
09	6.879,03	I	40 HORAS
10	7.222,98	J	40 HORAS

**A N E X O VIII**

GRUPO DE NÍVEL TÉCNICO  
Atividades Técnicas de Nível Médio  
Cargo — Agente de Comunicação Social  
GRUPO II  
CÓDIGO: GNT

NÍVEL PROGRESSÃO	VENCIMENTO EM REAIS (R\$)	AGENTE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	CARGA HORÁRIA
01	3.492,00	A	40 HORAS
02	3.666,60	B	40 HORAS
03	3.849,93	C	40 HORAS
04	4.042,42	D	40 HORAS
05	4.244,54	E	40 HORAS
06	4.456,77	F	40 HORAS
07	4.679,61	G	40 HORAS
08	4.913,59	H	40 HORAS
09	5.159,27	I	40 HORAS
10	5.417,23	J	40 HORAS

**A N E X O IX**

GRUPO DE NÍVEL TÉCNICO  
Atividades Técnicas de Nível Médio  
Cargo — Agente de Informática  
GRUPO II  
CÓDIGO: GNT

NÍVEL PROGRESSÃO	VENCIMENTO EM REAIS (R\$)	AGENTE DE INFORMÁTICA	CARGA HORÁRIA
01	3.492,00	A	40 HORAS
02	3.666,60	B	40 HORAS
03	3.849,93	C	40 HORAS
04	4.042,42	D	40 HORAS
05	4.244,54	E	40 HORAS
06	4.456,77	F	40 HORAS
07	4.679,61	G	40 HORAS
08	4.913,59	H	40 HORAS
09	5.159,27	I	40 HORAS
10	5.417,23	J	40 HORAS

**A N E X O X**

GRUPO DE NÍVEL TÉCNICO  
Atividades Técnicas de Nível Médio  
Cargo — Agente de Recursos Humanos  
GRUPO III  
CÓDIGO: GNT

NÍVEL PROGRESSÃO	VENCIMENTO EM REAIS (R\$)	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	CARGA HORÁRIA
01	3.492,00	A	40 HORAS
02	3.666,60	B	40 HORAS
03	3.849,93	C	40 HORAS
04	4.042,42	D	40 HORAS
05	4.244,54	E	40 HORAS
06	4.456,77	F	40 HORAS
07	4.679,61	G	40 HORAS

08	4.913,59	H	40 HORAS
09	5.159,27	I	40 HORAS
10	5.417,23	J	40 HORAS

## A N E X O XI

## GRUPO DE NÍVEL SUPERIOR

Atividades de Nível Superior

Cargo — ADVOGADO DO LEGISLATIVO

## GRUPO I

CÓDIGO: GNS

NÍVEL PROGRESSÃO	VENCIMENTO EM REAIS (R\$)	ADVOGADO DO LEGISLATIVO	CARGA HORÁRIA
01	7.760,00	A	20 HORAS
02	8.148,00	B	20 HORAS
03	8.555,40	C	20 HORAS
04	8.983,17	D	20 HORAS
05	9.432,32	E	20 HORAS
06	9.903,94	F	20 HORAS
07	10.399,14	G	20 HORAS
08	10.919,09	H	20 HORAS
09	11.465,05	I	20 HORAS
10	12.038,30	J	20 HORAS

**LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2014 - "DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 16, XI, 34, § 1º, 35, I E II, 45, I, A, II, A, § 1º, 47 E 61, II, C, DA LEI COMPLEMENTAR N. 006/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2014

"DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 16, XI, 34, § 1º, 35, I E II, 45, I, a, II, a, § 1º, 47 E 61, II, c, DA LEI COMPLEMENTAR N. 006/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O inciso IX do art. 16, da Lei Complementar Municipal n. 006/2011, de 22 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

XI - Em distância mínima de 50 metros da margem dos sistemas de tratamento de esgoto, com lagoas de decantação.

Art. 2º O § 1º do art. 34, da Lei Complementar Municipal n. 006/2011, de 22 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 34 .....

§ 1º O bolsão de retorno deverá ter acesso por via de no máximo 100,00m (cem metros) de comprimento, largura mínima de 14,00m (catorze metros) e praça de retorno com diâmetro maior ou igual a 24,00m (vinte e quatro metros).

.....

Art. 3º O inciso I, do art. 35, da Lei Complementar Municipal n. 006/2011, de 22 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 35 .....

I - declividade longitudinal permitida será:

Para as vias arteriais e coletoras: máxima de 15% (quinze por cento) e a mínima não poderá ser inferior a 2% (dois por cento); Para as vias locais e especiais: máxima de 20% (vinte por cento) e a mínima não poderá ser inferior a 2% (dois por cento).

.....

Art. 4º O art. 46, da Lei Complementar Municipal n. 006/2011, de 22 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

I - Nos parcelamentos situados nas Macrozonas Urbanas Consolidada e de Expansão Imediata as áreas públicas serão: de no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) da área útil da gleba a lotear, das quais um mínimo de: 4% (quatro por cento) do somatório da área dos lotes edificáveis destinados especificamente a Áreas Verdes;

6% (seis por cento) do somatório da área dos lotes edificáveis, destinados à implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

II - Nos parcelamentos situados na Zona de Expansão Futura, as áreas públicas serão: de no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da área da útil gleba a lotear, das quais um mínimo de: 4% (quatro por cento) do somatório da área dos lotes edificáveis, destinado especificamente a Áreas Verdes; 6% (seis por cento) do somatório da área dos lotes edificáveis, destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

§ 1º .....

.....

II - Para as Áreas Verdes, a proporção de 8m² por habitante e ainda:

No cálculo da densidade de ocupação serão considerados 05 habitantes por lote, considerando-se, ainda, a possibilidade de futuras subdivisões, de acordo com as áreas e dimensões mínimas, para lotes urbanos, previstas na legislação municipal.

.....

Art. 5º O art. 47, da Lei Complementar Municipal n. 006/2011, de 22 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 47. As áreas destinadas a implantação de equipamentos urbanos e comunitários (uso institucional), as áreas verdes de lazer e as áreas verdes de interesse ecológico deverão observar os seguintes requisitos:

I - As áreas destinadas a implantação de equipamentos urbanos e comunitários (uso institucional): declividade inferior a 30% (trinta por cento); área mínima de 500m²; testada, largura e dimensão mínima de 12,00m.

II - As áreas verdes de lazer: declividade inferior a 30% (trinta por cento); área mínima de 360m²; testada, largura e dimensão mínima de 12,00m.

III - As áreas verdes de interesse ecológico: declividade inferior a 100% (cem por cento); área mínima de 300m²; testada, largura e dimensão mínima de 10,00m.

Art.6º A alínea 'c', do inciso II, do art. 61, da Lei Complementar

Municipal n. 006/2011, de 22 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 61 .....

II - .....

c) Levantamento topográfico com curvas de nível a cada metro da área a ser parcelada;

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,  
Em 13 de março de 2014  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

ADAIR LUIZ ORSO  
Secretário Municipal de Administração

Esta lei foi publicada  
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR  
Técnico Administrativo

**LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2014 - DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 108 DA LEI COMPLEMENTAR N. 002/2011.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2014  
DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 108 DA LEI COMPLEMENTAR N. 002/2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 108, da Lei Complementar Municipal n. 002/2011, de 22 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 108. As áreas verdes públicas situadas em regiões de várzea ou em terrenos com declividade superior a 30% (trinta por cento) e inferior a 100% (cem por cento), ou sujeitos à erosão, serão consideradas como áreas especiais de interesse ecológico e preferencialmente destinadas à preservação e ao reflorestamento, observando-se a legislação municipal, estadual e federal aplicável à espécie.

Parágrafo único. As áreas previstas no caput serão aprovadas pelo Conselho Municipal de Planejamento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,  
Em 13 de março de 2014  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

ADAIR LUIZ ORSO  
Secretário Municipal de Administração

Esta lei foi publicada  
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR  
Técnico Administrativo

**LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2014 - DÁ-SE NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 3º, E, O CAPUT DO ARTIGO 24 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2003 DE 12/12/2003, E REVOGA O ARTIGO 12 DA LEI COMPLEMENTAR 02/2004**

LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2014  
DÁ-SE NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 3º, E, O CAPUT DO ARTIGO 24 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2003 DE 12/12/2003, E REVOGA O ARTIGO 12 DA LEI COMPLEMENTAR 02/2004.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O § 2º, do Artigo 3º da Lei Complementar 001/2003, de 12/12/2003 com redação dada pela Lei Complementar 002/2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.3º.....

§ 1º.....

§ 2º A base de cálculo dos serviços listados nos itens 7.02 e 7.05, da lista de serviços do anexo I da Lei Complementar 001/2003 de 12/12/2003, na modalidade de empreitada global (material e mão de obra), será calculado no percentual mínimo de 40% (quarenta por cento) do preço total da nota fiscal.

I - A Fazenda Pública poderá fundamentadamente, ao final da obra solicitar ao prestador de serviços à demonstração e comprovação da parcela deduzida, correspondentes ao valor dos materiais empregados na obra, a ser comprovado mediante nota fiscal de materiais.

II - Por materiais fornecidos e empregados na obra entende-se:

a) Dedutíveis: os materiais usados para execução dos serviços desde que se incorporem definitivamente na obra.  
b) Não dedutíveis:

1) Materiais que não se incorporam definitivamente à obra, inclusive aqueles empregados na formação de canteiros ou alojamento.

2) Ferramentas, máquinas, aparelhos e equipamentos utilizados na obra.

Art. 2º. O artigo 24 da Lei Complementar 001/2003 de 12/12/2003, passa a vigorar com a seguinte redação.

Art.24. O preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente, sem quaisquer deduções, ainda que a título de sub-empreitada de serviços não tributados, frete, despesas, tributos e outros, com exceção de fornecimento de mercadorias nos casos expressamente previstos nos itens da Lista anexa a esta Lei Complementar, e o artigo 3º da presente Lei.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º Fica revogado o artigo 12 da lei da Lei Complementar de 02/2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 04 de junho de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER

Diretora de Gestão

**LEI COMPLEMENTAR Nº 009/2014 - INSERE O § 7º, AO ART. 97 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 009 DE 02 DE ABRIL DE 2012.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 009/2014

INSERE O § 7º, AO ART. 97 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 009 DE 02 DE ABRIL DE 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica inserido o § 7º ao art. 97, da Lei Complementar n. 009, de 02 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 97 .....

.....

§ 7º. Os coordenadores pedagógicos, em efetivo exercício em unidade escolar municipal, terão concedidos 30 (trinta) dias de férias, assegurado ainda mais 15 (quinze) dias de descanso, a serem gozados nos recessos escolares ao longo do ano, previstos no calendário escolar.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 13 de outubro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

**LEI COMPLEMENTAR Nº 010/2014 - DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 12º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2009 DE 21/12/2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 010/2014

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 12º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2009 DE 21/12/2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Dê-se ao artigo 12º da Lei Complementar 01/2009, a seguinte redação:

Art. 12º O Valor do ISSQN devido mensalmente pelas Microempresas, que não possuem filiais, optantes do Simples Nacional, que no ano calendário em curso, auferir receita bruta em montante igual ou inferior ao valor estabelecido no parágrafo 18 e 18A do artigo 18 da Lei Complementar 123/06 e suas alterações será fixado por estimativa, nos seguintes valores:

a) Receita Bruta no ano anterior até R\$ 180.000,00 ISSQN fixo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais);

b) Receita Bruta no ano anterior até R\$ 360.000,00 ISSQN fixo de R\$ 418,50 (quatrocentos e dezoito reais e cinquenta centavos);

§1º O valor estimado mensal nos termos do caput deste artigo, será aplicado a partir do primeiro mês do ano-calendário seguinte ao início da atividade e será reajustado anualmente pela variação do IGPM-M do exercício anterior.

§2º O valor estimado apurado na forma deste artigo será devido na sua totalidade mesmo que a ME não tenha auferido receita bruta mensal naquele período de competência.

§3º As ME que forem enquadradas neste regime não poderão sofrer retenção na fonte do ISSQN por parte do tomador do serviço devendo o prestador informar na nota fiscal esta condição.

§4º O valor estimado na forma deste artigo deverá ser incluído no valor do ISSQN a recolher pela microempresa relativamente ao Simples Nacional, quando da geração do PGDAS.

§5º A ME que, no ano em curso, auferir receita bruta em montante superior a R\$ 360.000,00 ficará impedida, a partir do mês seguinte ao da ocorrência do excesso, recolher ISSQN pelo valor fixo, sujeitando-se à apuração desses tributos na forma das demais empresas optantes pelo Simples Nacional.

Art. 2º - Esta Lei Complementar entrará em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 29 de outubro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

# **LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2014 - ALTERA A NOMENCLATURA DO CARGO DE TOPOGRAFO PARA TÉCNICO EM AGRIMENSURA, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2014

ALTERA A NOMENCLATURA DO CARGO DE TOPOGRAFO PARA TÉCNICO EM AGRIMENSURA, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterada a nomenclatura do cargo de topógrafo estabelecida na Lei Complementar Municipal n. 025/2013, passando a vigorar como Técnico em Agrimensura.

Art. 2º O quadro 2 do Anexo I, o Anexo II, a Tabela 2, Grupo II do Anexo III e o Grupo II do Anexo V (atribuições do topógrafo), passam a vigorar na forma dos anexos da presente lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em 30 de abril de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ  
Secretária Municipal de Administração  
Esta lei foi publicada  
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR  
Técnico Administrativo

## **ANEXO II QUADRO DE NOMENCLATURA DE CARGOS**

NOME ATUAL DO CARGO	NOVO NOME PARA O CARGO
Administrador	Administrador
Advogado	Advogado
Agente Administrativo	Técnico Administrativo
Agente Administrativo II	Agente Administrativo II
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde
Agente Comunitário do PSF	Agente Comunitário de Saúde
Almoxarife	Técnico Administrativo
Armador	Agente de Obras e Serviços Gerais
Arquiteto	Arquiteto
Assistente Administrativo Educacional	Quadro Geral: Técnico Administrativo
Assistente de Administração I	Técnico Administrativo
Assistente de Administração II	Técnico Administrativo
Assistente Social	Assistente Social
Assistente Social do CAPS	Assistente Social
Assistente Social do PETI	Assistente Social
Assistente Social Sentinela	Assistente Social
Assistente Técnico de Administração	Assistente Técnico de Administração
Atendente de Enfermagem	Técnico em Enfermagem
Atendente de Farmácia	Atendente de Farmácia

Atendente Social	Atendente Social
Auxiliar de Administração I	Técnico Administrativo
Auxiliar de Administração II	Técnico Administrativo
Auxiliar de Almoxarife	Técnico Administrativo
Auxiliar de Biblioteca	Auxiliar de Biblioteca
Auxiliar de Consultório Dentário CEO	Técnico em Saúde Bucal
Auxiliar de Pedreiro	Auxiliar de Pedreiro
Auxiliar de Sala	Auxiliar de Sala
Auxiliar de Serviços Gerais Casa Lar	Agente de Limpeza e Serviços Gerais
Auxiliar de Serviços Gerais I	Agente de Obras e Serviços Gerais
Auxiliar de Serviços Gerais II	Agente de Obras e Serviços Gerais
Auxiliar Odontólogo PSF	Técnico Higiene Dental
Bibliotecário	Bibliotecário
Bioquímico	Bioquímico
Carpinteiro	Carpinteiro
Cirurgião Dentista	Odontólogo
Cirurgião Dentista Especialista do CEO	Cirurgião Dentista Especialista – 20 horas
Contador	Contador
Datilógrafo II	Técnico Administrativo
Enfermeiro	Enfermeiro
Enfermeiro Coordenador do CAPS	Enfermeiro
Enfermeiro Coordenador do PSF	Enfermeiro
Enfermeiro de Saúde da Família	Enfermeiro
Engenheiro Agrônomo	Engenheiro Agrônomo
Engenheiro Civil	Engenheiro Civil
Especialista em Assuntos Educacionais	Coordenador Pedagogia
Farmacêutico	Farmacêutico
Fiscal de Obras	Fiscal Técnico de Obras e Postura
Fiscal de Postura	Fiscal Técnico de Obras e Postura
Fiscal de Tributos da Fazenda Pública II	Fiscal de Tributos da Fazenda Pública II
Fiscal de Tributos da Fazenda Pública III	Fiscal de Tributos
Fiscal Sanitarista	Fiscal Sanitarista
Fiscal Sanitário	Fiscal Técnico Sanitário
Fisioterapeuta	Fisioterapeuta
Fonoaudiólogo	Fonoaudiólogo
Inseminador Artificial	Inseminador Artificial
Jornalista	Jornalista
Manipuladora de Alimentos	Merendeira
Mecânico de equipamento pesado	Mecânico de equipamento pesado
Médico – 10 horas	Médico
Médico – 20 horas	Médico
Médico – 40 horas	Médico
Médico Clínica Médica – 10 h	Médico
Médico de Saúde da Família	Médico
Médico Espec. Psiquiatria CAPS	Médico
Médico Ginecologia/Obstetrícia- 10h	Médico
Médico Pediatria – 10 h	Médico
Médico Veterinário	Médico Veterinário
Monitor	Educador Social

Motorista carro Leve	Motorista
Motorista Carro Pesado	Motorista
Motorista Socorrista	Motorista
Nutricionista	Nutricionista
Odontólogo do PSF	Odontólogo
Operador de CPD	Operador de CPD
Operador de Equipamento Leve	Operador de Máquinas
Operador de Equipamento Pesado	Operador de Máquinas
Pedagogo do PETI	Professor com Licenciatura
Pedagogo do Sentinela	Professor com Licenciatura
Pedreiro	Pedreiro
Professor com Doutorado	Professor com Doutorado
Professor com Licenciatura Plena	Professor com Licenciatura
Professor com Magistério	Professor com Magistério
Professor Com Mestrado	Professor Com Mestrado
Professor com Pós Graduação	Professor com Pós Graduação
Professor de Artes do PETI	Professor com Licenciatura
Professor de Educação Física do PETI	Professor com Licenciatura
Psicólogo	Psicólogo
Psicólogo do CAPS	Psicólogo
Recepcionista do CEO	Recepcionista
Técnico Agrícola	Técnico Agrícola
Técnico Educacional do CAPS	Professor com Magistério
Técnico em Contabilidade II	Técnico em Contabilidade II
Técnico em Enfermagem	Técnico em Enfermagem
Técnico em Enfermagem do CAPS	Técnico em Enfermagem
Técnico em Enfermagem PSF	Técnico em Enfermagem
Técnico em Enfermagem SAMU	Técnico em Enfermagem
Técnico em Informática	Técnico em Informática
Telefonista	Telefonista
Telefonista Central	Telefonista
Terapeuta Ocup. Pedagogo do CAPS	Professor com Licenciatura
Topógrafo	Técnico em Agrimensura
Vigia	Vigia
Zelador	Agente de Obras e Serviços Gerais

**ANEXO I**  
**GRUPO, NOMINATA DOS CARGOS, HABILITAÇÃO, VAGAS e VENCIMENTOS INICIAIS**

**QUADRO 2**

**GRUPO II - ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO - TÉCNICO - ANMT**

Grupo	Nominata do Cargo	Habilitação Profissional	Vagas	Vencimento Inicial (R\$)
II	Fiscal Técnico de Obras e Postura	Ensino Técnico em edificações e Carteira de Habilitação A e B	05	1.650,00
II	Fiscal Técnico Sanitário	Ensino Técnico e Carteira de Habilitação A e B	04	1.650,00

II	Recepcionista	Ensino médio concluído.	10	1.100,00
II	Técnico em Enfermagem	Ensino médio concluído e curso profissionalizante de Técnico em Enfermagem com registro no Órgão fiscalizador da categoria profissional	80	1.650,00
II	Técnico em Saúde Bucal	Ensino médio concluído e curso Técnico na área de Auxiliar de Odontologia e ou técnico em Higiene Dental, com registro no Órgão fiscalizador da categoria profissional	26	1.350,00
II	Técnico Administrativo	Ensino médio concluído ou ensino técnico	100	1.650,00
II	Técnico Agrícola	Ensino médio concluído e curso profissionalizante de Técnico Agrícola e/ou Técnico Agropecuário, com registro no Órgão fiscalizador da categoria profissional.	04	1.650,00
II	Técnico em Informática	Ensino médio concluído e curso técnico em área de informática.	05	1.650,00
II	Telefonista	Ensino médio concluído	06	1.050,00
II	Técnico em Agrimensura	Ensino Médio e/ou Curso Profissionalizante de Técnico em Agrimensura com registro no órgão competente	02	3.500,00

II	Técnico Segurança do Trabalho	Ensino médio concluído em curso técnico em segurança do trabalho com registro no Órgão fiscalizador da categoria profissional	01	1.650,00
----	-------------------------------------	--	----	----------

## ANEXO III

## TABELA DE SALÁRIOS COM PROGRESSÃO

TABELA 2- GRUPO II: ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL- NÍVEL MÉDIO- TÉCNICO-ANMT  
VALORES EM REAIS

Nível	TÉCNICO EM INFOR- MÁTICA	TELEFO- NISTA	Técnico em Agrimen- sura	TÉCNICO SEGURAN- ÇA DO TRABALHO	ATENDEN- TE SOCIAL
1	1.650,00	1.050,00	3.500,00	1.650,00	1.000,00
2	1.732,50	1.102,50	3.675,00	1.732,50	1.050,00
3	1.819,12	1.157,62	3.858,75	1.819,12	1.102,50
4	1.910,08	1.215,50	4.051,68	1.910,08	1.157,62
5	2.005,58	1.276,28	4.254,27	2.005,58	1.215,50
6	2.105,86	1.340,00	4.466,98	2.105,86	1.276,28
7	2.211,15	1.407,10	4.690,33	2.211,15	1.340,09
8	2.321,71	1.477,45	4.924,85	2.321,71	1.407,10
9	2.437,80	1.551,32	5.171,09	2.437,80	1.477,45
10	2.559,69	1.628,89	5.429,65	2.559,69	1.551,32

## ANEXO V

## DESCRIÇÃO INDIVIDUALIZADA DE CARGOS SERVIDORES EM GERAL

## GRUPO II:

## ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO AMNT

.....

## TÍTULO DO CARGO: TÉCNICO EM AGRIMENSURA

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio e/ou Curso Profissionalizante de Técnico em Agrimensura com registro no órgão competente  
DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar serviços topográficos e levantamento de dados e informações de georeferenciamento pertinentes à característica dos terrenos, medidas, posicionamento, relevo, cotas e informações correlatas às atribuições funcionais, tomando por base as tecnologias existentes e as características da área ou objeto de intervenção;

## DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Executar os trabalhos topográficos relativos a balizamento, colocação de estacas, pontos de georeferenciamento, referência de nível e outros;
- Efetuar o reconhecimento básico da área programada, analisando as características do terreno e realizar levantamentos topográficos na área demarcada, utilizando-se de equipamentos próprios;
- Registrar os dados obtidos nos levantamentos topográficos, anotando e ou transferindo dados de um equipamento para outro, convertendo-as em informações adequadas à utilização de interesse público;
- Elaborar cálculos topográficos, plantas, desenhos, esboços, relatórios técnicos, cartas topográficas, aerofotogrametria e georeferenciamento, indicando e anotando pontos e convenções para o desenvolvimento de plantas e projetos;

- Providenciar o aferimento dos instrumentos utilizados;
- Manter equipamentos e a unidade trabalho organizada, zelando pela sua conservação e comunicando ao superior eventuais problemas;
- Efetuar o alinhamento e demarcação de terrenos e espaços de interesse público;
- Fiscalizar e monitorar a execução de obras de empreitada contratadas;
- Participar de programa de treinamento, quando convocado;
- Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática;
- Acompanhar medidas de obras e desempenhar as atribuições inerentes à atribuição funcional, fazendo-o em cooperação e zelo com os demais setores;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;

## DESEMPENHO PROFISSIONAL:

O ocupante do cargo deverá ser capaz de exercer suas funções e solucionar problemas, dentro de padrões adequados, sugerir mudanças e resoluções, com base em seus conhecimentos profissionais, demonstrar capacidade, foco no trabalho, atuação em equipe, aperfeiçoamento, dedicação, capacidade resolutive, adequação e dinamismo, proporcionando qualidade aos serviços prestados.

## VINCULAÇÃO HIERÁRQUICA:

O ocupante do cargo está funcionalmente vinculado à Secretaria na qual está lotado conforme portaria de nomeação, devendo-se reportar ao imediato hierárquico, ao qual deve subordinação profissional, e perante o qual apresenta relatórios das tarefas que lhe são atribuídas.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 008/2014 - ALTERA OS ARTIGOS 8º E 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2011 E DÁ NOVA REDAÇÃO AO SEU ANEXO II, REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 029/2013, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

## LEI COMPLEMENTAR Nº 008/2014

ALTERA OS ARTIGOS 8º E 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2011 E DÁ NOVA REDAÇÃO AO SEU ANEXO II, REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 029/2013, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 8º e o artigo 9º da Lei Complementar nº 003/2011, de 22 de dezembro de 2011, passarão a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º As seções transversais das vias do sistema viário existentes estão definidas no Anexo II desta Lei.

Parágrafo único. Nas vias já existentes, não pavimentadas, onde as condições topográficas forem desfavoráveis, a largura da pavimentação da rua poderá ser reduzida para a largura mínima de 10,00 metros nas vias arteriais e, coletoras e para a largura mínima de 6,00 metros nas vias locais e especiais.

Art. 9º As vias previstas deverão respeitar as seguintes dimensões:

I - Estruturais: A ser definida pelos órgãos federais e estaduais competentes;

II - Arteriais: 29,30m (vinte e nove metros e trinta centímetros), sendo:

- a) 13,20m de caixa (4 faixas de circulação com 3,30m cada) com canteiro central de 1,00 metro;
- b) 2,30m de acostamento para cada lado;
- c) 2,50m de ciclovia em um dos lados;
- d) 1,00m de canteiro para cada lado;
- e) 3,00m de passeio para cada lado.

III - Coletora: 20,30m (vinte metros e trinta centímetros), sendo:  
 a) 6,40m de caixa (2 faixas de circulação com 3,20 metros cada);  
 b) 2,20m de acostamento em ambos os lados;  
 c) 2,50m de ciclovia em um dos lados;  
 d) 1,00m de canteiro para cada lado;  
 e) 2,50m de passeio para cada lado.

IV - Local: 14,00m (quatorze metros), sendo:

a) 6,00m de caixa (2 faixas de circulação com 3,00m cada);  
 b) 2,00m de acostamento para cada lado;  
 c) 2,00m de passeio para cada lado.

V - Especial: 14,00m (quatorze metros), sendo:

a) 6,00m de caixa (2 faixas de circulação com 3,00m cada);  
 b) 2,00m de acostamento para cada lado;  
 c) 2,00m de passeio para cada lado.

VI - Rural: 12,00 m (doze metros).

VII - Vias para pedestres: 4,00 m (quatro metros).

§1º Para loteamentos industriais, o dimensionamento das vias não poderá ser inferior a 20,00m (vinte metros) de largura.

§2º As vias locais nas AEIS poderão ter sua dimensão reduzida a critério da municipalidade.

§3º A critério do Conselho de Planejamento Municipal, as vias arteriais e coletoras previstas poderão ter suas dimensões reduzidas para o mínimo de 14,00m, nos casos em que houver lotes aprovados pelo município ou construções existentes, até a data da aprovação da presente lei.

§4º As construções nas vias rurais deverão respeitar um afastamento frontal de 5,00 m (cinco metros) da via.

Art. 2º O anexo II- DIMENSÃO DAS VIAS EXISTENTES, da Lei Complementar Municipal nº 003, de dezembro de 2011, passa a vigorar na forma do anexo I, da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar Municipal nº 029/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 13 de junho de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER

Diretora de Gestão

## ANEXO II - DIMENSÃO DAS VIAS EXISTENTES

ANEXO II- RELAÇÃO DAS VIAS ESTRUTURAIS,				
ARTERIAIS E COLETORAS				
A - VIAS EXISTENTES				
DENOMINAÇÕES	DIMENSÕES (METROS)			TRECHOS
	VIA	CAIXA	PASSEIO	
1 – ESTRUTURAIS				
(1.1) BR-282 (1)	70,00	12,00	3,00	TREVO DA BR-282 AO LIMITE SUL DO PERÍMETRO URBANO

(1.2) BR-282 (1)	40,00	12,00	3,00	TREVO DA BR-163 AO LIMITE OESTE DO PERÍMETRO URBANO
(1.3) BR-163 (1)	40,00	12,00	3,00	TREVO DA BR-163 AO LIMITE NORTE DO PERÍMETRO URBANO
(1.4) SC- 386 (1)	40,00	12,00	3,00	TREVO DA BR-282 AO LIMITE SUL DO PERÍMETRO URBANO
(1.5) RUA WILLY BARTH (2)	25,00	20,00	2,50	TRECHO TREVO DA BR-282 A AVENIDA GETÚLIO VARGAS E TRECHO RUA ALMIRANTE TAMANDARÉ A RUA PADRE AURÉLIO CANZI
(1.6) RUA WILLY BARTH	20,00	14,00	3,00	AVENIDA GETÚLIO VARGAS A RUA ALMIRANTE TAMANDARÉ
2 – ARTERIAIS				
(2.1) RUA DOM PEDRO II	25,00	18,00	3,50	RUA SALGADO FILHO A RUA HÉLIO WASSUN
(2.2) RUA MEN DE SÁ	20,00	14,00	3,00	RUA HÉLIO WASSUN A RUA WILLY BARTH
(2.3) SC- 492 (1)	30,00	12,00	3,00	RUA OLINDA VIDOR AO LIMITE OESTE DO PERÍMETRO URBANO
(2.4) RUA OIAPOQUE	20,00	14,00	3,00	RUA SALGADO FILHO A RUA OLINDA VIDOR

(2.5) RUA SETE DE SETEMBRO	20,00	14,00	3,00	RUA SALGADO FILHO A RUA MARCÍLIO DIAS
(2.6) RUA ITABERABA	20,00	14,00	3,00	RUA XV DE NOVEMBRO A RUA MARCÍLIO DIAS
(2.7) RUA FLORIANÓPOLIS	20,00	14,00	3,00	COLETORA "F" A RUA HELIO ANJOS ORTIZ
(2.8) RUA ADOLFO KONDER	20,00	14,00	3,00	RUA WALDEMAR RAMGRAB AO LIMITE OESTE DO LOTEAMENTO KUNTZER
(2.9) RUA 1º DE MAIO	16,00	11,00	2,50	RUA WALDEMAR RAMGRAB A RUA JOAQUIM NABUCO
(2.10) RUA ARNO ERIC SCHWAMBACH	20,00	14,00	3,00	RUA JOAQUIM NABUCO A RUA WILLY BARTH
(2.11) RUA AURINDO SCHAKER	20,00	14,00	3,00	SC- 386 A RUA ALFREDO BURGIM
(2.12) RUA SALGADO FILHO (3)	25,00	20,00	2,50	RUA DOM PEDRO II A RUA SETE DE SETEMBRO
(2.13) RUA MARCÍLIO DIAS	25,00	18,00	3,50	RUA OIAPOQUE A RUA BATISTA SCANDOLARA
(2.14) RUA MARCÍLIO DIAS	14,00	10,00	2,00	RUA OIAPOQUE A RUA GENERAL OSÓRIO
(2.15) RUA LUIS DE CAMÕES	14,00	10,00	2,00	RUA GENERAL OSÓRIO AO LIMITE NORTE DAS CHÁCARAS Nºs 51 E 52
(2.16) RUA LUIS DE CAMÕES	20,00	14,00	3,00	LIMITE NORTE DAS CHÁCARAS Nºs 51 E 52 A BR- 282

(2.17) RUA WALDEMAR RANGRAB	30,00	12,00	3,00	TREVO DA BR-282 A RUA FIRMINO DAL BOSCO
(2.18) RUA WALDEMAR RANGRAB (4)	28,00	12,00	3,00	RUA FIRMINO DAL BOSCO A RUA ITABERABA
(2.19) RUA XV DE NOVEMBRO	25,00	18,00	3,50	RUA WALDEMAR RANGRAB A RUA BARÃO DO RIO BRANCO
(2.20) RUA HELIO WASSUN	16,00	11,00	2,50	RUA BARÃO DO RIO BRANCO A RUA MENDES SÁ
(2.21) RUA WILLY BARTH (2)	20,00	14,00	3,00	RUA PADRE AURÉLIO CANZI A SANGA DOS PERDIDOS
3 – COLETORAS				
(3.1) RUA BARÃO DO RIO BRANCO	20,00	14,00	3,00	RUA WILLY BARTH A RUA MARCÍLIO DIAS
(3.2) RUA SETE DE SETEMBRO	20,00	14,00	3,00	RUA SALGADO FILHO A RUA FRANCISCO JOSUÉ ARCARI
(3.3) AV. GETÚLIO VARGAS (5)	25,00	20,00	2,50	RUA WILLY BARTH A RUA MARCÍLIO DIAS
(3.4) RUA ITABERABA	14,00	10,00	2,00	RUA XV DE NOVEMBRO A RUA WILLY BARTH
(3.5) RUA ITABERABA	20,00	14,00	3,00	RUA MARCÍLIO DIAS À COLETORA "E"
(3.6) RUA SÃO CRISTÓVÃO	20,00	14,00	3,00	RUA WILLY BARTH A RUA JOÃO ANTÔNIO SIMIONI
(3.7) RUA JOÃO ANTÔNIO SIMIONI	14,00	10,00	2,00	RUA SÃO CRISTÓVÃO A SMO 0-27

(3.8) RUA SEVERINO VERONESE	20,00	14,00	3,00	RUA WAL-DEMAR RAMGRAB A RUA BOMBEIRO
(3.9) RUA LÁZARO DA COSTA	20,00	14,00	3,00	COMU-NITÁRIO HÉLIO MOSS
(3.10) RUA SALGADO FILHO (3)	25,00	20,00	2,50	RUA OIA-POQUE A RUA SETE DE SETEMBRO
(3.11) PROLONGAMENTO DA RUA SALGADO FILHO	14,00	10,00	2,00	RUA SETE DE SETEMBRO A RUA GUANABARA
(3.12) PROLONGAMENTO DA RUA ÂNGELO LONGHI	20,00	14,00	3,00	RUA GUANABARA A RUA JOHN KENNEDY
(3.13) RUA JOSÉ VALAR	14,00	10,00	2,00	RUA JOHN KENNEDY A RUA FLORIANÓPOLIS
(3.14) RUA HÉLIO ANJOS ORTIZ	25,00	18,00	3,50	RUA FLORIANÓPOLIS A CAIXA DE RETORNO
(3.15) RUA JOSÉ BERNARDI	20,00	14,00	3,00	RUA ITABERABA A RUA 22 DE ABRIL
(3.16) RUA OLINDA VIDOR	14,00	10,00	2,00	RUA WILLY BARTH A RUA SÃO CRISTÓVÃO
B - VIAS A IMPLANTAR				
DENOMINAÇÕES	DIMENSÕES (METROS)			TRECHOS
	VIA	CAIXA	PASSEIO	
1 – ESTRUTURAS				
(1.1) BR-282 (CONTORNO OESTE)	VER OBSERVAÇÃO (6)			BR- 282 A PROXIMIDADE DA RUA LUIS DE CAMÕES

(1.2) BR-282 (CONJUNTO/ VIA E TREVO JUNTO A BR- 163	VER OBSERVAÇÃO (6)			BR- 282 A BR- 163
2 – ARTERIAIS				
(2.1) ARTERIAIS JUNTO AO CONTORNO OESTE	VER OBSERVAÇÃO (6)			PROXIMIDADE DA RUA GIOVANNI BARIHELLO A PROXIMIDADE  DA RUA LUIS DE CAMÕES
(2.2) PROLONGAMENTO RUA WILLY BARTH	20,00	14,00	3,00	BR- 282 A SANGA DOS PERDIDOS
(2.3) PROLONGAMENTO RUA FLORIANÓPOLIS	29,30	VER OBSERVAÇÃO (7)		BR- 282 (CONTORNO OESTE) A COLETOURA "F"
(2.4) PROLONGAMENTO RUA FLORIANÓPOLIS	29,30	VER OBSERVAÇÃO (7)		RUA HÉLIO ANJOS ORTIZ A RUA WILLY BARTH
(2.5) PROLONGAMENTO DA RUA ADOLFO KONDER	29,30	VER OBSERVAÇÃO (7)		LIMITE OESTE DO LOTEAMENTO KUNTZER A BR- 282 (CONTORNO OESTE)
(2.6) PROLONGAMENTO DA RUA MARCÍLIO DIAS	29,30	VER OBSERVAÇÃO (7)		RUA BATISTA SCANDOLARA AO LIMITE SUL DO PERÍMETRO URBANO
(2.7) PROLONGAMENTO DA RUA VX DE NOVEMBRO	29,30	VER OBSERVAÇÃO (7)		RUA WALDEMAR RAMGRAB A RUA ALFREDO BURGIM
3 – COLETORAS				
(3.1) COLETOURA A	20,30	VER OBSERVAÇÃO (8)		BR-282 (CONTORNO OESTE) À RUA IRMÃO EUSÉBIO LOURENÇO
(3.2) COLETOURA B	20,30	VER OBSERVAÇÃO (8)		RUA SALGADO FILHO A COLETOURA "A"

(3.3) COLETORA C	20,30	VER OBSERVAÇÃO (8)	RUA FRANCISCO JOSÉ ARCARÍ A RUA BRÁS CUBAS
(3.4) COLETORA D	20,30	VER OBSERVAÇÃO (8)	COLETORA "C" A RUA FLORIANÓPOLIS
(3.5) COLETORA E	20,30	VER OBSERVAÇÃO (8)	BR- 282 (CONTORNO OESTE) A RUA SETE DE SETEMBRO
(3.6) COLETORA F	20,30	VER OBSERVAÇÃO (8)	COLETORA "E" A BR- 282
(3.7) COLETORA G	20,30	VER OBSERVAÇÃO (8)	COLETORA "F" A RUA FLORIANÓPOLIS
(3.8) COLETORA H	20,30	VER OBSERVAÇÃO (8)	CAIXA DE RETORNO DA RUA JOSÉ VALARAO PROLONGAMENTO DA RUA ADOLFO KONDER
(3.9) COLETORA I	20,30	VER OBSERVAÇÃO (8)	RUA BOMBEIRO COMUNITÁRIO ELIO MOSS A BR-282 (CONTORNO OESTE)
(3.10) COLETORA J	20,30	VER OBSERVAÇÃO (8)	RUA 22 DE ABRIL A ARNO ERIC SCHWAMBACH
(3.11) COLETORA K	20,30	VER OBSERVAÇÃO (8)	SMO-027 AO LIMITE LESTE DO PERÍMETRO URBANO
(3.12) COLETORA L	20,30	VER OBSERVAÇÃO (8)	RUA JOSÉ BERNARDI A PROXIMIDADE DO LIMITE LESTE DO PERÍMETRO URBANO
(3.13) COLETORA M	20,30	VER OBSERVAÇÃO (8)	RUA ARNO ERIC SCHWAMBACH A RUA WILLY BARTH

**OBSERVAÇÕES:**

- 1) As larguras das BR's e SC's poderão sofrer alargamentos em trechos específicos conforme definições do DNIT e do DEINFRA.
- 2) A caixa da rua Willy Barth é composta por duas caixas com 9,50

metros e um canteiro central de 1,00 metro.

3) A caixa da Rua Salgado Filho é composta por duas caixas de 9,50 metros e um canteiro central de 1,00 metro.

4) A Rua Waldemar Ramgrab sofrerá alargamento em trechos específicos nos quais estão previstos ou implantados taludes e vias de acesso a lotes.

5) A caixa da Avenida Getúlio Vargas é composta por duas caixas de 9,00 metros e um canteiro central com 2,00 metros.

6) As vias estruturais a implantar e as vias arteriais previstas no contorno oeste terão larguras, caixas, passeios e demais elementos definidos por projetos do DNIT e da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, com aprovação do Conselho de Planejamento Municipal.

7) As caixas, os passeios e os demais elementos das vias arteriais a implantar são os previstos pelo inciso II, do artigo 9º, da presente lei. As larguras das vias arteriais a implantar poderão ser reduzidas para um mínimo de 14,00 metros em locais onde já houveram sido aprovados loteamentos ou existirem edificações, desde que tais reduções sejam aprovadas pelo Conselho de Planejamento Municipal.

8) As caixas, os passeios e os demais elementos das vias coletoras a implantar são os previstos pelo inciso III, do artigo 9º, da presente lei. As larguras das vias coletoras a implantar poderão ser reduzidas em locais onde já houverem sido aprovados loteamentos ou existirem edificações, desde que tais reduções sejam aprovadas pelo Conselho de Planejamento Municipal.

9) O trecho não implantado da Rua Itaberaba nas proximidades da Rua Geraldino de Mello deverá ter largura total de 20,00m com caixa de 14,00m e passeios com largura de 2,00m.

### **LEI Nº 7.017/2014 - RATIFICA TERMO DE CONVÊNIO DE ESTÁGIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 6.917/2014

DISPÕE SOBRE A REFORMULAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

#### **CAPÍTULO I DA NATUREZA E DA FINALIDADE**

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), criado pela Lei Municipal n. 3.889/1996, de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social, instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Política da Assistência Social do Município de São Miguel do Oeste, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Assistência Social de São Miguel do Oeste é vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, que proverá a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, e arcando com despesas referentes a passagens, traslados, alimentação, hospedagens de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício das suas atribuições.

Art. 2º O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, nos limites de sua competência.

§ 1º As ações deliberativas e reguladoras são aquelas que estabelecem, por meio de resoluções, as ações da assistência social.

§ 2º As ações de acompanhamento e avaliação são àquelas direcionadas à execução dos serviços prestados pela Política Municipal de Assistência Social e pelas entidades e organizações de assistência social privadas, e advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de assistência social.

§ 3º O controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social e do Plano Municipal de Assistência Social, bem como os recursos financeiros aplicados na Política de Assistência Social e no Plano Municipal de Assistência Social.

## CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA E DO EXERCÍCIO

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS):

I - elaborar seu Regimento Interno, conjunto de normas administrativas definidas pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

II - aprovar a Política Municipal, elaborada em consonância com a PNAS - Política Nacional de Assistência Social e do SUAS - Sistema Único de Assistência Social e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação;

III - convocar, num processo articulado com a Conferência Nacional e Estadual, a Conferência Municipal de Assistência Social, bem como aprovar as normas de funcionamento das mesmas e constituir a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno;

IV - encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

V - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados na Política Municipal de Assistência Social;

VI - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

VII - zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades no âmbito do governo municipal e efetiva participação dos segmentos de representação dos conselhos;

VIII - aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social no município, tanto os recursos próprios quanto os oriundos de outras esferas de governo, alocados no respectivo fundo municipal de assistência social;

IX - propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios, rendas e serviços;

X - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social no município;

XI - informar ao CNAS sobre o cancelamento de inscrição de entidades e organizações de assistência social, para que este adote as medidas cabíveis;

XII - acompanhar o processo do pacto de gestão entre as esferas nacional, estadual e municipal, efetivado na Comissão

Intergestores Tripartite - CIT e Comissão Intergestores Bipartite - CIB;

XIII - divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais.

Art. 4º Para o exercício de suas competências, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) poderá solicitar documentos e informações junto aos seguintes órgãos de Assistência Social:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) Plano municipal de assistência social;
- b) Plano de ação;
- c) Proposta orçamentária da Secretaria de Assistência Social;
- d) Plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF);
- e) Plano de aplicação do fundo municipal;
- f) Informações relativas ao montante de recursos transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), oriundos do Fundo Nacional de Assistência

Social (FNAS) e do Fundo Estadual de Assistência Social, quando for o caso;

g) Informações relativas aos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) às entidades e organizações de assistência social;

h) Relatório anual da gestão e demonstrativo sintético da execução física e financeira.

II - Entidades e Organizações de assistência social:

- a) Estatuto social;
- b) Plano de trabalho;
- c) Relatório anual de execução do plano de trabalho;
- d) Documentos contábeis.

III - Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS):

- a) para conhecimento, os documentos deliberados em Assembleia Geral;
- b) quando necessário, o assessoramento na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS.

IV - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede Suas).

V - da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), para conhecimento, os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. Além dos documentos elencados nos incisos de I a V, o CMAS poderá requisitar outros que se fizerem necessários para o exercício de suas competências.

## CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO Seção I Da Composição

Art. 5º O Conselho Municipal de Assistência Social é composto de forma paritária entre representantes do Poder Executivo e representantes da Sociedade Civil, da seguinte maneira:

I - Representantes do Poder Executivo:

- a) um da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) um da Secretaria Municipal de Educação;
- c) um da Secretaria Municipal da Saúde;
- d) um da Secretaria Municipal de Agricultura;
- e) um da Secretaria Municipal de Administração.

II - Representantes da Sociedade Civil:

- a) dois representantes dos usuários ou organizações e usuários da assistência social;

- b) um representante de entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS;  
c) dois representantes de entidades de trabalhadores do setor.

§ 1º O CMAS será composto de um titular e um suplente de cada representação.

§ 2º O mandato dos conselheiros titulares e suplentes será de dois anos, permitida uma única recondução por igual período.

§ 3º Os representantes dos Poder Executivo será indicados pelo Prefeito Municipal.

§ 4º Os representantes da sociedade civil será escolhidos por meio de eleição em foro próprio, coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sob a supervisão do Ministério Público, podendo ser candidatos e eleitores os descritos no II, observando o seguinte:

I - Ampla divulgação por meio dos meios de comunicação e publicação na imprensa oficial, o ato de convocação do foro;

II - a nomeação e posse dos membros dos CMAS dar-se-á por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal;

III - o processo de eleição dos representantes da sociedade civil será regulamentado no regimento interno do CMAS.

Art. 6º São consideradas organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos, a defesa dos direitos dos indivíduos e grupos vinculados à Política Municipal de Assistência Social.

Art. 7º São consideradas entidades de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos usuários das políticas de assistência social.

Parágrafo único. A classificação das entidades de assistência, são as definidas na lei que regula as políticas de assistência social, no âmbito do Município de São Miguel do Oeste.

Art. 8º São consideradas entidades de trabalhadores do setor as associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social.

Art. 9º Os conselheiros não receberão qualquer remuneração por sua participação no colegiado e seus serviços prestados serão considerados, para todos os efeitos, como de interesse público e relevante valor social.

Art. 10. Fica vedada a participação como membro do CMAS, representantes do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público.

## Seção II

### Do Funcionamento

Art. 11. O CMAS reunir-se-á em sede ordinária, obrigatoriamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, e funcionará de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei e no Regimento Interno.

Parágrafo único. Os Conselhos têm autonomia de se autoconvocar, devendo esta previsão constar do Regimento Interno, e suas reuniões devem ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas.

Art. 12. O CMAS, poderá, sempre que necessário, criar comissões temáticas, sendo que ficam desde já criadas as Comissões Temáticas Permanentes:

I - de Normas, Regulamentos e Inscrições;

II - de Financiamento e Orçamento;

III - de Políticas;

IV - de Divulgação e Comunicação.

Art. 13. O CMAS elaborará seu Planejamento Estratégico com o objetivo de definir metas, ações, estratégias e prazos, que será revisado e alterado cada início de nova gestão do CMAS.

## Seção III

### Da Organização

Art. 14. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) compor-se-á dos seguintes órgãos:

I - Assembleia Geral;

II - Mesa Diretora;

III - Comissões.

§ 1º A Assembleia Geral é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

§ 2º A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembleia Geral para mandato de no mínimo dois anos, permitida uma única recondução, é composta pelos seguintes cargos:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - 1º Secretário;

IV - 2º Secretário.

## CAPÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Será emitida declaração a todos os Conselheiros regularmente nomeados, no ato de sua posse e ao término do respectivo mandato, em reconhecimento aos serviços de relevante interesse público e social prestados.

Art. 16. As Assembleias Gerais do CMAS são abertas à participação de todos os cidadãos.

Art. 17. O Regimento Interno do CMAS complementar a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei, aprovado pela maioria absoluta dos membros do CMAS, submetendo-o ao Chefe do Poder Executivo para homologação mediante Decreto.

Parágrafo único. Qualquer alteração posterior ao Regimento Interno dependerá da deliberação de maioria absoluta dos membros CMAS e homologação, por Decreto, do Chefe do Poder Executivo.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Ficando revogadas as Leis nº 3.889, 03 de abril de 1996, nº 4.000, 11 de novembro de 1996, nº 5.208, 11 de agosto de 2003, nº 5960, 05 de dezembro de 2007 e nº 6.518, 20 de julho de 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 12 de maio de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ  
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada  
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR  
Técnico Administrativo

**LEI Nº 7.018/2014 - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.018/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**TITULO I**

**CAPÍTULO I  
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), objetivando a reforçar dotação orçamentária que se evidenciou insuficiente no decorrer da execução orçamentária no presente ano financeiro.

**CAPÍTULO II  
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO  
04.122.0021.2.013 - Administr. Geral dos bens e serv. de responsab.do Órgão.  
26 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 120.000,00

Art. 3º Para o atendimento do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à redução da seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO  
24.722.0134.2.015 - Administração geral dos bens e serv. da Unidade.  
30 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 120.000,00

**CAPÍTULO III  
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), objetivando a reforçar dotação orçamentária que se evidenciou insuficiente no decorrer da execução orçamentária no presente exercício financeiro.

**CAPÍTULO IV  
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), objetivando a reforçar dotação orçamentária que se evidenciou insuficiente no decorrer da execução orçamentária no presente ano financeiro.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em 12 de setembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ  
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnica Administrativa

**LEI Nº 7.019/2014 -AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 7.019/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**TITULO I**

**CAPÍTULO I  
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do

Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para a construção de pontes no interior do Município em parceria com o Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional/SMOESTE/Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, através do aporte de recursos constantes do Processo nº. SAR 700/2014, segundo plano de aplicação aprovado pelas partes avençantes, como complementação final das obras à conta dos recursos do Erário Municipal.

## CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

01 - INFRAESTRUTURA

26.782.0534.1.941 - Construção de Pontes no interior do Município em convênio com o SDR/Estado.

4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 12.000,00

Art. 3º Para o atendimento do crédito autorizado fica permitida a redução da seguinte dotação orçamentária abaixo especificada e constante da mesma matéria em execução.

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

01 - INFRAESTRUTURA

26.782.0534.2.055 - Administração geral dos bens e serv. do transp. rodov.

158 - 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 12.000,00

## CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para a construção de pontes no interior do Município em parceria com o Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional/SMOESTE/Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, através do aporte de recursos constantes do Processo nº. SAR 700/2014, segundo plano de aplicação aprovado pelas partes avençantes, com recursos complementares próprios deste Ente Federado.

## CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), com o intuito de instituir dotações orçamentárias para a construção de pontes no interior do Município em parceria com o Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional/SMOESTE/Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, através do aporte de recursos constantes do Processo nº. SAR 700/2014, segundo plano de aplicação aprovado pelas partes ajustadas, como complementação à conta de recursos próprios do Município.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 12 de setembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

## **LEI Nº 7.020/2014 - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 250.000,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.020/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 250.000,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

## TÍTULO I

### CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2014/2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento dos serviços do Corpo de Bombeiros neste Ente Federado, em conformidade com o disposto em instrumento convenial estabelecido entre as partes e prescritos nesta Lei.

### CAPÍTULO II

#### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

09 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

01 - ENCARGOS GERAIS

06.182.0178.2.060- Administração dos bens e serviços do Corpo de Bombeiros

3.3.90.00.00.00.00.0179 - Aplicações Diversas R\$ 250.000,00

Art. 3º Para o atendimento do crédito acima prescrito fica o Chefe do Poder Executivo Municipal da mesma forma autorizado a promover a redução da dotação abaixo especificada e constante da mesma matéria orçamentária em execução:

**09 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO****01 - ENCARGOS GERAIS**

06.182.0178.1.048 - Aquisição de equipamentos para os serv. de def. civ.

181 - 4.4.90.00.00.00.00.0179 - Aplicações Diversas R\$ 250.000,00

**CAPÍTULO III****DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de 2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento dos serviços do Corpo de Bombeiros neste Ente Federado, em conformidade com o disposto em instrumento convenial estabelecido entre as partes segundo prescritos nesta Lei.

**CAPÍTULO IV****DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária para os serviços do Corpo de Bombeiros neste Ente Federado, em conformidade com o disposto em instrumento convenial estabelecido entre as partes segundo prescritos neste ato.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 17 de setembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

**LEI Nº 7.021/2014 - RATIFICA CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.021/2014

RATIFICA CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica ratificado o Convênio nº 268/2014, celebrado entre a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC e o Município de São Miguel do Oeste.

Art. 2º O referido convênio tem por objeto "a interligação dos sistemas de informática da JUCESC e do Município, através do projeto REGIN, visando a consecução de meios de acesso para pesquisas mútuas as suas bases de dados, com o objetivo de gerar informações necessárias para registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, emissão do número de inscrição no CNPJ, emissão do número da Inscrição Estadual, emissão do alvará de funcionamento pela Prefeitura, informações para emissão do alvará de bombeiro e informações para emissão do alvará sanitário das empresas constituídas e respectivas alterações".

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta das rubricas orçamentárias vigentes.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 17 de setembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

**LEI Nº 7.022/2014 - RATIFICA CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CREDENCIAMENTO CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E A EMPRESA ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTAVEL DE SC – ADEHASC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.022/2014

RATIFICA CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CREDENCIAMENTO CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E A EMPRESA ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTAVEL DE SC - ADEHASC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica ratificado o Contrato de Credenciamento nº 111/2014, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, o Município de São Miguel do Oeste e a Empresa Associação para o Desenvolvimento Habitacional Sustentável de SC - ADEHASC.

Art. 2º O referido contrato tem por objeto o "desenvolvimento de ações integradas e a conjugação de esforços com as demais partes envolvidas para implementar medidas de natureza administrativas e judiciais com vistas a desenvolver regularização fundiária".

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta das rubricas orçamentárias vigentes.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 17 de setembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

**LEI Nº 7.023/2014 - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 89.177,43 (OITENTA E NOVE MIL, CENTO E SETENTA E SETE REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS)**

LEI Nº 7.023/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 89.177,43 (OITENTA E NOVE MIL, CENTO E SETENTA E SETE REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**TÍTULO I**

**CAPÍTULO I**

**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2014/2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 89.177,43 (oitenta e nove mil, cento e setenta e sete reais e quarenta e três centavos), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com as obras de Implantação e Modernização de Infraestrutura Esportiva onde obtivemos a participação financeira do MINISTÉRIO DO ESPORTE, segundo planificações aprovadas pelas partes avençadas.

**CAPÍTULO II**

**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 89.177,43 (oitenta e nove mil, cento e setenta e sete reais e quarenta e três centavos), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

22 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

27.812.0225.1.940 - Implantação e Modernização de Infraestrutura Esportiva.

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 89.177,43

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito determinado no

artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a proceder da mesma matéria orçamentária em execução a seguinte dotação abaixo discriminada:

22 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

27.812.0225.1.927 - Implantação e modernização de infraestrutura esportiva

9 - 4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 6.000,00

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

02 - SETOR DE ENSINO

12.363.0031.2.028 - Transf.a inst. privadas s/fins lucrativos

96 - 3.3.50.00.00.00.00.0080 - Transf.a inst.priv. s/fins lucrativos R\$ 83.177,43

TOTAL R\$ 89.177,43

**CAPÍTULO III**

**DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de 2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 89.177,43 (oitenta e nove mil, cento e setenta e sete reais e quarenta e três centavos), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com as obras de Implantação e Modernização de Infraestrutura Esportiva onde obtivemos a participação financeira do MINISTÉRIO DO ESPORTE, segundo planificações aprovadas pelas partes ajustadas.

**CAPÍTULO IV**

**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 89.177,43 (oitenta e nove mil, cento e setenta e sete reais e quarenta e três centavos), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com as obras de Implantação e Modernização de Infraestrutura Esportiva onde obtivemos a participação financeira do MINISTÉRIO DO ESPORTE, segundo planificações aprovadas pelas partes avençadas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 17 de setembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

**LEI Nº 7.024/2014 - RATIFICA TERMO DE DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.024/2014

RATIFICA TERMO DE DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica ratificado o Termo de Delegação de Atribuições no âmbito dos critérios para a gestão florestal compartilhada, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, representado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável - SDS, a Fundação do Meio Ambiente - FATMA e o Município de São Miguel do Oeste.

Art. 2º O referido termo tem por objeto a "delegação de atribuições com vistas à execução de programa de gestão florestal compartilhada, mediante delegação de competência ambiental, especialmente em relação ao cumprimento da legislação ambiental vigente".

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta das rubricas orçamentárias vigentes.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 17 de setembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

**LEI Nº 7.025/2014 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA MECÂNICA DIESEL TRICHES LTDA, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 7.025/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA MECÂNICA DIESEL TRICHES LTDA, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara

de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município, de acordo com a faculdade que lhe foi conferida pela Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005, autorizado a conceder à empresa MECÂNICA DIESEL TRICHES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 17.410.007/0001-84, Inscrição Estadual nº 256.929.556, com sede na Rua Willy Barth, n. 650, São Miguel do Oeste-SC, o seguinte incentivo econômico:

I- 24m³ (vinte e quatro metros cúbicos) de pedra brita;

§ 1º O benefício ora concedido, fica sujeito às disposições do "caput" do art. 1º da Lei mencionada, a qual disciplina os incentivos econômicos e as isenções fiscais para as empresas que se instalem ou ampliem suas atividades no Município.

§ 2º O incentivo em comento, no que tange aos custos, estão de acordo com os dispositivos do "caput" do art. 3º da Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005.

§ 3º A efetivação do incentivo fica vinculado a disponibilidade financeira, de equipamento, recursos humanos e materiais.

Art. 2º Os incentivos presentes estarão condicionados a capacidade de produção industrial, sem prejuízo ao desenvolvimento dos serviços de interesse do Município.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução dos incentivos de que trata a presente Lei, ocorrerão a conta do orçamento geral do Município, em conta apropriada para tal fim.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 19 de setembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

**LEI Nº 7.026/2014 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA SUL VALE ALIMENTOS LTDA, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 7.026/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA SUL VALE ALIMENTOS LTDA, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município, de acordo com a faculdade que lhe foi conferida pela Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005, autorizado a conceder à empresa SUL VALE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 08.326.333/0001-17,

Inscrição Estadual nº. 255.263.902, com sede no Município de São Miguel do Oeste-SC, os seguintes incentivos econômicos:  
I- 200 (duzentas) horas-máquina;

§1º As horas de serviços referidas no inciso I deste artigo, serão destinadas para realizar terraplanagem e cascalhamento em área de 5.000m² destinada a estacionamento da Empresa beneficiada.

§ 2º Os benefícios ora concedidos, ficam sujeitos às disposições do "caput" do art. 1º da Lei mencionada, a qual disciplina os incentivos econômicos e as isenções fiscais para as empresas que se instalem ou ampliem suas atividades no Município.

§ 3º Os incentivos em comento, no que tange aos custos, estão de acordo com os dispositivos do "caput" do art. 3º da Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005.

§ 4º A efetivação dos incentivos ficam vinculados a disponibilidade financeira, de equipamento, recursos humanos e materiais.

Art. 2º Os incentivos presentes estarão condicionados a capacidade de produção industrial, sem prejuízo ao desenvolvimento dos serviços de interesse do Município.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução dos incentivos de que trata a presente Lei, ocorrerão a conta do orçamento geral do Município, em conta apropriada para tal fim.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 19 de setembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

**LEI Nº 7.027/2014 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA AUTO PEÇAS PELEGRINI LTDA, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 7.027/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA AUTO PEÇAS PELEGRINI LTDA, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município, de acordo com a faculdade que lhe foi conferida pela Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005, autorizado a conceder à empresa AUTO PEÇAS PELEGRINI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 80.128.829/0001-35, Inscrição Estadual nº. 251.495.965, com sede no Município de São Miguel do Oeste-SC, os seguintes incentivos econômicos:

I- 80 (oitenta) horas-máquina;

§1º As horas de serviços referidas no inciso I deste artigo, serão

destinadas para realizar limpeza de entulhos e terraplanagem do terreno onde será construída a nova Sede Administrativa da Empresa beneficiada.

§ 2º Os benefícios ora concedidos, ficam sujeitos às disposições do "caput" do art. 1º da Lei mencionada, a qual disciplina os incentivos econômicos e as isenções fiscais para as empresas que se instalem ou ampliem suas atividades no Município.

§ 3º Os incentivos em comento, no que tange aos custos, estão de acordo com os dispositivos do "caput" do art. 3º da Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005.

§ 4º A efetivação dos incentivos ficam vinculados a disponibilidade financeira, de equipamento, recursos humanos e materiais.

Art. 2º Os incentivos presentes estarão condicionados a capacidade de produção industrial, sem prejuízo ao desenvolvimento dos serviços de interesse do Município.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução dos incentivos de que trata a presente Lei, ocorrerão a conta do orçamento geral do Município, em conta apropriada para tal fim.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 19 de setembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

**LEI Nº 7.028/2014 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE FRIOS - COTRAFRIOS, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 7.028/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE FRIOS - COTRAFRIOS, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município, de acordo com a faculdade que lhe foi conferida pela Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005, autorizado a conceder à empresa COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE FRIOS - COTRAFRIOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 10.789.969/0001-47, Inscrição Estadual nº. 255.927.312, com sede na Rua Waldemar Rangrab, n. 3000, Bairro Santa Rita, São Miguel do Oeste-SC, os seguintes incentivos econômicos:

I- 100 (cem) horas-máquina de serviço;

§1º As horas de serviços referidas no inciso I deste artigo, serão destinadas para realizar aterro e nivelamento do terreno onde será construída a Sede Administrativa da Empresa beneficiada.

§ 2º Os benefícios ora concedidos, ficam sujeitos às disposições do "caput" do art. 1º da Lei mencionada, a qual disciplina os incentivos econômicos e as isenções fiscais para as empresas que se instalarem ou ampliarem suas atividades no Município.

§ 3º Os incentivos em comento, no que tange aos custos, estão de acordo com os dispositivos do "caput" do art. 3º da Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005.

§ 4º A efetivação dos incentivos ficam vinculados a disponibilidade financeira, de equipamento, recursos humanos e materiais.

Art. 2º Os incentivos presentes estarão condicionados a capacidade de produção industrial, sem prejuízo ao desenvolvimento dos serviços de interesse do Município.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução dos incentivos de que trata a presente Lei, ocorrerão a conta do orçamento geral do Município, em conta apropriada para tal fim.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 19 de setembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

**LEI Nº 7.029/2014 - DENOMINA DE "LEOLINO JOÃO BALDISSERA" A RODOVIA QUE LIGA O PARQUE DE EXPOSIÇÕES RINEU GRANSOTTO, PASSANDO PELAS COMUNIDADES BARRA DO GUAMERIM, ALTO GUAMERIM, LINHA EMBOABA, CHEGANDO ATÉ OS BAIRROS MORADA DO SOL E SALETE, DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC E CONTÉM OUTRAS**

Lei nº 7.029/2014

DENOMINA DE "LEOLINO JOÃO BALDISSERA" A RODOVIA QUE LIGA O PARQUE DE EXPOSIÇÕES RINEU GRANSOTTO, PASSANDO PELAS COMUNIDADES BARRA DO GUAMERIM, ALTO GUAMERIM, LINHA EMBOABA, CHEGANDO ATÉ OS BAIRROS MORADA DO SOL E SALETE, DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de "LEOLINO JOÃO BALDISSERA" a Rodovia que liga o parque de Exposições Rineu Gransotto, passando pelas Comunidades Barra do Guamerim, Alto Guamerim, Linha Emboaba, até os Bairros Morada do Sol e Salette, do Município de São Miguel do Oeste- SC.

Parágrafo Único. Havendo prosseguimento da Rodovia, fica automaticamente estendida a denominação de "LEOLINO JOÃO BALDISSERA", à estrada de rodagem.

Art. 2º Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a realizar todos os procedimentos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 19 de setembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

**LEI Nº 7.030/2014 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, PROCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO, A DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ESPECIFICAMENTE AO 11º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.030/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, PROCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO, A DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ESPECIFICAMENTE AO 11º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de São Miguel do Oeste, a doar ao ESTADO DE SANTA CATARINA, especificamente ao 11º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, os seguintes bens:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
11452	Aparelho de DVD com reprodução de CD, MP3, entrada USB, Marca Philips
11453	Mesa em L, na cor Wengue Teca Bali, com duas gavetas, marca Grapol
11454	Mesa em L, na cor Wengue Teca Bali, com duas gavetas, marca Grapol
11455	Mesa em L, na cor Wengue Teca Bali, com duas gavetas, marca Grapol
11456	Mesa em L, na cor Wengue Teca Bali, com duas gavetas, marca Grapol
11457	Armário em MDF, 2 portas, sendo uma com chave, com 3 divisórias, na cor Wengue Teeca Bali, marca Grapol
11458	Armário em MDF, 2 portas, sendo uma com chave, com 3 divisórias, na cor Wengue Teeca Bali, marca Grapol
11459	Armário em MDF, 2 portas, sendo uma com chave, com 3 divisórias, na cor Wengue Teeca Bali, marca Grapol
11460	Armário em MDF, 2 portas, sendo uma com chave, com 3 divisórias, na cor Wengue Teeca Bali, marca Grapol
11461	Armário em MDF, 2 portas, sendo uma com chave, com 3 divisórias, na cor Wengue Teeca Bali, marca Grapol

11462	Microcomputador com processador de 6 núcleos, 3.3 GHZ 14 MB, com memória hyperx 8 GB 1600 MHZ, DDR3 gabinete, ATX, 4 baías preto, Monitor LED de 19', nobreak de 700VA
11463	Microcomputador com processador de 6 núcleos, 3.3 GHZ 14 MB, com memória hyperx 8 GB 1600 MHZ, DDR3 gabinete, ATX, 4 baías preto, Monitor LED de 19', nobreak de 700VA
11464	Microcomputador com processador de 6 núcleos, 3.3 GHZ 14 MB, com memória hyperx 8 GB 1600 MHZ, DDR3 gabinete, ATX, 4 baías preto, Monitor LED de 19', nobreak de 700VA
11465	Microcomputador com processador de 6 núcleos, 3.3 GHZ 14 MB, com memória hyperx 8 GB 1600 MHZ, DDR3 gabinete, ATX, 4 baías preto, Monitor LED de 19', nobreak de 700VA
11466	Microcomputador com processador de 6 núcleos, 3.3 GHZ 14 MB, com memória hyperx 8 GB 1600 MHZ, DDR3 gabinete, ATX, 4 baías preto, Monitor LED de 19', nobreak de 700VA
11467	Microcomputador com processador de 6 núcleos, 3.3 GHZ 14 MB, com memória hyperx 8 GB 1600 MHZ, DDR3 gabinete, ATX, 4 baías preto, Monitor LED de 19', nobreak de 700VA
11468	Notebook com processador 2.5 GHZ, 2 núcleos, L3 cache: 3MB, processador gráfico compartilhada 128 MB, TELA DE 14' LED, memória RAM de 4 GB DDR3, expansível até 8GB
11469	Câmera Digital Semi profissional com resolução de 12 megapixels, zoom óptico de 30X, flash integrado, tela de 3' LCD traseiro, bateria recarregável, marca Sony
11470	Câmera Digital Semi profissional com resolução de 12 megapixels, zoom óptico de 30X, flash integrado, tela de 3' LCD traseiro, bateria recarregável, marca Sony
11471	Câmera Digital Semi profissional com resolução de 12 megapixels, zoom óptico de 30X, flash integrado, tela de 3' LCD traseiro, bateria recarregável, marca Sony
11472	Freezer Horizontal 519 litros, 2 tampas, branco, marca Consul
11473	Impressora Laser Monocromático com rede, marca Brother
11474	Impressora Laser Monocromático com rede, marca Brother
11475	Impressora Laser Monocromático com rede, marca Brother
11476	Bebedouro em Aço Inox, GAS R134A, depósito de água em aço inox próprio para alimentos com serpentina de cobre externa, torneira em latão cromado, marca Master
11477	TV LCD 40' FULL HD+HDTV com decodificador para TV Digital embutido, entre outros, marca LG
11478	Nobreak 1200 VA 115V Bivolt, interativo e regulação online, microprocessado, marca NHS
11479	Nobreak 1200 VA 115V Bivolt, interativo e regulação online, microprocessado, marca NHS
11480	Nobreak 1200 VA 115V Bivolt, interativo e regulação online, microprocessado, marca NHS
11481	Nobreak 1200 VA 115V Bivolt, interativo e regulação online, microprocessado, marca NHS
11482	Nobreak 1200 VA 115V Bivolt, interativo e regulação online, microprocessado, marca NHS
11483	Filmadora 8.9 MP FULL HD 160 GB gravação em HD, marca Sony
11484	Refrigerador duplex 475 litros, branco, marca Electrolux
11485	Frigobar 122 litros, branco, marca electrolux
11486	Frigobar 122 litros, branco, marca electrolux
11487	Rádio Portátil VHF, 5W, 16 canais, com bateria, carregador, antena e clip, faixa de frequência 148 a 174 MHZ, marca Motorola
11488	Rádio Portátil VHF, 5W, 16 canais, com bateria, carregador, antena e clip, faixa de frequência 148 a 174 MHZ, marca Motorola
11489	Rádio Portátil VHF, 5W, 16 canais, com bateria, carregador, antena e clip, faixa de frequência 148 a 174 MHZ, marca Motorola

11490	Rádio Portátil VHF, 5W, 16 canais, com bateria, carregador, antena e clip, faixa de frequência 148 a 174 MHZ, marca Motorola
11491	Rádio Portátil VHF, 5W, 16 canais, com bateria, carregador, antena e clip, faixa de frequência 148 a 174 MHZ, marca Motorola
11492	Rádio Portátil VHF, 5W, 16 canais, com bateria, carregador, antena e clip, faixa de frequência 148 a 174 MHZ, marca Motorola
1493	Rádio Portátil VHF, 5W, 16 canais, com bateria, carregador, antena e clip, faixa de frequência 148 a 174 MHZ, marca Motorola
11494	Rádio Portátil VHF, 5W, 16 canais, com bateria, carregador, antena e clip, faixa de frequência 148 a 174 MHZ, marca Motorola
11495	Rádio Portátil VHF, 5W, 16 canais, com bateria, carregador, antena e clip, faixa de frequência 148 a 174 MHZ, marca Motorola
11496	Rádio Portátil VHF, 5W, 16 canais, com bateria, carregador, antena e clip, faixa de frequência 148 a 174 MHZ, marca Motorola
11497	Cadeira Giratória modelo Presidente, extra alta em couríssimo preto, com costura gourdada, e encosto e assento anatômico, com lâmina, marca Telecopy
11498	Cadeira Giratória modelo Presidente PP, assento e encosto com madeira laminada, espuma injetada com rebaixo, marca Telecopy
11499	Cadeira Giratória modelo Presidente PP, assento e encosto com madeira laminada, espuma injetada com rebaixo, marca Telecopy
11500	Cadeira Giratória modelo Presidente PP, assento e encosto com madeira laminada, espuma injetada com rebaixo, marca Telecopy
11501	Cadeira Giratória modelo Presidente PP, assento e encosto com madeira laminada, espuma injetada com rebaixo, marca Telecopy
11502	Cadeira Giratória modelo Presidente PP, assento e encosto com madeira laminada, espuma injetada com rebaixo, marca Telecopy
11503	Cadeira Giratória modelo Presidente PP, assento e encosto com madeira laminada, espuma injetada com rebaixo, marca Telecopy
1504	Cadeira Giratória modelo Presidente PP, assento e encosto com madeira laminada, espuma injetada com rebaixo, marca Telecopy
11505	Armário em aço, 10 portas, sendo que 8 portas na cor cinza, com pitão para cadeado, marca W3
11506	Climatizador de ar 18000 BTUS, quente e frio, branco, marca Komeco
11507	Climatizador de ar 18000 BTUS, quente e frio, branco, marca Komeco
11508	Climatizador de ar 18000 BTUS, quente e frio, branco, marca Komeco
11509	Climatizador de ar 18000 BTUS, quente e frio, branco, marca Komeco
12699	Cortador de grama, marca Toyama, 3.8 HP 2 tempos, 50 centímetros de corte
12720	Um Aparelho Telefônico sem fio TS 60, preto DECT 6.0 Bivolt com identificador de chamadas
12721	Um Aparelho Telefônico sem fio TS 60, preto DECT 6.0 Bivolt com identificador de chamadas
12722	Um Aparelho Telefônico sem fio TS 60, preto DECT 6.0 Bivolt com identificador de chamadas
12763	Um Aparelho de Telefone com fio Icon, pleno grafite
12764	Um Aparelho de Telefone com fio Icon, pleno grafite
12765	Um Aparelho de Telefone com fio Icon, pleno grafite

12766	Um Aparelho de Telefone com fio Icon, pleno grafite
12767	Um Sofá de 3 e 3 lugares, densidade 23 a 28 G.CM3 em tecido cor escura
12768	Uma Cadeira Giratória Presidente
12769	Uma Cadeira Giratória Presidente
12770	Uma Cadeira Giratória Presidente
12771	Uma Cadeira Giratória Presidente
12772	Uma Cadeira Giratória Presidente
12773	Uma Cadeira Giratória Presidente
12774	Uma Mesa em MDF, medidas 75x150x170 CM, estrutura em aglomerado, acabamentos laterais em ABSA 30 MM, marca Dellus
12775	Uma Mesa em MDF, medidas 75x150x170 CM, estrutura em aglomerado, acabamentos laterais em ABSA 30 MM, marca Dellus
12776	Aquisição de um Nobreak estabilizador interno, porta fusível externo com unidade reserva, Bivolt automático, bateria selada livre de manutenção, marca Enermax
12777	Aquisição de um Nobreak estabilizador interno, porta fusível externo com unidade reserva, Bivolt automático, bateria selada livre de manutenção, marca Enermax
12778	Aquisição de um Nobreak estabilizador interno, porta fusível externo com unidade reserva, Bivolt automático, bateria selada livre de manutenção, marca Enermax
12779	Aquisição de um Nobreak estabilizador interno, porta fusível externo com unidade reserva, Bivolt automático, bateria selada livre de manutenção, marca Enermax
12780	Uma Impressora Multifuncional marca HP
12781	Uma Impressora Multifuncional marca HP
12782	Um Roteador Wireless, padrão IEEE 802.11N Marca TP- LINK
12783	Um Roteador Wireless, padrão IEEE 802.11N Marca TP- LINK
12784	Um Roteador Wireless, padrão IEEE 802.11N Marca TP- LINK
12785	Um Computador AMD Memória 6GB HD, 500GB SATA WINDOW 7 KIT Gabinete
12786	Um Computador AMD Memória 6GB HD, 500GB SATA WINDOW 7 KIT Gabinete
12787	Um Computador AMD Memória 6GB HD, 500GB SATA WINDOW 7 KIT Gabinete
12788	Um Computador AMD Memória 6GB HD, 500GB SATA WINDOW 7 KIT Gabinete
12789	Um Computador AMD Memória 6GB HD, 500GB SATA WINDOW 7 KIT Gabinete
12790	Um Computador AMD Memória 6GB HD, 500GB SATA WINDOW 7 KIT Gabinete
12791	Um Computador AMD Memória 6GB HD, 500GB SATA WINDOW 7 KIT Gabinete
12802	Aquisição de um Climatizador SPLIT 1800 BTUS ciclo quente e frio, função brisa, turbo, controle remoto
12803	Um Frigorífico marca Electrolux com uma porta, degelo manual, compartimento cold drink, tampa flex box, Rev. Para prateleiras extra
12819	Uma Câmera Digital, marca Nikon S 2600 14 OMP 5X HD preta
12820	Uma Câmera Digital, marca Nikon S 2600 14 OMP 5X HD preta
12864	Uma Mesa em MDF, medindo 0,75x150x175 CM, marca Dellus
12865	Uma Mesa em MDF, medindo 0,75x150x175 CM, marca Dellus
12866	Uma Mesa em MDF, medindo 0,75x150x175 CM, marca Dellus
15016	Gaveteiro 2 gavetas cor marfim
15017	Gaveteiro 2 gavetas cor marfim

15018	Gaveteiro 2 gavetas cor marfim
15019	Gaveteiro 2 gavetas cor cinza, marca Dellus
15020	Gaveteiro 2 gavetas cor cinza, marca Dellus
15022	Gaveteiro 2 gavetas cor cinza, marca Dellus
15023	Gaveteiro 2 gavetas cor cinza, marca Dellus
15024	Gaveteiro 2 gavetas cor cinza, marca Dellus
15237	Furgão marca Renaut motor M9TC678C011886 cor branco glacier a diesel ano 2014.2015
15292	Escada alumínio MOR 7 degraus 5105
15293	Escada alumínio MOR 7 degraus 5105
70000	Fiat Pálio Weekwnd Adventure Flex, 2011.2012 Placa MLN2389, Chassi 9BD17309PC4371232, Frota número 236 Branca
70001	Fiat Pálio Weekwnd Adventure Flex, 2011.2012 Placa MLN2459, Chassi 9BD17309PC4372097, Frota número 237 Branca
70002	Honda XRE 300, 2011.2012, Placa MJC0541, Chassi 9C2N-DO910CR001206, Frota número 238, Verde
70003	Honda XRE 300, 2011.2012, Placa MJC0471, Chassi 9C2N-DO910CR001217, Frota número 239, Verde

Art. 2º Fica autorizado o Executivo Municipal, após processada a doação, a realizar todos os registros contábeis e patrimoniais necessários ao cumprimento da presente lei.

Art. 3º Em caso de reversão dos bens móveis descritos na presente lei ao patrimônio público municipal, está ocorrerá sem ônus ao Erário Público Municipal.

Art. 4º Todas as despesas oriundas dos bens doados, correrão a partir da sua transferência, à conta do 11º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em 19 de setembro de 2014.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ  
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnica Administrativa

### **LEI Nº 7.031/2014 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA E DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.031/2014

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA E DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

## CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO, DOS USUÁRIOS E DOS OBJETIVOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

### Seção I Da Definição

Art. 1º Esta lei, regulamenta a política de Assistência Social, no âmbito do Município de São Miguel do Oeste, em conformidade com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na forma de sua competência.

Parágrafo único A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, a fim de garantir o atendimento às necessidades básicas.

### Seção II Dos Usuários

Art. 2º Constitui o público usuário da Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como:

- I - famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade;
- II - ciclos de vida;
- III - identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual;
- IV - desvantagem pessoal resultante de deficiências;
- V - exclusão pela pobreza;
- VI - falta de acesso às demais políticas públicas;
- VII - uso de substâncias psicoativas;
- VIII - diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos;
- IX - inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal;
- X - estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem apresentar risco pessoal e social.

### Seção III Dos Objetivos

Art. 3º A política da assistência social, no âmbito do Município de São Miguel do Oeste tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) a habilitação e a reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
- III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando garantir os mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais, promovendo a universalização dos direitos sociais.

## CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

### Seção I Dos Princípios

Art. 4º A política da assistência social do Município de São Miguel do Oeste, rege-se pelos seguintes princípios:

- I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao direito em acessar benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

### Seção II Das Diretrizes

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

- I - descentralização político-administrativa e comando único das ações no Município;
- II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações;
- III - primazia da responsabilidade do Município na condução da política de assistência social;
- IV - centralidade na família para concepção e implementação dos serviços, programas, projetos e benefícios.

## CAPÍTULO III DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 6º Consideram-se entidades e organizações de assistência social, no âmbito do Município de São Miguel do Oeste, àquelas estabelecidas no art. 3º da 8.472/93, com redação dada pela Lei n. 12.435/2011.

## CAPÍTULO IV DA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 7º A gestão das ações na assistência social, no âmbito do Município de São Miguel do Oeste, compete à Secretaria Municipal de Assistência Social, e integrará o Sistema Único de Assistência Social (Suas), respeitando os objetivos e princípios estabelecidos pelo SUAS.

Art. 8º A assistência social do Município de São Miguel do Oeste, é composta pelos seguintes tipos de proteção social:

- I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
  - II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos e de rompimento de vínculo.
- Parágrafo único. A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território.

Art. 9º As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao Suas, respeitadas as especificidades de cada ação.

§ 1º A entidade que deseja ser vinculada ao SUAS depende de prévio reconhecimento pela Secretaria Municipal de Assistência Social de que a mesma integra a rede socioassistencial do Município de São Miguel do Oeste.

§ 2º Para o reconhecimento da entidade com vinculação ao SUAS, a entidade deverá cumprir os seguintes requisitos:

- I - inscrever-se no Conselho Municipal de Assistência Social;
- II - integrar o sistema de Cadastro Nacional de Entidades.

§ 3º As entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS poderão celebrar convênios, contratos, acordos ou ajustes com o poder público municipal para a execução, programas, projetos e ações de assistência social, nos limites da capacidade instalada, aos beneficiários abrangidos por esta Lei.

§ 4º O procedimento de inscrição e acompanhamento das entidades e organizações de assistência social, no âmbito do Município de São Miguel do Oeste, serão definidos em resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, respeitadas as obrigações estabelecidas em lei.

#### Seção I Da Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 10. As atribuições e competências da Secretaria Municipal de Assistência Social estão estabelecidas na Lei de Organização Administrativa Municipal (LCM n. 24/2013), e ainda:

- I - coordenar e organizar o SUAS no âmbito municipal;
- II - planejar, executar, monitorar e avaliar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- III - organizar a rede socioassistencial por níveis de proteção social básica e especial;
- IV - manter estrutura para recepção, identificação, encaminhamento, orientação e acompanhamento dos beneficiários do BPC e dos benefícios eventuais;
- V - realizar a gestão integrada de serviços, benefícios e transferência de renda;
- VI - promover a articulação intersetorial dos serviços socioassistenciais com as demais políticas públicas e sistema de garantia de direitos;
- VII - elaborar programas e projetos, sempre vinculados aos serviços socioassistenciais;
- VIII - efetivar e acompanhar convênios com a rede prestadora de serviços;
- IX - gerenciar o Fundo Municipal de Assistência Social e outros fundos especiais relacionados aos Conselhos de direitos a ela vinculados;
- X - organizar conferências, seminários e instituir capacitação e educação permanente, para técnicos e conselheiros da assistência social;
- XI - gerir os programas de transferência de renda e benefícios eventuais;
- XII - elaborar o Plano de Assistência Social de forma participativa, submetendo-o à aprovação do Conselho de Assistência Social;
- XIII - assessorar técnica e administrativamente o Conselho Municipal de Assistência Social e Conselhos de direitos a ela vinculados;
- XIV - desenvolver serviços de proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade, conforme diretrizes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, ofertados em quantidade e qualidade aos usuários, conforme tipificação nacional de serviços;
- XV - desenvolver o serviço de vigilância sócio territorial;

XVI - desenvolver o serviço de informação, monitoramento e avaliação;

XVII - elaborar e executar a política de recursos humanos de acordo com a NOB/RH.

Art. 11. A estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social está estabelecida na Lei de Organização Administrativa Municipal (LCM n. 24/2013).

#### Seção II Dos Serviços Ofertados

Art. 12. A Proteção Social Básica compete executar os seguintes serviços:

- I - serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF);
- II - serviço de convivência e fortalecimento de vínculos;
- III - serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Art. 13. A Proteção Social Especial de média complexidade compete executar os seguintes serviços:

- I - serviço de proteção e atendimento especializado para famílias e indivíduos (PAEFI);
- II - serviço especializado em abordagem social;

III - serviço de proteção social para adolescentes em cumprimento de medida sócio educativa de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade - SIMASE;

IV - serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias;

V - serviço especializado para pessoas em situação de rua.

Art. 14. A proteção social especial de alta complexidade será responsável por executar serviços de acolhimento institucional nas seguintes modalidades:

- I - abrigo institucional;
- II - casa de passagem;
- III - residência inclusiva;
- IV - acolhimento em república;
- V - acolhimento em família acolhedora;
- VI - proteção em situações de calamidade pública e/ou emergência.

Art. 15. Os serviços de proteção social básica serão executados pelos Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Art. 16. O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS é órgão de referência territorializada que tem por objetivo a atuação com famílias, seus membros e indivíduos, residentes no Município de São Miguel do Oeste, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, e provendo a inclusão das famílias nas políticas públicas, no mercado de trabalho e na vida em comunidade por meio das seguintes ações:

- I - promover o acompanhamento socioassistencial de famílias em um determinado território;
- II - potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo vínculos internos e externos de solidariedade;
- III - contribuir com o processo de autonomia e emancipação social das famílias, fomentando o seu protagonismo;
- IV - desenvolver programas que envolvam diversos setores, com o objetivo de romper o ciclo de reprodução da pobreza entre gerações;
- V - atuar de forma preventiva, evitando que as famílias integrantes do público-alvo tenham seus direitos violados, recaindo em situações de risco.

Art. 17. O Município de São Miguel do Oeste possuirá duas unidades do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS:

I - CRAS I - Bairro São Luiz;

II - CRAS II - Bairro Santa Rita.

§ 1º Cada unidade de CRAS contará com equipe técnica de referência, que terá obrigatoriamente os seguintes profissionais:

- a) - 02 (dois) assistentes sociais;
- b) - 01 (um) psicólogo;
- c) - 01 (um) técnico administrativo.

§ 2º Além dos profissionais relacionados obrigatórios, cada equipe do CRAS, poderá contar com os seguintes profissionais:

- a) 02(dois) Orientadores Sociais de nível superior;
- b) 03(dois) Educadores Sociais de nível médio;
- c) 02(quatro) Educadores Sociais de nível Superior;
- d) 02 (dois) pedagogos, com ensino superior em pedagogia.

§3º As funções constantes no § 2º, serão especificados em ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante a necessidade e o programa social a ser desenvolvido e contratação dar-se-á por meio de contrato temporário, com vencimentos estabelecidos no Anexo I, da presente lei.

§ 4º As habilitações e atribuições dos profissionais obrigatórios das equipes do CRAS são as estabelecidas na Lei de Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais.

§ 5º Os cargos de gerência do CRAS, são os estabelecidos na Lei de Organização Administrativa Municipal, e devem ser preenchidos por pessoa com formação de nível superior, preferencialmente, por servidor efetivo, que possua experiência em trabalho comunitário e gestão de equipe e programas de políticas públicas.

Art. 18. Os serviços de proteção social de média complexidade serão executados ou referenciados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

Art. 19. Ao CREAS compete a execução, coordenação e articulação dos serviços de proteção social especial de média complexidade, por meio das seguintes ações:

- I - articular, coordenar e operar a rede de serviços públicos socio-assistenciais, demais políticas públicas e de garantia de direitos, no âmbito do Município;
- II - prestar atendimento especializado às crianças, aos adolescentes, aos homens e às mulheres vítimas de violência sexual e doméstica, bem como aos seus familiares;
- III - prestar atendimento especializado às crianças e as famílias, inseridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que possuam dificuldades no cumprimento das condicionalidades do Programa;
- IV - prestar atendimento às pessoas em situação de mendicância na rua e de rua;
- V - auxiliar e acompanhar as crianças e os adolescentes que estejam sob medida protetiva ou medida pertinente aos pais ou responsáveis, bem como de suporte para reinserção social;
- VI - auxiliar e acompanhar os adolescentes em cumprimento de medidas sócio educativas em meio aberto e os adolescentes que se encontram em internamento, bem como suas famílias;
- VII - monitorar e acompanhar os serviços de média complexidade oferecidos no município e ou consorciados às crianças, aos adolescentes, aos idosos, às pessoas com deficiência, dentre outros.

Art. 20. O CREAS contará com uma equipe de referência, que terá obrigatoriamente os seguintes profissionais:

- I - 02 (dois) assistentes sociais;
- II - 02 (dois) psicólogos;
- III - 01 (um) pedagogo;

IV - 01 (um) advogado, com carga horária mínima de 20 (vinte)

horas;

V - 01 (um) técnico administrativo.

§ 1º Além dos profissionais relacionados obrigatórios, o CREAS poderá contar com os seguintes profissionais:

- a) 01 (um) Orientador Social de nível superior;
- b) 01 (um) Educador Social de nível superior.

§2º As funções constantes no § 1º, serão especificados em ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante a necessidade e o programa social a ser desenvolvido e contratação dar-se-á por meio de contrato temporário, com vencimentos estabelecidos no Anexo I, da presente lei.

§ 3º As habilitações e atribuições dos profissionais obrigatórios do CREAS são as estabelecidas na Lei de Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais.

§ 4º O cargo de gerência do CREAS, é o estabelecido na Lei de Organização Administrativa Municipal, e deve ser preenchido por pessoa com formação de nível superior, preferencialmente, por servidor efetivo, que possua experiência em trabalho comunitário e gestão de equipe e programas de políticas públicas.

Art. 21. O serviço de proteção social especial de alta complexidade constitui-se no acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados às famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos, a fim de garantir proteção integral, sendo coordenado e articulado pela Secretaria de Assistência Social.

Art. 22. A equipe de referência da proteção social especial de alta complexidade, vinculada a Secretaria de Assistência Social, para atendimento psicossocial, deverá contar com:

- I - 01 (um) assistente social;
- II - 01 (um) psicólogo.

§ 1º Os demais profissionais que integrarão a equipe de proteção social especial de alta complexidade serão estabelecidos por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, respeitadas as determinações previstas em lei.

§ 2º As habilitações e atribuições dos profissionais que trabalharão na equipe de proteção social especial de alta complexidade são as estabelecidas na Lei de Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 23. As equipes de referências para atendimento direto nos serviços de alta complexidade, em especial para atendimento de crianças e adolescentes, devem seguir as Orientações Técnicas para Crianças e Adolescentes, bem como para atendimento de idosos deve seguir as orientações da Política da Política para Pessoa Idosa.

Art. 24. Os serviços de alta complexidade serão implantados no Município quando se justificar por meio da demanda, sendo possível a instituição destes serviços em forma de convênio com outro município ou regionalizado, desde que garanta a convivência familiar e comunitária.

### Seção III Dos Benefícios Eventuais

Art. 25. Os benefícios eventuais serão regularizados por lei própria.

### Seção IV Dos Programas e Projetos

Art. 26. Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os

benefícios e os serviços assistenciais.

Parágrafo único. Os programas de que trata este artigo serão definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, obedecidos os objetivos e princípios que regem esta lei, com prioridade para a inserção profissional e social.

#### SEÇÃO V

##### Do Financiamento

Art. 27. O financiamento dos benefícios, serviços, programas e projetos estabelecidos nesta lei far-se-á por meio do Fundo do Municipal de Assistência Social, que será regulamentado em lei específica.

Parágrafo único. O Município deverá aplicar no mínimo 2% da arrecadação da receita resultante de impostos na Política de Assistência Social.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. O Conselho Municipal de Assistência Social será regulamentado em lei específica.

Art. 29. O Plano Municipal de Assistência Social será elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social, com revisão anual do Plano Municipal de Assistência Social.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 25 de setembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

#### ANEXO I

##### QUADRO DE VENCIMENTO ORIENTADOR SOCIAL, EDUCADOR SOCIAL E PEDAGOGO

FUNÇÃO	HABILITAÇÃO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO R\$
Orientador social	Ensino superior	40	1.976,83
Pedagogo	Ensino superior	40	1.976,83
Educador Social	Ensino superior	40	1.976,83
Educador Social	Ensino médio	40	1.425,60

**LEI Nº 7.032/2014 - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 3.760.000,00 (TRÊS MILHÕES, SETECENTOS E SESSENTA MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊ**

**LEI Nº 7.032/2014**

**AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 3.760.000,00 (TRÊS MILHÕES, SETECENTOS E SESSENTA MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,**

**FAÇO**, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**TÍTULO I**

**CAPÍTULO I  
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.760.000,00 (três milhões, setecentos e sessenta mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no transcorrer do presente ano financeiro.

**CAPÍTULO II  
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder por ato próprio a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 3.760.000,00 (três milhões, setecentos e sessenta mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

<b>02</b>	<b>PODER EXECUTIVO MUNICIPAL</b>		
<b>01</b>	<b>GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL</b>		
04.122.0021.2.005	Administração geral dos bens e serviços do Gabinete do Prefeito		
3.1.90.00.00.00.00.00 0080	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
<b>02</b>	<b>GABINETE DO VICE-PREFEITO</b>		
04.122.0021.2.006	Administração dos bens e serviços do Gabinete do Vice-Prefeito		
3.1.90.00.00.00.00.00 0080	Aplicações Diretas	R\$	9.000,00
<b>03</b>	<b>ASSESSORIA JURÍDICA</b>		
04.122.0021.2.007	Administração dos bens e serviços da Assessoria Jurídica		
3.1.90.00.00.00.00.00 0080	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
<b>04</b>	<b>JUNTA DO SERVIÇO MILITAR</b>		
05.123.0021.2.008	Administração geral dos bens e serviços da JSM		
3.1.90.00.00.00.00.00 0080	Aplicações Diretas	R\$	3.000,00

<b>03</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO</b>		
<b>01</b>	<b>GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO</b>		
	24.722.0134.2.015 Administração geral dos bens e serviços da Unidade		
	3.1.90.00.00.00.00.00 0080 Aplicações Diretas	R\$	16.000,00
<b>02</b>	<b>DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS</b>		
	04.122.0021.2.016 Administração geral dos bens e serviços da Unidade		
	3.1.90.00.00.00.00.00 0080 Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
<b>04</b>	<b>DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA</b>		
	04.122.0024.2.018 Administração geral dos bens e serviços da Unidade		
	3.1.90.00.00.00.00.00 0080 Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
<b>05</b>	<b>PROTOCOLO</b>		
	04.122.0021.2.059 Adm Geral dos Bens e Serv. do Protocolo		
	3.1.90.00.00.00.00.00 0080 Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
<b>06</b>	<b>DEPARTAMENTO DE ADMIN. - SISTEMA CARTEIRA TRABALHO</b>		
	04.122.0043.2.060 Adm Geral dos Bens e Serv. do Sistema de Carteira de Trabalho		
	3.1.90.00.00.00.00.00 0080 Aplicações Diretas	R\$	17.000,00
<b>07</b>	<b>DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES</b>		
	04.122.0043.2.064 Adm dos Bens e Serviços do Transporte		
	3.1.90.00.00.00.00.00 0080 Aplicações Diretas	R\$	11.500,00
<b>08</b>	<b>FUNDO MUNIC DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR</b>		
	14.422.0085.2.056 Adm Geral dos Bens e Serv. de Defesa dos Direitos do Consumidor		
	3.1.90.00.00.00.00.00 0080 Aplicações Diretas	R\$	67.000,00
<b>04</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA</b>		
<b>01</b>	<b>SECRETARIA DA FAZENDA</b>		
	28.846.0021.2.092 Pagamento de Sentenças Judiciais		
	3.1.90.00.00.00.00.00 0080 Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
<b>02</b>	<b>TRIBUTAÇÃO</b>		
	04.129.0030.2.021 Administração geral dos bens e serviços da Unidade		
	3.1.90.00.00.00.00.00 0080 Aplicações Diretas	R\$	95.000,00
<b>03</b>	<b>CONTADORIA GERAL</b>		
	04.124.0032.2.022 Administração geral dos bens e serviços da Unidade		
	3.1.90.00.00.00.00.00 0080 Aplicações Diretas	R\$	57.000,00
<b>05</b>	<b>FISCALIZAÇÃO</b>		
	04.123.0021.2.024 Administração geral dos bens e serviços da Unidade		

3.1.90.00.00.00.00.00	0080	Aplicações Diretas	R\$	105.000,00
<b>05</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO</b>			
<b>01</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO</b>			
12.122.0021.2.025		Administração geral dos bens e serviços da Unidade		
3.1.90.00.00.00.00.00	0080	Aplicações Diretas	R\$	120.000,00
<b>02</b>	<b>SETOR DE ENSINO</b>			
12.361.0188.2.029		Administração dos bens e serviços do Ensino Fundamental		
3.1.90.00.00.00.00.00	0080	Aplicações Diretas	R\$	450.000,00
12.361.0427.2.032		Administração dos bens e serviços da Merenda Escolar		
3.1.90.00.00.00.00.00	0080	Aplicações Diretas	R\$	86.000,00
12.365.0185.2.033		Administração dos bens e serviços da Educação Infantil		
3.1.90.00.00.00.00.00	0080	Aplicações Diretas	R\$	650.000,00
<b>07</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>			
<b>01</b>	<b>Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico</b>			
04.122.0021.2.042		Administração geral dos bens e serviços de desenvolvimento econômico		
3.1.90.00.00.00.00.00	0080	Aplicações Diretas	R\$	18.000,00
<b>08</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO</b>			
<b>01</b>	<b>DESENVOLVIMENTO URBANO</b>			
15.452.0021.2.045		Administração geral dos bens e serviços de desenvolvimento urbano		
3.1.90.00.00.00.00.00	0080	Aplicações Diretas	R\$	340.000,00
<b>11</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA</b>			
<b>01</b>	<b>INFRAESTRUTURA</b>			
26.782.0534.2.055		Adm Geral dos Bens e Serv. do Transp. Rodoviário		
3.1.90.00.00.00.00.00	0080	Aplicações Diretas	R\$	47.000,00
<b>15</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL</b>			
<b>01</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL</b>			
08.122.0021.2.026		Administração Geral dos Bens e Serviços da Assistência Social		
3.1.90.00.00.00.00.00	0080	Aplicações Diretas	R\$	150.000,00
08.244.0487.2.187		CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS		
3.1.90.00.00.00.00.00	0080	Aplicações Diretas	R\$	3.500,00
<b>03</b>	<b>ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL</b>			
08.243.0483.2.079		Adm.dos Bens e Serv. de Acolhimento Institucional.		
3.1.90.00.00.00.00.00	0080	Aplicações Diretas	R\$	52.000,00
<b>18</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE</b>			
<b>01</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>			
10.301.0428.2.101		Adm dos Bens e Serv. da Assist. Médica e Sanitária		
3.1.90.00.00.00.00.00	0080	Aplicações Diretas	R\$	850.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	1087	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	1274	Aplicações Diretas	R\$	57.000,00
<b>01</b>	<b>SECRETARIA MUNIC. AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMB</b>			
	<b>FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA</b>			

20.608.0088.2.087	Administração dos Bens e Serviços de Produção e Desenvolvimento Animal		
3.1.90.00.00.00.00.00 0080	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
<b>21</b>	<b>FUNDAÇÃO MUN. DE CULT. LAZ. E TUR. DE SÃO MIGUEL</b>		
<b>01</b>	<b>FUNDAÇÃO MUN. DE CULT. LAZ. E TUR. DE SÃO MIGUEL</b>		
13.391.0246.2.037	Administração geral dos bens e serviços do MUSEU		
3.1.90.00.00.00.00.00 0080	Aplicações Diretas	R\$	28.000,00
13.392.0247.2.040	Administração geral dos bens e serviços da Biblioteca Pública		
3.1.90.00.00.00.00.00 0080	Aplicações Diretas	R\$	52.000,00
<b>22</b>	<b>FUNDAÇÃO MUN. DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE</b>		
<b>01</b>	<b>FUNDAÇÃO MUN. DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE</b>		
27.812.0224.2.057	Adm Geral dos Bens e Serv. da Unid. de Esporte e Juventude		
3.1.90.00.00.00.00.00 0080	Aplicações Diretas	R\$	341.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 3.760.000,00</b>

Art. 3º Para o atendimento do crédito acima identificado fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover as seguintes reduções totais e/ou parciais das dotações abaixo discriminadas:

<b>Entidade 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE</b>			
<b>Órgão: 02 PODER EXECUTIVO MUNICIPAL</b>			
<b>Unidade: 01 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL</b>			
Funcional:	04.122.0043.1.00	Aquisição de Equipamentos e Material	
	2	Perman.p/o Gabinete	
3	4.4.90.00.00.00.00.00 0080	Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
<b>Unidade: 02 GABINETE DO VICE-PREFEITO</b>			
Funcional:	04.122.0021.1.66	Aquisição de equipamentos materiais permanentes para o Gabinete do Vice	
	6		
4	4.4.90.00.00.00.00.00 0080	Aplicações Diretas	
Funcional:	04.122.0021.2.00	Administração dos bens e serviços do	
	6	Gabinete do Vice-Prefeito	
6	3.3.90.00.00.00.00.00 0080	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
<b>Unidade: 03 ASSESSORIA JURÍDICA</b>			
Funcional:	04.122.0021.2.00	Administração dos bens e serviços da	
	7	Assessoria Jurídica	
8	3.3.90.00.00.00.00.00 0080	Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
Funcional:	04.122.0043.1.00	Aquisição de Equipamentos e Material	
	4	Perman.p/o Gabinete	
9	4.4.90.00.00.00.00.00 0080	Aplicações Diretas	
<b>Unidade: 04 JUNTA DO SERVIÇO MILITAR</b>			
Funcional:	05.153.0043.1.00	Aquis.de Equipamentos e Material	
	5	Perman.p/os Serv.da JSM	
12	4.4.90.00.00.00.00.00 0080	Aplicações Diretas	R\$ 6.100,00

<b>Unidade: 05</b>		<b>CONTROLE INTERNO</b>			
Funcional:	04.124.0043.1.00	Aquisição de Equipamentos e Material			
	6	Perman.p/o Gabinete			
15	4.4.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicações Diretas	R\$	5.505,00	
<b>Unidade: 06</b>		<b>ASSESSORIA DE IMPRENSA</b>			
Funcional:	04.122.0043.1.00	Aquisição de Equipamentos e Material			
	7	Perman.p/o Gabinete			
16	4.4.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicações Diretas	R\$	17.299,50	
<b>Unidade: 07</b>		<b>CHEFIA DE GABINETE</b>			
Funcional:	04.122.0043.1.00	Aquisição de Equipamentos e Material			
	8	Perman.p/o Gabinete	R\$	6.500,00	
21	4.4.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicações Diretas			
<b>Unidade: 10</b>		<b>FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO</b>			
Funcional:	16.482.0316.1.92	Aquisição de área, construção e			
	4	equipamento de Habitações Populares			
209	4.4.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicações Diretas	R\$	635.343,91	
<b>Órgão: 03</b>		<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE</b>			
		<b>ADMINISTRAÇÃO</b>			
<b>Unidade: 04</b>		<b>DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA</b>			
Funcional:	04.122.0024.1.01	Aquis.de Equip.e Matl. Perman.p/os			
	2	Serviços de Informática			
37	4.4.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicações Diretas	R\$	20.000,00	
<b>Órgão: 04</b>		<b>SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA</b>			
<b>Unidade: 01</b>		<b>SECRETARIA DA FAZENDA</b>			
Funcional:	04.123.0043.1.02	Aquisição de Equipamentos Permanentes.			
	1				
51	4.4.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicações Diretas	R\$	12.000,00	
Funcional:	28.846.0045.2.00	Pagamento de Sentenças Judiciais via			
	2	Precatórios Judiciais			
58	3.1.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicações Diretas	R\$	850.000,00	
<b>Unidade: 02</b>		<b>TRIBUTAÇÃO</b>			
Funcional:	04.129.0043.1.02	Aquis. Equip.e Matl. Perman. p/os			
	2	Serviços da Unidade			
62	4.4.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicações Diretas	R\$	7.500,00	
<b>Unidade: 03</b>		<b>CONTADORIA GERAL</b>			
Funcional:	04.124.0032.2.02	Administração geral dos bens e serviços			
	2	da Unidade			
64	3.3.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicações Diretas	R\$	8.000,00	
Funcional:	04.124.0043.1.02	Aquis. Equip.e Matl. Perman. p/os			
	3	Serviços da Unidade			
65	4.4.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicações Diretas	R\$	4.739,00	
<b>Órgão: 05</b>		<b>SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO</b>			
<b>Unidade: 01</b>		<b>ADMINISTRAÇÃO</b>			
Funcional:	12.122.0021.1.02	Aquis. Equip. e Matl Perman. p/os Serv.			
	6	do Órgão Administrativo			
72	4.4.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicações Diretas	R\$	50.000,00	
<b>Unidade: 02</b>		<b>SETOR DE ENSINO</b>			
Funcional:	12.361.0188.1.02	Constr., Ampl. e Aquis. de área de Terra,			
	5	bem como Equip e Mobil. em Geral			
79	4.4.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicações Diretas	R\$	200.000,00	

Funcional:	12.363.0031.2.02	Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
96	3.3.50.00.00.00.00.00	0080 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	R\$ 120.000,00
Funcional:	12.365.0185.1.02	Construção, ampliação e aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	
99	4.4.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicações Diretas	R\$ 70.000,00
<b>Órgão:</b>	<b>07</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>	
<b>Unidade:</b>	<b>02</b>	<b>Fundo Mun. de Desenvolvimento Econômico - FUMDEC</b>	
Funcional:	22.661.0346.1.03	Aquis. Imóveis, constr. ampliação e Equip.p/os Distritos Industriais	
121	4.4.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Funcional:	22.661.0346.1.03	Programas de Incentivos Econômicos	
123	4.4.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicações Diretas	R\$ 150.000,00
<b>Órgão:</b>	<b>08</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO</b>	
<b>Unidade:</b>	<b>01</b>	<b>DESENVOLVIMENTO URBANO</b>	
Funcional:	15.452.0043.1.03	Aquis. de Máquinas, Veículos e demais Equip.p/Serv. do Órgão	
134	4.4.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicações Diretas	R\$ 170.000,00
Funcional:	18.541.0326.1.04	Recuperação do Antigo Lixão, conforme Decisão Judicial.	
138	4.4.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
<b>Órgão:</b>	<b>10</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO</b>	
<b>Unidade:</b>	<b>01</b>	<b>GABINETE DO SECRETÁRIO</b>	
Funcional:	04.121.0040.1.05	Administração dos Bens e Serviços do Órgão	
149	4.4.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
<b>Entidade</b>	<b>2 - FUNDO MUN. DE ASSIST.SOC.SAO M. DO OESTE</b>		
<b>Órgão:</b>	<b>15</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL</b>	
<b>Unidade:</b>	<b>01</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL</b>	
Funcional:	08.241.0485.1.06	Construção do Centro e aquisição de equipamentos, móveis e utensílios	
5	4.4.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
<b>Entidade</b>	<b>3 - FUNDO MUN. DE SAUDE SAO MIGUEL DO OESTE</b>		
<b>Órgão:</b>	<b>18</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE</b>	
<b>Unidade:</b>	<b>01</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>	
Funcional:	10.122.0021.1.10	Aquis.de Equip.e Matl. Perman.p/os Serviços Administrativos	
1	4.4.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
10.301.0428.2.101	Adm dos Bens e Serv. da Assist. Médica e Sanitária		
64 - 3.3.90.00.00.00.00.00	1087	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
67 - 3.3.90.00.00.00.00.00	1274	Aplicações Diretas	R\$ 57.000,00
Funcional:	10.122.0021.1.12	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanente p/Almoxarifado	
3			

2	4.4.90.00.00.00.00.00	0080	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
Funcional:	10.304.0428.1.11		Aquis.de Equip.e Material Perman. p/os		
5			Serv. de Vigilância Sanitária		
78	4.4.90.00.00.00.00.00	0080	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
<b>Entidade</b>	<b>4 - FUNDO MUN. DESENV. AGRICOL. SAO M. OESTE</b>				
:					
<b>Órgão:</b>	<b>17</b>	<b>SECRETARIA MUNIC. AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMB</b>			
<b>Unidade:</b>	<b>01</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA</b>			
Funcional:	20.608.0031.2.25		Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos.		
8					
7	3.3.50.00.00.00.00.00	0080	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	R\$	50.000,00
Funcional:	20.608.0078.1.07		Construção, Ampliação e Equipamentos para a Agricultura		
7					
8	4.4.90.00.00.00.00.00	0080	Aplicações Diretas	R\$	70.000,00
Funcional:	20.608.0088.1.07		Distribuição e Aplicação de doses de sêmen no rebanho bovino		
6					
9	4.4.90.00.00.00.00.00	0080	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
Funcional:	20.608.0088.2.08		Administração dos Bens e Serviços de Produção e Desenvolvimento Animal		
7					
11	3.3.90.00.00.00.00.00	0080	Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
Funcional:	20.609.0021.2.07		Transferências ao Consórcio - CONSAD		
4					
12	3.1.71.00.00.00.00.00	0080	Transferências a Consórcios Públicos	R\$	30.836,59
13	3.3.71.00.00.00.00.00	0080	Transferências a Consórcios Públicos	R\$	50.000,00
<b>Entidade</b>	<b>8 - FM DE CULTURA LAZER E TUR SAO MIGUEL DO OESTE</b>				
:					
<b>Órgão:</b>	<b>21</b>	<b>FUNDAÇÃO MUN. DE CULT. LAZ. E TUR. DE SÃO MIGUEL</b>			
<b>Unidade:</b>	<b>01</b>	<b>FUNDAÇÃO MUN. DE CULT. LAZ. E TUR. DE SÃO MIGUEL</b>			
Funcional:	13.392.0247.1.03		Obras e equipamentos para o Centro Cultural		
0					
5	4.4.90.00.00.00.00.00	0080	Aplicações Diretas	R\$	120.000,00
Funcional:	13.392.0247.1.03		Aquisição de Equip. e Matl. Perman. p/Biblioteca Pública Municipal		
2					
6	4.4.90.00.00.00.00.00	0080	Aplicações Diretas		
Funcional:	13.392.0247.2.04		Administração geral dos bens e serviços da Biblioteca Pública	R\$	30.000,00
0				R\$	50.000,00
8	3.3.90.00.00.00.00.00	0080	Aplicações Diretas		
Funcional:	27.813.0813.1.27		Aquisição de área, construção e equipamento de Parque Ecológico.		
5					
15	4.4.90.00.00.00.00.00	0080	Aplicações Diretas	R\$	80.000,00
<b>Entidade</b>	<b>9 - FUNDACAO MUN. DE ESPORTE DE SAO MIGUEL DO OESTE</b>				
:					
<b>Órgão:</b>	<b>22</b>	<b>FUNDAÇÃO MUN. DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE</b>			
<b>Unidade:</b>	<b>01</b>	<b>FUNDAÇÃO MUN. DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE</b>			

Funcional:	27.812.0031.2.09	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	
6	3.3.50.00.00.00.00.00	0080 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	R\$ 150.000,00
Funcional:	27.812.0224.1.05	Construção e equipamento de Ginásios de Esportes	
1	4.4.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicações Diretas	R\$ 187.000,00
Funcional:	27.812.0224.1.05	Aquisição de equipamento e materiais permanentes	
3	4.4.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 3.760.000,00</b>

### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica compulsoriamente alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de R\$ 3.760.000,00 (três milhões, setecentos e sessenta mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no transcorrer do presente ano financeiro.

### CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012- LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 3.760.000,00 (três milhões, setecentos e sessenta mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no transcorrer do presente ano financeiro.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em 25 de setembro de 2014.

**JOÃO CARLOS VALAR**  
Prefeito Municipal

**LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ**  
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada  
na presente data

**ELIANE TEIXEIRA DA ROSA**  
Técnica Administrativa

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### EDITAL DE ESCOLHA DE VAGAS Nº 01/2014

EDITAL DE ESCOLHA DE VAGAS Nº 01/2014

O Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, apresenta o presente Edital:

Art. 1º - Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, a escolha de turmas da educação infantil e ensino fundamental, para o ano letivo de 2015.

Art. 2º - Os/as professores (as) serão convocados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Município de São Pedro de Alcântara e deverão comparecer na hora e local determinado.

§ 1º - Todos os/as professores (as) efetivos na Secretaria Municipal de Educação estão aptos a participarem da escolha de turmas;

§ 2º - Os/as professores (as) que se encontram afastados serão convocados pela Secretaria Municipal de Educação e deverão comparecer na hora e local determinado para participarem da escolha;

§ 3º - Os/as professores (as) convocados que não comparecerem no dia da escolha, não estarão aptos para a escolha de turmas. Assim serão remanejados para as turmas remanescentes.

Art. 3º - Para o Ensino Fundamental a escolha será realizada no dia 09 de Dezembro de 2014, nas dependências da Escola Básica Municipal Drº Adalberto Tolentino de Carvalho as 18h e 30min.

§ 1º - A escolha será realizada de acordo com os critérios, determinados pela Art. 1º da Resolução nº 08/2014, do CME:

I - Tempo de serviço no magistério público do município; havendo empate

II - Classificação no concurso prestado; havendo empate

III - Havendo empate em todos os critérios acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

§2º - Segue abaixo a tabela de vagas para professor (a) titular, na Escola Básica Municipal Drº Adalberto Tolentino de Carvalho:

	Matutino	Vespertino
Pré – escolar II – educação infantil	Uma vaga de 20h	
1º Ano	Uma vaga de 20h	
2º Ano	Uma vaga de 20h	Uma vaga de 20h
3º Ano	Uma vaga de 20h	Uma vaga de 20h
4º Ano	Uma vaga de 20h	Uma vaga de 20h
5º Ano	Uma vaga de 20h	Uma vaga de 20h

§3º - Segue abaixo a tabela de vagas para 2º professor (a), na Escola Básica Municipal Drº Adalberto Tolentino de Carvalho:

	Matutino	Vespertino
2º Ano		Uma vaga de 20h
3º Ano	Uma vaga de 20h	
8º Ano		Uma vaga de 20h

§4º - Segue abaixo a tabela de vagas para professor (a) plantão, na Escola Básica Municipal Drº Adalberto Tolentino de Carvalho:

	Matutino	Vespertino
Professor (a) plantão	Uma vaga de 20h	Uma vaga de 20h

§5º - Segue abaixo a tabela de vagas para Professor (a) titular, na Escola Reunida Municipal de Santa Filomena Profº Augusto Schnitzler:

Parágrafo Único - Na Escola Reunida Municipal de Santa Filomena Profº Augusto Schnitzler, não haverá escolha de turma, pois a Professora Efetiva está lotada na escola, e não na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto como os demais professores efetivos.

§6º - Segue abaixo a tabela de vagas para Professor (a) I (Professor (a) Auxiliar), na Escola Reunida Municipal de Santa Filomena Profº Augusto Schnitzler:

	Matutino	Vespertino
Anos Iniciais	Uma vaga de 20h	Uma vaga de 20h

§ 5º - O/a professor I (a) deverá escolher a vaga, correspondente a sua carga horária, sendo permitido ao professor (a) I de 30h o ingresso a uma turma de 40h, desde que ocorra a solicitação de carga horária.

Art. 4º - Para a Educação Infantil a escolha será realizada no dia 09 de Dezembro de 2014, nas dependências da Escola Básica Municipal Drº Adalberto Tolentino de Carvalho as 19h e 30min.

§ 1º - A escolha será realizada de acordo com os critérios, determinados pela Art. 1º da Resolução nº 08/2014, do conselho municipal de educação (CME):

I - Tempo de serviço no magistério público do município; havendo empate

II - Classificação no concurso prestado; havendo empate

III - Havendo empate em todos os critérios acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

§ 2º - Segue abaixo a tabela de vagas para Professor (a) II, no Centro de Educação Infantil Professora Leonida Vieira Francener:

	Matutino	Vespertino
Berçário	Uma vaga de 30h	Uma vaga de 30h
Maternal I	Uma vaga de 30h	Uma vaga de 30h
Maternal II	Uma vaga de 30h	Uma vaga de 30h
Pré – escolar I		Uma vaga de 30h
Pré – escolar II		Uma vaga de 20h

§ 3º - Segue abaixo a tabela de vagas para Professor (a) II, no Centro de Educação Infantil Frei Ático:

	Matutino	Vespertino
Berçário	Uma vaga de 30h	Uma vaga de 30h
Maternal I	Uma vaga de 30h	Uma vaga de 30h
Maternal II	Uma vaga de 30h	Uma vaga de 30h
Pré – escolar I		Uma vaga de 30h

§ 4º - O/a professor (a) deverá escolher a vaga, correspondente a sua carga horária, sendo permitido ao professor (a) de 20h o ingresso a uma turma de 30h, desde que solicite aumento de carga horária ou tenha um (a) professor (a) I de 30h na correspondente turma.

§ 5º - Segue abaixo a tabela de vagas para Professor (a) I (Auxiliar de Sala), no Centro de Educação Infantil Professora Leonida Vieira Francener:

	Matutino	Vespertino
Berçário		
Maternal I		Uma vaga de 30h
Maternal II	Uma vaga de 30h	Uma vaga de 30h

Parágrafo Único - Os/ as professores (as) I (Auxiliar de Sala) do Maternal II matutino e Materna I vespertino, serão volantes, assim

terão que auxiliar nas demais turmas, quando solicitado pela direção.

§ 6º - Segue abaixo a tabela de vagas para Professor (a) I (Auxiliar de Sala), no Centro de Educação Infantil Frei Ático:

	Matutino	Vespertino
Berçário		Uma vaga de 30h
Maternal I	Uma vaga de 30h	Uma vaga de 30h Uma vaga de 20h
Maternal II	Uma vaga de 30h	Uma vaga de 30h

Parágrafo Único - O/a professor (a) I (Auxiliar de Sala) do Maternal I vespertino de 20h, será responsável pelo acompanhamento de criança que necessita de cuidados especiais devido a problema de saúde.

Art. 5º - De acordo com o Art. 2º da Resolução nº 08/2014, do Conselho Municipal de Educação (CME): "O professor escolhendo a sua vaga deverá assinar a sua escolha, demonstrando ciência". De acordo com o Anexo I.

Art. 6º - De acordo com o Art. 3º da Resolução nº 08/2014, do CME: "Após a escolha não será permitida a permuta entre professores".

São Pedro de Alcântara, 01 de dezembro de 2014.

FLÁVIO MÜNICH

Secretário de Educação, Cultura e Desporto

ANEXO I

#### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, servidor (a) efetivo (a) da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para o cargo de \_\_\_\_\_, declaro que escolhi a turma \_\_\_\_\_, turno \_\_\_\_\_ para o ano letivo de 2015, na (o):

( ) E.B.M Drº Adalberto Tolentino de Carvalho

( ) C.E.I Profª Leonida Vieira Francener

( ) C.E.I Frei Ático

( ) E.R.M Santa Filomena Profº Augusto Schnitzler

Declaro ciência, de que não haverá permuta entre professores.

São Pedro de Alcântara, 09 de dezembro de 2014.

Nome:

#### LEI Nº 929, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 929, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

"Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de São Pedro de Alcântara para o Exercício de 2015".

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de São Pedro de Alcântara, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos e autarquias para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 17.263.658,00 (Dezessete milhões duzentos e sessenta e três reais mil e seiscentos e cinquenta e oito reais).

#### DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art 2º - O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 14.896.461,00 (Catorze milhões oitocentos e noventa e seis mil quatrocentos e sessenta e hum reais) e a despesa do Poder Legislativo em R\$ 514.000,00 (Quinhentos e catorze mil reais) e R\$ 14.382.461,00 (Catorze milhões trezentos e oitenta e dois mil quatrocentos e sessenta e hum reais) para o Poder Executivo.

1 - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento

#### ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 – RECEITAS CORRENTES	14.500.857,00
1.1 – Receita Tributária	1.205.276,00
1.2 – Receita de Contribuições	380.378,00
1.3 – Receita Patrimonial	129.234,00
1.4 – Receita de Serviços	11.585,00
1.5 – Transferências Correntes	11.282.970,00
1. 6 – Outras Receitas Correntes	1.491.414,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	2.270.000,00
2.1 – Alienação de Bens	20.000,00
2.2 – Operações de Crédito	300.000,00
2.3 – Transferências de Capital	1.950.000,00
3 – DECUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	1.874.396,00
TOTAL DA ADM. DIRETA	14.896.461,00

#### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Receitas Correntes	
Receita Tributária	22.978,00
Receita de Contribuições	0,00
Receita Patrimonial	10.250,00
Transferência Corrente	836.445,00
Receita de Capital	0,00
Transferência de Capital	0,00
Total da Adm. Indireta	869.673,00

#### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA/INSPA

Receitas Correntes	0,00
Receita Tributária	0,00
Receita de Contribuições	337.012,00
Receita Patronal Intra-Orçamentária	491.222,00
Receita Patrimonial	578.490,00
Transferência Corrente	0,00
Outras receitas correntes	90.800,00
Receita de Capital	0,00
Transferência de Capital	0,00
Total da Adm. Indireta	1.497.524,00
TOTAL GERAL	17.263.658,00

2 - A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei,

obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR ÓRGÃO

### ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 – CÂMARA MUNICIPAL	514.000,00
02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO	615.265,00
03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO.	1.560.906,63
04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	3.895.406,63
05 – SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	198.450,00
06 – SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	648.200,00
07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	4.614.651,00
08 – ENCARGOS GERAIS	251.000,00
09 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	126.233,74
10 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	528.000,00
TOTAL	12.952.113,00

### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.814.021,00
12 – INSPA	1.482.548,00
09 – RESERVA DE CONTINGENCIA	14.976,00
TOTAL DA ADM. INDIRETA	4.311.545,00
TOTAL GERAL	17.263.658,00

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

### ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 - LEGISLATIVA	514.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	2.176.171,63
06- SEGURANÇA PÚBLICA	22.377,00
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	198.450,00
12 - EDUCAÇÃO	3.688.406,63
13 - CULTURA	220.000,00
15 - URBANISMO	2.312.274,00
18 – GESTAO AMBIENTAL	110.000,00
20 - AGRICULTURA	418.000,00
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	428.200,00
26 - TRANSPORTES	2.280.000,00
27 – DESPORTO E LAZER	207.000,00
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	251.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	126.233,74
TOTAL DA ADM. DIRETA	12.952.113,00

### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
09 – PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.482.548,00
10 - SAÚDE	2.764.021,00
17 - SANEAMENTO	50.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	14.976,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	4.311.545,00
TOTAL GERAL	17.263.658,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONÔMICA

### ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DESPESAS CORRENTES	8.360.690,26
DESPESAS DE CAPITAL	4.465.189,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	126.233,74
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	12.952.113,00

### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DESPESAS CORRENTES	4.031.569,000
DESPESAS DE CAPITAL	265.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	14.976,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	4.311.545,00
TOTAL GERAL	17.263.658,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme abaixo:

### UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 – PASSIVOS CONTINGENTES	64.976,00
2 – OUTROS RISCOS FISCAIS	76.233,74
TOTAL GERAL	141.209,74

1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

2º - Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais relacionados aos eventos: Intempéries; Passivos Contingentes, e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2015 tenha reservado recursos para

riscos fiscais.

3 - Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento " Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art.5º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art.6º - O Executivo está autorizado nos termos do Art.7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 20 da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - o superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único - Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por Leis Municipais específicas e aprovadas no exercício.

Art. 7º - Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

1 - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

2 - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 8º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no Orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 9º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 10 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 02 de dezembro de 2014.

Edson José da Silva Filho

Prefeito Municipal (e.e)

**RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 002/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA**  
 Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Fone/ Fax: (048)3277-0122  
 São Pedro de Alcântara – SC

**RESULTADO FINAL**

O Prefeito e.e. de São Pedro de Alcântara torna pública a lista de classificação dos candidatos inscritos no Edital de Processo Seletivo nº 002/2014

**01 - TRABALHADOR BRAÇAL - CR**

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1	59	ALDO ERHARDT	9,70
2	126	JAISON SOARES DA SILVA	9,60
3	4	ALDECIO FORSTER	9,20
4	16	ANTONIO CARLOS ELIAS	8,50

**02 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - CR**

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1	56	GLAUCEA HENCKEL BAUER	9,20
2	101	JANAINA DE PINHO	8,80
3	14	EDNA REGINA STAHLIN	8,80
4	130	JUCÉLIA VITOR LOPES	8,40
5	17	LUCINEIA VIEIRA	8,00
6	53	ALINE APARECIDA DOS SANTOS	7,60
7	134	MARIA ELIZIA DOS SANTOS BARBOSA	7,20

---	57	IZETE HINCKEL BAUER	3,60
---	121	DULCE SCHEIDT BAUER SOARES	2,80
---	124	LUZIA KREICH DA CUNHA	1,60

## 03 - MOTORISTA II - CR

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1	93	JOSÉ LINO NAU	10,00
2	82	DALCIONI OLIVEIRA DE SOUZA	10,00
3	73	VALCIR JOSÉ KRETZER JUNIOR	10,00
4	44	JOSÉ MARIO DE CASTRO	10,00
5	5	FERNANDO LUIZ SCHMITT	10,00
6	20	RAFAEL MEDEIROS	9,00
7	66	AILSO EGER	8,00
8	7	JOÃO PAULO DOS SANTOS	8,00
9	92	GILSON DA SILVA	8,00
10	90	SILVANO MARTINS	8,00
11	98	DARLAN JOSÉ DUTRA	7,00
12	71	GISELE CRISTINE DE SOUZA	6,00
13	135	ANA PAULA RODRIGUES DOS SANTOS	6,00
14	149	HÉLVIO MARIO MULLER	6,00
15	132	DJONATAN HENRIQUE LUTZ	5,00
---	28	PAULO SERGIO RODRIGUES FELHIPE	FALTOU

## 04 - OPERADOR DE MAQUINA II - CR

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1	10	VILMAR ADEMAR DE SOUZA	8,70
2	55	MILTON MIDIO EHARDT	7,90
3	63	VILMAR FORSTER	7,30
---	18	EMERSON JOSÉ PAULI	4,00
---	147	ISRAEL MARTINS	FALTOU
---	165	CARLOS DE MATOS	FALTOU

## 05 - OPERADOR DE MAQUINA III - CR

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1	172	RICARDO KRETZER	10,00

## 06 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF AREA I - CR

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1	29	ANDREIA ERHARDT	7,20
2	159	DAIANE DOS SANTOS	6,80
---	84	ALESSANDRA SCARABELOT	FALTOU

## 06 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF - AREA II - CR

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1	3	EDITE HACK	6,80
2	43	DENISE EMERENCIANO	4,80
3	131	KEROLLEN PRISCILA SILVA	4,80
---	152	IVONE CONSTANCE TRIERVEILER	3,60

## 07 - AGENTE ADMINISTRATIVO - CR

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1	89	LEONARDO GESSER	9,60
2	144	ANA PAULA HERZMANN MARQUES	8,80
3	160	DENISE ROMILDA QUINTINO	8,00
4	107	JOSÉ LAURO SEVERIANO DA SILVA	7,60
5	150	BARBARA HARTMANN CARDOSO	7,20
6	138	DANIELA BARBOSA DE SOUZA	5,60
7	39	DANUBIA DA SILVA EMERECIANO	5,60
8	119	GABRIEL HOFFMANN	5,60
9	162	FRANCYELEN REGINA SILVEIRA ZANIBONI	5,60
10	106	DANUBIA DA SILVA MARTINS	5,20
11	21	LUIZA MARIA BORGES DAS NEVES BONOW	5,20
12	127	GRASELI JUNCES	5,20
13	151	JENNIFER DE SOUZA RIBEIRO	5,20
14	68	CHARLES DE SOUZA SCHMITT	5,20
15	80	HAMANDA RAFAELA SILVA	4,80

16	129	PRISCILA TOLENTINO	4,80
17	161	DANIELA DA SILVA RODRIGUES	4,40
18	104	AMANDA MELO VIEIRA	4,40
19	120	RAFAEL SOARES	4,40
20	122	SILVANA LOBO GOULART	4,00
21	105	DAIARA DA SILVA	4,00
---	47	IANNY SILVA LUCIANO	3,20
---	163	BRUNO RICARDO DA SILVA	FALTOU
---	27	LUANA VIEIRA	FALTOU
---	111	MANOELA LOHN	FALTOU
---	157	OTONIEL MESQUITA DA SILVA	FALTOU
---	33	RODOLFO SCHMITT STAHELIN	FALTOU
---	158	ROSEANE ROSELIA VERLICH	FALTOU

## 08 - TECNICO EM ENFERMAGEM - CR

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1	24	PATRICIA SUELI MANOEL	8,40
2	8	JESSICA GUERRILHA SUENSON	8,00
3	85	VIVIAN CRISTINA SCHLEMPER	6,80
4	125	ELIEZER FELIZARDO DA CRUZ	6,40
5	96	LARIANE DE MELO	6,40
6	140	ALINE STEINBACH	6,00
7	83	GRAZIELA DOS SANTOS	5,60
8	81	FABIANA ROSA	5,60
9	69	CHARLES DA CUNHA	5,60
---	87	DEBORA SOUSA ALVES	FALTOU
---	86	OTAVINO DA SILVA JUNIOR	FALTOU

## 09 - PROFESSOR I - AUXILIAR DE SALA - CR

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA P.E.	NOTA P.T.	NOTA FINAL
1	102	GISELE MATIAS JUNCCKES DA SILVA	6,40	2,00	8,40
2	30	ADRIANA LEIA JUNCCKES	6,08	2,00	8,08
3	9	AMELIA GUETTEN LOHN	6,08	2,00	8,08
4	103	SCHEILA DUTRA	5,76	2,00	7,76

5	142	BRUNA DE SOUZA	5,44	2,00	7,44
6	38	PRISCILA NEIS	4,80	2,00	6,80
7	99	EZILDA GERALDINA COELHO	4,80	2,00	6,80
8	42	ADRIANA KARLA SCHUTZ DA SILVA	4,80	2,00	6,80
9	41	VIVIANE KUHN	4,80	2,00	6,80
10	112	FRANCIELLE SCHUTZ	4,80	2,00	6,80
11	95	KARLA PATRICIA DA COSTA SCHOENAU	4,16	2,00	6,16
12	164	FABIANA HAMES	4,16	2,00	6,16
13	40	MARLANA DE SOUZA LOHN	4,16	2,00	6,16
14	34	LETICIA DOS SANTOS	5,12	0,00	5,12
15	23	ADRIANA RAITZ	4,80	0,00	4,80
16	72	LIDIANE LAURECI DE SOUZA	4,80	0,00	4,80
17	136	SUELY SCHMITT SANTOS	4,80	0,00	4,80
18	1	LARICE PATRICIA DE ALMEIDA	4,16	0,05	4,21
19	46	ELAINE CRISTINA ALVES	4,16	0,00	4,16
---	145	VERA LUCIA KUHN STAHELIN	3,84	2,00	5,84
---	15	ANGELA RODRIGUES	3,84	0,00	3,84
---	35	LUANA BACK LIVRAMENTO	3,84	0,00	3,84
---	37	MARIA LUCIA RIBEIRO	3,52	2,00	5,52
---	143	AMARILDA ILMA SOUZA	2,88	0,00	2,88
---	94	FERNANDA LEANDRA COSNTANTE	2,24	2,00	4,24
---	128	CLEIDIMAR CUNRADI	FALTOU	2,00	2,00
---	91	JANAINA FLORES	FALTOU	0,00	0,00
---	22	NATHALIA REITZ FRANCENER DE SOUZA	FALTOU	0,00	0,00
---	88	PRISCILA ANACLETO DE SOUZA	FALTOU	0,00	0,00
---	36	RITCHELLE WEBER DA SILVA	FALTOU	0,00	0,00

## 10 - PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL - CR

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA P.E.	NOTA P.T.	NOTA FINAL
1	49	DAIANA PLEGER KREMER	6,72	2,00	8,72
2	109	LUCIANA MATOS CORDEIRO	5,12	2,00	7,12
3	52	FERNANDA DE SOUZA KIRCHNER	4,48	2,00	6,48
4	6	FABIANA LOHN	6,08	0,00	6,08
5	79	MAYARA MAFRA BONDAVALLE	5,44	0,00	5,44
6	64	ANA PAULA MOREIRA	5,12	0,00	5,12

7	50	TATIANA CORDEIRO DA SILVA	5,12	0,00	5,12
8	139	EDUARDA STAHELIN	4,80	0,08	4,88
---	2	ADRIANA VIEIRA	3,84	0,00	3,84

## 11 - PROFESSOR II - ANOS/SÉRIES INICIAIS - CR

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA P.E.	NOTA P.T.	NOTA FINAL
1	118	RAQUEL PETRY LOHN LOHN	6,72	2,00	8,72
2	31	DIELI HOFFMANN	6,40	2,00	8,40
3	148	CLARICIA ELIANI KNISS	5,76	2,00	7,76
4	77	ALEX SANDER BORGES	5,44	2,00	7,44
5	166	EUNICE APARECIDA PAULI HOFFMANN	4,16	2,00	6,16
---	154	ELISEIA RIBEIRO DE SOUZA	3,84	0,00	3,84
---	45	TAMYRIS TELMA NAU	3,52	0,00	3,52
---	123	JUCILEA APARECIDA COUTINHO	3,20	0,00	3,20

## 12 - PROFESSOR II - EDUCAÇÃO ESPECIAL - CR

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA P.E.	NOTA P.T.	NOTA FINAL
1	13	CRISTIANE HOFFMANN	4,80	2,00	6,80
2	67	MARIANE APARECIDA PEREIRA	4,80	0,00	4,80

## 13- PROFESSOR HORISTA HABILITADO - PORTUGUÊS - CR

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA P.E.	NOTA P.T.	NOTA FINAL
1	54	ANA RUTE DA SILVA RIBEIRO	5,12	0,00	5,12
2	100	PEDRO HENRIQUE LOHN	4,80	0,00	4,80
3	51	ANGELA DE ALMEIDA E SILVA	4,48	0,00	4,48

## 14 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO - MATEMÁTICA - CR

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA P.E.	NOTA P.T.	NOTA FINAL
1	14	VINICIUS MAURICIO SACRAMENTO	6,08	0,00	6,08

## 16 - PROFESSOR HABILITADO GEOGRAFIA

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA P.E.	NOTA P.T.	NOTA FINAL
1	26	MARCIA JANICE DA SILVA LOPES	7,04	0,00	7,04

## 17 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO - CIÊNCIAS - CR

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA P.E.	NOTA P.T.	NOTA FINAL
---	17	SCHEILA MAGALI SEGALIN NASCIMENTO	3,84	0,00	3,84

## 18 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO EDUCAÇÃO FÍSICA - CR

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA P.E.	NOTA P.T.	NOTA FINAL
1	48	THIAGO RODRIGUES	6,40	2,00	8,40
2	74	VANESSA STAHELIN	4,80	0,00	4,80
3	11	LIDIANNE CORDEIRO DA SILVA JUNCQUES	4,16	0,00	4,16
---	75	ANDRE FREITAS FONSECA	FALTOU	0,00	0,00
---	168	DERLANE MOURA GRIMMOUTH	FALTOU	0,00	0,00
---	169	MARCOS EDUARDO GARCIA	FALTOU	0,00	0,00
---	137	RODRIGO MUHLHAUSEN	FALTOU	0,00	0,00
---	170	TATIANA VALERIA BORIN	FALTOU	0,00	0,00

## 26 - PROFESSOR HORISTA NÃO HABILITADO - CIÊNCIAS - CR

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA P.E.	NOTA P.T.	NOTA FINAL
1	76	DÉBORA PEREIRA	5,76	2,00	7,76

## 27 - PROFESSOR HORISTA NÃO HABILITADO EDUCAÇÃO FÍSICA - CR

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA P.E.	NOTA P.T.	NOTA FINAL
1	61	FRANCISCO ADEDNO MELO SOMBRA	5,12	0,00	5,12
2	116	CLAUDINEI DE ESPINDOLA	4,80	0,00	4,80
---	60	LUIZ ADGILSON FREITAS SOMBRA	3,20	0,00	3,20
---	110	FELIPE LOHN	FALTOU	0,16	0,16

## 32 - PROFESSOR HORISTA NÃO HABILITADO AULAS DE MÚSICA FANFARRA - CR

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA P.E.	NOTA P.T.	NOTA FINAL
---------------	--------------	-------------------	-----------	-----------	------------

1	133	ARTUR JOSÉ FERNANDES	6,08	0,44	6,52
---	-----	----------------------	------	------	------

## 33 - ENFERMEIRO ESF - CR

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1	141	KAMILA SANTOS TRIERVEILER	8,40
2	108	SCHEILA BIANCHI MARQUES	8,40
3	12	JULIANA TRIERVEILER	7,60
4	58	CRISTIANE HAMES	7,20
5	117	WAGNER BENTO	6,40
6	113	CRISLAINE SILVA	6,40
7	65	SCHIRLEY TEREZINHA DE SOUZA KUHN	6,00
8	32	FABIANE MENDES DE MELO	6,00
9	114	JULIANA MESQUITA DE MEDEIROS	5,60
10	146	ALINE VIEIRA	5,20
11	153	JOÃO MARQUES BARBOSA NETO	5,20
---	155	ADRIANA MARIA DA SILVA RUBINI	FALTOU
---	115	ANA CAROLINA DA SILVA COELHO	FALTOU
---	156	IVANI CORREIA GOSS	FALTOU
---	62	JOSETE SIMOES DA SILVA REIS	FALTOU
---	97	MICHELE CRISTINE CLASEN	FALTOU
---	70	RAFAEL DE SOUZA SCHLISCHTING	FALTOU
---	167	TAINA LUIZA GERENT	FALTOU

## 34 - MÉDICO CLÍNICO GERAL ESF - 2 VAGAS + CR

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1	78	ANDRE BATISTA RIBEIRO	8,80

São Pedro de Alcântara, 05/12/2014

**EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO**  
Prefeito Municipal e.e.

**Schroeder****PREFEITURA****DECRETO Nº 3.182/2014 DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3.182/2014 de 3 de dezembro de 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.077/2014 de 2 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO  
05.02.12.122.3001.2.308 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer  
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Material de Consumo R\$ 3.000,00  
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Obrigações Patronais R\$ 4.500,00  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 4.000,00  
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 4.000,00

05.02.12.361.3009.2.371 - Transporte Escolar - Ens. Fundamental  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0058 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 65.000,00

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ. Infantil  
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 35.000,00  
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Obrigações Patronais R\$ 14.500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO  
05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental  
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0058 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 65.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO  
05.02.12.361.3009.2.371 - Transporte Escolar - Ens. Fundamental  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 65.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 03 de dezembro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**DECRETO Nº 3.183/2014 DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3.183/2014 de 3 de dezembro de 2014  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.077/2014 de 2 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 255.000,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO  
05.02.12.361.3009.1.317 - Reformas, Ampliações e Construções de Unidades Escolares  
4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0058 - Obras e Instalações R\$ 255.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO  
05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0058 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 110.000,00  
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0058 - Material de Consumo R\$ 43.000,00  
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0058 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 67.000,00

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ. Infantil  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0058 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 20.000,00

05.02.12.365.3009.2.367 - Manutenção do Pré-Escolar  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0058 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 15.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 03 de dezembro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**DECRETO Nº 3.184/2014 DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3.184/2014 de 3 de dezembro de 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 9.085,13 (nove mil oitenta e cinco reais e treze centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO  
05.02.12.361.3009.2.371 - Transporte Escolar - Ens. Fundamental  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0058 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 9.085,13

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação - Recurso: 00.01.0058 R\$ 9.085,13

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 03 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**DECRETO Nº 3.185/2014 DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3.185/2014 de 3 de dezembro de 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.079/2014 de 2 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 40.377,73 (quarenta mil trezentos e setenta e sete reais e setenta e três centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS  
03.04 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO  
03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças  
3.3.91.47.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 300,00  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 20.558,73

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 19.519,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.02 - PROCURADORIA JURÍDICA

02.02.04.122.3001.2.304 - Manutenção das Ações da Procuradoria Geral do Município

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Patronais R\$ 3.000,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 15.000,00

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.04 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.90.93.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Indenizações e Restituições R\$ 300,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.04.122.3001.2.306 - Manutenção do Gabinete da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.159,02

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 6.383,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 4.799,99

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 4.999,99

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.02 - UNID. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

07.02.22.661.3008.2.319 - Contribuição a Schroeder Fest e Expo Schroeder

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.629,80

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.102,10

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.02 - UNID. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

07.02.22.661.3008.2.319 - Contribuição a Schroeder Fest e Expo Schroeder

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 3,83

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 03 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**DECRETO Nº 3.186/2014 DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3.186/2014 de 3 de dezembro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 7.190,57 (sete mil cento e noventa reais e cinquenta e sete centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.15.451.3003.1.306 - Pavimentação Urbana

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Obras e Instalacoes R\$ 7.190,57

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0000 R\$ 7.190,57

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 03 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**DECRETO Nº 3.187/2014 DE 5 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3.187/2014, de 05 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a abertura do Protocolo nº 11024/2014, do Município de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhora Juliane Terezinha Reinehr Drescher;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Juliane Terezinha R. Drescher	Professora B	Professora C	B-1-I	C-1-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 05 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Prefeito Municipal

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicado na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 200/2014

DECRETO Nº 200/2014 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

"Dispõe sobre atribuição de Adicional de Titulação ao Servidor Público Municipal PAULO CEZAR BITTARELLO, e dá outras providências".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o anexo VI, do art. 9º e parágrafos da Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005, parágrafo 2º do art. 6º da Lei 692/2006 de 13 de abril de 2006, da Lei Complementar nº 007/2010,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica atribuído Adicional de Ensino Médio sobre o vencimento ao servidor PAULO CEZAR BITTARELLO de acordo com a especialização e respectiva percentual constante do anexo VI da Lei Complementar nº 684/2005.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta, 04 de dezembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 108/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 066/2014	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	108/2014
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA

Contratada	MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI – EPP. O presente contrato tem como objeto a outorga de Concessão de Uso de Torres e Equipamentos instalados na área rural do município de Serra Alta/SC, para exploração dos serviços de internet banda larga e de telefonia, utilizando a estrutura física e os equipamentos integrantes do patrimônio municipal.
Objeto.....	Parágrafo único. A exploração do serviço de internet e telefonia poderá se estender a todas as residências do município atingidas pelas antenas instaladas pelo município.  Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital da Licitação modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 066/2014, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.
Valor.....:	Os valores a serem repassados aos usuários interessados nos serviços, com o percentual de desconto já aplicado, são os seguintes: Serviço Internet Banda Larga 1Mb/s Internet Banda Larga 2Mb/s Telefone Telefone + Internet Banda Larga 1Mb/s Telefone + Internet Banda Larga 2Mb/s Instalação R\$ 139,50 R\$ 139,50 R\$ 279,00 R\$ 279,00 R\$ 279,00 Mensalidade R\$ 46,40 R\$ 55,70 R\$ 23,25 R\$ 55,70 R\$ 65,00  Valores das Ligações Fixo Local Fixo Brasil Móvel 49 Móvel Brasil R\$ 0,14 R\$ 0,26 R\$ 0,85 R\$ 1,16  Vigência: 08/12/2014 á 08/12/2024.
SERRA ALTA, 08 de dezembro de 2014.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 109/2014**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2014	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	109/2014
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada	DA SILVA E LAMB MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA LTDA EPP.
Objeto.....	<p>O presente contrato tem por objeto, a contratação de empresa do ramo de engenharia e ou/construção civil, para a Execução da Mão de Obra da Pintura Externa do Prédio do Centro Administrativo Municipal, a ser executada no Município de Serra Alta. A obra compreende uma área aproximada de 825,88m², de dois pavimentos, em alvenaria, localizada na Av. Dom Pedro II, 830, centro, e objetiva revitalizar a infraestrutura do prédio, protegendo e conservando o imóvel contra os efeitos da ação do tempo e clima que causaram trincas e fissuras no local. Os dados são de acordo com as especificações e quantidades contidas no memorial técnico descritivo, orçamento quantitativo e financeiro, composição do BDI, cronograma físico-financeiro global, em Anexo do Edital em comento.</p> <p>Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital da Licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2014, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.</p>
Valor.....:	O valor total global preposto para a execução da referida Obra é de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais).
Vigência....	08/12/2014 á 30/04/2015.
Dotação.....	<p>Orçamento vigente:</p> <p>03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DESENV. ECONÔMICO</p> <p>03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p>2.300 – Manutenção da Administração Geral - 4.4.90.00</p> <p>Despesa 8– DR 0001</p>
SERRA ALTA, 08 de dezembro de 2014.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2014**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2014	
EXTRATO PRIMEIRO ADITIVO CONTRATUAL	
1º Aditivo ao Contrato Nº:	035/2014
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada	LAURO MULLER & CIA LTDA ME.
Objeto.....	<p>O presente Aditamento Contratual tem por objeto:</p> <p>Alterar o § 1º do Item “4.1 da Cláusula Quarta – Do Objeto” relativo ao contrato nº 35/2014, com fundamentação legal no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“CLÁUSULA QUARTA - DO OBJETO”</p> <p>4.1.....</p> <p>§ 1º O presente contrato terá sua vigência ADITIVADA até o dia 31 de Dezembro de 2015, mantidas as mesmas condições do contrato inicial, representando economicidade para a Administração Municipal, em conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e de acordo com o previsto no Art. 57, inciso II e 8.883/94 e decisão nº 2.492/2006 do TCE/SC, dada a natureza continuada do serviço de transporte.</p>
Vigência....	31/12/2014 á 31/12/2015.
SERRA ALTA, 08 de dezembro de 2014.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2014**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014	
EXTRATO PRIMEIRO ADITIVO CONTRATUAL	
1º Aditivo ao Contrato Nº:	017/2014
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada	LAURO MULLER & CIA LTDA ME.
Objeto.....	<p>O presente Aditamento Contratual tem por objeto:</p> <p>Alterar o § 1º do Item "4.1 da Cláusula Quarta – Do Objeto" relativo ao contrato nº 17/2014, com fundamentação legal no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>"CLÁUSULA QUARTA - DO OBJETO"</p> <p>4.1.....</p> <p>§ 1º O presente contrato terá sua vigência ADITIVADA até o dia 31 de Dezembro de 2015, mantidas as mesmas condições do contrato inicial, representando economicidade para a Administração Municipal, em conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e de acordo com o previsto no Art. 57, inciso II e 8.883/94 e decisão nº 2.492/2006 do TCE/SC, dada a natureza continuada do serviço de transporte escolar.</p>
Vigência....	31/12/2014 á 31/12/2015.
SERRA ALTA, 08 de dezembro de 2014.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2013**

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2013	
EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL	
Quarto Aditivo ao Contrato Nº.:	14/2013
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada Empresa:	LAURO MULLER & CIA LTDA ME.
Objeto.....	<p>O presente Aditamento Contratual tem por objeto:</p> <p>1.1. Alterar o § 1º do item 4.2 da Cláusula Quarta – Do Objeto relativo ao prazo de vigência contratual oriundo do contrato nº 14/2013, com fundamentação legal no artigo 57 inciso II, da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>"CLÁUSULA QUARTA - DO OBJETO"</p> <p>§ 1º "O prazo contratual de execução inicialmente previsto para até 31 de Dezembro de 2014, fica por meio deste instrumento prorrogado para até 31 de Dezembro de 2015, mantidas as mesmas condições do contrato inicial seguido dos aditamentos, representando economicidade para a Administração Municipal, em conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e de acordo com o previsto no Art. 57, inciso II e 8.883/94 e decisão nº 2.492/2006 do TCE/SC, dada a natureza continuada do serviço de transporte escolar."</p> <p>Art. 57 inciso II – a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção dos preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses.</p>
SERRA ALTA, 08 de dezembro de 2014.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2013**

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2013	
EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL	
Quinto Aditivo ao Contrato Nº.:	15/2013
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada Empresa:	GENOIR BAMPI & CIA LTDA ME.
Objeto.....	<p>O presente Aditamento Contratual tem por objeto:</p> <p>1.1. Alterar o § 1º do item 4.2 da Cláusula Quarta – Do Objeto relativo ao prazo de vigência contratual oriundo do contrato nº 15/2013, com fundamentação legal no artigo 57 inciso II, da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“CLÁUSULA QUARTA - DO OBJETO”</p> <p>§ 1º “O prazo contratual de execução inicialmente previsto para até 31 de Dezembro de 2014, fica por meio deste instrumento prorrogado para até 31 de Dezembro de 2015, mantidas as mesmas condições do contrato inicial, representando economicidade para a Administração Municipal, em conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e de acordo com o previsto no Art. 57, inciso II e 8.883/94 e decisão nº 2.492/2006 do TCE/SC, dada a natureza continuada do serviço de transporte escolar.”</p> <p>Art. 57 inciso II – a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção dos preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses.</p>
SERRA ALTA/SC, 08 de dezembro de 2014.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA ALTA	

# Siderópolis

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.210 43/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.210 43/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZQ3846	55395057	28/02/2000	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLICIA

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.210 48/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.210 48/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZR2979	55394723	15/07/2000	66370	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.210 8/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.210 8/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZQ2652	55394258	26/12/1998	70300	244 * I	191.53
MCJ4860	55393982	30/07/1998	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLICIA

## Sombrio

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº. 237/2014

DECRETO Nº 237, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.  
CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO COORDENADORA E EXAMINADORA DOS PROCESSOS SELETIVOS 001 e 002/2014, PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES, AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA, SERVENTE/MERENDEIRAS, SERVIÇOS GERAIS E MONITOR DE OFICINAS PARA O EXERCÍCIO 2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Item VI, Art. 66 da Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída e nomeada a Comissão coordenadora e examinadora dos processos seletivos 001 e 002/2014 para a contratação temporária de professores, auxiliar de ensino da educação infantil e educação inclusiva, servente/merendeiras, serviços gerais e Monitor de Oficinas, para o exercício 2015, com os seguintes membros.

- Márcia Regina da Silva Coelho
- Andréia Hubert Santos
- Carine de Oliveira Teixeira
- Rosélia Aparecida Borges
- Jadna Clarice da Rosa
- Cristina Crecêncio Speck
- Cleonaldo Colares Coelho
- Graziela Caetano da Rosa
- Cristiane Flores de Medeiros
- Ana Rita Berto

§ 1º. A comissão Coordenadora e examinadora dos Processos Seletivos, cujas regras constarão de editais que foram publicados na imprensa oficial, será Coordenada pela Senhora Márcia Regina da Silva Coelho.

§ 2º. A Comissão fica autorizada a convocar outros servidores e assessoria técnica para participar da operacionalização deste processo seletivo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 28 de novembro de 2014.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria na data supra.

José Sidnei Januário  
Secretario Municipal de Finança, Administração e Planejamento

## Tigrinhos

### PREFEITURA

#### DECRETO 107/2014

DECRETO Nº. 107/2014, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELA UTILIZAÇÃO DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso I, da Lei Municipal nº 0731, de 27 de novembro de 2013 - Lei Orçamentária Anual.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROJ./ATIV.: 04.122.1002.2.014 - Manutenção da Secretaria de Administração

MODALIDADE: 3.3.90.0000 - Aplicações Diretas (8) R\$ 5.000,00

FONTE DE RECURSO: 0000 - Recursos Ordinários Livres

MODALIDADE: 4.4.90.0000 - Aplicações Diretas (9) R\$ 1.500,00

FONTE DE RECURSO: 0000 - Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.361.1005.2.113 - Manutenção do Ensino Fundamental

MODALIDADE: 3.1.90.0018 - Aplicações Diretas (41) R\$ 30.000,00

FONTE DE RECURSO: 0018 - Transferências do FUNDEB - Remuneração dos Prof. Magistério

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 08.244.1008.2.048 - Manutenção da Secretaria de Assistência Social

MODALIDADE: 3.3.90.0000 - Aplicações Diretas (75) R\$ 2.000,00

FONTE DE RECURSO: 0000 - Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 38.500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, ficam utilizados parte do recurso do Provável Excesso de Arrecadação apurado durante o exercício financeiro de 2014 na fonte 0000 - Recursos Ordinários Livres no valor de R\$ 8.500,00 e na fonte 0018 - Transferências do FUNDEB - Remuneração dos Prof. Magistério no valor de R\$ 30.000,00.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 08 de dezembro de 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DA LICITAÇÃO 53/2014 PP

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 53/2014 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios para alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino, Peti, alimentação dos alunos participantes do projeto Novo Amanhecer, manutenção das atividades do CRÁS – Centro de Referência da Assistência Social e das atividades da Melhor Idade, manutenção do Fundo Municipal de Saúde e da Administração Municipal.

Data da entrega dos envelopes: até as 08:00 horas do dia 18 de dezembro de 2014.

Data da abertura dos envelopes: as 08:00 horas do dia 18 de dezembro de 2014.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 – Centro, no município de Timbé do Sul/SC, no horário das 07:00 às 13:00 horas, em dias úteis, ou através do e-mail [licita@timbedosul.sc.gov.br](mailto:licita@timbedosul.sc.gov.br). Fone/fax (48) 3536-1133.

Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

## SAMAE - TIMBÉ DO SUL

### PORTARIA 15/2014

PORTARIA SAMAE N. 15/2014 05 de Dezembro de 2014.

Ricardo Stecanella, Diretor do SAMAE, no uso de suas atribuições legais; Considerando os termos do Decreto Municipal n. 126 de 01 de novembro de 1995 no seu Art. 78.

Considerando a necessidade de se manter o equilíbrio econômico financeiro da Autarquia, com base nos dados apurados nas planilhas de custo no decorrer dos últimos 12 meses.

#### RESOLVE:

Adequar a Tabela de Tarifas e Serviços praticados pelo SAMAE, com um reajuste de 8,07%, conforme especifica os anexos I, II, III, IV e V, para as contas vencíveis a partir de 01 de janeiro de 2015.

Ricardo Stecanella  
Diretor do SAMAE

## ANEXO II

### SAMAE DE TIMBÉ DO SUL/SC

ANEXO DA PORTARIA DO SAMAE N.º 15/2015 de 05 de Dezembro de 2014.

#### TARIFAS DE ÁGUA

Em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015.

#### FAIXA DE CONSUMO

#### VALOR TARIFÁRIO

#### CATEGORIA "A".

##### Residencial sem limitador de Consumo

Até 10m3.....	26,00
Acima De 10m3 .....	26,00+2,60 p/m³ excedente de 10m³.

#### CATEGORIA "B".

##### Comercial, Poderes Públicos e Industrial

Até 15m3 .....	38,75
Acima De 15m³.....	38,75 + 2,60 p/m³ excedente de 30m³.

#### CATEGORIA ESPECIAL

##### Residencial Social

Até 10m3 .....	13,00
Acima De 10m3.....	13,00 + 2,60 p/m³ excedente de 10m³.

#### OBSERVAÇÕES:

1 . A tarifa referente à prestação do serviço de esgoto sanitário corresponderá 80% (oitenta por cento) do valor do consumo de água respectivo, ressalvado os consumidores com sistemas próprios de abastecimento de água, para os quais, na falta de condições de medição, será aplicado o sistema de estimativa de acordo com o modelo estabelecido pelo ANEXO IV.

2 . Para efeito da cobrança das tarifas, as ligações provisórias, tais como para construções de qualquer natureza, feiras, circos, exposições, e similares, equiparam-se às da Categoria Comercial.

3 .Os valores serão estipulados por Portaria do Diretor do SAMAE.

# Timbó

## PREFEITURA

### **AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 14 2014 FUMTRAN - MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA, HORIZONTAL E VERTICAL**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 14/2014

OBJETO: aquisição de materiais para manutenção de sinalização viária de trânsito, vertical e horizontal, nas principais vias do Município de Timbó, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Trânsito (repetição parcial do pregão presencial - registro de preço nº 09/2014 FUMTRAN - com alterações). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h45min do dia 19 de dezembro de 2014. ABERTURA: dia 19 de dezembro de 2014 as 09h55min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br)

TIMBO (SC), 05/12/2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

### **DECRETO N.º 3.676 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO N.º 3.676 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

ALTERA a aprovação do loteamento de área urbana, feita pelo Decreto n.º 207/2002 de 23/01/2002, rerratificada pelo Decreto n.º 384/2002 de 08/10/2002.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V e art. 70, inciso I, alínea "m" da lei Orgânica do Município, pelo Legislativo Ordinária pertinente e,

DECRETA :

Artigo 1º - Fica ALTERADO o item 04 na alínea "a", do artigo 2º, do Decreto n.º 207 de 23/01/2002, que passa a ter a seguinte redação:

"04 - O lote nº 141 (cento e quarenta e um), tem a área total de 502,27m<sup>2</sup> (Quinhentos e dois metros e vinte e sete decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Rudolfo Borchardt, esquina com o lado ímpar da Rua Guaná; extremado na frente em 11,00m com o lado par da Rua Rudolfo Borchardt, mais 9,42m na curva de transição formada pelo lado ímpar da Rua Guaná; fundos extrema em 17,00m com o lote nº 42 do Loteamento Residencial Carajás, de propriedade de Raul Loes e Renaldo Giotti; lado direito extrema em 24,00m com o lado ímpar da Rua Guaná; lado esquerdo extrema em 30,00m com o lote nº 140."

Artigo 2º - Ficam ratificados os demais termos em todos seus artigos e parágrafo.

Artigo 3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 28 de novembro de 2014.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

### **DECRETO Nº 3664, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3664, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

Reajusta o preço da passagem no transporte coletivo urbano do Município de Timbó, a contar de 01 de dezembro de 2014.

O PREFEITO DE TIMBÓ/SC, no uso da competência privativa conferida pelo artigo 50, XX e XXV, c/c art. 70, Inciso I, alínea "i" e "n", da Lei Orgânica do Município, e fundamentada na Lei Complementar Municipal nº 256/2003, e Lei Federal nº 8.987/95; e

Considerando-se a concessão dos serviços públicos de transporte coletivo urbano, na forma da Licitação Concorrência Pública nº 036/2004 e Contrato Administrativo nº 20/2004;

Considerando-se que a empresa concessionária LANCATUR Transporte e Turismo Ltda, requereu o reajuste do preço praticado no Município, nos termos do contido na Cláusula Décima Nona do Contrato Administrativo nº 20/2004;

Considerando-se a demonstração da defasagem no preço atual pela planilha de custos do transporte coletivo urbano, apresentada pelo Departamento Municipal de Trânsito;

Considerando-se o Parecer Técnico favorável ao reajuste pelo Departamento Municipal de Trânsito e a necessidade de manutenção da viabilidade do sistema de transporte coletivo urbano, com o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão;

Considerando-se a prática anterior de aplicação de preços diferenciados a usuários estudantes, equiparando-os aos estudantes usuários

do transporte intermunicipal beneficiados pela Lei Estadual nº 5.684, de 09/05/80 e Decreto Estadual nº 12.601, de 06/11/80, consoante previsão do Edital de Licitação Concorrência Pública nº 036/2004 e Contrato Administrativo nº 20/2004;

DECRETA:

Art. 1º Fica reajustado para R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos), o valor da passagem cobrada pelo Transporte Coletivo Urbano, concedido para empresa LANCATUR Transporte e Turismo Ltda, através do Processo Licitatório - Concorrência Pública nº 36/2004, na cidade de Timbó-SC.

Parágrafo único. O aluno do Ensino Fundamental e Médio, devidamente matriculado, terá direito a desconto de R\$ 1,65 (um real e sessenta e cinco centavos), que representa 50% (cinquenta por cento) do valor da passagem prevista no caput deste artigo, mediante a aquisição de passe mensal, durante o período escolar, no trajeto escola-casa e vice-versa.

Art. 2º Revoga-se o Decreto nº 3357, de 17 de dezembro de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, gerando efeitos a contar de 01 de dezembro de 2014, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 8º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

## **DECRETO Nº 3665, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3665, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza a execução dos serviços de Transporte Individual de Passageiros (táxi) com a utilização da Bandeira II, em substituição a Bandeira I, no período de 1º a 31 de dezembro do corrente.

O PREFEITO DE TIMBÓ/SC em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe confere o art.50 c/c art.70, Inciso I, alíneas "i" e "n" da Lei Orgânica do Município, e

Considerando que o parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 2.506, de 22 de março de 2011, autoriza o poder público a fixar o uso tarifário da Bandeira II em substituição da Bandeira I em situações pontuais;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente na aplicação da medida,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a utilização da Bandeira II, em substituição a Bandeira I, no período de 1º a 31 de dezembro do corrente, para cobrança pelos serviços de transporte de passageiros em táxis no município de Timbó.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, gerando efeitos a contar de 1º de dezembro do corrente e condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 8º ano de Emancipação Política.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR

Prefeito de Timbó/SC

## **DIVULGA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DO EDITAL Nº 001/2014 DE PROCESSO SELETIVO**

Ato 012/SME/ED1/14

DIVULGA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DO EDITAL Nº 001/2014 DE PROCESSO SELETIVO

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do município de Timbó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Processo seletivo, torna público, conforme segue:

1. A Classificação Preliminar, já considerando os critérios de desempate, consta divulgada no anexo I deste edital, em ordem alfabética de cargos.

2. Os recursos contra a classificação preliminar poderão ser interpostos nos dias 08 e 09 de dezembro de 2014, nos termos do edital.

Timbó, 05 de Dezembro de 2014.

Secretário Municipal de Educação

Sergi Frederico Mengarda

ANEXO I DO ATO 012/SME/ED1/14  
CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DO EDITAL Nº 001/2014 DE PROCESSO SELETIVO

Auxiliar de Recreação Infantil   Ensino Médio									
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota		
8	23439	Camila Natally Gutz	22/02/1989	6	2,40	10	6,00	16	8,40
1	23389	Adriana Furlani Zatelli	01/06/1984	5	2,00	10	6,00	15	8,00
37	24366	Luciane Ewald Voltolini	14/09/1981	5	2,00	9	5,40	14	7,40
12	22802	Edineia Ficanha	17/02/1985	6	2,40	8	4,80	14	7,20
44	23563	Mayara Cristine De Borba	08/04/1988	6	2,40	8	4,80	14	7,20
52	22375	Rosane Terezinha Moreira Valerio	13/12/1990	6	2,40	8	4,80	14	7,20
33	23570	Katia De Silva Gibowski	13/01/1995	6	2,40	8	4,80	14	7,20
32	23725	Joice Bianca De Oliveira Vieira	21/06/1987	4	1,60	9	5,40	13	7,00
57	21610	Talita Viviani Manfrini	10/04/1995	4	1,60	9	5,40	13	7,00
9	25979	Cristiane Tomio	12/03/1985	5	2,00	8	4,80	13	6,80
48	24060	Pâmela Letícia Thurow Da Silva	03/05/1985	5	2,00	8	4,80	13	6,80
2	24536	Aline Sacht Vargas	28/02/1991	5	2,00	8	4,80	13	6,80
21	21844	Gesiele Samantha Dos Santos	10/05/1992	5	2,00	8	4,80	13	6,80
30	25042	Jéssica Maria Aparecida Machado Felipe	04/04/1993	5	2,00	8	4,80	13	6,80
13	25751	Eliana Aparecida Dalcas-tagne	04/01/1991	3	1,20	9	5,40	12	6,60
26	23448	Inês Zoboli Dallabona	16/06/1960	4	1,60	8	4,80	12	6,40
46	24213	Neiva Rosana Richter Crispim	24/11/1969	4	1,60	8	4,80	12	6,40
22	23810	Glauce Cordeiro Simm	22/04/1972	4	1,60	8	4,80	12	6,40
28	22538	Isabel Cristina Lima	03/04/1979	5	2,00	7	4,20	12	6,20
54	23094	Silmara Rodrigues Da Silva	15/09/1981	5	2,00	7	4,20	12	6,20
39	23274	Marcia Oberziner	21/02/1986	5	2,00	7	4,20	12	6,20
49	25858	Priscila Aparecida Lima Rodrigues	30/06/1990	5	2,00	7	4,20	12	6,20
36	25490	Lillian Schmidt Tomasoni	24/03/1961	3	1,20	8	4,80	11	6,00
29	24696	Janete Grether Melere	18/10/1971	3	1,20	8	4,80	11	6,00
4	25953	Andrea Campestrini	25/09/1975	3	1,20	8	4,80	11	6,00
59	24099	Vanessa Martoffel	27/09/1980	3	1,20	8	4,80	11	6,00

43	25405	Martina Larissa Duve	27/02/1987	3	1,20	8	4,80	11	6,00
17	22690	Elizete De Almeida	17/10/1989	3	1,20	8	4,80	11	6,00
47	22409	Nicole Alvares Sprung	29/10/1995	3	1,20	8	4,80	11	6,00
6	23945	Arlete Faez Rocha	15/09/1967	6	2,40	6	3,60	12	6,00
41	25414	Maria Da Gloria Marcondes Martinson	01/05/1957	4	1,60	7	4,20	11	5,80
11	24485	Diangela Danubia Maas Nones	30/03/1981	4	1,60	7	4,20	11	5,80
50	24208	Rafaela Bittencourt Bernardo	14/03/1989	4	1,60	7	4,20	11	5,80
20	24616	Gabriela Mendonça Pereira Gomes	02/12/1993	4	1,60	7	4,20	11	5,80
53	23318	Samara Luiza Riola	09/08/1994	4	1,60	7	4,20	11	5,80
58	24345	Valdiria Maas Sprung	27/08/1980	2	0,80	8	4,80	10	5,60
45	24510	Nádia Karla Starke Sadlovski	09/09/1975	5	2,00	6	3,60	11	5,60
14	23032	Eliane Slomp	16/07/1965	3	1,20	7	4,20	10	5,40
19	23494	Fernanda Moreira De Castro Pereira	26/09/1992	3	1,20	7	4,20	10	5,40
27	23474	Irani Roeder	01/10/1974	4	1,60	6	3,60	10	5,20
56	21731	Solecir Terezinha Da Silva	27/08/1994	5	2,00	5	3,00	10	5,00
7	25160	Camila Hinsching	03/06/1991	3	1,20	6	3,60	9	4,80
42	24308	Marlise Clara Nolli	15/05/1968	1	0,40	7	4,20	8	4,60
25	23978	Ihara Radunz Vestewig	25/04/1975	4	1,60	5	3,00	9	4,60
34	22472	Kellen Aparecida Valerio Dias	21/06/1983	4	1,60	5	3,00	9	4,60
18	22629	Fabiana Regina Vansuit	07/11/1988	2	0,80	6	3,60	8	4,40
38	24449	Manoela Priscila Da Silva	27/06/1995	2	0,80	6	3,60	8	4,40
10	23701	Debora Rafaela Roedel	15/12/1995	2	0,80	6	3,60	8	4,40
3	25109	Amanda Farias Simões	08/07/1987	3	1,20	5	3,00	8	4,20
35	23153	Kelly Terezinha Hilario Brandão	14/09/1987	1	0,40	6	3,60	7	4,00
15	23659	Elisabeth Michelle Bruske Lenzi Kienen	11/07/1979	3	1,20	4	2,40	7	3,60
55	24241	Silvana Avancini Werner	07/08/1979	3	1,20	3	1,80	6	3,00
24	25556	Grazielli Oliveira	25/10/1989	2	0,80	3	1,80	5	2,60
5	26129	Angelica Latzke	16/05/1990	0	0,00	0	0,00	0	Ausente
16	23801	Elisângela Gisele Gretter	13/01/1983	0	0,00	0	0,00	0	Ausente

23	26268	Graciela Regina Dietrich	24/09/1979	0	0,00	0	0,00	0	Ausente
31	24663	Jeniffer Regina Campestrini	22/07/1993	0	0,00	0	0,00	0	Ausente
40	25427	Maria Cristina Marcondes Dos Santos	21/04/1954	0	0,00	0	0,00	0	Ausente
51	24768	Rafaela De Fatima Leandro	19/06/1990	0	0,00	0	0,00	0	Ausente
Auxiliar Operacional I   Alfabetizado									
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota		
60	23799	Adilvo Feltrin	14/10/1964	10	4,00	10	6,00	20	10,00
100	23811	Maria Heck Manske	13/03/1964	9	3,60	10	6,00	19	9,60
84	21651	Jucélia Antonia De Vargas Soares	28/06/1981	9	3,60	10	6,00	19	9,60
97	22493	Marcia Regina Biz Ropelatto	05/12/1976	10	4,00	9	5,40	19	9,40
79	23931	Heleinice De Fatima Moreira Martins	29/06/1967	8	3,20	10	6,00	18	9,20
111	23527	Rita Pieritz	14/05/1945	9	3,60	9	5,40	18	9,00
67	23967	Cristiane Cardozo	15/09/1968	9	3,60	9	5,40	18	9,00
114	23140	Rosimeri Ferreira Da Silva	17/02/1989	7	2,80	10	6,00	17	8,80
104	22428	Márcia Feltrin Müller	03/08/1979	10	4,00	8	4,80	18	8,80
75	23649	Elza Valadares Alvarenga Dutton	13/04/1967	8	3,20	9	5,40	17	8,60
116	23068	Sandra Monika Ewers Mohr	03/05/1972	8	3,20	9	5,40	17	8,60
113	24501	Rosely Ferrari Gonçalves	04/01/1977	8	3,20	9	5,40	17	8,60
88	25352	Kelly Juliana Wiergutz Grassmann	06/06/1983	8	3,20	9	5,40	17	8,60
123	23106	Thandriane Laisy Prestes Prochnow	22/07/1987	8	3,20	9	5,40	17	8,60
121	21705	Sueli Maria Pellin Lourenço	15/05/1959	6	2,40	10	6,00	16	8,40
66	24049	Cenir Aparecida Iglkoski Lavinski	14/12/1969	6	2,40	10	6,00	16	8,40
76	22397	Emilene Monteiro Da Cunha Meliorini	20/05/1983	9	3,60	8	4,80	17	8,40
94	23841	Luiz Carlos Manske	28/10/1964	7	2,80	9	5,40	16	8,20
128	23419	Wanderléia Maria Oribka	17/05/1989	7	2,80	9	5,40	16	8,20
89	22660	Lara Maria Giovanella	18/02/1971	8	3,20	8	4,80	16	8,00
118	23639	Simone Bondi De Carvalho De Cristo	15/04/1975	8	3,20	8	4,80	16	8,00
74	21988	Eliane Gonçalves De Liz	28/10/1978	9	3,60	7	4,20	16	7,80

126	23949	Veronica Santos Da Silveira	28/02/1957	7	2,80	8	4,80	15	7,60
112	23509	Roseli Maria Ropelatto	18/10/1961	7	2,80	8	4,80	15	7,60
95	21732	Mara Lucia Dalabona	03/12/1973	7	2,80	8	4,80	15	7,60
83	22031	Jandira Isabela Frusina	28/01/1978	7	2,80	8	4,80	15	7,60
109	23772	Patricia Mattiello Andreazza	24/09/1988	7	2,80	8	4,80	15	7,60
63	25049	Andréa Beatriz Fachini	07/11/1977	8	3,20	7	4,20	15	7,40
64	23641	Andréia Dos Santos	11/01/1978	8	3,20	7	4,20	15	7,40
96	23566	Marcia Cristina Klein Hickmann	13/07/1980	8	3,20	7	4,20	15	7,40
108	23941	Patricia Bolduan	26/04/1990	6	2,40	8	4,80	14	7,20
61	23110	Alzira Brehmer	10/01/1956	9	3,60	6	3,60	15	7,20
124	26026	Valdir Regue	04/04/1967	7	2,80	7	4,20	14	7,00
71	22098	Dirce Soraya Janke	02/10/1968	7	2,80	7	4,20	14	7,00
68	25273	Daniella Rodrigues Carvalho	25/09/1981	7	2,80	7	4,20	14	7,00
78	24619	Glaucia Oliveira Da Silva	03/01/1993	5	2,00	8	4,80	13	6,80
73	21741	Eli Aguinalda Pfleger Eger	29/07/1961	8	3,20	6	3,60	14	6,80
103	21674	Marly Barreto Dos Santos	17/08/1968	8	3,20	6	3,60	14	6,80
127	23524	Veronica Sepka	19/06/1962	6	2,40	7	4,20	13	6,60
106	24956	Monica Petters	05/09/1985	6	2,40	7	4,20	13	6,60
77	24540	Franciani Dutra Ribeiro Borges	10/12/1987	6	2,40	7	4,20	13	6,60
85	24487	Juliana Valões	19/08/1986	4	1,60	8	4,80	12	6,40
125	21639	Vera Kretz	01/05/1961	5	2,00	7	4,20	12	6,20
93	21456	Lucilene Amadeu Do Nascimento	27/09/1978	5	2,00	7	4,20	12	6,20
115	24191	Rovena Uecker Kruger	26/01/1960	3	1,20	8	4,80	11	6,00
80	25069	Isanete Marcia Riola	18/03/1975	3	1,20	8	4,80	11	6,00
98	24489	Marcos Feliciano Domela	09/08/1974	6	2,40	6	3,60	12	6,00
62	23276	Ana Maria Rodrigues Da Silva	25/11/1973	4	1,60	7	4,20	11	5,80
101	22392	Maristela Aparecida Rincão	22/05/1977	4	1,60	7	4,20	11	5,80
72	24941	Edilse Maria Leske	22/10/1971	5	2,00	6	3,60	11	5,60
86	24172	Juliane Hoffmann	16/01/1991	5	2,00	6	3,60	11	5,60
65	23663	Carol Gatti De Amorim	01/12/1993	5	2,00	6	3,60	11	5,60
110	23721	Pedro Paul	11/12/1962	3	1,20	7	4,20	10	5,40
107	24973	Nair João Da Silva Ribeiro	09/10/1962	5	2,00	5	3,00	10	5,00

91	25397	Lindamira Aparecida Ribeiro	01/02/1973	5	2,00	5	3,00	10	5,00
82	23272	Jacira Rodrigues Da Silva	28/09/1977	3	1,20	5	3,00	8	4,20
105	26048	Monica Knoop	17/11/1995	4	1,60	4	2,40	8	4,00
87	25506	Jusselina Loureiro Sampaio	19/12/1972	1	0,40	5	3,00	6	3,40
120	24340	Sirlei Garcia	15/09/1973	2	0,80	4	2,40	6	3,20
102	21566	Marlise Pinheiro	11/04/1995	3	1,20	3	1,80	6	3,00
92	21663	Lourdes Dallabona	14/01/1960	1	0,40	4	2,40	5	2,80
99	22316	Maria De Lourdes Vitorino Da Silva	24/03/1959	2	0,80	3	1,80	5	2,60
70	25406	Dilma Chequeto	10/08/1957	1	0,40	1	0,60	2	1,00
69	23911	Delia Coelho Dos Santos	30/05/1982	0	0,00	0	0,00	0	Ausente
81	24274	Ivanildes Maria Moreira	19/04/1958	0	0,00	0	0,00	0	Ausente
90	24945	Leonercio Riola	24/01/1969	0	0,00	0	0,00	0	Ausente
117	23465	Selma Da Silva	08/01/1949	0	0,00	0	0,00	0	Ausente
119	22688	Simone Felipe Cristofolini	09/09/1977	0	0,00	0	0,00	0	Ausente
122	21863	Tânia Mariza Coelho	23/12/1972	0	0,00	0	0,00	0	Ausente

## Educador Infantil (habilitado) | Ensino Médio

Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	NPE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota		
131	25639	Amanda Rogéria Bona	14/03/1984	5	2,00	10	6,00	15	8,00
142	24849	Cinira Olinda Busarello	10/09/1985	5	2,00	10	6,00	15	8,00
161	23556	Janara Thaís Maas	11/02/1992	6	2,40	9	5,40	15	7,80
166	25504	Joyce Aparecida Paul	16/08/1992	5	2,00	9	5,40	14	7,40
208	25198	Vera Wetzel	26/05/1978	8	3,20	7	4,20	15	7,40
187	23703	Priscila Deckmann Da Silva	05/05/1990	6	2,40	8	4,80	14	7,20
181	24747	Morgana Valcanaia	22/05/1991	6	2,40	8	4,80	14	7,20
144	21506	Danielle Cristina Barth	15/03/1992	6	2,40	8	4,80	14	7,20
168	24078	Juliete Menestrina	24/08/1992	6	2,40	8	4,80	14	7,20
153	21813	Franciele Moreira Dos Santos	13/07/1995	6	2,40	8	4,80	14	7,20
182	23998	Nelci Magalhães De Abreu	06/01/1963	4	1,60	9	5,40	13	7,00
156	24289	Graziele Krause Bittencourt	18/04/1985	7	2,80	7	4,20	14	7,00
152	23545	Fabiane Luiza Bee Pereira	09/11/1976	3	1,20	9	5,40	12	6,60
188	25256	Priscila Maria Branco Pereira	27/02/1983	3	1,20	9	5,40	12	6,60
162	24928	Jaqueline Von Zeschau	09/01/1990	3	1,20	9	5,40	12	6,60

157	21427	Grazielle Klitzke Klug	09/04/1980	6	2,40	7	4,20	13	6,60
137	25505	Aparecida Bule Tavares	15/06/1959	4	1,60	8	4,80	12	6,40
194	21841	Sandra Eliane Stasaitis Nunes	20/07/1973	4	1,60	8	4,80	12	6,40
147	24048	Eliane Norato	25/07/1984	4	1,60	8	4,80	12	6,40
171	21587	Kathleen Oliveira Krankel Pasquali	02/05/1986	4	1,60	8	4,80	12	6,40
148	22554	Elis Regina Furlanetto Peroza	16/03/1987	4	1,60	8	4,80	12	6,40
133	21622	Andréa Queiroz Dos Santos	08/11/1987	4	1,60	8	4,80	12	6,40
146	25528	Dirlene Nunes Ribeiro	04/09/1989	4	1,60	8	4,80	12	6,40
206	23765	Vanessa Pachter Stolf	17/12/1992	4	1,60	8	4,80	12	6,40
200	22878	Tayane Catafesta	03/01/1994	4	1,60	8	4,80	12	6,40
198	24493	Sonia Gonçalves Ribeiro	02/02/1970	2	0,80	9	5,40	11	6,20
209	23757	Zenir Rohling Bechtold	27/05/1971	5	2,00	7	4,20	12	6,20
135	23470	Angela Ferrari	11/01/1974	5	2,00	7	4,20	12	6,20
151	25152	Eva Luana Ponath	07/07/1984	5	2,00	7	4,20	12	6,20
196	22840	Silvana Kemper	10/03/1989	6	2,40	6	3,60	12	6,00
164	25890	Jennifer Maschio Brucker	11/10/1989	6	2,40	6	3,60	12	6,00
178	22271	Maristela Weiss	27/03/1966	4	1,60	7	4,20	11	5,80
191	22240	Rosana Vailati Fusinato	11/02/1970	4	1,60	7	4,20	11	5,80
175	24063	Luciane Janke	23/11/1975	4	1,60	7	4,20	11	5,80
173	22748	Lúcia Helena Lenzi	26/09/1980	4	1,60	7	4,20	11	5,80
202	22669	Ursula Andreazza Cristofolini	14/01/1981	4	1,60	7	4,20	11	5,80
167	22439	Juliana Teicovski Da Silva	27/09/1987	4	1,60	7	4,20	11	5,80
163	23722	Jéssica Popowicz	14/01/1991	4	1,60	7	4,20	11	5,80
184	22808	Patricia Regina Felippi	19/12/1991	4	1,60	7	4,20	11	5,80
145	21896	Darciele Schlueter	29/11/1996	4	1,60	7	4,20	11	5,80
195	24660	Scheila Cristina Zomer	29/03/1984	2	0,80	8	4,80	10	5,60
140	24342	Élida Maria De Mélo Ferreira	28/10/1965	5	2,00	6	3,60	11	5,60
174	22986	Luciana Cristina Lazzarini Felippi	22/12/1978	5	2,00	6	3,60	11	5,60
132	25147	Ana Paula De Mendonça Ferreira Moura	26/02/1983	5	2,00	6	3,60	11	5,60
189	21501	Priscila Rope-lato	06/06/1992	5	2,00	6	3,60	11	5,60
143	22146	Daiane Jaeger	31/07/1993	5	2,00	6	3,60	11	5,60

134	23597	Andressa De Andrade	23/03/1994	5	2,00	6	3,60	11	5,60
180	22187	Monica De Lima Miranda Silva	30/07/1973	3	1,20	7	4,20	10	5,40
169	23958	Jusceli Aparecida De Oliveira	15/08/1974	3	1,20	7	4,20	10	5,40
204	23101	Vanderleia Wolter	05/01/1983	3	1,20	7	4,20	10	5,40
130	23356	Alinne Tatiane Marcarini	29/05/1984	3	1,20	7	4,20	10	5,40
155	22714	Gilberto José Gomes	26/07/1978	6	2,40	5	3,00	11	5,40
205	25954	Vanessa Fernanda Kannenberg	15/10/1984	6	2,40	5	3,00	11	5,40
197	23492	Silvana Macedo Dos Santos Costa	18/05/1965	4	1,60	6	3,60	10	5,20
150	24064	Emilia Odorizzi	26/11/1968	4	1,60	6	3,60	10	5,20
176	25250	Luiza Maria Marques	20/05/1981	4	1,60	6	3,60	10	5,20
149	23377	Emanuela Aparecida Cristofolini	12/08/1983	4	1,60	6	3,60	10	5,20
183	24957	Nilceia Alves Da Silva	12/06/1985	5	2,00	5	3,00	10	5,00
165	21929	Joseane De Oliveira	12/10/1986	5	2,00	5	3,00	10	5,00
177	24862	Luzia Doraci Cunha	13/12/1959	3	1,20	6	3,60	9	4,80
203	23089	Vanderleia Da Silva Melo Tessmann	02/11/1976	3	1,20	6	3,60	9	4,80
193	23591	Rosely Maria Habitzreuter Bublitz	26/03/1982	3	1,20	6	3,60	9	4,80
201	21539	Thâmis Lehmkuhl De Souza Travaglia	12/07/1987	3	1,20	6	3,60	9	4,80
139	21694	Arlene Krüger	16/08/1955	4	1,60	5	3,00	9	4,60
159	22739	Isolde Tessaroli Leitemperger	03/06/1967	4	1,60	5	3,00	9	4,60
136	22842	Angelita De Souza Purim	21/10/1978	4	1,60	5	3,00	9	4,60
190	23428	Renilda Batista Wenceslau	20/02/1974	2	0,80	6	3,60	8	4,40
129	24706	Adriana Silva Beccari Luz	01/09/1974	2	0,80	6	3,60	8	4,40
185	23537	Pâmela Cristina Backes	02/02/1991	2	0,80	6	3,60	8	4,40
154	21530	Francielle Talita Pegoretti	16/03/1994	2	0,80	6	3,60	8	4,40
199	25932	Stifani Inês Luft	05/08/1981	5	2,00	4	2,40	9	4,40
207	23080	Vanusa Wolter	24/09/1986	5	2,00	4	2,40	9	4,40
179	23898	Meri Favero Teschner	01/05/1980	3	1,20	5	3,00	8	4,20
160	25707	Jaciara Paola Bell Saraiva	23/06/1992	3	1,20	5	3,00	8	4,20
186	26286	Pricilla Kelle Pereira	20/11/1986	4	1,60	4	2,40	8	4,00

192	21453	Roselandy C.dos S.demonti	28/12/1971	2	0,80	5	3,00	7	3,80
138	24047	Arlete Do Rocio Coelho Bueno	12/03/1973	2	0,80	5	3,00	7	3,80
210	24603	Zuleica Nass Raasch	20/08/1980	2	0,80	5	3,00	7	3,80
141	24490	Bernadete Vinharski	24/02/1966	0	0,00	0	0,00	0	Ausente
158	23287	Isabel Cristina Tomaselli Fernandes	28/10/1965	0	0,00	0	0,00	0	Ausente
170	23743	Jusielle Mirle- ne Janke	09/06/1992	0	0,00	0	0,00	0	Ausente
172	25856	Katia Cilene Iaghi Leite	11/03/1972	0	0,00	0	0,00	0	Ausente

## Educador Infantil (não-habilitado) | Ensino Médio

Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota		
214	23913	Ana Paula Da Silva Agostini	25/07/1982	7	2,80	8	4,80	15	7,60
218	22247	Carla Juliana Carlos De Maria	26/05/1986	5	2,00	9	5,40	14	7,40
234	26204	Helena Scoz	07/08/1985	6	2,40	8	4,80	14	7,20
256	26005	Tatiane Josieli Nieckarz	14/05/1993	6	2,40	8	4,80	14	7,20
247	25225	Marcia Maria Rosa	12/11/1965	5	2,00	8	4,80	13	6,80
259	22588	Viviana Ligia Zimath Hiller	06/02/1985	5	2,00	8	4,80	13	6,80
257	23483	Tuane Naiara Müller	20/06/1991	5	2,00	8	4,80	13	6,80
246	21647	Maisa Wisen- theiner	13/12/1992	5	2,00	8	4,80	13	6,80
232	25896	Francielle Carla Rosa Hessmann	06/09/1984	3	1,20	9	5,40	12	6,60
212	23332	Aline Lima De Oliveira Klemz	30/05/1972	6	2,40	7	4,20	13	6,60
261	22058	Werlany Silva Teixeira Campos	15/07/1975	6	2,40	7	4,20	13	6,60
240	26166	Kauana Lu- chtenberg	06/11/1995	6	2,40	7	4,20	13	6,60
233	25150	Giovana Tillmann Hins- ching	10/08/1973	4	1,60	8	4,80	12	6,40
252	21702	Scheila Patri- cia Zichuhr	26/10/1991	2	0,80	9	5,40	11	6,20
237	22587	Jandira Pitan Pasquali	11/01/1979	5	2,00	7	4,20	12	6,20
260	22598	Wanessa Giovanna Bo- ettger Frainer	19/02/1979	5	2,00	7	4,20	12	6,20
215	22485	Bianca Matos Costa	10/01/1989	5	2,00	7	4,20	12	6,20
220	25853	Cheila Oliveira Freitas Teske	10/12/1989	5	2,00	7	4,20	12	6,20
239	21816	Jaqueline Zambon	31/10/1991	5	2,00	7	4,20	12	6,20

243	22338	Liliane De C Rodrigues Vital	26/07/1984	3	1,20	8	4,80	11	6,00
248	21555	Marceli Taise Voss	14/10/1991	3	1,20	8	4,80	11	6,00
223	21448	Débora Cristina Da Silva	04/07/1994	6	2,40	6	3,60	12	6,00
211	23141	Adriana Gonçalves De Andrade Baldo	11/06/1976	4	1,60	7	4,20	11	5,80
229	23103	Eunice Gomes De Araujo Cazita	01/05/1977	4	1,60	7	4,20	11	5,80
245	25601	Maike Gielow	14/09/1986	4	1,60	7	4,20	11	5,80
250	25664	Nayara Regina Lucio	30/07/1990	4	1,60	7	4,20	11	5,80
216	25193	Camila Ninow	16/11/1994	4	1,60	7	4,20	11	5,80
227	26185	Emilia Caroline Andruchehen	21/02/1996	4	1,60	7	4,20	11	5,80
236	25164	Jamaica Suellen Bell Saraiva	23/06/1992	2	0,80	8	4,80	10	5,60
238	23864	Janice Voigtlander	01/10/1976	5	2,00	6	3,60	11	5,60
221	22185	Cristina Isabel Campestrini	10/06/1985	5	2,00	6	3,60	11	5,60
235	23739	Heltrud Schutze Hennings	15/04/1951	3	1,20	7	4,20	10	5,40
226	25716	Elisângela Gisele Gretter	13/01/1983	6	2,40	5	3,00	11	5,40
253	24056	Simone Kuester Neves	01/10/1987	6	2,40	5	3,00	11	5,40
230	25618	Franceli Aparecida Moraes	23/01/1982	1	0,40	8	4,80	9	5,20
219	25916	Carmelita Maria Correia Roeder	17/12/1963	4	1,60	6	3,60	10	5,20
244	23391	Luciane De Freitas Brehmer	28/12/1983	4	1,60	6	3,60	10	5,20
213	21672	Ana Lécia De Araújo Krambeck	30/04/1981	3	1,20	6	3,60	9	4,80
228	25620	Erica Patricia Gomes Barbosa	11/07/1975	6	2,40	4	2,40	10	4,80
255	23773	Tatiana Cristina Catafesta Lenzi	07/01/1984	1	0,40	7	4,20	8	4,60
254	25041	Suellen Gebhardt	02/07/1995	1	0,40	7	4,20	8	4,60
231	21893	Franciane Gisele Begalke Meneghelli	15/08/1986	4	1,60	5	3,00	9	4,60
222	22903	Dayana Priscilla Dorigatti Maukiewicz	26/04/1986	4	1,60	4	2,40	8	4,00
224	21612	Diessica R. M. Z Giovanella	19/10/1988	5	2,00	3	1,80	8	3,80
217	25525	Camila Tamara Tambosi Sardagna	16/08/1995	0	0,00	0	0,00	0	Ausente
225	22164	Eliane Sandri	13/02/1993	0	0,00	0	0,00	0	Ausente
241	26103	Laura De Oliveira Agostini	02/12/1991	0	0,00	0	0,00	0	Ausente

242	23363	Lia Mara Hamann Thurow	30/12/1989	0	0,00	0	0,00	0	Ausente
249	22921	Nadia Djanira Santos De Jesus Rocha	02/09/1981	0	0,00	0	0,00	0	Ausente
251	23562	Scarlett Oliveira Mota	26/07/1995	0	0,00	0	0,00	0	Ausente
258	23012	Valmiria Zickuhr	04/12/1976	0	0,00	0	0,00	0	Ausente

Professor - Artes - para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	NPE	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
269	23271	Kátia Milena Becker Pedroso	03/04/1984	5	2,50	13	6,50	18	9,00	1,50	10,50
278	23288	Vivian De Tofol Hansen	07/11/1977	5	2,50	11	5,50	16	8,00	2,50	10,50
279	22579	Yana Batista	26/03/1988	3	1,50	12	6,00	15	7,50	2,50	10,00
268	22452	Francine Marta Bianchini Ferrari	03/05/1982	4	2,00	11	5,50	15	7,50	2,50	10,00
275	23204	Sueli De Lourdes Ropke Valcanaia	01/01/1900	5	2,50	10	5,00	15	7,50	2,50	10,00
270	23635	Keity Naira Girardi	02/04/1985	4	2,00	12	6,00	16	8,00	1,50	9,50
271	21603	Maria De Fátima Ferrari	24/06/1955	5	2,50	11	5,50	16	8,00	1,50	9,50
266	24637	Eliana Radwanski	24/06/1977	5	2,50	13	6,50	18	9,00	0,00	9,00
272	23908	Moara De Oliveira Gustmann	26/02/1985	5	2,50	13	6,50	18	9,00	0,00	9,00
277	23357	Tayla Branco Gesser	28/07/1989	5	2,50	13	6,50	18	9,00	0,00	9,00
267	23314	Flavia Menezina	16/10/1989	4	2,00	12	6,00	16	8,00	1,00	9,00
274	22016	Rogeria Aparecida Borges De Lima Ribeiro	18/03/1977	4	2,00	11	5,50	15	7,50	1,00	8,50
262	23515	Ana Lucia Caetano Bergamo	28/03/1974	5	2,50	10	5,00	15	7,50	0,00	7,50
264	25928	Bruna Hedler	06/09/1988	5	2,50	10	5,00	15	7,50	0,00	7,50
265	24785	Cleusa Bet	10/04/1972	3	1,50	9	4,50	12	6,00	1,00	7,00
273	25154	Paulo Lacerda	27/09/1971	4	2,00	8	4,00	12	6,00	0,00	6,00
276	23486	Suellen Priscila Stein	07/05/1992	4	2,00	7	3,50	11	5,50	0,00	5,50
263	21742	Antonio Cesar Wadowsky	04/02/1986	2	1,00	7	3,50	9	4,50	0,00	4,50

Professor - Artes - para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (não-habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
281	22401	Dorisete Romilda Perini Ferrari	31/07/1973	5	2,50	11	5,50	16	8,00	1,00	9,00
292	21629	Maytê Mittelmann	04/02/1992	3	1,50	14	7,00	17	8,50	0,00	8,50
284	25747	Emanuel Lemos Menezes	18/02/1981	5	2,50	12	6,00	17	8,50	0,00	8,50
291	23622	Maria De Fátima Portela Jaepelt	04/09/1959	4	2,00	12	6,00	16	8,00	0,00	8,00
293	25872	Rafael Lira	20/01/1985	5	2,50	11	5,50	16	8,00	0,00	8,00
289	25691	Jocinei Langa	12/04/1991	4	2,00	11	5,50	15	7,50	0,00	7,50
290	25076	Juliani Soares Marques	26/04/1981	5	2,50	9	4,50	14	7,00	0,00	7,00
285	22469	Fagner Luiz Silva	25/07/1989	5	2,50	9	4,50	14	7,00	0,00	7,00
282	23529	Eduarda Butzke	12/09/1995	3	1,50	10	5,00	13	6,50	0,00	6,50
287	25444	Greicy Rosaly Bileski Gomes Carbone	06/05/1983	5	2,50	8	4,00	13	6,50	0,00	6,50
294	25344	Viviane Gadotti	20/04/1989	3	1,50	9	4,50	12	6,00	0,00	6,00
280	23444	Carolina Torres Maciel Da Silva	09/10/1987	2	1,00	7	3,50	9	4,50	1,00	5,50
288	23805	João Victor Teikoski	28/11/1996	5	2,50	6	3,00	11	5,50	0,00	5,50
283	26147	Elaine Regina Andruchchen	31/01/1994	2	1,00	7	3,50	9	4,50	0,00	4,50
286	25030	Gabriela Girardi	27/01/1995	4	2,00	4	2,00	8	4,00	0,00	4,00
Professor - Ciências - para Ensino Fundamental (habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
303	24953	Schirley Pasquali	01/01/1900	5	2,50	13	6,50	18	9,00	2,50	11,50
299	21559	Lidia Ketlyn Heinig	09/10/1984	5	2,50	13	6,50	18	9,00	1,50	10,50
302	22255	Pâmela Eduarda Maass	06/07/1992	4	2,00	15	7,50	19	9,50	0,50	10,00
304	24647	Wiliam Bezerra De Sant'anna	11/07/1981	5	2,50	14	7,00	19	9,50	0,00	9,50
301	21915	Pathyra Salvador Motta Teixeira	17/10/1986	4	2,00	12	6,00	16	8,00	1,00	9,00

295	25534	André Costa De Azevedo	25/01/1980	5	2,50	11	5,50	16	8,00	1,00	9,00
298	26214	Fabiana Machado Butzke	06/01/1978	5	2,50	12	6,00	17	8,50	0,00	8,50
297	21914	Evelyn Vieira Hass	18/06/1983	5	2,50	10	5,00	15	7,50	1,00	8,50
300	23340	Maike Sabrine Corrêa Venturi	29/04/1988	5	2,50	8	4,00	13	6,50	2,00	8,50
296	24091	Carla Kuhl	16/10/1961	4	2,00	8	4,00	12	6,00	1,00	7,00
Professor - Ciências - para Ensino Fundamental (não-habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
305	25796	Antonio Marcos Alves	05/01/1976	5	2,50	12	6,00	17	8,50	0,00	8,50
306	23139	Cleicieli Aparecida Ermonge	15/11/1992	4	2,00	10	5,00	14	7,00	0,00	7,00
307	22473	Daniela Deise Schroeder	03/07/1988	4	2,00	9	4,50	13	6,50	0,00	6,50
Professor - Educação Física - para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
313	21540	Analú Lenzi Kleinschmidt	30/08/1983	5	2,50	15	7,50	20	10,00	2,50	12,50
315	22270	André Anastacio	06/08/1975	5	2,50	13	6,50	18	9,00	2,50	11,50
333	22941	Karine Constantino	22/04/1984	5	2,50	13	6,50	18	9,00	2,50	11,50
335	21596	Kimberley Batista Da Silva Segundo	31/12/1982	4	2,00	14	7,00	18	9,00	2,00	11,00
311	21544	Aline Mit-tank	21/10/1988	5	2,50	14	7,00	19	9,50	1,50	11,00
330	23182	John Elington Trisotto	05/05/1986	5	2,50	12	6,00	17	8,50	2,50	11,00
322	21796	Emir José Felski Agostini	09/05/1952	4	2,00	14	7,00	18	9,00	1,50	10,50
343	21444	Maristela Siewert	01/05/1987	5	2,50	13	6,50	18	9,00	1,50	10,50
308	24723	Ademir Luiz Manfrini	20/06/1953	4	2,00	12	6,00	16	8,00	2,50	10,50
339	24034	Manoel Henrique Peixoto Da Cunha	05/02/1973	5	2,50	12	6,00	17	8,50	2,00	10,50
324	21500	Francieli Elaine Tais	26/10/1986	2	1,00	13	6,50	15	7,50	2,50	10,00
334	21593	Kelly Tician Schumann	14/03/1982	5	2,50	12	6,00	17	8,50	1,50	10,00
319	23028	Diogo Augusto Moser	16/02/1984	4	2,00	12	6,00	16	8,00	1,50	9,50

314	21451	Anderson Inacio Migliorini	22/10/1987	5	2,50	12	6,00	17	8,50	1,00	9,50
323	25296	Fernanda Dalpiaz Hendges	28/01/1988	5	2,50	11	5,50	16	8,00	1,50	9,50
352	23368	Tiago Schulz	26/12/1989	4	2,00	10	5,00	14	7,00	2,50	9,50
318	25561	Diego Francisco Catão	21/12/1985	4	2,00	14	7,00	18	9,00	0,00	9,00
347	24995	Samara Thays Zermiani	19/03/1993	4	2,00	14	7,00	18	9,00	0,00	9,00
341	23222	Marcondes Faggiani	08/03/1969	5	2,50	12	6,00	17	8,50	0,50	9,00
321	24168	Emerson Giovani Lenzi (20º Vaga Deficiente)	17/05/1972	4	2,00	10	5,00	14	7,00	0,00	7,00
331	23900	Jonathan Guilherme Menestrina	26/10/1988	5	2,50	11	5,50	16	8,00	1,00	9,00
337	25905	Luiz Roberto Shroeder	03/09/1985	4	2,00	13	6,50	17	8,50	0,00	8,50
344	24799	Pamella Baratieri Siegel	12/02/1992	4	2,00	13	6,50	17	8,50	0,00	8,50
316	23797	Bruna Gonçalves De Jesus	27/01/1990	5	2,50	12	6,00	17	8,50	0,00	8,50
325	25141	Gisiele Baldussi	01/12/1988	4	2,00	10	5,00	14	7,00	1,50	8,50
329	22278	Jeverson Bernardo Da Cruz	21/06/1986	4	2,00	12	6,00	16	8,00	0,00	8,00
346	22816	Ronald Karl Habitzreuter	18/07/1991	4	2,00	12	6,00	16	8,00	0,00	8,00
345	21902	Rafael Spiess	02/04/1989	3	1,50	11	5,50	14	7,00	1,00	8,00
340	21780	Marcel Luis Agostini	27/05/1987	4	2,00	11	5,50	15	7,50	0,50	8,00
309	25060	Alessandra Picagevicz	20/02/1984	5	2,50	11	5,50	16	8,00	0,00	8,00
310	22354	Alexandre Dos Santos Gomes	25/02/1980	2	1,00	13	6,50	15	7,50	0,00	7,50
328	21455	Jéssica Nayara Richter	15/02/1993	3	1,50	12	6,00	15	7,50	0,00	7,50
320	23149	Eli Da Silva	30/09/1971	4	2,00	11	5,50	15	7,50	0,00	7,50
349	23256	Tatiana Angeli De Abreu	27/04/1986	4	2,00	11	5,50	15	7,50	0,00	7,50
312	25936	Ana Tereza Homem	20/02/1973	4	2,00	7	3,50	11	5,50	2,00	7,50
354	26112	Vânio Formigari	17/01/1990	3	1,50	11	5,50	14	7,00	0,00	7,00
350	24872	Thelma De Souza	07/09/1986	4	2,00	9	4,50	13	6,50	0,00	6,50
336	21634	Lucas Ferreira Povoas	24/03/1991	4	2,00	9	4,50	13	6,50	0,00	6,50

326	24803	Henri Blaesing	14/07/1977	5	2,50	7	3,50	12	6,00	0,00	6,00
317	21658	Daniel Alexandre Voigt	02/07/1984	2	1,00	9	4,50	11	5,50	0,00	5,50
351	21993	Thiago Rafael Barth	20/09/1991	2	1,00	9	4,50	11	5,50	0,00	5,50
332	25597	Josiane Marcia Angelo	26/01/1991	3	1,50	8	4,00	11	5,50	0,00	5,50
355	23381	Willian Pompilio Andreis	24/08/1989	3	1,50	7	3,50	10	5,00	0,00	5,00
338	25491	Maicon Michael De Oliveira	26/11/1984	4	2,00	5	2,50	9	4,50	0,50	5,00
342	25735	Mariel Taís Schroeder	09/02/1989	2	1,00	7	3,50	9	4,50	0,00	4,50
348	23745	Sandra Caroline Hennings Correia	05/11/1973	2	1,00	6	3,00	8	4,00	0,00	4,00
327	25269	Igor De Oliveira Insaurriaga Silva	19/09/1979	0	0,00	0	0,00	0	Ausente		
353	23237	Vanderlei Formigari	26/02/1985	0	0,00	0	0,00	0	Ausente		
Professor - Educação Física - para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (não-habilitado   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
369	24020	Michael Senem	13/10/1983	4	2,00	14	7,00	18	9,00	0,00	9,00
364	23569	Jeferson Rodrigo Stolf	03/06/1991	4	2,00	12	6,00	16	8,00	0,00	8,00
356	24189	Cristian Tia-go Heinrich	19/09/1988	4	2,00	10	5,00	14	7,00	1,00	8,00
359	24526	Edevandro Perego	15/08/1993	5	2,50	10	5,00	15	7,50	0,50	8,00
371	21560	Rahoni Reimar Raddatz	02/10/1993	3	1,50	12	6,00	15	7,50	0,00	7,50
370	23541	Patrícia Slomp	28/01/1988	3	1,50	11	5,50	14	7,00	0,50	7,50
361	25917	Gilbram Zadi Dos Santos	09/09/1986	4	2,00	11	5,50	15	7,50	0,00	7,50
358	25472	Dionei Alex Ferrari	13/05/1993	3	1,50	11	5,50	14	7,00	0,00	7,00
362	25057	Gustavo Miranda Regis	06/08/1996	3	1,50	11	5,50	14	7,00	0,00	7,00
375	25683	Yasmine Sabrina Ruprecht Lorenz	28/06/1996	3	1,50	10	5,00	13	6,50	0,00	6,50

374	24221	Valter Miguel Kuzbik	12/06/1986	1	0,50	11	5,50	12	6,00	0,00	6,00
366	24562	Jonas Morais De Almeida	28/06/1991	2	1,00	10	5,00	12	6,00	0,00	6,00
363	24231	Iago Miguel Da Rosa	20/03/1992	2	1,00	9	4,50	11	5,50	0,00	5,50
360	25062	Franciele Dos Sntos Guedes	14/03/1994	4	2,00	7	3,50	11	5,50	0,00	5,50
357	25824	Daiane Dos Santos	16/02/1988	0	0,00	0	0,00	0	Ausente		
365	24895	Joari Cícero Campestrini	04/07/1979	0	0,00	0	0,00	0	Ausente		
367	24949	Marcelo Alexandre Sobieranski	20/04/1995	0	0,00	0	0,00	0	Ausente		
368	26267	Marcos Paulo Cristofolini	18/07/1995	0	0,00	0	0,00	0	Ausente		
372	25545	Renê Graciano Pedrelli	25/11/1988	0	0,00	0	0,00	0	Ausente		
373	26274	Steffanie Bárbara Borges	16/07/1995	0	0,00	0	0,00	0	Ausente		
Professor - Educação Inclusiva - para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
380	24700	Cintia Poffo	22/06/1987	5	2,50	14	7,00	19	9,50	2,50	12,00
403	24108	Tamara Taise Busarello	03/12/1989	5	2,50	13	6,50	18	9,00	2,00	11,00
394	24090	Marcia Maria Marcello	20/02/1981	5	2,50	12	6,00	17	8,50	2,50	11,00
398	23862	Nádia Carla Bogo Zanella	29/01/1977	4	2,00	13	6,50	17	8,50	2,00	10,50
402	23221	Rubia Luiza Adam Girardi	23/09/1963	4	2,00	12	6,00	16	8,00	2,50	10,50
378	25213	Carla Klabunde Meier	25/02/1966	5	2,50	12	6,00	17	8,50	2,00	10,50
390	24582	Juliana Lenzi	26/12/1973	5	2,50	10	5,00	15	7,50	2,50	10,00
401	23766	Raquel Zimath Holler	14/02/1976	3	1,50	14	7,00	17	8,50	1,00	9,50
396	23603	Marinita Vasselai Putka	20/12/1958	2	1,00	13	6,50	15	7,50	2,00	9,50
384	24813	Dorotea Moser	19/08/1955	4	2,00	12	6,00	16	8,00	1,50	9,50
382	24927	Dalmir Gabriel Santana	05/11/1987	3	1,50	13	6,50	16	8,00	1,00	9,00
400	25101	Patricia Kopsel	21/06/1991	4	2,00	13	6,50	17	8,50	0,50	9,00
399	23425	Patrícia Darolt	21/03/1986	5	2,50	13	6,50	18	9,00	0,00	9,00
395	23385	Maria Zulair Ramos Moser	11/10/1959	5	2,50	12	6,00	17	8,50	0,50	9,00

379	21576	Carla Sagás Ferreira Da Silva	22/02/1979	5	2,50	11	5,50	16	8,00	1,00	9,00
376	21611	Adriane Cristina Carlini	30/08/1988	3	1,50	13	6,50	16	8,00	0,50	8,50
391	25036	Kelly Nathana Pacher	01/11/1990	4	2,00	13	6,50	17	8,50	0,00	8,50
377	26218	Andresa Cristina Zermiani	28/10/1991	4	2,00	13	6,50	17	8,50	0,00	8,50
393	24549	Libane Cristina Panini Trentini	23/08/1970	5	2,50	12	6,00	17	8,50	0,00	8,50
392	24939	Larissa Bona	14/01/1985	4	2,00	11	5,50	15	7,50	1,00	8,50
386	24522	Flavia Campestrini Dos Santos	29/06/1976	4	2,00	12	6,00	16	8,00	0,00	8,00
381	24554	Clara Beatriz P. ramalho Da Silva	11/11/1977	4	2,00	11	5,50	15	7,50	0,50	8,00
389	21669	Jaqueline Correa Bertram	01/01/1963	5	2,50	11	5,50	16	8,00	0,00	8,00
397	23863	Maristela Maria De Castilho Hennich	25/04/1968	3	1,50	12	6,00	15	7,50	0,00	7,50
404	25736	Teresa Cristina Rodrigues De Oliveira	21/08/1967	2	1,00	10	5,00	12	6,00	0,00	6,00
383	25598	Daniela Rosimeri Lange	20/08/1987	0	0,00	0	0,00	0	Ausente		
385	25615	Elsinha Vieweg	21/10/1952	0	0,00	0	0,00	0	Ausente		
387	24946	Gizele Cristina Hordina	03/04/1984	0	0,00	0	0,00	0	Ausente		
388	22919	Ivanilda Tottene R. Voltolini	01/01/1900	0	0,00	0	0,00	0	Ausente		
Professor - Educação Inclusiva - para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (não-habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
415	23294	Sonara Murara	16/12/1987	5	2,50	15	7,50	20	10,00	1,00	11,00
410	21532	Jociane Miranda	10/12/1988	5	2,50	14	7,00	19	9,50	1,00	10,50
409	25264	Greisiela Tamara Rossi Marian	18/02/1978	3	1,50	14	7,00	17	8,50	1,00	9,50
407	23373	Cristiane Raquel Welter Ewald	15/03/1978	5	2,50	14	7,00	19	9,50	0,00	9,50
417	22486	Wanderleia Regina Nekel Gesner	28/12/1980	3	1,50	13	6,50	16	8,00	1,00	9,00

411	25088	Marluce Schumann Prada	23/04/1988	5	2,50	13	6,50	18	9,00	0,00	9,00
414	23000	Sandra Regina Mattedi Nardelli	04/03/1968	4	2,00	13	6,50	17	8,50	0,00	8,50
416	23151	Vivian Karina Schuster Ittner	27/03/1987	5	2,50	12	6,00	17	8,50	0,00	8,50
413	21722	Roseli Ferretti	20/09/1988	3	1,50	12	6,00	15	7,50	0,50	8,00
406	25624	Andreia Maria Ferrari	19/02/1978	3	1,50	12	6,00	15	7,50	0,00	7,50
412	24812	Mirela Bertoldi Campestrini	01/06/1978	3	1,50	10	5,00	13	6,50	0,50	7,00
408	24085	Elisangela Kienen	28/01/1980	4	2,00	10	5,00	14	7,00	0,00	7,00
405	24418	Adriana Bona	01/01/1900	2	1,00	8	4,00	10	5,00	0,50	5,50
Professor - Educação Jovens e Adultos (habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
420	22591	Luci Beatriz Schlögl	13/08/1963	5	2,50	12	6,00	17	8,50	2,50	11,00
421	23481	Olivia Weingartner	03/07/1957	5	2,50	12	6,00	17	8,50	2,00	10,50
418	25984	Kathia Regina Bublitz	19/03/1980	4	2,00	12	6,00	16	8,00	1,50	9,50
419	24275	Ladir Willrich	01/01/1900	5	2,50	10	5,00	15	7,50	1,50	9,00
Professor - Educação Jovens e Adultos (não-habilitado)   Ensino Superior											
Nenhum candidato inscrito neste cargo...											
Professor - Ensino Fundamental para 1º, 2º e 3º ano (habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
464	24784	Scheila Danker	22/12/1981	5	2,50	15	7,50	20	10,00	2,50	12,50
427	24810	Beatriz Luzia Wetzel Beber	01/06/1992	5	2,50	15	7,50	20	10,00	2,00	12,00
454	24298	Marlete Grundmann Schlueter	25/09/1978	5	2,50	14	7,00	19	9,50	2,50	12,00
445	25254	Jaqueline Elmia Teske	22/02/1991	5	2,50	14	7,00	19	9,50	2,50	12,00
465	22079	Tatiana Klug	11/08/1979	3	1,50	15	7,50	18	9,00	2,50	11,50
446	23241	Jéssica Laiz Dalabona Nardelli	06/09/1980	4	2,00	15	7,50	19	9,50	2,00	11,50
433	23429	Cleide Luiza Fiamoncini	05/11/1973	4	2,00	14	7,00	18	9,00	2,50	11,50
458	22976	Nadia Seide Zickuhr	20/04/1976	4	2,00	14	7,00	18	9,00	2,50	11,50
450	22069	Juliana Ropelato	29/12/1976	4	2,00	14	7,00	18	9,00	2,50	11,50

437	23201	Doraci Pianezza	17/09/1965	5	2,50	13	6,50	18	9,00	2,50	11,50
453	23738	Maristela Pisetta	16/12/1966	5	2,50	13	6,50	18	9,00	2,50	11,50
425	22125	Angélica Neves Fontoura Alves Abdalla	31/01/1972	5	2,50	13	6,50	18	9,00	2,50	11,50
440	21447	Fabíola Janaina Tomasini	20/12/1985	5	2,50	13	6,50	18	9,00	2,50	11,50
443	22455	Ires Costa	02/09/1971	5	2,50	12	6,00	17	8,50	2,50	11,00
430	24196	Charlene Voltolini Alves De Souza	22/09/1981	5	2,50	12	6,00	17	8,50	2,50	11,00
424	23059	Andreia Carla Bona	06/12/1990	5	2,50	12	6,00	17	8,50	2,50	11,00
423	24109	Andréa Stolf Schwartz	01/08/1982	3	1,50	13	6,50	16	8,00	2,50	10,50
429	24457	Carla Maria-ni Naegeler	06/03/1991	3	1,50	13	6,50	16	8,00	2,50	10,50
459	21794	Nadir Nazatto Machado	28/08/1962	4	2,00	12	6,00	16	8,00	2,50	10,50
444	24314	Isabel Maria Beber	05/11/1967	4	2,00	12	6,00	16	8,00	2,50	10,50
428	23418	Carla Alexandra Weiss Moser	10/11/1971	4	2,00	12	6,00	16	8,00	2,50	10,50
462	22606	Rose-mary Dalpiaz Corrêa	24/04/1981	4	2,00	12	6,00	16	8,00	2,50	10,50
448	21657	Joseane Noll Hei-mann	27/11/1982	4	2,00	12	6,00	16	8,00	2,50	10,50
442	22140	Ines Ender Goral	22/03/1972	5	2,50	11	5,50	16	8,00	2,50	10,50
461	25208	Patricia Blunck	25/12/1989	5	2,50	15	7,50	20	10,00	0,00	10,00
447	23330	Joelma Demonti Tiso	20/07/1971	2	1,00	13	6,50	15	7,50	2,50	10,00
467	25476	Vera Lucia De Castilho	01/08/1972	3	1,50	12	6,00	15	7,50	2,50	10,00
431	25126	Claudia Mossmann	19/03/1991	3	1,50	12	6,00	15	7,50	2,50	10,00
439	22918	Eliane Lercí-lia Pereira Furtado	07/11/1964	4	2,00	11	5,50	15	7,50	2,50	10,00
426	25134	Ariela Kari-na Mora	09/06/1983	4	2,00	13	6,50	17	8,50	1,00	9,50
456	25769	Michelle Cristina Hinsching	04/02/1984	5	2,50	12	6,00	17	8,50	1,00	9,50
466	23750	Tuanny Michelle Da Silva Soares	02/01/1992	5	2,50	12	6,00	17	8,50	1,00	9,50
452	25209	Maria De Lurdes Oliveira De Liz De Andrade	27/03/1978	5	2,50	10	5,00	15	7,50	2,00	9,50

441	23087	Glória Cristina Valcanaia	20/05/1979	5	2,50	9	4,50	14	7,00	2,50	9,50
449	25169	Joyce Margo Lach Angelo	01/05/1983	4	2,00	14	7,00	18	9,00	0,00	9,00
435	24837	Denise Klotz De Becerra	08/03/1962	5	2,50	13	6,50	18	9,00	0,00	9,00
438	23503	Edgna Humbelino	03/02/1974	3	1,50	12	6,00	15	7,50	1,50	9,00
422	23210	Adriana Dos Santos	22/06/1983	5	2,50	11	5,50	16	8,00	1,00	9,00
432	23351	Clécia Jaqueline Dutra	27/02/1991	3	1,50	10	5,00	13	6,50	2,50	9,00
460	25304	Naiara Cristina Zoboli	15/03/1986	5	2,50	12	6,00	17	8,50	0,00	8,50
436	25418	Dirléia Aparecida Bonacolsi Possamai	11/10/1975	3	1,50	10	5,00	13	6,50	2,00	8,50
463	24083	Roseli De Fátima Gomes	16/06/1969	3	1,50	11	5,50	14	7,00	1,00	8,00
457	23460	Morgana Elen Kissner	14/08/1990	5	2,50	11	5,50	16	8,00	0,00	8,00
434	22771	Cleusa Hellmann Sotero	18/07/1985	3	1,50	12	6,00	15	7,50	0,00	7,50
451	24852	Juliana Wegner Michelson	18/04/1984	0	0,00	12	6,00	12	6,00	0,00	6,00
455	22590	Marli Regina Leomil Junqueira Konell	15/03/1962	0	0,00	0	0,00	0	Não assinou		
Professor - Ensino Fundamental para 1º, 2º e 3º ano (não-habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
474	22962	Maria Ivonete Ossoski Belli	04/10/1975	5	2,50	13	6,50	18	9,00	1,00	10,00
472	25677	Flavio Dias De Almeida	23/06/1983	4	2,00	14	7,00	18	9,00	0,00	9,00
480	24072	Sandra Maria Nichelatti	17/11/1967	4	2,00	12	6,00	16	8,00	1,00	9,00
482	23215	Viviane Dos Santos	23/10/1984	4	2,00	12	6,00	16	8,00	1,00	9,00
479	22165	Rosemeri Prusak	12/07/1976	4	2,00	13	6,50	17	8,50	0,00	8,50
471	23485	Eloize Dos Santos	17/03/1987	4	2,00	13	6,50	17	8,50	0,00	8,50
481	23741	Soraia Silvana Zwicker Dallmann	23/03/1976	5	2,50	12	6,00	17	8,50	0,00	8,50
473	22170	Janaína Vanessa Klug Stolfi	24/07/1980	4	2,00	11	5,50	15	7,50	0,00	7,50
478	25248	Rodelene Melo Silva	11/09/1982	4	2,00	11	5,50	15	7,50	0,00	7,50

469	22232	Daniéla Lenzi	14/12/1995	4	2,00	11	5,50	15	7,50	0,00	7,50
468	23508	Angela Borchardt	23/07/1990	2	1,00	10	5,00	12	6,00	1,00	7,00
476	23784	Nilvane Maurice Hoss	06/01/1975	4	2,00	9	4,50	13	6,50	0,00	6,50
475	25106	Marlise Bublitz Habitzreuter	08/12/1970	4	2,00	8	4,00	12	6,00	0,50	6,50
477	24890	Pamela Micaéle Schoen	01/06/1994	2	1,00	10	5,00	12	6,00	0,00	6,00
470	24331	Dionei Alex Ferrari	13/05/1993	0	0,00	0	0,00	0	Ausente		
Professor - Ensino Fundamental para 4º e 5º ano (habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
488	24764	Édna Mara Gonçalves	16/07/1979	4	2,00	15	7,50	19	9,50	2,50	12,00
492	22763	Dayse Tatiane Witthoeft	03/12/1986	5	2,50	14	7,00	19	9,50	2,50	12,00
505	24548	Silvana Edina Formigari Bueno	30/04/1980	4	2,00	14	7,00	18	9,00	2,50	11,50
506	24452	Taiana Negherbon	27/07/1989	5	2,50	14	7,00	19	9,50	2,00	11,50
498	24722	Jucimara Franciele Valcanaia	06/06/1990	5	2,50	14	7,00	19	9,50	2,00	11,50
483	21474	Aline Fernanda Mengarda	25/03/1990	3	1,50	14	7,00	17	8,50	2,50	11,00
484	24306	Ana Cláudia Koglin Stobel	15/06/1969	5	2,50	14	7,00	19	9,50	1,50	11,00
501	24067	Mareni Schlickmann Prada	09/03/1986	5	2,50	13	6,50	18	9,00	2,00	11,00
503	21567	Rosalene Teske Henschel	06/08/1968	5	2,50	12	6,00	17	8,50	2,50	11,00
491	23611	Cristiane Roberta Bewiahn Tomaselli	11/11/1981	5	2,50	15	7,50	20	10,00	0,50	10,50
497	24018	Jaciele Bárbara Da Veiga	31/10/1990	4	2,00	14	7,00	18	9,00	1,50	10,50
507	21904	Tatiana Cristina Machado Garcia	24/09/1980	3	1,50	13	6,50	16	8,00	2,50	10,50
509	24880	Vanessa Trintim Prada	24/02/1983	3	1,50	13	6,50	16	8,00	2,50	10,50
485	23995	Ana Paula Fachini Tiso	26/01/1975	4	2,00	13	6,50	17	8,50	2,00	10,50
486	24677	Andréa Marina Brehmer Peters	23/07/1976	4	2,00	12	6,00	16	8,00	2,50	10,50

495	21529	Elizandra Marlise Beber	12/03/1977	5	2,50	11	5,50	16	8,00	2,50	10,50
496	23751	Guisela Gutjahr	20/06/1956	4	2,00	11	5,50	15	7,50	2,50	10,00
493	25202	Denise Alessandra Brehmer	07/09/1981	4	2,00	11	5,50	15	7,50	2,50	10,00
500	24507	Marcia Nilceia Antunes Da Rosa	14/05/1962	5	2,50	11	5,50	16	8,00	2,00	10,00
499	25330	Maira Liana Maas	17/09/1983	5	2,50	13	6,50	18	9,00	0,50	9,50
504	21786	Rose Mary Do Nascimento Agostini	08/05/1957	4	2,00	12	6,00	16	8,00	1,50	9,50
508	22966	Vanderleia De Jesus Muniz Coelho Bastos Bruske	16/01/1980	1	0,50	12	6,00	13	6,50	2,50	9,00
494	24280	Eleonora Manske	23/12/1952	5	2,50	9	4,50	14	7,00	2,00	9,00
502	24556	Maria De Lourdes Vaialtti	14/04/1962	4	2,00	11	5,50	15	7,50	1,00	8,50
487	23445	Anita Nardelli	12/01/1959	5	2,50	11	5,50	16	8,00	0,50	8,50
489	21713	Camila Fernanda Giovanela	01/03/1989	4	2,00	9	4,50	13	6,50	2,00	8,50
490	25906	Carmen Fiebes Dahmer	11/03/1979	4	2,00	12	6,00	16	8,00	0,00	8,00
Professor - Ensino Fundamental para 4º e 5º ano (não-habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
516	25275	Tatiane Dietrich	13/02/1984	5	2,50	15	7,50	20	10,00	0,00	10,00
514	24153	Luiza Franzoi	15/12/1988	4	2,00	13	6,50	17	8,50	1,00	9,50
513	22035	Geni Alves Canoffr Frotscher	08/01/1981	5	2,50	13	6,50	18	9,00	0,00	9,00
510	22268	Alcilene Candida Soares Silva	24/07/1977	4	2,00	12	6,00	16	8,00	1,00	9,00
512	25633	Fabiana Kanies	20/01/1985	2	1,00	9	4,50	11	5,50	0,00	5,50
511	21706	Angelita Kader De Oliveira	03/04/1969	0	0,00	0	0,00	0	Não assinou		
515	25538	Rosemeri Prusak	12/07/1976	0	0,00	0	0,00	0	Ausente		
Professor - Ensino Religioso - para Ensino Fundamental (habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
517	25270	Valdênio De Barros Ferreira	17/03/1958	3	1,50	13	6,50	16	8,00	0,50	8,50

Professor - Ensino Religioso - para Ensino Fundamental (não-habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
518	25039	Djanildo Amorim De Moura	02/11/1980	5	2,50	13	6,50	18	9,00	0,00	9,00
Professor - Espanhol - para Ensino Fundamental (habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
519	22124	Carlos Augusto Valandro	02/04/1980	5	2,50	10	5,00	15	7,50	2,50	10,00
521	25317	Joseane Carla Agostini Tafner	14/09/1975	3	1,50	9	4,50	12	6,00	1,50	7,50
520	25371	Dayane Perini Salvador	05/01/1988	5	2,50	6	3,00	11	5,50	0,00	5,50
Professor - Espanhol - para Ensino Fundamental (não-habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
522	24571	Francieli Sepanhaki	01/01/1988	5	2,50	5	2,50	10	5,00	0,00	5,00
Professor - Geografia - para Ensino Fundamental (habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
528	23378	Marciano José Emilio Da Silva	02/03/1988	5	2,50	11	5,50	16	8,00	2,50	10,50
526	21661	Elisangela Lenzi	09/03/1979	4	2,00	10	5,00	14	7,00	2,50	9,50
529	21746	Patricia De Fátima Coelho	12/08/1977	5	2,50	11	5,50	16	8,00	1,00	9,00
525	26156	Dirceu Walter Tamanini	28/02/1979	4	2,00	13	6,50	17	8,50	0,00	8,50
524	23344	Anderson Miguel Bona	03/12/1986	5	2,50	9	4,50	14	7,00	1,00	8,00
523	24416	Ana Paula Muller Rodrigues	21/04/1989	4	2,00	11	5,50	15	7,50	0,00	7,50
527	22137	Elizangela Agostini Volani	21/02/1991	5	2,50	10	5,00	15	7,50	0,00	7,50
532	22946	Simone De Oliveira Schade	27/06/1983	4	2,00	10	5,00	14	7,00	0,00	7,00
530	23061	Rafael Schade	08/12/1987	0	0,00	11	5,50	11	5,50	0,00	5,50
531	22537	Sálvio Antônio Zatelli	23/07/1961	0	0,00	0	0,00	0	Ausente		

Professor - Geografia - para Ensino Fundamental (não-habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
536	24655	Vonir Freiner	29/07/1980	5	2,50	13	6,50	18	9,00	0,00	9,00
535	24296	Tatiane Thyase Morell	13/03/1988	5	2,50	13	6,50	18	9,00	0,00	9,00
533	25261	Aristeu Sideney Engel	13/11/1990	5	2,50	10	5,00	15	7,50	0,00	7,50
534	21775	Edson José Bona	27/03/1976	4	2,00	8	4,00	12	6,00	0,00	6,00
Professor - História - para Ensino Fundamental (habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
543	24781	Jaqueline Hornburg	15/08/1988	5	2,50	15	7,50	20	10,00	1,50	11,50
544	25377	Jonathan Arno Gaulke	28/05/1987	4	2,00	14	7,00	18	9,00	2,50	11,50
546	24360	Neusa Das Graças Antunes Bauler	03/07/1960	4	2,00	13	6,50	17	8,50	2,50	11,00
548	26067	Paulo Cesar Alves Lima	05/05/1980	5	2,50	15	7,50	20	10,00	0,00	10,00
537	24807	Christian David Machado	13/05/1980	4	2,00	15	7,50	19	9,50	0,00	9,50
551	22582	Tatiana Dickmann Zumach	09/01/1989	4	2,00	14	7,00	18	9,00	0,50	9,50
545	24898	Jose Nantan Pereira Crispim	21/06/1980	3	1,50	13	6,50	16	8,00	1,50	9,50
539	21801	Darlene Felisbino Schwarzwald	05/10/1991	4	2,00	10	5,00	14	7,00	2,50	9,50
542	22703	Gisele Pacheco Da Silva	20/11/1985	5	2,50	12	6,00	17	8,50	0,50	9,00
550	24724	Roberto Henrique Wolter	23/02/1985	4	2,00	13	6,50	17	8,50	0,00	8,50
549	22984	Rafaela Raiser Athayde	17/10/1987	4	2,00	12	6,00	16	8,00	0,50	8,50
538	24793	Daniel Borchardt	24/06/1987	5	2,50	12	6,00	17	8,50	0,00	8,50
547	25662	Nilo Perini	28/12/1981	4	2,00	11	5,50	15	7,50	0,00	7,50
540	21978	Elaine Cristina Souza	28/12/1993	3	1,50	9	4,50	12	6,00	1,00	7,00
541	25251	Francisco Aurélio Da Silva	04/10/1974	4	2,00	7	3,50	11	5,50	0,00	5,50
Professor - História - para Ensino Fundamental (não-habilitado)   Ensino Superior											

Cartão	INSC.	CANDIDA-TO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
558	24564	Maristela Fernanda Toreti	16/03/1988	5	2,50	13	6,50	18	9,00	0,00	9,00
555	23446	Edegar Jean Testoni	15/08/1983	3	1,50	12	6,00	15	7,50	1,00	8,50
554	25372	Brenda Abigail Schönewald Brum	11/06/1994	4	2,00	10	5,00	14	7,00	0,50	7,50
556	22684	Hilson Donizete Cristofolini	08/09/1975	5	2,50	10	5,00	15	7,50	0,00	7,50
552	23213	Angelica Jaroczinski	28/09/1993	3	1,50	10	5,00	13	6,50	0,50	7,00
553	21997	Berenice Betania Ochner Sardagna	11/07/1973	5	2,50	8	4,00	13	6,50	0,00	6,50
559	22661	Pricila Marcelino Franco Langa	11/02/1990	4	2,00	7	3,50	11	5,50	0,00	5,50
557	24726	Luciano Correia	01/04/1978	2	1,00	7	3,50	9	4,50	0,00	4,50
Professor - Informática Educacional - para Ensino Fundamental (habilitado)   Ensino Superior											
Nenhum candidato inscrito neste cargo...											
Professor - Informática Educacional - para Ensino Fundamental (não-habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDA-TO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
563	22648	Marcionir Bruno Cristofolini	03/07/1978	5	2,50	13	6,50	18	9,00	1,00	10,00
566	25206	Rutineia Luciene Bell	17/10/1990	5	2,50	11	5,50	16	8,00	1,00	9,00
564	23578	Ricardo Michel Moser	16/02/1981	4	2,00	11	5,50	15	7,50	1,00	8,50
561	24278	Evandro Nones	28/08/1992	5	2,50	11	5,50	16	8,00	0,00	8,00
565	23520	Ricardo Putka	24/05/1984	2	1,00	11	5,50	13	6,50	1,00	7,50
560	21594	Eduardo Hansen	02/10/1981	3	1,50	10	5,00	13	6,50	1,00	7,50
562	24102	Maico Luiz Trisotto	19/06/1990	3	1,50	6	3,00	9	4,50	0,00	4,50
Professor - Inglês - para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDA-TO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
569	25267	Daniela Cristofolini	05/11/1990	3	1,50	8	4,00	11	5,50	2,50	8,00
568	25676	Cleide Beatriz Tambosi Pisseta	02/12/1990	4	2,00	7	3,50	11	5,50	2,50	8,00
572	21471	Jociane Stolf	19/11/1987	2	1,00	5	2,50	7	3,50	3,00	6,50

570	24212	Darcísio Knoch	10/04/1975	3	1,50	6	3,00	9	4,50	1,00	5,50
567	25347	Aminadab Messias De Souza	05/09/1959	4	2,00	6	3,00	10	5,00	0,00	5,00
571	21926	Debora Cristofolini	10/09/1988	2	1,00	5	2,50	7	3,50	1,00	4,50
573	25786	Marisa Sofia Becker	12/03/1988	5	2,50	4	2,00	9	4,50	0,00	4,50
574	24670	Patricia Macedo	03/05/1983	0	0,00	0	0,00	0	Ausente		
Professor - Inglês - para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (não-habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
575	21677	Caroline Bona	20/09/1993	5	2,50	12	6,00	17	8,50	1,00	9,50
577	23593	Marili Michelson	20/12/1964	5	2,50	9	4,50	14	7,00	2,00	9,00
578	22351	Tamires Andréia Nardelli	21/05/1990	4	2,00	10	5,00	14	7,00	1,00	8,00
576	25750	Débora Kuntz	15/05/1979	4	2,00	5	2,50	9	4,50	0,00	4,50
Professor - Língua Portuguesa - para Ensino Fundamental (habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
583	21715	Juarez Marcio Galkowski	01/03/1975	5	2,50	14	7,00	19	9,50	2,50	12,00
586	23081	Michele De Souza	29/12/1990	4	2,00	15	7,50	19	9,50	2,00	11,50
584	24348	Luzia Geruza Ferreira	13/12/1978	5	2,50	15	7,50	20	10,00	1,50	11,50
591	23684	Tatiane Patricia Teske Weege	16/02/1986	5	2,50	15	7,50	20	10,00	1,50	11,50
590	21568	Talita Nazario Bristot Silva	02/05/1984	4	2,00	13	6,50	17	8,50	2,50	11,00
588	24569	Priscila Da Cunha	19/11/1990	5	2,50	12	6,00	17	8,50	2,50	11,00
582	22843	Graciana Lívia Lenzi	22/01/1988	4	2,00	12	6,00	16	8,00	2,00	10,00
585	24935	Marilda De Oliveira Vallim Mota	06/05/1954	5	2,50	10	5,00	15	7,50	2,50	10,00
579	24318	Angelina Muniz Schneider	15/12/1983	5	2,50	12	6,00	17	8,50	1,00	9,50
589	21481	Priscila Moraes Bragagnolo Hansen	17/02/1984	5	2,50	12	6,00	17	8,50	0,50	9,00
581	21502	Cristina Maria Costa Wecker	29/06/1980	3	1,50	14	7,00	17	8,50	0,00	8,50
580	23400	Bruna Maria Boing Ribeiro	06/02/1991	5	2,50	12	6,00	17	8,50	0,00	8,50
587	23893	Neide De Araujo Rosa	26/04/1979	0	0,00	0	0,00	0	Ausente		

Professor - Língua Portuguesa - para Ensino Fundamental (não-habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
598	23528	Lucas Schlueter	23/08/1993	3	1,50	15	7,50	18	9,00	1,00	10,00
592	22936	Andressa Karolina Bruske	29/05/1995	4	2,00	15	7,50	19	9,50	0,00	9,50
593	23310	Angélica Naffien Seidel	22/02/1975	5	2,50	14	7,00	19	9,50	0,00	9,50
594	21597	Carol Cristine Dos Santos	19/12/1995	5	2,50	14	7,00	19	9,50	0,00	9,50
595	24367	Jusimara Raquel Nardelli	09/04/1987	5	2,50	12	6,00	17	8,50	0,00	8,50
596	22030	Lidiane Lewin	27/10/1984	4	2,00	10	5,00	14	7,00	0,00	7,00
599	24128	Vanessa Frantxiele Da Silva	17/02/1989	4	2,00	7	3,50	11	5,50	0,00	5,50
597	24795	Lislayne Silva Arendarchul Steffen	22/10/1986	0	0,00	0	0,00	0	Ausente		
Professor - Matemática - para Ensino Fundamental (habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
604	23115	Cristiane Bonatti	12/07/1981	4	2,00	10	5,00	14	7,00	2,50	9,50
605	22752	Elton Ricardo Poffo	06/02/1987	3	1,50	13	6,50	16	8,00	1,00	9,00
609	24155	Monique Vieira Bona	24/07/1986	5	2,50	8	4,00	13	6,50	2,50	9,00
607	21887	Marcos Felippi	31/05/1976	5	2,50	9	4,50	14	7,00	1,50	8,50
606	22788	Graziela Ropelato	22/05/1982	4	2,00	8	4,00	12	6,00	2,50	8,50
608	24699	Maria Zenida Da Luz Koch	03/02/1979	5	2,50	7	3,50	12	6,00	2,50	8,50
603	21869	Claudiamara Tesser Kisner	09/05/1986	5	2,50	7	3,50	12	6,00	2,50	8,50
602	24779	Bruna Daniel	11/03/1992	5	2,50	11	5,50	16	8,00	0,00	8,00
600	25051	Adriano De Oliveira	07/09/1984	5	2,50	9	4,50	14	7,00	1,00	8,00
601	22533	Andreia Sheila Zatelli Fiamoncini	24/06/1989	5	2,50	9	4,50	14	7,00	1,00	8,00
612	24765	Tereza Beatriz Bertoldi Floriani	23/08/1961	4	2,00	8	4,00	12	6,00	2,00	8,00

610	24926	Roberto Valmor Bruhmuller Kisner	11/06/1982	3	1,50	8	4,00	11	5,50	1,50	7,00
611	25191	Rubens Heitor Mengarda	27/06/1973	0	0,00	0	0,00	0	Ausente		
Professor - Matemática - para Ensino Fundamental (não-habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
615	22890	Daniel Lourenço	13/07/1988	5	2,50	12	6,00	17	8,50	0,00	8,50
619	22849	Grazielle Jeanie Patricio	16/06/1981	5	2,50	9	4,50	14	7,00	1,00	8,00
613	24404	Andréa Hahnebach Kurth	21/01/1980	5	2,50	8	4,00	13	6,50	1,00	7,50
616	21654	Diego Felipe Dos Santos	07/04/1992	5	2,50	7	3,50	12	6,00	0,00	6,00
617	25223	Edionara Bachmann	24/09/1995	3	1,50	7	3,50	10	5,00	0,00	5,00
614	26032	Claudio Brucker	20/10/1991	5	2,50	5	2,50	10	5,00	0,00	5,00
618	24913	Gisele Cristina Cunha	03/05/1979	0	0,00	0	0,00	0	Ausente		
620	25995	Valdir Perini Júnior	05/04/1989	0	0,00	0	0,00	0	Ausente		
Professor - Pré-Escolar (habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
622	25625	Alilian Maikeline Vitória Dos Santos	06/05/1980	5	2,50	14	7,00	19	9,50	2,50	12,00
649	22120	Laurita Pellin	01/05/1977	5	2,50	13	6,50	18	9,00	2,50	11,50
644	23249	Irma Bloedorn	04/06/1952	5	2,50	12	6,00	17	8,50	2,50	11,00
637	21659	Fabiane Aline Ewald	26/08/1982	3	1,50	13	6,50	16	8,00	2,50	10,50
658	25205	Rita Janaina Tristao	06/06/1986	3	1,50	13	6,50	16	8,00	2,50	10,50
634	21466	Dirce Maria Tiegs Da Veiga	31/05/1965	4	2,00	12	6,00	16	8,00	2,50	10,50
627	21650	Camila Bona	25/09/1989	4	2,00	12	6,00	16	8,00	2,50	10,50
656	23505	Pamella Samanta Bertoldi	22/11/1990	4	2,00	12	6,00	16	8,00	2,50	10,50
664	23814	Vera Maria De Oliveira Sperb	10/08/1961	5	2,50	11	5,50	16	8,00	2,50	10,50
651	21834	Marcia De Andrade Gessner	14/09/1971	5	2,50	11	5,50	16	8,00	2,50	10,50
624	23035	Ana Patricia Uller	02/11/1971	5	2,50	11	5,50	16	8,00	2,50	10,50

640	24116	Giuvana Salvador	10/12/1972	4	2,00	14	7,00	18	9,00	1,00	10,00
659	25115	Sabrina Demonti	25/05/1990	3	1,50	12	6,00	15	7,50	2,50	10,00
639	24818	Gabriele Alice Grether	28/06/1989	5	2,50	12	6,00	17	8,50	1,50	10,00
642	22898	Greice Motzeleski	18/08/1991	5	2,50	10	5,00	15	7,50	2,50	10,00
636	24482	Elisandra Pazianoti Horst	18/03/1983	5	2,50	12	6,00	17	8,50	1,00	9,50
650	22234	Luana Thays Pacher	30/12/1991	5	2,50	12	6,00	17	8,50	1,00	9,50
630	21744	Claudia Teresinha Fontana De Almeida	03/10/1971	3	1,50	11	5,50	14	7,00	2,50	9,50
661	22478	Susane Maria Berri Busarello	30/05/1962	4	2,00	11	5,50	15	7,50	2,00	9,50
660	24711	Sarajane Klug	19/02/1990	5	2,50	11	5,50	16	8,00	1,50	9,50
654	24766	Marisa Regina Reichardt	04/06/1978	5	2,50	10	5,00	15	7,50	2,00	9,50
648	24685	Juliana Pfeifer	05/03/1984	5	2,50	13	6,50	18	9,00	0,00	9,00
641	25339	Grazieli Staack	16/12/1980	2	1,00	11	5,50	13	6,50	2,50	9,00
621	23849	Alessandra Severina Theilacker Wolter	25/04/1978	5	2,50	11	5,50	16	8,00	1,00	9,00
657	23135	Patricia Do Nascimento Amorim Kleinhempel	23/10/1983	5	2,50	11	5,50	16	8,00	1,00	9,00
663	25588	Thais Hafemann Dos Santos Reis	23/12/1988	5	2,50	10	5,00	15	7,50	1,50	9,00
665	23746	Zenaide Jesus De Bairos De Oliveira	02/08/1965	2	1,00	13	6,50	15	7,50	1,00	8,50
631	21574	Daniela Beda Dalcortivo	15/07/1983	4	2,00	13	6,50	17	8,50	0,00	8,50
623	25672	Aline Carla Dos Santos	17/07/1990	4	2,00	13	6,50	17	8,50	0,00	8,50
653	21577	Maria Salete Coelho Da Rocha	10/06/1967	3	1,50	12	6,00	15	7,50	1,00	8,50
645	23830	Isolane Petersen Valcanaia	21/10/1980	3	1,50	12	6,00	15	7,50	1,00	8,50
632	22159	Daniela Cristina Micheli	01/01/1981	5	2,50	12	6,00	17	8,50	0,00	8,50
633	23783	Daphne Daiane Fagundes	16/02/1982	5	2,50	12	6,00	17	8,50	0,00	8,50
635	23496	Edineide Manske Müller	16/06/1985	3	1,50	10	5,00	13	6,50	2,00	8,50

626	23392	Betania Cristina Janke Schramm	01/06/1982	3	1,50	9	4,50	12	6,00	2,50	8,50
652	22870	Maria De Lourdes De Barros Oss Emer	02/04/1962	5	2,50	11	5,50	16	8,00	0,00	8,00
662	22513	Susi Patrine Ochner	25/08/1984	1	0,50	10	5,00	11	5,50	2,50	8,00
628	25634	Christiana Suchara Pedron	07/12/1978	2	1,00	10	5,00	12	6,00	2,00	8,00
647	23386	Jéssica Elloá Berri	26/12/1989	4	2,00	10	5,00	14	7,00	1,00	8,00
655	21664	Maristela Tomaselli	06/06/1962	4	2,00	11	5,50	15	7,50	0,00	7,50
625	24417	Ariane De Souza Busarello	20/09/1989	5	2,50	10	5,00	15	7,50	0,00	7,50
629	23571	Cintia Thiersch Baldo	26/02/1984	2	1,00	9	4,50	11	5,50	2,00	7,50
646	23184	Ivone Maria Duarte Nasato	08/06/1955	4	2,00	9	4,50	13	6,50	1,00	7,50
638	22450	Fernanda Campestrini	18/03/1988	4	2,00	10	5,00	14	7,00	0,00	7,00
666	23975	Zita Maria Pahl	08/09/1969	2	1,00	9	4,50	11	5,50	0,00	5,50
643	25280	Ináthia Raquel Wilhelm	14/02/1992	0	0,00	0	0,00	0	Ausente		
Professor - Pré-Escolar (não-habilitado)   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDA-TO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
679	25657	Marlene Joepen Bertram	20/12/1982	4	2,00	13	6,50	17	8,50	1,00	9,50
683	24866	Verônica Moser Krause	08/08/1988	4	2,00	13	6,50	17	8,50	0,50	9,00
677	22426	Lindalva Menestrina Dalpiaz	25/08/1972	5	2,50	11	5,50	16	8,00	1,00	9,00
673	22461	Janaísa Sanzon Cristofolini	23/08/1982	5	2,50	10	5,00	15	7,50	1,00	8,50
681	21789	Rosecleia Maris Senes	27/10/1987	5	2,50	11	5,50	16	8,00	0,00	8,00
668	24727	Angela Luíza Eccel	26/06/1992	5	2,50	11	5,50	16	8,00	0,00	8,00
669	21554	Cristiane Inês Wecker Neis	29/06/1980	4	2,00	11	5,50	15	7,50	0,00	7,50
682	21584	Talita Mara Dos Passos Tancon	13/10/1989	4	2,00	9	4,50	13	6,50	1,00	7,50
667	25118	Ana Regina Dalcanale Campestrini	06/01/1989	5	2,50	9	4,50	14	7,00	0,50	7,50
676	23695	Larissa Daiane Borchardt	20/01/1995	3	1,50	11	5,50	14	7,00	0,00	7,00

678	23791	Luciana Aparecida Moreira	11/06/1987	4	2,00	10	5,00	14	7,00	0,00	7,00
671	24003	Elaine Alessandra Da Rosa	13/09/1987	4	2,00	10	5,00	14	7,00	0,00	7,00
670	23423	Dorita Wenceslau	24/01/1992	5	2,50	9	4,50	14	7,00	0,00	7,00
672	22480	Emmely Aparecida Uller	14/05/1993	4	2,00	9	4,50	13	6,50	0,00	6,50
674	21945	Jaqueline Wagenknecht	16/04/1990	3	1,50	9	4,50	12	6,00	0,00	6,00
675	25271	Juliana Mendes Volani	02/06/1979	0	0,00	0	0,00	0	Ausente		
680	23560	Patricia Cristina Hoppe	08/04/1988	0	0,00	0	0,00	0	Ausente		
Secretário Escolar   Ensino Superior											
Cartão	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T.A	Nota Final	NPT	nota final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
684	21615	Cristiana Salvador	01/02/1975	5	2,50	12	6,00	17	8,50	2,50	11,00
685	24336	Edna Da Silveira Cardoso Da Fonseca	06/12/1983	5	2,50	10	5,00	15	7,50	2,50	10,00
686	26025	Jhennyfer Maria Sassi Da Silva	11/02/1993	4	2,00	13	6,50	17	8,50	0,00	8,50
687	24126	Viviana Romilda Wüerz	19/05/1977	3	1,50	13	6,50	16	8,00	0,00	8,00

**PORTARIA NO 1404, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA No 1404, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

**RESOLVE:**

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Educadora Infantil B-18				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Liliane de Cassia Rodrigues Vital (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. em Conc.Público / Proc. Seletivo)	26/07/84	321.514.028-43	30h	03/11/2014 a 17/12/2014
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Daniela Rodrigues Carvalho (Aumento do número de alunos)	25/09/81	314.018.868-41	44h	03/11/2014 a 01/12/2014
Lindamira Aparecida Ribeiro (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. em Conc.Público / Proc. Seletivo)	01/02/73	893.977.709-34	44h	03/11/2014 a 17/12/2014
Patricia Bolduan (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. em Conc.Público / Proc. Seletivo)	26/04/90	072.295.339-96	44h	03/11/2014 a 17/12/2014

## SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos (GA-30)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Marly Roepke Kienen (Subt. Schirley S.H.Kremer-convênio Município e ACIMVI)	15/10/60	400.199.189-68	35h	03/11/2014 a 31/12/2014

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Adriana Cristina Oelke (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. em Conc.Público / Proc. Seletivo)	26/07/96	088.738.829-94	44h	03/11/2014 a 31/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

DARCIZO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

**PORTARIA NO 1409, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA No 1409, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

**RESOLVE:**

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

## SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
André Lehmkuhl (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. em Conc.Público / Proc. Seletivo)	18/04/94	061.462.429-00	44h	04/11/2014 a 31/12/2014
Andressa Maiara Schuster da Silva (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. em Conc.Público / Proc. Seletivo)	17/11/94	096.423.579-09	44h	04/11/2014 a 31/12/2014

## SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Sandrino de Jesus (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. em Conc.Público / Proc. Seletivo)	20/12/53	379.398.409-59	44h	06/11/2014 a 31/12/2014

## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Lucia Zapotoczny (Subst.Maria Dalsiza H.que se encontra em afast. do exerc.do cargo)	03/09/55	464.386.889-91	44h	17/11/2014 a 17/12/2014
Monica Knoop (Aumento do número de alunos no período integral)	17/11/95	103.198.999-42	44h	10/11/2014 a 17/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de novembro de 2014; 145o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

**PORTARIA NO 1410, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA No 1410, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

**RESOLVE:**

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

## SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Felipe Ramos dos Santos (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. em Conc.Público / Proc. Seletivo)	12/02/93	086.655.039-94	44h	04/11/2014 a 31/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de novembro de 2014; 145o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

**PORTARIA NO 1417, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA No 1417, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

**RESOLVE:**

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Educador Infantil B-18				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Jandira Pitan Pasquali (Subst.Elisa S.M.Bona, que se encontra em Lic.para Trat. de Saúde)	11/01/79	022.115.029-38	30h	12/11/2014 a 01/12/2014
Katia Cilene Iaghi Leite (Subst.Maria Z.R.Moser, que se encontra em Lic.Para Trat. de Saúde)	11/03/70	568.319.602-78	30h	12/11/2014 a 17/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de novembro de 2014; 145o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

**PORTARIA NO 1423, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA No 1423, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional

interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

**RESOLVE:**

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Mirian Ferreira (Subst.Cristian H.Strey que se encontra em Lic.para Trat. de Saúde)	06/02/79	004.011.989-01	44h	18/11/2014 a 17/12/2014
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Andrea Drager (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. em Conc.Público / Proc. Seletivo)	16/12/82	058.084.559-10	44h	20/11/2014 a 05/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de novembro de 2014; 145o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**CÂMARA MUNICIPAL****PARECER COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 13/2014**

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

Projeto de Lei Complementar nº 13/2014 - Altera a Lei Complementar n. 338/2007.

Iniciativa do Projeto: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Timbó.

Relator: Vereador Marcelo Luiz Ferrari.

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de iniciativa da Mesa Diretora desta Casa, que pretende alterar Lei Complementar nº 338, de 12 de novembro de 2014 que dispõe sobre a estrutura administrativa, cargos e funções da Câmara Municipal de Timbó, estabelece a remuneração, gratificações, adicionais e disciplina a progressão funcional de seus servidores e dá outras providências.

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 17 de novembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora o despachou a esta Comissão no dia 02 de dezembro, após manifestação pela legalidade e constitucionalidade da matéria por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, cujo parecer foi publicado no dia 28 de novembro do corrente, conforme determina o Regimento Interno desta Casa.

No dia -- de novembro esta Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

A proposição legislativa prevê a regulamentação da jornada de trabalho dos servidores comissionados da Câmara Municipal, bem como a alteração nas referências dos vencimentos referentes aos cargos de Analista Legislativo, Assessor de Comunicação e Assessor Parlamentar especial.

No que diz respeito a jornada de trabalho, a alteração pretendida não irá trazer quaisquer custos que já não estejam sendo suportados pelo erário. Ademais, eventual pagamento do adicional por serviço extraordinário já é previsto nos artigos 74 e seguintes da Lei Complementar n.º 01/1993 (Estatuto do Servidor Público do Município de Timbó), sendo considerado dentro das despesas de manutenção da Câmara Municipal, não sendo necessária a observação dos requisitos elencados pela Lei Complementar Federal n.º 101/2000 neste caso.

Com relação a modificação das referências de vencimentos dos cargos de Analista Legislativo, Assessor de Comunicação e Assessor Parlamentar Especial, a alteração pretendida pela Mesa Diretora desta Casa Legislativa trará um aumento nas despesas com pessoal e, tratando a presente proposição de ação governamental que acarreta em aumento da despesa para o erário, a mesma deve preencher os requisitos do artigo 16, incisos I e II da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal n.º 101/2000).

Os documentos anexados ao Projeto demonstram o atendimento aos requisitos legais de sua natureza, previstos na Lei Complementar Federal referida, ressaltando que a Administração da Câmara Municipal vem cumprindo com as limitações de gastos com pessoal e haver previsão orçamentária para o ora pretendido, bem como haver previsão do impacto financeiro que a medida irá causar.

Assim, não há óbices a aprovação do respectivo projeto nesta

Casa Legislativa.

III - CONCLUSÃO  
VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei Complementar n.º 13/2014.

Esse é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Douglas Emanuel Marchetti.

Vereador Fabricio Dalcastagné.

Timbó, em 03 de Dezembro de 2014.

Douglas Emanuel Marchetti
---------------------------

Presidente
------------

Fabricio Dalcastagné	Marcelo Luiz Ferrari
----------------------	----------------------

Membro	Relator
--------	---------

**SAMAE****PORTARIA N. SAMAE- 142, DE 27 DE NOVEMBRO DE 20142014.**

PORTARIA N. SAMAE- 142, DE 27 DE NOVEMBRO DE 20142014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Elisabeth Vieira

A Diretora Presidente em exercício do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e com fundamento nos arts. 170 e 172 da Lei Complementar n. 01, de 22/10/93

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora ELISABETH VIEIRA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Operacional I, por quatorze (14) dias, a contar de 06/12/2014, conforme Processo RH 114/2014, sendo:

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 21/11/2014 a 05/12/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição de 06/12 a 19/12/2014 (14) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

**PORTARIA N. SAMAE- 143, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA N. SAMAE- 143, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3506, de 13/06/2014;

**RESOLVE:**

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Manutenção				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
ALMIR TESSONI (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/ Processo Seletivo)	30/08/1959	381.773.589-87	44 horas	01/12/2014 a 31/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

**Três Barras****PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2014**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 004/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal, as legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o item 14.02 do Edital do CP 004/2014, TORNA PÚBLICO a CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS, relacionados no Anexo I deste Edital, para o provimento de cargos públicos do quadro de pessoal do Município, conforme resultado final devidamente publicado. Os convocados deverão comparecer durante o período de 08 de dezembro de 2014 a 18 de dezembro de 2014, das 07:00 às 13:00 horas, na Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, situada na Avenida Santa Catarina nº 616, Centro de Três Barras - SC, para apresentação e entrega dos documentos necessários, na forma determinada no Edital nº 004/2014.

O não comparecimento do candidato no local e datas acima designadas acarretará na renúncia ao direito de ingresso no serviço público.

Três Barras - SC, em 05 de dezembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

**ANEXO I**

RELAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS E CONVOCADOS CONFORME ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 004/2014.

CARGO	NOME DO CANDIDATO
Médico Clínico Geral	João Ramão
Fisioterapeuta	Tatiane de Fátima Davoiaski
Fisioterapeuta	Ana Paula Pazda Paul
Psicóloga	Danieli Goedert
Psicóloga	Renate Jessica Lins
Psicóloga	Veridiane Simette Grabas

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### ADITIVO 176/2014 - PMTC

Aditivo Nº ..... : 176/2014 - Contrato Nº: 166/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
 Contratada...: JAIME GUILHERME DA SILVA ME  
 Valor ..... : 1.366,50 (um mil trezentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 13/11/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 59/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : 1º TERMO ADITIVO NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PESSOAS PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES VINCULADAS A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

### ADITIVO 177/2014 - PMTC

Aditivo Nº ..... : 177/2014 - Contrato Nº: 130/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
 Contratada...: SUPERMERCADO 4J LTDA - ME  
 Valor ..... : 1.863,04 (um mil oitocentos e sessenta e três reais e quatro centavos)  
 Vigência ..... : Início: 13/11/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 49/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE LANCHES PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### ADITIVO 183/2014 - PMTC

Aditivo Nº ..... : 183/2014 - Contrato Nº: 069/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
 Contratada...: IVANI RIBEIRO 21675287953  
 Valor ..... : 709,50 (setecentos e nove reais e cinquenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 20/11/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : 2º TERMO ADITIVO DE MÃO DE OBRA DE PEDREIRO PARA MANUTENÇÕES DIVERSAS NAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E OBRAS DO MUNICÍPIO

### ADITIVO 184/2014 - PMTC

Aditivo Nº ..... : 184/2014 - Contrato Nº: 084/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
 Contratada...: LUIZ JUSTINO DA SILVA  
 Valor ..... : 700,00 (setecentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 24/11/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2014  
 Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : 1º TERMO ADITIVO NA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A MERENDA ESCOLAR FORNECIDA AS UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO.

### CONTRATO 081/2014 - FMS

Contrato Nº..: 081/2014  
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL  
 Contratada...: ESPOMAK COMÉR. DE MAT. E EQUIP. P/ ESCRITÓRIO LTD  
 Valor ..... : 426,00 (quatrocentos e vinte e seis reais)  
 Vigência ..... : Início: 03/11/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MOBILIÁRIO PARA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICÍPIO

### CONTRATO 082/2014 - FMS

Contrato Nº..: 082/2014  
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL  
 Contratada...: CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME  
 Valor ..... : 4.360,00 (quatro mil trezentos e sessenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 03/11/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MOBILIÁRIO PARA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICÍPIO

### CONTRATO 178/2014 - PMTC

Contrato Nº..: 178/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
 Contratada...: ARH CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA ME  
 Valor ..... : 15.480,00 (quinze mil quatrocentos e oitenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 19/11/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA REFORMA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA EGNOLF BELL

### CONTRATO 179/2014 - PMTC

Contrato Nº..: 179/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
 Contratada...: CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME  
 Valor ..... : 10.285,00 (dez mil duzentos e oitenta e cinco reais)  
 Vigência ..... : Início: 19/11/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 16/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MATERIAL PERMANENTE PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**CONTRATO 180/2014 - PMTC**

Contrato Nº.: 180/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada...: ESPOMAK COMÉR. DE MAT. E EQUIP. P/ ESCRITÓRIO  
LTD

Valor ..... : 355,90 (trezentos e cinquenta e cinco reais e nove centavos)

Vigência ..... : Início: 19/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 16/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E

MATERIAL PERMANENTE PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**CONTRATO 181/2014 - PMTC**

Contrato Nº.: 181/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada...: IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME

Valor ..... : 6.831,00 (seis mil oitocentos e trinta e um reais)

Vigência ..... : Início: 19/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 16/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E

MATERIAL PERMANENTE PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**CONTRATO 182/2014 - PMTC**

Contrato Nº.: 182/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada...: MOSER MOVEIS LTDA ME

Valor ..... : 1.185,99 (um mil cento e oitenta e cinco reais e noventa e nove centavos)

Vigência ..... : Início: 19/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 16/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E

MATERIAL PERMANENTE PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**Turvo****PREFEITURA****DECRETO 61/2014**

DECRETO Nº 061/14, de 01 de Dezembro de 2014.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.180/13 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2013. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Turvo no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), assim classificados:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0046.2.051 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SF E ACS

3.3.71.00.00.00.00.00.01.0002.0 (0010) - Transf. a Consórcio Públicos ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0002 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 100.000,00.

Art. 3º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), assim classificados:

06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.361.0035.2.011 - MANUT. E FUNCIONAMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0058.0 (0056) - Aplicações Diretas ..... R\$ 85.000,00

Art. 4º. A execução do disposto no art. 3º correrá à conta da fonte 0058 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 85.000,00.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 01 de dezembro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

**LEI 2217/2014**

Lei nº 2.217/14, de 02 de Dezembro de 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CEDER BEM PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder através de Cessão de Uso ao ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiro de Santa Catarina - CBMSC, um veículo marca Fiat, modelo Strada Working, tipo Car/Caminhonete/C, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação 2014, modelo

2015, cor vermelha, chassi n. 9BD578141F864413, placas MLP-0967, com todos os equipamentos obrigatórios, adquirido com recursos do FUNREBOM PM.

Art. 2º- A Cessão de Uso será pelo período de 05 (cinco) anos.

Parágrafo único - O bem objeto da presente Cessão de Uso será utilizado para a manutenção e execução dos serviços de bombeiro militar no Município de Turvo.

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 02 de dezembro de 2014  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

### LEI 2218/2014

Lei nº 2.218/14, de 02 de Dezembro de 2014.

AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL A PROMOVER A DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIDORES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Turvo, através do Fundo Municipal de Assistência Social, autorizado a firmar convênio de colaboração com o LAR BENEFICENTE DO IDOSO NOSSA SENHORA DOS CAMPOS, objetivando cessão de 02 (dois) auxiliares de serviços gerais, 02 (dois) técnicos de enfermagem e 01 (uma) enfermeira, para a viabilização dos fins sociais previstos no Estatuto da Associação.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Turvo/SC, 02 de dezembro de 2014.  
RONALDO CARLESSI  
PREFEITO MUNICIPAL

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

### LEI 2219/2014

Lei Nº 2.219/14, de 05 de Dezembro de 2014.

Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal, a oferecer garantias e dá providências correlatas.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir financiamento com a Caixa Econômica Federal até o valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), observadas as disposições legais em vigor para a contratação de financiamento, as normas da Caixa Econômica Federal e as condições específicas.

Parágrafo Único - Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de empreendimentos integrantes do Programa Pró-Transporte, Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, PAC2 - 3ª Etapa.

Art. 2º - Para garantia do principal, encargos e acessórios do financiamento pelo município de Turvo - SC para a execução de obras, serviços e equipamentos, observada a finalidade indicada no Art. 1º e seu parágrafo único, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pró solvendo, as receitas a que se refere o artigo 159, inciso I da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previsto no caput deste artigo, fica o Banco do Brasil autorizado a transferir os recursos cedidos ou vinculados à conta e ordem da Caixa Econômica Federal, nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo obrigado a promover o empenho das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuar as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

Art. 4º - Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 5º - O Poder Executivo consignará nos orçamentos anuais e plurianuais do município de Turvo-SC, durante os prazos que vierem a ser estabelecidos para o financiamento autorizado por esta Lei, dotação suficiente à amortização do principal, encargos e acessórios resultantes, inclusive os recursos necessários à contrapartida.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Turvo SC, 05 de dezembro de 2014.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

### LEI 2220/2014

Lei Nº 2.220/14, de 05 de Dezembro de 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TURVO

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do Município de Turvo, crédito adicional ESPECIAL, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para a suplementação do seguinte programa:

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

15.452.0007.1004 - VIAS URBANAS, PAVIMENT., PASSEIO E

**PRAÇAS PÚBLICAS**

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0083 ( )- Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 1.500.000,00

Art. 2º. De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito ESPECIAL de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes de Operação de crédito de financiamento junto a Caixa Econômica Federal para a execução de empreendimentos integrantes do Programa Pró-Transporte, Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, PAC2 - 3ª Etapa.

§ 1º. Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º. O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo, que não for liberada durante o exercício, deverão ser incorporadas na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 05 de dezembro de 2014.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

**LEI 2221/2014**

LEI Nº 2.221/14, de 05 de Dezembro de 2014.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.213/14, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O § 2º do artigo 2º da Lei Municipal nº 2.213/14, de 21 de Outubro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação.

“§ 2º - A opção pelo Programa deverá ser formalizada em até 70 (setenta) dias, contados da data de publicação desta lei, mediante requerimento do contribuinte como adesão ao REFIS.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 05 de dezembro de 2014.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

**LEI COMPLEMENTAR 15/2014**

Lei Complementar Nº 015/14, de 02 de Dezembro de 2014.

REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 007/09, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009, E AUTORIZA O MUNICÍPIO DE TURVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM ESTADO DE SANTA CATARINA PARA FINS DE EXERCÍCIO DE SERVIÇOS DE BOMBEIROS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica revogada a Lei Complementar nº 007/09, de 28 de dezembro de 2009, que estabelece a segurança contra sinistros em edificações, e cria o fundo municipal de reequipamento do corpo de bombeiros - FUNREBOM, e dá outras providências.

Art. 2º. Autoriza o Município de Turvo a celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina, por meio do Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar para execução de serviços de prevenção, combate a sinistro, busca e salvamento, atendimento pré-hospitalar, e outros de competência do corpo de bombeiros militar.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Turvo/SC, 02 de dezembro de 2014.

RONALDO CARLESSI  
PREFEITO MUNICIPAL

Pub. e reg. a presente Lei Complementar nesta Secretaria na data supra

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 369/2014**

PORTARIA Nº 369/14, de 01 de Dezembro de 2014.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 90, da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a servidora ANGELLI TEIXEIRA COTA, CPF nº 833.564.019-04, matrícula nº 3175, exercendo a Função Pública de Farmacêutico, no período de 01 de Dezembro de 2014 a 30 de Março de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de dezembro de 2014.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 370/2014**

PORTARIA Nº 370/14, de 01 de Dezembro de 2014.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE FARMACÊUTICO ADMITIDA EM CARATER TEMPORARIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

Considerando que a servidora encontra-se em Auxílio Maternidade,

**RESOLVE**

Art. 1º - Prorrogar até 30 de Março de 2015 a contratação da servidora ANGELLI TEIXEIRA COTA, CPF nº 833.564.019-04, matrícula nº 3175, exercendo a função pública de Farmacêutica, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de Dezembro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 371/2014**

PORTARIA Nº 371/14, de 01 de Dezembro de 2014.

ALTERA DEFINITIVAMENTE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA EFETIVA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido no artigo 42 e 43 da Lei Complementar nº 010/14, de 24 de agosto de 2011,

**RESOLVE**

Art. 1º - Alterar carga horária da servidora LIANDRA PIAZZA DAL PONT, CPF nº 034.933.119-74, matrícula nº 1887, no cargo de Professor IV Inglês, no Ensino Fundamental de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de dezembro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 372/2014**

PORTARIA Nº 372/14, de 01 de Dezembro de 2014.  
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo especificados, no período de 01.12.2014 a 30.12.2014, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR.	SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO
0129	Adilson Pereira de Almeida	01.06.2005 a 31.05.2006
1894	Teresa Cristina Estevam de Souza	12.05.2012 a 11.05.2013
2955	Scheila Canever	01.08.2013 a 31.07.2014
2146	Selair Lino Tramontin	23.07.2013 a 22.07.2014
2976	Nilson Severino Mota	02.12.2013 a 01.12.2014
1046	Luci Maragno	02.01.2010 a 01.01.2011
2962	Paloma Figueredo Mandelli	02.09.2013 a 01.09.2014
2142	Maria Martins de Moraes Piazza	23.07.2013 a 22.07.2014
2952	Neuza Cadorin	01.08.2013 a 31.07.2014

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de dezembro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 373/2014**

PORTARIA Nº 373/14, de 01 de Dezembro de 2014.  
CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 97, da Lei nº. 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Sem Remuneração de 02 (dois) anos, a servidora JANETE BÁ matrícula nº 1889, CPF nº. 772.406.770-87, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, no período de 01 de Dezembro de 2014 a 30 de Novembro de 2016, para tratar de interesses particulares.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de dezembro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 374/2014**

PORTARIA Nº 374/14, de 03 de Dezembro de 2014.

NOMEIA COMISSÃO PARA SUPERVISIONAR O PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014 - SME, PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Legislação vigente,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear ROBERTO CARLOS PATEL, CPF nº 652.650.099-49, DIONE MARIA RICKEN, CPF nº 999.130.709-53 e MARISETE OSORIO MONTEIRO, CPF Nº 025.003.179-51, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão para supervisionar o Processo Seletivo nº 001/2014 - SME, para contratação em caráter temporário de profissionais na área da Educação, para o Ano Letivo de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de dezembro de 2014.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 375/2014**

PORTARIA Nº 375/14, de 03 de Dezembro de 2014.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORA NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até o dia 19 de Dezembro de 2014 a contratação da servidora ARCANGELA DE AGUIAR FABRIS, CPF nº 051.389.439-01, matrícula nº 3127, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2013-SME exercendo a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de dezembro de 2014.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 376/2014**

PORTARIA Nº 376/14, de 03 de Dezembro de 2014.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº. 1.001/93, de 03 de Maio de 1993, combinado com o artigo 98 e seguintes da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora SUSANA SPADER, CPF nº. 044.126.799-85, matrícula nº. 1885, exercendo o cargo de provimento em caráter efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, no período de 03.12.2014 a 31.01.2015, referente ao período aquisitivo de 07.05.2008 a 31.08.2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de dezembro de 2014.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

# Urussanga

## PREFEITURA

### LEI 2.695

LEI Nº 2.695, de 05 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre a regulamentação da concessão de Benefícios Eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social.

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º. Esta lei dispõe sobre a concessão dos benefícios eventuais como um direito garantido na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e no art. 22, §1º e 2º da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, consolidados pela Lei nº 12.435, de 2011

Art. 2º. O benefício eventual é uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as Garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

Parágrafo único. Na comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual, é vedada quaisquer situações de constrangimento ou vexatórias.

Art. 3º. Benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e as famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

§ 1º. O benefício eventual deve integrar a rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social;

§ 2º. O Município deve garantir igualdade de condições no acesso a informações e a fruição do benefício eventual;

§ 3º. Os Benefícios Eventuais são gratuitos, por isso, é proibido subordinar o seu recebimento a pagamentos prévios ou exigir compensações posteriores.

Parágrafo único. Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante estudo social e/ou parecer técnico, elaborado por Assistente Social, que compõe a equipe de referência dos equipamentos sociais e/ou Assistente Social, responsável pela concessão dos benefícios eventuais.

Art. 4º. O benefício eventual destina-se aos cidadãos e as famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros ou situação de vulnerabilidade social temporária.

Art. 5º. Para acesso aos benefícios eventuais o critério de renda mensal familiar per capita é de meio salário mínimo vigente.

§ 1º. Nos casos em que as famílias não se enquadrem nos critérios do Art. 5º o Assistente Social, responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais, vinculado ao órgão gestor, poderá conceder o benefício mediante Estudo Social e/ou parecer técnico.

§ 2º. Os benefícios de transferência de renda não serão contabilizados para concessão de benefício eventual.

Art. 6º. São formas de benefícios eventuais:

I - auxílio natalidade;

II - auxílio funeral;

III - situações de vulnerabilidade temporária;

IV - calamidade pública.

### SEÇÃO I

#### DO AUXÍLIO NATALIDADE

Art. 7º. O auxílio natalidade atenderá, os seguintes aspectos:

I - necessidades recém nascido;

II - apoio a mãe nos casos de natimorto e morte do recém nascido e será através do auxílio funeral, conforme art. 9.

III - apoio a família no caso de morte da mãe;

§ 1º. São documentos essenciais para concessão de auxílio natalidade:

I - se for após o nascimento o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;

II - comprovante de residência;

III - comprovante de renda de todos os membros familiares;

IV - documentos pessoais (CPF e RG);

V - comprovação de residência no município de no mínimo 12 meses anteriores ao nascimento;

VI - declaração de acompanhamento social a família, em parceria entre a equipe de Saúde e Assistência (CRAS/ESF/NASF);

Parágrafo único. O auxílio natalidade será concedido em pecúnia (conforme Resolução deferida pelo Conselho Municipal de Assistência Social, não ultrapassando meio salário mínimo vigente) ou em bens materiais/enxoval conforme planejamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 8º. A família beneficiária do auxílio natalidade deverá ser acompanhada durante o período de recebimento do auxílio pela equipe técnica do CRAS e da Secretaria de Saúde.

## SEÇÃO II DO AUXÍLIO FUNERAL

Art. 9º. O auxílio funeral atenderá:

I - as despesas de urna funerária, velório e sepultamento;

II - as necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros; e

III - o ressarcimento, no caso de ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário.

§ 1º. São documentos essenciais para auxílio funeral:

I - certidão de óbito;

II - comprovante de residência da pessoa que faleceu;

III - comprovante de renda de todos os membros familiares;

IV - documentos pessoais (CPF e RG);

§ 2º. O auxílio funeral será concedido até 30 dias após o óbito.

§ 3º. Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua a Secretaria Municipal de Assistência Social será responsável pela concessão do benefício uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

§ 4º. O valor conferido ao auxílio funeral será de 01 (um) salário mínimo vigente.

## SEÇÃO III DO AUXÍLIO À SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA

Art. 10. A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos a integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II - perdas: privação de bens e de segurança material;

III - danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - Da falta de:

a) Acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;

b) Documentação;

c) Domicílio;

II - da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

III - da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV - de desastres e de calamidade pública;

V - de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

Art. 11. São benefícios eventuais de vulnerabilidade temporária:

I - auxílio transporte;

II - auxílio alimentação;

III - auxílio documento;

IV - auxílio aluguel social.

Art. 12. O auxílio transporte consiste na concessão de passagens para realização de viagem intermunicipal e interestadual em razão de doença ou falecimento de parente consanguíneo de até segundo grau; chamado para assumir vaga de trabalho em outra localidade; necessidade de obtenção de documentos pessoais no local de origem ou em órgãos competentes em outras localidades e para retorno à cidade de origem de população itinerante.

§ 1º. O auxílio transporte interestadual a pessoas idosas, só será concedido em caso de não atendimento do disposto na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e Decreto nº 5.934, de 18 de outubro de 2006, analisada a situação pela equipe do Setor de Benefícios.

§ 2º. O auxílio transporte para obtenção de documento em outra localidade só será concedido se não for possível obtê-lo por meio de sistema informatizado (Sites de Cartórios) e correios.

Art. 13. O auxílio alimentação consiste na concessão de alimentação básica para famílias em situação de vulnerabilidade social que comprometa a sobrevivência de seus membros integrantes, sobretudo criança, pessoa idosa, pessoa com deficiência, gestante e nutriz, e mediante parecer técnico social de profissional - Assistente Social.

§ 1º. Valor do auxílio alimentação será de cestas alimentação definida pelo órgão gestor da Política de Assistência Social.

§ 2º. A concessão de auxílio alimentação é suplementar e temporária embasada em parecer social por técnico responsável, em casos de extrema vulnerabilidade social.

Art. 14. O auxílio documento consiste na concessão de emissão de fotografia e de pagamento de taxas para emissão de segunda via de certidões (nascimento, casamento, óbito).

Parágrafo único. A taxa de emissão de certidão só será paga, no caso de absoluta impossibilidade de isenção (gratuidade), conforme estabelecem as legislações pertinentes.

Art. 15. O auxílio aluguel consiste no pagamento por tempo determinado de aluguel de imóvel em virtude de perda total do domicílio por desabamento, incêndio, desocupação do local por riscos eminentes comprovados por especialistas, e desalojamento por abandono, ruptura de vínculos e situações de violência intrafamiliar e/ou ameaças externas que exijam a saída do domicílio.

Art. 16. Poderão ser concedidos outros benefícios eventuais de vulnerabilidade social, na condição de excepcionalidade, desde que pertinente à política de assistência social e sejam concedidos para salvaguardar a sobrevivência familiar e/ou de seus membros, tendo analisada a sua pertinência pela equipe técnica do Setor de Benefícios e pela equipe técnica do CRAS.

§ 1º. São documentos essenciais para o auxílio em situações de vulnerabilidade temporária:

I - comprovante de residência;

II - comprovante de renda de todos os membros familiares;

III - documentos pessoais (CPF e RG);

§ 2º. O auxílio em situações de vulnerabilidade temporária será concedido de forma imediata ou conforme determinado juntamente com a família, a partir de estudo e ou parecer técnico social realizado pelo técnico - Assistente Social.

Parágrafo único. O valor conferido aos bens materiais concedidos em situações de vulnerabilidade temporária será definido a partir da realização de parecer técnico social realizado pelo técnico - Assistente Social.

#### SEÇÃO IV

#### DO AUXÍLIO À SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA E DE EMERGÊNCIAS

Art. 17. Para atendimento de vítimas de calamidade pública poderá ser criado benefício eventual de modo a assegurar-lhes a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia, nos termos do § 2º do art. 22 da Lei 8.742, de 1993.

Parágrafo único. Entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos a comunidade afetada, inclusive a incolumidade ou a vida de seus integrantes.

§ 1º. São documentos essenciais para auxílio em situações de calamidade pública:

I - comprovante de residência;

II - comprovante de renda de todos os membros familiares;

III - documentos pessoais (CPF e RG);

IV - comprovação do dano material causado;

§ 2º. O auxílio em situação de calamidades pública será concedido de forma imediata ou conforme determinado juntamente com a família, a partir de estudo e/ou parecer técnico social realizado por profissional técnico - Assistente Social.

Parágrafo único. O valor conferido ou bens materiais concedidos em situações de calamidade pública será definido a partir da realização de estudo e/ou parecer técnico social realizado por profissional técnico - Assistente Social.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do município:

I - coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como seu financiamento;

II - realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão de benefícios eventuais;

III - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários a operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 19. Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social estabelecer critérios e prazos para regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social.

Art. 20. Afirmar que não são provisões da política de a Assistência Social os itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes a área da saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamentos de exames médicos, apoios financeiros a tratamento de saúde fora domicílio - TFD transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que tem necessidade de uso.

Art. 21. As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação e demais políticas setoriais não se inclui na modalidade de benefícios eventuais da Assistência Social. Decreto nº 6.307/2007

Art. 22. As despesas decorrentes desta Lei ocorrerão por conta de dotação orçamentária, prevista na Unidade Orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social em cada exercício financeiro.

Parágrafo único. Em caso de ocorrência de calamidade pública os recursos financeiros deverão ser complementados e articulados com os recursos destinados a defesa civil.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Revogam-se as Leis nº 1.960, de 13 de maio de 2003 e a nº 2.414, de 19 de agosto de 2009.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 05 de dezembro de 2014.

JOHNNY FELIPPE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos cinco dias do mês de dezembro de 2014.

JOANINHA COPETTI

Assistente Administrativo

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 104/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 104/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJU1033	55934729	12/08/2002	60410	207	127.69
BAE9800	55935836	09/08/2002	65480	229	85.12
BON4195	55936006	08/08/2002	69200	233	127.69
CMG9513	55935673	02/08/2002	69200	233	127.69
CXA2527	55935838	09/08/2002	65480	229	85.12
LWV0260	55936009	09/08/2002	65480	229	85.12
LXS1004	55934728	12/08/2002	55500	181 * XVIII	85.12
LYW3512	55934696	06/08/2002	69200	233	127.69
LZO4195	55934609	10/08/2002	54870	181 * XI	127.69
MAG4451	55936007	08/08/2002	69200	233	127.69
MBM8175	55935674	05/08/2002	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 105/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 105/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZE4717	55935336	19/08/2002	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 128/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 128/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CJQ8781	55935935	31/01/2003	69200	233	127.69
LXV5529	55936110	30/01/2003	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 159/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 159/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEI3482	55936316	01/09/2003	69200	233	127.69
CCR2387	55593820	17/09/2003	69200	233	127.69
JZU5030	55935719	11/09/2003	60500	208	191.53
LXP6528	55934933	18/09/2003	55500	181 * XVIII	85.12
MDW9560	55936168	03/09/2003	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 183/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 183/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CCM9482	55936332	02/03/2004	69200	233	127.69
MAP0449	55935733	26/02/2004	69200	233	127.69
MBN8380	55594080	05/03/2004	55410	181 * XVII	53.20
MFE8850	55934943	04/03/2004	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 191/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 191/2004**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BMB9757	55935799	19/04/2004	55250	181 * XV	85.12
CYB4804	55935798	19/04/2004	55250	181 * XV	85.12
LXG7793	55934963	19/04/2004	69200	233	127.69
LZT3396	55934961	19/04/2004	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 194/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 194/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFB8703	55934967	13/05/2004	69200	233	127.69
BME6894	55936235	12/05/2004	55410	181 * XVII	53.20
JMA4547	55594154	18/05/2004	69200	233	127.69
LYC0330	55934970	13/05/2004	65990	230 * V	191.53
LYQ9952	55934968	13/05/2004	69200	233	127.69
LZF9938	55594153	15/05/2004	50450	162 * V	191.53
LZS5061	55934969	13/05/2004	65990	230 * V	191.53
MAD7263	55934966	13/05/2004	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 328/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 328/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BYF0500	55595455A	10/05/2006	55410	181 * XVII	53.20
CFP7511	55595369A	17/07/2006	69200	233	127.69
LWY1551	55595155A	08/05/2006	69120	232	53.20
LWY1551	55595154A	08/05/2006	50100	162 * I	574.61
LXI5677	55595409A	13/05/2006	55250	181 * XV	85.13
LXO6522	55594699A	10/05/2006	69200	233	127.69
LYB1428	55595142A	25/04/2006	50100	162 * I	574.61
LYO3105	55934649A	20/04/2006	55410	181 * XVII	53.20
LZX1940	55594782	30/11/2005	69200	233	127.69
MAS8841	54962751B	03/08/2006	55500	181 * XVIII	85.13
MAY9569	55594903A	01/12/2005	69200	233	127.69
MBG5467	55594830	21/10/2005	69200	233	127.69
MBG8735	55594908A	07/12/2005	69200	233	127.69
MBZ4900	55594693A	10/05/2006	69200	233	127.69
MEP8352	55595471A	22/05/2006	55500	181 * XVIII	85.13
MEU6869	55595652A	06/06/2006	73660	252 * VI	85.13
MKU1010	55595013A	19/12/2005	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 341/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 341/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CID7655	54962651B	25/07/2006	55500	181 * XVIII	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 35/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 35/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZZ8371	55028403	22/06/1999	70480	244 * II	191.53
MAK0245	55027748	18/04/1999	70300	244 * I	191.53
MAK0245	55027748	18/04/1999	50100	162 * I	574.61

RV1682 55027750 08/06/1999 69120 232 53.20

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 40/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 40/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGS7613	55028119	09/12/1999	55500	181 * XVIII	85.12
LXA6238	55027098	11/11/1999	53800	181 * I	85.12
LYJ2179	55028350	13/11/1999	55410	181 * XVII	53.20
LYS7624	55027450	02/11/1999	72340	250 * I * a	85.12
MAL6088	55026399	10/01/2000	69120	232	53.20

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 64/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 64/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADR1834	55934662	16/10/2001	69200	233	127.69
AFN9016	55934666	19/10/2001	69200	233	127.69
AGX3191	55935429	18/10/2001	60500	208	191.53
CJB1705	55934663	16/10/2001	69200	233	127.69
CJB7790	55935502	18/10/2001	60500	208	191.53
CKP5836	55934665	19/10/2001	69200	233	127.69
CSW6478	55935503	18/10/2001	60500	208	191.53
LWU5840	55934569	25/10/2001	60500	208	191.53
LXI4792	55934956	26/10/2001	70300	244 * I	191.53
LXJ4861	55935121	24/10/2001	69200	233	127.69
LXL4515	55935432	24/10/2001	60500	208	191.53
LXP4951	55935464	24/10/2001	51850	167	127.69
LXP6339	55935465	24/10/2001	61220	214 * I	191.53
LXT7186	55935504	18/10/2001	60500	208	191.53
LYG4009	55934668	19/10/2001	73660	252 * VI	85.12
LYR3775	55935021	26/10/2001	60500	208	191.53
LZE6207	55935431	24/10/2001	60500	208	191.53
LZN2006	55935505	22/10/2001	73660	252 * VI	85.12
LZR6949	55935119	24/10/2001	69200	233	127.69
LZT2266	55935507	25/10/2001	60410	207	127.69
LZW5587	55934664	19/10/2001	69200	233	127.69
MAN9546	55934667	19/10/2001	73580	252 * V	85.12
MAV3206	55935430	18/10/2001	55170	181 * XIV	127.69
MAW6101	55935118	24/10/2001	69200	233	127.69
MCY6970	55935120	24/10/2001	69200	233	127.69
MEO2860	55935020	26/10/2001	54790	181 * X	85.12
MES4890	55935506	24/10/2001	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 685/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 685/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CTB2489	55456181C	05/07/2011	54600	181 * IX	85.12
IGF8133	55455776C	22/06/2011	69200	233	127.69
LXF3842	55455783C	22/06/2011	69200	233	127.69
LXN3643	55456143C	30/06/2011	69200	233	127.69
LZM1902	55455777C	22/06/2011	69200	233	127.69
LZN9512	55455277C	06/07/2011	70481	244 * II	191.53
MBX8411	55456380C	23/08/2011	69200	233	127.69
MCW0248	55455790C	01/07/2011	55250	181 * XV	85.12
MDO8768	55456178C	29/05/2011	54522	181 * VIII	127.69
MEU9855	55048230D	20/09/2011	55414	181 * XVII	53.20
MFY0778	55456148C	30/06/2011	51851	167	127.69
MGD4687	55455271C	07/06/2011	50100	162 * I	574.61
MGD4687	55455272C	07/06/2011	65992	230 * V	191.53
MGX9097	55456032C	17/06/2011	60501	208	191.53
MHL9861	55048107D	19/08/2011	69200	233	127.69
MHX8592	55455500C	18/06/2011	50100	162 * I	574.61
MIR7022	55455796C	06/07/2011	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 79/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 79/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWU6284	55934916	14/02/2002	73660	252 * VI	85.12
LXM7748	55934712	10/02/2002	70300	244 * I	191.53
LYN5658	55934840	09/02/2002	54600	181 * IX	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 81/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 81/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXC8949	55934872	02/03/2002	51690	165	957.69

LYR8908	55934841	27/02/2002	52070	169	53.20
MBS3189	55934790	27/02/2002	60500	208	191.53
MEM4520	55934842	27/02/2002	52070	169	53.20

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 84/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 84/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BMK1809	55934584	18/03/2002	55410	181 * XVII	53.20
LWX0121	55935142	17/03/2002	65480	229	85.12
LZC5706	55934524	21/03/2002	60500	208	191.53
MBJ0318	55935446	22/03/2002	69200	233	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 449/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 449/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

CBW3492	54594757C	06/08/2008	69200	233	
CQW7815	54594527C	04/08/2008	55411	181	* XVII
DQP2000	54594458C	04/07/2008	69200	233	
DRD5141	54964541B	20/06/2008	65990	230	* V
ILL1895	54594352C	07/07/2008	69200	233	
LWR0255	54594475C	05/08/2008	69200	233	
LXD7150	54964626B	29/06/2008	70300	244	* I
LXD7150	54964550B	29/06/2008	50100	162	* I
LXK2065	54594453C	03/07/2008	69200	233	
LYB1177	54594463C	11/07/2008	55411	181	* XVII
LYR7220	54595010C	01/08/2008	69200	233	
LYV5347	54595113C	31/07/2008	54521	181	* VIII
LYZ8977	54595004C	29/07/2008	69200	233	
MAT2209	54964837B	29/06/2008	69120	232	
MAT2209	55680252B	29/06/2008	66530	230	* XI
MAT2209	55680253B	29/06/2008	70300	244	* I
MBO4048	54594505C	03/07/2008	69200	233	
MCN6075	54595101C	15/07/2008	69200	233	
MEM3092	54594501C	03/07/2008	69200	233	
MEQ9315	54594804C	05/08/2008	55411	181	* XVII
MGB9342	54595003C	29/07/2008	69200	233	
MJB3130	54594407C	08/08/2008	69200	233	
MWE6599	54594655C	23/07/2008	69200	233	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 529/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 529/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CDL6637	54596675C	29/09/2009	55414	181 * XVII
CMA3525	54596217C	27/08/2009	69200	233
IHU4342	54596678C	02/10/2009	69200	233
JMV8238	54596677C	02/10/2009	69200	233
LCX9405	54596657C	15/09/2009	69200	233
LWX5746	54595644C	14/09/2009	55414	181 * XVII
LYG3826	54596602C	14/09/2009	55414	181 * XVII
LZU1654	54596771C	29/09/2009	50100	162 * I
MAA7954	54596409C	24/09/2009	69200	233
MBK4485	54596777C	02/10/2009	69200	233
MCD0836	54596680C	02/10/2009	55414	181 * XVII
MCW7672	54596601C	14/09/2009	65992	230 * V
MDP5075	54596659C	15/09/2009	65992	230 * V
MDP5075	54596660C	15/09/2009	66102	230 * VII
MEB0824	54595182C	04/09/2009	69200	233
MEI1187	54596756C	10/09/2009	69200	233
MFL5775	54596715C	28/09/2009	73662	252 * VI
MIW9880	54596702C	04/09/2009	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 863/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 863/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

AAU7425	54262386E	05/07/2013	69200	233
DEA4501	54262617E	08/07/2013	67000	230 * XVI
DEB1204	54262606E	05/07/2013	55172	181 * XIV
DHV9894	54262565E	10/07/2013	67000	230 * XVI
EFA7007	54262568E	10/07/2013	67000	230 * XVI
IGP8181	54262283E	29/07/2013	67000	230 * XVI
IKL6798	54261847E	09/07/2013	55172	181 * XIV
LXM4901	54262528E	30/07/2013	51851	167
LXW8524	54262390E	05/07/2013	69200	233
LYU7537	54262948E	29/07/2013	65992	230 * V
LYU7785	54262564E	07/07/2013	51851	167
LYY1933	54262071E	29/07/2013	66372	230 * IX
LYY1933	54262070E	29/07/2013	58350	195
LYY1933	54262069E	29/07/2013	65992	230 * V
LYY1933	54262793E	29/07/2013	69120	232
LYY1933	54262792E	29/07/2013	52741	175
LYY1933	54262791E	29/07/2013	52070	169
LYY1933	54262790E	29/07/2013	50100	162 * I
LZP8578	54262941E	26/07/2013	51691	165
MAO9682	54262569E	10/07/2013	50100	162 * I
MAO9682	54262570E	10/07/2013	52070	169
MAO9682	54262571E	10/07/2013	66372	230 * IX
MAO9682	54262572E	10/07/2013	52741	175
MAO9682	54262573E	10/07/2013	58350	195
MAO9682	54262574E	10/07/2013	65800	230 * IV
MAO9682	54262575E	10/07/2013	52400	173
MBF4432	54262723E	07/07/2013	67000	230 * XVI
MBL4007	54261184E	25/07/2013	69200	233
MBM6383	54262878E	30/07/2013	65992	230 * V
MBR1858	54262753E	05/07/2013	50100	162 * I
MBR1858	54262754E	05/07/2013	65992	230 * V
MBT1517	54262759E	08/07/2013	50450	162 * V
MCD9595	54262198E	05/07/2013	65561	230 * I
MCE1066	54261190E	25/07/2013	69200	233
MDA0228	54262724E	07/07/2013	59670	203 * V
MDA0228	54262725E	07/07/2013	50450	162 * V
MDP3189	54262303E	07/07/2013	67000	230 * XVI
MEP7157	54262391E	05/07/2013	69200	233
MFA0367	54262756E	08/07/2013	67000	230 * XVI
MFA0367	54262755E	08/07/2013	65992	230 * V
MFE6526	54262398E	05/07/2013	65561	230 * I

MFE6526	54262669E	05/07/2013	65992	230	*	V
MHD0595	54262758E	08/07/2013	55414	181	*	XVII
MHV7681	54262671E	08/07/2013	55414	181	*	XVII
MIB2670	54262960E	27/07/2013	55411	181	*	XVII
MIF8926	54262936E	26/07/2013	67000	230	*	XVI
MIJ6333	54262647E	31/07/2013	50100	162	*	I
MJP7779	54262964E	30/07/2013	55411	181	*	XVII
MJU6009	54262727E	10/07/2013	67000	230	*	XVI
MKK4547	54755606E	29/07/2013	67000	230	*	XVI
MKX1990	54262646E	31/07/2013	67000	230	*	XVI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 977/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 977/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AST0147	54759171E	28/08/2014	55250	181 * XV
EBA4040	55049072D	15/09/2014	73662	252 * VI
LZX9177	54759034E	14/08/2014	66102	230 * VII
MBZ1681	54758723E	30/08/2014	58350	195
MCO0928	54759224E	22/09/2014	50450	162 * V
MCO0928	54759225E	22/09/2014	69120	232
MGM6869	54759707E	12/09/2014	55500	181 * XVIII
MIU2576	54759050E	15/09/2014	73662	252 * VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 981/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 981/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

BIS3938	54759190E	10/09/2014	58197	193
BIS3938	54759189E	10/09/2014	59670	203 * V
BIS3938	54759188E	10/09/2014	59242	203 * I
BIS3938	54759187E	10/09/2014	58350	195
BIS3938	54759186E	10/09/2014	52152	170
BIS3938	54759185E	10/09/2014	52151	170
BIS3938	54759184E	10/09/2014	52070	169
BIS3938	54759183E	10/09/2014	65992	230 * V
BQP2503	54262411E	05/10/2014	50100	162 * I
CHR0020	54759403E	29/09/2014	57461	187 * I
HWZ2650	54759658E	05/10/2014	66102	230 * VII
HWZ2650	54759659E	05/10/2014	68580	231 * VII
IBV5788	54759268E	27/09/2014	64080	221
LXG5936	54759651E	26/09/2014	66102	230 * VII
LXN8002	54758878E	10/09/2014	65992	230 * V
MCO0467	54759702E	23/09/2014	55500	181 * XVIII
MFA7973	54758731E	08/09/2014	55500	181 * XVIII
MFK9076	54759706E	24/09/2014	73662	252 * VI
MHB8507	55049067D	27/08/2014	50100	162 * I
MIC0139	54758628E	19/08/2014	73662	252 * VI
MID4363	54759454E	02/10/2014	73662	252 * VI
MJD5999	54758635E	03/10/2014	73662	252 * VI

MJO0209	54758880E	13/09/2014	58350	195	
MJO0209	54758879E	13/09/2014	57380	186	* II
MJO0209	54758937E	13/09/2014	70302	244	* I
MKJ7109	54759605E	23/09/2014	51851	167	
MLD9569	54759230E	01/10/2014	69120	232	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

# Vargeão

## PREFEITURA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 169/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO ao Contrato nº 169/2014  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: ILUMICORE COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME  
OBJETO: Acresce quantitativo, conforme especificado na planilha que integra o presente Aditivo.  
VALOR: Em razão do acréscimo de quantitativo, fica aumentado o valor contratual em R\$ 890,80 (oitocentos e noventa reais e oitenta centavos).  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 169/2014.

Vargeão SC, 05 de dezembro de 2014.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

### RESOLUÇÃO N.º 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e Do Adolescente De Vargeão  
RESOLUÇÃO N.º 004/2014  
04 de Dezembro de 2014  
"DISPÕEM SOBRE APROVAÇÃO DO EDITAL DE ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DOS CONSELHEIROS TUTELARES PARA PRAZO EXTRA-ORDINÁRIO DE MANDATO 09/02/2015 À 31/12/2015."

Considerando o que determina a Lei 1.532/2013 em seu Art. 11. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: XI - organizar, regulamentar e coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros do Conselho Tutelar do Município.

Considerando O que determina a Lei nº 12.696, de 2012 em sua Art. 132. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros.

O Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vargeão, em reunião ordinária realizada no dia 04 de dezembro 2014, ata nº 04/2014, no uso de atribuições conferidas pela Lei n.º 1.532/2013.

Resolve:

Art.1º - Aprovar o Edital De Eleição Suplementar Dos Conselheiros Tutelares para prazo extraordinário de mandato 09/02/2015 à 31/12/2015. Organização pelo o Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente - CMDCA, com assessoria do Instituto O Barriga Verde - IOBV.

Art. 2º Nomear Mariaelena Marini Ribeiro para presidir ao processo eleitoral e como mesários nomear Maria de Lourdes Gugel, Maridalva Colpani, Denise Piovezan Pavan, Vaneli Berté.

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARIAELENA MARINI RIBEIRO  
Presidente Do CMDCA

### RESOLUÇÃO N.º 005/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e Do Adolescente De Vargeão  
RESOLUÇÃO N.º 005/2014  
04 de Dezembro de 2014  
"DISPÕEM SOBRE APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO".

Considerando o que determina a Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que estabelece o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e regula a execução das medidas socioeducativas no país, permitiu aos municípios brasileiros assumir o protagonismo nas políticas públicas de atendimento ao adolescente nas medidas socioeducativas em meio aberto mediante a construção de um processo que visa ao mesmo tempo instituir Sistemas e Planos Decenais Municipais de Atendimento Socioeducativo.  
Considerando Ato infracional cometido por adolescente, como pessoas com idades entre 12 e 18 anos, a autoridade competente aplicará medidas socioeducativas, descritas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente como: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semiliberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII - qualquer uma das previstas no art. 101.

Considerando a Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009, que adota a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, prevê o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) como serviços de proteção social especial de média complexidade.

O Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vargeão, em reunião ordinária realizada no dia 04 de dezembro 2014, ata nº 04/2014, no uso de atribuições conferidas pela Lei n.º 1.532/2013.

Resolve:

Art.1º - Aprovar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo o qual visa sistematizar o atendimento socioeducativo no município, com estratégias protetivas, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente e do Sistema Nacional de atendimento Socioeducativo - SINASE, no sentido de proporcionar atendimento socioeducativo de qualidade, implementar mecanismos que garantam os direitos fundamentais dos adolescente

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARIAELENA MARINI RIBEIRO  
Presidente Do CMDCA

## Vargem Bonita

### PREFEITURA

#### DECRETO N.096/2014

DECRETO Nº. 096/2014, 03 DE DEZEMBRO DE 2014.  
"DECRETA PONTO FACULTATIVO"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado "PONTO FACULTATIVO" nas repartições públicas municipais, no período matutino do dia 04 de dezembro de 2014, durante todo o expediente, pelo motivo do falecimento da Srª. Elza Maria Gazzoni Roman.

Art. 2º. Os serviços na área da saúde funcionarão em regime de plantão.

Art. 3º. O retorno aos trabalhos nas repartições públicas se dará no período vespertino do dia 04 de dezembro de 2014.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 03 de dezembro de 2014.  
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios - DOM em 05/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

## Vidal Ramos

### PREFEITURA

#### PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 96/2014 - EVENTUAL AQUISIÇÃO ACADEMIA AO AR LIVRE

Prefeitura de Vidal Ramos  
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
Setor de Compras  
PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 96/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente certame Eventual Aquisição de 40 equipamentos no seu conjunto cinco academia ao ar livre, 10 banco e 10 lixeiras com entrega no município de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda, 1180, CEP: 88443-000, Santa Catarina. Previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.

REGIMENTO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03 de janeiro de 2013 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 96/2014, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23/01/2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 18/12/2014, às 14:00 horas.

LOCAL: Departamento Administração da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos /SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos, 05 de dezembro de 2014  
LAERCIO DA CRUZ  
Prefeito Municipal.

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 93/2014 - ALIMENTAÇÃO, MARMITA, ALMOÇO E LANCHES

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
SETOR DE COMPRAS  
PREGÃO Nº. 93/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente certame ALIMENTAÇÃO SERVIDA PRONTA PARA CONSUMO, EM FORMA DE MARMITA, ALMOÇO E LANCHES VARIADOS. A ser utilizado no transcurso do exercício de 2015. Quantidade apurada por estimativa podendo

variar de acordo com as atividades e atos administrativos da municipalidade com previsão de entrega fragmentada, mediante requisição prévia setor competente, em frações diárias, sendo o local de entrega em estabelecimento apropriado localizado no perímetro urbano do município.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 14/2013 de 03 de janeiro de 2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 93/2014, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:00 hrs do dia 17 de dezembro de 2014.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 09:00 hrs do dia 17 de dezembro de 2014, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos (SC), 04 de dezembro de 2014.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 94/2014 - EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS**

**Prefeitura de Vidal Ramos**  
**Prefeitura Municipal de Vidal Ramos**  
**Sector de Compras**  
**PREGÃO Nº. 94/2014**

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 94/2014**

**OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS NOVOS DE 1ª LINHA CONFORME RELAÇÃO DESTINADA À REPOSIÇÃO EM VEÍCULOS DA FROTA DO DEPARTAMENTO DE OBRAS, SAÚDE, AGRICULTURA E EDUCAÇÃO DESTA MUNICIPALIDADE.** Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.

**REGIMENTO:** A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, e por seu Pregoeiro designado pela **PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013**, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 94/2014, do tipo MENOR LANCE POR ITEM**, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS e ABERTURA:** Até o dia 17/12/2014, às 14:00 horas.

**LOCAL:** Departamento Administração da **Prefeitura Municipal de Vidal Ramos** sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos /SC.

**ÁREA RESPONSÁVEL:** Departamento de Compras e Licitações

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).  
Prefeito Municipal – Laercio da Cruz

ESTE EXEMPLAR DE EDITAL É TRANSCRIÇÃO FIEL DO ORIGINAL ARQUIVADO NO PROCESSO DO PRESENTE PREGÃO.

**1 – PREÂMBULO**

1.1 – A **Prefeitura Municipal de Vidal Ramos/SC**, torna público e faz saber que, por determinação de seu Prefeito Municipal Sr. LAERCIO DA CRUZ, acha-se aberto o **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 94/2014**, tipo de licitação a de “**MENOR PREÇO POR ITEM**”, que será processado em conformidade com a Lei Federal nr.10.520/2002, Lei Complementar 123/2006, Decreto 237/06 e subsidiariamente com a Lei 8.666/93 com suas modificações.

2

- 1.2 – O INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PARA O RECEBIMENTO DOS ENVELOPES contendo um a **PROPOSTA DE PREÇOS** e o outro a **DOCUMENTAÇÃO** será às 14:00 hrs do dia 17/12/2014, na **Prefeitura Municipal de Vidal Ramos**, localizado na Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, na cidade de Vidal Ramos/SC.
- 1.3 – AS PROPONENTES DEVERÃO EXAMINAR CUIDADOSAMENTE AS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO DESTA EDITAL, DANDO ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS PENALIDADES ESTABELECIDAS PARA OS CASOS DE DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, FICANDO CIENTES DE QUE A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS APLICARÁ AS SANÇÕES PREVISTAS, OBEDECENDO AO DISPOSTO NO ART. 87, § 2º, DA LEI 8.666/93 COM SUAS ALTERAÇÕES.

## 2 – OBJETO

- 2.1 – Este edital refere-se à Registro de Preços para a aquisição de pneus pela **Prefeitura Municipal de Vidal Ramos** para atender necessidades dos Departamentos da Prefeitura de Vidal Ramos, a ser fornecido pela Proponente vencedora, quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia contendo as especificações no Anexo II - Termo de Referência.

### 2.2 – CONSTITUEM ANEXOS DESTA EDITAL:

**ANEXO I** – Minuta de Contrato;  
**ANEXO II** – Termo de Referência;  
**ANEXO III** – Folha de dados para elaboração de Contrato;  
**ANEXO IV** – Proposta Comercial;  
**ANEXO V** – Modelo de Declaração de não empregar Menor;  
**ANEXO VI** – Modelo de Credenciamento;  
**ANEXO VII** – Modelo de Declaração para Habilitação.

### 2.3 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

2.3.1 - O Registro de Preço será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preço, na forma do Anexo VIII e nas condições previstas neste Edital.

2.3.2 - A Ata de Registro de Preço resultante deste certame terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura.

## 3 – CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

### 3.1 – DAS CONDIÇÕES:

- 3.1.1 – Esta licitação está aberta a todas as empresas que se enquadrem no ramo de atividades pertinentes ao fornecimento do objeto da presente licitação e atendam as condições exigidas neste edital.
- 3.1.2 - Atendam às exigências constantes neste Edital e nos seus anexos, inclusive quanto à documentação requerida.

### 3.2 – DAS RESTRIÇÕES:

- 3.2.1 – Empresa declarada inidônea de acordo com o previsto nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e que não tenha restabelecida a sua idoneidade.
- 3.2.2 – Concorratória ou com falência decretada.

3

3.2.3 – Consorciada.

#### 4 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1 – As Proponentes deverão apresentar dois envelopes, **nr. 01 “PROPOSTA DE PREÇOS”** e **nr. 02 “DOCUMENTAÇÃO”**, fechados, contendo as seguintes informações:

4.1.1. Pregão nº. 94/2014

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos – SC

Envelope nº. 01 – Proposta Comercial

Identificação da empresa proponente

4.1.2. Pregão nº. 94/2014

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos – SC

Envelope nº. 02 – Documentação

Identificação da empresa proponente

#### 5 – CREDENCIAMENTO

5.1 - Os proponentes deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro com apenas um representante legal que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, será o único admitido a intervir nas fases do pregão, respondendo por sua representada, devendo ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

a) Habilitação do representante com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, mediante instrumento público de procuração ou instrumento particular, **acompanhado do documento, descrito na alínea a seguir**, para aferir-se a capacidade do outorgante;

b) Documento comprobatório de capacidade para representar a empresa (**CONTRATO SOCIAL OU EQUIVALENTE**), no qual estejam **expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura**, no caso de titular da mesma.

5.2 - O documento que credencia o representante deverá ser entregue separadamente dos envelopes "PROPOSTA DE PREÇO" e "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO".

5.3. Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, e declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

5.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que este apresente alguma restrição, conforme artigo 43 da Lei Complementar 123/2006.

5.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

5.6. O credenciamento é a condição obrigatória para a participação dos licitantes neste PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇO (Art.9, inc. I do Decreto nº. 237 de 25/05/2006).

## **6 – ENVELOPES NR. 01 “PROPOSTA DE PREÇOS”**

6.1. A Proposta Comercial contida no Envelope n.º. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos sub itens a seguir:

- a) Emitida, por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa;
- b) Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame;
- c) Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, constando o valor unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismo e de preferência o valor total por extenso;
  - c1) em caso de divergência entre os preços em algarismos e por extenso, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro;
  - c2) no preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais;
- d) Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data – limite para a entrega dos envelopes.
- e) Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura;
- f). Declaração da ANIP- Associação Nacional de Indústria de Pneumáticos, de que, a fabricante do pneu é associada.
- g) Declaração do fabricante dos pneus, de que possui no Brasil, um corpo técnico responsável, por qualquer tipo de garantia sob os produtos de sua fabricação, durante o período de garantia e conforme regras inscritos nos manuais dos produtos.
- h) Declaração expedida pela licitante que em casos referentes a garantia, a reposição do produto seja feita no máximo em 72 (setenta e duas) horas.
  - i) Prospectos técnicos que confirmem as características dos produtos ofertados, com cada modelo solicitado, apresentando a profundidade de sulco dos respectivos pneus.
- j) Apresentação de atestado de capacidade técnica, que comprove já ter fornecido materiais da natureza da presente licitação, fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- k) Declaração do fabricante dos pneus, mencionando quais as montadoras que seus produtos são homologados.

Parágrafo Único — Preferencialmente, e exclusivamente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do Anexo IV – Proposta de Preço, do presente edital.

## **7 – ENVELOPES NR. 02 “DOCUMENTAÇÃO”**

Poderão participar desta licitação quaisquer interessados, desde que:

7.1. Para habilitação entreguem os seguintes documentos:

7.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou ainda,

5

inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

7.1.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

7.1.3. Regularidade Fiscal:

7.1.3.1. Prova de regularidade fiscal com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da empresa;

7.1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante o INSS e FGTS, do domicílio ou sede da empresa;

7.1.3.3. Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT

7.1.3.4. Não estejam sendo submetidas a processo de falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou hajam sido suspensas de licitar no âmbito deste Município, e/ou declaradas inidôneas pela Administração Pública;

7.2.4. Os documentos de habilitação deverão ser entregues em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação na imprensa oficial, nos termos da legislação.

7.3. Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro;

7.2. Atendam às condições deste Pregão e apresentem os documentos nela exigidos;

## **8 – SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO PREGÃO**

8.1. Aberta a Sessão, sendo esta declarada pelo pregoeiro, os interessados ou seus representantes, apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VII) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme anexo, e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto. A partir desse momento não será permitida a participação de licitantes retardatários.

8.2. Credenciamento das empresas.

8.4. Recebimento dos envelopes de propostas de preço e de documentação de habilitação.

8.5. Abertura dos envelopes contendo as propostas comerciais, análise da conformidade das propostas, cujos preços as possibilitem passar à fase de lances, com os requisitos estabelecidos no Edital e posterior rubrica das folhas.

8.6. Divulgação, pelo Pregoeiro e equipe de apoio, dos preços para registro em ata, bem como para conhecimento e acompanhamento por todos os presentes.

8.7. Divulgação, pelo Pregoeiro, das propostas classificadas. Propostas de melhor preço e as com preços até dez por cento superiores a de menor preço. Não havendo pelo menos três propostas nessas condições, serão escolhidas as três melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.1.1. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço;

6

8.1.2. Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

8.2. No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor;

8.2.1. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

8.8. Em seguida o Pregoeiro dará início à etapa de lances verbais, convocando os licitantes classificados a apresentar lances verbais, os quais deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, iniciando-se pela última empresa classificada.

8.8.1. É vedada a oferta de lances com vista ao empate, bem como superior ao menor preço praticado no momento do lance.

8.8.2. Dos lances ofertados não caberá retratação, poderá o Pregoeiro estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.

8.8.3. A apresentação dos lances é facultativa, sendo que a desistência por parte do(s) licitante(s), quando da convocação pelo pregoeiro, implicará na manutenção do último preço praticado.

8.9. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.

8.10. Abertura do envelope e análise da documentação de habilitação da empresa que ofertou o menor preço.

8.11. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante desatender as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente na ordem de classificação.

8.12. O Pregoeiro informa o resultado da análise e comunica que a proposta e a documentação da licitante vencedora encontram-se à disposição dos licitantes.

8.13. Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº. 123/06 será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.14. Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada

8.15. Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a micro empresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 6.15 – I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 6.14, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no item 6.14, será realizado sorteio, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7

8.16. Para as situações previstas nos item 6.14 a microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 minutos.

8.17. Nas situações previstas nos subitens 6.9 e 6.11, o pregoeiro poderá negociar diretamente como o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.18. Não havendo manifestação oportuna de intenção de recorrer, o Pregoeiro adjudicará o objeto.

8.19. Devolução dos envelopes de documentação de habilitação dos licitantes não participantes da fase de lances.

8.20. Solicitação de nova planilha atualizada da empresa vencedora, se for o caso, a ser fornecida no prazo de até 02(dois) dias úteis.

8.21. Leitura da Ata e assinatura pelos licitantes presentes, pregoeiro e equipe.

8.22. Encerramento da sessão.

8.23. Caso qualquer proponente deixe de apresentar a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação poderá assinar tal declaração disponibilizada na sessão pelo Pregoeiro;

## **9 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

9.1 – Caso não haja recurso, o pregoeiro, na própria sessão pública, adjudicará o objeto do certame à Proponente detentora do menor preço por lote, encaminhando o processo para homologação pelo(a) Prefeito(a) Municipal;

9.1.1 – Nesta hipótese, o pregoeiro decidirá sobre os recursos, adjudicará o objeto deste Pregão Presencial e encaminhará o processo ao Sr.(a) Prefeito(a) Municipal para homologação do procedimento licitatório;

9.2 – A homologação desta licitação não obriga a Administração à aquisição do objeto licitado.

## **10 – DO REGISTRO DE PREÇOS**

10.1. Homologado o procedimento, será adjudicado o seu objeto aos três primeiros classificados por item;

10.2. Os preços unitários das três melhores propostas por lote serão registrados na ordem de classificação da Licitação;

10.3. A Assessoria Jurídica convocará o adjudicatário classificado em primeiro lugar para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação, assinar a Ata de Registro de Preços, cuja minuta integra este Edital, sob pena de decair do direito ao registro de preços, podendo, ainda, sujeitar-se à penalidades.

10.3.1. O prazo para a assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Assessoria Jurídica.

10.4. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá convocar os adjudicatários remanescentes, na ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços e efetuar os serviços ao respectivo preço registrado, nas seguintes hipóteses:

10.4.1. Inexecução contratual pelos primeiro classificado por qualquer motivo e conseqüente cancelamento da Ata, inclusive em caso fortuito ou de força maior, e;

8

10.4.2. Revisão do preço do primeiro classificado, quando o novo preço resultar superior ao do segundo classificado.

10.5 Os detentores das Atas não se eximirão das penalidades correspondentes, na hipótese de inexecução contratual;

10.6 A existência do preço registrado não obriga o Município de Vidal Ramos a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições;

10.7 O preço que vier a ser registrado em consequência do presente pregão poderá sofrer reajuste durante sua vigência, desde que para tal for apresentado pela licitante documento fiscal emitido por fornecedores da matéria prima ou órgão de governo controlador da referida comercialização que comprove a alteração de preço pretendido. Para o efetivo reajustamento será necessária a assinatura e explicação de nova ata de registro de preço.

10.8 Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro dos Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666 / 93 e suas alterações e nos artigos 16 e 17 do Decreto Municipal nº. 136/2005 e suas alterações;

## 11 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

11.1. No recebimento e aceitação dos serviços será observada, no que couber, as disposições contidas nos artigos de 73 a 76 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

## 12 - PENALIDADES

12.1 A desistência da proposta e a não assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo ou a falta de apresentação dos documentos, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, ensejarão:

12.1.1. Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município de Vidal Ramos, pelo período de 2 (dois) anos.

12.2 Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificado e comprovado, o não cumprimento, por parte da empresa detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejarão a aplicação, segundo a gravidade da falta, das seguintes penalidades:

a - **advertência**, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a Contratada concorrido diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Município de Vidal Ramos;

b - **multa de 0,4%** (quatro décimos por cento) ao dia, por atraso na entrega dos materiais, calculada sobre o valor da Ordem de Compra, até o 5º (quinto) dia corrido, após o que, aplicar-se-á a multa prevista na alínea "c" desta cláusula;

c - **multa de 30%** (trinta por cento) sobre o valor total da (s) Ordem (ns) de Compra, na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas;

d - na hipótese de cancelamento da Ata de Registro de Preços, além da aplicação da multa correspondente, aplicar-se-á a **suspensão temporária** ao direito de licitar com a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos;

e - **cancelamento** da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com a Prefeitura Municipal de Rio do Sul, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo

9

prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Compra ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Compra.

12.3 As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

12.4 As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município de Vidal Ramos;

12.5 As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

12.6 Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

12.6.1 - **Declaração de inidoneidade** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos;

12.6.2 - **Desclassificação**, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;

12.6.3 - **Cancelamento da Ata de Registro de Preços**, se esta já estiver assinada, procedendo-se à paralisação da entrega dos materiais.

### 13 – ESCLARECIMENTO

13.1 – As empresas interessadas poderão requerer esclarecimento sobre o presente pregão ao Departamento de Compras e Licitações pelo fax (47) 3356-2310 através do endereço eletrônico [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br), até 02 (dois) dias úteis antes da data marcada para o pregão;

13.2. – Em caso de não solicitação de esclarecimentos e informações pelas Proponentes, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo posteriormente o direito a qualquer reclamação.

### 14 – DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro em conjunto a Equipe de Apoio;

14.2 – Fica eleito o foro da comarca de Ituporanga/SC, com exclusão de qualquer outro, para propositura de qualquer ação referente à presente licitação e/ou contrato dela decorrente;

14.3 - Se a Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

14.4 - Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

14.5 - Se a licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora de serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número do CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

14.6 – O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a entrega de CADA FRAGMENTO DO OBJETO ora licitado e apresentação da respectiva nota fiscal;

14.7 – O produto à ser entregue deverá ser de 1ª qualidade, estando sujeito a substituição imediata o produto que se apresentar fora das especificações técnicas;

10

14.8 – A entrega do produto será parcelada sempre precedida de uma solicitação de entrega pelo Departamento de Compras. O que ocorrerá conforme a sua necessidade. A entrega deverá ser feita no depósito da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, sito a Avenida Jorge Lacerda, 1180 – Centro, sem custo adicional;

14.9 – A **Prefeitura Municipal de Vidal Ramos** se reserva o direito de, a qualquer tempo, revogar ou anular, total ou parcialmente, a presente licitação e desclassificar qualquer proposta ou todas elas, obedecendo o disposto nos artigos 48 e 49 da Lei nr. 8.666/93 com suas alterações;

14.10 – É facultada ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

14.11 – As Proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

14.12 – A nota eletrônica arquivo XML e Danfe deverá ser encaminhada para o seguinte e-mail: [notaeletronicavidalramos@gmail.com](mailto:notaeletronicavidalramos@gmail.com)

14.13 – Ficam à disposição dos interessados no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, nos dias úteis, das 8:00hrs às 17:00 hrs todos os elementos que compõem o presente processo licitatório para análise de seus aspectos formais e legais, mediante solicitação escrita e dirigida ao Departamento de Compras e Licitações, conforme determina o artigo 63 da Lei 8.666/93.

Vidal Ramos, 05 de dezembro de 2014.

**LAERCIO DA CRUZ**  
**Prefeito Municipal**

**ANEXO I****MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ...../20...**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2014, PARA **EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS NOVOS DE 1ª LINHA CONFORME RELAÇÃO DESTINADOS À REPOSIÇÃO EM VEÍCULOS DA FROTA DO DEPARTAMENTO DE OBRAS, SAÚDE, AGRICULTURA E EDUCAÇÃO DESTA MUNICIPALIDADE.**, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO II.

Aos XX (XXXXX) dias do mês de XXXXXXXXXXXX do ano de XXXXXXXXXXXXXXXX, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro, **PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013**, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação para REGISTRO DE PREÇOS para **EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS NOVOS DE 1ª LINHA CONFORME RELAÇÃO DESTINADOS À REPOSIÇÃO EM VEÍCULOS DA FROTA DO DEPARTAMENTO DE OBRAS, SAÚDE, AGRICULTURA E EDUCAÇÃO DESTA MUNICIPALIDADE.**, de acordo com as especificações do Anexo II, que acompanha este edital.

EMPRESA ..... (Nome da empresa), com sede na(citar o endereço), representada neste ato, por seu representa legal, o senhor....., CIC nº....., VENCEDORA DOS ITENS.....

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** tem por objeto, **EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS NOVOS DE 1ª LINHA CONFORME RELAÇÃO DESTINADOS À REPOSIÇÃO EM VEÍCULOS DA FROTA DO DEPARTAMENTO DE OBRAS, SAÚDE, AGRICULTURA E EDUCAÇÃO DESTA MUNICIPALIDADE**, de acordo com as especificações do Anexo I, a contar da assinatura da presente Ata.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará a partir de XX/XX/XXXX pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

**GRUPO I – PNEUS PARA OS VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS:**

ITEM	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	MODELO/ MARCA	PREÇO UNIT.	TOTAL
1	24	UND	PNEU 1000 R 20 RADIAL, COM 16 LONAS, LISO, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO DE 15,5 mm COM CÂMARA E PROTETOR.			

12

2	24	UND	PNEU 1000 R 20 RADIAL, COM 16 LONAS, MISTO, PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO 19,5mm, COM CÂMARA E PROTETOR. DEVENDO ESTAR DENTRO DAS NORMAS ABNT/NBR E COM SELO INMETRO.			
3	14	UND	PNEU RADIAL LISO, TAMANHO 7.50 R16 - 12 LONAS, COM CÂMARA E PROTETOR. DEVENDO ESTAR DENTRO DAS NORMAS ABNT/NBR E COM SELO INMETRO.			
4	10	UND	PNEU RADIAL BORRACHUDO, TAMANHO 7.50 R 16 - 12 LONAS, COM CÂMARA E PROTETOR. DEVENDO ESTAR DENTRO DAS NORMAS ABNT/NBR E COM SELO INMETRO.			
5	8	UND	PNEU 205/75 R 15, RADIAL LISO, SEM CÂMARA, que suporte 950 kg			
6	12	UND	PNEU 185 R 14 RADIAL 8 LONAS			
7	2	UND	PNEU RADIAL LISO 275/80 R 22,5 COM 16 LONAS DE PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO 15 mm			
8	4	UND	PNEU RADIAL MISTO 275/80 R 22,5 COM 16 LONAS DE PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO 17,5 mm			
9	4	UND	PNEU 1300 X 24 CONVENCIONAL, MOD. L2, COM 16 LONAS, COM CÂMARA E PROTETOR			
10	20	UND	PNEU 900X20, CONVENCIONAL, LISO, COM 16 LONAS, DE PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO 12,4mm, COM CÂMARA E PROTETOR.			
11	30	UND	PNEU 900X20, BORRACHUDO, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS, DE PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO 19,7mm, COM CÂMARA E PROTETOR.			
12	8	UND	PNEU 17,5X25, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS, COM GARRAS TIPO L2, APROPRIADO PARA MÁQUINA DE TERRAPLANAGEM, FABRICAÇÃO NACIONAL, COM CÂMARA E PROTETOR.			
13	16	UND	PNEU RADIAL BORRACHUDO, TAMANHO 215 75/R 17/5 - 12 LONAS, PROFUNDIDADE DE SULCO 14 MM			
14	20	UND	PNEU RADIAL 175/70 R14 84 T			
15	24	UND	PNEU 215/75 R 16 RADIAL MISTO PEUGEOT			
16	12	UND	PNEU 215/75 R 17,5 RADIAL LISO, PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO 13,5 MM			
17	28	UND	PNEU 185/70 R13 RADIAL			
18	12	UND	PNEU 265/70 R16			
19	8	UND	PNEU 295/80 R22.5 LISO PROFUNDIDADE DE SULCO 15,5 MM CAMINHÃO DANIEL			
20	24	UND	PNEU 295/80 R22.5 MISTO PROFUNDIDADE DE SULCO 19,5 MM CAMINHÃO DANIEL			
21	24	UND	PNEU 205/75 R 17,5 RADIAL			
22	24	UND	PNEU 215/70 R 15			
23	16	UND	PNEU 205/75 R16			
24	30	UND	CÂMARA PARA PNEU 1000/20			
25	30	UND	CÂMARA PARA PNEU 900/20			
26	20	UND	CÂMARA PARA PNEU 14.00.24			
27	30	UND	COLARINHO DE 20 POLEGADAS			
28	4	UND	CÂMARA PARA PNEU 19,5 X 24			
29	4	UND	CÂMARA PARA PNEU 12,5/80 X 18			
30	12	UND	PNEU 205/70 R 15, RADIAL DE 8 LONAS, LISO, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO DE 8,5 mm, SEM CÂMARA.			
31	20	UND	PNEU 185/65 R14 - RADIAL - PEUGEOT 207			
32	12	UND	PNEU 215/75 R 17,5, LISO, PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO 13,5 MM - VOLARE			
33	16	UND	PNEU 195/65 R15 - RADIAL - GRAND LIVINA			
34	24	UND	PNEU 185/70 R13 RADIAL - GOL			
35	4	UND	PNEU 12.4/24, 10 LONAS, COM CÂMARA, DIANTEIRO			
36	4	UND	PNEU 18.4/30 12 LONAS, COM CÂMARA, TRASEIRO			
37	4	UND	PNEU 12,5 X 18 L2 CONVENCIONAL 10 LONAS			
38	4	UND	PNEU 19,5 X 24 L2 CONVENCIONAL, 12 LONAS			
39	10	UND	PNEU 14.00.24 CONVENCIONAL 16 LONAS			
TOTAL						

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

**Parágrafo Único:** Caso Constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, objetivadas no atendimento do Município.

14

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

15

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 08:00hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:00hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais ate os locais designados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art.78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

16

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Vidal Ramos/SC, .... de..... de 20....

**JUAREZ KUHNEN**  
PREGOEIRO MUNICIPAL

XXXXXXXXXXXXXXXXXX  
MEMBRO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
MEMBRO

**EMPRESA VENCEDORA**

TESTEMUNHAS:

1- XXXXXXXXXXXXXXXXS  
CPF: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2- XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CPF: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

VISTO:

**ASSESSOR JURÍDICO**

17

**ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº.94/2014**  
**AS PROPOSTAS INICIAIS NÃO DEVERÃO ULTRAPASSAR OS SEGUINTE VALORES**

ITEM	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	MODELO/ MARCA	PREÇO UNIT.	TOTAL
1	24	UND	PNEU 1000 R 20 RADIAL, COM 16 LONAS, LISO, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO DE 15,5 mm COM CÂMARA E PROTETOR.		1360,00	32.640,00
2	24	UND	PNEU 1000 R 20 RADIAL, COM 16 LONAS, MISTO, PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO 19,5mm, COM CAMARA E PROTETOR. DEVENDO ESTAR DENTRO DAS NORMAS ABNT/NBR E COM SELO INMETRO.		1425,00	34.200,00
3	14	UND	PNEU RADIAL LISO, TAMANHO 7.50 R16 - 12 LONAS, COM CÂMARA E PROTETOR. DEVENDO ESTAR DENTRO DAS NORMAS ABNT/NBR E COM SELO INMETRO.		745,00	10.430,00
4	10	UND	PNEU RADIAL BORRACHUDO, TAMANHO 7.50 R 16 - 12 LONAS, COM CÂMARA E PROTETOR. DEVENDO ESTAR DENTRO DAS NORMAS ABNT/NBR E COM SELO INMETRO.		890,00	8.900,00
5	8	UND	PNEU 205/75 R 15, RADIAL LISO, SEM CÂMARA, que suporte 950 kg		510,00	4.080,00
6	12	UND	PNEU 185 R 14 RADIAL 8 LONAS		356,00	4.272,00
7	2	UND	PNEU RADIAL LISO 275/80 R 22,5 COM 16 LONAS DE PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO 15 mm		1485,00	2.970,00
8	4	UND	PNEU RADIAL MISTO 275/80 R 22,5 COM 16 LONAS DE PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO 17,5 mm		1598,00	6.392,00
9	4	UND	PNEU 1300 X 24 CONVENCIONAL, MOD. L2, COM 16 LONAS, COM CÂMARA E PROTETOR		2600,00	10.400,00
10	20	UND	PNEU 900X20, CONVENCIONAL, LISO, COM 16 LONAS, DE PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO 12,4mm, COM CAMARA E PROTETOR.		1050,00	21.000,00
11	30	UND	PNEU 900X20, BORRACHUDO, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS, DE PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO 19,7mm, COM CAMARA E PROTETOR.		1291,00	38.730,00
12	8	UND	PNEU 17,5X25, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS, COM GARRAS TIPO L2, APROPRIADO PARA MÁQUINA DE TERRAPLANAGEM, FABRICAÇÃO NACIONAL, COM CAMARA E PROTETOR.		4050,00	32.400,00
13	16	UND	PNEU RADIAL BORRACHUDO, TAMANHO 215 75/R 17/5 - 12 LONAS, PROFUNDIDADE DE SULCO 14 MM		840,00	13.440,00
14	20	UND	PNEU RADIAL 175/70 R14 84 T		330,00	6.600,00
15	24	UND	PNEU 215/75 R 16 RADIAL MISTO PEUGEOT		750,00	18.000,00
16	12	UND	PNEU 215/75 R 17,5 RADIAL LISO, PROFUNDIDADE MINIMA DE SULCO 13,5 MM		830,00	9.960,00
17	28	UND	PNEU 185/70 R13 RADIAL		288,00	8.064,00
18	12	UND	PNEU 265/70 R16		1039,00	12.468,00
19	8	UND	PNEU 295/80 R22.5 LISO PROFUNDIDADE DE SULCO 15,5 MM CAMINHÃO DANIEL		1575,00	12.600,00
20	24	UND	PNEU 295/80 R22.5 MISTO PROFUNDIDADE DE SULCO 19,5 MM CAMINHÃO DANIEL		1630,00	39.120,00
21	24	UND	PNEU 205/75 R 17,5 RADIAL		680,00	16.320,00
22	24	UND	PNEU 215/70 R 15		610,00	14.640,00
23	16	UND	PNEU 205/75 R16		615,00	9.840,00
24	30	UND	CÂMARA PARA PNEU 1000/20		96,00	2.880,00
25	30	UND	CÂMARA PARA PNEU 900/20		80,00	2.400,00
26	20	UND	CÂMARA PARA PNEU 14.00.24		145,00	2.900,00
27	30	UND	COLARINHO DE 20 POLEGADAS		32,00	960,00
28	4	UND	CÂMARA PARA PNEU 19,5 X 24		215,00	860,00
29	4	UND	CÂMARA PARA PNEU 12,5/80 X 18		95,00	380,00
30	12	UND	PNEU 205/70 R 15, RADIAL DE 8 LONAS, LISO, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO DE 8,5 mm, SEM CÂMARA.		512,00	6.144,00

31	20	UND	PNEU 185/65 R14 - RADIAL - PEUGEOT 207		290,00	5.800,00
32	12	UND	PNEU 215/75 R 17,5, LISO, PROFUNDIDADE MINIMA DE SULCO 13,5 MM - VOLARE		880,00	10.560,00
33	16	UND	PNEU 195/65 R15 - RADIAL - GRAND LIVINA		393,00	6.288,00
34	24	UND	PNEU 185/70 R13 RADIAL - GOL		288,00	6.912,00
35	4	UND	PNEU 12.4/24, 10 LONAS, COM CÂMARA, DIANTEIRO		1600,00	6.400,00
36	4	UND	PNEU 18.4/30 12 LONAS, COM CÂMARA, TRASEIRO		2980,00	11.920,00
37	4	UND	PNEU 12,5 X 18 L2 CONVENCIONAL 10 LONAS		1410,00	5.640,00
38	4	UND	PNEU 19,5 X 24 L2 CONVENCIONAL, 12 LONAS		5466,00	21.864,00
39	10	UND	PNEU 14.00.24 CONVENCIONAL 16 LONAS		2300,00	23.000,00
TOTAL					482.374,00	

18

19

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 94/2014**  
**ANEXO III**

**FOLHA DE DADOS PARA ELABORAÇÃO DE CONTRATO**

Razão Social: \_\_\_\_\_.

Endereço: \_\_\_\_\_.

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_.

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_.

Nome da pessoa para contatos: \_\_\_\_\_.

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_.

Nome completo da pessoa da pessoa que assinará o contrato: \_\_\_\_\_.

Cargo que a pessoa ocupa na empresa: \_\_\_\_\_.

RG : \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_.

Obs.: em caso de representação por procurador, juntar o instrumento de mandato específico para assinatura do contrato.

Data:

\_\_\_\_\_  
(Carimbo e assinatura do responsável pelas informações)

**Observação:** Solicitamos a gentileza de preencher este formulário, e entregá-lo juntamente com os envelopes da presente licitação. Caso essa empresa seja vencedora, estes dados facilitarão a elaboração e assinatura do contrato referente a este procedimento licitatório. A não apresentação dessa folha não implicará a inabilitação da Proponente.

\_\_\_\_\_

20

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 94/2014**  
**ANEXO IV**

**PROPOSTA DE PREÇOS**

(Modelo que pode ser preenchido pela Proponente como sua proposta)

Nome da Proponente:

Endereço:

Telefone/Fax:

CNPJ/MF:

Banco: **(BANCO DO BRASIL)**

Conta Corrente:

Agência:

Cidade:

*\* as empresas que não possuem conta nos bancos acima especificados deverão atentar-se para a cobrança de TED (Transferência Eletrônica Disponível).*

Conforme estipulado nos itens do edital e suas especificações, propomos:

**ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº.94/2014**

AS PROPOSTAS INICIAIS NÃO DEVERÃO ULTRAPASSAR OS SEGUINTE VALORES

ITEM	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	MODELO/ MARCA	PREÇO UNIT.	TOTAL
1	24	UND	PNEU 1000 R 20 RADIAL, COM 16 LONAS, LISO, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO DE 15,5 mm COM CÂMARA E PROTETOR.			
2	24	UND	PNEU 1000 R 20 RADIAL, COM 16 LONAS, MISTO, PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO 19,5mm, COM CAMARA E PROTETOR. DEVENDO ESTAR DENTRO DAS NORMAS ABNT/NBR E COM SELO INMETRO.			
3	14	UND	PNEU RADIAL LISO, TAMANHO 7.50 R16 - 12 LONAS, COM CÂMARA E PROTETOR. DEVENDO ESTAR DENTRO DAS NORMAS ABNT/NBR E COM SELO INMETRO.			
4	10	UND	PNEU RADIAL BORRACHUDO, TAMANHO 7.50 R 16 - 12 LONAS, COM CÂMARA E PROTETOR. DEVENDO ESTAR DENTRO DAS NORMAS ABNT/NBR E COM SELO INMETRO.			
5	8	UND	PNEU 205/75 R 15, RADIAL LISO, SEM CÂMARA, que suporte 950 kg			
6	12	UND	PNEU 185 R 14 RADIAL 8 LONAS			
7	2	UND	PNEU RADIAL LISO 275/80 R 22,5 COM 16 LONAS DE PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO 15 mm			
8	4	UND	PNEU RADIAL MISTO 275/80 R 22,5 COM 16 LONAS DE PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO 17,5 mm			
9	4	UND	PNEU 1300 X 24 CONVENCIONAL, MOD. L2, COM 16 LONAS, COM CÂMARA E PROTETOR			
10	20	UND	PNEU 900X20, CONVENCIONAL, LISO, COM 16 LONAS, DE PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO 12,4mm, COM CAMARA E PROTETOR.			
11	30	UND	PNEU 900X20, BORRACHUDO, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS, DE PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO 19,7mm, COM CAMARA E PROTETOR.			
12	8	UND	PNEU 17,5X25, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS, COM GARRAS TIPO L2, APROPRIADO PARA MÁQUINA DE TERRAPLANAGEM, FABRICAÇÃO NACIONAL, COM CAMARA E PROTETOR.			
13	16	UND	PNEU RADIAL BORRACHUDO, TAMANHO 215 75/R 17/5 - 12 LONAS, PROFUNDIDADE DE SULCO 14 MM			
14	20	UND	PNEU RADIAL 175/70 R14 84 T			

21

15	24	UND	PNEU 215/75 R 16 RADIAL MISTO PEUGEOT			
16	12	UND	PNEU 215/75 R 17,5 RADIAL LISO, PROFUNDIDADE MINIMA DE SULCO 13,5 MM			
17	28	UND	PNEU 185/70 R13 RADIAL			
18	12	UND	PNEU 265/70 R16			
19	8	UND	PNEU 295/80 R22.5 LISO PROFUNDIDADE DE SULCO 15,5 MM CAMINHÃO DANIEL			
20	24	UND	PNEU 295/80 R22.5 MISTO PROFUNDIDADE DE SULCO 19,5 MM CAMINHÃO DANIEL			
21	24	UND	PNEU 205/75 R 17,5 RADIAL			
22	24	UND	PNEU 215/70 R 15			
23	16	UND	PNEU 205/75 R16			
24	30	UND	CÂMARA PARA PNEU 1000/20			
25	30	UND	CÂMARA PARA PNEU 900/20			
26	20	UND	CÂMARA PARA PNEU 14.00.24			
27	30	UND	COLARINHO DE 20 POLEGADAS			
28	4	UND	CÂMARA PARA PNEU 19,5 X 24			
29	4	UND	CÂMARA PARA PNEU 12,5/80 X 18			
30	12	UND	PNEU 205/70 R 15, RADIAL DE 8 LONAS, LISO, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO DE 8,5 mm, SEM CÂMARA.			
31	20	UND	PNEU 185/65 R14 - RADIAL - PEUGEOT 207			
32	12	UND	PNEU 215/75 R 17,5, LISO, PROFUNDIDADE MINIMA DE SULCO 13,5 MM - VOLARE			
33	16	UND	PNEU 195/65 R15 - RADIAL - GRAND LIVINA			
34	24	UND	PNEU 185/70 R13 RADIAL - GOL			
35	4	UND	PNEU 12.4/24, 10 LONAS, COM CÂMARA, DIANTEIRO			
36	4	UND	PNEU 18.4/30 12 LONAS, COM CÂMARA, TRASEIRO			
37	4	UND	PNEU 12,5 X 18 L2 CONVENCIONAL 10 LONAS			
38	4	UND	PNEU 19,5 X 24 L2 CONVENCIONAL, 12 LONAS			
39	10	UND	PNEU 14.00.24 CONVENCIONAL 16 LONAS			
<b>TOTAL</b>						

OBS: "OS PNEUS DEVERÃO SER ENTREGUES NA GARAGEM MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, RUA SANTA CRUZ Nº. 447. OFERECER TOTAL GARANTIA DE NORMAS TÉCNICAS DE FABRICAÇÃO, BEM COMO DA DURABILIDADE E RESISTÊNCIA PROPOSTA DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA. ENTREGA IMEDIATA APÓS SOLICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL.

☐ ☐ Nos preços propostos estão inclusos todos os custos e despesas, encargos e incidências, diretos ou indiretos, houver incidência, não importando a natureza, que recaiam sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, obrigações patronais como: salário, férias, 13º salário, INSS, FGTS trabalhistas e quaisquer outras que forem dívidas relativas aos serviços, serão de inteira responsabilidade da empresa vencedora;

☐ ☐ Prazo de validade da presente proposta 60(sessenta) dias

☐ ☐ Declaramos que esta proposta, nos termos do edital, é firme e concreta, não nos cabendo desistência após a fase de habilitação, na forma do art. 43, § 6º, da Lei nr. 8.666/93 com suas alterações.

☐ ☐ Declaramos que esta empresa está ciente da cláusula 2.1, com relação á entrega parcelada dos itens.

☐ Encaminhar nota eletrônica arquivo XML e PDF DA NOTA para o seguinte e-mail: [notaaletronicavidalramos@gmail.com](mailto:notaaletronicavidalramos@gmail.com)

Data:

Assinatura:

22

Nome:

RG:

CPF:

---

23

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 94/2014**  
**ANEXO V**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR**

**D E C L A R A Ç Ã O**

Ref.: **PREGÃO PRESENCIAL NR. ° 94/2014**

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr. (a) \_\_\_\_\_ portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_.

**DECLARA**, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: A empresa emprega menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal**

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

---

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2014**  
**ANEXO VI**

**MODELO DE CREDENCIAMENTO**

A empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, C.N.P.J. sob nº. \_\_\_\_\_, representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, **CREDENCIA** o Sr. \_\_\_\_\_ (CARGO), portador do R.G. \_\_\_\_\_ e C.P.F. nr. \_\_\_\_\_, para representá-la perante a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos em licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 94/2014**, podendo formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

NOME:

R.G.:

CARGO:

---

24

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 94/2014****ANEXO VII****MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

(pode ser preenchida para entrega)

A empresa \_\_\_\_\_, com sede a \_\_\_\_\_, CNPJ  
sob nº. \_\_\_\_\_, por seu representante Sr. \_\_\_\_\_, RG nº.  
\_\_\_\_\_ e C.P.F. nº. \_\_\_\_\_, declara que  
cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

\_\_\_\_\_  
Empresa:

Representante legal:

**PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 95/2014 - CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR OU EMPRESA VINCULADA A INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
Setor de Compras  
PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 95/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a Contratação de Instituição de Ensino Superior ou empresa vinculada a Instituição de Ensino Superior.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 95/2014, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:00 hrs do dia 18 de dezembro de 2014.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 09:00 hrs do dia 18 de dezembro de 2014, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos (SC), 05 de dezembro de 2014.

LAERCIO DA CRUZ  
Prefeito Municipal

**Videira****PREFEITURA****DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES Nº 02 DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 03/2014 - CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES Nº 02 DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 03/2014

A Comissão Permanente de Licitações convoca as licitantes participantes do processo licitatório em epígrafe cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE PUBLICIDADE AO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, CONFORME LEI FEDERAL Nº 12.232/2010 E DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO §1º DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, na forma do subitem 22.6 do Edital, para participarem da segunda sessão pública na data de 10 de dezembro de 2014 às 14:00 horas, para a abertura dos Envelopes nº 02 e demais atos previstos no subitem 13.3 do Ato Convocatório.

Videira, 05 de dezembro de 2014.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**DECRETO Nº 11.367/14**

DECRETO Nº 11.367/14, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.183/14, de 03 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 292.000,00 (duzentos e noventa e dois mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

01 – Gabinete do Prefeito Municipal  
 01 – Assessoria de Gabinete  
 2.002– Manutenção da Chefia de Gabinete  
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas  
 50.000,00

02 – Secretaria Municipal da Assessoria Jurídica  
 01 – Assessoria Jurídica  
 2.008– Manutenção da Secretaria de Assessoria Jurídica  
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas  
 25.000,00  
 3.1.91.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas  
 5.000,00

03 – Secretaria de Administração  
 01 – Administração  
 2.014– Manutenção do Departamento de Pessoal  
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas  
 23.000,00

07 – Secretaria Municipal de Educação  
 01 – Departamento de Educação  
 2.031– Manutenção da Secretaria de Educação  
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas  
 169.000,00  
 3.1.91.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas  
 20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO  
 292.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentária:

01 - Gabinete do Prefeito Municipal  
 04 - PROCON  
 2.006- Manutenção do PROCON  
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas  
 30.000,00

03 - Secretaria de Administração  
 02 - Encargos Especiais  
 2.015- Inativos - FASM Patronal  
 3.1.91.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas  
 23.000,00

04 - Secretaria Municipal de Finanças  
 01 - Departamento Financeiro e Tributário  
 2.025- Manutenção da Secretaria de Finanças  
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas  
 50.000,00

07 - Secretaria Municipal de Educação  
 01 - Departamento de Educação  
 2.032- Manutenção da Biblioteca  
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 49.000,00

07 - Secretaria Municipal de Educação  
 06 - Departamento de Esportes  
 2.043- Manutenção do Departamento de Esportes  
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 130.000,00  
 3.1.91.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 10.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 292.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de dezembro de 2014.  
 WILMAR CARELLI  
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI  
 Secretário de Administração em Exercício

### DECRETO Nº 11.368/14

DECRETO Nº 11.368/14, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.  
 Abre Crédito Adicional Especial das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.184/14, de 03 de dezembro de 2014.  
 DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional especial no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

03 – Secretaria Municipal de Administração	
01 – Administração	
2.009 – Manutenção da Secretaria de Administração	
3.3.72.00.00.00.00.0.1.0000	
7.000,00	
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	7.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de dezembro de 2014.  
 WILMAR CARELLI  
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI  
 Secretário de Administração em Exercício

### ENCERRAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2014 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014 - FMAS

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014 - FMAS, a qual tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PORTÃO ELETRÔNICO PARA SER INSTALADO NA CASA LAR, DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL, foi encerrada sem vencedores, ante a falta de interessados em participar do certame. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9026.

Videira, 05 de Dezembro de 2014.

VILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DO CONTRATO N. 0644/2014**

Extrato do Contrato n. 0644/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: RAFAELA DALL'ASTA

CPF: 018.352.720-88

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de novembro de 2014 a 31 de agosto de 2015

FUNÇÃO: NUTRICIONISTA

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.165,38 (três mil, cento e sessenta e cinco reais e trinta e oito centavos)

#### **EXTRATO DO CONTRATO N. 0645/2014**

Extrato do Contrato n. 0645/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIANE FAGHERAZZI

CPF: 020.412.879-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 05 de novembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.094,76 (um mil, cento e noventa e quatro reais e setenta e seis centavos)

#### **EXTRATO DO CONTRATO N. 0648/2014**

Extrato do Contrato n. 0648/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GISLAINE FERREIRA DE OLIVEIRA

CPF: 064.972.939-06

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA LEDA VANZ EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 03 de novembro de 2014 a 26 de novembro de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

#### **EXTRATO DO CONTRATO N. 0654/2014**

Extrato do Contrato n. 0654/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CLAUDETE MEDEIROS

CPF: 064.061.429-93

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 05 de novembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.189,52 (dois mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta e dois centavos)

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0137/2014**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0137/2014

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0362/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELISANE BENEDETTI NEVES

CPF: 056.201.079-30

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 30 de novembro de 2014.

#### **LEI Nº 3.180/14**

LEI Nº 3.180/14, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a realizar serviços, não remunerados, que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, sem ônus ao interessado, a realizar e conceder à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, os seguintes serviços para a viabilização de áreas da Estação Experimental da EPAGRI, possibilitando a realização de manutenção e reparos nas estradas internas, conforme descrito no Processo Administrativo nº 12.952/13:

I - Até 32 (trinta e duas) horas dos serviços de 01 (uma) escavadeira hidráulica;

II - Até 96 (noventa e seis) horas dos serviços de 01 (um) caminhão caçamba de 12.0m³;

III - Até 32 (trinta e duas) horas dos serviços de 01 (uma) motoniveladora;

IV - Até 16 (dezesesseis) horas dos serviços de 01 (um) rolo compactador;

V - Até 08 (oito) horas dos serviços de 01 (uma) Retroescavadeira;

Parágrafo único. O prazo para execução dos serviços a que se refere o presente artigo não poderá ultrapassar a data de 30 de junho de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário

Videira, 03 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI  
Secretário de Administração em Exercício

**LEI Nº 3.181/14**

LEI Nº 3.181/14, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar despesas com a "33ª Oficina de Música de Curitiba", a realizar-se no período de 08 a 19 de janeiro de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber que a Câmara de Vereadores do Município de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a despesar, até R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), com o pagamento de despesas de inscrição, alimentação, transporte e hospedagem, para até 18 (dezoito) alunos músicos integrantes das Oficinas de Música da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, a fim de participarem da "33ª Oficina de Música de Curitiba", que se realizará no período de 08 a 19 de janeiro de 2015.

§1º Fica, ainda, o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder à abertura de conta adiantamento específica, do valor mencionado no caput deste artigo, de 11.900,00 (onze mil e novecentos reais) que será utilizado para o pagamento das despesas de inscrição, alimentação e hospedagem.

§2º As demais despesas de transporte serão executadas mediante a contratação de serviços por processo licitatórios.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2015.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 03 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI  
Secretário de Administração em Exercício

**LEI Nº 3.182/14**

LEI Nº 3.182/14, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a repassar subvenção social, através do Fundo Municipal de Saúde, ao Instituto de Ensino e Assistência Social - Hospital Salvatoriano Divino Salvador, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar subvenção social, através do Fundo Municipal de Saúde, ao Instituto

de Ensino e Assistência Social - Hospital Salvatoriano Divino Salvador, associação civil, de direito privado de fins não econômicos e não lucrativos, filantrópica, de caráter beneficente de assistência social, de saúde, educacional e cultural, inscrito no CNPJ sob nº 86.552.809/0003-03, nos termos da minuta do convênio de cooperação anexo e que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O objeto da presente lei é a cooperação financeira do Município para o pagamento das despesas de manutenção e custeio, incluindo medicamentos, do referido Instituto, para manutenção do Hospital Salvatoriano Divino Salvador.

Art. 3º A participação do Município consistirá no repasse de até R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) no mês de dezembro de 2014; e até o valor de R\$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais), sendo parcelas mensais de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), a partir do mês de janeiro de 2015.

Parágrafo Único O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS e INSS.

Art. 4º As liberações das novas parcelas somente serão autorizadas se a entidade:

- a) apresentar Certidões Negativas de Débito - CND (s): INSS, FGTS, Estaduais, Municipais e Federais, vigentes na data do empenhamento ou do depósito bancário;
- b) não possuir nenhuma pendência junto a qualquer órgão municipal relativa a prestações de contas anteriores; e,
- c) houver respeitado as regras da transparência, da boa conduta, da cidadania e do interesse social, na utilização do recurso público.

Art. 5º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, contendo os documentos previstos na Lei nº 4.320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária para o ano de 2014:

15 - Fundo Municipal de Saúde

01 - Fundo Municipal de Saúde

2064 - Atenção de Média e Alta Complexidade

3.3.50.00.00.00.00.00.01.0003. - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Parágrafo único. As despesas decorrentes desta Lei para o ano de 2015 correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2015.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI  
Secretário de Administração em Exercício

# MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO LEI Nº 3.182/14

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.039.842/0002-65, neste ato representado pela sua Gestora e Secretária Municipal de Saúde e Ação Social, Senhora MARIA ENEIDA FURLIN DRESCH, e o INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, associação civil, de direito privado de fins não econômicos e não lucrativos, filantrópica, de caráter beneficente de assistência social, de saúde, educacional e cultural, com sede no Município de Videira, inscrito no CNPJ sob nº 86.552.809/0003-03, neste ato representado por sua Presidente Senhora LEONILA GUBERT, visando à colaboração financeira do Município.

Aos ... dias do mês de .... de 2014, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e o INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, resolvem, nos termos da Lei nº 3.182/14, celebrar o presente Convênio, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação financeira do Município para o pagamento das despesas de manutenção e custeio, incluindo medicamentos do referido Instituto, para manutenção do Hospital Salvatoriano Divino Salvador.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

- I- Repassar até R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) no mês de dezembro de 2014; e até o valor de R\$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais), sendo parcelas mensais de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), a partir do mês de janeiro de 2015, aprovada pela Lei autorizativa do presente convênio;
- II- Proceder o encaminhamento dos pacientes sempre através de profissional médico da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, com documento formal, identificando o paciente, descrevendo os procedimentos a serem adotados, visando agilização e um melhor atendimento ao paciente;
- III- Quando o evento exigir, o médico solicitante deverá enviar a prescrição médica juntamente com o paciente, possibilitando ao Hospital a agilização do atendimento;
- IV- Se o evento exigir, providenciar o transporte do paciente até o Hospital Divino Salvador, para que possa receber o atendimento;
- V- Providenciar a remoção dos pacientes, residentes no Município de Videira, que necessitam de atendimento em outras localidades, fora do município, mediante solicitação formal do Hospital Divino Salvador;
- VI- Poderá designar, quando necessário, a Equipe de Auditores da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, nomeados através do Decreto nº 11.331/14, para acompanhar/controlar a demanda de encaminhamentos ao Hospital;
- VII- Divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR

- I- Comprovar no mínimo 60 (sessenta) cirurgias eletivas ao mês, aos munícipes videirenses atendidos pelo SUS, conforme contratualizado com a Secretaria de Estado da Saúde;
- II- Prestar atendimento necessário aos pacientes encaminhados

pela Secretaria Municipal da Saúde e Ação Social nas 24 horas do dia e as urgências e emergências dentro da capacidade resolutive do Hospital Salvatoriano Divino Salvador;

III- Comunicar a Secretaria de Saúde e Ação Social, quando da necessidade da remoção de pacientes para atendimento em outras localidades, conforme previsto no inciso V da cláusula segunda;

IV- Disponibilizar, sempre que solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, os documentos necessários para acompanhamento dos serviços prestados;

V- Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

## CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara e terá validade até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

## CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de 2014.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA WILMAR CARELLI PREFEITO MUNICIPAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE MARIA ENEIDA FURLIN DRESCH GESTORA	INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR
--	---	---

## TESTEMUNHAS:

NOME: _____ CPF: _____	NOME: _____ CPF: _____
---------------------------	---------------------------

## LEI Nº 3.183/14

LEI Nº 3.183/14, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 292.000,00 (duzentos e noventa e dois mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

01 – Gabinete do Prefeito Municipal  
 01 – Assessoria de Gabinete  
 2.002– Manutenção da Chefia de Gabinete  
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas  
 50.000,00

02 – Secretaria Municipal da Assessoria Jurídica  
 01 – Assessoria Jurídica  
 2.008– Manutenção da Secretaria de Assessoria Jurídica  
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas  
 25.000,00  
 3.1.91.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas  
 5.000,00

03 – Secretaria de Administração  
 01 – Administração  
 2.014– Manutenção do Departamento de Pessoal  
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas  
 23.000,00

07 – Secretaria Municipal de Educação  
 01 – Departamento de Educação  
 2.031– Manutenção da Secretaria de Educação  
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas  
 169.000,00  
 3.1.91.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas  
 20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO  
 292.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentária:

01 - Gabinete do Prefeito Municipal  
 04 - PROCON  
 2.006- Manutenção do PROCON  
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas  
 30.000,00

03 - Secretaria de Administração  
 02 - Encargos Especiais  
 2.015- Inativos - FASM Patronal  
 3.1.91.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas  
 23.000,00

04 - Secretaria Municipal de Finanças  
 01 - Departamento Financeiro e Tributário  
 2.025- Manutenção da Secretaria de Finanças  
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas  
 50.000,00

07 - Secretaria Municipal de Educação  
 01 - Departamento de Educação  
 2.032- Manutenção da Biblioteca  
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 49.000,00

07 - Secretaria Municipal de Educação  
 06 - Departamento de Esportes  
 2.043- Manutenção do Departamento de Esportes  
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 130.000,00  
 3.1.91.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 10.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 292.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da

Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de dezembro de 2014.  
 WILMAR CARELLI  
 Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI  
 Secretário de Administração em Exercício

### LEI Nº 3.184/14

LEI Nº 3.184/14, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional Especial das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional especial no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

03 – Secretaria Municipal de Administração	
01 – Administração	
2.009 – Manutenção da Secretaria de Administração	
3.3.72.00.00.00.00.0.1.0000	
7.000,00	
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	7.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de dezembro de 2014.  
 WILMAR CARELLI  
 Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI  
 Secretário de Administração em Exercício

### PORTARIA Nº 1494/14

PORTARIA nº 1494/14  
 Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MARIA LUCIA BIRNFELD PASCOALI, Atendente de Creche, da referência "L" para a referência "M", relativa ao período de avaliação de 03 de junho de 2013 até 03 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 03 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2014 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 05/2014-PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE LOUSAS DIGITAIS, CARTEIRAS INFORMATIZADAS, PROJETORES E OUTROS, PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E AS ESCOLAS MUNICIPAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. Recebimento das propostas: do dia 09/12/2014 a partir das 08:00h ao dia 23/01/2015 às 13:29 h. Abertura das propostas: dia 23/01/2015, às 13:29h. Início da sessão de disputa de lances: dia 23/01/2015, às 13:30h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) e/ou [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 05 de Dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 159/2014 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 159/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 159/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE PEÇAS PARA SUBSTITUIÇÃO NOS CAMINHÕES BASCULANTES "IVECO", DE USO DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 07/01/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 05 de Dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 160/2014 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 160/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 160/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE ELETRODOS PARA SEREM UTILIZADOS NOS DIVERSOS TRABALHOS DE MANUTENÇÃO PELA EQUIPE DA OFICINA MECÂNICA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 15/01/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 05 de Dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2014-FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 64/2014-FMS. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS, COM O MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A TABELA DE PREÇOS DIVULGADA PELA ABCFARMA, PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS NÃO DISPONÍVEIS NO ESTOQUE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM PRESCRIÇÃO MÉDICA. 2. TIPO: MAIOR DESCONTO TABELA. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 06/01/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 05 de Dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2014-FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 65/2014-FMS. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE KIT'S EPI'S, PARA SEREM DISTRIBUIDOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE AOS MANIPULADORES DE ALIMENTOS QUE UTILIZARÃO NOS EVENTOS A SEREM REALIZADOS NO MUNICÍPIO. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 21/01/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 05 de Dezembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

## RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DA TP Nº 16/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE  
TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2014 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO ASFALTICO E ALARGAMENTO PARA ACOSTAMENTO COM C.A.U.Q, EM PARTE DA RUA LUIZ VIECELI - SANTA GEMA/CETREVI, CONFORME PROJETO EXECUTIVO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, restando vencedora a empresa Viga Pavimentação e Obras Ltda vencedora do certame por apresentar o menor preço de R\$ 793.261,88 (setecentos e noventa e três mil duzentos e sessenta e um reais e oitenta e oito centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 05 de Dezembro de 2014.  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

## Vitor Meireles

### PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 047/2014

Processo de Licitação 047/2014

Modalidade: Pregão 018/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade Pregão, na forma presencial, objetivando AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA USO NAS ESCOLAS DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 18 de Dezembro de 2014 em sessão pública, no mesmo dirigido pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br), informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 08 de Dezembro de 2014.  
LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

### DECRETO N.º 074/2014

DECRETO 074/2014

Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0866, de 19/11/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.2022 - Manutenção do Ensino Fundamental

44000000.00 – Investimentos
-----------------------------

44900000.00 – Aplicações Diretas
----------------------------------

0.1.5800 - Salário Educação .....  
..... R\$ 7.170,00

0701 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
15.452.017.2035 - Manutenção E Melhoria da Iluminação Pública

33000000.00 – Outras Despesas Correntes
---

33710000.00 – Transferência a Consórcios Públicos
---

0.1.1700 - Contribuição para o COSIP .....  
..... R\$ 500,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica  
44000000.00 - Investimentos  
44900000.00 - Aplicações Diretas  
0.1.6400 - Atenção Básica .....  
..... R\$ 1.861,00

1001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.009.2038 - Proteção Social Básica - CRAS

33000000.00 – Outras Despesas Correntes
---

33900000.00 – Aplicações Diretas
----------------------------------

0.1.5201 - CRAS - Centro de Ref. da Assistência Social .....  
..... R\$ 14.000,00

Art. 2º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamen-  
tárias:

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
12.361.010.2022 - Manutenção do Ensino Fundamental

33000000.00 – Outras Despesas Correntes
---

33900000.00 – Aplicações Diretas
----------------------------------

0.1.5800 - Salário Educação .....  
..... R\$ 7.170,00

0701 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
15.452.017.2035 - Manutenção E Melhoria da Iluminação Pública

33000000.00 – Outras Despesas Correntes
---

33900000.00 – Aplicações Diretas
----------------------------------

0.1.1700 - Contribuição para o COSIP .....  
..... R\$ 500,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência  
Médica

31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.6400 - Atenção Básica .....  
..... R\$ 1.861,00

1001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.009.2038 - Proteção Social Básica - CRAS

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais
--

31900000.00 – Aplicações Diretas
----------------------------------

0.1.5201 - CRAS - Centro de Ref. da Assistência Social .....  
..... R\$ 14.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos  
da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as dis-  
posições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 05 de Dezembro de  
2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

# Xaxim

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO 107 - PM E FUNDOS

MUNICIPIO DE XAXIM - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 107/2014 - SRP

PROCESSO LICITATÓRIO N. 214/2014

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC através do seu Prefeito Municipal COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital Pregão Presencial n. 107/2014, até às 08h45min do dia 18 de dezembro de 2014, e procederá a abertura da sessão às 09h00min do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação o registro de preços para aquisições futuras e parceladas de Gasolina Comum com abastecimento na bomba do proponente vencedor, óleo Diesel S-10 e óleo Diesel B S-500 entregues no tanque fornecidos pelas licitantes vencedoras através de regime de comodato, englobando a Prefeitura e os Fundos Municipais, de acordo com o edital e seus anexos, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei Federal 10.520/2002 e Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei 147/2014, e no que couber a legislação aplicável. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 05 de dezembro de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

### CONTRATOS 0151/2014 A 0175/2014. ADITIVOS

Contrato Nº.: CT0151/2014@Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM @Contratada...: CLINICA REVIVER LTDA@Valor.....: 15.000,00 (quinze mil reais)@Vigência.....: Início: 08/08/2014 Término: 31/12/2014@Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 42/2014@Recursos.....: Dotação: 2.037.3.3.90.00.00.00.00 (5) Saldo: 106.615,56@Objeto.....: Internação emergencial de menor em situação de vulnerabilidade

Contrato Nº.: CT0152/2014

Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada....: ADRIANO FORTUNATO DA SILVA 02536673995

Valor.....: 170,00 (cento e setenta reais)

Vigência.....: Início: 19/08/2014 Término: 19/08/2019

Licitação.....: Concorrência para Alienação Nº.: 3/2014

Recursos.....: Dotação:

Objeto.....: O objeto da presente licitação é a concessão de espaço público para fins de exploração comercial, tanto no que se refere à exploração da Copa, quanto no que se refere à venda de horários para a pratica de modalidades esportivas, nos Ginásios de Esporte do Município.

Contrato Nº.: CT0153/2014

Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada....: LUCIANO PEDROSO 05836821976

Valor.....: 180,00 (cento e oitenta reais)

Vigência.....: Início: 19/08/2014 Término: 19/08/2019

Licitação.....: Concorrência para Alienação Nº.: 3/2014

Recursos.....: Dotação:

Objeto.....: O objeto da presente licitação é a concessão de espaço público para fins de exploração comercial, tanto no que se refere à exploração da Copa, quanto no que se refere à venda de horários para a pratica de modalidades esportivas, nos Ginásios de Esporte do Município.

Contrato Nº.: CT0154/2014

Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada....: MARIA ANA PIANA - ME

Valor.....: 10.500,00 (dez mil quinhentos reais)

Vigência.....: Início: 01/09/2014 Término: 27/09/2014

Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 45/2014

Recursos.....: Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (31) Saldo: 15.591,33

Objeto.....: Aquisição de pneus, destinados a Secretaria Municipal de Educação para uso no Transporte Escolar, em carater de emergencia.

Contrato Nº.: CT0155/2014

Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada....: CURSO DE FOR. PER. DE PROF E EVENT TANTAS PALAVRAS

Valor.....: 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Vigência.....: Início: 01/09/2014 Término: 30/09/2014

Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 17/2014

Recursos.....: Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (34) Saldo: 7.540,61

Objeto.....: Contratação de empresa de consultoria pedagógica para a realização do Fórum Municipal dia 12 de setembro de 2014.

Contrato Nº.: CT0156/2014  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM  
Contratada.... MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.  
Valor.....: 5.490,00 (cinco mil quatrocentos e noventa reais)  
Vigência.....: Início: 05/09/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 83/2014  
Recursos.....: Dotação: 2.043.3.3.90.00.00.00.00.00 (17), 2.046.3.3.90.00.00.00.00.00 (24)  
Objeto.....: Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de prestador de serviços de Seguros dos veiculos da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos.

Contrato Nº.: CT0157/2014  
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM  
Contratada.... BRITTER RODOVIAS LTDA  
Valor.....: 14.700,00 (quatorze mil setecentos reais)  
Vigência.....: Início: 05/09/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 84/2014  
Recursos.....: Dotação: 2.029.3.3.90.00.00.00.00.00 (63) Saldo: 90,68  
Objeto.....: Registro de preço de serviços de pavimentação asfáltica com tapa buraco e pintura de forma parcelada, nas Ruas do Município, de acordo com o edital e seus anexos  
Xaxim, 4 de Dezembro de 2014

Contrato Nº.: CT0158/2014  
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM  
Contratada.... ASSOCIACAO CULTURAL SOARTE  
Valor.....: 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)  
Vigência.....: Início: 16/09/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 18/2014  
Recursos.....: Dotação: 2.037.3.3.90.00.00.00.00.00 (4) Saldo: 124.139,21  
Objeto.....: Contratação de empresa para realização de Teatro, relacionado ao dia Estadual de Combate a Violência e Exploração Sexual Infanto Juvenil.

Contrato Nº.: CT0159/2014  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM  
Contratada.... OI S.A.  
Valor.....: 7.492,68 (sete mil quatrocentos e noventa e dois reais e sessenta e oito centavos)  
Vigência.....: Início: 08/08/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 48/2014  
Recursos.....: Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 9.054,29  
Objeto.....: Contratação de serviços de Sistema de telefonia específico através de linha única - DDR destinado a manutenção das atividades de atendimento aos usuários das Unidades de Saúde  
Xaxim, 4 de Dezembro de 2014

Contrato Nº.: CT0160/2014  
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM  
Contratada.... COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE XAXIM L  
Valor.....: 20.073,40 (vinte mil e setenta e três reais e quarenta centavos)  
Vigência.....: Início: 19/09/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 49/2014  
Recursos.....: Dotação: 2.035.3.3.90.00.00.00.00.00 (22) Saldo: 48.844,76  
Objeto.....: Contratação de fornecedor para aquisição de generos alimentícios da agricultura familiar através da Chamada Pública n. 010/2014

Contrato Nº.: CT0161/2014  
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM  
Contratada.... ITAJUI ENGENHARIA DE OBRAS LTDA  
Valor.....: 10.897.772,64 (dez milhões oitocentos e noventa e sete mil setecentos e setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos)  
Vigência.....: Início: 24/09/2014 Término: 24/09/2015  
Licitação.....: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2014  
Recursos.....: Dotação: 1.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (57) Saldo: 10.930.654,94  
Objeto.....: Contratação de empresa para execução, pelo sistema de empreitada global (materiais, serviços e equipamentos), DE REDE COLETORA DE ESGOTOS, LIGAÇÕES, ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS, LINHAS DE RECALQUE E ETE - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS, NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE XAXIM - SC, tudo conforme projetos, memorial descritivo e orçamento, os quais passam a fazer parte integrante do presente processo licitatório

Contrato Nº.: CT0162/2014  
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM  
Contratada.... S.O.S SUL RESGATE-COM.SERVICOS DE SEG. SINALLIZACA  
Valor.....: 7.066,00 (sete mil e sessenta e seis reais)  
Vigência.....: Início: 01/10/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 85/2014

Recursos..... Dotação: 2.039.3.3.90.00.00.00.00 (12) Saldo: 34.351,22  
Objeto.....: Constitui-se objeto da presente licitação a aquisição de equipamentos individuais para combate de incêndio e resgate do 2º pelotão de Bombeiros de Xaxim - FUNREBOM.

Contrato Nº...: CT0163/2014  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM  
Contratada....: DIMAGEM DIGITAL LTDA - ME  
Valor.....: 640,00 (seiscentos e quarenta reais)  
Vigência.....: Início: 01/10/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 91/2014  
Recursos.....: Dotação: 2.043.3.3.90.00.00.00.00 (17), 2.046.3.3.90.00.00.00.00 (24)  
Objeto.....: Constitui-se objeto da presente licitação a aquisição de placas de identificação (Fachadas) para as unidades de saúde, e adesivos padrão para plotagem dos veículos da secretaria Municipal de Saúde.

Contrato Nº...: CT0164/2014  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM  
Contratada....: NOVARTE COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME  
Valor.....: 3.705,00 (três mil setecentos e cinco reais)  
Vigência.....: Início: 01/10/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 91/2014  
Recursos.....: Dotação: 2.043.3.3.90.00.00.00.00 (17), 2.046.3.3.90.00.00.00.00 (24)  
Objeto.....: Constitui-se objeto da presente licitação a aquisição de placas de identificação (Fachadas) para as unidades de saúde, e adesivos padrão para plotagem dos veículos da secretaria Municipal de Saúde.

Contrato Nº...: CT0165/2014  
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM  
Contratada....: CHAPEACAO E MECANICA XAXIENSE LTDA - ME  
Valor.....: 4.130,00 (quatro mil cento e trinta reais)  
Vigência.....: Início: 08/10/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 92/2014  
Recursos.....: Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (31) Saldo: 15.932,25  
Objeto.....: Contratação de empresa para conserto do Micro onibus Placa MCJ 0776 - Iveco Daily Cty Class 2.8 TD

Contrato Nº...: CT0166/2014  
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM  
Contratada....: MECANICA NK LTDA - ME  
Valor.....: 4.109,00 (quatro mil cento e nove reais)  
Vigência.....: Início: 08/10/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 92/2014  
Recursos.....: Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (31) Saldo: 15.932,25  
Objeto.....: Contratação de empresa para conserto do Micro onibus Placa MCJ 0776 - Iveco Daily Cty Class 2.8 TD

Contrato Nº...: CT0167/2014  
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM  
Contratada....: GILBERTO MAIOLI  
Valor.....: 336.200,00 (trezentos e trinta e seis mil e duzentos reais)  
Vigência.....: Início: 10/10/2014 Término: 25/10/2014  
Licitação.....: Concorrência para Alienação Nº.: 5/2014  
Recursos.....: Dotação:  
Objeto.....: Venda de um imóvel sob Matrícula N. 15.297 - Os Lotes números cinco (05) e seis (06) da quadra n. 127. A Rua Santo Antônio esquina com a Rua Antônio Cordenonsi Filho, no Bairro Primavera nessa comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina, com área superficial de 896m² (oitocentos e noventa e seis metros quadrados), com benfeitorias de acordo com o anexo I do edital.

Contrato Nº...: CT0168/2014  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM  
Contratada....: BELLENZIER PNEUS LTDA  
Valor.....: 15.384,00 (quinze mil trezentos e oitenta e quatro reais)  
Vigência.....: Início: 14/10/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 95/2014  
Recursos.....: Dotação:  
Objeto.....: Constitui-se objeto da presente licitação a aquisição de pneus novos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Contrato Nº...: CT0169/2014  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM  
Contratada....: MARISA A. DE SOUZA BRANCO DOMINGOS - ME  
Valor.....: 50.181,00 (cinquenta mil cento e oitenta e um reais)  
Vigência.....: Início: 17/10/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 96/2014  
Recursos.....: Dotação: 2.043.3.3.90.00.00.00.00 (37) Saldo: 107.829,60  
Objeto.....: Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e

corretiva, com fornecimento de peças de reposição em equipamentos de informática, para manutenção das unidades de saúde do município

Contrato Nº.: CT0170/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM

Contratada.: MB CATARINENSE LTDA - ME

Valor.....: 12.776,00 (doze mil setecentos e setenta e seis reais)

Vigência.....: Início: 17/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 96/2014

Recursos.....: Dotação: 2.043.3.3.90.00.00.00.00 (37) Saldo: 107.829,60

Objeto.....: Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças de reposição em equipamentos de informática, para manutenção das unidades de saúde do município.

Contrato Nº.: CT0171/2014

Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM

Contratada.: PATRICIA DE LURDES TAVARES GROLLI

Valor.....: 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais)

Vigência.....: Início: 17/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 51/2014

Recursos.....: Dotação: 2.037.3.3.90.00.00.00.00 (2) Saldo: 77.913,75

Objeto.....: Contratação de pessoa física para prestar serviço junto ao abrigo municipal, na realização de limpeza e outros (serviços gerais), tendo em vista a extinção do cargo e a inexistência de processo licitatório que guarnecesse o local; além do fato de servidoras que lá laboravam, estarem provisoriamente afastadas por motivos diversos.

Contrato Nº.: CT0172/2014

Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada.: CONSTRUTORA CASARAO LTDA - ME

Valor.....: 47.980,00 (quarenta e sete mil novecentos e oitenta reais)

Vigência.....: Início: 28/10/2014 Término: 29/11/2014

Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 53/2014

Recursos.....: Dotação: 2.024.4.4.90.00.00.00.00 (37) Saldo: 219.888,10

Objeto.....: Contratação emergencial de empresa especializada em engenharia para execução de obra (muro de contenção) destinada a Escola Básica Municipal Dom Bosco, conforme orçamentos, cronograma e justificativa em anexo.

Contrato Nº.: CT0173/2014

Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM

Contratada.: CRESCER TREINAMENTOS LTDA - ME

Valor.....: 20.760,00 (vinte mil setecentos e sessenta reais)

Vigência.....: Início: 03/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 99/2014

Recursos.....: Dotação: 2.037.3.3.90.00.00.00.00 (4) Saldo: 112.344,47

Objeto.....: Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa para Elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de acordo com as diretrizes nacionais do SINASE, com articulação intersetorial sendo que as ações serão realizadas no município, conforme especificações constantes do anexo I do Edital.

Contrato Nº.: CT0174/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM

Contratada.: CEMAR FONINI

Valor.....: 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais)

Vigência.....: Início: 03/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 21/2014

Recursos.....: Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 2.552,38

Objeto.....: Credenciamento de prestador de serviços na área da Saúde com Consulta médica especializada Pré- operatório em Anestesia conforme item 2.1.2 do edital de chamada publica 006/2014.

Contrato Nº.: CT0175/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM

Contratada.: GABRI MOVEIS LTDA - ME

Valor.....: 12.980,00 (doze mil novecentos e oitenta reais)

Vigência.....: Início: 03/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 98/2014

Recursos.....: Dotação: 2.045.3.3.90.00.00.00.00 (22), 2.045.4.4.90.00.00.00.00 (39)

Objeto.....: Constitui-se objeto da presente licitação a aquisição de móveis em geral destinado a sala de vacina da Secretaria Municipal de Saúde e divisórias para o ESF do Bairro Chagas.

Contrato Nº.: AF0085/2014

Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM

Contratada.: SUPERMERCADO CENCI LTDA - ME

Valor.....: 20.760,00 (vinte mil setecentos e sessenta reais)

Vigência.....: Início: 02/09/2014 Término: 31/12/2014

Licitação.....: Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2014  
 Recursos.....: Dotação: 2.037.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.037.3.3.90.00.00.00.00.00 (4)  
 Objeto.....: Aquisição de generos alimentícios fracionados e cestas básicas para atendimento aos usuários dos programas assistências da Secretaria Municipal de Assistência.  
 Contrato Nº.: AF0049/2014  
 Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. AGROPECUARIO DE XAXIM  
 Contratada....: CLINICA VETERINARIA CAMPESTRE LTDA - ME  
 Valor.....: 63.750,00 (sessenta e três mil setecentos e cinquenta reais)@Vigência.....: Início: 01/09/2014 Término: 31/12/2014@Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2014@Recursos.....: Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (1) Saldo: 831.724,00@Objeto.....: Aquisição de doses de sêmen bovino para inseminação artificial do rebanho dos agricultores do município de Xaxim  
 Aditivo Nº ..... : AD01/CT0126/2014 - Contrato Nº: CT0126/2014@Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM @Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA@Valor ..... : 2.458,17 (dois mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e dezessete centavos)@Vigência ..... : Início: 16/10/2014 Término: 22/06/2015@Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 31/2014@Recursos ..... : Dotação: @Objeto ..... : Locação de sistema para disponibilização de informação Públicas no Portal da Transparência  
 Aditivo Nº ..... : AD01/CT0272/2013 - Contrato Nº: CT0272/2013@Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM @Contratada...: METAL VIDROS METALURGICAS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME@Valor ..... : 16.000,00 (dezesseis mil reais)@Vigência ..... : Início: 11/08/2014 Término: 31/12/2014@Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 22/2013@Recursos ..... : Dotação: @Objeto ..... : O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de valor devido à necessidade de realizar tratamento em autoclave nas peças de eucalipto que serão cravadas no solo, tendo em vista a vida útil reduzida das mesmas, o qual tem por objetivo a execução de obras do Parque Ecológico, Loteamento Sol Nascente  
 Aditivo Nº.....: AD01/CT0241/2013 - Contrato Nº: CT0241/2013  
 Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM  
 Contratada....: LUIZ ROBERTO TESTON - ME  
 Valor.....: 0,00 (zero)  
 Vigência.....: Início: 25/08/2014 Término: 30/07/2018  
 Licitação.....: Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2013  
 Recursos.....: Dotação:  
 Objeto.....: O objeto do presente tem por finalidade, a prestação de serviços por parte da Concessionária, consistente na remoção de todos os veículos existentes no pátio da Empresa Transportes Morás (antiga concessionária), e respectiva guarda, no pátio da Contratada, pelo valor do preço público definido em decreto, com o respectivo desconto de 56% (cinquenta e seis por cento), o qual, para cada veículo automotor removido (carros e motocicletas), será compensado com os veículos removidos referentes à concessão

Recursos.....: Dotação:  
 Objeto.....: O presente aditivo tem como objeto a necessidade de prazo o qual foi devidamente formulado e apresentado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura da Prefeitura Municipal

Aditivo Nº.....: AD2CT0255/2013 - Contrato Nº: CT0255/2013  
 Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM  
 Contratada....: CONSTRUTORA DECA LTDA - EPP  
 Valor.....: 0,00 (zero)  
 Vigência.....: Início: 03/12/2014 Término: 03/12/2014  
 Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 13/2013  
 Recursos.....: Dotação:  
 Objeto.....: O objeto do presente aditivo é a prorrogação por mais cento e cinquenta e três dias (153), a contar de 27 de junho de 2014, com o término em 30 de novembro de 2014, conforme cláusula segunda do contrato original de Execução de Obras de n. 0255/2013, celebrado entre as partes decorrentes do Processo Licitatório de n. 0125/2013, modalidade Tomada de Preços de n. 0013/2013.

Aditivo Nº ..... : AD02/CT0029/2013 - Contrato Nº: 0029/2013@Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM @Contratada...: VITAL-LABOR ANALISES CLINICAS LTDA - ME@Valor ..... : 7.000,00 (sete mil reais)@Vigência ..... : Início: 03/09/2014 Término: 31/12/2014@Recursos ..... : Dotação: 2.044.3.3.90.00.00.00.00.00 (20) Saldo: 65.543,07@Objeto ..... : O presente aditivo tem como objeto acrescer o valor, o qual foi devidamente formulado e apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal, conforme justificativa, equivalente a 9.092%.

Aditivo Nº ..... : AD02/CT0026/2013 - Contrato Nº: 0026/2013@Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM @Contratada...: LABORATORIO PADRAO LTDA - EPP@Valor ..... : 7.000,00 (sete mil reais)@Vigência ..... : Início: 03/09/2014 Término: 31/12/2014@Recursos ..... : Dotação: @Objeto ..... : O presente aditivo tem como objeto acrescer o valor, o qual foi devidamente formulado e apresentado pela Secret. Munic. de Saúde, equivalente a 8,334%.

Aditivo Nº ..... : AD02/CT0031/2013 - Contrato Nº: 0031/2013@Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM @Contratada...: VERA DALCANALE - ME@Valor ..... : 7.000,00 (sete mil reais)@Vigência ..... : Início: 03/09/2014 Término: 31/12/2014@Recursos ..... : Dotação: @Objeto ..... : O presente aditivo tem como objeto acrescer o valor, o qual foi devidamente formulado e apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal, equivalente a 8,334%.

Aditivo Nº ..... : AD02/CT0030/2013 - Contrato Nº: 0030/2013@Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM @Contratada...: AREUSTE TEREZINHA BADOTTI DA SILVA@Valor ..... : 7.000,00 (sete mil reais)@Vigência ..... : Início: 03/09/2014 Término: 31/12/2014@Recursos ..... : Dotação: @Objeto ..... : O presente aditivo tem como objeto acrescer o valor, o qual foi devidamente formulado e apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal, equivalente a 9.092%.

Aditivo Nº ..... : AD02/CT0116/2013 - Contrato Nº: 0116/2013@Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM @Contratada...: CONSTRUTORA COLINA LTDA - EPP@Valor ..... : 0,00 (zero)@Vigência ..... : Início: 16/09/2014 Término: 31/12/2014@Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2013@Recursos ..... : Dotação: @Objeto ..... : O presente aditivo tem como objeto a necessidade de prazo o qual foi devidamente formulado e apresentado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura da Prefeitura Municipal.

Aditivo Nº ..... : AD01/CT0002/2014 - Contrato Nº: CT002/2014@Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM @Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO OESTE DE SC@Valor ..... : 60.000,00 (sessenta mil reais)@Vigência ..... : Início: 26/09/2014 Término: 31/12/2014@Recursos ..... : Dotação: 2.041.3.3.71.00.00.00.00 (38)@Objeto ..... : O presente aditivo tem como objeto a necessidade do acréscimo de valor o qual foi devidamente formulado e apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal, conforme justificativa que segue em anexo, visando atender a população do Município de Xaxim

Aditivo Nº ..... : AD01/CT0049/2014 - Contrato Nº: CT0049/2014@Contratante..: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM @Contratada...: SUPERMERCADO SANTA MARTA LTDA@Valor ..... : 376,23 (trezentos e setenta e seis reais e vinte e três centavos)@Vigência ..... : Início: 21/08/2014 Término: 31/12/2014@Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2014@Recursos ..... : Dotação: 2.037.3.3.90.00.00.00.00 (5) Saldo: 71.704,72@Objeto ..... : O presente aditivo tem como objeto a necessidade do acréscimo de 25% da quantidade dos itens 54, 79, 93 o qual foi devidamente formulado e apresentado pela Secretaria Mun. de Assistencia Social.

Aditivo Nº ..... : AD01/AF0085/2014 - Contrato Nº: AF0085/2014@Contratante..: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM @Contratada...: SUPERMERCADO CENCI LTDA - ME@Valor ..... : 5.190,00 (cinco mil cento e noventa reais)@Vigência ..... : Início: 02/09/2014 Término: 31/12/2014@Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2014@Recursos ..... : Dotação: 2.037.3.3.90.00.00.00.00 (2) Saldo: 481.715,25@Objeto ..... : O presente aditivo tem como objeto a necessidade do acréscimo de 25% da quantidade dos itens o qual foi devidamente formulado e apresentado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação da Prefeitura Municipal, conforme justificativa que segue em anexo, visando atender as necessidades dos serviços, principalmente o público atendido na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Aditivo Nº ..... : AD01/AF0049/2014 - Contrato Nº: AF049/2014@Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. AGROPECUARIO DE XAXIM @Contratada...: CLINICA VETERINARIA CAMPESTRE LTDA - ME@Valor ..... : 5.437,50 (cinco mil quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)@Vigência ..... : Início: 29/09/2014 Término: 31/12/2014@Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2014@Recursos ..... : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00 (1) Saldo: 831.724,00@Objeto ..... : O presente aditivo tem como objeto a necessidade do acréscimo de 25% do valor do item 04 (quatro) doses de sêmen bovino da raça Jersey, o qual foi devidamente formulado e apresentado pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal, conforme justificativa que segue em anexo, visando atender a grande demanda de inseminação artificial do rebanho dos agricultores do Município de Xaxim

Aditivo Nº.....: AD02/CT0241/2013 - Contrato Nº: CT0241/2013

Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: LUIZ ROBERTO TESTON - ME

Valor.....: 0,00 (zero)

Vigência.....: Início: 27/08/2014 Término: 30/07/2018

Licitação.....: Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2013

Recursos.....: Dotação:

Objeto.....: O objeto do presente tem por finalidade, a revogação da cláusula nº 2.6.2., eis que imprópria e inadequada.

Aditivo Nº.....: AD02-CT0109/2013 - Contrato Nº: 0109/2013

Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor.....: 3.360,00 (três mil trezentos e sessenta reais)

Vigência.....: Início: 27/08/2014 Término: 30/08/2014

Licitação.....: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2013

Recursos.....: Dotação:

Objeto.....: Constitui objeto do presente instrumento a rescisão consensual parcial do contrato de n. 109/2013, quanto á supressão do item 10 (atendimento ao servidor público via internet).

Aditivo Nº.....: AD02/CT0014/2013 - Contrato Nº: 0014/2013

Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: PEARSON EDUCATION DO BRASIL LTDA

Valor.....: 157.575,00 (cento e cinquenta e sete mil quinhentos e setenta e cinco reais)

Vigência.....: Início: 11/09/2014 Término: 31/12/2014

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2013

Recursos.....: Dotação:

Objeto.....: O presente aditivo tem como objeto a necessidade do acréscimo de 25% do valor o qual foi devidamente formulado e apresentado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal, conforme justificativa que segue em anexo, visando atender o número de alunos que aumentou desde 2013.

Aditivo Nº.....: AD01/CT0003/2014 - Contrato Nº: CT0003/2014

Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: AGENCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA

Valor.....: 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)

Vigência.....: Início: 05/09/2014 Término: 31/12/2014

Licitação.....: Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2013

Recursos.....: Dotação:

Objeto.....: O presente aditivo tem como objeto a necessidade do acréscimo de 25% do valor, o qual foi devidamente formulado e apresentado pelo Departamento de Comunicação e Cerimonial da Prefeitura Municipal.

Aditivo Nº.....: AD02/CT0272/2013 - Contrato Nº: CT0272/2013

Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: METAL VIDROS METALURGICAS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME

Valor.....: 0,00 (zero)

Vigência.....: Início: 02/09/2014 Término: 31/12/2014

Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 22/2013

# Associações

## AMAUC

### CONTRATO DE RATEIO - 2015 AMAUC



#### CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2015

Os Municípios que integram a Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, neste ato representado pelos seus respectivos Prefeitos, através deste contrato de rateio estabelecem o que segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETIVO

O presente contrato de rateio tem por objetivo de fixar a despesa e estimar a receita da Amauc para o exercício de 2015, e a cota de transferência de recursos financeiros que compete a cada município associado.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

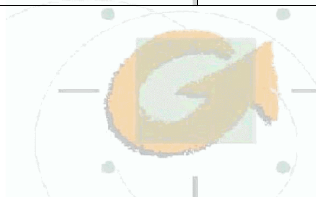
##### DA DESPESA

A despesa da Amauc para o exercício de 2015, é fixada em 1.370.958,00 (um milhão, trezentos e setenta mil, novecentos e cinquenta e oito reais) distribuída da seguinte forma:

- a) Despesas Correntes, no valor total de R\$ 1.220.958,00 (um milhão, duzentos e vinte mil, novecentos e cinquenta e oito reais);
- b) Despesas de Capital, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

Para a realização da despesa da Amauc obedecerá o que dispõe a Lei nº 8.666/96 – Leis das Licitações Públicas, seguindo a seguinte classificação da despesa:

Órgão	1	Amauc – Associação dos Mun. Do Alto Uruguai Catarinense.
Unidade	1	Amauc – Associação dos Mun. Do Alto Uruguai Catarinense.
Funcional Programática		
01.01.23	Comércio e Serviços	
01.01.23.452	Serviços	
01.01.23.452	Desenvolvimento Regional	



#### ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE

Rua Atalípio Magarinos, 277 – 2º Andar – Caixa Postal 884  
Fone (49) 442-1034 Fax (49) 442 2722  
89700-000 – Concórdia – Santa Catarina  
Home page: <http://www.amauc.org.br>  
e-mail: secretaria@amauc.org.br



23.452.2.001		Manutenção das Atividades da Amauc		
Elemento	Recurso	Descrição	Valor Orçado	Total
3.0.00.00.00	0	<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>1.220.958,00</b>
3.1.90.00.00	0	Pessoal e Encargos Sociais	602.558,00	
3.2.90.00.00	0	Juros e Encargos da Dívida	10.000,00	
3.3.90.00.00	0	Outras Despesas Correntes	608.400,00	
4.0.00.00.00	0	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>150.000,00</b>
4.4.90.00.00	0	Investimentos	50.000,00	
4.6.90.00.00	0	<b>Amortização da Dívida</b>	100.000,00	
		<b>TOTAL</b>		<b>1.370.958,00</b>

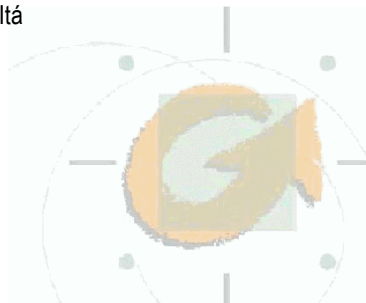
No decorrer da execução do orçamento a Amauc poderá promover através de resolução da Presidência alterações para adequar o orçamento com recursos de anulação parcial ou total de dotações, excesso de arrecadação e superávit do exercício anterior.

Demais serviços, convênios de cooperação técnica e outros contratos poderão ser realizados pelo Consórcio sendo que sua execução da receita e despesa dar-se-ão pelo controle orçamentário exclusivo através de fontes de recursos e aplicados nos respectivos objetos pactuados e quando houver despesas para os Municípios será objeto de termo aditivo ou de um novo contrato de rateio.

### CLÁUSULA TERCEIRA DA RECEITA

A receita da Amauc para o exercício de 2015, é estimada em R\$ 1.370.958,00 (um milhão, trezentos e setenta mil e novecentos e cinquenta e oito reais), distribuída da seguinte forma:

RECEITA	VALOR MENSAL	VALOR ANO 2015
Alto Bela Vista	6.253,50	75.042,00
Arabutã	6.253,50	75.042,00
Concórdia	18.560,00	222.720,00
Ipira	6.425,00	77.100,00
Ipumirim	6.425,00	77.100,00
Irani	6.425,00	77.100,00
Itá	7.683,00	92.196,00



### ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE

Rua Atalípio Magarinos, 277 – 2º Andar – Caixa Postal 884  
Fone (49) 442-1034 Fax (49) 442 2722  
89700-000 – Concórdia – Santa Catarina  
Home page: <http://www.amauc.org.br>  
e-mail: [secretaria@amauc.org.br](mailto:secretaria@amauc.org.br)

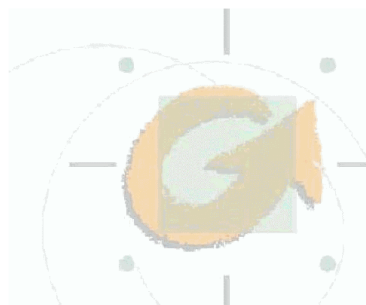


Jaborá	6.425,00	77.100,00
Lindóia do Sul	6.425,00	77.100,00
Paial	6.253,50	75.042,00
Peritiba	6.425,00	77.100,00
Piratuba	7.683,00	92.196,00
Presidente Castello Branco	6.425,00	77.100,00
Seara	9.460,00	113.520,00
Xavantina	6.425,00	77.100,00
Outros Serviços	500,00	6.000,00
Outras Receitas	200,00	2.400,00
<b>TOTAL</b>	<b>114.246,50</b>	<b>1.370.958,00</b>

#### CLAUSULA QUARTA DO RATEIO

Para realizar a receita, viabilizar a despesa prevista e possibilitar a prestação de serviços pela Amauc no exercício de 2015, cada Município repassará à associação, mensalmente, a importância conforme quadro abaixo, até o dia 22 (vinte e dois) de cada mês:

Alto Bela Vista	6.253,50
Arabutã	6.253,50
Concórdia	18.560,00
Ipira	6.425,00
Ipumirim	6.425,00
Irani	6.425,00
Itá	7.683,00
Jaborá	6.425,00
Lindóia do Sul	6.425,00
Paial	6.253,50
Peritiba	6.425,00
Piratuba	7.683,00
Presidente Castello Branco	6.425,00
Seara	9.460,00
Xavantina	6.425,00



#### ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE

Rua Atalípio Magarinos, 277 – 2º Andar – Caixa Postal 884  
Fone (49) 442-1034 Fax (49) 442 2722  
89700-000 – Concórdia – Santa Catarina  
Home page: <http://www.amauc.org.br>  
e-mail: [secretaria@amauc.org.br](mailto:secretaria@amauc.org.br)



#### **CLÁUSULA QUINTA**

##### **DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente contrato de rateio correrão por conta das rubricas orçamentárias de cada um dos municípios Associados.

#### **CLÁUSULA SEXTA**

##### **DA CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A AMAUC manterá os registros contábeis em conformidade ao que dispõe a Lei nº 4.320/64, e observará as instruções emitidas pelos Tribunais de Contas do Estado de Santa Catarina e da União.

A AMAUC encaminhará aos Municípios associados, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, cópia do balancete e dos relatórios mensais conforme dispõe a legislação vigente.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA**

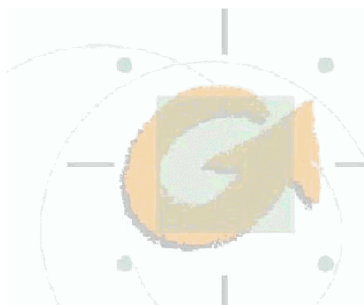
##### **DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA ASSOCIAÇÃO**

Todos os Municípios associados terão direito a utilizar os serviços prestados pela AMAUC ou os que venham a ser implementados, bastando apenas requisitar o serviço conforme normas e acordos.

#### **CLAUSULA OITAVA**

##### **DA VIGÊNCIA**

O presente contrato de rateio terá vigência a contar de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015.



##### **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE**

Rua Atalípio Magarinos, 277 – 2º Andar – Caixa Postal 884  
Fone (49) 442-1034 Fax (49) 442 2722  
89700-000 – Concórdia – Santa Catarina  
Home page: <http://www.amauc.org.br>  
e-mail: [secretaria@amauc.org.br](mailto:secretaria@amauc.org.br)



**CLÁUSULA NONA**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

As dúvidas oriundas deste Contrato serão resolvidas pela Diretoria ou quando necessário pela Assembléia Geral da AMAUC, que poderá suprimir ou acrescentar novas cláusulas que objetivem aprimorar os serviços prestados pela AMAUC aos Municípios associados.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente Contrato de Rateio em 2 (duas) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos legais.

Concórdia, 03 de dezembro de 2014.

**CATIA TESSMANN REICHERT**  
Prefeita Municipal de Alto Bela Vista

**JACKSON LUIZ PATZLAFF**  
Prefeito Municipal de Arabutã

**JOÃO GIRARDI**  
Prefeito Municipal de Concórdia

**VALDIR ZANELLA**  
Prefeito Municipal de Ipumirim

**EMERSON ARI REICHERT**  
Prefeito Municipal de Ipira

**LEIDE MARA BENDER**  
Prefeita Municipal de Itá

**MAURI RICARDO DE LIMA**  
Prefeito Municipal de Irani

**PEDRO ARI PARIZOTTO**  
Prefeito Municipal de Lindóia do Sul

**KLEBER MERCIO NORA**  
Prefeito Municipal de Jaborá

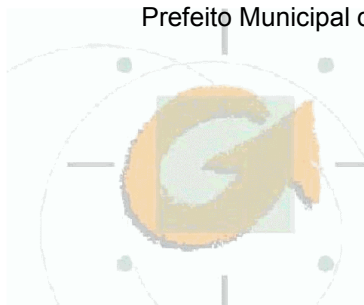
**NEUSA KLEIN MARASCHINI**  
Prefeita Municipal de Peritiba

**ALDAIR ANTONIO RIGO**  
Prefeito Municipal de Paial

**CLAUDIO SARTORI**  
Prefeito de Presidente Castello

**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS  
DO ALTO URUGUAI CATARINENSE**

Rua Atalípio Magarinos, 277 – 2º Andar – Caixa Postal 884  
Fone (49) 442-1034 Fax (49) 442 2722  
89700-000 – Concórdia – Santa Catarina  
Home page: <http://www.amauc.org.br>  
e-mail: [secretaria@amauc.org.br](mailto:secretaria@amauc.org.br)





Branco

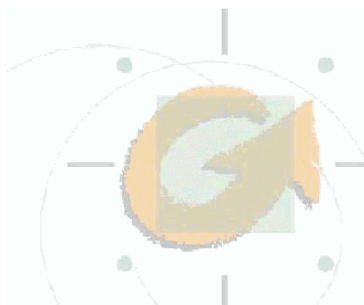
**CLAUDIRLEI DORINI**  
Prefeito Municipal de Piratuba

**LACI GRIGOLO**  
Prefeita Municipal de Seara

**MAURO JUNES POLETO**  
Prefeito Municipal de Xavantina

**ROBERTO KURTZ PEREIRA**  
OAB/SC 22.519

**VANDERLEI ROBERTO PICININI**  
Contador CRC/SC 023.918



**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS  
DO ALTO URUGUAI CATARINENSE**

Rua Atalípio Magarinos, 277 – 2º Andar – Caixa Postal 884  
Fone (49) 442-1034 Fax (49) 442 2722  
89700-000 – Concórdia – Santa Catarina  
Home page: <http://www.amauc.org.br>  
e-mail: [secretaria@amauc.org.br](mailto:secretaria@amauc.org.br)

**RESOLUÇÃO 04\_2014 RATIFICA CARGO SECRETÁRIO EXECUTIVO PARA 2015**

RESOLUÇÃO Nº 004/2014, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

Ratifica a nomeação do Secretário Executivo da AMAUC e a delegação de atribuições nos termos do Estatuto Social.

CLAUDIRLEI DORINI, Presidente da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC, no uso das atribuições que lhe confere o art.27, XV, do Estatuto Social, e com base na decisão tomada pelos Prefeitos em Assembleia Geral Ordinária realizada nesta data,

**RESOLVE:**

Art. 1º Ratificar o Funcionário ROBERTO KURTZ PEREIRA, no cargo de Secretário Executivo, o qual ocupa desde 08 de janeiro de 1993, para exercer as atribuições estabelecidas nos artigos 28, 29 e 30 do Estatuto Social.

Art. 2º Para o pleno exercício de suas atribuições Secretário Executivo fica autorizado:

I - representar os interesses da Associação junto aos órgãos municipais, estaduais e federais, e instituições privadas, podendo, para tanto, praticar os atos necessários à consecução dos objetivos;

II - movimentar os recursos financeiros da Associação, requisitar talonários e assinatura de cheques, transferências bancárias para a mesma titularidade e para titularidades diferentes, efetuar pagamentos e movimentações por meio eletrônico, abertura, consultas e encerramento de contas correntes, autorizar cobranças, solicitar saldos e extratos, retirar documentos e cheques, endossar cheques, efetuar resgate e aplicações financeiras, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, emitir comprovantes, efetuar transferências e demais atos necessários, em conjunto com o Presidente, nos termos do art. 20, IX, do Estatuto Social.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 03 de dezembro de 2014.

CLAUDIRLEI DORINI  
Presidente

Publicada no mural da Associação e no Diário Oficial dos Municípios - DOM, em 04 de dezembro de 2014.

Ivanete Terezinha Pereira Grendene  
Secretária Administrativa**Consórcios****CIMCATARINA****RESOLUÇÃO 0032\_2014**

Resolução n. 032/2014

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial para avaliação técnica de Materiais Odontológicos, e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei 11.107/05, Decreto Federal 6.017/05. RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para avaliação de produtos a serem apresentados pelos fabricantes e/ou fornecedores de Materiais Odontológicos, com os seguintes membros:

**Membros**

I - Camila Strapazon - Município Videira;

II- Elizete Aparecida Girardi - Município de Fraiburgo.

III - Nádia De Lorenzi - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo/SC, 05 de dezembro de 2014.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

**CIMVI****LICITAÇÃO Nº 006/2014 - CONVITE - CONTRUÇÃO DE BASES DE CONCRETO PARA SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 06/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123/2006, que fará realizar Convite para construção das bases em concreto armado dos tanques e leito de secagem do sistema de tratamento de efluentes do aterro sanitário, do tipo Menor Preço.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no escritório do CIMVI, na Rua Mal. Deodoro da Fonseca, nº 459, Sala 04, Centro, das 08h 00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, de segunda a sexta-feira, e na internet em [www.cimvi.sc.gov.br/publicações/licitações](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/licitações).

Os envelopes (Habilitação e Proposta) serão recebidos até o dia 15 de dezembro de 2014, às 08h 00min, na Central de Protocolos, Sala 04 na Prefeitura de Timbó - SC no endereço acima mencionado; abertura das propostas às 08h10min no Auditório da Prefeitura de Timbó, com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbó(SC), 02/12/2014  
Hartwig Persuhn  
Presidente

### **LICITAÇÃO Nº 007/2014 - CONVITE - COLETA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE EFLUENTES**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 07/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123/2006, que fará realizar Convite para prestação serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de líquidos percolados (chorume), do tipo Menor Preço.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no escritório do CIMVI, na Rua Mal. Deodoro da Fonseca, nº 459, Sala 04, Centro, das 08h 00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, de segunda a sexta-feira, e na internet em [www.cimvi.sc.gov.br](http://www.cimvi.sc.gov.br) >publicações>licitações.

Os envelopes (Habilitação e Proposta) serão recebidos até o dia 15 de dezembro de 2014, às 10h 00min, na Central de Protocolos, Sala 04 na Prefeitura de Timbó - SC no endereço acima mencionado; abertura das propostas às 10h10min no Auditório da Prefeitura de Timbó, com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbó(SC), 02/12/2014  
Hartwig Persuhn  
Presidente

### **LICITAÇÃO Nº 008/2014 - CONVITE - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE BALANÇA RODOVIÁRIA ELETRÔNICA**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 08/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123/2006, que fará realizar Convite para aquisição e instalação de balança rodoviária eletrônica, do tipo Menor Preço.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no escritório do CIMVI, na Rua Mal. Deodoro da Fonseca, nº 459, Sala 04, Centro, das 08h 00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, de segunda a sexta-feira, e na internet em [www.cimvi.sc.gov.br](http://www.cimvi.sc.gov.br) >publicações>licitações.

Os envelopes (Habilitação e Proposta) serão recebidos até o dia 16 de dezembro de 2014, às 08h 00min, na Central de Protocolos, Sala 04 na Prefeitura de Timbó - SC no endereço acima mencionado; abertura das propostas às 08h10min no Auditório da Prefeitura de Timbó, com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbó(SC), 03/12/2014  
Hartwig Persuhn  
Presidente

## **CIS NORDESTE**

### **QUARTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001CISNORDESTE008**

QUARTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001CISNORDESTE008

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Origem: Pregão Eletrônico nº 001/2014

Processo Administrativo nº 02/2014 - T

Órgão Gerenciador: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISNORDESTE/SC

Órgãos Participantes: Município de Jaraguá do Sul

Município de Balneário Barra do Sul

Município de São Francisco do Sul

Município de Campo Alegre

Município de Araquari

Município de Rio Negrinho

Fornecedor Registrado: DIMACI/SC - Material Cirúrgico Ltda (CNPJ 05.531.725/0001-20)

Objeto: Reajuste para reequilíbrio econômico financeiro do medicamento Metoclopramida - LOTE 296; Ratificação demais cláusulas não alteradas.

Fundamento Legal: Memorando AJ nº 208/2014 no Processo Administrativo nº 2-T/2014, art. 17 do Decreto nº 7.892/2013, aplicado no âmbito do CISNORDESTE/SC pela subsidiariedade prevista no art. 3º da Resolução CISNORDESTE nº 02/2014 e Cláusula Oitava, § 1º, inciso I, da Ata de Registro de Preços e art. 65, inciso II, alínea d da Lei nº 8.666/93.

Valor do Aditivo: R\$ 0,050/comprimido.

Vigência: 04/12/2014 a 31/12/2014

Data do Aditivo: 04 de dezembro de 2014.

Mário Fernando Reinke Presidente do CISNORDESTE/SC Órgão Gerenciador	Matheus Matzenbacher Freitas Fornecedor Registrado
--	---

### **RESOLUÇÃO Nº 17/2014**

Resolução nº 17/2014.

Designa a comissão para a realização de Concurso Público do CISNORDESTE/SC.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC, Sr. Mário Fernando Reinke, Prefeito Municipal de Massaranduba, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/07; e, conforme deliberado na 3ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo realizada em 19/08/2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a seguinte comissão para a realização de Concurso Público do CISNORDESTE/SC:

Ana Maria Groff Jansen - Diretora Executiva  
Norma Bassols Rodrigues Holz - Assessora Jurídica  
Marcia Regina Ebert - Coordenadora Administrativa/Financeira

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Joinville, 19 de agosto de 2014.  
Mário Fernando Reinke  
Prefeito Municipal de Massaranduba  
Presidente do CISNORDESTE/SC

### RESOLUÇÃO Nº 18/2014

Resolução nº 18/2014.

Autoriza a realização de Concurso Público para o preenchimento de empregos públicos no CISNORDESTE/ e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC, Sr. Mário Fernando Reinke, Prefeito Municipal de Massaranduba, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/07; e, conforme deliberado na 3ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo realizada em 19/08/2014,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura do Concurso Público para os seguintes empregos públicos do CISNORDESTE/SC:

01 Contador  
01 Técnico em Contabilidade  
01 Assistente Administrativo  
01 Auxiliar Administrativo  
01 Apoio Logístico

Cadastro de Reserva  
Controlador Interno  
Administrador  
Zelador  
Motorista

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Joinville, 19 de agosto de 2014.  
Mário Fernando Reinke  
Prefeito Municipal de Massaranduba  
Presidente do CISNORDESTE/SC

### RESOLUÇÃO Nº 19/2014

Resolução nº 19/2014.

Autoriza a realização de Licitação - Modalidade Pregão Eletrônico para compra de Software de Controle e Gestão.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC, Sr. Mário Fernando Reinke, Prefeito Municipal de Massaranduba, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/07; e, conforme deliberado na 3ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo realizada em 19/08/2014,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizado a Licitação na modalidade "Pregão Eletrônico" para a contratação de empresa especializada na implantação e fornecimento de licenciamento de Software de Sistema Integrado de Controle e Gestão de Processos Administrativos Licitatórios do CISNORDESTE/SC.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Joinville, 19 de agosto de 2014.  
Mário Fernando Reinke  
Prefeito Municipal de Massaranduba  
Presidente do CISNORDESTE/SC

### TERCEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001CISNORDESTE021

TERCEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001CISNORDESTE021

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Origem: Pregão Eletrônico nº 001/2014

Processo Administrativo nº 02/2014 - V

Órgão Gerenciador: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISNORDESTE/SC

Órgãos Participantes: Município de Jaraguá do Sul

Município de Balneário Barra do Sul

Município de São Francisco do Sul

Município de Campo Alegre

Município de Araquari

Município de Rio Negrinho

Fornecedor Registrado: Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares Ltda (CNPJ 07.752.236/0001-23)

Objeto: Reajuste para reequilíbrio econômico financeiro do contrato do medicamento Solução de Glicose 50% - LOTE 222; Ratificação demais cláusulas não alteradas.

Fundamento Legal: Memorando AJ nº 197/2014 no Processo Administrativo nº 2-V/2014, art. 17 do Decreto nº 7.892/2013, aplicado no âmbito do CISNORDESTE/SC pela subsidiariedade prevista no art. 3º da Resolução CISNORDESTE nº 02/2014 e Cláusula Oitava, § 1º, inciso I, da Ata de Registro de Preços e art. 65, inciso II, alínea d da Lei nº 8.666/93.

Valor do Aditivo: R\$ 0,2256/ampola.

Vigência: 02/12/2014 a 31/12/2014

Data do Aditivo: 02 de dezembro de 2014.

Mário Fernando Reinke Presidente do CISNORDESTE/SC Órgão Gerenciador	Emerson Schwengber Fornecedor Registrado
--	---

**CIS/AMAUC****CONTRATO RATEIO CIS AMAUC 01-2015 - EXAMES****CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2015**

Os Municípios que integram o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense, neste ato representados pelos seus respectivos Prefeitos, através deste contrato de rateio estabelecem o que segue:

**CLAUSULA PRIMEIRA****DO OBJETIVO**

O presente contrato de rateio tem por objetivo fixar a despesa e estimar a receita do CIS AMAUC para o exercício de 2015, e a cota de transferência de recursos financeiros que compete a cada município consorciado, em especial, para atender as despesas com a contratação de atendimentos médico clínicos especializados e exames, nas mais diversas áreas e especificidades da saúde, junto aos profissionais credenciados ao Consórcio.

Durante o exercício os Municípios integrantes do CIS AMAUC poderão utilizar os serviços dos profissionais de saúde para atendimentos médico clínicos especializados e exames laboratoriais nas mais diversas áreas e especificidades da saúde, sendo que o pagamento será feito pelos serviços utilizados, não tendo rateio das despesas pois o cálculo do valor será aplicado sobre a tabela de credenciamento pela quantidade de exames utilizados.

**CLÁUSULA SEGUNDA****DA DESPESA**

A despesa fixa do Consórcio CIS AMAUC para o exercício de 2015 é de R\$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil reais), para manutenção das atividades e valores pela prestação de serviços disponibilizados pelo consórcio através dos Profissionais de saúde credenciados.

Para a realização da despesa o CIS AMAUC obedecerá o que dispõe a Lei nº 8.666/96 (Leis das Licitações Públicas), seguindo a seguinte classificação da despesa:

Órgão	1	CIS AMAUC		
Unidade	1	CIS AMAUC		
Funcional Programática				
01.01.10	Saúde			
01.01.10.301	Atenção Básica			
01.01.10.301.0001	Desenvolvimento Regional			
10.301.0001.2.001	Manutenção das Atividades do CIS AMAUC			
Elemento	Recurso	Descrição	Valor	Total
3.0.00.00.0		DESPESAS CORRENTES		15.000,00
3.3.90.00.0		Outras Despesas Correntes	15.000,00	
12.361.0001.2.002	Disponibilização de Exames Profissionais			
Elemento	Recurso	Descrição	Valor	Total
3.0.00.00.0		DESPESAS CORRENTES		300.000,00
3.3.90.00.0		Outras Despesas Correntes	300.000,00	
		TOTAL		315.000,00

Durante o decorrer do exercício o Presidente do Consórcio poderá efetuar por ato próprio o remanejamento de dotações de uma categoria de programação para outra, bem como suplementar o orçamento tendo como fontes de recursos o excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício anterior.

### CLÁUSULA TERCEIRA

#### DA RECEITA

A receita do CIS AMAUC para o exercício de 2015, é estimada em R\$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil reais) divididos da seguinte forma:

RECEITA	VALOR FIXO ANUAL	VALOR DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
Alto Bela Vista	1.000,00	25.000,00
Arabutã	1.000,00	10.000,00
Concórdia	1.000,00	30.000,00
Ipira	1.000,00	15.000,00
Ipumirim	1.000,00	15.000,00
Irani	1.000,00	10.000,00
Itá	1.000,00	10.000,00
Jaborá	1.000,00	10.000,00
Lindóia do Sul	1.000,00	15.000,00
Paial	1.000,00	100.000,00
Peritiba	1.000,00	15.000,00
Piratuba	1.000,00	10.000,00
Presidente Castello Branco	1.000,00	10.000,00
Seara	1.000,00	15.000,00
Xavantina	1.000,00	10.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>15.000,00</b>	<b>300.000,00</b>

O valor arrecadado referente ao rendimento de aplicações financeiras que venham a ocorrer durante o exercício de 2015 poderão ser utilizados como recursos financeiros do Consórcio.

### CLÁUSULA QUARTA

#### DO RATEIO

Para realizar a receita, viabilizar a despesa prevista e possibilitar a prestação de serviços pelo Consórcio CIS AMAUC no exercício de 2015, cada Município repassará ao Consórcio os seguintes valores:

I - R\$ 1.000,00 (um mil reais), em duas parcelas, sendo a primeira no mês de março e a segunda no mês de agosto/2015.

II - O valor utilizado em serviços médicos, clínicos e laboratoriais, em cada mês, até o dia 10 (dez) do mês subsequente a utilização dos serviços.

**CLÁUSULA QUINTA**  
**DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente contrato de rateio correrão por conta da rubrica orçamentária, conforme abaixo especificado

ELEMENTO	TOTAL/ANO
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.000,00
3.3.71.39.99 – Outras Despesas Correntes	1.000,00
<b>TOTAL POR MUNICÍPIO</b>	<b>1.000,00</b>

**CLÁUSULA SEXTA**  
**DA CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

O CIS AMAUC manterá os registros contábeis em conformidade ao que dispõe a Lei nº 4.320/64, e observará as instruções emitidas pelos Tribunais de Contas do Estado de Santa Catarina e da União.

O CIS AMAUC encaminhará aos Municípios associados, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, cópia do balancete e dos relatórios mensais conforme dispõe a legislação vigente.

**CLÁUSULA SÉTIMA**  
**DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO CONSÓRCIO**

Todos os Municípios consorciados terão direito a utilizar os serviços prestados pelo CIS AMAUC ou os que venham a ser implementados, bastando apenas requisitar os serviços e efetuar o pagamento conforme a efetiva prestação dos serviços.

**CLÁUSULA OITAVA**  
**DA VIGÊNCIA**

O presente contrato de rateio terá vigência de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

**CLÁUSULA NONA**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

As dúvidas oriundas deste Contrato serão resolvidas em Assembleia Geral do CIS AMAUC, que poderá suprimir ou acrescentar novas cláusulas que objetivem aprimorar os serviços prestados pelo CIS AMAUC aos municípios associados.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente Contrato de Rateio em 2 (duas) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos legais.

Concórdia, 03 de dezembro de 2014.

**CATIA TESSMANN REICHERT**  
Prefeita Municipal de Alto Bela Vista

**JACKSON LUIZ PATZLAFF**  
Prefeito Municipal de Arabutã

**JOÃO GIRARDI**  
Prefeito Municipal de Concórdia

**VALDIR ZANELLA**  
Prefeito Municipal de Ipumirim

**EMERSON ARI REICHERT**  
Prefeito Municipal de Ipira

**LEIDE MARA BENDER**  
Prefeita Municipal de Itá

**MAURI RICARDO DE LIMA**  
Prefeito Municipal de Irani

**PEDRO ARI PARIZOTTO**  
Prefeito Municipal de Lindóia do Sul

**KLEBER MERCIO NORA**  
Prefeito Municipal de Jaborá

**NEUSA KLEIN MARASCHINI**  
Prefeita Municipal de Peritiba

**ALDAIR ANTONIO RIGO**  
Prefeito Municipal de Paial

**CLAUDIO SARTORI**  
Prefeito de Presidente Castello Branco

**CLAUDIRLEI DORINI**  
Prefeito Municipal de Piratuba

**LACI GRIGOLO**  
Prefeita Municipal de Seara

**MAURO JUNES POLETO**  
Prefeito Municipal de Xavantina

**ROBERTO KURTZ PEREIRA**  
OAB/SC 22.519

**VANDERLEI ROBERTO PICININI**  
Contador CRC/SC 023.918

**CONTRATO RATEIO CIS AMAUC 02-2015 - NUTRICIONISTAS**

CONTRATO DE RATEIO Nº 02/2015

Os Municípios que integram o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense, neste ato representados pelos seus respectivos Prefeitos, através deste contrato de rateio estabelecem o que segue:

**CLAUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETIVO**

O presente Contrato de Rateio tem por objetivo de fixar a despesa e estimar a receita do CIS AMAUC para o exercício de 2015, e a cota de transferência de recursos financeiros que compete a cada município consorciado, em especial, para atender as despesas com a contratação de profissionais em nutrição para atuação junto aos Municípios consorciados integrantes deste Contrato de Rateio.

**CLÁUSULA SEGUNDA  
DA DESPESA**

A despesa do CIS AMAUC para o exercício de 2015 é de R\$ 132.568,00 (Cento e trinta e dois mil, quinhentos e sessenta e oito reais), a ser repassada pelos Municípios conforme disposto nas cláusulas seguintes.

Para a realização da despesa o CIS AMAUC obedecerá o que dispõe a Lei nº 8.666/96 (Leis das Licitações Públicas), seguindo a seguinte classificação da despesa:

Órgão	1	CIS AMAUC		
Unidade	1	CIS AMAUC		
Funcional Programática				
01.01.12	Educação			
01.01.12.361		Ensino Fundamental		
01.01.12.361.0001		Desenvolvimento Regional		
12.361.0001.2.003		Manutenção dos Serviços de Nutricionistas		
Elemento	Recurso	Descrição	Valor	Total
3.0.00.00.0		DESPESAS CORRENTES		132.568,00
3.1.90.00.0		Pessoal e Encargos Sociais	126.168,00	
3.3.90.00.0		Outras Despesas Correntes	6.400,00	
		TOTAL		132.568,00

Durante o decorrer do exercício o Presidente do Consórcio poderá efetuar por ato próprio o remanejamento de dotações de uma categoria de programação para outra, bem como suplementar o orçamento tendo como fontes de recursos o excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício anterior.

**CLÁUSULA TERCEIRA  
DA RECEITA**

A receita do CIS AMAUC oriunda deste contrato de rateio para o exercício de 2015, é estimada em R\$:

RECEITA	VALOR MENSAL	VALOR 2015
Alto Bela Vista	2.040,00	24.480,00
Peritiba	2.040,00	24.480,00
Piratuba	6.964,00	83.568,00
TOTAL	11.044,00	132.568,00

O valor arrecadado referente a rendimento de aplicações financeiras que venham a ocorrer durante o exercício de 2015 poderão ser utilizados como recursos financeiros do Consórcio.

**CLÁUSULA QUARTA  
DO RATEIO**

Para realizar a receita, viabilizar a despesa prevista e possibilitar a prestação de serviços pelo CIS AMAUC no exercício de 2015, cada Município repassará mensalmente a importância conforme quadro abaixo, até o dia 22 (vinte e dois) de cada mês:

Alto Bela Vista R\$ 2.040,00 (dois mil e quarenta reais);  
Peritiba R\$ 2.040,00 (dois mil e quarenta reais);  
Piratuba R\$ 6.964,00 (Seis mil, novecentos e sessenta e quatro reais)

Os repasses efetuados pelos Municípios serão depositados em conta corrente específica para a finalidade, controlada pelo CIS AMAUC para efeitos de prestação de contas e de acordo com as normas e orientações vigentes aplicadas à contabilidade aplicada ao Setor Público.

**CLÁUSULA QUINTA  
DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA**

Nutricionista 40 Horas (Piratuba)		
ELEMENTO	TOTAL P/ MÊS	TOTAL/ANO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.764,35	45.172,26
3.1.71.04.99 – Outros Serviços Profissionais	2.340,58	28.086,96
3.1.71.04.04 – Obrigações Patronais	1.423,77	17.085,30
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	214,78	2.577,38
3.3.71.39.99 – Fornecimento de Alimentação	214,78	2.577,38
	3.979,14	47.749,64
Nutricionista 30 Horas (Piratuba)		
ELEMENTO	TOTAL P/ MÊS	TOTAL/ANO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.823,26	33.879,10
3.1.71.04.99 – Outros Serviços Profissionais	1.755,43	21.065,16
3.1.71.04.04 – Obrigações Patronais	1.067,83	12.813,94

OUTRAS DESPESAS CORRENTES	161,04	1.932,48
3.3.71.39.99 – Fornecimento de Alimentação	161,04	1.932,48
	2.984,30	35.811,58
Nutricionista 20 Horas (Alto Bela Vista e Peritiba)		
ELEMENTO	TOTAL P/ MÊS	TOTAL/ANO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.882,18	22.586,13
3.1.71.04.99 – Outros Serviços Profissionais	1.170,29	14.043,48
3.1.71.04.04 – Obrigações Patronais	711,89	8.542,65
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	157,39	1.888,69
3.3.71.39.99 – Fornecimento de Alimentação	157,39	1.888,69
	2.039,57	24.474,82

#### CLÁUSULA SEXTA DA CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CIS AMAUC manterá os registros contábeis em conformidade ao que dispõe a Lei nº 4.320/64, e observará as instruções emitidas pelos Tribunais de Contas do Estado de Santa Catarina e da União.

O CIS AMAUC encaminhará aos Municípios associados, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, cópia do balancete e dos relatórios mensais conforme dispõe a legislação vigente.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Em caso de interesse de participação neste Contrato de Rateio, o município deverá solicitar sua inclusão ao Presidente do CIS Amauc. A desistência do município deverá ser comunicada com 30 (trinta ) dias de antecedência.

#### CLÁUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA

O presente contrato de rateio terá vigência de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As dúvidas oriunda deste Contrato serão resolvidas em Assembleia Geral do CIS AMAUC, que poderá suprimir ou acrescentar novas cláusulas que objetivem aprimorar os serviços prestados pelo Consórcio CIS AMAUC aos Municípios associados.

E por estarem justos e acertados, firmam o presente Contrato de Rateio em 2 (duas) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos legais.

Concórdia, 03 de dezembro de 2014.

VALDIR ZANELLA Prefeito Municipal de Ipumirim Presidente do CIS AMAUC	CATIA TESSMANN REICHERT Prefeita Municipal de Alto Bela Vista
NEUSA KLEIN MARASCHINI Prefeita Municipal de Peritiba	CLAUDIRLEI DORINI Prefeito Municipal de Piratuba
ROBERTO KURTZ PEREIRA OAB/SC 22.519	VANDERLEI ROBERTO PICININI Contador CRC/SC 023.918

#### RESOLUCAO 06\_2014 - RATIFICA CARGO DIRETOR ADMINISTRATIVO PARA 2015

RESOLUÇÃO Nº 006/2014, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

Ratifica a nomeação e delegação de poderes ao Diretor Administrativo do CIS-AMAUC.

A DIRETORIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO URUGUAI CATARINENSE - CIS AMAUC, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, e com base na decisão do Conselho Deliberativo tomada em Assembléia Geral Ordinária realizada nesta data, nos termos do art. 13, VI, que aprovou a indicação da Diretoria do Conselho Deliberativo delegando poderes ao Diretor Administrativo,

#### RESOLVE:

Art. 1º Ratificar o Funcionário da AMAUC, ROBERTO KURTZ PEREIRA, no cargo de Diretor Administrativo, o qual ocupa desde 14 de setembro de 2005, para exercer as atribuições estabelecidas no Art. 20 do Estatuto Social.

Art. 2º Para o pleno exercício de suas atribuições o Diretor Administrativo fica autorizado:

I - representar os interesses do Consórcio junto aos órgãos municipais, estaduais e federais, e instituições privadas, podendo, para tanto, praticar os atos necessários à consecução dos objetivos;

II - movimentar os recursos financeiros da Associação, requisitar talonários e assinatura de cheques, transferências bancárias para a mesma titularidade e para titularidades diferentes, efetuar pagamentos e movimentações por meio eletrônico, abertura, consultas e encerramento de contas correntes, autorizar cobranças, solicitar saldos e extratos, retirar documentos e cheques, endossar cheques, efetuar resgate e aplicações financeiras, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, emitir comprovantes, efetuar transferências e demais atos necessários, em conjunto com o Presidente, nos termos do art. 20, IX, do Estatuto Social.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 03 de dezembro de 2014.

VALDIR ZANELLA Presidente
JANETE PARAVIZI BIANCHIN Vice-Presidente
KLEBER MÉRCIO NORA Secretário
EMERSON ARI REICHERT 2º Secretário

Publicada no mural do CIS e no Diário Oficial dos Municípios - DOM, em 04 de dezembro de 2014.

Ivanete Terezinha Pereira Grendene  
Secretária Administrativa

## RESOLUÇÃO 07 CIS RECEITA DESPESA 2015

RESOLUÇÃO Nº 07/2014

Estima a Receita e Fixa a Despesa do consórcio intermunicipal de SAÚDE do alto uruguaí catarinense (CIS AMAUC), para o exercício de 2015 e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguaí Catarinense - CIS AMAUC, Sr. Valdir Zanella, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e considerando a decisão da Assembléia Geral Consorciada, realizada em 03/12/2014 registrada em Ata, tendo em vista o que dispõem os termos do protocolo de intenções, ratificado pelas leis municipais; as disposições estatutárias; o contrato de programa e os contratos de rateio celebrados entre os Municípios consorciados,

### RESOLVE:

Art. 1º Esta resolução estima a Receita e fixa a Despesa do CIS AMAUC para o exercício financeiro de 2015, nos termos do art. 165 da Constituição Federal, contemplando o orçamento fiscal do Consórcio.

Parágrafo único. Constituem os anexos e fazem parte desta resolução:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

IV - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por projetos, atividades e Operações Especiais;

V - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por projetos, atividades e Operações Especiais;

VI - QDD - Quadro Demonstrativo da Despesa.

Art. 2º O Orçamento do consórcio, em obediência ao princípio do equilíbrio das contas públicas de que trata a Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, art. 1º § 1º, estimada para o exercício de 2015 em R\$ 288.000,00 (Duzentos e oitenta e oito mil reais) e a despesa fixada em igual valor de R\$ 288.000,00 (Duzentos e oitenta e oito mil reais).

Art. 3º A receita orçamentária, que decorrerá da arrecadação de contribuições dos entes consorciados, nos respectivos contratos de rateio, serviços prestados, transferências estaduais e federais e demais receitas que o consórcio possa arrecadar conforme a legislação vigente é estimada em R\$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais) discriminados por categoria econômica conforme desdobramento a seguir:

DISCRIMINAÇÃO DAS RECEITAS	VALOR -R\$
1.0.0.0.0.00 RECEITAS CORRENTES	447.568,00
1.6.0.00.00.00 Receita de Serviços	300.000,00
1.7.0.00.00.00 Transferências Correntes	147.568,00
2.0.0.0.0.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.4.0.0.0.00.00 Transferência de Capital	0,00
TOTAL GERAL	447.568,00

Art 4º A receita será realizada com base na sua efetiva arrecadação, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento dos anexos que são partes integrantes desta resolução e com base nos seguintes repasses pactuados em contrato de rateio que desta resolução se originará:

### I - Repasse pela contratação de nutricionistas:

MUNICIPIO	VALOR MENSAL	VALOR 2014
Alto Bela Vista	2.040,00	24.480,00
Peritiba	2.040,00	24.480,00
Piratuba	6.964,00	83.568,00
TOTAL	11.044,00	132.568,00

### II - Repasse pela contratação de exames especializados, cujo valor será repassado somente mediante prestação de serviços:

RECEITA	VALOR FIXO ANUAL	VALOR DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
Alto Bela Vista	1.000,00	25.000,00
Arabutã	1.000,00	10.000,00
Concórdia	1.000,00	30.000,00
Ipira	1.000,00	15.000,00
Ipumirim	1.000,00	15.000,00
Irani	1.000,00	10.000,00
Itá	1.000,00	10.000,00
Jaborá	1.000,00	10.000,00
Lindóia do Sul	1.000,00	15.000,00
Paial	1.000,00	100.000,00
Peritiba	1.000,00	15.000,00
Piratuba	1.000,00	10.000,00
Presidente Castello Branco	1.000,00	10.000,00
Seara	1.000,00	15.000,00
Xavantina	1.000,00	10.000,00
TOTAL	15.000,00	300.000,00

Art. 5º A despesa orçamentária total está fixada em R\$ 447.568,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil, quinhentos e sessenta e oito reais), conforme abaixo discriminada:

Órgão	1	CIS AMAUC
Unidade	1	CIS AMAUC
Funcional Programática		
01.01.12	Educação	
01.01.12.361	Ensino Fundamental	

01.01.12.361.0001	Desenvolvimento Regional			
10.301.0001.2.001	Manutenção das Atividades do CIS AMAUC			
Elemento	Recurso	Descrição	Valor Orçado	Total
3.0.00.00.00		DESPESAS CORRENTES		15.000,00
3.3.90.00.00	0 – Ordin.	Outras Despesas Correntes	15.000,00	
10.301.0001.2.002	Exames Especializados a Municípios Consorciados			
Elemento	Recurso	Descrição	Valor Orçado	Total
3.0.00.00.00		DESPESAS CORRENTES		300.000,00
3.3.90.00.00	1 – Nutri	Outras Despesas Correntes	300.000,00	
12.361.0001.2.003	Manutenção dos Serviços de Nutricionistas			
Elemento	Recurso	Descrição	Valor Orçado	Total
3.0.00.00.00		DESPESAS CORRENTES		132.568,00
3.1.90.00.00	1 – Nutri	Pessoal e Encargos	126.168,00	
3.3.90.00.00	1 – Nutri	Outras Despesas Correntes	6.400,00	
		TOTAL GERAL		447.568,00

Art. 6º A despesa autorizada, apresentada de acordo com as normas da lei 4.320/1964 e demais portaria da Secretaria do Tesouro Nacional, será disposta em dotações orçamentárias atribuídas a créditos orçamentários, organizados pela classificação da despesa funcional, de estrutura programática e natureza da despesa até a modalidade de aplicação.

Art. 7º O Orçamento da despesa da administração direta poderá ser expandido até o limite efetivo da arrecadação.

Art. 8º Fica o Presidente do Consorcio Lambari autorizado a:

I - Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento da despesa, nos termos do artigo 7º da lei 4320/64; utilizando como fonte de recursos a anulação parcial ou total de dotações, excluindo-se deste limite os créditos adicionais abertos tendo como fonte de recurso o provável excesso de arrecadação e o eventual superávit financeiro;

II - Abrir créditos adicionais suplementares à conta de recursos provenientes do excesso de arrecadação de convênios;

III - Abrir créditos adicionais suplementares a conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação, considerada a tendência de arrecadação do exercício e do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 9º Fica o presidente da CIS AMAUC autorizado a celebrar convênios/acordos com o Governo Federal, estaduais e municipais para o exercício de 2015.

Art. 10. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios e outras receitas extraordinárias só serão executadas ou utilizadas se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia (SC), 03 de dezembro de 2014.

VALDIR ZANELLA

Presidente do CIS AMAUC

Publicado no mural do CIS e no Diário Oficial dos Municípios - DOM, em 08 de dezembro de 2014.

ROBERTO KURTZ PEREIRA

Diretor Administrativo

## CONSÓRCIO LAMBARI

### CONTRATO RATEIO LAMBARI 2015

CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2015

Os Municípios que integram o Consórcio Intermunicipal de Gestão Ambiental Participativa do Alto Uruguai Catarinense, neste ato representados pelos seus respectivos Prefeitos, através deste contrato de rateio estabelecem o que segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETIVO

O presente contrato de rateio tem por objetivo de fixar a despesa e estimar a receita do Consórcio Lambari para o exercício de 2015, e a cota de transferência de recursos financeiros que compete a cada município consorciado integrante deste contrato de rateio.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA DESPESA

A despesa do Consórcio Lambari para o exercício de 2015, é fixada em R\$ 345.000,00 (Trezentos e quarenta e oito mil cento e vinte reais) divididos da seguinte forma

- a) Despesas Correntes, no total de R\$ 315.000,00 (Trezentos e quinze mil e reais);
- b) Despesas de Capital: No valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Para a realização da despesa do Consórcio Lambari obedecerá o que dispõe a Lei nº 8.666/96 e a Lei 4.320/64, seguindo a seguinte classificação da despesa:

Órgão	1	Consórcio Lambari		
Unidade	1	Consórcio Lambari		
Funcional Programática				
01.01.18	Gestão Ambiental			
01.01.18.541		Preservação e Conservação Ambiental		
01.01.18.541.0001		Desenvolvimento Regional		
185.410.012.001		Manutenção das Atividades do Consorcio Lambari		
Elemento	Recurs	Descrição	Valor	Total
3.0.00.00.0		DESPESAS CORRENTES		315.000,00
3.1.90.00.0		Pessoal e Encargos Sociais	152.000,00	
3.3.90.00.0		Outras Despesas Correntes	163.000,00	
4.0.00.00.0		DESPESAS DE CAPITAL		30.000,00
4.4.90.00.0		Investimen- tos	30.000,00	
		TOTAL		345.000,00

Durante o exercício o Presidente do Consórcio poderá efetuar por ato próprio o remanejamento de dotações de uma categoria de programação para outra, bem como suplementar o orçamento tendo como fontes de recursos o excesso de arrecadação, e também o superávit financeiro do exercício anterior.

O Consórcio Lambari poderá usar para manutenção de suas atividades ou para investimentos os recursos provenientes do superávit financeiro apurado no final do exercício anterior, bem como o provável excesso de arrecadação.

A arrecadação proveniente dos rendimentos de aplicações financeiras poderão ser utilizados como receitas próprias do consórcio durante o exercício financeiro.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DA RECEITA

A receita do Consórcio Lambari para o exercício de 2015, é estimada em R\$ 345.000,00 (Trezentos e quarenta e cinco mil reais), distribuídos da seguinte forma:

RECEITA	VALOR MENSAL	VALOR 2015
Alto Bela Vista	1.900,00	22.800,00
Arabutã	1.900,00	22.800,00
Concórdia	1.900,00	22.800,00
Ipira	1.900,00	22.800,00
Ipumirim	1.900,00	22.800,00
Irani	1.900,00	22.800,00
Itá	1.900,00	22.800,00
Jaborá	1.900,00	22.800,00
Lindóia do Sul	1.900,00	22.800,00
Paial	1.900,00	22.800,00
Peritiba	1.900,00	22.800,00
Piratuba	1.900,00	22.800,00
Presidente Castello Branco	1.900,00	22.800,00
Seara	1.900,00	22.800,00
Xavantina	1.900,00	22.800,00
Outros Serviços	250,00	3.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>28.750,00</b>	<b>345.000,00</b>

#### CLAUSULA QUARTA DO RATEIO

Para realizar a receita, viabilizar a despesa prevista e possibilitar a prestação de serviços pelo Consórcio Lambari no exercício de 2015, cada Município repassará ao consórcio, mensalmente, a importância conforme quadro abaixo, até o dia 22 (vinte e Dois) de cada mês:

MUNICIPIO	VALOR MENSAL
Alto Bela Vista	1.900,00
Arabutã	1.900,00
Concórdia	1.900,00
Ipira	1.900,00
Ipumirim	1.900,00
Irani	1.900,00
Itá	1.900,00
Jaborá	1.900,00
Lindóia do Sul	1.900,00
Paial	1.900,00
Peritiba	1.900,00
Piratuba	1.900,00
Presidente Castello Branco	1.900,00
Seara	1.900,00
Xavantina	1.900,00
<b>TOTAL</b>	<b>28.500,00</b>

#### CLÁUSULA QUINTA DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato de rateio correrão por conta da rubrica orçamentária, conforme abaixo especificado

TIPO DA DESPESA	ANO	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 800,25	10.834,56	
3.1.71.11.99 – Pessoal 800,25	10.834,56	47,52
OUTRAS DESPESAS CORRENTES 787,88	10.102,68	
3.3.71.30.99 - Outras Despesas Correntes 787,88	10.102,68	44,31
INVESTIMENTOS 61,88	1.862,76	
4.4.71.52.99 – Investimentos 61,88	1.862,76	8,17
<b>TOTAL</b>	<b>22.800,00</b>	<b>100%</b>

#### CLÁUSULA SEXTA DA CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Consórcio Lambari manterá os registros contábeis em conformidade ao que dispõe a Lei nº 4.320/64, e observará as instruções emitidas pelos Tribunais de Contas do Estado de Santa Catarina e da União.

O Consórcio Lambari encaminhará aos Municípios associados, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, cópia do balancete e dos relatórios mensais conforme dispõe a legislação vigente.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO CONSÓRCIO

Todos os Municípios associados terão direito a utilizar os serviços prestados pelo Consórcio Lambari ou os que venham a ser implementados, bastando apenas requisitar o serviço.

#### CLAUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA

O presente contrato de rateio terá vigência a contar de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As dúvidas oriundas deste Contrato serão resolvidas em Assembleia Geral do Consórcio Lambari, que poderá suprimir ou acrescentar novas cláusulas que objetivem aprimorar os serviços prestados pelo Consórcio Lambari aos Municípios associados.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente Contrato de Rateio em 2 (duas) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos legais.

Concórdia, 03 de dezembro de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT Prefeita Municipal de Alto Bela Vista	JACKSON LUIZ PATZLAFF Prefeito Municipal de Arabutã
JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal de Concórdia	VALDIR ZANELLA Prefeito Municipal de Ipumirim
EMERSON ARI REICHERT Prefeito Municipal de Ipira	LEIDE MARA BENDER Prefeita Municipal de Itá

MAURI RICARDO DE LIMA Prefeito Municipal de Irani	PEDRO ARI PARIZOTTO Prefeito Municipal de Lindóia do Sul
KLEBER MERCIO NORA Prefeito Municipal de Jaborá	NEUSA KLEIN MARASCHINI Prefeita Municipal de Peritiba
ALDAIR ANTONIO RIGO Prefeito Municipal de Paial	CLAUDIO SARTORI Prefeito de Presidente Castello Branco
CLAUDIRLEI DORINI Prefeito Municipal de Piratuba	LACI GRIGOLO Prefeita Municipal de Seara
MAURO JUNES POLETO Prefeito Municipal de Xavantina	
ROBERTO KURTZ PEREIRA OAB/SC 22.519	VANDERLEI ROBERTO PICININI Contador CRC/SC 023.918

## RESOLUCAO ORCAMENTO 2015 LAMبارI

### RESOLUÇÃO Nº 03/2014

Estima a Receita e Fixa a Despesa do consórcio intermunicipal de gestão ambiental participativa do alto uruguaí catarinense (consórcio lambari), para o exercício de 2015 e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Gestão Ambiental Participativa do Alto Uruguai Catarinense - Consórcio Lambari, Sr. Emerson Ari Reichert, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e considerando a decisão da Assembléia Geral Consorciada, realizada em 03/12/2014 registrada em Ata, tendo em vista o que dispõem os termos do protocolo de intenções de 26/03/2009 ratificado pelas leis municipais; as disposições estatutárias; o contrato de programa e os contratos de rateio celebrados entre os consorciados,

#### RESOLVE:

Art. 1º Esta resolução estima a Receita e fixa a Despesa do Consórcio Lambari para o exercício financeiro de 2015, nos termos do art. 165 da Constituição Federal, contemplando o orçamento fiscal do Consórcio.

Parágrafo Único: Constituem os anexos e fazem parte desta resolução:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

IV - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por projetos, atividades e Operações Especiais;

V - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por projetos, atividades e Operações Especiais;

VI - QDD - Quadro Demonstrativo da Despesa.

Ar. 2º O Orçamento do consórcio, em obediência ao princípio do equilíbrio das contas públicas de que trata a Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, art. 1º § 1º, estimada para o exercício de 2015 em R\$ 345.000,00 (trezentos e quarenta e cinco mil reais) e a despesa fixada em igual valor de R\$ 345.000,00 (trezentos e quarenta e cinco mil reais).

Art. 3º A receita orçamentária, que decorrerá da arrecadação de contribuições dos entes consorciados, nos respectivos contratos

de rateio, serviços prestados, transferências estaduais e federais e demais receitas que o consórcio possa arrecadar conforme a legislação vigente é estimada em R\$ 345.000,00 (trezentos e quarenta e cinco mil reais) discriminados por categoria econômica conforme desdobramento a seguir:

DISCRIMINAÇÃO DAS RECEITAS	VALOR -R\$
1.0.0.0.0.00.00 RECEITAS CORRENTES	345.000,00
1.6.0.00.00.00 Outros Serviços	3.000,00
1.7.0.00.00.00 Transferências Correntes	342.000,00
2.0.0.0.0.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.4.0.0.0.00.00 Transferência de Capital	0,00
TOTAL GERAL	345.000,00

Art. 4º A receita será realizada com base na sua efetiva arrecadação, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento dos anexos que são partes integrantes desta resolução e com base nos seguintes repasses pactuados em contrato de rateio que desta resolução se originará:

RECEITA	VALOR MENSAL	VALOR 2015
Alto Bela Vista	1.900,00	22.800,00
Arabutã	1.900,00	22.800,00
Concórdia	1.900,00	22.800,00
Ipira	1.900,00	22.800,00
Ipumirim	1.900,00	22.800,00
Irani	1.900,00	22.800,00
Itá	1.900,00	22.800,00
Jaborá	1.900,00	22.800,00
Lindóia do Sul	1.900,00	22.800,00
Paial	1.900,00	22.800,00
Peritiba	1.900,00	22.800,00
Piratuba	1.900,00	22.800,00
Presidente Castello Branco	1.900,00	22.800,00
Seara	1.900,00	22.800,00
Xavantina	1.900,00	22.800,00
Outros Serviços	250,00	3.000,00
TOTAL	23.050,00	345.000,00

Art. 5º A despesa orçamentária total está fixada em R\$ 345.000,00 (trezentos e quarenta e cinco mil reais), conforme abaixo discriminada:

Órgão	1	Consórcio Lambari		
Unidade	1	Consórcio Lambari		
Funcional Programática				
01.01.18	Gestão Ambiental			
01.01.18.541		Preservação e Conservação Ambiental		
01.01.18.541.0001		Desenvolvimento Regional		
185.410.012.001		Manutenção das Atividades do Consorcio Lambari		
Elemento	Recurso	Descrição	Valor Orçado	Total
3.0.00.00.00		DESPESAS CORRENTES		333.000,00
3.1.90.00.00		Pessoal e Encargos Sociais	160.000,00	
3.3.90.00.00		Outras Despesas Correntes	173.000,00	

4.0.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL		12.000,00
4.4.90.00.00		Investimen- tos	12.000,00	
		TOTAL		345.000,00

Art. 6º A despesa autorizada, apresentada de acordo com as normas da lei 4.320/1964 e demais portaria da Secretaria do Tesouro Nacional, será disposta em dotações orçamentárias atribuídas a créditos orçamentários, organizados pela classificação da despesa funcional, de estrutura programática e natureza da despesa até a modalidade de aplicação.

Art. 7º O Orçamento da despesa da administração direta poderá ser expandido até o limite efetivo da arrecadação.

Art. 8º Fica o Presidente do Consorcio Lambari autorizado a:

I - Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento da despesa, nos termos do artigo 7º da lei 4320/64; utilizando como fonte de recursos a anulação parcial ou total de dotações, excluindo-se deste limite os créditos adicionais abertos tendo como fonte de recurso o provável excesso de arrecadação e o eventual superávit financeiro;

II - Abrir créditos adicionais suplementares à conta de recursos provenientes do excesso de arrecadação de convênios;

III - Abrir créditos adicionais suplementares a conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação, considerada a tendência de arrecadação do exercício e do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 9º Fica o presidente do Consórcio Lambari autorizado a celebrar convênios/acordos com o Governo Federal, estaduais e municipais para o exercício de 2015.

Art. 10 As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios e outras receitas extraordinárias só serão executadas ou utilizadas se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 11 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia (SC) 03 de dezembro de 2014.

EMERSON ARI REICHERT  
Presidente do Consórcio Lambari

Publicado no mural do Consórcio Lambari e no Diário Oficial dos Municípios - DOM, em 08 de dezembro de 2014.

ROBERTO KURTZ PEREIRA  
Gerente

## **RESOLUÇÃO 02\_2014 RATIFICA CARGO GERENTE ADMINISTRATIVO PARA 2015**

RESOLUÇÃO Nº 002/2014, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

Ratifica a nomeação do Gerente Administrativo e a delegação de atribuições nos termos do Estatuto Social.

EMERSON ARI REICHERT, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Gestão Ambiental Participativa do Alto Uruguai Catarinense - Consórcio Lambari, no uso das atribuições que lhe confere o art.17,V, do Estatuto Social, e de acordo com a decisão tomada pelo Conselho de Prefeitos, nos termos do art. 12, VII, que ratifica a nomeação do Gerente Administrativo,  
RESOLVE:

Art. 1º Ratificar o senhor ROBERTO KURTZ PEREIRA, no cargo de Gerente Administrativo, o qual ocupa desde 01 de junho de 2001, para exercer as atribuições estabelecidas no art. 22 do Estatuto Social.

Art. 2º Para o pleno exercício de suas atribuições o Secretário Executivo fica autorizado:

I - representar os interesses do Consórcio junto aos órgãos municipais, estaduais e federais, e instituições privadas, podendo, para tanto, praticar os atos necessários à consecução dos objetivos;

II - movimentar os recursos financeiros da Associação, requisitar talonários e assinatura de cheques, transferências bancárias para a mesma titularidade e para titularidades diferentes, efetuar pagamentos e movimentações por meio eletrônico, abertura, consultas e encerramento de contas correntes, autorizar cobranças, solicitar saldos e extratos, retirar documentos e cheques, endossar cheques, efetuar resgate e aplicações financeiras, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, emitir comprovantes, efetuar transferências e demais atos necessários, em conjunto com o Presidente, nos termos do art. 22, III, do Estatuto Social.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 03 de dezembro de 2014

EMERSON ARI REICHERT  
Presidente

Publicada no mural do Consórcio Lambari e no Diário Oficial dos Municípios - DOM, em 04 de dezembro de 2014.